



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 102 QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT ^(22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾ Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾ Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾ Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾ Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25) Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾ Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de maio de 2015 4

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais - CAS

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2015..... 30

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de maio de 2015 44

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de junho de 2015 76

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de junho de 2015..... 89

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2015 126

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de maio de 2015 139

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2015..... 154

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de maio de 2015 179

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2015..... 197

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2015..... 208

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2015..... 227

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2015..... 229

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2015..... 269

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de junho de 2015 294

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2015..... 301

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de maio de 2015 (em conjunto com a 13ª Reunião da CDR)

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2015..... 342

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015..... 344

1.1.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de maio de 2015 (em conjunto com a 13ª Reunião da CDR) 356

1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015..... 383

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2015..... 405

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2015..... 430

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2015..... 457

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, José Pimentel, Humberto Costa, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Rose de Freitas, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra e Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Delcídio do Amaral, Romero Jucá, Wilder Moraes, Alvaro Dias e Wellington Fagundes. O Presidente em exercício, Senador Raimundo Lira, declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 13ª e 14ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 38 de 2015 (Aviso nº 46/2015-BCB na origem), de 27 de abril de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao primeiro trimestre de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 506-GP/TCU, de 13 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.911/2013-0, na Sessão Ordinária de 29/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 39 de 2015 (Aviso nº 313-Seses-TCU-Plenário), de 7 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.923/2014-8, na Sessão Ordinária de 6/5/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 534-GP/TCU, de 19 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.923/2014-8, na Sessão de 6/5/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; e Ofício nº 167/2015 – R.O., de 27 de março de 2015, da Câmara Municipal de Londrina, Estado do Paraná, encaminhando manifestação em relação à votação do Orçamento 2015. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência inicia a apreciação dos itens constantes da primeira parte da pauta: **Item 1** – Mensagem (SF) nº 30 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, em substituição ao Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo”, tendo como relator o Senador Reguffe, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o Presidente em exercício da Comissão, Senador Raimundo Lira, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2** – Mensagem (SF) nº 31 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor JOÃO PAULO RESENDE para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Alessandro Serafim Octavianni Luis”, tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3** – Mensagem (SF) nº 32 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor PAULO BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Ricardo Machado Ruiz”, tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 4** – Mensagem (SF) nº 33 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Eduardo Pon-

tual Ribeiro”, tendo como relator o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 5** – Mensagem (SF) nº 34 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição à Senhora Ana de Oliveira Frazão”, tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Marcelo Crivella Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, o Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais.

Em seguida, inicia a apreciação dos itens constantes da segunda parte da pauta: **Item 1** – Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2015, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella e outros, que “altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir, excepcionalmente, a antecipação de receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na hipótese que prevê”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, apresentando, ainda, uma emenda, e contrário à Emenda nº 3. Em 19/05/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Rose de Freitas. Em 20/05/2015, a autora solicitou a retirada da Emenda nº 1. Em 20/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria da Senadora Rose de Freitas. Durante a discussão da matéria, o Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, acatando sugestões, oferece novo relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. Usam da palavra os Senadores Omar Aziz, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, José Agripino, Flexa Ribeiro, Roberto Requião, José Medeiros, José Pimentel, Marcelo Crivella e Valdir Raupp. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2 e 3, nos termos da Emenda nº 4-CAE (Substitutivo). Aprova, também, o Requerimento nº 9/2015-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 2** – Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antônio, que “altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural”, tendo como relator o Senador Wilder Moraes, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3** – Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Aécio Neves, que “altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014”, tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4** – Projeto de Lei do Senado nº 252 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5** – Projeto de Lei do Senado nº 139 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que “altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica”, tendo como relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6** – Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos”, tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7** – Projeto de Lei da Câmara nº 65 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, que “acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991”, tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8** – Projeto de Lei do Senado nº 257 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, “que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 2 a 4-CDH, nos termos

do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T-CDH. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9** – Projeto de Lei do Senado nº 704 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos”, tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 6 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Senhores Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU, e Antonio Carlos d’Ávila, Auditor do Tribunal de Contas da União, para que compareçam em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati e Reguffe. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 6 de 2015-CAE. Vota vencida a Senadora Gleisi Hoffmann. **Item 11** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, para que compareça em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Tasso Jereissati. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 7 de 2015-CAE. Vota vencida a Senadora Gleisi Hoffmann. **Item 12** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8 de 2015, de iniciativa do Senador Hélio José, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, que “assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses”, com a participação do Deputado Distrital Joe Valle, além de representantes das seguintes instituições: Ministério do Turismo; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee; Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal – Ruraltur. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Hélio José. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 8 de 2015-CAE. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 13** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 9 de 2015, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2015, que “altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir, excepcionalmente, a antecipação de receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na hipótese que prevê”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 9 de 2015-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 10 de 2015, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para apresentar os resultados da auditoria realizada por aquela Corte de Contas sobre o Processo nº 014.205/2011-4 e as razões que têm levado à demora no julgamento dos autos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Raimundo Lira**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª e 14ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento dos senhores e senhoras.

I – BANCO CENTRAL DO BRASIL

1. Aviso nº 38 de 2015 (Aviso nº 46/2015-BCB na origem), de 27 de abril de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao primeiro trimestre de 2015, as ra-

zões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

II – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

1. Aviso nº 506-GP/TCU, de 13 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.911/2013-0, na Sessão Ordinária de 29/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

2. Aviso nº 39 de 2015 (Aviso nº 313-Seses-TCU-Plenário), de 7 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.923/2014-8, na Sessão Ordinária de 6/5/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

3. Aviso nº 534-GP/TCU, de 19 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.923/2014-8, na Sessão de 6/5/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

III – CORRESPONDÊNCIAS

1. Ofício nº 167/2015 – R.O., de 27 de março de 2015, da Câmara Municipal de Londrina, Estado do Paraná, encaminhando manifestação em relação à votação do Orçamento 2015.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta:

1ª PARTE – ITEM 1 MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2015 – Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, em substituição ao Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Reguffe

Concluindo que a Comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação, concedo a palavra ao Relator, Senador Reguffe, para que proceda à leitura de seu relatório sobre o indicado.

Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, antes de adentrar na análise do nome submetido pela Mensagem nº 30, de 2015, é de suma importância discutirmos o papel e a atuação do Cade na defesa da concorrência na economia brasileira, na proteção da economia popular e na repressão ao abuso do poder econômico, além da efetividade dos instrumentos legais de combate à nefasta prática de cartel no Brasil.

Nossa Ordem Constitucional Econômica está fundada, nos termos do art. 170 de nossa Carta Magna, na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, observados os ditames da justiça social, observados os princípios da soberania econômica nacional, da propriedade privada e de sua função social, da livre concorrência, da defesa do consumidor, da defesa do meio ambiente, da redução das desigualdades regionais e sociais, da busca do pleno-emprego e do tratamento favorecido das pequenas empresas.

Neste tema, merece destaque o §4º do art. 170 da Constituição da República, que preconiza: “A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”.

Este diploma legal é a Lei nº 12.259, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, alterando profundamente a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que até então disciplinava a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, permanecendo ainda em vigor seus arts. 86 e 87.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), nos moldes delineados pela lei de regência, tem o escopo de promover a competição econômica, por meio de ações de caráter administrativo, educativo, preventivo e repressivo em relação às condutas de agentes econômicos que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência no Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dispositivo de fundamental importância reveste-se o art. 31 da lei de defesa da concorrência, que dispõe o seguinte, Sr. Presidente: “Esta lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal”.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço silêncio aos Srs. Senadores e a todos os presentes e convidados, para que possamos ouvir com clareza o relatório do Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Andou bem a legislação ao definir, de maneira bastante ampla, a competência do Cade para analisar, instruir e julgar operações que tenham como partes as pessoas definidas no art. 31 retrocitado, quando constituem, nos termos do art. 36, “infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados”.

Perceba-se que a legislação estabelece a responsabilidade objetiva dos agentes econômicos nas infrações contra a ordem econômica, ou seja, independentemente de culpa, que tenham ou não produzido efeitos como: limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços; aumentar arbitrariamente os lucros; e exercer de forma abusiva posição dominante.

Outrossim, o art. 32 estabelece expressamente a responsabilidade solidária da empresa, de seus dirigentes ou administradores, por infrações à ordem econômica constitucionalmente definida e legalmente disciplinada.

Entretanto, indaga-se: como tem sido a atuação do Cade desde a aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ainda no ano de 2001, até hoje?

O órgão tem desempenhado a contento a nobre missão de proteger a concorrência no Brasil, tutelar a economia popular, reprimir o abuso do poder econômico e punir as empresas e agentes econômicos que atentam contra tais postulados econômicos e constitucionais, cujo mais prejudicado, em última análise, é o cidadão e consumidor deste País.

Infelizmente, não podemos deixar de citar a polêmica fusão entre o Carrefour e o Pão de Açúcar, com recursos públicos da monta de R\$4,5 bilhões, que seriam aportados pelo BNDES a fim de que a operação fosse concretizada. Felizmente, a fusão não foi realizada, os recursos públicos do BNDES não foram levemente destinados a essa finalidade e o Cade não teve oportunidade de se manifestar.

Tal fusão foi ensaiada em junho de 2011, mas, logo em seguida, precisamente em 13 de julho de 2011, o Cade aprovou a fusão entre Sadia e Perdigão, dando origem à maior empresa produtora de alimentos processados do País. Segundo constatação do Conselheiro Carlos Ragazzo, único voto contrário à fusão nos autos do Processo Ato de Concentração nº 08012.004423/2009-18, a tendência dos consumidores da Perdigão é migrar para produtos da Sadia quando não encontram seus preferidos nas gôndolas, por isso, a competitividade não estaria garantida no setor, o que cria um cenário extremamente danoso, com prejuízos para a população e, especialmente, para as classes C e D.

No voto-vista do Conselheiro Ricardo Machado Ruiz nos autos do processo, são preocupantes as afirmações então relatadas. Como ressaltado no voto do Conselheiro Relator, trata-se da união das duas principais empresas do País na indústria de alimentos refrigerados, consolidada em maio de 2009. As duas firmas, Sadia e Perdigão, em conjunto, respondem por mais de 50% das vendas de praticamente todos os principais mercados de alimentos processados, chegando, em alguns casos, a patamares superiores a 80%. Não obstante os elevados graus de concentração, a fusão cria uma empresa que detém as duas marcas líderes absolutas, com grande fidelidade por parte dos consumidores.

Também há concentração de outras marcas, algumas de combate: Batavo e Confiança, ambas da Perdigão, e Rezende e Wilson e Excelsior e Só Frango, todas da Sadia, além de outras marcas focadas em nichos específicos. Essas marcas secundárias possuem papel relevante no sentido de dificultar a entrada e o crescimento de empresas rivais.

Essas considerações gerais mostram a dificuldade em se entrar e se desenvolver nesse setor. O tamanho da Sadia e da Perdigão, mesmo separadas, aliado à série de vantagens competitivas aqui explicitadas de forma sucinta, é um empecilho a novas entradas, bem como uma efetiva rivalidade por parte de terceiros.

Pois bem, Sr. Presidente, mesmo diante dos grandes riscos à concorrência, além dos grandes riscos aos consumidores brasileiros, a fusão da Sadia e da Perdigão foi chancelada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Sr. Presidente.

Outra realidade que merece a atenção especial das autoridades antitruste são os planos de saúde privados no Brasil, serviços que têm a sua regulação e fiscalização a cargo da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Trata-se de possíveis infrações de ordem econômica em que podem estar incorrendo as empresas atuantes

nesse setor. Tal raciocínio e fundamento reclamam a atuação do Cade em relação às empresas atuantes em demais setores regulados pelo Estado por meio das agências reguladoras, como é o caso da Aneel, da Anatel, ANP, dentre outras.

De outro giro, desperta-nos preocupação, Sr. Presidente, o Parecer da AGU/LA-01, de 2001, aprovado pelo Presidente da República, que veta ao Cade analisar atos de concentração e possíveis infrações à ordem econômica por agentes econômicos do setor financeiro; segundo este parecer, tal competência seria privativa do Banco Central do Brasil.

Sr. Presidente, eu peço silêncio para poder concluir, até porque isso não pode ser uma coisa protocolar. A indicação dos membros do Cade é muito importante para a sociedade brasileira e para o consumidor deste País.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem razão. O seu relatório deve ser ouvido com muita atenção, porque é um relatório muito claro e muito objetivo.

Portanto, eu peço aos Srs e Srs. Senadores atenção e sobretudo silêncio de todas as pessoas presentes à Comissão.

Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Entendo estarmos diante de competência compartilhada do Cade, em conjunto com o Bacen, para julgar os atos de concentração no setor bancário. No que tange aos crimes contra a economia popular, a prática do cartel e a repressão ao abuso do poder econômico, praticados por bancos e instituições financeiras, a competência legal, sem sombra de dúvidas, é do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Neste momento, em que o Governo Federal toma a corajosa atitude de aumentar de 15% para 20% a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, tal controvérsia volta ao debate. Isto porque, surgem vozes no sentido de que os Bancos não irão arcar com o prejuízo, mas repassar imediatamente tais custos aos brasileiros. Isso é inadmissível!

Tal manobra por parte de bancos, seguradoras e instituições financeiras em geral deve ser duramente combatida pelo Banco Central do Brasil, em conjunto com o Cade, órgão de proteção da economia popular e de repressão ao abuso do poder econômico.

Portanto, reafirmo nosso firme posicionamento em defesa das competências do Cade para a análise, instrução e julgamento de infrações econômicas porventura perpetradas por bancos e instituições financeiras contra os consumidores e contribuintes brasileiros.

Relatório.

A Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 30, de 2015 (Mensagem nº 124, de 2015, da Presidência da República), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO FRADE RODRIGUES, para o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e no art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Registra-se que, neste particular, o indicado apresentou documentação que atendeu todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

A Lei nº 12.529, de 2011, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O referido art. 12 dispõe que Superintendente-Geral do Cade será escolhido dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico, e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

O Sr. Eduardo Frade Rodrigues é brasileiro, natural da cidade de Brasília, no Distrito Federal, graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2006) e em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2007), fez o curso de formação para a Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública (2007), tem especialização em Defesa da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas (2010) e é Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília. É especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desde 2006, e exerceu vários cargos no Cade, desde 2007, tendo assumido a função de Superintendente Adjunto do Conselho em 2012. Atualmente, é Superintendente-Geral interino da instituição.

O indicado tem também uma carreira acadêmica, é professor convidado de pós-graduação de Direito da Fundação Getúlio Vargas, tem publicações sobre regulação e defesa da concorrência em revistas especializadas, além de participação, como palestrante, em inúmeros congressos e seminários.

Em face, Sr. Presidente, do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Eduardo Frade Rodrigues, para o cargo de Superintendente-Geral do Cade.

O meu relatório é pela aprovação do nome do indicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 2 de junho, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Eduardo Frade Rodrigues, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone.*) – Pela ordem também.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é apenas uma solicitação a V. Ex^a. O Relator da Resolução do Senado nº 15 já está presente. Depois da leitura do relatório do Senador Tasso, se V. Ex^a pudesse fazer uma inversão de pauta, nós ficaríamos muito agradecidos. Depois do relatório do Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tudo bem, Senador Marcelo.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É porque eu tinha pedido pela ordem também e o Senador Crivella achou que era a leitura do relatório. Eu iria justamente pedir uma inversão de pauta. Tenho dois requerimentos já lidos, apenas para colocar em votação, mas, devido a uma cerimônia que vai haver agora, em plenário, de homenagem aos industriais do ano, às 11h, eu gostaria de pedir que esses dois requerimentos que já foram lidos fossem votados, já que não há discussão de relatório. É rápido, acho que não há discussão.

Senador Raimundo, o primeiro é apenas convidando o Sr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU, e Antonio Carlos d'Ávila, auditor do Tribunal de Contas da União, para que compareçam a esta Comissão para discutir o seu relatório sobre as chamadas pedaladas fiscais feitas nos anos de 2013 e 2014.

O outro, no mesmo teor, convida o ex-Ministro Mantega para vir a esta Comissão explicar e dar as suas razões sobre as chamadas pedaladas fiscais.

Os relatórios já foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O procedimento normal é que a votação dos requerimentos seja feita após a conclusão da pauta. Mas, se houver unanimidade por parte dos Srs. Senadores com a votação desses requerimentos, nós passaremos à votação dos requerimentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim, exatamente. Eu só colocarei em votação se houver unanimidade dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Nós não podemos deixar para o final da sessão?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O normal é ficar para o final. O Senador Tasso Jereissati está solicitando que seja antecipada a votação dos requerimentos e eu estou colocando para apreciação dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Porque hoje nós temos, inclusive, comissão conjunta na CMO, com o Presidente do Banco Central. Já tivemos aqui a audiência do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento sobre esse tema. Eu não sei se a Comissão necessita.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Foi perguntado também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim, um é o ex-Ministro Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um é o ex-Ministro Guido Mantega, que foi, provavelmente, quem aprovou as operações, e o outro é o Procurador do TCU que fez o relatório falando – denunciando é a palavra correta – sobre as chamadas pedaladas.

O Ministro da Fazenda, Levy, e o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, não eram Ministros nem oficiais do Governo à época. Não fizemos nenhuma audiência sobre esse tema ainda aqui nesta Comissão.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim, eles foram questionados sobre isso, mas tudo bem. Não vou me opor a colocar em votação os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nesta mesma linha, há também um requerimento de minha autoria, convidando o Ministro José Múcio, que é o Relator. E esse requerimento está guardado nas gavetas da CAE. Eu solicito que V. Exª também aproveite a mesma sessão para que possamos ouvir, inclusive, o Ministro, que é o Relator.

Não sei por que o nosso requerimento não está indo à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador, o seu requerimento não está na pauta, porque, no dia da leitura aqui, V. Exª não estava presente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, posso requerer a V. Exª a inclusão na pauta no dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Temos que fazer primeiro a leitura, e entrará em votação na sessão seguinte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª pode ler hoje, então.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Posso, sim, se V. Exª permanecer no plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vou permanecer, com muita honra e com muito prazer, até porque esse é o meu dever.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado.

Então, não havendo nenhum Senador em desacordo com a proposta do Senador Tasso Jereissati, vamos colocar em votação os dois requerimentos.

Item 10:

2ª PARTE – ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, de 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Senhores Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU, e Antonio Carlos d'Ávila, Auditor do Tribunal de Contas da União, para que compareçam em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Observações:

1. Em 05/05/2015, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Já foi devidamente justificado aqui, na discussão anterior, o desejo de ouvir daqueles que levantaram o problema e daqueles que poderiam explicar o que aconteceu, no caso o Procurador do Tribunal de Contas e o ex-Ministro Mantega, que foi, no final de contas, quem aprovou o projeto.

É esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero apenas parabenizar o Senador Tasso Jereissati e dizer que essa questão das manobras contábeis, dessas pedaladas fiscais é algo extremamente grave e da-

noso para a credibilidade da economia brasileira. Então, precisa, sim, ser objeto de apuração e de debate por parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo quem quera discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone.*) – Não vou me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª quera...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Ela quer votar em contrário ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tudo bem.

Quer que registre o voto em contrário, Senadora?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pode registrar. Vou debater o conteúdo na época oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica registrado o voto em contrário da Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, começamos a discutir, na sessão passada, o Projeto de Resolução nº 15, da autoria do Senador Marcelo Crivella e outros. E, tendo em vista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio aos senhores presentes, para que possa ouvir, com clareza, as palavras do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Da autoria do Senador Marcelo Crivella e da Senadora Rose de Freitas, esse Projeto de Resolução nº 15 trata de uma questão muito séria, que diz respeito à crise vivenciada pelos Estados e Municípios produtores de petróleo e gás.

A matéria começou a ser discutida na reunião passada, houve um pedido de vista coletivo e, nesse inter-regno, a Senadora Rose de Freitas apresentou emendas que considero importantes para o aprimoramento da matéria, uma vez que os Estados, as unidades federadas que tiverem o benefício desta resolução serão obrigadas a saldar as suas dívidas no período em que essas operações acontecerem, no exercício do mandato do titular.

Gostaria de saber se V. Exª poderia inverter a pauta e colocar logo essa matéria em votação, uma vez que o plenário do Senado vai realizar uma sessão às 11h para concessão do Prêmio José Ermírio de Moraes a várias autoridades do País.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – E eu deverei estar presente a essa solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu já entendi a questão de ordem de V. Exª.

Vamos inverter a ordem, porque houve acordo para votação desse projeto de interesse do Senador Linbergh Farias, do Estado do Rio, e da Senadora Rose de Freitas.

Então, vamos apenas colocar em votação o segundo requerimento do Senador Tasso Jereissati e invertemos a ordem da pauta para que possamos colocar esse projeto objeto da consideração da questão de ordem de V. Exª.

2ª PARTE – ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, de 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, para que compareça em audiência pública a fim de compartilhar informações a respeito das manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos últimos anos.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Observações:

1. Em 05/05/2015, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Acho que já foi relatado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Voto contrário da Senadora Gleisi Hoffmann.

Aprovado na Comissão o Requerimento nº 7, de 2015, da CAE.

Vamos, agora, inverter a pauta.

Atendendo à solicitação do Senador Antonio Carlos Valadares, passamos ao item 1 da segunda parte.

2ª PARTE – ITEM 1**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15, de 2015**

– Não terminativo –

Altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir, excepcionalmente, a antecipação de receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na hipótese que prevê.

Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 19/05/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Rose de Freitas. Em 20/05/2015, a autora solicitou a retirada da Emenda nº 1;

2. Em 20/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A Senadora Rose de Freitas também é autora, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Marcelo Crivella e a Senadora Rose de Freitas.

Vamos ver se modificamos aqui o Regimento, porque colocar na autoria “Senador Marcelo Crivella e outros” é uma desconsideração com os outros. Então, peço à Secretaria que, sempre que possível, em lugar de colocar “e outros”, coloque os autores na inteireza dos seus nomes.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, uma homenagem muito justa à Senadora Rose de Freitas, porque esse projeto é 99% dela e 1% meu, e ela não só representa todas as ternuras e bondades da mulher capixaba, mas também as resistências morais e de caráter. Então, é uma homenagem que nós devemos a ela.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – E aqui vai o meu repúdio a que a Senadora Rose de Freitas seja chamada de “outros”.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ainda bem, Senador, que foi corrigido com antecipação pela Presidência. Faço apenas uma correção: o mérito desse projeto é 50% de autoria da Senadora Rose de Freitas e 50% do Senador Marcelo Crivella, com as honras também do Senador Lindbergh Farias. Passo a palavra ao Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, para que proceda à leitura do novo relatório. Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se V. Exª quiser resumir o relatório, como já é do conhecimento de todos os presentes, seria interessante para que possamos caminhar com mais rapidez aqui na Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – O parecer que vou apresentar é um parecer complementar. Portanto, pela sua própria natureza, é uma matéria bastante resumida. Mas eu tenho que, para relembrar, reavivar a memória, registrar que foi submetido à apreciação desta Co-

missão o Projeto de Resolução nº 15, de 2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella e também da Senadora Rose de Freitas, que altera a Resolução nº 43, de 2001.

O Projeto possui dois artigos. O primeiro permite que os entes que sofreram redução nas receitas de *royalties* e participação especial possam realizar operações de crédito relativas à antecipação dessas receitas, limitadas às perdas estimadas para os anos de 2015 e 2016, segundo os parâmetros da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em cada exercício financeiro, 40% dos recursos das operações contratadas podem custear despesas discricionárias...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ... e 60%, despesas em saúde e educação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço silêncio aos presentes.

Senador, um momentinho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Enquanto isso, vou falando alto, para ver se dói nos ouvidos.

Além de as operações de crédito não precisarem cumprir os limites de endividamento do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, inicialmente havia a possibilidade de quitação delas após o fim do mandato do chefe do Poder Executivo.

Mas, durante a tramitação da matéria nesta Comissão, a Senadora Rose de Freitas propôs três emendas, das quais a primeira foi retirada pela própria Senadora. E passo a descrever as outras duas emendas. A Emenda nº 2 é de cunho redacional e visa somente adequar o art. 2º do Projeto de Resolução às normas gramaticais vigentes. Mas a Emenda nº 3 pretendia restringir o alcance da proposição legislativa inicial, ao permitir a antecipação das receitas de *royalties* e a participação especial decorrentes apenas da exploração de petróleo e gás natural. Além do mais, revoga a permissão inicial para que as operações de crédito pudessem ser quitadas após o fim dos mandatos dos atuais prefeitos e governadores. Adicionalmente, corrige-se o significado da sigla ANP.

Este parecer, de caráter complementar, concorda com o mérito da matéria, conforme as razões já expostas em reunião prévia desta CAE.

Passo para o segundo parágrafo.

As emendas apresentadas pela Senadora Rose de Freitas objetivam aprimorar a redação inicialmente proposta para o projeto de resolução e, sobretudo, evitar a transferência de dívidas de um chefe do Poder Executivo para outro quando do término das gestões atuais. Com isso, o chefe do Poder Executivo, ao fim de seu mandato, não deixará para o próximo governante nem encargos do serviço da dívida nem aumento do estoque de endividamento, referentes às operações de crédito contratadas ao amparo do presente projeto de resolução. Diante disso, é inegável o mérito da Emenda nº 3 apresentada pela Senadora Rose de Freitas. Contudo, em razão de uma falha na técnica legislativa que mencionou o art. 5º do Projeto de Resolução nº 15/2015, quando pretendia alterar o art. 5º da própria Resolução nº 43, de 2001, apresento emenda de Relator com a devida correção do artigo a ser alterado para, no mérito, atender à real e importante pretensão da Senadora.

Assim, as preocupações dos nobres Parlamentares – que foram evidenciadas na reunião passada – de que a recomposição das receitas de *royalties* e participação especial mediante a contratação de operações de crédito transferirá o problema para o próximo governante não se sustentam, pois as dívidas contratadas em 2015 e 2016 terão que ser obrigatoriamente pagas até o final de 2016, no caso dos Municípios, e até o final de 2018, no caso dos Estados. Não vamos, então, prejudicar nenhuma administração futura, apenas resolver a grave questão temporária por que estão passando Estados e Municípios produtores.

Isso, inclusive, evitará que os Municípios extrapolem o limite da dívida consolidada líquida de 1,2 vezes a receita corrente líquida a partir de 2017, o que os impediria de contratar novas operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária. Além disso, a partir de 2018, não surgirão impedimentos ao recebimento de transferências voluntárias que se destinam, principalmente, à educação, aos investimentos e à saúde.

Em relação à legislação hoje existente, somente ocorrerá a flexibilização da regra de aplicação dos recursos financeiros das operações de crédito de antecipação das rendas governamentais do petróleo e gás natural. Em vez de se destinar exclusivamente a antecipação dessas rendas ao pagamento de dívidas para com a União e à capitalização de fundos de previdência estaduais e municipais, poderá haver o pagamento de outras despesas, em especial da área de educação e saúde.

Para ser coerente com as justas razões que acompanham a justificativa do projeto, houve a restrição à antecipação das receitas de *royalties* e participação especial decorrentes apenas da exploração de petróleo e

gás natural. No mais, houve a correção da denominação da ANP. Pode-se afirmar, sem dúvida, que este importante projeto de resolução busca recuperar a capacidade orçamentária das atuais gestões estaduais e municipais para suprir a demanda local por serviços públicos, sem a criação de restrições fiscais aos futuros governos.

Antes de declarar a aprovação do projeto, a título de esclarecimento aos debatedores da reunião passada, a exemplo do Senador Fernando Bezerra, nosso companheiro de Partido, registro, primeiro, que a exceção que este projeto de resolução propõe não é novidade para esta Casa. Se observarmos o §3º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado, veremos que já foram inseridas quatro exceções aos limites ali previstos. Isso foi feito para atender a questões pontuais, cujas alterações se mostraram necessárias, a exemplo de investimentos para melhoria da gestão fiscal, financeira e patrimonial para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), operações contratadas diretamente com o BNDES, investimentos para a Copa e Jogos Olímpicos.

Dessa forma, considerando que essas exceções foram adotadas para questões visivelmente menos urgentes do que o assunto em pauta, parece-me um contrassenso negar-se tratamento excepcional a Municípios e Estados que estão em situação tão extrema, como é o caso daqueles que tiveram frustração de receitas provenientes da exploração de petróleo e gás.

Ao final, outro aspecto que gostaria de destacar, Senador Fernando Bezerra, é que nós não estamos aqui efetivando um empréstimo nem concedendo nenhum empréstimo. O que nós estamos fazendo aqui, nesta Comissão, caso o projeto seja aprovado, é autorizar que os Municípios que se enquadram entre os produtores de petróleo e gás que tiveram frustração de receitas decorrentes da baixa brusca do preço do barril de petróleo possam requerer – possam requerer – a antecipação de receitas provenientes dessa atividade, dentro dos limites das perdas estimadas, exclusivamente para 2015 e 2016. Destaque-se que, para que não haja qualquer sombra de dúvida, requerer não é contratar, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Tanto é assim que o Município, Estado do Distrito Federal deverá atender à capacidade de pagamento – que, diga-se de passagem, é altamente restritiva – e atende a ditames postos pelo Ministério da Fazenda através da Secretaria do Tesouro Nacional. Pode-se afirmar também que muitas das operações de crédito mencionadas aqui, que ainda não foram autorizadas... Existem operações de crédito lá na Secretaria do Tesouro, de fato, Senador Fernando Bezerra, que não foram autorizadas; certamente estão encontrando entraves na capacidade de pagamento, pois uma coisa é atender ao limite de endividamento da Resolução nº 43 e outra, bem diferente e mais difícil, é atender à capacidade de pagamento, cuja análise é feita segundo os critérios da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, sinto-me seguro em relatar esta matéria, porque sei que não representa uma liberação para o endividamento irresponsável, ao contrário, atende ao momento particular por que passam diversos Estados e Municípios brasileiros que precisam contar com o bom senso desta Casa. E como destacado, a solicitação de antecipação que eventualmente for feita continuará precisando comprovar sua capacidade de pagamento para efetivação.

É o parecer favorável, segundo melhor juízo desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Um colosso, hein, Presidente? Um colosso esse parecer!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passo a palavra, inicialmente, ao Senador Omar Aziz. Em seguida, ao Senador Ricardo Ferraço e depois ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, cada um dos 27 Estados, incluindo o Distrito Federal, tem sua peculiaridade e cada um tem seu tipo de arrecadação.

Aqui, vou votar favoravelmente ao projeto, mas eu queria que fossem esclarecidas duas dúvidas. A primeira é sobre a questão do que este Senado, este Congresso já aprovou e já até derrubou um veto, que está no Supremo, que é a questão dos *royalties* para compartilhamento dos Estados. Como fica isso se amanhã ou depois o Pleno do Supremo decidir que são compartilhados esses *royalties*? Esse é o primeiro questionamento.

Segundo, dá uma explicação muito clara. Volto a repetir, vou votar favoravelmente, mas antecipação e receita não é nova receita, está-se empurrando o problema lá para frente e os gestores têm de estar atentos a isso. Não adianta querermos resolver o problema agora e jogarmos para 2017 e 2018, porque, nesse argumento, não vemos essa perspectiva tão rápida de o Brasil sair, nós temos de nos adequar à crise, ao problema que os Estados estão enfrentando.

Por isso, só para alertar, Sr. Presidente, quanto a essas duas questões, mas voto favoravelmente ao projeto que tem como autor “os outros”, que é a Senadora Rose de Freitas e o Senador Crivella, que já tinham discutido essa matéria comigo. Sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço a atenção de todos os presentes para que possamos ouvir com clareza as palavras do senador Omar Aziz.

Terminou a sua discussão, Senador Omar Aziz? (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em primeiro plano, cumprimento o Senador Marcelo Crivella e a minha estimada e querida Senadora Rose de Freitas, coautores desse importante projeto, pela tempestividade com que esse projeto chega à Comissão de Assuntos Econômicos, em linha com o relato apresentado pelo Senador Valadares. S. Ex^a exerceu toda a sua capacidade dialética ao explorar, ponto a ponto, o quanto esse projeto está absolutamente em linha com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que estabelece, Sr. Presidente, os critérios que deverão ser observados nesse tipo de operação de crédito.

Sr. Presidente, qual é a realidade? É exatamente subordinado à realidade dos fatos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...que o Senador Crivella e a Senadora Rose de Freitas estão subscrevendo esse projeto.

A realidade dos fatos, Sr. Presidente é que, para alguns Estados brasileiros, entre eles, os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, são absolutamente dependentes das receitas governamentais da exploração do petróleo e do gás.

Sr. Presidente, durante 40 anos, o Espírito Santo produziu, em média, 16 mil barris. Nos últimos quatro anos, houve uma importante evolução na produção do petróleo e do gás em nosso Estado. Essa evolução foi estratégica para o nosso Estado e para os nossos Municípios. E o nosso Estado e os nossos Municípios fizeram a sua programação orçamentária e financeira para 2015, considerando o preço do barril do petróleo em US\$110, US\$115. Essa era a realidade do preço do barril do petróleo. Nenhum analista do mercado nacional ou global em algum momento sinalizou com qualquer das questões que estão em curso, questões geopolíticas, questão da produção do *shale gas*. Não houve quem no mercado nacional e global pudesse sinalizar que haveria redução no preço do barril do petróleo.

Essa redução do preço no barril do petróleo, portanto, representou uma extraordinária quebra de expectativa das nossas receitas. O barril do petróleo, que estava previsto em US\$110, US\$115, caiu para US\$50, US\$45, US\$55. E toda proposta orçamentária do nosso Estado e dos nossos Municípios foi feita com base nessa paridade.

Para que tenhamos uma ideia do impacto dessas perdas no exercício financeiro e orçamentário, comparando os exercícios de 2015 e 2014, no caso do Espírito Santo – não conheço o caso do Rio de Janeiro, mas tenho convicção de que o Senador Lindbergh, o Senador Marcelo Crivella, autor do projeto, conhecem a quebra de expectativa acerca da redução do preço no Estado do Rio de Janeiro –, ou seja, a perda prevista para 2015, de arrecadação de *royalties* e participações especiais do Governo do Estado encontra-se em aproximadamente em R\$400 milhões. Essa é a redução que estamos vendo confirmar-se. Estamos no quinto mês do ano de 2015, mas essas são as perdas que já estão se confirmando.

Como se não bastasse isso, também os nossos Municípios confrontantes, que são os Municípios que arrecadam e contam com essas receitas governamentais, estão já acumulando perdas de R\$260 milhões, ou seja, nós estamos próximos, Senador Agripino, de reduções de receitas entre Estados e Municípios que chegam a quase R\$700 milhões.

A proposta do Senador Crivella e da Senadora Rose de Freitas – e eu estou militando nessa causa – é de que, durante esse período e com base na Resolução nº 43, os Municípios e Estados possam ver alargada a sua capacidade de alavancagem, oferecendo como receita esses *royalties*, sendo que os prefeitos e os governadores terão de contratar e terão que liquidar essas receitas durante o seu exercício, até porque, se não fosse assim, contrariaria a Resolução nº 43, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, nós estamos diante de um fato concreto, uma possibilidade de nós transitarmos nessa conjuntura de absoluta restrição, Sr. Presidente, até porque as restrições econômicas não se limitam a essa questão. O País está mergulhado em uma recessão, Sr. Presidente. O Produto Interno Bruto e as receitas governamentais estão caindo. Isso poderá dar aos Estados e Municípios brasileiros, aqueles que desejarem, a possibilidade de uma rede de proteção para esse período.

É o que solicita a Senadora Rose de Freitas, é o que solicita o Senador Marcelo Crivella. E, evidentemente, eu, não apenas como brasileiro, mas sobretudo como capixaba, entendendo a realidade do meu Estado e a

tempestividade desse projeto, quero pedir aqui o apoio dos nossos companheiros para que nós possamos dar aquilo que é de nosso direito, ou seja, nós não estamos pedindo aquilo que não é nosso; nós estamos pedindo aquilo que é nosso e está em perfeita compatibilidade com a Resolução nº 43.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, pela importância, pela relevância, pelo alcance dessa Resolução nº 15, é que nós estamos aqui não apenas manifestando o nosso voto, mas pedindo o apoio aos nossos colegas Senadores para que a solidariedade federativa, Senador Omar Aziz, possa se fazer presente, até porque o Senado é a Casa que representa o Estado brasileiro, e este é o momento de nós, Senador Fernando Bezerra, contarmos com o apoio de V. Exª para que nós possamos, obtendo o apoio de V. Exªs, dar a expectativa dessa possibilidade aos nossos Estados e aos nossos Municípios.

Portanto, eu quero declarar o meu voto e a minha militância, pedindo o apoio dos nobres Senadores para que nós possamos votar favoravelmente a essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, com a palavra o Senador Fernando Bezerra. Em seguida, o Senador José Agripino e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria manifestar a minha alegria com a emenda apresentada pela Senadora Rose de Freitas e com o acolhimento dessa emenda pelo Relator da matéria, Senador Antonio Carlos Valadares.

Na realidade, essa emenda corrige uma das principais...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – ... distorções do projeto original. É que se queria realizar a antecipação de receita para que o pagamento se desse nas administrações subsequentes, o que seria uma violação dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja sanção nós comemoramos 15 anos, E foi essa lei, pelos seus parâmetros, pelas suas diretrizes, pelas suas normas, que conferiu ao Brasil a possibilidade de vivenciar longos anos de estabilidade monetária e de estabilidade fiscal.

Portanto, a minha primeira palavra é para dizer que valeu a pena o pedido de vista que realizei, porque levou a uma reflexão dos meus Pares, sobretudo daqueles interessados em construir um instrumento de auxílio, de ajuda aos Municípios e aos Estados produtores de petróleo e gás, e, por isso, quero aqui expressar a minha satisfação.

Quero também, Sr. Presidente, de forma muito franca, de forma muito aberta, dizer que estão se procedendo a algumas alterações na proposta original com as quais eu não concordo. A primeira é que o Relator restringiu a utilização de *royalties* apenas para petróleo e gás, quando a gente também tem a situação ocorrendo, de forma igual, para os Municípios que vivem do *royalty* gerado pela energia elétrica ou energia hidrelétrica das grandes barragens. Ocorreram grandes modificações com as mudanças havidas no setor elétrico e muitos Municípios que vivem dos *royalties* da energia hidrelétrica...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Senador, V. Exª pode propor a emenda e eu vou acolher, como nordestino.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Então, essa é a primeira sugestão. Os Municípios da margem do São Francisco...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Lá no Estado do Sergipe, Pernambuco, Bahia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – ... desse instrumento.

Feita essa correção que o Relator está se dispondo a acolher, eu trago aqui duas sugestões, Sr. Presidente, para a gente poder caminhar no sentido de criar aqui um consenso. Na realidade, há um impedimento que ainda não foi resolvido pelo relatório do Senador Antonio Carlos Valadares e esse impedimento é justamente o fato de que nós estamos, através de uma resolução do Senado Federal, procurando alterar regras que foram fixadas por uma lei, a Lei nº 7.990, de 1989. É essa lei que diz como devem ser aplicados os recursos de antecipação com receita de *royalties*. Eu temo, e quero aqui expressar, eu não creio que uma resolução tenha uma força maior do que uma lei.

Então a minha proposta é que estou com um requerimento para o caso de votarmos, de decidirmos votar hoje aqui. Inclusive, contará com o meu voto no mérito, mas acho que há um problema sério a ser resolvido, que é a questão jurídico-legal. A resolução não tem poder para alterar o que disciplina uma lei. É preciso que haja uma emenda à lei. Então, se quiserem votar hoje aqui, nós temos que aprovar o requerimento que apresento para que esta matéria seja apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça para que ela possa opinar sobre a compatibilidade do projeto de resolução do Senado nº 15 e a Lei nº 7.990.

Se não quiserem votar o requerimento, Presidente, tenho que ser muito franco, muito sincero, eu tenho que pedir vista, porque tem um novo parecer, tem uma nova emenda. E aí eu me dirigiria àqueles que estão mais afeitos à questão da compatibilização da norma jurídica para saber se as alterações propostas por uma resolução podem alterar aquilo que está determinado numa lei. Essa é a minha observação. Eu peço a reflexão.

No mérito, eu já evolui para apoiar a iniciativa do Senador Marcelo Crivella, da Senadora Rose de Freitas, do Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, mas é importante que esta Casa, esta Comissão, melhor dizendo, possa refletir sobre essa incompatibilidade do que quer a resolução e do que diz a Lei nº 7.990, de 1989.

Portanto, a minha sugestão: se quisermos votar hoje aqui, antes, Sr. Presidente, submeta o meu requerimento para que a matéria saia daqui e possa também ser objeto de apreciação na Comissão de Constituição e Justiça para verificar essa compatibilização. Se não for possível votar o meu requerimento antes da votação da matéria, eu vou ser obrigado a pedir vista, conforme prevê o Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de continuar a relação, para discussão, retorno a palavra ao Senador Relator para que ele possa fazer algumas considerações em relação ao que falou o Senador Fernando Bezerra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Bom, quanto ao primeiro item da inclusão da questão das elétricas no projeto de resolução, não haveria, a meu ver, nenhum problema quanto aos autores, que já foram consultados. Eles aceitam essa inclusão.

A lei a que se refere ao Senador Fernando Bezerra, de nº 7.990, de 1989, institui aos Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.

É uma lei que trata especificamente de compensação.

Vamos ver, então, o art. 8º.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Art. 8º e sua alínea I, incisos I e II.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Vamos ver, então, o art. 8º, *caput*:

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da administração direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituir, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívidas e no quadro permanente de pessoal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Alínea I, continue a leitura.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Continuo a leitura.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – As vedações constantes do *caput* não se aplicam...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ligue o som, Senador Fernando Bezerra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Seguindo:

§ 1º. As vedações constantes do *caput* não se aplicam:

I – ao pagamento de dívidas para com a União e suas entidades;

II – ao custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Essa leitura...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momentinho, Senador.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª tem convicção de que essa resolução atende ao objetivo?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – A resolução proposta, sem dúvida alguma, atende aos objetivos propostos inicialmente. Quanto à legalidade, esta Comissão não trata de legalidade ou inconstitucionalidade de matérias. Trata de mérito. E no mérito, sou favorável à aprovação aqui nesta Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Também sou, mas para que a gente possa dar sequência...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Agora, para que ela vá à Comissão, é preciso que alguém peça.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A gente tem que saber se está compatível, porque, pela leitura do art. 8º...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – O requerimento V. Exª tem que apresentar na Secretaria-Geral da Mesa, no plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois é. Então, vou ter que pedir vista, porque eu não tenho segurança de que nós temos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – V. Exª tem todo direito de pedir vista.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sim, claro. Por isso que eu estou dizendo que não estou querendo truncar a tramitação da matéria. Estou chamando a atenção de que a lei só permite pagamento para dívidas com a União, para a Previdência e para despesas com educação. Se quer na resolução aplicar em saúde e se quer ainda 40% discricionários para os gestores. Não é possível pela lei! Ou nós mudamos para poder ficar só com dívidas da União, Previdência e educação; ou a gente não tem como dar sequência a isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Vamos votar, então, e V. Exª faz o requerimento lá para que esta matéria vá à Comissão...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Senador, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A minha sugestão é votar o meu requerimento para que a matéria seja apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – É lá no plenário do Senado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Esta matéria é terminativa aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momentinho. Senador Fernando Bezerra...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, só para fazer o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momentinho. Senador Fernando Bezerra, nós podemos encerrar a discussão aqui, aprovar esse projeto e, lá no plenário, alguém pode pedir vista.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Acho que podemos fazer um acordo com o Senador Bezerra. Podemos aquiescer e fazer com que esse empréstimo que está consignado em 60% para saúde e educação e 40%, discricionário, podemos aquiescer com ele de usar esses recursos para pagamento com dívidas da União, fundos de pensão e educação. Pronto. Aí fizemos a adequação. Atendido o Senador Fernando Bezerra, podemos votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, o acordo foi proposto pelo autor, Senador Marcelo Crivella. E acho inteiramente viável, porque, retirando esse mecanismo de 60% e de 40%, e possibilitando que as receitas sejam aplicadas para finalidades que não sejam proibidas pela lei, acho inteiramente viável que façamos um acordo e aprovemos o projeto, abstraindo essa possibilidade de 40% e de 60% para a educação e para a saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Tem o meu apoio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Novamente ligue o som, Senador Fernando Bezerra. Está sem som, está sem som!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momentinho.

O Sr. Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, concorda com essa mudança proposta pelo autor?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Estou inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, continuando a discussão, passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou procurar ser bastante rápido, porque acho que a gente tem que definir essa matéria logo, até porque ela é oportuna, ela se impõe e ela significa fazer justiça aos Estados e Municípios detentores de *royalties*, principalmente de gás e petróleo.

No meu Estado, por exemplo – e aí falo de cátedra, porque, como fui governador, conheço bem as realidades tanto do Estado, quanto dos Municípios –, a concessão ou o direito aos *royalties* garantido por lei é um fato antigo e que propiciou às administrações uma fonte de recursos perfeitamente presumível, previsível e com a qual os Estados e Municípios contam há bastante tempo, dentro das suas programações plurianuais.

Em função da flutuação de preço e em função também da queda de produção, prevê-se uma diferença, no apurado de *royalties* ou na receita de *royalties*, nos anos de 2015 e 2016, em relação principalmente ao que ocorreu em 2013 e 2014. Ocorre que os Estados e os Municípios fizeram as suas programações a longo e médio prazo baseados numa receita que vinha ocorrendo, e a frustração dessa receita pode provocar imenso descompasso na vida financeira dos Municípios, em função de uma realidade que não estava prevista.

Então, pelo projeto de lei do Senador Marcelo Crivella, que prevê qual foi a média de receita de *royalties* em 2013 e 2014 para Estados, Municípios, Estado A, Município B, etc., e qual vai ser a perspectiva feita pela ANP de receita de *royalties* em 2015 e 2016, seguramente menor, em função da turbulência que vai ocorrer com as administrações municipais e estaduais, nada mais justo do que...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – ..., nessa transitoriedade, e obedecidos os trâmites ou os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, permitir-se a antecipação de receita, para que não haja, em função da turbulência administrativa nessa rubrica de receita da programação de médio e longo prazo nos Estados e Municípios que vivem há bastante tempo dessa receita e que voltarão, porque essa é uma crise circunstancial, a ter aquela previsão de receitas atendida.

Então, o meu voto é completamente favorável. E uso a palavra para prestar o testemunho de uma experiência que vivi como governador, até porque conheço a realidade dos Municípios e dos Estados, do meu Estado e dos meus Municípios, que detêm receitas de *royalties* e que têm programação de obras e benefícios de médio e longo prazo que entrarão em colapso se essa matéria não for aprovada. O meu voto é francamente favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, o Senador Roberto Requião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Raimundo Lira, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero iniciar a discussão dizendo que, quanto ao mérito, votarei a favor.

Agora, eu gostaria de pedir ao Relator que, assim como o Senador Bezerra fez, e muito bem, a inclusão dos *royalties* dos recursos hídricos na geração de energia, fosse incluída também a CFEM, que é o royalty da mineração. Na mineração não há *royalty*; há uma compensação financeira pela exploração mineral que é a mesma coisa que o *royalty*. Então eu queria solicitar ao Relator que pudesse incluir a CFEM, porque vai atender aos Estados mineradores: o meu Estado do Pará, Minas Gerais, Goiás e outros Estados que têm a sua base econômica bastante representativa na mineração.

Esse era o primeiro ponto, Presidente Raimundo Lira.

Gostaria de ouvir o Relator, se ele concorda com a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Relator, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Tem que haver um mecanismo que garanta, neste caso, havendo perda, que se possa incluir o pedido de V. Ex^a. Nós vamos incluir, mas com esta restrição: havendo perdas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Como é o caso aí dos Estados produtores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ...é idêntico ao *royalty* do petróleo. É a mesma coisa...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Não há problema. Nós iremos colocar. Depois da votação, nós temos que fazer uma nova redação, incluindo...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A redação original contempla.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ...incluindo o pedido de V. Ex^a e o de Fernando Bezerra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Ex^a, como Relator, acatará a inclusão da CFEM?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu acatarei dentro dessa exigência de que haja perdas, como é o caso dos Estados produtores de petróleo e gás.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E de energia elétrica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Outro questionamento, Presidente, é para saber qual é a relação do *royalty* de petróleo que vai ser usada pelos Estados produtores: a que nós aprovamos aqui, que está parada no Supremo Tribunal Federal, ou a que está sendo usada, porque nós aprovamos uma redistribuição do petróleo do pré-sal para os Estados da Federação, e o Supremo ainda não se posicionou. Há dois anos ela está lá, parada, e os Estados estão perdendo essa receita. Então qual é o valor que vai ser utilizado no *royalty* de petróleo?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador Roberto Requião. Em seguida, o Senador José Medeiros e, depois, o Senador José Pimentel.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, quero que se considere o meu voto como um voto contra o ajuste fiscal, porque, na verdade, o problema é este: nós estamos tentando medidas suasórias que não levarão, a meu ver, ao lugar que queremos.

Se fizermos uma redução ao absurdo dessa proposta, deixando de lado as objeções colocadas tecnicamente pelo Senador Fernando Bezerra, nós estaremos exigindo que Estados e Municípios tenham condição de pagar o empréstimo na vigência dos mandatos dos atuais prefeitos e governadores.

A política de ajuste do Governo Federal, que é uma política recessiva, é uma política que precariza o trabalho e o capital produtivo, vai, como já está fazendo, diminuir a possibilidade de arrecadação dos Estados. Então, na verdade, a rigor, ninguém vai conseguir acesso a esses *royalties*, mesmo dentro das condições colocadas pelo Relator à proposta de resolução.

Mas o meu voto é favorável, como será favorável o meu voto contra o reajuste no Plenário, hoje à tarde. É favorável à contrariedade do ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, a situação dos Municípios do Rio de Janeiro também não é diferente da situação dos Municípios, dos Estados produtores e exportadores de grãos. Esses Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço silêncio aos presentes, para que possamos ouvir com clareza as palavras do Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Esses Municípios dos Estados que exportam, Sr. Presidente, fizeram previsão orçamentária e dependiam dos recursos a serem repassados pelo FEX, o Fundo de Exportação. Esses Estados, como sabemos, por causa da Lei Kandir, que é a lei de incentivo às exportações, não podem arrecadar sobre isso. E foi criado o fundo. Acontece que o Governo, em 2014, não repassou o fundo. O governo anterior e os prefeitos, todos fizeram a previsão orçamentária com base nesses recursos, que não vieram. Então, esses Municípios estão em estado de penúria. Já estão todos eles aqui, para a Marcha dos Prefeitos.

Precisávamos encontrar um mecanismo, também, para incluir esses Municípios e Estados que estão em dificuldades. O Município de onde eu venho tem R\$7 milhões para receber. Isso, para um pequeno Município, é muito importante.

Então, fica aqui essa reflexão, para que achemos uma saída para esses Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o primeiro registro é que a redução dos *royalties* é uma consequência direta da desvalorização do petróleo. Se nós formos a 2008, o custo médio do barril de petróleo era US\$96; em 2013, US\$108; em 2012, US\$111; em 2011, US\$111; em 2015, o preço médio é de US\$55. Portanto, por conta da alta produção nos países produtores de petróleo, em especial a Arábia Saudita, e sua política para combater o gás de xisto nos Estados Unidos, o preço do barril do petróleo caiu 50% e isso impactou nos *royalties*. E não há no cenário, a curto e médio prazo, nenhuma tendência para que o barril de petróleo ultrapasse US\$100. Essa é a leitura de todos aqueles que atuam nesse mercado. Os tesouros dos países que atuam nesse setor assim procedem.

Exatamente por isso, o Ministério da fazenda encaminha uma nota técnica que diz o seguinte: em suma, o comportamento atual dos preços do petróleo não representa uma volatilidade passageira, mas, sim, uma tendência que permanecerá para os próximos anos. Dessa forma, é pouco provável que a tendência se reverta. Antecipar as receitas da exploração do produto só agravaria o problema futuro, principalmente no caso em que as perspectivas de reativação de outros setores não se configurarem no horizonte visado no projeto aqui analisado.

Como agravante, nós, o Congresso Nacional – o Senado, primeiro, e depois a Câmara –, aprovamos uma legislação alterando a partilha do petróleo. Essa matéria foi à Presidência da República e foi vetada.

Nos últimos quatro anos, nós analisamos 2.148 vetos e só um veto caiu na Câmara e no Senado. Exatamente o veto que impedia a partilha dos *royalties* com os 26 Estados e o Distrito Federal.

Em seguida, o Estado do Rio de Janeiro, insatisfeito com a decisão do Congresso Nacional, foi ao Supremo Tribunal Federal e obteve uma liminar da Ministra Cármen Lúcia, que está há mais de dois anos nas prateleiras do Supremo Tribunal Federal sem julgar o mérito, com graves problemas para a autonomia do Congresso Nacional, que decidiu, por ampla maioria, pela distribuição justa dos *royalties* de petróleo e, conseqüentemente, a participação de todos nós, porque a Petrobras não pertence ao um Estado, mas pertence ao Estado nacional.

Em face disso, nós temos dois problemas: vamos permitir antecipar um resultado de *royalties* que o Congresso Nacional determinou que não pertence apenas ao Estado da Federação, mas pertence aos 26 Estados e ao Distrito Federal. Resolvida a questão no Supremo Tribunal Federal, se for pela constitucionalidade, volta a lei que nós aprovamos por ampla maioria; se o Supremo decidir pela inconstitucionalidade, aí o que nós estamos aqui hoje discutindo não traz nenhum prejuízo para os nossos Estados.

Naquela base de cálculo de 2013, quando nós tínhamos o barril de petróleo ao custo médio de US\$108, o Estado do Acre deveria sair de 9 milhões para 179 milhões/ano; o Estado de Alagoas sairia de 11 milhões para 218 milhões/ano; o Estado do Amazonas sairia de 7 milhões para 146 milhões; o Estado do Amapá sairia de 9 milhões para 179; o Estado da Bahia sairia de 25 milhões para 493; o nosso Estado, o Ceará, sairia de 20 milhões para 385 milhões. E aqui temos os cálculos feitos exatamente para a sessão do Congresso Nacional que derrubou o veto naquela data histórica.

Portanto, com essa resolução, estamos criando três problemas. O primeiro problema é o valor médio do barril de petróleo, que hoje está na casa de US\$55 e dificilmente voltará à casa dos US\$100, que é a base de cálculo que o Estado do Rio de Janeiro aqui apresenta para essa resolução.

Segunda consequência: nós estamos inviabilizando, até 2019, qualquer participação do resto dos Estados federados, caso o Supremo Tribunal Federal assim venha a proceder, porque vamos fazer uma antecipação dos *royalties* para o principal Estado que hoje mais recebe.

Terceira consequência: como não há previsão de valorização do barril de petróleo, estamos, na verdade, dificultando ainda mais a vida dos Estados que hoje recebem esses *royalties*.

Por isso, deixo a reflexão. Isso não é matéria de Governo; é matéria informativa para que nós possamos deliberar com a maior tranquilidade e sabendo as consequências do que estamos fazendo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, eu tenho duas questões. Já coloquei essa questão – se formos votar hoje, votarei favoravelmente –, mas eu queria aqui alertar para uma coisa. Primeiro, a antecipação desses *royalties* não está sendo feita diretamente entre Petrobras e Estado ou Município. Essa antecipação será feita através de empréstimo, com juros que não serão subsidiados, que terão de ser aprovados pelas Assembleias Legislativas ou pelas Câmaras Municipais, respectivamente, para que se possa captar recursos, e as garantias que o Governo Federal não dará, porque a Secretaria do Tesouro Nacional não está dando garantia para empréstimo nenhum.

Por isso, quero fazer um apelo ao Senador Fernando Bezerra, quero fazer um apelo aos outros Senadores.

Segundo, há esse discurso de que o preço do barril era US\$108. Quando era US\$108, o dólar, no Brasil, era um e noventa e tal, não chegava a dois. Agora, o dólar é três. Ao multiplicar 55 vezes 3, dá R\$165 o preço do barril, contra R\$200 o preço do barril quando o dólar estava um pouco mais barato. E antecipação de receita não é feita em dólar; é feita em cima de reais. Então, esse discurso de que estava cento e pouco... Era para estar hoje, com o dólar a três e o preço do petróleo com o barril a 108 – multiplicando três vezes US\$108 –, R\$324 o preço do barril. Mas a realidade não é essa. A realidade é outra.

Então, em cima dessas outras questões – e não nos cabe discutir aqui qual é o formato que o Governo vai ter para poder fazer essa antecipação, e, sim, é uma negociação de cada governo e de cada Município –, vou fazer um apelo aos Senadores para que votemos a matéria, de acordo com o Senador Crivella, a Senadora Rose e o relatório do Senador Valadares, porque essa questão ainda não é tão simples assim: aprova-se aqui no Senado, e o Governador vai ao banco, dizendo que vai pegar a antecipação e vai pagar juros de 14% ao ano. Não vai conseguir aprovar, até porque ele vai inviabilizar qualquer tipo de transação financeira entre Estado e uma instituição financeira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, antes de votarmos.

O Senador Pimentel trouxe uma elucubração muito cerebrina, mas ela não afeta nenhum dos Estados. Esse foi um argumento que se usou para incrementar a ambição, de certa maneira, irresponsável, criando divisão entre os brasileiros. A Presidente Dilma vetou bem. E o Congresso, movido por ambições, acabou ferindo mortalmente o Pacto Federativo.

Isso é só garantia. Se, amanhã, o Supremo determinar que o *royalty* vai ser dividido por todos os Estados, aquela garantia cai, e o governo do Estado que contratou o empréstimo vai dar outra garantia. Ele não vai conseguir, com o empréstimo na mão, dizer: “O *royalty* é meu, eu agora vou receber”.

O preço do petróleo para o futuro só uma cartomante poderá nos dizer. Agora, a ANP fez as contas para nós. O Senador Omar Aziz tocou num ponto fundamental. Graças ao bom Deus, a queda do preço do barril foi compensada pelo aumento da desvalorização do real, mas, ainda assim, existem prejuízos que os Municípios e os Estados poderão recompor.

Eu peço a V. Exª para colocar em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, para apresentar o relatório final, em decorrência dos debates aqui havidos. Se V. Exª me permitir, serei rápido, breve.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª vai incluir...?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Vou apresentar um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não vai incluir as emendas...?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Vou anunciar, neste momento, o substitutivo com os seguintes objetivos. Primeiro, vou incluir no art. 5º da Resolução nº 43, para efeito de antecipação de *royalties*, energia elétrica e compensação financeira pela exploração de recursos minerais, que são ideias dos Senadores Fernando Bezerra e Flexa Ribeiro. Estão incluídos, então, nesse substitutivo que entregarei a V. Exª ainda hoje. Também nas alíneas “a” e “b” – a primeira atribui 40% das perdas estimadas para uso discricionário; e, no item “b”, 60% para uso em saúde e educação em 2015 e 2016 –, na verdade, o substitutivo vai prever a aplicação de 100% de acordo com a legislação em vigor. Essa legislação foi aqui descrita pelo nobre Senador Fernando Bezerra, companheiro de Partido. Em obediência à legislação vigente, 100%, retirando 40% e 60%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Valadares, era interessante V. Exª citar a lei e o parágrafo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Mas a lei vai ser, sem dúvida alguma, citada no relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Incluir no relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – No relatório.

Essas são as modificações que estou fazendo no nosso parecer, Sr. Presidente, para a aprovação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ainda para discutir, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu só queria dizer, Senador Flexa Ribeiro, Srªs e Srs. Senadores, que é importante sinalizar esta questão dos *royalties* da mineração, mas o marco regulatório da mineração está para ser votado na Câmara dos Deputados – o Relator é o Deputado Leonardo Quintão, de Minas Gerais – e, logo, logo, virá para o Senado Federal para podermos aqui ou emendar ou aprovar, se estiverem todos de acordo. Então, essa questão dos *royalties* já deve constar nesse novo marco regulatório da mineração. Inclusive, o DNPM deverá ser transformado em agência também. E eu espero que esse projeto venha redondo da Câmara para que possamos votá-lo logo aqui, no Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É só para comentar a fala do Senador Valdir Raupp.

Senador Valdir Raupp, nós estamos esperando esse código da mineração há seis anos. Há seis anos o Governo dizia que ia encaminhar o código de mineração, por isso um projeto de minha autoria não tramitava aqui no Senado. Ele apresentou esse projeto há dois anos, está preso na Câmara. Deus o ouça: que possamos efetivamente ter liberado da Câmara para vir ao Senado.

Em últimas palavras e para ser curto no raciocínio: o projeto não anda por que a Vale não o deixa prosseguir, essa que é a realidade. A Vale não tem interesse em que os Estados e os Municípios mineradores tenham uma compensação financeira que seja pelo menos digna para os Estados e Municípios atenderem às suas necessidades. Isso vai ser feito pela reforma do Código de Mineração. A coitadinha diz que as *commodities* hoje estão reduzidas para menos da metade do que eram, só que ela não diz que passou anos tendo 40 bilhões de

lucro, sem distribuir isso ao povo brasileiro, só distribuindo aos seus acionistas, cujo principal é o próprio Governo, pois hoje a Vale continua estatal.

Lamentavelmente, eu queria estar com seu raciocínio, mas não tenho essa esperança. O projeto não vai andar enquanto a Vale não deixar que ele ande. Ela não vai deixar nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Vamos votar, Presidente. Há uma solenidade no plenário nos esperando.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos colocar em votação o substitutivo do Senador Valadares, acatando as Emendas nºs 2 e 3, nos termos da Emenda nº 4 da CAE, do substitutivo que apresenta.

Está em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, acatando as Emendas nºs 2 e 3, nos termos da Emenda nº 4 – CAE (Substitutivo).

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Questão de ordem, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu estou relatando o item 4 da pauta, mas tenho também, assim como o Senador Antonio Carlos Valadares, de estar presente na solenidade de entrega da premiação, até porque fiz a indicação para um dos homenageados. Se V. Exª pudesse chamar o item 4 da pauta, eu faria a leitura do meu relatório em relação à indicação do Dr. Alexandre Cordeiro Macedo para o Cade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Fernando Bezerra, também pelo mesmo motivo do Senador Lindbergh Farias...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente, Sr. Presidente. Eu estou aqui com...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... vai relatar o item 2.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Queria só solicitar que seja lido na reunião de hoje ainda um requerimento sobre a mesa de minha autoria, que faz um convite ao Presidente do Tribunal de Contas da União. É sobre uma situação referente o Estado do Paraná. Sei que a deliberação será na próxima reunião, mas gostaria que V. Exª pudesse lê-lo para que deliberássemos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ler dois requerimentos: um de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que continua presente, e outro de V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 2.

1ª PARTE – ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor JOÃO PAULO RESENDE para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Alessandro Serafim Octavianni Luis.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Lindbergh Farias, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, vou fazer uma leitura resumida.

A Senhora Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 31, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. João Paulo de Resende, para o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Senadora Rose, só porque está à minha frente, não estou conseguindo ver nada.

O Sr. João Paulo de Resende é brasileiro, graduado em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, e possui Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É também doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Proferiu palestras e publicou trabalhos acadêmicos relacionados à intervenção do Estado na economia e ao funcionamento dos mercados regulados. É Professor de Economia da Regulação na Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e foi professor do Curso de Especialização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Pertence aos quadros da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 2006, admitido por concurso público, e exerceu vários cargos na Administração Pública Brasileira, tais como Assessor Econômico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Assessor Econômico do Ministério de Minas e Energia e Conselheiro no Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Entre 2012 e março de 2015, exerceu a relevante função de Diretor da Unidade de Concessões e Parcerias Público-Privadas da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao longo dessa trajetória profissional, atuou diretamente na regulação econômica de diversos setores da economia brasileira, mais notadamente na área de infraestrutura, dentre eles os setores de petróleo e gás, energia elétrica, mineração, portos, aeroportos e aviação civil, rodovias e ferrovias. Essa abrangente experiência será de grande valia para as decisões do tribunal do Cade, tendo em vista a quantidade de casos recentes de infraestrutura regulada submetidos à análise do órgão.

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica, intelectual e acadêmica do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. João Paulo de Resende para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea “b” do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 2 de junho, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. João Paulo de Resende para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

1ª PARTE – ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor PAULO BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Ricardo Machado Ruiz.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

Com a palavra, o senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 32, de 2015 (Mensagem nº 126, de 2015, da Presidência da República), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Burnier da Silveira, para o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Registra-se que, neste particular, o indicado apresentou documentação que atendeu todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

A Lei nº 12.529, de 2011, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O referido art. 6º dispõe que o Tribunal Administrativo tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico, e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

O Sr. Paulo Burnier da Silveira é brasileiro, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), possui Mestrado pela Universidade Católica Portuguesa, quando desenvolveu a dissertação sobre “Controle das Operações de Concentração: a experiência europeia e as perspectivas para o Mercosul,” e Doutorado pela Universidade de Paris, com tese sobre defesa da concorrência. Possui diversos trabalhos acadêmicos sobre direito comercial, defesa da concorrência e concentração econômica.

Exerceu advocacia privada no Brasil e na França e atuou como Assessor Internacional do Cade, onde adquiriu larga experiência na coordenação do controle das fusões internacionais analisadas simultaneamente pelo Cade e por órgãos internacionais homólogos. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, na área de Direito Comercial e Concorrencial, tendo sido aprovado em primeiro lugar no concurso público.

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica, intelectual e acadêmica do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Dr. Paulo Burnier da Silveira para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 2 de junho, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Paulo Burnier da Silveira, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, com a vênica de V. Exª e de todos os nossos Senadores, eu gostaria de solicitar a V. Exª que submetesse à Comissão requerimento de regime de urgência para o PRS nº 15, de 2015, para que nós pudéssemos levar esse enfrentamento já de logo para o Plenário. Já deliberamos sobre esse assunto na Comissão de Assuntos Econômicos; é um tema que recebeu, por parte dos Senadores, a unanimidade do reconhecimento do mérito da proposta que foi apresentada pela Senadora Rose e pelo Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Apoiado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, eu queria, Sr. Presidente, solicitar a V. Exª que, rapidamente, entre o próximo item e o anterior, submetesse à deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos essa solicitação de regime de urgência, para que nós pudéssemos levar o PRS 15 para o plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Coloco em votação o pedido de urgência do Senador Ricardo Ferraço para o PRS 15, de 2015.

Os Srs. Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 9, de 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2015, que “altera a Resolução nº 43, de 2001,

que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir, excepcionalmente, a antecipação de receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na hipótese que prevê”.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

Item 4.

1ª PARTE – ITEM 4 MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2015 – Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Eduardo Pontual Ribeiro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Não apresentado.

Observações:

Concluído que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação, concedo a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, para que proceda à leitura de seu relatório sobre o indicado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 84, XIV, combinado com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, a Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 33, de 2015, submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa à Presidenta da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, quando determinado em lei. É o que determina a Lei nº 12.529, de 2011, para os membros do Cade.

Nos termos do disposto no art. 99, incisos V e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir opinião sobre a escolha de autoridades. Ainda nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o art. 6º da Lei 12.529, que estabelece requisitos mínimos para a composição do Cade, os Conselheiros serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo nasceu no Distrito Federal em 1976. Sua formação acadêmica é bastante completa. É bacharel em Economia pelo Centro Universitário de Brasília e em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília. Possui especialização em Direito Disciplinar na Administração Pública pela Universidade de Brasília e mestrado em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público.

No campo profissional, foi servidor do Superior Tribunal de Justiça entre 2004 e 2006, ocupando o cargo de Técnico Judiciário. Em seguida, passou a exercer o cargo de Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União (CGU), onde assumiu a função de assessor do Corregedor Geral da União, entre 2009 e 2010, e de chefe de gabinete entre 2011 e 2012. Entre 2012 e 2013, passou ao cargo de Secretário Executivo do Ministério das Cidades, exercendo atividades correlatas à definição de diretrizes e implementação de ações da área de competência do Ministério.

No mesmo período em que esteve trabalhando no Ministério das Cidades, acumulou as funções de presidente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) oportunidade em que decidia questões relativas a políticas e diretrizes das empresas. Foi também membro do comitê de investimento do Fundo de Investimento do FGTS e mem-

bro suplente do conselho curador do FGTS à mesma época, quando participava de decisões sobre aporte de recursos em projeto de infraestrutura no País. Em 2014, passou a ser Assessor Parlamentar do Senado Federal, junto à Terceira Secretaria.

Na área acadêmica, exerce atividades de docência desde 2007. Foi professor da Escola de Administração Fazendária (Esaf) até 2012, onde ministrou cursos de Processo Administrativo Disciplinar, Responsabilidade Administrativa e Sindicância Patrimonial. Entre 2011 e 2015, foi professor de Direito Econômico e de Direito Administrativo do Curso de Pós-Graduação da Atame Pós-graduação e Cursos, em Brasília. Em 2015, lecionou Direito Econômico na Escola de Direito do Instituto Brasileiro de Direito Público.

As funções e atividades desempenhadas pelo indicado, na Administração Pública e no magistério, e sua sólida formação acadêmica, evidenciadas em seu currículo, revelam seu elevado nível de qualificação, o que deixa esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Cade.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, é meio incomum da minha parte o que eu vou dizer, mas li os quatro currículos e o que me chamou a atenção é que os quatro são de jovens, primeiro, aprovados em concurso público, com uma excelente formação. Não os conheço pessoalmente, não na vivência, mas uns têm formação em Direito Internacional Concorrencial. Quer dizer, é o tipo de indicação que ajuda, que consolida uma instituição como o Cade.

Eu só queria dar esse testemunho, independentemente da apreciação dos colegas e da sabatina, porque achei que deveria, para estimular esse tipo de indicação: jovens, aprovados em concurso público e com formação específica na área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – As considerações de V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, são pertinentes. É uma coisa muito boa para o Brasil.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 2 de junho, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, para exercer o cargo de Conselheiro do Cade.

Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para ler, *ad hoc*, o relatório do Senador Alvaro Dias, se V. Ex^a me der a honra.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou passar, agora, ao item 5.

1ª PARTE – ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição à Senhora Ana de Oliveira Frazão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Convido o Senador Marcelo Crivella a relatar *ad hoc* a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 34, de 2015 (nº 128, de 2015, na origem), em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Sr^a Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça, com mandato de quatro anos, em substituição à Sr^a Ana de Oliveira Frazão.

Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, compete privativamente ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Por sua vez, a Lei nº 12.529, de 2011, em seu art. 6º, define que o Tribunal Administrativo, órgão julgante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30

(trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 99, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a sua indicação.

Nesse sentido o currículo anexo à Mensagem em análise relata a formação acadêmica e a experiência profissional da Sr^a Cristiane Schmidt.

Quanto à sua formação acadêmica, saliente-se que a indicada tem mestrado e doutorado em economia pela Fundação Getúlio Vargas. Especializou-se em defesa da concorrência e regulação econômica. Sua tese de doutorado foi composta por três artigos microeconômicos no tema “defesa da concorrência”, tendo recebido importantes premiações do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac) e da Seae/FGV. Foi, ainda, *visiting scholar* na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, cumpre-nos destacar a vasta publicação acadêmica da indicada, como, por exemplo: *Concorrência no Brasil: e agora?*, em coautoria com Elizabeth Farina e Claudio Considera, no livro *Propostas para o governo 2015/2018*, organizado por Fabio Giambiagi e Claudio Porto (Elsevier, 2013), Capítulo 20; *How the relationship between crossed elasticity and income on demand price elasticity can help antitrust analyses in the definition of the relevant market and on the possibility of exercising market power*, de fevereiro de 2001; *Concentration Index*, de março de 2002, com Marcos Lima; *Commerce and Competition* – Abril de 2002, com Isabel Ramos e Marcos Lima; e *Defense of Competition in Mercosur*, Revista Abamec, Agosto de 2002.

Por fim, no tocante à sua experiência profissional, vale ressaltar que a Sr^a Cristiane Schmidt foi Secretária-Adjunta na área de defesa pela concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, onde, entre outras atribuições, contribuiu ativamente na elaboração de guias de análise concorrencial (horizontal e vertical) e de comportamentos predatórios, além de auxiliar na elaboração de marcos regulatórios e legais, a exemplo do então projeto que viria a ser a nova lei da defesa da concorrência (Lei nº 12.529, de 2011). Também foi gerente-geral de assuntos corporativos da Embratel, onde atuou como economista chefe do jurídico-regulatório nos casos relacionados à concorrência e regulação. Já foi, ainda, diretora-adjunta da agência de desenvolvimento local de Porto Rico. Porto Rico, Sr. Presidente. Foi diretora do departamento econômico da Companhia de Comércio e Exportação de Porto Rico, quando atuou em negociações comerciais junto ao CAFTA e ao NAFTA; gerente de execução estratégica para o *board* da maior empresa de cimento da América Central (Cementos Progreso – Guatemala), onde auxiliava em decisões estratégicas acerca da entrada em novos mercados e na identificação de práticas desleais adotadas pelos concorrentes; e economista do Ibrac/FGV, tendo atuado em projetos estratégicos na África e na República Dominicana. É uma bandeirante.

Atualmente, é economista do Itaú Asset e parecerista da Revista de Direito Administrativo da FGV, participante do Liberty Fund e professora e coordenadora de cursos de MBAs da FGV e da Universidade de Manchester, Inglaterra.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação que resultará de voto secreto, limitamo-nos a este relatório, acreditando termos fornecido às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos elementos suficientes para decidir sobre a indicação da Sr^a Cristiane Schmidt para o cargo de Conselheira do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra há pouco tempo e o senhor não pôde dar porque, por uma questão lógica, estava dando sequência à leitura do relatório. Mas eu queria registrar também, como servidor público federal concursado, como membro da Base aliada do Governo e como uma pessoa que está aqui para colaborar para um País melhor, o acerto dessas indicações, primeiro por privilegiar servidores públicos com alto gabarito, pessoas que realmente têm condições de nos ajudar nessa avaliação das fusões e de vários processos econômicos.

Eu quero parabenizar aqui o Palácio do Planalto, a nossa Presidenta da República e toda a sua equipe por essas indicações, e a Sr^a Cristiane Alkmin, que não é uma servidora pública concursada, mas tem um currículo, como o Crivella colocou, de altíssima relevância e gabarito – como ele diz bem, uma bandeirante.

Será bastante relevante estarmos presentes aqui na oitava desses cinco indicados, conversando e compreendendo um pouco mais o trabalho que será realizado no Cade. Sinto-me bastante feliz por estar aqui participando desse final.

Quero registrar meu voto favorável à indicação do Eduardo Frade Rodrigues, do João Paulo Resende, do Paulo Burnier da Silveira – não estava aqui naqueles momentos –, do Alexandre Macedo e também da Cristiane.

Eram essas as minhas considerações aqui, Presidente. E parabenizar e congratular o nosso Governo por tão relevantes indicações.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No próximo dia 2 de junho, terça-feira, V. Ex^a vai ter oportunidade de sabatar esses técnicos, esses profissionais indicados para o Cade.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno do Senado, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 2 de junho, terça-feira, será realizada a sabatina da Sr^a Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Passo ao item 12 da segunda parte da pauta.

2ª PARTE – ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, de 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, que “assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses”, com a participação do Deputado Distrital Joe Valle, além de representantes das seguintes instituições: Ministério do Turismo; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee; Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal – Ruraltur.

Autoria: Senador Hélio José

Observações:

1. Em 12/05/2015, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

Com a palavra, o autor do requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, este requerimento visa ouvirmos todos os setores interessados na matéria para podermos melhor instruir o voto. Quero fazer essa audiência pública para poder compreender melhor todas as questões com os órgãos envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 8, de 2015, CAE.

Passo, agora, à leitura do requerimento de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann:

Sr. Presidente, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), audiência pública com o Exmo Sr. Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para apresentar os resultados da auditoria realizada por aquela Corte sobre o Processo nº 014.205/2011-4 e as razões que têm levado à demora no julgamento dos autos.

A deliberação deste requerimento fica para a próxima reunião.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico que hoje, às 13h30, no Plenário nº 2 da Câmara, teremos uma reunião conjunta com a CMA, CMO e demais comissões pertinentes da Câmara dos Deputados, com a presença do Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos, do dia seis de maio de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, João Alberto Souza, Sérgio

Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Roberto Rocha, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, José Pimentel, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Fátima Bezerra, Rose de Freitas e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. *Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.* TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Armando Monteiro. *Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.* TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Bauer. *Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.* TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. *Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.* TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador José Pimentel. *Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos.* TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira. *Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional.* TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Armando Monteiro. *Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional.* TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Wilder Moraes. *Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica.* Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta. E pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 63 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; 16, de 2014, todos Complementares, que tramitam em conjunto. Relatoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para exame do Relatório. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012 – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. *Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.* Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Lido o Relatório, a matéria é retirada de pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Marcelo Crivella. *Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.* Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo). Relatoria: Senador Benedito de Lira. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Vicentinho Alves. *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente.* Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de

2015 – Autoria: Senador Marcelo Crivella. *REQUEIRO, nos termos do art. 93 e s.s., c.c. o art. 100, inciso II, tudo do RISF, a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão, para tratar de tema de interesse público relevante, consistente da epidemia de dengue que vem assolando o País.* Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2015 – Autoria: Senador Waldemir Moka. *Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Portanto o objetivo da audiência é para instrução da matéria do PLS 21, DE 2014, sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas. Para tanto, solicito que seja convidado o Sr: Dr. José Osmar Medina Pestana – Hospital do Rim – Fundação Oswaldo Ramos.* Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Item 4 – Projeto de Lei do Senado Nº 74, de 2011; Item 5 – Projeto de Lei do Senado Nº 130, de 2012; Item 6 – Projeto de Lei do Senado Nº 355, de 2013; Item 8 – Projeto de Lei do Senado Nº 8, de 2015. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Otto Alencar, Marcelo Crivella, a Senadora Ana Amélia, e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dois itens não terminativos e de seis itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada. O item 1 se compõe de vários projetos.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015
– Terminativo –

Acrescenta §3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015.

Observações:

– Em 29.04.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, na reunião anterior, eu tinha lido o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, do Senador José Medeiros, que acrescenta §3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios do seu consumo abusivo.

Esse projeto de lei de autoria do Senador José Medeiros justifica e ressalta que, em 30 anos, o consumo brasileiro de refrigerantes quintuplicou e corresponde hoje à ingestão anual de 66 litros ou seis quilos de açúcar por pessoa. Ele assinala que um excesso diário de calorias correspondentes a apenas um copo de refrigerante pode acarretar, em dez anos, um acréscimo de peso superior a 50 quilos.

Segundo o autor do projeto, o número de jovens obesos no Brasil cresceu, em 20 anos, quatro vezes mais que nos Estados Unidos, onde o problema é gravíssimo. Lembrando as inúmeras disfunções acarretadas pela obesidade, ele defende sua proposta como uma medida indispensável no combate a tão furtiva ameaça à saúde e ao bem-estar de nosso povo.

A proposição foi distribuída somente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para ser apreciada em caráter terminativo, e não recebeu emendas.

Análise.

Compete à CAS, conforme o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre esses temas concernentes à proteção e à defesa da saúde.

Tendo em vista a natureza terminativa da apreciação, assinalamos que, a nossa ver, não existem óbices constitucionais ou regimentais à aprovação do projeto.

No que concerne ao mérito e à técnica legislativa, porém, a proposição incorre em erro ao tratar de tema técnico e específico à apresentação na rotulagem do teor calórico e das advertências sobre o consumo de bebidas açucaradas, que não deve ser objeto de norma legal, mas, sim, de regulamentos técnicos, instituídos por meios de normas e de *status* infralegal, como é o caso das portarias do Ministério da Saúde e das resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A lei, por definição, deve ser restringida a temas gerais e abstratos. Há que se observar, portanto, as inconveniências de determinar por lei federal medida como a propósito do projeto em tela.

Tendo em vista o longo tempo de tramitação e a necessidade de conserto político para sua aprovação, uma norma legal pode versar sobre a evolução tecnológica de matérias das quais venha a tratar.

No caso específico da rotulagem de alimentos e bebidas, salientamos um grande problema adicional: o fato de as normas em vigência terem sido acordadas no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O Mercosul possui fórum de negociação com o propósito de harmonizar especificações, requisitos e controle sanitário. Qualquer proposta de alteração nessas resoluções implica uma consulta aos Estados-partes e, posteriormente, uma decisão do Conselho Arbitral do Mercosul. Se agir de forma diferente, o Brasil romperá os acordos comerciais e sanitários existentes. Na prática, os regulamentos atuais somente podem ser modificados se essa alteração for justificada por avanço tecnológico e por regulamentações internacionais sobre o assunto.

Em virtude das razões expostas, a matéria não possui objeto de lei e deve ser regulada pelas normas de rotulagem harmonizadas com os países que integram o Mercosul.

Entendemos que a medida proposta, o nº 8, de 2015, não deve prosperar. O nosso voto, portanto, é pela rejeição do Projeto de Lei nº 8, de 2015, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O projeto tramita em caráter terminativo. Estamos próximos de obter o quórum. Portanto, adio por alguns minutos a votação dele.

O item nº 1 é também da relatoria do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a retirada de pauta do item 1, para uma análise mais apurada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não, Senador. Eu já havia anotado a solicitação de V. Ex^a. Estamos dando cumprimento a ela.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011
– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011
– Não terminativo –

Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013
– Não Terminativo –

Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2013
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica.

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta. E pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 63 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; 16, de 2014, todos Complementares, que tramitam em conjunto.

Observações:

- *A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.*
- *Votação simbólica.*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Item nº 2.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012**

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012.

Observações:

- *A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*
- *Votação simbólica.*

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Edison Lobão, caros colegas Senadoras e Senadores, antes de fazer a leitura do relatório do projeto do Senador Paulo Paim sobre estágio, eu queria só dar uma informação.

Estou chegando – e por isso cheguei um pouco mais tarde à Comissão – de um café da manhã com o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, com a Bancada Feminina de Parlamentares da Câmara Federal e do Senado. O Ministro deu informações, algumas relevantes. Eu havia indagado do Ministro a Lei dos 60 dias, que foi aprovada por esta Comissão, para o início do tratamento contra o câncer. As informações não são muito animadoras. E também sobre a reconstituição da mama para a mulher que faz mastectomia, que é a retirada da mama contaminada pelo câncer; fazer a reconstituição ou a prótese no mesmo ato cirúrgico. O Ministro deu uma informação em relação a esse último caso. Disse ele que, em 2014, houve aumento de 16% em relação ao número de mastectomias e de reconstituições feitas no mesmo ato cirúrgico. Em 2104, foram mais de 9 mil casos, e que 283 hospitais no País estão habilitados a fazer essa cirurgia no mesmo ato cirúrgico, claro que se houver condição clínica.

Eu queria fazer este registro, agradecendo a atenção que o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, e toda a equipe dele deu à Bancada. Estavam lá a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Ângela Portela, abordando temas de interesse da saúde da mulher e da saúde dos brasileiros de um modo em geral. Então, faço este registro.

Ele voltará aqui no momento oportuno. Falei também da questão de órteses e próteses, que é uma matéria que nós está sob a investigação de uma CPI no Senado e outra na Câmara. Mas também tenho uma audiência pública solicitada nessa Comissão, para definir uma política para evitar os abusos que acontecem e prejudicam os pacientes, prejudicam planos de saúde, prejudicam também o SUS. Então, acho que é um bom encaminhamento.

Feita essa informação aos colegas Senadores, passo direto à análise deste projeto do Senador Paulo Paim.

Nós não temos dúvidas quanto à vantagem que a atividade do estágio obrigatório traz para os alunos em termos de aprendizado e preparação para o trabalho.

No entanto, essas atividades também geram ganhos para as partes concedentes, que passam a contar com a mão de obra dos estagiários, sem os encargos trabalhistas derivados do vínculo empregatício, no conceito do Senador Paulo Paim. Embora eu entenda que o estágio também tem uma função de ser a escola prática daquele que se forma e que não tem experiência. O estágio dá uma experiência, capacita mais, é a complementação do ensino teórico na universidade, em qualquer curso que ele faça.

Desse modo, os estágios obrigatórios oferecidos a título gracioso, sem qualquer tipo de remuneração, pode ter a significação ou interpretação de uma exploração da mão de obra.

A Lei do Estágio já prevê um conjunto importante de benefícios que alcançam os estudantes que fazem tanto estágios obrigatórios quanto não obrigatórios, tais como a contratação de seguro contra acidentes pessoais, a garantia de recesso de 30 dias e a redução da carga horária no período de provas. Obtidos no passado recente, esses benefícios constituem avanços importantes trazidos pela normatização da matéria. Entendemos, no entanto, que a alteração sugerida pelo ilustre Senador Paulo Paim, por meio do PLS nº 424, de 2012,

soma-se a esses avanços e, por isso, somos favoráveis à proposta de estender o benefício da bolsa ou outro tipo de contraprestação acordada entre as partes a todos os estudantes que precisem fazer estágio para concluir a formação.

Lembramos, ainda, que a Comissão de Educação terá a oportunidade de debater o mérito desta matéria com maior aprofundamento ou, se entender, aperfeiçoamento, tendo em conta a responsabilidade de decidir terminativamente naquela comissão temática.

Do ponto de vista social da nossa Comissão de Assuntos Sociais, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012, e cumprimento o autor, o Senador Paulo Paim.

Esse é o voto, Presidente Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Aqui dialogando com a nobre Relatora, em forma de sugestão, eu acho que precisamos aprofundar mais esta discussão e defendo que seja nesta Comissão, dado que a nobre Relatora está propondo que se faça uma discussão maior na Comissão de Educação. Porque hoje a concepção do estágio é o adicionamento a uma atividade curricular dos vários estágios propostos nos vários setores da economia ou dos estudantes. E como está sendo proposto aqui o estágio pago, ele acaba acarretando relações de emprego e outras questões.

Então, nobre Relatora, proponho que façamos aqui um debate mais aprofundado dessas questões, envolvendo todos os setores, dado que esta é uma comissão de mérito muito importante. E nós poderíamos trazer aqui o MEC, que hoje se posiciona contra, digamos assim, o pagamento desse estágio; o Ministério do Trabalho; os estudantes e as universidades, para arredondarmos.

Concordo que é uma matéria muito importante para que o estudante, conforme o seu argumento, não seja usado como mão de obra barata etc.

Eu acho que, nesse sentido, é um projeto importante, mas carece, digamos assim, de debate e de aprofundamento, para poder unificar inclusive as posições de Governo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu fico muito grata pela valiosa contribuição do Senador nessa advertência prudente e oportuna, especialmente porque ele aborda questões e aspectos relevantes quando menciona a questão de que aqui não se trata de vínculo de emprego, de trabalho. Isso é muito importante deixar muito claro numa legislação dessas, e também é importante esclarecer por que há estágio, o que caracteriza estágio.

É bom também que o Ministério da Educação se manifeste, e acolho, de bom grado, essa posição do Senador, para que nós possamos ampliar o debate aqui na Comissão.

Entendo também que isso pode onerar a empresa que esteja aberta ao estágio, e, já que existe uma lei regulamentando o estágio, a lei que está em vigor pode ser suficiente para isso. Aí poderíamos, na conclusão deste debate, optar pela prejudicialidade da iniciativa, preexistindo uma lei que trata do estágio nas formas que estão constituídas na legislação em vigor.

Então, eu acolho, de muito bom grado, a sugestão do Senador e vamos, então, dar vista coletiva – aí eu não posso fazer isso, mas acho que é a proposta do Senador Paulo Rocha – ou vamos ver como vamos encaminhar.

Mas acolho a sugestão que ele apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu confesso também que eu tenho uma visão não divergente, mas nós temos uma lei que regulamenta o chamado estágio, e eu tenho a seguinte avaliação: determinados estágios são tão bons do ponto de vista prático de ensinamento que há casos em que o aluno que está fazendo estágio não está preocupado com a remuneração, pois ele sabe que ali é um lugar em que ele tem um aprendizado na prática.

Eu me lembro de que, desde o quarto ano de Medicina, eu fui para o Procor, que era uma clínica, lá no meu Estado, que era a melhor em Cardiologia. Então, eu dava estágio, plantões, e aquilo não era remunerado, mas o grau de aprendizado era muito grande.

Hoje, como há regulamentação do estágio, eu acho que o Senador Paulo Rocha propõe uma discussão mais aprofundada e percebo que a Senadora Ana Amélia entende isso. Aqui nesta Comissão, nós vamos discutir, porque aqui também nós discutimos as relações trabalhistas, o que não seria o caso, mas que acaba sendo inserido nesse contexto.

Eu acho que o estágio tem que ser visto pelo grau de aprendizado que o estagiário tem. Eu acho que esse é o grande ponto. Agora, se, para ele fazer o estágio, dá-se uma ajuda de custo, a passagem e tantas outras coisas, melhor ainda; mas a preocupação maior é com a qualidade do aprendizado. Não tenho a menor dúvida disso.

Então, talvez o Senador Paulo Rocha esteja pedindo uma vista coletiva ou uma vista; se for coletiva, nós temos que colocar na próxima semana; talvez seja melhor pedir simplesmente vista; aí chamaríamos o Paulo Paim, que é um Senador aberto a essas discussões, e conversaríamos sobre qual seria o melhor encaminhamento para este projeto.

A intenção é boa, é válido o projeto, só que ele esbarra, na minha avaliação, nessa questão de que pode, em vez de ajudar, trazer algum tipo de prejuízo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria fazer uma proposta ao Senador Edison Lobão, nosso Presidente, e ao Senador Paulo Rocha.

Senador, eu sou do sistema prático. Com uma vista, nós podemos demorar seis meses tratando do tema. Então, vamos agilizar. Eu converso com o Ministério da Educação, com o Ministério do Trabalho – mas eu acho que isto aqui é Ministério da Educação, tanto que o projeto é terminativo na Educação.

Então, penso que podemos esgotar no Ministério da Educação, com o Senador Paulo Paim, para dar, digamos, o destino adequado à matéria, e aí economizamos até energias num assunto que pode ser resolvido com um bom diálogo com o Ministério da Educação. É a proposta que faço, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, estamos diante de duas propostas ou de duas alternativas. Uma, o Senador Paulo Rocha propõe audiências públicas para uma informação mais profunda do projeto, com o que está de acordo a Relatora Ana Amélia. O Senador Moka também faz observações judiciosas, como de seu hábito.

Porém, como se trata de um projeto que é terminativo na Comissão de Educação, estou, pessoalmente, com o convencimento de que essas audiências públicas aqui propostas serão realizadas lá.

O que indago do Senador Paulo Rocha e da Senadora Ana Amélia é se não estariam, eventualmente, de acordo em que se votasse aqui o projeto hoje, deixando essa atribuição, que é conveniente sim, à comissão terminativa, que é a Comissão de Educação, onde, de fato, as questões aqui apontadas quanto ao projeto são mais próprias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Há a terceira alternativa, Presidente, que foi a que apresentei, de eu, como Relatora, com essa competência, conversar com o Ministério da Educação. Esgotamos com o Ministério da Educação e o autor da proposta. Se entendermos pela prejudicialidade, podemos mudar o relatório. É a terceira alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª faz, então, um adendo ao seu relatório, no sentido de que, uma vez lido com proposta de aprovação, V. Exª pede a retirada por uma semana para essas questões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim, peço a retirada para vista. E essa vista do projeto... Retirada do projeto para mudança de voto, para alteração do voto. Se não houver condição de entendimento, faremos, então, a série de audiências ou, na próxima sessão deliberativa, decidiremos se transferimos para a Comissão de Educação a responsabilidade das audiências públicas, ou se nós faremos aqui, na CAS. Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Perfeito.

Vou, então, conceder a solicitação de V. Exª no sentido de retirar o projeto para o exame proposto.

O item 3 está com vista para o Senador Humberto Costa, que não se encontra presente. Terá, portanto, sua apreciação adiada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em seguida darei a palavra.

O item 4 já teve lido o relatório, e fica adiada também a discussão e votação, em virtude de ser Relatora a Senadora Regina Sousa.

O item 5 tem caráter terminativo. O Senador Relator é o Senador José Pimentel, que também não se encontra presente. Fica adiado.

O item 6, de caráter terminativo, tem como Relator o Senador Humberto Costa. Fica também adiado.

São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

– Em 15.04.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Em 29.04.2015, a Presidência concede Vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais.

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011

– Terminativo –

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011.

Observações:

– Em 22.04.2015, a Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Regina Sousa, em substituição ao Senador José Pimentel.

Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2012

– Terminativo –

Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012.

Observações:

– Em 06.02.2014, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer contrário ao Projeto.

– Votação nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013.

Observações:

– *Votação nominal.*)

O item 7 tem como Relator o Senador Waldemir Moka, a quem concederei a palavra após ouvir o Senador Marcelo Crivella.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2013****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– *Em 03.06.2014, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).*

– *Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*

– *Votação nominal.*

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito obrigado pela indulgência de V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a que colocasse em votação um requerimento que fiz, muito importante. É um requerimento para discutirmos, nesta Comissão, a epidemia da dengue, que já chega, só neste ano, a 500 mil casos.

Se V. Ex^a pudesse atender seu colega, eu ficaria muito satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Faremos isso, Sr. Senador Marcelo Crivella, logo após a votação da pauta de hoje, que já está no final.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Waldemir Moka para a leitura de seu substitutivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a permissão do Senador Crivella, eu queria acompanhá-lo nesse pedido, porque acho que, realmente, é uma das questões que nós precisamos ouvir. Principalmente porque há a possibilidade, desde que a Anvisa agilize, de que a agente possa ter essa vacina dentro de um, dois anos. Está na terceira etapa, em caráter experimental, prestes a fazer vacinas nas pessoas. Esse é um avanço importante. É uma belíssima sugestão de pauta.

Vamos ao parecer.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 544, de 2013, do Senador Vicentinho Alves, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), com o objetivo de excluir, como doença preexistente, as malformações congênitas, além de tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente. Este é o projeto, em síntese, do Senador Vicentinho.

A alteração proposta consiste na inserção de dois parágrafos no art. 11 do referido diploma legal. O art. 2º da proposição determina que a lei proposta passe a vigor na data de sua publicação.

O autor informa, na justificção do projeto, que as pessoas com malformações congênitas são frequentemente discriminadas nos planos de saúde por utilizarem mais [frequentemente, no texto diz amiúde] amiúde a assistência médica, sendo a alegação mais comum a de preexistência de doença. Entre essas pessoas, as que mais sofrem, por estarem muito sujeitas a malformações, são as portadoras da síndrome de Down, às quais os planos de saúde constantemente negam autorização de tratamentos, sob a alegação de preexistência das enfermidades decorrentes da síndrome.

O projeto foi previamente analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi aprovado na forma de um substitutivo. A alteração implementada pela CAE afetou apenas a questão da exigência de fundamentação e comunicação por escrito da negativa de cobertura, que foi estendida a todas as situações de recusa, e não apenas aos casos de negativa em razão de doença ou lesão preexistente.

O PLS nº 544, de 2013, foi distribuído à análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo, tendo sido previamente relatado pelo Senador Paulo Davim. O relatório oferecido pelo ilustre Parlamentar concluiu pela aprovação da matéria na forma de um substitutivo, que acolhia a emenda

aprovada pela CAE. A competente análise empreendida pelo Senador Paulo Davim é integralmente incorporada ao presente relatório.

Na verdade, o Senador Davim elaborou o relatório e, aí, foi distribuído para mim e eu, na verdade, estou reapresentando o relatório do Senador Paulo Davim, a quem eu quero dar todos os méritos do relatório – alguma coisa nós acrescentamos.

Preliminarmente, cabe ressaltar que a apreciação do PLS nº 544, de 2013, por este colegiado encontra fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que confere à CAS competência para opinar, quanto ao mérito, sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde.

Por decidir terminativamente sobre a matéria (inciso I do art. 91 do RISF), a Comissão deverá, ainda, opinar sobre a regimentalidade do projeto.

Sr. Presidente, “malformação” é o termo usado para descrever os processos anômalos de formação e desenvolvimento de órgãos e tecidos. “Congênito” significa “que nasce com o indivíduo”. Dessa forma, malformações congênitas são alterações de desenvolvimento de órgãos e tecidos presentes ao nascimento. Segundo definição da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), malformação é “todo defeito na constituição de algum órgão ou conjunto de órgãos que determine uma anomalia morfológica estrutural presente no nascimento devido a causa genética, ambiental ou mista”.

As malformações congênitas podem ser de origem genética, podem resultar da exposição do feto a agentes teratogênicos – agente teratogênico é o próprio remédio; às vezes, a mãe grávida acaba ingerindo alguma medicação, alguma substância que causa essa malformação, conhecida como agente teratogênico, ou teratogenia – ou podem ser de origem desconhecida. Essas afecções constituem importante causa de morte neonatal. Exemplos comuns de malformação congênita são espinha bífida, fenda palatina, síndrome de Down, defeitos cardíacos e anomalias nos membros.

É até compreensível que as operadoras resistam a cobrir despesas com doenças preexistentes, a fim de evitar a chamada “seleção adversa” na contratação de planos de saúde. É a mesma lógica que lhes permite instituir prazos de carência nos contratos. No entanto, incluir malformações congênitas no conceito de doença preexistente para fins de exclusão de cobertura securitária é inaceitável. E eu concordo com isso. Afinal, não há como o segurado aderir ao plano antes mesmo de nascer! É uma situação absurda essa.

Com efeito, a abusividade de cláusulas que impedem a cobertura de despesas com o tratamento de malformações congênitas, por serem consideradas doenças preexistentes, foi reconhecida pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça em recente julgamento de Recurso Especial contra a operadora Bradesco Saúde. A corte decidiu ser possível incluir neto de segurada titular como seu dependente em contrato anterior à Lei dos Planos de Saúde, bem como cobrir contratualmente as lesões oriundas da cardiopatia de natureza congênita que acomete a criança.

O mérito do PLS nº 544, de 2013, é, portanto, inquestionável, na minha modesta opinião.

Nada obstante, consideramos que o uso do termo “malformações”, por ser conceitualmente associado a defeitos estruturais, pode ser interpretado restritivamente pelas operadoras, de modo a excluir as doenças congênitas metabólicas sem repercussão morfológica em órgãos e tecidos. É certo que o autor da proposição nunca teve a intenção de excluir da cobertura dos planos de saúde os portadores de outras afecções congênitas, a exemplo da fibrose cística. Dessa forma, e para evitar conflitos e ambiguidades na interpretação do texto normativo, é imperativo explicitar que nenhuma doença congênita deve ser motivo de exclusão de cobertura sob o argumento de se tratar de doença preexistente.

A modificação proposta pela CAE, de estender a todos os procedimentos cobertos pela saúde suplementar a obrigatoriedade de fundamentar e comunicar por escrito eventual negativa de cobertura, amplia o alcance do projeto e deve ser acatada.

Por fim, não há óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposição em análise. Portanto, é competência da União legislar, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre proteção e defesa da saúde (inciso XII do art. 24 da Constituição Federal).

Em função dos argumentos exarados ao longo desta análise, oferecemos emenda substitutiva, que estende o benefício aos portadores de todas as doenças congênitas e incorpora a contribuição oferecida pela CAE. O substitutivo concede prazo de 90 dias para que se inicie a vigência da lei, a fim de proporcionar oportunidade para as operadoras se adaptarem às novas medidas.

Voto. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva, restando prejudicada a Emenda nº 1 – CAE.

A emenda substitutiva está aqui colocada, Sr. Presidente.

É o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão.

Srs. Senadores, esta é uma Comissão formada por muitos especialistas, especialidades diversas, nobilíssimas todas, mas também por médicos, que não se espantam com a semântica aqui usada nos relatórios e muito menos com as expressões exóticas da Medicina. É o que agora faz o Senador Moka, médico, que discorre, disserta sobre tudo isso sem arrepiar-se ou ouriçar-se com as expressões de origem farmacológica e clínicas.

O parecer de V. Ex^a, que não se limita, assim como os demais Senadores, à posição de locutor ou de locutores da competente assessoria que temos no Senado, discorre sobre as fundamentações e sobre a gênese de cada projeto. É um parecer denso, que examinaremos na reunião seguinte, quando tivermos número suficiente para a votação em caráter terminativo.

O Senador Pimentel pede o adiamento do exame e votação do item nº 5.

Com isso, encerramos a pauta.

Passaremos à votação do requerimento do Senador Marcelo Crivella, vazado nos seguintes termos.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93 e s.s., c.c. o art. 100, inciso II, tudo do RISF, a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão, para tratar de tema de interesse público relevante, consistente da epidemia de dengue que vem assolando o País.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Para tanto, sugere sejam convidados representantes do Ministério da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, do Centro de Pesquisas René Rachou e representantes do Programa de Computação Científica.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. Em seguida, ao Senador Otto Alencar.

Se o Senador Marcelo Crivella ainda desejar defender o seu requerimento, que o faça.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dos atos do Poder Executivo, aprovamos requerimento idêntico ao do Senador Crivella.

Então, faria uma proposta... Estamos convidando – começou com convocação e terminou com convite – o Ministro e todos os técnicos da área de saúde para discutir essa questão da epidemia de dengue no Brasil, em vários Estados, como colocou bem o Senador Crivella, que preocupa bastante, até porque é uma situação em que eu vejo permanentemente se colocar a culpa na ação ineficiente dos Municípios, depois, dos Estados e, por fim, do Governo Federal, e tem que haver uma ação realmente que possa conter o avanço da epidemia de dengue no Brasil.

Então, eu proporia ao Senador Crivella que, se ele pudesse, fizesse uma audiência pública conjunta com essas comissões todas, porque o Ministro esteve aqui, nesta Comissão, recentemente. Eu até o abordei sobre o programa Mais Médicos. Ele veio para uma comissão e virá para outra comissão? Seria importante que pudéssemos, de alguma forma, fazer uma audiência conjunta nessa mesma data para discutir o tema, que é muito relevante. Até quero parabenizar aqui o Senador Crivella pela preocupação com essa questão, uma questão importante. Eu acredito que poderia surgir daí uma solução para se encontrar um caminho para conter a doença, e não que se fique identificando culpados. Recentemente, eu ouvi que foi a Prefeitura de São Paulo que não fez uma atuação condizente para conter. Depois, foi o Estado de São Paulo. Enfim, é preciso encontrar uma solução, porque quem está pagando é o povo brasileiro com essa epidemia, que pode se estender a níveis de uma situação bem grave.

Então, minha proposta – não sei se o Senador Crivella concorda – é que se faça essa audiência conjunta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Aí, caberá a V. Ex^a, com seu gênio político, com sua capacidade de articulação e experiência e com a sobrançeria desse seu caráter conciliador, fazer essa audiência pública conjunta, inclusive verificando, Sr. Presidente, se os que foram convidados lá não são os mesmos daqui, se não se sobrepõem, para não chamarmos pessoas que vão trazer as mesmas mensagens.

O que o Senador Moka disse é fundamental: a gente precisa saber do pessoal que está tratando da vacina. O Senador da Bahia, do bravo Estado da Bahia, também traz aqui a preocupação de encontrar os caminhos.

Eu sou engenheiro civil, não sou médico, como eles, mas sei, por exemplo, que, nos Estados em que temos comunidades carentes cujas casas não possuem telhados, cujas casas têm apenas laje de cobertura, temos fonte de duas coisas: primeiro, acidentes. Donas de casa que vão colocar a roupa no varal e crianças soltando pipa caem. O primeiro problema ortopédico do meu Estado, trauma, é por laje sem telhado. E, segundo, as

águas das chuvas formam poças e ali há uma proliferação de mosquito, pois as pessoas não podem secar aquelas poças. São lajes, centenas de lajes. Ali há um criadouro de mosquito da dengue terrível.

Então, eu acho que a gente deveria discutir isso com profissionais de todas as áreas para realmente vislumbrar os caminhos para a solução desse grave problema.

O nosso Presidente da CCJ, o Maranhão, teve uma febre, febre oriunda da dengue. Se ele tiver uma segunda dengue daqui para frente, ela pode ser hemorrágica, o que é grave e já levou a óbito muitas pessoas.

Então, é momento, realmente, de a gente se debruçar sobre isso e discutir, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ..., eu percebi que na relação do Crivella – peço desculpa se eu estiver equivocado...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, está certo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...não tem nenhum representante da Anvisa, e a Anvisa é que autoriza essas etapas de...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Mas tem dos laboratórios que estão fazendo a pesquisa. Vamos chamar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que o laboratório é que está exatamente... E já está na... Já passaram pela primeira etapa, pela segunda etapa... Agora, feita a etapa num conjunto grande... Estão falando em cento e tantas mil pessoas...

Para você ver qual o grau de imunização da vacina, se ela tem eficácia ou não. A partir daí, ela é liberada para a população. A Anvisa é que pode autorizar ou não. Eu acho fundamental que a gente possa trazer um representante da Anvisa, porque é quem domina esse assunto.

Mas, Presidente, eu acho que o autor do requerimento é que deve considerar. Eu estou apenas sugerindo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu endosso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, a proposta do Senador Otto Alencar é no sentido de que se ouça também o próprio Ministro da Saúde, ainda que em uma reunião conjunta com outra comissão. O Senador Moka faz um adendo no sentido de que se convide também, ou convoque, o Presidente da Anvisa, o que me parece também muito oportuno.

Nessas circunstâncias, de acordo com o Regimento, devolvo o requerimento ao Senador Crivella, para que S. Ex^a, como autor principal – digo principal porque há dois autores *ad hoc* –, recomponha, refaça, seu requerimento, a fim de ser ele oportunamente examinado por esta Comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Fica aprovado, Presidente, “sujeito à inclusão de novos convidados e a uma reunião conjunta”?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Exatamente. Pode ser dessa forma.

Formalizado o requerimento, eu já coloco em votação o original, com os adendos...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a colocar em votação, eu gostaria só de fazer uma pequena complementação.

Lá em Cruzeiro do Sul, no meu Estado, o segundo Município mais importante do Estado, os índices de dengue são altíssimos! Eu não sei se ele está entre os primeiros, mas, com certeza, está entre os cinco Municípios mais afetados do País. Em uma conversa que eu tive com o Prefeito Vagner Sales, inclusive estivemos no Ministério da Saúde, o que acarreta também, viu Otto?, esses índices elevados é a falta de estrutura dos Municípios para combater, para criar mecanismos que não permitam a proliferação dessa doença.

Então, nós estamos nos atendo só às condições do Ministério da Saúde em criar a vacina, mas seria interessante, para que V. Ex^a avaliasse, que pudéssemos trazer dois prefeitos – não sei quais são os Municípios mais afetados –, para que eles fizessem o relato da situação de seus Municípios. Não sei se é Cruzeiro, não sei se é São Paulo. Eu sei que em São Paulo está muito grave. Até jogadores de futebol, eu vejo no noticiário, não estão... Jogadores de futebol, que têm uma estrutura, estão pegando dengue, estão deixando de jogar futebol por conta da dengue, imagine como está a população de classe baixa!

Então, seria interessante que nós pudéssemos convidar dois prefeitos. Que faça um estudo a nossa assessoria aqui e veja quais os Municípios mais afetados do Brasil. Que se chamasse eles para fazer um relato, porque, de repente, nós estamos focados em uma situação, mas o problema pode ser outro. Fica aqui a sugestão a ser avaliada pelo nosso Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Ouvi com atenção o Senador Petecão e depois a formulação do Senador Moka. A nossa Comissão aprovou o convite ao Ministro e aprovou também para se discutir o

Mais Médicos, dengue, em conjunto, nessa questão do Mais Médicos, com a Comissão de Relações Exteriores. Eu vou voltar atrás. Acho que estou inclusive errado em propor que seja conjunto, porque vai-se discutir vários temas e, como o Senador Petecão colocou, esse tema é muito importante.

Portanto, vou retirar a proposta de ser uma audiência pública conjunta para ser específica aqui mesmo e que se convide talvez o prefeito de uma grande cidade, como é o caso de São Paulo, e de uma cidade pequena, como o Petecão colocou, lá do Acre... Que cidade que é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Cruzeiro do Sul.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos convidar o prefeito de Cruzeiro do Sul para ver os dois lados da situação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – O Município mais rico do Brasil, com o terceiro maior orçamento da União, junto, talvez, com o orçamento menor da União – , para se chegar a uma conclusão, a um diagnóstico de certeza e a um encaminhamento que possa trazer uma solução para a questão da dengue.

Então, acho que isso não deve ser feito. Volto atrás na minha proposta. Vamos fazer isso aqui mesmo, na Comissão de Assuntos Sociais, onde podemos discutir com maior acuidade, com maior perfeição, uma solução para o problema.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Estão todos de acordo?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, acho que o Senador Otto nos trouxe uma informação que não havia antes. Quer dizer, vários temas serão discutidos lá. Então, realmente, ele tem razão. É melhor...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Vamos focar na dengue.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Vamos focar na dengue.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Muito bem!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E aí, com a aquiescência do autor do requerimento, procedemos à proposta do Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito bem!

Srs. Senadores, não é usual que se proceda à votação sem que o autor reformule oficialmente seu requerimento, mas, diante da urgência dessa questão, vamos, então, proceder à votação, com o adendo do Senador Petecão e com a retirada da proposta do Senador Otto Alencar, para que se realize uma nova sessão desta Comissão, com a presença do Ministro...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com a inclusão da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – ...do Presidente da Anvisa...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – ...e dos Prefeitos, na forma das sugestões dos Senadores Petecão e Otto Alencar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E Moka.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E do Senador Moka.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Marcelo Crivella.

No item anterior, o item 7, cujo Relator é o Senador Humberto Costa, que leu seu parecer – ou melhor, o Relator é o Senador Waldemir Moka, que leu seu parecer – , a votação e a discussão, por se tratar de quórum qualificado, ficam adiadas para a próxima reunião.

O Senador Waldemir Moka apresenta, na forma do Regimento Interno, requerimento de realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 21.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2015

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, o objetivo da audiência é para instrução da matéria do PLS nº 21, de 2014, sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas. Para tanto, solicito que seja convidado o Sr. Dr. José Osmar Medina Pestana – Hospital do Rim – Fundação Oswaldo Ramos.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Ressalto que, para tanto, solicita que seja convidado o Dr. José Osmar Medina Pestana, do Hospital do Rim, da Fundação Oswaldo Ramos.

Ponho em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, eu o coloco em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Waldemir Moka.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2015.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Ivo Cassol, Omar Aziz, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, Douglas Cintra e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Ciro Nogueira, José Serra e a Senadora Fátima Bezerra. Registra a presença o Senador João Capiberibe. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) OFÍCIO "S" Nº 52, de 2015 – Não Terminativo. Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada no dia 15 de abril de 2015, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Senhor GUSTAVO DO VALE ROCHA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor GUSTAVO DO VALE ROCHA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 12 votos favoráveis e 3 votos contrários. 2ª PARTE: ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, de 2014 – Não Terminativo. Susta os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Walter Pinheiro, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2015 – Não Terminativo. Altera o Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 2, de 2015-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, de 2013 – Não Terminativo. Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2015 – Complementar. Não Terminativo. Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e dá outras providências. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Durante a discussão o Senador Valdir Raupp reformula o relatório e retira a Emenda apresentada. ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 – Não Terminativo. Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. Em 20/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha. EXTRAPAUTA: ITEM 13) OFÍCIO "S" Nº 54, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Promotor de Justiça

Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, indicado pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 2, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador José Pimentel. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte de maio de dois mil e quinze, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015; ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício (Senador Raimundo Lira) e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Raimundo Lira**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam a ata, com a redação já consubstanciada, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, por unanimidade.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira parte destina-se à deliberação do Ofício S nº 52, de 2015, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 12.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Eu queria solicitar a autorização de V. Exª, se houver a aquiescência de nossos pares, para eu fazer uma breve leitura de um relatório de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público. Trata-se de uma recondução. Quero fazer somente a leitura do relatório, que já está pronto, se houver a aquiescência de V. Exª e dos pares.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Proponho ao Plenário a sugestão oferecida pelo Senador Anastasia.

Os Srs. Senadores que com ela concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, por unanimidade.

Vamos ao item 13, extrapauta.

ITEM 13 OFÍCIO “S” Nº 54, de 2015 – Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Promotor de Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, indicado pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Com a palavra ao Senador Antonio Anastasia para leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do Ofício “S” nº 54, de autoria do Sr. Procurador-Geral da República, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do inciso II do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação, realizada pelo Ministério Público Militar, mediante o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Colégio de Procuradores de

Justiça Militar, do Procurador de Justiça Militar Antônio Pereira Duarte para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2015/2017.

No ensejo, S. Ex^a encaminha o currículo do indicado e os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de exame da indicação de autoridades por esta Casa.

Os integrantes do CNMP – instituição incumbida do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos membros do Ministério Público – serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinar a indicação e proceder à sabatina dos indicados. E, nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os documentos que especifica, entre os quais o seu currículo, que ora passamos a sumarizar.

O indicado graduou-se em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1992, e especializou-se em Direito Constitucional pelo Instituto Bennett, no Rio de Janeiro, em 1994. Em 2001, realizou o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra. Desde 2005, é professor de Direito Penal e membro do Ministério Público Militar da União.

É autor do livro *Direito Administrativo Militar* e coautor do livro *Memória do Ministério Público Militar*, além de diversos artigos acadêmicos em revistas especializadas, tendo coordenado diversas publicações.

Foi coordenador acadêmico da pós-graduação *lato sensu* em Direito Militar da Universidade Cândido Mendes, realizada em Luanda, Angola, e já é, atualmente, membro do CNMP, indicado para o biênio 2013/2015. Portanto, trata-se de uma recondução.

É membro do Conselho Editorial da Revista do Conselho Nacional do Ministério Público e mestrando em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Já ministrou diversas palestras e lecionou em institutos e universidades as disciplinas de Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Administrativo Militar, bem como participou de bancas de comissões julgadoras de monografias e de concursos públicos.

Em cumprimento ao disposto nos incisos II, III e IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de indicações nesta Casa, o indicado encaminha as informações pertinentes, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor da instituição que o indicou; de que não sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, não está em cumprimento de qualquer sanção e não teve nem tem contra si instaurados processos dessa natureza; de que não é membro do Congresso Nacional ou de Casa Legislativa de qualquer unidade federativa, nem cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses poderes; declarando, ainda, para os fins do disposto no art. 1º, II, c, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sua situação fiscal é regular nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Declara o indicado, ainda, nos termos do §1º do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que não se encontra em nenhuma das hipóteses arroladas nas alíneas do inciso II do art. 1º do mesmo ato.

Por fim, o indicado redige uma argumentação escrita, nos termos do inciso III do art. 1º do referido Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, bem como anexa documentos gerenciais sobre sua atuação como membro do CNMP no biênio 2013/2015 e o desempenho do seu gabinete.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório que acabou de ser lido. *(Pausa.)*

Não havendo oradores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Permita-me, Presidente. Está em pauta a indicação do Sr. Gustavo para o Conselho Nacional do Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Houve um pedido extrapauta e foi atendido. E o relatório acabou de ser lido pelo seu autor, o Senador Anastasia, e estava em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito. Foi pedido vista?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito.

Obrigado, Sr. Presidente. Esclarecido.

Desculpe-me. Eu estava conversando com os Senadores Valdir Raupp e Eunício e não havia prestado atenção no encaminhamento de V. Ex^a, Senador Anastasia.

Obrigado pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na forma do Regimento, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação neste plenário.

Voltamos à pauta.

ITEM 1
OFÍCIO “S” Nº 52, de 2015
– Não terminativo –

Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada no dia 15 de abril de 2015, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Sr. GUSTAVO DO VALE ROCHA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pronto para deliberação

Observações:

– Na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 06/05/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Convido os Srs. Senadores Jader Barbalho e Antonio Anastasia para conduzirem o indicado, Sr. Gustavo do Vale Rocha, à mesa dos trabalhos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes de iniciarmos a sabatina do Dr. Gustavo, peço a palavra para oferecer ao Plenário da CCJ uma questão de ordem arguindo o art. 403 do Regimento Interno. E em socorro também peço o art. 385 e o art. 383, inciso I, alínea “b”, 5, do Regimento Interno do Senado Federal, que diz o seguinte:

Art. 383. Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à comissão competente, deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de:

(...)

b) no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração do indicado:

(...)

5. quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Eu percebo que, no currículo de S. S^a o Dr. Gustavo e no relatório feito pelo eminente Senador Valdir Raupp, consta o seguinte:

Declara ainda que, nos últimos cinco anos, vem exercendo, concomitantemente, a docência no ensino superior no Centro Universitário de Brasília; a coordenação do Núcleo de Assistência e Prática Jurídica na mesma instituição; e a advocacia, atuando em processos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Tocantins; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª e 18ª Regiões; Tribunal Superior do Trabalho; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.

Veja, Sr. Presidente, que o nosso sabatinado limitou-se a responder sobre os tribunais diversos do País em que tem atuado nos últimos anos. Mas o Regimento da Casa, parece-me, é claro em dizer o que ele quer

ouvir do sabatinado. Quer ouvir, entre outras coisas, sobre a atuação, nos últimos cinco anos, em juízos e em tribunais, sobre os processos em que tenha atuado, e se atuou em conselho de administração.

Então, eu queria sugerir, antes de iniciarmos a sabatina do Dr. Gustavo do Vale Rocha, eu queria solicitar ao sabatinado que ele arrolasse os processos em que atua, a clientela que tem atendido. Considero isso fundamental para o cumprimento da prerrogativa de sabatina aqui do Plenário da CCJ, prerrogativa essa da qual, no meu entender, nós inauguramos uma fase de cumprimento importante na sabatina anterior, do Ministro Fachin. Eu considero conhecer essas informações, conhecer a eventual vinculação política do indicado e a atuação do indicado, Dr. Gustavo do Vale Rocha, fundamental para os esclarecimentos ao Plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e para o melhor juízo e voto de seus membros.

É esta a questão de ordem que solicito, Sr. Presidente: que a Mesa oriente o indicado no seu detalhamento e prestação de informações, agora na exposição de sua sabatina.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Respondendo à questão de ordem do Senador Randolfe, a Mesa decide consultar o indicado, o arguido sobre se lhe é possível cumprir as exigências que foram agora apresentadas, regimentalmente, pelo Senador Randolfe, informando-nos sobre sua atuação em processos judiciais fora da função que naturalmente exerce.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Sr. Senador Randolfe, dentro da observância do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, obedecendo as regras ali ditas sobre a atuação do advogado, não há problema algum, sempre respeitando esse diploma legal, em declinar mais detalhadamente o que V. Ex^a entender pertinente. Com relação a isso, não me oponho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – As informações que nós acabamos de ouvir nos trazem a certeza de que o arguido, no curso de sua exposição, vai trazer a relação dos processos e dos órgãos judiciais em que atuou fora do cargo de Procurador.

Nessas condições, dando continuação aos trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Gustavo do Vale Rocha, para sua exposição, tendo o tempo de 20 minutos, prorrogáveis, se assim se tornar necessário.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador José Maranhão; Exm^o Sr. José Pimentel, digníssimo Vice-Presidente desta Comissão; Exm^o Sr. Relator, Senador Valdir Raupp, na pessoa de quem cumprimento todas as Senadoras e todos os Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado; autoridades aqui presentes – uma saudação especial aos Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, que aqui acompanham essa sabatina – ; senhoras e senhores aqui presentes, bom dia!

Sr. Presidente, inicio destacando a honra que sinto e que, de fato, senti por haver sido indicado pelo Plenário da Câmara dos Deputados para compor, na qualidade de Conselheiro, o Conselho Nacional do Ministério Público.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu pediria silêncio aos presentes, a fim de que possamos ouvir, de forma adequada, a exposição do arguido.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Se eu estiver falando baixo, Sr. Presidente, é porque estou acostumado, em sala de aula, a falar sem microfone e, às vezes, fico com receio de falar um pouco alto demais.

Então, como dito, senti-me profundamente honrado com a indicação feita pela Câmara dos Deputados. Na sessão plenária do dia 15 de abril próximo passado, através de um apoio suprapartidário, obtive 376 votos, correspondentes a 90% dos Parlamentares presentes à sessão, no encaminhamento favorável do meu nome para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Honra essa que hoje se desdobra no momento em que eu tenho a oportunidade de estar aqui, perante V. Ex^{as}, perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e tendo a oportunidade agora, de uma maneira mais detalhada, de falar sobre a minha trajetória profissional e pessoal, destacando pontos que considero relevantes e necessários para que V. Ex^{as} e esta Comissão tenham elementos suficientes para deliberarem acerca da indicação feita pela Câmara e, caso assim concluam – e assim espero – a aprovem.

Inicio destacando que sou sabedor do rito das sabinas na CCJ do Senado e, por isso, tenho conhecimento de que V. Ex^{as} já receberam as informações constantes do meu currículo. Fiz questão de que o meu currículo fosse disponibilizado na plataforma *lattes*, porque entendo que a plataforma *lattes*, do CNPq, por ser de acesso público, qualquer pessoa pode consultar esse currículo, que está constando no *site* do CNPq, e entendo que isso traz transparência quanto às informações ali contidas, informações que, neste momento, considero extremamente relevantes.

Inicio, então. Espero ser claro e objetivo o suficiente para poder contribuir com a deliberação de V. Ex^{as}. Inicio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falando rapidamente sobre a minha origem.

Sou mineiro, natural de Belo Horizonte, e aproveito para saudar o Senador Anastasia. Tenho 42 anos. A minha família materna também é mineira, de Mutum; família paterna do Espírito Santo, do Município de Alegre, próximo a Cachoeiro de Itapemirim, salvo melhor juízo, cidade natal do nobre Senador Ricardo Ferraço, a quem aproveito para cumprimentar, bem como cumprimento também a Senadora Rose de Freitas e o Senador Magno Malta, que tão bem representam o Estado do Espírito Santo e fazem parte desta Comissão.

Vim para Brasília muito jovem. Foi aqui que tive a minha formação pessoal e profissional. Ainda estudante do ensino fundamental, na época o primeiro grau, aos 13 anos, em 1987, aluno do colégio Dom Bosco, prestei concurso público para o Banco do Brasil para a função de menor auxiliar de serviços gerais, que eram aqueles jovens que trajavam uniforme azul, responsáveis na época pela entrega de correspondência, atendimento inicial dos clientes, no momento em que não existia a informatização bancária que existe hoje.

Gosto de ressaltar essa atividade, pois ela muito me ajudou. Ter iniciado a minha vida profissional no Banco do Brasil, ainda jovem, ajudou na formação do meu caráter, na minha formação pessoal e na minha formação profissional, tanto que permaneci no Banco do Brasil, realizei um novo concurso público, já após minha maioridade, e lá permaneci até 1998, tendo sido servidor do Banco do Brasil de 1987 a 1998, nesse período tendo realizado dois concursos públicos para ingresso, um como menor de idade e o outro já tendo adquirido a maioridade.

Ainda no Banco do Brasil, eu iniciei a minha graduação em Direito, em 1992, no Centro Universitário de Brasília. Da mesma forma, iniciei a graduação em Economia na UnB, Universidade de Brasília. Na época, eu entendia e imaginava que essas atividades eram complementares. Planejava cursá-las. Assim fiz, por algum tempo, Direito pela manhã, Banco do Brasil, Agência 302 Sul à tarde e, à noite, cursava Economia na Universidade de Brasília.

Com o passar dos semestres, o curso de Economia começou a me exigir também a presença pela manhã e à tarde, o que conflitava com minha atividade tanto no Banco do Brasil quanto no curso de Direito, momento em que optei – e hoje considero de forma acertada – por seguir o curso de Direito, sobrestando o curso de Economia na UnB, apesar de nutrir ainda um real desejo de concluir esse curso. Tanto que, logo que me formei, ainda me lembrando do curso de Economia, fiz uma especialização, uma pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas, justamente em Direito Econômico, ainda me lembrando dos ensinamentos que tive no Curso de Economia, que não consegui finalizar.

Ainda no Banco do Brasil, eu iniciei minha graduação no curso de Direito e, desde o início, eu senti uma afinidade muito grande com a advocacia. Converso muito com os alunos a importância de você ter no curso já a noção do que você pretende seguir após a conclusão, ainda mais no curso de Direito, em que o leque de possibilidades é muito grande. Eu senti uma afinidade com a advocacia, direcionei os meus estudos para a advocacia, direcionei a minha preparação, o meu estágio profissional tendo em vista exercer a advocacia no futuro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente – desculpa inquirido –, eu queria solicitar a V. Exª que pedisse silêncio ao Plenário. A gente está com dificuldade de ouvir a exposição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O apelo já está feito e eu o endosso. Quero me dirigir, mais uma vez, aos presentes no sentido de guardar o devido silêncio até por respeito ao expositor que veio aqui para apresentar o seu relatório, que interessa a todos os membros da Comissão.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Obrigado, Senadora. Obrigado, Sr. Presidente.

Dessa forma, preparei-me para a advocacia. Fiz meus estágios profissionalizantes voltados para a advocacia, destacando o estágio voluntário na Defensoria Pública, o qual reputo – e faz questão sempre de destacar – foi fundamental para auxiliar nesta minha atividade.

Colei grau em 1996. Prestei Exame de Ordem, logrei aprovação e, desde então, eu exerço a advocacia de forma efetiva, contínua e de forma ininterrupta até a presente data, atividade da qual tenho muito orgulho e que pretendo continuar exercendo por muito tempo.

Agora, atendendo a solicitação do Exmº Senador Randolfe, fugindo um pouco do que eu havia me preparado para falar, e abordando especificamente a questão que V. Exª pretende compreender, eu, na verdade, advogo para centenas de clientes, desde a atividade na advocacia gratuita, no Centro Universitário de Brasília, do qual sou coordenador, e lá acompanho mais de 40 mil processos, desde Juizado Especial de 1º Grau até Supremo Tribunal Federal, envolvendo nessa questão, basicamente, pessoas carentes.

Advogo em Direito Empresarial, em diversas empresas. Não sei se há necessidade de citar nomes de empresas em que atuo, até em questão do Estatuto da OAB e, com relação ao ponto que eu imagino que V. Exª levantou, sou advogado do PMDB e, na condição de advogado do PMDB, defendo seus filiados em questões referentes a mandato parlamentar. Assim faço com inúmeros filiados, com mandato e sem mandato, no plano federal, no plano estadual, no plano municipal, incluindo o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, o qual defendo em questões relacionadas ao exercício do seu mandato, basicamente questões eleito-

rais, questões de direito de resposta, dano moral em razão de imprensa e também o Partido, aqui na presença do Presidente Valdir Raupp, em questões perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Eu imagino, essa foi a minha percepção – se eu estiver enganado V. Exª me corrija –, era esse ponto que V. Exª gostaria que eu abordasse e indago a V. Exª, antes de prosseguir, se essas informações são suficientes ou exigem um detalhamento maior. Estou à disposição de V. Exª para qualquer outro esclarecimento necessário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não, V. Sª fique à vontade. Era basicamente isso que considerava importante ouvir na sabatina de V. Sª. Os demais, eu vou me reservar para momentos em que o Presidente me facultar o direito de perguntar.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Muito obrigado.

Prosseguindo, então, Sras Senadoras, Srs. Senadores, concomitantemente à advocacia e ainda nos bancos acadêmicos, incentivado por meus professores e inspirados por ele, nutri um desejo de lecionar, e, tão logo coleei grau, iniciei minha preparação para a realização desse sonho, realizei diversos cursos de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento, como já citado, na Escola da Magistratura, na Fundação Getúlio Vargas.

Iniciei na docência em 1998, 1999, no Centro Universitário de Brasília, docência que exerço de maneira contínua, até a data de hoje, inicialmente, como professor de Direito Civil, depois também como professor orientador de monografia dos trabalhos de conclusão de curso, e, agora, como responsável pela prática jurídica. A docência, no ensino superior, qualquer docência, exige do profissional uma atualização e um aperfeiçoamento constante. Foi nesse momento, que, já professor, conclui o meu mestrado. Sou mestre em Direito em Políticas Públicas, pelo Centro Universitário de Brasília. Direcionei a minha linha de pesquisa para o acesso à Justiça, voltado para a população carente. Foi durante essa pesquisa que surgiu o primeiro interesse no estudo de conselhos de controle externo, tanto o Conselho Nacional do Ministério Público como o Conselho Nacional de Justiça.

Percebi que esses Conselhos, além da função mais visível, que é o controle externo das atividades – zelar pela autonomia, independência dos seus membros –, ele tem a possibilidade de ser um importante agente fomentador de políticas públicas no tocante à democratização do acesso à Justiça, desmistificação da atuação do Ministério Público, a própria democratização do acesso aos membros do Ministério Público. E dentro dessa visão que eu tenho a respeito dos Conselhos – repetindo –, não só como órgão de controle mas, também, como agente fomentador de política pública é que exerci e exerço e iniciei a atividade já há praticamente seis anos.

Sou o responsável, sou coordenador, no Centro Universitário de Brasília, do Núcleo de Assistência e Prática Jurídica. Esse núcleo é responsável pelo estágio obrigatório do curso de Direito, ao mesmo tempo em que tem a possibilidade de prestar assistência jurídica gratuita integral à população carente, à população que não tem condições de arcar com os custos do processo, arcar com os custos de um advogado particular. Atendemos em praticamente todo o Distrito Federal, todos os graus de jurisdição, desde o primeiro grau até o Supremo Tribunal Federal. Ano passado, como disse, tivemos a oportunidade de atender mais de 40 mil pessoas. E, na coordenação desse núcleo, uma atividade que eu prezo muito, pois lá eu tenho contato contínuo e diário com alunos, com professores, com estagiários – só neste semestre eu tenho sob minha responsabilidade dois mil estagiários, e fazemos atendimentos na casa de 40 mil por ano –, e esse contato diário com alunos, com professores, com estagiários, com advogados – e aí eu incluo advogados recém-formados, muitos que foram meus alunos, até advogados renomados, que foram meus professores inclusive – membros da Magistratura, desde juízes substitutos até ministros de tribunais superiores e membros do Ministério Público, desde promotores recém-aprovados em concurso, recém-empossados até Subprocuradores-Gerais da República.

Foi dentro desse convívio, nesse mundo jurídico, incentivado por colegas advogados, por colegas magistrados, por colegas do Ministério Público, que surgiu, há alguns anos, a intenção de participar, de ter a possibilidade de ver meu nome indicado para a composição do Conselho do Ministério Público. Assim o fiz, tendo logrado êxito neste ano, razão pela qual estou aqui hoje falando perante V. Exªs.

E considero que a atuação dos membros – e aqui falo na presença de membros do Conselho do Ministério Público que fazem parte da carreira do próprio Ministério Público – a atuação dos membros indicados pelo Congresso Nacional, tanto pela Câmara, quanto pelo Senado, costuma ser importantíssima, justamente porque o Conselho, hoje são quatorze membros – tive a oportunidade de falar com os colegas que se houver tempo aqui no debate, eu apresentarei esta ideia: eu imaginaria que o ideal seria que o Conselho tivesse quinze membros, e não quatorze, quinze, da mesma forma que o CNJ –, sendo que oito são membros do Ministério Público, dois da Magistratura, dois da OAB e dois indicados pelo Congresso, um pela Câmara, um pelo Senado.

Essa diversidade de visões, justamente em razão de formações jurídicas distintas, enriquece o debate. Isso pode ser percebido nas sessões do Conselho, onde os debates todos são de alto nível, sempre no campo das ideias. Esse debate enriquece o Conselho. Um termo muito utilizado é “oxigenação do Conselho”. Na verdade, eu acho que a presença dos membros externos do Conselho permite um aperfeiçoamento das decisões,

a evolução das decisões, na medida em que opiniões distintas sobre a mesma matéria acabam por fazer com que o Conselho busque uma decisão mais equilibrada. E essas decisões mais equilibradas acabam se tornando mais efetivas, e a efetividade se traduz na evolução e no aperfeiçoamento contínuo do Conselho.

O Conselho existe há dez anos. É possível ver a evolução. É possível ver as matérias tratadas. Pelos relatórios a que eu tive acesso, no primeiro ano, foram 144 processos distribuídos, apenas 15 julgados; no último ano, foram mais de 1.800 processos, e 1.500 julgados. Ainda há um passivo de 10 mil processos pendentes de julgamento.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem uma peculiaridade, diferentemente do Conselho Nacional de Justiça, que dificulta o trabalho dos conselheiros, que é justamente a multiplicidade de leis dos Ministérios Públicos Estaduais. Enquanto a Magistratura tem a Lei Orgânica da Magistratura, no Ministério Público, além da Lei Orgânica do Ministério Público da União, tem uma infinidade de leis que tratam das atribuições e da organização dos Ministérios Públicos dos diversos Estados, e, segundo o princípio da legalidade – é entendimento do Supremo –, o Conselho, ao analisar essas questões, tem de se basear na legislação local.

Então, é dentro dessa visão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, caso aprovado, com essa visão que procuro exercer, procurarei exercer o mandato de dois anos no Conselho buscando o aperfeiçoamento, buscando contribuir para a evolução do Conselho. Espero ter correspondido à expectativa de V. Ex^{as}, ter explanado de forma clara e objetiva minhas opiniões, minhas ideias, de maneira a possibilitar que V. Ex^{as} e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tenham informações suficientes para deliberar à cerca da indicação feita pelo Plenário da Câmara dos Deputados e, se assim merecer, o que espero, eu venha a ser aprovado.

São essas considerações, Sr. Presidente, que eu teria para fazer, agradecendo imensamente a atenção e a paciência de todos aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Passamos à fase da arguição.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente; Dr. Gustavo Rocha; Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das questões mais polêmicas atreladas ao Ministério Público reside na possibilidade de o órgão realizar investigação penal. O assunto é divergente, tanto na doutrina como no mundo jurídico. Uns defendem a possibilidade do poder de investigação pelo MP, outros entendem que não é da competência desse órgão investigar. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o poder investigatório do Ministério Público ao negar provimento ao Recurso Extraordinário nº 593.727. Ressalto que a decisão da Corte não foi unânime. Dessa forma, indago: qual é o seu entendimento em relação à matéria? O senhor entende que o Ministério Público pode ou não realizar investigações penais? Essa é a primeira pergunta.

A segunda: a Constituição Federal estabelece que, dentro dos 14 membros do Conselho Nacional do Ministério Público, dois serão cidadãos civis de notável saber jurídico e reputação ilibada. Como o senhor analisa a participação de membros da sociedade civil na composição do Conselho?

Terceira: como Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário de Brasília, o senhor é responsável pela orientação do atendimento à comunidade carente. Embora o acesso à Justiça deva ser igual para todos, sabemos que na prática não é o que ocorre, principalmente em relação à população de baixo poder aquisitivo. Quais são as maiores dificuldades dos cidadãos carentes no que se refere ao acesso à Justiça e ao Ministério Público?

Quarta: o Conselho Nacional do Ministério Público foi criado em dezembro de 2004, por meio da promulgação da Emenda à Constituição nº 45, com a finalidade de fiscalizar e orientar todos os ramos do Ministério Público no Brasil. Como o senhor vê a evolução do órgão, desde a sua criação até a presente data? Ele vem atendendo satisfatoriamente ao que se propôs?

Quinta e última: no dia 28 de abril do corrente ano, o Conselheiro do CNMP, Dr. Walter Agra, apresentou nota técnica sobre a redução da maioria penal, visando consolidar a posição do Conselho sobre a matéria. No Congresso Nacional, há anos a redução da maioria penal é debatida e não há um consenso sobre o tema. O senhor é favorável à redução da maioria penal para 16 anos? E quais as medidas que podem, efetivamente, contribuir para a redução da violência no País.

Eram essas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Sr. Gustavo do Vale Rocha.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Início, Sr. Presidente, falando sobre o poder investigatório do Ministério Público.

Apesar de a decisão ter sido por maioria, na verdade, apenas um voto, que foi do Ministro Marco Aurélio, entendeu que o Ministério Público não poderia, não teria o poder investigatório. S. Ex^a, o Ministro Marco

Aurélio, entendeu que, por ser o Ministério Público detentor da ação penal, a investigação por ele conduzida poderia ser, de alguma forma, contaminada. Esse voto foi voto único. Todos os demais Ministros entenderam que, à luz da Constituição vigente, à luz da ordem constitucional atual, o Ministério Público possui legitimidade para fazer investigações. A diferença que ocorreu foi apenas com relação aos parâmetros dessa investigação. Alguns ministros entendiam que o Ministério Público agiria apenas em casos excepcionais, outros, fixando outros parâmetros. Prevaleceu o entendimento do Ministro Celso de Mello, que defendeu a investigação do Ministério Público, fixando parâmetros, principalmente o respeito a garantias de direitos individuais, o respeito à atuação do advogado, o acesso das investigações já feitas pelos interessados e também o controle dos seus atos pelo Poder Judiciário.

Apesar de nessa decisão não terem participado o Ministro Teori, o Ministro Barroso e, agora, o Ministro Fachin, eu imagino que esse entendimento não será alterado. De forma que eu considero que, à luz da Constituição atual, o Supremo, acertadamente – decisão do Supremo, apenas a título de teoria, porque decisão do Supremo Tribunal Federal não se discute, se cumpre, apenas dou minha opinião –, o Ministério Público, à luz da ordem constitucional vigente detém poder, sim, de investigar, tanto é que, se assim não o fosse, não teria sido necessária a Emenda nº 37, que foi derrubada na Câmara dos Deputados.

Eu confesso que, dentro de minha opinião e visão como advogado, eu me alinharia mais à corrente do Ministro Peluso, do Ministro Toffoli e – creio – do Ministro Barroso que, apesar de não ter votado, já se manifestou por meio de pareceres, no qual a investigação do Ministério Público deveria se dar de forma excepcionais, mas que não é o caso, pois essa questão já ficou vencida com a decisão do Supremo. Pode ser que, com essa nova composição, esses parâmetros norteadores da investigação possam ser mudados, mas até então é esse meu entendimento.

Com relação à importância dos membros do Conselho, eu queria aqui fazer uma observação: o Conselho Nacional de Justiça é composto por 14 membros. É um colegiado par. Não é normal que se tenha colegiado par; o normal é que colegiado seja ímpar, justamente para impedir empates. O empate, na maioria das vezes, traz uma sensação de frustração, pois, em algumas vezes, leva à improcedência do pedido, em um *habeas corpus* leva à concessão da ordem e, em outros casos, leva-se ao voto de qualidade do Presidente que votará duas vezes. Em todas essas circunstâncias, eu entendo que há uma sensação de frustração, porque, na verdade, a maioria não foi formada.

Então, eu entendo, aqui, quem sabe eu consiga plantar uma semente na cabeça de V. Ex^{as}, porque isso precisa de uma legislação, uma alteração na legislação, o Conselho deveria, da mesma forma, seguir a ordem do Conselho Nacional de Justiça. No Conselho Nacional de Justiça há 15 membros, e a diferença está justamente no Corregedor-Geral de Justiça. Hoje, no CNJ, a Corregedora, Ministra Nancy Andrighi, do STJ, foi escolhida por seus pares para compor o colegiado já na condição de Corregedora. Eu acho que no Conselho do Ministério Público também deveria ser assim: deveria existir o Corregedor que deveria ser escolhido e assumir o Conselho não na qualidade de um conselheiro que vá se tornar corregedor, e, sim, já assumir como corregedor, porque a função como corregedor é muito delicada. Eu acho que a posição do conselheiro que já chega como corregedor é de maior independência, da mesma forma que, dentro do Conselho, há duas espécies de conselheiros: aqueles conselheiros que são do Ministério Público e, por isso, podem ser corregedores; e os demais, que não podem ser corregedores. Então, aqui uma pequena observação com relação à composição do Conselho.

Com relação à importância dos membros, Senador, de que tive oportunidade de falar na minha fala inaugural, esses conselheiros externos, justamente em razão da sua formação jurídica distinta, de profissões jurídicas distintas, contribuem para enriquecer o debate. E o enriquecimento do debate promove, na maioria das vezes, a evolução, o aperfeiçoamento do Conselho. Esse aperfeiçoamento se dá através de decisões mais equilibradas. É essa a minha visão a respeito da importância dos conselheiros. E é dentro dessa visão, caso eu venha a ser aprovado, que procurarei exercer o mandato.

Com relação ao acesso à Justiça, quando estava pesquisando no mestrado, iniciei uma pesquisa aqui no Distrito Federal, onde há uma situação completamente distinta, pois temos a Defensoria Pública tanto do DF quanto da União totalmente estruturada. Aqui faço coro a um discurso, salvo engano, da Senadora Ana Amélia, no dia de ontem, no qual ela louvou a atividade do Defensor Público. Tive oportunidade de ser voluntário na Defensoria Pública. Dentre os agentes públicos, são aqueles que realmente merecem o maior reconhecimento, pois têm um trabalho hercúleo, com estruturas, muitas vezes, insuficientes. E isso reflete na questão do acesso à Justiça.

O maior problema do acesso à Justiça, Senador, é que a população carente sequer conhece os seus direitos, os seus direitos básicos, os seus direitos fundamentais. Ela não sabe o mínimo necessário sequer para buscar o acesso à Justiça. Então, para a democratização – e acho que o Conselho do Ministério Público e o Con-

selho Nacional de Justiça têm força para isso – , políticas públicas no sentido da conscientização e no sentido da democratização do acesso à Justiça, passando, inicialmente, pela conscientização dessas pessoas.

Com relação à evolução – também tive oportunidade de falar – , o CNMP existe há pouco mais de 10 anos, salvo engano. No primeiro ano de funcionamento, que, salvo engano, começou em junho, ele teve 144 processos distribuídos e apenas 15 julgados. No ano passado, ele teve 1.800 processos distribuídos e 1.500 julgados, muitos envolvendo conduta de membros do Ministério Público. Esse quantitativo de processos, de decisões se reflete não apenas na quantidade, mas também na qualidade. Nós percebemos um aumento, uma melhora consistente nas fundamentações da decisão, porque, concordando ou discordando da decisão, é necessário que haja fundamento sólido para embasar a decisão que foi tomada.

Então, entendo que o Conselho evoluiu nesses 10 anos, como qualquer outra instituição jurídica precisa seguir evoluindo, e que há espaço ainda para uma evolução maior.

Com relação à redução da maioria penal, esse é um tema que exige, sem sombra de dúvida, uma reflexão maior. Eu, ainda sem entrar no mérito da questão, entendo que a redução da maioria penal não fere cláusula pétrea. Repetindo aqui, salvo engano, o que disse o Ministro Teori, quando de sua sabatina, as cláusulas pétreas devem ser interpretadas de forma restritiva, justamente para permitir que V. Ex^{as} tenham liberdade de exercer na plenitude a função constitucional que lhes cabe, que é a função de legislar.

Então, eu entendo que essas cláusulas devem ser interpretadas de forma restritiva. E a redução da maioria penal, na minha opinião, não seria caso de violação a essas cláusulas pétreas. Isso não quer dizer que eu concorde com a redução. O Conselho Nacional do Ministério Público, também no estudo que eu pude fazer, tem uma radiografia, acho que é a melhor radiografia sobre o sistema penitenciário brasileiro. Hoje, o Conselho impõe, exige que os membros do Ministério Público frequentem os presídios, o que antes não era possível, e essa radiografia, essa informação é fundamental no momento em que se discute a redução da maioria penal.

Reduzir a maioria penal, simplesmente colocando esses jovens no cárcere, na situação em que hoje nossos presídios se encontram, eu acho que não traria o resultado esperado. Eu até concordo que poderia refletir de uma outra forma, observei já com bastante atenção os argumentos apresentados pelo Senador Magno Malta. Reconheço que, em determinadas hipóteses, jovens de 16, 17 anos têm consciência dos atos que estão praticando, mas também jovens nessa idade são mais fáceis de serem recuperados.

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Então, eu entendo, num primeiro momento, que a redução da maioria penal por si só não traria o resultado esperado. Num primeiro momento, eu entendo que, se for o caso de reduzi-la, que venha com várias outras providências com relação a possibilitar a efetiva recuperação desse jovem.

Acho que são essas questões. Espero que eu tenha respondido a contento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Réplica? *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, numa preliminar, é importante nós destacarmos o papel do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que, obviamente, o Professor Gustavo sabe muito bem e todos aqui sabem, mas nunca é demais lembrar. O CNMP é responsável por zelar, também, pela independência e integridade dos membros do Ministério Público em geral. Eu vou lhe dizer por que é importante destacar essa preliminar nos questionamentos que farei.

O CNMP foi criado pela Emenda à Constituição nº 45, na reforma do Judiciário, e o Supremo Tribunal Federal já consagrou que uma de suas atribuições é o controle interno, não externo, mas o controle interno da atuação dos membros do Ministério Público.

Portanto, Professor Gustavo, os questionamentos, e eu quero fazer aqui uma preliminar, para que os questionamentos se dirijam a V. S^a, para lhe esclarecer um fato, e nada em relação à conduta de V. S^a e ao currículo de V. S^a, vejo que V. S^a preenche os pré-requisitos do currículo, mas tem um aspecto em relação a essas atribuições do Ministério Público que eu considero fundamental ser esclarecido, que eu considero indispensável para um membro do CNMP.

V. S^a, como explicitou na preliminar, atua como advogado do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Cunha, e, em vários processos, tem a atuação de V. S^a. Um desses processos, inclusive, contra um colega nosso, o Senador Eunício Oliveira, em uma crítica que o Senador Eunício Oliveira fez ao Deputado Eduardo Cunha, em 2008.

O Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha, é um investigado, está na qualidade de investigado pelo MPF, mas esse não é o problema. É atribuição do PGR, inclusive, investigar cada um de nós. O problema é

que ele tem se declarado, em diversas ocasiões, insatisfeito com a atuação do Procurador-Geral da República, ao ponto de chegar a declarar à imprensa, em entrevista ao jornal *O Globo* – abre aspas –: “Estou em guerra aberta com o Janot. Vamos ver até que nível ele vai”. Entrevista que o Deputado Eduardo Cunha concedeu ao jornal *O Globo*, publicada no último dia 29.

E o Deputado Eduardo Cunha não se contenta com isso. Ele chegou a propor um processo de *impeachment* contra o Dr. Janot e ainda a convocação do Procurador-Geral da República para depor na CPI da Petrobras. Tudo isso é prerrogativa. O problema é que, na condição de investigado, ele não pode utilizar um Poder da República contra um órgão, contra a instituição que é responsável pela investigação.

A postura do Presidente da Câmara tem sido claramente intimidatória à instituição do Ministério Público Federal. Parece-me que é uma clara ação de retaliação, desde que ele começou a ser investigado pelo Ministério Público Federal. Como a indicação do nome de V. S^a está diretamente ligada, pelos processos que exerce, à figura do Deputado Eduardo Cunha, é importante sabermos que independência V. S^a teria e como cumpriria o pré-requisito que exige o CNMP, órgão responsável por zelar pela independência e integridade dos membros do MP em geral.

Por isso, quero começar perguntando a V. S^a: diante dessa relação político-profissional com o Deputado Eduardo Cunha, como podemos ter segurança de que V. S^a estará em condição de isenção para executar o controle interno do Ministério Público frente à manifesta declaração do Parlamentar contra o Ministério Público e contra quem preside o CNMP, que é o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Eu queria que fosse esclarecido aqui como não interpretar essa designação de V. S^a como uma articulação do Presidente da Câmara dos Deputados contra uma instituição do Estado democrático de direito que é o Ministério Público Federal.

Pergunto ainda se essa relação de V. S^a não contaminaria a atuação no controle interno do Ministério Público, que o constituinte quis repelir com a edição da Emenda Constitucional nº 45.

Eu queria também perguntar se já ocorreu outras vezes de o CNMP manifestar desagravo à atuação do Procurador-Geral quando o Ministério Público Federal ou o Procurador-Geral, nas suas atribuições, é ofendido. Se fosse necessário um desagravo contra o Presidente da Câmara, V. S^a votaria favoravelmente a esse desagravo?

Ainda pergunto qual a sua opinião pessoal sobre a recondução do Procurador-Geral da República.

Considero esses esclarecimentos...

Eu não quis entrar no currículo do Prof. Gustavo, Presidente, pois ele preenche os requisitos. O Senador Raupp foi feliz no relatório, pois o currículo preenche os requisitos. Mas há uma questão de fundo político sobre a qual é necessário aqui ter um esclarecimento.

Repito: é atribuição do PGR, somente o PGR pode fazer isso, investigar cada um de nós. Isso é normal. O que não é normal é a atuação do Presidente Câmara, desse senhor, contra uma instituição desestabilizando o Estado democrático de direito, desestabilizando as instituições. Por isso não quero entrar... Eu quero entrar no mérito, inclusive, dessas ações em que V. S^a, obviamente, advoga para esse senhor, em especial, algumas delas até contra um membro desta Casa.

Digo isto porque a imprensa toda noticiou que V. S^a foi indicação pessoal – foi assim que a imprensa noticiou... Veja aqui que foi noticiado pela Veja, pelo Portal iG, pelo Congresso em Foco. O jornal *O Globo* mostrou a declaração do Presidente da Câmara: “Estou em guerra aberta com o Janot”. Ele está contra o Procurador-Geral da República, porque o problema não é o Rodrigo Janot, mas o Procurador-Geral da República. A Folha também noticiou essa vinculação de V. S^a. Considero importante, neste momento em que V. S^a é indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público, que tem as atribuições que já destaquei aqui, este aspecto ter um esclarecimento.

Reservo-me para a réplica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Gustavo do Vale Rocha.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Sr. Senador Randolfe Rodrigues, inicialmente, eu gostaria de esclarecer que, na verdade, quem buscou a indicação para o Conselho fui eu. Há quatro anos, na última indicação antes da recondução do anterior conselheiro, em razão desse convívio que mantive no Núcleo de Práticas Jurídicas, de assistência jurídica, fui incentivado a concorrer a uma vaga. Então, naquela época, busquei os líderes partidários para ver a viabilidade e senti que já existia a candidatura consolidada de um professor e que eu não teria possibilidades de vencer a disputa, razão pela qual optei por não disputar.

No fim do mandato desse conselheiro, isso é uma questão de foro íntimo meu, entendo que a recondução tem precedência. Então, acompanhei o desenrolar para saber se esse conselheiro iria tentar a recondução ou não. Como ele tentou a recondução, eu também, da mesma forma, por questões de foro íntimo, entendi que não seria o caso de disputar.

Imediatamente após a recondução dele, comecei a buscar os líderes para tentar a construção do meu nome para o Conselho Nacional do Ministério Público. Isto muito antes de o Deputado Eduardo Cunha ser Presidente da Câmara e muito antes da Operação Lava Jato.

Estou indo, caso V. Ex^{as} aprovem, para o Conselho Nacional do Ministério por vontade própria. Tive a grata surpresa de saber, pelos conselheiros que aqui estão, que o Procurador-Geral, em reunião administrativa, elogiou o meu nome, falou que não há qualquer restrição, qualquer resistência ao meu nome. Eu estive com ele em audiência e lhe disse que em apenas um caso eu não terei diálogo com ele, porque ele é torcedor do Atlético e eu sou torcedor do Cruzeiro. Fora isso, o diálogo será sempre limpo, transparente e claro.

Eu não aceitaria, diante da minha história, do meu currículo, servir de instrumento para qualquer tipo de retaliação. V. Ex^a pode ter certeza – e perceberá isto, caso eu seja aprovado – de que atuarei com independência. Farei questão de mostrar isso. Não há qualquer tipo de retaliação. Não sou – por isto nem me manifestei quanto às notícias na imprensa – e não fui candidato do Presidente da Câmara. Eu quis ser candidato há mais de quatro anos. Então, atuarei com independência e não servirei de instrumento de retaliação de forma alguma.

Acho que isso responde aos dois primeiros itens. Entendo que esta relação não contamina. Se, em algum momento, eu entender que esta minha relação pode contaminar algum caso, certamente, me darei por suspeito, por impedido, e não o analisarei, até mesmo porque essas questões envolvem a atividade-fim do Ministério Público, e o Conselho Nacional, nos poucos enunciados que tem, é claro em que o Conselho não tem poder de intervir na atividade-fim dos seus membros.

Com relação à nota de desagravo, eu, a depender da situação, não teria problema nenhum em ratificar e referendar essa nota. Vai depender do que aconteceu para ensejar o desagravo. Eu entendo que desagravo também não poder ser feito de forma a banalizar o instrumento. Mas, se for necessário, não haverá problema nenhum.

E, com relação à recondução, eu falei aqui, agora, e expressei isto aqui com relação ao conselheiro, que desisti de concorrer porque eles estavam concorrendo à recondução. Eu entendo que há precedência na recondução. Com relação a isso, não tenho qualquer dúvida.

Acho que são estas as considerações. Estou aqui e continuo à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Prof. Gustavo, eu queria perguntar, nessa situação específica, agora, quanto à declaração do Presidente da Câmara contrária à atuação do Procurador-Geral da República no uso de suas atribuições constitucionais. Eu repito que a declaração do Presidente da Câmara foi, no jornal *O Globo*, a seguinte: “Estou em guerra aberta com o Janot. Vamos ver até que nível ele vai”.

Minha interpretação é de que cada um, na democracia, tem o direito de divergir do outro. Inclusive, é nossa atribuição como Parlamentar refutar quando for necessário. Entretanto, essa declaração, parece-me, refuta e ataca a atribuição constitucional do Procurador-Geral da República.

Eu quero tipificar essa situação em tese. Nessa situação em que o CNMP propuser uma nota de desagravo, qual seria o juízo pessoal de V. S^a?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Eu imagino que as decisões do Conselho são tomadas sempre por maioria. Em princípio, eu não vejo razão, com relação a isso, para eventual desagravo. Mas, em decisões deliberadas pelo Conselho, com relação a esse tema, eu não me furtaria a ratificar a posição do Conselho de forma alguma. Sem o menor problema.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Prof. Gustavo do Vale Rocha, eu quero, primeiramente, registrar a satisfação de ver que nós inauguramos aqui, na CCJ deste Senado Federal, um novo momento para as sabatinas a partir da sabatina feita aqui, há poucos dias, com o Dr. Prof. Fachin.

Tivemos, aqui, uma sabatina de 12 horas. Isto faz com que a gente compreenda que não é mais simplesmente uma indicação da Presidência da República e uma decisão homologatória daqui, um faz-de-conta. O Dr. Fachin esteve aqui por longas horas e foi por todos nós, democraticamente, sabatinado. De maneira bem franca, aberta, sem rodeios os Senadores puderam fazer as suas colocações.

Primeiramente, este registro da nossa satisfação.

Tenho aqui inúmeras perguntas para fazer, mas eu vou me ater a uma pergunta. Eu vou dar oportunidade para que os nossos companheiros Senadores também possam esgotar outros assuntos. Mas eu quero insistir no assunto aqui colocado pelo colega Senador Randolfe Rodrigues.

V. S^a é indicado pela Câmara dos Deputados, hoje presidida pelo nobre Deputado Eduardo Cunha. As razões da minha pergunta já foram colocadas aqui, em função do confronto direto que tem ele com o Ministério Público. A nossa função aqui é exatamente definir quem são os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público que possam preservar o princípio constitucional e democrático da independência do Ministério Público.

Nesse sentido, eu quero perguntar, objetivamente, a V. S^a: neste momento, V. S^a é advogado, em algum processo, do Deputado Eduardo Cunha?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Sim, sou advogado em processos do Dr. Eduardo Cunha, mas nenhum deles envolvendo o Ministério Público. São processos de queixa-crime contra a honra ou ações indenizatórias. E continuo advogando para ele nesses casos. Não atuo para o Deputado Eduardo Cunha em questões criminais, salvo no caso de questões criminais privadas, e também atuo, em alguns casos, perante o Tribunal Superior Eleitoral. De forma que a resposta é positiva.

Na qualidade de advogado do PMDB, atuo para o Presidente Eduardo Cunha e também para inúmeros outros Parlamentares, inúmeros outros filiados ao PMDB.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, quero deixar consignado que não vejo nenhum problema em o Prof. Gustavo advogar para algum Parlamentar, inclusive para mim. Claro que o problema, neste caso, seria eu o julgar, que é o que fazemos neste momento.

Repito: V. S^a foi indicado pela Câmara. Tenho um levantamento breve que revela que, apenas no Tribunal de Justiça do DF, V. Ex^a tem sete processos em que advoga para o Deputado Cunha. Sete! Só no TJDF. E no Supremo Tribunal Federal V. S^a tem outros seis processos. Na área penal, em que V. S^a acaba de dizer que não tem processos, tem alguns, sim. Há processos contra a honra. Eu poderia ler o número do processo, mas acho que não há necessidade disto.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Não, eu falei a V. Ex^a que atuo em questões criminais envolvendo questões privadas e que não envolvem o Ministério Público. Posso não ter sido claro na minha resposta.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Creio que V. S^a... Pelo menos em minhas mãos há mais de uma dúzia de processos em que V. S^a advoga para o Deputado Eduardo Cunha. V. S^a, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, sente-se absolutamente à vontade para, dada a independência necessária que exige a função, o cargo, continuar essas relações com o Deputado Cunha? Por que me refiro apenas ao Deputado Cunha? Porque V. S^a foi indicado pela Câmara.

Não vejo, como já disse, nenhum problema em advogar para ele, para outros Deputados ou para alguns Senadores. Não me sinto confortável – e gostaria que V. S^a tivesse a capacidade de me deixar mais confortável – em ajudá-lo a chegar a essa função que hoje, aqui, é o objetivo desta audiência. Deixo com V. S^a as condições necessárias para nos fazer julgar com mais tranquilidade. Quando verifico que existe mais de uma dezena de processos em que V. S^a, neste momento, como sabatinado agora, é advogado de um Deputado que o indicou para essa função, fico em uma situação, no mínimo, constrangedora.

A minha pergunta eu já fiz, Sr. Presidente. Deixo-a ao sabatinado para que ele possa dar as razões que julgar necessárias.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Gustavo do Vale Rocha.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Sr. Senador, agradeço a oportunidade de poder, novamente, esclarecer.

Como eu disse, fui indicado pela Câmara dos Deputados. Na sessão do dia 15 de abril, obtive o apoio de 376 Deputados, tanto de partidos da oposição como de partidos da Base do Governo. Esses votos representaram 90% dos membros presentes à sessão. Então, considero que fui indicado, efetivamente, pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Em razão da minha relação profissional com o PMDB, advogo para o Deputado Eduardo Cunha, mas, como disse, em questões privadas. As questões penais a que V. Ex^a se refere, sobre as quais eu tive a oportunidade de falar – provavelmente eu não tenha sido muito claro –, envolvem querelas privadas, queixas-crime sem qualquer participação do Ministério Público.

Não atuo em nenhum caso em que o Deputado Eduardo seja processado criminalmente, não atuo em qualquer processo criminal do Deputado Eduardo Cunha e não sou advogado de nenhum Parlamentar na citada Operação Lava Jato. De forma que eu me sinto absolutamente tranquilo – absolutamente tranquilo – em compor, caso seja merecedor, o Conselho Nacional do Ministério Público. Atuarei com independência e, caso eu entenda que determinada circunstância está a impedir a minha imparcialidade, a primeira coisa que farei será me dar por suspeito e não analisar o pedido.

Então, respondendo a V. Ex^a, sinto-me tranquilo com relação à indicação. Sinto-me tranquilo com relação à função a ser exercida. Repetindo o que disse ao Senador Randolfe, estou indo por vontade própria, pois eu que busquei a vaga do Conselho do Ministério Público. Por esta razão, atuarei com total independência e total imparcialidade. Repito que, se, em alguma circunstância, eu perceber que a minha imparcialidade está sendo mitigada de alguma forma, não hesitarei em me dar por suspeito ou impedido de analisar qualquer caso referente a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a réplica o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Mesmo naquele em que o Ministério Público seja parte? Dentre esses processos?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Quais processos, Senador?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Você quer que eu leia um por um?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Não, é porque eu não advogo para ele em processos em que o Ministério Público seja parte.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Não há nenhum processo em que o Ministério Público seja parte, neste caso?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Nos processos em que eu advogo contra ele, imagino que no Tribunal Superior Eleitoral possa haver algum caso em que o Ministério Público Eleitoral possa ser recorrente ou recorrido em algum processo de atuação dele.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Não há nenhum inquérito?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Inquérito penal, pelo que eu me recorde, eu não atuo, a não ser em casos privados.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Tramita o Inquérito nº 2.447, no qual V. S^a é advogado. Portanto, o Ministério Público é parte. Ele fiscaliza essa ação, conforme decisão recente, da semana passada, do Supremo Tribunal Federal.

Eu queria deixar isto bem claro, colocar luz, para que não sejamos levados a cometer nenhum tipo de equívoco aqui.

Eu queria que V. S^a esclarecesse melhor essa questão, porque continuo inseguro para tomar a minha decisão.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Se V. Ex^a puder analisar as partes do processo, esse inquérito é em razão de uma queixa-crime. É uma ação penal privada da qual o Ministério Público não é parte. E se, porventura, houver algum processo – porque eu não me recorde de ter atuado para o Deputado Eduardo Cunha em casos em que ele é acusado criminalmente, salvo em casos eleitorais –, em que isso cause algum tipo de interferência na minha imparcialidade, eu, como disse, me darei por suspeito.

Na terminologia do Supremo, Senador, as ações penais privadas também são autuadas como inquéritos. Então, se eu ingresso contra o Senador Valdir Raupp com uma ação penal privada, esse processo será autuado como inquérito. E o Ministério Público é *custus legis* e está presente em todas as varas do Distrito Federal na condição de fiscal da lei, e eu acho que essa condição de *custus legis* e fiscal da lei não impede a análise de processos nos quais eu venha a ser advogado de uma das partes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, acho que, inclusive para corroborar a informação do Senador Roberto Rocha, é importante o Plenário da CCJ ter informação sobre em quais ações o Dr. Gustavo atua. Entre algumas dessas ações, em nome do Deputado Eduardo Cunha, ele atua em ações contra o Sr. Ciro Ferreira Gomes, irmão do ex-Ministro da Educação do atual Governo, Cid Gomes, em ações contra o Deputado Silvio Costa, em ação contra o Deputado Garotinho, ao que consta aqui, e há uma ação, de 2008, movida pelo Deputado Eduardo Cunha... Parece-me que o Deputado Eduardo Cunha não gosta muito do debate no âmbito do Parlamento, pois tenta resolver tudo na Justiça. Inclusive, um dos atingidos foi o Senador Eunício, em 2008.

Seria importante o Dr. Gustavo esclarecer se, por exemplo, na ação contra o Senador Eunício, ele advogou para o Deputado Eduardo Cunha. Também chama a atenção que muitas das ações do Deputado Eduardo Cunha são contra Parlamentares, contra Parlamentares que, com certeza, exerceram sua prerrogativa, de Parlamentar, de serem invioláveis por suas palavras, opiniões e votos. Ação contra Parlamentar me parece algo que chama muito a atenção. E a ação de que o Senador Roberto Rocha fala tramita na 8ª Vara Criminal de Brasília, só para esclarecimento do Plenário.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Sim, é uma ação penal contra o ex-Deputado Garotinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito. Então é penal, não privada.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Sim, é ação penal privada. As ações penais se dividem em ações penais públicas, de iniciativa pública, e privadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito. Mas não tem a participação do Ministério Público?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Não tem a participação do Ministério Público. Essa ação, inicialmente, correu no Supremo Tribunal Federal. Com a perda do foro privilegiado do então Deputado Garotinho, ela foi baixada para o primeiro grau de jurisdição. Então, repito, essas ações são todas ações envolvendo questões privadas.

O fato de eu defender o Deputado no caso do Deputado Ciro Gomes, por exemplo... Na última ação ingressada, o Deputado Ciro Gomes não era mais Parlamentar. Foi uma acusação séria, grave, que foi feita na imprensa, e o Deputado entendeu por bem ingressar com essa ação. Eu sou instado a ingressar com essas ações pelo meu Partido, que é o PMDB, do qual sou advogado. Não é o Deputado Eduardo Cunha que me questiona a respeito disso; essas questões surgem no seio do Partido. Eu sou advogado do Partido, não sou advogado do Deputado Eduardo Cunha. Na condição de advogado do Partido, atuo em nome do Deputado Eduardo Cunha.

Nesse caso do Senador Eunício, lembro-me de que houve alguma situação, à época, em 2006, uma discussão entre candidaturas presidenciais em que havia algum tipo de questionamento, no âmbito do próprio Partido, que acabou ensejando essa ação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, permita-me, só para poder encerrar a minha participação...

Quero, Prof. Gustavo, pedir desculpas pela minha ignorância forense – não sou advogado –, mas quero apenas esclarecer o seguinte: na ação penal pública condicionada, o Ministério Público é parte, acompanha, fiscaliza ou não?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – No caso, não há nenhuma ação penal pública condicionada à representação. No caso do Deputado, ele optou por ingressar direto com a queixa-crime, sem promover a representação perante o Ministério Público. Seria uma opção dele. O Supremo entende que, em caso de ofensa contra servidor público, você pode promover a representação perante o Ministério Público – aí o Ministério Público, dessa forma, ingressa com a ação penal condicionada à representação – ou o ofendido pode, por vontade própria, preferir, por questão de foro íntimo, ingressar direto com a queixa-crime, sem necessidade de provocar o Ministério Público. No caso da ação penal dependente de representação, se fosse feita, o Ministério Público seria autor e estaria ao lado do Deputado Eduardo Cunha, e não contra o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para uma questão de ordem, Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Sr. Presidente, longe de mim a ideia de fazer qualquer censura, que não tenho absolutamente nenhuma autoridade, em relação aos questionamentos feitos por colegas Senadores ao Prof. Gustavo Rocha.

Eu gostaria de fazer uma ponderação, que peço que relevem: o Prof. Gustavo Rocha é indicado, não hoje, pelo Deputado Eduardo Cunha. Ele é indicado pela outra Casa do Parlamento brasileiro, pela Câmara dos Deputados.

Ele revelou aqui o número de votos que apoiaram a indicação dele. Eu queria, portanto, fazer uma ponderação. Longe de mim – relevem-me meus companheiros, por quem tenho o maior respeito – qualquer censura às suas indagações, que eu considero válidas, buscando conhecer, da melhor maneira possível, o profissional que vai integrar não um tribunal, na verdade, mas o Conselho do Ministério Público.

Se nós formos verificar em tribunais – inclusive em tribunais superiores –, nós vamos encontrar, na história de ministros de tribunais superiores, ministros que, antes de chegarem ao tribunal, exerceram advocacia partidária e hoje são integrantes do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu gostaria de fazer esta ponderação no sentido de que nós estamos examinando um indicado da outra Casa, de uma instituição, não do Deputado Eduardo Cunha. E o fato de ele ter atuado em favor do Deputado Eduardo Cunha, de outros Parlamentares e de outros clientes é um direito seu como advogado.

Ele não é integrante do Conselho. Se ele fosse integrante do Conselho, eu até admitiria a ideia de uma impugnação, porque, como integrante do Conselho... Mas ele é um profissional – contou aqui a sua história, uma história de sacrifício e de luta para chegar aonde chegou – que a outra Casa do Parlamento indicou. Ele não está aqui – e eu não o vejo assim – na condição de indicado. Eu não tenho nenhuma procuração e nem aceitaria procuração do Deputado Eduardo Cunha. Eu não tenho nenhum interesse – quero deixar bem claro

– em defendê-lo e em me envolver, inclusive, em conceitos que ele tenha emitido em algumas questões em que ele tenha se envolvido.

Mas eu gostaria aqui de fazer uma ponderação. Esse jovem indicado hoje para essa função atua como um profissional, nada além de um profissional, e está aqui como indicado da outra Casa do Parlamento, como nós aqui, costumeiramente, indicamos, em outras situações, indicados nossos do Senado Federal.

Era a ponderação. Eu gostaria que o Senador Randolfe e o Senador Roberto Rocha não levassem, absolutamente, a minha intervenção como qualquer objeção ou censura em relação às suas indagações. Eu só gostaria de ressaltar esta condição: ele está aqui representando uma instituição, a outra Casa o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado, Senador Jader.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, Dr. Gustavo, nobres colegas Senadores.

Sr. Presidente, sendo objetivo, como, costumeiramente, procuramos ser, irei direto, Dr. Gustavo, aos nossos questionamentos, apenas dois.

Faço o primeiro: na defesa da transparência necessária para, sobretudo, o fortalecimento do Estado democrático de direito, no seu entender, qual deve ser a amplitude dos atos da publicidade dos atos conduzidos pelos Membros do Ministério Público nos processos administrativos em andamento? Sabendo-se que transparência é fundamental para o fortalecimento do Estado democrático de direito e ainda é uma coisa que se almeja muito neste País.

A segunda pergunta que faço diz respeito, sobretudo, ao momento em que estamos vivendo no nosso País.

Na história republicana, com certeza, estamos vivendo um momento de crise, e crise não só fiscal, não só econômica, mas, sobretudo, talvez mais grave ainda, crise ética, no zelo, no cuidado, no trato com a coisa pública. E, para realinhamento de tudo isso, a instituição Ministério Público, com certeza, ocupa um papel fundamental. Precisamos protegê-la. E o Conselho Nacional do Ministério Público tem um papel também grandioso em tudo isso.

O que se questiona aqui pelos colegas, sobretudo, não é o seu notável saber jurídico – isto o senhor tem demonstrado, e sua história fala por si –, mas, sobretudo, se o senhor terá ou não a isonomia necessária quando lá chegar, se chegar.

Que garantia poderemos ter – não só nós Parlamentares, mas, sobretudo, o povo brasileiro – para essa isonomia?

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Com relação à transparência...

Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Gustavo do Vale Rocha.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Com relação à transparência, eu sou a favor da publicidade dos atos, a favor da transparência, não concordo com a exposição excessiva que ocorre em determinados casos. Eu acho que a preservação da imagem tem que ocorrer. Há inúmeros casos em que há uma exposição excessiva e, posteriormente, a pessoa é absolvida, e, nesse caso, não se recupera a imagem nunca mais.

Então, entendo que a transparência nos atos é importante, que a publicidade é importante, mas sem exagero, sem exposição desnecessária e sem vazamentos, como ocorre até, algumas vezes, de forma seletiva.

Eu, como advogado, às vezes, já me deparei com informações que já estavam no jornal – e eu não tinha conhecimento delas – de processos em que eu atuava.

Então, a transparência, a publicidade é importante, mas sem exageros e sem exposição desnecessária.

Com relação à isonomia na atuação, o que eu disse ao Senador Roberto Rocha e ao Senador Randolfe Rodrigues eu digo agora a V. Ex^a: eu me sinto tranquilo com relação à minha independência.

Como eu disse, quem buscou essa indicação fui eu. Não vejo e não sofri qualquer tipo de interferência e de pedido, qualquer que seja, e não me prestaria e não deixaria... Apesar de jovem, já tenho uma história no mundo jurídico construída. Não deixaria e não serviria para esse papel.

Então, a garantia que V. Ex^a e a população têm é a minha história. E eu vou demonstrar isto – farei questão de demonstrar – caso V. Ex^{as} entendam que eu mereça e logre aprovação nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, não quero fazer nenhum prejulgamento. Eu acho que esse não é o nosso objetivo; nosso objetivo aqui é fazer a sabatina e avaliar se o senhor preenche os pré-requisitos necessários.

Então, eu acho que, como foi dito aqui também, advogado qualquer um pode ser de quem quer que seja.

Sou um defensor ferrenho da transparência, mas também sei que tudo na vida passa pelo equilíbrio necessário para que não se prejudique ou não se condene antecipadamente.

Então, vou aguardar mais alguns questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o nobre Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, algumas Sr^{as} e Srs. Senadores dirigiram-se ao Salão Negro porque está havendo uma reunião do Presidente do Congresso com os Governadores sobre o Pacto Federativo e me pediram que, quando estivesse próximo à votação, eu os chamasse.

Então, eu pediria a V. Ex^a que autorizasse a sua assessoria a chamá-los. Como falta só um Senador para interpelar o indicado, então eles já poderiam se dirigir para cá, porque vai começar a votação em breve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O pedido de V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores e Dr. Gustavo do Vale, nesta Comissão de Constituição e Justiça, a partir da sabatina do Ministro Fachin, indicado pela Presidente Dilma para o Supremo Tribunal Federal e aprovado por decisão desta Comissão e por decisão da maioria do Plenário do Senado, não com o meu voto, mas com o voto da maioria do Plenário do Senado, e democracia se estabelece pelo voto – se foi assim que o Senado decidiu, esse assunto é página virada, mas vamos, efetivamente, é claro, acompanhar os desdobramentos dos fatos –, estamos iniciando uma nova forma de sabatar todos que são submetidos a esta Comissão.

Acho que nossa responsabilidade cresce quando a Comissão de Constituição e Justiça e mesmo o Plenário do Senado sabatinam qualquer dos indicados, independentemente, Senador Jader, sem qualquer censura, evidentemente, de ser indicado pela Presidência ou pela Câmara. Nosso papel é sabatar, não importa a origem da indicação. Entendi perfeitamente a reflexão que V. Ex^a fez. O fato de a Câmara tê-lo indicado não significa dizer que nós não tenhamos de exercer aqui o nosso papel, como fizemos com as indicações presidenciais, e assim por diante.

Naturalmente, observando a indicação do Dr. Gustavo do Vale, fazemos remissão ao art. 130-A da Constituição Federal, que estabelece os critérios e as premissas para preenchimento das pré-condições para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, vemos que o inciso VI prevê “dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.” O fato de ser indicado pela Câmara não é tudo, mas é parte fundamental para que possamos estar aqui. Mas também é fundamental que o indicado tenha reputação ilibada. E eu, sinceramente, não tenho qualquer informação de que haja qualquer tipo de violação, por parte do Dr. Gustavo, no exercício da sua atividade profissional.

A mim não é importante se V. S^a advoga para o Eduardo, para o Joaquim, para o Manoel ou para o Antônio. V. S^a tem o dever de exercer sua profissão, assim como qualquer cidadão tem o direito de ser defendido por um advogado. Essa não é a questão central. Vamos falar aqui o português claro. O que se questiona é se V. S^a terá isenção no importante exercício no Conselho Nacional do Ministério Público para, independentemente dos conflitos, que são públicos e notórios, como, por exemplo, o conflito entre o Deputado Eduardo Cunha e o Dr. Rodrigo Janot, saber separar as coisas, se V. S^a lá será um conselheiro com isenção. E a isenção – sejamos justos aqui – não é apenas a relativa ao cliente de V. S^a. Não! Tem de ter isento em relação a tudo, inclusive ao Dr. Rodrigo Janot. V. S^a não pode ser isento no seu exercício em relação ao seu cliente e deixar de ser isento nos demais fatos, porque o papel do CNMP é, naturalmente, o de fazer, em nome da sociedade, o controle social dos atos administrativos, financeiros e funcionais do exercício da importante atividade do Ministério Público.

Mas a pergunta objetiva é esta: V. S^a, no exercício da sua função, saberá separar as coisas?

Esta é a questão central, acho eu, para que, Sr. Presidente, nós possamos deliberar sobre a nossa convicção.

É o que eu gostaria de ouvir de V. S^a com a maior franqueza, com a maior clareza, com a dimensão de que, olhando o currículo de V. S^a, vejo que V. S^a tem, de fato, uma passagem e uma jornada muito interessante, não apenas como advogado, pois vejo aqui que V. S^a coordena o Núcleo de Assistência e Prática Jurídica de uma universidade e coordena a ação de cem advogados, dez professores, duzentos estagiários, oferecendo assistência jurídica gratuita e integral a pessoas que, eventualmente, batem à porta da Defensoria Pública e não conseguem assistência.

Então, o currículo de V. S^a, a meu modesto juízo, é um currículo que o habilita a exercer essas funções. Mas a questão central que está posta aqui é se V. S^a poderia, de maneira peremptória e afirmativa, deixar claro

que vai separar as coisas, em função da responsabilidade que poderá ter, se receber delegação desta Comissão e do Senado Federal, porque já a recebeu da Câmara Federal.

Essa é a indagação que eu gostaria de fazer, respeitosamente, a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Prof. Gustavo do Vale Rocha.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Primeiro, Senador Ricardo Ferraço, agradeço as palavras elogiosas. E, de forma objetiva e peremptória, respondo que, sim, terei a isenção necessária, agirei com a isenção necessária e que, se, por algum motivo, se por algum motivo, eu perceber que essa isenção pode ser prejudicada, eu me darei por suspeito e não analisarei o processo, conforme dispõe a legislação.

Então, eu respondo de forma efetiva: sim, terei isenção, saberei separar as questões, como, de fato, sei, e agirei dentro desses princípios. Quanto a isso, V. Ex^a pode ter tranquilidade. Todos os Senadores e Senadoras podem ter tranquilidade com relação a esse ponto, porque eu agirei dentro desses ditames.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Dr. Gustavo do Vale. Essa palavra que V. S^a dá nesta Comissão passa a ter força de fé pública. E, evidentemente, após essa manifestação, eu me encontro apto a exercer o meu voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Saúdo o Dr. Gustavo do Vale, pessoa que eu conheço há muitos anos. Não vamos dizer quantos, porque o senhor já se declarou professor e aluno ao mesmo tempo. Mas, ao longo desses mandatos, eu tenho encontrado, em várias sabatinas, pessoas que se apresentam como postulantes a tarefas como essa de Conselheiro no Ministério Público.

Eu queria dizer que a minha manifestação não é uma pergunta, mas uma consideração. A expectativa que todos nós, perguntando ou não, ouvindo a sua história pessoal e profissional, temos é a expectativa que conduz a um caminho que se intitula o caminho da justiça, principalmente justiça para aqueles que não a obtêm com facilidade e que não têm os caminhos para que o povo brasileiro, aqueles que o senhor citou várias vezes no seu depoimento, tenha ao seu alcance os instrumentos para que se possa fazer valer a justiça.

Conhecendo V. S^a como conheço, sei que terá todos os instrumentos morais, éticos e profissionais para colocar à disposição desse Conselho de que V. S^a pretende fazer parte.

Eu quero adiantar o meu voto favorável. Ainda que eu não pudesse estar aqui, a várias pessoas eu mencionei a sua história e a sua capacidade de servir. Não tenho nenhum problema com relação a para quem V. S^a prestou serviços, porque sempre, para quem prestou serviços, os prestou com muita galhardia, com muita dedicação e com muita nobreza, e o que nós esperamos que da Justiça, do STF, do STJ, do STM e de todos os “S” e conselhos que possam existir é que façam valer o aprendizado que o senhor está trazendo, mostrando aqui que é o outro lado da moeda desses conselhos todos e das pessoas que apreciamos. O senhor realmente advogou para pessoas como o Eduardo Cunha e outras mais, mas advogou simplesmente em favor daqueles que nós entendemos que são os que mais necessitam da Justiça ágil e da Justiça imparcial.

Portanto, eu quero aqui manifestar a minha alegria de poder participar da sua sabatina e desejar – o meu voto será favorável – que o senhor tenha toda a consciência da responsabilidade que levará, como fez a sua vida inteira, no exercício desse cargo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Gustavo do Vale Rocha.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Senadora, muito obrigado pelas palavras elogiosas.

Eu gostaria de reafirmar – até fazendo uma pequena observação com relação aos números citados pelo Senador Ricardo Ferraço –, que, na verdade, no núcleo de assistência, neste semestre, não são duzentos estagiários, mas dois mil. Hoje, a minha atividade principal é a advocacia gratuita. Sou professor universitário e responsável por esse núcleo, que é responsável por mais de 40 mil processos, que estão todos sob minha responsabilidade.

Então, eu agradeço as suas palavras elogiosas e digo que V. Ex^a pode ter certeza de que vou levar esses princípios também, caso a Comissão assim entenda, para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo mais quem queira arguir o candidato...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, por favor, eu gostaria de fazer uma arguição ao indicado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares, por gentileza.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Dr. Gustavo do Vale Rocha, o noticiário político atual gira em torno das diversas investigações acerca dos esquemas de corrupção que se instalaram no País. Nesse descortino, quais medidas poderiam ser tomadas para conferir maior efetividade e agilidade às investigações, denúncias e julgamentos das ações penais nos casos de crimes de corrupção? V. S^a considera que corrupção deve ser considerado um crime hediondo? Qual a sua opinião sobre o foro por prerrogativa de função, chamado foro privilegiado?

2. Os níveis alarmantes da violência em nosso País e a necessidade de discussão de projetos que melhorem o sistema de segurança pública no País são de conhecimento público e notório. Chamam minha atenção os números apresentados pelo Ministério da Justiça no Mapa da Violência do Brasil de que, em 2014, apenas 8% dos homicídios foram solucionados no Brasil.

Assim sendo, eu gostaria de saber qual a opinião de V. S^a acerca do sistema de segurança pública atual? Que propostas poderiam ser implementadas no âmbito de atuação do Ministério Público para que a resolução de crimes contra a vida seja aprimorada?

3. Tramita nesta Casa um projeto de minha autoria, o PLS nº 554, de 2011, cujo Relator é o Senador Humberto Costa, atual Relator, digo melhor, que determina o prazo de 24 horas para a apresentação do preso à autoridade judicial após a sua prisão em flagrante. É a chamada audiência de custódia, que, inclusive, já vem sendo objeto de experiências concretas em diversos Estados brasileiros, notadamente em São Paulo, por iniciativa do Tribunal de Justiça, em parceria com o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça.

Essa proposta tem um duplo objetivo: prevenir a prática de atos de tortura e ampliar a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, evitando a superlotação de presídios com presos provisórios. Basta dizer que, em São Paulo, 60% dos presos em caráter temporário e provisório foram soltos, saíram da cadeia por determinação da Justiça.

Qual a opinião de V. S^a sobre essa experiência de São Paulo, audiência de custódia? Quais seriam outras sugestões para ampliarmos a aplicação das medidas cautelares?

Quarta e última. Na opinião de V. S^a, em face de inúmeras situações em que o Ministério Público apresenta denúncias criminais com base em indícios frágeis, que, muitas vezes, são arquivados por falta de provas, causando danos irreparáveis à dignidade das pessoas, como equalizar os dois lados dessa questão: de um, o imperativo ético e jurídico de proteção dos direitos fundamentais, e, de outro, a necessidade de manter ação firme e vigilante do Ministério Público?

Sr. Presidente, foram feitas algumas indagações por parte do Senador Randolfe e por parte do nosso companheiro Rocha, do PSB do Maranhão. Eu não estava aqui, porque estava na reunião dos Governadores. Entretanto, tenho a curiosidade de saber como V. S^a, sendo advogado em várias causas do atual Presidente da Câmara dos Deputados, irá atuar, de forma isenta, autônoma e independente, no Conselho do Ministério Público Federal.

São estas as indagações, Sr. Presidente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Professor Gustavo do Vale Rocha e, pela ordem, a Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sei que há o entendimento desta Comissão de a arguição ser feita e respondida individualmente e nós iniciarmos o processo de votação apenas quando terminar a arguição. Mas, devido ao adiantado da hora e também ao fato de que vários Senadores já fizeram perguntas, e o sabatinado já respondeu algumas, muitos já têm sua convicção, eu queria consultar o Plenário e V. Ex^a se seria possível, sem prejuízo do debate, da discussão, nós já abrímos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O último inscrito para arguir foi o Senador Antonio Carlos Valadares.

Agora, nós vamos passar a palavra ao arguido e, logo em seguida, iniciaremos... Mais cinco minutinhos.

O SR. GUSTAVO DO VALE ROCHA – Senador, procurarei ser breve e objetivo.

Com relação à corrupção, entendo que ela tem que ser combatida de forma eficaz e dura, entendo que o Supremo deu um passo importante na medida em que reconheceu o poder de investigação do Ministério Público e entendo que essa investigação será mais eficaz na medida em que o Ministério Público e as polícias atuem de forma complementar. Entendo que, atuando a Polícia e o Ministério Público de forma complementar, é possível que muito do que V. Ex^a citou aqui não ocorresse, como denúncias frágeis. Muitas vezes, o membro do Ministério Público apresenta denúncia primeiro e depois é feita a investigação, invertendo-se a

ordem. Então, eu acho que uma investigação mais robusta, uma investigação feita com mais critérios, com a participação tanto do Ministério Público quanto da Polícia, no caso de crime federal, da Polícia Federal, traria mais resultados no combate à corrupção.

Com relação ao foro privilegiado, confesso que nunca parei para refletir sobre esta questão. Entendo que o Supremo Tribunal Federal vem agindo de forma dura, seguindo os ditames exigidos constitucionalmente com relação aos detentores de foro privilegiado, de forma que confesso que, sujeito à nova reflexão, o foro privilegiado não me parece que seja um foro privilegiado.

Com relação ao projeto de V. Ex^a, acho muito interessante, porque o cárcere não resolve e não corrige ninguém. Então, a possibilidade de você prontamente apresentar o preso provisório para a audiência de custódia, isso já tornaria essa prisão mais efetiva, de forma a evitar que presos, que pessoas que não deveriam estar presas permanecessem presas.

Sobre o Sistema de Segurança Pública, realmente, é até difícil de responder, porque a segurança pública hoje passa por uma crise muito grande. Acho que é preciso haver uma reformulação geral com relação à segurança pública.

Por fim, quanto à isenção, repito o que disse aos Senadores Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha e Ricardo Ferraço, e, agora, digo a V. Ex^a: agirei com isenção e com a imparcialidade necessária. V. Ex^{as} podem ter toda tranquilidade com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para a réplica, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Não. Senador Presidente, eu achei muito frágeis as respostas. Por isso, não vou fazer mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado. Não havendo mais quem quera arguir o candidato, vamos dar início ao processo de votação, até porque já há muitos Senadores e Senadoras presentes.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação. Proceder-se-á à chamada nominal, obedecendo-se às composições partidárias, para que os Srs. Senadores possam exercer o seu direito de voto, assinando em seguida o parecer.

Portanto, vamos iniciar a votação.

Convido a Senadora Gleisi Hoffmann para exercer o seu direito de voto. Aproveito já para convidar o Senador Benedito de Lira, nosso grande Biu, que também já está presente. *(Pausa.)*

Convido, do Bloco da Maioria, o Senador Edison Lobão. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senadora Simone Tebet. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Jader Barbalho. *(Pausa.)*

Do Bloco de Oposição, Senador Ronaldo Caiado e Senador Antonio Anastasia. *(Pausa.)*

Senadores Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues. É o único bloco completo. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos convidar a Senadora Rose de Freitas também para exercer o seu direito de voto. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

O Senador Ricardo Ferraço pede a palavra enquanto nós estamos votando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu consulto V. Ex^a, mas consulto-o já dizendo qual é minha opinião: nós temos em seguida uma reunião deliberativa, com pontos importantes a serem deliberados. Eu estou aqui confiando que teremos uma reunião deliberativa. É isso?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos concluir a votação...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... e logo em seguida nós vamos deliberar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos concluir a votação, porque aí esta parte da reunião será encerrada, e reaberta a segunda parte da reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu também vou exercer o meu direito de voto.

José Pimentel. *(Pausa.)*

Já votaram 15 Sr^{as} e Srs. Senadores. Há quórum suficiente. Portanto, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Solicito ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Randolfe Rodrigues para serem os nossos escrutinadores. *(Pausa.)*

Vou incinerar o restante dos votos que eu rubriquei e que estão em aberto, para não haver qualquer dúvida. *(Pausa.)*

Já encerramos. *(Pausa.)*

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

Acho que 13 “sim”, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acho que foram 13 votos “sim” e 3 votos “não”.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Dezesseis votos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perdão. Foram 12 votos “sim” e 3 votos “não” – 15 votos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vou proclamar o resultado: votaram 15 Senadores e Senadoras, sendo 12 votos SIM, e 3 votos NÃO.

A escolha do nome do Sr. Gustavo do Vale Rocha foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao plenário.

Eu pergunto ao nobre Relator se ele pretende requerer urgência.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senador Benedito de Lira está requerendo a urgência da matéria.

Em votação a urgência. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria, na mesma linha do Senador Ricardo Ferraço, pedir que pudéssemos votar, se tivéssemos quórum, o PLC 28, pois esse pessoal está aqui há muito tempo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Há quantas reuniões esse pessoal está vindo aqui, muitas vezes gastando dinheiro com passagem, com diária, de outros Estados, para pedir a votação dessa matéria?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu não me oponho, desde que nós possamos seguir a pauta, porque há dois itens que antecedem a esse, um projeto, inclusive, de minha autoria. Eu vou ficar aqui para votar, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, o Senador Randolfe e, depois, o Senador João Capiberibe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, tentando combinar, com a aquiescência do Senador Ferraço e do Senador Valdir Raupp, e no sentido do que disse, inclusive, o Senador Raupp, essa pauta relativa aos servidores do Judiciário já tem constado na pauta da Comissão de Constituição e Justiça há algum tempo. Então, sem prejuízo de votarmos o item 1 e o item 2, matéria de autoria do Senador Ferraço, a proposta que faço é na ordem inversa: que nós pudéssemos inverter a pauta, para que o item 3, relativo aos serventuários...

(Manifestação da plateia.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – ...pudesse ser logo, de pronto, resolvido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu queria propor a V. Exª e aos demais membros que votássemos o item 2 e depois fôssemos para esse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, nobre Senador Ricardo, o Senador João Capiberibe pediu a palavra anteriormente a V. Exª. Em seguida, Valter Pinheiro e V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. V. Exª tem minha anuência para que a gente faça essa inversão de pauta.

Eu queria solicitar a V. Exª, Sr. Presidente, que incluísse, extrapauta, o PRS 13, de 2015. E, com relação ao item 4 da pauta, a PEC 24, de 2012, de minha autoria, eu solicito a V. Exª que, caso o Relator, Senador Aécio Neves não esteja presente e nós cheguemos ao item 4, nomeie um Relator *ad hoc*. Somente se o Senador Aécio Neves não estiver presente no momento da apreciação desse projeto.

Esses são os meus dois pedidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu vou propor um sistema de condução, pois já são 13h. O Relator do item 1 está pedindo a sua retirada de pauta, para que fique para a próxima reunião. É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1 CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015 – Não terminativo –

Requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.

Autoria: Senador Douglas Cintra

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando, recomendando o não recebimento de quaisquer remuneração adicional pela ocupação do referido encargo.

Observações:

– Em 15/04/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Douglas Cintra, nos termos regimentais.

– Em 22/04/2015, foi recebido Voto em Separado do Senador Ronaldo Caiado.

– Em 06/05/2015, foi recebido e dado como lido o Voto em Separado do Senador Antonio Anastasia. Durante a Reunião, o Senador Romero Jucá reformula o Relatório, e o Senador Ronaldo Caiado lê o seu Voto em Separado;

– Em 06/05/2015 foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Relator do item 2 não está presente, mas eu pergunto se pode ser relator de ofício o Senador João Capiberibe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ele não é membro, não pode relatar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Walter Pinheiro está aqui e pode relatar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senador Walter Pinheiro...e já há pedido de vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele relata e pede vista.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro. Então, concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, nosso Relator *ad hoc*.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas, está mantida a pauta? Vamos para o item 3?

Queria, inclusive, aproveitar, pois nós tínhamos acertado isso com o Presidente Maranhão, na volta, para que fizessemos a apreciação dessas matérias. Por isso, fui para a reunião dos governadores e voltei após a sabatina. E há também o item 9, que é, inclusive, o pleito central dos governadores, que trata da questão da irrigação, Sr. Presidente, da PEC da Irrigação.

(Manifestação da plateia.)

Aí, portanto... Que os servidores fiquem calmos, pois, inclusive, quem acertou para votar este negócio aqui fomos nós, desde de manhã cedo.

Então, depois desta matéria que vou relatar, nós vamos votar o projeto dos servidores e, depois, vamos seguir a sequência...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O nobre Relator chegou.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, fiquem frios, porque ninguém vai sair daqui; será mantido o quórum.

Então, vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Walter, como nosso Relator titular, Senador Ronaldo Caiado, aqui está, vamos manter...

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para proferir seu relatório, seu parecer.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, de 2014

– Não terminativo –

Susta os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para proferir seu relatório, seu parecer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Parlamentares. Relatório.

Recebemos, para analisar e emitir parecer relativo aos aspectos ligados à área temática deste órgão fracionário do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2014, que susta os efeitos do Decreto nº 2.735, sendo que o número correto é 2.745 (faço essa observação), de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A proposição susta, de forma integral, os efeitos do decreto mencionado.

Resumidamente, é o relatório, Sr. Presidente.

A iniciativa ampara-se no art. 49, V e XI, da Constituição da República. O primeiro confere competência ao Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar e extrapolem os limites da delegação legislativa, instituto doutrinariamente denominado veto legislativo. É uma modalidade de controle de constitucionalidade político-repressivo, a fim de conter eventuais excessos do Executivo, suspendendo a eficácia tanto de decretos que invadem o espaço reservado ao legislador como da lei delegada que atropela os limites da delegação legislativa, previsto no art. 68, §2º da Lei Magna.

Nos sistemas presidencialistas, como o nosso, é visto como medida excepcional. Destina-se, em última análise, a garantir a incolumidade do princípio de separação dos poderes, consagrado entre nós como cláusula pétrea (Constituição Federal, art. 60, §4º, III).

O inciso XI do §49, por sua vez, impõe ao Congresso o dever de zelar pela preservação de sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros Poderes. A origem do problema está na parte final do art. 67, da chamada Lei do Petróleo, que atribui competência ao Presidente da República para simplificar, mediante decreto, o procedimento licitatório da Petrobras para aquisição de bens e serviços em detrimento da Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666/93.

Diz o artigo: "Art. 67 Os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório simplificado a ser definido em decreto do Presidente da República".

Alegadamente, em obediência a esse dispositivo, o então Presidente da República editou o Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998, que aprova o regulamento do procedimento licitatório simplificado do Petróleo Brasileiro S.A., previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997. É evidente, contudo, que a regra não lhe conferiu esse poder por ser inválida.

Como referido, são duas as hipóteses de utilização do poder suspensivo de normas do Congresso Nacional no caso de lei delegada que descumpra os limites da delegação legislativa e na hipótese de decreto executivo que exorbite dos limites do poder regulamentar. Na hipótese *in totum*, o Decreto foi além do permitido. Como não houve delegação legislativa alguma, o §1º do art. 173 da Lei Magna, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 9/989, é clara:

A lei estabelecerá estatuto jurídico de empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

[...] III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração Pública [...]

Obviamente, o texto refere-se à lei ordinária, ato emanado do Poder Legislativo. Esse é o entendimento que, histórica e invariavelmente, sempre se teve quando a Constituição remete algum assunto a esse tipo de norma. A não ser assim, a própria Emenda 19 certamente teria sido questionada por subtrair atribuições do Congresso Nacional, desfigurando a cláusula da separação de poderes, imune ao legislador ordinário.

Também nessa linha o entendimento do TCU, ancorado na lição do Prof. José Afonso da Silva, de São Paulo, reproduzido nos autos do Acórdão 663, de 2002, que transcrevo no meu parecer.

Outro complicador: o decreto inova o ordenamento jurídico, estabelecendo novos direitos, obrigações e até penalidades, matéria que todos sabemos reservada à lei em sentido estrito.

É notório que, em nosso sistema constitucional, somente a lei pode estabelecer direitos e obrigações, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (Constituição Federal, art. 5º, inciso II).

Nessa seara, o Brasil destoa de outros modelos democráticos, como o francês, em que a própria Constituição prevê o uso de atos administrativos com força inaugural. Entre nós, os decretos e regulamentos têm caráter meramente administrativo. Destinam-se exclusivamente a permitir o fiel cumprimento da lei, como consta no art. 84, IV, do Estatuto Supremo. São atos subordinados à lei, sem legitimidade para ampliar ou restringir seu alcance. Limitam-se a dispor como ela deve ser aplicada pelos agentes administrativos. Em suma, são instruções e orientações expedidas pelo Chefe do Executivo, visando à correta e fiel execução da norma, sendo-lhes defeso suprir eventual lacuna ou omissão do Parlamento.

Os chamados decretos autônomos são de uso reduzido. São aceitos apenas em temas relacionados com a organização e funcionamento da Administração Pública e desde que não impliquem despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Essa é a orientação compatível com o Texto Constitucional e predominante na doutrina e na jurisprudência pátrias. É a lição, dentre outros, do Ministro Carlos Mário Velloso. Nas suas palavras, no Direito brasileiro, o regulamento é, de regra, um ato secundário. Por essa razão, "não pode o Executivo, ao exercer a função regulamentar, criar direitos ou obrigações novas, ou, numa palavra, inovar a ordem jurídica (...)." Ainda de acordo com ele, o regulamento exige a existência de lei, porque nada mais é do que um auxiliar dela.

Em outro ponto, sob o título "O falso regulamento de execução e o regulamento *praeter legem*", o mesmo autor anota:

“Certas leis conferem ao Chefe do Poder Executivo a faculdade de, regulamentando-as, inovarem de forma inicial na ordem jurídica. Tem-se, em caso assim, autêntica delegação legislativa. Valeriam esses regulamentos?”

Questiona o Ministro e ele mesmo responde: “É claro que não”.

Também essa é a posição seguida pelo Supremo Tribunal Federal, como no julgamento do Recurso Extraordinário 318.873 – AgR/SC, de que foi Relator o Ministro Celso de Mello. No parecer, transcrevo trecho do voto do Ministro nesse sentido. A mesma orientação foi adotada pelo Ministro da STF na ADI nº 1.435, sob a relatoria do então Ministro Francisco Rezek:

Não havendo lei anterior que possa ser regulamentada, qualquer disposição sobre o assunto tende a ser adotada em lei formal. O decreto seria nulo, não por ilegalidade, mas por inconstitucionalidade, já que supriu a lei onde a Constituição a exige.

Em resumo, não se altera a ordem jurídica por decreto nem se delega por lei estranha ao modelo constitucionalmente previsto. Nos termos do art. 68 da Lei Magna, a delegação legislativa obedece a rito próprio. Para começar, depende de solicitação explícita do Presidente da República e é veiculada por resolução. Além disso, cabe ao Legislativo especificar o conteúdo da norma, a forma de seu exercício, e ainda reavaliar, se quiser, em votação única, se os limites e condições que impôs foram devidamente observados. Nada disso ocorreu. A parte final do art. 67 da Lei nº 9.478, de 1997, não valida o ato por falta de amparo constitucional. O dispositivo não poderia conferir poderes ao Executivo para disciplinar, por ato administrativo, matéria constitucionalmente reservada à lei. O disciplinamento das licitações públicas sempre esteve sob a reserva de lei.

É a regra prevista no art. 37, inciso XXI, da Constituição e na Emenda Constitucional nº 19/98, que previu modelo diferenciado para as estatais que exercem atividade econômica. Em outras palavras, tanto o decreto como o art. 67 da Lei do Petróleo, que o fundamentou, são nulos, por inconstitucionalidade, como reconheceu o TCU.

No tocante à delegação legislativa, é oportuno este trecho do voto do Ministro Celso de Mello, como Relator da ADI nº 1.296:

A delegação legislativa externa, nos casos em que se apresente possível, só pode ser veiculada mediante resolução, que constitui o meio formalmente idêntico para consubstanciar, em nosso sistema constitucional, o ato de outorga Parlamentar de funções normativas ao Poder Executivo. A resolução não pode ser validamente substituída, em tema de delegação legislativa, por lei comum, cujo processo de formação não se ajusta à disciplina ritual fixada pelo art. 68, da Constituição. A vontade do legislador, que substitui arbitrariamente a lei delegada pela figura da lei ordinária, objetivando, com esse procedimento, transferir ao Poder Executivo o exercício de competência normativa primária, revela-se irrita e desvestida de qualquer eficácia jurídica no plano constitucional. O Executivo não pode, fundando-se em mera permissão legislativa constante de lei comum, valer-se do regulamento delegado ou autorizado como sucedâneo da lei delegada para efeito de disciplinar, normativamente, temas sujeitos a reserva constitucional de lei (José Miguel Garcia. Constituição Federal Comentada – com súmulas e julgados selecionados do STF e de outros tribunais).

Diversamente do que alguns pretendem, não interessa a esta Casa nem à Nação questionar quem subcreveu o decreto, se esse ou aquele governo. Aliás, o histórico desse regulamento evidencia uma sucessão de equívocos no Legislativo e no Executivo. Primeiro, o Congresso Nacional dá carta branca ao Presidente da República para instituir um modelo simplificado de licitação de forma imprópria (Lei nº 9.478, de 1997, art. 67). Pressionado pelas regras de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, o Governo edita o decreto, disciplinando administrativamente matéria que o Constituinte dispensara à lei (art. 37, XXI), embora pudesse fazê-lo por medida provisória.

Depois, sobreveio a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que confirmou a possibilidade de um sistema licitatório diferenciado para as empresas voltadas para a atividade econômica, mas a ser instituído por lei específica, e não por decreto, como insistente e acertadamente decidiu a Corte de Contas. Essa lei não surgiu até hoje. O Executivo acomodou-se com o ato ora impugnado, e o Parlamento manteve-se inerte.

Esse retrocesso, contudo, não sana a impropriedade do ato nem legitima a delinquência administrativa, materializada nas licitações fajutas e fraudulentas, no compadrio escuso entre empreiteiras e entre estas e gestores estatais, em troca de propinas para satisfazer ambições pessoais ou custear projetos eleitoreiros. Tampouco servirá de atenuante para os que agiram criminosamente ou recomporá os estragos financeiros já impostos à Petrobras. O fundamental agora é estancar o processo de rapinagem propiciado pelo modelo simplificado de que cuida o Decreto nº 2.745.

Cuida-se, sem dúvida, de um cenário que não pode ser ignorado. Esta Casa não pode agir como avestruz e aguardar que a solução apareça milagrosamente. O projeto de decreto legislativo em debate é a oportunida-

de que o Parlamento tem para corrigir os equívocos apontados e preservar sua competência, como lhe impõe o art. 49, XI, da Constituição da República.

O argumento de que a aplicação da Lei nº 8.666/93 prejudicaria a competitividade da empresa, em face da demora procedimental, não procede. Tanto que era dela que a Petrobras se valia antes do Decreto nº 2.745/98, e não há notícias de que a empresa tenha perdido espaço no mercado por causa disso.

Além do mais, é improvável que o recurso à Lei Geral das Licitações, como determinou o TCU, reitere-se, implique prejuízos maiores do que os já contabilizados pela Operação Lava Jato.

Nos levantamentos do atento Senador Ricardo Ferraço, nos últimos dez anos, a empresa gastou em torno de R\$220 bilhões com produtos e serviços, tudo sob o regime simplificado. Ademais, num Estado democrático de direito, é inaceitável que conveniências econômicas ou financeiras sobreponham-se a princípios estruturantes desse próprio Estado, como o da legalidade e o da separação de poderes, que o regulamento ignora, como alertou o Ministro Celso de Mello na ADI nº 2.934-7.

A Constituição não pode submeter-se à vontade dos poderes constituídos e nem ao império dos fatos e das circunstâncias. A supremacia de que ela se reveste enquanto for respeitada constituirá a garantia mais efetiva de que os direitos e liberdades não serão jamais ofendidos.

Diante disso, impõe-se ao Parlamento sustar a eficácia desse decreto em obediência ao artigo 49, V, conjugado os incisos X e XI, da Constituição Federal, por sua evidente inconstitucionalidade.

Faz-se apenas um reparo ao projeto do Senador Ricardo Ferraço, certamente por erro de digitação. A ementa faz referência ao Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998. O correto é Decreto nº 2.745. O equívoco, no entanto, restará superado com a emenda de redação que apresento.

Voto.

Em face de todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2014, com a emenda de redação anexa.

É o voto que tenho a apresentar, Sr. Presidente. A emenda de redação também apresentada, exatamente alterando única e exclusivamente a data, que, acredito, tenha sido por erro de digitação.

É o voto em relação a esse projeto de decreto legislativo, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro e, depois, ao autor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, V. Exª já tinha anunciado a vista. Portanto, só quero aproveitar o ensejo e pedir também vista do processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª confirma a vista?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vista coletiva e vamos debater o assunto numa outra reunião em respeito às pessoas que nos acompanham aqui e que estão aguardando a deliberação de outros pontos.

Vista coletiva então, Sr. Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vista concedida.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2015

– Não terminativo –

Altera o Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

– Em 06/05/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Delcídio do Amaral e Antonio Anastasia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Consulto o Senador Delcídio do Amaral sobre a eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, antes do Senador Delcídio.

Queria fazer um apelo ao Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral, meu Líder, pelo menos dentro do PT. Essa matéria foi sobejamente discutida. Também tive oportunidade de conversar durante a semana toda com o Senador Delcídio do Amaral, busquei até diálogo com o próprio Judiciário. Portanto, a proposta que faço ao Senador Delcídio é que pudéssemos votar essa matéria, pois, uma vez apreciada aqui, seria remetida ao plenário da Casa, e aí teríamos todo um período para qualquer outra conversa.

Então, pediria que o Líder nos desse essa possibilidade efetiva de fazer avançar um tema que é sobejamente conhecido de todos nós e eu diria até com a aquiescência, tanto que a matéria veio do Judiciário para esta Casa.

Esse é o apelo que faria a ele.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Pimentel, demais Senadoras e Senadores, eu pedi vista desse processo há aproximadamente duas semanas. Nós tivemos dificuldades na semana passada até em função da sabatina do Ministro Fachin, e, portanto, a reunião caiu por falta de quórum.

No entanto, eu me comprometi e conversei com os sindicatos, que tiveram comportamento exemplar e entenderam a importância desse tema. Conversei com eles longamente, conversei com o Diretor-Geral do STF, o Dr. Amarildo, e, ao mesmo tempo, compartilhei com os meus colegas, Senadores e Senadoras, qual seria o melhor encaminhamento.

Acho que prevaleceu principalmente o bom senso, prevaleceu o entendimento entre as principais Lideranças, tanto da Base do Governo como da Oposição, de nós aprovarmos na CCJ o PLC 28, que vai ser encaminhado para o plenário do Senado...

(Manifestação da plateia.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ...para que a gente faça as discussões necessárias com todos os Senadores e Senadoras que têm um interesse muito grande com relação a esse tema e pelo que representa especialmente o Judiciário Federal para o nosso País.

Essa é a minha posição. Concordo com o encaminhamento apresentado pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Cumprimento a iniciativa do Senador Walter Pinheiro e o bom senso do Senador Delcídio do Amaral, com esse encaminhamento que faz justiça a uma massa crítica acumulada, em razão do convencimento que todos temos da necessidade de repararmos essa reivindicação, que é justa e inadiável. Cumprimento V. Ex^a, Delcídio do Amaral, nosso Senador, pelo bom senso com que encaminhou, porque mostra o respeito e a palavra de V. Ex^a publicamente admitida aqui na reunião anterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns!

(Manifestação da plateia.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Vamos votar, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Se os nossos convidados ficarem em silêncio, andaremos mais rápido com os trabalhos.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, somente para informar que recebi da Fenajufe um documento, que, acredito, todos os Senadores também tenham recebido. A última reposição efetiva das perdas acumuladas pelos servidores do Judiciário Federal deu-se com a aprovação de uma lei de 2006, parcelada até dezembro de 2008. Então, há uma defasagem salarial existente no Poder Judiciário. É por um dever de justiça que estamos aqui para votarmos favoravelmente.

Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para discutir a matéria, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, não só estendo os cumprimentos ao Líder do Governo, ao Senador Walter Pinheiro, mas a todos os membros da Comissão.

Nada mais justo e também a preocupação que todos eles tiveram. Lutaram durante esses anos e aguardaram aquilo que é a condição obrigatória para terem um reajuste, ou seja, a dotação orçamentária. Então, eles estão dentro daquilo que a legislação determina e tiveram o cuidado, durante todo esse tempo, de resistir a essa dificuldade que passaram com a defasagem salarial. E, hoje, nada mais justo que aquilo que já está previsto no Orçamento, esse reajuste, seja dado a todo o Poder Judiciário, que vem com essa defasagem que incomoda e que inviabiliza até a atividade desse Poder.

Meus cumprimentos. A votação é favorável à aprovação do projeto, como será favorável no encaminhamento do texto como sai da Comissão de Constituição e Justiça no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para discutir a matéria, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, não mais a declarar diante do acordo firmado em benefício dos servidores. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para discutir a matéria, Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ressaltando a posição do Líder, agradeço sempre que um líder vem ao encontro, construindo este consenso que acontece aqui e se faz justiça. E esse povo lutou muito, muito, intensamente, dia e noite, até chegar esta hora. Agradeço a todos eles que persistiram e a V. Exª, por ter sido líder à altura do seu cargo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, encaminho pedido de urgência da matéria ao plenário.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Subscrevemos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Presidente, gostaria apenas de, com a compreensão de V. Exª e do Plenário, dar como lido meu relatório no PLS 199, que é o item 10...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Deixe-nos concluir. São dois segundos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) –

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 2, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao plenário.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A reunião continua.

O Presidente retira de ofício os seguintes itens, em face de os relatores não estarem presentes, neste momento. Já são 13h31min. Portanto, os itens 4, 5, 6 e 7, estou retirando de ofício, para que possamos dar continuidade à reunião.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012

– Não terminativo –

Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Relatoria: Senador Aécio Neves

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011

– Não terminativo –

Altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014

– Não terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009

– Terminativo –

Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
- Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) –

O item 8 é de relatoria do Senador Ricardo Ferraço. Podemos retirar, também, para ganhar tempo hoje? Deixaríamos o item 8 para a próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Podemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Podemos.

Então, com a concordância do Relator, o Item 8, também, está retirado.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Item 9.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Relator é o Senador Walter Pinheiro, e diz respeito à reunião com os governadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu queria pedir a V. Ex^a – pessoal, silêncio... Eu vou apresentar o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Dois segundinhos.

ITEM 9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, DE 2013

– Não terminativo –

Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável à Proposta

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, para proferir o seu parecer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero até ser extremamente econômico na questão dessa matéria. A matéria trata da ampliação de prazo para o processo de irrigação. Nós estamos dando nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, buscando destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

Esse é um drama que essas duas regiões vêm enfrentando, diante, principalmente, do processo de utilização de irrigação para o desenvolvimento. Portanto, quando falo do Nordeste, Senador Caiado, faço uso até um pouco da experiência do meu Estado, que tem 69% do seu território no Semiárido. Nós estamos com diversos projetos que dizem respeito a essas propostas de irrigação, para superar um dos nossos graves problemas de produção agrícola, ao mesmo tempo buscando otimizar os recursos naturais – e, conseqüentemente, nós estamos falando dos recursos hídricos –, no sentido dessa muito mais importante política, do que da adoção, Senador Delcídio, pura e simplesmente, de medidas, como foram feitas, ao longo dos anos, em alguns perímetros de irrigação.

Os perímetros foram autorizados, mas nós não tínhamos a garantia do repasse mínimo dessa questão. E é bom lembrar que esse é um processo que nós estamos modificando com o intuito de trabalhar, ao longo do período de 40 anos, uma política que possa incentivar essas duas regiões de maneira a atender a uma demanda crescente de utilização das nossas terras. Aliás, são férteis terras, que sofrem a ausência, exatamente, do processo de irrigação e que se encontram em regiões de dificultado acesso aos nossos recursos hídricos e ao chamado Plano Natural de Abastecimento.

Chama a atenção, Senador Delcídio, no próprio processo conhecido no Brasil inteiro como Baixio de Irecê, portanto, um perímetro, uma área importantíssima, ou na área do Salitre, na região ali de Juazeiro, que isso já se arraste há anos e anos-luz, para um processo de conclusão. Mas o grande carma disso é, exatamente, a ausência de recursos.

Portanto, essa é uma questão fundamental. Eu estou falando de uma área irrigada no Brasil, hoje estimada em 3,5 milhões de hectares.

Então, seria importante tivéssemos a oportunidade de ampliar isso, a importância dessa agricultura irrigada, principalmente para a modernização da produção no campo, portanto reduzindo os gastos que temos hoje de investimento.

Toda vez que introduzimos inovação, a tendência é ganho em escala, ganho em produtividade e, principalmente, ganho no aproveitamento de novas ferramentas. Isso vai facilitando, consequentemente, a adoção de medidas, principalmente para o nosso Semiárido brasileiro superar o problema de sua instabilidade pluviométrica.

A intenção dessa medida proposta pelo Carlos Bezerra é exatamente garantir, assegurar os investimentos destinados, de maneira a não sofrer solução de continuidade.

Por isso, apresento meu voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, essa matéria já tramitou na Câmara dos Deputados. É uma emenda à Constituição, e quero cumprimentar o nosso Relator, que realmente teve o cuidado não só de dar agilidade, mas de continuar aquilo que é fundamental para regiões que podem utilizar esse método moderno da irrigação, cada vez mais atualizada e aperfeiçoada no sentido de diminuir o consumo hídrico e, ao mesmo tempo, poder fazer valer um aumento da produtividade. É algo que fez com que o Brasil saísse de uma tonelagem, há 20 anos, de 80 milhões de toneladas de grãos, para chegarmos hoje, na safra 2014-2015, a 201 milhões de toneladas de grãos.

Isso deve-se muito não só à tecnologia que nos foi trazida pela Embrapa, mas também a essa visão moderna, produtiva, precoce na antecipação até das nossas safras, do processo da irrigação, feita com todo o conhecimento hoje. O Brasil exporta conhecimento nessa área. É fundamental que Estados do Nordeste e também do nosso Centro-Oeste possam beneficiar-se dos investimentos feitos, até porque a infraestrutura para definir um projeto de irrigação exige investimentos altos. Essa distribuição que foi mantida pelo Senador Walter Pinheiro é, sem dúvida nenhuma, compatível com a realidade e a demanda das nossas regiões.

Como tal, Sr. Presidente, o Democratas se posiciona favoravelmente à aprovação do relatório apresentado pelo Senador Walter Pinheiro e, como tal, também, pede que esta matéria tenha uma preferência na pauta para podermos levá-la à promulgação o mais rápido possível.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes de mais nada, parabênizo o Senador Walter Pinheiro, dizendo que o Brasil mudou – as demandas, a produção, alterações climáticas e tudo o mais –, e tratamos o Brasil como se estivéssemos vivendo naquela época em que essa lei foi consolidada.

Olhando hoje, que, no Brasil, há um percentual bem significativo da agricultura familiar; olhando as dificuldades que temos na região do Polígono das Secas; olhando todos esses dados e elementos que inclusive incidem sobre a agricultura do meu Estado – parte dele faz parte da Sudene –, acho mais do que oportuno que esta lei seja aprovada. Ainda estamos em tempo de tentar corrigir algumas distorções.

Parabênizo o Senador Walter Pinheiro, e meu voto é favorável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, a Constituição de 1988, no seu art. 42, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, diz que:

Durante vinte e cinco anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I – vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II – cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.

Aqui, no relatório do Senador Walter Pinheiro, estipula-se que:

Por quarenta anos, a partir da promulgação da Constituição Federal [e não vinte e cinco], há obrigatoriedade de a União aplicar, dos recursos destinados à irrigação:

I – vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II – cinquenta por cento na Região Nordeste” [como está inclusive na Constituição atual].

Entretanto, há mais uma novidade. Também estatui a obrigatoriedade de que “cinquenta por cento dos recursos para irrigação beneficiem agricultores familiares que atendam aos requisitos legais”.

Então, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, essa proposta contribui para a redução das disparidades regionais, como acentuou o nobre Senador Walter Pinheiro.

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável à proposta. *(Pausa.)*

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário.

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do §4º do art. 18 da Constituição Federal; altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o seu parecer e o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esse projeto é bastante conhecido de todos. *(Falha na gravação.)*

É a quarta vez que estamos discutindo este projeto aqui no Congresso – na Câmara e no Senado Federal. Então, vou, praticamente, dar como lido o meu relatório, retirando a emenda de redação. No resto, permanece, praticamente, o texto original que já votamos aqui, algumas vezes acordado com Lideranças do Governo. Mas o Governo, com medo de desgaste – mas não teria desgaste algum –, veta. Já é a terceira vez que esse projeto foi vetado. Nós estamos votando agora, creio que em um acordo, novamente, com o Governo.

Então, o nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O nobre Relator está reformulando o seu parecer para retirar a emenda.

Coloco em discussão a matéria.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, vamos ao voto.

Agradeço a V. Exª. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, já que o Relator retirou a emenda, reformulando seu parecer.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – O Senador Capiberibe pediu a V. Ex^a a extrapauta para o Projeto de Resolução do Senado nº 13 – que tem apoio inclusive da Mesa –, que altera o Regimento Interno do Senado para a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Como é um projeto não terminativo, gostaria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Façamos o seguinte: já são...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – É um pedido do Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Já são 13h45min. Nós vamos acolher o pedido, e será o primeiro ponto de pauta da próxima reunião, dado o avançado da hora.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Item 11.

O Relator pediu a retirada de pauta e inclusive a remessa ao seu gabinete.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011

– Não terminativo –

Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O item 12, também, o Presidente retira de ofício, porque o Relator não está presente.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2015

– Não terminativo –

Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.

Autoria: Tribunal Superior Eleitoral

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia três de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares,

Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Medeiros, Douglas Cintra e das Senadoras Fátima Bezerra, Simone Tebet, Ana Amélia, Rose de Freitas e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino, Aécio Neves, José Serra, Roberto Rocha, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 2ª PARTE: ITEM 2) OFICIO "S" Nº 53, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 12) OFICIO "S" Nº 58, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Subprocurador-Geral do Trabalho OTÁVIO BRITO LOPES, indicado pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 13) OFICIO "S" Nº 59, de 2015 – Não Terminativo. Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017. Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ). Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 14) OFICIO "S" Nº 60, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, escolhido pelo Plenário do STJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 15) OFICIO "S" Nº 62, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado WALTER DE AGRA JÚNIOR, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senador Lindbergh Farias (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 17) OFICIO "S" Nº 64, de 2015 – Não Terminativo. Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO BASTOS STICA, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017. Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ). Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 18) OFICIO "S" Nº 56, de 2015 – Não Terminativo. Indicação do Senhor. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional de Justiça – CNJ, na forma do art. 130-B, inciso XIII, da Constituição Federal. Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 19) OFICIO "S" Nº 68, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 20) OFICIO "S" Nº 66, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado ESDRAS DANTAS DE SOUZA, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 21) OFICIO "S" Nº 57, de 2015) – Não Terminativo. Indicação

do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público – CNMP, na forma do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal. Autoria: Líderes Partidários e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião, às onze horas e vinte e quatro minutos do dia três de junho de dois mil e quinze, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: 1ª PARTE: ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 54, de 2015; 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015; ITEM 3) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015; ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, de 2014; ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2015; ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2015; ITEM 16) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos passar para a parte dos Ofícios S.

ITEM 14
OFÍCIO “S” Nº 60, de 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, escolhido pelo Plenário do STJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

Não estando presente, faço a designação do Senador Valdir Raupp para ser Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, é com muita satisfação que relato, *ad hoc*, o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada aos juízes federais, nos termos do inciso VII do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Na forma da Lei Maior, os membros do CNJ, com a exceção de seu Presidente, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007 – CCJ, proceder à sabatina dos indicados.

O indicado encaminhou seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido na cidade de São Paulo, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1996, obtendo, em 2003, o título de Mestre em Direito Público por aquela mesma instituição.

O indicado atua na Justiça Federal desde janeiro de 2000, após ter sido aprovado em concurso público de provas e de títulos para provimento do cargo de juiz federal substituto da 2ª Região, em 1999.

Atuou como juiz federal, convocado para o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, em varas federais cíveis da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, na Vara Federal da Subseção de Resende e em varas federais da Subseção Judiciária de Petrópolis.

Também exerceu a função de juiz federal auxiliar do CNJ no período da presidência do Ministro Ayres Britto, bem como teve assento no plenário do Conselho da Justiça Federal.

Durante a carreira na Magistratura, também exerceu funções na Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Após integrar duas diretorias da entidade, entre 2004 e 2008, foi eleito presidente daquela associação de classe.

Atualmente, é titular da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, Espírito Santo. Também é membro suplente, na classe dos juizes federais, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo, bem como professor da Faculdade de Direito de Vitória.

Ademais, é autor de publicações na área de Direito Tributário.

O indicado apresentou as declarações exigidas pelos itens da alínea “b” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005; e pelo Ato nº 1, de 2007 – CCJ.

O magistrado juntou também argumentação escrita em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, em cumprimento à alínea “c” do inciso I do art. 383 do RISF.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo. Os membros do CNJ têm a importante atribuição constitucional de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, zelando pela autonomia do Judiciário, pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura e pela observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Carta Magna).

Assim, no que toca diretamente às atribuições constitucionais do CNJ, é fundamental a constatação da experiência no controle administrativo e institucional angariada na vida profissional do indicado. Somado a isso, merecem destaque suas passagens anteriores pelo próprio Conselho, qualificação que certamente será de grande valia não só para o desempenho de suas funções junto ao referido órgão de controle interno da instituição, como também para conferir densidade e eficiência à sua atuação.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

ITEM 15
OFÍCIO “S” Nº 62, de 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado Walter de Agra Júnior, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pronto para deliberação.

Eu solicito à Senadora Simone Tebet que, na condição de Relatora ad hoc, faça a leitura do relatório do Ofício S nº 62/2015.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria fazer um pedido, de, logo após a Senadora Simone, eu poder relatar, em um minuto, a indicação do Dr. Fábio Bastos Stica. É um relatório *pro forma* porque vai ser concedida vista coletiva. Só para que possa tramitar. Em um minuto, logo após a Senadora Simone, porque terei uma reunião da direção da Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, e precisarei me deslocar até lá.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo discordância do Plenário, eu atendo o pedido de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acatando a determinação de V. Ex^a, Sr. Presidente, passo ao relatório.

O Presidente Nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho, encaminha ao Senado Federal, mediante o Ofício “S” nº 62, de 2015, os nomes de dois (02) membros da OAB indicados, na forma constitucional, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Dentre os indicados está o Sr. Walter de Agra Júnior, advogado e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil. Trata-se, nesse caso, de recondução, pois o mesmo já exerce a função, em primeiro mandato.

Também foi encaminhado, igualmente, o currículo do indicado e os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de exame da indicação de autoridades pelo Senado Federal.

Nos termos constitucionais, os membros do CNMP, instituição incumbida do controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, compete a esta Comissão examinar a indicação e proceder à sabinha dos indicados. E, nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os documentos que especifica, dentre os quais o seu currículo, que passamos a sumarizar.

O currículo fornecido pelo Sr. Walter de Agra Júnior principia com a anotação de que o indicado nasceu na cidade de Campina Grande (PB) e bacharelou-se em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). No ensejo, recebeu menção pela elevada distinção por ter sido um dos melhores alunos do curso de Direito.

Walter de Agra Júnior foi Promotor de Justiça no Estado de Pernambuco, em 2000, tendo sido exonerado do cargo, a pedido, para exercer a advocacia. Procurador-Geral de João Pessoa, de 2002 a 2004, Conselheiro Seccional da OAB por três mandatos e Conselheiro Federal da OAB por mais dois mandatos.

Professor, ministrou aulas de Direito Administrativo na Universidade Estadual da Paraíba em 1995, Direito Processual Civil na Unipe de 1995 a 2006. Professor Adjunto II efetivo da UFPB desde 2008, onde leciona a cadeira de Prática I.

É autor de diversas obras jurídicas, dentre as quais artigos e capítulos de livros mencionados no seu currículo.

Eleito à unanimidade, com 28 (vinte e oito) votos, pelo Conselho Federal da OAB para cumprir o seu segundo mandato como representante daquela classe junto ao CNMP.

Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de indicações nesta Casa, Walter de Agra Júnior encaminha as informações pertinentes, tendo apresentado o *curriculum vitae*, certidões e declarações necessárias.

S.ª tampouco sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, e não responde a qualquer processo dessa natureza. Informa, ademais, não ser membro do Congresso Nacional ou de casa legislativa de qualquer unidade federativa, nem cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes. Walter de Agra Júnior declara, igualmente, não possuir qualquer impedimento para o exercício do mandato para o qual foi indicado por sua classe.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório da Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Como não houve objeção do Plenário, passo agora ao item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

OFÍCIO “S” Nº 64, de 2015

– Não terminativo –

Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO BASTOS STICA,

eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE).

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu relato aqui o Ofício S 64, do Conselho Nacional do Ministério Público dos Procuradores-Gerais, que faz a indicação do Procurador Fábio Bastos Stica para uma vaga no CNMP.

O Dr. Fábio Bastos Stica nasceu em 9 de abril de 1967, é formado Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba no ano de 1992 e mestrado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no ano de 2011, tendo defendido a dissertação “A potencial consciência da ilicitude e o povo yanomami”.

É Promotor de Justiça de Roraima desde 1992, tendo sido Procurador chefe de 1999 a 2003. É também Conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público de Roraima, foi Secretário Geral e Corregedor-Geral. Também atua na área do magistério. Tem atuado de forma firme e determinante. Aliás, o Ministério Público de Roraima tem-se notabilizado pela sua pequena equipe, mas pela sua grande produção e pela condição de defesa da sociedade do nosso Estado.

Apresentou todas as certidões, todas as declarações de regularidade fiscal, e quero aqui, pessoalmente, dar um depoimento pessoal a respeito do preparo, da honradez, da competência do Dr. Fábio Stica, que é indicado para o CNMP, preenchendo uma vaga – e quero fazer este registro aqui – ocupada também por um membro do Ministério Público de Roraima, Dr. Alessandro Tramujas, que está encerrando o seu mandato de corregedor do CNMP.

Então, fica aqui patenteada a tradição de excelentes quadros, quadros competentes e honrados do Ministério Público de Roraima.

Meu parecer é favorável, pela aprovação, e submeto-o aos meus Pares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Item 2 da pauta:

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 53, de 2015

– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, antes de começar a leitura do relatório, eu pediria a V. Ex^a o seguinte: há outro relatório que também é de minha autoria, do indicado pelo próprio Senado, Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira. Se V. Ex^a pudesse incluí-lo em pauta, seria só para leitura.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo objeção por parte do Plenário, concedo o pedido de V. Ex^a. (*Pausa.*)

Está incluído extrapauta.

Em seguida ao Ofício do Dr. Cláudio, Ofício S nº 53, V. Ex^a passará a ler o Ofício S nº 56.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

É submetida a esta Comissão a indicação do Sr. Cláudio Henrique Portela do Rego, para ser reconduzido ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para mandato de dois anos, indicado pelo Procurador-Geral da República, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com inciso II, da Constituição Federal.

O Dr. Cláudio Henrique Portela do Rego já foi sabatinado por nós aqui nesta Comissão. Ele é graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, em 1998. Em 1999, especializou-se em “Ordem Jurídica e Ministério Público”, pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

No que se refere à sua atuação profissional, o indicado foi servidor do MPDFT entre 1994 e 2002. A partir de 2002, atuou como promotor de Justiça dessa instituição, tendo exercido os cargos de Conselheiro Fiscal da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e de membro do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT, ambos entre 2011 e 2013.

Cumprir registrar ainda que o indicado, já sabatinado por nós, é membro, como eu disse, do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), biênio 2013/2015, indicado pelo Procurador-Geral da República. Como membro desse Conselho, foi autor das propostas de resolução que estabelecem o prazo máximo de 30 dias para a apresentação de voto-vista em Plenário e que estipulam regras sobre a eleição para a formulação de lista tríplice pelo Ministério Público.

O ilustre indicado também foi relator de importantes procedimentos no CNMP, entre os quais se destacam a proposta de recomendação que revoga a Recomendação CNMP 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil; a proposta de recomendação para divulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; a proposta de resolução que dispõe sobre a agilização de processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados; e a proposta de resolução que dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e institui o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais, denominado Sistema ELO.

Ministrou diversos cursos de Controle Externo da Atividade Policial.

Na área da literatura especializada, destaca-se a publicação do artigo “O direito de o réu ser julgado pelo mérito, em segundo grau e a supressão da instância”, Revista de Doutrina e Jurisprudência, TJDFT, v. 1, p. 13 a 22, 2000.

Além do *curriculum vitae*, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007, desta CCJ.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos que os integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já dispõem de dados suficientes e elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É esse o relatório, Sr. Presidente;

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Item extrapauta. Após este item, serão discutidos os itens 12 e 13, de relatoria do Senador Eduardo Amorim.
Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

OFÍCIO “S” Nº 56, de 2015

– Não terminativo –

Indicação do Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional de Justiça – CNJ, na forma do art. 130-B, inciso XIII, da Constituição Federal.

Autoria: Líderes Partidários

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, vem a esta Comissão o nome do indicado por todos os Líderes do Senado Federal, na cota que cabe a nós, Senadores, e ao Senado, para indicação ao CNJ.

Vem aqui a recondução do Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, que é graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1998; obteve o título de Mestre em Direito, também pela Uni-

versidade de Minas Gerais, no ano de 2003; no ano de 2008, alçou o Doutorado em Direito, pela mesma Universidade de Minas Gerais.

Ainda no que diz respeito à sua vida acadêmica, cabe consignar que o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira cursou a disciplina Ética do Mestrado em Filosofia, no ano de 1998; participou do curso de Criminologia ministrado por Alessandro Barata, Professor da Universidade da Alemanha, e do curso de Teoria de Direito sob a titularidade do Professor Luigi Ferrajoli, da Universidade de Roma, na Itália no ano de 2006. O indicado estudou, como visto, com dois dos mais renomados penalistas da nossa época.

Cabe também registrar que, entre 2006 e 2007, o indicado foi recebido como pesquisador visitante junto ao Instituto de Direito Penal da Universidade de Roma. Além disso, no que se refere à sua atuação profissional, cumpre registrar que o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira é Consultor Legislativo desta Casa, Senado Federal, onde ingressou em 2002, após ser aprovado, em primeiro lugar, em concurso público de provas e títulos para a área de Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário.

Na sua atividade como Consultor Legislativo, o indicado contribuiu, tecnicamente, no processo legislativo que levou à formulação de leis de grande impacto social, como, por exemplo, o Estatuto do Desarmamento, a Lei de Combate ao Trabalho Escravo, a Lei de Falências, a Lei de Drogas, a Lei de Combate à Pedofilia na Internet, entre outros diplomas normativos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o Dr. Fabiano, tem um currículo extremamente intenso, já foi avaliado por esta Comissão, em sabatina, e foi indicado à recondução, pelos Líderes desta Casa, que conhecem o seu trabalho.

O indicado também exerce o magistério, como professor substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Na área de Literatura, o Dr. Fabiano tem diversos trabalhos publicados, dentre os quais, destacamos o livro *Da Criminalização do Racismo: aspectos jurídicos e sociocriminológicos*, da editora Del Rey, de Belo Horizonte.

Sua dissertação de Mestrado também cabe ser citada, e a participação no livro *História do Direito, Novos Caminhos e Novas Versões*.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos anotar que o Dr. Fabiano Augusto foi agraciado com vários prêmios, como o Prêmio Aliomar Baleeiro e Hugo de Andrade Santos, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Além do currículo desse extraordinário companheiro, indicado por todos nós, o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, que é um jurista – estou fazendo um resumo do extenso currículo do Dr. Fabiano –, instruem a presente indicação documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2007, desta CCJ.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que os membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já dispõem de dados suficientes e elementos para deliberar sobre a presente indicação para recondução ao Conselho Nacional de Justiça, CNJ, do Dr. Fabiano, para o que acabo de pedir o apoio dos demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Item 12 da pauta.

ITEM 12
OFÍCIO “S” Nº 58, de 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Subprocurador-Geral do Trabalho OTÁVIO BRITO LOPES, indicado pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente e colegas Senadores.

Sr. Presidente, é submetida ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Ministério Público do Trabalho, do Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal e do art. 1º, §2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, que regulamenta o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e que dá outras providências.

Consoante o citado artigo constitucional, os membros do CNMP serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e do art. 1º do Ato nº 1, de 2007 da CCJ, efetuar a sabatina do indicado, que deve preceder a decisão do Plenário sobre a matéria.

Em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução, foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado, que passamos a resumir, Sr. Presidente.

O designado, natural de Esplanada, Bahia – portanto, vizinho ao nosso Estado, o Estado de Sergipe –, graduou-se bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub). Exerceu o magistério em cursos de graduação e pós-graduação de Direito do Uniceub, da Associação de Ensino Unificado de Brasília, da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção do Distrito Federal, e da Universidade Presbiteriana Mackenzie de Brasília, nas disciplinas Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Constitucional.

Destaca-se de sua experiência profissional o exercício da advocacia, a partir de 1982, e a posse no cargo de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria, em Campinas, SP, em maio de 1988, sendo promovido, por merecimento, em agosto do mesmo ano, a Procurador do Trabalho de 1ª Categoria e, em outubro de 1991, a Subprocurador-Geral do Trabalho.

Foi Assessor Especial da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República – outubro de 1999 até setembro de 2003 – e Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e Emprego – fevereiro a setembro de 2003. Foi, ainda, Vice-Procurador-Geral do Trabalho – setembro de 2003 a agosto de 2007 – e Procurador-Geral do Trabalho – agosto de 2007 a agosto de 2011.

Exerceu diversos cargos no Ministério Público do Trabalho, especialmente como Conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho em quatro biênios, sendo eleito como Vice-Presidente do mesmo Conselho em três biênios; exerceu, também, a coordenação de órgãos do Ministério Público do Trabalho.

Participou, como coordenador da Delegação Brasileira na Comissão Temática nº 8, do Subgrupo de Trabalho nº 11, Relações Trabalhistas do Mercosul, a convite do Ministério do Trabalho, e foi Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O indicado é autor do livro intitulado *As Comissões de Conciliação Prévia*, Editora Consulex, 2000; e, em parceria com outros autores, de outros dois: *A Efetividade do Processo do Trabalho*, Editora LTR, 1999; e, ainda *O MPT como Promotor dos Direitos Fundamentais*, Editora LTR, 2006.

Publicou diversos artigos em revistas especializadas em assuntos jurídicos (relacionados às fls. 10-14 do processado), sendo conferencista, palestrante, painelistas ou debatedor em vários eventos (às fls. 14-23) e como participante de cursos de especialização (às fls. 26-27).

O indicado foi, ainda, membro de comissões examinadoras de concursos públicos para provimento de cargos de Procurador do Trabalho.

Informa o indicado que é membro titular do Instituto Latinoamericano de Derecho Del trabajo y Seguridad Social e que foi condecorado com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, e com a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na categoria Mérito Judiciário, conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Instruem, ainda, a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007 – CCJ (às fls. 28-46).

Diante de todo o exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão dispõem das informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Subprocurador-Geral do Trabalho Otávio Brito Lopes para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público. Portanto, pessoa extremamente qualificada e preparada para o referido cargo.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Amorim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Item 13 da pauta.

ITEM 13
OFÍCIO “S” Nº 59, de 2015
– Não terminativo –

Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ)

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, esse é um dos primeiros sergipanos a ser indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público, com muito orgulho.

O Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais submete à apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício “S” nº 59, de 2015, o nome do Sr. Orlando Rochadel Moreira para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006.

Segundo os dispositivos constitucionais e legais acima referidos, três membros do CNMP serão indicados pelos Ministérios Públicos dos Estados, dentre respectivos membros de suas carreiras, com mais de trinta e cinco anos de idade e de dez anos de carreira, escolhidos em reunião conjunta dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, sendo nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, o Ato nº 1, de 2007 – CCJ, e com o art. 101, inciso II, alínea “i”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

Em observância ao §1º do art. 130-A da Constituição Federal e do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, foi encaminhada a Ata nº 4/2015, referente à Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, realizada em 13 de abril de 2015, na qual consta a eleição do Sr. Orlando Rochadel Moreira para compor o CNMP.

Em observância ao art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e ao art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, o Sr. Orlando Rochadel Moreira encaminhou o seu *curriculum vitae*, que será brevemente exposto abaixo.

O indicado é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1994) – nosso Estado. Ingressou no Ministério Público do Estado de Sergipe em 1997 para exercer o cargo de 1º Promotor de Justiça Especial Criminal na Comarca de Aracaju – SE.

Dentre os diversos cargos exercidos, destacam-se: Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Presidente do Grupo de Acompanhamento de Fatos de Interesse do Ministério Público Brasileiro junto ao CNP e ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Além disso, o indicado atuou como Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe nos biênios 2010/2012 e 2012/2014.

O indicado é autor do livro *Políticas Públicas e Direito à Educação*, da Editora Forum, 2007. Além disso, foi palestrante em diversos eventos e professor de Direito Administrativo, de pós-graduação em instituições públicas, como a Universidade Federal de Sergipe, como a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, como a Escola Superior de Magistratura do Estado de Sergipe.

Em razão de suas iniciativas profissionais, foi agraciado em 2009 com menção honrosa pelo Instituto Inovare, categoria Ministério Público, pela prática – abro aspas: “O MP, o Estado e a sociedade civil e a construção da maior escola pública de Sergipe” – fecho aspas. Recebeu em 2014 – abro aspas: “Comenda de Honra do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União” – fecho aspas, pelos serviços prestados ao Ministério Público brasileiro.

O indicado apresentou os demais documentos exigidos pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e os arts. 383, inciso I, da referida Resolução, às folhas 9 a 11, 65, 79 e 80 de ofício, acompanhados de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Diante do exposto, Sr. Presidente, considerando tratar-se da deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório acreditando termos fornecido às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, integrantes desta Comissão, os elementos suficientes para decidir a indicação do Sr. Orlando Rochadel para o Conselho Nacional do Ministério Público, Sr. Presidente. Como já disse anteriormente, um dos primeiros sergipanos, com certeza – se for assim –, de escolha dos membros do Senado Federal, para ocupar realmente uma das vagas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Último item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
OFÍCIO “S” Nº 68, de 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, bom dia a todos. Eu estou trazendo aqui o relatório sobre o Dr. Luiz Cláudio Silva Allemand, para integrar o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada aos representantes da Advocacia, nos termos do inciso XII, do art. 130-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Na forma da Lei Maior, os membros do CNJ, com exceção do seu Presidente, serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Casa para um mandato de dois anos, admitida uma recondução. Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e, com o Ato nº 1 de 17 de outubro de 2007 da CCJ, proceder à sabatina dos indicados.

O indicado encaminhou o seu currículo, que passamos a resumir: o indicado é Bacharel em Direito desde 1993 pela Universidade de Velha Velha, começou a advogar logo a seguir, tendo completado 21 anos de atuação na área tributária. Desde então, tem atuado ativamente no âmbito da OAB, inclusive desempenhando atividades de cunho social, como a função de defensor dativo.

Ademais, integrou e presidiu diversas comissões na Seccional da OAB do Espírito Santo e do Conselho Federal da Ordem.

Na vida acadêmica, concluiu com sucesso três pós-graduações *lato sensu* em Processo Civil, Direito Tributário e Direito da Empresa, além de ter realizado pós-graduação *stricto sensu* e Mestrado em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes. Luiz Cláudio Silva Allemand também possui prolífica produção bibliográfica, é autor de *Direito Tributário: questões atuais*, além de nacionalmente reconhecido à tributação no mínimo existencial. Também é autor de *Processo Judicial Eletrônico* (PJE), obra de referência, que esquadrinha os meandros da nova configuração do Poder Judiciário com o advento da informação do processo. Publicou, ainda, vários artigos em jornais e revistas especializadas, sem contar as palestras em eventos científicos, tais como as discussões sobre a implantação do PJE no âmbito da Justiça do Trabalho, realizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O indicado apresentou as declarações e certidões exigidas pelos itens da alínea “b” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007, da CCJ.

O indicado juntou também argumentação escrita em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, em cumprimento à alínea “c” do inciso I do art. 383 da Resolução do Senado Federal. Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que as Sr^{as} e os Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório da Senadora Rose de Freitas. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Vamos, a pedido do Senador Alvaro Dias...

Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Eu já tenho pronto o relatório da indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para a recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público (CNMP). Então, com a aquiescência de V. Ex^a, no momento que a Mesa desejar, eu queria fazer a leitura do relatório para estar pronto para a votação na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo objeção dos presentes, fica incluído e atendido o pedido de V. Ex^a.

Item extrapauta, Ofício S nº 66, de 2015, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

OFÍCIO “S” Nº 66, de 2015

– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado ESDRAS DANTAS DE SOUZA, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Sr. Esdras Dantas de Souza é indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil para o Conselho Nacional do Ministério Público. De acordo com o artigo da Lei Maior, os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

Nos termos regimentais, a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o seu dever. O Sr. Esdras Dantas de Souza é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Federal do Centro de Ensino Unificado de Brasília e pós-graduado em Direito Público Interno pela Universidade do Distrito Federal. Foi professor de Direito Processual Civil e de Direito Processual Penal no Instituto Santo Ivo. Desde 2002, leciona as disciplinas de Direito Constitucional e Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da União Pioneira de Integração Social.

Foi servidor público do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios de 1970 a 1979; assistente jurídico da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; membro do Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal; Advogado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Coordenador de Estudos e Pareceres e de Informações Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia; Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Exerceu cinco mandatos consecutivos como Conselheiro Secional da OAB e quatro como Conselheiro Federal da OAB. É advogado militante desde 1979, atuando junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, aos tribunais regionais federais, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e à Justiça Federal de Primeiro Grau nas áreas de Direito Administrativo, Civil, Penal e Empresarial.

É membro do Conselho Nacional do Ministério Público desde agosto de 2013, onde foi Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência. No mesmo Conselho, exerce atualmente a função de Ouvidor Nacional do Ministério Público e é membro das Comissões de Planejamento Estratégico e do Sistema Prisional, Controle Externo da atividade Policial e Segurança Pública.

É autor de vários artigos publicados em periódicos, tendo também atuado em bancas examinadoras de concursos públicos para ingresso na Magistratura e no Ministério Público, e ministrado palestras sobre diversos temas jurídicos, em especial aqueles afetos ao exercício da advocacia.

Em atendimento ao disposto no art. 383, do Regimento Interno, e no art. 5º, da Resolução nº 7, do Senado Federal, o indicado apresentou declarações de que: nunca atuou em conselhos de administração de empresas estatais; nunca participou como sócio-proprietário ou gerente de entidades públicas ou não governamentais, participando, contudo, de empresa privada, de advocacia, por ele fundada há mais três décadas; está devidamente regular junto aos Fiscos Federal e distrital, tendo anexado, para comprová-lo, certidões positivas de débitos com efeitos de negativas, expedidas pelo Distrito Federal e pela União.

Enfim, Sr. Presidente, o indicado atende a todas as exigências, os pressupostos constitucionais e está, portanto, habilitado a ser submetido à sabatina nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Entendemos que tais informações, todas as informações apresentadas aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania disporão de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Item extra da pauta:

EXTRAPAUTA
ITEM 21
OFÍCIO “S” Nº 57, de 2015
– Não terminativo –

Indicação do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público – CNMP, na forma do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal.

Autoria: Líderes Partidários e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se da indicação por parte de Líderes partidários com assento no Senado do nome do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho ao cargo de membro do CNMP, em recondução.

O documento se encontra subscrito pelos Líderes de diversos partidos políticos, tanto do Governo, como da oposição, tais como o PMDB, Democratas, o PSD, o PP, o PT, o PSDB, o PDT, o PR, o PSB e o PSOL. O mesmo é acompanhado do currículo do indicado, o qual a seguir é resumido.

O Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho é Bacharel em Direito, graduado no ano de 1999, na Universidade de Fortaleza. Tem especialização em Direito Processual Civil pela mesma universidade, no ano de 2002. Atualmente cursa o Mestrado em “Direito e Gestão de Conflitos” pela mesma instituição de ensino.

O indicado é autor de artigos e ensaios jurídicos, publicados em jornais e revistas especializadas, especialmente no campo do Direito Eleitoral. E, entre os trabalhos técnicos de sua lavra, destaco o “Manual do Candidato – Eleições de 2008”, editado quando desse processo eleitoral além do texto “Eleições 2004”, renovado quando das eleições de 2006.

Entre as comendas e condecorações recebidas, seu currículo destaca a Medalha de Honra da Inconfidência, que lhe foi concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais neste ano de 2015. E ocupa o cargo de suplente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na condição de advogado militante, participou de inúmeros eventos técnicos especializados, como congressos, seminários e conferências.

Leonardo Henrique Carvalho é Presidente do Instituto Norte-Nordeste de Direito Eleitoral e Consultor Jurídico de partidos políticos. Tem atuação destacada nesse campo e, atualmente, ocupa o cargo de Conselheiro do CNMP, indicado pelo Senado Federal. No CNMP, é Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência.

O currículo do indicado é acompanhado das declarações exigidas na Resolução nº 7, de 2005, que estabelece normas para apreciação das indicações para composição do CNMP e do Conselho Nacional de Justiça, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha direta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal.

Por fim, declara não ser membro do Congresso Nacional e de órgão do Poder Legislativo de Estado, do Distrito Federal ou de Município.

Do mesmo modo, informa a sua situação de regularidade quanto ao Fisco, nos planos federal, estadual e municipal, conforme certidões em anexo.

Declara ter parentes que exercem a advocacia, como o seu genitor, Sabino Henrique Elpídio de Carvalho, e informa não participar ou ter participado, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Declara, ainda, os órgãos do Poder Judiciário perante os quais exerceu advocacia, nos últimos cinco anos, tais como o Tribunal de Justiça do Ceará e o STF, e faz juntar as certidões respectivas.

O indicado faz juntar aos autos as certidões negativas exigidas regimentalmente, como a de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, de débitos estaduais e de débitos de tributos municipais.

Finalmente, Leonardo Henrique de Carvalho encaminhou a esta Comissão texto mediante o qual, em obediência ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a argumentação “objetivando a demonstração de experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade”.

Destaca inspeções da Corregedoria Nacional do Ministério Público nos Estados de Tocantins, Rondônia, Pernambuco, Goiás e Maranhão, assim como sua atividade na condição de integrante da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP.

Julga-se o indicado, assim, em condições técnicas, profissionais, intelectuais e morais de exercer o cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público, órgão que, conforme entende, “possui papel relevantíssimo no âmbito do Ministério Público Brasileiro, seja como instância disciplinar e de controle administrativo, seja como indutor e regulamentador de políticas de gestão”.

Em face do exposto, Sr. Presidente, entendo que esta Comissão dispõe de informações suficientes e se encontra em condições de votar a indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em recondução.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Não havendo quórum presencial para a pauta deliberativa, encerro a presente reunião e agradeço a presença das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e vinte e seis minutos, do dia dez de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Omar Aziz, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, José Medeiros, Fernando Collor e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eunício Oliveira, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino e Roberto Rocha. Justifica a ausência o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Conselheiro Nacional do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior; Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; e Presidente da As-

sociação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Cavalcanti. Havendo número regimental, a Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) OFÍCIO "S" Nº 54, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Procurador da Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, indicado pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador da Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 16 votos favoráveis e 1 voto contrário. 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015 – Não Terminativo. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel, nos termos regimentais. ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012 – Não Terminativo. Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Relatoria: Senador Aécio Neves. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2015 – Não Terminativo. Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências. Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 3, de 2015-CCJ, de urgência para a matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 11) OFÍCIO "S" Nº 67, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado JOSÉ NOBERTO LOPES CAMPELO, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 12) OFÍCIO "S" Nº 63, de 2015 – Não Terminativo. Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor MARCELO FERRA DE CARVALHO, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017. Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE). Relatoria: Senador Blairo Maggi (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 13) OFÍCIO "S" Nº 61, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, incisos IV, da Constituição Federal, o nome do Juiz Estadual SERGIO RICARDO DE SOUZA, escolhido pelo Plenário do STJ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2015-2017. Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 14) OFÍCIO "S" Nº 72, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, com fundamento no art. 1º, § 2º, e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com os incisos II e III do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, membro do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eunício Oliveira (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Raimundo Lira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. Rejeitado o Requerimento nº 4, de 2015-CCJ, de retirada de pauta. ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 3, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2015. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 4, de 2015. Considerando que a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, em seu artigo 1º, exige que a escolha de membros do Conselho Nacional do Ministério Público pelo Procurador-Geral de cada um dos ramos, oriundos do Ministério Público da União, seja realizada a partir de lista tríplice, que o próprio escolhido diz, em sua apresentação, ter sido o único candidato, e que não contempla a Ata da reunião de escolha do indicado o nome dos demais possíveis componentes da lista tríplice supracitada, resta descumprido, por conseguinte, o referido dispositivo legal; que nos termos art. 20 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o qual discorre que "Até cento e vinte dias antes do término do mandato ou imediatamente após a vacância do cargo de Conselheiro,

o Presidente do Conselho oficiará aos órgãos legitimados, solicitando indicação nos termos do artigo 130-A, da Constituição Federal”, solicito a retirada de pauta do Ofício “S” nº 72, de 2015, e que o mesmo seja considerado prejudicado e devolvido ao órgão de origem por vício de ilegalidade na origem. Autoria: Senador Fernando Collor. Resultado: Rejeitado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e cinquenta minutos do dia dez de junho de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: 1ª PARTE: ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 62, de 2015; ITEM 3) OFÍCIO “S” Nº 66, de 2015; ITEM 4) OFÍCIO “S” Nº 64, de 2015; 2ª PARTE: ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, de 2014; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2015; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento de cópia do Aviso nº 360-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1295/2015, proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC-024704/2014-8, na sessão ordinária de 27 de maio de 2015, e informo que o documento se encontra à disposição dos Srs. Senadores, arquivado junto à Secretaria desta Comissão, para consulta.

Esta reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação do Ofício “S” nº 54, que é do nosso convidado. A leitura do seu parecer já ultrapassou cinco dias úteis.

Já comunicamos aos demais convidados, que tiveram a leitura do relatório feita há menos de cinco dias úteis, que vamos ouvi-los somente no dia 17 de junho, ou seja, na próxima quarta-feira, porque o Regimento exige cinco dias úteis entre a leitura do relatório e a sabatina. Como não tem cinco dias úteis para os demais, já comunicamos a cada um que vamos ouvi-los no dia 17.

No dia 17, vou adiantar, teremos outros, que já tiveram seus relatórios lidos, para serem ouvidos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Só para concluir. Dois minutinhos.

A segunda parte destina-se às deliberações dos itens de nºs 1 a 10.

Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, já se encontra nesta Comissão o processo de indicação do Dr. Norberto, do qual sou Relator.

Eu queria pedir a V. Exª inclusão extrapauta, para que eu possa fazer a leitura do relatório do indicado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Logo após a sabatina, que é a segunda parte, esse será o primeiro item de pauta.

Portanto, eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu queria pedir dois extrapauta. O primeiro, Sr. Presidente, era uma relatoria do Senador Blairo Maggi, que não está presente e pediu que, se eu pudesse fazer... Seria extrapauta do indicado Marcelo Ferra de Carvalho, para o CNMP.

Seria depois da sabatina, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Da mesma forma, nós vamos incluir na pauta, para fins de leitura, os dois itens que dizem respeito à sabatina de autoridades.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – E o segundo extrapauta, Sr. Presidente, é um projeto de minha relatoria sobre as carreiras do Ministério Público da União, que é o PLC 41. Se fosse possível colocar extrapauta para a reunião de hoje, mesmo depois das sabatinas...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esse item nós vamos deixar para o dia 17.

Eu conversei com o Senador José Maranhão e ele pediu que a gente acolhesse o pedido para a próxima reunião. Portanto, ele estará incluído na pauta do dia 17.

Passamos ao Ofício “S” nº 54...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu entendo a posição do Regimento – e acho que Regimento é para ser cumprido –, mas eu queria sugerir à Mesa... Na verdade, por uma falha de comunicação, não se cumpriram os 5 dias úteis. Eles se completam amanhã.

Como todos os sabatinados estão presentes, indago a V. Exª se não poderíamos fazer uma sessão de sabatina amanhã de manhã especificamente para ouvir os sabatinados e votar essa matéria, porque ganharíamos...

Eu vou registrar aqui... No meu caso específico, na próxima semana, na quarta-feira, eu não estarei aqui, porque estarei indo à Venezuela visitar os presos políticos. Eu não estarei aqui.

Então, se houvesse a concordância de fazermos a sabatina dos demais amanhã... Os que estão indicados para a sabatina são membros do Conselho Nacional do Ministério Público representantes dos Estados; não são membros do Ministério Público Federal, não é membro que possa gerar qualquer tipo de celeuma.

Então, eu coloco para V. Exª a sugestão de fazermos a sabatina amanhã, às 9h ou às 10h. Acho que teremos quórum de manhã e já votaríamos os sabatinados, para adiantar essa movimentação.

Fica a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Romero Jucá, vamos fazer no dia 17, mesmo sem a presença de V. Exª? Vamos conduzir em um ambiente em que tenho certeza que vamos aprovar todos. Já temos toda uma agenda nas CPLs para amanhã. Todas elas estão se reunindo às quintas-feiras, exatamente para poder haver quórum. Eu mesmo sou membro de duas delas, e vou priorizar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu coloco a sugestão, mas acato a posição de V. Exª na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Fica a sugestão.

1ª PARTE – ITEM 1
OFÍCIO “S” Nº 54, de 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Procurador da Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, indicado pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

– Na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 20/05/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à adequação do indicado e à votação do relatório, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 612211.

Convido o Senador Anastasia para conduzir o Sr. Antônio Pereira Duarte ao plenário. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Sr. Antônio Pereira Duarte para sua exposição por até 20 minutos.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Senador José Pimentel, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nesta oportunidade presidindo os trabalhos desta egrégia Comissão, eminentes Senadores que integram esta destacada Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, eminente

Senador Antonio Augusto Anastasia, ex-Governador do meu Estado, hoje emprestando a sua invulgar inteligência à Câmara Alta do País, demais eminentes presentes nesta Comissão.

Peço licença à Presidência para saudar, na pessoa destacada do Procurador-Geral da Justiça Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, todos os colegas do Ministério Público Militar que me honraram com a oportunidade de estar novamente perante os Senadores da República para esta avaliação.

Cumprimento também, na pessoa da nossa incansável Presidente da Conamp, Dr^a Norma Cavalcanti, todos os membros do Ministério Público que vieram aqui prestigiar esta reunião.

Eminentes Senadores, distinto Presidente, a esta altura em que volto a esta Casa, penso que os Srs. Senadores deverão, nesta oportunidade, estar a refletir sobre o que teria motivado este Procurador da Justiça Militar a postular a recondução.

Eu diria aqui, lembrando o genial poeta mato-grossense Manoel de Barros, que a maior riqueza do ser humano é exatamente a sua incompletude. Nisso, diria ele, sou abastado. E todos nós, seres humanos, de uma maneira geral, nos movemos por desafios. Na verdade, a vida é um palco de múltiplos desafios. V. Ex^{as} mesmos, no dia a dia das suas atividades parlamentares, muitas vezes têm que ter quase que o dom da ubiquidade, para poder se deslocar nas inumeráveis comissões que compõem este Senado e discutir as grandes causas, os grandes projetos que devem alavancar a nossa Pátria.

E, nesse sentido, desde que eu saí da minha querida Juiz de Fora, onde mourejei por 16 anos, na condição de Procurador da Justiça Militar, quando deixei a tranquilidade das montanhas de Minas para cumprir o mandato perante o CNMP, eu me movi exatamente pela incompletude que tinha.

Pensava eu que, respaldado pelos meus pares, poderia oferecer mais à minha Pátria prestando um serviço à República brasileira nessa importante instituição que veio à tona com a Emenda Constitucional nº 45, que criou, portanto, o Conselho Nacional do Ministério Público como órgão de controle administrativo, financeiro e disciplinar.

Eu pensava, nosso ex-Presidente Collor, que, saindo daquelas montanhas de Minas, eu poderia até conjugar as minhas atividades de membro do Ministério Público Militar com as atividades de Conselheiro no CNMP.

Fiz isto nos seis primeiros meses. Assumi em agosto de 2013, mas, quando chegou dezembro, eu tive que avisar o Procurador-Geral da Justiça Militar que, de fato, os desafios, as responsabilidades eram de tal sorte enormes, volumosos, que eu não poderia servir às duas instituições. Eu teria que, efetivamente, me dedicar exclusivamente ao mandato de Conselheiro Nacional do Ministério Público. E o fiz pautado e motivado pelos inúmeros compromissos que aquela Casa passou a ter desde o seu advento, com a Emenda Constitucional nº 45.

Bom dia, Senador Aloysio.

O que nós observamos é que o Conselho passou a ter uma importância capital, principalmente no sentido de mostrar os rumos em direção aos quais o Ministério Público brasileiro deverá seguir em cumprimento às suas impostergáveis e elevadas missões constitucionais.

Exatamente nesse sentido, percebendo, também, que ali, no Conselho Nacional do Ministério Público, nós tínhamos tantas responsabilidades, tantas frentes para serem trabalhadas, eu percebi que teria que, então, realmente, me dedicar exclusivamente a esse mandato. E não me arrependo, porque pude perceber, ao longo desses quase dois anos de mandato, que eu tenho sido, tanto quanto possível, útil a essa causa de elevação da missão do Ministério Público brasileiro contribuindo nas diferentes comissões.

Aqui, também saúdo todos os Conselheiros que estão presentes neste evento, prestigiando a sabatina.

Todos esses nossos colegas aqui não me deixam mentir no sentido de que as atividades são múltiplas. São atividades que vão desde a busca de medidas no sentido de elevar o perfil do nosso sistema prisional... Eu, particularmente falando, me dediquei muito à Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo e Segurança Pública. Durante esse trabalho, nós pudemos contribuir não apenas para visitar e dialogar com as diferentes instâncias de controle deste País, no sentido de tentar melhorar o nosso sistema prisional... Portanto, eu tive oportunidade de visitar diversos presídios, conversar com secretários de segurança ou de defesa social, conversar com os procuradores-gerais, porque é muito importante esse papel do conselheiro de não ficar preso ao seu gabinete, pois ele deve sentir as inquietações que, certamente, atingem todos aqueles gestores do Ministério Público, gestores da segurança pública deste País, que também não querem, de maneira alguma, manter um sistema que, reconhecidamente, está problemático.

Isto não é desconhecido de V. Ex^{as}, que, diariamente, estão recebendo, também, os gestores das diversas partes deste País e percebem que não só é uma questão de investimento, pois é uma questão, também, de mudança de cultura. E, nesse sentido, o CNMP não poderia ficar, ao meu sentir, *a latere* do processo. Era preciso, era indispensável que o CNMP também ombreasse com as demais instâncias de controle, não se isolasse de nenhuma das instâncias... Portanto, nesse sentido, já no âmbito da Comissão, foi produzido, a partir da iniciativa do próprio CNMP, o programa Segurança Sem Violência, que contempla um conjunto de medidas

em que, irmanando esforços com todas as demais instâncias... Secretarias de segurança, Ministério da Justiça, Defensoria Pública, OAB, todas essas instâncias foram ouvidas e, conjuntamente, deliberaram no sentido da criação desse programa Segurança Sem Violência, no sentido de alavancar os índices e melhorar o perfil do nosso sistema prisional.

Não bastasse isso, nós também tivemos a oportunidade de acompanhar o Sr. Corregedor Nacional, Alesandro Tramujas, a quem rendo as minhas homenagens pelo profícuo trabalho realizado como Corregedor Nacional, em diversos Estados deste Brasil. Nessas oportunidades, nós também tivemos diálogo institucional com o Judiciário, com o Secretário de Segurança, com todas essas instâncias, até para saber como o Ministério Público estava, no âmbito de cada Estado, realizando a sua tarefa.

Então, nesse sentido, cada vez mais, eu fui percebendo que o Conselho tem uma missão muito relevante no cenário nacional.

Tive a oportunidade, também, Sr. Presidente, de acompanhar, em algumas oportunidades, o nosso Conselheiro Esdras Dantas, indicado da OAB, que nos honra com a sua presença. S. Ex^a, que presidiu a Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência do CNMP, esteve, por diversas vezes, nesta Casa, dialogando com os Senadores da República. Eu tive a felicidade e a honra de poder acompanhá-lo e de aprender muito com S. Ex^a.

Então, é nesse sentido que eu penso que o Conselho Nacional do Ministério Público, cada vez mais, vai realizando o seu trabalho.

Eu diria até que, naqueles primeiros momentos, quando ainda estavam sendo trabalhados os seus alicerces, quando ele foi criado, os colegas não poderiam dimensionar o vulto que ele iria tomar no sentido, de fato, de poder tentar corresponder às inúmeras expectativas da sociedade brasileira, sobretudo procurando ditar rumos para o Ministério Público pátrio, para que todos os integrantes da instituição possam manter uma conduta hígida e responsável, para que haja, de fato, austeridade no plano da gestão de recursos, da gestão financeira, para que haja eficiência no cumprimento da sua nobre missão.

Então, nesse sentido, Senador José Pimentel, eu queria deixar consignado aos eminentes Senadores da República que o nosso propósito de continuar servindo à República brasileira é justamente devido a esse desafio. E dois anos, na verdade, passam muito rapidamente. Eu penso que ainda tenho disposição, que tenho ânimo para prosseguir fazendo o meu melhor. Como representante do Ministério Público Militar, nós temos também tentado mostrar a importância das instituições militares para o Brasil.

Tivemos uma viagem institucional à Amazônia, a décima primeira viagem institucional, da qual participaram a Ministra Nancy Andrighi, Corregedora Nacional do CNJ, a Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, sete conselheiros, diversos magistrados, defensores, advogados da União, todos percebendo a importância das instituições militares para o Brasil, percebendo a importância da presença do Judiciário e do Ministério Público. Esse trabalho todo orquestrado, naquela ocasião, pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, foi justamente para mostrar que nós temos que sair da comodidade, muitas das vezes, do Planalto Central para perceber que nas diversas e vastas regiões já percorridas por todos os senhores há aflições, há angústias, e que, muitas vezes, essas angústias e aflições são supridas exatamente pela presença das Forças Armadas, que levam para lá, mais do que segurança para nossas fronteiras, mais do que segurança para nosso País, para nossas riquezas, uma esperança para aquelas populações ribeirinhas e para os próprios indígenas.

Então, isso tudo tem nos trazido uma sensibilização. Eu penso que o mais importante de tudo, aquilo que deve mover todo homem público, é justamente esse espírito de servir a uma causa. E acho que os senhores percebem muito isso porque estão aqui, no dia a dia, com todas essas inquietações, ouvindo todos os cenários.

Eu gostaria de finalizar homenageando um poeta da Região Amazônica, Thiago de Mello, que diz: "Na fogueira do que faço/por amor me queimo inteiro/mas simultâneo renasço/para ser o barro do sonho/e artesanado do que serei". Finalizando com esse poema *Memória da Esperança*, eu queria colocar-me à disposição dos Srs. Senadores, na convicção e na esperança de poder continuar servindo ao meu País nessa trincheira importante que é o órgão de controle do Ministério Público pátrio.

Agradeço a atenção de todos e permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu quero registrar a presença das seguintes autoridades: Sr. Jarbas Soares Júnior, Conselheiro Nacional do Ministério Público, Sr^a Norma Cavalcanti, Presidenta da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia, nosso Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador José Pimentel, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores presentes, quero dizer que sou grato pela oportunidade que tive de relatar essa indicação do eminente caro amigo Procurador de Justiça Militar Dr. Antônio Pereira Duarte, membro do CNMP, para recondução ao cargo.

Quero fazer aqui o registro e cumprimentá-lo pela sua exposição na sabatina e pelo seu preparo. Como vimos, Sr. Presidente, o nosso Dr. Antônio Pereira Duarte, além de dotes jurídicos, tem também dotes poéticos, sendo, inclusive, autor de uma bela obra, que ele, gentilmente, ofereceu a mim, consagrando parte de sua ligação com Angola em um belo ritmo de poema. Eu queria cumprimentá-lo por isso.

Mas, Dr. Antônio Pereira Duarte, permita-me só uma indagação. Na sua exposição, V. Ex^a coloca muito bem um tema que hoje é uma grande preocupação de todos os brasileiros e que, é claro, repercute muito aqui, no Senado Federal, que é o tema da segurança pública, que se desdobra em diversas facetas. E uma delas é exatamente o sistema penitenciário, no qual o Conselho Nacional do Ministério Público tem uma forte atuação.

Eu queria perguntar a V. Ex^a sua opinião, de maneira singela, mas objetiva, sobre como nós podemos avançar mais nessa questão penitenciária do Brasil em relação ao papel do CNMP e, ao mesmo tempo, aproveitar para lembrar a V. Ex^a da experiência que tivemos em Minas na época do Governador Aécio Neves, que está conosco, é nosso Senador, e também na época do meu governo em relação às APACs, que V. Ex^a, como ilustre mineiro, conhece muito bem, em que é importantíssima a participação do membro do Ministério Público. Se o promotor local, da comarca, não aderir ao método das APACs, a APAC não poderá avançar, juntamente com o Poder Judiciário.

Então, eu queria ouvir tão somente a posição de V. Ex^a sobre esta contribuição e, claro, sobre o papel do Ministério Público neste esforço em prol da melhoria da execução penal em nosso País.

Parabéns pela sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao nosso convidado o Sr. Antônio Pereira Duarte.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Obrigado, Senador Antonio Anastasia.

Sua indagação é de alta relevância, sobretudo agora que se discute, neste contexto, a própria federalização da segurança pública.

Nós que integramos a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo e Segurança Pública do CNMP temos percebido a importância, cada vez maior, de um olhar sensível do Congresso Nacional e também do Executivo em direção às questões que nos afligem.

O modelo do sistema penitenciário precisa, com toda certeza, desse olhar atento, dessa preocupação. Então, justamente por conta disso, o CNMP, não ficando no muro, mas buscando uma posição proativa, uniu esforços com diversas instâncias – Ministério da Justiça, secretarias, etc e tal – para poder alavancar medidas de médio, curto e longo prazo em relação ao programa Segurança Sem Violência – eu disponho dele aqui e posso, inclusive, repassá-lo aos Senadores que tiverem interesse em conhecê-lo –, mas buscando ali, sobretudo, Senador... Agora mesmo, neste horário, está sendo lançado, no âmbito do CNMP, um programa chamado Identidade Cidadã, que tenta, de alguma forma, estimular que os egressos do sistema prisional possam ter oportunidade não só de restaurar a sua condição cidadã, mas também de serem reinseridos de forma condigna com documentação hábil para que eles possam também disputar uma colocação no mercado de trabalho.

V. Ex^a comentou a bem sucedida trajetória das APACs, que, embora fossem de iniciativa privada, em parceria com o lado público, terminaram sendo um avanço considerável para mostrar que, quando há boa vontade, é possível construirmos soluções.

Nesse sentido, o CNMP alinha-se com todos esses esforços, inclusive com essa vitoriosa atuação do Estado de Minas, no sentido de fomentar, de criar.

Eu digo isto a V. Ex^a porque o CNMP, também percorrendo diversos Estados do Brasil, especialmente nas inspeções da Corregedoria Nacional, tem estimulado esse modelo, como tem feito no Espírito Santo e em outros Estados do Brasil.

Eu penso que é um problema macro, um problema que não se soluciona com um passe de mágica, mas, havendo toda essa disposição, essa vontade política, esse interesse, esse olhar atento do Congresso Nacional, do Executivo e de todas as outras instâncias, eu penso que nós vamos caminhar bem no sentido de remodelar o nosso sistema penitenciário e garantir, com isso, que daqui a mais alguns anos nós possamos ter um cenário muito mais adequado, com índices mais adequados em termos de criminalidade, porque, se nós não trabalharmos, se não unirmos esforços às diversas instituições – uma andorinha só não faz verão –, certamente, o caminho será no sentido de melhorar este perfil.

Eu tenho certeza, Senador Anastasia, de que o CNMP, neste sentido, não ficará à margem da história e gerará a ação necessária, a ação protagonista necessária, alinhando esforços com o Congresso e com todas as

demais instituições, no sentido de buscar, como tem buscado, melhorar o perfil da nossa segurança pública, do nosso sistema prisional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Antônio Pereira Duarte.

Ainda sobre o sistema prisional, nós sabemos que o enfrentamento das mazelas do nosso sistema prisional é um dos principais focos de atuação do Conselho Nacional do Ministério Público. Constantemente, usa-se como pretexto, inclusive, a situação deplorável do sistema prisional brasileiro. Quando se debate, por exemplo, a questão da redução da maioridade penal, o que se alega sempre é que não temos um sistema prisional adequado para atender à demanda que surgiria com a redução da maioridade penal. É uma questão, também, sobre a qual gostaríamos de ouvir a sua opinião.

Mas a indagação sobre o sistema prisional diz respeito à crise financeira atual, certamente uma das justificativas para que o nosso sistema prisional seja inadequado. A capacidade financeira do Poder Público está combalida, e, portanto, investimentos em setores essenciais são escassos, inclusive nessa área. Diante desse quadro de dificuldade financeira do Poder Público, V. Ex^a admitiria alguma espécie de parceria com o setor privado na exploração das penitenciárias? Há alguma pesquisa ou estudo sendo elaborado no âmbito do Conselho ou em algum ramo do Ministério Público sobre esse tema? Há algum paradigma internacional que esteja sendo seriamente considerado? Esta é a primeira questão.

A segunda, Dr. Antônio. V. Ex^a, ao relatar suas atividades no biênio de 2013-2015 em documento encaminhado ao Senado, faz referência à baixa visibilidade do Ministério Público Militar e à necessidade de ser revertido esse quadro, que, de resto, é um reflexo da reduzida atuação da Justiça Militar. V. Ex^a entende ser necessária a manutenção desse ramo especializado do Poder Judiciário da União, tendo em vista o reduzido montante de casos tratados anualmente, especialmente se comparado a outros ramos do Poder Judiciário que se acham absolutamente estrangulados em face do excesso de demandas?

E, por fim, a última indagação: qual a situação atual referente à regulamentação, por lei complementar, da organização e do funcionamento do Ministério Público da União e dos Estados especialmente no que concerne à vedação de que trata a alínea “f” do inciso II do §5º do art. 128 da Constituição, que impede o recebimento, por membro do Ministério Público, a qualquer título ou pretexto, de auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei, tudo a bem da imparcialidade e impessoalidade da atuação do Ministério Público? Eu pergunto: o Conselho Nacional do Ministério Público tomou, neste último biênio, alguma iniciativa no sentido de cobrar dos procuradores-gerais, que detêm a iniciativa do processo legislativo e que se mantêm inertes, o envio dos mencionados projetos de lei complementar aos respectivos poderes legislativos?

Essas são as indagações.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o nosso convidado.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Senador, se me permitir, eu gostaria de começar pela segunda indagação.

Senador, o Ministério Público Militar é uma instituição que nasceu nos distantes idos de 1920. Desde então, tem servido à República brasileira da melhor forma possível, tentando, com sua atuação tanto preventiva quanto resolutiva, buscar melhorar, cada vez mais, o perfil de atuação das nossas Forças Armadas, que são as instituições responsáveis pela segurança e estabilidade democráticas, sobretudo porque zelam pela intangibilidade das instituições democráticas.

Nesse sentido, o Ministério Público Militar tem sempre feito o melhor esforço no sentido de encaminhar soluções, de atuar na preservação do patrimônio público militar, da saúde militar. A sua atuação não se restringe única e exclusivamente ao contexto criminal. Na verdade a atuação preventiva vai muito além, porque os membros do Ministério Público Militar – somos em 79 no Brasil inteiro; é uma instituição relativamente enxuta, mas nem por isso desimportante no cenário, na constelação das responsabilidades nacionais –, nós temos percorrido o Brasil inteiro com os membros do Ministério Público Militar, fiscalizando as unidades prisionais militares, fiscalizando a comida que é servida aos militares, porque tudo isso passa por uma série de regras, fiscalizando a saúde que tem sido oferecida aos integrantes das Forças Armadas, enfim, atuando de forma tal que as instituições militares não sofram solução de continuidade nas suas missões, que são intransferíveis e, portanto, inadiáveis.

Nesse sentido, parece-me que a nossa preocupação em elevar o perfil do Ministério Público Militar junto aos demais ramos do Ministério Público brasileiro é no sentido de mostrar que nós podemos até atuar muito mais além. E o que às vezes nos falta? Às vezes nos falta o reconhecimento legislativo, porque, muitas vezes, nas iniciativas legislativas desta Casa e da Câmara dos Deputados, o que ocorre é que as instâncias da Justiça

Militar e do Ministério Público Militar são esquecidas nos projetos de lei. Só para V. Ex^a ter uma ideia, em relação à Lei dos Crimes Hediondos, esqueceram-se de estender para os crimes tipificados no Código Penal Militar que têm natureza hedionda também essa natureza, o que não é, no meu modo de pensar, algo que seja muito razoável, até para você não gerar aquilo que pranteado Ministro, já falecido, Jorge Alberto Romero, do STM, dizia que seriam antinomias inconciliáveis entre o Código Penal comum e o Código Penal Militar.

Então, é nesse sentido que talvez nós provoquemos essa reflexão de V. Ex^{as} no sentido de não se olvidarem de que esse ramo especializado é um dos poucos ramos especializados de fato no contexto do Ministério Público brasileiro, mas que tem missões extremamente relevantes, a meu sentir, e eu me sinto honrado de ocupar um dos seus quadros.

V. Ex^a salientou outro aspecto importante. Eu não considero, honesta e sinceramente, Senador – falo isto com muita franqueza – , que a Justiça Militar brasileira não tenha importância pelo número reduzido dos seus feitos. Eu penso até que o raciocínio deveria ser o contrário: a Justiça comum é que deveria ter o número de feitos da Justiça Militar, porque, no atual estágio, o que nós observamos é um esforço ingente do CNJ no sentido de tentar estabelecer metas para que o Judiciário brasileiro atenda às inúmeras demandas que só vão aumentando e inchando, inchando o nosso Judiciário. Ou seja, soluções que muitas das vezes, vamos dizer assim, não são por culpa dos magistrados.

Nós temos um número de magistrados que ainda está aquém das expectativas de solucionar com mais agilidade as demandas que são postas ao seu crivo, mas muitas das vezes porque não há tempo, Senador Benedito de Lira. Às vezes, um magistrado tem 14 mil processos para solucionar. Nós estamos avançando em alguns aspectos. Estamos avançando com a criação do sistema de processo eletrônico, estamos criando condições, e o CNJ tem sido protagonista nesse sentido, no caminho de estimular uma atuação. A própria Emenda Constitucional nº 45 criou o sistema do merecimento, ou seja, a promoção do magistrado está condicionada à sua produtividade, mas eu penso que é humanamente impossível que um magistrado possa ter, mesmo que trabalhe as 24 horas do dia, um rendimento à altura do que a sociedade clama. E Ruy Barbosa já dizia que justiça tardia é grande injustiça. Infelizmente, não é culpa... O modelo está aí, está sendo aprimorado, e, nesse sentido, não tenho dúvida de que, daqui a mais alguns anos, todos nós vamos aplaudir cada vez mais o Judiciário brasileiro pela efetividade da entrega da prestação jurisdicional.

E outro aspecto que eu queria ressaltar, Senador Alvaro Dias, a quem agradeço pela indagação, muito oportuna, é para que os Senadores também reflitam sobre alguns aspectos relacionados à Justiça Militar brasileira. Primeiramente, é um órgão do Judiciário que integra o Poder Judiciário nacional. Não é, como, equivocadamente, muitos, às vezes apressadamente, decantam, uma Justiça de exceção. Não é! É uma Justiça, na verdade, especializada, com juízes civis... Há os conselhos julgadores, compostos por militares, mas o juiz togado, o juiz civil é quem conduz todas as sessões. Os promotores são civis, os defensores também. Então, é uma estrutura enxuta, com poucos magistrados, 42 no Brasil inteiro, responsáveis por atuar em relação a uma clientela que chega a mais de 300 mil jurisdicionados, se nós colocarmos apenas os militares nesse contexto. O civil somente excepcionalmente responde perante a Justiça Militar, em casos como roubo de armamento, quando invadem os quartéis, etc. Não é uma Justiça natural do civil, pois é uma Justiça que alcança os civis apenas excepcionalmente.

Nós temos aí um projeto de emenda constitucional no bojo da reforma do Judiciário, ainda como herança dessa segunda parte da reforma do Judiciário, e seria oportuno que nós pudéssemos trazer a V. Ex^{as} essa preocupação de ampliar a possibilidade de a Justiça Militar brasileira servir melhor ao País, abrindo espaço, por exemplo, para as questões disciplinares. Eu, particularmente falando, defendo que seja em relação a todas questões, administrativas, previdenciárias, cíveis, que envolvam os militares, que é uma estrutura à parte, Senador, e a Constituição, o constituinte originário autorizou, abriu uma porta no art. 142, §3º, inciso X, para dizer que lei própria estabelecerá situações peculiares dos militares, seus deveres, suas obrigações, suas prerrogativas, seus interesses. Enfim, permitiu que o legislador infraconstitucional estabelecesse, portanto, um arcabouço próprio para esse contexto de servidores que têm, entre os seus compromissos, de forma inapelável, zelo pela defesa da Pátria, até com o compromisso de entregar a vida, se necessário for.

Então, são instâncias que têm que ter um trato diferente, que têm que ter uma Justiça célere e não podem sofrer as mazelas do sistema jurisdicional comum, onde, infelizmente, muitas vezes, um processo leva cinco, seis, dez anos para ser solucionado. Se isso acontecesse na Justiça Militar, eu, certamente, teria tristeza no meu coração, e nós poderíamos começar a ter uma outra visão.

Certa feita, só para concluir em relação à segunda questão, o General comandante da 4ª Região Militar, em Minas Gerais, chegou até meu gabinete e indagou: “E aí, Dr. Duarte, muitos inquéritos, muitos processos?” E eu, rapidamente, falei: “Não, General, de maneira alguma. Se houvesse muitos processos, muitos inquéritos, V. Ex^a não estaria comandando bem”. Num contexto em que as regras de coesão são disciplina e hierarquia, em

que o oficial tem que mostrar constantemente que ostenta dignidade e compatibilidade para com o oficialato – se não, ele é julgado no Tribunal de Honra e pelo Superior Tribunal Militar –, nós não podemos imaginar que as regras sejam desatendidas, até porque, se houver situação de conflito, a coesão é fundamental.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – A tropa tem que estar bem direcionada, bem coesa, bem disciplinada e sabendo obedecer às orientações de seu comando.

Então, nesse sentido é que esse *ethos* é um *ethos* particular, que exige uma psicologia especial. Eu gosto muito daquela expressão que diz que o militar, quando veste a sua farda, não o faz com indiferença, e, muitas vezes, a utiliza como se fosse um manto que adere à alma irreversivelmente para sempre.

Então, eu defendo muito essa linha, essa postura, porque é assim que o Brasil precisa ser construído, com homens públicos, com essa mesma linha, com esse mesmo pensamento de trabalhar em prol da elevação dos índices sociais do nosso País.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a questão da crise financeira no sistema prisional. Eu penso, Senador Alvaro Dias – é uma opinião pessoal –, que todas as

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – ... boas iniciativas, como acontece em países como os Estados Unidos e em outras nações avançadas, nesse contexto, e aqui seria a instância para discutir, se necessário for...

Se o sistema prisional, como está aí demonstrado, não tem correspondido às expectativas de poder, de fato, abrigar, custodiar aquele recluso e recuperá-lo para ele retornar à vida social, nós temos que buscar outras alternativas. Em Minas mesmo se tem pensado nisso. Penso que nós devemos intensificar os debates e não fazer nada precipitadamente, porque, muitas vezes, a realidade alienígena não serve para a realidade tupiniquim. Então, temos que ter esse cuidado de não simplesmente trasladar uma experiência lá de fora, porque temos leis, normas avançadas aqui, produzimos boas leis, felizmente, mas elas precisam ter, no meu modo de pensar, efetividade, como o ECA, como a Lei de Improbidade Administrativa, surgida no governo do Presidente Collor, que, naquela ocasião, trouxe boas soluções.

O que é preciso é avançar em várias linhas no sentido de melhorar o sistema que está aí, o sistema público, para que haja atenção dos governos, tentando realmente canalizar os recursos financeiros na previsão orçamentária para melhorar o sistema prisional. Ou seja, não podemos hoje simplesmente depositar seres humanos nos nossos estabelecimentos prisionais, fazendo com que eles, infelizmente, ali mais se aviltem na sua dignidade.

Sabemos com Giorgio Del Vecchio que o crime é um percurso da falibilidade humana. E eles, uma vez julgados, condenados e cumpridas as suas penas, devem ser restituídos à coletividade de forma digna, para que possam caminhar. Os seus erros são punidos com a pena, com a privação da liberdade, e o ser humano não nasceu para isso.

Como promotor de justiça, me causa bastante pesar quando tenho que, na exposição final da minha peça acusatória, sustentar que aquele indivíduo terá que ser subtraído da sociedade para ser, infelizmente, colocado num sistema que, de fato, não tem sido adequado. Sou favorável a todas as linhas que possam melhorar esse perfil.

E, finalmente, quanto à terceira indagação, o CNMP tem concitado, viu, Senador? Já há um código ético mais ou menos virtual nas nossas mentes, nas nossas preocupações; estamos com esse código sendo discutido lá no CNMP e estamos com algumas outras propostas que foram feitas no sentido de coibir todas as práticas que possam, de alguma forma, comprometer a independência funcional do membro na sua atuação. O recebimento de qualquer verba, qualquer auxílio, qualquer subvenção já é proibido constitucionalmente, e todos os procuradores-gerais têm essa consciência. O CNMP só tem o cuidado, Senador Alvaro Dias, de respeitar a autonomia de cada Ministério Público de cada ramo para que possam ter as iniciativas necessárias para poder manter, sobretudo, dentro de um patamar de elevada dignidade funcional, os membros do Ministério Público pelo Brasil afora.

O tempo é curto, mas espero...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Estou satisfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Dr. Antônio Pereira Duarte, vou direto ao ponto, pois há bastantes Senadores querendo falar. Vou direto às perguntas.

Continua hoje a tendência a se superestimar a independência funcional como prerrogativa individual, em detrimento da unidade e da indivisibilidade. A recusa de dar seguimento às orientações e às diretrizes dos órgãos centrais, Câmara de Coordenação e Revisão e também o Conselho Superior, coloca em xeque a atuação do Ministério Público?

Segunda pergunta: o Conselho tem como função a fiscalização administrativa e disciplinar do Ministério Público. Nesse sentido, o que o senhor acha sobre o fim da aposentadoria compulsória para magistrados e membros do Ministério Público como forma de punição disciplinar?

O senhor concorda com o sistema de monitoramento eletrônico como dispositivo de controle no sistema prisional brasileiro? E a implantação do instituto das parcerias público-privadas na tentativa de se amenizar o grande problema da superlotação carcerária?

E, ainda, como o senhor avalia a atuação do órgão? Considera que há abuso por parte do órgão? Qual deve ser a prioridade do Conselho, e como aprimorar o exercício do controle externo por parte do Ministério Público?

Cabe ao órgão zelar pela boa gestão do Ministério Público nos Estados e da União? Como disciplinar o Ministério Público nos Estados com procedimentos iguais, se as leis estaduais variam sobre o que pode e não pode ser alvo de penalidades? Como investigar procuradores e promotores e respeitar a sua autonomia e independência?

Para finalizar, Dr. Antônio, eu me lembro aqui do último discurso proferido nesta Casa pelo Senador Luiz Henrique. Ele foi vítima de uma notícia, amplamente divulgada em todos os órgãos nacionais de imprensa, notadamente no Jornal Nacional e em outros noticiários, de que teria feito advocacia administrativa para que uma paciente furasse a fila do INSS. Aquilo o deixou profundamente abatido e decepcionado por dois motivos: primeiro, porque o fato não tinha ocorrido e, segundo, porque aquilo vazara para a imprensa antes mesmo de que ele tivesse notícia.

Pelo País inteiro, a gente sabe que o Ministério Público tem de ser louvado pela forma como se porta e por ter feito até agora um grande papel ao País. Mas também pululam por todos os lados acusações de pirotecnia, de brilhar os olhos para determinados casos. E aí, fechando, eu gostaria que V. Ex^a nos dissesse algo sobre o tema, sobre como o Conselho poderia atuar para que o Ministério Público pudesse se desenvolver como esse órgão de confiança da população, mas, ao mesmo tempo, sem que aqueles valores mais caros aos seres humanos, que, por vezes, demoram vidas inteiras para serem construídos, em minutos, talvez até segundos, sejam destruídos.

Aqui deixo essa minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Antônio Pereira.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Muito obrigado, Senador José Medeiros, pelas valiosas indagações. Eu vou procurar ser objetivo, ser breve, até para poder, se houver outra indagação dos eminentes Senadores, estar aqui à disposição, devido ao tempo precioso desta Casa.

Eu começo, portanto, falando do aspecto do princípio da independência. Embora o CNMP esteja a completar, agora, em junho, dez anos de existência, eu penso que ele já percorreu um caminho bastante longo, fruto do trabalho de todos aqueles conselheiros que lá estiveram, elevando o nível do controle administrativo, financeiro e disciplinar, criando normas que possam, de fato, guiar o Ministério Público brasileiro por um rumo seguro, por um rumo adequado. E sobre o princípio da independência funcional, Senador José Medeiros, nós temos, inclusive, um enunciado, o Enunciado nº 6, que realmente deixa consignado que os membros do Ministério Público... Na verdade, é uma previsão constitucional e, portanto, uma garantia constitucional que se dá aos membros do Ministério Público e aos magistrados de independência nos seus pronunciamentos, de tal forma que eles devem, de fato, responder perante o altar de suas consciências e perante a Constituição e as leis do País. Portanto, logo se vê que, embora o princípio da independência funcional autorize os membros do Ministério Público a atuar de forma absolutamente independente, sem grilhões que possam calá-los, amordaçá-los de alguma forma, eles não estão imunes, infensos às leis deste País, à Constituição deste País. Portanto, eles têm de se pautar com responsabilidade, com coerência, com zelo.

Aí eu até me antecipo em relação à outra indagação de V. Ex^a falando do princípio da presunção de inocência, que também é garantia constitucional que precisa ser sempre referenciada com muita devoção.

Então, a construção de todo o sistema de provas, desde o sistema da Idade Média, em que você admitia sistemas que eram de tortura para se obter confissão etc. foram abandonados, e nós fomos avançando no sistema processual de tal maneira que hoje a presunção da inocência é, de fato, um corolário lógico das garantias constitucionais que foram sendo trabalhadas aqui, no Congresso Nacional, especialmente pela Constituinte.

O nosso sistema é “garantista”. Então, não se pode lançar anátema, não se pode enlamear o nome de quem quer seja antes que haja, de fato, todo o devido processo legal, para que, aí sim, avaliadas as provas, que

devem ser produzidas com o rigor, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, se possa, de fato, sopesá-las dentro do livre convencimento do magistrado e aplicar-se a lei com justiça, serenidade e imparcialidade.

Então, qualquer prejulgamento, qualquer espetacularização de fatos, na verdade, não milita em prol do nosso sistema constitucional, ferindo de morte o princípio da presunção da inocência.

Sobre a questão da aposentadoria compulsória, que, ao lado das penas de remoção e disponibilidade, é uma pena que está autorizada no art. 130 da Constituição, que criou o CNMP, parece-me claro que foram as próprias instâncias legislativas que entenderam que a aposentadoria compulsória seria uma resposta condizente para determinados comportamentos dos membros tanto da magistratura quanto do Ministério Público. Opinar sobre isso seria glosar, de alguma forma, o trabalho que V. Ex^{as} mesmos entabularam para chegar a essa conclusão. Parece-me que pode ser revisto se V. Ex^{as} entenderem que a aposentadoria compulsória não seja uma penalidade adequada, mas ela está como fruto das discussões do Congresso Nacional, ao lado da remoção compulsória e da pena de disponibilidade.

Certo é, Sr. Senador José Medeiros, demais Senadores e Sr. Presidente, que o CNMP tem sido exemplar no sentido de não passar a mão na cabeça de nenhum membro que, de alguma forma, descumpra com seus deveres funcionais.

Se V. Ex^a abrir a página institucional do CNMP... Eu tive o cuidado de encaminhar o relatório a que fez referência o Senador Alvaro Dias para todos os gabinetes para mostrar a V. Ex^{as} que o CNMP tem, de fato, exercitado a sua função de órgão disciplinador, percorrendo os Estados, conversando com os procuradores-gerais, aplicando pena de disponibilidade, pena de censura, pena de advertência, de acordo com o grau de reprovabilidade do comportamento administrativo que tenha sido levado a cabo pelo membro.

Então, nós não estamos fechando os olhos. Nós estamos tendo uma conduta no sentido de concitar os membros do Ministério Público a terem uma postura responsável, cordata, correta. Mas eu lembro a V. Ex^a e aos demais Senadores que magistrados e membros do Ministério Público brasileiro, até por formação, passam por etapas muito difíceis em suas vidas e, normalmente, quando assomam a cargos tão elevados como agentes políticos, já têm um parâmetro muito certo de conduta.

Portanto, nós não podemos imaginar que haja um número extremamente alto de punições. Senão, os concursos não estão selecionando bem.

Eu sempre digo que, para que você seja promotor ou juiz neste País, você passa por cadinhos de provas, você tem que demonstrar higidez moral, idoneidade, não ter tido nenhuma punição, e isso compromete suas promoções pela vida afora. Então, todos nós temos zelo porque queremos avançar nas nossas carreiras.

Portanto, aqueles casos que têm chegado ao nosso conhecimento e que desbordem de um comportamento responsável, digno, íntegro, probo são correspondidos com as sanções disciplinares previstas por este Congresso que estão na nossa Constituição e nas nossas leis.

Da mesma forma, eu queria deixar claro a V. Ex^a que o CNMP não tem agido com abuso no meu modo de pensar. E, quando agimos com equívoco – porque somos humanos e falíveis, muitas vezes, nos nossos julgamentos –, nós temos a coerência e a grandeza de reconhecer que erramos numa decisão anterior e mudamos o posicionamento, ou somos corrigidos pela Suprema Corte brasileira, que revê as decisões que foram tomadas no âmbito do CNMP. Está certo, Senador?

Então, quanto a esse aspecto de qualquer abuso que possa acontecer no CNMP, que, repito, tem apenas dez anos de idade – é um menor impúbere ainda –, nós temos tido cuidado.

Acho que ali há a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, há a Corregedoria Nacional, com um trabalho exemplar tanto do Conselheiro Jeferson Coelho, que está conosco ainda nessa composição, quanto do Conselheiro Alessandro Tramujas, que têm procurado percorrer o Brasil, ver os malfeitos, ver as situações de irregularidades, enfim, tudo aquilo que possa ser corrigido.

Quando a Corregedoria percorre o Brasil inteiro e vai a cada ramo do Ministério Público pátrio, procura saber o que está faltando, o que precisa ser feito, conversa com os Magistrados, conversa com a OAB, ou seja, procura saber se há algum atrito, algum ponto de dificuldade na convivência com o Ministério Público brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Um minutinho. Eu peço aos convidados para manterem um pouco mais de silêncio. Está um barulho muito grande e o nosso interpelado está encontrando dificuldades para externar as suas ideias aqui, em face do barulho.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – E, finalmente, só para não deixar as questões... Sobre as parcerias, Senador, eu penso que tudo que for necessário para melhorar o que aí está deve ser feito. Eu penso que o Congresso pode discutir e encaminhar medidas que possam se adequar para melhorar esse nosso sistema. Eu já

tive a oportunidade de refletir sobre isso na indagação do Senador Alvaro Dias. Portanto, penso que isso seja positivo e agradeço a sua indagação.

Sobre a boa gestão da MP dos Estados e do Ministério Público da União, nós temos uma comissão, Senador Collor, que é a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, que acompanha *pari passu*.

Hoje, qualquer proposta orçamentária passa pelo CNMP. E nos Estados, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, sob a competente direção do Conselheiro Jeferson Coelho, tem verificado todos os pontos de vulnerabilidade do sistema, de tal sorte que aquilo que não estiver correspondendo às adequações orçamentárias, isso rapidamente é mostrado, rapidamente é corrigido, e, quando não é corrigido, sofre os procedimentos competentes no âmbito do CNMP, sem contar que nós temos o órgão de controle externo, que é o TCU e os Tribunais de Contas dos Estados, que também fazem esse acompanhamento *pari passu* da higidez das contas também do Ministério Público.

Espero ter correspondido às suas expectativas. Qualquer coisa, eu fico à disposição para complementar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para réplica, o Senador José Medeiros.

V. Ex^a está satisfeito? (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Dr. Antônio Pereira Duarte, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o nobre sabatinado pela excelente exposição que fez e pelo teor das respostas que tem dado às interpelações que foram feitas.

Eu queria apenas sublinhar uma das suas respostas ao Senador Alvaro Dias a respeito da especificidade da Justiça Militar.

Há algum tempo, eu alimentei dúvidas quanto à necessidade da existência da Justiça Militar. Eu, uma vez, fui absolvido pela Justiça Militar e, em outra vez, condenado. Mas isso em outros tempos, quando os civis eram sujeitos à jurisdição da Justiça Militar. Aliás, hoje, também são, continuam sendo em caso de guerra, excepcionalmente, assim como em caso de guerra se admite, para o crime de traição, a pena de morte por fuzilamento. Há no Código Penal Militar penas muito específicas, próprias do meio militar, como impedimento, a suspensão do exercício de posto, como reforma.

Além, portanto, da especificidade do próprio Código, da estrutura processual e da forma de execução de muitas dessas penas, inclusive penas que existem para os civis, como pena de reclusão, por exemplo, que são cumpridas de forma diferente no caso do meio militar, a necessidade de termos lá uma justiça célere – e é célere a Justiça Militar –, uma justiça aplicada sob a ótica do *ethos* militar, visando sobretudo a, através da aplicação rígida de princípios que reforcem a disciplina, que reforcem a hierarquia, garantir a coesão da força militar.

Então, quero, em primeiro lugar, ressaltar muito a adequação da sua resposta à indagação do Senador Alvaro Dias.

Quando relatei, durante o período da minha vida como Deputado Federal, a reforma do Judiciário, alimentei algumas dúvidas, mas, depois, conhecendo melhor o funcionamento da Justiça Militar, eu me convenci da necessidade da sua permanência.

Mas quero voltar a um tema que já foi levantado aqui. Refiro-me ao tema do sistema carcerário. As estatísticas sobre os encarcerados no Brasil mostram um número alarmante de presos provisórios: 40% – é o que se diz. Não sei se, nesses 40%, se computam aqueles presos que já estão cumprindo pena em função de uma condenação anterior e que estão sujeitos a um novo processo – é possível. Mas o fato é que é um número enorme.

Então, eu queria indagar que soluções o senhor proporia para enfrentarmos esse problema. Já existe até um projeto tramitando no Senado. Vejo, entre nós, o Senador Antonio Carlos Valadares, autor de uma proposição que me parece do mais alto interesse, que é a instituição da audiência de custódia, uma experiência exitosa, implantada no Estado do São Paulo com bastante êxito, mas que ainda é sujeita a alguma controvérsia. Penso que o projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Valadares, daria uma excelente solução para resolvermos uma parte desse problema. Até faço um apelo ao Vice-Presidente, Senador Pimentel, para que, em contato com o Presidente da Comissão, diligencie a inclusão, na ordem do dia dos nossos trabalhos, desse projeto de lei do Senador Antonio Carlos Valadares.

Ouç a resposta, com muito interesse, do Dr. Antônio Pereira Duarte.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Sr. Antônio Pereira.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Obrigado, Senador Aloysio Nunes. V. Ex^a, com suas indagações pertinentes e sempre oportunas, também tem-nos feito refletir sobre o modelo da Justiça Militar brasileira.

Apenas aproveitando essa deixa, Senador, se me permitir, eu queria também solicitar aos eminentes Senadores da República que pensem, reflitam sobre a ausência da Justiça Militar, hoje, no âmbito do CNJ.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É verdade. Muito bem lembrado. Há uma PEC nessa linha.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Existe hoje um projeto, sob a competente relatoria do Senador Anastasia, estabelecendo que o CNJ discuta as questões que atingem todos os ramos da Justiça brasileira, todos os órgãos, inclusive a Justiça Militar. Eu acho que isso até quebraria um pouco o espírito da uniformidade decisória, já que um dos seus braços, a Justiça Militar, que integra o Poder Judiciário Nacional, é a mais antiga instituição – eu diria que é a mãe de todas as outras, porque ela veio com D. João VI, na sua comitiva, e foi a primeira que se instalou no Brasil, nos distantes idos de 1808. No entanto, apesar de ser mais do que bicentenária, ela foi esquecida na composição do CNJ.

A competente Ministra Maria Elizabeth, que presidiu recentemente a Superior Corte Castrense, alavancou esse projeto no sentido de fazer com que o Congresso reflita sobre essa ausência, o que me parece não fazer com que as decisões do CNJ tenham legitimidade, pelo menos em relação à Justiça Militar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. S^a me permite?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Na época em que foi aprovada a Emenda à Constituição que criou o Conselho Nacional de Justiça, havia uma controvérsia sobre a existência da Justiça Militar, que hoje está absolutamente superada. É por isso que a proposta de emenda à Constituição, cujo primeiro subscritor é o Senador Anastasia, tem toda a pertinência e deveria realmente ser aprovada agora, porque não há mais nenhuma dúvida quanto à necessidade de termos uma Justiça Militar funcionando no nosso País.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Muito obrigado, Senador. Eu reforço o argumento de que sua existência especializada motiva ou deveria motivar um aproveitamento maior da sua capacidade de atuação, ampliando-se, portanto, para as questões administrativas, previdenciárias, cíveis e militares.

Penso que mandar essas questões, essas demandas para a jurisdição comum só faz inchar ainda mais aqueles órgãos e não aproveita esse espaço que a Justiça Militar brasileira deve ter para poder contribuir, como acontece com as Justiças Militares estaduais, que tiveram ampliada a sua competência em relação ao controle das punições disciplinares.

Senador, em relação à indagação propriamente dita, a resposta não pode ser individual; tem que ser uma resposta coletiva.

Conforme eu havia comentado, hoje, o CNMP se debruçou, e não foi só o CNMP, o CNMP teve o mérito de deflagrar a iniciativa, mas chamou para a discussão o CNJ, o Ministério da Justiça, as Secretarias de Segurança, a OAB, todos os órgãos que, de alguma forma, pudessem contribuir com os debates, para nós firmamos hoje o Programa Segurança sem Violência, em que nós procuramos estudar os gargalos do nosso sistema prisional, suas vulnerabilidades, entre as quais essa muito bem ressaltada por V. Ex^a.

Entre as diretrizes básicas que foram trabalhadas coletivamente por todos esses parceiros, entre as oito que foram estabelecidas, uma delas é a assistência jurídica aos réus presos, provisórios ou definitivos; mas a agilização dos processos penais com réus presos, provisórios ou definitivos; mecanismos de reintegração social; aprimoramento da gestão pública do sistema prisional, com treinamento dos agentes penitenciários; construção e melhoria das condições carcerárias; incentivos fiscais ou compensações aos entes federados onde esteja localizado o estabelecimento penal; implementação de medidas alternativas à privação de liberdade; alterações legislativas, algumas propostas concitando V. Ex^{as} a pensarem sobre vários aspectos; e a criação da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal (Enasep).

Então, nós, do CNMP – eu digo nós porque ainda estou lá, cumprindo mandato – , temos tido esse cuidado e essa preocupação, e estamos vindo aqui ao Congresso conversar com V. Ex^{as}, como tive oportunidade de conversar com a Senadora Ana Amélia e com diversos outros valorosos quadros desta Casa. A Senadora Ana Amélia inclusive comentou sobre o sistema de Havana, em Cuba, que ela acha avançado em alguns aspectos. Quer dizer, nós precisamos nos assentar e trazer a nossa experiência, nós que atuamos lá na ponta do sistema, vendo todas essas aflições. Isso nos inquieta, isso preocupa-nos a todos, como homens públicos, que temos, como V. Ex^{as}, a preocupação de melhorar, de forma geral, tanto o nosso sistema carcerário, como todos os outros aspectos que causam preocupação ao Brasil.

Agora, particularmente falando em relação ao sistema prisional, ele precisa hoje ser olhado porque aquela população que ali entra vai sair! Nós a queremos melhorada ou piorada? E ela vai conviver conosco! Então, eu acho que é uma questão até de ilação lógica. Se nós queremos que aquela população que entra volte melhorada, para não reincidir, para não trazer uma bagagem criminal ainda mais ampla, com requintes e tudo o mais, nós precisamos discutir as medidas que V. Ex^{as} estão propondo sobre menoridade, se é o caso, se não é o caso; sobre a adoção do critério do incidente de imputabilidade, do projeto de V. Ex^a em relação aos crimes hediondos.

Quer dizer, V. Ex^a está sendo protagonista porque está trazendo alguma coisa à reflexão. E isso é importante. É preciso analisar se vai ser para todos. Esta Casa tem uma oportunidade histórica de refletir sobre se

devemos reduzir a maioria penal, se não devemos reduzir, e quais são as consequências disso, porque nós estamos tratando de um sistema que já não acolhe nem aquele que tem a maioria atual; que dirá aquele que... Será que seria melhor ampliar a pena daquele no sistema de internação? Ampliar, melhorar esse perfil?

V. Ex^{as} estão com a responsabilidade de discutir, e nós estamos à disposição. No CNMP, particularmente falando, nós estamos produzindo uma nota técnica, sob a competente relatoria do Conselheiro Walter de Agra, eu já tive oportunidade de lê-la, ela vai ser objeto de deliberação do Conselho, e nós vamos mandar essa nota técnica no sentido também de colaborar com as discussões que aqui estão sendo travadas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, Dr. Antônio Pereira Duarte, em primeiro lugar, meus cumprimentos pela forma esclarecedora como está respondendo às perguntas dos Senadores e das Senadoras. É uma prova evidente da sua competência profissional e do respeito que tem por esta Casa.

A primeira pergunta é relacionada a um projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça que pretende implementar nos Estados, de forma escalonada, as audiências de custódia.

Esse assunto já foi objeto de uma pergunta do Senador Aloysio Nunes, que é um entusiasta do tema. A toda hora e a todo instante ele pede a esta Comissão que se debruce imediatamente sobre um projeto de nossa autoria que ainda não foi colocado em votação, uma vez que São Paulo foi o primeiro Estado a dar o exemplo, atendendo a esse projeto do Conselho Nacional de Justiça sobre a audiência de custódia.

Aproveito para falar sobre os níveis alarmantes de violência no nosso País e a necessidade de discussão de projetos que melhorem o sistema de segurança no País, e que são de conhecimento público em todo o nosso País.

Assim sendo, eu gostaria de saber qual a opinião de V. S^a acerca do sistema de segurança pública atual.

Quais as propostas que poderão ser implementadas no âmbito da atuação do Ministério Público para que a resolução de crimes contra a vida seja aprimorada. Na opinião de V. S^a, em face de inúmeras situações em que o Ministério Público apresenta denúncias criminais, às vezes, com base em indícios frágeis que, muitas vezes, são arquivadas por falta de provas, causando danos irreparáveis à dignidade das pessoas, como equalizar os dois lados dessa questão? De um, o imperativo ético, jurídico de proteção dos direitos fundamentais e, de outro, a necessidade de manter a ação firme e vigilante do Ministério Público.

Ainda com respeito ao tema segurança pública, a imprensa noticia que o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal, Eduardo Cunha, está estimulando a aprovação de uma matéria relacionada à maioria penal no sentido de que o Congresso deva aprovar a redução da maioria penal para 16 anos e que essa situação seja resolvida em última instância, através de um referendo popular. Isto é: o Congresso aprova a redução da maioria, segundo o pensamento do Presidente da Câmara e do relator da matéria, e a Nação é chamada para dar a sua opinião resolutiva sobre o assunto.

Nós sabemos que, do ponto de vista prático, esse referendo fatalmente levará à aprovação da redução da maioria penal. Eu não tenho a menor dúvida, pelo clamor que ouço nas ruas, as reclamações generalizadas de famílias que foram vítimas da violência praticada por menores, então, há uma generalização sobre a atuação de menores. E, percentualmente falando, na criminalidade, eles não tem o primeiro lugar na prática de crimes hediondos. Há também uma parte da sociedade que acha, inclusive o Governo, o Ministério da Justiça, o próprio Partido dos Trabalhadores, que a violência pode aumentar mais ainda, uma vez que as cadeias públicas funcionam como escolas de criminalidade.

Segundo o conceito de parte da sociedade, se essa matéria da redução for aprovada, seja pelo Congresso, com o beneplácito da sociedade, isso levaria, sem dúvida, ao recrudescimento da violência em nosso País, já que os nossos presídios são verdadeiros calabouços, ou depósitos de criminosos e também universidades do crime.

O que acha V. S^a dessa proposta que está nascendo na Câmara dos Deputados de aprovação da redução da maioria penal, levando o assunto para a decisão da sociedade, ou seja, do eleitorado, através de um plebiscito.

Parte da comunidade jurídica nacional tece críticas à atuação de membros do Ministério Público sob o argumento de que seria politicamente orientado ou mesmo voltado para a promoção pessoal, para atender à mídia. Aliás, esse não é o meu pensamento, mas devo extravasar. Isso que surge, na opinião de muitos articulistas e pessoas também ligadas ao mundo jurídico. Uma das funções do Conselho Nacional do Ministério Público é fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos membros do Parquet.

Durante o primeiro mandato de V. Ex^a, como membro do CNMP, tem sido comum o órgão examinar representações contra procuradores ou promotores, fundadas nessas razões a que me referi. Como tem decidido

o Conselho a esse respeito? V. Ex^a acredita que a legislação pátria prevê punições adequadas para membros do Ministério Público nesses casos?

Ficarei por aqui.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Com a palavra o Sr. Antônio Pereira Duarte.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Quero agradecer ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares pelas indagações que me permitem mostrar o serviço que vem sendo prestado pelo CNMP em todos esses aspectos ou essas questões suscitadas.

Primeiramente, em relação à audiência de custódia, nós estamos também, lá, em via de votar uma Nota Técnica em que o CNMP vai se posicionar em relação ao projeto que está em andamento. Eu particularmente falando, Senador Antonio Carlos Valadares, tenho uma preocupação em relação ao prazo exíguo, no meu modo de pensar, que se estabelece para a apresentação do custodiado. Vinte e quatro horas, em certas situações, se tornam, na verdade, difíceis de serem cumpridas, exatamente porque determinados Ministérios Públicos – como o Ministério Público Militar – que, muitas vezes, vai ter que apresentar o preso que está em São Gabriel da Cachoeira e, na verdade, a auditoria é em Manaus. E para chegar a São Gabriel da Cachoeira é um longo percurso. Então, quer dizer, nem sempre haverá possibilidade de nós cumprirmos esse horário, esse prazo inicialmente demarcado.

Por isso que, na Nota Técnica, estamos encaminhando uma sugestão para que se dê um elastério maior a esse prazo. Porque a proposta é extraordinária, no sentido de fazer com que não se perca muito tempo em se dar uma solução em relação àquele indivíduo. Ou seja, a avaliação prévia evitará, sobretudo, a superpopulação carcerária, porque se houver qualquer possibilidade de aquele indivíduo deixar de ser custodiado, deixar de ser colocado em qualquer das condições penitenciárias ou prisionais, nós estaremos, na verdade, melhorando o perfil do sistema carcerário.

Há muitas situações em que o indivíduo, infelizmente, pela ausência da audiência de custódia, é preso, fica lá, às vezes, durante muitos dias, às vezes meses, enquanto a instrução processual se alonga no tempo nem às vezes o desafio de um *habeas corpus* resolve a situação para libertá-lo. Então, a liberdade é um bem muito precioso que precisa ser avaliado de imediato ou no prazo mais ágil possível pelo Magistrado, para que se houver uma solução alternativa, alguma possibilidade de aquele indivíduo responder fora do cárcere, seria o adequado.

Então, o CNMP é favorável, com toda certeza, pelo que converso com os colegas, a que se encaminhe essa audiência de custódia da forma como ela vem sendo trabalhada, mas com essa ressalva de que nós entendemos que tanto Magistrados quando membros do Ministério Público precisam se adequar em termos de prazo dadas as particularidades do modelo.

Então, em relação a isso, seria a minha primeira colocação.

Sobre as questões da segurança pública, eu também tenho que responder, à feição do que fiz em relação ao Senador Aloysio, com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Enasp. A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública vem incentivando todas as medidas necessárias, através de fixação de metas, no sentido de evitar, cada vez mais, essa cifra assustadora do número de homicídios ou de crimes violentos que ocorrem pelo Brasil.

Nós temos trabalhado no sentido de gerar a eliminação da subnotificação nos crimes de homicídio, para que nós estabeleçamos o Inqueritômetro, para que todos os inquéritos sejam solucionados com brevidade, não se alonguem no tempo e as respostas sejam dadas com eficácia, com rapidez, com agilidade.

A meta homicídio da Enasp, através de seu comitê gestor, foi revista no sentido de implementar mudanças que possam gerar um pouco mais de tranquilidade e de paz, que, na verdade, o ordenamento jurídico visa isso, trazer, como diria, Santi Romano, a convivência social ordenada.

Nesse sentido, a Enasp tem trabalhado junto à Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo e Segurança Pública, sobretudo para combater essas cifras, como já aconteceu em Minas Gerais, com o Programa Fique Vivo, nos bairros mais problemáticos, onde estavam ocorrendo práticas de crimes letais, se intensificasse a presença do Estado para que ali pudesse diminuir esses números.

Quer dizer, existe hoje um trabalho muito bem orquestrado, mas não só do CNMP, de diversas instituições, buscando também a parceria com o CNJ, com o Judiciário, no sentido de nós melhorarmos o perfil.

É uma insegurança que atinge todos nós, os nossos familiares. A preocupação é de todos, portanto, melhorar esses índices é melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, que vão se sentir mais seguros para sair às ruas, para ir aos estádios de futebol. Nós estamos desenvolvendo ações nesse sentido também, daquelas mortes que acontecem, daquela violência de torcidas organizadas. Tudo isso tem sido trabalhado pelo CNMP, pelas diversas composições.

Essa composição tem, na verdade, enveredado no mesmo sentido, porque eu acho que o propósito maior do CNMP é exatamente isso, estimular no Ministério Público todo o trabalho necessário para elevar os indicadores do Brasil em termos de segurança, de estabilidade, de equilíbrio.

Hoje, eu fico muito satisfeito ao ver que há Ministérios Públicos que já estão dotados de instrumentos capazes, por exemplo, de fazer um diagnóstico preciso de onde está havendo evasão escolar, onde não há leitos hospitalares, onde não há vagas escolares. E o Ministério Público, em vez de “demandizar”, senta à mesa com o gestor público, com o prefeito, com o governador, se necessário for, para dizer-lhes que aqui nós temos essa área, induzindo uma política pública importante. Exatamente porque também nós sabemos que os diversos gestores públicos, sejam prefeitos, sejam governadores, muitas vezes não têm de imediato aqueles números. Então essa parceria é importante. Não é só levar as questões para o Judiciário, como se o Judiciário pudesse solucionar magicamente todos os problemas públicos brasileiros. É tentar também estimular ações socialmente adequadas e que possam trazer um sentimento de estima mais elevado para toda a nossa população.

Eu penso que o Ministério Público nesse sentido pode e deve projetar esse trabalho responsável, equilibrado, digno e íntegro.

Outro aspecto importante que V. Ex^a comentou sobre a redução da maioridade penal. Conforme eu havia já antecipado, Senador Antonio Carlos Valadares, existe, no âmbito do CNMP, uma Nota Técnica que está sendo produzida, para que o CNMP possa, coletivamente, se posicionar no sentido de trazer sua reflexão para que V. Ex^{as} possam analisá-la.

Evidentemente que tenho que respeitar o trabalho que está sendo desenvolvido na Câmara dos Deputados no sentido do encaminhamento da questão que ali está. Posso aqui compartilhar com V. Ex^{as} uma opinião pessoal, fruto desse trabalho que tem sido desenvolvido no CNMP. Nós temos nos angustiado com as visitas que temos feito, não só ao sistema prisional, não só aos presídios problemáticos – Pedrinha, Porto Alegre, Urso Branco –, mas também com as próprias angústias dos gestores, que não veem solução mágica, que não veem solução em curto prazo, que veem dificuldades.

Então, não cabe ao CNMP levar ainda mais angústia, mas levar algum alento, alguma esperança, no sentido também de ombrear com eles essas preocupações e de tentar, conforme o Programa Segurança sem Violência, estabelecer algum caminho, alguma possibilidade, alguma luzinha no final do túnel. Nós precisamos construir esta Pátria da melhor forma possível, e o esforço é de todos, não é o esforço só de uma instituição.

Então, nesse sentido, Sr. Senador, se será aprovado na Câmara e se vai levar à população por meio de referendo – nós sabemos que *vox populi, vox dei* –, mas, eu quero crer que isso tem de ser trabalhado intensamente junto à população, para saber se essa escolha realmente é adequada ou não.

Estaticamente, para trazer alguns números a V. Ex^{as}, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, os crimes que envolvem menores entre 16 e 18 anos, na verdade, os crimes violentos atingem a cifra de 0,9% de toda criminalidade ocorrida no País. Mas se V. Ex^{as} analisarem o número sobre o prisma de crimes de homicídio, essa cifra reduz-se para 0,5%. Então, será que reduzir, pura e simplesmente, atenderá aos reclamos de nossa sociedade? Trará a paz tão ansiada?

O CNMP tem, por meio de sua comissão de infância e juventude, por meio de discussões em plenário, estimulado programas, campanhas nos Ministérios Públicos do Brasil, como, por exemplo, Conte até Dez, para evitar que se disseminem as violências nas escolas. Nós temos trabalhado programas como o MP Eduque, no sentido de contribuir com a formação daquele cidadão que tenha sentimento de pertencimento à sua Pátria, compreensão dos seus deveres e de suas obrigações, não só apenas de seus direitos, mas que se saiba, desde o início, nas escolas, a criar esse vínculo com a Pátria, esse vínculo de respeito, esse vínculo de responsabilidade.

Então, nesse sentido, parece-me claro que nós estamos tentando dar nossa contribuição para discutir e rediscutir essa questão. Sobre o prisma da redução da maioridade, nós temos ainda várias questões a ser enfrentadas, até sob o aspecto de que não se trata, a norma que acrisola, não se trata de uma cláusula pétrea. Isso já foi enfrentado em um primeiro momento e alguns senadores se posicionaram no sentido de considerarem como sendo cláusula pétrea, já que, segundo Gomes Canutinho, aquelas normas que contemplem garantias não poderiam ser alteradas, dado o princípio da vedação ao retrocesso. Parece-me que tudo isso vai ter que ser colocado em debate nesta Casa para avaliar esse quadro todo. Será que o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já foi um grande avanço – repito –, não poderia ser melhorado em alguns aspectos? Será que não seria mais prudente isso, como alguns preconizam, alguns grandes juristas? Quer dizer, nós estamos divididos, inclusive entre nós que atuamos no Direito. Nem nós, no âmbito jurídico, promotores, juizes, grandes arautos do Direito... O ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Veloso, chegou a se posicionar no sentido de que seria razoável a adoção da redução da maioridade penal. Quer dizer: é cláusula pétrea ou não? Deve ou não deve? São questões que precisam ser trabalhadas.

Parece-me claro que o debate é histórico e o momento é oportuno para que esta Casa dê os rumos que o Brasil precisa em termos de maioria penal.

Eu fiquei muito satisfeito de poder ter consultado e acompanhado um projeto que aumenta, que incrementa a punição daqueles adultos que se utilizam de menores nas práticas delituosas. Transformar esse tipo penal de corrupção de menores em um crime hediondo e triplicar suas penas é algo que eu penso ser bastante razoável. E isso está aqui na Casa de V. Ex^{as} para ser deliberado. Essa é uma solução que me parece adequada.

Senador, eu vou finalizar, porque, de fato, Sr. Senador, há outros Senadores. Espero ter contentado V. Ex^a. Perdoe-me.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu só quero, apenas, Presidente, ratificar o que disse V. Ex^a a respeito da proposta do crime hediondo, ou seja, a prática do crime hediondo poderia dar uma pena para o menor infrator. E essa proposta é de autoria do Senador Aloysio Nunes, proposta que está em plenário para ser votada, dependendo apenas que o presidente a coloque na pauta para ser votada.

Eu acho que é uma proposta equilibrada, de fato. Essa questão de colocar sobre os ombros da sociedade uma decisão como essa é um tanto quanto arriscada, para que a decisão não seja feita de forma emocional, utilizando-se da política para aprovar uma matéria que tem repercussão agora e no futuro.

Acho que o Senado foi eleito para isso; a Câmara dos Deputados foi eleita para isso. E o Congresso tem de resolver essa questão e não pedir arrego à população, que exige de nós uma decisão consentânea com a nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Bom dia, Sr. Presidente!

Quero cumprimentar o Dr. Antônio Pereira Duarte. Agora você está parecendo alguns tucanos: está em cima do muro. Você nem disse... Alguns, não é o seu caso. Não é o caso dos companheiros do PSDB que estão aqui. Não, alguns.

Mas deixe-me colocar duas coisas para V. Ex^a. Em relação à maioria penal, ao crime hediondo, acho que a coisa mais importante que há em um país é a democracia. É a coisa mais importante. E a democracia proporciona ao cidadão eleger seus representantes, de Presidente da República a vereador. Agora, se um cidadão – não estou falando uma criança, mas um cidadão – com 16 anos tem discernimento para saber o que é melhor para ser Presidente da República, portanto, não é possível que não saiba o que é matar ou não uma pessoa. Se sabe escolher um Presidente da República, ele sabe o que é matar uma pessoa, ele sabe o que é tirar a vida de uma pessoa.

Então, se ele está apto, como cidadão, para votar e escolher quem vai dirigir os destinos do País, se vai dirigir bem ou não, quem vai representá-lo no Congresso Nacional, se vai representá-lo bem ou não, ele também tem discernimento suficiente para saber o que é um crime, o que é tirar a vida de uma pessoa, o que é fazer uma mãe e um pai sofrerem.

Quando se tem um jovem, porque ele se diz jovem ou adolescente, acha... Fui Secretário de Segurança, Antônio, então conheço um pouco a questão da segurança pública, do sistema prisional, porque vivi isso.

O grande problema do País – aí queria saber a sua opinião –, mas o Brasil não produz droga. O Brasil é consumidor de droga. O Brasil não produz arma. O Brasil usa armas. As drogas são produzidas nos países vizinhos. Lá na minha região, no Alto Solimões, no Rio Javari, entram centenas de toneladas de droga por ano nas barbas de todo mundo. Se você pegar o Município de Tabatinga, que faz fronteira com a Colômbia, vai ver as Farc trocando droga e arma por comida; se pegar o Rio Negro, lá em cima, vai ver droga entrando pela Venezuela; se for ao Acre, vai ver droga entrando pela Bolívia. E essa droga não é produzida aqui em Brasília, mas é consumida aqui em Brasília.

O Brasil não age – nunca agiu, não age e não tem uma política para agir, para conter a entrada de drogas e armamento. Se os morros do Rio de Janeiro estão lotados de armas – e armas pesadas –, não foram produzidas no Brasil, são trazidas de outros países, países vizinhos, para o nosso País.

Aí eu lhe pergunto... Isso já discuti com o Comandante Militar da Amazônia; a minha relação, como Governador, com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica sempre foi muito ativa e de cooperação mútua.

Há 25 mil homens no Comando Militar da Amazônia, pessoas que estão prestando um serviço muito grande. Não sei qual é a sua posição – e há uma lei já –, para que possamos coibir a entrada de drogas e armas, porque o efeito disso está nos presídios de que V. Ex^a está falando agora e como nós devemos tratá-los.

Sabe quanto custa um preso para o Estado por mês? Sabe quanto custa? Em torno de R\$4 mil um preso custa. Sabe quanto custa um aluno por ano ao País? Não custa R\$2 mil! Um preso por mês vale por dois alunos por ano! E nós fazemos de conta que está tudo bem. Infelizmente, eu cheguei ao Senado agora, a discussão no Senado não são políticas públicas para atender à sociedade. A discussão no Senado hoje é para se ver quem

está metido ou não em falcatrua, se o País vai sair ou não da crise em que nós encontramos. Enquanto que as políticas públicas, que têm objetivo final o cidadão, estão sendo deixadas de lado, como, por exemplo, segurança pública, saúde, educação e outras coisas que poderíamos estar discutindo aqui no Senado neste momento.

Quero aqui colocar a minha posição sobre essa questão. Quero saber da sua posição em relação aos mais de oito mil quilômetros de fronteira que temos. E não é só lá na Região Norte, não. O meu Estado é por onde entra a droga, parte dela fica no meu Estado, que é consumida por jovens, o que leva à criminalidade, o que leva a desfazer famílias.

Por isso, Dr. Antônio Pereira Duarte, sua posição clara sobre a maioria penal e a sua posição clara sobre a proteção das nossas fronteiras, que têm que ser feitas, além da Polícia Federal, pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica, numa forma de contribuir para este País.

Sempre digo que o Brasil não vai entrar em guerra. Não estamos querendo entrar em guerra com nenhum outro país. As Forças Armadas hoje poderiam estar sendo utilizadas de forma a proteger as nossas fronteiras contra a entrada de drogas, contra narcotraficantes, que têm prejudicado milhões de famílias de brasileiros nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Antônio Pereira Duarte.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Senador Omar Aziz, procedente de um Estado com o qual eu tenho profundos laços afetivos, onde tive a minha formação de primeiro grau, Escola Rui Araújo, sempre é uma alegria ouvir V. Ex^a.

Primeiramente, Senador, eu não me comprometi com nenhuma tese, sobretudo porque, conforme resaltei, isso está sendo discutido no âmbito do CNMP. Então, na verdade, ali a manifestação é coletiva.

Coloquei as várias frentes que foram trabalhadas, discutidas. Há um relatório, que foi produzido por um conselheiro, e esse relatório vai ser encaminhado ao conhecimento do Senado, portanto, em relação à maioria penal coloquei bem claramente que as divergências são grandes em várias frentes, mas que o CNMP irá se posicionar como órgão colegiado. Daí a razão de eu não ter me comprometido com nenhuma tese específica.

Agora, no que tange à questão das nossas fronteiras vivas – V. Ex^a conhece bem, como a palma de sua mão, nas cicatrizes da história – , V. Ex^a há de convir que o Plano de Segurança Nacional prevê inclusive o incremento da presença das Forças Armadas ali, que é fundamental. Há uma lei que dispõe sobre isso, ou seja, de que as Forças Armadas possam atuar em conjunto com a Polícia Federal, intensificando a sua presença na Amazônia. Em razão disso, Senador, nós estamos querendo que o Ministério Público Militar também vá àquela região e ocupe alguns cargos em Roraima, Manaus, em diversos Estados, para poder acompanhar esse trabalho que as Forças Armadas não podem deixar de fazer, mas, para tanto, é preciso que as Forças Armadas detenham as condições, detenham o aparato técnico necessário para poder, realmente, realizar esse trabalho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sabe quantos homens existem lá da Polícia Federal? Não são doze. Se tivesse cem homens lá estaríamos com uma fronteira bem garantida. O Exército, as Forças Armadas realmente não têm recursos hoje para isso.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – V. Ex^a está correto em gênero, número e grau. Só comungo da opinião de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo mais quem queira arquir o candidato, vamos dar início ao processo de votação.

Lembramos que a votação será realizada por meio de urna eletrônica, especialmente desenvolvida para esse fim.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas às composições partidárias, para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam exercer o seu direito de voto.

Chamaremos primeiramente os Senadores e as Senadoras titulares para se dirigirem à cabine de votação, localizada à nossa direita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Desta vez vai ser, porque é apenas um.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É claro.

Uma orientação para a votação: ao se dirigirem à cabine, os Senadores deverão informar o código de três dígitos usado em plenário e colocar a biometria.

Caso não seja possível a autenticação pelo sistema biométrico, o Senador deverá comunicar ao Presidente, que autorizará a votação sem biometria.

A chamada é nominal:
Senadora Gleisi Hoffmann.
Senadora Fátima Bezerra.
Senador Humberto Costa.
Senador Acir Gurgacz.
Senador Benedito de Lira.
Senador Ciro Nogueira.
Senador Eunício Oliveira.
Senador Edison Lobão.
Senador Ricardo Ferraço.
Senador Romero Jucá.
Senadora Simone Tebet.
Senador Valdir Raupp.
Senador Jader Barbalho.
Senador José Maranhão. S. Ex^a está doente.
Vamos proceder à votação.
O Senador Benedito de Lira tem juventude acumulada, igual a muitos de nós.

(Procede-se à votação.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos chamar o outro grupo:

Senador José Agripino.
Senador Ronaldo Caiado.
Senador Aécio Neves.
Senador José Serra.
Senador Ronaldo Caiado.
Senador José Serra.
Senador Antonio Anastasia.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para ao outro grupo:

Senador Antonio Carlos Valadares.
Senador Roberto Rocha.
Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*
Senador Eduardo Amorim.
Senador Marcelo Crivella.
Senador Magno Malta.
Vou chamar agora os suplentes:
Senador Walter Pinheiro;
Senador Delcídio do Amaral.
Senador Lindbergh Farias.
Senadora Ângela Portela.
Senador Zezé Perella.
Senador Paulo Paim.
Senador Ivo Cassol.
Senadora Ana Amélia.
Do Bloco da Maioria:
Senador Roberto Requião.
Senador Omar Aziz.

(Soa a campainha.)

(Pausa.)

Senador Garibaldi Alves Filho.
Senador Waldemir Moka.

Senador Dário Berger.
Senador Sérgio Petecão.
Senador Raimundo Lira, da nossa Paraíba. *(Pausa.)*
No Bloco da Oposição há duas vagas.
Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Senador Ataídes Oliveira.
Senadora Maria do Carmo.
Senador Wilder Moraes.
Senador Alvaro Dias, eu tiquei e não chamei seu nome. Desculpa.
Do Bloco Socialismo e Democracia:
Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*
Senadora Marta Suplicy.
Senador José Medeiros, também não está.
No Bloco União e Força:
Senador Fernando Collor, por gentileza.
Senador Douglas Cintra.
Senador Elmano Férrer.
Eu vou exercer também o meu direito de voto. Serão apenas dois minutos. *(Pausa.)*
Senador Acir Gurgacz, V. Exª pode ir à tribuna. *(Pausa.)*
Eu pergunto se todos já votaram? *(Pausa.)*
Vou encerrar a votação.
Está encerrada a votação.
Vou proclamar o resultado.
Votos SIM, 16 Srs. Senadores; NÃO, 01.
Não houve abstenção.
A escolha do nome do Sr. Antônio Pereira Duarte foi aprovada pela Comissão.
A matéria vai ao Plenário.
Eu pergunto ao nosso Relator se vai requerer urgência?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com certeza, Sr. Presidente. Por gentileza, vou requerer urgência regimental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em votação a urgência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está concluída a primeira fase.

Conforme deliberação na fase primeira, vamos ler, agora, o Ofício “S” nº 67, de 2015.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

OFÍCIO “S” Nº 67, de 2015

– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado JOSÉ NOBERTO LOPES CAMPELO, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir o relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, é relatório... Sr. Presidente, só um esclarecimento, já é a pauta?

Sr. Presidente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Ofício “S” 67, de 2015.

É submetida ao exame desta Comissão, efetuada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a indicação do Sr. José Norberto Lopes Campelo, para compor o Conselho Nacional de Justiça, para mandato de dois anos, nos termos do art. 103-B, caput, combinado com inciso XII, da Constituição Federal.

Assim, consoante o art. 103-B da Lei Maior, os membros do Conselho Nacional de Justiça, ao qual cabe o controle da...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, podia pedir silêncio à Comissão para que o Relator possa terminar o seu relatório?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – ... atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado Federal.

Em obediência às normas legais aplicáveis, foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado.

O Dr. José Norberto Lopes Campelo é natural de Teresina, capital do Estado do Piauí, onde nasceu em 31 de outubro de 1965.

Graduado em Direito e também em Economia pela Universidade Federal do Piauí, em nível de pós-graduação obteve os títulos de Especialista em Direito Público, pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina, e de Especialista em Direito Empresarial, pela Universidade Estadual do Ceará.

O *curriculum vitae* do indicado registra ainda que frequentou diversos cursos de aperfeiçoamento, com destaque para a área de licitações e contratos, tendo participado de diversas palestras como debatedor e palestrante.

No que se refere à sua atuação profissional, cumpre destacar que o Dr. José Norberto Lopes Campelo é advogado inscrito na OAB, Seccional do Piauí, desde o ano de 1994, participando como sócio de escritório de advocacia e prestando assessoria administrativa e judicial a empresas, entidades, Municípios e pessoas físicas, junto a diversos Tribunais e órgãos públicos.

A sua atividade laboral também registra que foi funcionário do Banco do Brasil, Professor de Matemática, na rede estadual de ensino, e Diretor da Secretaria de Trabalho do Estado do Piauí, dentre outras atividades exercidas.

O indicado também exerce o magistério, tendo sido Professor de Curso de Especialização em Direito Eleitoral, de Curso de Especialização em Gestão Pública e de Prática Forense em Curso de Iniciação à advocacia.

No que diz respeito a atividades associativas de sua categoria profissional, o indicado tem tido efetiva participação, ao longo da sua carreira, tendo sido inclusive Presidente da OAB, Seccional do Piauí, no biênio 2007/2009. É Conselheiro Federal da OAB, desde o ano de 2010. Também foi Presidente da Comissão de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB, nos anos de 2010/2012, e é o Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral da OAB, desde 2013.

No que se refere a publicações na sua área de atividade profissional, o *curriculum vitae* do Dr. José Norberto Lopes Campelo consigna a sua participação nas obras: *Manual das Eleições Municipais de 2000*, *Manual das Eleições Municipais de 2004*, e publicações na revista da Conferência Nacional do Advogado, realizada em 2008, e na revista da Conferência Nacional do Advogado, realizada em 2011, além de revistas e publicações locais.

Além do *curriculum vitae*, instruem a presente indicação os documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Por fim, cumpre registrar que foi protocolada, nesta Comissão, petição em que é requerida a impugnação do nome do indicado, o que as normas constitucionais e regimentais facultam a qualquer cidadão, tendo também o indicado apresentado sua defesa.

Em resumo, o peticionário, Sr. Gerson Gonçalves Veloso contesta a escolha do Sr. José Norberto Lopes Campelo pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados, para compor o Conselho Nacional de Justiça, sob as seguintes alegações.

1ª) O escritório de advocacia de que o indicado é sócio manteria contratos com Municípios do Estado do Piauí sem licitação. Quanto a essa alegação o indicado registra que a contratação de serviços técnicos especializados de escritório de advocacia por meio de dispensa de licitação é compatível com a legislação aplicável, fato reconhecido pela jurisprudência dos Tribunais. Também apresenta documento em que Procurador da República que examinou a questão descarta ilegalidades nas contratações de que se trata.

Com relação a esse primeiro tópico cabe ponderar que, de acordo com a legislação, a doutrina e a jurisprudência, efetivamente o procedimento licitatório pode ser inexigível para a contratação de serviços de advocacia por parte de entidades da administração pública, a exemplo dos Municípios.

2ª) O peticionário também alega que, no ano de 2013, Procurador da República no Estado do Piauí teria recebido informação do Tribunal de Contas desse Estado de que teriam sido detectados pagamentos com recursos oriundos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e para a Valorização dos Profissionais da Educação) ao escritório de advocacia de que o indicado é sócio e que o Procurador teria adotado providências para investigar tal informação, que implicaria em desvio de finalidade desses recursos. Por sua vez, o indicado consigna em sua defesa que o recebimento de pagamentos oriundos do Fundeb jamais ocorreu e que todos os pagamentos recebidos foram provenientes de recursos próprios dos Municípios contratantes. Acrescenta que não existe contra o escritório ou contra ele próprio, ora indicado, qualquer ação judicial.

Quanto a esse tópico, cabe ponderar que não consta da impugnação qualquer informação ou documento adicional sobre a alegação feita pelo impugnante, como algum procedimento de investigação ou fiscalização, ou outra espécie de ação, que tenha sido realizada, no âmbito administrativo ou judicial e que tenha concluído por algum tipo de responsabilização do indicado quanto a eventual desvio de finalidade de recursos do Fundeb. Desse modo, à luz dos elementos contidos na impugnação, entendemos que não é possível afirmar que houve o alegado desvio de verbas e – *a fortiori* – que tenha havido responsabilidade do ora indicado em tal desvio. A propósito, cabe aqui recordar a garantia constitucional da presunção de inocência que o art. 5º, LVII, da Constituição Federal, assegura a todos os cidadãos.

3) Há também a alegação de que o indicado não teria se afastado da condição de advogado da Associação Piauiense de Magistrados para pleitear a função de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça junto à OAB. Em sua defesa o indicado registrou que até o momento não ocupa nenhum cargo que o torne incompatível com o exercício da advocacia, pois há apenas uma expectativa de direito, e que, mesmo não sendo obrigado a tanto, após a escolha de seu nome pelo Conselho Federal da OAB, decidiu rescindir o contrato em tela e assim o fez para evitar ‘especulações indevidas’. No que se refere a esse terceiro tópico, efetivamente não há impedimento ao exercício por parte do indicado de sua atividade de advogado de associação de magistrados antes da aprovação do seu nome pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça.

4) O impugnante consigna ainda que haveria dúvidas sobre o notório saber jurídico do indicado, não apresentando, todavia, argumentos para embasar tal questionamento. Quanto a esse aspecto parece-nos que o *curriculum vitae* do indicado, conforme acima relatado, vai em sentido contrário ao do questionamento apresentado, em face da sua condição de titular de escritório de advocacia que presta serviços a diversas entidades, inclusive a associação de magistrados, de professor e especialista de certos ramos do direito, bem como de conselheiro do Conselho Federal da OAB.

Em face da impugnação e da defesa apresentadas, da análise que delas efetuamos e à luz da Constituição Federal, do Regimento Interno do Senado Federal e demais normas pertinentes, a nossa conclusão é no sentido de que não deve prosperar a impugnação apresentada ao nome do presente indicado pelo Conselho Federal da OAB, Sr. José Norberto Lopes Campelo, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, ficando para a próxima reunião o processo de arguição do candidato e a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em linha com o que fez o Senador Benedito, solicito a V. Exª que eu possa também, extrapauta, fazer a leitura do relatório de outro indicado para o CNMP, desta feita o Dr. Sérgio Ricardo de Souza, já que fui designado pela Presidência da Comissão para funcionar como Relator.

O meu relatório já se encontra pronto, e eu gostaria de fazer a leitura, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo obstrução, está incluído na pauta.

Vamos ler em seguida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Peço a inversão da pauta para o item nº 9, do qual sou Relator.

Essa matéria vem sendo adiada em várias reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, mas já tem toda a previsão orçamentária. Passou pela Câmara dos Deputados, onde foi aprovada, e agora está aqui.

Em razão da ansiedade de todos os funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região presentes aqui nessas últimas semanas, peço a ponderação de V. Exª e a dos meus pares para que acolham essa inversão da pauta para o Projeto nº 9, Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Mesa está de acordo. Estamos invertendo, e esse será o terceiro item, porque há dois outros antes.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu quero também pedir a inversão da pauta para o Ofício “S” nº 72, de 2015, referente à indicação, pelo Procurador-Geral da República, do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, um procurador paraibano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo objeção, está incluído na pauta. Será o item 4.

Com a palavra, o Senador...

Ofício “S” nº 63, de 2015, não terminativo.

Comunica...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Quero me pronunciar em relação à solicitação feita por S. Exª o Senador Raimundo Lira. Infelizmente eu não tive a oportunidade de falar com ele, conversar com ele sobre a indicação do Sr. Fábio George.

O Sr. Fábio George... O art. 20 do Regimento Interno do CNMP estabelece:

Art. 20 Até cento e vinte dias antes do término do mandato ou imediatamente após a vacância do cargo de Conselheiro, o Presidente do Conselho oficiará aos órgãos legitimados, solicitando indicação nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Muito bem! O mandato do Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega, diferentemente dos mandatos dos Conselheiros que foram indicados e cujos pareceres e relatórios estão sendo lidos até agora – esses mandatos terminam em agosto próximo – , encerra-se somente no dia 27 de janeiro de 2016. Portanto, somente a partir de 27 de setembro de 2015, ou seja, 120 antes, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público no seu art. 20, o PGR – essa é a sigla usada para designar o Procurador-Geral da República – deveria officiar ao órgão legitimado, no caso o Ministério Público da União, o qual ele representa junto ao CNMP, para solicitar a indicação do candidato à sua vaga ou à sua própria recondução. Ao encaminhar o ofício de sua recondução antes do prazo de 120 dias para o término do seu mandato, o PGR infringiu o Regimento Interno do próprio CNMP.

A indicação precoce, ou seja, antes dos 120 dias do término do mandato só poderia ocorrer em caso de vacância do cargo, como, por exemplo, na hipótese de renúncia, ou de uma condenação do Conselheiro que ensejasse a perda do seu mandato. Contudo, nesse caso, não houve nem renúncia nem perda de mandato. Na prática, o PGR aplicou a regra da vacância, como se o Conselheiro não estivesse em curso de mandato.

Assim, a indicação não poderia ter sido feita, como se o cargo estivesse vago. Pelo art. 20 do Regimento Interno do CNMP, a vaga só será aberta para as novas candidaturas ou recondução a partir de 27 de setembro de 2015.

Em síntese, o ofício do PGR de indicação do Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega é extemporâneo, é completamente irregular.

Cabe, portanto, ao Senado Federal, seja por meio da Mesa Diretora, seja por meio da Comissão de Constituição e Justiça, considerar a matéria prejudicada e devolvê-la ao Presidente do CNMP. A rigor, o respectivo ofício sequer deveria ser lido ou deveria ser lido, publicado e distribuído à CCJ.

Ademais, pode-se extrair uma outra impropriedade: inoportunidade ou inconsistência formal desse processo. O mandato do atual PGR, que preside o CNMP e encaminha a indicação, termina no dia 16 de setembro de 2015. Ele pode ser reconduzido ao cargo ou não, a depender da indicação da Presidente da República e, ainda, da aprovação do seu nome pelo Senado Federal.

Como a indicação para a vaga do Conselheiro Fábio da Nóbrega só pode se dar a partir de 27 de setembro de 2015, caberá ao próximo PGR fazê-la ou, quando muito, ao atual mandatário, mas somente se reconduzido ao cargo.

Em suma, ao antecipar irregularmente a indicação, o atual PGR usurpa o direito e a prerrogativa de um possível próximo Presidente do CNMP que não seja ele. Trata-se de caso típico de abuso de poder, não só por

antecipar uma indicação irregularmente, mas também por usurpar a prerrogativa do futuro PGR, cujo nome ainda não se sabe qual será.

O Senado Federal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode ser entendido como mera Casa auxiliar do Ministério Público Federal, como dependente ou mesmo colaboradora do PGR. Pelo contrário, se ao Senado cabe decidir sobre a escolha de autoridades e ainda processá-las e julgá-las – Constituição Federal, artigo 52, incisos I a IV –, inclusive no tocante ao próprio PGR, o seu papel se torna ainda mais relevante institucionalmente e de maior responsabilidade política.

Ademais, Sr. Presidente, o Senado Federal compõe um dos poderes da União, com total independência de atuação em relação aos demais poderes. E mais ainda, perante os diversos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

Não pode, assim, o Senado Federal limitar-se a um mero cancelamento de matérias e indicações a ele submetidas constitucionalmente. Não pode também prestar-se a atender por conveniência política, por exemplo, aos desejos, interesses ou objetivos dos titulares de outros órgãos ou poderes.

Esse tipo de comportamento não se justifica nem mesmo pelo princípio constitucional de harmonia entre os poderes. Seria um desvirtuamento, já que a harmonia não significa submissão, passividade ou mero acolhimento pacífico de interesses.

A harmonia verifica-se pelas normas de cortesia no trato recíproco e no respeito às prerrogativas e faculdades a que mutuamente todos têm direito. Aliás, esse respeito, diga-se, só se adquire na medida em que haja um respeito próprio.

Portanto, mais do que uma competência ou atribuição, é dever do Senado da República apreciar toda e qualquer matéria dentro dos princípios e das regras constitucionais e com o rigor das normas afetas a cada uma das indicações sob o seu jugo, o que não é o caso da indicação do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega.

Nesse sentido, Sr. Presidente, peço vênica a V. Ex^a para fazer chegar à Mesa o requerimento que apresento, vazado nos seguintes termos:

Considerando o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o qual discorre:

Art. 20 Até cento e vinte dias antes do término do mandato ou imediatamente após a vacância do cargo de Conselheiro, o Presidente do Conselho oficiará aos órgãos legitimados, solicitando indicação nos termos do artigo 130-A, da Constituição Federal.

E tendo em vista que o término do mandato do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega ocorrerá somente em janeiro de 2016, descumprindo o prazo determinado por aquele Conselho, e nos termos do art. 108, §1º do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a retirada de pauta do Ofício “S” nº 72, de 2015.

Nesses termos, peço a V. Ex^a que receba esse requerimento, Sr. Presidente.

Se alguém pudesse...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos fazer o seguinte procedimento. Como nós temos duas outras mensagens já aprovadas, e essa terceira mensagem nós acolhemos na Ordem do Dia, na hora em que formos discutir o Ofício “S” nº 72, nesse momento teremos uma posição, ouvindo nosso Relator sobre o pedido de V. Ex^a, que é regimental, e vamos discutir. Está bom?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu aguardo, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, Ofício “S” nº 63, de 2015, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

OFÍCIO “S” Nº 63, de 2015

– Não terminativo –

Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor MARCELO FERRA DE CARVALHO, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE)

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pronto para deliberação

Relatoria *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É submetida ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador de Justiça do Estado de Mato Grosso, para compor, em recondução, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para mandato de dois anos, por indicação do Ministério Público dos Estados, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com o inciso III da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno do Senado Federal e ao art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o Senhor Marcelo Ferra de Carvalho encaminhou o seu curriculum vitae, que será exposto a seguir.

Marcelo Ferra de Carvalho nasceu em 15 de dezembro de 1971 na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Concluiu a graduação em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso no ano de 1993, é especialista em Ciências Criminais, Direito Civil e Processual Civil e mestre em Direito Obrigacional Público e Privado pela Universidade Estadual Paulista.

O indicado é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ao longo de dezenove anos como integrante do *Parquet* mato-grossense, Marcelo Ferra de Carvalho atuou em dois mandatos como Procurador-Geral de Justiça daquele Estado, no período de abril de 2009 a março de 2013, além de ter sido Secretário-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do MP/MT, Coordenador da área criminal do Centro de Apoio Operacional do MP/MT, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público, Secretário-Geral da Associação Nacional de Membros do Ministério Público e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais.

A experiência profissional do indicado abrange o magistério. Marcelo Ferra de Carvalho informa que exerceu a docência por mais de dez anos.

Atendendo às determinações do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado declarou que não é cônjuge nem parente consanguíneo ou afim de membro ou servidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, nem de qualquer pessoa que exerça atividades vinculadas à estrutura do Ministério Público.

Marcelo Ferra de Carvalho também declarou que não é cônjuge nem parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Senado Federal. Registrou, ainda, que não responde nem foi condenado em processo administrativo disciplinar e tampouco é investigado ou foi condenado na esfera criminal.

Informa também que seu irmão, apesar de inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Mato Grosso, não exerce a advocacia, especialmente em processos vinculados à atuação do Ministério Público.

No mais, desconhece que haja outras pessoas com quem tenha vínculo de parentesco exercendo atividade pública ou privada vinculada à sua atividade profissional.

Quanto às ações judiciais em que figure como autor ou réu, o indicado declarou que atuou em tribunais (Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal), única e exclusivamente, na condição de membro do Ministério Público.

Quanto à atuação em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras nos últimos cinco anos, o indicado declarou que nunca atuou.

Ainda com relação à documentação exigida, Marcelo Ferra de Carvalho declarou que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

O *curriculum vitae* do indicado foi acompanhado também de declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Foi igualmente apresentada argumentação escrita, na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Em vista de todo o exposto, associado à atuação equilibrada e competente do indicado em seu primeiro mandato como integrante do CNMP, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Marcelo Ferra de Carvalho para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente ficando para a próxima reunião o processo de arguição do candidato e a votação.

ITEM 13
OFÍCIO "S" Nº 61, de 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, incisos IV, da Constituição Federal, o nome do Juiz Estadual SERGIO RICARDO DE SOUZA, escolhido pelo Plenário do STJ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2015-2017.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o relatório, por gentileza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É submetida ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Sérgio Ricardo de Souza, Juiz de Direito do Estado do Espírito Santo, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para mandato de dois anos, por indicação do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com inciso IV, da Constituição Federal.

Compete, como é sabido, Sr. Presidente, à Comissão de Constituição, Justiça, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal e ao art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o Sr. Sérgio Ricardo de Souza encaminhou o seu *curriculum vitae*, que será exposto a seguir.

O Dr. Sérgio Ricardo de Souza nasceu em 26 de março de 1963, no Estado do Espírito Santo. Concluiu a graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo e o mestrado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória. É doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino, em Buenos Aires, tendo participado do programa de pós-doutorado em Direitos Humanos da Universidade de Coimbra, em Portugal.

O indicado tomou posse no cargo de juiz substituto do Estado do Espírito Santo em 1994 e atualmente exerce o cargo de juiz titular da 2ª Vara da Fazenda Pública Especializada em Execuções Fiscais Estaduais de Vitória, capital do meu Estado, Sr. Presidente.

Ocupa, ainda, os cargos de Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo e de Vice-Presidente Executivo da Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo. S. Exª exerce o magistério na Universidade Federal do Espírito Santo, onde ocupa o cargo de professor efetivo do Departamento de Direito, onde leciona as disciplinas de Direito Penal e Direito Processual Penal.

Sua experiência acadêmica compreende também a participação em inúmeros eventos, como palestrante ou ouvinte, bem como a publicação de diversos livros e artigos jurídicos. Anteriormente à magistratura, S. Exª ocupou o cargo de promotor de justiça no Estado do Espírito Santo, no período de 1992 a 1994, e de advogado do Banco do Brasil, entre 1990 e 1992; de escrivão da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, no período de 1987 a 1988, e integrou a Polícia Militar, no referido Estado, entre 1983 e 1986.

Ao longo da sua carreira, o indicado foi agraciado com inúmeros prêmios e títulos, tais como a Medalha de Mérito Acadêmico, conferida pela Escola Paulista da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão, em 2010; a medalha Ministro Franciulli Neto, conferida pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, no ano de 2006; e a Ordem do Mérito Domingos Martins, no grau de Comendador, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Em suma, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, S. Exª, o Juiz de Direito Sérgio Ricardo de Souza, exerce papel de relevo, seja na magistratura, seja na docência e na produção científica.

Atendendo às determinações do Regimento Interno do Senado, o indicado declarou que não possui parentes consanguíneos ou afins que exerçam atividades vinculadas à estrutura do Poder Judiciário. O indicado também declarou que não figura como autor ou réu em ações judiciais em qualquer grau de jurisdição. Registrou, ainda, que não é membro do Conselho Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do DF, ou dos Municípios, nem possui cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive seja membro desses Poderes.

O currículo do indicado foi acompanhado também de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes. Quanto à atuação em juízo e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de

agências reguladoras nos últimos cinco anos, o indicado declarou que atuou como juiz de direito do Juizado Especial Cível do Juízo de Viana, Espírito Santo; e como juiz de direito da 2ª Vara da Fazenda Pública e Estadual Privativa das Execuções Fiscais de Vitória, Espírito Santo.

Ainda com relação à documentação exigida, o Dr. Sérgio Ricardo de Souza declarou que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Foi igualmente apresentada a argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Não foi sem outra razão, em função dos seus atributos, do seu currículo e da sua larga experiência, que alcançou maioria de votos e o seu nome chega à Comissão de Constituição e Justiça por indicação do Superior Tribunal de Justiça.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Dr. Sérgio Ricardo de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relato que apresento a S. Ex^a, o Sr. Presidente; às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, aguardando que possamos definir a data e a sabatina para que o Dr. Sérgio Ricardo de Souza possa apresentar o seu conhecimento, a sua experiência ao conjunto dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião o processo de arguição do candidato e a votação.

Antes de nós tratarmos do outro item, que é a Mensagem “S” 72, vamos votar o item 9, pois já fizemos a inversão de pauta, que foi aprovada exatamente antes dessa inclusão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Pela agenda, sobre o Projeto de Resolução nº 13, existe uma matéria de autoria do Senador João Capiberibe referente ao item 2, que estava na pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós aprovamos a inversão. E eu tinha feito um acordo político com os representantes do PSDB nesta Comissão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Uma vez que este aqui não exige votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – De que nós iríamos para o item 9.

O Senador João Capiberibe esteve aqui fazendo essa consideração. Voltei a ligar para os Líderes do PSDB e fizemos um acordo de procedimento. Vamos ler e, em seguida, abrir vista.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Item 9.

2ª PARTE – ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para proferir o seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Projeto de Lei já tramitou pela Câmara dos Deputados, nº 32, de 2015, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.

O projeto trata de criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia e dá outras providências.

Segundo o PLC, serão criados 198 cargos de provimento efetivo – Analista Judiciário e Técnico Judiciário em diversas áreas -, 18 cargos em comissão e 87 funções comissionadas.

Ainda nos termos da proposição em exame, os recursos financeiros decorrentes de sua execução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no Orçamento Geral da União.

Neste momento, Sr. Presidente, eu quero levar ao conhecimento de todos os pares que está aprovado no orçamento e também não houve o veto da Presidente a essas dotações específicas na Câmara dos Deputados da Peça Orçamentária 2.62 do PL 7.535 e do PL 7.909 na Câmara com esses números; e no Senado Federal recebeu o número do PLC 32, de 2015. É o esclarecimento também que quero fazer a todos os Senadores e Senadoras.

Para justificar sua iniciativa, o TST aduz que a criação dos respectivos cargos e funções se faz necessária diante de determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para conferir melhor estrutura à sua área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Aquela Corte também afirma que, de acordo com dados estatísticos referentes à movimentação processual na Justiça do Trabalho, a estrutura organizacional e funcional do Tribunal não acompanhou o crescimento da demanda decorrente da ampliação da competência material daquela justiça especializada, levada a efeito pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Tendo tramitado na Câmara dos Deputados nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e Redação (CCJC), recebeu pareceres favoráveis pela aprovação, na forma do Substitutivo remete a esta Casa.

Análise.

Cabe a este Colegiado, conforme determina o art. 101, incisos I e II, alínea "p", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer quanto ao mérito sobre matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal.

Entendemos que não existem óbices de natureza formal ou material, no plano constitucional, que impeçam o exame do mérito do PLC nº 32 de 2015, por esta Casa.

Compete aos Tribunais Superiores a criação e a extinção de cargos dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, nos termos do art. 96, II, alínea "b", da Constituição Federal. Em sendo o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região um Tribunal vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho, trata-se de iniciativa legislativa reservada ao TST, autor da proposição em exame.

Ademais, inexistente vício no tocante à constitucionalidade material do projeto, que, ao ampliar a capacidade da Justiça do Trabalho, consagra o princípio da razoável duração do processo insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.

Tampouco se fazem necessários reparos de técnica legislativa ao texto da proposição que se apresenta redigida em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece normas para elaboração das leis.

Quanto ao mérito, louvamos o projeto de lei em epígrafe, vez que objetiva possibilitar à Justiça Trabalhista o cumprimento de sua função precípua de julgar de forma célere e efetiva.

O processado da matéria deixa patente o déficit de servidores nas diversas áreas do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, desde que assumiu novas responsabilidades com a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Ressalte-se que o Conselho Nacional de Justiça preceitua uma lotação mínima de servidores na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, para que haja uma condizente modernização do Judiciário.

Como dito, trata-se de alteração de suma importância, que visa a dar celeridade às demandas processuais, além de promover maior publicidade e efetividade aos litígios naquele Tribunal, o que proporcionará diminuição futura de gastos no Poder Judiciário.

Vale mencionar, ainda, o apelo do Ex^{mo} Corregedor-Geral do TST, Ministro Brito Pereira, que, na oportunidade da divulgação dos resultados da correição no TRT, reafirmou a necessidade de contratação de novos servidores públicos, já que 33 das 48 Varas do Trabalho estão com déficit de cerca de 115 servidores.

Atenção redobrada merece o projeto em tela quanto à sua compatibilização e adequação com o aprovado na Lei Orçamentária Anual de 2015.

O art. 169, §1º, da Constituição Federal dispõe que a criação de cargos, empregos e funções só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. Em observância ao dispositivo, o Anexo V da LOA/2015 disciplina os recursos destinados à criação dos cargos no TRT 18ª Região, conforme se depreende abaixo, ou seja, aquela aprovação de acordo com o número de pessoas que serão indicadas para ocupar os cargos, como também o provimento das despesas para 2015 já aprovadas.

Dessa forma, não há qualquer incompatibilidade ou inadequação orçamentária e financeira na proposição.

Dessa forma, a aprovação do projeto em questão é de suma importância para o bom andamento da Justiça Trabalhista, para que esse TRT continue sendo um dos mais céleres do País, em que os julgamentos são concluídos em média, em 79 dias, bem diferente do que ocorre no cenário nacional, em que o tempo médio é de 99 dias.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 32 de 2015.

Ao encerrar, Sr. Presidente, peço aos demais pares a votação favorável porque eu tenho um orgulho enorme também de relatar esta matéria, já que o TRT do meu Estado de Goiás sempre foi uma referência e sempre foi muito zeloso no cumprimento dos prazos, como também no atendimento da demanda, que é em nome do nosso Estado.

Encerro, pedindo que esta matéria seja submetida à votação e, ao mesmo tempo, solicito o apoio de todos para sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a relatar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório. *(Palmas.)*

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não só agradeço, Sr. Presidente, como gostaria de solicitar o requerimento de urgência para que ele pudesse imediatamente ir ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, a matéria vai a Plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 3, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2015.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

Fizemos acordo com os nossos Líderes para ler o item 1 e abrir vista.

2ª PARTE – ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015

– Não terminativo –

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão Diretora

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Para abreviarmos, vamos logo à análise, Sr. Presidente.

Cabe a esta CCJ, de acordo com os arts. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o plenário.

Não há óbices de natureza constitucional à proposição, uma vez que foi iniciada por agente competente e a matéria por ela tratada não fere qualquer dos princípios ou dispositivos colimados na Carta Magna.

No que respeita à juridicidade e à regimentalidade, também nada a opor, pois o PRS inova o ordenamento jurídico vigente e está em harmonia com ele, além de respeitar, especificamente, as disposições regimentais, inclusive no que concerne ao seu trâmite adequado. Não há, ainda, qualquer sobreposição das competências da nova comissão em relação às competências das já existentes.

A matéria vem vazada em boa técnica legislativa, de acordo com os mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

No mérito, vemos a proposta como um passo importante no trato da gestão pública brasileira, pois, apesar dos esforços gerais e pontuais dos poderes executivos federal, estaduais e municipais ao longo das últimas décadas no sentido de tornar a Administração Pública mais eficiente, eficaz e transparente, ainda não percebemos um envolvimento dos legislativos com massa crítica suficiente para contribuir de forma decisiva para tais progressos. Por isso, parece-nos adequada e relevante a criação dessa nova comissão permanente no âmbito do Senado Federal, a qual, como bem disse o autor na Justificação, Senador João Capiberibe, terá foco na:

[...] análise de matérias relacionadas ao combate à corrupção; à responsabilidade na gestão fiscal e com os gastos públicos; à instituição de práticas gerenciais modernas nas entidades e nos órgãos públicos; à prestação eficiente de serviços públicos; à transparência pública; à prestação de informações à população, com foco nas necessidades dos cidadãos; à democracia participativa; e ao controle social do Estado.

Por fim, parece-nos adequado apresentar algumas alterações no rol de competências da Comissão de Transparência e Governança Pública, a fim de tornar o texto mais claro e conciso e, ainda, para acrescentar inciso que inclua, nesse rol, matérias que tratem da difusão, na Administração Pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos.

Acrescento também, os termos “prestação eficaz, efetiva e eficiente e prestação de contas” usados nos conceitos em gestão pública, que melhor refletem o sentido dessa proposição.

Pelo exposto, pugnamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2015, a seguinte redação para o art. 104-E, acrescido ao Regimento Interno do Senado Federal:

“Art. 104-E. À Comissão de Transparência e Governança Pública compete opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes assuntos:

I – prevenção à corrupção;

II – acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na Administração Pública federal direta e indireta;

III – prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos;

IV – transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos.

V – difusão e incentivos, na Administração Pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, inclusive prestando apoio a Estados e Municípios na implantação desses meios.”

É o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Conforme acordo de Lideranças, vamos dar vista coletiva, tendo como autores o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador José Pimentel.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria solicitar apenas a inversão de pauta para que pudéssemos incluir o item 10, que trata da PEC 18, de 2015, que está pronta para ser apreciada, lembrando que a matéria é não terminativa nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nobre Senadora Simone, nós fizemos um acordo com o PSDB, porque eles tinham uma atividade, por isso não há nenhum deles aqui, de que nós iríamos concluir as mensagens, aprovar o item 9 e ler, abrindo vista, o item 1.

Em face disso, eu pediria à nobre Senadora que deixássemos para o dia 17, com o compromisso de que no dia 17 nós votaremos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se houver o compromisso de V. Exª como Presidente, sim, porque já é a terceira vez que consta em pauta. O relatório está pronto. O autor da proposição veio inclusive para acompanhar a votação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não tem divergência. Simplesmente, Senadora, porque esses dois Partidos nos pediram que fizessemos um acordo de procedimento. É só por isso. Desculpe-me.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu já tenho pronto o relatório sobre a indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho. Foi designado por V. Exª que eu procedesse ao relatório.

Então, eu queria solicitar a V. Exª que, dentro da agenda da CCJ, nós o colocássemos em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos incluir no dia 17.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira, Relator *ad hoc* do Ofício “S” nº 72, de 2015, para que ele profira a sua posição sobre a questão de ordem levantada pelo Senador Fernando Collor.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, no Regimento do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme expressa o requerimento do Senador Fernando Collor, no seu art. 20 diz:

Até 120 dias antes do término do mandato ou imediatamente após a vacância do cargo de Conselheiro, o Presidente do Conselho oficiará aos órgãos legitimados, solicitando indicação, nos termos do art. 130-A, da Constituição Federal.

A Constituição está aqui e logicamente é uma atribuição do Conselho permitida pela Constituição Federal nesse art. 130-A.

Eu entendo, mesmo na condição de Relator *ad hoc*, que até 120 dias é uma data limite. Ela pode ser feita antes dos 120 dias, desde que não ultrapasse essa data de 120 dias.

É o entendimento que eu tenho em relação a essa matéria. Mas V. Exª naturalmente é quem vai decidir essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O autor do requerimento, Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Por gentileza, Sr. Presidente, Sr. Senador Raimundo Lira, com base nesse argumento, todos os outros também estariam impedidos de ser indicados ou enviados para cá. O “até 120 dias” é limitativo, porque se não fosse limitativo, porque colocar 120 dias? Deixaria em aberto, a qualquer momento, ao bel-prazer do Sr. Procurador-Geral da República, ouvindo as diversas procuradorias, poderia ser mandado o nome de qualquer um daqueles que fossem pela lista tríplice, o que não acontece também com o Dr. Fábio. Ele foi candidato único, o que contraria a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006. Ele, então, não poderia estar incluído dentro deste item.

O art. 20, no capítulo V, do Regimento Interno do CNPM, como leu S. Exª o Senador Raimundo Lira, é muito claro: até 120 dias antes do término. Até 120 dias antes do término. Então esse é um fator limitativo. Se não fosse fator limitativo, não precisaria colocar essa cláusula aqui expressa. Até 120 dias antes do término do mandato, ou imediatamente após a vacância do cargo do conselheiro, o presidente do Conselho oficiará.

Acontece também ainda o agravante de que esse Conselheiro só termina o seu mandato em 27 de janeiro de 2016. Por que essa pressa do Procurador-Geral da República de fazer uma indicação contrariando a lei aqui já citada, a nº 11.372, que exige claramente que seja o nome escolhido de uma lista tríplice? É obrigatória a lista tríplice.

E ele próprio, o Dr. Fábio, incrimina a si próprio quando, na documentação enviada aos Ex^{mos} Srs. Senadores e Senadoras desta Comissão, diz o seguinte: "Eleito pelos membros do Ministério Público Federal como candidato único..." Não pode haver candidato único, porque a lei define: deve haver uma lista tríplice. Deve haver disputa. Esse é o primeiro caso, desde que o Ministério Público foi instituído com essa nova roupagem, pela Carta de 1988, em que nós estamos aqui nos deparando com esse fato insólito de haver uma indicação contrariando a lei de que o candidato não dispute a eleição e não faça parte de uma lista tríplice, como expressamente estatuído na Lei nº 11.372, no seu art. 1º, no seu art. 2º, em que isso fica muito claro.

Então, o argumento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr. Senador Raimundo Lira, é muito claro. Quer dizer, nós estamos sendo induzidos ao erro. Ao Senado, pela sua área técnica, cabe verificar toda a documentação daqueles que são indicados para algum cargo e que tenham que sofrer sabatina e escrutínio nas diversas comissões. Então, aqui isso, pela ligeireza com que foi feito, não houve tempo para a assessoria técnica detectar essas questões e esses problemas. Isso é muito claro. Está havendo aí um procedimento escamoteado, que não é um procedimento natural nesta Casa, e esta Casa está sendo induzida a erro por ato pensado do Sr. Procurador-Geral da República, que quer fazer com que a Comissão de Constituição e Justiça cometa uma afronta à Constituição, ao Regimento Interno desta Casa e à justiça que deve ser feita em relação às escolhas de quem deve participar, deve ser indicado numa lista tríplice encaminhada a esta Casa, de acordo com a Lei nº 11.372.

É nisso que me baseio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, com a devida permissão, com o devido acatamento e respeito ao Ofício protocolizado por S. Ex^a o Senador, ex-Presidente, Collor, mas eu queria comungar da opinião do Senador Raimundo Lira e do parecer que ele dá.

Parece-me, ao meu sentir, que o que é dito pelo legislador, aqui em relação ao art. 20 – e aí a minha interpretação do até 120 dias –, fala do fim do prazo. Fala-se de um prazo limite em que deve ser procedida, obviamente, a escolha do indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público. E, ao que consta nesse processo de indicação, ocorreu, no âmbito do CNMP, a apresentação... O Procurador-Geral da República é um elemento que faz apenas a formalização a partir da escolha feita pelos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e que, ao meu sentir, foi o que concretamente ocorreu, porque, além da candidatura do Dr. Fábio, houve a apresentação de uma lista tríplice que, posteriormente, foi à análise por parte do Procurador-Geral da República, de sua escolha.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu concordo com uma questão do que foi apresentado pelo Senador Collor – concordo com uma questão: concordo que, se de fato esse procedimento estivesse errado (essa interpretação, Presidente Collor, se estiver errada), todos os outros procedimentos em relação à indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público estão errados. Então, nós teríamos de suspender todos. Nós teríamos, então, de manter a permanência dos conselheiros e, aí, incorreríamos em um outro dispositivo: incorreríamos em um problema, pois o próprio Regimento e a lei que instituiu o Conselho estabelecem um prazo de dois anos para que possa ocorrer a recondução ou a indicação de novo conselheiro, ou seja, nós estaríamos diante de um conflito.

Então, sendo verídica essa outra interpretação, nós teríamos de suspender todos os procedimentos de todos os indicados, sejam os indicados da Justiça Militar, que sabatinamos e aprovamos hoje, sejam os indicados dos Ministérios Públicos e Estaduais, sejam os indicados do Senado, sejam os indicados da Câmara dos Deputados. Seria a suspensão do procedimento que a própria CCJ e que o próprio Senado fizeram.

Então, minha interpretação é que esse prazo, a meu entender, é um prazo limite, inclusive para o cumprimento do mandato de dois anos por parte dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, e, depois, lhe concederemos.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu respeito a posição do Presidente Collor e entendo que esta CCJ deve ter a prerrogativa de analisar, com todo o rigor, com toda a dureza, com todo o critério, qualquer indicado para qualquer cargo. Neste caso específico, eu acho que está havendo, de certa forma, um desentendimento do que é o regulamento.

O que diz o texto? O texto diz o seguinte: "Em até 120 dias", antes de terminar...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes do término...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... precisa ser indicado." Isso quer dizer o seguinte: que 120 dias – e vamos pegar este caso específico: se é janeiro, nós teríamos dezembro, novembro, outubro,

setembro... Depois de setembro, em tese, não se deveria fazer a indicação. Antes de setembro, que é antes de 120 dias, é o prazo para se fazer a indicação. É o inverso!

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Não...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O texto não diz que após 120 dias é que se faz a indicação... O texto diz: antes de 120 dias é que se faz a indicação. Por que o texto diz isso? Porque o texto diz que deve se fazer a comunicação para os Estados e para todos os setores, para que esses setores possam se preparar e propor nomes para a lista tríplice, quando for o caso.

Nesse caso específico, não é lista tríplice, porque é uma recondução. Na verdade, o Ministério Público Federal está optando pela recondução, como outros membros do CNMP também estão sendo reconduzidos.

Então, no meu entendimento, o parecer do Senador Raimundo Lira está correto, porque, no texto, reforça a posição de se mandar antes de setembro. E nós estamos em junho. Junho é antes de setembro. Se estivesse chegando aqui em outubro ou novembro, poderia ser levantada essa questão, apesar de ser um regulamento interno para discussão da indicação de lista tríplice. E nesse caso específico não há lista tríplice porque é um processo de recondução, devido provavelmente ao excelente trabalho que fez o indicado já no CNMP.

Portanto, eu gostaria de fazer esse esclarecimento e ponderar que independentemente do rigor do questionamento, da posição do voto secreto aqui, eu acho que, regimentalmente, a Comissão precisa analisar a forma como o Senador Raimundo Lira coloca em seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Fernando Collor pelo zelo, pelo cuidado e pela pertinência em processo fiscalizatório dos procedimentos com relação a esta Casa e a esta Comissão. Especificamente neste caso, eu concordo e comungo com os argumentos apresentados na mesma linha do Senador Romero Jucá e do Senador Randolfe Rodrigues.

Na verdade, no que diz respeito à lista tríplice, o Senador Romero Jucá já esclareceu perfeitamente. É uma recondução. Consequentemente, não deve ter havido candidatos propostos para se que pudesse contrapor.

Em segundo lugar, o que estabelece o art. 20 é uma regra exatamente do Conselho do Ministério Público. Além do mais, há o processo de conduta interna.

Em terceiro lugar, a tese de até 120 dias é a mesma coisa que a lei estabelece, que, sempre que possível – sempre que possível –, você notifique pessoalmente A, B ou C. Sempre que possível. Se não foi possível, você não pode cumprir. Então, não está indo de encontro à lei. Creio que o parecer que será lido pelo Senador Raimundo Lira está, sem dúvida alguma, no caminho correto. Não há absolutamente, no meu entendimento, lógico, qualquer atropelo à lei.

Portanto, Sr. Presidente, eu também concordo com o raciocínio do Senador Romero Jucá e, ao mesmo tempo, comungo do relatório que será apresentado pelo Senador Raimundo Lira, cujo resultado desconheço, não sei se pede ou não a aprovação do nome.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Do jeito que for apresentado V. Ex^a está de acordo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Pode até ser, não tenha dúvida disso. Mas é preciso que ele embase o não, a contradição, que embase que não é possível.

Vou citar um exemplo. Eu fui relator do Norberto V. Ex^a encaminhou para nós um dossiê. Comuniquei ao indicado, porque não poderia admitir que a OAB fizesse a indicação de um candidato para o CNJ que estivesse comprometido com alguma coisa irregular. O mesmo é feito, por exemplo, quando o processo é encaminhado diretamente à Mesa do Senado Federal, ao Presidente do Senado. É como se o Presidente do Senado, ao encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça, que é o foro competente para analisar e ao mesmo tempo sabatar, não tivesse visto que isso era irregular. A proporção que o Presidente da Casa, ou a Mesa da Casa manda para a Comissão, isso significa dizer que os órgãos técnicos analisaram e que não há nenhum óbice. É o meu entendimento, Sr. Presidente. Por isso votarei, sem dúvida nenhuma, de acordo com o parecer do...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado. E vamos esgotando.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu sou um pouco dedicado a regimentos. Esse é um Regimento do Conselho Nacional do Ministério Público. O que ele diz?

Art. 19 O Conselheiro é nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para cumprir mandato de dois anos, admitida uma recondução.

O art. 20 vem exatamente a exigir que o Procurador-Geral da República encaminhe, como diz aqui, até 120 dias antes do término. Então, ele é obrigado a mandar o nome do seu candidato ou daqueles que vão ocupar o cargo 120 dias antes. Ele não pode mandar depois. E só poderia mandar depois caso existisse uma vacância do cargo de conselheiro, a única exceção que ele entende que realmente poderia mandar depois. O Regimento está dizendo é isso. Então, o art. 20 diz que ele tem que cumprir o prazo para que essa indicação chegue aqui antes de setembro, porque, se ela chegar depois, só se realmente ocorrer a vacância do cargo; nesse caso, sim, ele não teria que cumprir o prazo de 120 dias.

Senador Collor, a despeito de toda a exposição de V. Ex^a com relação a esse caso, eu estou me debruçando aqui exatamente sobre o texto específico do Regimento; é uma interpretação baseada naquilo que está redigido aqui, do que está escrito aqui no Regimento do Conselho Nacional do Ministério Público. Concorro com a tese do Senador Raimundo Lira, no prazo da indicação do nome para o Conselho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Bom, vamos por parte aqui, Sr. Presidente, contando com a sua paciência e a das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, a questão do prazo. Todos os nomes que aqui chegaram, todos os nomes que aqui chegaram e que foram lidos na última reunião desta Comissão estão dentro do prazo de 120 dias. Todos! Todos! Sem exceção! Inclusive o que hoje foi sabatinado e aqueles que tiveram os seus nomes relatados pelos Senadores que proferiram esse relato. Então, todos eles. Esse é o único caso, é o único caso que chega, até agora, na história do Ministério Público, esse é o único e primeiro caso em que um nome indicado chega antes dos 120 dias. É estranho isso.

Depois, na questão do que foi dito na interpretação de que até 120 dias seria a mesma coisa que sempre que possível. Não! Sempre que possível é uma condicionante, condicional. Aqui é explícito até 120 dias antes do término do mandato. Então, o término do mandato é que termina a contagem dos 120 dias, porque, se assim não fosse, um indicado aprovado aqui pelo Senado Federal e que tomasse posse hoje, na semana seguinte, já poderia ter o seu nome indicado para ser reconduzido daqui a dois anos. É lógico! Esse é o corolário! Então, os 120 dias, data vênua, não é essa a interpretação que vem sendo dada por alguns companheiros. Até 120 dias é o fator limitativo, quer dizer, é dentro desses 120 dias que tem que ocorrer, por isso todos os que aqui chegaram vem nesse prazo.

Além disso, a todos, não é questão de recondução, mesmo com a recondução, é dado o direito a uma recondução. Mas mesmo para que essa recondução se concretize é necessário que haja a disputa e que seja apresentada a lista tríplice. Todos aqueles que estão sendo reconduzidos, todos eles chegaram com o seu nome incluído numa lista tríplice, dentro do que está dizendo, dentro do que determina a lei.

E, na questão do órgão técnico, quando aqui chega uma matéria como esta, a Mesa Diretora do Senado não faz nenhuma análise técnica. A Mesa do Senado simplesmente encaminha a matéria à comissão temática afeita ao que está contido naquele processo. Quando chega às comissões temáticas é que, baseadas nas regras estabelecidas por cada uma das comissões, aí sim, as comissões técnicas têm que se debruçar para ver se está faltando algum documento, se está faltando alguma explicação, se está faltando algum outro dado e assim por diante. Então é a comissão temática que tem que fazer esse estudo técnico.

E, volto a repetir, no caso do Sr. Fábio George, na documentação que encaminhou e que está no processado da Comissão de Constituição e Justiça, ele mesmo diz, logo na primeira linha:

Aos Ex^{mos} Srs. Senadores [ele se esqueceu das Sr^{as} Senadoras]

Eleito pelos membros do Ministério Público Federal como candidato único...

Então ele diz: eu estou contrariando o que determina a Lei nº 11.372, que, no seu art. 1º, diz que os membros do CNMP terão que ser escolhidos a partir de uma lista tríplice.

E é reincidida essa questão da lista tríplice no artigo seguinte, no §1º do art. 1º:

§ 1º As listas tríplices serão elaboradas pelos respectivos colégios de procuradores do Ministério Público Federal [...]

Então, para mim, fica muito claro, em primeiro lugar, que nessa questão do prazo, se não houvesse necessidade do prazo, se fosse a qualquer momento antes de 120 dias do final do mandato daqueles senhores conselheiros, não precisaria ser colocado no art. 20 este termo “até 120 dias antes do término do mandato”. Então, o término do mandato é o ponto no qual nós temos que nos basear para contar os 120 dias.

Acontece que essa indicação está chegando aqui de forma intempestiva, de uma maneira, como aqui já disse, estranha aos moldes com que tradicionalmente essas indicações costumam tramitar pelas diversas

comissões. E surpreendentemente isso não foi anotado a tempo e a hora, a ponto de poder induzir a erro o Relator *ad hoc* Raimundo Lira, caso o parecer dele seja favorável à indicação desse senhor a que nós estamos nos referindo.

Então, Sr. Presidente, é muito claro para mim que houve aí um ato de má-fé na origem, um ato de má-fé, porque foi feita uma eleição sem que outros participassem. O fato de ser reconduzido não exime este que está sendo indicado para a recondução de participar de outra eleição, numa lista tríplice, conforme a lei determina e que o prazo de 120 dias tem que ser contado a partir do momento em que ele se alcance, tendo como base o término do mandato do candidato.

E, por fim, não se tem outra interpretação, a não ser, Sr. Presidente, de que, por erro na sua origem, por um equívoco gravíssimo cometido e pelos erros graves que vêm sendo cometidos nessa indicação, tanto à Constituição Federal quanto ao que rege o Regimento Interno do CNMP... Embora não seja o nosso Regimento, nós temos que nos valer disso, senão como saberemos se aqueles indicados pelo CNMP estão de acordo com o que diz a lei?

Aqui é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República Federativa do Brasil, que tem por obrigação fazer o escrutínio mais severo possível nessa documentação que vem chegando aqui e que pode eventualmente induzir os Srs. Senadores a erro quando proferirem o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós vamos levar a voto o requerimento.

Pergunto ao nobre Relator se pretende se pronunciar sobre o requerimento ou se podemos levá-lo a voto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, é só um texto. Não é para ficar polemizando, mas, em relação a esse fato específico, a interpretação do Senador Collor estaria certa, se fosse...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... Se, em vez do “até”, fosse “nos 120 dias anteriores”, “nos”.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Se não fosse o “até”...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Caiado, acredito que o debate já está maduro, portanto vamos levar a voto.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com a questão de ordem do Senador Fernando Collor permaneçam como se encontram, e aqueles que são contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado.

É o seguinte o item rejeitado:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 4, de 2015

– Não terminativo –

Considerando que a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, em seu artigo 1º, exige que a escolha de membros do Conselho Nacional do Ministério Público pelo Procurador-Geral de cada um dos ramos, oriundos do Ministério Público da União, seja realizada a partir de lista tríplice, que o próprio escolhido diz, em sua apresentação, ter sido o único candidato, e que não contempla a Ata da reunião de escolha do indicado o nome dos demais possíveis componentes da lista tríplice supracitada, resta descumprido, por conseguinte, o referido dispositivo legal; que nos termos art. 20 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o qual discorre que “Até cento e vinte dias antes do término do mandato ou imediatamente após a vacância do cargo de Conselheiro, o Presidente do Conselho oficiará aos órgãos legitimados, solicitando indicação nos termos do artigo 130-A, da Constituição Federal”, solicito a retirada de pauta do Ofício “S” nº 72, de 2015, e que o mesmo seja considerado prejudicado e devolvido ao órgão de origem por vício de ilegalidade na origem.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Collor, precisa-se de apoio. Como não há apoio...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Aqui, também, na Comissão, é preciso?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sim, senhor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Lamento, então.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então, rejeitado.

Com a palavra, o Senador Raimundo Lira, para proferir seu voto.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Submete-se a esta Casa a indicação, pelo Procurador-Geral da República, do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Procurador Regional da República, para ser reconduzido como membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público Federal, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

O Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega nasceu em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, e graduou-se em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal daquele Estado em 1992.

Membro do Ministério Público Federal desde 1996, S. Ex^a também integrou os quadros do Ministério Público do Estado da Paraíba de 1994 a 1996.

Como Procurador da República, atuou no Estado de Goiás, de 1996 a 2003, onde exerceu a função de Procurador Regional Eleitoral junto ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral, e no Estado da Paraíba, entre 2004 e 2005, onde ocupou a função de Procurador-Chefe.

Como Procurador Regional da República, atuou no Estado de Pernambuco, junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de 2005 a 2014, quando assumiu como membro do CNMP.

Registre-se, ainda, que o ilustre membro do *Parquet* tem diversas participações como palestrante e conferencista, com grande destaque para inúmeras exposições voltadas ao tema do combate à corrupção.

O indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

S. Ex^a anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências regimentais para a instrução do processo.

Finalmente, vale ressaltar que o indicado submeteu-se a processo eleitoral entre os seus pares para a apresentação de seu nome para compor o CNMP. Na eleição, realizada no dia 6 de maio de 2015, o nome do Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega obteve 550 dos 582 votos computados.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente ficando para a próxima reunião o processo de arguição do candidato e a votação.

É o seguinte o item ao qual foi concedida vista coletiva:

ITEM 14
OFÍCIO “S” Nº 72, de 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, com fundamento no art. 1º, § 2º, e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com os incisos II e III do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, membro do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 50 minutos.)

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas do dia seis de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Lídice da Mata**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Simone Tebet, Otto Alencar, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Ana Amélia e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Romário, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Douglas Cintra e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 12, 21, 30 e 34/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia, Fátima Bezerra, Antonio Anastasia e Cristovam Buarque, destinados a **instruir o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012, que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica**. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Adão Francisco de Oliveira, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Senhor Dilvo Ilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC; Senhora Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; Senhor Ivan Marques de Toledo Camargo, Reitor da Universidade de Brasília – UnB; e Senhor Júlio Gregório Filho, Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Cícero Lima, Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Senhor Clóvis Araújo, Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Senhor Júlio Araújo, Assessor Parlamentar da Universidade de Brasília; Senhora Keila Bittencourt, Assessora Especial do Governo do Distrito Federal; Senhores Carlos Alberto Trindade, José Santana e Estevão Rodrigues, Presidente e dirigentes da Fundação Estatal de Saúde da Família da Bahia, respectivamente. Prosseguindo, a Presidente Eventual, Senadora Lídice da Mata, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente desta Comissão. Após as exposições dos convidados, a presidência faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Em seguida, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia (autora do Requerimento) e os Senhores Senadores Donizeti Nogueira e Hélio José. Agradecendo a presença de todos e a participação dos internautas, a presidência declara encerrados os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, encerra a reunião às doze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Bom dia a todos os presentes e a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa.

Os Senadores e as Senadoras estão-se dirigindo para esta Comissão, em função de nós estarmos com outras comissões também funcionando, e eu vou abrir a reunião aguardando a presença da Senadora, autora do requerimento desta audiência pública, que também para aqui se dirige.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos requerimentos de autoria da Srª Senadora Fátima Bezerra, da Srª Senadora Ana Amélia, do Sr. Senador Antonio Anastasia e do Sr. Senador Cristovam Buarque, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012, que obriga beneficiários de bolsas de estudo de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa: senhores Júlio Gregório Filho, Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal; Ivan Marques de Toledo Camargo, Reitor da Universidade de Brasília (UnB); Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Adão Francisco de Oliveira, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Dilvo Ilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC).

Para iniciar, portanto, informo que esta audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Vamos iniciar as falas, estabelecendo uma ordem da direita para a esquerda. Já acordamos aqui um tempo de dez minutos para cada expositor. É claro que a Presidência terá toda a flexibilidade para compreender, havendo necessidade de um pouco mais, e viabilizarmos esse tempo. No entanto, a ideia, já que temos cinco expositores, se cada um fala dez minutos, com um pouquinho mais já teremos vencido uma hora. Por isso, peço que façamos todos um esforço de ficar nos dez minutos.

Vou passar a palavra ao Reitor da Universidade de Brasília, Ivan Marques de Toledo Camargo, por dez minutos.

O SR. IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO – Srª Senadora Lídice da Mata, é uma honra estar aqui na Comissão, muito obrigado pelo convite. Quero cumprimentar meus amigos da mesa, Prof. Adão, meu amigo Dilvo, Cleuza, o Sr. Secretário Júlio Gregório.

Vou ser muito breve. Dei azar de ser o primeiro a falar, eu queria ter ouvido primeiro os meus amigos, mas eu queria dizer o seguinte, tentando me reter aos dez minutos: concordo integralmente com a justificativa exposta no projeto apresentado pelo meu querido amigo, Senador Cristovam Buarque, nosso querido reitor da Universidade de Brasília.

É indispensável que as crianças saibam da carreira do professor pesquisador e valorizem essa carreira. Então, a justificativa do projeto, no meu entender, é absolutamente válida, e endosso completamente. Até porque se a criança não souber da nossa vida – falo da minha vida, tenho trinta e tantos anos de pesquisador e professor universitário –, que a vida é uma delícia, essa nossa vida de pesquisador, absolutamente reconhecida, nacional e internacionalmente. Então, o aluno da escola pública não saber disso é um desserviço que fazemos à sociedade. Concorro plenamente com o que foi dito. Acho que temos que ir, sim, à escola básica para dizer que a nossa vida de cientista é maravilhosa.

No entanto, eu não estaria na universidade se não tivesse o “no entanto”, críticas. Eu tenho três pontos, Senador, que eu gostaria de deixar claro.

O primeiro ponto que me preocupa é a questão da regulamentação, a excessiva regulamentação da universidade. Quanto mais a gente faz regra para as universidades, menos autonomia temos nas universidades. O pessoal gosta de dizer que quem paga a banda escolhe a música. A sensação que tenho, Senador, é que daqui a pouco todas as universidades estarão tocando a mesma música. O Governo faz programa A, B, C, D, faz programas para todas as universidades, quanto mais programas têm, quanto mais caixinhas temos, mais uniformes ficam as universidades. Isso para mim é um problema. Nós reduzimos a autonomia da universidade. Eu juro que acho que a gente tem que confiar nas nossas instituições, e a universidade é uma instituição é absolutamente confiável. Então, o primeiro ponto é quanto à regulamentação.

O segundo ponto me parece importantíssimo, é quanto à obrigatoriedade. Esta ação, uma ação importantíssima de ir à escola pública e falar como é boa a vida do cientista, parece-me que pode virar completamente se passar a ser uma ação obrigatória e não voluntária. Eu conheço isso dentro da minha universidade, dentro da minha carreira. Eu sou engenheiro eletricista, discuto currículo de engenharia há 30 anos. E lá pelas tantas, os meus colegas falam: como é possível um engenheiro não saber sociologia. E aí coloca no currículo: Introdução à Sociologia. E aí manda os nossos colegas sociólogos darem a matéria. E aí bota o pior professor para dar a matéria. E uma coisa que é fundamental e óbvia, quando passa a ser obrigatória, distorce completamente. Se for perguntar a um aluno da engenharia hoje o que ele acha do curso de Introdução à Engenharia, a resposta é

direta: picaretagem. Então, uma ideia fantástica, na hora em que se torna obrigatória, pode-se distorcer completamente. Eu tenho a preocupação enorme quanto a essa questão da obrigatoriedade.

Um terceiro ponto, que para mim também é muito importante, é a importância das bolsas. Eu acompanho, insisto, os meus cabelos brancos podem... Vários aqui têm cabelos brancos, há 30 anos eu acompanho as bolsas de iniciação científica da Universidade de Brasília. O trabalho que é feito com as bolsas de iniciação científica é fantástico! Vou a cada apresentação anual que tem, você vê o crescimento desses meninos, e o resultado de pessoas bem orientadas, fazendo trabalhos excepcionais de iniciação científica. Se a gente fala assim: é obrigatório para você que está ganhando uma bolsa, faça um trabalho obrigatório na escola, pode parecer que aquele dinheiro para aquela bolsa específica está sendo mal gasto, tem que ser usado em outra coisa. O que não é verdade.

Então, me preocupa muito quando alguém fala: essa bolsa está sendo mal dada. E aí eu acho que talvez seja o ponto fundamental, a gente precisa de um cuidado radical com a concessão de bolsas, porque eventualmente, eventualmente não, eu tenho certeza de que tem, porque além de ser professor sou pai de aluno, e os filhos, os meus filhos, os colegas, eles vão, há várias bolsas que são cedidas, e que o aluno não se sente digno e nem representado por aquela bolsa. Ele ganha e não faz nada com aquela bolsa. Então, dá uma aflição muito grande ver o desperdício de dinheiro público com bolsa, não as que são controladas pelos nossos professores, mas outro tipo de bolsas dadas pelo Governo.

Uma específica, que tenho acompanhado muito de perto, até porque meu filho está no Ciência sem Fronteira. Os colegas dele falam que há pouco comprometimento do estudante, todo mundo adora, ninguém fala mal, mas o comprometimento com o aprendizado, com o estágio, com a universidade é muito pequeno.

Eu acho que esse cuidado que temos que ter, o MEC tem que ter, a universidade tem que ter com a cessão de bolsas. Eu acho que esse cuidado passa muito por uma prestação de contas ao seu professor, em vez de contas ao Governo. Prestação de contas ao Governo ninguém faz.. Ao professor que está acompanhando ali é diário, constante. Então, passar essa responsabilidade para as universidades parece-me que é uma boa ação que a gente devia tomar.

Então, são esses comentários, Senadores. Espero que eu tenha cumprido os dez minutos. E insisto, uma honra para a Universidade de Brasília, uma honra para mim estar aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada. Foram oito minutos. Eu agradeço, portanto, a colaboração.

Quero registrar a presença do Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Cícero Lima; de Clóvis Araújo, Professor da Secretaria de Educação também do Distrito Federal; de Júlio Araújo, Assessor Parlamentar da Universidade de Brasília; e de Keila Bittencourt, Assessora Especial do GDF.

Quero também registrar que nós já iniciamos o recebimento de contribuições do e-Cidadania, falando aqui Marina Paula de Cunha Oliveira. Ela faz o seguinte comentário: "Acho muito válida a proposta. Sabemos que as instituições de ensino básico públicas carecem de muitos recursos. A atuação dos bolsistas irá enriquecer as atividades escolares e até mesmo suscitar a vontade dos alunos em seguir carreiras de nível superior no futuro." Esse foi o comentário de Marina Paula de Cunha Oliveira. Nós queremos agradecer a contribuição. Ela é de Minas Gerais.

Continuem participando do e-Cidadania e dando sua opinião ou fazendo perguntas.

Passo a palavra agora ao Sr. Júlio Gregório Filho, Secretário de Estado de Educação do GDF.

O SR. JÚLIO GREGÓRIO FILHO – Bom dia a todos.

É uma honra estar nesta Mesa para discutir uma matéria relativa à educação, tema que está na pauta de todo mundo, felizmente, hoje, no Brasil. Espero que deixe de ser apenas discurso e cada vez mais se transforme em ações, para que possamos mudar o nosso quadro educacional.

A minha contribuição, complementando a do Reitor, Prof. Ivan, vem de quem passou 34 anos em escolas de educação básica, como professor, professor de química que sou, e como gestor, seja na rede pública ou privada. Então, a minha contribuição estará dentro desses limites. Eu não consigo ter a óptica que o reitor apresentou.

Na escola, sobretudo do ensino médio, que é um dos pontos de estrangulamentos que nós temos no nosso sistema de ensino e é onde provavelmente a proposta se encaixe melhor, sem absolutamente descaracterizá-la para séries iniciais ou séries finais do ensino fundamental, na mesma linha, há um excesso de regulamentações. Nós já temos em torno de 14 componentes curriculares obrigatórios para serem ministrados, todos juntos. Quer dizer, um aluno tem que fazer 13, 14 matérias por ano. Ele acaba, pela experiência que eu tenho, não fazendo nada. A oportunidade que a escola tem para desenvolver um projeto político-pedagógico próprio, respeitando aptidões dos alunos, aprofundando conhecimentos, fica muito limitada por esse excesso de normatizações que há no ensino médio.

Um projeto dessa natureza, se não vier acoplado de uma reforma na proposta curricular do ensino médio, na Lei de Diretrizes e Bases, que está normatizando a educação no Brasil, vai virar mais algo para o gestor, para o diretor da escola administrar. Onde vamos colocar o estudante? Qual é a proposta? Eu sei que há a possibilidade da regulamentação, mas vai ser mais uma regulamentação que vai ter que se observar para se construir uma proposta pedagógica na escola.

Então, o entendimento que eu trago, representando sobretudo o segmento que está atuando na escola na educação básica, é que esse processo, esse projeto de lei vindo e encontrando o que se tem hoje de normatização, sobretudo para o ensino médio, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, talvez venha a ser mais um complicador do que uma solução. Isso porque onde é que isso vai se encaixar? Isso vai ser um horário permanente? Quando as pessoas ouvem falar isso, dizem: mas que coisa estranha, porque tem que estar lá na escola. Quem vai fazer a gestão da escola? Onde o professor vai dar aula? Para quem vai dar aula? Onde o aluno vai assistir? A que matérias ele vai assistir? Quantas aulas há por semana de Português, de Matemática, de Química, de Física, de Biologia, de História, de Geografia, de Sociologia, de Educação Física, de Artes, de Música, de Inglês, de Espanhol? Tudo isso é obrigatório.

Quer dizer, para quem passou a vida lá fazendo horários, tentando encaixar o professor nesses horários, é mais ou menos a sensação que quem não trabalhou na escola tem.

Você tem lá 40 professores, um número tal de turmas, tem que encaixar naqueles horários todos, porque tem que dar duas aulas de Filosofia, que é obrigatório para todo mundo, em todas as séries, seja semestral. Tem que dar Sociologia, tem que dar Educação Física, tem que dar Inglês, tem que dar Espanhol, Português, algumas pessoas perderam até o número de, de...

Então, eu entendo que todas as proposições que se dirigem hoje à educação básica devem estar no bojo de uma ampla discussão sobre o currículo que nós temos no Brasil.

Quando se discute Base Nacional Comum e se coloca na Base Nacional Comum 10, 12, 15 componentes curriculares, não dá para entender, só quem nunca foi à escola imagina, porque os projetos: Não, bota educação para o trânsito, bota aula de música, não, bota aula de cidadania, bota aula de não sei o quê. Desculpem a maneira de expressão, a maneira bastante informal, mas muito próxima do que a gente vive na escola.

Aí nós ficamos em uma situação que não conseguimos absolutamente fazer nada e aí vem a pergunta: o que está acontecendo com o ensino médio? Cria-se o Enem de uma única forma. Quem vai moldar o currículo do ensino médio e com repercussão até na educação infantil vai ser o Enem. Se não flexibilizar o Enem, com todo o respeito, não adianta vir mais normas colocando componentes, mandando gente para a escola, porque o meu medo é o seguinte: não acontecerá.

Eu acho o projeto muito bom, essa interação entre a universidade e a educação básica é fundamental. A Universidade de Brasília, que é a minha casa, que é onde eu estive, já buscou isso há muito tempo, inclusive, quando o Senador Cristovam estava no Governo do Distrito Federal, a partir da criação do Programa de Avaliação Seriada, que tinha como objetivo, mais do que selecionar o aluno que iria para a Universidade de Brasília, de fazer uma grande interação entre o ensino médio e a Universidade de Brasília.

Ele cumpriu parte dos seus objetivos, mas, na medida em que começamos a ter uma série de normatizações em cima desse programa, seja via Judiciário, seja via emendas outras que incidiram sobre o ensino médio, o programa perdeu um pouco daquela qualidade inicial que tinha, ou daqueles objetivos, desculpem, não estou julgando a qualidade, mas daqueles objetivos que eram uma interação muito mais próxima com o ensino médio, em decorrência dessas transformações que foram sendo feitas ao longo dos anos, que eu acompanhei muito bem, porque tive a oportunidade de participar da concepção do programa.

Então, era isso que eu queria registrar, que é muito bem-vindo um projeto de lei dessa natureza. A escola necessita fazer essa interface, com profundidade, com a universidade, que também tem que conhecer a educação básica, porque fica formando professores que chegam lá na educação básica e não tem a mínima noção da educação básica. Então, queremos que um professor trabalhe de forma diferenciada, quando ele é formado de uma maneira bastante clássica.

A percepção que eu tenho, ao longo desses 34 anos de vida, inclusive, eu aprendi a dar aula, dando aula, não foi a universidade que me ensinou e os professores que recebemos na escola, oriundos da universidade, aprendem a trabalhar, conhecem a realidade da escola, muitos se arrependem de ter virado professores, outros comemoram e jamais abandonam a profissão. Na escola. Não foi a universidade que ensinou.

Então, eu entendo que o projeto é muito bem-vindo, mas não pode estar descolado do processo que, inclusive, têm acontecido as discussões que têm acontecido na Casa de uma reestruturação do currículo proposto para a educação básica brasileira.

Era isso.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Desculpem a informalidade na forma de expressão, mas é a forma que a gente conversa com professores, conversa com os alunos, em síntese, que a gente conversa na escola básica.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada. A informalidade ajuda a comunicação e não a prejudica, portanto, acho que nós estamos falando para nós, mas também para todos aqueles que estão nos assistindo. Quanto mais claros, quanto mais simples formos melhor para que essa comunicação ocorra bem.

Antes de passar a palavra ao próximo orador ou oradora, eu vou ler também outro comentário que nos chegou através do e-Cidadania, o portal de interatividade do Senado, de Ailton Marques, do Ceará, que diz: “Sou bolsista do Prouni e gostei dessa ideia. Acredito que, de alguma forma, tenho que fazer valer o investimento que o País fez em mim. Porém, deve-se atentar que alguns bolsistas do Prouni já são professores da rede pública. Portanto, o texto deveria isentá-los dessa obrigação”.

Eu agradeço a participação do Ailton e convido todos os outros que queiram participar a fazerem o mesmo.

Nossa discussão é justamente sobre o PLS. Os dois que falaram não negaram o mérito da ideia, mas expuseram os problemas na sua execução.

Esta é a única ideia de interatividade com a escola pública? – acrescento eu. Quero aproveitar para fazer uma propaganda, puxando a sardinha para o meu lado. Na Bahia, faremos uma audiência pública, já aprovada por esta Comissão, para discutir o projeto de implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, que tem uma nova metodologia. Na ocasião, estará presente também o Secretário de Educação da Bahia. Essa nova metodologia se baseia na organização dos colégios universitários; portanto, numa rede de educação estadual, sua relação e a possibilidade de entrada nessa universidade via colégios universitários.

Essa não é a primeira experiência que ocorre no Brasil, houve outra experiência mais importante, até aqui, em Brasília, sob a inspiração de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro. No entanto, nesse retorno de interação, de compreensão da educação de maneira mais integral e integrada é que buscamos, de alguma forma, essa relação entre a escola pública, especialmente a escola pública de nível médio, e as universidades.

Essa forma pode ser uma, mas certamente não a única. Vamos abrir e continuar a discussão.

Passo a palavra à Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Srª Presidenta Cleuza Rodrigues Repulho.

A SRª CLEUZA RODRIGUES REPULHO – Em primeiro lugar, bom dia a todas as pessoas e à Senadora.

Sou Secretária de Educação em São Bernardo do Campo (SP). A Undime agradece a oportunidade de estar aqui para discutir um projeto como esse, que, como os meus parceiros de Mesa já disseram, Senadora, é importante. A Undime faz apenas alguns questionamentos.

Primeiro, numa das justificativas, é dito que os alunos do Prouni podem ser professores alfabetizadores. Na escola, precisamos de profissionais, e na educação de jovens e adultos também. E nem sempre esses alunos estarão aptos a lidar com alfabetização de jovens e adultos. O que às vezes nós nos perguntamos é: por que ninguém oferece estagiário para hospital? As pessoas acham que na escola qualquer área do conhecimento pode estar inserida em um contexto que nem sempre vai acolher da maneira como deveria.

Então, a nossa preocupação a respeito da proposta é, em primeiríssimo lugar, não substituir os profissionais da educação, que os gestores não possam usá-los para substituir professores. Ninguém quer, e eu acho que não é e jamais seria a intenção do Senador Cristovam Buarque, um projeto que utilize os alunos para cobrir falta de professores.

Em segundo lugar, que eles não sejam os professores das disciplinas, como é a proposta aqui, para a alfabetização de jovens e adultos. As pessoas que não tiveram oportunidade ou que tiveram que sair da escola precisam de toda uma metodologia para se manter na educação de jovens e adultos. Então, muito cuidado com essas questões e principalmente na regulamentação.

A obrigatoriedade também é uma questão a se levar em conta. Não sei o quanto isso pode colaborar. Agora, de alguma forma, esses alunos que receberam um investimento muito grande e essas universidades privadas que receberam recursos públicos, que de deixaram de ser investidos na educação pública, precisam devolver esse recurso de alguma forma.

Por que estou dizendo isso? Porque hoje estamos vivendo a polêmica do Fies e a Undime é favorável à seleção das universidades que recebem o financiamento, porque nós gestores recebemos professores com péssima formação e que tiveram investimento público na sua formação. O Governo em si gasta duas vezes: gasta porque investiu nessas universidades e depois nós gestores temos que investir novamente na formação que não foi adequada.

Então, para ser muito rápida e sucinta, a proposta do projeto é boa, é interessante, devolve, de alguma forma, os recursos que foram investidos, mas acho que temos um longo caminho para discutir a forma. O conteúdo é pertinente, mas, quanto à forma, sempre me preocupa as coisas que vão para escola pública.

Já vivemos neste País a história dos voluntários na escola pública, que não eram profissionais e assumiam lugares de profissionais. Não podemos precarizar, ao contrário. É na escola pública que precisamos dos melhores profissionais para garantir equidade. Aliás, a escola é a única oportunidade de equidade que essas crianças têm. Então, que possamos colocar as pessoas que podem colaborar para essa equidade. Portanto, que esses alunos, que esses estudantes, possam devolver, contribuindo para escola pública e não substituindo os profissionais da escola pública.

Essas eram as nossas considerações.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra ao Sr. Adão Francisco de Oliveira, do Consed.

Quero ressaltar que todos estão cumprindo rigorosamente o tempo.

O SR. ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA – Bom dia. Tentarei fazer o mesmo, Senadora.

Primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade, Senadora Lídice da Mata, de estar presente nesta Mesa com a senhora, com todas as autoridades aqui presentes. É extremamente importante esse debate, essa discussão, sobre uma pauta que, a meu ver, é extremamente pertinente.

Antes de ir para as minhas considerações de fato, gostaria de deixar bem claro que, em que pese eu estar aqui representando o Consed, é preciso dizer que o Consed não tomou, inclusive por conta do tempo, não tivemos nenhuma reunião depois que houve esse convite para participar desta discussão, não existe um entendimento comum dos secretários de Estado da educação, que compõem o Consed, com relação a essa pauta. Então, aquilo que vou dizer aqui, na verdade, evidencia, de forma significativa, a forma como leio a questão.

A Presidente Dilma Rousseff, já agora no seu segundo mandato, tem dado demonstrações, quando trata sobre essa questão da educação, especialmente sobre o Brasil, Pátria Educadora, de que o desenho para se implementar uma política de educação passa necessariamente pela compreensão e pelo investimento na educação integral.

De alguma sorte, essa mesma preocupação permeou o discurso do então Ministro da Educação Cid Gomes. Agora, com o novo Ministro Renato Janine, é possível também perceber, em algumas de suas exposições, a preocupação em se desenhar a educação integral como sendo elemento fundamental de condução da política pública educacional no País.

É muito interessante falar sobre educação integral, porque, convencionalmente, principalmente nesses últimos anos, tem-se feito confusão muito grande entre escola de tempo integral e educação integral, que são duas coisas eminentemente distintas.

Enquanto tempo integral implica incorporação de carga horária, agregando, fundamentalmente, o contraturno, para se estender a experiência de escolarização, geralmente isso acontece, no geral, é óbvio que existem algumas raras exceções, mas no geral acontece que, na incorporação do contraturno, destituído de uma orientação da política pública de educação, não é, de forma centralizada, essa coisa ocorre meio que à revelia do que de fato são os preceitos da educação integral. Então estende-se a carga horária e na extensão da carga horária reproduz-se aquele mesmo sentido de uma formação propedêutica, trazendo para o contraturno mais conteúdo relativo às tradicionais disciplinas que a escola já possui.

E quando nós falamos de educação integral estamos falando de fato de uma formação do ser humano na sua multilateralidade. Isso implica, então, em estender ao processo de formação um conjunto tão significativo de experiências formativas que a escola convencional costuma não trazer como elemento fundamental.

Convencionalmente, a escola forma o ser humano para o aspecto intelectual cognitivo. É uma formação propedêutica de conteúdos que são importantes obviamente, relativos a toda a cultura humana já produzida ao longo da história da humanidade, porém, de uma forma muito destituída de um sentido realmente humanizado desse processo, não é?

E nós acreditamos que a educação integral, essa formação da multilateralidade, implica numa consideração de pelo menos quatro elementos além desse intelectual cognitivo que a escola já replica, já reproduz. Então seriam eles: o emocional-afetivo, elemento fundamental na formação da humanidade, o lúdico-artístico, o físico-motor e o profissional-laborativo. Eu vou trazer mais um, o quinto, e esse é o elemento fundamental que nos articula aqui, que é exatamente o acadêmico-científico. A escola, quando se considera que ela de fato tenha a implicação de trabalhar a educação integral, ela trabalharia então um processo de formação humana que implicaria em pelo menos seis dimensões formativas essenciais para a vasta experiência que todos os sujeitos precisam ter na sua trajetória de vida.

E uma vez que o sexto, a sexta dimensão formativa é justamente essa acadêmico-científica, eu entendo que o projeto apresentado pelo Senador Cristovam Buarque é extremamente interessante, porque ele permite que a educação básica tenha presente um elemento fundamental que é o da experiência e da articulação dos educandos a esse espaço tempo que é a universidade. E todas as prerrogativas que a experiência formativa da universidade permite ao ser humano.

É muito comum e acho que todos nós de alguma sorte passou por uma situação como essa, eu que particularmente entrei na universidade muito jovem não tive esse processo de mediação entre a escola que estudei, era escola pública inclusive, e a minha presença e participação na universidade enquanto universitário e acadêmico. As dificuldades que eu senti foram extremamente significativas e de certa forma, inclusive, no meu primeiro ano de formação, traumáticas, coisa que talvez certamente seria evitado se eu tivesse tido a oportunidade naquela ocasião de ter contato com aquilo que de fato significa e representa a universidade através da presença da pesquisa científica.

Então, eu acredito que o projeto é extremamente importante. Agora eu ecoo aqui todos os colegas que me antecederam. Nós de fato precisamos discutir a forma, porque nem todas as áreas de formação acadêmica, universitária, têm uma incidência positiva no espaço que é a escola da educação básica.

Então é preciso que, de fato, se considere quais são as áreas que obrigatoriamente precisarão ter essa presença através de um plano de trabalho bem elaborado que permita, não só ao aluno, como também ao professor e ao orientador uma participação ativa e positiva no processo de formação escolar.

É isso, Senadora, e muito obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada pela contribuição do representante do Consed.

Quero fazer o registro de que estão assistindo também a esta audiência aqui entre nós representantes da Direção da Fundação Estatal de Saúde da Família da Bahia, o seu Presidente Carlos Alberto Trindade, e mais dois dirigentes: José Santana e Estevão Rodrigues. Sejam muito bem-vindos.

E eu vou, neste momento, solicitar que me substitua devidamente aqui na mesa, legitimamente, a Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente desta Comissão, que presidirá a continuidade desta audiência pública.

Quero agradecer a oportunidade que tive de participar deste rico debate, aqui, com todos vocês. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom, queremos dar nosso o nosso bom-dia, saudar aqui os nossos convidados e, desde já, agradecer a presença de cada um.

Vamos passar imediatamente a palavra para o professor Dilvo, que é o Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC, da SESu.

Com a palavra, o professor Dilvo.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer da minha admiração pelo Senador Cristovam Buarque, pelo trabalho que tem feito pela educação, especificamente pela educação básica, dentre os quais eu destacaria a sua luta pelo piso salarial nacional. E, por essa admiração, acredito que nós temos que olhar para o seu projeto com bastante atenção porque se trata de um militante histórico da educação.

Por isso, tentei seguir os termos da lei tal qual ela está proposta. Eu gostaria de lembrar que o que o texto propõe é o seguinte: ele obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica. Só para a gente ter isso muito claro. Então, tem essa obrigatoriedade de que já falava o professor Ivan.

O projeto tem dois objetivos básicos. Um seria articular os programas federais de concessão de bolsas com as redes públicas de educação básica. Então, buscar essa articulação, que é em geral o que a gente mais busca, de fato. O segundo seria que o estudante beneficiário de bolsas de estudos custeadas com recursos públicos federais fica obrigado a prestar serviços de divulgação, formação e informação científicas e educacionais em no mínimo quatro horas semanais em estabelecimentos públicos de educação.

O Senador justifica a sua proposta dizendo que o que se busca é fazer uso dos milhares de cientistas em formação que estão sendo formados como bolsistas, a um custo bastante alto para o País – são milhões gastos por ano –, para que esses bolsistas possam promover divulgação científica e desenvolver, assim, o gosto pela iniciação científica entre os estudantes da educação básica.

A segunda justificativa seria poder participar de programas de alfabetização de adultos e a terceira seria participar como estagiários em escolas de educação básica. Segundo o Senador, essa seria uma forma de envolvê-los no futuro com as demandas dessas escolas, tornando-se agentes de sua transformação.

A regulamentação de tudo isso é repassada para os órgãos federais competentes, que eu imagino que sejam as secretarias de educação básica e superior do Ministério da Educação, as secretarias estaduais e municipais.

Eu gostaria de fazer dois comentários de duas naturezas. Um comentário de natureza conceitual e outro comentário de natureza operacional. Na questão conceitual, eu gostaria de lembrar os tipos de bolsas que nós temos hoje no País, porque se nós não entendermos a bolsa, nós vamos ter dificuldade inclusive de pensar qualquer possibilidade de operacionalização depois.

Nós temos a Bolsa do Prouni. Hoje nós estamos falando em mais de 600 mil bolsas ativas, todas de estudantes carentes. Nós temos o PIBID, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que é um programa que tem hoje quase 100 mil bolsas, a um custo também significativo, de mais de 400 milhões. Nós temos a Bolsa Permanência, nas Ifes, que é uma bolsa que busca auxiliar os estudantes a permanecerem, são estudantes carentes também, nas instituições, para que não abandonem os seus estudos por falta de condições de permanência, aqui estamos nós falando em torno de 13 mil bolsas. Temos a Bolsa Permanência do Prouni, o que é a Bolsa Permanência do Prouni? É aquele estudante prounista que conseguiu entrar, mas que é tão pobre que ele tem, mesmo assim, dificuldades de se manter no campus, então ele também recebe uma Bolsa Permanência, estamos falando também algo em torno de 7, 8 mil bolsas, nesse momento, ativas. Temos, além disso, a Bolsa PET, que é uma bolsa de outra natureza, temos 843 grupos PET, para ter ideia das bolsas, teríamos que multiplicar cada grupo por 12. Isso dá quanto? Dá cerca de 9 mil bolsas, 9.600, por aí. Temos o Promisaes, a Bolsa Promisaes, que é uma bolsa para estudante de convênio que vem para o Brasil e que tem dificuldade de se manter. Além disso, temos Bolsa da Universidade Aberta do Brasil, bolsas de tutores, muitos alunos de pós-graduação envolvidos nisso. Temos a Bolsa de Iniciação Científica do PIBIC, que já foi citada, do CNPq. Temos o sem Fronteiras, o Ciência sem Fronteiras, temos aí mais de 100 mil bolsas, um pouquinho mais de 100 mil bolsas. Além disso, todas as bolsas de mestrado, as bolsas de doutorado e podíamos citar as bolsas de monitoria, em geral, são bolsas que as próprias instituições federais oferecem internamente, junto com bolsas de extensão, que vêm via projetos de extensão e o Governo Federal tem um grande projeto, que é o ProExt, que já desenvolve, e outras bolsas, Bolsas de Iniciação Científicas internas, são os BICs, que não são os PIBICs, mas são BICs.

E, por exemplo, nós estamos trabalhando na Secretaria de Educação Superior na criação de uma bolsa de apoio acadêmico, em função da Lei das Cotas, que estamos trazendo mais gente pobre e algumas pessoas com dificuldades acadêmicas, e cabe um programa de apoio acadêmico para que eles possam a trajetória até a aprendizagem.

Então, vejam que nós estamos falando aqui de um conjunto de questões que teriam que ser analisadas. Cada um desses programas é um mundo próprio, com muitas peculiaridades e eu não vou, evidentemente, aqui poder entrar em todos os detalhes, mas além dessas bolsas, nós temos outros auxílios e que não são auxílios pequenos.

Por exemplo, o PNAES, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que hoje está orçado em R\$895 milhões, a metade dele vai para assistência direta ao estudante, vai como auxílio. Ele não é exatamente uma bolsa, mas ele é um auxílio direto ao estudante. Além disso, a outra metade vai para auxílio indireto. O que é que são os auxílios indiretos? Bom, pode ser auxílio para o restaurante universitário, por exemplo, auxílio-transporte, auxílio de apoio pedagógico ou psicológico para estudantes.

Então, os auxílios indiretos também são uma contribuição feita pelo Governo Federal através das universidades e há outros auxílios, que são auxílios diretos com recursos das próprias instituições.

Portanto, a pergunta que eu tenho, na parte conceitual, seria basicamente esta: se o art. 2º se aplica a todas essas bolsas? Bom, se ele se aplica a todas essas bolsas, do jeito que está escrito ele se aplica, nós teremos grandes dificuldades, pois se tratam de bolsas muito distintas.

Por exemplo, para os estudantes carentes, nós temos o Prouni, a Bolsa Permanência e o Promisaes, que são bolsas de inclusão social. Mas nós temos outras bolsas que têm uma natureza mais meritocrática, ligada à qualidade acadêmica ou à identificação de talentos, como, por exemplo, a bolsa de iniciação científica, o PET, as bolsas de doutorado, entre outras.

A bolsa do PIBID, por outro lado, é uma bolsa específica. São 100 mil bolsas, mas ela já foi criada, e eu quero dizer que eu fui o formulador do primeiro edital do PIBID, quando fui diretor da Capes, então, conheço o programa muito bem e sei da dificuldade que foi a sua implantação no início, talvez, um dos programas de bolsas mais elogiados hoje, pela aproximação da universidade...

(Soa a campanha.)

Tenho mais um minuto, não é?

Agora, esse programa já prevê isso. Então, ele é voltado para os estudantes das Licenciaturas. Portanto, eles já fazem.

Então, vejam que já não dá para aplicar para todos os programas e, como ressaltou o prounista que entrou em contato aqui, quer dizer, nem todos estão na área das Licenciaturas, mas alguns já estão. Mas, para esses, evidentemente, seria muito mais diretamente aplicado. Também foi a intervenção do nosso Secretário aqui, o Adão, que destacou que nem todas as áreas têm uma incidência positiva, direta na vida da escola.

Enfim, nós temos várias categorias de bolsas e nós teríamos que olhar.

Então, nos meus comentários sobre isso – e, aí, eu vou terminar dentro de um minuto se a Mesa me der o tempo –, eu gostaria de dizer que eu vejo com dificuldade a mesma exigência para bolsistas tão distintos. Prounistas são estudantes carentes, em grande parte pretos, pardos e indígenas, alunos trabalhadores, oriundos da escola pública, todos da escola pública, não é grande parte, todos, mas muitos são trabalhadores. Eles têm obrigações no tocante ao seu sucesso, no curso, por exemplo, tempo limitado para conclusão, não podem reprovar por frequência ou mais do que um percentual nas disciplinas. O mesmo pode ser dito dos beneficiários do Bolsa Permanência e do Promisaes.

Conseguir fazer com que esses alunos concluam com sucesso os seus estudos, nestas condições, já é uma vitória individual e um grande benefício para o País, e isto, evidentemente, é muito diferente dos outros tipos de bolsas.

E ainda há o PIBID, como já mencionei, que já prevê como atividade central, o envolvimento, e aqui eu quero fazer um destaque, o envolvimento planejado, orientado, acompanhado, monitorado e avaliado do estudante na escola. Não é largar o estudante. Por isso que o PIBID é tão caro, ele custa caro. Não caberia exigir dele mais quatro horas por semana.

Eu penso que, a se manter o projeto, teríamos que dar uma maior fineza de definição para os bolsistas que ficarão obrigados a prestar as quatro horas, ou então deixar explícito no texto que caberá ao MEC definir a extensão da aplicabilidade, a se manter o texto. Na forma como está, todos teriam que participar.

E um comentário geral final. Primeiro, a ideia do envolvimento dos estudantes com a escola pública me parece interessante, com forte potencial para construção de uma universidade mais cidadã e comprometida com a sociedade. A dúvida é se isso, por questão de tratamento isonômico, também não devia se aplicar a todos os estudantes que recebem auxílios federais. As dificuldades da escola pública brasileira são tantas que os seus gestores diretos e os responsáveis pelos sistemas precisam ser ouvidos e envolvidos, caso essa proposta avance.

A viabilidade operacional da proposta precisa ser cuidadosamente estudada para que a lei não vire letra morta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Queremos agradecer ao Prof. Dilvo sua participação.

Indago a Senadora Ana Amélia, como Relatora da matéria, se quer fazer uso da palavra, bem como ao Senador Donizete, para que possamos concluir os nossos trabalhos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cara Presidente desta audiência pública, Senadora Fátima Bezerra, sou uma das requerentes junto com o autor deste projeto, Senador Cristovam Buarque, com o Senador Anastasia, mas a nossa agenda nesta Casa diria que não é digna de seres humanos. Mas, enfim, estamos sempre reclamando e a situação não muda. O pior é isso.

Eu estava na Comissão de Constituição e Justiça, depois de ter passado pela CAS, com relatoria minha, na área do MEC também, que tratava de estágio, casualmente com afinidade com isso, Prof. Dilvo. Suspendi a matéria, porque o próprio Governo e o MEC haviam feito advertências e eu abrir para discutir com o MEC, talvez admitindo a prejudicialidade, porque trata de estágio também. É um projeto do Senador Paulo Paim.

Então, às 8 horas estava no Ministério da Saúde com o Ministro Arthur Chioro, tratando de doença, dos problemas relacionados ao SUS. Saí de lá, vim para a CAS, para fazer isso, e da CAS para a CCJ, onde estava um projeto de minha autoria, que foi votado e aprovado por 21 dos 23 votos ali dados. Agora estou aqui e lamento profundamente não ter acompanhado toda a audiência pública. Tenho certeza, pois conheço grande parte dos expositores, de que teria sido muito rico, mas com minha assessoria do meu gabinete aqui desde o começo, mais a assessoria legislativa do Senado Federal, seguramente o Senador Donizete também me ajudará nisso, a Senadora Fátima que também conhece, comporemos com esta colaboração dos senhores.

Compete a mim apenas e tão somente agradecer profundamente a presença dos senhores e a colaboração que deram. Entendam também a nossa agenda aqui, que não é absolutamente nenhum tipo de omissão, nenhum tipo de desconsideração. Ao contrário, se pudéssemos teríamos a capacidade da bilocação, estarmos

ao mesmo tempo em vários lugares. Mas a natureza não permite isso e vamos ter de conviver com nossas deficiências.

Agradeço muito, muito, Senadora Fátima, por esta audiência pública. Adotaremos algumas das recomendações aqui na confecção deste relatório.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Senador Donizete.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – A primeira explicação que eu tinha que dar a Senadora Ana Amélia já deu, porque, é incrível, eu participo neste momento de duas comissões e ainda tinha que ir ao Palácio do Planalto, porque seria lançado um programa importante, o Matopiba, que envolve o Tocantins, o Pará, o Maranhão e a Bahia, e o programa de defesa agropecuária também...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu também estava convidada, mas não deu para ir, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Que também diz parte de uma comissão que inclusive coordeno, pelo lado do PT, que é a Comissão da Agricultura.

Mas, embora eu não tenha acompanhado, tenho ouvido no dia a dia, algumas observações, que provavelmente vocês já tenham respondido.

Uma é que isso pode afastar pessoas de quererem a bolsa, porque têm essa contrapartida a dar; a outra é que o tempo exigido também é muito grande; e a outra é que as escolas não teriam também esse tempo prático para oferecer o espaço para dar essa contrapartida.

Eu compreendo e quase que aceito todas as argumentações. Mas penso que tudo é preciso ser aproveitado em partes.

Eu li um livro do Adam Schaff, do Clube de Roma, *A Sociedade Informática*, se não me engano, em que ele diz que, na medida em que a humanidade se desenvolve e que há os processos de informatização, de mecanização e da robótica, isso vai fazer com que o ser humano não tenha que se ocupar tão cedo. Até porque também a longevidade do homem e da mulher, de cada cidadão, passa a ser maior, porque nós vimos aprimorando um sistema de saúde, nós vimos melhorando a qualidade de vida. Então, a gente teria que retardar a presença do jovem na empregabilidade.

No caso aqui, eu penso que a gente não pode querer tudo que está no projeto, mas pode aproveitar uma parte, diminuir o tempo. Porque eu fico com a impressão de que a sociedade, às vezes, financia, banca, e no final, boa parte vai para a iniciativa privada, engorda os cofres dos donos dos meios de produção, dá um retorno indireto via impostos. Mas, para mim, isso não é suficiente, visto que nós temos carências do conhecimento em parcela significativa da população.

Então, eu penso que aqui, no Senado, a gente pode debater e aproveitar um pouco disso tudo que vocês trouxeram aqui hoje, aprimorar esse projeto e até revê-lo, porque quer me parecer também que ele tem que ser iniciativa de uma PEC, e não de um projeto de lei. Então, é uma coisa também que a gente precisa observar.

Mas no fundo, eu quero agradecer aqui a presença do meu Secretário de Educação do Estado do Tocantins e quero dizer para as colegas Senadoras e para os debatedores presentes que eu acredito que o Prof. Adão vai fazer, a partir do Estado do Tocantins, uma intervenção no processo de educação do País, pelo que vem sendo discutido, pelo que está pretendendo implementar, que tem apoio integral do Governador neste momento. Então, eu acho isso importante.

Meus parabéns, Prof. Adão, agradecendo a sua presença, como a de todos os outros debatedores e a Senadora Fátima, que é um esteio, uma determinada nesse negócio da educação. Então, eu estou aqui para colaborar, ouviu, Senadora? Você dá as ordens e eu vou cumprindo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senador Donizete, Senadora Ana Amélia.

O Senador Hélio chegou agora. V. Exª quer dar uma palavrinha? Por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Rapidinho. Primeiro, eu queria pedir desculpas a esta Comissão, porque os trabalhos aqui são simultâneos. Eu sou membro da Comissão de Direitos Humanos e sou membro da Comissão de Infraestrutura, que também estão ocorrendo neste momento.

Eu queria parabenizar a nossa Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente desta Comissão, pela condução dos trabalhos; cumprimentar meu querido Reitor da UnB, meu colega de turma, Ivan de Toledo Camargo, que está aqui representando a nossa universidade; o nosso querido Prof. Júlio, Secretário de Educação do Distrito Federal; a Cleuza e também os nossos queridos Adão e Dilvo. É do Tocantins?

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Não, do MEC.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Ah, do MEC.

E queria só deixar claro que esse programa de bolsa é muito importante, precisa do nosso apoio.

Eu queria falar com você, que é servidor do MEC, que aqui em Brasília, com a vênia do Prof. Júlio, que é o nosso Secretário de Educação do nosso Governador, a gente está fazendo um programa ousado de educação, com relação à utilização de energia fotovoltaica, com relação às energias alternativas, que nós vamos estar implantando.

Que este ano, nas minhas verbas orçamentárias, eu coloquei quase R\$5 milhões para a gente beneficiar 17 escolas, vamos ter, inclusive, um debate sexta-feira com os diretores, coisa e tal, pois é meta do nosso Governador, que até o final dos quatro anos a gente coloque em todas as escolas do DF.

E eu gostaria que V. S^a passasse ao Ministro da Educação, que eu gostaria de fazer uma audiência com ele, para a gente discutir esse processo no Brasil inteiro, com relação às escolas, que têm dificuldade em pagar energia elétrica e com relação, também, a outras áreas importantes para a educação, as creches, etc e tal.

Quero dizer que o Prof. Ivan tem uma parceria com a Alemanha no sentido de fazer a primeira escola de energia solar aqui, na UnB, isso é de altíssima relevância, nós precisamos estar discutindo essa nova matriz energética.

E, finalizando, dizer que estou aqui para apoiar essa questão da importância dos bolsistas, da importância desse processo que o Ministério, que a Secretaria de Educação, que a UnB, que todos vem fazendo.

Então, conte com o meu apoio, Senadora Fátima, muito obrigado, e desculpa pelo atraso, e não ter podido acompanhar esta audiência como um todo.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Hélio, obrigada pela sua participação.

Eu quero aqui, antes de mais nada, dar conhecimento a esta Comissão que o Senador Cristovam, o autor do projeto em discussão, neste exato momento, não encontra-se presente, Senadora Ana Amélia, porque ele está, exatamente, neste período, de 5 a 7 de maio, participando da reunião do Conselho da Universidade das Nações Unidas, do qual ele é membro, a realizar-se na sede na Unesco, em Paris. Ele até diz aqui: "Informo, por oportuno, que a minha participação no referido evento não representará qualquer ônus financeiro para o Senado Federal". Enfim, aqui são as justificativas dele, essa é a razão pela qual ele não se encontra aqui hoje.

Mas eu perguntaria aqui aos nossos convidados, se os senhores e as senhoras querem ainda fazer uso da palavra para alguma consideração final, alguma observação? (*Pausa.*) Não?

Bom, então, nós queremos aqui concluir, mas, antes, eu quero me associar aqui tanto à Senadora Ana Amélia como aos demais Senadores também no sentido de pedir a compreensão pelo fato de não ter conseguido chegar aqui desde o início da audiência, em função, exatamente, dessa agenda extremamente intensa que a gente tem.

Além da Comissão de Desenvolvimento do Turismo, de Infraestrutura da qual eu faço parte, também, da CCJ, hoje, também, está acontecendo uma reunião de caráter muito especial, me refiro à audiência pública que está, inclusive, se realizando, ainda neste exato momento, na Comissão de Direitos Humanos, da nossa Casa, que trata, exatamente, do episódio lamentável ocorrido no Paraná, semana passada, que afetou dezenas e dezenas de colegas professores. Refiro-me ao ataque violento que os professores daquele Estado sofreram por parte da Polícia Militar e que, portanto, está sendo objeto de discussão aqui na Comissão de Direitos Humanos, até porque entendemos que o Congresso Nacional não pode se omitir e deve se posicionar diante de atos de violações, como, de fato, foi o que aconteceu na cidade de Curitiba, no Paraná.

Entretanto, quero fazer minhas aqui as palavras da Senadora Ana Amélia e, primeiro, agradecer demais a presença do nosso Prof. Ivan Marques, Reitor da UnB, universidade que, até pelo fato de ser sediada em Brasília, tem sido uma parceira muito importante aqui no debate programado, enfim, nas iniciativas em prol da educação, que são realizadas tanto no âmbito da Comissão de Educação do Senado como no âmbito da Comissão de Educação da Câmara.

Igualmente quero agradecer também ao Prof. Júlio, o nosso Secretário de Educação aqui do Distrito Federal; à Prof^a Cleuza, que, aqui, fala em nome de uma entidade muito importante, uma entidade que representa os dirigentes municipais de ensino pelo País afora, então, muito importante a presença da Prof^a Cleuza aqui; assim como do Prof. Adão, o Secretário lá de Tocantins, que fala aqui também em nome dos secretários estaduais de educação; e do Prof. Dilvo, que é a pessoa mais apropriada, neste momento, para participar desse diálogo, porque ele cuida das políticas e programas de graduação da Secretaria de Educação, Senadora Ana Amélia, no caso lá da SESu, Secretaria de Ensino Superior.

O fato é que, quando eu, a Senadora Ana Amélia, que é a Relatora, o Senador Cristovam, que é o autor, e o Senador Anastasia também tomamos essa iniciativa de realizar esta presente audiência pública foi com o intuito de aprofundar mais a discussão, aprofundar mais a análise em torno do projeto.

Evidente que todos nós aqui reconhecemos o caráter meritório que tem o projeto apresentado – não é, Senador Donizeti? – pelo Senador Cristovam. Entretanto, exatamente pela sua complexidade é que há necessidade de a gente aprofundar mais esse debate, o que fizemos aqui hoje, e com toda legitimidade com um debate desse carece. Eu digo legitimidade por quê? Porque não tenho nenhuma dúvida que a Senadora Ana Amélia não vai, enfim, apresentar o seu parecer final sobre uma matéria dessa envergadura sem levar em consideração o que disse aqui a voz que representa os secretários de educação de todos os Municípios do Brasil, assim como a posição dos secretários estaduais de educação, a posição das universidades, aqui, inclusive, expressa pelo professor da UnB, e o diálogo com o MEC, porque não adianta só a gente aprovar por aprovar. Repito, a ideia é extremamente meritória, mas nós temos que ver qual o grau de operacionalidade com a ideia do projeto.

O Senador Donizeti mencionou um aspecto, aqui, importante, Senadora Ana Amélia, que deve ser levado em consideração, que é o alerta que alguns especialistas têm levantado acerca de iniciativas legislativas que dizem respeito à questão da prestação do serviço civil obrigatório. É importante a gente refletir sobre isso, porque alguns estudos em curso colocam que versar sobre matérias dessa natureza, na visão deles, isso remeteria a uma iniciativa de amplitude maior, que seriam iniciativas de mudanças na Constituição, portanto, seriam iniciativas, digamos assim, de emenda constitucional. Eu estou apenas mencionando isso, porque é nosso dever refletir sobre isso.

Segundo, também, dentro desta visão de fazer com que a ideia não vire letra morta, porque, de repente, a ideia é muito bonita, mas este País está cheio de leis que não passam de belas intenções, que não passam de boas ideias, então, também nessa perspectiva de que essa lei, repito, não tenha esse rumo, ou seja, que ela não vire uma letra morta, há um debate também em torno da matéria e que propõe, por exemplo, a criação de um banco de talentos, ou banco de bolsistas, que seria, claro, formado por beneficiários com proposta de trabalhos elaborados por eles para serem implementados com crianças e jovens ou com seus professores.

Ou seja, Prof. Júlio, a partir da ideia desse banco, as escolas e os sistemas poderiam buscar os colaboradores, Prof. Adão, levando em consideração tanto a questão do currículo escolar, claro, sintonizado com o projeto pedagógico que desenvolve.

Enfim, certamente a Senadora Ana Amélia terá toda a sensibilidade, do ponto de vista de analisar melhor este aspecto do projeto, que é o conceito da obrigatoriedade.

Sem maiores delongas, portanto, quero agradecer, Senadora Ana Amélia, porque o que nós queríamos era exatamente isto: ouvir aqui a colaboração de cada um dos senhores e da senhora, colaborações essas que estão devidamente anotadas para que possamos levar em consideração tanto quando do parecer da Senadora Ana Amélia, como depois, no momento em que os Senadores irão se posicionar através do voto.

Então, nosso agradecimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senadora Fátima Bezerra, pela ordem.

Eu só queria registrar, Senadora Ana Amélia, a senhora já está quase saindo, que seria muito importante para os demais membros do Plenário aqui a gente não gerar essas grandes dificuldades para os alunos carentes que dependem dessas bolsas, porque essa obrigatoriedade vai fazer com que o cara que já sofreu o pão que o diabo amassou para se formar, que é o pobre, está certo, de repente, vai estar numa situação mais complicada depois que se formou, da subsistência, da vida.

Então, eu gostaria de fazer um apelo à Senadora Ana Amélia, que ela preveja alguma coisa, como o Mais Médicos, alguma coisa assim que a pessoa tenha, no mínimo também alguma remuneração, alguma coisa que ele preste o serviço e tenha alguma coisa de retorno, porque, senão, vai ser um caos.

Obrigado, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Duas informações. Obrigado, Senador.

Cara Presidente, queria dar duas informações. O Senador Donizeti aqui questionou a questão da constitucionalidade em relação ao serviço prestado pelo bolsista. As matérias são submetidas aqui, no Senado, ao contrário da Câmara, antes à Comissão de Constituição e Justiça. Ao ser examinada pela CCJ, são examinados exatamente pela natureza dessa Comissão se ela é ou não constitucional. Então, quanto a isso não há o que discutir.

A questão que o Senador Hélio José trás remete também à Lei do Estágio, a Lei do Estágio que tem um pouco do mesmo sentido, que hoje estava se ampliando para alguns benefícios. O MEC é contra porque estabelece uma relação de emprego se você pagar. E aí, se vai para uma prefeitura, se vai para uma empresa, onera, porque o que é o estágio? O estágio já é uma, digamos, condição de aprendizado, o estágio é uma extensão do ensino. Já tem a regra e a Lei do Estágio.

Então, eu estava fazendo lá a relatoria e pedi, retirei de pauta exatamente porque o MEC trouxe alguns elementos que a gente pode estabelecer. Aqui, o Prof. Dilvo trás assim: pode você fazer isso, e quem vai defi-

nir como será feito vai ser o MEC, você atribui ao MEC a responsabilidade pela implementação. É um caminho, porque é ele que gere a questão também de bolsas em outras instituições.

No caso aqui, eu, o espírito da lei... Eu sou bolsista, eu só estudei graças à bolsa de estudos. E a primeira bolsa que eu ganhei, Senador Hélio José, eu escrevi uma carta a um líder político do Rio Grande que foi uma das pessoas que mais cuidou de educação. Chama-se Leonel de Moura Brizola. Eu tinha 12 anos de idade, mandei essa carta para ele. Filha de família pobre que não podia estudar, e eu só podia estudar, continuar estudando num colégio porque era o único colégio que tinha depois de eu ter terminado a escola fundamental numa escola pública, um grupo escolar na época, que se chamava assim, e escrevi a carta para ele. Eu tinha 12 anos, eu recebi a resposta. Minha família não sabia, porque tinha umas questões de política, eu não entendia nada. Eu ganhei essa bolsa de estudos e estudei.

Sabe o que eu escrevi na carta com 12 anos, Senador Donizeti? Eu disse assim: "Olha, eu quero essa bolsa, e, quando eu acabar os meus estudos, eu quero trabalhar para pagar o que eu fiz com o trabalho." Porque eu fiz o curso normal, eu fiz o curso de professora, na época curso normal. Eu tinha a sensação de um dever que eu tinha para o Estado, porque eu tinha 12 anos de idade, e essa carta... Eu queria fazer isso, mas não havia legislação, não havia nada. Quando eu terminei, já eram as outras coisas, tudo tinha mudado.

Então, eu quero dizer que o Senador Cristovam, ex-reitor da Universidade de Brasília, um educador emérito, para quem eu aqui me curvo, porque ele é realmente uma pessoa especializada nisso, está lá na reunião da Unesco, o que ele quis, convivendo com a universidade, convivendo com isso? Quem é que está na universidade? Aí ele disse assim: não, eu não estou falando agora, porque agora temos cotas, todas as cotas, mas antes, quem estuda em universidade federal são pessoas de maior posse, que podem se preparar e estudar, Senador. É onde há carro chique, bonito, do último ano. Eu tive que, também por bolsa de estudos, fazer faculdade, porque tinha que trabalhar de manhã, à tarde e à noite, para ir para a aula à noite.

Então, o que é na verdade isso? O espírito do Senador Cristovam, que eu entendo, é compartilhar um benefício que a sociedade pagou; os pobres pagaram para que esse jovem tivesse o direito de fazer uma faculdade de Medicina pública, ou uma faculdade de Engenharia pública, e ganhado mais ainda para fazer um Ciência sem Fronteira; uma bolsa no exterior, isso é um privilégio no nosso País, gente. Assim, esse jovem que ganhou tudo isso também da contribuição dos pobres, porque tudo isso é do imposto, então, esse jovem poderia ir para uma escola municipal fazer uma espécie de voluntariado com tempo, duas horas, desenvolver esse espírito de colaboração, de generosidade, de retribuição. Que fosse por um mês, mas daria a ele uma condição de entender o que é solidariedade.

Eu vejo essas coisas por esse lado, eu não vou pelo lado do é constitucional, não é constitucional, vamos limitar, coitado. Claro que, como o professor lembra aqui, o jovem pobre que está ali porque está em uma situação de fragilidade social, ele tem que sair dali correndo para trabalhar para dar uma renda para a família. Vamos tirar este, mas aquele que está em uma situação absolutamente confortável, eu penso que nós temos que ter um pouco dessa generosidade, que defendemos em algumas coisas e esquecemos nas outras.

Portanto, é uma coisa singela, Senadora Fátima Bezerra, isso na provocação do Senador Hélio José, porque eu penso que a vida tem que ser entendida dessa forma e a responsabilidade da cidadania se dá também pela generosidade que temos na repartição daqueles privilégios que nós recebemos.

Muito obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senadora, eu compartilho com o que V. Exª colocou; eu fiz algumas considerações no sentido de como a gente fazer para melhorar. E o levantamento em relação à constitucionalidade é porque, se é uma coisa obrigatória, então, a gente precisa discutir isso; mas eu compartilho.

Também acho que diminuir o tempo, e mesmo para aquele, e acho que ele será mais solidário do que os outros, esse que a senhora destacou, tendo uma bolsa ele já sai trabalhando, já sai tendo uma remuneração porque ele vai ter uma bolsa para isso. Então eu acho que é muito importante o debate, quero aprofundar, eu sou muito leigo nessas coisas, quero aprofundar, mas eu partilho disso.

Uma das razões pelas quais eu fui fazer política, fui me envolver com política partidária, é porque eu considerava que eu tinha um débito com a sociedade de contribuir, porque eu sempre estudei em escola pública. Quando eu ia estudar em uma escola privada, na Universidade do Tocantins, que era uma fundação, nós fizemos uma revolução lá e federalizamos a universidade.

Então, eu considero isso fundamental; partilho disso que V. Exª falou, Senadora Ana Amélia, em número, gênero e grau. E acho que nós temos que achar o jeito certo de fazer isso, para não ser só uma lei que não vai ter aplicabilidade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Para ficar claro, Senadora Ana Amélia, não há singeleza, não. O problema é o seguinte, que o critério de uma bolsa é exatamente a gratuidade e para quem precisa, senão, não seria bolsa, e para os trabalhadores carentes.

Da forma que V. Ex^a colocou, eu acho legal, voluntariado, não a pessoa ser obrigada a fazer um serviço sem a remuneração devida, sem condição de ter um retorno para a sua sobrevivência. Dessa forma, acho que o espírito é altamente importante.

Eu mesmo sou aluno pobre, de família humilde, fiz a UnB, tive que estudar muito para chegar à UnB, para ser o engenheiro eletricista que sou, tenho mais de 32 anos de servidor público concursado, mas acho que, se eu tivesse que trabalhar os quatro anos que fiquei na UnB sem remuneração, seria muito difícil, naquela época, para a minha sobrevivência, não daria para ser, não seria uma bolsa.

Então, a gente precisa discutir essa questão. Acho que um voluntariado, num tempo mais curto, numa hora em que dê para conciliar o trabalho – vamos supor um médico – em seu escritório e um voluntariado para fazer a contrapartida, acho excelente, essa ideia tem total apoio da gente.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Mais uma vez queremos agradecer a importante colaboração dos nossos convidados e declaramos encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2015.

Às onze horas e dezenove minutos do dia doze de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a deliberação da pauta pelos itens não terminativos aguardando quórum para a votação dos projetos terminativos. **Item 2: Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 55 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer, pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011, é aprovado. Fica mantido o texto aprovado por esta Comissão, em caráter terminativo, em 3/7/2012. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Vieira da Cunha, que “Inscrive o nome de Leonel de Moura Brizola no Livro dos Heróis da Pátria e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para prorrogar de 2 (dois) para 3 (três) anos o prazo máximo de duração do estágio no mesmo concedente”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária”. A relatora designada, *ad hoc*, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 7: Requerimento nº 36/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer “(...) nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – CE, destinada a debater os Jogos Mundiais Indígenas, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Hector Franco, Secretário Extraordinário dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; Representante dos atletas indígenas da etnia Xerente; Representante do Ministério da Justiça; Representante do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena; Representante do Ministério do Esporte”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, os Senadores Telmário Mota e Donizeti Nogueira, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento ao Requerimento nº 36/2015-CE, o que é

aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 13**). **Item 8: Requerimento nº 40/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal nº 26, de 2015, aprovado em 14 de abril de 2015, a inclusão como convidado o Sr. Osvaldo Barreto Filho, Secretário de Educação do Estado da Bahia". O Requerimento é aprovado. **Item 9: Requerimento nº 44/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal nº 24, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, aprovado em 14 de abril de 2015, a inclusão dos seguintes convidados: Representante do CETAD – Observatório Baiano sobre Substâncias Psicoativas; Renato Malcher Lopes, professor adjunto do Departamento de Fisiologia da Universidade de Brasília (UnB); e Luís Fernando Farah de Tófoli, professor da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria". O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento ao Requerimento nº 44/2015-CE, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 14**). **Item 10: Requerimento nº 45/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer "(...) nos termos regimentais, e na qualidade de relator, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir o PLS nº 417/2013, de autoria do senador Randolfe Rodrigues, que 'Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura'. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Dr. Pedro Dallari – Coordenador da Comissão da Verdade; e 2. Dr. José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça". O Requerimento é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 46/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer "(...) nos termos regimentais, e na qualidade de relator, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir o PLS nº 120/2015, de autoria do senador Davi Alcolumbre, que 'acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências'. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Dr. Jaime Cesar de Moura Oliveira – Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; 2. Dr. Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação do Comércio – CNC". O Requerimento é aprovado. **Item 12: Requerimento nº 47/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Ana Amélia, que requerem "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o tema 'A Educação e a sensibilização da sociedade sobre o dia 10 de maio – Dia do Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES o apenas Lúpus) uma doença autoimune que mata". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 48/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Telmário Mota e Donizeti Nogueira, que requerem "(...) nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 36/2015-CE, a inclusão de representantes da Fundação Nacional do Índio e do Governo do Estado do Tocantins para participar na Audiência Pública destinada a debater os Jogos Mundiais Indígenas". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 49/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015 de autoria do Senador Lasier Martins, sobre a realização de Audiências Públicas nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir o PLC 37, de 2013, que 'dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas', seja incluída a Presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP, Dra. Mariza Monteiro Borges". O Requerimento é aprovado. Logo após, a presidência passa à leitura dos comunicados. **Comunicado 1:** "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do aviso, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 020.808/2014-3, na Sessão Ordinária de 18/3/2015. Acompanha este Acórdão Relatório e Voto proferido pelo Tribunal, que trata de fiscalização na modalidade levantamento, realizada com o objetivo de produzir Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Educação, referente ao exercício de 2014 (FiscEducação). Os Senadores que desejarem cópia do Aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Aviso vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Ricardo Berzoini, e do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro, para o 'Cerimônia de Assinatura da Portaria Interministerial que Regula o Canal da Educação', a ser realizada no dia 14 de maio de 2014, quinta-feira, às 10h, no Auditório Lourenço Nassib Chehab do Edifício-Sede do Ministério das Comunicações – Esplanada dos Ministérios, Bloco 'R' – Brasília/DF. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Convite vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 134,**

de 2014 e Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Presidente, Senador Romário, eu sou Relatora de dois itens da pauta de hoje, o item 2 e o item 4. Como temos a sabatina com o candidato ao Supremo Tribunal Federal – eu sou da CCJ também e imagino que outros Senadores da mesma forma –, e também um evento do Palavra Aberta, na Câmara dos Deputados, em que eu faço parte de um painel, queria solicitar a V. Exª, com a aquiescência, claro, dos colegas, que me permita fazer a relatoria dos itens 2 e 4, porque são temas já bem examinados. Eu a farei com a brevidade necessária, para facilitar a análise dos colegas Senadores e Senadoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora. Nós já iríamos começar com os Senadores presentes e V. Exª é a primeira.

Item 2.

ITEM 2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2015

– Não terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 55 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011.

Observações:

1 – Na reunião do dia 3/7/2012, o PLS 572/2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, foi aprovado por esta Comissão em caráter terminativo.

2 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

3 – A proposição constou na pauta da reunião do dia 5/5/2015.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vou simplificar, Senador Presidente Romário e colegas Senadores.

Ao resgatar a proposta original do Senador Paulo Bauer, não se trata aqui de distinguir um e outro trabalho. Não houve, a nosso juízo, nenhuma alteração substantiva no substitutivo da Câmara, a não ser uma modificação na redação final que traz referência à atualização da lista, ao longo do ano letivo, pelos pais ou responsáveis da criança. Tirando isso, não houve nenhuma questão e alteração de mérito no substitutivo da Câmara. Por essa razão, tão somente por essa razão, estamos mantendo o projeto original do Senador Paulo Bauer, que foi elaborado em 2011 e teve como, digamos, inspiração o que aconteceu naquela tragédia da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no seu Estado, Rio de Janeiro, uma tragédia que abalou o País.

Então, é apenas isto: os pais, ao fazerem o registro de matrícula da criança no ensino fundamental e básico, dizem quem pode estar na escola tratando dos interesses do aluno, se é o pai ou a mãe, ou o irmão mais

velho ou outra pessoa responsável. É muito singelo, mas isso dá uma garantia e uma segurança num momento em que os casos de violência, de sequestro envolvendo crianças também têm perturbado nosso País.

É nessa medida que mantivemos o projeto original do Senador Paulo Bauer e manifestamo-nos pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2015, mantendo o que foi aprovado aqui.

Essa matéria é relevante, já pode a Comissão deliberar sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, pela rejeição do substitutivo.

Passamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2014

– Não terminativo –

Inscribe o nome de Leonel de Moura Brizola no Livro dos Heróis da Pátria e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.

Autoria: Deputado Vieira da Cunha

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável.

Observações:

Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente Senador Romário, caros colegas Senadores e Senadoras, é muito caro para mim, que fui bolsista de Leonel Brizola, que governou também seu Estado, Rio de Janeiro, fazer esta relatoria.

O Deputado Vieira da Cunha, Presidente do Partido criado por Brizola e hoje Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, ao formular este projeto, fez justiça a um político do nosso Estado que, ao longo de sua vida, sempre esteve compromissado não apenas com a educação, ele, um engenheiro que estudou em escola pública e criou as condições de tornar a educação uma política prioritária, não só no Rio Grande do Sul, mas também no País, especialmente no Rio de Janeiro. Os CIEPs, criados por Brizola, escolas em turno integral, dão a medida muito clara desse compromisso, tendo se transformado numa espécie de modelo para o Brasil inteiro.

Penso que a proposição de incluir o nome de Lionel Brizola no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves aqui, em Brasília, é mais do que merecido.

Queria sublinhar: o art. 2º do projeto altera a Lei nº 11.597, de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no *Livro dos Heróis da Pátria* no sentido de estabelecer, no *caput* do art. 2º da referida norma, que a distinção poderá ser prestada a partir de dez, em vez de cinquenta anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

A lei já está trazendo um dispositivo que o Governo levantou em função de não ter decorrido o prazo exigido pela lei, que é de cinquenta anos, já está fazendo não só a indicação de Brizola como herói nacional, herói da Pátria, mas também a alteração do prazo decorrido, o que também está, de certa forma e ao meu modesto juízo, adequado. Num País jovem como o Brasil, esperar dez anos, uma década, em vez de cinquenta anos para fazer esse reconhecimento, acho que aí está a engenhosa criação do Deputado Vieira da Cunha.

Na justificativa, o autor destaca a história de Brizola na luta em defesa do Estado de direito, da justiça e da democracia. E eu acrescento a questão, especialmente, da educação. Além disso, em justificativa ao novo prazo proposto de dez anos, o Deputado Vieira da Cunha argumenta que uma década de distância da morte do homenageado é suficiente para evitar que sejam feitas homenagens ainda sob o efeito das emoções do momento do falecimento do homenageado.

Dessa forma, e considerando o valor que tem, vencida também a questão do prazo, que a lei hoje estabelece em cinquenta anos e o projeto está modificando para dez anos, penso que a proposição do Deputado Vieira da Cunha mais do que se justifica, pela justiça.

E agora chega aqui o Senador Cristovam Buarque, que conhece muito bem a história de Leonel Brizola, sabe do compromisso dele, não só com a educação no Rio Grande, no Rio de Janeiro, no Brasil, mas também

a história e a contribuição de Brizola nos princípios da legalidade, da democracia e dos valores do Estado democrático de direito.

Então, ao colocar o nome de Leonel Brizola no *Livro dos Heróis da Pátria*, penso que a iniciativa do Deputado, agora Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Vieira da Cunha, faz-se absolutamente justa e merecida.

Eu, com muita honra e muita alegria, aprovo o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2014 (Projeto de Lei nº 5.312, de 2013 na origem).

Este é o voto, favorável à inscrição do nome de Leonel Brizola no *Livro dos Heróis da Pátria*, observando e chamando a atenção: a própria lei já está fazendo a proposição não de cinquenta, mas de dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Romário, serei muito rápido, mas não poderia deixar de apoiar essa iniciativa do Deputado Vieira da Cunha, em considerar o ex-Governador do Rio Grande do Sul e do seu Estado, Rio de Janeiro, como herói da Pátria.

De fato, ele foi um herói; se dependesse dele, não teria acontecido o golpe militar. Ele resistiu bravamente, instalou-se no Palácio do Governo do Rio Grande do Sul, estabeleceu a chamada Rede da Legalidade, buscando uma reação nacional para evitar o golpe. Infelizmente, o golpe aconteceu, ele acabou no exílio, mas retornou no momento que foi possível e participou ativamente do processo democrático do nosso País.

Eu me lembro do ex-Governador Leonel Brizola em dois momentos, de que me permito, neste instante, falar. Um deles, eu sindicalista, num grande discurso em Porto Alegre, num ato com mais de cem mil pessoas, ia falar para o movimento sindical e me botaram para falar exatamente depois do Governador Leonel Brizola, que era um orador inegável. Todos nós parávamos para ouvi-lo e ficávamos encantados mesmo. Este é o termo: encantados. Ele terminou de falar, sob aplausos gerais. E eu disse: Governador, o que eu falo agora? E ele disse: “Fala com o teu coração.” Só me disse isso. Foi a mensagem que ele me deu: “Fala com o teu coração, guri.” Ele me chamou de guri, nunca esqueço.

E depois, aqui, no Congresso, eu Vice-Presidente do Senado que fui numa época – fui Vice do ex-Presidente Sarney, aqui no Senado –, ele veio por duas vezes me visitar. Ele, de fato, tinha um poder de diálogo e de envolvimento que eu fiquei conversando com ele, praticamente, toda uma tarde. Perdi votações no plenário, o que eu não gosto de perder, porque ele estava lá, acompanhado pelo nobre Muller, falecido já, pelo ex-Governador Alceu Collares. Todos nós ali, encantados, ouvindo-o falar sobre as preocupações com o País.

Então, eu diria que veio numa boa hora, é uma bela homenagem. Sabe aquele voto que a gente dá com alma, com coração e até com certa emoção? É o voto que eu dou, favorável à iniciativa do querido Deputado Vieira e ao relatório da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Continua em discussão.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, eu quero dar todo o meu apoio ao projeto do Deputado Vieira da Cunha, ao parecer da Senadora, que sempre tem dito que ela está nesta Casa, entre outras coisas, pela escola a que ela foi quando bem pequena, que era considerada brizoleta.

Aliás, ouvi esta semana uma frase, disseram-me que era um ditado que há na França: diga-me quem foi seu professor e eu direi aonde, provavelmente, você pode chegar no seu futuro. Isso vale, tirando o professor até e colocando escola: diga-me onde você estudou que dá para imaginar, com certa probabilidade, o seu futuro.

Então, Brizola merece estar nesse livro porque, entre todos os políticos grandes, foi ele o único que colocou a educação como um vetor fundamental do progresso. Nós temos dezenas de políticos menores que falam de educação, que se dedicam à educação. Eu sou um desses menorezinhos. Brizola foi o único dos grandes.

Eu tenho em minha parede a foto de dois grandes líderes que foram determinantes na minha carreira: Brizola e Arraes. Mas Arraes nunca pôs a educação com essa ênfase. Só Brizola, dos grandes deste País. E um outro, que não aparece como tal, porque não foi tão explícito, que está no livro dos heróis graças a um projeto de lei de minha autoria, que é Joaquim Nabuco. E Joaquim Nabuco, que ficou ali no livro pela sua luta pela abolição da escravidão, dizia: “É preciso abolir a escravidão e dar terra aos escravos e escola a seus filhos.”

O Brizola, de certa maneira, vem trazer este lado da educação: as escolas no Rio Grande do Sul, os CIEPs no Rio de Janeiro, sua fala todo o tempo por isso. Além do mais, a Rede da Legalidade, que ele conduziu, mesmo não sendo vitoriosa naquele momento, em 1º de abril de 1964, foi um marco na história deste País. É um marco na cidadania, na demonstração de como alguém pode pegar o microfone, já que não tinha acesso aos canhões para enfrentar os militares, e dizer: vamos resistir. E resistiu. Essa ideia da resistência do Brizola justifica ele estar nesse livro. E ele fez isso até o último dia de sua vida, morrendo com mais de 80 anos, mas no comba-

te até o último dia. De repente, como nosso querido Luiz Henrique, de repente, nos deixou. Não abandonou a política, para depois de algum tempo morrer. Não. Morreu na luta, com a idade que ele já tinha.

Por isso, meu voto favorável de apoio ao parecer da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Continuamos a discussão.

Passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero louvar minha querida amiga Senadora Ana Amélia pela relatoria deste projeto de autoria do Deputado Vieira da Cunha, que merece todo o nosso apoio. É difícil não registrar nossa voz em defesa desta proposição.

Senadores Paim e Cristovam, além da centralidade em que Brizola colocou a educação no seu projeto administrativo, no seu projeto político no Brasil, também foi Brizola, quando veio ao Brasil, retornando do exílio, quem apresentou a ideia do socialismo moreno, como ele dizia. E essa ideia do socialismo moreno veio acompanhada de uma proposta forte de abordagem da questão racial no Brasil. Não é por outra razão que diversos líderes negros do Brasil se filiaram imediatamente ao PDT. E foi o primeiro Partido, o PDT, a abordar com força a bandeira antirracista no Brasil.

Acho que esta...

Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me só lembrar o nome dele: Abdias Nascimento, um ícone de todos nós até hoje...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O Caó, que foi outro grande lutador, baiano, mas eleito pelo Rio de Janeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Caó. E foi o primeiro partido, por orientação dele, que montou a Secretaria do Negro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Exatamente.

Então, a luta de Brizola, sem dúvida nenhuma, inspirou-se em Joaquim Nabuco, quando abordou a educação e quando soube, com uma perspicácia muito típica de sua inteligência e de sua relação com o povo, destacar a bandeira antirracista, no momento em que o Brasil vivia profundamente vinculado à bandeira das liberdades políticas e que a maioria dos partidos de esquerda considerava a questão racial uma questão menor, porque não se referia à luta de classes.

Portanto, quero saudar, já foi dito aqui, a postura absolutamente corajosa, destemida de Brizola quando do golpe militar, ao assumir a defesa da legalidade, a defesa de que não era possível retirar a legitimidade de um presidente legitimamente eleito.

Portanto, quero me solidarizar e votar a favor deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Continua em discussão.

Passo a palavra, agora, ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, eu quero me somar aqui, parabenizando o Deputado Vieira da Cunha pelo projeto, às duas iniciativas. Primeiro, a essa que reduz a dez anos, porque é prática dizer que nós temos memória curta, que o brasileiro tem memória curta, e, depois de 50 anos, é provável que não se lembre mesmo, em função de que, às vezes, o poder constituído se recusa a se embasar na história para continuar adiante, e a história faz parte da nossa vida, é dela que nós tiramos as nossas raízes, podemos inclusive verificar os erros para repará-los e construir acertos.

Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo relatório, pelo voto de aprovação, e dizer que, para mim, é assim: professores ensinam ou às vezes impõem conhecimento; mestres ensinam sabedoria sem impor, distribuem sabedoria; e o ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola, era um mestre na política, na arte de dialogar, de disputar, e, como mestre e por tudo o que ele fez pelo nosso País, ele merece estar nesse livro desde já.

Então, é muito importante que nós aprovemos o projeto de lei, que se faça a lei e que nós possamos fazer um grande evento de colocação do Brizola no *Livro dos Heróis da Pátria*, porque ele, mais do que alguns que são considerados heróis, é herói de verdade, em defesa da democracia do nosso País.

Fico com a Relatora e voto a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, eu não poderia estar com o coração mais alegre neste momento por poder participar, nesta Comissão, desse reconhecimento.

Sem dúvida alguma, pelo que Brizola fez para o País, pelo que fez pela democracia, pela educação, pelo pobre, pelo negro, pelo índio, pela mulher, pelo trabalhador, merece estar em todos os livros dos heróis brasileiros.

Brizola agiu com muita dignidade na ação em proteção do mandato do Presidente João Goulart, e, quando ele agiu, fez aquela ação sobretudo mantendo a legalidade, com um sentimento democrático, patriótico acima de qualquer coisa. Brizola fez essa grande resistência, e ali ele reverteu o quadro, foi reconhecido pelos próprios militares, que o abraçaram.

Brizola, como governador no Rio ou no Rio Grande do Sul, sempre teve na educação seu ponto básico administrativo. Não há outro caminho de o homem prosperar. Se você hoje é um grande jogador de futebol, que orgulhou o Brasil, foi porque você teve um professor; se eu sou economista, eu tive um professor; se alguém aqui for advogado, professor, se tem qualquer profissão, teve professor.

Então, a educação é a escada do desenvolvimento da humanidade. E Brizola tentou nivelar isso. Quando ele criou as escolas integrais, o que foi uma revolução no Brasil, ele trouxe a oportunidade de um filho de um pobre ter alimentação digna, assistência psicológica, apoio de assistente social, enfim, ter ali todo um aparato do governo para estar com um mínimo de igualdade. Essa igualdade já não acontece quando o menino vem num ônibus, quando ele não tem casa para morar, quando o pai não tem um bom emprego. Então, Brizola tentou na escola, dentro da sala de aula, buscar esse equilíbrio.

Assim, penso que Brizola teve ações que realmente o elevam a esse cargo. E vejam como Deus é justo: isso veio da mão de um Deputado do Rio Grande do Sul, e hoje eu vejo aqui dois grandes Senadores do Rio Grande do Sul, a Ana Amélia, por quem nós temos grande respeito, e o Paim, por quem temos um carinho especial. É muito bom eles poderem estar aqui sendo testemunhas desse reconhecimento a Brizola, que orgulha o Brasil, como Luiz Henrique também orgulhou o Brasil – e aqui está o Senador Dário, de Santa Catarina. Luiz Henrique foi deputado estadual, cinco vezes federal, duas vezes governador, três vezes prefeito, senador da República, ministro; mais de 40 anos no setor público, e nada maculou seu nome, num momento em que o País passa por uma crise moral, por uma crise ética. Então, são pessoas que devem estar inscritas na memória dos novos políticos, dos políticos expoentes.

Brizola, sem dúvida alguma, é sempre exemplo a ser seguido, por suas virtudes, seus acertos, seu sentimento democrático, republicano, seu patriotismo. Um homem que lutou, que sempre teve em mente a defesa da soberania brasileira. Ele merece, mais do que nunca, ter esse reconhecimento.

Desse modo, parabeno a Senadora, acompanho o voto dela, tenho muito orgulho disso. O PDT foi o único partido a que me filiei até hoje, e tenho orgulho de estar lá, porque vi todas as bandeiras e as causas do Partido, que são causas sociais, que são causas republicanas. Então, eu fico feliz de estar hoje nesta Comissão, podendo dar esse voto.

Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia e também a toda a Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer favorável ao projeto.

A SRA ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente, eu quero agradecer as referências todas, mais do que merecidas, lembrando que, neste momento da vida nacional, com tantos problemas que nos chocam, nos impressionam, nos preocupam e, de alguma maneira, nos atingem sempre, a figura de Brizola é uma ausência muito sentida. Ele teria um papel relevante, não só pelas suas posições políticas, mas, sobretudo, pela sua integridade pessoal e pela sua honestidade. Era um homem de conduta ilibada e inatacável. Também por isso estamos fazendo justiça à indicação.

Eu queria cumprimentar o Deputado Vieira da Cunha pela iniciativa, com a justiça que se faz a Brizola. Obrigada a todos os colegas Senadores e Senadoras.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Eu me esforcei para estar aqui no horário, mas, infelizmente, o voo que utilizei, de Santa Catarina até Brasília, chegou aqui com atraso. Normalmente, eu venho na segunda, mas, em função do falecimento do Senador Luiz Henrique e do seu sepultamento na data de ontem, só pude me deslocar para Brasília hoje.

Embora já tenha sido votado na Comissão o item 2, eu fiz questão de vir aqui para cumprimentar V. Ex^a – principalmente a Senadora Ana Amélia – e todos os presentes pela aprovação do projeto de lei que apresentei nesta Casa e que já havia tramitado nesta Comissão e em várias outras, também na Câmara dos Deputados, e agora, finalmente, com a votação de hoje, se encontra plenamente aprovado por todas as comissões.

Espero que esse projeto venha a ser sancionado pela Presidenta da República porque ele é, sem dúvida nenhuma, relevante para a segurança dos alunos de todo o Brasil, da rede pública, principalmente. E, certamente, será objeto também de adoção pelas escolas do sistema privado. Foi um projeto que apresentei, pela experiência como Secretário Estadual da Educação de Santa Catarina, em duas gestões, inclusive na gestão do Governador Luiz Henrique. Eu o apresentei por ocasião dos acontecimentos na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, lá no Realengo, com aquela chacina de crianças que nunca mais queremos ver acontecendo no Brasil.

Eu quero cumprimentar, portanto, a Senadora Ana Amélia, que não relatou isso pela primeira vez. Relatou, na primeira passada, na Comissão, e agora na segunda. Portanto, meus cumprimentos a ela e a todos os integrantes desta Comissão.

Eu tenho certeza de que, com isso, nós protegemos mais e melhor as crianças de todo o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Passamos, agora, ao item 6, Projeto de Resolução do Senado nº 171...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente, antes do Senador Paim. Com licença, Senador Paim.

Eu tenho que fazer parte do painel, do debate sobre liberdade de imprensa, Presidente.

Na reunião de apreciação dos requerimentos, eu quero estar com V. Ex^a. Assinei um requerimento sobre a questão da audiência pública sobre lúpus, que é uma matéria que eu também tenho tratado na minha atividade legislativa. Então, quero cumprimentá-lo pela iniciativa da matéria e me associo ao requerimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, eu só queria fazer um apelo a V. Ex^a – se possível, claro – para que façamos a leitura do item 1, já que o Senador Randolfe não pôde estar presente, mas delegou poderes para que V. Ex^a indicasse um relator *ad hoc*. E, pelo que percebi, o Júlio já conversou com a Senadora Maria do Carmo. Para mim, ter o relatório de um projeto de minha autoria feito pela Senadora Maria do Carmo, claro que é um orgulho muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Nós o faremos. Vamos continuar com o item 6 e depois voltaremos.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para prorrogar de 2 (dois) para 3 (três) anos o prazo máximo de duração do estágio no mesmo concedente.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, para a leitura do relatório.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, vou me ater à análise do projeto.

O PLS nº 171, de 2014, envolve matéria de natureza educacional, encontrando-se, dessa forma, sujeito ao exame de mérito da CE, consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com a Lei nº 11.788, de 2008, o estágio é “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho”. Portanto, nele estão envolvidas as dimensões pedagógica e profissional, com vistas à preparação para a vida e para o trabalho produtivo.

Apesar de o estágio poder abrir caminho para uma futura contratação do estagiário, seu objetivo primordial é o de proporcionar oportunidades de aprendizagem. Seu caráter educativo sobressai frente a qualquer

outro elemento que venha a ser considerado. Nesse sentido, tanto empresas quanto estudantes devem estar imbuídos do espírito de que o estagiário não é um profissional a custo baixo. O estágio não é uma atividade unicamente de trabalho, mas uma ação educativa, mediada pelo mundo do trabalho.

Tendo em vista essas ideias, cabe perguntar que vantagens, do ponto de vista educacional, poderiam advir da ampliação de dois para três anos no tempo de duração do estágio.

Se pensarmos no estudante de graduação, o estágio passaria a ter duração próxima daquela de grande parte dos cursos, que é de quatro anos. No caso do ensino médio, o estágio abarcaria a duração desse nível de ensino. A princípio, isso seria uma vantagem para quem estivesse estagiando, mas poderia se apresentar como um problema para o conjunto dos potenciais estagiários, uma vez que reduziria as chances de conseguir uma vaga.

Seguida essa lógica, teríamos reduzido o universo daqueles que receberiam os benefícios do treinamento profissional por meio do estágio. E ampliar o número de oportunidades ofertadas deve ser objetivo das políticas públicas na área de educação. Nesse sentido, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação, prevê a expansão do estágio na “educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno” e na educação superior “como parte da formação” dos estudantes.

Além disso, a proposição em análise, ao dilatar a duração do estágio, prioriza a relação laboral, mirando uma possível efetivação do estagiário ao fim do processo, como afirma o autor na justificção da proposta. Embora essa preocupação seja relevante, ela não é a prioritária, uma vez que o estágio “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”, conforme disposto no art. 1º da lei cujo art. 11 o PLS pretende alterar.

Nesse sentido, o prazo de dois anos nos parece suficiente para que o estagiário usufrua das experiências formativas no ambiente de trabalho, importantes para sua atuação como estudante e trabalhador.

Assim, sob o ponto de vista das competências da Comissão de Educação, a proposição não merece ser acolhida.

Portanto, em razão do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão a matéria.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu quero parabenizar a Relatora, Senadora Maria do Carmo. O objetivo do projeto, do meu ponto de vista e como ela expressa, é contribuir com o estudante, propiciar a redução das vagas para o estágio de que tanto precisamos e tirar mais daquele estudante que já ficou dois anos, porque está preparado tecnicamente, na relação laboral com a empresa na qual ele estagia.

Então, fico satisfeito com o relatório. Parabenizo-a pela iniciativa e fico com a rejeição, acompanhando a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem. Mais alguém para discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o parecer pela rejeição do projeto.

Voltamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2010

– Terminativo –

Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para as emendas.

Como o Senador Randolfe Rodrigues abriu mão da relatoria, designo como Relatora *ad hoc* a Senadora Maria do Carmo Alves.

Passo a palavra à Relatora *ad hoc*, Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, de novo, vou me ater à análise do projeto.

A Comissão de Educação e Cultura deve opinar sobre o mérito educacional da iniciativa, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Devido ao caráter terminativo da decisão, devem ser analisados, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição.

A evasão constitui um sério problema na educação superior brasileira. Suas causas são variadas. No setor privado, o fator predominante é a dificuldade de arcar com o pagamento das mensalidades escolares. Se considerado também o setor público, as causas mais comuns de abandono são o despreparo para acompanhar os estudos universitários, a decepção com o curso escolhido e a falta de recursos para a aquisição de material didático, bem como para o pagamento de transporte, alimentação e moradia. Esse último fator revela que, apesar de não ter de pagar pelo acesso à universidade pública, muitos estudantes, de origem mais modesta, têm grande dificuldade em dar continuidade aos estudos, por falta de recursos para atender suas necessidades básicas.

Assim, estima-se que um quinto dos estudantes que ingressam em cursos nas IES federais os abandonam em algum momento. Ao lado da decepção que isso representa para esses jovens, devem ser lembrados os candidatos que deixaram de ingressar na universidade pública por terem sido classificados de forma menos favorável nos processos seletivos. Ademais, essa situação traz um significativo desperdício de recursos públicos, que poderiam ser aplicados em outras ações sociais ou investidos nas próprias universidades.

Os elevados índices de evasão desafiam o mito sobre o perfil dos estudantes que entram na universidade pública. Pensa-se, com frequência, que o conjunto desses estudantes tem origem em famílias de renda elevada, o que justificaria até mesmo o pagamento de mensalidades escolares, caso a legislação o permitisse. No entanto, trata-se de uma visão distorcida. Pesquisa realizada, em 2003 e 2004, pelo Fórum Nacional Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), com estudantes das universidades federais, revelou que mais de 40% dos entrevistados pertencem às chamadas classes C, D e E, com renda familiar inferior a R\$900,00 mensais.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Ministério da Educação (MEC) têm procurado enfrentar os desafios de manter os estudantes de baixa renda nas universidades federais, mediante a realização de estudos e a criação de programas especiais de bolsas de alimentação, moradia e trabalho. Nos últimos anos, o MEC tem direcionado recursos mais volumosos para essas iniciativas. Todavia, inexistente um programa unificado sobre a matéria, regulamentado em lei.

O projeto em exame visa exatamente preencher essa lacuna. Merece ser ressaltado que o projeto beneficia também estudantes de baixa renda matriculados em estabelecimentos particulares. Isso vai permitir que sejam alcançados estudantes incluídos no Programa Universidade para Todos (ProUni) ou que recebam bolsas de outras fontes para o pagamento de encargos educacionais, comprovada, naturalmente, sua carência, nos termos legais.

Em vez de conceder bolsas sem contrapartida, o projeto vincula seu recebimento à prestação de serviços à União em escolas públicas ou em instituições definidas pelos órgãos gestores. A previsão da forma de estágio ampara essa contrapartida, sem que se estabeleçam vínculos empregatícios. Ao mesmo tempo, o projeto é criterioso ao definir princípios de transparência para a concessão das bolsas, bem como condições para a sua manutenção pelos beneficiados.

No caso das instituições federais de educação superior, o art. 10 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, autorizou a concessão de bolsas a estudantes matriculados em seus cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, com os objetivos de: 1) promover o acesso e a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e 2) desenvolver atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade.

Entretanto, aspectos importantes da iniciativa encontram-se regulados por decreto, o que gera maior insegurança quanto à continuidade do programa.

Em suma, o projeto merece aprovação no que respeita ao mérito.

Alguns reparos, entretanto, precisam ser feitos na iniciativa. Os arts. 1º, 2º e 9º se referem a duas modalidades de concessão de bolsas no âmbito do programa. Uma delas seria mediante o instituto do estágio. Já a outra não é definida. Pelo contrário, o §1º do art. 8º diz que a prestação de serviços será “sempre na condição de estagiário”. Isso nos faz crer que, de fato, exista apenas uma modalidade.

Os Senadores estão com a proposta em mãos, então passarei para o voto.

Voto.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, acolhidas as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.”

EMENDA – CE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Bolsa de Permanência Universitária tem por finalidade oferecer bolsas de estudo a alunos universitários comprovadamente sem condições de custear sua manutenção, matriculados em cursos devidamente reconhecidos de graduação, de tecnologia e sequenciais de formação específica em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, devidamente autorizadas”.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 3º O programa concederá bolsas ao estudante, no valor correspondente a um salário mínimo, com contrapartida do bolsista por meio de prestação de serviços à União, ou a outro ente federado conveniado, com a duração de vinte horas semanais em regime de estágio.”

EMENDA Nº – CE

Renumerem-se os incisos do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, e dê-se ao inciso VI, renumerado como inciso V, a seguinte redação:

“Art. 4º
.....
V – assumir o compromisso a que se refere o art. 8º.”

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao §1º do art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 6º
.....
§1º A IES deverá comunicar aos órgãos gestores, na forma do regulamento, quaisquer das ocorrências previstas nos incisos do caput, sob pena das sanções cabíveis.
.....”

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 9º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 9º Compete aos órgãos gestores do programa fixar o limite de Bolsas de Permanência Universitária a ser alcançado em cada período letivo, referente ao conjunto de cursos e turnos em demanda, para fins de distribuição dos quantitativos de bolsas entre as IES participantes.
Parágrafo único. O regulamento disporá sobre o cálculo para rateio das Bolsas de Permanência Universitária entre as IES participantes, mediante critério de proporcionalidade que leve em conta o alunado de cada uma delas, o total de bolsas fixado e o somatório dos alunos das IES participantes, em cada período.”

Era isso, Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Com base no Regimento, eu queria pedir vista do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, eu só queria pedir aos Senadores, porque seria importante, que fosse dada vista coletiva. Só isso. E discutiríamos no momento em que ele voltasse.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco dias.

Passaremos agora aos requerimentos.

Item 7, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – CE, destinada a debater os Jogos Mundiais Indígenas, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Hector Franco, Secretário Extraordinário dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; Representante dos atletas indígenas da etnia Xerente; Representante do Ministério da Justiça; Representante do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena; Representante do Ministério do Esporte.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra, a autora, Senadora Lídice da Mata, para fazer a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, leio o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal (CE), destinada a debater os Jogos Mundiais Indígenas, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Hector Franco, da cidade de Palmas, Secretário Extraordinário dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; representante dos atletas indígenas da etnia xerente; representante do Ministério da Justiça; representante do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena; e representante do Ministério do Esporte.

O requerimento, Sr. Presidente, é autoexplicativo. Nós vamos realizar este ano, no Brasil, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. É uma olimpíada com a participação confirmada de mais de 40 países.

Acho extremamente importantes esses jogos, pois revelam a atividade esportiva dos indígenas no Brasil e a identidade desse povo. Trata-se de uma população que é a população originária deste País e que hoje, como minoria, precisa da reafirmação das suas características identitárias.

Por tudo isso, peço o apoio e o voto dos meus pares, registrando ainda a presença do Secretário Municipal Extraordinário dos Jogos Indígenas, Hector Valente Franco, que acompanha a nossa votação e veio fazer um contato com o Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora. Primeiramente, gostaria de parabenizá-la pelo requerimento.

Colocamos em discussão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu queria fazer um aditamento a esse requerimento, pedindo também um representante da Funai. Não seria importante que a gente fizesse essa...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Consulto a autora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não tenho nenhum óbice, nenhuma dificuldade de acrescentar esse aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continuamos em discussão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Também gostaria de pedir um aditamento, para a inclusão de um representante do Governo do Estado na audiência, uma vez que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Do Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ... o Estado tem participado dessa discussão lá.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Do Tocantins, no caso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sim. Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Tudo bem, Sr. Presidente.

Quero apenas ressaltar que a audiência pública, quando possui mais de cinco integrantes, realmente fica um pouco longa, mas não posso deixar de acolher a proposição dos nobres pares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento e os aditamentos oferecidos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item 8, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra a autora, Senadora Lídice da Mata, para a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, é apenas um aditamento ao requerimento já aprovado nesta Comissão, o de número 26, de 2015, para incluir, como convidado, o Secretário de Educação do Estado da Bahia, Sr. Osvaldo Barreto Filho. Trata-se de uma audiência pública para avaliar os resultados da implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, uma universidade que tem uma metodologia pioneira. Por isso, a importância de termos essa análise debatida aqui, na Comissão de Educação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero apoiar totalmente e dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia tem todo interesse em participar disso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal nº 26, de 2015, aprovado em 14 de abril de 2015, a inclusão como convidado o Sr. Osvaldo Barreto Filho, Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

Relatório:

Observações:]

Item 9, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra a autora, Senadora Lídice da Mata, para a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, é também no sentido de fazer um aditamento ao requerimento desta Comissão, o de número 24, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, aprovado em 14 de abril de 2015.

Solicita a inclusão dos seguintes convidados: representante do Cetad – Observatório Baiano sobre Substâncias Psicoativas; Renato Malcher Lopes, professor adjunto do Departamento de Fisiologia da Universidade de Brasília (UnB); e Luís Fernando Farah de Tófoli, professor da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... gostaria de sugerir mais um nome que, a meu ver, não pode faltar: a Presidente do Conselho Federal de Psicologia, que tem história nesse setor. Ela fica aqui, ao nosso lado, pois é professora da Universidade de Brasília. Não vamos ter que trazê-la de fora,

e ela tem muito a agregar. Então, gostaria de sugerir essa convidada. Já deixei assinado um requerimento pedindo a inclusão da Profª Mariza Monteiro Borges.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Gostaria de consultar a autora do requerimento, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não, Sr. Presidente. Concordo integralmente com a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 44, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal nº 24, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, aprovado em 14 de abril de 2015, a inclusão dos seguintes convidados: Representante do CETAD – Observatório Baiano sobre Substâncias Psicoativas; Renato Malcher Lopes, professor adjunto do Departamento de Fisiologia da Universidade de Brasília (UnB); e Luís Fernando Farah de Tófoli, professor da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

Relatório:

Observações:]

Item 10. Requerimento da Comissão de Educação nº 45, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota.

Com a palavra o autor, Senador Telmário Mota, para a leitura do requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, e na qualidade de Relator, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir o PLS nº 417, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que institui o Dia Nacional de Combate à Tortura.

Estamos requerendo a presença, que sejam convidadas as seguintes autoridades: Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão da Verdade; e Dr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, e na qualidade de relator, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir o PLS nº 417/2013, de autoria do senador Randolfe Rodrigues, que “Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Dr. Pedro Dallari – Coordenador da Comissão da Verdade; e 2. Dr. José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Item 11. Requerimento da Comissão de Educação nº 46, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota.

Com a palavra o autor, Senador Telmário Mota, para leitura do requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, e na qualidade de Relator, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para discutir o PLS nº 120, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que acrescenta os §§2 e 3 ao art. 1º da Lei nº 9.665, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou anabolizantes, e dá outras providências. Para tanto, sugerimos que sejam convidadas as seguintes autoridades: Dr. Jaime Cesar de Moura Oliveira, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e Dr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação de Comércio (CNC).

Sr. Presidente, o projeto propõe que sejam colocadas em todas as academias um aviso da proibição desses esteróides, desses anabolizantes. Para que possamos fazer melhor juízo, é necessário que convidemos essas pessoas. De repente, a Anvisa, que regulamenta isso, já pode ter algum instrumento que permita fazer isso sem ser, necessariamente, por esse projeto. Por isso, a necessidade da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado.

ITEM 11**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 46, de 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, e na qualidade de relator, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir o PLS nº 120/2015, de autoria do senador Davi Alcolumbre, que “acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências”. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Dr. Jaime Cesar de Moura Oliveira – Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; 2. Dr. Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação do Comércio – CNC.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria:

Relatório:

Observações:]

Item 12.

ITEM 12**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47, de 2015**

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o tema “A Educação e a sensibilização da sociedade sobre o dia 10 de maio – Dia do Lúpus Erythematoso Sistêmico (LES o apenas Lúpus) uma doença autoimune que mata”.

Autoria: Senador Romário e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Justificativa.

O lúpus eritematoso sistêmico é uma doença autoimune, provocada por um desequilíbrio do sistema imunológico, em que as células responsáveis pela defesa produzem anticorpos contra células do próprio organismo. Esse processo pode desencadear inflamações por todo o organismo, causando

os mais variados sintomas, inclusive levando o paciente à morte. O lúpus acomete pessoas de todas as raças, sendo nove a dez vezes mais frequente nas mulheres em idade fértil.

Infelizmente por possuir o lúpus sintomas pouco conhecidos pela sociedade, ele não tem recebido o destaque necessário e tampouco está incluído no rol dos medicamentos da ANS.

Esta audiência será o momento de tratar o assunto, levando ao conhecimento da sociedade o tema, bem como de alertar a população sobre a necessidade de que o lúpus seja incluído no rol de doenças para obtenção de medicamentos.

Em discussão. *(Pausa.)*

Inclusive, esse requerimento também é subscrito pela Senadora Ana Amélia.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs e as Sras Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos agora aos comunicados.

Comunico aos Excelentíssimos Srs Senadores e Senadoras o recebimento de aviso de autoria do Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 020.808/2014-3, na Sessão Ordinária de 18/3/2015. Acompanha este acórdão relatório e voto proferidos pelo tribunal, que trata de fiscalização na modalidade levantamento, realizada com o objetivo de produzir Relatório Sistemático de Fiscalização da Função Educação, referente ao exercício de 2014 (FiscEducação).

Os Senadores que desejarem cópia do aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O aviso vai ao arquivo.

Comunico aos Srs Senadores e às Sras Senadoras o recebimento de convite do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Ricardo Berzoini, e do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro, para a Cerimônia de Assinatura da Portaria Interministerial que Regulamenta o Canal da Educação, a ser realizada no dia 14 de maio de 2014, quinta-feira, às 10 horas, no Auditório Lourenço Nassib Chehab do edifício sede do Ministério das Comunicações – Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai ao arquivo.

Convoco para amanhã, quarta-feira, dia 13 de maio, às 10h30, reunião extraordinária para realização da segunda audiência pública do ciclo de audiências destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil. Subtema: “A implementação do CAQi e CAQ: definições, fontes e mecanismo”.

A reunião será realizada em atendimento ao Requerimento nº 07, de 2015, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, com a presença dos seguintes convidados: Cesar Callegari, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Mozart Neves Ramos, Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna; Andréa Gouveia, Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação.

Agradecemos a presença de todos e declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia treze de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Hélio José e Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Wilder Morais, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Blairo Maggi

e Douglas Cintra. A presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 7/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Fátima Bezerra, destinado a realizar o **Ciclo de Audiências Públicas: Financiamento da Educação Básica no Brasil, Subtema 2 – “A implementação do CAQi e do CAQ: definições, fontes, mecanismos”**. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Mozart Neves Ramos, Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna; Senhor Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Senhora Flávia Nogueira, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC); Senhor Cesar Callegari, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); e Senhora Andréa Gouveia, Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED/Região Sul)**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente desta Comissão e autora do Requerimento. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Francisco Aparecido Cordão, ex-presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC); Senhora Rosiléa Maria Roldi Wille, Coordenadora-Geral de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC; Senhor Francisco Domingos dos Santos, membro da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES); Senhora Carla Nascimento, Oficial de Projetos do Setor de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Senhora Thais Guerra, Assistente de Projetos do Setor de Educação da UNESCO; Senhor Ramiro Santana, Gerente de Projetos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Senhora Solimar Vieira da Silva Mendes, Presidente da União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde (UNASUS); Senhora Natalia de Souza Goulart, Professora da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde do Governo do Distrito Federal (GDF); e Senhor Paulo Sena, consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Fátima Bezerra, autora do Requerimento, e os Senhores Senadores Romário, Cristovam Buarque, José Medeiros (não membro). Agradecendo a presença de todos, a presidência declara encerrados os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, encerra a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 7, de 2015, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, para a realização da segunda audiência pública do ciclo destinado a debater “Alternativas para o Financiamento da Educação Básica no Brasil”, com o subtema “A Implementação do CAQi e do CAQ: definições, fontes e mecanismos”.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados, para eles tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Eu gostaria de dar as boas-vindas aos nossos convidados e de agradecer, desde já, as contribuições que cada um está trazendo a esse importante tema a ser discutido nesta Casa, especialmente nesta Comissão.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e de comentários pelos expositores via internet.

Antes de conceder a palavra ao primeiro expositor, eu gostaria de convidar a autora do requerimento para, neste momento, presidir esta audiência pública, a Senadora Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Quero dar o nosso bom-dia a todos e cumprimentar os nossos convidados: o Prof. Cesar Callegari, representando o Conselho Nacional de Educação – ele foi inclusive Secretário, além de ter desempenhado outras importantes funções na área da educação –, o Prof. Mozart Neves Ramos – que também já foi gestor, Secretário de Educação e hoje é Diretor de Articula-

ção e Inovação do Instituto Ayrton Senna, é um formulador no campo da educação e vem dando uma grande contribuição à luta em defesa da educação no nosso País – , a Profª Andréa Gouveia, que representa a Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), uma entidade que tem prestado serviços relevantes à educação brasileira – , a Profª Flávia Nogueira, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC) – e, por fim, o Prof. Daniel Cara, que é o Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que é uma rede que congrega mais de 200 entidades em todo o País. Sem dúvida nenhuma, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação vem se notabilizando cada vez mais pelo trabalho qualificado, pelo debate qualificado que vem realizando em prol da educação pública no nosso País.

Eu me sinto muito à vontade para dizer isso porque, na época em que fui Relatora do Fundeb na Câmara dos Deputados, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi uma das entidades mais presentes, mais parceiras. Foi uma das entidades protagonistas do chamado movimento Fundeb pra Valer, que teve um reflexo muito importante à época aqui no Congresso Nacional, para que nós pudéssemos avançar e, de fato, aprovássemos uma legislação que, até hoje, é um marco para a história da educação básica deste País. O Fundeb até hoje é um marco por tudo o que simboliza do ponto de vista de uma política de caráter estruturante e universalizante; uma política de financiamento da creche até o ensino médio.

Aliás, é exatamente em função do Fundeb que nós hoje estamos aqui discutindo o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), tendo em vista o novo momento, que é o novo Plano Nacional de Educação, que consignou, no seu texto, a implementação do Custo Aluno-Qualidade, inclusive, estabelecendo prazos para a implementação do custo qualidade da educação.

O Daniel vai abrir o nosso ciclo de debates. Sem mais delongas, passo a palavra, imediatamente, para o Daniel.

O SR. DANIEL CARA – Bom a dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, na figura do Sr. Presidente, o Senador Romário, pelo Rio de Janeiro. Eu queria agradecer também a presença do Senador Hélio José e agradecer mais uma vez – a educação pública brasileira deve fazer isso cotidianamente – o trabalho da Senadora Fátima Bezerra, Deputada Federal por muitos anos, que teve uma contribuição central nas principais leis que foram discutidas no Congresso Nacional, passando pela Lei das Cotas, pelo Fundeb, de que foi Relatora, pelo Plano Nacional de Educação e pela questão dos *royalties* do petróleo. A Senadora Fátima Bezerra é uma pessoa que tem uma larga e grande trajetória de contribuição à educação pública brasileira.

A ideia da apresentação de hoje é discutir no Senado Federal como o Custo Aluno-Qualidade Inicial e o Custo Aluno-Qualidade constam do Plano Nacional de Educação, assim como o Parecer CNE/CEB nº 8, de 2010, relatado pelo Mozart. Posteriormente, o Mozart e o Cesar falarão sobre a forma como o Conselho Nacional de Educação atuou nessa matéria, mas é importante frisar que esse parecer foi a primeira articulação entre a sociedade civil e o Conselho Nacional de Educação na elaboração de um parecer.

E qual é a questão central que está posta aqui? A questão central que está posta tanto no Plano Nacional de Educação como nesse parecer do Conselho Nacional de Educação é quanto custa a educação pública de qualidade. Quer dizer, como podemos pensar o custo da educação pública de qualidade, e esse é um trabalho a que a Campanha tem se dedicado há bastante tempo.

Inicialmente, é importante comentar um pouco sobre os pressupostos do Custo Aluno Qualidade Inicial. Antes, é importante frisar que o debate sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial como referência de padrão mínimo de qualidade é exigido na Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional nº 14, de 1996 – que é a emenda do Fundeb, na época do governo Fernando Henrique Cardoso – , que alterou o art. 211, §1º, e dispôs que cabe ao Governo Federal contribuir técnica e financeiramente com Estados e Municípios para a garantia desse padrão mínimo de qualidade. Posteriormente, a LDB estabeleceu que os padrões mínimos de qualidade são definidos a partir de insumos. Então, esse é o escopo legal com que trabalhamos.

Para desenvolver uma reflexão sobre isso, numa estratégia inclusive de questionar o governo Fernando Henrique Cardoso no Supremo Tribunal Federal, até hoje existe uma ação, uma arguição ao Supremo sobre quanto o Governo Federal deveria contribuir com Estados e Municípios. Essa ação está com a relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que já esteve para proferir parecer, mas ainda não o fez. A ideia era questionar quanto o Governo Federal tinha de transferir para Estados e Municípios. Essa foi nossa primeira iniciativa de pensar sobre o padrão mínimo de qualidade e sobre o Custo Aluno-Qualidade Inicial, em 2002. A partir de 2002, desenvolvemos nosso estudo com base nestes pressupostos.

O primeiro pressuposto é que a unidade básica da gestão da política de educação é a escola. É na escola que se realiza a política de educação. E as escolas estão inseridas em redes públicas. Então, era preciso encontrar um mecanismo que pensasse a escola e também as redes públicas brasileiras, era preciso materializar o

padrão mínimo de qualidade exigido pela LDB, e a LDB faz isso buscando definir quais são os insumos que não podem faltar nas escolas para a garantia da relação ensino/aprendizagem.

Eu queria destacar esse ponto em relação à nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na próxima semana, vou para o Fórum Mundial de Educação, como parte da delegação do Ministério da Educação. Um dos temas que vamos discutir é a legislação da educação em cada país. Comparada à legislação de outros países, a legislação brasileira é bastante avançada. A LDB traz essa luz para nós.

Por último, é preciso mensurar quanto custa a educação pública para garantia desse padrão mínimo de qualidade.

Esses eram os pressupostos que, em 2002, nos preocupavam e para os quais buscamos garantir uma resposta.

Quais seriam os insumos para garantia desse padrão mínimo de qualidade? O que é insumo? É aquilo que altera o processo positivamente em termos da qualidade da educação na relação de ensino-aprendizagem.

O primeiro é bastante básico, todo professor deve receber o piso nacional salarial do magistério. Ontem, eu estive no oeste paranaense discutindo o Custo Aluno-Qualidade Inicial e alguns Municípios do Paraná, que é um Estado razoavelmente desenvolvido, ainda não pagam o piso aos seus professores. Essa parece uma questão banal, mas, na realidade, é uma lei importantíssima. Na época, a Deputada Fátima Bezerra participou, inclusive coordenou um grupo de trabalho para que fizéssemos negociações em relação ao piso, mas é uma lei que ainda não está completamente universalizada no País.

Todo profissional de educação deve ter direito a uma política de carreira, a uma base nacional de carreira. E a Sase (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino) tem feito esse trabalho dentro do Ministério da Educação para definir essa estrutura básica de carreira nacional.

Todo profissional da educação necessita de uma política de formação continuada e também de formação inicial. Aí, a formação inicial não contempla dentro do Custo Aluno-Qualidade Inicial. Mas a realidade que também é um problema no Brasil é que ainda há muitos professores com formação em nível médio.

O número de alunos por turma deve ser adequado. Estive uma vez no Senado Federal e este foi um debate. Discutia-se se salas superlotadas, de fato, são problemáticas em termos de qualidade da educação. Quem é professor e teve experiência de docência sabe que salas superlotadas inviabilizam um processo de ensino-aprendizagem adequado, inclusive porque o bom professor tem que trabalhar com todos os alunos, especialmente com aqueles que têm maior dificuldade. Salas superlotadas impedem essa possibilidade.

Bom, além disso, todas as escolas devem ter bibliotecas e salas de leitura. O que eu posso dizer é que quanto aos itens do eslaide anterior o custo é mais relevante, cerca de 80% do Custo Aluno-Qualidade, aqueles pressupostos anteriores.

Agora há outros insumos fundamentais e que também determinam uma questão de equidade. Boa parte das escolas particulares tem esses insumos que vou listar agora, boa parte das escolas públicas não tem. Quem quiser analisar esse dado, há um texto do Prof. Neto, da UnB, que mostra a condição das escolas brasileiras. Fica claro que as escolas públicas brasileiras têm muitos problemas em relação a esses insumos.

Todas escolas devem ter: bibliotecas e salas de leitura, laboratórios de ciências, laboratórios de informática, quadras poliesportivas cobertas, brinquedotecas para as creches, pré-escolas e escolas dos anos iniciais do ensino fundamental – muitas vezes nos esquecemos de que a criança de 6 a 9 ou 10 anos precisa ter espaços de brinquedoteca. As escolas de ensino fundamental acabam abrindo mão desse espaço fundamental – e garantia de repasse de recursos para as escolas que tenham projetos pedagógicos que demandam um recurso adicional. Vai depender da maneira como ela organiza o projeto pedagógico, qual é a estratégia determinada para aquela comunidade escolar.

Bom, esses dois aspectos que eu apresentei aqui em relação aos insumos determinam o que nós consideramos fundamental em relação ao Custo Aluno-Qualidade Inicial.

Na época em que tramitou o Fundeb, não era possível, na discussão da lei... Nossa grande briga – não é, Fátima? – era garantir que a União contribuísse com 10% daquilo que é investido por Estados e Municípios, fizesse o que chamamos numa operação contábil de *matching*. A cada real colocado por Estados e Municípios, a União coloca R\$0,10. Esse foi o ponto de negociação. É importante frisar que, no Governo Lula, no momento de negociação do Fundeb, até mesmo por conta da gestão dos Deputados e Senadores que eram parceiros do movimento, a gente conseguiu dialogar com o então Ministro da Fazenda Palocci e essa negociação foi intensa e subsidiou esse *matching*, essa colocação do Governo Federal de R\$0,10 a cada real investido por Estados e Municípios.

Depois vou mostrar aqui que isso não é suficiente mais.

Qual é o ponto central? No Plano Nacional de Educação, por meio de uma extensa incidência da sociedade civil tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal a gente conseguiu fazer com que tanto Custo Aluno-Qualidade Inicial e o Custo Aluno-Qualidade fossem incluídos no Plano Nacional de Educação.

Eu não vou aqui falar sobre as leis, mas só para pontuar eu trouxe as estratégias, os eslaides vão ficar disponíveis.

Na 20.6, determina-se que o Custo Aluno-Qualidade Inicial deve ser implementado daqui a dois anos – no caso, dois anos depois de quando a lei foi sancionada, o que significa, na verdade, junho de 2016 – para todas as redes públicas de ensino. É claro que esse vai ser um processo de transição. Nós ressaltamos, toda vez que falamos em público, que é importante que o Ministério da Educação abra esse debate. Estamos totalmente disponíveis para discutir critérios de transitoriedade, mas a lei é mandatória e determina que se implemente o Custo Aluno-Qualidade Inicial em junho de 2016.

Além do Custo Aluno-Qualidade Inicial, nós também apresentamos e aprovamos a ideia do Custo Aluno-Qualidade. Qual é a diferença entre os dois? Custo Aluno-Qualidade Inicial são padrões mínimos de qualidade, é aquilo que não pode faltar para que se realize o processo de ensino-aprendizagem. O Custo Aluno-Qualidade seria um caminho em que, daqui a dez anos, no final do PNE – a ideia do Custo Aluno-Qualidade é a de que ele seja implementado aos poucos, provavelmente no final do PNE –, o Brasil se aproxime de um padrão de investimento pautado em qualidade próximo daquele verificado nos países mais desenvolvidos do mundo.

Vocês devem ter ficado sabendo que a OCDE lançou um estudo na semana passada que mostra que o Brasil é o país que paga pior os seus professores em relação às análises que eles fazem sobre o Pisa, que é o sistema de avaliação internacional da educação, que, na minha opinião, tem muitos problemas, mas é uma metodologia de política comparada.

Então, a ideia é tentar, com o Custo Aluno-Qualidade Inicial como um primeiro passo e, depois, com o Custo Aluno-Qualidade, superar essa realidade. Esta é a mensagem do Plano Nacional de Educação: em 2016, começa-se a implementar o Custo Aluno-Qualidade Inicial, e isso vai se reajustando até 2024, com a implementação do Custo Aluno-Qualidade como padrão de qualidade, não só como padrão mínimo de qualidade.

É importante frisar aqui que, quando construímos o Custo Aluno-Qualidade Inicial, pensamos na trajetória de políticas que nascem com o Relatório Beveridge, na Inglaterra, que é a ideia dos padrões mínimos que garantam a qualidade de uma política social. No caso, o Relatório Beveridge era padrão mínimo de investimento suficiente para que os aposentados tivessem condição de sobreviver, com uma vida digna. No caso do Custo Aluno-Qualidade Inicial, quando falamos em padrão mínimo, é uma escola que seja digna e que, de fato, garanta a possibilidade de se estabelecer a relação ensino-aprendizagem.

O Custo Aluno-Qualidade Inicial e o Custo Aluno-Qualidade no PNE. Aqui, eu quero fazer uma propaganda do trabalho feito pelos consultores legislativos neste livro que é *Plano Nacional de Educação: Construção e Perspectivas*, que foi organizado pela Tatiana Feitosa de Britto e pela Ana Valeska, em que o Paulo Sena Martins apresenta como foi construída a perspectiva do Custo Aluno-Qualidade Inicial e do Custo Aluno-Qualidade no PNE. Fica registrado o trabalho que foi feito pela Consultoria Legislativa, que acaba sendo um elemento importante de registro documental do processo de luta da sociedade civil na incidência do Plano Nacional de Educação.

Vamos aos números, que eu acho que essa é a questão que mais chama atenção dos Senadores e que mais preocupa a gestão pública federal.

Quando estabelecemos o Custo Aluno-Qualidade Inicial, no início, criamos uma parceria, como eu disse, com o Conselho Nacional de Educação, relatada brilhantemente pelo Mozart, que logo mais vai falar aqui, na Presidência da Câmara de Educação Básica, do Cesar Callegari, e chegamos a alguns números que determinam quanto custa por aluno ao ano uma educação pública de qualidade que garanta todos aqueles insumos que eu listei para vocês.

No caso da creche, que é o caso mais clássico, porque é o valor maior, o custo por aluno ao ano de uma creche que garanta todos aqueles insumos é de R\$8.900; na pré-escola, R\$3.487; nos anos iniciais e finais, cerca de R\$3.300; na educação no campo, que exige mais investimentos, R\$6.092, em anos iniciais, e cerca de R\$5.729, em anos finais; no ensino médio, R\$3.352.

Eu queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, um grande amigo, que tem feito um trabalho brilhante em defesa da educação brasileira.

Qual é a questão?

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL CARA – A questão – para concluir, já estou no meu tempo extra – é que, nesse estudo de Custo Aluno-Qualidade Inicial, que foi relatado pelo Mozart, no decorrer do tempo, os números foram ficando defasados em relação à estratégia de cálculo.

É importante frisar que a Andréa Gouveia participou da construção deste instrumento da nossa publicação Custo Aluno-Qualidade Inicial, especialmente sobre a precificação. E a realidade é que a precificação no Brasil foi mudando muito ao longo do tempo.

E gente fez um exercício, já que demorava o Ministério da Educação homologar o parecer do Conselho... Em 5 de maio, completou cinco anos, não é, Mozart, que não foi homologado? O parecer está indo para o ensino fundamental.

Eu queria cumprimentar o Cordão, que também está aqui presente.

A gente fez uma nova estratégia de cálculo. Percebiam o quanto sobem, se a gente for atualizar esse estudo, o quanto sobem os valores da creche especialmente, que vão para R\$18.272,00. A explicação do aumento da creche ser tão alto é porque a gente implementou no Custo Aluno-Qualidade Inicial os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, que é outro trabalho do Conselho Nacional de Educação, que foi neste caso homologado pelo Ministério da Educação.

Então, qual o ponto que quero trazer aqui para vocês? Quanto mais tempo o Ministério da Educação demorar para homologar esse parecer mais o preço ficará elástico, ou seja, mais a gente vai ter necessidade de reatualizar o estudo do CAQi.

Em nível comparativo, eu trouxe aqui o que é o CAQi atualizado e o que a gente chama de CAQi-CNE, que é fruto dessa parceria entre campanha e Conselho Nacional de Educação. Como vocês podem observar, a barra azul, que é o atualizado, é bem diferente da barra vermelha. E essa é uma questão que nos preocupa bastante.

Importante frisar que, na Conferência Nacional de Educação, a plenária final, por unanimidade, aprova que o Ministério da Educação deve homologar a resolução do Conselho Nacional de Educação e deve fazer isso através de um grupo de trabalho composto pela Campanha, nominalmente citada, pelo Conselho Nacional de Educação e outras entidades, que certamente devem contemplar o Senado Federal para garantir que esse parecer seja reestudado e que seja um parecer, enfim, homologado.

E para dar uma resposta à demanda da Senadora Fátima Bezerra em relação ao Fundeb, nós fizemos uma simulação – a Andréa também participou dos *e-mails* quando fizemos esse estudo, liderado pelo Prof. José Marcelino de Rezende Pinto, da USP, de Ribeirão Preto – do que deveria ser o Custo Aluno-Qualidade Inicial se ele fosse implementado pelo Fundeb. O Fundeb é o caminho que a gente considera mais promissor para a implementação do CAQi. A diferença entre aquilo que é o Fundeb em 2012 e aquilo que deveria ter sido o Fundeb para a garantia do CAQi é de cerca de R\$37 bilhões, R\$46 bilhões, considerando aqui que a União já faz uma complementação.

O resultado disso é o seguinte: hoje, segundo o último dado, que só foi possível graças a um requerimento de informação do Senador Randolfe Rodrigues, disponível pelo Inep, a cada um real investido em educação, o Governo Federal coloca 18 centavos. Os 5.569 Municípios, se não me engano, agora novos Municípios, foram criados novos Municípios nos últimos meses, representam 42 centavos, os Estados e o Distrito Federal 40 centavos. Aqui estão contempladas todas as transferências obrigatórias, não estou falando de transferências voluntárias. As transferências voluntárias estão relacionadas à parte da União aqui na pizza.

Com a implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial via Fundeb, que significa 1% a mais do PIB investidos nesse Fundo, basicamente o que significaria isso? A cada um real colocado por Estados e Municípios o Governo Federal colocaria cerca de 40 centavos no Fundeb. Hoje coloca 10, subiria para 40.

A pizza ficaria praticamente dividida de maneira equânime, o Governo Federal colocaria 31 centavos a cada um real investido em educação. Estados e Distrito Federal, 34 centavos, e Municípios, 35 centavos. O que significa que a gente estaria numa perspectiva de justiça federativa, que é o que o PNE emana como demanda.

Aqui não vou entrar nesse debate, acho que o Mozart pode tocar nisso, mas eu trouxe as sete objeções do Ministério da Educação já respondidas devidamente, através de um grupo de trabalho liderado pela campanha, em relação ao por que o parecer do Custo Aluno-Qualidade Inicial não ter sido homologado. O que posso adiantar a vocês é que, na nossa visão, é preciso que o Ministério da Educação se abra ao diálogo em relação Custo Aluno-Qualidade, que não evite esse processo de debate, tal como foi aprovado pela Conferência Nacional de Educação, porque as objeções que ele apresenta, e eu apresentei essas objeções lá no CNE, o Cordão estava presente naquela oportunidade, são frágeis, em termos da própria leitura do parecer.

Então, a gente analisou isso em São Luís do Maranhão, e a nossa conclusão é de que elas não são suficientes para subsidiar objeções que de fato impedem uma homologação de um parecer tão central para a garantia da educação pública de qualidade.

Bom, eu queria agradecer – eu já ultrapassei o meu tempo – a oportunidade de estar aqui com vocês, e, mais uma vez, parabenizar o Senado Federal por esta iniciativa de colocar esse tema em debate.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom, agradecemos aqui a contribuição de Daniel.

E vamos passar agora a palavra para o Prof. Mozart, que é Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, e, conforme o Daniel já aqui mencionou, vem participando intensamente desse debate junto à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que, justiça seja feita, tem sido a entidade que lançou as base programáticas no que diz respeito à questão do Custo Aluno-Qualidade Inicial e do Custo Aluno-Qualidade.

Quero registrar, com muita satisfação, a presença entre nós, além do nosso Presidente, Senador Romário, do Senador Hélio José, do Distrito Federal, da Senadora Ângela Portela, do PT de Roraima, e do Senador Cristovam, do PDT do Distrito Federal.

Agora passamos a palavra para o Prof. Mozart.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, ao mesmo tempo que agradeço pelo convite para estar aqui nesta Mesa; cumprimentar os Senadores já aqui nominados; cumprimentar a Senadora, os colegas de Mesa, meu colega e amigo, Francisco Cordão, já aqui nominado.

Minhas senhoras e meus senhores, eu procurei, na minha apresentação, ver como poderia contribuir para o debate e esclarecer os Senadores a respeito da minha visão ao longo desse período, que hoje já completa praticamente seis anos, desde que nós iniciamos esse trabalho no CAQi, trabalho que cumpro e procurei fazer com um grande esforço. Foi uma honra para mim. Foi uma das relatorias que me deu um enorme prazer, quando membro do Conselho Nacional de Educação.

O que eu vou trazer aqui, acho que para ajudar e complementar aquilo que de certa maneira o Daniel já colocou, já nos apresentou, até para compreender o que seria óbvio, ou seja, por que é que não foi implementado. E naturalmente eu vou procurar fazer isso com uma visão híbrida sobre aquilo que tecnicamente, de fato, aconteceu e também dando uma interpretação da minha parte. Portanto, com relação a essa última, cabe naturalmente uma avaliação das demais.

Então, eu optei por fazer uma linha do tempo. O CAQi teve o seu parecer resolução fruto desse termo de cooperação entre a Campanha e o Conselho Nacional de Educação de 2008 – não é isso, Daniel? E a partir daquele momento foi, então, constituída uma comissão para tratar do tema, cujo Presidente foi o nosso Cesar Callegari, e eu tive, como eu disse, a honra de relatar a matéria do CAQi no Conselho.

Isso nos tomou basicamente dois anos de muito trabalho. E devo confessar que, no primeiro momento, eu tive muitas dificuldades, porque não é um tema simples. Aparentemente é simples, mas não é simples, porque, na prática, o tema do CAQi regulamenta o inciso IX do art. 4º da LDB, em que se fala exatamente dos padrões de qualidade de qualidade. Mas definir padrões num país com tanta diversidade como o Brasil não é uma coisa trivial. E isso nos tomou tempo, mas foi muito gratificante, por outro lado, porque eu aprendi bastante ao longo do parecer e do próprio processo.

Eu quero, sobretudo aqui, registrar os meus agradecimentos à Campanha, principalmente ao Daniel e ao Marcelino, que nos ajudaram profundamente no que diz respeito a esse parecer e à própria resolução.

Então, em 5 de maio de 2010, o parecer e a resolução foram aprovados pelo Conselho Nacional; e em 14 de maio de 2010, nove dias depois, foi encaminhado pela Secretaria Executiva do CNE à chefia de Gabinete do Ministério da Educação, para que se pudesse fazer, então, uma análise e eventual homologação do parecer.

Em 24 de maio de 2010, o Gabinete do Ministro encaminha para a Conjur, o que é natural, até aqui, porque tem que se ouvir a assessoria jurídica para que se faça uma análise e manifestação.

Em 25 de maio, a Conjur entende – isso aí foi tudo fruto do parecer que eu recebi depois de longo tempo, como vocês vão ver, do Ministério de Educação, aí eu entrei para poder entender como foi a visão do MEC durante esse período –, a Conjur sugere, pela especificidade da matéria, encaminhar, previamente, à Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação, que, naquele momento, tinha como Secretária a Profª Pilar.

Esse asterisco em vermelho, mais adiante, eu vou explicar o porquê.

A SEB faz uma análise de dez páginas, em que reconhece a importância da matéria – e aí eu quero principalmente retratar a maneira construtiva como a SEB fez essa análise, procurando, realmente, analisar cada um dos pontos, até porque a Secretária Pilar é membro nato do próprio Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica, portanto, ou ela, ou alguém da própria Secretaria acompanhou todo o debate, que não ficou só um debate interno, até chegar à aprovação, mas fizemos audiências públicas, foi um debate intenso no Conae, até chegar ao parecer, resolução. Então, a Pilar e a equipe da SEB já tinha, portanto, um acompanhamento muito profundo do tema.

A SEB fez, naturalmente, a partir do momento que foi oficializada uma análise mais apurada de dez páginas, na oportunidade, várias sugestões, que foram trazidas à tona, à luz do debate. Por exemplo, a questão dos salários. A gente sabe que nós não temos um padrão nacional, ao contrário, nós temos uma disparidade muito

grande. Houve uma proposta, por exemplo, da SEB que nós deveríamos levar um pouco em conta essa questão salarial do professor e dos educadores, de uma maneira geral, envolvidos com a escola. E isso, naturalmente, retornou ao gabinete com essas sugestões, em 11 de fevereiro de 2011, portanto, um tempo, razoavelmente, esperado de sete, oito meses para a complexidade da matéria – é o que eu esperaria também.

A chefia do Gabinete do Ministro, então, encaminha, antes de retornar à Conjur, ao FNDE, para complementar as contribuições sugeridas pela SEB, porque, dentro das sugestões encaminhadas pela SEB, havia questões vinculadas à questão do espaço físico, metro quadrado, a construção, quanto custa. Por isso que eu disse é um tema que me tomou alguns finais de semana e minha família reclamava muito do CAQi, mas me dedeei bastante nele. E isso, naturalmente, levou ao encaminhamento para o FNDE. Isso em fevereiro de 2011.

O FNDE faz, então, uma ampla análise. Mas antes eu gostaria de chamar a atenção. Eu fiz uma consulta, acho que Cesar se lembra, pela complexidade e pela questão do metro quadrado, a gente solicitou oficialmente ao próprio Conselho Nacional, Daniel se lembra, ao FNDE, para nos ajudar, inclusive, porque durante o próprio debate já tínhamos a certeza dessa complexidade. E aí eu disse: bom, vamos também nos socorrer do FNDE, já que tem construção de creche, tem uma série de coisas, que pode nos ajudar. Mas devo, infelizmente, relatar que, apesar de ter havido um retorno, foi um retorno muito, digamos, seco, sem muita riqueza, do ponto de vista de nos ajudar naquela relatoria. De tal maneira que, praticamente, nós não conseguimos aproveitar a contribuição que veio do FNDE, naquela oportunidade.

E aí já, agora sim, induzido pelo próprio Ministério, o FNDE faz uma análise, muito apurada, nas suas duas diretorias, uma ligada à infraestrutura e uma outra ligada à tecnologia e à parte administrativa. Particularmente a de infraestrutura destaca alguns aspectos dos espaços internos: a questão do metro quadrado, quanto custava, a disparidade. Mandou um monte de conjunto de tabelas para mim – isso depois já de todo um pedido anterior que eu havia feito, mas só chegou naquele momento em que o MEC de fato pediu oficialmente ao FNDE.

O FNDE retorna ao Gabinete do Ministro com bastante celeridade, diga-se de passagem, em dois meses encaminhou ao Ministro tudo aquilo que na verdade a gente havia solicitado naquele momento.

Qual foi o primeiro grande problema com que nós nos defrontamos neste momento de abril de 2011? Ficamos com duas matrizes: aquela do CAQi, que foi intensamente trabalhada pela Campanha e conosco posteriormente, e a matriz do FNDE, que foi uma outra matriz. E aí isso nos deu todo... Eu só percebi depois, na verdade, do encaminhamento. Em 27 de fevereiro de 2012, a gente observa – aí vem aquele asterisco em vermelho que eu citei no início –, no corpo do processo que veio, então, do MEC para o CNE, isso já em 2013, que, além de ter enviado para a SEB, por solicitação da Conjur, a chefia do gabinete também caminha para o Inep.

Então, na verdade correram dois processos paralelos dentro do próprio Ministério: um que foi enviado para a SEB e outro que foi encaminhado para o Inep. O da SEB teve essa repercussão depois no próprio FNDE. Então, dentro do processo se vê claramente isto: houve dois encaminhamentos. O Gabinete do Ministro mandou tanto portanto para a SEB como para o Inep.

E aí eu quero destacar, depois do retorno do FNDE, o parecer da Secretária Pilar. Ela começa destacando a iniciativa meritória do próprio Conselho em relação ao CAQi e faz algumas sugestões. E aí eu quero reconhecer a forma construtiva... Porque a questão de você aceitar ou não uma determinada resolução de um conselho...

Quando fui Secretário de Educação, nem sempre eu concordei com alguns pareceres que vinham do Conselho Estadual de Educação, mas eu discutia com o Conselho por que eu não concordava e naturalmente a gente debatia, discutia para ver se conseguia chegar a um denominador comum. Assim quando fui reitor também nem tudo o que vinha do próprio sindicato, alguns pontos, eu não concordava. Isso é parte de qualquer processo em que você quer de alguma maneira construir de forma coletiva.

Por isso eu quero ressaltar que, além da maneira construtiva como Pilar apresentou, ela mesma pegou o próprio parecer nosso e fez – quer dizer, ela a equipe – algumas mudanças. Isso, para mim, mostra uma postura construtiva, o que é muito importante. Isso torna o seu trabalho melhor.

Eu tive uma reunião naquele mesmo período com o próprio Ministro Haddad e com a equipe. O Paim na época era o Secretário Executivo e o Presidente do Inep era exatamente o Fernandes, como é que... Quem era o Presidente do Inep? Lembra? O Reinaldo. Nós almoçamos para tratar de alguns temas e, entre eles, o CAQi. E eles foram muito honestos comigo e disseram: “Olha, a gente não concorda com o CAQi. Eu sei que você é o relator da matéria.” Mas não ficava muito claro para mim por que não havia essa concordância. Eu dizia: Mas, Ministro, está muito claro que é uma maneira de a gente definir um padrão, organizar o sistema e, portanto, responder aquilo que está posto na própria LDB.

Ai ele disse: “Não, Mozart, porque o CAQi agora já não mais...” Eu estou aqui colocando nas minhas palavras essa... porque eu acho que é importante as pessoas entenderem para, a partir desse momento, se situarem nessa questão. Ele disse: “Não Mozart, acho que agora o financiamento já não é mais aquilo que foi motivador do CAQi naquela oportunidade em que o CAQi foi construído.” Aí eu disse: Bom Ministro, mas eu não acho e

não acho e não vejo somente pelo lado do financiamento. Eu acho que é uma maneira de você regulamentar algo muito importante que está posto na Constituição e que está posto também na LDB.

Por exemplo, a gente sabe, o Senador Cristovam já foi também reitor de uma universidade como eu, de uma Universidade Federal, que o artigo 208 fala que as universidades têm autonomia administrativa, financeira, pessoal e acadêmica, mas que, na prática, como esse artigo nunca foi regulamentado, a gente não tem de fato autonomia nas universidades federais.

Então, isso naturalmente ajudou o trabalho da Pilar no nosso trabalho. Mas nós sabíamos dessa dificuldade política no âmbito do Ministério. E aí veio o parecer do Inep paralelo ao da SEB. Aí, o do Inep foi para jogar um balde de água fria, como a gente costuma popularmente dizer. Porque ele entrou com um conjunto de outros fatores que, no meu entendimento, não cabiam para a questão do CAQi. Por exemplo, Daniel, ele pedia um indicador do CAQi. Não tem indicador do CAQi. Pedia o Ideb para a educação fundamental. Não é papel de uma relatoria do CAQi falar de Ideb de educação infantil. E aí, nesse mesmo momento, propôs um conjunto de pesquisas, em parceria com o Inep e outras instituições.

Bom, agora fica difícil a gente... Depois de tanto esforço, tanta discussão, tanta audiência pública, das quais o próprio Ministério participou.

(Soa a campainha.)

Aí tem uma pausa. Isso foi em 2011. E aí, aparentemente, a coisa dorme, como a gente costuma dizer. E houve uma mudança: Cesar assume a Secretaria de Educação Básica (SEB), e o Binho, que não pôde estar aqui, a Flávia já justificou, por problema de reunião interna, assume a Sase. Aí, nesse momento, houve a mudança no Ministério, e não foi por conta deles, mas, a partir disso, o processo dormiu – é um termo popular que a gente usa – no Ministério da Educação. Isso em 26 de fevereiro de 2012.

E nós ficamos, até junho de 2013, pedindo cartas ao Ministério, que devolvesse, pelo menos dizendo por que não concordava. Eu me lembro que Cordão, então, estava exatamente como presidente da Câmara de Educação Básica e ele foi ao próprio Ministro. Mas, enfim, passou o processo um ano e meio dormindo no Ministério da Educação, sem a gente saber a razão exata do problema.

Até que em 10 de junho de 2013, portanto, a gente está falando aí... Entrou em 2011, em 2010 foi aprovado, quer dizer, quase três anos e meio. Aí, o chefe do Gabinete do Ministro envia para a Sase. Já havia mandado para SEB, já havia mandado para o Inep, já havia mandado para o FNDE, já havia todo um processo, aí, agora, manda para a Sase, visando – olha o detalhe interessante – a criar uma comissão especial, para propor políticas públicas que melhorem a qualidade da educação básica, um ano e meio depois. Aí tem o parecer da Sase. Eu aí eu achei que não foi tão construtivo, Flávia, quanto foi o da Pilar. Veio algo que, naturalmente, seguia de uma maneira, para mim, muito seca, realmente. Sinceramente, não tive como trabalhar a partir daquele momento.

Em 25 de setembro de 2013, o Gabinete do Ministro retorna à Conjur. Quer dizer, a gente já estava com quase quatro anos, três anos e meio, não é? E aí a Conjur, que é a última instância, porque a gente estava em uma pressão junto ao ministério para reencaminhar o Conselho Nacional, pelo menos para dizer o porquê, já que a gente só veio saber de tudo isso depois. Isso o que eu estou relatando chegou depois. Aí, a Conjur diz que o CNE, sob o aspecto formal não desbordou de sua competência, mas precisamente daquelas previstas nas alíneas, e as cita. Trata-se de discussão técnica, ele entende que era muito técnica, e sem maiores questões jurídicas. E ele propõe que se amplie o debate em relação à questão do CAQi e que retorne ao CNE.

Bom, concluindo: quando retornou já foi, na verdade, em 2014, no início de 2014 que chegou lá no CNE. E aí eu disse ao Daniel, era impossível, para mim, estava faltando alguns meses, para continuar na relatoria de um processo. Eu passei oito anos no CNE, e seis anos no CNE foram basicamente dedicados ao CAQi. Eu não poderia, em três meses, pegar todo aquele volume de informações que vieram naquele momento do Ministério da Educação, das suas diferentes instâncias, algumas dessas sugestões de forma muito construtivas e outras, eu diria... É aquele negócio: se quer achar problema, se acha em qualquer lugar.

Então eu concluo dizendo o seguinte: primeiro, que o tema tem que ser retornado e o CNE tem que se debater. Está há mais de um ano no CNE. Cesar retornou agora. Talvez, não sei se o Cordão pode até explicar, mas já está há um ano também no CNE.

Agora, no meu entendimento – estou aqui falando com o coração aberto, até porque entendo a importância do tema, mas o tema já não está mais dentro do meu portfólio, do meu dia a dia –, não é só uma questão técnica, não é só uma questão financeira; é uma questão política, porque na medida em que o inciso IX e o art. 4º – isso numa conversa no café com o Cordão, a gente chegou a esta conclusão –, os órgãos de controle, a partir do CAQi aprovado e homologado, vão ter, os órgãos de controle, o Ministério Público e tribunais de contas, para cobrar dos governos nas suas três esferas administrativas, o porquê de uma escola não funcionar como deveria funcionar. Essa é a razão. Não é técnica, não. Essa é a minha interpretação, de que jamais o CAQi vai ser homologado se a gente não se comprometer de fato com a questão da prioridade da educação neste País.

No meu último artigo, que escrevi quinta-feira passada no *Correio*, Senadora Fátima Bezerra, eu disse “Os dois braços do espadachim”. Quer dizer, a educação brasileira, grande parte do que Daniel nos mostrou já deveria ter sido uma agenda vencida no século XX. A gente já deveria estar com outra agenda para o século XXI, agenda estratégica, que outros países estão... E é por isso que há uma diferença fundamental entre o CAQi, com “i”, e o CAQ, sem “i”. E para mim passa por uma decisão que não é técnica, que não é financeira, até porque o *per capita* aluno hoje, tirando creche, está em R\$5.500,00. É uma questão política. E eu acho que isso vai trazer muito trabalho, mas eu acho que vale a pena, eu acho que esse é o País que a gente espera deixar como legado, com uma boa educação para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Prof. Mozart, pela qualificada contribuição ao debate.

Nós vamos agora passar para a Flávia, que é a Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino. O Prof. Binho Marques, que é o Secretário, enfim, em função de uma outra agenda, aliás uma agenda hoje... Ele está reunido com a CNTE, Daniel, bem como também com o Consed, com o Ministro da Educação, Prof. Renato Janine Ribeiro, tratando exatamente das greves que acontecem neste momento em alguns Municípios, alguns Estados da Federação.

Mas antes de passar a palavra para a Profª Flávia, eu quero aqui rapidamente registrar a presença do Senador Lasier Martins, lá do Rio Grande do Sul. Quero registrar a presença de Paulo Sena, Paulo que é consultor legislativo lá da Câmara dos Deputados, Paulo que, enfim, tem dado uma importante contribuição a este debate, foi um dos principais consultores na época lá na Câmara, não é Daniel?, quando exatamente do debate e da aprovação da Lei do Fundeb, bem como outros temas. É autor inclusive de livro sobre a trajetória e a construção do Fundeb. Quero também registrar, com muita alegria, a presença do Prof. Cordão, que foi Presidente do CNE e é conselheiro da Câmara de Educação, de Rosiléa, que é Coordenadora Geral de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, do Prof. Francisco Domingos, que aqui representa o Proifes, Carla, aqui da Unesco, Taís, também da Unesco, Natália, Profª da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde do GDF, Ramiro, que é gerente de projetos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidente da República.

Com a palavra, a Profª Flávia.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – Bom dia a todos. Bom dia, de forma especial, à Senadora Fátima, que nos coordena nesta manhã nesta audiência pública. Ao cumprimentá-la, quero estender os meus cumprimentos a todos os membros desta mesa de debates. Quero cumprimentar e agradecer o convite, Senador Romário, ao Ministério da Educação para estar presente aqui neste momento. Cumprimento os demais Senadores, a plateia, fazendo um cumprimento especial ao Prof. Cordão, que tem nos ajudado tanto em todos os debates sobre a política pública nacional ao longo de tanto tempo.

Quero justificar a ausência do Secretário Binho Marques. Como já foi dito pela Senadora, estamos num momento bastante complicado, do ponto de vista dos movimentos que estão surgindo em todo o Brasil e, neste momento, o Secretário Binho e o Ministro estão reunidos com a CNTE e com os Secretários Estaduais de Educação no Ministério da Educação. Por essa razão, eu fui convocada, praticamente de última hora, para estar com vocês. Pretendo contribuir e, na medida do possível, levar todas essas sugestões e todas essas falas que são feitas aqui para o Ministério, a fim de que este debate, realmente, possa criar corpo dentro do Ministério.

Neste ciclo de audiências públicas, que hoje trata da implantação do CAQ e do CAQi, em que se pretende falar das definições, fontes e mecanismos, nós temos uma visão, que trago do Ministério da Educação, de que não podemos discutir esse tema fora de um debate bastante amplo, o debate necessário da instituição do Sistema Nacional da Educação. O Plano Nacional da Educação, o nosso PNE, também dá um prazo bastante curto, dois anos após a aprovação do Plano, para a instituição, em lei específica, do Sistema Nacional de Educação. Esse debate está acontecendo de forma bastante intensa. A gente considera que falar de CAQ (Custo Aluno-Qualidade) descolado da conceituação do Sistema Nacional de Educação, pode nos levar a mais atrasos do que já tivemos até agora, o que eu, pessoalmente, considero muito negativo, do ponto de vista da importância do tema na política educacional.

Para falar do sistema, a gente precisa conceituar um pouco como nós estamos entendendo o Sistema Nacional de Educação, assim instituído. A gente entende o Sistema como um aperfeiçoamento na organização da educação nacional, sustentado por um acordo federativo construído de forma democrática e inscrito em um conjunto de leis nacionais capaz de orientar cada sistema ou rede de ensino para que o direito constitucional inalienável seja garantido com equidade a cada cidadão brasileiro.

Então, tudo o que foi falado aqui com relação ao conceito de CAQi e à importância do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), como ele nasceu, como ele evoluiu, tudo isso está profundamente ligado a esse conceito, a essa conceituação, a esse entendimento de Sistema Nacional de Educação. Nós entendemos que a instituição do

Sistema Nacional vai acontecer não em uma lei específica apenas, como o PNE, a princípio, coloca, mas num conjunto de quatro movimentos principais, todos eles relacionados ao Custo Aluno-Qualidade, porque o mesmo está na base de tudo, vou tentar mostrar o porquê.

O Sistema Nacional de Educação só tem sentido se ele tratar do direito, da equidade de todo brasileiro, de toda brasileira, independentemente de onde nasceu, de onde vive, da sua condição, do seu momento de vida, considerando que a educação tem de se dar ao longo da vida para todos os públicos, para todas as pessoas. Então, com esse princípio, é fundamental, nós entendemos, que a LDB traga os princípios, as ideias centrais do funcionamento do sistema, a estrutura desse sistema e como os órgãos públicos, como a sociedade, de maneira geral, deve se orientar com relação à garantia dos padrões e dos direitos, que devem ser iguais para todos.

Portanto, a LDB, em nossa opinião, deve voltar a receber um capítulo sobre o Sistema Nacional de Educação, como era intenção, quando ela foi aprovada em 1996. Nesse capítulo, ou em alguns capítulos, nós entendemos que o conceito do Custo Aluno-Qualidade tem de estar presente. Nesse conceito, não existe nenhum tipo de contradição entre o que se pensa no Ministério da Educação e o que pensa o Conselho Nacional ao encaminhar o seu parecer.

Quer dizer, nós precisamos ter referenciais nacionais de qualidade que realmente dirijam o financiamento. Porque hoje, como o Fundeb está, embora ele tenha representado um avanço, seja um avanço imenso para a educação brasileira, como já foi relatado aqui, nós não temos o valor aluno/ano vinculado a um padrão de qualidade. E dessa maneira é muito difícil a garantia do direito, porque nós temos direito a quê? Que qualidade é essa? Então, do ponto de vista conceitual, eu imagino, posso estar enganada, me corrijam, não há nenhum tipo de senso, não há discordância com relação a esse conceito. Nós precisamos ter referenciais nacionais que orientem o financiamento.

Isso tem que estar claro na LDB. Porque se isso estiver claro na LDB, junto com outras coisas que eu vou falar daqui a pouco, nós podemos pensar na regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, que é aquele que fala das competências comuns para a garantia do acesso à educação, de uma maneira diferente. Quer dizer, se nós temos os referenciais e esses referenciais são vinculantes, são obrigatórios, nós vamos ter então, nessa regulamentação do art. 23, por lei complementar, um conjunto, essa é a nossa ideia, a nossa proposição, um conjunto de comandos que tornem obrigatórios aos sistemas de ensino, aos dirigentes, fazerem com que esses padrões se concretizem. Mas isso só pode ser exigido se as regras de financiamento forem adequadas a isso.

Então essa ideia, eu estou colocando aqui, o debate não é sobre Sistema Nacional, mas eu estou colocando essa figura, para dizer que o conceito de CAQi ele é base, ele é basilar de todo esse debate. Nós não podemos discutir o Sistema Nacional sem discutir o Custo Aluno-Qualidade, porque ele vai referenciar esse debate. Então, do ponto de vista do Ministério da Educação, isso está assimilado, isso está bastante claro nos debates internos que estão acontecendo neste momento.

Com base em todas essas regras nacionais, aí entra em ação um trabalho muito importante que nós vamos ter que fazer, que é a reorganização dos sistemas de ensino estaduais e municipais, aqueles que optarem por isso, para que eles se adequem a essas leis nacionais. Então, é um trabalho que vai envolver o Congresso Nacional, vai envolver o Executivo, vai envolver o Conselho Nacional e nós vamos ter uma mobilização nacional em torno desse trabalho, para que as leis de sistemas se adequem então a esse conjunto de comandos nacionais. Isso a gente entende que seria então o Sistema Nacional de Educação instituído, e o CAQi estando na base desse trabalho.

Então, de forma agora não gráfica, mas escrita, o que nós entendemos que tem que estar presente na LDB, comandando todas essas ações de regulamentação do art. 23, de regras de financiamento adequadas para a garantia do direito e para a organização dos sistemas estaduais e municipais, é que na LDB nós temos que ter o reflexo do que o professor Cury chama de unidade na diversidade e o princípio da interdependência. Quer dizer, nós temos que ter lá na LDB o princípio da base nacional comum, porque a base nacional comum tem que orientar o Custo Aluno-Qualidade. Se nós não tivermos o Custo Aluno-Qualidade dando conta de um projeto da escola, do currículo, como, acho que foi a primeira frase que o Daniel colocou aqui, quer dizer, o que é que acontece na escola, não tem sentido. Então, é preciso ter esse princípio.

Nós também precisamos de referenciais para a estrutura e funcionamento dos estabelecimentos escolares, precisamos de referenciais para a valorização profissional, para a avaliação institucional e para a gestão democrática no seu sentido amplo, incluindo o funcionamento dos conselhos, dos fóruns, das instâncias de negociação e das conferências de educação.

E é claro que o art. 23 vai precisar então tornar todas essas... Fazer com que normas de cooperação efetivem todos esses princípios que são princípios de qualidade. E é claro que as regras de financiamento vão ter que dar conta desses princípios de qualidade. E aí vem a questão fundamental da ação supletiva que é do Ministério da Educação, da União, representado pelo Ministério da Educação e também dos Estados com relação

aos seus próprios Municípios. Então, essas regras de financiamento têm que mudar em função de se garantir necessariamente a ação supletiva para que esses padrões sejam atingidos, para que essa referência nacional de qualidade seja realmente garantida para todo o cidadão brasileiro. Assim, o conceito do CAQ, eu acho, não tem diferença em relação a esse entendimento.

Quais são as ações que estão em andamento no MEC, em relação à implantação do CAQi e do CAQ, que são comandos do PNE e são interiorizados no MEC como ações importantes que têm de ser tornadas concretas.

Nós temos, principalmente, quatro ações em andamento. Primeiro: um planejamento estratégico, que está sendo feito desde a época do Ministro Paim, que considera ações de curto prazo... Que focam em ações de curto prazo do PNE e o papel do MEC em cada uma dessas ações. Então, os prazos de dois anos para o CAQi, agora um ano, e mais a implantação progressiva do CAQ, faz parte desse trabalho. Então, nós estamos debatendo, internamente com todas as Secretarias: FNDE, Inep, e a própria Capes se envolve, por causa da formação de professores. Nós temos, então, esse trabalho de discussão interna, que é um trabalho técnico.

Nós temos também tomado muito cuidado na elaboração do PPA para que a gente possa fazer uma escuta de vários atores que têm interesses no produto que será esse PPA, principalmente o Fórum Interconselhos. Nós temos trabalhado e, aliás, essas reuniões têm sido muito frequentes, juntando as decisões do planejamento estratégico, no plano plurianual, para fazer com que, realmente, o Ministério tenha condições efetivas de garantir que esse Custo Aluno-Qualidade seja discutido e implantado de forma concreta, como diz a lei. Então, nós estamos cuidando desse assunto nesses debates técnicos e internos do Ministério da Educação do ponto de vista das equipes que são das Secretarias e das entidades ligadas ao MEC.

Existe também uma iniciativa muito importante que é o Projeto da Sase com a Universidade Federal de Goiás que é o SIMCAQ. O SIMCAQ é um simulador (acho que muito dos presentes conhecem) de custos com base nesses estudos do CAQ, desenvolvido pelo Prof. Thiago Alves, orientado pelo Prof. Marcelino, da USP, que o ajudou a elaborar e conceber o CAQ, que nós, do Ministério da Educação, julgamos extremamente importante.

É um simulador fundamental para que os Secretários Municipais de Educação principalmente e suas equipes possam calcular os custos do desafio que eles têm nos planos municipais que estão sendo construídos agora de forma vinculada ao PNE. Quer dizer, se um determinado Município precisa expandir um determinado número de vagas em creches, por exemplo, ele precisa programar isso ao longo do tempo. Para fazer essa programação, ele tem de fazer cálculos importantes e os mais precisos possíveis, próximos da realidade, para que ele possa colocar isso como meta em seu plano municipal e possa realmente fazer com que essa meta se concretize ao longo do tempo, com o apoio do Estado e da União.

Para nós, essa é uma iniciativa importante. O Prof. Tiago desenvolveu esse trabalho durante sua tese de doutorado. Já houve um trabalho junto ao Ministério da Educação para que esse SIMCAQ chegue à versão que hoje está, versão *desktop*, e mais um trabalho que nós estamos iniciando e que fará com que esse simulador seja *on-line* e fique disponível em nossa plataforma, no *site* do Ministério da Educação para uso livre de qualquer Secretário de Educação. Então, para nós, essa é uma iniciativa importante e mostra, do ponto de vista do Ministério, a disposição, realmente, para o diálogo e para a conversa em relação à construção do Custo Aluno-Qualidade.

Finalmente – já estou encerrando, Senadora – , foi criado um grupo de trabalho e, coincidentemente, quando cheguei ao MEC hoje, fui informada que hoje foi publicada a portaria que institui, oficialmente, esse grupo de trabalho que já começou a desenvolver estudos no MEC. É um grupo de trabalho interno, de assessoramento do Ministro, com o objetivo de orientar ações do MEC em diálogo com a sociedade.

Finalmente, atendendo a essa demanda bastante clara, que foi colocada aqui pelas duas pessoas que me antecederam, o Ministério da Educação está se preparando para realmente abrir, de forma definitiva, esse debate, esse diálogo, fazendo com que todas essas vozes sejam ouvidas pelo Ministério da Educação. Nós precisamos fazer quase uma DR aqui. Essa discussão toda tem que ser apresentada para esse grupo, tem que fazer parte da rotina de trabalho desse grupo. Esse grupo é formado pela Secretaria de Educação Básica, FNDE, Inep e Sase. O objetivo é fazer os estudos necessários para ajudar, assessorar o Ministro e orientar as suas ações nesse debate com a sociedade.

Eu fui informada de que essa portaria foi publicada hoje de manhã. Ela se baseia nas estratégias do PNE. Eu acho que isso é bastante importante. É um passo importante, é uma resposta importante do Ministério, neste momento, de reconhecimento dos comandos do PNE, que são nacionais e importantes. O Ministério está assimilando dessa maneira.

De forma geral, quero agradecer o convite para estar aqui; mais uma vez, pedir desculpa, em nome do Secretário Binho, por ele não estar; e dizer que o Ministério, com essas iniciativas, está disposto a abrir esse diálogo. E, certamente, no prazo que a lei determina, nós teremos o Custo Aluno-Qualidade implantado no Brasil. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Profª Flávia, pela contribuição.

Vamos passar, imediatamente, para o Prof. Cesar Callegari, aqui representando o Conselho Nacional de Educação. O Cesar é, atualmente, Conselheiro da Câmara de Educação Básica.

Com a palavra, o professor.

O SR. CESAR CALLEGARI – Bom dia. Muito obrigado, Senadora Fátima e também todos os Senadores. Até quero pedir desculpas ao Senador Cristovam Buarque porque lhe prometi entregar, quando estivemos na Universidade de Yale no começo do ano, aqui no Senado, o livro *Os Desbravadores*, muito interessante, do autor Felipe Fernández-Armesto, mas esse livro está esgotado. Eu já pedi para a Companhia das Letras ver se consegue achar, mas ainda estou na dívida.

Quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, mas era bom que todos os meus devedores se comportassem tão bem assim. (*Risos.*)

O SR. CESAR CALLEGARI – Mas, de qualquer maneira, não apenas pela dívida, ao encontrar aqui os Senadores, os componentes da Mesa e os que nos assistem também, a ideia é de que nós temos ainda um longo caminho para desbravar os caminhos da educação de qualidade.

Eu faço coro às informações prestadas, inicialmente, pelo Daniel Cara, porque, de fato, o financiamento da educação, no Brasil, dispõe de uma legislação avançada. Aliás, há muito tempo é avançada. Embora avançada, não temos produzido tantos avanços de qualidade como era de se esperar diante do ferramental legal e normativo do qual o País dispõe.

Referências mais imediatas ao Fundef, que já foi um sistema de vinculação de recursos ao ensino fundamental, que foi sucedido, aliás, bem sucedido, criativamente sucedido pelo Fundeb, que ainda tem um tempo para expirar. O Fundeb, Senadora, vai até 2020, mas, nas circunstâncias em que vivemos, eu e muitos achamos que ele pode já receber alguns retoques, principalmente diante daquilo que está como obrigação de fazer por parte do Estado brasileiro, que é o detalhamento a respeito da distribuição dos recursos do petróleo, que é uma novidade no âmbito do Plano Nacional da Educação, mas ainda precisa ser regulamentada – e rapidamente regulamentada já que, até por questões de entraves junto ao Supremo Tribunal Federal, recursos provenientes do Fundo Social do petróleo e outros acabam sendo bloqueados e não estão correndo como deveriam correr pelo sistema circulatório que abastece de recursos a educação pública brasileira.

Quero dizer também que, por conta desses avanços na legislação, além de Fundef, Fundeb, é, de fato, algo notável a aprovação da meta de atingimento de 10% do Produto Interno Bruto, para ser vinculado à Educação. Quer dizer, é um grande avanço que ainda precisa, também, ser regulamentado. Veja que nós já estamos chegando ao final do primeiro ano do Plano Nacional da Educação e eu, pelo menos, não encontro pistas de como é que vão ser regulamentadas as obrigações federativas em relação a esses 10% do PIB. Será só por conta da União? Os Estados e os Municípios terão obrigações, também, em relação a isso? Enfim, há uma dúvida grande, exatamente nesse instante em que Estados e Municípios se debruçam na atualização ou na realização, na elaboração dos seus respectivos Planos de Educação.

Então, há muitas questões de avanço. Queria também chamar a atenção, porque o próprio Congresso Nacional aprovou, recentemente, dois avanços que são até constitucionais, um não é constitucional, mas é a restauração, o fim da DRU, a restauração das obrigações da União em relação ao financiamento da Educação, que antes eram 12%, por conta da DRU, e voltaram a ser os 18% que são determinados pela própria Constituição brasileira; piso salarial; enfim, nós temos aí, de fato, muitos avanços que ainda precisam se fazer valer no contexto da melhoria da qualidade.

O que eu gostaria de chamar a atenção apenas, nessa introdução, é que quase tudo que nós realizamos nos últimos tempos teve um foco muito quantitativo e ele foi muito importante, mas, claramente, esse foco quantitativo é insuficiente. O Fundeb, por exemplo, que é um grande sistema de financiamento da educação básica, transforma cada um dos estudantes matriculados na rede pública quase que numa espécie de uma unidade de valor, uma moeda: quanto mais matrículas, mais recursos aquele ente federativo pode ter.

Agora, além de recursos, nós precisamos ter qualidade, e eu vejo que é nisso que nós precisamos avançar. Com todo esse sistema, nós, de fato, desenvolvemos um avanço muito grande na capacidade de planificação, na medida em que os entes federativos podem olhar, inclusive, além dos tempos governamentais, aquilo que podem dispor para o financiamento da educação. Isso é um avanço muito importante. Todos nós sabemos que a educação não é política imediatista, é política de médio e longo prazo, e, portanto, perpassa os limites temporais dos mandatos governamentais.

Avançamos, também, em termos de previsibilidade, avançamos quando vinculamos os 60% dos recursos, pelo menos do Fundeb, para a valorização do magistério, para o pagamento do magistério da educação

básica, enfim, e, com isso, conseguimos aumentar bastante o índice de cobertura. Tanto é que nós verificamos, nos últimos tempos, que onde é que avança o número de matrículas na educação básica? Avança exatamente na educação infantil, em que havia, e há, ainda, um nível bastante discreto de cobertura em relação às necessidades, porque, a partir do momento em que o Fundeb passou a contemplar as matrículas em creche e pré-escola como unidade de valor que compõem as receitas dos Municípios, no caso especificamente dos Municípios, isso acabou induzindo, de uma maneira positiva, à ampliação de matrículas na educação infantil.

Com todos esses processos, o que eu gostaria, também, aqui, de assinalar é que nós, também por conta do desenvolvimento da potencialidade econômica do País, o fato é que cresceu e cresceu significativamente o montante de recursos que é aplicado na Educação no Brasil. Veja que, de 2003 a 2013, os investimentos totais em Educação no Brasil passaram de 4,6% do PIB para 6,6% do PIB. E isso, para um país como o Brasil, com as dificuldades que enfrenta, não é um esforço pequeno, é um esforço enorme de toda a sociedade, dos governos, dos órgãos do Governo, mas, certamente, um esforço da sociedade. E, mesmo em relação àquilo que é o investimento direto, portanto, na educação básica, as ações de Governo saltaram de 3,9% para 5,6%.

Enfim, essa trajetória precisa continuar, de aumentos. Dez por cento do PIB representam um repto, um desafio extremamente importante, mas o conceito que foi persistentemente, ao longo dos anos, construído de Custo Aluno-Qualidade Inicial e Custo Aluno-Qualidade não é apenas fruto da persistência, mas da oportunidade.

É claro que ele avança no sentido, exatamente, de regulamentar dispositivos da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, exatamente de regulamentar dispositivos da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que sejam regulamentados quais são os insumos necessários para que possamos ter uma educação de qualidade em cada uma das etapas e até de modalidades da educação.

Vejo que nós que trabalhamos no campo legislativo ou normativo em geral da educação básica temos dois grandes desafios neste instante, que estão completamente correlacionados. Um, evidentemente, é o Custo Aluno-Qualidade, e o outro é a base nacional curricular comum.

No meu modo de entender, esses dois movimentos, essas duas construções têm o mesmo espírito, que é a enunciação clara e objetiva de direitos. O direito, como todos sabemos, é uma construção cultural, uma construção de pessoas. Este copo não tem direito, mas nós temos direitos em relação uns aos outros. E não há direito que não seja enunciado. Dizer que a educação de qualidade tem que ser para todos está muito bem, mas isso é muito vago. Temos que ter a capacidade e a coragem de enunciar os direitos. No caso especificamente do Custo Aluno-Qualidade, foi o primeiro movimento articulado e de grandes proporções que trata de decidir. E é um recorte, é uma visão daquilo que, neste momento histórico, o Brasil acredita naquilo que uma escola pública tem que ter para garantir qualidade. Isso é muito importante.

Pode-se dizer que isso pode ser questionado. Eu até acho que precisamos aperfeiçoar, eventualmente numa revisão, esses insumos que foram relacionados nesse convênio entre a campanha e o Conselho Nacional de Educação e que foram postos no parecer do Prof. Mozart, mas isso pode ser aperfeiçoado. Mas estão ali, está dito, é uma declaração, é uma enunciação daquilo que tem de ser. E se não é enunciado, não há direito.

E é a mesma coisa em relação aos direitos e objetivos da aprendizagem. Não podemos falar de educação de qualidade em geral ou abstratamente. Temos que ter a coragem de dizer o que uma criança ou um jovem, em determinadas fases da sua vida, tem direito de aprender. Isso tem que ser dito, senão ficamos no ar e, portanto, não conseguimos agir politicamente, tecnicamente, não podemos nos coordenar. Vejo que CAQ e base nacional curricular comum são duas faces de um mesmo ser que está em construção, que é exatamente a concretização daquilo que o Brasil entende neste instante como qualidade desejável da educação, tanto em termos de condições quanto em termos de resultados, portanto o atendimento da qualidade na forma de direito de aprender e de desenvolver de todas as crianças.

Acho que muita coisa precisa ser feita. Percebendo as manifestações da Flávia e as considerações do Ministério da Educação, vejo que temos agora uma oportunidade de fazer com que todo esse movimento do CAQ possa ser concretizado numa perspectiva multifuncional, não apenas realizando e realizando logo e bem-feita essa especificação das condições mediante as quais uma escola precisa funcionar, e os elementos que ela precisa ter, mas o multifuncional porque precisa também estar relacionado a certos padrões de desempenho, eficiência e eficácia. Sei que as palavras eficiência e eficácia frequentemente são misturadas e, de alguma maneira, procura-se estigmatizar quem fala disso, como se fosse uma visão muito gerencialista das coisas e do Estado. Mas eu acho que não. Temos que ter apreço e responsabilidade com questões de eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos, porque eles dizem respeito ao atendimento dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, sejam crianças, sejam jovens, sejam adultos que estão sob a guarda e a responsabilidade do Estado e da sociedade na educação básica.

Eficiência, eficácia e tudo mais precisamos ter essa junção. Os estudos necessários a essa correlação precisam ser feitos. Eu estava examinando, nesses dias, os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização.

Todos sabem que tive a honra de receber de fato a incumbência de coordenar a montagem do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Dentro da composição do Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa, existe um componente importantíssimo que é a avaliação. Então, anualmente, aplica-se, censitariamente, a ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização). E os resultados, Senadora Fátima, já da primeira avaliação de 2013, mostram que talvez esteja aí a pedra angular daquilo que precisamos fazer em matéria de educação. Se verificamos que uma parte ainda grande das crianças brasileiras chegam ao terceiro ano do ensino fundamental sem saber ler, escrever e contar – em resumo é isso –, vamos verificar que, se este problema não for, de fato, resolvido, com as condições, nós não vamos resolver problema da educação em momento nenhum.

E, aí, volto aqui a argumentar, usando um exemplo concreto. O Estado de Sergipe tem um *per capita* aluno/ano de Fundeb que é praticamente 50% a mais do que o *per capita* aluno/ano do Estado do Maranhão. Sergipe não recebe nem complementação da União; o Maranhão recebe; e, já com a complementação, Sergipe tem quase 50% a mais de valor per capita aluno/ano. Entretanto, Sergipe está na mesma situação semelhante ao Maranhão, em que cerca de 40% das crianças chegam ao final do terceiro ano do ensino fundamental sem saber ler e contar; e cerca de 60% das crianças chegam ao terceiro ano no final do ensino fundamental sem saber escrever. Quer dizer, se isso não mobilizar os corações e mentes deste País, em termos das condições para que isso seja, de fato, resolvido, e ainda bem que temos hoje um esforço sendo desenvolvido por Estados, Municípios e a própria União, de implementação das ações do pacto nacional que ainda precisam se concretizar, com toda criança, de fato, alfabetizada até os 8 anos de idade.

Eu queria, finalmente, aqui dizer o seguinte: o Conselho Nacional de Educação não deixou esmorecer o parecer do Prof. Mozart. Ele está lá, retornei agora, por indicação da Presidente da República, para mais um mandato no Conselho, e os nossos integrantes da Câmara de Educação Básica, sabemos que essa é um das nossas prioridades: Base nacional curricular de um lado, o CAQ de outro lado, porque os dois, como eu estava dizendo, concretizam aquilo que podemos indicar como qualidade na educação, como o direito.

Vejo alguns problemas, aliás o Daniel sabe, repito sempre isso: acho importante que o Custo Aluno-Qualidade tenha uma expressão em valor monetário, mas acho problemático que, na normatização desse conjunto de insumos necessários, o preço seja uma questão que esteja ali, porque o preço é variável, o preço muda, os insumos são muito mais estáveis.

Portanto, temos aí um trabalho a ser realizado, acho que de comum acordo, fico feliz, e já nos propondo – viu, Flávia? – a participar dessas comissões que foram instituídas no MEC, porque, como todos sabemos, o Conselho Nacional de Educação tem um papel normativo, não só em relação ao MEC, mas a todo o País.

Enfim, Senadora Fátima, Senadores, integrantes da mesa, o que eu gostaria mais de dizer é isto: é importante, é prioritário, vamos aproveitar a oportunidade de correlacionar Custo Aluno-Qualidade com direitos e aprendizagem, desenvolvimento das crianças, jovens e adultos na educação básica. Precisamos ter a coragem de dizer que, em matéria de financiamento da educação, eficiência e eficácia são elementos indispensáveis ao respeito ao interesse público, então, isso tem que estar também correlacionado. E é importante que os organismos do Ministério da Educação e também na montagem do Sistema Nacional de Educação Articulada, sob a coordenação do Ministério da Educação, possamos fazer esse trabalho cooperativo de tal maneira que Estados e Municípios, professores, escolas, alunos e as suas famílias se sintam representados nessas construções que haveremos de fazer. O CAQ, assim como a base nacional curricular, devem ser coisas que sejam compreendidas por todos, vigiadas e acompanhadas por todos e, portanto, um patrimônio de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom, queremos agradecer a contribuição do Professor Cesar Callegari, aliás, contribuição, professor, com muita qualificação.

O professor, conforme foi aqui mencionado, neste momento, é membro do Conselho Nacional de Educação e está às voltas, exatamente, com o debate do CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial), do Custo Aluno-Qualidade, bem como com o tema, também, da base nacional curricular.

O Senador Romário está inscrito, mas temos ainda a última convidada, podemos passar a palavra a ela e, imediatamente, depois passo a V. Exª.

Agora, para encerrar aqui a participação de nossa Mesa, a Profª Andréa, que é Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

A SRª ANDRÉA GOUVEIA – Bom dia a todos, quero agradecer a Comissão pelo convite, ao Senador Romário, e parabenizar a Senadora Fátima Bezerra pela iniciativa, por conta da relevância e da urgência do tema, do nosso ponto de vista.

A ANPED é uma associação que reúne os programas de pós-graduação em educação no Brasil e pesquisadores individuais, e parte desses pesquisadores são pesquisadores da política educacional e do tema do

financiamento. Estou aqui representando a diretoria e também porque uma parte da minha vida profissional é lidar com políticas de financiamento da educação.

Claro que várias das coisas que foram ditas aqui eu não vou repetir, vou tentar colocar alguns elementos que, do nosso ponto de vista, merecem um certo destaque no debate, ou são ainda desafios que a gente precisa considerar.

Acho que a primeira coisa que é sempre bom lembrar é que, ao discutir condições de qualidade, a gente está fazendo isso frente as desigualdades da educação brasileira; e essas desigualdades não são aleatórias, essas desigualdades tem cor, tem raça, tem classe social, tem localização geográfica. Se a gente olhar os indicadores sociais educacionais do Brasil, produzidos pelo IBGE, pelo Ipea, trabalhados por várias das nossas pesquisas, mostram que, por exemplo, se eu pegar o acesso das crianças pequenas à educação, em 2013, crianças de 4 e 5 anos, o Brasil atende a 81% delas. Porém, quando eu pego crianças pretas e pardas, isso cai para 79%. E quando eu olho para as crianças do quintil mais pobre da população, apenas 75% são atendidas na escola.

Se eu pegar a outra ponta, os adultos, a média de escolaridade da população brasileira, é de 7,7 anos, porém quando eu olho para a população do campo, isso cai para 4,4.

Esses são indicadores muito conhecidos, mas acho que eles se compõem com uma série de condições de ofertas das escolas, que tem perversamente feito com que as desigualdades sociais se articulem com desigualdades educacionais que tornam esse cenário muito mais complicado.

Um trabalho recente agora, em 2015, feito por uma pesquisadora do Paraná, a Gabriela Schneider, mostra que nós, em termos de ofertas de condições estruturais das escolas brasileiras, temos hoje um cenário geral em que as escolas dos anos iniciais do ensino fundamental são piores que as escolas dos anos finais do ensino fundamental. Ou seja, aquela escola onde está a maior parte da população brasileira, a porta de entrada para o processo de alfabetização, inclusive, é feita em escolas, na média, com baixas condições de qualidade de oferta, do ponto de vista do prédio, do ponto de vista dos equipamentos, do ponto de vista dos insumos básicos para a relação professor/aluno.

Isso faz com que a pertinência da ideia de que nós precisamos padronizar o que a gente quer oferecer, do ponto de vista do direito à educação, seja algo urgente. O Plano Nacional de Educação vai dizer que é preciso que o CAQ seja um dos instrumentos para dar conta de quais são os insumos, para garantir padrões mínimos de qualidade, e em vários momentos a legislação diz que é preciso dar conta do que já está definido como padrões mínimos.

O que eu quero destacar é que há lacunas fundamentais sobre o que nós dizemos que são padrões mínimos de qualidade. Acho que um exemplo sintomático é que no Brasil nunca definimos nacionalmente quantos alunos por sala deve haver. Não temos acordo sobre isso, e não temos acordo porque fazemos uma discussão do ponto de vista da disponibilidade orçamentária. Do ponto de vista das condições de trabalho e gestão do processo pedagógico dentro das escolas, é muito difícil dizer que não há acordo. Precisamos de uma referência e, ao olhar os dados nacionais, vamos identificar classes que têm 15 alunos no ensino médio a classes que têm 45 a 50 alunos no ensino médio e aí os problemas de evasão e abandono no ensino médio são recorrentes. Parece-me que temos como identificar onde estão esses problemas, e estamos fugindo desse debate.

Nesse contexto, em que sentido entendemos que é urgente? Também há um acordo, é uma questão de prioridade política. O tema é do CAQ, implica que definamos... Ainda que estejamos todos acompanhando esse momento de ajuste fiscal e de crise econômica, isso é uma situação transitória. O que o plano nacional nos coloca, em termos de esforço nacional na próxima década para mudar o patamar de qualidade da educação, implica que possamos – já que neste momento não podemos investir os 10% do PIB imediatamente – definir qual é a regra do jogo. E nessa regra do jogo me parece que é fundamental que possamos garantir a superação do que nos torna desiguais Brasil afora, sem impedir que mantenhamos aquilo que nos torna diversos e ricos em termos de potencial cultural.

Nesse sentido, a padronização do que é a condição de oferta expressa no CAQ e expressa, como dizia o Prof. Callegari, na lista de insumos que está posta no parecer aprovado e não homologado no Conselho Nacional de Educação, acho que é um grande trunfo do CAQ. Temos feito um processo de padronização do produto da educação?. De alguma maneira construímos um acordo de que é possível identificar onde estamos chegando no sistema educacional brasileiro a partir do monitoramento da aprendizagem das crianças em Português e Matemática. E fora a polêmica que possamos ter sobre isso, de fato, temos indicadores que nos dizem, para grande preocupação, quando esses indicadores são ruins, mas também conseguimos ver em que sentido o sistema está se encaminhando.

Por outro lado, temos nos recusado a dizer que, para dar conta das dificuldades de aprendizagem, não temos garantidas para todos os brasileiros as mesmas condições do ponto de vista do acesso a insumos básicos para a relação de ensino-aprendizagem.

Então, se podemos, se já temos condições no País de definir uma padronização de onde queremos chegar, ainda que o debate da base comum nacional implique que esse “como chegar” possa ser mais sofisticado do que estamos fazendo até agora, o tema dos insumos, de como fazer com que as escolas funcionem para esse processo... O que eu quero dizer é que precisamos voltar a discutir a necessária padronização dos processos de oferta, das condições de oferta nas escolas, para de fato podermos dar um salto de qualidade do ponto de vista do que é o produto dessa escola no Brasil.

Aliado a isso, uma outra questão é que, com todos os avanços que tivemos num processo de redistribuição de recursos no âmbito das políticas de fundos, inauguradas pelo Fundef e depois expandidas pelo Fundeb, a fórmula da política de fundos é uma fórmula centrada no gasto possível. Ainda que tenhamos feito um amplo debate sobre a ampliação da participação da União – e essa ampliação se deu com a participação na composição do fundo de pelo menos 10% de recursos da União –, a forma de distribuição desses recursos tem se dado por um instrumental, uma lógica interna que cria uma falsa ideia de que estamos dando conta da diversidade.

O que quero dizer com isso? O Fundeb tem o grande mérito de identificar e estabelecer fatores de ponderação por nível, etapa, modalidade, área de localização rural ou urbana, tempo integral ou tempo parcial. Chegamos a 16 fatores de ponderação, com uma complexidade danada, para darmos conta do controle social disso, porque há uma técnica sofisticada para se chegar aos valores do fundo. Mas, quando se pega de 2007 a 2014, o que têm significado os valores de ponderação do Fundeb? O que acontece? Toda essa sofisticação de reconhecimento das especificidades da educação se transforma em um número que só pode variar de 0,7 a 1,3. Na hora em que faço isso, não há nenhuma relação com o custo. Quanto custa a educação infantil? Os dados que o Daniel mostrava, no início... A educação infantil custa, pelo menos, o dobro do ensino fundamental; às vezes, o triplo, a depender da qualidade de que estamos falando. Isso se transforma – na fórmula do Fundeb – em uma conta de chegada.

Então, a ideia é passarmos a ter um padrão de debate sobre o que é o financiamento da educação, que se saia do gasto possível e que se vá para o gasto necessário, acho que é um grande avanço que se pode dar se houver uma norma clara do que chamamos de condições de qualidade na escola brasileira. Isso não me parece fazer com que os fatores de ponderação do Fundeb não sejam possíveis de serem aprimorados e que se possa continuar utilizando essa fórmula como fórmula de redistribuição. No entanto, essa não pode ser uma fórmula de redistribuição formal, que, no limite, opere apenas com uma certa disputa entre os entes federados sobre quem ganha e quem perde se mexermos no fator de ponderação.

Precisamos que a ideia de custo faça com que o conjunto da educação pública brasileira ganhe, e parece-me que só faremos isso se tornarmos a ideia de redistribuição pautada em um conceito de condições de qualidade.

Nesse sentido, parece-nos – como associação e militante de defesa do sistema de educação pública – que o CAQ tem também um potencial do ponto de vista do controle social. Acho que precisamos dotar os órgãos de controle de condições de fazer a fiscalização, mas também precisamos dotar o conselho da escola e a comunidade escolar de condições de dizer porque, nesta escola, não há biblioteca; porque, nesta escola, há 50 alunos na sala, se o padrão nacional é de 38, 35, 25 alunos, quiçá possamos chegar a esse número a médio ou longo prazo.

Nesse sentido, parece-me urgente que possamos aprovar uma regra que tenha força de lei – seja via a homologação do parecer do Conselho ou outra estratégia que possa ser pactuada pelos diferentes Poderes –, que explicita padrões de oferta de maneira clara; que possa chegar a insumos, porque precisamos saber de que escola se está efetivamente falando; que oriente a redistribuição de recursos, pois também não pode ser uma regra que não tenha capacidade de se inserir no modelo de financiamento; que possibilite controle social no âmbito da escola e, conseqüentemente, nas outras esferas do sistema; e que, no limite, portanto, passe de uma lógica apenas financeira de quanto nós temos possibilidade de investir em educação para uma lógica mais substantiva que respeite o processo de construção do que é uma educação de qualidade na escola pública brasileira.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Prof. Andréa, que aqui falou representando a ANPED.

Bom, vamos passar agora a palavra aos Senadores inscritos. Eu, como autora do requerimento, pelo Regimento, seria a primeira, mas vou me colocar depois. Passo, imediatamente, ao Senador Romário, e depois ao Senador Cristovam. Os dois estão inscritos.

Com a palavra, o Senador Romário, Presidente da nossa Comissão.

Permita-me antes registrar a presença do Senador José Medeiros, de Caicó, meu conterrâneo, de uma região muito bonita.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Presidente, primeiramente quero parabenizá-la pelo requerimento dessas audiências públicas. Será um ciclo de quatro audiências, esta é a segunda.

Quando se fala em educação, com certeza, nós sabemos da importância que tem esse tema no nosso País, principalmente neste momento. E trazer aqui pessoas com essas capacidades e com essas qualidades para que a gente possa entender alguns assuntos, no caso de hoje sobre o CAQ e suas definições, suas fontes e mecanismos, realmente tem, não só para esta Casa, não só para esta Comissão, mas para o País, uma grande relevância.

Agradeço aqui a presença dos convidados, Sr. Antonio Cesar Russi Callegari, Sr. Daniel Cara, Sr. Mozart Neves Ramos, Sr^a Flávia Nogueira e a Sr^a Andréa Gouveia.

Eu tenho aqui algumas perguntas a serem feitas a título de curiosidade e vou fazê-las rápido para não atrapalhar a fala de nossos outros Senadores. A minha primeira pergunta vai para o Sr. Daniel e é a seguinte: para que o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) cumpra o papel de acabar com as disparidades regionais, garantindo que qualquer aluno matriculado no Território Nacional tenha o mesmo valor investido em educação, é necessária uma revisão do pacto federativo? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta vai para o Sr. Mozart: qual o montante estimado de recursos necessários para o alcance de metas de valorização dos profissionais do magistério da rede pública de educação básica, que consiste em equiparar o seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano vigente desde o PNE, Meta 17? Que fontes de recursos podem ser utilizadas para essas finalidades?

E as outras três perguntas eu tenho para a Sr^a Flávia. A primeira: quais são as maiores preocupações do Ministério da Educação na formação da metodologia do CAQ (Custo Aluno-Qualidade), previsto na Estratégia 20.8 do PNA? E como será efetuada a compatibilização entre o CAQ e o Fundeb, uma vez que este é embasado pelo valor mínimo por aluno?

E, para finalizar, levando em conta que a educação escolar também envolve atividades de esporte e cultura, gostaria de saber se há previsão do Ministério da Educação de ouvir as áreas de esporte e cultura para definição de insumos necessários ao desenvolvimento de atividades escolares nessas áreas.

Essas são as minhas perguntas e, mais uma vez, muito obrigado pela participação de todos vocês.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agradeço ao Senador Romário pelas perguntas bastante pertinentes que fez.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pela ordem. Eu ia sugerir exatamente isto ao Senador Cristovam, para ele se colocar, e para mais algum Senador que quiser fazer uso da palavra, porque a gente depois conclui aqui com a participação da Mesa.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu tenho apenas duas perguntas para os que desejarem responder, se possível todos.

Primeiro, é se acham que o documento do Governo, o novo documento elaborado pelo Ministro Mangabeira Unger, contempla os conceitos e os valores dos Custo Aluno-Qualidade geral e inicial? Qual é a opinião que têm sobre o documento do Governo elaborado pelo Ministro Mangabeira Unger?

E, segundo, quando eu vi aqui as tabelas de valores, e creio que estão muito bem-feitas, eu queria saber se vocês analisaram qual prefeitura tem condições de bancar o Custo Aluno-Qualidade geral e o Custo Aluno-Qualidade inicial? São as duas perguntas.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senador Cristovam, nosso ex-Ministro da Educação, uma referência na luta em defesa da educação em todo o País.

Senador Medeiros, quer fazer uso da palavra?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos nobres palestrantes, fiz questão de vir aqui – não sou membro da Comissão, infelizmente – , mas, como professor que fui por muitos anos, tenho um carinho imenso pela educação. Parece chavão, mas não vejo como uma sociedade se desenvolver, um país crescer se não investir em educação. No momento que a gente passa, avizinha-se uma crise. acabei de sair de uma reunião com prefeitos, ontem, o Senador Cristovam também participou. Eles estão organizando uma marcha a Brasília. Um dos pontos cruciais, um dos pontos principais com que eles estão preocupados é justamente que quase todos os prefeitos estão gastando todos os recursos do Fundeb para conseguir pagar o piso. Outros já não estão pagando nem o piso. Isso, obviamente, traz várias consequências.

Outro ponto que nos preocupa, e aproveito para colocar para todos, porque é importante falar disso, falar outra vez, falar mais ainda, é que vejo que, além da violência com que os professores passaram a ter que conviver recentemente, que é a violência dentro das escolas, contra eles, ultimamente, alguns prefeitos e governadores estão com baixa tolerância aos movimentos de reivindicação dos professores. Já está virando até

piada. Vi num jornal uma charge em que há uma porta desenhada com uma placa escrita “sala dos professores, entre sem bater”, numa alusão, justamente, ao fato de que os professores estão apanhando por aí, no Paraná e em outros Estados. Estive no norte de Mato Grosso e vi os professores com faixa, justamente buscando esse piso, e vi a inquietação, a intolerância das pessoas. A gente nota que vários profissionais do País fazem greve, mas, parece que quando o professor faz – participei de muitas delas – , por vezes, a gente apanhava da polícia, fazendo movimento reivindicatório em que a própria polícia seria beneficiada. Então, nunca entendi, parece que há uma birra com o professor.

A minha indagação é justamente essa, porque vejo que os prefeitos estão todos com uma batata quente na mão, loucos para se livrar dela, mas não sabem. O Governo tem algum plano de crise? Porque noto que o problema é grande, eles estão vindo. A pergunta é justamente como enfrentar esse problema do piso dos professores. As prefeituras estão todas quebradas, essa que é a verdade. Essa é a minha pergunta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, Senador José Medeiros. Vamos agora passar a palavra para que os senhores respondam, e faríamos as nossas considerações finais. Vamos começar pela ordem. O Senador Romário fez inicialmente as perguntas.

Daniel, quer começar? Você anotou?

O SR. DANIEL CARA – Posso, é claro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Flávia anotou também as perguntas? As perguntas do Senador Cristovam foram dirigidas à Mesa como um todo.

Daniel, com a palavra.

O SR. DANIEL CARA – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Romário, que trouxe a pergunta estrutural, que passa também pelo questionamento do Senador Medeiros.

Para acabar com as disparidades federativas, as disparidades sociais e as disparidades que a Andréa apresentou aqui, que são aquelas que os indivíduos sentem no dia a dia, especialmente os indivíduos que têm uma cadeia de vulnerabilidade no Brasil – as crianças negras, do campo, quilombolas, indígenas, aquelas que, inclusive, não têm acesso ao ensino fundamental, em muitos casos – o Brasil ainda não universalizou o ensino fundamental, é importante deixar isso claro – , de fato, é preciso haver uma revisão do pacto federativo. Quando a gente analisa os estudos sobre federalismo no mundo – e a gente tem a sorte de, no Brasil, ter uma das maiores analistas do federalismo, que é a Profª Marta Arretche, da Universidade de São Paulo, o que se observa é que todo federalismo, para dar certo, busca criar referenciais mínimos de qualidade das políticas sociais.

E a ideia do CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) é seguir nessa perspectiva.

Para o CAQi ser viabilizado, a gente tem três caminhos que são possíveis. O CAQi poderia se constituir num fundo específico que garantiria aqueles valores que eu apresentei aqui. Já respondendo ao Senador Cristovam Buarque, poucas prefeituras teriam condições de garantir aqueles valores, até porque o Brasil vive um dilema que é a sobrevalorização arrecadatória dos Estados do Sudeste, especialmente dos Municípios do G200, que seriam os grandes Municípios brasileiros, com mais de 200 mil habitantes, e que são Municípios que, em geral, contemplam também as grandes capitais. E o G200 está fortemente relacionado ao Estado de São Paulo, o que significa que a concentração arrecadatória beneficia Estados, beneficia uma região, e beneficia Municípios que estão dentro, em geral, dessa região. Então, uma alternativa seria criar um fundo específico do Custo Aluno-Qualidade inicial. Eu não acho que essa seja uma boa alternativa.

A segunda alternativa seria, e aí não foi à toa, até aproveito aqui a fala da Flávia, tentar construir um sistema nacional de educação e, a partir do sistema nacional de educação, criar mecanismos específicos dentro do sistema. Pela apresentação dela, pode ser um caminho que o Ministério da Educação está buscando trilhar.

O que significaria isso? Quando a gente, no PNE, faz a incidência, e a Fátima e o Cristovam acompanharam isso de perto, a gente define uma série de agendas para dois anos, com o sistema nacional de educação como sendo um grande guarda-chuva, base nacional comum curricular – então, Cesar, a gente fez isso de propósito, a ideia era de que o sistema contemplasse o debate da base e também contemplasse o debate do Custo Aluno-Qualidade inicial – e também o Custo Aluno-Qualidade inicial, como sendo uma referência.

Existem outras demandas do plano que devem ser resolvidas em dois anos e que devem ser contempladas dentro do sistema nacional de educação. O problema é que a lei do sistema, se ela for uma lei complementar, vai exigir o quórum qualificado. Então, são dois terços dos votos nas duas Casas legislativas. E deve ser uma lei complementar. Então, é possível que, dentro da lei do sistema, não seja possível criar um arcabouço legal tão extenso que dê conta de todas as demandas. Então, a lei de sistema, a lei complementar, pode ser seguida de outras leis ordinárias ou da própria lei complementar que altere outras legislações; a LDB, como a Flávia colocou, e outras legislações.

Na minha opinião, essa seria a terceira alternativa, o caminho mais promissor para a viabilização do Custo Aluno-Qualidade inicial. E quando a gente incidiu no Fundeb lá atrás, porque a nossa trajetória no Custo Aluno-Qualidade inicial é uma trajetória longa: começa em 2002, mas, em 2004, 2005, a gente participa de debates com o Ministério da Educação, com o Ministro Tarso Genro, que era extremamente aberto ao diálogo – e faz muita falta essa abertura tão ampla e franca ao diálogo, assim como o Ministro Palocci, também, Ministro da Fazenda, era muito aberto ao diálogo –, ali a gente coloca que o Fundeb deve dar as bases iniciais para o Custo Aluno-Qualidade inicial.

Então, como bem colocou o Senador Romário, o Fundeb cita padrão mínimo de qualidade, só que ele vai considerar o padrão mínimo de qualidade na maneira como a Andréa respondeu, que é a ideia de que você tem um orçamento disponível e o padrão mínimo de qualidade é quem consegue atingir no Brasil aquele valor mínimo do ensino fundamental anos iniciais da região urbana. Isso é insuficiente, como a gente comprova no nosso cálculo. Então, o que a gente fez? A gente calculou o que é necessário para a medição pública de qualidade.

Em relação às matrículas atuais, faltam 37 bilhões. Esse é o montante necessário. Esse é o montante, Senador Medeiros, que é imprescindível para você garantir o piso nacional salarial do magistério.

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL CARA – E isso segundo o estudo que nós fizemos junto com o Conselho Nacional de Educação. Se a gente reavaliar o estudo, que é o esforço que a campanha tem feito agora, considerando as novas normas que o Cesar Callegari citou, esse valor pode ser maior. Então, existe aí uma dificuldade.

Respondendo pontualmente ao Senador...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Daniel, só para entender, para finalizar esse assunto, definitivamente você entende que é importante a revisão do pacto federativo?

O SR. DANIEL CARA – É fundamental. E a revisão do Pacto Federativo não passa só pela educação, mas a demanda da educação no Pacto Federativo certamente é a maior demanda em termos de recursos orçamentários. A questão que os prefeitos vivem é uma questão extremamente complexa.

É preciso também abrir os orçamentos das prefeituras para analisarmos, em termos de transparência, como isso ali se realiza.

Por exemplo, sabemos que há uma prática, Senador Romário, de inflar a folha de pagamentos da educação com vários outros servidores que não estão trabalhando diretamente na educação, descumprindo a LDB. Quer dizer, é preciso ter mais transparência.

Provavelmente, os Municípios e os Estados podem fazer mais se essa transparência e esse controle social se realizarem. Agora, a União precisa rever sua participação na política de educação, na política de saúde, e aí, fazendo uma ponderação em favor da União, ela é responsável pela política de previdência. Essa é uma conta bastante extensa, mas, sem dúvida, ela precisa fazer mais nessas outras duas políticas sociais. Então, é preciso rever o Pacto Federativo.

Bom, então, reforço que existe uma compatibilização entre Custo Aluno-Qualidade Inicial e Fundeb, e acho que esse é um caminho promissor. Até por isso, esse calendário de audiências trata do Fundeb e do Custo Aluno-Qualidade Inicial.

Por último, em relação ao Pátria Educadora, eu hoje conversei com o Ministro Mangabeira Unger sobre esse tema. Ele pediu uma conversa com a campanha para discutir como, dentro da agenda federativa do Pátria Educadora, o Custo-Aluno Qualidade Inicial pode ser contemplado, ou o Custo Aluno-Qualidade, ou ambos.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação segue uma série de entidades, inclusive o Fórum Nacional de Educação de que fazemos parte, em termos de crítica ao documento Pátria Educadora. A gente considera que é um documento que não considerou o PNE na sua centralidade. Na nossa opinião, o mandato da Presidenta Dilma, quando elege o lema “Brasil, Pátria Educadora”, isso deveria significar a contribuição da Presidenta Dilma em relação ao cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Aqui cito Paulo Sena. Na audiência que fizemos sobre o Plano Nacional de Educação na Câmara, há duas semanas, ele lembrou um conceito fundamental da Ciência Política e das políticas públicas, que é o desempenho da trajetória. O que significa isso? Que, para o Plano Nacional de Educação dar certo, ele precisa ter, no seu início uma implementação adequada, uma implementação que, de fato, dê condições para que ele se realize no décimo ano do plano, porque todas as ações do plano estão encadeadas.

A nossa preocupação em relação ao documento do Ministro Mangabeira Unger, da Presidência da República, portanto, é a preocupação de que o PNE, não tendo a centralidade de que necessita, como se vai dar o desempenho da trajetória no desenvolvimento do Plano?

Nesse sentido – a Flávia me passou aqui a portaria –, fiquei feliz com a portaria, mas quero ressaltar, Flávia, e é importante levar isto para o Ministério da Educação, que a deliberação da Conferência Nacional de

Educação – que também teve votos de delegados do Ministério da Educação, e o acordo de redação foi feito junto com representantes do Ministério, no caso inclusive da própria Sase (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino) – demandava um grupo de trabalho não só interno. Eu acho fundamental ter um grupo interno, mas demandava um grupo de trabalho interno que envolvesse a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Conselho Nacional de Educação – isso está escrito na emenda da Conferência – e várias outras entidades relacionadas ao tema – ANPED, Undime, UNCME, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e por aí vai.

Então, fico feliz com o grupo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, preocupado, porque esse grupo de trabalho vai ter 120 dias de discussão. Passado esse prazo, já estaremos às vésperas do debate orçamentário e das deliberações para o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) ser, de fato, viabilizado. Então, fico preocupado com esse calendário, e é preciso discutir com a sociedade, de maneira orgânica e organizada. Poderia ser, inclusive, via Fórum Nacional de Educação, que já contempla todos.

Então, só queria fazer essa observação.

Muito obrigado, gente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Dando sequência, agora, Flávia – tanto as questões levantadas pelo Senador Romário, como as do Senador José Medeiros e as do Senador Cristovam. E há uma também que o Senador Romário fez para Mozart.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – Bem, da forma mais concisa possível, gostaria de pedir licença para também contribuir para a discussão com relação ao Pacto Federativo, necessário, colocado pelo Senador Romário.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Flávia, perdoe-me. Quero só registrar a presença aqui entre nós da Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A Senadora é enfim, uma companheira que tem contribuído muito também para com o debate em prol da educação aqui na nossa Casa.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – Então, embora não tenha sido dirigida a mim essa pergunta, gostaria de fazer um comentário, porque, do ponto de vista... Acho que o Daniel

eu gostaria de fazer um comentário, porque, do ponto de vista – acho que o Daniel também falou um pouco disto – da instituição do Sistema Nacional de Educação, a gente parte do princípio de que um acordo federativo é fundamental. Quer dizer, nós precisamos reorganizar a relação federativa para poder garantir direitos reais, numa condição concreta, e isso depende do estabelecimento de padrões nacionais de qualidade, para que isso oriente a ação supletiva, que é da União e é também do Estado.

Então, esse princípio exige acordo federativo. Não há como não tratar dessa maneira, com um esforço federativo mesmo, para que se garanta essa nova estrutura pública para que o direito realmente seja garantido a todo brasileiro. Então, para nós, isso é fundamental.

As questões que foram dirigidas a mim com relação às preocupações que o MEC tem com relação à terminologia ou aos conceitos do CAQ, assim como a pergunta de como será efetuada a compatibilização entre o conceito do CAQ e o Fundeb, sem dúvida, são temas que estão já na pauta desse grupo de trabalho que está funcionando no Ministério. Embora ele tenha sido instituído oficialmente apenas hoje, por publicação no *Diário Oficial*, ele já tem trabalhado. Então, são temas que estão na pauta desse grupo. Quer dizer, nós não temos como falar do cenário pós-Fundeb sem considerar uma relação do valor/aluno/ano, se é que vai continuar com essa terminologia, a um padrão de qualidade, porque isso é fundamental para a instituição do Sistema. E quanto à terminologia, claro, é uma terminologia que vem pela lei, a gente não vai ter incidência, nem vai ter intenção de fazer qualquer modificação nesse sentido.

Com relação à escuta das representações e das pessoas que trabalham com as políticas de esporte e cultura, Senador, com certeza, elas vão ter que ser incorporadas no debate, vão ter que ser ouvidas e consideradas em função do fato de entender que a educação se dá num contexto cultural importante é fundamental também para a definição dos conceitos de qualidade. Então, acho que isso não vai poder faltar.

Com relação às questões do Senador Cristovam, que fala do documento do Ministro Mangabeira, esse debate está acontecendo de maneira bastante intensa dentro do Ministério da Educação. O nosso Ministro já se posicionou de forma bastante positiva no sentido de que qualquer contribuição que aperfeiçoe o debate federativo e a relação federativa é importante neste momento em função do que nós pensamos ser o Sistema Nacional de Educação que tem que ser instituído nesse prazo que o PNE nos dá e o fato de não contemplar diretamente o Custo Aluno-Qualidade é também parte do diálogo que está acontecendo, e acho que o Daniel também está ajudando nesse sentido. Acho que isso não é um problema neste momento, embora seja um problema a segunda pergunta que o senhor faz, querendo saber que prefeitura tem condição de bancar esses custos que são tão bem feitos, calculados, com relação ao Custo Aluno-Qualidade hoje. Hoje realmente

não há condição, mas nós vamos ter que trabalhar no sentido de garantir que algum padrão seja possível de ser atingido. Para isso acontecer, é preciso que seja regulamentado o art. 23. E nós entendemos que o art. 23, ao ser regulamentado, vai refletir um acordo federativo, esse acordo federativo necessário, como disse o Senador Romário.

Finalmente, quero dizer...

(Soa a campainha.)

... para o Senador Medeiros que o fato de o nosso Secretário não estar aqui hoje é justamente resultado dessa crise toda que a gente percebe que existe, que a gente sente que existe. Os movimentos de professores estão realmente presentes no Brasil, o Ministério da Educação não tem como interferir de forma direta neste momento, mas se dispôs ao diálogo necessário, possível, para tentar fazer com que haja o maior espaço possível de acordo entre os gestores públicos e os profissionais da educação, porque não são só professores. É por essa razão que hoje, no Ministério da Educação, está acontecendo entre o Ministro, o seu Gabinete e a CNTE e também os órgãos que representam os Secretários da Educação de Estados e Municípios. Então, por essa razão, ele não está aqui neste momento. E essa é uma pauta importante que está em plena concretização no Ministério.

O ponto crucial que o senhor levanta é a dificuldade dos Municípios arcarem com o piso nacional, em função do fato de que eles já estão usando praticamente todo o recurso do Fundeb para a folha. Esse é um debate já presente há bastante tempo, é um desafio muito grande e envolve um trabalho que temos feito para assessorar Municípios que desejam fazer organizações mais concretas no seu plano de carreira, porque, muitas vezes, esses planos de carreira mais antigos dificultam o cumprimento do piso, porque há uma escala nas diferentes faixas de carreira.

A gente passa por este mesmo problema, este mesmo desafio que o Daniel também citou, que é, quando o Município pretende fazer um ajuste na sua carreira e olhar melhor a sua capacidade de arrecadação, a sua capacidade de pagamento de folha, muitas vezes os números não ficam transparentes e disponíveis também. Então, a gente também passa por esse problema. E tudo isso depende muito de como vamos encarar os mecanismos de financiamento nesse cenário pós-Fundeb, que hoje esta Comissão aqui discute. Isso para nós é fundamental.

Para finalizar, eu quero, mais uma vez, Senadora, agradecer o convite que foi feito, a oportunidade de participar. Quero frisar, apenas, que esse grupo de trabalho – e aí respondendo um pouco o Daniel –, cuja portaria foi publicada hoje, é um grupo de trabalho realmente de assessoramento interno, o que não significa que não haverá diálogo. O que nós fizemos, e eu entendo que foi uma decisão correta, foi no sentido de que o Ministério da Educação precisa, internamente, construir acordo também sobre esse tema. Quando o Prof. Mozart relatou aqui todo o histórico, a gente viu como é difícil construir um acordo do Ministério da Educação.

Então, esse primeiro passo com esse grupo é neste sentido: fazer um debate interno, fazer um acordo interno, construir coerência de falas dentro do Ministério, porque o Ministério é muito grande, nós temos muitas diferentes formas de ver, de contribuir, de olhar esse tema, que é o tema da qualidade da educação. Nós precisamos construir esse acordo interno, essa homogeneidade para o debate para podermos discutir com a sociedade e qualificar, então, propostas que eventualmente sairão desse processo.

Com certeza, vamos chegar a esse ponto, mas já nesse primeiro momento, que é o momento do início dos trabalhos desse grupo, com certeza a Anpae, a Anped, a Anfope, as associações de pesquisas, a Campanha, o Conselho Nacional e outros atores importantes, sem dúvida nenhuma, serão chamados à construção desse processo da implantação do Custo Aluno-Qualidade.

Era isso o que eu tinha a dizer. Eu quero registrar que chegou aqui o nosso Secretário Binho Marques, que veio aqui nos ajudar neste momento difícil que ele me colocou, mas quero agradecer... *(Risos.)*

...e já passar para ele, diante mão, qualquer outra pergunta que vier.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Chegou em boa hora. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – Tomara que ele não desfale tudo o que eu falei, né, Senadora? *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Mas, enfim, queremos registrar com muita satisfação, conforme Flávia já mencionou, a presença aqui entre nós do Prof. Binho Marques, que é o titular da Secretaria de Articulação Federativa do Ministério da Educação.

Vamos passar agora para Mozart.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – *(Falha na gravação.)*... valorização do Magistério. A primeira, em relação à disparidade entre o salário do professor e a média de outros profissionais. Eu fui filar aqui do capítulo do livro

que terminei de escrever, intitulado “Sem bons professores não teremos futuro”, um dado que peguei da PNAD e fiz uma comparação com 2003 com 2012. Em 2003, a média salarial dos professores da educação básica era de R\$1.500,00 e, em 2012, isso passa para R\$1.874,00, quer dizer, um incremento de 24,9% PNAD.

Quando a gente olha a média de rendimento de profissionais com curso superior e com a mesma titulação, a gente vê que, em 2003, o valor foi de R\$3.482,00. Quer dizer, o professor, em 2003, ganhava R\$1,5 mil. E vemos esse valor de R\$3.482,00. Isso dá uma diferença de 56%.

Em 2012, o professor, como eu falei, ganhava em média R\$1.874,00, enquanto o rendimento médio de profissionais com curso superior era de R\$3.623,00. Então, a diferença caiu, o que é fruto, inclusive, das lutas pelo piso salarial.

Mas, por outro lado, se a gente olha as áreas de Exatas, de Humanas e de Saúde, aí a gente não consegue competir. Para termos uma ideia, em 2012, quando houve uma melhoria, o professor, como eu disse, ganhava R\$1.874,00, e a média salarial de um profissional da área de Exatas era de R\$5.776,00.

Então, imagine um jovem que termina a licenciatura em Matemática, em Química ou em Física. Para onde é que ele vai? Primeiro, se ele passa pelo túnel do Cálculo, da Física e da Química, para onde é que ele vai? Ele vai para a área dele propriamente dita e não vai dar aula de Química. Por isso, hoje, 61% dos professores que dão aula de Física não foram formados em Física nem em área correlata. Em Química, esse percentual é de 44%.

Antonio Gois, jornalista de *O Globo*, num artigo belíssimo, mostra o seguinte: não mais olhando a média, a diferença entre um professor no início de carreira e um profissional no início de carreira é de 11%. Mas, como a gente tem dificuldade no plano de carreira, quando se está próximo da aposentadoria, se a gente comparar entre um profissional do mercado, do mundo do trabalho, e um professor que está encerrando a sua carreira, a gente vê que a diferença, Senadora Fátima, é de 75%, se o professor for do ensino médio. Se ele for do ensino fundamental, a diferença é de 92%.

Então, é difícil manter um jovem na carreira do magistério, se não fizermos esse esforço coletivo de valorização do salário e da carreira, porque, só com a valorização do salário, não vamos conseguir isso.

Ele pergunta também sobre a fonte. Essa foi a segunda pergunta.

É óbvio que, para se fazer esse esforço, será preciso que haja novos recursos. Tenho dito a minha opinião: para mim, novos recursos do novo Plano Nacional de Educação... É claro que há questões de infraestrutura e questões de tecnologia, mas, se eu tivesse de dar uma prioridade número um, eu votaria na atratividade pela carreira do magistério. Se não houver jovens motivados, de fato, pela carreira do magistério, acho que a gente vai melhorar, mas a gente não vai conseguir dar o avanço de que o País precisa.

Nesse sentido, pegando um pouco a fala do Cesar...

(Soa a campanha.)

O SR. MOZART NEVES RAMOS – ...quando ele fala da questão da eficiência e da eficácia, acho que a gente também pode melhorar esse binômio. Em que sentido? No Brasil, hoje, o número de alunos que abandonam a escola por ano, pelo último censo de 2013, é de 1,3 milhão de alunos. Os que repetem são 3,2 milhões. Se 1,3 milhão de alunos abandonam a escola por ano, isso significa que, a cada 24 segundos, um aluno deixa a escola. E, se colocarmos a média de R\$5,5 mil, que é uma boa média hoje, isso equivale a R\$7 bilhões com que estamos deixando de trabalhar com melhor eficiência no sistema. Se olharmos a repetência, isso aí vai para R\$16,5 bilhões. Então, se juntarmos a repetência com o abandono, haverá algo da ordem de R\$24 bilhões, o que, talvez, não olhemos com a atenção que isso exige.

É óbvio que a gente sabe que o aluno tem de aprender, que o aluno tem de passar pela escola com uma aprendizagem adequada, para que ele possa dar prosseguimento aos seus estudos com sucesso. Mas a gente tem de olhar esse outro aspecto da eficiência e da eficácia. Com novos recursos, talvez, a gente, realmente, possa dar uma melhorada substancial no salário e no plano de carreira do professor, mas isso exige uma pactuação, porque nem o salário nem o plano são de responsabilidade do Governo Federal diretamente falando.

É pena o Senador Cristovam não estar aqui, porque ele defende um caminho que acho interessante, que também bate naquilo que o Senador Romário colocou.

Hoje, nós sabemos que boa parte dos Municípios não tem condição do piso. O que mais observamos na mídia são as dificuldades que os Municípios têm de atender ao novo piso. Isso vai exigir uma pactuação. Acho que, aqui, nós precisamos realmente fazer um novo pacto federativo. Acho que o Senador Romário foi muito feliz e que Flávia colocou bem. O art. 23 pode dar um grande avanço e uma ajuda nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Nós estamos na fase do encerramento. Senadora Lídice, V. Exª quer dar uma palavrinha? *(Pausa.)*

Então, Prof. Cesar.

Andréa, V. S^a quer dar mais alguma palavrinha? (*Pausa.*)

Pois não, Andréa. Logo em seguida, eu passo a palavra para o professor.

A SR^a ANDRÉA GOUVEIA – Só pela provocação do Senador Cristovam, acho que essa questão da possibilidade de os Municípios arcarem com o CAQi passa pela necessidade de mudar o padrão de onde se fala em redistribuição. Acho que a fórmula do Fundeb foi potente até o limite em que você redistribuiu para os que têm menos.

Acho que o que o CAQi estabelece e explicita é que, no conjunto do Brasil, temos desigualdades. Quando olho os Municípios, o que quero dizer? Como o Fundeb só prevê complementação da União para Estados mais pobres, eu acabo tendo desigualdades internas nos demais Estados. Nesse formato ainda não temos uma solução. Ainda que haja outras ações de distribuição voluntárias da União, parece-me que esse é o momento de enfrentar o Pacto Federativo, enfrentando a necessidade de os recursos da União estarem no conjunto, para avançarmos no sentido de superar as desigualdades em nível nacional. Nós andamos em termos de desigualdades dentro de cada Estado, mas mantemos as desigualdades entre os Estados.

Eu queria só dizer que a Anped vê com um pouco de preocupação o documento Pátria Educadora do ponto de vista do método. Nós entendemos que há uma boa definição do que é uma pátria educadora no documento da Conae, no documento do PNE, que é uma lei. Claro, estamos dispostos a debater, mas acho que há ausências importantes no documento apresentado na roda, nesse momento, e que estão melhor azeitados e pactuados, inclusive, com as diversas entidades no documento da Conae e no próprio Plano Nacional de Educação.

Esperamos que esse documento seja mais um para ser debatido, e que não substituam os documentos que estamos todos nós, entidades da sociedade civil, duramente negociando e construindo nos últimos anos.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Cesar.

O SR. CESAR CALLEGARI – Quero fazer rápidos comentários em relação às demandas dos Senadores.

Ocorre-me aqui uma frase do Marx, que é mais ou menos assim: “A crise é um laboratório da vida.”

No caso do Fundeb, há uma crise instalada, e ela é de grandes proporções. Uma delas diz respeito especificamente à questão do piso nacional.

Neste ano, em 2015, pela primeira vez, o volume de recursos do Fundeb do Brasil é menor do que aconteceu no ano passado. É a primeira vez, porque sempre houve crescimento. Então, isso já é reflexo da baixa da atividade econômica, porque nós sabemos que o Fundeb é basicamente constituído de impostos, uma cesta de impostos, e tem correlação com a atividade econômica.

Vejam, em 2015, quando Estados e Municípios vão arrecadar menos, todos os Fundeb em geral vão ser menores do que o que foi em 2014. Já está projetado para 2016 um aumento do piso salarial nacional de quase 12,5%. Há, portanto, um problema, uma crise grande, porque, se hoje muitos Municípios não conseguem atingir o piso, e até alguns Estados têm dificuldade, o que se projeta nesse momento conjuntural é um agravamento dessa crise. Então, talvez, nessa crise, tenhamos oportunidade de, já, não esperando 2020, mas, já, fazer algumas modificações no próprio Fundeb que permitam salvaguardar o conjunto de interesses que estão aí.

Entre eles, evidentemente – foi bom falar isto logo depois da fala do Mozart –, o enorme esforço que temos que fazer para a valorização das condições de salário e remuneração e condições de trabalho dos educadores em geral.

Finalmente, em relação à questão do documento Pátria Educadora, o que vou falar aqui evidentemente não é a posição do Conselho Nacional de Educação, mas a minha posição. Eu resumiria no seguinte título: “Mais Educação e Menos Confusão”. Dois documentos governamentais falando de estratégias educacionais criam confusão.

Eu conheço Municípios que estão se retraindo na execução de uma obrigação de fazer o Plano Municipal de Educação porque, afinal de contas, eles dizem o seguinte: “Olha, nós não sabemos muito bem, afinal de contas, a que referência nacional, a que plano estratégico nacional o meu plano na educação deve dizer ou deve corresponder”.

Então, eu acredito, sei e acho que é muito importante que tenhamos uma Secretaria de Assuntos Estratégicos que deve tratar e especular por pontos futuros, com base no presente. Quer dizer, é necessário ver o Brasil daqui a vinte anos, trinta anos, dez anos, cinquenta anos. Isso é importante que se faça, mas a divulgação desse documento com o título Pátria Educadora, no meu modo de entender, cria distração e cria confusão, em que pese algumas propostas ali que sejam de fato provocativas, e é muito importante o debate sobre as questões educacionais.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu vou me conter, não vou falar do documento agora, até porque quero aproveitar para dizer, Prof. Cesar, que o Ministro Mangabeira foi convidado por esta Comissão, e vai estar aqui no dia 26, para fazer o diálogo com os Senadores e com os demais convidados.

Ao encerrar os nossos trabalhos, quero agradecer, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, a presença de vocês, pela grandiosidade do debate, pela contribuição que deram para o debate em curso.

Na verdade, a audiência de hoje, sobre o Custo Aluno-Qualidade, como já foi mencionado pelo Senador Romário, é a segunda de um ciclo de debates que propusemos aqui na Comissão de Educação. Esse ciclo de debates, Prof. Cesar, partiu de uma reflexão levando em consideração o novo Plano Nacional de Educação, claro, que deve ser a base para toda a discussão da educação, já que é o documento que orienta as metas e as estratégias para a educação brasileira nos próximos dez anos.

E dentro do contexto do novo Plano Nacional de Educação resolvemos pinçar o tema do Fundeb, por tudo que ele significa. Na verdade, o Fundeb não é uma política qualquer. O Fundeb é uma das políticas públicas de maior incidência em uma das áreas mais sensíveis da educação em nosso País, que é exatamente o tema da educação básica. O Fundeb tem, sim, Senador Cristovam, um impacto muito grande do ponto de vista do Pacto Federativo, em razão das implicações que tem na questão do bolo tributário junto ao conjunto dos entes federados. Todos nós reconhecemos o desequilíbrio na distribuição do bolo tributário. Hoje, mais uma vez, isso foi apresentado aqui. Quer dizer, a União, por mais que tenha havido avanços com o advento do Fundeb, e houve, de fato, mas a participação financeira da União no bolo do Fundeb está muito aquém, se comparada à participação dos Estados e dos Municípios.

Segundo, é importante lembrarmos que, quando falamos do Fundeb, falamos de um tema que é uma reforma constitucional. Por quê? Porque o tema está constitucionalizado. O Fundeb foi criado através de uma emenda constitucional, depois regulamentado através da Lei nº 11.494, da qual tive a alegria de ser Relatora no âmbito da Câmara dos Deputados.

O Fundeb, Prof. Mozart, termina sua vigência agora, porque digo que é em 2020. A gente pensa que cinco anos demoram, não demoram não. Então, dada a importância do tema, a Comissão de Educação da nossa Casa julgou que seria pertinente a gente deflagrar já esse processo de discussão, esse processo de debate.

Quero, inclusive, aqui dizer aos senhores que nós pretendemos – não é, Senador Cristovam? –, quando terminar este ciclo de debates, criar uma subcomissão no interior da nossa Comissão para darmos sequência ao debate, já pensando exatamente numa proposta de formulação do novo Fundeb, levando em consideração suas virtudes, as suas fragilidades. E trazendo para o tema do Fundeb agora exatamente o tema que foi o objeto da nossa discussão aqui hoje, que foi Custo Aluno-Qualidade. Esse tema do Custo Aluno-Qualidade é muito rico. O conceito do Custo Aluno-Qualidade, a meu ver, o que tem de mais provocativo é exatamente nos levar a uma reflexão de que o Custo Aluno-Qualidade vem no sentido de invertermos a lógica do financiamento. A lógica hoje é o seguinte: primeiro, arrecada-se o imposto, que é distribuído de acordo com a quantidade de alunos e de acordo com o número de estudantes. O Custo Aluno-Qualidade vem na direção de inverter essa lógica. Vamos, primeiro, compor o Custo Aluno-Qualidade, que é levar em consideração, claro, todos os aspectos que devem ser levados em consideração para se compor o Custo Aluno-Qualidade, que passam por ter um professor valorizado, estimulado, portanto, bem – remunerado, a questão dos equipamentos, a questão da relação aluno e estudantes em sala de aula.

Mas o conceito inverte essa lógica. Hoje, pegam-se os recursos e distribuem-se de acordo com a quantidade de estudantes. O Custo Aluno-Qualidade vem para fazermos o contrário. Primeiro, para que a gente possa ter uma escola de qualidade, uma escola que de fato prepare os nossos filhos, que tenham acesso ao conhecimento para que eles possam de fato ser cidadãos e cidadãs cientes dos seus deveres e direitos. Para termos uma escola de boa qualidade, não apenas uma escola que acolha, que amplie a oferta de matrículas, mas que traga esses estudantes para dentro da escola para que a gente possa oferecer o ensino de boa qualidade.

Então, nós tínhamos que avançar no tema do CAQ.

Eu quero, portanto – Binho, é importante sua presença aqui, como nosso coordenador hoje no MEC à frente de uma secretaria muito importante, porque dialoga com o chão deste País, com o chão das escolas, com o chão das secretarias municipais e estaduais –, dentre as alternativas que os estudiosos apresentam com relação à questão da implementação do CAQ, conforme aqui apresentado por Daniel, penso que, olhando a realidade que vivemos, acho que a alternativa mais viável seria vincular o CAQ à questão do Fundeb. Eu acho que é exatamente aproveitar este momento de vigência do Fundeb que exige exatamente este debate, para a gente pensar o novo Fundeb; e, dentro deste novo Fundeb, a gente introduzir a questão do Custo Aluno-Qualidade, lembrando, inclusive, que isso é dispositivo legal, porque está no PNE. O PNE estabelece o prazo de dois anos.

Eu fico contente, por exemplo, de a Flávia ter dado conhecimento a nós hoje de que ontem o MEC publicou a portaria constituindo o grupo de trabalho para elaborar estudos sobre a implementação do Custo Aluno-Qualidade. Isso é bom, é importante, mas eu quero aqui fazer coro também ao que o Prof. Daniel Cara aqui colocou, Andréa e Binho. Eu acho que era importante ampliar este debate, por exemplo, já com o Fórum Nacional de Educação.

O fato é que nós estamos tratando aqui, repito, de temas que já são objetos de lei. Dentro desse debate todo, sem esquecermos, há um tema superimportante que é o nosso tema do Sistema Nacional de Educação.

Prof. Mozart, eu quero agradecer a vocês e convidá-los para uma nova oportunidade.

Prof. Cesar, com relação à questão do tema da valorização que passa pela carreira e pela jornada, nós temos consciência de que o novo piso do Plano Nacional de Educação está vinculado à discussão do novo Fundeb. Essa é a minha avaliação. Ele está vinculado à discussão do Custo Aluno-Qualidade. Eu já tenho conversado isso com o MEC. Não creio que a maioria esmagadora dos Municípios e Estados pelo País afora terá condições de assegurar o novo piso do novo Plano Nacional de Educação – refiro-me à Meta 17 –, se não conseguirmos pactuar um novo arranjo constitucional do ponto de vista da questão do financiamento para o piso, para a jornada, para a carreira, enfim, para a valorização do magistério.

Por outro lado, também nós não podemos aqui recuar. Nós não podemos aqui vacilar, em nenhum momento, no cumprimento dessa meta.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Porque ela é estratégica, à luz de toda a realidade que nós sabemos que o País vive, como a falta de atratividade para a profissão do magistério. O Prof. Mozart, mais uma vez, mostrou os números aqui. O MEC tem consciência disso, não é, Binho?

Enfim, é um desafio grandioso – eu não tenho nenhuma dúvida disso –, mas é um desafio em que nós teremos de estar à altura para encarar e para dar resposta. O Poder Público, a sociedade, nós temos de estar à altura. Senão, não adianta falar em Pátria Educadora, de maneira nenhuma. Não adianta falar em Pátria Educadora, se não tivermos a capacidade, por exemplo, de cumprir com aquilo que o Congresso Nacional aprovou por unanimidade, que é o novo Plano Nacional de Educação.

Eu não quero me alongar mais. Eu quero já convidá-los... Inclusive, já digo ao Secretário que ele está convidado para o próximo debate novamente, que será sobre o Sistema Nacional de Educação, para que possamos, no encerramento deste ciclo de debates temáticos sobre educação, sobre o novo PNE...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Aliás, há ainda dois debates: o primeiro debate é a valorização dos profissionais de educação, piso, carreira, jornada e elevação da remuneração média; e o último debate é exatamente o Sistema Nacional de Educação.

Concluída essa primeira fase, nós vamos tomar a iniciativa daquilo de que eu já estou dando conhecimento a vocês nesta audiência de hoje, que é a constituição aqui, no âmbito da nossa Comissão, de uma subcomissão para que possamos já pensar as bases, Binho, do novo Fundeb associado à implementação do Custo Aluno-Qualidade.

Está encerrada a presente audiência.

Muito obrigado a todos e todas.

(Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia dezenove de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Rose de Freitas, Otto Alencar, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Paulo Paim, João Alberto Souza, Dário Berger, Jader Barbalho e Wilder Moraes. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que

“Altera a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, para fomentar a criação de entidades representativas dos estudantes”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci, que “Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados”; **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “Revigora os efeitos da Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras

providências”. O relator designado é o Senador Gladson Cameli e o parecer favorável ao Projeto Lei da Câmara nº 68, de 2011, na forma de emenda substitutiva nº 1-CE, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, que tramita em conjunto, é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na Carreira de Magistério Superior”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer, pela prejudicialidade do projeto, é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Jorge Afonso Argello, que “Institui o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados”. O relator designado é o Senador Otto Alencar e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. Prosseguindo, a Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 8**). **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para obrigar as entidades de prática desportiva a divulgar lista dos atletas profissionais participantes do espetáculo desportivo, a fim de facilitar o rateio do direito de arena devido a cada um deles”. O relator designado é o Senador Roberto Rocha e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o relatório é favorável com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Dr. Grilo, que “Institui a semana nacional de prevenção do câncer bucal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Rocha e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Lídice da Mata. Logo após, o Senador Romário, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Itens 9 a 12**). Neste momento, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 8: Requerimento nº 54/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer “(...) ao Plenário da Comissão de Educação Cultura e Esporte, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater a política de Banda Larga nas escolas e sua Universalização, com os seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro do Ministério das Comunicações; Excelentíssimo Senhor Renato Janine Ribeiro, Ministro do Ministério da

Educação; Excelentíssimo Senhor Carlinhos Almeida Prefeito do município de São José dos Campos/SP e; Senhor Jorge Bittar, Presidente e Diretor de Relações com Investidores das Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 9: Requerimento nº 52/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer “(...) nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte avalie as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, referentes aos seguintes temas: ‘Bolsa Atleta; Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016; Educação de tempo integral (Programa Mais Educação); e Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva’. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 10: Requerimento nº 53/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer “(...) nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2015-CE, a inclusão do Presidente da SportPromotion Marketing Esportivo para participar da Audiência Pública destinada a discutir ‘O futebol feminino no mundo e no Brasil’”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 50/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer “(...) com fundamento no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o

PLS 279/2015, que altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender aos atletas profissionais das modalidades esportivas todas as disposições relativas à prática desportiva profissional, atualmente específicas aos jogadores profissionais de futebol". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2015, fica sobrestado na Comissão aguardando a realização da Audiência Pública. **Extra-Pauta, Item 12: Requerimento nº 51/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer "(...) com fundamento no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLS 278/2015 que propõe alteração à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2015, fica sobrestado na Comissão aguardando a realização da Audiência Pública. Prosseguindo, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Lídice da Mata, devolve a presidência dos trabalhos ao Senador Romário. Em seguida, a presidência passa à leitura do seguinte **comunicado**: "Comunico aos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 261, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 018.752/2014-4, na Sessão Ordinária de 22/4/2015. Acompanha este Acórdão Relatório e Voto proferido pelo Tribunal, que trata de fiscalização na modalidade levantamento, realizada com o objetivo de produzir Relatório Sistemático de Fiscalização da Função Cultura, referente ao exercício de 2014 (FiscCultura). Os Senadores que desejarem cópia do Aviso, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Aviso vai ao arquivo. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação dos itens da pauta com os Relatores presentes.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, de 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, para fomentar a criação de entidades representativas dos estudantes.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Favorável com a emenda oferecida.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para a emenda.

2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 14/4/2015.

Passo a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para a leitura do relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, prezados colegas, o projeto de lei que ora está sob exame desta Comissão é de autoria do ex-Senador Pedro Taques, atual Governador do Estado de Mato Grosso, que incentiva a criação de entidades de representação dos estudantes de educação básica. Para tanto, o projeto altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, e lhe acrescenta três artigos.

Por meio da alteração do art. 1º da lei mencionada, o projeto pretende garantir aos estudantes da educação básica a "livre associação voltada para atividades educacionais, culturais, cívicas, esportivas, sociais, assuntos da sua comunidade e monitoramento da gestão educacional e financeira da sua instituição".

O primeiro artigo a ser inserido na referida lei estabelece que as instituições de ensino devem incentivar a criação de organizações de estudantes, assegurando-lhes autonomia de atuação. Assim, “sempre que necessário”, as escolas devem colaborar na formação de organizações estudantis, apoiando a constituição, a divulgação e a realização das eleições pelos estudantes.

O segundo novo artigo assegura às organizações estudantis, nas ocasiões necessárias, espaço físico e mobiliário adequados para funcionamento e participação nas atividades escolares.

Já o terceiro novo artigo estipula que, salvo em situações “excepcionais devidamente justificadas”, os representantes dos estudantes terão direito de participar das reuniões administrativas e pedagógicas da instituição de ensino, com a prerrogativa do uso da palavra.

Por fim, a proposição estipula que a lei sugerida entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor lembra o papel histórico dos estudantes na história brasileira das últimas décadas e enfatiza a relevância da maior participação dos estudantes nos assuntos escolares, cívicos e políticos, por meio de seus órgãos de representação.

O projeto foi distribuído para decisão terminativa e exclusiva desta Comissão.

Não há, Srs. Senadores, Srª Senadora, nenhum óbice de natureza regimental ou constitucional, no meu entender, à aprovação deste projeto de lei, que estimula a participação dos estudantes em todos os aspectos da vida comunitária, inclusive de debate das grandes questões nacionais. Ele estimula também a sua participação no aprimoramento da gestão escolar, no aprimoramento do desempenho do corpo docente, trazendo sugestões sobre o funcionamento da escola, o que é sempre muito saudável.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso relatório conclui pela aprovação do projeto, com uma emenda que altera apenas a ementa da Lei nº 7398, no seguintes termos:

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, passa a vigor com a seguinte redação:

Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes da educação básica.

Lembro que os estudantes de ensino superior já têm uma larga tradição de participação e de organização própria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senado Aloysio Nunes. Em discussão. *(Pausa.)*

Essa matéria será sobrestada por falta de quórum.

Passaremos ao próximo item.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2011
– Não terminativo –

Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.

Autoria: Deputado Enio Bacci.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2012

Revigora os efeitos da Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

Relatoria: Gladson Cameli

Relatório: Favorável ao PLC nº 68, de 2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do PLS nº 37/2012, que tramita em conjunto.

Observações: *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Passo a palavra ao Relator, Senador Gladson Cameli, para leitura do relatório.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de consultar a mesa e os demais Senadores se posso ir direto ao voto ou se há necessidade de que eu faça a leitura da análise. Consulto os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Fique à vontade.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Vou direto ao voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, na forma do substitutivo a seguir e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, com acolhimento de algumas de suas sugestões.

Art. 1º Para efeito de cálculo do imposto de renda devido, as empresas poderão deduzir, como despesa operacional, na apuração do lucro real, os gastos por elas realizados com a formação profissional de seus empregados, em cursos de nível superior, bem como em outros cursos e atividades desenvolvidos de acordo com os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inclusive quando associados ao ensino fundamental e ao ensino médio regulares.

§ 1º A dedução a que se refere o *caput* deste artigo não deverá exceder, em cada exercício financeiro, a dez por cento do lucro tributável, podendo as despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente ser transferidas para dedução nos três exercícios financeiros subsequentes.

§ 2º Os gastos referidos neste artigo não substituem nem complementam a remuneração devida a qualquer empregado beneficiado e a eles não se aplica o princípio da habitualidade.

§ 3º Não constituem base de incidência para outros direitos e encargos trabalhistas e não integram o salário de contribuição previdenciária pelo seu valor total os gastos referidos neste artigo que não excederem a vinte e cinco por cento da remuneração total do empregado.

§ 4º O regulamento definirá os limites de utilização do benefício pelo empregado.

Art. 2º As despesas realizadas com a construção ou instalação de centros de formação profissional, inclusive a aquisição de equipamentos, bem como aquelas efetuadas pelas pessoas jurídicas beneficiárias com os aprendizes matriculados nos cursos de aprendizagem a que se refere o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho poderão também ser consideradas para efeitos da dedução de que trata esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao ato de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Gláson Cameli.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na Carreira de Magistério Superior.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações: *Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.*

Passo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Romário, colegas Senadores, essa matéria vem tramitando, se arrastando, caminhando devagar, como tartaruga, caminhando depressa...

Quando o autor – e tenho a honra de S. Exª estar aqui presente, Senador Aloysio Nunes Ferreira – elaborou esse projeto, em muito boa hora, preocupado com a qualificação na área do ensino superior, estabelecendo titulação de nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na carreira de magistério superior, não havia ainda uma iniciativa de alteração da Lei nº 12.772, de 2012, que tratava da mesma questão relacionada à qualificação da educação superior, medida que passou a exigir apenas o diploma de graduação nos cursos para professor.

Atendendo exatamente a uma reclamação da sociedade, a norma foi alterada, por meio da Lei nº 12.863, de setembro de 2013, oriunda da Medida Provisória nº 614, daquele mesmo ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente.

Essa MP foi abrigada pelo Governo pela pressão que aconteceu, não só pelo trabalho do Senador Aloysio, mas também pela exigência da própria comunidade acadêmica. Com isso, estabeleceu-se que os editais dos concursos para professor das instituições federais de ensino superior devem exigir o título de doutor, salvo em áreas do conhecimento ou localidades em que haja grave carência de titulados.

Assim, isso se faz necessário agora. Aí, naquele momento em que a medida provisória foi aprovada, o próprio Senador Aloysio, em plenário, no Senado – eu estava presente –, sugeriu a prejudicialidade do projeto.

Então, meu voto é exatamente, por essas razões, por já ter sido atendido e pela, digamos, honestidade produtiva do Senador Aloysio na economicidade do tempo, declarar prejudicial o Projeto nº 123, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que trata da obrigatoriedade de titulação em pós-graduação no caso do ensino superior.

Esse é o voto.

Espero que, com o voto dos colegas Senadores, a gente consiga sepultar essa iniciativa, que, naquele momento, foi muito valiosa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Ana Amélia.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer pela prejudicialidade do projeto.

Passamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2014

– Terminativo –

Institui o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.*

2 – *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 5/5/2015 e 12/5/2015.*

Passo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar, para leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014, do Senador Gim, que *institui o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados*, chega a esta Comissão para exame e emissão de parecer.

A proposição é composta de três artigos.

O art. 1º determina o reconhecimento do caráter educacional e formativo da atividade de capoeira em suas manifestações culturais e esportivas.

O art. 2º, por sua vez, estabelece que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, poderão celebrar parcerias com associações ou outras entidades que representem e congreguem mestres e demais profissionais de capoeira. Esse mesmo art. 2º traz três parágrafos: o §1º manda que o ensino da capoeira seja integrado à proposta pedagógica da escola, visando ao desenvolvimento cultural dos alunos; o §2º estabelece que, ao exercer sua atividade na escola, o profissional de capoeira será supervisionado por docentes de educação física vinculados à instituição, que terão a responsabilidade de adequar as atividades aos conteúdos curriculares; o §3º determina que, para o exercício de sua atividade nos termos do que a futura lei estabelecerá, não se exigirá do profissional de capoeira a filiação a conselhos profissionais ou a federações ou confederações esportivas.

O art. 3º da proposição traz a cláusula de vigência da lei em que o projeto se transformar, que será a data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto destaca a importância cultural da capoeira e sua história de resistência, desde os tempos da escravidão. Observa também que, apesar de ter, ao longo de todo o século XX, conquistado reconhecimento e valorização da sociedade brasileira, ainda enfrenta muitos obstáculos ao aproveitamento de todo o seu potencial pedagógico e formativo. Dessa forma, ao apresentar a proposição que ora examinamos, pretende o autor “criar condições para que a capoeira, que já é ensinada em todo o Brasil, possa se expandir pelos estabelecimentos de ensino”.

A capoeira, Sr. Presidente, não se expandiu só pelo Brasil. A capoeira está no mundo; é um dos maiores esportes hoje praticados nos Estados Unidos, na Europa, até no Japão. Portanto, ela atingiu, como cultura, como dança, como esporte e como luta, o mundo praticamente inteiro.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 171, de 2014, a proposição passou a tramitar em conjunto com o PLC nº 31, de 2009. Entretanto, com o arquivamento desse último, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato da Mesa nº 2, de 2014, a proposição que ora examinamos foi dispensada e voltou à tramitação autônoma.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do que estabelece o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre projetos que tratam de normas gerais sobre instituições educativas e culturais, categoria em que se enquadra o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014.

O PLS nº 17, de 2014, vem em um momento crucial da história da capoeira no Brasil. Nos últimos anos, dois eventos comprovaram a relevância dessa manifestação cultural e a força de sua expressão no Brasil e no mundo: o registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN), em 2008, e o reconhecimento da roda de capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2014.

No Brasil, desde a década de 1970, há iniciativas sistemáticas relacionadas ao emprego da capoeira como ferramenta pedagógica, nos diversos níveis de ensino. Essa modalidade possui um potencial amplamente reconhecido, tendo em vista sua riqueza em termos de movimento corporal, musicalidade e socialização. Atualmente, há inúmeros estudos comprovando a eficiência da capoeira no campo do desenvolvimento psicomotor, por exemplo.

Apesar disso, são grandes as dificuldades encontradas pelas instituições educacionais para o devido aproveitamento das possibilidades educacionais oferecidas pela capoeira. Isso se dá, fundamentalmente, pelo fato de o mestre e os demais profissionais de capoeira terem dificuldade de inserção nas instituições educacionais em virtude das formalidades exigidas.

Nesse sentido, a proposição que ora examinamos é indiscutivelmente meritória.

Identificamos, entretanto, dois aspectos que precisam de reparos. Ao mencionar o “ensino fundamental e médio”, a proposição exclui um importante segmento, onde o trabalho pedagógico com a capoeira tem-se mostrado muito relevante: a educação infantil. Dessa forma, julgamos oportuno substituir a expressão “ensino fundamental e médio” por “educação básica”, que, além desses dois níveis, compreende a educação infantil, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Outra alteração que nos parece necessária consiste na supressão do §2º do art. 2º. Entendemos que subordinar o profissional de capoeira ao professor de educação física limita as possibilidades de aproveitamento da cultura da capoeira no âmbito escolar. Diversas escolas têm utilizado, por exemplo, os recursos didáticos fornecidos pela capoeira em atividades nas áreas de música, de artes cênicas e, até mesmo, na educação ambiental. Assim, entendemos que deve ficar a critério da escola, no contexto de seu plano pedagógico, definir como se dará a inserção do profissional de capoeira em sua programação didático-pedagógica.

Cumprе, também, observar que não se identificam óbices à aprovação do projeto em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à redação legislativa.

Voto, Sr. Presidente.

Verificado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014, com as emendas que apresento como Relator desta emenda ao PLS 17, de 2014.

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014, a seguinte redação:

“Institui o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de educação básica, públicos e privados.”

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 2º Os estabelecimentos de educação básica, públicos e privados, poderão celebrar parcerias com associações ou outras entidades que representem e congreguem mestres e demais profissionais de capoeira, nos termos desta Lei.”

EMENDA Nº – CE

Suprima-se o §2º do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2014, renumerando-se o parágrafo seguinte de §3º para §2º.

Esse é o voto que apresento agora, Sr. Presidente.

Médico formado na Bahia, a Escola de Medicina ficava próxima à escola de capoeira. A escola de Medicina ficava no Terreiro Jesus e a escola do Mestre Bimba ficava no Maciel. Depois de aprender Medicina, andávamos 300 metros e íamos aprender capoeira. E eu convivi com uma pessoa que mais me influenciou na minha vida, na formação de caráter, de homem, chamado Manoel Machado, Mestre Bimba.

Ele foi recebido, em 54, por Getúlio Vargas, porque a capoeira era discriminada e não podia entrar nos clubes sociais. Mas entrava o judô, entrava o caratê. E o capoeirista era praticamente discriminado, numa condição muito ruim.

Este projeto faz um reparo a essa cultura que nasceu na Bahia. E a capoeira nasceu na Bahia da seguinte forma: os negros escravizados eram levados para o Pelourinho, onde eram chicoteados. Não resistindo ao chicote e tendo a oportunidade de se libertar, eles agiam em defesa própria. Davam uma rasteira no feitor, aquele que atuava com o chicote na mão, o feitor caía, e eles fugiam. E fugiam para onde? Para um mato baixo do recôncavo chamado capoeira. E se dizia: “Esse negro é capoeira”.

Então, a capoeira surgiu em função da fuga do negro para dentro do matagal chamado capoeira, ali no Recôncavo Baiano. E eu, por conviver com a capoeira e por conhecer isso por muitos anos – passei praticamente seis anos na academia de Mestre Bimba –, tenho na minha memória todo o processo de como ela cresceu e se desenvolveu.

Ela está na França, com um conjunto chamado Brasil Tropical; está na Alemanha, com um conjunto chamado Olodum Maré, Mundo Negro; está em Nova York, com um colega meu que se formou em capoeira. Sei que V. Exª também jogou capoeira. Eu vou lhe trazer um brinde daqui a pouco da Bahia. Está lá em Nova York com o Acordeon, que se formou comigo em capoeira.

E eu diria que a capoeira é luta, é cultura, é uma coisa assim que, na Bahia e no Brasil, hoje, no Rio de Janeiro, em todos os Estados, está sendo praticada.

Esse projeto do Gim Argello é muito correto. Por isso, dei um parecer favorável à capoeira, que Lídice da Mata me sopra aqui foi escrita e louvada pelo grande escritor baiano Jorge Amado. E eu diria que nós vamos fazer justiça ao levar a capoeira para as escolas da forma como prevê o projeto.

Mas, antes da votação, eu quero presentear V. Exª com um berimbau que eu trouxe lá da Bahia. Eu sei que o senhor é fã de capoeira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Apresente, Senador. Tem que apresentar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Ele toca bem. Ele não tem mais ida-de para...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para dançar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Para jogar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, agora foi provocação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone.*) – Quando chover, mando ventar, quando ronca a trovoadas, eu mando o vento parar.

(Procede-se à apresentação musical.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – É a alma negra do Senador Otto Alencar, que tem um pé forte nisso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É bom mesmo! Ah! Profissional! (*Palmas.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – O Romário também é capoeirista. Eu convivi com o Mestre Bimba, que fez uma ladainha que se chama Ladainha da Libertação.

Em 2002, eu fui Governador interino da Bahia e fui inaugurar uma escola no Olodum. E me pediram para fazer um discurso e eu cantei – não vou cantar aqui, porque não vai dar – a Ladainha da Libertação, porque Bimba, Senador Cristovam Buarque, Senadores e Senadoras, dizia que a pior dor do negro na Bahia não foi só ter apanhado no Pelourinho e ter lutado para se libertar. A pior dor do negro foi ter chegado aonde chegou em 1970, quando ele saiu da Bahia para ir para Goiás, e não ter tido a oportunidade de se educar. E que a pior escravidão do negro era a falta de educação para competir com o branco.

Então, essa ladainha se chama Ladainha da Libertação.

Eu fiz um documentário sobre a capoeira chamado “Capoeiragem na Bahia”. Vou mandá-lo a todos os Senadores para se deliciarem com as imagens de Glauber Rocha, em que Mestre Bimba e Mestre Pastinha fazem ponta em “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, aqueles filmes todos que eram feitos ali no Pelourinho.

Portanto, a minha cultura da capoeira foi muito importante, e, de vez em quando, eu uso algumas frases do Mestre Bimba. Quando eu deixei a política mesmo, em 2006, e passei seis anos fora, perguntaram-me por que eu estava deixando a política. E eu usei uma frase de Bimba: “Recuar também é golpe quando a briga não está boa”. (*Risos.*)

Então, eu quero o voto de vocês aí, e o berimbau é seu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente...

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Para discutir...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente, primeiro quero parabenizar o Senador Otto Alencar pelo relatório. Um relatório muito positivo, com modificações pequenas, mas que aperfeiçoam o projeto do autor, Jorge Afonso Argello.

Quero dizer, Sr. Presidente, que há uma diferença muito importante neste projeto em relação a outros projetos que colocam a necessidade do ensino da capoeira. É que este projeto, justamente pela sensibilidade de quem o fez e pela completa integração do Senador Otto Alencar com o tema, não subordina o profissional da capoeira a nenhum tipo de conselho. Ele apenas exige que o profissional da capoeira tenha um tipo de acompanhamento de um profissional de Educação Física. Por quê? Porque o profissional da capoeira não se forma em faculdade de Educação Física; o capoeirista é formado na roda de capoeira. E há uma grande luta para que isso seja mantido e reconhecido pelo Estado brasileiro.

O Dr. Otto foi um grande capoeirista no passado, quando tinha idade para praticar a capoeira. Hoje, já está com um pouco mais de dificuldade para isso, um pouco mais enferrujado, por conta só do problema do joelho. Pois bem, naquele tempo, não se sabe se ele frequentava mais a escola de capoeira ou a escola de Medicina, pois ficavam próximas.

Mas, principalmente, Dr. Otto, o senhor deu valor a essa característica fundamental que é o respeito à formação do capoeirista na roda de capoeira. O senhor não se formou como capoeirista numa escola ou numa faculdade de Educação Física; o senhor se fez capoeirista numa roda de capoeira, respeitando as tradições do Mestre Bimba, da capoeira regional; respeitando as tradições. E quem lhe deu todas as condições, dentro da roda de capoeira, foi justamente o Mestre.

Então, a capoeira e o mestre de capoeira são reconhecidos na sua prática de ancestralidade, de um conhecimento que passa de um para outro, e não dentro de uma faculdade de Educação Física. É claro que estudantes e profissionais de Educação Física podem praticar capoeira e podem até virar mestres de capoeira; no entanto, eles se fazem mestres na roda de capoeira.

E há também a flexibilidade clara do respeito às características pedagógicas de cada escola, de cada local. Isso foi muito importante.

Eu quero, portanto, parabenizar novamente o Senador Otto Alencar.

A Senadora Simone perguntava-me aqui ao lado, Senador Otto: “É possível fazer capoeira na educação infantil?” E eu dizia “sim”. A minha neta tem três anos e faz capoeira em sua escola. E o neto do Dr. Otto também faz desde pequenininho.

O meu neto de um ano e meio já ensaia e já imita sua irmã no jogar da capoeira, no aú da capoeira.

Então, na Bahia, ainda bem, recentemente, nos últimos dez anos, vem-se intensificando muito a prática de capoeira nas escolas particulares e nas escolas públicas, mas, principalmente, nas escolas particulares. Isso é muito importante, porque ela preserva a prática da capoeira como uma referência à nossa cultura afro-

descendente e fortalece, portanto, também, o conhecimento da música, da dança, da relação toda da luta da capoeira no Brasil.

Quero, portanto, ressaltar isso. Fui Relatora do projeto que discutiu e pretendo dar continuidade a essa discussão, Presidente. A regulamentação da carreira da capoeira tinha alguns equívocos, mas, na verdade, precisa retornar, para que possamos debater uma modificação que permita, principalmente, o reconhecimento dos mestres de capoeira em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Passo a palavra à Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Quero parabenizar o Senador Otto Alencar pela relatoria e, principalmente, pelos dois pontos que foram acrescentados, que são muito especiais. Meus filhos praticaram capoeira desde pequenos também, e isso dá agilidade, forma a pessoa, dá disciplina. É excelente. Uma ótima lembrança, então, colocá-la para a educação infantil.

E, depois, não ser submetido ao professor de Educação Física é perfeito; e não exigir diploma. Também é uma visão de quem vivenciou toda a formação dos grandes mestres que nunca foram à universidade fazer isso. São os donos do conhecimento e do saber, tanto que a capoeira hoje já é patrimônio da humanidade; Digo que um povo é conhecido muito pela sua identidade; a identidade de um povo vem da sua cultura, e a capoeira é parte intrínseca da nossa cultura.

Esse projeto, além de ser um projeto que vai ajudar muita gente, ele é um projeto baluarte do que é ser brasileiro.

Parabéns pela relatoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Brevemente, Presidente, só cumprimentar o Senador Otto Alencar pela relatoria da matéria e pelo reconhecimento à capoeira. Nós todos, Presidente – o senhor mais do que ninguém – nos identificamos com o esporte, mas o nosso futebol é esporte bretão, embora receba as nossas cores. Os outros esportes que temos aqui e atividades que temos no Brasil têm uma origem, via de regra, não brasileira. Isso é o que distingue a capoeira. A capoeira é a única manifestação esportiva, cultural e educacional genuinamente brasileira. Embora vinda, trazida pelos negros africanos, mas se desenvolveu e se manifestou aqui.

Então, qualquer reconhecimento pela capoeira e para a capoeira ainda é atrasado pela importância que ela tem e pelas características nacionais, pelas características de nacionalidade que tem para o nosso País.

Quero cumprimentar o Senador Otto pelo belíssimo trabalho e só quero lamentar não ter assistido ao toque do berimbau feito por ele aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continua em discussão, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Não, Sr. Presidente. Bom, parabenizar o Senador Otto pelo brilhante relatório, mas, logo após essa votação, solicito uma questão de ordem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem. Mais alguém para discutir?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Otto, que foi o Relator, uma curiosidade. Seria mais ou menos falar que a chula, lá no Rio Grande, é a dança que marca o machismo gaúcho; teria que explicar para ele algumas coisas da chula.

Por isso, como não sou baiana, tenho uma curiosidade: a capoeira, Senador, tem, digamos assim, um traço cultural muito forte, porque tem a música, mas também é uma disputa.

Ela me parece uma disputa entre dois competidores que participam da capoeira. A chula é assim também: quem faz melhor, quem toca melhor, quem se mexe melhor, quem faz um gestual melhor, e até nos sentido de uma provocação.

Ela poderia ser uma arte marcial, em uma analogia breve às que não são violentas, nesses aspectos?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – A capoeira não é considerada uma arte marcial, mas os que praticam um outro tipo de luta usam muitos golpes da capoeira. O Anderson Silva, por exemplo, derrotou o Belfort, na luta, com um golpe que nós chamamos de “bênção”. O Romário conhece a “bênção”. Ele levantou o pé e bateu, pegou e ele caiu em nocaute. Há outro golpe também chamado “martelo” em que você gira num

pé e bate com o outro. Também é um golpe forte, mas não é arte marcial. Capoeira é cultura, capoeira é luta, capoeira é dança, capoeira é defesa também corporal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas é uma luta pacífica?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Na disputa, é uma luta pacífica. Dois capoeiristas bons podem ficar aqui trocando golpes por uma hora e nenhum toca no outro. Pode ser usada como luta, e há vários golpes de defesa e de ataque.

Inclusive, há um deles – falei há pouco com o Romário que recuar também é golpe – que se chama aú, criado pelo Mestre Bimba. Na cultura dele, o aú é quando você está na luta, a luta não está boa, e você sai dela. Você coloca as duas mãos no chão, as duas pernas para cima e sai. Chama-se aú, porque as mãos para baixo são um “a”, e as duas pernas para cima são o “u”. *(Risos.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Esses baianos sabem de tudo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – E voltam para encontrarem uma situação melhor.

Então, a capoeira, Senadora Ana Amélia, e o ritmo da capoeira, como o do candomblé, como o do samba de roda e o do samba duro, levou, depois disso, grandes compositores a utilizarem esse ritmo para fazer sucesso no Brasil e no mundo. Inclusive, um deles ganhou aquela disputa da música popular brasileira com um refrão de capoeira, o Baden Powell. O refrão é: “quando eu morrer, me enterrem na Lapinha, calça, culote, paletó, almofadinha”. Ele pegou esse refrão, usou-o e ganhou a disputa pela melhor música popular brasileira nos anos 70.

Então, é uma cultura muito grande que foi trazida pelo ritmo dos escravos que vieram para o Brasil, pela maneira de ser, pela dança, por essa raiz negra que tem o Brasil, e tem mais ainda a Bahia.

Aliás, nesse ponto, da Bahia, certa feita, eu vi uma reunião do Jorge Amado conversando, num almoço, com o ex-Governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, que se achava, inclusive, muito ariano. Quando ele terminou de dizer isso, Jorge Amado disse para ele: “Olha, na Bahia, só tem de branco o Cônsul da Suécia”. Todo mundo é misturado.

Então, nós temos na Bahia uma miscigenação muito grande e devemos muito ao povo negro que veio da África para cá. Tudo que se fez para reparação das dificuldades por que atravessa o povo negro no Brasil, sobretudo nos Estados em que há maior manifestação, ainda é pouco pelo que o povo negro trouxe para o nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pelo jeito, a lei também abriga, em primeiro lugar, o próprio Relator, não é? É um mestre da capoeira.

Obrigada, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continuando a discussão, com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Romário, apenas para me congratular, porque o Senador Otto acaba de fazer uma extraordinária divulgação que se irradia facilmente, partindo aqui do Senado e com tantas fotografias e com tantos testemunhos, porque os baianos conhecem bem a história da capoeira. Nós, sulistas, e eu, particularmente, gaúcho, ignorava a história e o surgimento da capoeira, que o Senador Otto acaba de nos revelar. Inclusive, lá no Sul, vem chegando também. Seguidamente, temos visto essa manifestação no centro da cidade, e acho até que o Senador que nos deu aqui uma aula e um *show*, deveria publicar um artigo para difusão desta que é, inegavelmente, uma das culturas mais populares do Brasil.

Cumprimento o Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ele fez capoeira na Rua da Praia, Lasier, o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu, em 1970, levei um conjunto de folclore para o Rio Grande do Sul, joguei capoeira na Rua da Praia, no Theatro São Pedro, no Teatro Leopoldina e no Teatro de Câmara. Passei lá três semanas fazendo *show* de capoeira, e os gaúchos gostaram muito. Já que se está difundindo, e eu fico muito feliz com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Perfeito, só para finalizar e parabenizar o Senador Otto Alencar pelo relatório.

Eu, quando mais novo, tive a oportunidade de jogar um pouco a capoeira. Praticamente tudo já foi falado. Quero agradecer por esta brilhante aula sobre o surgimento da capoeira – eu realmente também desconhecia – e dizer para as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que, hoje, a capoeira é muito usada em vários centros que trabalham com pessoas com deficiência, para incluir essas pessoas dentro do esporte, dentro da nossa sociedade, e serve também como uma forma de tratamento. Muitas dessas pessoas que praticam a capoeira em várias APAEs, Pestalozzi e outros centros como esses têm melhorado muito a sua qualidade de vida.

Portanto, mais uma vez, parabéns, Senador.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação é nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas para dizer – já cumprimentando aqui não só o autor, mas também o belíssimo relatório do Senador Otto – que eu fico muito feliz em saber que esta Comissão não apenas legisla em prol da educação, como também ensina os seus membros.

Aqui, eu tive uma aula. Eu, que venho de um Estado muito distante do Nordeste, da Bahia, tive o privilégio, como prefeita do meu Município, de constituir também na Secretaria de Juventude a capoeira para as nossas crianças. Aprendi, por exemplo, com a Senadora Lídice que é possível, sim, ensinar capoeira para as crianças em sua tenra idade.

Fico muito feliz de ver essa arte – porque não é um esporte; é uma arte tão brasileira – começar, a partir de agora, a entrar na educação deste País.

Muito tocou o meu coração uma frase dita por um mestre seu, na década de 70, que disse que a maior dor do negro não era apenas a escravidão, o chicote e a serventia, mas o fato de ele não ter naquela época – e ainda hoje infelizmente – o acesso à educação como os brancos. Esta é a nossa grande bandeira: a luta pela igualdade de oportunidades.

Parabéns. Meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senadora. Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Voto conhecido. Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Aprovado.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se mantêm o mesmo voto para as emendas oferecidas.

O.k. Aprovadas as Emendas nº 1, CE; nº 2, CE; e nº 3, também CE.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, eu tinha pedido uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Antes de passar a palavra à Senadora Fátima Bezerra, eu gostaria de parabenizá-la pelo dia de hoje, seu aniversário, e dizer que é um prazer estar convivendo com V. Exª aqui, nesta Comissão. Desejo muita paz, felicidade, tudo de bom, e, principalmente, saúde. Parabéns.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Por favor, com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, obrigada pela manifestação carinhosa.

Mas, rapidamente, Sr. Presidente, primeiro, solicito que possa ser incluído extrapauta um requerimento de nossa autoria. E eu convidaria o senhor também para subscrevê-lo, bem como os demais membros desta Comissão, para tratar de um tema, claro, muito importante, que é a política de banda larga nas escolas.

Esse debate, Senador Romário, foi feito na Comissão presidida pelo Senador Cristovam. Considero que é oportuno também, é claro, convidarmos o Ministro Berzoini; o Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro; o Presidente da Telebras, enfim, para que a nossa Comissão de Educação também possa tratar desse tema, por tudo o que significa o acesso ao conhecimento através da internet, via banda larga, e o seu caráter estratégico e a importância que tem.

Então, acho que a nossa Comissão de Educação deve convidar os Srs. Ministros para que possamos discutir sobre o programa, quais as suas perspectivas, qual o seu calendário, inclusive levando em consideração as metas do próprio Plano Nacional de Educação.

E o segundo requerimento, Senador Romário, é para fazer um convite a V. Ex^a, bem como aos demais membros da nossa Comissão, para o relançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa do ensino profissionalizante, que nós estaremos realizando amanhã, às 8h30min, no restaurante do Senado.

É uma Frente Parlamentar Mista, para a qual já temos a adesão de mais de 240 Parlamentares. Na Câmara dos Deputados, quem está à frente é a Deputada Maria do Rosário. E nós estamos relançando essa Frente por entendermos o que isso significa a modalidade da educação profissional, do ensino profissionalizante, a importância de se democratizar o acesso, nessa área do ensino profissionalizante, para a juventude brasileira.

É bem verdade que, nesses últimos 12 anos, tivemos uma vitória muito importante que foi o Plano de Expansão e Fortalecimento da Educação Profissional, com a instalação das escolas técnicas, dos institutos federais, uma das ações mais exitosas do governo Lula e do Governo da Presidenta Dilma.

Por isso mesmo, nós achamos que a Frente tem de ser relançada: para dar continuidade a essa luta em prol da expansão da educação profissional, bem como também, Sr. Presidente, para que, amanhã, nós possamos lançar o manifesto em prol da aprovação de um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional há muito tempo e que trata da regulamentação da profissão do tecnólogo. Será às 8h30min, amanhã, aqui, no restaurante do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Passo a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Eu quero aproveitar para, havendo número regimental e considerando que já foi feita a leitura do relatório, pedir seja votado o item 4, do qual sou Relator. Nós estamos em cima exatamente do número regimental.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

Aprovado o extrapauta.

Aproveitando este momento importante da reunião, quando temos quórum para votar os projetos terminativos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – É só para comunicar a V. Ex^a e ao Plenário, porque precisamos de quórum, que estou à disposição para relatar o item 1, projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, cuja relatoria me foi inicialmente designada. Isso, quando V. Ex^a achar por bem, no melhor momento, e enquanto ainda tivermos quórum, já que é uma matéria que precisa de quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, como foi acordado na semana passada, estou designando V. Ex^a de novo como Relator *ad hoc*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Voltamos ao item 2, Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014, terminativo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não é o item 4?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continua em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, em votação.

É votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Lasier Martins.
O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – “Sim”, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Simone Tebet.
A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Sandra Braga.
A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Otto Alencar.
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Antonio Anastasia.
O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Roberto Rocha.
O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Aprovado.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vamos ao item 4.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Aprovado o projeto.
Consulto os Srs. Senadores e as Sras Senadoras se mantêm o mesmo voto para a emenda oferecida.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Aprovada a Emenda nº 1-CE.
Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para obrigar as entidades de prática desportiva a divulgar lista dos atletas profissionais participantes do espetáculo desportivo, a fim de facilitar o rateio do direito de arena devido a cada um deles.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Favorável.

Observações:

Na reunião do dia 5/5/2015, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continua em discussão. (Pausa.)
Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Antonio Anastasia.
O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – “Sim”, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Roberto Rocha.
O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Aprovado o projeto.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agora, item 1, que é terminativo.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Voltamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2010

– Terminativo –

Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para as emendas.

2 – Na reunião do dia 12/5/2015, foi concedida vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Passo a palavra ao Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 214, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim. A iniciativa cria o Programa Bolsa de Permanência Universitária, para beneficiar estudantes comprovadamente sem condições de custear seus estudos, matriculados em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou de natureza privada, com ou sem fins lucrativos, devidamente autorizadas ou reconhecidas pelo sistema de ensino correspondente.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve opinar sobre o mérito educacional da iniciativa, nos termos do art. 102.

A evasão constitui um sério problema da educação superior brasileira. Suas causas são variadas. No setor privado, o fator predominante é a dificuldade de arcar com o pagamento das mensalidades escolares. Se considerado também o setor público, as causas mais comuns de abandono são o despreparo para acompanhar os estudos universitários, a decepção com o curso escolhido e a falta de recursos para a aquisição de material didático, bem como para o pagamento de transporte, alimentação e moradia. Esse último fator revela que, apesar de não ter de pagar pelo acesso à universidade pública, muitos estudantes, de origem mais modesta, têm grande dificuldade em dar continuidade aos estudos, por falta de recursos para atender suas necessidades básicas.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Ministério da Educação (MEC) têm procurado enfrentar os desafios de manter os estudantes de baixa renda nas universidades federais, mediante a realização de estudos e a criação de programas especiais de bolsas de alimentação, moradia e trabalho. Nos últimos anos, o MEC tem direcionado recursos mais volumosos para essas iniciativas. Todavia, inexistente um programa unificado sobre a matéria, regulamentado em lei.

No caso das instituições federais de educação superior, o art. 10 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, autorizou a concessão de bolsas a estudantes matriculados em seus cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, com os objetivos de:

1) promover o acesso e a permanência de estudantes; e 2) desenvolver atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais.

Em suma, o projeto merece aprovação no que respeita ao mérito. Alguns reparos, entretanto, precisam ser refeitos na iniciativa. Os arts. 1º, 2º e 9º se referem a duas modalidades de concessão de bolsas no âmbito do programa. Uma delas seria mediante o instituto do estágio. Já a outra não é definida. Pelo contrário, o §1º do art. 8º diz que a prestação de serviços será “sempre na condição de estagiário”. Isso nos faz crer que, de fato, exista apenas uma modalidade.

Portanto, propomos alterações no art. 2º, para corrigir o termo “formação”. No art. 3º, é preciso estabelecer que a prestação de serviços pode ocorrer em ente federado conveniado com a União. Afinal, a maior parte das matrículas de educação básica pública encontra-se nas redes estaduais e municipais.

Já o inciso VI do art. 4º menciona a necessidade de o estudante bolsista observar o disposto no §1º do art. 3º. Todavia, não existem parágrafos neste artigo. Ademais, a numeração do art. 4º está incorreta, visto que passa diretamente para o inciso II.

Boa parte dessas alterações que propomos, Sr. Presidente, são correções na forma legislativa e não no mérito.

Dito isso, o nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, acolhidas as emendas que apresentei, que corrigem a forma legislativa.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão. *(Pausa.)*

Como, infelizmente, nós perdemos o quórum, a matéria fica sobrestada por falta de quórum em relação a essa votação terminativa.

Passamos agora ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, de 2014

– Não terminativo –

Institui a semana nacional de prevenção do câncer bucal.

Autoria: Deputado Dr. Grilo

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável.

Observações:

Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

O Senador abriu mão da relatoria.

Designo o Senador Roberto Rocha como Relator *ad hoc*.

Passo a palavra ao Relator, Senador Roberto Rocha, para leitura do relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2014, do Deputado Dr. Grilo, objetiva instituir a “semana nacional de prevenção do câncer bucal”, a ser celebrada, anualmente, na primeira semana de novembro.

Pretende-se, com o evento, estimular ações preventivas e campanhas relacionadas à patologia, promover debates e eventos similares referentes às políticas públicas de atenção a seus portadores, apoiar atividades da sociedade civil destinadas ao controle da doença e difundir os avanços técnico-científicos relacionados ao tema.

O autor justifica sua iniciativa diante da necessidade de se realizarem ações preventivas, campanhas educativas, debates com profissionais da área e outras atividades positivas para controlar essa doença, com vistas à detecção e ao tratamento precoce do mal.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi despachado preliminarmente às Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça, em caráter terminativo. Por força da aprovação de requerimento pela Mesa Diretora daquela Casa, o exame pela CEC (Comissão de Educação e Cultura) transferiu-se para a Comissão de Seguridade Social e Família, mantida a dispensa de manifestação pelo Plenário.

A proposição não recebeu emendas no Senado Federal.

Após manifestar-se a CE, a matéria seguirá para deliberação do Plenário.

O PLC nº 86, de 2014, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte por força do despacho proferido pelo Presidente, no uso da atribuição do inciso X do art. 48, em associação com a competência conferida ao colegiado pelo inciso II do art. 102, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer, a incidência de câncer de boca ocupa o quinto lugar entre o sexo masculino e o nono entre o sexo feminino. Embora seja curável, principalmente quando identificado e tratado logo que apareçam os primeiros sintomas, a maioria dos casos é diagnosticada tardiamente.

O projeto em análise pretende, precipuamente, dedicar uma semana a cada ano à conscientização da sociedade para a importância da aquisição de hábitos preventivos e da percepção de sintomas que indiquem o aparecimento da doença em sua fase inicial, com vistas a seu tratamento precoce.

Várias experiências de igual grandiosidade lograram pleno êxito, quer pelos efeitos de sua ampla divulgação, ao mobilizar segmentos significativos da sociedade, quer pelos resultados práticos e potenciais das iniciativas, como é o caso, entre outros, do “outubro rosa” e do “novembro azul”, que ocasionam, a cada ano, a busca por informações, por ajuda diagnóstica e por tratamento dos cânceres de mama e de próstata, respectivamente.

Trata-se, portanto, de proposição legislativa que possui todos os méritos para prosperar e, assim, converter-se em lei, em benefício de toda a sociedade, e não apenas de um público-alvo.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, a competência da União para legislar a respeito encontra-se respaldada pelo art. 24, XII, da Constituição da República (CR). Ainda sob esse prisma, não suporta matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no art. 61, § 1º, da CR, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52, também da CR.

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Registre-se, em adição, que o projeto observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Por fim, cumpre salientar que inexistente registro de que o Senado já tenha deliberado sobre a matéria ou de que haja iniciativa semelhante em tramitação nesta Casa, o que afasta as hipóteses de arguição de recomendação de prejudicialidade ou de tramitação em conjunto.

Conforme todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador Roberto Rocha. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer.

Colocaremos em votação e em discussão o requerimento extrapauta da Senadora Fátima Bezerra, que já foi discutido.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria de passar a Presidência à Senadora Lídice da Mata, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Solicito a inclusão extrapauta de quatro requerimentos de minha autoria.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu submeto ao Plenário a inclusão extrapauta.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 52, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte avalie as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, referentes aos seguintes temas: “Bolsa Atleta; Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016; Educação de tempo integral (Programa Mais Educação); e Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva”.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Requerimento da Comissão de Educação nº 52, de 2015.

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte avalie as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, referentes aos seguintes temas: “Bolsa Atleta; Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016; Educação de tempo integral (Programa Mais Educação); e Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva”.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 53, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2015-CE, a inclusão do Presidente da SportPromotion Marketing Esportivo para participar da Audiência Pública destinada a discutir “O futebol feminino no mundo e no Brasil”.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Concedo a palavra ao Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Requerimento nº 53, de 2015.

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2015-CE, a inclusão do Presidente da SportPromotion Marketing Esportivo para participar da audiência pública destinada a discutir “O futebol feminino no mundo e no Brasil”.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 50, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater proposta de alteração ao que dispõe o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender aos atletas profissionais das modalidades esportivas todas as disposições relativas à prática desportiva profissional, atualmente específicas aos jogadores profissionais de futebol.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Continua com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Requerimento nº 50, de 2015.

Requeiro, com fundamento no art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater proposta de alteração ao que dispõe o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender aos atletas profissionais das modalidades esportivas todas as disposições relativas à prática desportiva profissional, atualmente específicas aos jogadores profissionais de futebol.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Como não há quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 51, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater pro-

postas de alteração à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários.

Autoria: Senador Romário

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Continua com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O próximo e último requerimento é o Requerimento nº 51, de 2015.

Requeiro, com fundamento no art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater propostas de alteração à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Presidente, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

A pauta foi esgotada. Passamos agora aos comunicados.

Comunico aos Ex^{mos} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras o recebimento do Aviso nº 261, de autoria do Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC018.752/214-4, na Sessão Ordinária de 22/04/2015. Acompanham este acórdão relatórios e voto, proferido pelo Tribunal, que trata de fiscalização da modalidade levantamento, realizada com objetivo de produzir relatório sistêmico de fiscalização, da função cultural referente ao exercício de 2014, Cisco Cultura.

Os Senadores que desejarem cópia do aviso poderão dirigir-se à Secretaria desta Comissão. O aviso vai estar no Arquivo.

Antes de encerrar a reunião, convoco para amanhã, quarta-feira, dia 20 de maio, às 10h, reunião extraordinária destinada à realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei do Senado Federal nº 120/2015, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos e anabolizantes. A reunião será realizada em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, e contará com a presença de representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Dário Berger, Blairo Maggi, Telmário Mota, Ana Amélia e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Sandra Braga, João Alberto Souza,

Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Telmário Mota, destinado a **instruir o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que “Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências”**. Comparece à Audiência Pública como expositora a **Senhora Meiruze Sousa Freitas, Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Sumed/ANVISA)**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos ao Senador Telmário Mota, autor do Requerimento. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Eduardo Hage Carmo, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Após a exposição da convidada, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Romário. Em seguida, a presidência concede a palavra excepcionalmente, ao Senhor Eduardo Hage Carmo, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Agradecendo a presença de todos, a presidência declara encerrados os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Eventual, Senador Telmário Mota, encerra a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Telmário Mota**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação dela.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao requerimento de autoria do Sr. Senador Telmário Mota, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 120/2015, que *acrescenta §§2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências*.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe a convidada para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Informo que esta audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão pelo Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários pelos expositores.

Antes de dar início a essa audiência pública, eu gostaria de chamar para presidir a Mesa o Senador Telmário Mota, autor do requerimento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu quero dar o meu bom-dia a todos, agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Romário, que gentilmente nos permite conduzir esta audiência pública para a gente ter aqui os esclarecimentos necessários para a formalização da proposta feita pelo Senador Davi Alcolumbre sobre a questão dos esteroides anabolizantes nas academias.

Quero registrar a presença do Eduardo Hage Carmo e também vamos ouvir aqui a nossa convidada Meiruze, que já está aqui compondo a Mesa.

A verdade é que a gente quer formar aqui um juízo de valor, porque a proposta do Senador Davi Alcolumbre é fazer uma alteração, tendo em vista a preocupação pertinente que ele tem com esses anabolizantes esteroides, que hoje são usados de forma indiscriminada nas academias, segundo a sua visão. Então, ele queria fazer como hoje é feito, por exemplo, no tabagismo: que haja anúncios em cada venda, em cada localidade, mostrando o risco que aquilo oferece à saúde das pessoas.

Nós convidamos hoje a Anvisa, para nos mostrar – de repente, a Anvisa pode até ter uma resolução, uma regulamentação nesse sentido – como está sendo tratada esta questão do uso desse medicamento nas academias e como a população está sendo informada sobre o risco que realmente isso pode oferecer à saúde de cada um, tendo em vista que cada organismo tem uma reação.

Neste mundo do corpo bonito, do corpo belo, nem todo mundo dança bem. Os que não conquistam pela dança querem conquistar pelo corpo. Os que não jogam futebol, que não são campeões do mundo, também têm que, às vezes, usar o estilo de um corpo esbelto e maravilhoso. Mas às vezes isso pode culminar em uma tragédia, como as que temos visto, vez por outra, à reação de cada corpo.

Então, com a palavra a nossa convidada.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Bom dia, bom dia a todos, bom dia, Senador Telmário.

Eu agradeço a presença da Anvisa nesta Mesa, nessa audiência, em nome da diretoria da Anvisa. É muito importante a gente apresentar o outro lado relacionado ao uso dos esteroides anabolizantes. São drogas extremamente importantes, importantes em muitos efeitos terapêuticos às quais elas se propõem, mas são drogas que realmente têm efeitos adversos muito graves. A gente percebe muitas vezes o uso indiscriminado. Portanto, a proposição é mostrar o trabalho da Anvisa relacionado com as drogas no conceito do registro.

Eu estava até pensando, enquanto vinha para cá, o seguinte: eu sou farmacêutica de formação e o símbolo da Farmácia é uma cobra ligada a um cálice. É porque realmente a droga tem um efeito terapêutico. Do veneno da cobra, a gente retira o soro para o efeito terapêutico, mas ele também mata. Então, o contexto é mostrar isto, um pouco da questão muito ligada ao posicionamento da Anvisa relacionado ao registro de medicamentos esteroides, como a gente tem trabalhado com o controle. Portanto, eu agradeço esta oportunidade de mostrar isso neste fórum.

Nós trabalhamos na questão da concessão de um registro de um medicamento baseado na Lei n.º 6.360, que outorga à Anvisa essa avaliação. Nenhum produto pode ser comercializado, nenhum medicamento pode ser comercializado no Brasil sem um registro, é uma prerrogativa estabelecida no art. 12 da 6.360. E para que esse medicamento chegue a uma concessão de registro, ele tem que passar por vários critérios relacionados a sua qualidade, eficácia e segurança, que são sustentados através de estudos técnicos, de tecnologia farmacêutica e de estudos clínicos relacionados aos objetivos de tratamentos das drogas.

É um breve cenário só para mostrar que a nossa análise está sustentada praticamente em três pilares: qualidade, eficácia e segurança.

Dentro das informações da qualidade, a gente avalia todas as informações sobre o princípio ativo, recipiente, seu grau de pureza, sua qualidade em tecnologia farmacêutica, o relatório de produção das empresas – nos quais nós avaliamos todos os dados relacionados ao processo produtivo, que tem um impacto, sim, na performance desse produto –, a avaliação de controle de qualidade, a avaliação relacionada aos estudos de estabilidade – que tem por objetivo definir o prazo de validade do medicamento que é exposto na prateleira das grande maioria das farmácias –, a certificação de boas práticas de fabricação, que é o certificado que demonstra que a empresa está habilitada a fabricar o medicamento.

Relacionados aos dados de eficácia e segurança, nós avaliamos dados de estudos não clínicos e clínicos, estudo de biodisponibilidade, dados de literatura que sustentam a avaliação feita pela empresa, a bula e a rotulagem – que é a informação mais próxima da nossa análise que chega à população, nós temos uma bula específica para as informações aos pacientes – e o rótulo do medicamento, que identifica mesmo o produto que é resultado do trabalho realizado na Anvisa.

Dentro da avaliação do registro, a gente sempre faz uma avaliação do desenvolvimento que a empresa fez com a droga, dos estudos clínicos Fase I, Fase II e Fase III, e isso culmina com todo o dossiê de registro junto com os dados de qualidade, segurança e eficácia. Posteriormente, esse produto está no mercado, a gente tem que acompanhar esse produto no mercado, relacionado aos dados de farmacovigilância, porque a empresa é obrigada a informar à Anvisa, e, se pertinente para o caso da droga, a realização de um estudo Fase IV, que verifica efetivamente a segurança da droga na população, que tem uma população alvo muito maior.

Dentro desses conceitos, os anabolizantes são drogas que passam pelas mesmas características de registro, ou seja, eles não são avaliados como qualquer outro medicamento sob prescrição médica, mas têm diferenciais estabelecidos pela Portaria nº 344, de 1998. Essa portaria é constantemente atualizada, até porque novas drogas passam a ser drogas sob controle especial.

Especificamente para os anabolizantes, a Portaria nº 344 traz a previsão de que eles só podem ser vendidos sob prescrição médica, com uma receita em duas vias e com a retenção da receita pela farmácia. A dispensação é privativa da farmácia ou drogaria, esse produto não pode estar exposto à venda em outro local, e a escrituração hoje é feita em registro específico. Antigamente era um livro escriturado que se existia nas farmácias, hoje, é através de um sistema eletrônico que tem ligação diretamente com a Anvisa, que é o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. Os rótulos das embalagens devem conter a tarja vermelha, a bula e o rótulo devem conter a expressão “Venda sob prescrição médica” e eles só podem ser vendidos com retenção de receita.

A Portaria nº 344 também estabelece que a propaganda sobre esses medicamentos só pode ser veiculada para público técnico-científico, de circulação restrita a profissionais de saúde.

Dentro das substâncias anabolizantes previstas na 344 e atualizada, recentemente, pela resolução da diretoria colegiada de 18 de 2015, nós temos 28 substâncias anabolizantes, consideradas substâncias anabolizantes.

Aqui faço um parêntese. Algumas dessas substâncias não são comercializadas no Brasil. Chamo a atenção, por exemplo, para o clostebol, que é comercializado no Brasil, de utilização tópica, em cremes, corticoide anti-inflamatório. Como ele tem um derivado de testosterona, é muito comum ele ser utilizado, principalmente pelas mulheres, pós-depilação, ser utilizado em processo inflamatório. Mas ele é considerado também um anabolizante. Salvo engano, um atleta chegou a ser considerado de ter usado *doping* pelo uso do clostebol pós-depilação. É muito comum, não está relacionado ao uso abusivo. A grande maioria relacionada ao uso abusivo são os derivados e os ésteres da testosterona, que também são controlados pela Portaria nº 344, que controla todos os sais, ésteres, isômeros ligados a substâncias de controle especial.

É só um breve exemplo, não quero falar nada especial sobre esse produto. Esse produto é registrado na Anvisa, tem o registro até bem antigo, é produto de medicamento de referência, com indicação muito peculiar, mas a substância dele, oximetolona, está entre as substâncias controladas. Na embalagem dele tem que vir a expressão “venda sob prescrição médica” e ele só pode ser vendido com retenção de receita. É só um breve exemplo.

A indicação terapêutica do produto mostra a importância de utilizar o produto dentro da indicação terapêutica prevista. Esses pacientes precisam ser monitorados, os médicos normalmente monitoram esses pacientes quanto aos efeitos hepatotóxicos, renais, cardíacos, níveis de glicose, colesterol. O paciente precisa ser monitorado, ele precisa de uma avaliação constante pelo médico, quando ele passa a utilizar esse produto, mesmo pela via terapêutica. No uso racional desse produto o paciente precisa ser monitorado.

Só para trazer uma informação adicional importante, esse medicamento é extremamente importante para tratamentos de algumas anemias, principalmente para algumas anemias resultantes de deficiências de hemácias, que são os eritrócitos. A anemia aplásica congênita, a anemia aplásica adquirida, muitas vezes adquirida após a utilização de alguma droga, de algum tratamento. Esse medicamento também tem que apresentar na bula suas indicações e o alerta que pode causar *doping*. A mesma questão ele apresenta na bula e, em caso de eventos adversos, também há um alerta na bula, no sentido de que deve ser notificada a Anvisa sobre os efeitos adversos, a Anvisa ou a vigilância sanitária estadual ou municipal.

As principais contraindicações. Essas principais contraindicações normalmente refletem na maioria dos outros anabolizantes. Ele é contraindicado para a utilização em pacientes com suspeita de câncer de próstata ou câncer de mama, os homens; para a mulher também é contraindicado no caso de carcinoma de mama, em gravidez é contraindicada a utilização do anabolizante durante a gravidez; pacientes com problema de nefrose; pacientes com hipersensibilidade. A fórmula – isto é cabível a qualquer medicamento – é contraindicada para pacientes com insuficiência hepática e tem, na própria bula do medicamento, esta consideração: é contraindicado para aumentar a massa muscular, fisioculturismo, devido às graves reações adversas. E aí traz mais uma vez os alertas de bula.

As advertências que são, em geral, para quase todos os anabolizantes, devido aos seus graves efeitos colaterais, os esteroides e anabolizantes não devem ser usados para estimular as condições atléticas. O uso na indicação correta evita as reações androgênicas não desejadas. As principais precauções que valem para o uso sob prescrição médica, mas também as relacionadas ao uso abusivo, são os efeitos de hepatotoxicidade, a virilização na mulher, principalmente no sentido de às vezes causar menorreia, alterações na voz, no desenvolvimento da anemia ferropriva, leucemia, alterações da fertilidade tanto para o homem quanto para a mulher, distúrbio psiquiátrico, distúrbios de pele, tecidos subcutâneos.

Dentro dos produtos registrados na Anvisa, temos um total... Aqui retirei o clostebol por conta da própria indicação do clostebol e, pelo fato dele ser de uso tópico, é um medicamento muito associado aos outros fármacos. Ele está fora da questão de ser utilizado por abuso.

Temos um grande número de produtos registrados desses 76 no fármaco somatropina. A somatropina muitas vezes está relacionada ao uso abusivo, como anabolizante, mas a sua grande maioria é no tratamento do nanismo, utilizado como hormônio de crescimento. Ele tem característica de ser um peptídio anabolizante.

Os demais medicamentos quase todos são derivados diretos da testosterona. Chamo a atenção especificamente para o decanoato de testosterona, propionato de testosterona, oximetolona, cipionato de testosterona, que são os mais clássicos nessa utilização.

Apesar de nós termos 76 produtos registrados, apenas 32% estão comercializados, 68% desses produtos não estão disponíveis para comercialização, segundo dados recentes da Sumed. Percebe-se que há um certo desinteresse das empresas na comercialização desse tipo de produto, que, em sua maioria, são drogas antigas

e baratas. Percebe-se que as empresas tendem, com o tempo, a deixar a produção de medicamentos cujos preços já não interessam mais à sua comercialização. Nós temos comercializados praticamente só 32% desses 76, o que resulta em 25 produtos.

Em relação às classificações, 15 produtos desses são somatropinas, são os derivados biológicos, então nós temos esteroides de não derivação sintética, que são registrados inclusive na Anvisa como categoria de medicamento biológico.

Os medicamentos novos e similares são drogas sintéticas, são todos registrados como drogas sintéticas. O mercado está dividido em relação às drogas sintéticas, cinco são similares e cinco são caracterizados como medicamentos novos no País.

Temos, na Anvisa, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, utilizado para realizar o controle, monitoramento da movimentação dos medicamentos sujeito a controle especial, nesse caso específico o anabolizante está aí. Os principais usuários são os farmacêuticos e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Ao dispensar um produto anabolizante, o farmacêutico, que deveria fazer a escrituração no antigo livro, tem que fazer agora a escrituração no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. Esse sistema teve o início da sua construção e seu lançamento em 2007. A partir de 2009, a Anvisa começa efetivamente a receber resultados da comunicação da escrituração via SNGPC. Ele está disponível nas drogarias, farmácias e tem o alvo de ser... Quem trabalha com o sistema são drogarias e farmácias, tanto as particulares quanto as públicas e hospitalares. No *site* da Anvisa estão disponíveis todas as informações relacionadas ao SNGPC.

Os principais objetivos do SNGPC é monitorar realmente a dispensação de medicamentos controlados e permitir o monitoramento do ato de prescrição e consumo de substâncias controladas. Também, a partir dele, é possível dinamizar ações relacionadas à vigilância sanitária.

Este aqui é só um cenário da comercialização de produtos anabolizantes. De 2009 a 2014, temos uma curva ascendente e um reflexo também, porque o sistema começou efetivamente a ser utilizado pelas farmácias, além do fato de que a atualização da Portaria nº 344 trouxe novas drogas e anabolizantes. Então, cada vez que temos uma atualização na portaria, aumenta o número de produtos que devem ser notificados ao SNGPC.

Em 2014, tivemos 294.205 caixinhas de medicamentos dispensados e notificados. Chamo a atenção para o fato de que são medicamentos utilizados sob prescrição médica. Essa é uma realidade, sob prescrição médica.

Aqui é um dado... Lógico que o Estado que mais vende anabolizantes é São Paulo, pela própria população, mas tem-se que fazer uma correlação disso com o número de habitantes do Estado.

Essa correlação é: para cada cem mil habitantes, temos um consumo, que precisa ser melhor discutido e trabalhado, no Estado de Goiás, despontando locais em que se tem a venda de medicamentos com efeito anabolizante, seguido, também em destaque, pelo Distrito Federal, pelo Espírito Santo, por São Paulo, que tem um perfil que precisa ser mais bem estudado. Mas temos que levar em consideração também os tipos de drogas que estão sendo dispensadas.

A título de informação, em 28 de abril de 2015, a Anvisa lançou um projeto chamado Click Saudável, juntamente com o Ministério da Saúde, para informar o cidadão sobre os riscos de comprar medicamentos pela internet, bem como outras substâncias. O Click Saudável, além de estar disponível na página da Anvisa, também está disponível em alguns *sites*. Ao acessar o *site*, o Click Saudável aparece. Inclusive foi feita uma parceria com o MercadoLivre e a tendência é expandir isso em outras iniciativas.

Coincidentemente, este mês a mensagem de alerta do Click Saudável é exatamente sobre o uso dos anabolizantes e o cuidado com anabolizantes falsificados. Porque, se a gente tem que ter todo cuidado com o que está registrado, imagine com os falsificados, que ainda é uma seara que não conhecemos, em cujo universo não conseguimos classificar nem a característica, nem a pureza desse produto, portanto, o risco e a exposição são ainda maiores para as pessoas que utilizam esses medicamentos.

O Click Saudável, além de ter uma linguagem bem acessível, traz mensagem sobre para que servem os anabolizantes, quais os riscos ao se usar os anabolizantes. É possível, também através do Click Saudável, ter acesso à lista de produtos falsificados. Ali a pessoa consegue identificar, consegue saber se aquela substância anabolizante que ele busca é falsificada. Há um alerta, em especial, para o uso de anabolizante falsificado, que é o maior risco da utilização indiscriminada dos anabolizantes.

Quanto às ações de fiscalizações em que a Anvisa tem atuado, quando o produto está regularizado e ocorre algum desvio específico, a Anvisa atua na suspensão da sua comercialização, fabricação, distribuição e uso, atua na suspensão da veiculação de propaganda indevida – a Anvisa atua especificamente em relação ao anabolizante – ; faz-se uma busca ativa em *sites* para verificar, a partir de denúncia ou apenas busca ativa, para verificar se há propaganda abusiva, se há algum *site* relacionado com a venda de anabolizante falsificado ou demais tipos de medicamentos; faz-se uma cooperação do mercado eletrônico, Ebazar, nesse caso, o MercadoLivre, como eu havia citado; ação conjunta com a polícia também é feita pela Anvisa, principalmente no

combate aos produtos falsificados ou venda de produtos em estabelecimentos inadequados. O anabolizante, nesse caso, teria que estar registrado, teria que estar na farmácia, não poderia estar em outro local.

Em relação ao PL nº 120, de 2015, especificamente, Senador, nós o recebemos, estamos fazendo uma primeira avaliação, porque envolve áreas multidisciplinares dentro da Anvisa. A primeira avaliação é de concordância, mas precisamos fazer todos os encaminhamentos técnicos relacionados a isso, subsidiar a diretoria colegiada, que mandará a manifestação para o Senado, a respeito do tema, e para o Ministério da Saúde.

Agradeço a atenção de vocês. Estou à disposição no que me for possível.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu gostaria de registrar que também convidamos o representante da CNC, que nos informou, até de última hora, que o assunto não era pertinente à CNC, e que seria pertinente à Confederação Nacional de Educação e Cultura.

Assim sendo, quero parabenizar a fala da Drª Meiruze, que explicou bem. Penso que a maioria dos medicamentos, se for comprado de forma oficial, digamos assim, legal, traz na bula, na própria embalagem as proporções necessárias.

A compra tem que ser com retenção de receita, etc. Acho que a Anvisa poderia...

Acho que essa proposta do Senador de obrigar esse aviso do risco que aquele medicamento pode oferecer fica um pouco relativo, porque muitos medicamentos desses são usados de forma terapêutica. Têm também outro fim que não só o fim que o uso abusivo pode culminar.

Então, se você for fazer esse estudo, muito minucioso, e já não tem muito incentivo, pelo que eu vejo, pelo custo do medicamento das empresas... Se você for colocar ainda uma série de regras, que, hoje, eu acho que a bula e a própria embalagem já contemplam, pode até dificultar a comercialização dessa medicação.

Quanto aos avisos nas academias, a Anvisa, naquela portaria, poderia ter este zelo, Drª Meiruze, de levar essas informações, de colocar nas academias informações sobre a venda desse medicamento, mostrando a forma que pode ser usado e o risco que pode haver se você comprar, como diz o caboclo de minha terra, gato por lebre, comprar o que é realmente medicamento e o que não é medicamento. Há um risco real.

Entendo um pouco dessa forma, mas, claro, queremos abrir o debate. O Senador Romário, que trabalhou muito como atleta e viu muitas experiências, tem muito a contribuir com essa proposição.

Tem a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Telmário, que está presidindo esta Mesa. Quero parabenizá-lo por esta audiência pública, porque, realmente, esse é um dos temas relevantes do País, especialmente do esporte.

Apesar de praticar muito menos esporte que antes, ainda não entrei nessa fase de anabolizante. Meu corpo é, graças a Deus, muito bonito naturalmente. *(Risos.)*

Drª Meiruze, tenho algumas perguntas.

Primeiro, não li, nesta lista de 28 anabolizantes, o Winstrol. Acho que a senhora deve conhecer. Por acaso, entre os meus amigos e algumas amigas, é um dos anabolizantes mais usados ou pelo menos foi até um determinado momento. Em relação ao Winstrol, gostaria de saber duas coisas: ele foi ou é uma substância proibida para venda em farmácias do nosso País e quais são os efeitos colaterais que esse anabolizante provoca.

Como nosso Presidente falou, essa febre dos corpos perfeitos tem causado realmente prejuízos a nossa juventude e a toda nossa sociedade brasileira. Considerando a gravidade do problema, há alguma campanha ou iniciativa da Anvisa para o esclarecimento dos praticantes de esportes sobre os efeitos do uso de esteroides tanto para fins estéticos como para melhora do desempenho esportivo?

É claro que a informação é fundamental, entretanto é necessário enfrentar o problema da venda ilegal desses produtos. Sabemos que grande parte desses medicamentos contendo esteroides ou peptídeos anabolizantes entram ilegalmente no País, no nosso Brasil, principalmente pela fronteira com o Paraguai.

A Anvisa possui algum entendimento com a Polícia Federal no sentido de aumentar o rigor da fiscalização nas nossas fronteiras para coibir o ingresso dessas substâncias?

Como é feita a fiscalização das lojas que vendem os chamados suplementos alimentares, porque muitos desses produtos contêm substâncias ilegais, principalmente estimulantes e esteroides anabolizantes. Gostaria de saber da senhora se é possível um relato em relação à ação da Anvisa nessa questão tanto do aperfeiçoamento das normas que regem o setor quanto também das parcerias com os órgãos fiscalizadores.

Para finalizar, por enquanto, dependendo das suas respostas, como se dá o processo de certificação dessas substâncias quando produzidas legalmente no Brasil? Não seria conveniente que, além das academias, as lojas de suplementos alimentares fossem obrigadas a fornecer informações mínimas sobre os riscos a que estão sujeitas as pessoas que consomem esses produtos?

Essas são as minhas dúvidas, as minhas perguntas. Gostaria que a senhora ficasse à vontade para responder, se puder responder todas.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Obrigado, Senador Romário. V. Ex^a deu uma grande contribuição. Trouxe fatos interessantes. A nossa representante da Anvisa vai responder.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só para finalizar, entrando agora nas substâncias proibidas para esporte, essas 28 substâncias colocadas pela Anvisa são proibidas?

A SR^a MEIRUZE SOUSA FREITAS – Nossa! Muita pergunta de prova!

Tentei resumir as perguntas até para conseguir respondê-las.

Senador Telmário, quanto ao tema das informações, a própria Anvisa estabeleceu um regulamento sobre informações nas academias. As academias são setores sob vigilância sanitária também. Então, a autorização do seu funcionamento está ligada às vigilâncias sanitárias estaduais e locais, municipais. Não acredito que seja uma matéria que precise ser estudada. Normalmente, a Anvisa trabalha, sim, com algumas questões de alerta sobre o uso inadequado de produtos. Entraria mais no que o Senador Romário colocou sobre uma campanha dos efeitos do uso dos anabolizantes. Entendo que essa é uma ação que pode ser feita como a própria ação sobre o uso do sal, em que se identificou, se trabalhou e se fez uma ação.

O que a Anvisa trabalhou, nesse caso específico, em termos de comunicação... O próprio Click Saudável está aberto à população não só na página da Anvisa, mas qualquer usuário que acesse a internet e entre nesse caminho da utilização dos anabolizantes acaba se deparando com o Click Saudável.

A informação tem que ser mais ampla? Sim, acho que é um momento em que é preciso ser feita uma reflexão e levado em consideração que a Anvisa precisa trabalhar uma informação mais divulgada em relação aos usuários, aos atletas, às academias, a informação de que o uso indiscriminado de anabolizantes causa sérios problemas para a saúde. Acho que são pontos que levo à consideração da própria Anvisa.

Em relação ao Winstrol, a substância do Winstrol não está na Portaria nº 344, a estrolona. Esse produto não é registrado. Teoricamente, ele não tem autorização de comercialização e uso no Brasil. Tem um efeito anabolizante. É preciso estudar se o derivado dessa molécula é um derivado direto da testosterona ou qual é a situação anabolizante, para que possa ser incluída na Portaria nº 344. Muitas vezes, o que está na Portaria nº 344... Como essas atualizações são feitas pela Anvisa, discute-se se é necessário incluir essa substância.

Mas hoje não temos nenhum registro autorizado pela Anvisa cuja base seja a estrolona. O que pode acontecer em relação ao uso dessas substâncias é justamente a entrada irregular no País. Aí, faço uma ponte com o que o senhor colocou, relacionado às fronteiras, aos portos e aeroportos, em que a Anvisa tem uma atuação mais direta, de impedir essa entrada. Esse produto só tem autorização para entrar se sua utilização for excepcional, porque algumas vezes a droga não tem registro aqui, mas é necessário o paciente utilizá-la por características específicas, e pode ser feita uma autorização de importação especial, ou às vezes algum viajante vem com essa droga relacionada a seu uso prescrito e uso terapêutico. Muitas vezes, a entrada é feita de forma irregular.

As fiscalizações...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Dr^a, só um minuto.

Só para continuar em relação ao Winstrol. Quando ele é usado sem prescrição médica, simplesmente por vontade própria de algum usuário, quais são os efeitos colaterais que essa substância pode causar no organismo? Sei que cada um tem o seu organismo, mas, na maioria deles...

A SR^a MEIRUZE SOUSA FREITAS – Na grande maioria, essa ação anabolizante teria efeitos hepatotóxicos. Essa molécula teria de ser estudada mais especificamente, Senador, mas ela estaria dentro dos efeitos colaterais específicos para os demais anabolizantes. Seriam efeitos hepatotóxicos, carcinogênicos, relacionados também à fertilidade e a efeitos de virilização, que estaria ligado ao uso das demais drogas que têm ação anabolizante.

Em relação à fiscalização dos suplementos alimentares que contêm essa substância. O suplemento alimentar é proibido de conter substância anabolizante. Ele não pode ter. Se tiver uma substância anabolizante, relacionada a algum esteroide, é crime; é falsificação e adulteração do produto, porque a finalidade do suplemento alimentar não é a finalidade terapêutica. Ele não deve ter essa substância.

Inclusive, os suplementos autorizados pela Anvisa não têm essa substância em sua composição. Isso é adulteração de produto, o que é verificado com a questão da falsificação, junto desses processos em que se avalia qualquer processo de falsificação; quando se avalia, busca-se essa apreensão.

De vez em quando, verificamos ações não só da Anvisa, mas da vigilância sanitária local e junto com a Polícia, de encontrar essa substância em estabelecimentos que vendem produtos naturais, que vendem suplementos alimentares. E encontram-se, dentro dessas substâncias, adulterações “discorrentes” do registro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só para um esclarecimento: a Anvisa tem uma lista desses suplementos alimentares que estão realmente dentro do padrão da venda nessas lojas que encontramos por aí?

A SR^a MEIRUZE SOUSA FREITAS – Existe no *site* da Anvisa uma consulta a produtos, onde é possível verificar se esse produto é regularizado na Anvisa. Não existe nesse *site* a composição qualitativa e quantitativa,

porque essas são informações ao rótulo, no qual a Anvisa autoriza ter as informações de sua composição qualitativa e quantitativa também. Mas, no rótulo, não vem o quantitativo.

Em relação à parceria, a Anvisa, sim, trabalha em parceria junto com a Polícia Federal, para atuação nessas operações. A gente tem um setor dentro da Anvisa que faz essas operações junto com a área de fiscalização e também junto com as vigilâncias sanitárias estaduais e municipais, atuando tanto no combate à falsificação, apreendendo o produto falsificado.

Em 2009 a 2015, salva engano – vou consultar a cola, vocês vão me permitir – , foram apreendidos 61 lotes de anabolizantes falsificados. Só em 2015, foram apreendidos dois lotes de produtos falsificados. São as ações em comum da Anvisa com a Polícia Federal.

Em relação ao processo de certificação, a Anvisa não faz a certificação de locais que comercializam... Esses setores comercializam... autorizada a comercialização. São farmácias que têm autorização de funcionamento dada pela vigilância e pela Anvisa. Esses locais têm alvará sanitário concedido pela Visa local.

Em relação à certificação, trabalhamos com a certificação das fábricas, que tanto fabricam medicamentos como fabricam insumo farmacêutico ativo. Nós certificamos as fábricas que fazem essa fabricação tanto em território nacional quanto em território internacional. E, para a autorização da entrada desse produto no Brasil, é verificada para que finalidade será usada, e só o detentor do registro poderia fazer essa importação.

Nossa certificação está ligada muito à questão da produção. As farmacoquímicas que produzem... No Brasil, quase não temos farmacoquímicas produzindo esteroides. A área de farmacoquímica no Brasil ainda é muito incipiente. Na verdade, na maioria das vezes, importamos os fármacos, mas também essas outras autoridades que trazem o fármaco para cá, para fins de registro, são avaliadas.

Outro ponto são as lojas de suplemento. Em relação ao risco, essas lojas também são fiscalizadas pelas vigilâncias locais, com normas estabelecidas e dirigidas pela Anvisa e pelos Estados.

Das 28 substâncias proibidas... Desculpe-me, mas esqueci de anotar o final da sua pergunta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – A pergunta é se o uso dessas 28 substâncias proibidas é também proibido para o esporte.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Há um alerta de que elas causam *doping*. Normalmente, o atleta profissional não deve utilizar esse tipo de droga, a menos que tenha uma patologia específica e precise, mas ele é alertado de que aquela droga causa *doping*. Na bula do produto, há essa informação e também a relação das substâncias que causam *doping*. Na verdade, temos substâncias que causam *doping* muito mais do que os anabolizantes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Uma outra coisa: não sei a Anvisa pode responder esta minha pergunta. Tínhamos, aqui no Brasil, um laboratório chamado Ladetec. Esse laboratório era o único laboratório oficial da Wada. Wada também é um órgão escolhido pela FIFA e determina, em cada país, um laboratório específico para ser o responsável pelos exames de dopagem, vamos dizer – não sei de outros esportes – , mas principalmente do futebol. Inclusive, dois anos atrás, na minha época, quando fui Presidente da Comissão de Desporto e Turismo, fizemos uma audiência bem positiva com muitos envolvidos nessa área.

A senhora poderia me responder – há mais ou menos um ano e meio, esse laboratório não existe mais – se há, hoje, no Brasil, outro laboratório que seja responsável para responder à Wada, que é o laboratório escolhido pela FIFA para comandar os laboratórios dos outros países filiados à FIFA no que se refere a futebol?

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Quanto a isso, vou pedir desculpas. Eu não vou poder lhe dar uma informação tão objetiva e certa nesse contexto.

Os anabolizantes têm uma característica: são drogas que têm dificuldade de quantificar; são drogas cuja quantificação, normalmente, exige tecnologias muito específicas, para se conseguir fazer essa captação tanto no sangue quanto na urina.

Normalmente, é necessário trabalhar-se com equipamentos de alta tecnologia, como espectrômetros de massa, os próprios HPLC de alta *performance*. Todos os laboratórios que têm a finalidade de fazer uma análise bioquímica a partir de uma análise clínica são autorizados pelas vigilâncias sanitárias locais. A Anvisa traça apenas diretrizes relacionadas às boas práticas de clínicas para esses laboratórios, tanto as boas práticas analíticas como as boas práticas clínicas. Esses laboratórios, normalmente, não são credenciados pela Anvisa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Essa seria a minha próxima pergunta.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Eles não são. Os únicos laboratórios que nós credenciamos são os relacionados à Rede Reblas, que está autorizada a fazer a análise de produtos nesse caso – cito como exemplo a análise das próteses mamárias – , os laboratórios de análise fiscal e os laboratórios que fazem estudos relacionados à equivalência farmacêutica e à bioequivalência, sendo que, na equivalência farmacêutica e na bioequivalência, os laboratórios têm essa característica de ter alta *performance* de tecnologia em termos de equipamento para conseguirem fazer essa mensuração da droga, porque é parecido com a análise que se faz

em amostra de voluntário, como se faz a análise do *doping*. Mas nós não credenciamos esse laboratório como qualificados para fazer o exame de *doping*.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Saindo um pouco desse tema de anabólico, como tem sido a demanda em relação aos usuários de canabidiol do nosso País e como a Anvisa tem lidado com isso?

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Eu gostaria só de fazer uma pontuação em relação a isso.

Nós temos feito um trabalho muito forte com os servidores – eu sou servidora da Casa – relacionado à necessidade de uma atuação mais célere quando a gente trabalha com drogas que têm prometido uma melhoria da qualidade de vida para pacientes com doenças raras, para os casos de doenças órfãs. Nós temos normas específicas que trabalham com a celeridade de uma avaliação quando a gente recebe um dossiê desses para avaliar.

Especificamente com relação ao canabidiol, foi feita toda uma movimentação até se estudar o efeito do canabidiol. Nós já temos solicitação de registro de produto que tem a priorização da análise concedida para a Anvisa, que é o Sativex, publicada, inclusive no *site* da Anvisa, que também tem, entre os seus derivados, o canabidiol, e esses produtos têm uma celeridade na questão da avaliação para importação, porque, da maioria dos que as pessoas utilizam, nenhum tem registro no Brasil, mas são registrados em outras autoridades. Como suplementos não são registrados como medicamento, então, tem-se trabalhado... Essa é uma área mais específica da área de monitoramento, que tem trabalhado viabilizando a entrada desses produtos para que a área de portos e fronteiras possa deixá-los entrar e se diminua o tempo de espera.

Como o colega Eduardo Hage, que é o Superintendente de Monitoramento, tem isso bem forte na área dele, peço permissão para que ele dê essa resposta de forma mais completa que a minha. Peço permissão para o Hage complementar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sim.

Com a palavra. Pode fazer a...

O SR. EDUARDO HAGE CARMO – Bom dia, Senador Telmário, Senador Romário, bom dia a todos.

Em relação ao canabidiol, no ano passado, a Anvisa modificou os procedimentos para facilitar a importação do produto canabidiol para uso de acordo com algumas indicações terapêuticas bem específicas, especialmente indicações – a maioria delas epilepsias refratárias – para as quais nenhuma outra forma de tratamento estava dando resultado.

Já era um medicamento que poderia ser importado excepcionalmente, mas o procedimento era muito demorado. Então, isso foi simplificado, e hoje, em termos de autorização pela Anvisa, todo procedimento de desembaraço sanitário, não do ponto de vista alfandegário, dura de dois a quatro dias.

Além disso, nós temos trabalhado com algumas instituições visando a verificar a qualidade dos produtos que os familiares ou parentes têm importado, na medida em que são produtos que... O canabidiol é produzido, em algumas situações, de forma quase artesanal. Ele é um extrato purificado em que se busca separar todos os demais derivados da *cannabis sativa*, que esses demais componentes, sim, têm efeitos entorpecentes e psicotrópicos. Nem sempre os produtos que são importados têm um grau de pureza suficiente para que tenham o benefício esperado e sem ter como consequência efeito entorpecente e psicotrópico.

Além disso, temos também trabalho junto com algumas instituições, visando a identificar como é a utilização desses produtos em outros países, a fim de identificar se, quando vier a ter a produção do canabidiol em grau de pureza de 100%, que aí prescindiria esse procedimento da excepcionalidade da importação, que ele venha a ser registrado no País.

Se me permitem, eu queria somente acrescentar algo ao que a Meiruze informou, baseado em duas perguntas do Senador Romário, uma em relação ao Winstrol, que tem como princípio o estanozolol. Como ele é um derivado da testosterona, os efeitos adversos observados são, todos eles, semelhantes aos derivados da testosterona, como a Meiruze já informou.

Como ela também referiu, ainda que ele não esteja registrado, não podendo, portanto, ser comercializado no País, existem algumas possibilidades de sua utilização para uso individual, seja importação em caráter excepcional, e aí tem de haver uma excepcionalidade dada pelo Diretor-Presidente da Anvisa, ou em manipulação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – No caso, o senhor está dizendo que o uso medicinal do Winstrol, no caso do tratamento de algum tipo de doença, ele seria liberado. Foi isso que o senhor disse?

O SR. EDUARDO HAGE CARMO – Não, não. Eu estava me referindo, inicialmente, ao canabidiol.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Não, agora, no final...

O SR. EDUARDO HAGE CARMO – Agora, não. É só para uso individual, mediante uma solicitação de uma autorização para uso, e essa excepcionalidade é dada pelo Diretor-Presidente. Então, só em condições muito excepcionais ele é utilizado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só para finalizar, outro assunto que está um pouco à parte disso aqui, Presidente.

Quando Deputado Federal, eu criei uma lei, para resumir, que dá celeridade a alguns materiais, algumas substâncias que são de grande importância até para a sobrevivência de algumas pessoas, em relação às pesquisas. Conversei muito com médicos, doutores, cientistas, pesquisadores, e eles encontram na Anvisa um órgão que, muitas vezes, atrapalha – a palavra é exatamente essa – a entrada desses materiais, desses medicamentos que poderiam ser feitos através de pesquisas que, rapidamente produzidas, poderiam dar algum tipo de efeito. Inclusive, a gente está falando de morte de algumas pessoas.

Eu queria saber se essa forma como a Anvisa trabalhava há dois anos, quando eu comecei essa pesquisa, continua ou se esses cientistas e esses professores responsáveis pela entrada, no País, desses materiais de pesquisa, se hoje esses materiais estão tendo mais celeridade ao chegar ao porto, por exemplo, para entrar no nosso País.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Bem, há dois cenários que precisamos considerar. A Anvisa dá a autorização de anuência em pesquisa clínica para pesquisas que tenham o objetivo de fazer um registro de um medicamento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – A senhora não entendeu a pergunta. Estou bastante a par desse aspecto. Há dois anos, muitos desses materiais não entravam no País, e outros demoravam muito tempo para entrar, a ponto de a pesquisa acabava por não ter mais utilidade. Automaticamente, esses problemas que aconteceram através da Anvisa acabaram custando a vida de algumas pessoas.

A pergunta é: hoje, esses materiais de pesquisa de grande importância continuam tendo problema para entrar no País, ou já há uma celeridade quanto a isso?

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – É exatamente nesse contexto. O que acontece? Foi publicada uma resolução da Anvisa em março de 2015. A pesquisa clínica em que atuamos que tenha finalidade relacionada ao registro de medicamento, quando envolve uma autorização de uma anuência em ensaio clínico multicêntrico, em que outra autoridade também avalia o desenho e a garantia desse estudo, o prazo para a avaliação da Anvisa é de 90 dias.

Quando há o envolvimento de estudos clínicos de moléculas mais complexas, nesse caso, os biológicos, das vacinas, dos estudos clínicos na Fase I e na Fase II, onde se tem de estabelecer um conhecimento maior sobre a proposta do estudo e a exposição aos pacientes de pesquisa, o prazo da primeira manifestação da Anvisa é de 180 dias.

Nós trabalhamos as liberações. Quando fazemos a liberação de uma pesquisa clínica, automaticamente se libera a importação desse produto. A empresa somente apresenta na área de portos e aeroportos, tirando uma etapa, que precisava fazer uma linha na pesquisa clínica. Ela apresenta, na área de portos e aeroportos, que essa pesquisa foi autorizada para facilitar e diminuir o tempo num despacho aduaneiro.

Em relação à pesquisa clínica, efetivamente, quando ela envolve pesquisas relacionadas a doenças raras, a doenças de alta morbidade e mortalidade, quando a empresa solicita a priorização, o nosso prazo de avaliação é de 45 dias.

Hoje, estamos atendendo esses prazos, tanto o de 90 dias quanto o de 45 dias; hoje, a fila de análise nossa em relação à pesquisa clínica é mais complexa – estamos com um intervalo de 180 dias, e, com relação a esses processos priorizados, os prazos de 45 dias estão sendo atendidos.

Com essa modificação da norma, a gente alinha o Brasil mais próximo ao cenário mundial, e o nosso País passa a ser mais competitivo para a realização de pesquisas em solo brasileiro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Sim, mas não posso aqui afirmar exatamente os países, mas acredito que – se não foram esses três, é, no mínimo, um desses três –, quando falamos de França, Canadá e Estados Unidos, às vezes, esse material leva três a dez horas para chegar ao porto, dependendo da importância, e entrar no País. Consequentemente, a partir daí, as pessoas podem fazer suas pesquisas desse material e resolver, vamos dizer assim, os seus problemas.

Estávamos dizendo aqui hoje apenas leva 45 dias, o que acho, na minha concepção e na dos profissionais que participaram comigo de algumas audiências e reuniões, que realmente ainda é um tempo bem elevado.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Desculpe-me. Posso ter-me expressado errado. Levamos 45 dias para avaliar um pedido de pesquisa clínica, no qual vou avaliar a exposição dos pacientes ao desenho do estudo, não à entrada do produto.

A entrada do produto, a partir do momento em que autorizamos a realização do estudo clínico no Brasil, é emitida automaticamente uma autorização para a entrada do produto, na qual a empresa apresenta nos portos e aeroportos para liberação da droga.

Para os estudos clínicos que não têm o propósito de registro, que não têm um peticionamento na Anvisa, quem faz essa liberação é a área de portos e aeroportos. Ela faz isso, inclusive, sem a necessidade do peticionamento na área que avalia os estudos clínicos, e, nessa avaliação, existe uma norma específica da Anvisa, que trabalha junto com portos e aeroportos, para liberar esses produtos que são alvo de pesquisa, mas não relacionados a pesquisas que vão originar um registro.

Quando trabalhamos num prazo de 45, 90 e 180 dias, Senador, estamos trabalhando no cenário das principais autoridades, no caso do Canadá, da Austrália, do próprio EMA, para analisar um dossiê de pesquisa e para autorizar a concessão dessa pesquisa na população brasileira.

Em relação a portos e aeroportos, para essa entrada, a Anvisa tem trabalhado, sim, para reduzir esse tempo. Não sei, hoje, neste momento, dizer a duração para as drogas que não são autorizadas da concessão do estudo. São outros estudos paralelos que ocorrem muito importantes, que não têm o objetivo de registrar produto no Brasil.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pelas respostas.

Mais uma vez, parablenzo o nosso Senador Telmário Mota, que preside hoje esta reunião e quero dizer que realmente este é um assunto importante, de grande relevância, especialmente no meu caso, que fui atleta e convivi, infelizmente, com colegas que passaram pelo dissabor de serem pegos em exame antidoping. Eu não passei por isso.

Tenho certeza de que, se muitas das informações aqui dadas pela Drª Meiruze Sousa Freitas tivessem sido dadas tempos atrás, muitos acontecimentos não teriam existido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Romário. Muito obrigado a todos. Muito obrigado ao Dr. Eduardo, que é superintendente e também deu uma explicação.

Quero registrar aqui a presença do Senador Dário Berger.

Não sei se alguém quer fazer algum comentário, mas acho que o Senador Romário trouxe uma colaboração importante.

Vi aqui, Drª Meiruze, a senhora falando muito do *site* Click Saudável. É claro que sabemos: as redes sociais estão em todos os lugares. Basta olharmos rapidamente dentre deste próprio plenário e vemos todos clicando e conversando nas redes sociais.

Porém, acho que o Senador Romário trouxe algumas preocupações pertinentes. Inclusive, gostaríamos de pedir, depois, ao Secretário, para que fizéssemos uma solicitação da Anvisa, no sentido de ampliar essa campanha informativa, saindo um pouco das redes sociais para outros meios de comunicação – rádio, televisão –, que são muito importantes, assim como esses convênios com a Polícia Federal e também com a Receita Federal, onde realmente passa muito esse e outros tipos de medicamentos. Essa é uma tentativa. Vamos tentar ali um balizamento.

Moro no Estado de Roraima, onde temos duas fronteiras: com a Guiana Inglesa e com a Venezuela. Vejo, a todo momento, medicamentos, de um lado e de outro, comprados a preço de banana, pois no Brasil eles são caros, e ali eles são contrabandeados naquelas duas fronteiras.

As fiscalizações, por exemplo, nos pontos onde são vendidos esses medicamentos, esses suplementos, parece-me, ficam um pouco a cargo da rede sanitária. A Anvisa precisa fazer uma ação mais forte nesse sentido.

De qualquer forma, as colaborações aqui foram importantes, propiciando-nos fazer um juízo da proposta do Senador Davi Alcolumbre, no sentido de fazermos essas identificações quanto ao risco que isso pode trazer à saúde dos atletas nas academias.

Então, vamos aproveitar as informações aqui passadas pela Drª Meiruze, pelo Dr. Eduardo, pois elas são extremamente importantes. Depois, precisamos pedir ao Secretário que isso seja passado, para que façamos juízo na decisão do relatório.

Gostaria de agradecer a presença da Anvisa e de todos.

Vamos ter, no dia 26 de maio, 3ª feira, às 10 horas, uma audiência pública, com o Ministro Mangabeira Unger, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. “Pátria Educadora” é o assunto; “A Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional”.

Portanto, convidamos todos que nos estão ouvindo pela TV Senado, Rádio Senado, Alô Senado e por todos os meios pelos quais nos comunicamos hoje. Vamos ter essa audiência pública para tratar exatamente desse assunto.

Não tendo mais nada a debater, encerramos a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2015.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Hélio José, Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Ana Amélia, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 28/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque e Simone Tebet, destinado a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, sobre o tema **“Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”**. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger**. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Simone Tebet, co-autora do Requerimento. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Walter Garcia, fundador do Instituto Paulo Freire; Senhor Eduardo Jardim, Diretor da Associação Brasileira de Televisão (Abta); Senhores Manuel Leal de Santana e Phillippe Farias, Assessores Parlamentares da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e dos seguintes servidores da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República: Senhor Vitor Pinto Chaves, Secretário-Executivo; Senhor Felipe Nogueira Monteiro, Chefe de Gabinete do Ministro; Senhor Daniel Vargas, Secretário da Subsecretaria de Ações Estratégicas; Senhor Alberto Lourenço, Secretário da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável; Senhor Carlos Sávio Teixeira, Assessor Especial; Senhor Daniel Vila-Nova, Assessor Federativo; e Senhor Ramiro Santana, Gerente de Projetos. Em seguida, a Senadora Simone Tebet passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Presidente desta Comissão, Senador Romário. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Simone Tebet (autora do Requerimento), e os Senhores Senadores Telmário Mota, Marta Suplicy, Hélio José e Fátima Bezerra. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Romário, devolve a presidência dos trabalhos à Senadora Simone Tebet. Neste momento, a presidência faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Em seguida, a Senhora Senadora Simone Tebet passa a presidência dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Fátima Bezerra. Após as considerações finais do Senhor Ministro, a Presidência agradece a presença de todos e a participação dos internautas, declarando encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às treze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom dia a todos e a todas, quero dar as boas-vindas ao Ministro Mangabeira Unger e agradecê-lo, desde já, pelas contribuições que trará a este importante debate.

Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Desculpe-me, Senadora Simone, de fato, a nossa reunião ordinária é às 11h. Como estamos começando a reunião às 11h, pensei que era a nossa reunião ordinária. Mas Júlio tem razão, de fato é a reunião extraordinária, que estamos começando com atraso, não por culpa do nosso Ministro.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 28, de 2015, de autoria da Senadora Simone Tebet, aqui presente, do Senador Cristovam Buarque e da Senadora Ana Amélia.

Esta audiência tem como objetivo exatamente ouvir o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, sobre o projeto Pátria Educadora, a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional.

Como já mencionei, quero aqui mais uma vez dar nossas boas-vindas ao Ministro Mangabeira. Desde já, agradeço pela contribuição que trará ao debate.

Quero adiantar também que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários ao Ministro via internet.

Quero, agora, conceder a palavra ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger.

Quero registrar a presença do Senador Douglas Cintra.

Ministro Mangabeira, com a palavra.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Sras Senadoras, Srs. Senadores, meus concidadãos, a qualificação do ensino básico, o projeto Pátria Educadora, é de fato uma obra de construção nacional, é a prioridade do Governo Federal e deve ser a prioridade de toda a Nação.

De todas as causas brasileiras, é esta singularmente que tem o maior potencial para unir o País e é a mais decisiva para nosso futuro.

Nesta minha explanação, destinada a suscitar o debate entre nós, percorrerei quatro passos.

Em primeiro lugar, algumas preliminares destinadas a dissolver mal-entendidos que surgem no curso do debate.

Em segundo lugar, os pontos de partida, as premissas da proposta.

Em terceiro lugar, os eixos que definem o conteúdo desse projeto.

Em quarto lugar, os obstáculos a transpor para sua execução.

As preliminares. Em primeiro lugar, entender que o documento que foi amplamente difundido e que está em suas mãos não é o anúncio de uma política pública acabada. É um teste preliminar destinado a provocar um debate nacional.

A qualificação do ensino básico não é apenas um plano do governo que está momentaneamente no poder. É um projeto de Estado destinado a sobreviver ao atual Governo e a receber amplo apoio majoritário no País, de todas as correntes de opinião e de todas as forças políticas, independentemente de apoiarem ou não o atual Governo.

A nossa tradição no Brasil, em matéria de formulação de políticas públicas, é adotar um processo decisório fechado. O Governo delibera as políticas públicas reservadamente, temendo que qualquer revelação de desavença dentro do Governo sirva como uma brecha que a oposição possa aproveitar.

A construção de projetos de Estado, porém, é incompatível com o processo decisório fechado. Um projeto de Estado exige, para a sua construção, um processo decisório aberto, que engaje todas as instâncias do Estado e todas as vozes da sociedade na formulação do projeto.

Como estamos desacostumados ao processo decisório aberto, a difusão de ideias preliminares, como temos feito aqui com respeito à Pátria Educadora, pode causar um estranhamento. Paciência! Se quisermos ter no País projetos de Estado, precisamos acostumar-nos ao processo decisório aberto.

A segundo preliminar tem a ver com o papel da Secretaria de Assuntos Estratégicos e sua relação com o Ministério da Educação. A Secretaria de Assuntos Estratégicos assessora a Presidenta da República. Agora, a nossa tarefa principal é assessorá-la e trabalhar com todos os Ministros na construção de uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, uma estratégia pós-ajuste fiscal. Ajuste fiscal não é agenda nacional. É preliminar indispensável de uma agenda nacional, mas é apenas isto.

Começamos a construir uma estratégia de desenvolvimento nacional baseada na ampliação de capacidades educacionais e de oportunidades econômicas. Portanto, uma democratização da economia do lado da oferta e da produção e da educação, e não apenas o lado da demanda e do consumo.

Uma grande diferença entre democratizar a economia do lado da demanda e democratizá-la do lado da oferta é que a democratização da demanda se pode fazer só com dinheiro, enquanto que a democratização da oferta exige inovações institucionais.

É nesse contexto que a Secretaria de Assuntos Estratégicos trabalha o projeto Pátria Educadora. Quem conduz o projeto é a Presidenta da República. O projeto é projeto dela e de todo o Governo. Desde o início, a Secretaria de Assuntos Estratégicos trabalha em sintonia com o Ministério da Educação na formulação desse projeto. O Ministério participou, desde o início, de todos os passos de formulação.

A colaboração entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Ministério da Educação foi apenas momentaneamente perturbada pela sucessão que ocorreu durante esses meses na condução daquele Ministério.

É ao Ministério da Educação que caberá evidentemente executar, junto com os Estados e os Municípios, esse projeto, uma vez que ele seja definido e transformado em iniciativa do Governo e em conjunto de ações legislativas.

A terceira preliminar tem a ver com a relação entre a Pátria Educadora e o Plano Nacional de Educação.

Esta proposta se destina a executar o Plano Nacional de Educação, não tem contradição com o Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação é uma lei arcabouço, define metas e procedimentos. As metas definidas no Plano Nacional de Educação são, sobretudo, metas quantitativas, que têm a ver com o acesso à educação.

A premissa do projeto Pátria Educadora é que a onda de ampliação ao acesso tem de ser agora seguida de uma onda de qualificação do ensino básico.

Quando o Plano Nacional de Educação se refere a metas qualitativas, refere-se a tais metas de forma genérica, como, por exemplo, dizer que há de haver uma qualificação do professorado. Ao mesmo tempo, o Plano Nacional de Educação invoca certos conceitos abstratos, como o conceito do regime de cooperação dentro da Federação, mas não dá conteúdo a esses conceitos.

O grande perigo seria interpretar o Plano Nacional de Educação como se fora um projeto de transformação qualitativa do ensino, quando, na verdade, é apenas a organização do arcabouço processual e a definição das intenções ou das metas sobretudo quantitativas. Agora vem a ação, e o momento da ação é o momento do projeto Pátria Educadora.

A quarta preliminar tem a ver com a relação entre o projeto Pátria Educadora e os cortes impostos pelo ajuste fiscal.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ministro, só um segundinho. Eu quero convidar a Senadora Simone Tebet, que foi uma das autoras da presente audiência, para assumir agora a coordenação dos trabalhos, por favor.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Pois não.

O ajuste fiscal indispensável à subsequente estratégia de desenvolvimento do Brasil exige cortes, exige sacrifício de todos, em todos os setores.

Não há contradição entre a necessidade de absorver esses cortes e o compromisso com o projeto de qualificação do ensino básico; em primeiro lugar, porque os cortes são de curso prazo e temporários, enquanto o projeto Pátria Educadora é de médio e longo prazo. Em segundo lugar, porque os cortes têm a ver com projetos como o Fies e o Pronatec, que se destinam a ampliar o acesso ao ensino. O projeto da Pátria Educadora tem a ver com a qualificação do ensino.

Em terceiro lugar, porque muitas das medidas propostas no projeto Pátria Educadora não custam um único centavo, são medidas normativas, como, por exemplo, o desenho da cooperação federativa na educação pública.

O Brasil conseguiu, no último período histórico, um imenso avanço no acesso à educação.

Mas, agora, a onda da ampliação do acesso tem que ser seguida por uma onda de qualificação do ensino. Com esta observação, chego ao segundo passo da minha explanação e passo das preliminares para os pontos de partida.

Compreender os pontos de partida desse projeto é tão importante quanto entender o seu conteúdo programático. O primeiro ponto de partida é que, como eu tenho insistido, a situação qualitativa do ensino básico no Brasil é calamitosa. Reitero a palavra: é calamitosa. Mas não é calamitosa de agora ou recentemente; é calamitosa historicamente.

Não há como negar ou desmerecer o imenso avanço que o País conseguiu na ampliação do acesso. Agora, porém, que avançamos muito na ampliação do acesso, temos que mudar o foco e focar na qualidade do ensino público. Há muito a fazer ainda em matéria de acesso, mas não podemos esperar para tratar da qualidade. Não podemos esperar, porque a situação qualitativa do ensino brasileiro é uma ameaça ao futuro do País.

Eu vou dar um exemplo. No final do ensino médio, algo como metade dos alunos tem dificuldade em ler. Eu não digo em entender, mas em ler um texto elementar. E a outra metade? A metade que consegue ler tem dificuldade em entender.

Se alunos dessa outra metade são convidados a interpretar um texto, tipicamente oscilam entre duas abordagens. De um lado tendem a repetir o conteúdo do texto; e de outro lado entendem o exercício da interpretação como um convite para uma livre associação de ideias, embarcam num devaneio. Oscilam, portanto, entre a repetição e o devaneio. Não conseguem fazer o que é necessário: decompor o texto analiticamente em seus elementos, para poder criticá-los, para poder recombinar esses elementos, para poder mobilizar a interpretação do texto a serviço do pensamento.

Que futuro pode ter um país no qual a maioria das pessoas não conseguem lidar construtivamente com o pensamento escrito? Terá de exportar minério de ferro e soja e pouco mais. Essa é a ameaça ao futuro nacional, e todos nós temos de nos rebelar contra esta situação. Esta indispensável rebeldia não deve servir como pretexto para explorações políticas; pelo contrário, deve ser razão para a união nacional em torno de um projeto de construção nacional.

O segundo ponto de partida é o reconhecimento de que esses grandes avanços, de que essa situação calamitosa coexiste com alguns grandes avanços que conseguimos, episodicamente, ou em pontos específicos do País.

Esses avanços localizados foram, em grande parte, alcançados sob a égide daquilo que se poderia chamar de “paradigma empresarial”. É um paradigma que define padrões de desempenho, insiste na meritocracia – por exemplo na escolha de diretores –, e organiza incentivos e mecanismos de cobrança. O paradigma empresarial produziu avanços, mas esses avanços são muito limitados e não servem como guia para um projeto nacional de qualificação do ensino básico. Em primeiro lugar, porque a sua eficácia rapidamente se esgota. Em segundo lugar, porque a eficácia tende a ser maior nos degraus inferiores do ensino básico do que nos degraus superiores. Em terceiro lugar, porque esse paradigma empresarial deixa intocado o currículo, a maneira de aprender e de ensinar no Brasil. E em quarto lugar, e mais fundamentalmente, porque essas iniciativas localizadas, inspiradas pelo paradigma empresarial, não bastam para inspirar uma mobilização nacional, uma mística, capaz de vencer os preconceitos e os interesses contrários a um grande projeto transformador na instrução pública. Nós precisamos, portanto, ultrapassar os limites do paradigma empresarial.

O terceiro ponto de partida é que o projeto de qualificação do ensino básico exige uma reorientação radical do paradigma curricular e pedagógico. A característica saliente da educação no Brasil tem sido o enciclopédismo raso e a decoreba. É um ensino dogmático, dedicado à memorização enciclopédica em grande parte. Assim tem sido historicamente. Esta orientação pedagógica é incompatível com as exigências da ciência contemporânea e da produção contemporânea. Ela é uma forma exagerada ou degenerada de um modelo francês do século XIX. E, ao mesmo tempo, esta maneira de ensinar e de aprender, contradiz os pendores dominantes na nossa cultura. O Brasil é uma grande anarquia criadora, onde o sincretismo é, ao mesmo tempo, o problema e a solução.

Esta maneira de ensinar e de aprender é a negação de nós mesmos. É como se em nosso País, afortunadamente sem guerras, tivéssemos decidido guerrear contra nós mesmos e transformar as crianças brasileiras de hoje em crianças francesas do século XIX.

Temos que acabar com isso! É uma camisa de força que suprime a criatividade do País. Agora é o momento de tirar a camisa de força.

O quarto ponto de partida deste projeto é uma concepção do que deve ser um sistema nacional de ensino, do sentido em que deve ser um sistema e do sentido em que não deve ser um sistema. A educação no Brasil historicamente tem sido, ao mesmo tempo, desorganizada e uniforme. Nunca houve um sistema nacional de ensino no Brasil. Sequer houve um currículo nacional. O verdadeiro currículo no Brasil é o livro didático. Mas, ao mesmo tempo, paradoxalmente, essa educação desorganizada e que não tem sistema nacional tem sido muito uniforme. Uniforme em práticas lenientes com a mediocridade. E nesta combinação de desorganização com uniformidade, o Brasil não tem sido muito diferente de outro país grande, desigual e federativo: os Estados Unidos. À primeira vista, agora que temos como tarefa organizar um sistema nacional de educação, pode parecer que devemos substituir a uniformidade desorganizada por uma uniformidade organizada. Mas este não é o objetivo! O objetivo é substituir a uniformidade desorganizada por uma diversidade organizada. Construir, dentro da Federação, um sistema que seja capaz de acomodar divergências e experimentos e, portanto, de evoluir. Esta é a razão profunda para rejeitar a ideia da federalização do ensino básico. Não é apenas porque somos um País imenso e diverso, é porque temos um interesse nacional em aprofundar o impulso experimentalista. E evitar tirar uma camisa de força apenas para impor outra.

Agora, no Brasil, em diversos Estados e Municípios da Federação, há experimentos muito promissores na educação. Temos que cuidar para que a definição da base nacional comum, o novo currículo nacional, não imponha a todo o País um sistema que fique aquém desses avanços experimentais que já conseguimos, em diversas partes do País.

Agora, passo para o terceiro momento da minha explanação. Havendo tratado das preliminares e dos pontos de partida, abordo os eixos que definem o conteúdo programático desta proposta apenas preliminar. Desta proposta que não é o anúncio de uma política de Estado, mas, ao contrário, uma provocação para engajar todas as instâncias do Estado e todas as vozes da sociedade na construção desse projeto de Estado.

O primeiro eixo é o desenho da cooperação federativa. Sem organizar a cooperação dentro da Federação, não podemos ter grandes avanços em matérias de qualificação do ensino básico. Tudo depende da maneira pela qual o Governo Federal, os Estados e os Municípios trabalharem juntos. E há duas formas de cooperação federativa, ambas importantes. Primeiro, a cooperação vertical entre os níveis da Federação. E, segundo, a cooperação horizontal entre os Estados e entre os Municípios. Há que se organizar a cooperação federativa! E, aqui, eu vou tratar agora, abreviadamente, do desenho da cooperação vertical dentro da Federação.

A cooperação federativa vertical entre os três níveis da Federação, tem três elementos: avaliação, redistribuição e recuperação ou resgate. A avaliação é a área onde mais avançamos, estamos na vanguarda mundial em matéria de avaliação na educação. Mas há algo a acrescentar. Não adianta fomentar o experimentalismo inovador se não contarmos com mecanismos para identificar os experimentos que funcionam e para difundir-los dentro da Federação. Portanto, ou uma organização existente, como o Inep, assume esta tarefa, ou criamos outra entidade para desempenhá-la. O segundo elemento na cooperação federativa vertical é a redistribuição de recursos e, eventualmente, até de quadros de lugares mais ricos para lugares mais pobres. O Fundeb tem um sentido levemente redistribuidor, porque eleva os Estados mais carentes a um patamar mínimo de investimento federal. Mas nós precisaríamos contar com mecanismos muito mais fortes de redistribuição federativa. E há diferentes maneiras de fazê-lo: fortalecendo o Fundeb, promovendo iniciativas redistribuidoras que sejam financiadas pelo FNDE ou criando um terceiro fundo de orientação ostensivamente redistribuidora.

O terceiro elemento no desenho da cooperação federativa é o mais polêmico, mas não há como evitá-lo: é a recuperação ou resgate. O que fazer quando uma escola ou uma rede escolar local, repetidamente, caia abaixo do patamar mínimo aceitável de qualidade? O princípio é que a qualidade da educação que uma criança brasileira recebe, não deve depender do acaso do lugar onde ela nasce. O direito da criança se sobrepor às prerrogativas do gestor. O Governo Federal, os Estados e os Municípios podem, em uma primeira etapa, trabalhar juntos para apoiar as escolas e as redes escolares em situação crítica.

Muitas estão no Norte e no Nordeste do País. E este trabalho conjunto pode ser, depois, organizado em instituições colegiadas com a participação conjunta do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, por analogia às comissões intergestoras do SUS. Mas suponha que este apoio, depois de certo tempo, não consiga resolver o problema e tirar a escola ou a rede escolar local do estado crítico. Aí é preciso decidir. Não se trata de propor uma intervenção federal, trata-se de organizar uma ação transfederal, uma cooperação federativa para assumir temporariamente aquela rede escolar em situação crítica, mobilizar recursos humanos e financeiros adicionais e devolvê-la consertada. Ou fazemos algo parecido a isto, ou dizemos: "É azar da criança, tentamos apoiar aquela escola, aquela rede escolar local, e não conseguimos". O princípio geral é o compromisso de reconciliar, dentro da Federação, padrões nacionais de investimento e de qualidade com a gestão das escolas pelos Estados e Municípios. É para isso que precisamos desse terceiro elemento de recuperação ou de resgate no desenho da cooperação federativa.

Este desenho com os três elementos que eu acabo de descrever pode avançar em três etapas. Uma primeira etapa é de mera reorientação de práticas, sem mudar qualquer lei. E muito pode ser conseguido por essas medidas infralegais. Por exemplo, o Governo Federal trabalhando junto com os quadros dos Estados e Municípios. Uma segunda etapa é uma etapa de revisão das leis. Por exemplo, desdobrar em lei o regime de cooperação invocado porém não descrito ou organizado pelo Plano Nacional de Educação, e regulamentar em lei o art. 23 da Constituição Federal que trata das competências comuns dentro da Federação. Uma terceira etapa, lá na frente, em um outro momento histórico, é debater eventuais revisões constitucionais se forem necessárias para aprofundar o movimento da cooperação federativa, em educação, como em outros setores das políticas públicas.

O segundo eixo programático da Pátria Educadora tem a ver com o currículo e com a maneira de aprender e de ensinar. Há um consenso emergente de que precisamos promover um enxugamento curricular decisivo. Romper com esse enciclopedismo raso. A partir deste consenso surgem, porém, três debates.

E, da definição desses três debates, dependerá três debates dependerá o que fizermos em matéria de reorientação pedagógica e curricular.

O primeiro debate tem a ver com a questão o que deve substituir a enciclopédia grande, que agora é o conteúdo curricular da educação brasileira. A primeira tese ainda predominante é que a enciclopédia grande deve ser substituída por uma enciclopédia menor, um rol de conteúdos consagrados. Não é, no meu ponto de vista pessoal, e esta não é ainda uma visão consolidada dentro do Governo ou muito menos no País, a melhor posição. A melhor posição é substituir o enciclopedismo, seja grande ou pequeno, por um currículo organizado como uma sequência de capacitações analíticas, focadas nas competências analíticas centrais, como são a interpretação da palavra escrita e o raciocínio lógico e matemático; uma sequência de capacitações, de competências analíticas. É claro que não se adquirem competências analíticas num vazio de conteúdo, mas não precisa haver, e talvez não deve haver, um rol de conteúdos consagrados. O que vale em matéria de conteúdo para a aquisição de competências conceituais não é a abrangência, é a profundidade; um ideal de aprofundamento seletivo itinerante ou mutável, um ensino organizado em torno de projetos. Esse ideal de aprofundamento seletivo se contrapõe à tese da enciclopédia menor.

Agora vem um segundo debate. O segundo debate é se deve haver uma única sequência para todos os alunos ou se deve haver, dentro da educação, uma variedade de sequências. Por exemplo, para os alunos que encontram dificuldade em progredir dentro daquela sequência padrão, sequências alternativas. Se o aluno não aprendeu a primeira vez por um método, o que adianta ficar insistindo vinte vezes num mesmo método que não deu certo para ele? É tentar um outro caminho. E para os alunos que demonstram uma vocação extraordinária em determinado campo, sequência para poder aprofundar a sua vocação. Vou dar um exemplo em matemática: se o aluno tem uma vocação matemática, por que ter de aguardar o ensino superior para encontrar a matemática abstrata? Por que não poder ser introduzido à aritmética ou à álgebra por meio da matemática abstrata, como se faz em vários países, por exemplo a China? Aí surge um problema penoso, um problema controvertido, um problema candente em todas as grandes democracias do mundo: reconciliar o compromisso com a igualdade universal, com o reconhecimento dos talentos individuais.

Há dois equívocos a evitar: um equívoco é confundir igualdade com nivelamento e uniformidade; o outro equívoco é sacrificar o compromisso igualitário ao elitismo. Temos que encontrar um caminho, e o caminho não está em suprimir a genialidade, em prejuízo de todos, não apenas dos gênios. Os nossos darwins e newtons baixaram à sepultura sem se haverem descoberto. Essa é uma realidade intolerável no Brasil.

Aí surge um terceiro debate, muito ligado ao segundo: um ensino ambicioso e exigente não pode ser acessível apenas aos filhos da classe média ilustrada, tem que ser acessível a todos. Nós sabemos, por investigação empírica em todo o mundo, que, numa sociedade de classes, os filhos das classes mais pobres, da massa trabalhadora, enfrentam certas inibições precognitivas com mais frequência do que os filhos da classe média. Há certas capacitações de comportamento que têm de ser combinadas com as competências analíticas. Sem essas capacitações de comportamento, o ensino analítico não pode ser integralmente aproveitado. E há duas grandes capacitações de comportamento, duas famílias de capacitações que parecem especialmente importantes: a primeira família são as capacitações de autodisciplina; não é a disciplina vinda de fora, é a disciplina que o aluno, a pessoa se impõe a si mesma, está ligado à ambição, à aspiração, à inquietude, à autoestima. A experiência mundial comprova que um elemento crucial no fomento dessa capacitação de autodisciplina é o vínculo entre a escola e a família. Quando a família é muito pobre e desestruturada, quando, por exemplo, a mãe tem de se dividir entre zelar pelos filhos e trabalhar, a escola precisa buscar a família proativamente e construir um vínculo com a família, assumir algumas das responsabilidades da família e trazer a criança para a escola num turno escolar ampliado.

A segunda grande família de capacitações de comportamento tem a ver com a cooperação, a capacidade de cooperar. Tudo na ciência contemporânea e na produção inovadora depende da cooperação. E há uma espécie de hierarquia de formas de cooperação. As formas mais primitivas de cooperação são as formas hierárquicas, sob comando e controle. As formas mais avançadas são as formas horizontais, que dispensam a imposição de cima. A cooperação é a chave. A maneira de fomentar a capacidade de cooperar não é a escola doutrinar a cooperação, é a escola exemplificar a cooperação.

Toda a educação deve ser organizada em base de práticas cooperativas, equipes e redes de alunos e de professores. Esta é a maneira pela qual os indivíduos possam, reciprocamente, superar e corrigir seus defeitos, escapar das suas limitações. A cooperação como base da sala de aula é a alternativa ao que temos historicamente, que é a combinação do individualismo e do autoritarismo: o professor fica na frente, na lousa, e o aluno, confinado à sua mesa, afundando no isolamento e no tédio.

O terceiro eixo do conteúdo programático dessa proposta preliminar da Pátria Educadora tem a ver com a qualificação dos professores e dos diretores, é uma vasta tarefa.

Nós temos, no ensino básico, dois milhões de professores. Não há uma bala de prata, não há uma solução mágica. Nós temos de decompor um problema aparentemente insolúvel em partes menores e relativa-

mente mais solucionáveis. Uma maneira de começar é definir o que queremos do professorado, que tipo de professorado queremos.

Em primeiro lugar, nós queremos um professorado que seja uma carreira, uma profissão atraente e respeitada. Daí a conveniência de o Governo Federal propor aos Estados e aos Municípios, mediante mecanismos de adesão, diretrizes de uma carreira nacional de professor. Não é federalizar a carreira, é propor as diretrizes. E nesta carreira não podemos permitir que o debate a respeito das diretrizes seja devorado pelo debate a respeito do piso salarial. O piso salarial é um tema importante, porém subsidiário. E o piso precisa ser definido de forma que permita uma adequada progressão dentro da carreira e que respeite as diferenças regionais.

Em segundo lugar, nós queremos um professorado composto por pessoas que entendam aquilo que vão ensinar. E a melhor maneira de o professor se formar é formar-se nos departamentos das respectivas disciplinas, não se formar apenas em escolas separadas para professor. Mais de 90% dos professores no nosso ensino básico são formados em instituições privadas de qualidade muito variada. Se estas instituições são financiadas pelo Estado brasileiro, o Estado tem de exigir, como contrapartida ou condição do financiamento público, critérios de desempenho ou de qualidade.

Em terceiro lugar, nós queremos que os nossos professores não sejam formados apenas em determinados campos do conhecimento como cientistas, mas que sejam formados também na prática do ensino. E daí o papel das escolas de pedagogia. Elas não podem frequentar apenas as filosofias da educação. Elas têm de oferecer uma aprendizagem prática e que contemplem estágios práticos nas nossas salas de aula. O Projeto Pibid do Ministério da Educação é uma vanguarda nesta orientação, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Sob orientação, o estudante de pedagogia adquire prática didática na base.

E um quarto objetivo que devemos querer do professorado é um mínimo de versatilidade. Em princípio, o professor não deve ser formado numa única disciplina isolada, no mínimo deve ser formado num campo de conhecimento. Além das vantagens intelectuais dessa formação mais abrangente, há uma grande vantagem prática. A vantagem prática é que o professor com essa versatilidade mínima não terá de trabalhar em várias escolas; trabalhará numa única escola, que será a sua comunidade, com a qual ele se comprometerá, será o seu mundo.

A partir destas orientações gerais, surge a ideia de formar centros de qualificação avançada dos professores em meio de carreira e centros regionais de formação dos diretores. Os centros de qualificação avançada dos professores fomentaria o experimentalismo pedagógico. E o diretor? O diretor é uma figura central na escola, é o líder da escola. A cultura da escola tende a refletir, em grande parte, o diretor. E há uma experiência mundial reveladora da eficácia de centros específicos destinados a formar os diretores. Nós podemos imaginar duas etapas: numa primeira etapa, os centros de formação de diretores trabalham apenas com diretores já em exercício e, numa segunda etapa, trabalham com candidatos a diretor.

O Governo Federal não pode impor aos Estados federados um único critério, um único mecanismo de seleção dos diretores. Há uma grande variedade de métodos de seleção no País, inclusive a eleição. Mas o que o Governo Federal poderia propor aos Estados federados e aos Municípios é que todos os diretores sejam escolhidos entre candidatos habilitados por uma formação anterior nesses centros, o que ajudaria a assegurar um critério mínimo de formação e de compromisso com o ideário que motiva todo este projeto.

Chego agora ao quarto eixo programático da proposta da Pátria Educadora: o aproveitamento das tecnologias contemporâneas. A tecnologia não é uma panaceia. Nós aprendemos, no Brasil e em todo o mundo, que simplesmente colocar computador e *tablet* na sala de aula não produz resultado. É um investimento com pouco resultado ou resultado nulo. Mas há um grande potencial das tecnologias nas aulas em vídeo nas humanidades, sobretudo, e dos *softwares* progressivos e interativos no ensino da matemática, das ciências naturais e das línguas. A inspiração pode vir de fora e sacudir a mediocridade na sala de aula.

A fecundidade das tecnologias não é uma constante, mas uma variável, e depende sobretudo de dois fatores. O primeiro fator é a prática cooperativa na educação. Quanto mais a educação for organizada de maneira cooperativa, maior o potencial para aproveitar as tecnologias. O segundo fator é o da cultura da escola. Quanto mais prevalecer na escola uma atitude experimentalista, antidogmática, mais promissor o uso dessas tecnologias.

Acabo de esboçar os quatro eixos dessa proposta preliminar. Agora, por fim, havendo abordado as preliminares, os pontos de partida e os eixos programáticos, trato de obstáculos a transpor.

Há três perigos que me afligem mais do que todos os outros.

O primeiro problema é que um projeto ambicioso como esse de transformação até radical da educação básica exige, para sustentá-lo, uma vanguarda pedagógica. Um projeto como esse não pode ser construído, na prática, por um pequeno círculo de políticos burocratas, ideólogos e visionários. Há de haver algumas centenas

ou até milhares de pessoas que construam esse projeto dentro do País. Eu não vejo essa vanguarda pedagógica claramente configurada no Brasil. Nós teremos que construí-la no meio do caminho.

O segundo problema, o segundo obstáculo a transpor é que a rebeldia necessária ainda não foi abraçada pelo povo brasileiro. Quando a população é consultada em pesquisas de opinião a respeito da educação pública, algo como a metade ou mais da metade diz que a educação é boa. O País não vê a realidade calamitosa da qualidade de um ensino básico. Os brasileiros regularmente identificam as suas prioridades como saúde e segurança. A educação está lá embaixo. Não basta persuadir a Nação de que a educação é decisiva para o futuro nacional, é preciso que haja uma identificação pessoal íntima com a causa da educação, e essa identificação começa numa conversão de consciência. A educação não é apenas para a criança. A educação na juventude é o início de um processo de engrandecimento pessoal. A escola, numa democracia, não é para ser um instrumento da família ou um instrumento do Estado, a escola é para ser a voz do futuro. A escola é para reconhecer em cada aluno um profeta tartamudo e lhe dar os instrumentos para ter voz e ficar grande. A partir do momento em que a Nação compreender essa realidade íntima e existencial de que a educação tem a ver com sermos pequenos ou sermos grandes como pessoas, não apenas como país, teremos construído uma das bases indispensáveis à transformação do ensino básico.

O terceiro obstáculo tem a ver com a organização do debate nacional. Serei franco: se o debate for dominado apenas pelos agentes tradicionais que tratam dos problemas da educação no Brasil, ganhará, em cada área do debate, o lado pior. A única maneira de promover o debate é acender as luzes e ampliar radicalmente o rol dos participantes, é chamar o País todo a participar do debate. E daí a necessidade, por toda estranheza que provoque, de insistir naquilo que chamei, no início, de o processo decisório aberto.

Ao Senado, peço que participe e que ajude a chamar toda a Nação a participar desta obra libertadora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia.

Eu acredito que as Senadoras que me antecederam, Fátima Bezerra e Simone Tebet, já devam ter dado o bem-vindo à Casa ao Ministro Mangabeira Unger. É uma grande honra não só para esta Casa e para esta Comissão. Como Presidente, também tenho certeza de que, para o Brasil, a presença de V. Ex^a, aqui, é muito importante, neste momento.

Como nós fazemos aqui, de praxe, vou voltar a entregar a Presidência desta audiência pública à autora do requerimento, Senadora Simone Tebet.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Então, faremos o seguinte: já que V. Ex^a é a autora do requerimento, será a primeira a fazer as perguntas. Vamos diretamente para as perguntas.

Por favor, Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Romário.

Mais uma vez, quero cumprimentar o nosso Secretário, o Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e dizer que para nós foi uma aula. Nós já sabemos da biografia que o antecede, sabemos da sua competência e capacidade. Não é à toa que está assessorando a Presidenta da República numa questão tão importante como é a educação.

Muitas das dúvidas, eu acredito que já tenham sido dirimidas pela sua exposição muito clara e, embora com um tempo longo, extremamente objetiva. Falar de educação em menos tempo seria efetivamente impossível, mas ficaram ainda algumas dúvidas, até para que a população que está nos ouvindo, neste momento, possa também acompanhar e esclarecer.

Primeiro, no que se refere às preliminares, eu fiquei muito feliz com as primeiras colocações. Este é um documento que não está pronto, acabado, é um documento que vai ser entregue, no momento oportuno, para a sociedade, através do Ministério da Educação e demais associações ligadas à educação neste País. De qualquer forma, e por ser um projeto de Estado e não de governo, como foi colocado aqui, chamou-me a atenção, pela mídia, inclusive, e eu gostaria que ficasse muito claro para a população, Sr. Ministro, o seguinte ponto: qual foi a participação do Ministério da Educação neste estudo preliminar? Houve um grupo que acompanhou ou isso vai ser entregue posteriormente para possível análise? Até porque nós sabemos que o MEC vai ser, na realidade, o executor de todas essas políticas. Então, acho que isso precisa ficar muito claro até para não dar a sensação de que apenas uma etapa foi concluída.

Tenho vários questionamentos. Vou resumir a um particular que me preocupa muito, que é a questão do ensino médio.

Muitas das questões colocadas, os próprios eixos colocados aqui serão executados a médio e longo prazo – nós sabemos disso –, mas acredito que tenham uma preocupação preeminente no que se refere ao ensino médio.

No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos e de outros países do mundo, a evasão escolar no ensino médio é assustadora: não chega a 40% os jovens, os alunos nessa faixa etária que permanecem na escola. Muitos alegam dois fatores: primeiro, a quantidade absurda de disciplinas nesse período e, segundo, a falta de atratividade das disciplinas. Temos um excesso de disciplinas obrigatórias, são 14, e o aluno chega a cumprir, em alguns casos, 10 matérias ao mesmo tempo. O conteúdo, naquilo que V. Exª já colocou, muito mais preza pela quantidade do que pela qualidade. O aluno vê tudo e não aprende nada ou não fica nada, porque também falta prática em relação a aquilo tudo que está sendo colocado.

Dentro desta colocação, pergunto a V. Exª, embora não seja a melhor opção – e V. Exª já tratou aqui –, se não haveria necessidade urgente de se reduzir o número de disciplinas no ensino médio. Os jovens que entram no ensino médio já têm mais ou menos uma noção do que querem fazer no futuro, um curso profissionalizante ou uma faculdade. Na faculdade, ele tem pelo menos noção se é exatas, humanas ou biológicas. Aí vem a segunda pergunta: não seria o caso, no ensino médio, de termos turmas diferenciadas? Não vou entrar na questão da capacidade do aluno estar numa turma a, b ou c em relação ao seu intelecto ou ao seu grau de aprendizado, mas turmas diferenciadas no sentido de que se tenha um currículo mais voltado para a área de exatas, outro para humanas e outro para biológicas, já fazendo com que esse aluno esteja se preparando efetivamente para o futuro na questão da universidade.

Em relação a isso também, não poderíamos substituir duas ou três disciplinas do currículo do ensino médio por uma disciplina que é essencial e que V. Exª comentou aqui, como ética e cidadania, uma disciplina que pudesse preparar o indivíduo enquanto cidadão, que falasse de ética, de cidadania e de meio ambiente, seja de forma transversal ou, de repente, dentro das próprias disciplinas, tendo capítulos específicos, ou mesmo uma disciplina começando no ensino fundamental, com ênfase no ensino médio.

Gostaria, então, de ver qual é a visão do Ministério em relação ao ensino médio, que, a meu ver, foi o que menos avançou no Brasil. Nós avançamos, sim, na educação no Brasil, nos últimos anos, especialmente no ensino fundamental. Hoje, nós temos a universalização do ensino fundamental, mas, acredito que, neste momento, o que mais nos preocupa, pelo menos a mim, é a questão do ensino médio.

Por fim, só uma colocação que V. Exª fez aqui em relação ao piso salarial. V. Exª disse que o piso salarial é importante, mas é subsidiário. Quem sou eu para poder aqui não concordar com V. Exª, mas, diante da situação que encontramos, na realidade fática dos problemas em relação à questão pedagógica, vemos cada vez mais pessoas vocacionadas desistindo do curso de pedagogia, às vezes até fazendo medicina, apesar do alto grau de dificuldade de se passar no Enem ou numa faculdade. Estamos perdendo talentos de sala de aula, porque pesa, no final das contas, para um jovem de classe baixa ou classe média, a questão salarial. Então, aliar toda essa proposta de valorização do professor, que sabemos ser muito mais que salário, à urgência de se ter um fundo, talvez numa cooperação entre União, Estados e Municípios, de forma mais incisiva. Acabamos de ver um corte de R\$9 bilhões do Orçamento, nos ajustes fiscais, em relação à educação. Quem sabe cortarmos tudo, mas não cortarmos educação e saúde, para que possamos garantir que esses talentos perdidos de sala de aula possam efetivamente contribuir para a educação que todos nós queremos.

Mais uma vez agradeço, dizendo que sou uma admiradora do seu trabalho e me coloco, como Senadora, à disposição para ajudar o Governo a melhorar a educação deste País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Próximo na lista de chamada, Senador Telmário Mota, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Ministro, quero parabenizar V. Exª, sem nenhuma dúvida, fez uma fala em que demonstrou amplo conhecimento.

Mas eu não queria nem me ater a pontos, porque acho que V. Exª explicou muito bem todos os detalhes. V. Exª fez algumas chamadas que eu achei interessante. Primeiro, classificou o ensino brasileiro como calamitoso, disse que é um método francês do século XIX, que se torna uma camisa de força para o desenvolvimento e a qualidade do ensino brasileiro. Sem nenhuma dúvida, o ensino brasileiro está falido e precisa dessa grande revolução.

V. Exª começou sua fala também dizendo que esses ajustes fiscais são temporários, esperamos que sejam mesmo, e que a grande causa é essa agenda nacional para esse projeto qualificado por V. Exª como projeto ambicioso, com o que eu também concordo plenamente.

Nós sabemos que hoje a educação passa por dificuldades inúmeras: pela qualificação do professor; pela grade curricular extremamente extensa, que não desenvolve mais a mentalidade para uma realidade de que precisamos; pela disparidade salarial; falta de incentivo. O professor hoje faz bico na sala de aula com dois, três empregos. De ordem que na aula um finge que ensina e outro finge que aprende. Essa é a grande verdade do ensino brasileiro. Vê-se que de dentro da sala de aula não se sai com conteúdo nem com uma mentalidade logística para fazer uma análise mais profunda. Se alguém quer passar em qualquer concurso, como do Sena-

do, ele se submete a um período temporário nesses cursinhos que são dados extrassala de aula e periódicos. A partir dali, o cara até se especializa, são os concurseiros, etc. De ordem que o ensino brasileiro está muito aquém de um País que quer se desenvolver.

Tive oportunidade de ler recentemente a revolução do ensino chinês. Vi aqui V. Ex^a, em alguns pontos, casar proposições com aquilo que é feito hoje na China. A China, por exemplo, valoriza o professor, o cara que ganha mais é aquele que tem mais capacidade, é mais intelectualizado e tem melhores condições de, pelo menos, ir à sala de aula abrir a mente do aluno.

Então, sem nenhuma dúvida, esse projeto nacional ambicioso é de extrema necessidade, essa revolução educacional por que o Brasil precisa passar. Acho que V. Ex^a está preparado quanto a isso.

Então, a grande causa, a grande questão e a grande discussão agora são o seguinte: como colocar isso em prática? Eu acho que essa, Ministro, que é a grande causa. V. Ex^a fala com muita propriedade que isso não é uma vontade só do Senado, só do Ministro Mangabeira, só do Ministro da Educação, tem de ser uma vontade nacional, a sociedade toda tem de estar envolvida nisso. Nós sabemos que para um projeto desses vingar, é um projeto longo, um projeto a longo prazo.

Então, pergunto a V. Ex^a: dentro do próprio Governo, dentro do próprio sistema, como V. Ex^a está conduzindo e vai conduzir isso junto ao Ministério da Educação, junto aos outros Ministérios, do Planejamento, das finanças? Como vai trabalhar para envolver, por exemplo, a qualificação do professor?

V. Ex^a falou uma coisa interessante. A escola tem que adotar a família. Na França, no Canadá, em Senegal e em outros lugares, há a figura do professor social, que eu acho que hoje não tem qualificação e não tem reconhecimento no Brasil. Seria um ponto, talvez uma gota d'água nessa grande proposta, mas isso já começaria a ter um grande sentido, porque se desloca só um profissional da área social para ir atrás do professor ou do aluno, e ele faz um estudo voltado para a questão social, mas, de logo, o professor iria, o diretor ou outro, à sala, à família.

Então, resumindo a minha pergunta, quero ver a sua sugestão de como deveremos fazer para que esse projeto tão necessário ao Brasil comece, de fato, a acontecer em todos os sentidos, porque o ser humano resiste às mudanças. É peculiar do ser humano. A moça está acostumada a sentar naquela cadeira ali. Se hoje o chefe daqui chegar e mudar aquela cadeira, ela terá resistência. O ser humano tem resistência à mudança de rotinas. É natural. E essa mudança é radical, é no professor, no reitor, no orientador, nas grades curriculares, não só no ensino básico. Como é que se forma um professor com a metodologia que há hoje, com uma grade curricular que há hoje no ensino pedagógico? Como se mudar uma mentalidade que está lá arcaica, ultrapassada, como diz V. Ex^a, numa camisa de força? Então, é preciso uma mudança, na linguagem mais simples, de cabo a rabo. Tem que pegar o ensino médio, o ensino básico como um todo, o universitário, etc.

Então, eu queria saber de V. Ex^a como está se pensando em começar a colocar isso na prática e como vão se quebrar essas barreiras para esse projeto tão importante para a nação brasileira, esse projeto que, com certeza – eu concordo com V. Ex^a em todos os graus, em gênero, número e grau –, é o caminho para a revolução necessária para modificar o nosso País.

Parabéns a V. Ex^a pela grande palestra que deu.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo o Senador Telmário Mota, passamos agora a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Bom dia, Ministro e Professor Mangabeira Unger, sempre é um prazer escutá-lo. Realmente, eu sempre fico impactada com a energia, a determinação e a convicção que V. S^a coloca nas suas ideias.

Eu havia lido o *paper* antes e fiquei muito impressionada. Ele não pulou um item e não tinha uma anotação sobre o que estava colocando, o que é bem típico de quem o conhece. Suas ideias são sempre revolucionárias, inovadoras e, portanto, muito instigantes e muito difíceis de serem implementadas.

A primeira coisa é saudá-lo pela persistência, porque realmente não é fácil ser vanguarda numa área tão difícil. Acho que o Senador Telmário colocou a dificuldade de introduzir mudanças, e a sua proposta é anos-luz do que nós temos como realidade. Ao mesmo tempo, também me impressionaram as informações que o trabalho contém. Então, não é um trabalho distante da realidade, de jeito nenhum. A equipe e V. S^a funcionaram muito bem, tiveram uma pertinência aos temas e conhecimento profundo da realidade. Agora, o proposto é muito distante da nossa realidade, e esta é a grande dificuldade da implantação.

Eu percebi também dois tipos de dificuldade. Uma, primeira, é a cooperação dos entes federativos. Há diversidade. V. S^a coloca isso muito bem no seu trabalho. O País é imenso, as diversidades são gigantescas e, então, nós temos que ter pesos diferentes, recursos diferentes para os diferentes entes da Federação, mas essa cooperação só vai existir se a União se puser como carro-chefe, condutor, inclusive com recursos para isso, porque, hoje, as próprias secretarias de educação, estaduais ou municipais, não têm recurso para fazer o ínfimo

do que aqui está sendo sugerido. A primeira tarefa é convencer a União, que tem Pátria Educadora como lema, que, primeiro, se nós não tivermos um projeto muito diferente do que nós temos hoje, não conseguiremos galgar o que temos, em poucas décadas. Não há possibilidade. Depois, os entes federativos precisam ser parceiros disso. Isso também não é tão fácil, mas tem que ser resolvido antes de pensar que nós podemos viabilizar.

Outras coisas e outros desafios são da própria classe educadora, que V. S^a colocou muito bem. Uma parte é dos tradicionais, que também vão se rebelar profundamente contra eles; e a outra parte é dos professores, cuja formação é muito inadequada, como é apontado, com o que concordo plenamente. Para se ter uma ideia, quando fui prefeita de São Paulo, as professoras de creche não tinham ensino fundamental, eram analfabetas funcionais. Nós tivemos de fazer um curso na USP de dois anos para que elas pudessem ter o mínimo de qualificação, pessoas que trabalhavam com muita generosidade, até, por vinte anos naquela situação, mas que não tinham formação, isso na cidade mais rica do País.

Acho que talvez pudesse fragmentar isso para tornar mais possível. Como fazer com a creche, a pré-escola? Porque o ensino é muito ruim em todos os níveis, talvez com aspirações um pouco menores de formação, para que pudéssemos começar de baixo com uma formação menos precária do que hoje é.

Há outro problema sobre o qual V. S^a talvez já tenha pensado. As crianças hoje, principalmente nas periferias das grandes cidades, mas nos Municípios também – aí não sei, mas imagino muito pobres – chegaram com déficit cognitivo. Quando comecei a ler sua parte de cognição, depois vi que era a outra coisa que estava se dirigindo. Porque essa parte cognitiva é muito importante para capacitação da aprendizagem, V. S^a estudou tudo isso. Então, por exemplo, há pesquisas que mostram uma criança com idade de alfabetização, ela pode chegar para ser alfabetizada de um lar tão carente que se você perguntar como se escreve elefante, ela não sabe que existe letra, porque ela nunca viu um livro ou uma revista. Ela vai dizer: “Elefante escreve grande, não é?” Quer dizer, ela não tem essa capacidade desenvolvida. Acho que não estaria tão errada se dissesse que uma parcela grande das crianças do nosso Brasil não tem isso desenvolvido. Temos que atentar a isso, porque todo processo depois tem um *gap* gigantesco de aprendizagem. Talvez pensar, se tivéssemos de quebrar todo o processo, em como fazer a formação desses primeiros. Agora, a formação é um desafio gigantesco, porque não há formação. Estou contanto esse exemplo de dez anos atrás de professora de creche de São Paulo sem ensino fundamental, imaginem nas outras cidades como seria.

A outra questão que hoje no Brasil é um problema, como nós vemos no Paraná, nós vemos em São Paulo, nós vemos em todas essas cidades em que temos hoje greves de professores é o salário aviltante do professor. Eu concordo com V. S^a, demorei muito tempo para concordar com isso, mas hoje concordo, não é o salário que vai fazer a diferença para o professor, mas ele tem que ter carreira digna e carreira que permita a ele se construir como professor. Isso para o professor trará o salário melhor. Aí, V. S^a aponta no trabalho muito bem, que essa história de tocar uma escola como empresa tem seus méritos num certo nível, depois não acrescenta mais nada a meritocracia somente.

Então, quero parabenizá-lo, acho que é um trabalho maravilhoso, que certamente não vai ser colocado em funcionamento com muita facilidade, mas o será, acho que ele é uma possibilidade para se discutir. Porque, nessas vertentes que V. S^a colocou, do ideário primeiro, esse é o primeiro embate: estamos todos de acordo de que temos de eliminar a enciclopédia? Vamos, então, fazer menos cursos e aprofundá-los? Quais? Como será esse currículo? Essa é uma grande de discussão que pode ser levada em termos nacionais, principalmente, seria a primeira forma de engajar o professor, porque ele está lá dando aquela aula. O que ele acha disso?

Depois, nas ações, nos primeiros passos, já colocando a importância da União e de os entes federativos se engajarem, a outra questão é que nós temos cidades no Brasil com prefeitos ou governadores que poderiam ter interesse. Não descartaria isso. Acho muito importante ter interesse em implementar algum desses passos, mesmo que não tenhamos conseguido ainda a cooperação total dos entes federativos, da União e de tudo o que fosse necessário. Acho que existem prefeituras que teriam interesse em: “Vamos ver como fazer!” “Está aqui isso, vamos tentar fazer!” E isso seria quase uma amostra piloto do que se pode fazer.

E, depois, e esse debate é mais complicado, acho que vai ser um terceiro, vai ser fruto de alguns anos de experiências exitosas e da conscientização brasileira, porque, quando a gente fala: “O pai não reclama da péssima educação que o seu filho está tendo”, olha, o que percebi é que não reclama mesmo, porque ele acha maravilhoso a criança estar tendo uma escola e comida, essa é a realidade. O pai não tem condição de informação para poder avaliar o que a sua criança está tendo.

Então, na maioria deste Brasil, não podemos esperar dos pais grandes reivindicações. Temos que ter pessoas que saibam o que tem que se fazer.

Parabéns, professor, pelo excelente trabalho!

O SR. MANGABEIRA UNGER – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Antes de passar a palavra, para considerações e respostas, ao Ministro Mangabeira Unger, gostaria, apenas, se me permitir, Ministro, de cumprimentar a sua equipe que se faz aqui presente, em nome do Sr. Vitor Chaves, que é Secretário Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; do Sr. Felipe Nogueira Monteiro, que é o Chefe de Gabinete da Secretaria; do Sr. Daniel Vargas, que é o Secretário da Subsecretaria de Ações Estratégicas; do Sr. Alberto Lourenço, que é Secretário da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável; do Sr. Carlos Sávio Teixeira, que é Assessor Especial da Secretaria; do Sr. Daniel Vila-Nova, que é Assessor Federativo; do Sr. Ramiro Santana, que é Gerente de Projetos da Secretaria; do Sr. Emmanuel Leal de Santana, que é Assessor Parlamentar das Relações Governamentais da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), que se faz aqui presente; do Sr. Felipe Farias, a quem agradeço a presença; bem como ao Sr. Walter Garcia, que é fundador do Instituto Paulo Freire; e ao Sr. Eduardo Jardim, que é Diretor da Associação Brasileira de Televisão (Abta), que, por assinatura, também se faz aqui presente.

Passo, neste momento, para responder aos três Senadores, a palavra ao Ministro Mangabeira Unger.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Muito obrigado, Senadora.

As três séries de indagações foram, ao mesmo tempo, úteis e instigantes. E gostaria, antes de respondê-las, começar por uma resposta de ordem filosófica. Estou acostumado, dado o meu temperamento e as minhas convicções, a encontrar a seguinte reação – e não estou dizendo que esta é a reação das Srs. Senadoras e dos Srs. Senadores, mas há uma ligação entre esta reação que vou descrever e um dos temas do nosso debate.

Então, uma reação é: “Ele está muito bem intencionado, ele está se esforçando, é uma visão bonita, mas o mundo é uma muralha, e esta muralha vai desabar em cima da cabeça dele.” Eu quero dizer algo sobre como entendo, em geral, a tarefa da ação transformadora e do pensamento programático. E vou dizer o que quero sugerir a esse respeito, na forma de um dilema característico que quem propõe alternativa no mundo todo os enfrenta.

Se proponho algo muito distante do que existe hoje, as pessoas dizem: “É bonito, é muito bonito, é muito interessante, mas é utópico.” Se proponho algo próximo ao que existe, as pessoas dizem: “É factível, mas é trivial.” Então, neste clima de ideias que temos, no mundo de hoje, em que há uma ditadura de não alternativas, tudo o que se pode propor tende a parecer ou utópico ou trivial, e esse é falso dilema que resulta de um mal-entendido a respeito do pensamento programático e da ação transformadora.

Uma proposta transformadora ou uma ação transformadora tem dois atributos mais importantes: o primeiro atributo é que marque um caminho; e o segundo atributo é que defina, numa circunstância histórica específica, os primeiros passos, para começar a criar esse caminho. O pensamento programático não é arquitetura, é música; não é a respeito de planilhas, é a respeito de uma sucessão de passos. Então, tem de haver, em qualquer visão programática forte, um elemento profético que é a visão do rumo, mas tem de haver também o enfrentamento da realidade.

É fácil ser realista, quando se aceita tudo. E é fácil ser visionário, quando não se enfrenta nada. O caminho é aceitar pouco e enfrentar muito.

E aí chegamos à questão que foi levantada pela Senadora Marta Suplicy e pelo Senador Telmário Mota, e que também estava presente no seu questionamento, Senadora Simone Tebet. Como começar? E aí vou dar uma opinião pessoal minha, não é uma convicção ainda cristalizada no Governo.

Vejo duas ordens de pontos de partida: um programático e outro processual e prático. A lei, o Plano Nacional de Educação, obriga o Governo a apresentar a chamada Base Nacional Comum, o currículo nacional, até meados do ano que vem. Portanto, é um prazo legal.

A definição do currículo é uma obra conceitual. Custa um pouquinho, mas, basicamente, não custa dinheiro. Custa ideias, que são mais caras do que dinheiro.

E o segundo ponto de partida programático é o desenho da cooperação federativa. É um desenho institucional, é uma obra de invenção jurídica e de negociação. Também não custa nenhum centavo, é uma ação normativa.

A meu ver, essas duas ações conjuntas, o desenho da cooperação federativa em educação e a definição da base nacional como o currículo nacional, é que são os primeiros passos do ponto de vista programático. E há essa grande vantagem de que não custam dinheiro. Então, os constrangimentos do ajuste fiscal não são razão para não se deslançarem essas iniciativas.

Mas essas duas ordens de ações, que são os dois primeiros passos no plano programático, têm de vir juntas com um primeiro passo de ordem prática, que é organizarmos, desde já, um debate a respeito da educação, diferente do tipo de debate que temos tido agora. Então, não pode ser apenas o debate entre os de sempre, porque, com o debate entre os de sempre, como eu dizia, vai ganhar seguramente o lado pior. E nós não vamos conseguir superar a aliança das ilusões teóricas, dos fetiches do politicamente correto e do corporativismo sindical, e, ainda por cima, da inércia burocrática.

Então, como é que vamos quebrar isso? Não vamos quebrar sendo bem comportados e restabelecendo o tipo de debate que tivemos até agora. Só vamos quebrar tendo um debate diferente do debate que tivemos até agora, convocando os que não participaram até agora.

E esse é o sentido, Senadores, também da minha presença aqui. Estou pedindo a ajuda do Senado para acender as luzes e ampliar o debate.

Agora eu quero responder mais especificamente a seus outros questionamentos, Senadora Simone. Vou combinar isso primeiro como observação a respeito de um comentário da Senadora Marta Suplicy.

Este projeto, essa proposta, não contempla a questão dos primeiros anos, a primeira infância, fundamental para o desenvolvimento cognitivo. Nenhum de nós nega isso. Mas, aí, são ações que virão em um outro conjunto de propostas. Aqui, é o ensino fundamental e o ensino médio.

A senhora me perguntou, Senadora Simone, a respeito da participação do MEC. Então, mais uma vez, eu quero ser claro: o Ministério da Educação participou desde o início, desde o primeiro momento.

Eu assumi a Assuntos Estratégicos no dia 5 de fevereiro e, poucos dias depois, eu já estava trabalhando com o então Ministro da Educação e sua equipe. O Ministério da educação tem trabalhado em todas as etapas desse projeto, em todas as variações. Essa colaboração foi, evidentemente, perturbada pela sucessão inesperada que ocorreu na condução do ministério.

Agora eu quero ser claríssimo: o projeto da Pátria Educadora não é meu. Quem conduz o projeto da Pátria Educadora é a Presidenta. A Secretaria de Assuntos Estratégicos tem uma equipe minúscula, não tem recursos financeiros consequentes e não tem poderes normativos. O que nós fazemos é assessorar – e assessorar a Presidenta, o Governo, o Estado e, se possível, até a Nação na organização desse debate sobre os projetos do Estado. Mas não sou eu que tenho o poder de decidir a sequência em que as coisas acontecem.

Depois, a senhora me perguntou em seguida...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpe-me, Ministro. Se me permite para esclarecer – acho que V. Exª sabe – : nós temos um portal aqui, que é o Portal da Cidadania.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E, através dele, vários cidadãos e cidadãs podem elaborar suas perguntas. Eu, em função da escassez do tempo, vou entregar à sua assessoria algumas perguntas que já chegaram. Se puderem depois encaminhar por e-mail...

Mas já dizendo que uma delas V. Exª acabou de responder. É do Tiago Guimarães de Oliveira, de Minas Gerais. Ele diz exatamente a respeito disto: “Críticas se ouve a respeito da não participação efetiva do MEC e de demais educadores na elaboração desta proposta inicial. [...] Por que o MEC e outros interessados não participaram?”

Então, essa pergunta já foi respondida, e eu vou passar à sua assessoria as demais perguntas, que são várias, para que V. Exª possa responder.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Muito obrigado.

A SRª MARTA SUP LICY (S/Partido – SP) – Pela ordem, Senadora. Eu ia sugerir – e agora V. Exª levantou... Esse portal é muito visto, Ministro. Não sei se, nesse portal, poderíamos colocar essa palestra, que já está aqui pronta, não é? E, talvez, o Ministro poderia estabelecer algumas questões focadas na palestra, para permitir uma interação. Isso para sindicatos de professores...

O SR. MANGABEIRA UNGER – Ótimo.

A SRª MARTA SUP LICY (S/Partido – SP) – ... para pessoas que não se interessam por sindicato, ou que não estão dando aula nessa área, mas que poderiam colaborar. Porque, se estamos aqui com essa ideia, que é muito instigante, interessante e possível, nós temos que começar a agitar. E, aqui, o Senado tem um pequeno instrumento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Excelente sugestão, Senadora Marta. Nós já vamos solicitar ao Júlio, Secretário da Comissão, que, acatando a sua sugestão, possa colocar no portal pelo menos as diretrizes básicas da palestra do Ministro, não sem antes, claro, ouvir a equipe naquilo que possa entender mais importante e fundamental.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Srª Senadora Simone Tebet, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentá-la pela direção dos trabalhos, Excelência, cumprimentar o nosso Ministro Mangabeira Unger, pela presença, e dizer que não pude chegar antes porque estava na Comissão de Ciência e Tecnologia e depois na Comissão de Assuntos Econômicos, também assuntos fundamentais para todos nós.

Este projeto Pátria Educadora é muito importante. Eu não pude ouvir todo discorrer da apresentação do Mangabeira, mas eu pretendo ler toda sua explanação.

Eu estou trabalhando no intuito, Mangabeira, de fazer um acordo, de fazer uma discussão com o Ministro da Educação, no intuito de juntarmos, em nível da qualificação educadora – que é de todos, e não de um, ou meia dúzia, ou grupinho A, ou do grupinho B, mas do interesse coletivo da nossa Nação –, e fazermos também o aproveitamento para melhor ensinar a utilização da energia – a energia notadamente elétrica –, porque sem energia ninguém faz nada neste País.

Como engenheiro eletricista que sou, servidor público concursado, analista de infraestrutura, eu pretendo introduzir, nas várias escolas nacionais, a questão do aproveitamento da energia solar. Eu queria contar com sua parceria nessa questão desse diálogo que eu quero ter com o Ministério da Educação e também com o próprio Ministro da Saúde para que as nossas escolas e os nossos centros de assistência social sejam utilizados para educar nossa Nação sobre a questão da economicidade da energia.

Podemos fazer uma parceria no intuito de trocar as luminárias de fluorescentes ou incandescentes para LEDs – 70% mais econômico e com maior luminosidade. E, principalmente, podemos discutir uma matriz energética limpa, saudável, que não seja geradora de chuvas ácidas, que não utilize hidrocarbonetos como insumo básico para geração. Inclusive, apresentei projeto nesta Casa visando, no médio e longo prazos, a acabar com essa utilização de diesel e insumos de petróleo para geração de energia, a não ser em casos extremos.

Eu acho que nós poderíamos, a proveito desse debate tão relevante que o senhor faz aqui com relação ao Pátria Educadora, avançar, como eu fiz aqui em Brasília. Em Brasília, há 33 regiões administrativas. Como eu não tinha dinheiro para pôr em todas, eu escolhi uma escola em cada uma das principais cidades.

No meu projeto – que eu tinha direito – impositivo, estou colocando verba para essas escolas serem autossuficientes em energia fotovoltaica e para que haja troca dessas luminárias com o principal objetivo: para que aqueles alunos que frequentam ali possam irradiar isso para suas casas, para suas famílias e para que sobre recurso para aquela escola – que está sendo gasto com essa tarifa enorme de energia – poder investir em recursos psicopedagógico.

Fiz isso também, com a parte impositiva que eu tinha que fazer para a saúde, em três grandes hospitais do DF, que são: o Hospital Regional de Ceilândia, o Hospital Regional do Paranoá – concluindo, Sr^a Presidente – e o Hospital Regional de Samambaia.

Eu gostaria de colocar isso pelo menos em alguns pontos pilotos nos 27 Estados brasileiros, por isso estou fazendo este pronunciamento aqui, dizendo ao senhor que me coloco – como membro de algumas comissões do Senado Federal, como Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, como membro da CMO, justamente na relatoria da indústria, do comércio e da micro e pequena empresa, como parceiro – à disposição para juntos atuarmos também nesse processo educativo tão importante para o desenvolvimento industrial, empresarial, sociológico do nosso País, que é a questão do bem utilizar da nossa energia.

Muito obrigado. Parabenizo V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senador Hélio José.

Aproveito a sua colocação para lembrar aos membros desta Comissão que já foi aprovado um requerimento convidando o Ministro da Educação para uma audiência pública. A Secretaria da Comissão está vendo a data mais oportuna para o Ministro, que se encontrava também fora do País em missão oficial.

Eu volto a palavra ao Ministro Mangabeira Unger, para que ele possa continuar seus esclarecimentos.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Primeiro, Senador, só respondendo na mesma direção que o senhor propõe, mas em um tema distinto: uma das prioridades com respeito à base física da educação é a universalização da conectividade à internet. Isso é fundamental. Estamos elaborando um projeto focado nisso para o qual também precisaremos do apoio do Senado.

Agora, Senadora Simone, quero voltar as suas indagações.

A senhora perguntou a respeito do currículo enciclopédico, um enciclopedismo exuberante. Existe de fato um consenso, agora, de que há de haver um enxugamento radical do currículo, mas, nesse ponto, surgem aqueles debates que eu enumerei, os três debates a fazer em seguida. Não creio que a substituição da enciclopédia grande pela enciclopédia pequena seja a melhor solução. O que eu quero é uma ruptura de vez com o enciclopedismo e a combinação de um ensino de orientação analítica com o ideal de aprofundamento seletivo, também conhecido como ensino por projetos.

Depois, a senhora levantou o assunto da flexibilidade no currículo. Há uma grande vantagem, sobretudo nos degraus superiores do ensino básico, o ensino médio, em permitir ao aluno, até certo ponto, construir o seu próprio caminho, mas a flexibilidade não deve ser confundida com a especialização rígida. Esta é uma das tragédias da educação brasileira: obrigar os adolescentes a escolher o que vão ser na vida. Não há sentindo nisso. É um absurdo. E tivemos isso na etapa histórica anterior, na divisão entre os cursos clássico e científico. A flexibilidade não pode criar uma especialização que seja nem rígida nem irreversível.

A senhora também pergunta sobre o ensino cívico e moral, e vou ser franco. Novamente é o meu ponto de vista, não é uma tese do Governo porque não foi objeto de debate. Há uma experiência mundial inequívoca de que ensino moral, doutrinação moral na escola não funciona. Acaba no ridículo e é repudiado. A escola não é para substituir a família, a igreja ou a consciência. É incompatível com a consciência republicana e com a missão libertadora da escola. Não devemos confundir aquilo que chamei da aquisição de capacitações e comportamentos, autodisciplina e cooperação com doutrinação moral. Aquelas capacitações e aqueles comportamentos são moralmente neutros.

Por fim, a senhora me perguntou a respeito da importância do salário. A Senadora Marta Suplicy disse exatamente o que penso. O salário é um elemento importante, mas é um elemento importante no conjunto. Simplesmente aumentar salário, sem mudar o sistema, sem organizar uma carreira atraente e respeitada de professor, não funciona! Temos muitos experimentos inequívocos de que o aumento do salário por si só... Não é que produza pouco resultado, costuma produzir nenhum resultado! Portanto, o nosso foco deve ser a organização da carreira no conjunto como instrumento dessa transformação, dessa forma um salário digno é um elemento imprescindível dentro do conjunto. Fora do conjunto, vale nada!

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só para deixar bem claro meu posicionamento, Ministro. São duas questões para ficarem claras.

Comungo de muito do que V. Exª disse. Em relação ao piso, é óbvio que é fundamental a organização da carreira, mas o que sustento – é a minha colocação –, e, por isso, mencionei a questão do corte de R\$9 bilhões, é a falta, realmente, de uma maior cooperação entre União, Estados e Municípios, talvez repensando a questão do Fundeb no sentido de um cofinanciamento maior.

A organização da carreira é fundamental. O que se paga, posteriormente, ao professor tem que ser em razão do mérito desse professor, o pós-graduado com salário diferente, mas o piso inicial, a meu ver, em um país, hoje, de oportunidades, porque avançamos muito nos últimos anos, é vergonhoso. Um aluno tem condições de sair do ensino médio, fazer um curso profissionalizante, por exemplo, pelo Pronatec, um dos programas fundamentais na área do trabalho, e ganhar mais do que um professor na carreira inicial. Então, quando falo em relação ao piso ser tão importante quanto à carreira, é para ter uma base. Essa base, infelizmente, é insuficiente para atrair verdadeiras vocações. É só nesse sentido.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Concordo.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quantos talentos deixam de ir para a sala de aula, com vocação e com sonho de dar aulas por toda uma vida, porque falam que têm uma família para sustentar! É nesse sentido que coloquei a questão do piso salarial.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Concordamos, desde que não confundamos esse compromisso tão importante com aquilo que, e a senhora reconhece, seria uma ilusão, que é a ideia de que o salário por si só resolve. Não resolve!

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sem dúvida.

Por fim, a questão, sem aqui usurpar a função da Presidência, Senadora Marta, Senador Dalirio, é não instituir a volta de uma disciplina como educação moral e cívica, porque podemos correr o risco, dependendo do governo que se tenha, de má utilização dessa disciplina. Tivemos em um passado muito recente uma experiência não muito agradável. Digo talvez na transversalidade, senão na verticalidade de uma disciplina, quando estiver, por exemplo, dando análise sintática ou morfológica no português ou quando em história, em que há capítulos ou frases que o aluno vai estudar que são verdadeiras noções de cidadania, de meio ambiente, mesmo de ética, sem partir para essa questão da moral, porque, embora a escola não tenha obrigação de substituir a família e nem é o foro competente – e V. Exª está correto nesse sentido – para isso, de alguma forma temos que ajudar essa família muitas vezes desestruturada.

Hoje, na parte de história, somos obrigados, e é muito bem vista essa sugestão feita recentemente, a colocar no currículo, por exemplo, história da raça negra, ou seja, a trazer para a escola noções de ética, de meio ambiente, cidadania, sem substituir efetivamente o papel da família. É nesse sentido que eu queria uma colocação de V. Exª, mas V. Exª já respondeu. Entendo o posicionamento e agradeço inclusive. Vou refletir a respeito dessas colocações.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Só um brevíssimo esclarecimento. Mais importante do que a doutrinação moral é cultivar a imaginação moral. Uma das melhores maneiras de se cultivar a imaginação moral é estudar literatura.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª pode continuar.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Não, não...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Já terminou em relação ao questionamento da Senadora Marta? (*Pausa.*)

Então, passo a palavra, para suas considerações – é a última oradora inscrita, Ministro; se V. Ex^a aguardar mais um pouco, temos só mais uma Senadora inscrita – , à Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ministro, quero pedir a compreensão de V. Ex^a e dos demais colegas Parlamentares, uma vez que tive que me ausentar, pois, naquele exato momento, a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte tomava posse, e eu tinha que ir abraçá-la.

Mas, enfim, Ministro, primeiro, já tive oportunidade de conversar um pouco com o senhor e, portanto, expressar, claro, o nosso sentimento pela iniciativa que V. Ex^a teve ao lançar o documento Pátria Educadora, movido, todos sabemos, pelo sentimento, pelo desejo patriótico que o senhor tem de ver avançar uma política pública de caráter estruturante para o desenvolvimento de uma nação que se pretenda generosa, inclusiva, com distribuição de renda, com inclusão social, que é a política pública relacionada à educação.

Entretanto, Ministro, como já disse também ao senhor em outras ocasiões, o senhor sabe que o documento despertou muita polêmica e muito debate, o que é bom, debate inclusive com algumas críticas que quero aqui dizer que não vêm só do movimento sindical, inclusive com toda legitimidade que tem o movimento sindical, que tem o movimento social. O documento recebeu críticas também, por exemplo, de uma das instituições, hoje, de maior legitimidade na luta em defesa da educação, que é o Fórum Nacional de Educação.

Nesse sentido, Ministro, quero colocar aqui para o senhor, por exemplo, a nota que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação lançou quando se posicionou sobre o documento “Pátria Educadora: A Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional”, que foi divulgado agora em maio. Na verdade, a crítica que a CNTE, repito, que representa mais de 2,5 de professores e servidores da educação, fez foi principalmente no que diz respeito ao documento Pátria Educadora não ter vindo associado às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, e essa mesma leitura foi feita também pelo Fórum Nacional de Educação, quando coloca que:

Para a CNTE, o norte da Pátria Educadora deve se concentrar no cumprimento integral da Lei 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), observando-se o conjunto de diretrizes do Plano (art. 2º da Lei) e os prazos para implementação das 20 metas e das 254 estratégias.

Aliás, Ministro, para falar do prazo exatamente de cumprimento de metas, estamos, neste exato momento, às voltas com o cumprimento de uma meta muito importante do PNE, que é a meta que estabelece que os Estados e Municípios têm até o dia 24 de junho para aprovar os seus planos municipais e estaduais de educação. Essa meta é importantíssima e estratégica, até porque o Plano Nacional de Educação só se realizará se de fato tivermos os planos municipais e estaduais.

Segundo, diz ainda a nota da CNTE:

E para que o PNE saia efetivamente do papel, é preciso, desde já, construir as bases para a regulamentação (institucional) do Sistema Nacional de Educação e do Regime de Cooperação na educação básica [...] A cooperação federativa, inclusive, deve prever a implantação do Custo Aluno-Qualidade (Inicial e Permanente) [...]

Essa é uma meta também muito importante do nosso Plano Nacional de Educação, porque dialoga exatamente com o financiamento que se faz necessário para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação desde a expansão da oferta educacional até a meta da valorização do magistério.

Diz ainda:

Embora haja coerência de parte do diagnóstico do projeto Pátria Educadora [que o senhor está coordenando] com as ações indicadas no PNE (regime de cooperação, valorização profissional, ênfase na aprendizagem dos estudantes), sua abrangência é limitada e as concepções de algumas políticas e ações indicadas como prioridades revelam retrocessos no debate educacional e precisam ser revistas, a fim de que o projeto alcance os objetivos maiores a que se propõe: (i) construir um ideário nacional em torno da educação; (ii) definir ações que sinalizem o caminho a percorrer e (iii) organizar o debate que engaje a Nação na definição e execução das tarefas.

Essas são algumas considerações do documento, repito, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Quero, agora, também, Senadora Simone, só pontuar para o Ministro algumas considerações da nota do Fórum Nacional de Educação.

E estou fazendo isso, Ministro, porque eu acho que é importante, neste diálogo que aqui estamos fazendo, trazer as ideias fruto do debate dessas entidades tão emblemáticas e tão representativas da luta e do compromisso com a educação brasileira.

Com relação à nota do Fórum Nacional de Educação, Ministro, aqui a nota também coloca – porque o Fórum, como o senhor sabe, é uma entidade que congrega as diversas instituições, seja no âmbito do Poder Público, seja no âmbito da sociedade civil, comprometidas com a luta em defesa da Educação, o Fórum, inclusive, que tem um papel institucional consagrado no próprio PNE – “que a ele compete, exatamente, acompanhar e monitorar, Senadora Simone Tebet, todas as metas e estratégias do novo Plano Nacional de Educação.” Essa, inclusive, é uma atribuição institucional do Fórum, em parceria, claro, com o Legislativo, no caso, com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado.

Pois bem, o Fórum Nacional de Educação, instituído como órgão, manifesta-se no debate e coloca aqui, Ministro Mangabeira, sobre a pertinência e a urgência de dar consequência ao lema Pátria Educadora, além de saudar a iniciativa de V. Ex^a.

No entanto, torna pública sua discordância com o processo de elaboração e o conteúdo do documento em debate, explicitando abaixo algumas divergências:

- a) reafirmamos que o PNE e o Documento Nacional da Conae/2014, realizada no período de 19 a 23 de novembro, tratam da Educação Nacional, em todas as suas etapas, níveis e modalidades, portanto, o direito a educação de todos e todas, que precisam ser considerados na sua diversidade e complexidade, não sendo reduzido ao conceito de ensino básico, reiterado diversas vezes no documento supracitado;
- b) o Sistema Nacional de Educação é fruto de uma construção histórica, com muitos embates já vivenciados e que alcançam, no século XXI, todo um esforço de realização das conferências municipais, distritais, estaduais e nacionais; a instituição dos fóruns municipais, estaduais e nacional, ainda distante da configuração de um federalismo cooperativo, todavia, nos habilita a discordar da visão de que [abre aspas]: “A educação pública no Brasil tem sido simultaneamente desorganizada e uniforme: uniforme no conformismo com a mediocridade”;
- c) em relação a maior organicidade entre financiamento e gestão da educação, reafirmamos a necessidade de assegurar a ampliação dos investimentos de forma a cumprir a meta de 10% do PIB, considerando a repactuação da distribuição desses recursos entre os entes federativos, implicando em mais do que uma rearticulação das funções do FNDE, em contraponto ao modelo sugerido no documento e na direção do que está previsto no PNE, conforme prevê o art. 7º, §5º, da referida lei que trata da instância permanente de negociação e cooperação;
- d) reiteramos que a pauta da valorização dos profissionais encontra-se equivocada em várias de suas considerações no documento: retoma o destaque para premiação por desempenho [abre aspas]: “Duas séries de iniciativas podem aproveitar, em grande escala, este potencial dos diretores para promover mudanças: as que premiam escolas por alcançar metas de desempenho e as que inter-vêm na formação dos diretores”.

Por fim, Ministro, eu quero aqui, também, na condição do Fórum, eu sou membro do Fórum Nacional de Educação, representando aqui o Colegiado desta Comissão, claro, dizer ao senhor que esse documento aqui é uma contribuição ao debate, e o senhor já tem conhecimento de que o Fórum está à disposição para fazer o debate com V. Ex^a, para que nós possamos aprofundar aqui toda a discussão.

Finalmente, Senadora Simone, eu quero deixar aqui para o Ministro Mangabeira, para reflexão dele, alguns questionamentos para reflexão. Se for possível ele fazer essa reflexão agora, conosco, senão, em outro momento: primeiro, qual a diferenciação que V. Ex^a faz entre o conceito de ensino e o conceito de educação? O Plano Nacional de Educação, conforme eu já falei, foi sancionado sem nenhum veto pela Presidenta Dilma.

E digo mais, Ministro Mangabeira: eu fui, com muito orgulho, uma das articuladoras do Plano Nacional de Educação. Foi um dos momentos mais bonitos vividos pelo Congresso Nacional no que diz respeito a colocar a agenda em defesa da educação no centro do debate. Algo nos chamou a atenção naquele momento: foi o Plano Nacional de Educação ter recebido mais emendas, até então, do que o projeto recordista nesta Casa, que tinha sido, exatamente, o projeto da Constituinte, a Constituinte Cidadã, assim cunhada, saudada pelo Deputado, o então Presidente da Casa, Ulysses Guimarães. Pois bem, o PNE recebeu mais emendas do que o projeto, à época, da Constituinte.

Segundo, Ministro, falo aqui, também, com a minha alma e sentimento de professora. Acho que o Plano Nacional de Educação é uma das mais bonitas apostas na luta em defesa da agenda voltada para a educação

brasileira. Sabe por que, Senadora Simone? Porque no Plano Nacional de Educação trata exatamente disto, da Pátria Educadora.

O que é que quer o Plano Nacional de Educação? O Plano Nacional de Educação quer mais escola, quer mais educação em tempo integral, quer mais creche, quer mais ensino superior, quer mais escola técnica, quer mais pré-escola, quer mais ensino fundamental, quer mais ensino médio. E ele não quer só isso, ele quer mais escola e ele quer mais educação, mas ele quer educação com qualidade.

Por isso que nós não podemos, de maneira nenhuma, negligenciar, com as Metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação, que são as metas que tratam não só da questão salarial, mas da questão da formação. Eu acalento este sonho, Ministro Mangabeira, de ver, um dia, os professores do Brasil da rede básica, que são responsáveis pelo atendimento de mais de 50 milhões de estudantes por este País afora, eu acalento o sonho de ver esse professor, um dia, com o patamar de dignidade salarial que ele merece.

A Senadora Simone, aqui, colocou, é evidente, que este salário inicial de R\$1,917 mil está muito distante daquilo que o professor precisa, daquilo que o professor merece. V. Ex^a tem toda a razão, Senadora. Mas, infelizmente, nós vivemos num País em que, não faz muito tempo, meus colegas professores da rede básica ganhavam menos da metade de salário mínimo, e não era só na Região Nordeste, não. Até em outros Estados.

Essa realidade começou a mudar a partir do advento da Lei nº 11.738, projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa realidade começou a mudar a partir, exatamente, daquele momento.

A Meta 17, do PNE, ainda está aquém, mas significa, claro, sem dúvida nenhuma, um passo importante, porque a Meta 17 trata de a gente, com base nos estudos do IBGE, equiparar o valor médio do salário do professor ao valor médio dos demais profissionais com formação equivalente. E, associado a isso, o quê? O plano da formação inicial, da formação continuada.

Ministro Mangabeira, ora, por que não dar aos professores da rede de educação básica o direito que já é dado aos professores da universidade de continuarem a sua formação inicial para aperfeiçoar o seu processo de formação da meritocracia? O PNE coloca lá, como meta, que, nos próximos dez anos, a gente garanta que, no mínimo, 50% dos professores da rede de educação básica no País tenham o direito de fazer a sua pós-graduação. E isso exige financiamento, assim como o Custo Aluno-Qualidade. Tudo isso exige financiamento. Por isso, a luta, bem-vinda, dos 10% do PIB, por isso, a luta, bem-vinda, das novas fontes de financiamento, através dos *royalties* do petróleo e através dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal.

Dessa forma, Ministro Mangabeira, acho que o caminho agora é o de aprofundarmos o debate cada vez mais, tendo como norte o Plano Nacional de Educação, tendo como norte o Sistema Nacional Articulado de Educação, para trazer, de fato, o regime de cooperação técnica e financeira, elencando prioridades, como, por exemplo, a nova reformulação do Fundeb, cuja vigência está expirando. Estamos fazendo este debate aqui e queremos manter o Fundeb. As crianças do Brasil precisam do Fundeb, mas de um novo Fundeb, não é, Senadora Simone? Precisam de um Fundeb que dialogue, inclusive, com o novo Plano Nacional de Educação. Por isso, vamos ter de ampliar a participação financeira da União junto aos Estados e Municípios.

Mas é isto, Ministro Mangabeira: quanto mais debate houver em prol da educação, melhor será.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senador Fátima Bezerra.

Antes de passar a palavra ao Ministro para responder e fazer suas considerações finais, eu gostaria apenas de esclarecer que, na realidade, o requerimento de convite ao Ministro é de autoria da Senadora Ana Amélia, que se encontra na França em missão oficial, representando o Senado na 83^a Assembleia-Geral da Organização Internacional de Saúde Animal, junto com a Ministra Kátia Abreu. Por isso, ela não pôde estar presente aqui.

Temos uma data também para a vinda em audiência pública do Ministro da Educação. Esse, sim, é um requerimento de nossa autoria. Essa audiência está marcada para o dia 9 de junho.

Antes de passar a palavra ao Ministro, passo, por direito, a Presidência à Vice-Presidente da Comissão, Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Muito obrigado, Senadora. Responderei brevemente.

Primeiro, abordei o tema da relação dessa proposta preliminar com o Plano Nacional de Educação como a terceira das quatro preliminares de que tratei na minha explanação. Começo por reiterar que não apenas não há qualquer contradição entre essa proposta e o Plano Nacional de Educação, como também essa proposta é o complemento do Plano Nacional de Educação. Sem um desdobramento como esse ou outro, o Plano Nacional de Educação não alcança eficácia. O Plano Nacional de Educação é uma lei arcabouço, como eu dizia. Ele organiza procedimentos e fixa metas. A grande maioria dessas metas é de metas quantitativas, metas que têm a ver com o acesso ao ensino.

O projeto Pátria Educadora é um projeto de qualificação do ensino básico, para transformar em realidade aquilo que o Plano Nacional de Educação quer. Nós fizemos na Secretaria de Assuntos Estratégicos um estudo pormenorizado da relação entre as propostas da Pátria Educadora e o Plano Nacional de Educação, artigo por artigo, demonstrando não apenas a compatibilidade, mas também a complementaridade entre o Plano Nacional de Educação e essas propostas. A lei arcabouço tem de ser preenchida de conteúdo, e aqui está uma proposta de conteúdo.

A segunda observação que faço é que, na organização desse ideário e dessas propostas, temos procurado falar com todos, com todos. Eu, pessoalmente, já falei com meio mundo na educação brasileira e pedi uma oportunidade de discutir, em pessoa, com o Fórum Nacional de Educação. Já temos uma data marcada para esse debate.

Terceiro, como eu disse aqui na minha explanação, está escrito no documento oficial o que reafirmamos na discussão que tivemos aqui: não há projeto de qualificação do ensino básico que possa funcionar sem o professor e sem uma carreira respeitada, atraente e organizada que recrute alguns dos melhores talentos do País.

Por fim, quero observar, com grande franqueza, que esse terreno da educação é um terreno minado. E uma das muitas maneiras pelas quais o terreno é minado é o apego a certos contrastes de nomenclatura que, do meu ponto de vista, à luz da experiência mundial, não fazem sentido. Então, é a geografia semântica do politicamente correto. Vou dar alguns exemplos: "currículo nacional é ruim, base nacional comum é boa", "capacitação é ruim, competência é boa", "ensino é ruim, educação é boa". Nós precisamos sair disso. Precisamos de conteúdo, precisamos de ideias, precisamos de iniciativas. O grande perigo desses contrastes taxonômicos é que eles servem como substitutos das opções candentes que temos de tomar à luz do pensamento e da experiência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Terminou, Ministro?

O SR. MANGABEIRA UNGER – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Quero registrar a presença, com muita alegria, do nosso Senador Paim, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Pergunto ao Senador Paim se ele quer fazer uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só quero cumprimentar o Ministro Mangabeira. Eu estava numa série de reuniões e só consegui chegar aqui agora, mas estou sabendo que sua palestra foi mais brilhante do que o próprio documento.

Então, meus cumprimentos a V. Exª!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ministro, nós queremos agora, no encerramento da presente audiência, mais uma vez, agradecer a presença e a participação dos nossos Senadores e Senadoras e dizer a V. Exª que, enfim, o caminho é este, o caminho de aprofundar o debate.

Na terça-feira, dia 9, o Ministro da Educação, Renato Janine, vai estar aqui.

Entendemos, Ministro, que o lema Pátria Educadora, volto a dizer ao senhor, deve se efetuar por meio da instituição e da efetivação do Sistema Nacional de Educação, reafirmando o federalismo cooperativo, garantindo políticas públicas articuladas intersetoriais, direcionadas à efetivação do direito à educação de todos e todas em todos os níveis, etapas e modalidades, assegurando o atendimento das especificidades das populações historicamente excluídas do processo educacional.

Por isso, nós reafirmamos a necessidade de maior organicidade entre financiamento e gestão da educação, assegurando a ampliação dos investimentos, de forma a cumprir a meta de 10% do PIB, na direção da justiça social e da superação das assimetrias de toda ordem; a valorização dos profissionais da educação entendida pela articulação entre formação inicial continuada, salário, carreira, condições de trabalho e saúde; a concepção ampla de educação e de currículo, que ratifica a unidade nacional na diversidade, conjugando igualdade e diferença, superando o modelo homogeneizador e prescritivo centrado nas avaliações estandarizadas e classificatórias; a manutenção e ampliação das políticas de educação continuada, de alfabetização, de diversidade e de inclusão no contexto da concepção de uma formação que contemple a educação integral; a coordenação das políticas educacionais pela União e a articulação com os demais entes federados e com o sistema de ensino, na ampliação do diálogo e na garantia da efetiva participação social, destacando-se o fortalecimento dos fóruns nacionais, do Fórum Nacional, Estadual, Distrital e Municipal de Educação, e o papel das respectivas conferências da educação.

É isso, Ministro. Na verdade, quando ressaltamos aqui o papel do Plano Nacional de Educação, estamos exatamente movidos pela leitura que fazemos de que o Plano Nacional de Educação, na verdade, é a memória do povo, é a memória da sociedade. Por quê? Porque o Plano Nacional de Educação é o resultado de um debate que incorpora as conferências, como o senhor bem sabe e valoriza, e as conferências que foram retomadas, depois dos anos 80, não foram conferências quaisquer. A última conferência que fizemos aqui, em Brasília, foi uma das maiores conferências de educação realizadas nessas últimas décadas. É a memória da sociedade, por-

que, nessas conferências, estão exatamente o quê? Os representantes: os estudantes, os professores, os pais, os gestores, os intelectuais, enfim, todos aqueles e aquelas que têm compromisso com a luta em defesa da educação e que querem ver exatamente a educação avançar, repito, pelo caráter fundante que ela tem, pelo caráter exatamente estratégico que ela tem.

Então, o que nós queremos, na verdade – é por isso que foi muito bom este debate; quero saudá-lo e agradecer a sua participação – , é avançar cada vez mais na direção da Pátria Educadora.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. MANGABEIRA UNGER – Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Antes de encerrar a presente reunião, solicito aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário para a realização da 21ª Reunião Deliberativa, Extraordinária, da Comissão de Educação, a ser realizada em instantes.

Senador, peço a sua compreensão e a do Senador Paim. Seremos breves.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2015.

Às treze horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Hélio José, Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 3: Requerimento nº 56, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer “Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012 (Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas)”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, fica sobrestado na Comissão aguardando a realização da Audiência Pública. Logo após, a Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 4**). Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 4: Requerimento nº 57/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer “(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 41/2015-CE, aprovado por esta Comissão, no dia 05 de maio de 2015, a inclusão do Senhor Jack Lang, presidente do IMA (Instituto do Mundo Árabe) como expositor da segunda mesa da Audiência Pública destinada a discutir a Política Nacional do Livro”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2014** e **Item 2: Requerimento nº 55/2015-CE**. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às treze horas e vinte minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

Nós temos um requerimento extrapauta e o item do Senado Paim. Nós tínhamos aqui na pauta também projeto de autoria do Deputado Marcelo Matos, relatoria do Senador Alvaro Dias, mas, como S. Ex^a não está presente, vamos passar adiante. Do Senador Romário também, mas, como não está presente, vamos passar adiante. Agora, o item do Senador Paim.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 56, de 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012 (Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas). Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr^a Presidente, falarei de forma muito rápida.

Este, na verdade, é um projeto do Senador Cristovam, do qual sou Relator, com o intuito de instruir o relatório que trata do exercício da profissão, garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

Trata-se de uma boa polêmica, eu diria. Por isso estou pedindo uma audiência pública, chamando todas as partes interessadas.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito, Senador Paim.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 57, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 41/2015-CE, aprovado por esta Comissão, no dia 05 de maio de 2015, a inclusão do Senhor Jack Lang, presidente do IMA (Instituto do Mundo Árabe) como expositor da segunda mesa da Audiência Pública destinada a discutir a Política Nacional do Livro.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Trata-se de um requerimento de nossa autoria, na verdade em aditamento ao requerimento já aprovado por esta Comissão, que trata da realização do seminário internacional sobre o livro. O requerimento é apenas para incluir o Sr. Jack Lang, que é presidente do Instituto do Mundo Árabe, como expositor da segunda Mesa da audiência pública, destinada a discutir a Política Nacional do Livro.

Esse é o seminário que vamos realizar no dia 30 de junho, seminário internacional sobre o projeto de lei do preço fixo do livro no Brasil.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença de todos.

Lembro que, no dia 9, o Ministro da Educação, Renato Janine, estará entre nós.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, João Alberto Souza, Dário Berger, Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Sandra Braga, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 32/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Romário, Regina Sousa e Simone Tebet; e nº 53/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Romário, destinados debater o tema **“O Futebol Feminino no Mundo e no Brasil”**. Dando início aos trabalhos, a presidência convida para compor a mesa de abertura da reunião a Senhora Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Fátima Bezerra; o Senhor Embaixador do Reino Unido no Brasil, Alexander Ellis; e a Senhora Secretária de Esporte e Lazer do Governo do Distrito Federal, Leila Barros. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ); Senhor Paulo Victor, Ex-Goleiro do Fluminense e da Seleção Brasileira; Senhora Lana Miranda, campeã brasileira de Futevôlei Feminino; Senhor Sergio Gomes Velloso, Diretor de Futebol Profissional do Ministério do Esporte; Senhor Paulo Roberto Arruda, Presidente da Liga Feminina Brasileira de Futebol; Senhor Gezi Fozcataratas, Vice-Presidente da Liga Feminina Brasileira de Futebol; Senhor Richard Kindermann Ferreira, Secretário da Liga Feminina Brasileira de Futebol; Senhor José Eudes da Costa Lima, Membro da Liga Feminina Brasileira de Futebol; Senhora Camila Orlando Santana Verissimo, Diretora do Departamento de Futebol Feminino da Federação Brasileira de Futebol; Senhor Paulo Viegas, Diretor Adjunto do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB; Senhor Leonel Ribeiro, Produtor Executivo; Senhor Tércio Cabaleiro Coutinho, CEO da RT Projetos Incentivados; Senhor Vandenbergue Machado, Assessor Parlamentar da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; Senhora Daniela de Andrade Souza, Assessora da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte; Senhora Rute Maria de Oliveira, Assessora Parlamentar da Caixa Econômica Federal; Senhora Andréa de Figueiredo Desiderati, Primeira Diretora do Futebol feminino da Federação Carioca de Futebol; e Senhores Vereadores Chico de Marinete e Soneth Ferreira, do Município de Apodi (RN). Após os pronunciamentos, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente desta Comissão, que dá início ao primeiro painel intitulado **“Os 120 anos da 1ª Partida de Futebol Feminino no Mundo e no Brasil – onde estamos?”**, com a presença dos seguintes convidados: **Senhora Beatriz Helena Matté Gregory, Coordenadora-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres da Presidência da República; Senhor Marco Antonio Teixeira, Presidente da Associação FIFA/CIES/FGV ALUMNI (AFCFA); Senhora Amanda Kamanchek, Coordenadora de Campanha do Escritório da ONU Mulheres no Brasil; Senhor Rogério Hamam, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; Senhor Sérgio Gomes Velloso, Diretor de Futebol Profissional do Ministério do Esporte; e Senhora Débora Cristiane de Oliveira (Débinha), Atleta de Futebol Feminino da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)**. Após as exposições dos convidados, a presidência dá início ao segundo painel denominado **Programas de Governo e as Linhas de Financiamento para o Futebol Feminino**, com a presença dos seguintes convidados: **Senhora Mariléia dos Santos (Michael Jackson), Coordenadora-Geral de Futebol Profissional do Ministério do Esporte; Senhor Marco Aurélio Cunha, Coordenador de Futebol Feminino da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); e Senhor Gerson Bordignon, Diretor de Marketing da Caixa Econômica Federal (CEF)**. Finda a exposição dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Romário e Regina Sousa (autores do Requerimento) e os Senhores Senadores Omar Aziz (não membro), Hélio José e Vanessa Grazziotin (não membro). Prosseguindo, a presidência passa a palavra, excepcionalmente, aos seguintes integrantes da plateia: Senhora Andréa de Figueiredo Desiderati e Senhora Camila Orlando Santana Verissimo. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a presença de todos e a participação dos internautas, declarando encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às treze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 32, de 2015, desta Comissão, de minha autoria e de autoria da Ex^{ma} Sr^a Senadora Fátima Bezerra, Regina Sousa e Simone Tebet; e nº 53, de 2015, desta mesma Comissão, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater o futebol feminino no mundo e no Brasil.

Gostaria de convidar aqui para tomarem assento à Mesa, na abertura desta audiência pública, a Ex^{ma} Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Fátima Bezerra; o Ex^{mo} Sr. Embaixador do Reino Unido no Brasil, Alexander Ellis; e a Secretária de Esporte e Lazer do GDF, Leila Barros.

Bom dia a todos, é com muita satisfação e, também, com grande expectativa que pronuncio as primeiras frases desta audiência pública sobre o passado, o presente e o futuro do futebol feminino no mundo, de um modo mais específico no nosso País.

Em primeiro lugar, parabenizo a minha querida colega Senadora Fátima Bezerra, pela iniciativa de apresentar, no último dia 13 de abril, o requerimento para realização deste importante debate.

Não posso deixar, da mesma forma, de reconhecer os esforços empreendidos pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e pela Procuradoria Especial da Mulher, aqui, do Senado, no sentido de iniciar, no Congresso Nacional, o debate a respeito do desporto feminino.

O encontro que realizamos hoje, Senadora, dificilmente ocorreria se as Sr^{as} Parlamentares não tivessem promovido, no mês passado, a audiência pública “Mulher, Esporte e Movimento”, que, aliás, contou com a participação de algumas pessoas que vão abrilhantar, também, o nosso evento aqui hoje.

Ilustres convidados, no dia 3 de março de 1895, há mais de 120 anos, a cidade de Londres foi palco da primeira partida oficial de futebol disputada entre mulheres. Segundo notícia da época, cerca de 10 mil espectadores assistiram à vitória da equipe do Norte, com o placar de 7 a 1 contra o time do Sul.

Quarenta e seis anos depois desse grandioso passo rumo à inserção da mulher no mundo do esporte, o Brasil deu passos atrás, o Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, determinou que, abro aspas:

Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do País. [Fecho aspas.]

Nascida anacrônica e ultrapassada, essa proibição durou apenas 40 anos, até meados da década de 80, quando o CND concedeu às mulheres o direito de praticar diversas modalidades esportivas, inclusive o futebol.

Guardadas as devidas proporções, senhoras e senhores, o que aconteceu, desde então, ao nosso futebol feminino profissional lembra um pouco a situação dos escravos libertados com o advento da Lei Áurea: deram-lhes a liberdade, mas não deram os meios de usufruir dessa liberdade. Pela força da caneta, o escravo, a um só tempo, deixou de ser escravo e foi atirado à própria sorte, sem dispor de meios para se integrar socialmente e alcançar a cidadania plena.

Com o futebol feminino acontece, ou pelo menos aconteceu durante muito tempo, algo parecido. As mulheres são livres para jogar, mas a falta de acesso a instrumentos de organização, financiamento e divulgação ameaça seriamente o futuro do esporte.

Diversos países estão nos ultrapassando, sobretudo no que diz respeito ao investimento nas categorias base. Não temos escolinha de futebol feminino e a modalidade ainda não integra a grade escolar. Não organizamos, da mesma forma, torneio para as categorias abaixo de 20 anos. Na França, por exemplo, há mais de cem mil meninas disputando nas categorias Sub-6 e Sub-8. Quantas martas estamos deixando de revelar a cada ano e a cada dia?

É justamente contra essa falta de apoio, contra esse descaso, contra esse esquecimento que a Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado, presidida por mim, hoje se insurge, servindo de espaço para debatermos a história, os desafios e sobretudo as oportunidades que colocam no horizonte o futebol feminino. E o momento é dos mais propícios para fazermos esse debate.

A Medida Provisória nº 671, de 2015, que condiciona o refinanciamento das dívidas dos clubes a investimentos no futebol feminino está em apreciação no Congresso e tem, curiosamente, gerado muita polêmica.

Digo “curiosamente” porque, na verdade, o que é realmente polêmico e o que é realmente estranho? O que é difícil de entender não é o fato de o Governo impor exigências a clubes devedores, mas sim a negligência histórica do chamado País do futebol para com suas mulheres atletas.

É hora de virarmos esse jogo. É hora de revertermos de uma vez por todas essa tendência. É hora de remediarmos esse descuido, cujas consequências, todos sabemos, vão muito além do já suficientemente grave e imperdoável desprestígio de grandes futebolistas mulheres, exemplo de perseverança, luta e dedicação. Por trás de tudo isso, há uma tragédia mais ampla: não estamos aproveitando o grande potencial do futebol feminino como instrumento de inclusão social e de promoção de saúde pública e, por que não, como ferramenta a serviço do desenvolvimento econômico.

Senhoras e senhores, não quero avançar sobre o tema reservado aos brilhantes convidados que se apresentarão aqui. Tenho certeza, e faço questão de dizer, de que esta audiência pública será de uma grande importância para o nosso futebol feminino. Encerro aqui, portanto, minhas colocações.

Como temos feito aqui nesta Comissão, a autora do requerimento, e também minha companheira e amiga, Senadora Fátima Bezerra, presidirá esta audiência pública.

Passo a palavra à autora do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu quero dar o meu bom-dia a todos e todas, saudar o Presidente da nossa Comissão, o Senador Romário, e dizer, desde já, a importância, o significado que tem a participação do Senador Romário neste debate, por tudo que simboliza sua história, sua trajetória, sua identidade, seu compromisso com a luta em defesa do futebol no nosso País – essa luta tão bonita que ele trava há muito tempo, desde quando jogador e como agente político: a luta pela valorização do futebol como um todo.

Então, quero dizer, Romário, que é muito importante para nós a sua presença aqui. V. Exª, inclusive, é co-autor comigo do requerimento para realização da presente audiência. V. Exª sabe da importância, exatamente, em função da legitimidade com que trata desse tema, do respeito que tem, graças a Deus, de todo o País. Portanto, é um parceiro muito, muito importante nessa luta.

Quero aqui saudar o nosso Embaixador do Reino Unido, Alexander; saudar a Leila, hoje gestora aqui do Distrito Federal – Leila que também nos deu tantas alegrias. *(Risos.)*

E é um outro ícone na luta em defesa do futebol. Repito que nos deu muitas alegrias, fazendo os belos espetáculos que você fazia, levando as cores da camisa do Brasil no vôlei. É muita alegria tê-la aqui, e, como gestora, agora, também é muito importante a sua participação.

Gostaria de saudar os demais convidados. Vamos ter duas Mesas: uma pela manhã, e outra, na parte da tarde.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Aliás, de manhã. Desculpem-me. As duas Mesas, agora pela manhã.

Vamos ter, na primeira Mesa, o Rogério, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério dos Esportes, que já está aqui; A Débora, atleta do futebol feminino, da CBF; A Beatriz Helena, Coordenadora-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres, da Presidência da República; o representante do Ministério das Comunicações; e o Marco Antonio Teixeira, da FIFA.

No segundo painel, vamos ter Mariléia dos Santos, Coordenadora-Geral de Futebol Profissional do Ministério do Esporte; o Marco Aurélio Cunha, da CBF; o Gerson, Diretor de Marketing da Caixa Econômica; e o Pedro.

Mas eu queria, de forma muito breve, dizer que o nosso papel, como representante do povo, agente político, é exatamente este: acolher as demandas que vêm da sociedade. Ou seja, nosso papel aqui é fazer com que as vozes da sociedade possam ser escutadas. Essa demanda chegou até nós, e daí partimos para a iniciativa de dar continuidade a este debate, com a realização de mais esta audiência pública.

Eu estava escutando o Senador Romário fazer as considerações iniciais dele e me lembrei do seguinte: não é à toa, Leila, que a luta de nós mulheres contra a discriminação, para vencer o preconceito, a intolerância, para que nós tenhamos o lugar que merecemos – inclusive representamos mais da metade da população –, não é à toa que essa luta é secular. Não é à toa que, como fruto de muita luta, demos passos importantes. Temos avanços e conquistas a celebrar. Temos. Mas nós ainda temos uma longa caminhada pela frente.

Veja que, no âmbito da Câmara dos Deputados, de 513 Parlamentares, somos só 51 mulheres. No Senado, de 81 Senadores, somos apenas 13 Senadoras. E essa realidade se reflete – no que diz respeito à mulher – em outras áreas, inclusive, no campo do esporte.

Eu confesso, Romário, que fiquei surpresa quando, lendo sobre a realidade do futebol feminino, descobri esta pérola que você aqui mencionou: somente em 1981, o Conselho de Desportos resolveu revogar a decisão que proibia o futebol feminino! É absurdo um negócio desse!

Quer dizer, enquanto outras modalidades, de certa maneira, cresceram, a partir dos anos 70, como a natação, o tênis, o voleibol, o basquete, e outras, apenas em 1981, a decisão do Conselho de Desportos que proibia o futebol feminino foi revogada – como acabei de falar –, e, somente em 1996, o esporte foi incluído como categoria das Olimpíadas. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A Seleção Brasileira disputou sua primeira partida de futebol em 1986, quando enfrentou os Estados Unidos.

A Seleção Brasileira de Futebol Feminino participou de todas as edições da Copa do Mundo feminina e dos torneios de futebol dos Jogos Olímpicos, disputou amistosos internacionais e outras competições, como os Jogos Pan-Americanos, o Campeonato Sul-Americano de Futebol Feminino. A cada ano, desde 2009, disputa o Torneio Internacional de Futebol Feminino. A nossa seleção, a despeito da falta de apoio de dirigentes, da torcida, do Poder Público em geral, mesmo assim, é considerada uma das melhores da América do Sul, não é, Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Com certeza.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Marta recebeu quantas vezes? Cinco vezes. É incrível isso!

É importante também a gente destacar que este ano o Brasil vai disputar os Jogos Pan-Americanos, em Toronto, no Canadá, no mês de julho, e o Torneio Internacional de Futebol Feminino, em dezembro. Todas essas competições visam aos Jogos Olímpicos, do Rio de Janeiro, em 2016, e a conquista da inédita medalha de ouro olímpica para o futebol feminino brasileiro.

Sem maiores delongas, quero aqui me somar ao que disse o Senador Romário. Não basta só a gente caracterizar o problema, não basta só a gente fazer o diagnóstico, não basta só a gente tomar conhecimento. A audiência se insere, claro, primeiro para que tenhamos um entendimento melhor da questão, para dar divulgação. Nós estamos na casa do povo brasileiro, nós estamos na casa do Congresso Nacional, nós estamos na casa, inclusive, onde se elaboram e aprovam as leis.

Falo isso porque o fato mais relevante de a gente realizar esta audiência pública, neste exato momento, Senador Romário, é estar em tramitação a Medida Provisória nº 671, que trata exatamente do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro. V. Exª, inclusive, faz parte da Comissão. Está consignado, dentro da medida provisória, que foi iniciativa da Presidente Dilma, no que diz respeito à questão do financiamento para os clubes, o estabelecimento como contrapartida, para que os clubes tenham direito ao financiamento, incentivar o futebol de base e o futebol feminino. Acho muito importante que a gente possa aprofundar esse tema, nesta audiência pública, para fortalecer essa proposição inserida na medida provisória.

O futebol feminino quer respeito, o futebol feminino quer incentivo. A gente sabe dos esforços que o Ministério dos Esportes tem feito, mas a gente sabe das dificuldades, do ponto de vista orçamentário, que vocês enfrentam.

Então, veja bem, num campo de tanto talento como o futebol feminino, como disse o Senador Romário, quantas martas existem País afora, que precisam só de uma mão de incentivo, precisam de políticas públicas que deem ao esporte o tratamento que deve ser dado, como fator de inclusão social, porque aí tem um aspecto extraordinário, e como fator também de promoção da atividade econômica.

Portanto, quero destacar a relevância da inclusão da mulher no futebol, colocando que, por muitos anos, foi vítima de preconceitos e proibições. Nós temos que lutar, para que, no mundo contemporâneo, não prospere mais o preconceito com relação à inclusão da mulher no futebol. O empoderamento da mulher e seu protagonismo passam a ser estimulados por meio de leis afirmativas e políticas públicas, alcançando o mundo dos esportes, em uma modalidade tão cara para o imaginário nacional, que é o futebol brasileiro.

É isto, é disto que se trata: vamos dar um basta aos preconceitos, às discriminações. E nós queremos que prospere isto: o empoderamento via leis afirmativas que se façam necessárias e políticas públicas.

É só, Senador Romário.

Vamos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Antes de passar a palavra ao nosso Embaixador, gostaria de as boas-vindas à atual Coordenadora-Geral de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, Mariléia dos Santos, famosa Michael Jackson. Seja bem-vinda. Você também tem uma história muito bonita do nosso futebol feminino. É um prazer ter você aqui nesta Comissão.

Passo a palavra agora ao nosso Embaixador do Reino Unido.

O SR. ALEXANDER WYKEHAM ELLIS – Muito obrigado. Bom dia a todos.

Peço a paciência de vocês, pois o meu português é uma mistura estranha de Lisboa, Brasil, que a minha esposa é portuguesa. O meu sotaque fica entre os dois continentes. Vocês entendem o que eu digo?

Muito obrigado pelo convite, Senador. Eu o aprecio muito, já partilhamos um palco para falar sobre autismo há pouco. O meu filho é autista, então, respeito muito quem levanta a voz para aqueles que às vezes não têm voz numa sociedade.

Senador, fiquei muito interessado com os seus comentários e do Secretário também.

O meu país não é grande país de vôlei, com sabem, mas vamos avançando. De fato, o Brasil tem conquistado muita coisa. As Olimpíadas no próximo ano é uma grande esperança.

Posso começar com uma pergunta: o Brasil já tem ou não liga profissional de futebol feminino? Não tem. Então, moramos num país... Vai ter? Terá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDER WYKEHAM ELLIS – Então, vivemos todos nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senhores, eu gostaria de pedir aos senhores que não intercedam na fala do nosso Embaixador. Vocês terão oportunidade de falar.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDER WYKEHAM ELLIS – Mas é bom saber, porque vivemos num país onde Presidente é mulher, onde capitão de delegacia de polícia em Alemão, onde estive na sexta-feira, é mulher, mas onde não há liga de futebol feminino que funcione profissionalmente. É um pouco estranho. A Presidente do País é mulher.

Eu agradeço muito a possibilidade de falar sobre esse tema. Primeiro, vamos começar com pesquisa.

O meu país tem tradição de futebol. Infelizmente, trouxemos para cá, e o resto é história. Perdemos para sempre depois, mas faz parte.

O primeiro jogo foi em 1895 – o meu país tem brigas internas como o de vocês também. Os escoceses dizem que o primeiro jogo foi em 1892 em Glasgow. Tem tradição histórica. Mas a história nos ensina uma coisa interessante, porque até os anos 20, o futebol feminino, interessante, no Reino Unido, foi uma coisa muito importante, em parte por causa deste contexto de emancipação da mulher, fazia parte dessa grande história, de direito ao voto e tudo isso. Então, o futebol feminino não tem a ver só com o esporte, tem a ver com um contexto maior, o social. E, depois de ter grandes jogos nos anos 20, caiu. E só no início dos anos 70, voltou a ser um jogo seguido, apoiado. Ou seja, uma lição de história triste, os direitos podem retroceder e não só avançar. Você pode perder.

O que transformou o futebol feminino no meu país? Três coisas.

Primeiro: organização. Em 1992, o nosso The Football Association, similar a CBF no Reino Unido, pegou o futebol feminino. Naquela época, houve 80 times femininos. Hoje, há mais de cinco mil. Ou seja, organização é essencial. Sem isso nada funciona.

A segunda coisa: participação. Participação de pessoas – há mais de cinco mil times agora – e participação dos expectadores – mais de 45 mil torcedores foram ver o... *(Ininteligível.)*

...e Alemanha – grande jogo. Na nossa copa, por exemplo, a nossa FA Cup houve uma audiência na televisão de mais de um milhão de pessoas.

E o terceiro elemento essencial é dinheiro, patrocínio. Não diria dinheiro público, mas os patrocinadores. Cito nesse contexto as paraolimpíadas, a experiência das paraolimpíadas.

Nas Paraolimpíadas de Londres 2012, os patrocinadores que investiram, apoiaram esses jogos, mais do que duplicaram o valor de suas próprias marcas só por terem patrocinado as Paraolimpíadas de 2012. Onde há participação, onde há audiência vêm patrocinadores. Isso é essencial. Sem isso você não pode conseguir transformar alguma coisa.

Então, eu apoio muito essa causa. Temos, hoje em dia, no Reino Unido, muita participação do futebol feminino, que não pode ser visto só no contexto do esporte; tem que ser visto, como o Senador disse, no contexto da sociedade. E um país que tem uma Presidenta deve ter uma liga profissional ativa de futebol também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Embaixador Alexander Ellis, mais uma vez, muito obrigado pela sua participação sempre bem objetiva.

E agora passarei a palavra para a nossa atual Secretária de Esporte e Lazer do DF, Leila Barros. Todos nós conhecemos a Leila como uma das grandes vitoriosas de um dos esportes mais queridos do nosso País, que é o voleibol, agora numa nova função na sua vida política. Tenho, pela primeira vez, a oportunidade de lhe dese-

jar boa sorte e afirmar que, com certeza, essa Secretaria do GDF está em ótimas mãos. Também tenho certeza absoluta de que você será campeã nesse seu momento político como foi muitas vezes no esporte. Parabéns.

Passo a palavra a você agora.

A SRª LEILA GOMES DE BARROS RÊGO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Romário, Senadora Fátima Bezerra, Embaixador Alexander.

Queria agradecer a oportunidade. Cheguei aqui representando o Governo do Distrito Federal e não tinha a intenção. Fui meio pega de surpresa ao participar desta Mesa.

Eu me sinto muito lisonjeada por estar participando de um tema extremamente relevante. Mais do que na condição de gestora, eu vou falar na condição de ex-atleta e, mais do que um discurso, eu vou apresentar um depoimento, a vivência que eu tenho no esporte, que tive como atleta e que, de certa forma, me entristece, porque sou de uma modalidade que trouxe muitos resultados para o País... E isso não é diferente do futebol feminino do nosso País. Essa sempre foi uma modalidade que, onde competiu, trouxe resultados para o País.

O Brasil é um celeiro esportivo, tanto no masculino quanto no feminino. Está aí o nosso Senador Romário, está a Michael Jackson ali sentada, eu aqui e tantos outros. Nós somos um celeiro esportivo, um potencial humano enorme. Às vezes, afirmamos: nós somos o país do futebol. Cento e vinte anos da primeira partida de futebol feminino no mundo. Cento e vinte anos da primeira partida de futebol no Brasil. Olhem a diferença: até onde caminhou o futebol masculino e onde ficou o futebol feminino? É muito questionável, de fato, isso.

Então, é importante que a gente, de fato, pare agora, sente-se e repense mesmo. A gente está num momento muito especial no País com a questão das Olimpíadas. É o momento em que o esporte está em pauta, é o momento em que a gente pode discutir realmente políticas públicas que venham favorecer o nosso esporte.

E a gente tem, de fato, que colocar o futebol em pauta, discutir por que o futebol não teve o devido carinho, a devida atenção, a devida estrutura. Mesmo com os resultados, mesmo com tanto potencial, por que essa falta de estrutura? Esta manhã a gente vai conseguir debater isso.

Na condição de gestora, dentro do GDF, eu já tenho procurado, junto com algumas pessoas – inclusive tem um representante da Federação de Brasília aqui, a Camila –, trabalhar o futebol feminino. Quando entrei na gestão de Brasília, Senador e Senadora, ela veio até nós para trabalhar nessa questão do campeonato na cidade, da base do feminino na cidade. E isso eu vejo com muito carinho, porque eu sei que é importante. Tem muita menina praticando futebol na cidade, e isso não é praticado. Voleibol é praticado, handebol é praticado, basquetebol é praticado nas escolas, e o futebol não é praticado. Então, realmente isso é questionável. Por que isso não é praticado? A gente tem que realmente questionar esse preconceito com o esporte feminino.

Eu sou de uma geração que desbravou o esporte. Hoje o esporte feminino, a minha modalidade ganhou espaço, mas eu sou de uma geração em que ser atleta, querer ser atleta era querer ser vagabundo. Desculpe falar isso, não é, Michael Jackson? Mulher principalmente! Eu, como filha de um mecânico, querer ser atleta? “Minha filha, vai estudar! Eu sou mecânico! Você quer ser atleta no Brasil?” Hoje atleta é profissão, é reconhecido. Todo pai quer que o filho seja um atleta. A maioria quer que o atleta seja um ídolo.

Então, a gente tem que discutir essa questão, porque o esporte, a gente entende... Eu sei o que o esporte promoveu na minha família, na minha vida e na de tantos outros jovens no Brasil. Então, a gente tem que discutir não só a estrutura do futebol, a excelência do futebol, mas o esporte, o futebol como fator de inclusão, como a base, o futuro. É aquela situação lá embaixo, aquele comecinho lá embaixo que a gente tem que começar a discutir para poder, de fato, subir e construir lá em cima. Não adianta pensar só na vitrine se a gente também não discute aqui embaixo, porque a gente não vai poder ter uma vitrine, uma excelência se não estrutura, não dá oportunidade nem se planeja aqui embaixo.

Nós temos que aproveitar estes momentos aqui, Senador. E eu quero aproveitar você como jogador de futebol, ex-jogador de futebol... Não é ex, não. Sempre será um grande ídolo para nós, meu ídolo, entendeu?

É muito relevante você, na figura de um jogador masculino, estar preocupado com o futebol feminino, estar aqui levantando essa bandeira. A gente tem que aproveitar essa figura, esse momento para de fato levantar a bandeira do futebol feminino, levantar a bandeira do esporte no Brasil, porque esse é o momento para todos aqueles que vivem e fazem o esporte no nosso País.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Secretária, pelas palavras. Mais uma vez brilhante.

Eu gostaria de agradecer a presença da Debinha, nossa atleta da seleção de futebol feminino, da Seleção Brasileira, antecipadamente desejando boa sorte para as próximas Olimpíadas. Que a gente possa definitivamente trazer uma medalha de ouro. Seja bem-vinda aqui, nesta Comissão.

Já que estamos falando de futebol, por que não também agradecer a presença de Paulo Victor, ex-goleiro do Fluminense e da Seleção Brasileira, hoje trabalhando também no Senado, meu amigo. Seja bem-vindo. É sempre um prazer tê-lo aqui conosco.

Vou registrar a presença de algumas pessoas: Sérgio Gomes Velloso, Diretor de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, seja bem-vindo; Paulo Roberto Arruda, Presidente da Liga Feminina Brasileira de Futebol; Gezi Foz Cataratas, Vice-Presidente da Liga Feminina Brasileira de Futebol; Richard Kindermann Ferreira, Secretário da Liga Feminina Brasileira de Futebol; José Eudes da Costa Lima, membro da Liga Feminina Brasileira de Futebol;

Camilla Orlando, Diretora do Departamento de Futebol Feminino da Federação Brasiliense de Futebol, bem-vinda; Paulo Viegas, Diretor-Adjunto do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Leonel Ribeiro, Produtor Executivo; Tércio Cabaleiro Coutinho, da RT Projetos Incentivados, bem-vindo; Vandenbergue Machado, Assessor Legislativo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Daniela de Andrade Souza, Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério Esporte; e Ruth Maria de Oliveira, Assessora Parlamentar da Caixa Econômica Federal.

Um agradecimento especial aqui pela participação dos intérpretes de Libras Dânnia e Alex.

Hoje a gente tem uma notícia muito interessante do futebol: muitos dos corruptos, ladrões, que fazem mal ao futebol foram presos. Inclusive, um dos maiores do País, no que se refere ao esporte, que se chama José Maria Marin. Talvez seja motivo de algumas pessoas, representantes da CBF não estarem aqui, para não passarem essa vergonha.

Infelizmente não foi a nossa polícia que prendeu, mas alguém tinha que prender um dia – ladrão tem que ir para a cadeia. Então, parabênzo o FBI e, principalmente, a polícia suíça pela atitude. Eu espero que isso repercuta positivamente e que essas ações entrem definitivamente na América do Sul e no Brasil para a gente definitivamente limpar do nosso futebol esses corruptos, como, por exemplo, o Marco Polo Del Nero, que é o Presidente atual da CBF, e outros componentes que fazem parte não só da CBF, como de algumas confederações que sujam, definitivamente, o nosso futebol.

Inclusive, posso afirmar ao futebol feminino, a todas as entidades e às pessoas que estão aqui, como Michael Jackson, Debinha, Leila, do vôlei, que um dos motivos pelo qual o futebol feminino não vai para frente é porque realmente a CBF, que é a responsável por isso, nunca se interessou, porque até hoje o futebol feminino não dá lucro, não dá dinheiro. E o que não dá dinheiro, eles não podem roubar, não podem se enriquecer ilícitamente, então, infelizmente, eles não apoiam como têm que fazer.

Inclusive, ano passado – se não me engano – ou, no máximo, ano retrasado, foi feito um acordo entre o Ministério do Esporte, com o então Ministro Aldo Rebelo – com quem, inclusive, conversei muitas vezes pessoalmente sobre esse assunto – , em que o Ministério do Esporte fez um aporte de R\$10 milhões a R\$15 milhões para ajudar o futebol feminino. Por curiosidade, não foi através da CBF, que é a entidade maior que organiza o futebol. Foi por uma empresa chamada, se eu não me engano, SportPromotion, que é ligada, também, ao atual Presidente da CBF – este safado, ladrão e ordinário – , Marco Polo Del Nero.

Hoje a gente vê a situação do futebol feminino do jeito que está exatamente por causa de pessoas e por culpa de pessoas que, realmente, não estão nem um pouco interessadas em ajudar nem o futebol masculino e, principalmente, o futebol feminino.

Mas eles estão com dinheiro. Suas contas lá fora do País estão recheadas, mas, graças a Deus, o que se faz aqui se paga. Essa prisão do José Maria Marin já é o início de um grande futuro – eu acredito – para o nosso futebol, especialmente para essa maior entidade, a entidade mais corrupta que nós temos no futebol, que aqui no País é a CBF e que no mundo é a FIFA. Inclusive, se eu não me engano, amanhã, Marco Antonio, seria o dia da eleição... Dia 30, depois de amanhã. E eu acredito que, com isso, alguma coisa se modifique, porque existe a expectativa, pelo menos minha, de o próprio Presidente Blatter também ser preso.

Que a gente possa colocar no comando das maiores instituições do futebol mundial, que são FIFA, Conmebol – a maior aqui da nossa América do Sul – e CBF – do Brasil – pessoas que dignas e que realmente queiram ver, definitivamente, o futebol – assim como eu, todos que estão nesta Mesa e vocês aqui, acredito eu – realmente caminhando como tem que caminhar, sendo um esporte realmente de espetáculo para o nosso País.

Eu vou passar a palavra aqui mais uma vez à nossa Senadora e autora também desse requerimento, Fátima Bezerra, minha amiga, hoje, que tem me ajudado, inclusive, muito nessa luta aqui de ser Presidente de uma Comissão dessa importância, principalmente neste momento do nosso País, no que se refere à educação, à cultura e ao esporte.

Muito obrigado por tudo o que V. Exª tem feito, pela ajuda que tem me dado, que tem sido de uma grande contribuição.

Vou encerrar esta primeira Mesa. Assume agora a Senadora Fátima Bezerra como Presidente desta Mesa e desta Comissão. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Quero registrar a presença do Senador Donizeti e dizer também, Senador Romário, da minha alegria de estar aqui junto com V. Exª fazendo parte da Mesa Diretora, como professora que sou. Enfim, aquilo que eu já disse: toda dedicação para que a gente possa fazer muitos gols em prol da educação, da cultura e do esporte no nosso Brasil.

Mas vamos dar início agora, imediatamente, ao nosso primeiro painel: “Os 120 anos da primeira partida de futebol feminino no mundo e no Brasil – onde estamos?”

Eu quero convidar aqui Rogério Hamam, Secretário Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte. Muito obrigada, Rogério, pela sua presença.

Quero convidar Debinha, Débora Cristiane de Oliveira, atleta de futebol feminino da Confederação Brasileira de Futebol.

Quero convidar Amanda Kamanchek, Coordenadora de Campanha do Escritório da ONU Mulheres no Brasil.

Quero convidar Marco Antonio Teixeira – Marco Antonio, por favor –, Presidente da Associação FIFA/CIES / FGV ALUMNI – AFCFA.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Presidente, pela ordem.

Eu só gostaria de fazer uma colocação: existem, sim, pessoas honestas e competentes na CBF, neste momento. Uma delas está aqui presente nesta audiência pública, que é o responsável hoje pelo futebol feminino, Marco Aurélio Cunha.

Eu conheço sua história no futebol através do São Paulo, como médico. É um novo participante da CBF, será o responsável maior pelo futebol feminino. Eu posso dizer que, a partir deste momento, eu passei a acreditar que o futebol feminino possa realmente dar um salto positivo no que se refere à organização e à moralização do nosso futebol. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Muito bom, Senador Romário. Quero, inclusive, dizer que o Sr. Marco Aurélio Cunha vai participar da segunda Mesa, junto com Michael Jackson, Gerson e o representante da Associação da FIFA.

Vamos passar, imediatamente, a palavra, começando por Rogério.

Daremos início ao nosso painel, com o Rogério, que é o nosso Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte.

O SR. ROGÉRIO HAMAM – Muito bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, eu queria agradecer e parabenizar a iniciativa da Senadora Fátima Bezerra e agradecer-lhe o convite para participar desta audiência pública, que justamente aborda o cenário do futebol feminino no mundo e no Brasil; agradecer também e parabenizar o apoio do Senador Romário, Presidente aqui da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, uma figura emblemática, cujo apoio ao futebol feminino é de crucial importância; agradecer a presença do Alexander Ellis, Embaixador do Reino Unido; e dos componentes da Mesa: a atleta Debinha; o Marco Antonio Teixeira, que representa aqui a FIFA; também a Beatriz Gregory, Coordenadora-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres, na Secretaria de Políticas para Mulheres; e a Amanda Kamanchek, que representa aqui a ONU.

Vou falar um pouquinho da importância de proporcionar oportunidades para meninas e mulheres que queiram praticar futebol, já que o esporte é um direito fundamental de todos. Ele proporciona ferramentas de inclusão social, destaca o sentimento de participação na sociedade, aumenta a possibilidade de círculo de amizades e impulsiona o desenvolvimento de habilidades que são fundamentais no processo educacional. Ele também é um instrumento de atração, que afasta jovens da área de risco social e dos perigos que são causados pela nossa própria sociedade.

O Ministério também tem a missão de assegurar a igualdade de oportunidades para meninos e meninas sem discriminação de gênero, já que a atividade física é fundamental para que tenhamos uma vida saudável.

O futebol feminino ficou reprimido desde a década de 40, como aqui já foi mencionado, até 1979, e só em 1983 é que tivemos a legalização da prática da modalidade. Naquele momento, já em Minas Gerais, clubes como o Atlético e o Cruzeiro desenvolviam suas modalidades e replicavam a sua rivalidade nos campos do futebol mineiro também no futebol feminino. No Rio de Janeiro, no início da década de 80, tivemos o Radar, que foi uma referência nacional e vencedor da primeira Taça Brasil. Em São Paulo, grandes clubes como Santos, Ponte Preta e Guarani já desenvolviam a modalidade do futebol feminino. E, em 1984, a TV Bandeirantes, através do programa Desafio, já transmitia partidas ao vivo de futebol feminino.

Não existiam salários regulares; as meninas sobreviviam de ajuda de custo, de premiação por participação em competições. E, logo no começo da década de 80, o Guarani foi extinto, dando início a uma outra agremiação, o Saad, que contava com uma ajuda de custo da sua goleira, a Mara Villas Bôas, que, com recursos

próprios, por ser um pouco mais abastada, contribuía com seus rendimentos para deslocamentos de viagem da equipe por todo o Brasil.

Em 1988, nós tivemos a primeira Seleção Brasileira convocada oficialmente para disputar o primeiro mundial experimental da FIFA, que foi realizado na China, onde o Brasil ganhou a medalha de bronze e teve um destaque a participação da nossa craque Michael Jackson, que nos honra hoje contribuindo com o seu conhecimento, com a sua história no Ministério do Esporte, dentro da Secretaria do Futebol, justamente coordenando o futebol feminino – e aqui agradeço publicamente todo o seu trabalho e toda a sua colaboração ao desenvolvimento da modalidade.

Os estádios lotados, jogos importantes motivaram a realização do primeiro mundial oficial da FIFA, em 1991, onde o Brasil conseguiu a nona colocação.

Já no início dos anos 90, o Campeonato Paulista foi extinto, o Radar encerrou suas atividades, até a participação do Brasil, em 1995, no mundial da Suécia, onde repetimos a nona colocação.

Em 1996, a modalidade foi oficialmente incluída como modalidade olímpica nas Olimpíadas de Atlanta, com uma geração da primeira Seleção permanente do Brasil, que contava com atletas como Tânia Maranhão, Sissi, Kátia Cilene, Pretinha, Roseli, em que obtivemos a quarta colocação.

Esse mesmo grupo de jogadoras da Seleção permanente deu origem à nova edição do Campeonato Paulista, realizado em 1997, o Paulistana, que contava com a presença de universidades, com a presença de grandes clubes, como o Corinthians, o Palmeiras e o Santos. E o São Paulo, na ocasião – na oportunidade, eu estava à frente da direção do futebol feminino em São Paulo –, conseguiu a felicidade de obter alguns títulos importantes, como o Paulista, o Rio-São Paulo e o Brasileiro.

Essa foi considerada a primeira liga semiprofissional da América Latina. Os salários dessas atletas – trazendo para a moeda atual – perfaziam, aproximadamente, de R\$10 mil a R\$12 mil. Porém, não tivemos a mesma resposta no mercado publicitário, o que desmotivou a continuidade desses grandes clubes na sua estrutura de futebol feminino.

Essa base foi criada; uma base que representava mais de 50% da equipe titular do Brasil por quase duas décadas. Essa equipe conseguiu o terceiro lugar no mundial da FIFA em 1999, foi vice-campeã também da Copa do Mundo da FIFA em 2007, conquistou a medalha de prata em Atenas (2004) e em Pequim (2008), e teve a Marta eleita cinco vezes a melhor jogadora do mundo. Em 2006, tivemos também uma iniciativa do Ministério do Esporte a beneficiar as suas primeiras atletas – quatro atletas, na ocasião: Tânia, Roseli, Maycon e Andréia Suntaque – com o Bolsa Atleta. Em 2007, o Bolsa Atleta foi expandido para atuar também em jogadoras ranqueadas em competições domésticas, e hoje nós temos mais de cem atletas beneficiadas com o programa.

Na Terceira Conferência Nacional do Esporte, que foi realizada em 2010 e mobilizou mais de 200 mil pessoas em 3.112 Municípios, o assunto foi debatido, por quatro dias, planejando ações para os próximos 10 anos. Dentre as ações prioritárias, incluíam-se o incentivo e a manutenção de equipes de futebol feminino, incentivo à criação de ligas e competições nacionais e internacionais.

Hoje, o Ministério do Esporte, através da Secretaria de Futebol, apoia financeiramente a realização da Copa Brasil Escolar Sub-17 da Copa Universitária de Futebol Feminino. Atuamos também junto à Caixa Econômica, no patrocínio de R\$10 milhões – como já mencionou o Senador Romário – ao Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Desenvolvemos um projeto, que é um centro de excelência de futebol feminino em Foz do Iguaçu, que será o primeiro centro de excelência especificamente voltado ao futebol feminino em Foz do Iguaçu. Desenvolvemos também parceria na elaboração de projetos de captação de recursos junto à Lei de Incentivo ao Esporte. Transferimos também recursos da nova Lei Pelé, através de recursos de loteria, em cooperação com a CBC (Confederação Brasileira de Clubes), para projetos que desenvolvam a modalidade e que possam projetar novos talentos olímpicos de futebol feminino. E, recentemente, a nossa Presidenta Dilma, manifestando todo o seu apoio à modalidade, assumiu publicamente o compromisso de incentivar a modalidade e inseriu na Medida Provisória nº 671 a manutenção de investimento mínimo no futebol feminino como contrapartida de refinanciamento da dívida dos clubes. Essa foi uma iniciativa de extrema valia; inseriu no texto o futebol feminino, a manutenção de investimento mínimo.

Quero dizer que os clubes, hoje, têm alternativas de sustentar o futebol feminino sem ter a necessidade de grandes investimentos, de grande dispêndio de recursos. Nós temos hoje possibilidade de investimentos na camisa, parcerias com universidades, a Lei de Incentivo ao Esporte, o Bolsa Atleta, temos o projeto de captação com a Lei de Incentivo e recursos da loteria. Então, entendemos que o futebol feminino passa também por uma questão de vontade. Além de disponibilidade de recursos, passa por uma questão de vontade dos clubes de incentivar a modalidade, e é isso que o Governo, através do Ministério do Esporte e do nosso Ministro George Hilton, espera a partir da publicação da Medida Provisória.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos passar a palavra, agora, para a Amanda, Coordenadora de Campanha do Escritório da ONU Mulheres no Brasil.

A SRª AMANDA KAMANCHEK – Bom dia a todas e a todos.

Agradeço o convite feito à ONU Mulheres em nome do Senador Romário. Para nós é uma honra estar aqui ao lado da Ministra Michael Jackson... da Srª Michael Jackson, que está no Ministério dos Esportes também – já a estou elevando a outro cargo! Enfim, agradeço muito a sua presença e a sua inspiração aqui nesta Casa. Agradeço às companheiras e aos companheiros de mesa – à Beatriz, da Secretaria de Políticas para Mulheres; ao Sr. Rogério; ao Sr. Marco Antonio; e também à Debinha, que está conosco aqui – ; e à Senadora Fátima, que preside esta mesa.

A ONU Mulheres vê o papel dos esportes e do futebol não só como um ganho dentro do campo, mas como um ganho fora de campo. Para nós, investir nos esportes significa fomentar, enfim, a liderança e a confiança das mulheres. Vamos que a participação nos esportes oferece às garotas uma chance de elas se desenvolverem; desenvolverem coragem e superarem seus medos, além de elevarem a sua autoestima.

Para nós ainda é um grande desafio falar dos esportes no Brasil e falar dos esportes no mundo em relação às mulheres, e acreditamos que as ações concretas precisam envolver também as mulheres e a inserção de mulheres nas posições de comando, como diretoras, como treinadoras, como técnicas e como presidentas das instituições.

Nós temos trabalhado, no Mulheres, muito junto ao Comitê Olímpico Internacional e ao Comitê Olímpico Brasileiro também e temos a boa notícia de termos conseguido trazer um projeto para o Brasil agora para trabalhar com as meninas nas escolas. Então, vamos desenvolver, ao longo de 2016, um currículo para as meninas, fomentando a liderança, o empoderamento econômico e uma série de outras atividades, fomentando o aprendizado sobre a violência para que elas possam atuar dentro das suas comunidades.

O programa Woman Win – que aqui no Brasil nós vamos chamar de As Mulheres Ganham – teve vários impactos no mundo. Tivemos, por exemplo, na Índia, um aumento de 20% de atitudes positivas nas meninas que praticaram, que desenvolveram, que estiveram nesse currículo por meio dos esportes. No Nepal, houve um aumento para 95% de meninas que conheciam as ferramentas sobre violência e também, a partir do programa, 100% das meninas sabiam o lugar onde elas podiam se sentir seguras.

Tivemos mais de um milhão de participações no mundo dessas meninas nos esportes, e nós conseguimos ver hoje que não só no futebol, mas em todos os esportes, temos uma dificuldade de incluir as meninas. As mulheres ainda são consideradas mais fracas em muitas modalidades, e elas não são levadas a sério dentro das escolas na prática esportiva. Então, precisamos fomentar essa igualdade de gênero dentro das escolas e capacitar os professores e as professoras para que haja igualdade também no ensino dessas matérias. A igualdade tem que estar presente em todo o currículo escolar, e para nós os esportes são a principal ferramenta de construção de liderança e construção de autoestima para todas essas meninas e meninos. Fomentar também os esportes de com uma forma mista, em que homens e mulheres são vistos de uma forma igualitária, em que todos possam participar igualmente, enfim, de todas as habilidades e com a mesma competência.

Vemos, ainda, no Brasil as mulheres se formando. Então, elas são as principais pessoas e cidadãs que se formam no ensino superior. Mas, quando vamos para as escolas de base, quando vamos para o ensino médio, ensino fundamental, temos um maior índice de mulheres que engravidam ainda adolescentes. Então, todo esse programa através dos esportes pretende falar com as mulheres para que elas entendam que elas têm a possibilidade de seguir uma carreira. E, quando falamos de carreira, não falamos só de um trabalho; falamos de ela se preparar: por que ela precisa aprender, que metas ela precisa traçar, aonde ela quer chegar.

Então, esse currículo que nós apresentamos e que será apoiado pelo COB e pelo Comitê Olímpico Internacional pretende desenvolver todas essas habilidades para que as mulheres não só saiam de lá como grandes atletas, mas também para que elas consigam pensar na sua carreira depois da carreira esportiva. Temos, agora, mulheres em cargos de lideranças, aqui, que nós precisamos ainda aumentar. Todos sabemos que somos 10% aqui nesta Casa, e esse é um número ainda muito baixo que não pode ser aceito num País que se pretende igualitário.

Enfim, vamos começar com esse projeto-piloto no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, que é um local onde encontramos essas meninas, essas escolas, essas comunidades, para, a partir das escolas, conseguir influenciar, de fato, todas essas comunidades. A ONU Mulheres tem um papel de desenvolvê-las não só em relação a empoderamento econômico, mas também em relação à violência, para que elas sejam agentes em suas comunidades e consigam combater a violência doméstica e a violência a que elas são vítimas em espaços públicos.

O currículo que a ONU Mulheres vai apresentar aborda vários temas, como comunicação, saúde, higiene, direitos, finanças, além da questão da violência que é, para nós, um dos fatores mais importantes. Uma a cada três mulheres no mundo vai sofrer violência. Esse é um dado que temos na nossa mente toda vez que vamos

trabalhar com as mulheres. Esse é um tema-chave tanto dentro dos esportes quanto dentro de uma série de outros assuntos e temas que vamos debater nesses currículos.

Para nós, os esportes possibilitam para as mulheres uma série de capacidades, para que elas se tornem fortes e saudáveis, para que elas consigam controlar e compreender melhor os seus corpos, para que elas desenvolvam habilidades como confiança e liderança, para que elas desafiem as normas socioculturais e os estereótipos de gêneros, para que elas consigam aumentar o questionamento sobre as noções sobre o que é masculinidade e o que é feminilidade, para que elas consigam entender que elas são tão capazes quanto os homens para exercer qualquer esporte. Além disso, eles proporcionam uma plataforma para que elas possam se reunir com outras pessoas e se tornar líderes não só em suas práticas, mas também no futuro.

Agradecemos o convite e temos todo o interesse, na verdade, de trabalhar com todas as pessoas que estão aqui e que querem desenvolver as mulheres nos esportes. Para isso, convidamos também os homens a estarem conosco nessa luta. Sabemos que a igualdade de gênero não vai acontecer enquanto isso não for uma luta de todos, enquanto homens e mulheres não estiverem lado a lado lutando pela igualdade de gênero.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Amanda, pela contribuição ao debate. Ela falou como Coordenadora de Campanha do Escritório da ONU Mulheres no Brasil.

Vamos passar, agora, imediatamente, a Marco Antonio Teixeira, Presidente da Associação FIFA/CIES/FGV ALUMNI – AFCFA.

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – Bom dia a todos e a todas, em especial à Senadora Fátima Bezerra e ao Romário, que, efetivamente, hoje... (*Fora do microfone.*)

Eu já quero antecipar o seguinte: como a Senadora falou, objetivamente, eu entendo isso aqui como o primeiro passo, porque a ideia é transformar este ano no ano comemorativo dos 120 anos da primeira partida de futebol no mundo. Então, este é o primeiro passo. Como pretendemos ir até o ano que vem, março de 2016, efetivamente, esse debate vai continuar.

O primeiro ponto que acho importante colocar é, efetivamente, quem somos. Naturalmente, é importante esclarecer que, embora no nome da nossa associação haja o nome FIFA, nós não fazemos parte da estrutura da FIFA e nem somos representantes da FIFA. Na realidade, trata-se de uma associação que se chama Associação FIFA/CIES/FGV ALUMNI – AFCFA, que é uma associação de ex-alunos do primeiro curso que houve nessa área da FIFA: curso de Gestão, *Marketing* e Direito Esportivo. Então, nós fizemos uma associação justamente no sentido de perenizar o debate que nós tínhamos no curso que nós fizemos. Portanto, é uma associação independente e autônoma que não faz parte da estrutura da FIFA. É importante esclarecer isso.

Em segundo lugar, é importante esclarecer por que estamos aqui. Nós estamos aqui, porque, como a Senadora Fátima Bezerra colocou muito bem, aqui é a Casa do povo e, como povo, a nossa associação é uma instituição que propôs a esta Casa de celebrar, neste ano, o ano comemorativo dos 120 anos da primeira partida de futebol feminino. Então, graças a Deus, a palavra do povo foi ouvida. A Senadora Fátima Bezerra e o Romário entenderam a importância de transformar este ano em... Justamente para abrir este debate abrindo o debate num prazo maior, porque, se porventura o debate se encerrasse na audiência, não teríamos prazo para isso. Então, é por isso que nós estamos aqui como a associação proponente dessa iniciativa.

Quais foram as propostas que nós apresentamos? Nós apresentamos três propostas. A primeira é a realização de uma audiência pública na Comissão de Esporte do Senado Federal, o que é, efetivamente, o que está acontecendo hoje, graças ao requerimento que foi feito. A segunda proposta é um projeto de lei do Senado criando uma medalha de dupla face. Essa medalha seria uma medalha de honra ao mérito ao futebol feminino e às personalidades que se destacarem. Por que de dupla face? Porque, numa face, estaria a maior jogadora do mundo, que nós reconhecemos, que é a Marta Vieira da Silva; e, na outra face, estaria justamente Nettie Honeyball, que foi efetivamente a pessoa que fundou esse clube na Inglaterra e que foi a primeira a realizar esta partida cujos 120 anos estamos comemorando. Então, a ideia é que haja um projeto que possa ser encaminhado. Por último, no ano que vem, em 23 de março de 2016, propomos que haja uma sessão solene no Congresso Nacional em que seria apresentado tudo o que aconteceu durante neste ano, para que vá haver um relatório e ter um ponto de partida balizador do que pode se fazer.

Os objetivos. Quando nós pensamos e trouxemos isso para o Senado Federal, o objetivo foi efetivamente mapear o futebol feminino, porque as informações sobre futebol feminino estão muito soltas no Brasil como um todo. E o que esse mapeamento conteria? Saber quantas ligas estaduais e municipais existem no Brasil relativas ao futebol feminino; saber sobre clubes estaduais e municipais: quantos existem e quais são; saber sobre as comissões técnicas: como elas são organizadas, como são as pessoas que fazem parte; jogadores, praticantes e simpatizantes; as ONGs que trabalham no futebol feminino; patrocinadores, que, de fato, patro-

cinam; e, sobretudo, a questão da infraestrutura de equipamentos e recursos humanos que há em escolas, universidades, ONGs e clubes.

E, para isso, a estratégia que pensamos foi justamente envolver o Governo como um todo e o Legislativo. Seria como? Seria através das secretarias estaduais de esporte, das comissões estaduais de esportes, das secretarias municipais de esporte, das comissões municipais de esporte, da Confederação Nacional dos Municípios, internet e redes sociais, em que, a princípio, seria criada aquela *hashtag* lá que seria #mapfutfem – mapeamento do futebol feminino. Essa informação é importante, para que, depois, haja políticas públicas, inclusive de utilização dos recursos que estão batendo na porta. Senão, ficamos aplicando os recursos sem saber, efetivamente, o que está acontecendo. Então, entendemos que esse diagnóstico, esse mapeamento como fundamental.

Aqui, eu vou passar rápido na questão do histórico, porque o Romário, na colocação dele, apresentou muito bem os fatos importantes, sobretudo a questão da lei que proibia as mulheres de participarem. A Senadora Fátima Bezerra até realçou isso. Eu só gostaria de lembrar as palavras, na época, justamente da Sr^a Nettie Honeyball a respeito de por que aconteceu o futebol feminino. O futebol feminino não nasceu antes da questão da emancipação. Primeiro, era a vontade de a mulher se emancipar e daí ela utilizou o futebol feminino, na época, para conseguir isso. Aqui, eu vou ler, porque acho que é importante. São as palavras dela na época, numa entrevista que ela deu:

Não há nada de natureza farsesca sobre Football Club das Senhoras Britânicas... Fundei a Associação no ano passado, com a determinação fixa de provar ao mundo que as mulheres não são o “ornamental e inútil” – criaturas pelos homens retratadas. Devo confessar, minhas convicções sobre todos os assuntos, em que os sexos são tão amplamente divididos, são todos do lado da emancipação e estou ansiosa para o tempo em que as senhoras possam sentar-se no Parlamento e ter uma voz na direção dos negócios, especialmente aqueles que mais lhes interessam.

Aqui se reforçam as palavras da Senadora Fátima, em relação ao número de mulheres que nós temos no Senado. Então, efetivamente, na época, ela criou essa questão do futebol feminino, mas a vontade dela era atingir politicamente para que as mulheres se emancipassem e pudessem chegar. Então, acho que isso foi muito importante.

Aqui, quero lembrar só que, em 1959, de fato, foi criado este time de futebol feminino, o Araguari. O Ney Montes foi quem criou esse time, que é de Araguari, de Minas Gerais. Esse time rodou o Brasil inteiro, foi capa da *Cruzeiro* e tudo mais. E era a plena vigência da lei, mas, depois, o Ney Montes recebeu um recado do mandatário do Brasil, dizendo que era bom parar, porque, senão, ia todo mundo preso. Então, esse clube rodou o Brasil durante oito meses, foi maravilhoso. Os jogos tinham mais de 8 mil ou 10 mil pessoas. Mas, efetivamente, esse clube teve de parar.

Eu vou passar agora um vídeo, porque acho interessante em relação à questão da discriminação da mulher. É um vídeo da FIFA, mas é interessante.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – É isso aí. Na realidade, diz-se claramente: não se deve haver barreiras, que as barreiras têm de ser rompidas. Essa é a ideia do vídeo. Eu acho que é uma ideia internacional, que, efetivamente, merecia ser mostrada aqui. Isso visa, sobretudo, às crianças, porque o programa Live Your Goals é muito interessante, pois, efetivamente, ele traz as crianças para a prática de futebol.

Aí o painel hoje visava a atualizar, no mundo e no Brasil, como está a questão do futebol. Esses dados que estão aqui em cima, objetivamente, fazem parte do relatório de 2014 da FIFA, com todas as associações nacionais filiadas a ela. E aqui vêm os fatos que são, efetivamente, o retrato, no próprio cenário nacional, da participação da mulher. Reparem aqui: a representação feminina na direção das entidades, FIFA, Conmebol, federações ou o que for, é de apenas 8%; apenas 7% dos técnicos no mundo são mulheres; e as árbitras são 10%. Então, a participação é praticamente insignificante.

E 78% das associações nacionais têm ligas nacionais, mas, quando dizem liga nacional, liga nacional formalmente e estatutariamente reconhecida; o que existe são clubes que se organizam para realizar uma competição, e eles estão, em princípio, dentro da história. E 80% têm seleção adulta e apenas 50% têm categoria de base. E outro ponto fundamental: 23% dedicam uma estrutura para o futebol feminino. Tanto é que o Romário salientou aqui que a CBF, apenas neste ano, dedicou uma estrutura para o futebol feminino, que, mesmo assim, pelo tamanho da CBF, é praticamente ínfima e inexistente. Efetivamente, é uma coisa muito pequena. Vai me desculpar o Marco Aurélio, mas é a minha visão. Eu acho que, efetivamente, isso é mais para dar uma satisfação à imprensa e à mídia do que para, efetivamente, organizar e buscar o melhor para o futebol feminino.

Aqui estão outros números que não interessam, mas, objetivamente, o que é mais importante para mim aqui é isto: a representação é muito pequena. Se a representação é pequena, há pouco poder de decisão. Aí todas as decisões são tomadas ao arrepio da questão da participação das mulheres pela sensibilidade que há.

Situação atual no Brasil. Efetivamente, há a CBF; diversas ONGs que vêm trabalhando o futebol feminino; o Governo, que basicamente tem trabalhado como investidor, no caso; e as federações estaduais, que são muito poucas – aqui, nós vamos ver que só há 3 em 27. Hoje, a CBF tem o quê? Competições de adultos, competições de categoria de base, a seleção permanente... Agora, dizem que é permanente, mas eu tenho dúvida, pois preciso saber a fundo o que significa permanente, já que, para mim, permanente significa que tem de treinar praticamente o ano inteiro. E eu acho que aqui é permanente, porque, hoje, as jogadoras recebem um certo valor.

A Michael Jackson disse, quando ela estava na seleção, que um dos problemas sérios da seleção feminina, mesmo adulta, era que a jogadora chegava lá, se apresentava, se preparava, jogava uma ou duas partidas, ficava 15 ou 20 dias sem jogar – Romário sabe como é – e, quando voltava, tinha de voltar à situação inicial. Então, se o permanente significa estar o ano inteiro em atividade, eu acho que é importante, mas aí cria-se uma dificuldade, porque os clubes não vão poder ter as jogadoras. Então, isso aí é uma coisa que tem de ser muito bem conversada. Eu acho que, publicamente, tem de ser dito, com transparência, o que está acontecendo, para sabermos o que significa permanente. Por isso eu coloquei interrogação.

Campeonato Brasileiro. Aí é que está a história: se você quer fazer as coisas, desenvolver-se de fato, tem que se aprofundar e fazer de forma mais correta. O Campeonato Brasileiro, hoje, tem 20 clubes. São quatro grupos de cinco. Se são quatro grupos de cinco, na realidade, 60% dos clubes com oito datas vão embora. Então, são dois meses. Não funciona.

O futebol feminino tem que ter um calendário que funcione o ano inteiro. Não dá para fazer mais isso. Nós estamos enchendo o calendário do futebol brasileiro de copa. Por que o feminino está cheio de copa? Porque copa é mais barato e é o que anda rápido. Na Copa do Brasil, por exemplo, 75% dos clubes saem em quatro datas. Começa com 32 para 16, de 16 para 8.

Então, volto a falar sobre o que é papel do Governo, o que é papel do Congresso e o que é o papel da CBF. Essa semana mesmo, a CBF já está ventilando reunião com o Conselho Federal de Educação Física para voltar a educação física na escola. Isso não é papel da CBF, isso é papel do Governo. No momento em que você diz que, na escola, tem que entrar o futebol feminino – e eu concordo que na grade escolar tem que estar –, você tem, como organizadora, de ter as competições, que é o que dão sustentabilidade. Então, você tem a obrigação de dar futebol feminino, Sub-15 para o ano inteiro, Sub-17 para o ano inteiro, Sub-20 para o ano inteiro. Quando, de um lado, você quer, do outro lado você tem que também fazer acontecer. Então, eu acho que está muito furado esse tipo de coisa. Para mim, é para inglês ver. Eu não entendo dessa forma.

Nas categorias de base, também a mesma coisa: seleções Sub-20, Sub-17 e Sub-15. Aqui, as copas do Brasil. Mas o tempo é muito curto. Então, como é que a pessoa vai querer se meter nesse tipo de coisa?

As ONGs têm feito um trabalho interessante. Há o futebol de rua, que, efetivamente utiliza quadras de pequena dimensão e, realmente, massifica bastante a coisa.

A Escola de Futebol da Duda, lá no Rio Grande do Sul, é uma coisa que tem funcionado bem. Aqui em Brasília, há diversas iniciativas que aconteceram, naturalmente, na gestão da Leila, que, com a sua visão de gestão, começou, primeiro, a estruturar, a organizar, para que os recursos, que são pequenos, sejam bem aplicados. Se você começar, de cara, querendo fazer mídia, o negócio fica complicado. E não foi o caso dela, com certeza, por isso os resultados vão acontecer.

O Governo está bancando isso aqui. O Governo é quem faz os investimentos. Se você pegar o Campeonato Brasileiro, que é organizado pela CBF, quem pagou foi o Governo, através da Caixa Econômica Federal. Está aqui: Campeonato Brasileiro 2013 e 2014, a Copa Libertadores, que, em princípio, quem tinha que bancar isso era a Conmebol, quem está bancando é o Governo, através da Caixa Econômica Federal; Copa do Brasil Escolar, que é muito interessante; e a Copa do Brasil Universitária.

Eu entendo que o Governo, como investidor, pode cobrar. Ele tem o direito de participar desse processo do futebol feminino e não ficar à revelia.

As federações estaduais, como eu disse, são 27, apenas três têm competição: a paulista, com 14 clubes e 12 datas; a carioca, 10 datas; e a mineira, 8 datas.

Estamos vendo a situação atual do Brasil, do calendário e do período das competições, que é simplesmente catastrófica. Então, é preciso parar, sentar, para achar uma solução que seja melhor.

Aqui, na realidade, é uma situação da FIFA, e se colocam os dez mandamentos. Estou repetindo sempre a FIFA porque – e muitas coisas que Romário falou eu concordo plenamente – ela tem estruturalmente algumas coisas boas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Alguma coisa tinha que ter, não é?

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – É verdade. Pelo menos isso. Então, estou aproveitando essas coisas boas que eu acho que servem como um paradigma para nós.

Então, os dez mandamentos para você pensar no desenvolvimento do futebol feminino – o que se sugere é isto: primeiro, grande oportunidade de crescimento no futebol. Você tem que ter um plano de desenvolvimento do futebol feminino para todas as AMs, associações de membros, ou seja, associações nacionais. Todas elas têm que, primeiro, fazer um plano de desenvolvimento e, a partir daí, a aplicação dos recursos.

Eu acho que é um maior destaque para isso. Os outros são conseguir que mulheres e meninas tenham as mesmas oportunidades de ascender no futebol. Na realidade, os restantes são importantes, mas eu não vou detalhar muito por causa da questão do tempo.

A partir disso, eu, naturalmente, como associação, acho que a associação tem que contribuir. E nós estamos propondo aquilo que nós entendemos como um plano estratégico do desenvolvimento do futebol feminino.

O que seria esse plano estratégico? Seriam dois pilares. Um, o pilar da infraestrutura; o outro, o pilar das competições, porque eles têm que andar juntos.

No pilar da infraestrutura, a primeira coisa que eu penso, é o seguinte: para você construir ou reformar qualquer coisa, toma tempo, e, se toma tempo, o que toma menos tempo é preparar recursos humanos, preparar pessoal. E aqui nós vemos como primeiro pilar “pessoal”, que seria formação de treinadores; em nível 1, para escolinhas; em nível 2, categorias de base; em nível 3, adultos.

A ideia é que, nesse pessoal aqui, poderia envolver quase todas as ex-jogadoras de futebol feminino no Brasil. Está todo mundo com dificuldades, está todo mundo com problema. Poderiam ser oferecidos cursos de reciclagem e elas poderiam se preparar para isso e absorver esse mercado.

Entendo por equipamentos quadras esportivas e campos de dimensão reduzidas em escolas e ONGs e construção e reformas. Aqui é o exemplo da Brahma, que está fazendo 300 campos pequenos.

Ou então centros de treinamentos. Entre centros de treinamentos, quadras esportivas e campos reduzidos, eu acho que eu não faria centros de treinamento por causa dos custos. Hoje mesmo, nós estamos vendo o seguinte: a CBF – daqui a pouquinho vamos falar sobre isso – tem o legado da Copa. O legado da Copa esta propondo fazer 15 CTs no Brasil. Um CT não fica por menos de R\$9 milhões, R\$10 milhões. Com R\$250 mil, R\$350 mil, você pode construir quadra ou reformar quadra.

No Rio de Janeiro, por exemplo, 30% das escolas não têm nenhum espaço físico, nenhum equipamento para fazer esportes e, sobretudo, futebol feminino. É uma realidade que os recursos deveriam ser pensados mais para essa área, que eu acho que seria para o futuro.

Recursos financeiros hoje disponíveis: Lei de Incentivo ao Esporte. É importante lembrar que esta lei está terminando agora. Acho que daqui a quatro meses esta lei está terminando. Se ela não for renovada, esses importantes recursos que diversas ONGs utilizam vão terminar. Então, é importante o Senado estar atento com respeito a essa lei.

Há a questão de outras empresas poderem participar do patrocínio. Nós temos aqui o legado da Copa, que vou abordar daqui a pouquinho, os patrocínios, que foram muito bem colocados, e o Governo Federal, que, efetivamente, hoje, tem sido o mantenedor do futebol feminino.

Era isso que eu queria deixar bem para todos estarem informados. Acho que o Senado e o Congresso devem estar bem alertas.

Em dezembro de 2014 – pelo menos é a informação que temos – , estavam em torno de US\$30 bilhões os gastos do Governo com a Copa do Mundo. Desses US\$30 bilhões, o lucro que chegou até a FIFA foi de US\$5 bilhões de dólares. Desses US\$5 bilhões, a FIFA está destinando US\$100 milhões – é só fazer a conta, é 0,01% do lucro que ela teve – ao que ela chama de legado da Copa. Essa informação que está aqui, na realidade, é como a CBF está pretendendo fazer a divisão desse bolo. Esse bolo seria dividido da seguinte maneira: 60% para a infraestrutura; feminino, 15%; futebol de base, 15%; medicina esportiva, 4%; projetos sociais, tal. O que interessa para mim é isto aqui – e futebol feminino está aqui.

Eu acho que tem que ser bem planejado o que é que se vai fazer. A CBF já está dizendo que ela vai fazer 15 centros de treinamento nas 15 cidades que não tiveram Copa do Mundo. Eu acho que não pode ser assim. Eu acho que, já que o Senado participou da Lei Geral da Copa, ele, como Casa do povo, tem que chamar essa discussão aqui para dentro, tem que ser ouvido. Será que isso é o melhor? Será que, em vez de fazer 15 CTs, não seria melhor fazer 150, por exemplo, quadras nas escolas que estão faltando, se nós estamos pensando no futebol feminino, começando lá da base?

Então, a decisão da aplicação desses recursos não cabe como legado, porque o legado da Copa do Mundo, para mim, é o legado do povo brasileiro. E, como legado do povo brasileiro, a CBF não pode, sozinha, decidir que vai fazer isso.

Esse assunto ainda está em tempo porque ainda não começaram essas construções, mas é o que está se propondo aqui. Na realidade, isso aqui é para fazer CT. Vão gastar de 8 a 10 milhões, mas, efetivamente, não sei se o futebol feminino vai ter parte nisso.

Pois não, Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só uma curiosidade: qual a previsão de entrega desses CTs, por favor?

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – Pelo anunciado ontem, no *site* da CBF, a previsão para entrega desses CTs será março de 2018.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – E quando será a próxima eleição na CBF?

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – Abril de 2018.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado.

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – Não é só na área que o Senador faz os gols não! Ele, efetivamente, vê as coisas com rapidez. Objetivamente, esse é um projeto essencialmente político e de utilização de recursos de um legado que é do povo brasileiro. Mas eu acho que está em tempo. Por isso, iniciar aqui esse debate como ano comemorativo é essencial, porque está em tempo de provocar essa discussão, sair do gabinete e discutir. Porque quem bancou foi o Governo...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Marco, me permita. Esses recursos são oriundos de onde?

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – Desse lucro da FIFA, de US\$5 bilhões, ela destinou US\$100 milhões ao legado da Copa, porque esse legado está na Lei Geral da Copa. Mas o que acontece? A FIFA está alocando esses recursos mediante a CBF definir quais serão as prioridades. É lógico que não vão dizer que é a CBF, que é a FIFA, mas, objetivamente, essa prioridade aqui pode ser mudada segundo a pressão que houver. A minha proposta é que esse assunto seja discutido num âmbito mais amplo que a CBF.

Para finalizar, objetivamente, como é que eu vejo o quadro do futebol feminino? Eu vejo aqui o que eu coloquei, que é um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Futebol Feminino. Esse plano estratégico, politicamente, pode ter duas vertentes. Ele pode ter uma vertente que eu chamaria de Liga Brasileira de Futebol Feminino, de que o Ministro tem falado muito, ou seja, uma estrutura independente da CBF e fora da estrutura da CBF, ou através, que eu acho mais simples, da Confederação Brasileira de Futebol Feminino. Por que isso? Porque hoje já existe no cenário da CBF, até sob o ponto do estatuto, as confederações brasileiras de futebol de salão, a Confederação Brasileira de Beach Soccer. Então, você pode ter uma estrutura que o estatuto abriga e ela tem autonomia, independência de organização.

Eu ouvi comentários aqui de que já existe uma liga, mas não existe, oficial e formalmente, nenhuma liga de futebol feminino no Brasil porque, para ela existir, o estatuto da CBF determina que a CBF tem que aprovar a criação dessa liga, e a CBF, formalmente, até hoje não aprovou nenhuma liga de futebol feminina.

Objetivamente, eu vejo os dois caminhos, que são esses, porque neste cenário, com uma coordenação de futebol feminino dentro daquela estrutura da CBF, vamos ver pouca situação acontecer. Estou colocando que essa estrutura, que é o plano estratégico, que uma dessas estruturas está amassada pela CBF, de um lado; pelos clubes, do outro; pelas federações, do outro; e pelo Governo, do outro. Então, tem que arrumar uma saída para isso.

O último ponto é só agradecimento, que não poderia faltar.

Eu gostaria de agradecer, primeiro, ao Leonel Ribeiro, porque ele é que trouxe esse fato e essa possibilidade de discussão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Cadê o Leonel? Leonel, levante-se.

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – Quero agradecer a ele, pois foi ele que nos ajudou muito a trabalhar nisso.

À Senadora Vanessa Grazziotin, em especial à Rita Polli, porque foi a primeira acolhida que nós tivemos, naturalmente, na Procuradoria da Mulher.

À Senadora Fátima Bezerra, através da Zizi Faria.

E ao Senador Romário, através da Letícia.

Muito obrigado. Desculpe se me estendi, mas acho que esse era o momento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Marco, pela importante contribuição que está trazendo aqui ao nosso debate.

Nós vamos passar agora, imediatamente, a palavra à Debinha, ao mesmo tempo em que agradecemos ao Rogério, que tem um compromisso agora. Rogério, muito obrigada. Você receberá as deliberações e os encaminhamentos da presente audiência.

Queremos convidar para representar o Ministério do Esporte o companheiro Sérgio Veloso.

Vamos passar, imediatamente, à Debinha, atleta de futebol feminino da Seleção Brasileira de Futebol.

A SRª DÉBORA CRISTIANE DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Serei bem breve. Acho que seria mais fácil eu voltar a jogar futebol com as minhas limitações – eu fiz uma cirurgia recentemente – do que estar aqui falando perante todos vocês.

Gostaria mesmo de parabenizar todos vocês que vêm trabalhando em prol do futebol feminino, que vem reestruturando a nossa modalidade.

Nós sabemos o quão difícil é o nosso dia a dia. Estamos trabalhando em busca do nosso espaço e do reconhecimento do nosso trabalho. Mas, tendo vocês diante da nossa modalidade, é de suma importância.

O Campeonato Brasileiro teve sua primeira edição em 2013, e o Centro Olímpico foi campeão. Eu não pude estar presente, porque eu estava na Noruega, mas tive acesso pela internet, e vi que teve uma grande repercussão no nosso País. A Copa Caixa também, que é realizada aqui em Brasília, leva ao público um pouco do nosso futebol, um pouco do nosso trabalho. A nossa luta diária é esta, ganhar nosso espaço e nosso reconhecimento.

Então, eu gostaria de agradecer encarecidamente, em nome do futebol feminino, a todos vocês que vêm trabalhando e lutando em prol da nossa modalidade. Tenham certeza de que, com essa luta e com esse esforço, o futebol feminino só tem a ganhar e a crescer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Debinha.

Para encerrar a primeira Mesa de debates, nesta manhã, vamos passar a palavra à Beatriz Helena, Coordenadora-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República).

Com a palavra, Beatriz Helena.

A SRª BEATRIZ HELENA MATTÉ GREGORY – Bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Romário, e não só saudá-los, mas também cumprimentá-los pela excelente iniciativa. Já aproveito para agradecer essa possibilidade de a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres), que é o Ministério das Mulheres, estar aqui presente, poder estar aqui dando sua opinião e falando desse tema que é tão importante e tão caro para as mulheres.

Saúdo também a Amanda, da ONU Mulheres, nossa parceira permanente, o Sérgio, que representa o Ministério do Esporte, a partir da recém-saída do Rogério Hamam, o Marco Antonio e a Debinha. O Marco Antonio, inclusive por esse trabalho importante de trazer e buscar o mapeamento do futebol feminino no Brasil, que é algo do qual a gente sente muita falta.

Eu queria cumprimentar, então, apesar do meu bom dia a todas e todos, as pessoas que estão aqui, porque estão interessadas no tema, vêm porque têm uma relação com o tema: a Leila, porque trata desse tema no Distrito Federal, que é, digamos, uma vitrine do País inteiro, que está aqui mais à mostra; a Camila, que está aqui puxando isso também; os senhores representantes dos clubes que compõem a recém-formada liga feminina, Liga Brasileira de Futebol Feminino; a CBF, com seu responsável pela parte do futebol feminino; e as outras pessoas que estão aqui presentes, trazendo interessados nesse tema.

Na verdade, a proposta desta Mesa é fazer um pouco essa relação. O que aconteceu nesses 120 anos, desde a primeira partida? A gente pode dizer que a gente tem uma história, uma história de participação das mulheres que não é linear nesses 120 anos para cá, ela não foi só de avanços. Ela foi marcada por preconceitos, por resistência por parte das mulheres, por interdição do próprio jogo do futebol pelas mulheres e por conquistas. Isso, como foi falado aqui, recentemente, está muito ligado às lutas das mulheres mesmo, no mundo inteiro, nessa busca de emancipação e de mostrar que nós não somos cidadãs de segunda categoria, que temos as mesmas capacidades, queremos estar lado a lado com os homens em todas as lutas da sociedade, em todas as mudanças, em todas as questões tratadas pela sociedade.

Ele é um tema importante, felizmente conta com contribuições importantes de pesquisadoras e pesquisadores e temos podido contar na SPM com apoio, como o da Silvana Goellner, da Heloisa Reis e de outros mais que se debruçaram sobre esse tema.

Em resumo, na verdade, dá para a gente dizer que a participação das mulheres no futebol parte da participação das mulheres nos esportes, e ela acontece no fim do século XIX, começo do século XX e tem toda essa influência de uma mudança acontecendo no mundo, de desenvolvimento industrial, a urbanização, a vinda de migrantes para o Brasil, e, ao mesmo tempo, com o afloramento das lutas femininas no mundo inteiro, principalmente na Europa, mas também nos Estados Unidos e também no Brasil.

Como era essa participação das mulheres nos esportes? Os esportes tinham um caráter muito aristocrático, estavam nas camadas mais altas da sociedade; tinham um caráter mais familiar, buscando mais o lado saudável. Existia uma forma de comportamento que era ditada pela medicina moderna, na época, que tentava dizer que as virtudes da raça e a saúde da população eram extremamente importantes e uma boa maternida-

de tinha um papel fundamental para isso. Então, assim, a questão central era: vamos produzir mulheres fortes e saudáveis, porque isso também vai contribuir para gerações fortes e saudáveis.

Mas isso foi conflituoso, pois, por mais que pudessem dizer: “Vamos desenvolver as mulheres no esporte”, havia um lado importante. Na hora em que as mulheres entram no esporte, as mulheres se desenvolvem, e desenvolvem inclusive seu físico, o que é contraditório com aquele lado do sexo frágil, do corpo frágil. As mulheres desenvolvem seu físico e se mostram capazes para isso. E ao desenvolverem seu físico, na verdade, oferecem uma ameaça, porque não só elas desenvolvem seu físico, mas elas vêm para a área pública. As mulheres que estavam fechadas no seu ambiente doméstico, na área privada, vêm para o lado público, e elas reivindicam esse espaço, um espaço com disposição, um espaço onde elas se mostram, estão presentes na vida pública. E isso também é uma ameaça para a sociedade da forma que ela estava estabelecida, pelos padrões, em que os homens é que estavam na área pública. Então, oferece essa contradição.

Rapidamente, para mostrar um pouquinho essa questão de como as mulheres estavam no esporte e no futebol.

No começo do século XX, do século passado, existia o movimento higienista; então, as mulheres eram assépticas também, assim como a sociedade. E vem uma primeira partida, em 1913.

A gente falou e vou falar rapidamente sobre isso. O que foi a partir de 1913? Ela não foi de mulheres. Ela só teve as mulheres como protagonistas, porque organizaram o jogo. Mas foi um jogo onde os homens estavam travestidos de mulheres.

O jogo de 1921, sim, a gente pode dizer que foi a partida de estreia das mulheres nos gramados, e isso focado em São Paulo, as Senhoritas Tremembenses e as Senhoritas Cantareirenses entram no primeiro jogo.

A partir de 1931, é interessante, porque mostra uma partida preliminar – e, na verdade, é importante a gente falar disso, porque a gente às vezes ouve as pessoas dizendo: “Não, que tal, se a gente, ao desenvolver o futebol feminino, fizesse partidas preliminares de jogos masculinos?” E a gente pensa que é importante as mulheres como protagonistas, que os seus jogos sejam mostrados como jogos importantes; e não elas como o atrativo, em que se daria outro caráter para a participação das mulheres: “Vamos levar as mulheres em campo, mulheres belas, bonitas, formosas, jovens, e que atraíam público, inclusive, para os jogos masculinos.” Não! A gente quer as mulheres como protagonistas, mostrando sua capacidade no futebol. Então, por isso esse jogo é importante, porque, volta e meia, a gente ouve falar isso.

Aí vem a questão do avanço das mulheres na participação, ali no fim da década de 30. Isso, na verdade, com uma entrada muito grande das mulheres, inclusive as mulheres dos subúrbios, porque já não eram mais as mulheres só das classes mais altas, eram as mulheres do povo indo para o futebol. E isso, na verdade, gerou uma preocupação, e uma preocupação da sociedade, e da sociedade conservadora, que dizia assim: “Bom, mas, se vierem as mulheres, nós vamos prejudicar a capacidade de reprodução das mulheres; nós vamos prejudicar, porque, afinal de contas, seus corpos frágeis, seu sistema reprodutivo pode ser prejudicado.” E aí houve a carta do José Fuzeira, que trouxe essa preocupação para o Presidente da República, que originou, então, o Decreto 3.199, que levou à interdição da participação das mulheres no futebol.

Mas é importante lembrar, gente, e eu gostaria de puxar, a seguinte questão: por trás de uma preocupação que parecia de medicina, de saúde, existia outra questão. A vinda das mulheres para o futebol representava não só a vinda para o esporte, ela representava uma subversão dos papéis.

Porque era isto: as mulheres, com o desenvolvimento do seu físico, podendo dizer “nós também podemos ser fortes, nós também podemos levantar peso, nós podemos participar, e nós estamos vindo para a área pública”, existia uma subversão dos papéis, uma saída da sua função natural e uma invasão do espaço masculino.

E eu gostaria só de frisar que para nós isso é fundamental. A gente está aqui para dizer: nós queremos o apoio de todas as pessoas que estão no futebol, de quem está no futebol de um modo geral. Queremos estar lado a lado com os homens. Nós não queremos ocupar o lugar de ninguém. Nós queremos estar juntos e juntas nesse processo todo. Portanto, não é uma subversão de papéis. Nós estamos aqui para discutir como nós mulheres, cidadãs deste País, mais de 50%, 52% do eleitorado deste País, queremos estar nos postos, participando da vida pública de um modo geral, inclusive dos esportes e também do futebol, e participando de todos os postos de decisão. Queremos estar nesta Casa com 50%, como é a nossa participação na sociedade, e em outros postos mais. Quer dizer, na verdade, estar discutindo futebol e nossa participação é parte desse processo como um todo.

Então, na verdade, veio a interdição, com o Decreto nº 3.199, que foi regulamentado em 1965, em plena vigência ou início da ditadura militar, que representou um grande baque para as mulheres no futebol. Com isso, as mulheres não abandonam a sua prática, mas o futebol fica escondido, desaparece da mídia, e outras modalidades passam a ocupar um certo espaço importante, o voleibol, o tênis, outras modalidades passam a ter importância.

É importante lembrar, e já foi lembrado aqui, a experiência do Araguari, que, por desconhecer ou fazer de conta que desconhecia a proibição, tomou a frente, tomou a iniciativa, percorreu o Brasil, foi inclusive convidado a jogar no México. Eu conversei, inclusive, com a filha do Ney Montes, foi muito interessante ela contando essa história. E quando, na verdade, o time foi convidado... O Ney Montes era radialista – isso é bem interessante –, e foi assim que ele chamou, convidou as mulheres para fazer parte da seleção das jogadoras. Ele montou, trouxe jogadoras suficientes para montar dois times. Então, era sempre o Araguari e metade das jogadoras era outro time, mesmo quando elas iam percorrer o Brasil nos amistosos.

Então, isso foi bastante importante, e, quando foi convidado para jogar o México, em um amistoso no México, o CND, o Conselho Nacional dos Desportos, proibiu, chamou atenção do Araguari, dizendo: “Espera aí. Não dá, não.”

As mulheres, então, resistem, apesar de a prática continuar. A gente tem que dizer e é importante afirmar que isso trouxe atraso para o desenvolvimento das mulheres no futebol e trouxe dificuldades, porque reduziu as oportunidades para as mulheres no esporte, no futebol. Enquanto o futebol masculino crescia e os homens tinham oportunidades, as mulheres ficaram apagadas. Elas praticavam futebol, mas elas não apareciam, não existia um reconhecimento da sua prática, ela não era mostrada no nosso País.

É importante lembrar também que isso não aconteceu só no Brasil. Para mostrar como esse é um preconceito contra as mulheres de um modo geral, ele aconteceu no mundo inteiro.

Em 1921, a The Football Association já havia proibido as mulheres de praticar o futebol lá no Reino Unido, e isso foi até 1971. Em 1951, a FIFA também já dizia que isso era um assunto para ser tratado por médicos e professores e se recusou a cuidar do tema. A Alemanha Ocidental, que também vetou, voltou atrás e suspendeu o veto em 1970. Foi só em 1988 que aconteceu o primeiro torneio internacional realizado pela FIFA. Para mostrar como, no mundo inteiro, isso repercutia, essa questão que pesa sobre as mulheres.

É uma questão, portanto, de gênero o que estamos falando, de preconceito contra a participação das mulheres na sociedade, e a gente vem buscar contribuições para que a gente possa romper com isso.

Nos anos 80, há uma retomada disso. No âmbito internacional, volta-se a permitir a prática disso, e, no Brasil, também, com a suspensão, com a nova deliberação do CND, volta a se permitir a prática de futebol pelas mulheres. Nos anos 80, a prática vai para as ruas, as meninas, as jovens, o futebol cresce muito, o futebol de várzea. E a gente diz que o futebol é superimportante, porque, quando a gente fala no futebol, a gente fala no direito ao lazer, ao esporte, e o direito ao lazer está no art. 6º da Constituição Federal, lado a lado com o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança.

Ele é um direito porque ele é uma necessidade do ser humano. E a gente quer que ele seja visto assim, como um direito que tem que ser vivenciado igualmente por mulheres e homens na nossa sociedade.

O futebol também é isso, também é integração, também é lazer. E a gente quer garantir isso.

Então, nos anos 80 existe um avanço, com destaque principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro, o Isis Pop e o XV de Piracicaba, o Guarani em São Paulo, o Radar no Rio de Janeiro, assim como em outros Estados também, coisas que a gente via na mídia em Estados isolados que trouxeram contribuição para isso.

Apesar de, em 1995, ter ocorrido o primeiro jogo, a gente vai ver que a primeira Copa do Mundo acontece só em 1991, enquanto a primeira Copa dos homens foi em 1930. Vejam a distância, então, e o atraso ocasionado para as mulheres. O primeiro torneio de mulheres nos Jogos Olímpicos foi em 1996, a primeira Copa do Mundo Feminino Sub-20 em 2002 e a Sub-17 em 2008.

Cresce a prática, a atratividade de público. Se a gente observar as Copas e as Olimpíadas, a última Copa do Mundo já levou muita gente para os estádios e teve uma audiência muito grande na televisão. Não vou entrar nisso, porque está acabando o meu tempo, mas é bem importante.

O direito ao esporte e ao lazer pode ser um fator inclusive de desenvolvimento para o País, daí a sua importância.

No Brasil, a gente teve várias vitórias importantes já abordadas aqui anteriormente pela nossa seleção. Apesar disso e apesar dos avanços, a gente tem muitos desafios para o futebol feminino no nosso País. Eu gostaria de, neste momento, mostrar um pouco desses desafios.

A gente diz que é papel das políticas públicas assegurar esse direito ao esporte, ao lazer para as mulheres. Por isso mesmo, as políticas de esporte e lazer foram inseridas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em seu Capítulo VIII, que foram pactuadas pelo Ministério do Esporte em todos os seus campos. Esse Capítulo VIII contém também políticas que lembram especificamente o futebol feminino, porque a gente considera que das várias modalidades que têm que ser desenvolvidas, e a gente tem que dar atenção para a profissionalização, mas o futebol feminino é a modalidade que mais enfrenta dificuldades, que mais encontra desigualdades no nosso País. E, por isso, tem esse apoio das políticas públicas. A Presidenta Dilma, não só nessa gestão, mas na gestão anterior também buscou apoio e buscou o Ministério do Esporte para tratar disso.

A gente fala disso, porque existem diferenças nos programas de esporte e lazer. As meninas são minoria. Tanto nos programas quanto no próprio Bolsa Atleta elas são por volta de 40% enquanto os homens chegam a 60%. Portanto, a gente tem muito que avançar em todos os esportes de modo geral.

O PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres) trata de esporte e lazer como um direito para meninas e mulheres em toda a diversidade de mulheres que existem em nosso País, inclusive para as mulheres com deficiência, para mulheres de todas as idades, em todas as modalidades esportivas. E trata também da profissionalização não apenas das atletas, mas também nos outros campos igualmente importantes: na arbitragem, as mulheres como técnicas, as mulheres na mídia, as mulheres na gestão; ou seja, a gente está falando dos cargos de poder. E as mulheres querem estar também nos cargos de poder, as mulheres querem estar junto, decidindo.

Por isso, eu não sei como está essa nova liga, mas espero e torço para que as mulheres já estejam também integradas nessa liga da qual nós temos aqui representantes homens, que as mulheres possam contribuir para discutir os planos para o futebol feminino e que nos planos estratégicos de desenvolvimento do futebol feminino as mulheres jogadoras e as mulheres das outras funções também estejam participando e possam dar as suas opiniões, ajudando a decidir como esses planos devem ser, para que possam atender às necessidades e aos interesses das mulheres.

Então, é preciso garantir o pleno direito ao esporte e ao lazer, a superação dos preconceitos que ainda persistem. Ele não é um esporte só para meninos. Esse é um preconceito ao dizer que não é para meninas e mulheres. Temos que vencer isso. As jogadoras não precisam ser belas e jovens, todas as mulheres podem estar integradas. Não é um espetáculo do futebol no qual as mulheres são o atrativo, então, o seu lado sensual tem que ser mostrado, como aparece muitas vezes. A gente tem que dar apoio e fortalecer a profissionalização em todos os campos, ampliar os patrocínios. E os patrocínios são importantes. Para isso é importante a mídia, como já foi levantado aqui, porque sem mídia o patrocinador não aparece. Então, queremos o apoio da mídia para mostrar o futebol feminino.

É preciso que tenha calendário nacional e internacional, portanto, apoio da FIFA e da CBF, aqui no Brasil, que dê regularidade, que dê continuidade, como já foi falado aqui várias vezes hoje de manhã. É preciso ter continuidade, é preciso ter tempo. Não adianta ir lá e as mulheres jogarem por duas ou três semanas. Apesar de o campeonato ser maior, uma boa parte acaba jogando por muito pouco tempo. Então, é preciso ter atuação durante o ano inteiro, para que valha a pena investir. Portanto, é preciso campeonatos, é preciso calendário para a atuação.

E o que mais? Romper as ideias sexistas. Disso eu já falei bastante durante a apresentação. O apoio da mídia, de que acabei de falar. Fazer valer as leis existentes. Esse é um ponto importante. A gente diz que é o seguinte: apesar de estar na Lei Pelé que todos os jogos das seleções brasileiras de futebol – isso inclui a seleção feminina – precisem ser transmitidos por no mínimo uma rede nacional de televisão aberta – e isso tem que ser cumprido, existe lá ou vai sortear, vai fazer de alguma forma, porque isso precisa acontecer...

A Medida Provisória nº 671 tem que ser transformada em lei e é importante garantir isso que foi falado aqui pela Senadora Fátima Bezerra e pelo Senador Romário. A gente precisa vencer as resistências e garantir que a questão do futebol feminino seja considerada.

Para finalizar, nós temos duas oportunidades importantes. Nós temos o Sistema Nacional de Esporte, que está sendo discutido. E o Ministério do Esporte está coordenando uma comissão que está discutindo isso. Várias pessoas daqui estão participando. E provavelmente no ano que vem a gente vai ter a conferência nacional, a nova conferência nacional do esporte. Serão oportunidades ímpares. A gente vai ter também as Olimpíadas no ano que vem.

É importante que esse tema vá para a sociedade, seja debatido, que nesses esforços, no Sistema Nacional de Esporte e na Conferência Nacional do Esporte, esse tema apareça, que a gente consiga garantir, estruturar e que estejam presentes nas leis do nosso País as mudanças necessárias para que as mulheres possam vivenciar um novo período de igualdade também nos esportes e no futebol feminino.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Queremos agradecer à Beatriz. É muito importante, Beatriz, a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres), estar inserida nesse debate, nesse contexto, na realidade no que diz respeito à questão de promover o futebol feminino no nosso País. A SPM tem, sim, um papel muito importante a cumprir, e nós constatamos aqui através de um relato, inclusive para coordenar o debate de forma intersetorial dentro do Governo, naturalmente, com o protagonismo do Ministério do Esporte.

Mas nós queremos agradecer demais, eu e o Senador Romário, a presença de Debinha, Marco Antonio, Sérgio, Gabriel e Ana.

Vamos passar imediatamente para a segunda Mesa, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Presidente, pela ordem.

Eu só gostaria de fazer uma observação bem interessante sobre o tema de que o Dr. Marco Antonio falou, desses US\$100 milhões que a FIFA supostamente destinou para a CBF.

No art. 29 da Lei da Copa, de minha autoria e do Deputado gaúcho de quem me fugiu o nome, tem o seguinte:

Art. 29. O poder público poderá adotar providências visando à celebração de acordos com a Fifa, com vista à:

.....
II – (...)

a) a construção de centros de treinamento de atletas de futebol, conforme os requisitos determinados na alínea “d” do inciso II do § 2º do art. 29 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998;

b) o incentivo para a prática esportiva das pessoas com deficiência; e

c) o apoio às pesquisas específicas de tratamento das doenças raras;

O que eu quero dizer com isso?

Estava na Lei da Copa essa possibilidade – é claro que não era nenhuma obrigação, está bem claro aqui – de a FIFA fazer a doação de um percentual do seu ganho, mas infelizmente a CBF, como sempre mais rápida do que qualquer outra coisa, pegou para si esses milhões.

Este valor, no caso, os US\$100 milhões, a FIFA poderia ter depositado através, por exemplo, do Ministério do Esporte. A gente poderia usar esse dinheiro como ele realmente teria que ser usado.

É só para fazer esse registro. Mais uma ação desses ladrões da CBF mancomunados com esses corruptos da FIFA.

Era só isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É importante, Senador Romário, o registro que V. Exª acaba de fazer. Podemos até discutir depois se é oportuno fazermos, talvez inicialmente, uma reunião, até para tomar conhecimento mais detalhado dessa proposição que eles estão apresentando e também nos inserirmos no debate com vistas a apresentar outras alternativas, trazendo inclusive a presença do Ministério do Esporte para esse diálogo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Eu tenho certeza, Senadora, de que o ideal seria isso, mas ano passado, como Deputado ainda, nós tentamos fazer uma audiência pública para a qual convidamos o Presidente da CBF e pessoas do Ministério do Esporte para discutir exclusivamente esse tema, e essa audiência pública acabou não acontecendo. Promovermos uma audiência pública e esses representantes do Ministério do Esporte, que eu tenho certeza de que virão desta vez, e da CBF, que eu tenho certeza de que não virão de novo, com a ausência deles nós não conseguiríamos fazer o que temos que fazer, que é o nosso papel no sentido de dar satisfação a nossa sociedade.

Então, definitivamente, nós temos que orar, torcer e rezar daqui para a frente para que todos eles sejam presos e que se faça uma nova eleição na CBF para termos pessoas honestas para tomar conta do nosso futebol e devolver isso que é direito das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças raras e principalmente do futebol de base do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Está o.k.

Nós vamos agora compor a segunda Mesa.

Queremos registrar, com muita alegria, a presença da Senadora Regina Sousa, do PT do Piauí, também autora, junto comigo, o Senador Romário e a Senadora Simone Tebet, da presente audiência.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – As comissões acontecem ao mesmo tempo e eu sou coordenadora na de Assuntos Sociais. Então deixei lá agora para vir para cá. Peço desculpas porque sou uma das autoras, e não estava presente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senadora Regina.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Presidente, pela ordem.

Só para finalizar, agradeço a presença de mais uma mulher do nosso esporte que brilha defendendo a nossa bandeira, que é a Lana, campeã brasileira, brasiliense, sul-americana, mundial, internacional, planetária do futevolei. (*Palmas.*)

Muito obrigado pela presença, Lana.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Lana?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Lana Miranda.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Lana Miranda, seja muito bem-vinda. Nós vamos agora, agradecendo aos primeiros debatedores, formar imediatamente a nossa segunda Mesa. Por uma questão de economia metodológica, nós vamos propor realizar a segunda Mesa e depois, Senador Romário, abrir o debate.

Nós queremos agora chamar, com muita alegria, Gerson Bordignon, que é Diretor de Marketing da Caixa Econômica Federal. A Caixa diz “Vem pra Caixa você também”. Venha para cá você também, Gerson.

Vamos chamar Mariléia dos Santos, a Michael Jackson – venha para cá! –, Coordenadora-Geral de Futebol Profissional do Ministério do Esporte.

Marco Aurélio, por favor, Coordenador de Futebol Feminino da Confederação Brasileira de Futebol.

E Pedro. Não sei se Pedro já chegou. Ele é representante da Associação.

Vamos começar pelo Marco Aurélio, Coordenador do Futebol Feminino da CBF.

Em seguida, nós ouviremos o Ministério do Esporte e, em seguida, a Caixa Econômica, o diretor de *marketing*. (Pausa.)

Pode começar, Marco, por favor.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Bom dia a todas e a todos; Senadora Fátima Bezerra; Senador Romário; Srª Beatriz Gregory; Amanda; Secretário Marco Antonio Teixeira; a nossa atleta Débora, que estava aqui; Leila, querida; e demais presentes; sinto-me muito honrado em poder participar desta Comissão, eu, que fui Parlamentar, deixei o meu cargo na Câmara Municipal de São Paulo em renúncia, o que não é fácil. Fiz dois mandatos, pelo menos um mandato e meio lá. Chamado para esta missão de coordenar o futebol feminino, achei por bem que o correto seria abandonar, de forma correta, o meu mandato em São Paulo e absorver de forma integral esse trabalho da coordenação do futebol feminino.

Sei o tamanho desse desafio. Eu não trouxe nenhum PowerPoint para apresentar, até porque ele seria redundante com todos os apresentados, com o histórico brilhante do futebol apresentado pela Beatriz Gregory, as coisas que o Marco Antonio Teixeira apresentou também, são todas de conhecimento público.

Todos nós sabemos perfeitamente as dificuldades de impor, em primeiro lugar, a mulher no esporte. A inserção da mulher no trabalho já foi um grande desafio. A inserção da mulher no esporte, um desafio ainda maior. Isso tem acontecido ao longo dos anos. Então, nós estamos vendo aqui – eu anotei – o primeiro campeonato, em 1988, os Jogos Olímpicos em 1996. Isso mostra claramente a distância que há entre a igualdade da mulher e do homem no âmbito não só esportivo, mas em todas as relações do trabalho.

Nós entendemos que o futebol e o esporte femininos possam ser rudes para a mulher: “Ah, não é apropriado para a mulher.” Muitos diziam no século passado e muitos dizem ainda neste século. O esporte é para homens, o esporte de contato não é próprio para o físico feminino. Mas o esporte de contato do ônibus duas horas por dia, sendo apertada ali pelo excesso de gente de um metrô, o daquela mulher que trabalha sozinha para sustentar sua casa porque o marido foi embora esse esporte pode, esse esporte não é de contato. Este esporte é fácil de fazer: ser mãe e trabalhar fora. Mas ser atleta, não, ser atleta é rude, ser atleta não é para o corpo feminino. Este é o maior preconceito que nós temos que quebrar neste País: que o esporte vale a pena para a saúde, vale a pena para o intercâmbio social, para a emancipação da mulher e para a busca de oportunidades.

Nós vemos atletas homens bem-sucedidos, e é minoria. Não pensem que os grandes atletas estão em grande maioria nos grandes salários, não! Cinco por cento dos jogadores de futebol são aqueles que realmente têm salários vultosos. Para o restante, é uma profissão árdua, dura e sem futuro pós-morte, porque o atleta de futebol... Todo atleta tem duas vidas: a primeira esportista e a segunda quando deixa de ser, ele morre para renascer. Felizmente, alguns encontram seus espaços, aqui estão alguns deles; outros, não, vão mendigar oportunidades por aí. É o que eu mais vejo na minha vida de 37 anos de trabalho com o futebol e com o esporte em geral.

Portanto, a minha aceitação para vir trabalhar nesse futebol feminino é para quebrar paradigmas, para a gente trazer a mulher ao seu cenário de mérito, que ela consiga realmente, ao lado de todos os atores desse quadro, ser enaltecida para todos participarmos de maneira igual.

Venho à CBF, compreendo as desavenças, compreendo o descrédito, compreendo as dificuldades de relacionamento. Mas, se eu deixei a vida pública de vereador em São Paulo, com 40 mil votos, para assumir este cargo, eu não vim para brincar, nem para ser, evidentemente, submetido a ações de que eu não gostaria. Eu venho para me impor, eu venho para impor o futebol, eu venho para impor o atleta. Eu dediquei minha vida aos atletas, eu nunca deixei de cuidar deles da forma mais correta e precisa. Talvez por isso eu tenha ouvido do Senador Romário o que eu ouvi, o que muito me emocionou. Muito mais importante do que ouvir, é continuar ouvindo, é daqui a três anos vir aqui e ouvir dele a mesma coisa, porque fácil é o elogio inicial, duro é persistir nele.

Quero realmente deixar claro que não estaremos brincando. Precisamos, evidentemente, de uma série de ações que não cabem só ao órgão – que é a CBF – resolvê-las. A figura do esporte da mulher no futebol cabe, primeiro, pelas escolas. Eu vivi no Japão dois anos e lá vi o futebol misto, de crianças de 7, 10, 15, 14 anos, meninos e meninas jogando futebol juntos na formação. Primeiro, porque está claro que no desenvolvimento neuromuscular as crianças têm mais ou menos a mesma qualidade até a adolescência e meninas e meninos podem perfeitamente partilhar desse tipo de jogo. Seria a primeira introdução que eu faria para a metodologia do futebol, o esporte misto. Por que ao menino se dá a bola de futebol e a menina vai jogar queimada ou voleibol? O esporte é igual: nadar é igual, voleibol é igual, futebol é igual, corrida é igual, *handball* é igual, basquete, feminino e masculino, é igual. Então, nós temos que começar a conviver com esportes mistos na formação escolar. Não temos que colocar menina de um lado e menino do outro. Depois, com o crescimento, com o aumento de massa muscular e tudo mais, já se tem a definição. Falo isso como médico do esporte, sou médico do esporte. Aí, a seleção natural dos hormônios e das vocações aparece, mas na formação básica – e a escola americana mostra isso –, nós temos um futebol hoje feminino nos países mais desenvolvidos socioculturalmente e economicamente. Quais são? Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá e Coreia. Esses países estão errados? Eles têm algum tipo de dificuldade de disseminação da cultura, do esporte, da capacitação, da escolaridade? As suas escolas funcionam bem ou não? Então, neste ponto que temos que bater: começar a quebrar o preconceito na primeira infância, nos clubes sociais, nos clubes públicos e, aí sim, nós teremos uma geração vendo o futebol feminino por outra ótica, de uma maneira que ele possa ser absorvido sem o preconceito que arrasta as mulheres desde a sua origem.

Então, é isto que estamos buscando, dar uma igualdade de tratamento educacional. Quando vejo e reconheço no Marco Teixeira as colocações... Evidente, um campeonato curto, tudo isso é negócio, tudo isso é uma questão de chegar o produto final e comercializá-lo, porque alguém tem que pagar essa conta. Mas só vamos começar se a base da pirâmide for realmente a educação. A educação vem de todos os componentes: do Ministério do Esporte, do Ministério da Educação, dos governos municipais e estaduais, é isso que temos que fomentar. Então, minha palavra é de fomento ao esporte, não é de organização econômica do esporte, ela não vai ser de organização dos patrocínios. Tudo isso é fundamental, mas não haverá nada disso sem a origem.

Agora, respondendo ao Marco Antonio Teixeira, respeitosamente, a seleção permanente só existe por conta de uma agenda absolutamente especial que nós temos entre este ano e o próximo, que são a Copa do Mundo agora, os Jogos Olímpicos em seguida, não haverá nem tempo de voltar em caso de sucesso técnico, nós ficaremos no Canadá, depois os Jogos Olímpicos. São agendas extremamente importantes. Por quê? Porque se nós tivermos sucesso, resultados, eles serão inspiradores para essa próxima geração. Vimos as meninas do *handball* feminino, quanto inspiraram. Falta isso para termos tenistas mulheres com bom desempenho técnico, porque não basta só jogar tênis na elite, jogar tênis em clubes sociais, se também não disseminarmos o tênis. O tênis é outro esporte em que as mulheres têm de buscar o seu espaço. Onde estão as nossas tenistas? Por que a Argentina tem tantas tenistas brilhantes e nós aqui não conseguimos manter um nível mínimo de qualidade competitiva? Também é preciso estimular o tênis. Por que não? Como é um esporte mais de elite, é mais difícil – teoricamente mais de elite, esse é outro preconceito. Então, nós temos que fomentar o esporte para as mulheres em todos os sentidos.

Quanto a essa medida provisória que colocamos agora, sou totalmente contrário à obrigação de haver o esporte feminino nos clubes de futebol profissional. Absolutamente contrário, porque será mais um preconceito. “Estamos com vocês porque somos obrigados a tê-las.” As mulheres não têm de ouvir isso, nós temos de ter o futebol feminino porque ele é importante, é bonito, é técnico, porque estamos incentivando essa prática, porque o clube de futebol deseja isso, nós estamos ganhando público com isso, aí vem toda uma ação negocial. Isso é importante. Agora, ter por obrigação e carregar como um fardo é mais um motivo para se ter preconceito e as meninas talvez serem tratadas como um peso, como uma obrigação e não como mérito.

Então, essa obrigação, para mim, é humilhante, para dizer a verdade.

O que nós estamos propondo lá na CBF, com a minha vinda, é organização desses departamentos. Nós temos lá hoje Seleção principal, Seleção Sub-20, Seleção Sub-17, Seleção Sub-15. Esses departamentos serão todos organizados. Evidentemente, dependemos de quem? Dos clubes, dessas ligas que agora estamos reconhecendo com o Paulo Roberto, que será o presidente, que vai ter um canal de comunicação comigo. (*Palmas.*)

O Presidente Modesto Roma, do Santos Futebol Clube, outro grande incentivador dessa prática. Pedi para a Camilla, de Brasília, que aqui está, que faz um trabalho brilhante, vi sua apresentação. Fizemos um simpósio na CBF – o primeiro simpósio absolutamente tardio –, mas algo tem que começar. Eu falo, como médico, que não adianta pegar o cadáver e dizer do que morreu. É importante para aprender, mas ele não volta à vida. O passado e aquilo que aconteceu de ruim a gente espera que seja realmente, como todo cadáver, enterrado, mas deixando as suas lembranças, memórias ruins e boas. As ruins, especialmente, porque vamos corrigi-las,

espero corrigi-las. A partir desse momento, a gente começar uma nova vida, uma nova vida impulsionando o futebol, ouvindo as pessoas, não sendo centralizador, tendo realmente o respaldo daqueles que fazem o futebol de uma maneira absolutamente lúdica, consciente, vocacional. E que essas pessoas com vocação – não interesses particulares – venham fazer o nosso futebol feminino. Nós precisamos pontuar – isso é muito importante, o senhor falou – quem é que faz isso, quais são as pessoas que estão trabalhando nesse sentido e unir esses pontos, porque eles não podem ficar isolados no Brasil.

Ontem mesmo, havia uma reportagem no Bom Dia Brasil, não sei se alguém assistiu, falando de mulheres que trabalham na zona rural, se não me engano, em Pernambuco, que nos seus períodos de lazer – claro que não são atletas, fazem por lazer – jogam futebol, incentivadas pelos maridos, filhos e tal. Então, é uma maneira de mostrar que é possível. Se na zona rural mulheres trabalhadoras de enxada se dedicaram a brincar de futebol – brincar de futebol é importante –, nós podemos fazer isso. No São Paulo Futebol Clube, por exemplo, estive lá numa segunda-feira à noite, há um grupo de especiais que jogam futebol. A maioria com síndrome de Down, alguns autistas que jogam futebol. Eles também merecem jogar futebol, eles também merecem interagir. Então, como o Senador Romário falou, é importante darmos atividade física a todo mundo, a todo mundo. Agora, é preciso haver espaço. O espaço público tem que permitir. A aula de educação física, que foi omitida, tem que retornar, tem que retornar.

Nós temos que dar aos meninos, às meninas a oportunidade de algum tipo de atividade e de esporte. Isso, no Brasil, também foi absolutamente diminuído. Não é possível que convivamos com escolas que tenham professor de educação física para fazer a chamada e não para dar uma prática.

Então, acho que é um histórico que nós temos que refazer. Vem da base, vem das crianças da primeira infância, até aqueles talentos que realmente pudermos encontrar, reconhecer através da capilarização de ligas, da capilarização de clubes sociais, que, aí sim, migram para clubes de camisa, que precisam largar o preconceito.

Recentemente, eu conversava com o presidente da Federação Gaúcha. Os clubes gaúchos de camisa têm alguma dúvida em fazer o futebol feminino. Que eles sejam instigados, convencidos, que eles sejam trabalhados, não pelo bem ou pelo mal, pelo sim ou pelo não, mas que eles sejam seduzidos a praticar e conquistar uma equipe de futebol feminino para mostrar ao País, que, no Rio Grande do Sul, além da Duda, tem gente importante fazendo futebol feminino.

Então, a minha missão é essa. Eu vim aqui para dizer o que nós desejamos, o que eu desejo. A minha vocação é em trabalhar para atleta. Eu não trabalho para time – trabalhei a vida inteira –, mas eu trabalho para atleta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – São Paulo e vários outros também na minha carreira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Não trabalhei em nove clubes, trabalhei em nove clubes com muita honra. Trabalhei no Figueirense, no Avaí, no Guarani, no Bragantino, no Santos Futebol Clube, no Reysol do Japão, no Verde Kawazaki...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – ...e vinte anos no meu São Paulo Futebol Clube, mas, agora, eu trabalho para as mulheres, eu trabalho para o futebol feminino. A minha vida é trabalhar pelos e para os atletas e, agora, as atletas. Vou fazer isso com toda dedicação, em que pesem todas as antíteses, em que pesem todos os confrontos legislativos de vocações, de interesses públicos, políticos. O meu papel é cumprir com o atleta. Se eu fizer isso, bem; se eu não fizer, boa tarde, até logo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Dr. Marco Aurélio Cunha. Dizer para o senhor, doutor, que o senhor tem uma tarefa bem árdua, bem difícil, em se tratando de uma instituição que hoje faz parte da CBF. Já falei aqui, não vou ficar sendo repetitivo, mas é complicado, infelizmente, quando se fala de seriedade, de responsabilidade, principalmente, de honestidade, colocando esse órgão, a CBF.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Eu peço que o senhor me dê essa chance.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Eu ia entrar nesse assunto agora. Acredito que, pela sua dedicação ao futebol, por tudo o que o senhor acabou de dizer aqui e, principalmente, pela sua competência, o senhor realmente consiga e faça com que, daqui a um ano, dois anos, a gente pro-

movam aqui uma outra audiência pública em que o senhor estará aqui dizendo todos os pontos positivos que aconteceram durante esse seu período.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Obrigado.

Senador, eu posso só fazer um complemento que eu deixei de fazer?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Claro.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Quanto ao legado da Copa e todos os questionamentos, gostaria de lembrar aqui que, com a aplicação do legado da Copa em infraestrutura, come-se 42%, em impostos, nas questões da infraestrutura. Porque, em qualquer coisa adquirida em edificação e desempenho no sentido de você promover aquilo de forma estrutural, 42% vão de Cofins, imposto de pessoa jurídica. Tenho todo detalhamento desses impostos. É algo que nós teremos que, juntos aqui, tentar minimizar, para que o fomento seja dado ao atleta e não volte sob carga tributária, porque também somos questionados para saber para onde vai.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – É bem colocado, doutor. Existem 42% de imposto e o resto para onde vai, não é? Essa é a grande caixa preta que nós temos no nosso futebol, que a gente vai conseguir, qualquer dia, abrir para resolver.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Será importante, Senador, que a gente apresente isso a vocês todos de forma absolutamente transparente.

Com certeza, ao contrário do que o senhor colocou, Dr. Marco Antonio, serão ao redor de dois a três milhões e serão unidades muito claras. Quem vai auditar isso não será a CBF, será a FIFA, que pode ser questionada. Haverá uma auditoria em todo esse trabalho, em cada programa.

Por que são quatro anos? Porque é exatamente o espaço entre uma Copa do Mundo e outra. O legado de uma termina quando começa a outra. As coincidências são favoráveis politicamente? Pode ser que sim, mas a parte técnica dessa ocorrência é por conta do intervalo entre duas Copas, a partir daí começará a outra Copa. Assim, o programa de terminar a obra, obviamente, tem um prazo claro, natural: encerra-se, tem que se encerrar, exatamente, no prazo do início da outra Copa do Mundo. É um detalhe técnico. Obviamente, pode haver intrincações políticas, mas é a clareza do momento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Na verdade, eu até entendo o senhor defender a CBF, porque está chegando agora, é até o seu papel.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Eu não estou defendendo. Eu não estou defendendo, Senador, eu só estou mostrando o que eu vi lá.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Mas, na verdade, isso é um acordo político, porque nós temos, logo em seguida, no mês seguinte, a reeleição da CBF...

(Intervenção fora do microfone.)

Pode ser não, é; eu estou afirmando que é.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Mas não estou defendendo. Só estou lhe apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Então, tudo bem.

Eu passo a palavra à Senadora, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Desculpa, eu sei que o debate é sempre depois, mas é que outra Comissão me chama – sou relatora de um projeto lá, agora, na Comissão de Direitos Humanos –, e eu tenho que ir. Então, eu queria só fazer um comentário a sua fala.

Dr. Marco Aurélio, não seja contra a imposição da presença do futebol feminino nos clubes, porque, para as mulheres, tudo chega depois. Para algumas coisas, tem que ser imposta mesmo. Nós estamos, aqui, na luta das mulheres na política, mas somos só 10% deste Parlamento. No Brasil, é vergonhosa a participação feminina, apesar de toda a luta das mulheres. Então, nós estamos lutando, agora, por uma cota no Parlamento e pedimos apoio dos companheiros Parlamentares homens.

Então, não seja contra, porque, onde houver desigualdade, é preciso de um instrumento que promova a igualdade, e o instrumento é a cota. Já foi assim nas universidades com a questão dos negros. O instrumento é a cota, enquanto imperar a desigualdade.

O futebol feminino tem direito! Temos direito de ter as nossas atletas, mas, se não começar com um empurrão, não acontece. Então, não seja contra, não,

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Eu compreendo a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa.

Vou primeiro agradecer aqui a presença do Senador Omar Aziz, que é realmente um entusiasta do futebol e, acredito, principalmente, no feminino, assim como eu.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Senador, pela ordem.

Eu queria falar. Sou membro titular da Comissão do Pacto Federativo e tenho que sair para ir para lá, porque está sendo instalada agora às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Por favor, Senador. Tem a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas eu queria colocar algo, pedindo desculpas a vocês, até porque é um assunto que, quando eu soube que nós estávamos discutindo, eu fiz questão. Eu faço parte também da Medida Provisória que está discutindo as questões da CBF. Eu e o Senador Romário temos conversado muito sobre a questão do futebol.

A CBF parece que é um órgão de que nós todos participamos. É do Brasil, não uma coisa particular, da forma como a CBF é hoje gerenciada. Parece um Ministério, correto? E criticamos o Ministério da Saúde, criticamos o Ministério da Educação, fazemos críticas construtivas, é lógico! Não é aquele negócio que todo o mundo não presta. Não dá para generalizar. O caso seu, por exemplo, Marco Aurélio, pela história...

Eu sou nacionalino, de Manaus, então, eu torço pelo meu time. Meu primeiro time sempre é o do meu Estado, mas, em São Paulo, eu torço pelo São Paulo e eu sabia do seu grande empenho no São Paulo, numa época de auge do São Paulo, campeão mundial, campeão da Libertadores. Então, não dá para generalizar que todos não prestam, mas, realmente, o Senador Romário faz críticas, porque participou de dentro.

É muito fácil, quando a gente conhece o problema, se posicionar. Ninguém melhor do que o Romário, aqui no Senado, para saber sobre essas questões: o que o atleta passa? Como o dirigente age? Essas coisas são de casa, mas a CBF não está longe da gente e ficou um negócio ruim, porque a Confederação Brasileira de Vôlei teve problema, a Confederação Brasileira de Basquete teve problema, a Confederação Brasileira de Futebol tem problema. Nos esportes de massa, que são esses três, que são os três esportes mais de massa, sempre a gente vê alguma coisa: dirigente envolvido, atletas reclamando.

A minha mãe teve doze filhos homens. Então, eu sei muito bem o que uma mulher faz para criar os seus filhos. A mulher vira uma onça quando um filho dela é machucado. A mulher é muito mais corajosa do que o homem, a mulher é muito mais forte. O homem, quando tem uma dor na perna, parece que o mundo está caindo. Ele chega, bota a perna para cima. A mulher... Eu queria era ver um homem "pregado". Eu queria ver o homem passar 9 meses gestando uma criança para saber que...

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Como o médico, eu sei o que é isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu não sei, mas eu queria ver para saber. Quem fala que a mulher é frágil... A mulher, não! A mulher é muito mais corajosa, muito mais resistente do que o homem. E quando você vê essas atletas aqui...

E eu sou, pessoalmente, fã de todas. Eu torço pelo Brasil, torço pelo esporte. Todos os esportes, hoje, femininos são muito mais bonitos de se assistir do que os masculinos. Têm muito mais lances emocionantes do que o masculino. Você vai assistir ao jogo masculino: o jogador saca, o outro levanta e bola no chão. No feminino, não! Tem aquele *rally*, que é emocionante e que a gente gosta de ver. O basquete é emocionante. O futebol é muito mais técnico, mais leve, porque, hoje, não basta ser craque, tem que ter um esquema tático para jogar. Tem um monte de cabeça de bagre jogando e dizendo que é atleta de nível, mas isso é outra coisa, e não sou eu que vou mudar essa situação, mas posso contribuir para mudar essa situação. E estou aqui, Romário, me colocando a sua disposição por gostar.

Eu fui governador e construí uma arena para a Copa do Mundo. Se você me perguntar: Omar, você faria isso de novo? Não faria. Custo-benefício para o povo amazonense foi só endividamento. Fiz 2 CTs de alta... Fiz 2 centros de treinamento, porque era obrigado para as seleções treinarem, que estão, hoje, servindo a um futebol que está na Série D.

No futebol brasileiro, dos 20 clubes que estão na Série A, 19 estão na área Sul, Sudeste, e o Goiás, no Centro-Oeste. Só tem um clube do Nordeste e não tem nenhum do Norte na Série A. Tem alguma coisa errada, tem alguma coisa errada! Em um campeonato regional, que tem 700, 800 clubes trabalhando, eles trabalham 3 meses por ano e passam 9 sem trabalhar. O atleta trabalha, em alguns clubes, só 3 meses por ano. Tinha que se criar, como tem o seguro-defeso e outras coisas, o seguro-jogador, porque ele realmente passa 9 meses! O campeonato começa em fevereiro, março, abril. Em maio, começa a Série A, Série B e acabam os campeonatos regionais, mas nem todos são aproveitados na Série A, nem todos são aproveitados na Série B, Série C. Eles ficam desempregados.

Hoje, para algumas regiões, para alguns campeonatos, fala-se no futebol masculino, não no futebol feminino, Senador Romário. E queria aqui fazer uma proposta: as escolas particulares neste País, tanto as escolas particulares de ensino médio e universidades particulares, nós teríamos que fazer uma lei obrigando-as a manter equipes. Vejam bem, elas têm recursos para isso. Tem uma faculdade no Amazonas que tem um time de futebol feminino, eu já contribuí, a gente ajuda na medida do possível, mas é um negócio esporádico, não é uma coisa com planejamento.

Antigamente, antes de se criarem leis que foram acabando com os clubes, todos clubes tinham uma equipe de basquete feminino, basquete masculino. Depois, as leis foram acabando, foram tirando os incentivos e acabaram. Hoje, com essas leis que têm no futebol, nenhum clube quer formar atleta. Não vale a pena pegar um garoto de 7 anos e passar 10 anos trabalhando, porque, daqui a pouco, ele está com o passe livre, vai embora, e o clube não ganha absolutamente nada, sendo obrigado a vender o jogador por qualquer preço para não perder aquele investimento que foi feito durante anos.

Eu acho que, para que a gente pudesse potencializar na base, nas escolas, principalmente, quem tem condições de bancar... Futebol é barato. Futebol não é caro. *(Pausa.)*

Veja bem, se não fosse barato, o Brasil não era o maior fornecedor de atletas do mundo.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – O amador é barato; o profissional, caro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não, o profissional se tornou caro porque o profissionalismo no Brasil foi para esse lado. O endividamento dos clubes, hoje, clube chega a R\$800 milhões, R\$750 milhões. O Botafogo está quebrado e não tem jogador para vender nem patrimônio para pagar essa dívida. Estão discutindo uma lei para ver se eles pagam os impostos de Previdência ou coisa parecida. É uma interferência do Poder Público nos clubes. Eu sou contrário: não tem que interferir, mas dar condições como empresa.

Querem comparar o futebol brasileiro com o futebol europeu. Não tem nada a ver. Primeiro, na Europa, na Espanha, por exemplo, não tem time espanhol. Qual é o time espanhol na Espanha? O Real Madrid. Quantos jogadores espanhóis jogam no Real Madrid hoje? Quantos jogadores espanhóis jogam no Barcelona hoje? Você vai falar: “ah, no clube inglês...” Quantos no Chelsea? Quantos...

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – O Liverpool, que jogou a final com o São Paulo, em 2005, tinha um inglês.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Então, esse negócio de que o futebol espanhol é um futebol em que temos que nos espelhar... Não tem futebol espanhol. O que tem, na Espanha, é uma competição em que se trazem os melhores do mundo para jogar nessas equipes e se vende isso para o mundo. E acabou! O Brasil não tem como fazer isso. A Argentina não tem como fazer isso. E os outros países da América do Sul não têm como fazer isso. E nós temos aqui um nível, hoje, técnico incomparável.

Quando o Romário foi jogar na Holanda, e foi um dos primeiros a sair, foi um dos primeiros a abrir esse caminho, o primeiro a ir para a Holanda, era outro momento, nós vivíamos outro momento. Aqui ainda jogavam Roberto Dinamite, que estava no auge, Zico e não sei quem mais. O Romário foi um dos primeiros a ir. Era outro momento. O futebol brasileiro vivia outro momento.

Agora, não se pode segurar um jogador aqui para ganhar 5, se estão pagando 100 lá. Quem vai? Não existe. Você é profissional. Você era Vereador. Você não saiu da condição de Vereador para ser coordenador só pelo amor, porque amor não enche barriga. Você tem uma remuneração.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Garanto para o senhor que o desafio foi muito maior do que qualquer outro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Nós precisamos de muitos marcos aurélios nesse Brasil, porque abrir mão de salário, abrir mão de remuneração para fazer aquilo que gosta, poucos brasileiros fazem isso ou poucas pessoas no mundo vão fazer isso.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Eu abri mão do Poder Legislativo, que é um Poder importante na cidade de São Paulo, pesado, para poder fazer isso lá.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu queria propor, Senador Romário, que às escolas particulares, muitas delas, convênios com o Governo Federal, incentivos que o Governo dá, tanto no ensino médio como na graduação, nós as obrigássemos a ter equipes de futebol feminino, basquete... Para o feminino, não estou falando do masculino. Estou falando do feminino. Seria uma coisa que nós faríamos no Brasil todo.

Difícilmente, um Estado, hoje, uma capital não tenha 5, 6 faculdades particulares, com jovens que já tiveram uma prática não desse esporte de alto rendimento. Difícilmente, uma pessoa com 17, 18 anos se tornará uma Leila. Ela deve ter começado bem cedo para se tornar uma atleta de alto rendimento, por exemplo, no futevôlei. Uma atleta de alto rendimento é outra coisa. Aliás, atleta de alto rendimento, no Brasil, tem vida curta e, depois, fica na expectativa de viver de quê? Por isso, falo que, na faculdade, a pessoa está estudando, está se formando, mas está praticando um esporte e, depois, quando ela parar de estudar, de jogar ou de praticar o esporte, terá uma profissão. A gente lincava uma coisa à outra. A educação não seria a familiar, mas o conhecimento que você tem que ter dentro de uma universidade ou dentro de uma escola, mas somado ao esporte. Porque elas, diferentemente dos homens, têm muito mais dificuldade depois, porque, depois de um filho, de dois filhos, ela não tem a mesma vida de solteira. É diferente do homem. Então lincar as universidades particulares deste País, as escolas públicas de ensino médio deste País.

Sugiro, aqui, Senador Romário, que pudéssemos fazer esse encaminhamento, com a ajuda, Marco Aurélio, da sua experiência e de outros companheiros – você está me entendendo? – para que nós pudéssemos ter,

no Brasil todo, equipes femininas, não só de futebol feminino, mas de basquete, de vôlei, de handebol. Vocês não veem o handebol do Brasil como cresceu? É um negócio bonito. É um esporte que tem muito mais contato do que o futebol, muito mais contato físico que o futebol. É um esporte muito mais veloz e tem contato físico. A gente vê que nós crescemos. O vôlei feminino, quantos títulos deu para o Brasil! O masculino também. Nós podemos ver isso.

Então, Senado Romário, eu não vou me dirigir aos outros convidados, até, Gerson, porque, na Caixa Econômica, de tudo que é arrecadado nas loterias brasileiras vocês ficam com 70%, e 30% vocês distribuem para o ganhador. Então, 70% ficam com a Caixa, só que, quanto a esses 70%, eu ainda vou um requerimento à Ministra Miriam Belchior, para ela me explicar para onde vão esses 70%, esse dinheiro e o que está sendo aplicado no esporte brasileiro, porque era para ser direcionado ao esporte brasileiro, correto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pois é, mas quem é que controla isso, quem é que fiscaliza isso, e o que tem dado de resultado, porque não é só aplicar o recurso, é saber também o resultado. Você tem custo-benefício, você teve um investimento, você quer ter o resultado, você tem que ter o retorno. Não é só sua culpa. Você faz a questão técnica só, não está fiscalizando isso, mas eu vou, depois, pessoalmente, fazer esse requerimento.

Então, Senado Romário, eu queria fazer essa proposta a V. Ex^a, para que a gente pudesse estudar uma forma de comprometer aqueles que têm incentivos do Governo. Você pega uma GM do Brasil, que tem incentivo do Governo de IPI, o que ela está financiando hoje no esporte brasileiro? Não, patrocina alguns clubes que tem interesse de fazer propaganda, mas ela mesma não tem patrocínio nenhum para o esporte amador ou para o semiprofissional neste País.

Era isso que eu queria colocar para V. Ex^a, Senado Romário. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador, pela participação, e, com certeza, vamos conversar sobre esse assunto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Romário, V. Ex^a poderia depois me conceder a palavra por um instantinho?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Claro.

Quero agradecer aqui a presença dos Senadores Dário Berger, Hélio José e da Senadora Vanessa Grazziotin. Gostaria de voltar aqui a Presidência desta audiência pública à Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom, nós queremos registrar a presença já do Senador Hélio José, da Senadora Vanessa Grazziotin, que foi a nossa parceira também aqui, através da Procuradoria-Geral da Mulher, Senador Dário, Senador Omar, que acabou de sair.

Eu, antes de conceder a palavra ao Senador Hélio José, só queria fazer uma ponderação aqui, Senador Hélio José. A gente podia ouvir os nossos dois convidados, porque nós temos a nossa segunda Mesa, nós já realizamos a primeira Mesa, e demos início exatamente à segunda Mesa, ouvimos o Sr. Marco Aurélio, e agora iríamos ouvir o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica. Pergunto a V. Ex^a se V. Ex^a tem...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Seria um prazer, o problema é que esta Casa aqui é terrível. Está tendo votação que exige quórum na CDH, e eu sou membro da CDH.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Então, tudo bem, Senador, claro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Desculpem-me, viu, Michael Jackson e Marco Aurélio, vocês têm feito um trabalho excelente, a gente acompanha. Vou pegar a taquigrafia e os depoimentos de vocês, espero poder contribuir.

Quero, em rápidas palavras, só dizer que é muito importante a questão do futebol feminino. Conta com o nosso apoio. O Líder da minha bancada por esse período é o Senado Omar Aziz, que acabou de falar aqui antes inclusive. A gente, como membro desta comissão, com a Fátima, com o Romário, tem trabalhado no intuito de colaborar nesse importante meio esportivo, que é o futebol, de integração no nosso País.

Então, quero só reafirmar: estamos juntos nessa luta. Como membro desta comissão, no que eu puder ajudar, eu vou ajudar. Acho relevante e importante o debate que está sendo feito aqui. O futebol feminino realmente precisa de muito apoio.

É lamentável, Marco Aurélio, a gente estar vendo na imprensa a questão lá com o Marin, essas questões todas, mas a vida continua, está certo? Estive lá com o Marco Polo Del Nero na CBF, semana passada, conversando. Vejo bastante expectativa positiva na CBF de a gente ter uma relação um pouco melhor, mais diferenciada de apoio à nossa base, de apoio realmente aonde surgem os grandes atletas. Tive o prazer que está lá com o Gama, Gamão, campeão de Brasília, que é um time que tem torcida no Distrito Federal, conversamos bastante no sentido de ajudar aqui a nossa cidade.

Queria saudar aqui a nossa Leila querida, eterna musa do nosso vôlei brasileiro, nossa Secretária de Esporte aqui no DF, por quem saúdo todas as mulheres aqui presentes; e dizer, para finalizar, que essa luta, essas duas audiências são superimportantes. Nós precisamos investir nessa área. Todos os recursos, os recursos são escassos, precisam ser bem dimensionados, para que a gente não esqueça também de ver as outras modalidades esportivas tão importantes para o nosso País.

No âmbito do Ministério do Esporte, alguns de vocês são do Ministério do Esporte, a gente está precisando conversar mais um pouco urgente, porque – inclusive eu provoqueei o Ministro aqui – eu acho um absurdo o nosso País realizar uma olimpíada e não incluir o futsal na olimpíada, porque é um jogo que se tem em toda esquina e em todo o bairro do Brasil. Se outros países têm competitividade baixa no futebol, e nós podemos ser medalha de ouro garantida no futsal, isso é problema nosso, porque o futsal é uma paixão nacional que precisa ser valorizada, tanto o masculino, quanto o feminino. Eu acho que o país que tem a discricionariedade de escolher alguns esportes para colocar na olimpíada não poderia deixar a oportunidade de colocar o futsal, o famoso futebol de salão nessa olimpíada, até para demonstrar que o nosso País valoriza a cultura local, que é exatamente essa prática tão difundida tanto pelos homens, como pelas mulheres em nosso País.

Obrigado, Fátima.

Conte com a gente, pessoal.

Um abraço para todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senador Hélio José. É um Senador que tem sido um parceiro aqui, Senador aqui muito atuante na nossa comissão. É muito importante você vir aqui para saudar e reafirmar toda a disposição e todo o compromisso, Senado Hélio.

Eu quero rapidamente aqui registrar a presença do Deputado Sóstenes, do Rio de Janeiro, e de Andréa Desiderati, que foi a primeira diretora do futebol feminino da Federação Carioca de Futebol, e registrar, com muita alegria, a presença dos meus conterrâneos lá do Rio Grande do Norte, a Vereadora Soneth e o Vereador Chico de Marinete, lá da cidade de Apodi, sejam muito bem-vindos.

Bom, vamos agora ouvir aqui também um diálogo muito importante, que é o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal.

Mariléia, Michael Jackson, com a palavra.

A SRª MARILÉIA DOS SANTOS (MICHAEL JACKSON) – Bom dia.

Meu é nome Mariléia dos Santos, conhecida como Michael Jackson. Esse apelido foi dado nos anos 80, no início da minha carreira, pelo Luciano do Valle. Na época, o cantor Michael Jackson estava fazendo muito sucesso, e, aí, o Luciano do Vale me perguntou: teria algum problema se te colocasse o apelido de Michael Jackson? Eu falei para ele: não, porque o que eu quero é jogar futebol. Por isso, é o apelido Michael Jackson.

Joguei durante trinta anos, disputei duas Copas do Mundo, uma olimpíada, que foi a de 1996, em Atlanta, de que o cantor Michael Jackson fez a abertura e foi a coisa mais linda.

Eu tive sorte, porque eu joguei fora do País, portanto eu consegui fazer a minha independência financeira, e, graças a Deus, tudo com que um atleta sonha eu tenho. Então, eu sou uma pessoa realizada no futebol feminino.

O nosso País é o país do futebol masculino. Enquanto estive jogando no Torino, da Itália, muitas atletas me pediram para vir jogar um campeonato no Brasil e eu tinha que sempre falar: “Não, não é época”. O nosso País não tinha um campeonato e, se eu trouxesse algum atleta da Itália para jogar no Brasil, eu seria desvalorizada e o meu salário poderia cair, porque não havia a competição.

E também é importante, Senadora Fátima Bezerra, esse convite, por a senhora ter trazido para esta Casa o futebol feminino, que, hoje, no País, não tem que provar mais nada. Já fomos medalha de prata. Já ganhamos pan, sul-americano. Só dá o Brasil. Então, não temos que provar mais nada. Temos, agora, que ajudar essa modalidade, que é olímpica e linda.

Fiz a minha vida toda envolvida no futebol feminino, graças, na época, ao Deputado Federal Aldo Rebelo. Ele sempre acompanhou a modalidade, sempre ia assistir aos jogos e, quando assumiu como Ministro, me convidou para vir para o Governo, no caso para o Ministério do Esporte, colocar algumas ideias em prática. Falei: “Não estou nem acreditando numa coisa dessas”, porque o futebol feminino precisava disto: que o Governo o abraçasse também. E nós conseguimos. Agora, estamos em casa. Isso, para nós, do futebol feminino, é muito importante. Todos os outros países nos respeitam, porque, sem incentivo – como foi nos anos 80 –, sem nada, o Brasil foi medalha de bronze no primeiro mundial da FIFA, em 1988; e eu estava lá. (*Palmas.*)

O brasileiro, independentemente do esporte, numa Copa do Mundo, numa Olimpíada, num campeonato de bolinha de gude, nunca quer ficar para trás. Isso é importante para a gente.

Vou passar, hoje, os investimentos que o Ministério está fazendo para essa modalidade, e pretendemos aumentar, e muito, porque o futebol feminino merece. Muitas pessoas já falaram: “Ah, isso é um absurdo!”. Não

é absurdo, não! O futebol feminino ficou proibido de 1941 a 1979, mas foi liberado em 1983. Mas como? Essa liberação ainda não chegou, porque, em certos momentos, estamos ainda proibidas.

Sr. Marco Aurélio, como novo Coordenador do Futebol Feminino da CBF, o Ministério quer somar para que essa modalidade encontre os caminhos para que essas meninas possam ter o que eu tive. Teremos que ter um calendário para o futebol feminino, porque, se não for feito um calendário para essa modalidade, não teremos patrocinadores. Quem vai investir, se não tivermos um calendário? Temos que ter competição no Brasil por 11 meses. O futebol feminino precisa disso!

Tenho certeza de que, com essa sua ida para a CBF, acredito muito e aposto, encontraremos o caminho de uma forma ou de outra. O Governo está empenhado, e estamos aí para trabalhar em conjunto, para somar. Acredito muito e tenho certeza de que isso irá acontecer.

Vou apresentar para vocês os programas de Governo e as linhas do financiamento para o futebol feminino.

No meu primeiro ano, que foi em 2012 – fui empossada em 2011, mas foi em dezembro –, investimos R\$600 mil na Copa Libertadores de 2013 e de 2014. Neste ano, a Copa Libertadores será na Colômbia. Não há o Ministério do Esporte. Tivemos seis Copas Libertadores, cinco no Brasil. Por que só no Brasil?, muitas pessoas perguntavam. Por que a Copa Libertadores só acontece no Brasil? Porque só o Brasil teve condições de investir. Os outros países não tinham condições de fazer a Copa. O que o Ministério pensou? Se não tiver investimento nosso, essa Copa não existirá mais. Então, nesse ano de 2015, a Copa será na Colômbia. Estamos felizes por isso, sinal de que estamos crescendo. Ela não morreu. Ela resistiu e vai ter continuidade, e isso é muito importante para nós.

A Copa Brasil Escolar de Futebol Feminino Sub-17: onze Estados e mais o Distrito Federal, 264 participantes e investimento – para nós, é importante isso, porque o Ministério trabalha e quer que todos acompanhem esse investimento na modalidade – de R\$765 mil. Foi feita pelo Ministério do Esporte em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar, que é importantíssima para que o futebol seja incluso nela. O futebol feminino tem que estar em todos os cantos do País, e o nosso papel vamos fazer e, com certeza, bem feito. Falo da edição 2013. Em 2014, essa edição não foi realizada, porque tivemos a Copa do Mundo e o período eleitoral. Por falta de tempo, essa Copa não foi realizada, mas, com certeza, este ano, estará de volta, com 26 Estados mais o Distrito Federal, ou seja, estamos progredindo.

Vou passar um vídeo para vocês verem a excelência do evento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª MARILÉIA DOS SANTOS (MICHAEL JACKSON) – O campeão foi a Escola Vasco da Gama.

A Copa Brasil Universitária de Futebol Feminino é outra confederação importantíssima. Ela também não pode ficar fora. Foi feita, no ano passado, com 26 Estados mais o Distrito Federal, 620 participantes e investimento de R\$2.003.190,00. Foi organizada pelo Ministério do Esporte com parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário. Qual o propósito que o Ministério faz com a Confederação? Que ela dê bolsas de estudo para essas meninas porque, se não sair dessa competição uma atleta profissional, nós vamos ter uma profissional. Então, é importante que a Confederação dê essas bolsas de estudos. A minha faculdade eu tive de pagar, mas, agora, a Confederação pode oferecer às nossas meninas. Temos que valorizar tudo isso. Essa edição foi em 2014 e o campeão foi a Uniarp, de Santa Catarina.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

A SRª MARILÉIA DOS SANTOS (MICHAEL JACKSON) – Ok. No futebol feminino, hoje, nós temos 116 atletas contempladas com o Programa Bolsa Atleta. Vamos construir, junto com a Lei de Incentivo ao Esporte – o projeto foi aprovado, está em fase de captação –, na PTI, em Foz do Iguaçu, o primeiro centro de excelência do futebol feminino da América Latina.

O Brasileirão Caixa é um dos melhores. Desse eu me orgulho em falar, porque esse Brasileirão eu disputei até oito campeonatos. Ele foi interrompido, em 2001, mas, hoje, a Caixa está investindo R\$10 milhões para fazer o Brasileirão.

Sr. Marco Aurélio, com R\$10 milhões, o senhor concorda que nós podemos fazer um campeonato de excelência?

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Eu acredito que sim.

A SRª MARILÉIA DOS SANTOS (MICHAEL JACKSON) – A proposta foi que, com R\$10 milhões, se fizesse um campeonato de excelência. As meninas merecem!

Então, foram investidos R\$10 milhões, tivemos 20 clubes e o campeão, em 2013, foi o Centro Olímpico. Em 2014, a Caixa, novamente, com R\$10 milhões, foram 20 clubes e o campeão, Ferroviária. Neste ano, 2015, vai haver surpresas boas. *(Palmas.)*

Vou passar um vídeo para vocês.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª MARILÉIA DOS SANTOS (MICHAEL JACKSON) – O Ministério do Esporte está à disposição para trocar ideias para que nós possamos trabalhar em prol da modalidade. Estamos à disposição. Eu vou fechar com esse depoimento.

(Soa a campainha.)

A SRª MARILÉIA DOS SANTOS (MICHAEL JACKSON) – Muito obrigada a todos.

(Procede-se à execução de vídeo.)

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A Secretária Leila, em função de compromisso, vai ter de se ausentar, mas, mais uma vez, muito obrigada pela sua participação, pela presença, como Secretária de Esporte. Conte com a gente, assim como nós esperamos contar sempre com a participação sua aqui nos debates, uma vez que é Secretária exatamente aqui de Brasília, no Distrito Federal, Leila. É muito importante. Bem-vinda!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senadora Fátima, se me permite.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ela foi saudada, há pouco, por um companheiro, um colega nosso Parlamentar, e confidenciou que odeia ser chamada de musa. Eu não sei por que os homens têm essa péssima mania. Eu acho que nós temos que começar os homens de “musos” também, porque, no fundo, é uma carga muito negativa. No fundo – eu sei que subliminarmente, pois vem do subconsciente –, é uma forma de ligar a mulher apenas àquela imagem bonita, bem feita e não à capacidade, à competência. Enfim, eu fiz essa observação.

Se me permite, Senadora Fátima, eu também tenho um compromisso agora. Eu só gostaria de cumprimentá-la.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu sei. Só para dizer à Senadora Vanessa que nós, aqui, realmente, só saudamos Leila falando das alegrias que ela deu ao País inteiro. Assim como Romário, que fez a festa do povo brasileiro nos campos de futebol, ela sabe perfeitamente que fez a festa do povo brasileiro nas quadras de vôlei aqui e no mundo inteiro...

A SRª LEILA GOMES DE BARROS RÊGO – Eu agradeço, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ...com brilhantismo e talento, Leila, com certeza.

A SRª LEILA GOMES DE BARROS RÊGO – Eu agradeço, Senadora, à senhora e ao Senador Romário.

Eu comentei isso porque foi um estigma que eu carreguei a vida inteira.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Mas é verdade.

A SRª LEILA GOMES DE BARROS RÊGO – E era uma coisa que me incomodava porque eu treinava mais do que todo mundo e sempre esta coisa: “Ah, a Leila é musa.” E eu falava que era muito mais do que uma musa, era uma jogadora. Isso me incomodava muito, tanto que eu cortei o meu cabelo. Todo mundo se lembra de mim de cabelo curto, não é? Mas vocês acreditam que eu cortei o meu cabelo? Eu tinha um cabelão enorme e cortei bem curtinho, mas acabei chamando mais a atenção do que quando eu tinha o cabelão. Era uma coisa que me incomodava muito, porque, na minha geração, diferentemente da de hoje, quando as mulheres gostam de aparecer, existia um certo preconceito da menina muito bonita no esporte. Não existe esta coisa de atleta e “atleta”. É atleta, entendeu? A gente carregava muito esse peso, que me incomodava. Então, eu comentei. Enfim, isso é uma coisa pela qual eu tenho hoje o maior respeito, que fez parte da minha história e que eu não posso renegar.

Eu queria agradecer a todos a oportunidade de estar aqui. Eu tenho uma reunião com o Governo sobre o Plano Plurianual, na residência oficial. Foi uma manhã muito produtiva e podem contar sempre com o Governo do Distrito Federal. *(Palmas.)*

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Senadora, posso falar?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Diga, Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Leila, carregue os dois com orgulho, por favor.

Muito obrigado.

A SRª LEILA GOMES DE BARROS RÊGO – Já cheguei aos 44 anos. Estou bem, mesmo. *(Risos.)*

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Muito bem.

A SRª LEILA GOMES DE BARROS RÊGO – Muito obrigada! Bom dia!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senadora Fátima, se me permite.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nós temos que ouvir o Dr. Gerson, representando a Caixa Econômica. Infelizmente, não vou poder ficar. Não pude estar aqui desde cedo, mas quero cumprimentar o Senador Romário, Presidente desta Comissão, e, sobretudo, a Senadora Fátima, que abraçou muito a ideia deste debate, que está sendo extremamente profícuo.

Michael Jackson, você não sabe da alegria quando você fala do empenho do então Deputado, hoje Ministro dos Esportes pela evolução do esporte feminino. Eu, que não sou militante da área, acho que é inacreditável o Brasil do futebol ter apenas agora, recentemente, campeonatos brasileiros femininos. É inacreditável!

Essa besteira – que parece que é besteira – que nós falamos em relação à forma como se referem à atleta Leila acontece em todos os cantos. Quando nós chegamos, dizem: “Olha, as mulheres estão aqui para florir o ambiente, para embelezar o ambiente.” Não, nada disso! Nós temos capacidade em todas as áreas, no serviço público, na economia, no setor privado, nos esportes, em tudo. Mas eu creio que já estamos começando a escrever a história de forma diferente.

Senadora Fátima, aqui, no Senado, nós temos uma procuradoria da mulher – estou à frente da Procuradoria – e esta Comissão de Esporte. Acho que poderíamos fazer uma parceria e ver como ajudar – eu sei que isso é possível – a alavancar ainda mais, principalmente a modalidade do futebol, a presença feminina, a valorização. O Brasil, apesar disso tudo, produziu você, uma das melhores jogadoras do mundo, e a Marta, que, por cinco anos consecutivos, recebeu o título de melhor jogadora do mundo. Imaginem se nós tivéssemos esse setor desenvolvido? Muito mais campeonatos, do que o Escolar, do que o Brasileirão, que começou agora.

Então, acho que esse é o esforço dos senhores, das senhoras e nosso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Quantas Martas e quantas Michael Jacksons existem por aí afora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois é. Quem sabe eu também não era uma, e não me desenvolvi porque não tive nenhum incentivo. *(Risos.)*

Parabéns, Senadora Fátima, e a todos os convidados. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senadora Vanessa, que, repito, foi parceira nossa aqui neste debate, nesta audiência pública, uma Senadora muito atuante, um mandato muito respeitado não só no seu Estado, mas em todo o País.

Agora, vamos ouvir aqui uma voz muito importante, porque é uma voz que fala exatamente sobre as políticas e o financiamento para o esporte, em tela, hoje, o feminino. Queremos agradecer a sua presença, Gerson, que é o Diretor de *Marketing* da Caixa Econômica Federal.

Com a palavra, Gerson.

O SR. GERSON BORDIGNON – Obrigado.

Bom dia, Senadora, Marco Aurélio, Michael Jackson. A Michael Jackson já falou pela Caixa, já fez até o depoimento, mas vamos lá.

O futebol feminino na Caixa nós começamos em 2012, com as Guerreiras Grenás – Ferroviária. Nós patrocinamos esse time desde 2012. Em 2013, em conjunto com o Ministério do Esporte, nós passamos a patrocinar o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Patrocinaamos em 2013, em 2014 e já está fechado para este ano. O futebol feminino tem muito a ver com o posicionamento da Caixa como instituição, como marca, como valores.

Há um negócio, Senadora, que a gente está fazendo, que é justamente a discussão do calendário. O que ocorre? Queira ou não, não podemos ter o calendário do futebol feminino concorrendo com grade de mídia e com final de Campeonato Brasileiro. Não dá, é ruim. Então, estamos discutindo com os organizadores a mudança desse calendário, porque precisa de mais visibilidade, e vamos ter mais visibilidade na hora em que não houver uma final de Campeonato Brasileiro, de Copa Libertadores, etc.

Isso para a Caixa é bom também. Por quê? Nós temos algumas janelas no verão em que não existe campeonato masculino. O que ocorre? A mídia não tem muita matéria, não tem muita informação para dar. Fica colocando vários esportes radicais – descida das Escadas de Santos. São vários eventos que a TV acaba mostran-

do. O que a gente está discutindo é que acaba sendo bom para a Caixa também porque há um produto que se chama loteria esportiva, a Loteca, mas a Loteca, para existir, precisa de time jogando. Então, quando não há o Campeonato Brasileiro, eventualmente buscamos alguns jogos de fora, mas podemos ter o futebol feminino, que já estamos utilizando em alguns momentos, fechando esse calendário. Isso acaba sendo bom porque, na hora em que você estampa os times, ele também tem uma participação nas apostas. É mais recurso que está vindo. A gente depois pode discutir isso, Marco Aurélio. A gente já tem conversado bastante a respeito.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Sou um jogador habitual da Loteca.

O SR. GERSON BORDIGNON – Eu também, contumaz. Jogador, mas não ganhador.

No tocante ao futebol feminino, começamos há três anos, com o Ferroviária. Estamos já renovando com eles. O contrato do Campeonato de 2015 já está sendo assinado. A Copa Caixa é um torneio internacional. Fizemos as duas primeiras edições em Brasília, mas é possível que isso mude, é possível que vá para a sua terra, Senadora. Aqui, estamos tendo um pouco de dificuldade de encher a Arena. A gente quer sair, quer ir para outras regiões. Talvez no Nordeste, em Natal, a gente consiga. Pensou-se em Manaus, mas eu acho que dá para começar em Natal neste ano e ir utilizando as arenas da Copa, nos próximos anos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Gerson, só dizer que é evidente que a ideia é muito bem-vinda. Eu já tenho conhecimento, inclusive, de que as instâncias governamentais, por exemplo, a empresa Potiguar Turismo, bem como a Secretaria de Esporte, estão se mobilizando, naturalmente naquilo que é possível, porque o Estado enfrenta, principalmente neste ano, muitas dificuldades de natureza orçamentária. As instâncias, repito, a empresa Potiguar Turismo, a Secretaria de Esporte, o próprio Governo do Estado, a Prefeitura, todos estão à disposição, muito motivados e desejosos que, enfim, o certame possa ser realizado em Natal. Você conhece inclusive a arena de Natal, que é belíssima, a Arena das Dunas.

O SR. GERSON BORDIGNON – Bom, no tocante a esporte, o futebol feminino é isso. Se formos fazer, grosso modo, neste ano, estamos colocando R\$12 milhões. Em esporte, a Caixa está colocando, em 2015, algo em torno de R\$260 milhões.

Diferentemente do que o Senador comentou, há pouco, sobre a Caixa ficar com 30% do valor de aposta, com 70%, desculpa, e sobre o prêmio ser 30% – mandando requerimento, responderemos –, na verdade, em torno de 34% é o prêmio, o *payback*, e o resto, e está na Agnelo/Piva, é repasse legal: parte para o Ministério do Esporte, parte para o COB, parte para o CPB, parte para o Fundo Penitenciário. Isso já está definido em lei. A Caixa repassa. Agora, dali para frente, a aplicação, existem os órgãos de controle, e não é o papel da Caixa, não está definido isso.

Na questão do esporte, então, dos R\$260 milhões, vamos dar uma fatiada aqui, em torno de R\$20 milhões vão para campeonatos. Desses campeonatos, mais da metade dos 20, além do campeonato feminino, a Copa Caixa, que é o torneio, são femininos. Nós temos também outros campeonatos que a Caixa achou por bem patrocinar, porque também nos trazem isso, que é a parte de inclusão e distribuição: a Copa Verde, na região Norte, parte da Centro-Oeste e Norte, com dois times do Espírito Santo, e a Copa do Nordeste, que são copas regionais. A Caixa também patrocina essas Copas e as Séries B e C do Campeonato Brasileiro, que têm pouco investimento. Em que pese serem masculinas também, são menos procuradas.

A Caixa está, desde 2004, no esporte paralímpico, que também é um esporte que tem pouco interesse do mercado patrocinador, digamos assim. Desde 2013, o esporte paralímpico, no Brasil, tem o maior contrato de patrocínio do mundo. Nós fechamos um contrato de R\$120 milhões com eles, para o ciclo olímpico, o que dá R\$30 milhões por ano, que vai até as Paralimpíadas do ano que vem. E aí vamos ter, sim, Senadora, bons resultados.

A Caixa, desde 2001, patrocina a Confederação Brasileira de Atletismo. Temos também um contrato, neste ano, em torno de R\$23 milhões e um contrato de R\$90 milhões para o ciclo olímpico.

A Confederação Brasileira de Ginástica, ginástica artística, rítmica, trampolim e geral. O contrato deste ano é R\$9 milhões, mas também para o ciclo olímpico um contrato de R\$35 milhões.

Desde 2013, patrocinamos também a Confederação Brasileira de Ciclismo.

Então notem que as confederações ou os comitês que a Caixa patrocina não são uma seleção brasileira masculina. Têm tudo. Quando nós entramos na ginástica, foi uma oportunidade. Houve a saída de outro patrocinador, só que ele só patrocinava a seleção feminina de ginástica artística. Nós entramos e pedimos a masculina também. Para vocês terem uma ideia, a Seleção Brasileira de Ginástica, a masculina, nunca teve um patrocínio antes de 2007 – é a equidade –, e estamos vendo resultados. Entramos em 2007, e o Arthur Zanetti já foi medalhista na última Olimpíada.

Temos também corrida de rua. Como banco urbano, digamos assim, o grande banco que financia a habitação, entendemos por bem incluir também o cidadão. Então, é caminhada, é corrida. Este ano, são 256 provas que a Caixa está patrocinando. Isso permite que, a uma quadra, a duas quadras, a 500 metros da sua casa, num

fim de semana, você tenha uma corrida. Claro que não em todas as cidades ainda, mas, nas grandes cidades, sempre tem alguma prova nossa. Em São Paulo, mais do que uma por fim de semana. Aqui, em Brasília, também é um esporte que cresceu muito nos últimos anos.

Enfim, Senadora, Caixa e esporte estão sempre associados, sempre abraçados. E a Caixa é o feminino, principalmente, porque é a única instituição financeira... É "a" Caixa, e não "o" banco tal. É por aí. Continuamos lá e continuamos apoiando. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada. Quero agradecer ao Gerson.

É claro que a presença da Caixa, no que diz respeito ao incentivo ao esporte no País, é muito importante em todas as modalidades. E, seguramente, a modalidade do futebol feminino, e estamos vendo aqui – não é, Marco Antonio? –, tem na Caixa um parceiro muito significativo, e vamos conversar com o Gerson, mas em outro momento, o apoio ao futebol profissional masculino. Nós, no Rio Grande do Norte, estamos na maior expectativa da renovação do apoio da Caixa Econômica ao ABC e ao América. Nós estamos lutando e muito para que esse apoio possa realmente ser mantido em prol da valorização do futebol no nosso País, sem dúvida nenhuma. Esse é um assunto que nós vamos conversar, sem dúvida. (*Risos.*)

Obrigada, Gerson, mas não poderia deixar de dizer para você que a expectativa da torcida do ABC, no meu Estado, é grande demais, a expectativa da renovação do patrocínio da Caixa, e da torcida do América Futebol Clube.

Eu queria chamar agora aqui o Marco Aurélio. Permita-me só chamar Marco Antonio aqui, porque Pedro viria participar deste painel, mas, como não foi possível, Marco Antonio quer fazer aqui algumas considerações acerca da campanha. Vou pedir para ser breve.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Enquanto ele vem, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, vou conceder a palavra a V. Sª.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Enquanto ele vem, eu queria agradecer ao Gerson o apoio ao esporte brasileiro, a cada segmento, porque um país é feito de vários segmentos. Vamos defender aqui, de forma incondicional, o futebol feminino, mas não será um país se ele não for abrangente com todas as outras modalidades esportivas. Quero pedir que, nesta minha gestão, se é que assim eu posso chamar, você, Gerson, não deixe de dar os patrocínios da Caixa, convença a todos para a gente manter isso para 16, 17... Porque é um momento único do futebol feminino brasileiro na minha opinião. Faço ressalva a todos os antecessores que lutaram por isso, mas, evidentemente, agora, me parece que a CBF e, especialmente, a FIFA estão focados neste desenvolvimento de forma incondicional. Nós temos que fazer isso de maneira absoluta, mas sem a sua parceria vai ser muito mais difícil. Então, que você nos ajude porque realmente os rumos estão mudando na CBF. Acredite no que eu estou falando. Vamos fazer isso de maneira muito profissional, muito intensa, com muito coração. A sua participação é fundamental para nós.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Nós vamos passar a palavra para o Marco Antonio, que, repito, vai fazer algumas considerações sobre a questão da campanha. Em seguida, imediatamente, nós vamos facultar a palavra ao Plenário, já temos um inscrito, para que possamos, com a maior objetividade, encerrar a nossa audiência no prazo previsto.

Marco Antonio, por favor, com a palavra.

O SR. MARCO ANTONIO TEIXEIRA – Pois não.

Primeiro, naturalmente, eu gostaria de dizer a imensa satisfação que a nossa Associação tenha provocado isso. Eu objetivamente, tinha provocado a Casa do Povo, e, através da Senadora Fátima Bezerra, de fato, transformamos isso numa audiência.

Eu só gostaria de ler rapidamente porque, na realidade, o que se propôs foi que este fosse um ano comemorativo. Então, tem um desdobramento de um conjunto de atividades que serão colocadas para a Casa para realmente dar sequência. Então, lembrando:

Primeiro: lançamento na mídia institucional do Programa Pautas Femininas. Vale lembrar que isso aconteceu inicialmente nas Pautas Femininas, e pudemos fazer a inserção dessa questão.

Segundo: audiência pública na Comissão de Educação, que está acontecendo hoje.

Terceiro: o desdobramento que nós pretendemos disso é que haja audiências públicas e sessões solenes nas assembleias legislativas dos 27 Estados e praticamente em todos os Municípios do Brasil, para que este debate saia daqui e entre nos Estados e entre nos Municípios.

Quarto: lançamento de um selo, carimbo e edital. Nós já estamos conversando com a Empresa de Correios e Telégrafos sobre esse lançamento, correspondente ao ano comemorativo.

Quinto: mostra de 120 anos da primeira partida de futebol feminino. Nós pretendemos determinar um período para se fazer isto, com uniformes e tudo o mais, aqui no âmbito do Congresso Nacional. Isso tudo é durante o ano, porque esse ano comemorativo vai se encerrar em 23 de março de 2016.

Sexto: jogadoras de várias épocas, com uniformes de 1895. Aí vai envolver o Ministério do Esporte, em data a se definir.

Sétimo: show, CD e DVD, com cantoras de 12 músicas sobre futebol, no Ministério da Cultura.

Oitavo: efetivamente, dar prosseguimento à segunda parte da proposta, que é um projeto de lei do Senado instituindo a medalha de honra ao mérito de futebol feminino, que é a Medalha Miss Nettie Honeyball e Marta – a Marta nossa jogadora. E que isso aconteça numa sessão solene em 23 de março do próximo ano.

Era essa a sequência, e eu gostaria só de retomar um assunto, porque eu acho que, objetivamente...

Eu quero cumprimentar a Caixa Econômica pelo que tem feito, apoiando essas iniciativas. Eu gostaria de lembrar o seguinte: na minha visão, o lucro da Confederação Brasileira de Futebol tem que ser o desenvolvimento do futebol brasileiro. Se pegarmos o balanço da CBF neste ano, ela teve um lucro da ordem de R\$60 milhões. Então, a CBF não pode ter lucro no final do ano; o lucro dela tem que ser o desenvolvimento dos esportes.

Dessa forma, eu acho que cabe muito bem no Brasil uma competição de prazo maior, tanto na parte adulta, como SUB 20, SUB 17 e SUB 15. Basta a Caixa continuar a fazer o que está fazendo, talvez para as categorias de base. Mas que a CBF também entre com os recursos dela para investir nisso, porque, na outra parte, os clubes são patrocinados; os clubes da Série B têm o aporte da... O que nós vemos é que o fomento do futebol brasileiro tem sido feito praticamente pela Caixa diretamente. Eu acho que isso seria oportuno.

Duas coisas eu gostaria de realçar de forma enfática.

Primeiro: a CBF não deve visar deixar seu dinheiro no banco, até para evitar perder, como perdeu R\$33 milhões lá no Banco Rural. Todos sabem que a CBF perdeu. Está lá no balanço dela deste ano que ela perdeu R\$33 milhões, e esses recursos poderiam estar aplicados ali. Então, esses recursos devem ser destinados ao desenvolvimento do futebol.

Segunda parte: eu acho que o Senado Federal, como participou de forma ativa na Lei Geral da Copa, tem que entrar nessa discussão da locação dos recursos referentes ao legado da Copa. O legado da Copa tem que ter uma finalidade social, tem que voltar ao povo brasileiro, e, efetivamente, na minha visão, eu não penso que construir CT seja o melhor caminho. Estamos vendo claramente, a Michael Jackson mostrou aqui uma competição que o Ministério fez por R\$700 mil. Agora, essa competição precisa de infraestrutura. Reforçando, hoje, no Estado do Rio de Janeiro, apenas 30% das escolas têm estrutura para o desenvolvimento de esportes e a inserção do futebol feminino. Assim, eu acho que, em vez de aplicar em CT, em que se vão gastar R\$8 milhões a R\$9 milhões, é preferível investir nesse tipo de situação.

Essa é a minha posição, quer dizer, eu acho que esse debate tem que voltar aqui ao Senado, para que esta Casa, de fato... O Senador Romário colocou ali que a lei, em princípio, recomenda. Ele disse que convidou, por diversas vezes, uma audiência pública sobre isso. Quem sabe agora, se ele convidar para uma audiência pública sobre o legado da Copa – agora está no momento de se distribuírem esses recursos –, esse assunto venha à baila, e a CBF, naturalmente, se fará presente – imagino eu.

Então, eu sugiro que haja um debate sobre os recursos do legado da Copa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Sr. Marco Antônio Teixeira, com certeza, a CBF está aberta a todo debate. O que não havia antes haverá agora, pode ter certeza disso. A CBF vai estar disposta a debater isso, colocar as razões, os motivos e as escolhas.

Evidentemente, quando se fala em legado, todos querem, no seu entendimento, a melhor forma. Não é simples entender qual é o melhor, porque cada um pensa de uma maneira, cada um tem uma vocação, cada um tem um interesse, cada um tem uma escolha, e isso evidentemente varia de pessoa para pessoa, de dirigente para dirigente, de necessidade para necessidade. Cada um entende a sua. Evidentemente, esse processo pode ser debatido sem nenhuma dificuldade, até porque o momento, hoje, é de transparência, e nós vamos fazer isso. Pelo menos em relação ao futebol feminino, o senhor pode ter certeza que faremos. Esse legado da Copa é um legado importante. Tem compromissos assumidos com a FIFA, a FIFA com a CBF, com auditorias e com controle de toda a execução desse projeto.

Quando o senhor fala em R\$8 milhões ou R\$6 milhões, eu garanto ao senhor que é bem menos do que isso, porque são unidades de atenção a essas pessoas que praticam o esporte, sem serem suntuosas, sem serem diferentes do que seria uma aplicação em um espaço público. Não será ostensivo. Será, ao contrário, funcional e servirá, especialmente, no caso do futebol feminino, com os 15% do legado, ao futebol feminino. Então isso será feito da maneira como todos entenderem a melhor e poderá passar perfeitamente por um debate, sem nenhum constrangimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com a palavra o Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO – Boa tarde, Senhoras e Senhores, Senadora Fátima Bezerra, demais pessoas aqui presentes.

Meu nome é Paulo Roberto, Presidente da recém-criada Liga Feminina Brasileira de Futebol. Sou de Pernambuco.

Queríamos pontuar alguns assuntos que foram colocados neste momento. É uma pena que o Plenário já não tenha tantas pessoas, porque elas iriam descobrir também o que é feito do futebol feminino brasileiro.

O futebol feminino brasileiro tem as suas riquezas. O futebol brasileiro, na parte do feminino, tem, como a própria Michael Jackson presenciou, a primeira Libertadores da América feita na cidade de Vitória do Santo Antão, no Nordeste, no Estado de Pernambuco.

Quando se fala de preconceito sobre o futebol feminino, esse preconceito ocorreu com o vôlei, com o basquete, com qualquer outro esporte que a mulher estivesse envolvida e com a própria mulher. O que devemos fazer é dar as oportunidades, e elas estão surgindo. Elas estão surgindo com o seminário que teve na CBF, estão surgindo com uma audiência pública como esta e com as organizações que estão procurando, neste momento, falar sobre a prática do futebol feminino.

Mas o futebol feminino é feito por muitos atores: jogadores, Ministério, as ONGs, mas também pelos clubes. Senhoras e senhores, no Brasil, me deem um exemplo de um clube de capital que está numa final de campeonato brasileiro, um exemplo de um clube que chega frequentemente a decidir uma Copa do Brasil?

Nós temos, concentradamente, o futebol feminino brasileiro nas pequenas regiões, no interior dos Estados do Brasil. Nessas regiões, se pratica o futebol feminino. Temos Seleção Permanente. A Seleção Permanente tem a sua base nesses clubes, que são de alguns abnegados que lutam para manter o futebol feminino no Brasil.

Quando se passa um vídeo, aqui, de um campeonato brasileiro, há pouco, com o estádio vazio, nós sentimos uma tristeza muito grande, porque a mídia também só procura os clubes de grandes camisas, e não é este o caminho. O caminho é fazer o futebol feminino com quem quer realmente fazer o futebol feminino. Não é impor. É dar as condições para os clubes, como houve, agora, a primeira reunião na CBF. Os clubes que estão ranqueados procuraram o seu espaço para a fundação dessa Liga. Iremos à CBF para que a CBF reconheça essa Liga, para que ela não fique à margem da lei e do direito.

Nós temos abnegados, como Kindermann, como Foz do Iguaçu, como Caucaia.

Para o Sr. Ricardo, eu queria passar uma informação. *(Pausa.)*

O SR. PAULO ROBERTO – Desculpe, Marco Antonio.

Seu trabalho é um trabalho muito bom, é um trabalho que vem mostrar ao futebol, ao Brasil, uma parte do futebol feminino brasileiro, mas faltam alguns detalhes.

Pernambuco tem uma federação que realiza campeonatos. Nós somos hexacampeões. O Ceará tem o Caucaia, pentacampeão. Paraná tem o Foz, pentacampeão. O Kindermann, penta, em Santa Catarina. Em outros Estados, nós temos também a realização do futebol. Mas os clubes têm que ser reconhecidos. Nós que fazemos... Não pode haver um seminário, como houve na CBF, e os clubes não terem a participação que deveriam ter tido, até por falta de uma organização dos próprios clubes. Aqui, nesta audiência, nós também não tivemos a participação que deveríamos ter, também por falta de organização dos clubes. Mas parabenizamos todos vocês.

Nós queremos dizer o seguinte: não importa a ideia de quem seja, o importante será um futebol feminino grande e vitorioso. *(Palmas.)*

Nós que fazemos os clubes não estamos lutando pelo cargo de Presidente de Liga Feminina Brasileira de Futebol, porque procuramos fazer isso até no nome. Temos as Doroteias, as Glades, os Matias – que fazem o futebol –, os Salésios, os Modestos Romas, e tantos outros no Brasil que carregam esse futebol.

Eu sou um exemplo de quando se fala em trazer faculdade e escola. Eu sou empresário do ramo da educação. Faço educação por fazer educação, por gostar da educação. No colégio e na faculdade, eu posso dizer aqui, claramente: eu sou “patrocinador” do Vitória, vice-campeão brasileiro por duas vezes, duas vezes representando o Brasil na Copa Libertadores da América, sem patrocínio, sem voz. Mas, com certeza, Marco Aurélio e Michael Jackson, vocês aqui, como o Senado, estão dando oportunidade para que tenhamos voz, para que possamos mostrar que o futebol não se faz sem os clubes.

Se se quer fazer base, tem que se fazer base nascendo nos clubes. As nossas atletas Sub-17 e Sub-20 é que estão alimentando a seleção brasileira como a seleção brasileira principal. Agora, se fizer futebol sem calendário, sem apoio e sem mídia, será sempre assim: não teremos divulgação do futebol feminino.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROBERTO – Pena que o tempo é tão pouco e que não possamos apresentar, no painel, realmente o que é o futebol feminino do Brasil. Eu vou usar as palavras do próprio Teixeira: “É conversa para in-

glês ver!” Dá essa impressão porque a gente não apresenta o futebol feminino do Brasil se não mostrar o que é feito no Rio Grande do Norte e o que é feito em Pernambuco.

Deixo uma pergunta: qual o critério para só um clube ser financiado pela Caixa Econômica Federal? O Vitória já tentou, por algumas vezes, e é um legítimo representante do Brasil na Libertadores, é vice-campeão brasileiro, hexacampeão pernambucano, mas recebeu do COB o certificado de Clube Amigo do Comitê Olímpico Brasileiro por enviar jogadoras para as Olimpíadas e para os Jogos Pan-Americanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Paulo, sem dúvida nenhuma, pela sua participação e de toda a comitiva, digo a você que mais dados que você tenha serão, sim, apreciados, com todo o respeito e com todo o carinho. Nós queremos que você passe aqui para nós, para a Comissão. E vamos ter outras oportunidades. Muito importante a sua participação.

Nós vamos agora passar para Andréa Desiderati, que foi a primeira diretora do futebol feminino, e, depois, Camilla. Em seguida, nós vamos voltar aqui para a Mesa para encerrarmos os trabalhos.

Beatriz também. Beatriz, pode até vir para cá. (*Pausa.*)

Está o.k..

Então, vai ser a Andréa, agora, e, depois, Camilla. Em seguida, nós vamos devolver a palavra à Mesa para nós encerrarmos os trabalhos da presente audiência de hoje.

Andréa, com a palavra.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – Boa tarde a todos. Muito me alegra estar aqui hoje.

Dr. Marco Antônio, continuo sendo uma abnegada do futebol feminino. Tive o meu sonho ceifado na aquela época, mas eu acho que o meu sonho está sendo restituído.

Começamos o futebol feminino no Rio. O Eduardo Viana, na época, me chamou – meu pai era vice-presidente dele – para dirigir o futebol feminino no Rio. Meu pai foi contra. Houve um embate na sala: meu pai, não; Eduardo, sim; meu pai, não; Eduardo, sim; eu, no meio. Eu falei: “Eu quero!” Todos os dirigentes na época falavam: “Deixa essa pata nova.” “Deixa essa menina fazer o que quiser.” Era Álvaro Bragança, Hildo Nejar... Dr. Marco Antonio, quantas vezes eu fui à CBF pedir, pelo amor de Deus, ajuda? Foi me sugerido desistir. Fizemos com afinco, eu e mais quatro profissionais do futebol: Helena, do Vasco, uma grande lutadora, que não pode ser esquecida; a Denise Liporaci, do Fluminense, uma grande lutadora, não pode ser esquecida; a Rose, do Botafogo, uma grande guerreira, não pode ser esquecida, e o Luiz Desiderati Júnior, do Flamengo.

Os presidentes de clubes, Senadora, tinham pavor de nós. Nós organizamos um campeonato sem dinheiro. O Sérgio Veloso, na época, conseguiu para nós uma verba para pagar os árbitros. Eu pegava as bolas, na sexta-feira, na Federação – um saco de bolas – e ia para os campos, no sábado e no domingo. Os juízes nos ajudavam. Conseguimos mídia. Toda semana o futebol feminino estava na mídia.

Quando nós estávamos conseguindo alguma coisa, o Eduardo Viana me chama na Faculdade de Administração Esportiva, depois de uma reunião tensa com o Eurico Miranda: “O futebol feminino acabou”. Eu chorava: “Não, não acabou”. “Acabou”. E a partir dali, todos os projetos que nós havíamos feito foram por água abaixo. Liga de futebol, nós tentamos fazer desde 1999. Nunca conseguimos. Quando a nossa liga estava pronta, no papel, o Eduardo me chamou e falou: “Acaba, engaveta isso agora.” E nós engavetamos isso na época. Eu fui a uma reunião com a Lauren Greg, Vice-Presidente da Liga Americana, em Boca Raton. Ela chegou para mim e falou assim: “Você quer ajuda? Eu vou para o Brasil e ajudo no que você precisar”. Cheguei aqui, mas não havia apoio de ninguém para ela vir para cá nos ajudar a fomentar o futebol feminino. O Dr. João Havelange, na época, me chamou e falou: “Andréa, vamos fazer?” Eu falei: “Vamos, Dr. João”. Ele também tentou, não conseguiu fazer.

Então, eu espero que desta vez aconteça, porque já foram tantas tentativas, tantos projetos que nunca deram em absolutamente nada. Tiramos meninas das drogas, meninas da prostituição. Todas elas voltaram para o morro. Todas elas ficaram sem ter o que fazer. E o projeto todo que a gente tinha montado foi por água abaixo. Então, eu espero sinceramente que desta vez funcione, que desta vez dê certo, porque são inúmeras tentativas, e todas nunca deram em absolutamente nada. Entram pessoas, saem pessoas, e a história é sempre a mesma: não há recursos; os clubes profissionais não querem porque não dão retorno, porque não há retorno certo, rápido, porque não há venda de jogadoras; patrocinadores não querem porque as meninas não se vestem adequadamente – isso é uma coisa que tem que ser dita. Eu fui procurar uma profissional de marketing – a Marlene Mattos, na época. Levei para ela a foto da seleção brasileira. Ela olhou para mim e falou assim: “Andréa, esquece.” Sai também do escritório dela chorando. Eu falei: Por que, Marlene? “Como é que você vai vender *shampoo*, se elas raspam o cabelo? Como é que você vai vender roupa íntima, se elas usam cueca? Esquece. Esquece.”

Eu acho que o trabalho que tem que ser feito, inclusive, é de conscientização também das atletas, porque, para nós vendermos o produto futebol feminino, para ele ser comercial, elas também precisam ajudar. Na época também, nós não tivemos essa ajuda.

Então, quer dizer, eu deixo aqui o meu apelo, que foi um sonho meu ceifado lá atrás. Eu achei que eu nunca mais fosse ser restituída desse sonho, e estou vendo, agora, aqui, uma oportunidade. O meu Deputado abraçou a causa também, porque disse: "A sua causa é a minha causa." Sou chefe de gabinete do Deputado Sóstenes Cavalcante, Anexo IV, 560. O gabinete está franqueado, para nós lutarmos juntos. O que vocês precisarem, eu estou disposta a ajudar. *(Palmas.)*

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Muito bom, Andréa. Parabéns pelo seu testemunho, pelo seu depoimento. Toda a nossa solidariedade e incentivo a você, pela sua história do passado, do presente e do futuro. Faço minhas as suas palavras: Nós queremos exatamente o quê? Mudar esse panorama, e, por isso, inclusive, estamos aqui. Muito bom ver, hoje, você trabalhando com o Deputado Sóstenes, ou seja, mais um parceiro importante nosso, naquela Casa, na Câmara, que, junto com o Senado, forma exatamente o Congresso Nacional.

Nós, claro, dentro das nossas competências, dentro das nossas atribuições, temos, sim, como colaborar, sem dúvida nenhuma, para tirar o futebol feminino – não é, Michael Jackson? – dessa invisibilidade, Gerson, que ele vive ainda, desses preconceitos, disso tudo. Mas o fato é que, enfim, os tempos são outros, Andréa, os tempos são de um mundo inclusivo, de um mundo generoso. Os tempos são os tempos de dialogar com a diversidade. Nós já vimos aqui, o que significa, primeiro, o futebol como um todo, a tradição. Está na alma, está na raiz, no sangue do brasileiro. Queremos, na verdade, reparar essa dívida que o Estado tem com relação à questão do incentivo ao futebol feminino.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – E que os recursos, Senadora, cheguem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – Os recursos precisam chegar à fonte final, porque outra dificuldade que nós tínhamos é que conseguíamos patrocínio, mas, quando chegava aos clubes, os clubes ficavam com o dinheiro e não repassavam para o futebol feminino. Isso tem que ser assim muito, mas muito bem elaborado para, justamente, não acontecerem as mesmas coisas que aconteceram no passado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Presidente, só, rapidamente, me colocar à disposição para que os seus antecedentes possam ser aproveitados por nós, pela CBF...

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – Com certeza. Com certeza.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – ...e convidá-la a participar comigo nesta mudança.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – No que o senhor precisar. Eduardo Farah, na época, nos ajudou muito, incentivando o futebol feminino em São Paulo. Eu fui assessora dele na liga Rio-São Paulo.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Eu me lembro.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – O Dr. Marco Polo Del Nero sempre ajudou muito o futebol, mas são casos isolados, e, se São Paulo está bem e o Rio não tem, ninguém quer. Tem que ter o Sul, Minas... Tem que abranger o Brasil todo.

(Soa a campanha.)

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – Entendeu?

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Eu dizia aqui ao Marco Antonio que nós vamos unir esses pontos, como alguns que não foram postos na sua apresentação, óbvio, porque há desconhecimento.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – Claro.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Mas lembrar que é o Vitória do Santo Antônio, em Foz do Iguaçu. Há, em todo o País, gente fazendo isso de uma maneira especial.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – O Brasil é um celeiro de meninas jogando bola.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – O que nós precisamos, realmente, é incluí-los todos. Eu queria incluí-la na minha pauta de apoio.

A SRª ANDRÉA DE FIGUEIREDO DESIDERATI – Com certeza. Está bom.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos passar a palavra agora para a última inscrita, que é a Camilla.

Camilla, por favor.

A SRª CAMILLA ORLANDO SANTANA VERISSIMO – Bom dia, boa tarde. Obrigada pela oportunidade de poder falar sobre o futebol feminino.

Como a grande maioria, o futebol foi a minha escola. Tive a escola universitária, mas o futebol também me ensinou muitas coisas. Acho que o futebol, como falado inicialmente, não deve ser visto só como esporte. Tem que ser visto, sim, como uma ferramenta de mudança. Assim como a primeira Copa do Mundo foi criada com o intuito de unir os hemisférios, o primeiro jogo de futebol feminino, como falado aqui, há 120 anos, foi realizado por uma mulher que lutava pelos direitos de igualdade. Então, o futebol já vem, desde o seu início, sendo utilizado como ferramenta para alcançar o objetivo de união, de igualdade e de direitos. Agradeço por esse momento.

Acredito que o futebol esteja, sim, vivendo um momento diferente para as mulheres. Em 2012, eu parei de jogar futebol com o intuito de auxiliar nessa gestão esportiva do futebol, e eu acredito que esse caminho está sendo traçado não só por mim, mas por milhares de clubes que estão há muito mais anos do que eu nessa trajetória, como por exemplo, a Michael Jackson, que é uma referência e um modelo do que o futebol feminino é até hoje.

Acho que, no momento, seria válido você contar um pouco da sua trajetória, como atleta, para ser compreendido o que o futebol feminino vive hoje. Por que a gente vive isso hoje? Porque realmente, para começar a jogar futebol, que era proibido por lei, você tem que, realmente, ser uma mulher porreta. Talvez, em algum momento, essas meninas tenham se utilizado de uma figura masculina para se impor dentro de uma sociedade, mas acredito que isso está mudando, porque estamos tendo o nosso espaço para ser escutada.

Agradeço pela oportunidade dessa audiência e espero que outras audiências sejam feitas.

Marco Aurélio – pela CBF, eu tive algumas oportunidades de conversar com você –, vejo, sim, uma mudança de postura e de gestão diferente em relação ao futebol feminino. Espero que passemos do “agora vai”, a que eu acho que a Andréa está se referindo. Eu já escutei muitas vezes: “Agora vai!” Então, eu realmente espero que esse seja o momento para dar o passo seguinte do “agora vai”.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada.

Vamos, agora, para o encerramento aqui dos trabalhos.

A Beatriz tinha pedido para dar uma palavrinha.

A SRª BEATRIZ HELENA MATTÉ GREGORY – Só para finalizar, eu penso que, de fato, esse momento é bastante importante. Foi um momento. Já tivemos outro na Câmara, há um tempo, para falar de esporte, de um modo geral, mas esse, para falar, em específico, sobre o futebol feminino, foi extremamente importante. Esse debate precisa ir para a sociedade, precisa percorrer os mais diversos campos e organizações e avançar. É só discutindo que vamos conseguir mudar a própria realidade concretamente.

Eu queria apontar alguns pontinhos.

Primeiro, os preconceitos, e eles continuam. Eu penso que, quando falamos de patrocínio, temos que cuidar para não reforçar preconceitos. Por exemplo, acho que há muitas outras características nas mulheres para reforçar, além da sua aparência física. Podemos falar das mulheres que têm garra, que têm persistência, que são lutadoras, que têm força, que têm determinação. Eu penso que esses pontos podem ser explorados. Podemos conseguir patrocínio buscando não só esses, mas outras características, sem reforçar preconceitos que isolaram a mulher dos esportes e do futebol, não é?

Outro ponto que eu gostaria de levantar é a questão da aplicação do dinheiro. A Medida Provisória nº 671 levanta a questão da necessidade de ter investimento no esporte de base e no futebol feminino. Penso que é fundamental garantir isso, especialmente quando se fala de dinheiro público. A mulher compõe 50%, mais do que isso, da população brasileira e é extremamente justo e necessário que o dinheiro público seja distribuído igualmente para as mulheres. Se não igualmente, que consigamos avançar. Por isso, quando pensamos nisso, temos que avançar no sentido de dizer: “Vai ter quota, sim!” “Vai ter um percentual, sim, e esse percentual tem de ir avançando, tem que ir aumentando à medida que vai passando o tempo.” Temos que ir conquistando esses avanços. A Caixa tem feito isso. A Medida Provisória nº 671 levanta isto: as dívidas dos clubes. A Caixa tem investido e patrocinado vários clubes. Acho que é fundamental pensar: “É dinheiro público? Então, esse clube vai ter que pensar também que esse dinheiro não pode ser aplicado só no futebol masculino, mas também no feminino.”

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Gerson, quer dar uma palavrinha para considerações finais?

O SR. GERSON BORDIGNON – Só duas coisas, Senadora.

O debate do esporte no Brasil, acho que há a necessidade de ampliá-lo um pouco. Quando se começa a discutir o futebol feminino, daqui a pouco, se acaba discutindo o esporte de pessoas com deficiência, etc. Eu penso que, hoje – discutiu-se bastante isto aqui – , na escola, o esporte praticamente não existe mais. Então, a gente poderia trazer o Ministério da Educação de volta, com esporte na escola. Na frente, isso se deriva – é gênero: vai para o vôlei, vai para o futebol, vai para onde for. Mas acho que a gente tem que voltar um passo para trazer de volta o esporte para a escola.

Há uma outra coisa que não é nem provocação. Eu estava ouvindo o que você estava falando, mas não tenho opinião formada mesmo. Agora, será que o modelo do futebol feminino tem que seguir o do masculino? Ou seja, eu preciso de camisa? Por que a gente precisa e, vira e mexe, faz essa discussão? Você comentou há pouco que o patrocínio existia, mas ele parava lá no time e não chegava ao feminino. Quer dizer, esse modelo que existe no masculino é adequado? Eu quero esse modelo para o feminino? Então, acho que essa discussão a gente precisa aprofundar um pouquinho mais.

Obrigado, Fátima. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito, Gerson.

Obrigada.

Em face do adiantado da hora, eu quero aqui agradecer demais a presença dos nossos debatedores. A presença de todos vocês é fundamental para dar exatamente alma ao debate, para dar conteúdo ao debate.

Agradeço aos nossos convidados: a você, Andréa; a Camilla; ao Sérgio Velloso; ao Rogério; aos nossos convidados, Paulo, da Liga Feminina Brasileira de Futebol, bem como ao Gezi, que é Vice-Presidente; ao Richard, que é Secretário da Liga Feminina; ai Eudes; ao Leonel; enfim, a todas e a todos vocês.

Sérgio...

O SR. ROGÉRIO HAMAM / SÉRGIO GOMES VELLOSO – Senadora, eu queria apenas dar um esclarecimento sobre o que o Gerson falou.

O Ministério do Esporte já está caminhando no sentido do esporte na escola. Nós já temos um programa chamado Atleta na Escola em parceria com o Ministério da Educação. Então, nós vemos isso nesse viés. Nós temos este olhar de que precisamos construir a base de qualquer esporte, principalmente o futebol feminino, na escola, porque o atleta começa ou na escola, ou no clube. A ligação da escola com o clube é fundamental para se formar a base. Não vai haver menina no Sub-17, se não houver o Sub-15; não vai haver o Sub-20, se não houver o Sub-17, e assim por diante.

Para terem uma ideia, no programa Atleta na Escola, 42% dos beneficiados são meninas; de 12 a 14 anos, 64%. Esses são dados de um levantamento apresentado pela Beatriz. Isso já está acontecendo. O que a gente precisa é avançar essa discussão do futebol feminino. O momento é muito profícuo, o solo está fértil. Este é o momento de alavancar essa modalidade pela qual a Andrea lutou comigo, durante muito tempo, lá no Rio de Janeiro.

Obrigado.

Era só isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu queria, Marco Aurélio, que você anotasse uma pergunta que chegou para nós, já que a nossa audiência é interativa.

Em seminário realizado na semana passada, na sede da CBF, a Gerente de Desenvolvimento do Futebol Feminino da FIFA, Mayi Blanco, fez críticas ao curto período destinado à realização do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, que dura apenas dois meses. Segundo ela, o Brasil tem se distanciado das grandes potências do futebol feminino, citando que outros países, inclusive na América do Sul, possuem projetos mais consistentes para a modalidade. Diante disso, gostaríamos de saber o que a CBF tem feito para que o futebol feminino possa se consolidar no País.

Isso é para você levar, e a gente também precisa conversar sobre o assunto.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – O primeiro seminário já foi a mudança inicial. A seguir, virão as outras, desde que apoiadas com as grades de televisão, os patrocínios, como o da Caixa, e, evidentemente, com os clubes se interessando por isso.

Nós faremos isso. Vamos dar esse incentivo.

Então, uma resposta rápida e conclusiva: nós vamos tentar mudar exatamente esse calendário. Agora, tudo depende de custos, de oportunidades...

Agora, tudo depende de custos, de oportunidades, porque os clubes têm que manter os seus atletas e a CBF tem que organizar um bom campeonato.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito.

Nós vamos dar a reunião por encerrada, agradecendo, mais uma vez, repito, a presença de todos e de todas vocês.

Agradeço ao Marco Antonio, que foi um dos fomentadores; ao Leo, que foi um dos grandes incentivadores, idealizadores deste debate. Leo, foi muito legal! Repito: o que nós estamos fazendo não é nem um favor; esse é o nosso dever, a nossa obrigação.

Acho que a questão do esporte, na verdade, Michael Jackson, Gerson, tem que ser vista dentro de uma percepção muito mais ampla – não é, Beatriz? A questão do esporte, da cultura a gente tem que ver, em primeiro lugar, como um fator de inclusão social. Esse é o conceito central que a gente tem que trabalhar.

Eu acho que o que fica patente aqui, muito patente mesmo – aí eu dialogo, inclusive, com as esferas governamentais, com a Secretaria de Política para as Mulheres, com o Ministério do Esporte –, é a necessidade de unificar essas políticas e essas ações, Beatriz, voltadas exatamente para recuperar o tempo perdido. Não vamos mais cair em redundância. Todos nós vimos aqui o quanto há de atraso, do ponto de vista do papel do Estado e também do ponto de vista da sensibilidade da sociedade, com relação exatamente à questão do esporte, do futebol feminino. Agora, nós temos que olhar para frente e tentar recuperar esse tempo perdido.

Acho que, no campo do Governo, fica aqui uma lição: a necessidade de o Governo, de repente, unificar essas ações. Qual é o ministério protagonista? É óbvio que é o Ministério do Esporte. Vocês são o Ministério protagonista, mas é preciso dialogar, por exemplo, com a Secretaria de Política para as Mulheres. Por quê? Porque há exatamente o segmento do futebol feminino.

O Gerson perguntou aqui: como estreitar, cada vez mais, essas relações com o Ministério da Educação? Como estreitar, cada vez mais também, essas relações com o Ministério da Cultura, entre outros?

Aqui foi citada, por exemplo, a Confederação Nacional do Esporte. É importantíssimo que essa conferência aconteça, porque ela é um espaço muito importante para a gente agregar, irradiar, trazer a sociedade. A conferência é importante, mais do que tudo, por quê? Porque ela faz o debate de baixo para cima, e não de cima para baixo. Entendeu, Paulo? A conferência vai reunir todos os segmentos. Portanto, a conferência vem na direção de dar mais legitimidade, mais confiabilidade e identidade, e de indicar os passos, do ponto de vista programático, que a gente deve seguir.

E quanto à Caixa? A Caixa sabe do papel que ela desempenha, sem dúvida nenhuma, do ponto de vista da questão do financiamento, do apoio, que nós queremos ver crescer cada vez mais.

Queremos muito dialogar com a CBF. Isso aqui é o início. Nós queremos dialogar muito com a CBF. A CBF pode fazer muito mais – muito mais a CBF pode fazer.

Eu sei que a CBF está aberta para que a gente aprofunde esse debate, do ponto de vista...

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA (*Fora do microfone.*) – Sem dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu sei disso, Marco Aurélio.

Volto a dizer que ela pode fazer muito mais, sendo uma parceira mais efetiva, exatamente para avançar numa política pública de promoção da questão do esporte, do futebol feminino.

Por fim, as considerações aqui já elencadas por Marco Antonio estão todas acolhidas por mim; pelo Senador Romário; pela Senadora Regina e pela Senadora Simone Tebet, que também foram autoras da presente audiência. Essas sugestões que você apresentou, Marco Antonio, já estão acolhidas pela Mesa Diretora e por todos que fazem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Não é só fazer audiência pública para fazer fotografia. Audiência pública tem de ter desdobramento. Lógico! E que os que estão aqui cobrem, inclusive, de nós.

Eu quero acrescentar dois encaminhamentos, Marco Antonio, que eu pediria que você anotasse na lista de encaminhamentos que você já apresentou.

Você apresentou o Projeto de Lei da questão da medalha. Vamos apresentar, a medalha de homenagem às lutadoras do futebol feminino. Você apresentou, dentro do calendário ao longo deste ano, a questão da campanha na mídia. Você apresentou, por exemplo, a realização de mais uma audiência pública, de uma reunião solene.

E eu quero colocar duas questões aqui muito, muito importantes.

Na medida provisória em tramitação aqui no Congresso, a MP 671, que trata da modernização e gestão do futebol, uma das proposições, um dos seus itens é exigir que os clubes, para terem direito ao financiamento ou refinanciamento de suas dívidas, assumam o compromisso de financiamento com futebol de base do futebol feminino. Eu queria colocar, como encaminhamento disso, pedir tanto ao Ministério dos Esportes como à SPM para que acompanhem, detalhadamente, esse debate, para assegurarmos que, quando da votação dessa Medida Provisória, de fato, esse dispositivo seja assegurado, e seja assegurado para ser viável, para ser exequível.

Segundo, vamos tratar das providências já com relação à lei para tratar da renovação da Lei de Incentivo ao Esporte. (*Palmas.*)

Leve para o Ministro George Hilton, logo agora, esta demanda da nossa Comissão: que o Ministério dos Esportes comece já as tratativas para enviar, o quanto antes, ao Congresso Nacional, projeto de lei tratando da renovação. Você já quer dar a boa notícia, que já está em andamento?

O SR. ROGÉRIO HAMAM – Já existe uma emenda parlamentar, na MP 671, que trata da renovação. Há um projeto de lei em encaminhamento que aumenta o percentual do benefício, tanto para a pessoa jurídica quanto para a pessoa física, e a renovação. Na MP 671 só entrou a renovação, porque é uma coisa mais premente, porque a lei vence em dezembro deste ano.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO HAMAM – Já está na MP. Vai chegar aqui, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu sei. Vai assegurar a renovação, mas isso precisa do texto, do projeto de lei, porque, no projeto de lei, vamos ter uma discussão, vamos ter oportunidade de fazer a atualização e a revisão de forma mais abrangente.

A última demanda que eu quero colocar, aqui, também, ao Ministério do Esporte e à SPM, é com relação à Conferência Nacional do Esporte.

Bom, meus amigos e amigas, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência. (*Palmas.*) Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Telmário Mota e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 47/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Romário e Ana Amélia, destinado a discutir “**A Educação e a sensibilização da sociedade sobre o dia 10 de maio – Dia internacional de atenção à pessoa com Lúpus – uma doença autoimune que pode matar**”, por sugestão da Associação Maria Vitória Doenças Raras e Crônicas (Amavi). Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Roger Abramino Levy, Médico e Professor de Reumatologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Senhor Eduardo Ferreira Borba Neto, Presidente da Comissão de Lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia; Senhora Raquel Medeiros Lisboa, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Senhor Carlos Eduardo Danilevicius Tenório, Paciente e Representante da Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos (ANAPAR); Senhor Rafael Antonio Guimarães, Consultor Técnico da Coordenação de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Senhor Walter Lyrio do Valle, Especialista em Saúde Pública e Representante da UNIDAS Nacional (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde).** Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, anuncia a apresentação de um projeto de lei, de sua autoria, que “**Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre os Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes do Programa Universidade para Todos – ProUni**”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Júlio Delgado (PSB/MG); Senhora Lauda Santos, Presidente da Associação Maria Vitória Doenças Raras e Crônicas (Amavi/DF); Senhora Jamile Nascimento, Chefe de Serviço de Reumatologia do Hospital de Base de Brasília/DF; Senhora Abigail Gomes Silva, Presidente da Associação Brasileira de Pacientes Reumáticos; Senhor Wenner Patrick, Vereador de Formosa/GO; Senhor Rodrigo Araújo, Secretário Executivo da Amavi; Senhora Ana Carolina Rios, Coordenadora de Apoio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Ans/DF); Senhor Luis Gonzaga Amorim, Especialista em Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Ans/DF); Senhor Izabel

Oliveira, Representante da Associação do Lúpus e Outras Doenças Reumáticas do Vale do Sino (Alureusinos/RS); Senhor Marco Aurélio Tavares, Representante do Grupo de Apoio aos Pacientes Reumáticos do Ceará (Garce); Senhora Vânia Pereira de Souza, Representante Projeto de Atenção à Pessoa com Lúpus do Município de Formosa/GO; Senhora Nilma Rodrigues de Oliveira, Representante da Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos (Anapar); Senhora Deborah Orrú, Gerente de Acesso da Indústria Farmacêutica Gsk (Glaxosmithkline/SP); Senhora Ana Geórgia Simão, Autora do Blog “A Menina e o Lúpus”, da Ong Encontrar; Senhor Antonio George (PSB/BA), Prefeito de Ichu/BA; Senhor Edvaldo Apolônio “Arraia”, Vereador de Ichu/BA; e Senhores Julio Araujo e Wagner Rodrigues, Vereadores de Tabuleiro Grande/RN. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Romário, autor do Requerimento, e o Senhor Deputado Federal Júlio Delgado (PSB/MG). Prosseguindo, a presidência concede a palavra, excepcionalmente, aos seguintes integrantes da plateia: Senhora Lauda Santos, Senhora Abigail Gomes da Silva, Senhora Jamille Nascimento Carneiro, Senhora Dalva Maria Souza Moura, Senhor Werner Patrick, Senhora Nilma Rodrigues de Oliveira, Senhora Ana Geórgia Simão e Senhor Rodrigo Araújo. Neste momento, a Senhora Lauda Santos, Presidente da Associação MariaVitória (Amavi), faz a entrega de um manifesto ao presidente assinado em conjunto com as seguintes entidades: Associação Brasileira de Pacientes Reumáticos (Abrapar); Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos (Anapar); Associação de Portadores de Lúpus do Vale dos Sinos (APL/Sinos); Associação dos Reumáticos de Uberlândia e Região (Arur); Grupo de Apoio aos Pacientes Reumáticos do Ceará (Garce); e Associação Brasileira Superando o Lúpus. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Romário, faz um registro de que, no último dia 10 de maio, o Congresso Nacional foi iluminado com luzes roxas em homenagem ao Dia Mundial do Lúpus. Em seguida, a presidência faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a presença de todos e a participação dos internautas, declarando encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Romário, encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião da anterior e aprovação da mesma.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 47, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, Senador Romário de Souza Faria, e da Senadora Ana Amélia, para realização de audiência pública destinada a debater A educação e a sensibilização da sociedade sobre o dia 10 de maio – Dia Internacional de Atenção à Pessoa com Lúpus – uma doença autoimune que pode matar.

O tema foi sugerido pela Associação MariaVitória (Amavi).

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Convido para tomarem assento à mesa o Sr. Roger Abramino Levy, médico e professor de Reumatologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Eduardo Ferreira Borba Neto, Presidente da Comissão de Lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia; Sra Raquel Medeiros Lisboa, Gerente-Geral da Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplemente (ANS); o Sr. Carlos Eduardo Danilevicius Tenório, paciente representante da Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos (Anapar); Sr. Rafael Antônio Guimarães, Consultor Técnico da Coordenação de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Sr. Walter Lyrio do Valle, especialista em saúde pública e representante da Unidas Nacional (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde).

Informo que esta audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, da Rádio Senado, do Jornal do Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do

telefone 0800-612211, e e-cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Senhoras e senhores, os tempos são modernos, mas existem doenças bem antigas que continuam afetando todos nós, e uma delas é o lúpus, que, por não ter indícios ou sintomas bastante conhecidos como outros males que afetam a população, muitas vezes demora a ser diagnosticado. Assim, a demora no início do tratamento pode ensejar o agravamento da doença e, em algumas situações, pode resultar em óbito do paciente, infelizmente.

Por isso, estamos realizando esta audiência pública, que conta com a participação de reconhecidas autoridades no assunto. Certamente, tiraremos daqui propostas que nos ajudarão a conhecer, a diagnosticar e a tratar melhor essa doença autoimune que afeta muitos brasileiros e muitas brasileiras.

O lúpus é uma doença inflamatória, autoimune, de causa ainda desconhecida, desencadeada por um desequilíbrio no sistema imunológico e que pode ser superficial, atingindo apenas a pele ou atingir qualquer outro tipo de tecido do corpo, recebendo, nesses casos, o nome Lúpus Erimatoso Sistêmico (LES).

Ao contrário do que pode parecer, não é uma doença tão rara, pois acomete uma pessoa em cada mil da raça branca e uma a cada 250 da raça negra. Também é mais frequente nas mulheres, numa proporção de dez mulheres para cada homem diagnosticado.

O que já se sabe é que cerca de 10% a 20% dos pacientes com lúpus têm algum familiar que apresenta quadro reumatológico ou de doença autoimune na tireoide ou no fígado, por exemplo, o que comprova a existência de componente genético no aparecimento da doença. Os hormônios aparecem também como componentes importantes, pois o lúpus tem-se mostrado frequentemente na população fértil feminina. Também já ficou demonstrado que o outro fator que pode facilitar o aparecimento ou a piora da doença é a exposição à luz solar.

Eu poderia, aqui, continuar a minha fala, mas eu vou encurtá-la, dizendo que, para esta Comissão, para esta Casa e, acredito, também para nossa sociedade, esta audiência pública é de grande importância, de grande relevância, porque aqui estão, como já havia citado anteriormente, grandes especialistas, inclusive até pacientes mesmo dessa doença que vem acometendo muitos seres humanos, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Então, eu quero dizer que é uma honra poder estar aqui recebendo todos vocês que estão sentados nesta mesa. E que todos vocês desse lado também sejam bem-vindos. Acredito que a gente possa ter aqui uma audiência pública bem interessante, bem relevante, bem produtiva, e sair daqui com grandes possibilidades de passar para a nossa sociedade o que realmente é interessante saber sobre essa doença.

Eu vou começar aqui, concedendo a palavra ao Dr. Roger Abramino Levy, médico e professor de Reumatologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj.

Por favor, Sr. Roger, com a palavra.

O senhor dispõe de 15 minutos.

O SR. ROGER ABRAMINO LEVY – Está bom. Obrigado.

Eu queria agradecer ao Senador a presença de todos aqui para falar de um tema tão importante para todos nós. É um assunto que eu tenho estudado a minha vida toda, desde a época da faculdade. Eu queria fazer uma breve apresentação. Tenho feito pesquisas. Trabalho para vários laboratórios e também tenho apoio da Capes-CNPq e Faperj para nossas pesquisas.

O meu envolvimento com o lúpus começou durante a faculdade, em 1982, quando, em uma família a que eu era muito ligado, a mãe das minhas amigas faleceu com lúpus; e, logo, uma das irmãs, que na época tinha 16 anos, abriu a doença já com quadro renal. Ela foi tratada e, nos primeiros anos, ela já fez complicações, como osteonecrose – o osso do quadril dela ficou necrosado, e ela teve que colocar prótese. Teve sangramento gastrointestinal e várias complicações da doença. Ela fez Medicina, formou-se, fez Pediatria e, com 44 anos, aposentou-se por invalidez. E acompanhava com médico até 2012, quando eu comecei a acompanhá-la. Ela fazia uso de várias medicações psiquiátricas para depressão, para ansiedade, para insônia, tratamento para hipertensão, tratamento para todas as complicações do tratamento do lúpus.

Então, o que a gente aprendeu com esse caso?

Ela agora está melhor, porque a gente está tratando ela com novos tratamentos. A gente está conseguindo tirar a cortisona, que ela ficou mais de 30 anos sem conseguir parar de usar.

Então, a gente sabe que, no lúpus, o controle da doença pode ser, às vezes, pior do que algumas doenças. É uma doença que afeta mais mulheres do que homens – dez mulheres para um homem –, em geral mulheres jovens e na fase reprodutiva. Ela é mais grave e envolve mais órgãos em afrodescendentes e hispânicos do que entre caucasianos.

Como o Senador Romário mencionou, ela tem uma agregação familiar. Então, tem uma predominância genética relacionada a outras doenças autoimunes e pode chegar até 20, até 150 casos em cada 100 mil ha-

bitantes, mais comum em afrodescendentes. Nos últimos anos, a incidência tem aumentado, porque a gente tem meios de fazer diagnósticos mais cedo e identificar essas pessoas que podem ter um quadro clínico muito variável. Então, se a gente comparar com a artrite reumatoide, o lúpus é mais raro, mas é uma doença que tem um grande impacto na vida das pessoas. A gente tem critérios para diagnóstico. E, por aqui, vocês veem como é amplo o espectro de manifestação: na pele, nas articulações, nas mucosas, o distúrbio renal, que muitas vezes é o quadro mais grave, e também o sistema nervoso central. E os exames de laboratório que confirmam.

Em 2012, foi proposto um critério mais amplo, para que a gente pudesse diagnosticar os pacientes mais cedo, e, então, poder oferecer um tratamento antes de ter complicações que muitas vezes vão ser irreversíveis.

Aqui, eu não vou ficar falando sobre a patogenia da doença, mas é uma doença complexa, que envolve o sistema imune. E basicamente o que acontece é que a pessoa passa a reagir contra o seu próprio organismo, numa reação autoimune. E os autoanticorpos que a gente pode detectar já aparecem antes do quadro clínico da doença. Então, a gente tem marcadores nos exames de sangue que são preditores do tipo de acontecimento que vai acontecer e das complicações que podem acontecer no futuro.

Se a gente comparar uma mulher, uma pessoa entre 16 e 25 anos que tem lúpus, ela tem quase 20 vezes mais chance de mortalidade do que a população geral da mesma faixa etária. Então, é um impacto muito grande na mortalidade.

É claro que houve uma melhora nos últimos anos. Se compararmos a década de 60 com agora, veremos que melhorou bastante, mas ainda há um número inaceitável de mortalidade e de morbidade relacionado ao lúpus.

No início da doença, as pacientes têm mais complicações e mortalidade pela própria doença. Mas, depois de uma fase inicial, é por complicações do tratamento, muitas vezes relacionado ao uso do corticoide.

Então, nos anos 50, uma pessoa com lúpus sobrevivía quatro anos, 50% de sobrevida. Hoje, quase 90%, em 15 anos, mas com uma série de complicações que são inadmissíveis.

Essa menina faleceu durante a gravidez por um quadro de infecção, porque tivemos que tratá-la de lúpus, e ela teve uma infecção que não foi possível controlar.

Então, antigamente, as pessoas morriam da atividade da doença. Hoje, a mortalidade é relacionada à atividade em torno de 20%, mas a infecção é mais frequente ainda e há complicações cardiovasculares – trombose, AVC – relacionadas muito ao corticoide.

Existem três tipos de paciente: aqueles que fazem pioras e melhoras; aqueles que têm uma crise e ficam anos bem, controlados; e pacientes que têm uma doença crônica ativa e que vão precisar usar muito corticoide por muito tempo.

A gravidez é sempre uma situação especial na pessoa com lúpus. Temos que planejar. Então, sempre dizemos que mudamos um paradigma. Quando eu era estudante, eu aprendi que quem tinha lúpus não podia ter filho, não podia engravidar. Hoje, há um centro de referência para gestantes. Mas a palavra-chave é o planejamento e o ajuste do tratamento.

Desses três aqui, um dia, eu tive que tomar conta deles, porque a mãe estava ocupada tendo o quarto filho, o que, nos anos 70, seria algo inconcebível.

Então, sabemos que a doença tem um grande impacto na sobrevida dos pacientes e na qualidade de vida dessas pessoas e em toda a família de quem tem lúpus. Podemos melhorar a atividade da doença, mas o dano acumulado, que é irreversível, vai aumentando ao longo do tempo e não está só relacionado à doença em si, mas também ao uso e ao abuso de corticoide.

Portanto, temos que tratar a doença, melhorar o quadro clínico, mas poupar ao máximo os efeitos colaterais do tratamento. O tratamento não pode ser pior que a doença.

Esta é uma paciente que não consegue tirar o corticoide e tem muitos efeitos colaterais.

Em 1950, o Professor Hench mudou a história da Medicina com a descoberta da cortisona para tratar artrite reumatoide e, depois, outras doenças. Nessa época, eles estavam felizes, achando que tinham resolvido todos os problemas. Mas, hoje, sabemos que o dano acumulado do corticoide, mesmo numa dose de 5mg – que se pode considerar pouca –, por seis meses, já pode causar osteoporose, diabetes, inchaço, glaucoma, catarata. Podemos falar até amanhã de tudo o que o corticoide pode fazer com uma menina jovem: espinha, estrias, cabelo em lugares que não era para haver cabelo.

Então, queremos atingir a remissão completa, mas usar o mínimo de medicação que vá agredir e causar dano aos nossos pacientes. Mesmo os pacientes que têm uma atividade que podemos considerar baixa, pouca atividade de doença, ao longo do tempo, eles vão ter um dano acumulado.

Há alguns marcadores que conhecemos como de melhor prognóstico, que vão melhorar a sobrevida e a qualidade de vida do nosso paciente. Quando conseguimos controlar a doença logo no começo, quando conseguimos manter esse controle com uma dose mínima ou, de preferência, tirar de todo o corticoide. E, ob-

viamente, um dos problemas principais, com toda doença crônica, que é a adesão ao tratamento, quando o paciente segue o que lhe propomos num esquema de tratamento programado.

Portanto, esse é um balanço muito delicado: temos de controlar a atividade da doença com o mínimo de toxicidade do tratamento. Esse é o desafio que nós temos que, juntos, tentar conseguir.

Eu tenho uma experiência muito grande com mulheres com lúpus que tiveram filhos e que ouviram antes que nunca iam poder tê-los. Mas ainda precisamos melhorar muito o cuidado dessas pacientes.

Essa é uma paciente que, há mais de 20 anos, trata sem conseguir tirar o corticoide. Quando conseguimos fazer um esquema novo de tratamento, em menos de um ano ela melhorou e conseguiu tirar o corticoide.

Então, temos de diagnosticar o quanto antes o lúpus. Os cuidados gerais não são só remédio, mas a proteção, o uso do protetor solar, o conhecimento. A educação e a participação do paciente no tratamento são fundamentais, assim como reconhecer melhor o mecanismo da doença para poder tratar os pacientes de uma forma mais eficaz e com menos toxicidade.

Aqui, a nossa festa de fim de ano, com apenas uma parte do grupo de pacientes e alguns alunos que também agradecem a esta Comissão pela oportunidade de falarmos desse tema tão importante. Em nome deles e em meu nome, agradeço a atenção de todos aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pela sua participação, Dr. Roger Abramino Levy.

Passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Ferreira Borba Neto, Presidente da Comissão de Lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia.

O SR. EDUARDO FERREIRA BORBA NETO – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu agradeço por estar participando dessa audiência. Parabenizo o Senador pela iniciativa de proporcionar este momento aqui, no Senado, e que seja transparente em termos de reconhecer essa doença, que por muitos não é conhecida, mas que tem um impacto bastante significativo para a vida delas.

Na verdade, trata-se de um momento histórico de revermos alguns aspectos e tentar proporcionar o melhor que podemos em termos de tratamento para esses pacientes. Na verdade, é isso o que nós queremos, e eu, como Presidente da Comissão de Lúpus da Sociedade, como médico, acompanhando esses pacientes há muitos anos, é o que nós realmente desejamos em termos de um tratamento mais adequado para eles.

Vou dar alguns aspectos e uma visão de como nós vimos trabalhando o tratamento da doença, naquilo que podemos interferir e onde podemos mudar, para que tenhamos um pouco mais de qualidade de vida e de tratamento desses pacientes.

Eu não tenho conflito de interesses. Sou um professor com dedicação exclusiva na Faculdade de Medicina da USP. Enfim, não tenho nenhum conflito de interesse.

Toda vez que pensamos no objetivo de um tratamento para o paciente, estamos visando três aspectos fundamentais: estamos tentando buscar o melhor tratamento, tentando proporcionar a maior sobrevida para esses pacientes, e isso independente da doença, e com a melhor qualidade de vida.

Esse é um conceito recente em doença autoimune e particularmente no lúpus. Antes, estávamos muito preocupados somente em tratar aspectos inflamatórios agudos naquela fase, principalmente os quadros renais, e estávamos deixando de levar em consideração uma série de outros aspectos que são extremamente importantes para a vida desses pacientes.

E esse conceito surgiu de uma reunião de um grupo europeu que se chama Treat to Target, que abreviamos T2T. Esse é um novo conceito em tratamento.

Em que se baseia esse conceito?

Buscamos um tratamento com alvo definido. Nós temos uma meta: não deixar o paciente progredir para uma insuficiência renal; utilizar o arsenal terapêutico que nós temos, para que ele não progrida, para que ele não atinja esse problema renal.

Em que se traduz esse conceito?

É termos algum parâmetro de medida, por exemplo, de grau inflamatório, de função renal, e tentar adaptar um tratamento, propor um tratamento, esperar um tempo de ação e, caso não tenhamos um resultado satisfatório, vamos remedir de novo, readaptar esse tratamento, até conseguirmos um objetivo específico. Isso significa ter um tratamento adequado e efetivo. Esse é um ponto importante. Não adianta usar uma medicação que seja eventualmente um paliativo naquele momento e não vamos conseguir melhorar o tratamento ou a sobrevida desses pacientes.

Dentro desse conceito, nós temos dois aspectos importantes no tratamento. A primeira fase do tratamento que chamamos de indução da resposta inflamatória. É uma das fases mais importantes do tratamento. É quando temos de intervir de uma forma incisiva, em termos de bloquear o quadro inflamatório na doença.

E, numa segunda fase, que é uma fase de manutenção, vamos buscar algumas medicações que vão proporcionar o controle desse processo inflamatório. Uma vez que não conseguimos obter um alvo definido com o tratamento proposto, teremos consequências dessa não manutenção, por não termos conseguido um sucesso na resolução do quadro inflamatório. Então, com certeza, teremos um dano ou uma sequela; por exemplo, uma insuficiência renal, caso não consigamos ter um tratamento adequado do ponto de vista renal. E sabemos que, toda vez que levamos a um certo grau de insuficiência renal, vamos provocar uma série de outros danos clínicos, uma série de outras sequelas clínicas.

Ter uma sequela, para o paciente, acarreta três aspectos importantes. Em primeiro lugar, estamos proporcionando um aumento da mortalidade. A sobrevivência desses pacientes vai ficar menor. Em segundo lugar, terá uma qualidade de vida bem menor, porque não terá uma vida normal. E, terceiro, vamos interferir na vida social e produtiva desses pacientes. A produtividade desse indivíduo, seja estudo, trabalho, seja o que for, vai estar muito reduzida. Então, ter alguma sequela determina algum prejuízo, seja no tempo de vida, seja na qualidade de vida desses pacientes.

E, realmente, o panorama atual que temos, do ponto de vista de tratamento dos pacientes com lúpus, melhorou muito, mas acho que ainda podemos melhorar bastante.

O que temos de dados hoje?

A mortalidade desses pacientes ainda é alta: quase cinco a dez vezes maior do que a população geral, isso, mesmo fazendo um tratamento o mais adequado possível. A qualidade de vida deles ainda é bastante reduzida, e a incapacidade do trabalho pode chegar a 18 a 36%. Isso significa que quase um terço desses pacientes estão limitados na sua capacidade de trabalho, lembrando que é uma doença que tem o predomínio no sexo feminino e em idade jovem, entre 20 e 30 anos. Então, estamos alijando de qualquer capacidade de trabalho ou de estudo praticamente um terço dos pacientes que têm a doença. É muita coisa para pensarmos para um paciente jovem.

Qual é o problema principal?

Temos que ser efetivos, em termos de controle do quadro inflamatório na fase inicial da doença e tentar evitar ao máximo todas as complicações que temos da própria terapêutica: infecção e todas as consequências – algumas, o Roger já mostrou aqui. Isso porque, se falharmos no controle ou produzirmos dano pela medicação, vamos produzir mais sequela além daquilo que, eventualmente, pode estar acontecendo pela doença.

Então, dois pontos principais: controle da atividade inflamatória da doença e uso da medicação.

E há vários trabalhos – aqui, eu trouxe um deles, de um dos grupos – mostrando que, realmente, os principais fatores de risco, de dano, de sequela na doença são identificados aqui. É ter tido um dano prévio, por não ter conseguido ter um controle adequado da doença. A manutenção da corticoterapia, que foi introduzida numa fase inicial – habitualmente, a corticoterapia é uma das principais medicações na fase inicial, mas não deve ser mantida pelo resto do tratamento. A idade do paciente – quanto mais idade, maior a probabilidade de haver o dano. E ter mais atividade da doença, mais inflamação. Aqui, é medida através de um índice chamado Slam (Systemic Lupus Activity Measure).

Dentro de todos esses fatores, podemos interferir em dois deles: a manutenção da corticoterapia e ter um controle mais efetivo da inflamação. Então, são dois pontos onde podemos interferir e ganhar muito.

Sobre danos, aqui eu trouxe um outro trabalho mostrando que pacientes que entraram em acompanhamento num grupo, nesse grupo da Dr^a Gladman, do Canadá, e que tiveram um seguimento de 15 anos – o primeiro ano de doença é um momento-chave –, 42% desses pacientes tiveram alguma sequela pela doença. Significa que, mesmo com o tratamento, não conseguimos atingir o alvo, não conseguimos ter um controle efetivo do quadro inflamatório.

Por outro lado, quando vemos o seguimento posterior nesses pacientes, o dano tardio também é bastante frequente, só que, dessa vez, o dano causado pela terapêutica, particularmente pelo corticoide, é extremamente importante.

Então, mostra que, mesmo a gente tentando ser efetivo no tratamento na fase inicial, a gente falha em 40% dos casos. E, no seguimento, muitos dos pacientes têm dano, têm sequelas, pela própria manutenção da terapêutica.

Verificando esses aspectos da indução, do controle da inflamação, o que temos hoje?

Temos, na verdade, algumas opções terapêuticas. A maioria, por maior disponibilidade, inicia sempre a corticoterapia. Na verdade, o corticoide é uma das drogas iniciais que vamos utilizar em termos do controle inflamatório da doença.

A hidroxicloroquina, que é um antimalárico, é uma droga utilizada para o tratamento da malária, mostrou-se extremamente efetiva no controle da doença. E, hoje, a grande maioria dos autores a indicam e mantêm desde o início da doença até o fim da vida dos pacientes.

E a gente tem dois grupos importantes de medicações. Há os imunossuppressores, que vão auxiliar o controle do processo inflamatório e permitir a retirada do corticoide, e os agentes biológicos, que são medicações novas que estão surgindo no mercado no sentido de ter um pouco mais de efetividade no controle da doença.

Não necessariamente a gente dispõe de todo esse arsenal terapêutico; todos esses dados a gente tem de literatura. Algumas dessas medicações estão disponibilizadas via Ministério da Saúde ou via secretarias de saúde. Mas a gente pode aprimorar e conseguir mais opções terapêuticas para esses pacientes.

O quadro renal é o principal em termos de acompanhamento desses pacientes. E não ter uma indução efetiva pode ser um problema, porque ele vai entrar em insuficiência renal.

E, aqui, eu compilei pelo menos quatro trabalhos onde se comparam vários esquemas terapêuticos. A ciclofosfamida, mofetil e o rituximab são algumas opções do ponto de vista renal.

Estou querendo chamar a atenção nessa tabela para que, independente do tratamento, aproximadamente 50% só dos pacientes respondem com determinado esquema terapêutico. Significa que, se a gente eventualmente não tiver a resposta, a gente tem que ter a segunda opção de alguma droga que consiga fazer uma resposta renal adequada.

Aqui, também vou chamar a atenção para esse aspecto. Num trabalho comparando a Mofetil com a Ciclofosfamida, que atualmente é um dos tratamentos padrão do ponto de vista renal, a raça negra parece que responde menos com a ciclofosfamida. E é uma das drogas que hoje nós temos disponibilizada pelo Ministério da Saúde, pelas secretarias de saúde.

Então, significa que muito provavelmente a raça pode ter uma resposta diferente. E particularmente a raça negra aqui responde menos. É bastante importante que a gente tenha uma segunda opção de tratamento além da ciclofosfamida.

O tempo da resposta é extremamente importante, porque a gente sabe que, uma vez iniciado um tratamento, pelo menos em seis meses a gente quer ver uma efetividade. Aqui eu representei o grau de proteinúria, perda de proteína na urina. Se em seis meses esse paciente não tiver uma resposta, a gente precisa mudar rapidamente o controle do ponto de vista renal, porque não adiante ficar insistindo naquele esquema terapêutico, porque ele não vai responder.

Se, em seis meses, não houver resposta, é preciso mudar, é preciso ter outra opção terapêutica. E, realmente, isso é importante, porque, se a gente não tiver um controle adequado, em cinco anos, pode-se ter uma evolução de insuficiência renal permanente na vida desses pacientes. Vão estar dependentes de diálise, vão estar dependentes de uma série de outras condições.

Então, ter um controle do quadro renal inicial é uma prioridade em termos de efetividade de tratamento.

E, realmente, aqui, a comprovação final disso que estou falando. A sobrevida renal de quem iniciou um tratamento e teve uma remissão, teve um controle da doença, a sobrevida do ponto de vista renal é quase de 95% dos pacientes. A grande maioria não tem algum tipo de evolução.

Por outro lado, se o paciente não teve um controle, se a gente não atingiu nenhum grau de remissão, em cinco anos, 46% desses pacientes estão em insuficiência renal. E em dez anos somente um terço, 30%, vai ter preservação de função renal.

Então, a gente vai criar uma dificuldade nesses pacientes pelo não tratamento adequado.

Aqui está, em termos de custos, qual a dificuldade em termos de...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO FERREIRA BORBA NETO – ...conseguir a medicação no mercado, na farmácia ou nos centros. O custo do mofetil, em praticamente seis meses, é o dobro da ciclofosfamida, mas não é um custo elevado. Então, é um custo que permite termos essa opção terapêutica do ponto de vista renal.

Do ponto de vista da manutenção, qual é o problema? Precisamos manter esses pacientes estáveis sem o quadro inflamatório. Sabemos que a grande maioria dos pacientes sofrem pelos efeitos adversos da medicação – e aqui volto num ponto que o Roger já colocou: o corticoide é um dos grandes problemas. Ele é de grande auxílio na fase inicial, mas não deve ser mantido para o resto da vida desses pacientes.

Realmente, 80% dos pacientes têm algum dano decorrente da manutenção da corticoterapia. Isso vamos ver em 10 a 15 anos. Aqui, estou mostrando os danos cardiovasculares, infarto e AVC, para esses pacientes, em 10 anos. Praticamente 15% desses pacientes têm infarto ou AVC decorrente do uso da corticoterapia.

Nesse segundo gráfico, estou mostrando danos ósseos, como osteoporose, necrose asséptica e osteomielites, que são condições decorrentes da corticoterapia. Em 15 anos, quase, 30% têm algum dano em cima disso – osteoporose ou fraturas.

Nessa tabela, também coloquei os principais problemas de cada medicação: CE é corticoide; IS, imunossupressor e AM antimalárico, hidroxiclórico. Quero chamar atenção de que o corticoide acarreta uma série de danos, não só do ponto de vista músculo esquelético, cardíaco, ocular, levando à catarata, diminuição da

acuidade, alteração retiniana, angina e infarto, do ponto de vista cardiovascular. Então, para chamar atenção que realmente o corticoide é realmente um grande problema para esses pacientes.

Do ponto de vista numérico, de 2% a 68% dos pacientes que usaram corticoide têm algum grau de osteoporose. Fratura vertebral ocorre em praticamente um terço dos pacientes que têm alguma perda de massa óssea, por menos cálcio ósseo decorrente da corticoterapia. A frequência de fratura nesses pacientes é quase cinco vezes maior quando se utiliza corticoide.

Qual é a grande dica?

A menor dose possível e um menor tempo possível de manutenção dessa terapêutica.

Hoje, discute-se o que se chama de menor dose possível de corticoide, e cada vez estamos descobrindo que doses menores ainda causam algum dano. Então, em doses acima de 6mg por dia de corticoide, 50% dos pacientes têm algum dano. Então, mesmo doses pequenas podem levar a dano em longo prazo.

Como podemos interferir nessa sequência? Estratégias de tratamento para minimizar esse dano?

Utilizar outras drogas que são poupadoras de corticoide. Nesse sentido, quanto à hidroxicloroquina, que é um antimalárico, como comentei inicialmente com vocês, existe uma série de efeitos benéficos na manutenção dessa droga, diminuindo a chance de novos surtos, diminuindo a chance de ter danos, melhorando a sobrevida, melhorando a dislipidemia, melhorando a resposta. Quer dizer, estamos vendo uma série de efeitos benéficos da utilização dessa droga.

O dado mais importante que temos é que, com a manutenção da droga, temos uma redução da mortalidade desses pacientes. Conseguimos reduzir em quase 40% a mortalidade desses pacientes, aumentando a expectativa de vida desses pacientes. O que estou querendo mostrar nessa parte final do eslaide é que, sem o uso do antimalárico, o número de pacientes por mil que morrem por mês é bem maior do que os pacientes que têm pelo menos dois anos de uso da medicação. Então, realmente ela melhora bastante a sobrevida dos pacientes.

Estou acabando.

Hoje, temos de focar na efetividade do tratamento; na sua fase inicial, precisamos ter um controle definido; não deixar que o paciente fique utilizando medicações que não sejam efetivas.

Aqui, estou colocando o que consideramos de medicações importantes, que vão mudar o curso, seja da inflamação renal, seja de outro órgão que está sendo acometido pela doença. É a manutenção de alguns imunossuppressores, ciclofosfamida e micofenolato mofetil, cuja inclusão precisamos revisar, para que possamos ter acesso em todos os centros no Brasil e tenhamos um controle mais efetivo naquela fase inicial da doença.

E os agentes biológicos surgem com grandes possibilidades terapêuticas. O belimumab, que foi aprovado no FDA em 2011, já é aprovado aqui no Brasil pela Anvisa e, desde 2013, já é comercializado. E a gente pode ter efetividade de tratamento utilizando esse tipo de medicação.

O rituximab é outro agente biológico que ainda é *off label*, mas existem trabalhos mostrando a resposta, particularmente nos quadros refratários, com a utilização dessa medicação. Então, ter essas opções terapêuticas é extremamente importante, para que a gente possa atingir uma maior sobrevida nos pacientes, o que a gente já aumentou bastante.

Antigamente, na década de 1950, sobreviviam apenas 50% dos pacientes; hoje, mais de 90% desses pacientes. Então, significa que a gente avançou muito na sobrevida desses pacientes, mas pode-se melhorar ainda mais o tratamento, a sobrevida e a qualidade de vida desses pacientes.

Era isso que eu gostaria de apresentar para vocês.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pela sua fala, Sr. Eduardo Ferreira Borba Neto.

Passamos a palavra agora à Sr^a Raquel Medeiros Lisboa, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A SR^a RAQUEL MEDEIROS LISBOA – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer, em nome da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a oportunidade de estar aqui. Agradecer essa iniciativa do Senador Romário, por estar tratando de um tema tão importante para a nossa sociedade.

Eu trago uma apresentação um pouco diferente das anteriores, porque eu vou contextualizar qual é o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar no sistema de saúde brasileiro.

Então, eu trouxe essa agenda, organizada dessa forma. Primeiro, apresento a Agência, a evolução da regulação, entro no rol de procedimentos e eventos em saúde, que é uma lista de procedimentos e eventos em saúde de cobertura obrigatória pelas operadoras de plano de saúde.

E é claro que essa lista precisa ser atualizada, uma vez que a inovação tecnológica e os avanços tecnológicos são constantes, e, como foi mostrado aqui, eles têm trazido enormes ganhos para a sociedade. E, por conta desse fator, o rol é revisado periodicamente.

Trago também, uma vez que estamos falando do lúpus eritematoso sistêmico, toda a cobertura obrigatória que já está disponível na saúde suplementar por conta do rol de procedimentos e eventos em saúde.

Então, trata-se de uma agência nacional, uma agência reguladora, federal, vinculada ao Ministério da Saúde. Essa agência tem autonomia administrativa, financeira, patrimonial, de recursos humanos. Ela atua na regulação, normatização, controle e fiscalização do setor de planos de saúde no Brasil.

A finalidade da agência é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde e regular as operadoras setoriais. É importante deixar claro o escopo de atuação da ANS. A ANS atua sobre as operadoras de plano de saúde, especificamente, dentro do sistema de saúde e tem a missão de contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

Nosso marco regulatório são a Lei nº 9.656, de 1998, a primeira lei a definir regras para as operadoras de planos de saúde no Brasil, e a Lei nº 9.961, que efetivamente cria a agência dois anos depois de estabelecidas essas regras.

Então, as dimensões de atuação da agência. A agência é vinculada ao Ministério da Saúde, mas atua especificamente no setor de saúde suplementar. Os atores principais desse setor, então, são os beneficiários, ou seja, os principais são os usuários dos planos de saúde; os prestadores de serviço, que são aqueles que realmente efetivam o cuidado – os hospitais, as clínicas, os laboratórios, os médicos; e as operadoras de planos de saúde, que comercializam os planos de saúde, onde atua o braço regulatório da agência.

A regulação é dividida, então, na questão econômica e financeira dessas empresas – a regulação assistencial está marcada, porque é o que nós estamos tratando aqui; é a área que eu venho coordenando –, a fiscalização desse setor e, em todos os casos, a tentativa de indução da melhoria da qualidade setorial.

É importante salientar que as operadoras de planos de saúde existem há décadas. Nós temos notícias de caixas de assistência aos funcionários de algumas empresas tanto públicas quanto privadas desde a década de 30. Como exemplo, temos a Cassi, que já tem mais de 70 anos de existência. Também é bom lembrar que a agência surgiu em 2000 e, portanto, temos 15 anos de evolução de regulação.

Esse mercado também é composto por um empresariado extremamente heterogêneo. Temos empresas de autogestão, temos seguradoras que são grandes operadoras de planos de saúde, medicina de grupo, todas elas com diferentes arranjos jurídicos institucionais com e sem fins lucrativos.

O marco regulatório, então, é o ano de 1998, com a criação das normas para essas empresas atuarem e, em 2000, com a criação propriamente dita da agência.

O primeiro momento de regulação da agência se concentrou na questão econômico-financeira. Nós não tínhamos noção de quantas empresas atuavam no Brasil inteiro – é importante que a agência tenha esse âmbito nacional – assim, o mercado precisou ser estudado. Foram, então, criadas normas para a entrada dessas operadoras no mercado de planos de saúde. A partir de um segundo momento, e vou enfatizá-lo agora, é que houve uma inflexão para a procura de uma regulação assistencial melhor e avaliação da qualidade desses serviços que vêm sendo ofertados.

Nessa evolução da regulação, como eu falei, dos anos 2000 até 2010, houve uma grande ênfase na regulação econômico-financeira. No início, em 2000, as regras básicas eram para um registro provisório, eram para garantir recursos financeiros para que essas empresas pudessem realmente ofertar o que elas estavam se propondo a vender. A partir de 2005, já começam iniciativas voltadas à qualidade da oferta dos serviços que estavam sendo feitos por essas operadoras.

Então, surge o programa de qualificação da saúde suplementar. Esse programa avalia todas as empresas que têm registro ativo em várias dimensões, inclusive na dimensão assistencial, que tem um peso maior. E, desde 2006, o valor atribuído a cada empresa é disponibilizado no *site* da agência, visando a empoderar o usuário quanto às suas escolhas para os planos de saúde.

A partir de 2008 e 2009, o foco não ficou apenas nas multas. Também começou a introdução da mediação de conflitos, para que fossem resolvidas mais rapidamente as questões, principalmente de falta de cobertura assistencial aos beneficiários dos planos de saúde. Foi introduzido um mecanismo que chamamos de NIP, que faz a mediação de conflito e a operadora tem a obrigação de resolver aquela negativa em cinco dias úteis. Isso foi um ganho para o setor, mas é importante dizer que isso existe de quatro ou cinco anos para cá.

Em 2011 e 2012, houve um marco que foi a criação da agenda regulatória. A agenda regulatória é um mecanismo de transparência da agência; ou seja, a agência determina quais são suas atividades prioritárias num período determinado, a cada dois anos nesse caso, e coloca para a sociedade. É possível haver um controle social maior quando se sabe quais são as medidas prioritárias que aquela agência reguladora pretende adotar.

Nessa primeira agenda regulatória, entraram outras questões também visando a melhoria e a garantia da entrega aos usuários de planos de saúde do produto saúde. A segunda agenda regulatória veio em 2013 e 2014. Nesses anos de 2011 e 2012, houve uma particularidade: foram criadas várias normas visando a qualificação do setor. Então, é nessa época que surge o Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviço, o Programa de Acreditação das Operadoras, o Programa de Conformidade Regulatória, tudo isso fazendo parte dessa evolução constante.

Os próximos passos, então, são a nova agenda regulatória que esteve ou está ainda em consulta pública e onde é permitida a participação da sociedade também. Assim, houve um aperfeiçoamento das regras. As reclamações são insumos para a agência, para as suas novas atividades regulatórias, e são utilizadas tanto pela entrada no Disque ANS... Todas as entradas de reclamações na ANS são computadas, e cria-se um índice de reclamação que é avaliado operadora por operadora, visando medidas mais efetivas de regulação.

A agenda, então, de 2015, ainda está sendo discutida, dando dimensão do setor que nós estamos tratando. Então, nós temos atualmente 50 milhões de vínculos a planos de saúde no Brasil, dos quais 80% são planos coletivos e 20% planos individuais, chegando a uma cobertura da população brasileira, de 26% de brasileiros cobertos por planos de saúde.

A modalidade odontológica foi uma modalidade que cresceu bastante. Nós já temos 21 milhões de vínculos às operadoras exclusivamente odontológicas, 80% coletivos e 18% individuais, com uma taxa de cobertura de 11% da população.

Nós estamos falando agora de 1,4 mil operadoras, ou seja, empresas que comercializam planos de saúde, das quais 921 são médico-hospitalares, 383 exclusivamente odontológicas e 121, administradoras de benefícios.

A receita do setor e a sinistralidade. É uma receita bastante considerável, de R\$91 bilhões por ano, com uma despesa assistencial também muito considerável, de R\$77,5 bilhões por ano, totalizando uma sinistralidade de 84% ou 85%, com uma receita média mensal de R\$184.

Números grosseiros de produtividade dentro da saúde, ou seja, as taxas brutas de atendimento assistencial. Esses dados vêm pela própria informação das operadoras, de forma obrigatória, à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Nós temos 280 milhões de consultas médicas, 9,7 milhões de internações, 763 milhões de exames complementares e 56 milhões de outras terapêuticas. É um setor que vem crescendo. Como a gente pode ver, de 2000 para cá, a gente saiu da casa de 30 milhões para a casa dos 50 milhões na assistência médica. E a assistência odontológica também cresceu bastante nesse período, atingindo mais ou menos 20 milhões de beneficiários de planos de saúde.

Essa é a cobertura, a distribuição heterogênea que existe no Brasil. Pode-se observar uma concentração maior nas áreas principalmente das grandes cidades, nos Municípios que têm maior oferta de emprego, uma vez que o plano de saúde está muito vinculado à questão do emprego. Como já mostrei, 80% dos planos são planos comerciais.

Já o número de operadoras vem decaindo de 1999 para cá. Com todas essas requisições da regulação, com todas essas barreiras regulatórias tentando melhorar a qualidade dessas operadoras, o número de empresas ativas vem-se reduzindo gradualmente.

Esta aqui então é a pirâmide etária, por sexo, na saúde suplementar. Do lado de cá, é a população brasileira como um todo, no ano de 2012, e, à direita, temos os beneficiários dos planos de saúde, constatando que a pirâmide é mais estreita na base do que da população geral. E ela concentra o maior número de beneficiários, que são as pessoas jovens na faixa etária ativa, inclusive atingindo também a faixa etária principal das mulheres na fase ativa com lúpus.

Passando para o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

O Rol existe desde a promulgação da Lei nº 9.656, em 1998. O Rol é mais antigo que a ANS. Ele estabelece uma cobertura mínima obrigatória às operadoras de plano de saúde. Hoje, no Rol que está vigendo desde 2014, nós temos 3,3 mil procedimentos e eventos em saúde cobertos.

Nada impede que as operadoras ofereçam uma cobertura além. Mas esse Rol traz o que a operadora, de forma alguma, pode deixar de oferecer aos seus beneficiários de plano de saúde.

Esses procedimentos vão ser classificados de acordo com a segmentação de cobertura do plano. Como falei, nós temos algumas segmentações. Existem planos exclusivamente odontológicos – então, só vale o rol odontológico para esses segurados. Existem planos somente hospitalares, cobertura médico-hospitalar. Há cobertura médico-hospitalar com e sem obstetrícia. E há a cobertura médico-hospitalar com obstetrícia e ambulatorial, além dos planos exclusivamente ambulatoriais.

Então, os procedimentos também têm que ser adequados a cada cobertura contratada pelo beneficiário.

Como eu já falei, o Rol é mais antigo que a ANS. O primeiro Rol foi na Consu 10, de 1998, e vem sendo periodicamente atualizado. Nós estamos agora no processo de atualização, em pleno processo de atualização para o próximo Rol, que vai vigor a partir de 2016.

Como vocês podem imaginar, esse aumento, essa inovação tecnológica na saúde tem uma velocidade difícil de acompanhar. É preciso criar critérios de priorização, porque a incorporação da tecnologia desmedida não é compatível com a sobrevivência de nenhum sistema de saúde no mundo.

O primeiro critério definido é a avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Então, o Brasil, o Ministério da Saúde já dispõe de uma comissão exclusiva para tratar da avaliação de tecnologia em saúde e incorporação para o SUS.

Como os pacientes, seja SUS, seja saúde suplementar, são os mesmos e devem ser tratados com o mesmo respeito, todas as definições da Conitec são válidas também para a saúde suplementar, mesmo que ela seja uma comissão para incorporação de tecnologia no SUS. E essa comissão trata com muito critério, abarcando os principais profissionais que fazem avaliação de tecnologia no Brasil, com um nível comparado inclusive aos países já desenvolvidos que têm um histórico de avaliação de tecnologia para incorporação, como os países centrais da Europa e o Canadá.

Então, passando pela Conitec basicamente já entraria direto para o Rol de Procedimentos em Eventos de Saúde, porque já saberíamos que haviam passado por essa avaliação bastante criteriosa.

Além desse critério, também avaliamos se existem dados epidemiológicos relativos àquela patologia que está sendo tratada, se existem estudos atualizados sobre o impacto econômico-financeiro. Acho que não é o objetivo de ninguém que não existam mais as operadoras de planos de saúde. Então, é preciso, sim, pensar na sustentabilidade econômico-financeira dessas empresas, já que o impacto dos custos que entram para a empresa será repassado, sem dúvida, ao beneficiário dos planos de saúde. Ou seja, ao final do processo, quem paga a conta é o usuário de plano de saúde, assim como nos sistemas que são pagos pelos impostos também.

É observado se existem outras tecnologias já incorporadas que desempenham a mesma função; se existe mão de obra especializada, pois não adianta incorporar tecnologia em âmbito nacional se ela não vai poder ser coberta; se os insumos necessários para essa tecnologia já estão disponíveis também no Brasil; se existe rede credenciada que possa, com os serviços instalados, incorporar a tecnologia em questão; e, principalmente, se existem estudos de efetividade com desfecho clínico avaliado, com as melhores evidências científicas, para que seja incorporada essa tecnologia.

Após esse trabalho técnico, toda a nova incorporação vai para consulta pública. Eu trouxe números da última consulta pública, porque estamos preparando a norma para a próxima consulta pública. É a consulta pública na Agência Nacional de Saúde Suplementar que mais tem contribuições. E, como pode ser visto neste gráfico de pizza, é a que mais tem contribuições dos consumidores. Muitas consultas públicas da agência são muito específicas e acabam não tendo tantas contribuições do consumidor.

Em 2013, a consulta foi encerrada com 7.340 contribuições através de um sistema disponibilizado no *site* da agência, dos quais 50% eram consumidores; 15%, prestadores de serviços e outros; e 16%, as próprias operadoras.

Essas contribuições são avaliadas. As 7.340 demandas são distribuídas desta forma: 2.340 eram procedimentos que já existiam no Rol; ou seja, essa forma de entrada de solicitação não é muito qualificada. Então, as pessoas, muitas vezes, colocam pedidos, e, na verdade, a própria tecnologia já existe no Rol; 539 eram procedimentos cuja exclusão é permitida por lei.

Então, a lei permite exclusão de uma série de procedimentos, como procedimentos experimentais, procedimentos de estética, medicamentos que ainda não foram nacionalizados, que ainda não têm um registro, *label*, para tratamento daquela patologia específica. Por lei, já existe uma série de exclusões permitidas.

Alguns eram só comentários, e foram analisadas efetivamente 4,275 mil contribuições quanto ao mérito. Não está neste eslaide, mas a incorporação efetiva foi de cerca de 80 a 100 procedimentos no último Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

Falando, então, do nosso processo atual, como mostrei, desde 1998, esse processo vem sendo revisto, e, a cada revisão do Rol, procuramos aprimorar essa forma de avaliação de entrada dos novos procedimentos em saúde. E, nesse último, nesse processo que está em andamento, foi constituído um comitê permanente para participação da sociedade no próprio processo de revisão do Rol. Esse comitê pode ser acessado, esse é um corte do *site* da ANS, em participação social com a saúde,...

(Soa a campanha.)

A SRª RAQUEL MEDEIROS LISBOA – ...é um comitê permanente para regulação de atenção à saúde.

As reuniões e atas de reuniões são disponibilizadas nos *sites*. Então, as pessoas também podem fazer essa pesquisa.

Aqui é a forma como elas ficam. É só clicar para fazer o *download* das atas das reuniões.

E, resumindo, como está atualmente o estado da arte dessa revisão. Fazem parte do Cosaúde os mesmos membros da Câmara de Saúde Suplementar. A abertura das reuniões para a revisão do Rol foi em janeiro de 2015, este ano. Foram efetivadas quatro reuniões do Cosaúde: uma reunião foi exclusiva com a AMB, e vou explicar o porquê.

Criamos um formulário próprio para a incorporação de tecnologia, mas o formulário é muito técnico. Então, basicamente todos os representantes do Cosaúde puderam participar. Mas acredito que, efetivamente, apenas os técnicos teriam maior facilidade de participar.

Foram criados também grupos técnicos para discutir assuntos específicos, como medicação oral, genética, e o terceiro grupo é justamente o grupo de procedimentos que entraram pelo próprio formulário.

Esse é o formulário que foi disponibilizado aos participantes do Cosaúde; essa era a forma de introdução. O formulário é um instrumento que auxilia os técnicos a fazerem essa avaliação da incorporação. Inicialmente, já é colocado qual é o tipo de contribuição – se é uma inclusão, se é uma exclusão, se é uma inclusão de diretriz de utilização, exclusão e alteração de diretriz.

Como vocês viram nos números da consulta passada, muitos procedimentos entravam e já existiam no próprio Rol. Então, fazemos a pergunta inicial se esse procedimento já existe no Rol, já existe na TUSS, já existe na CBHPM, que é uma tabela da AMB.

E, aí, todos aqueles critérios que eu fui demonstrando também estão dentro do formulário. Não vou repetir, então.

O objetivo desse formulário é que a gente crie uma metodologia de priorização, levando em conta segurança e eficácia do procedimento, o nível de evidência e recomendação, relevância clínica, custo-efetividade, a prevalência da doença na nossa população e qual é a força do desfecho medido. E a gente sabe que muitos estudos não trazem um desfecho que realmente vá melhorar a saúde do indivíduo.

Entrando especificamente no lúpus, quanto à cobertura obrigatória para o lúpus, que já existe no Rol vigente: temos como cobertura obrigatória todos os exames laboratoriais, todos os exames que já estão contemplados. O Ministério da Saúde também tem um protocolo clínico e diretriz de utilização para o lúpus, e, desde 2013, todos estão cobertos.

Não coloquei aqui, mas, além disso, ainda há os exames de imagem, que estão cobertos: tomografia, ressonância magnética. Além disso, também consultas ilimitadas com os especialistas de Reumatologia, Oftalmologia, Nefrologia ou qualquer outra especialidade médica.

Também os procedimentos de reabilitação, como Fisioterapia. Os medicamentos moduladores do sistema imunológico, como o corticoide, que já foi apresentado aqui pelos especialistas, e qualquer medicação que tenha a aprovação na Anvisa e a indicação restrita durante a internação hospitalar.

Portanto, na cobertura médico-hospitalar, não existe restrição para medicamentos.

O Rol pode ser acessado pelo *site*, nesse buscador do rol. Este aqui é o endereço.

Basicamente, era o que eu tinha para apresentar aos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr^a Raquel Medeiros Lisboa.

Passo a palavra, em seguida, para o Sr. Carlos Eduardo Danilevicius Tenório, paciente e representante da Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos (Anapar).

O SR. CARLOS EDUARDO DANILEVICIUS TENÓRIO – Bom dia a todos.

Agradeço a esta Casa, em especial a atenção do Senador Romário, por ter aberto esta audiência tão importante para nós.

Eu não trouxe apresentação, até porque vou falar da realidade do paciente no Brasil, mas trago algumas informações contrárias ao que foi dito aqui.

Para falar da realidade, eu tenho que falar de mim mesmo. Aos 13 anos, comecei a ter os primeiros sintomas de lúpus. Passei tanto pelo SUS como por operadoras de saúde. Pelo SUS, cada hora eu tinha o nome de uma doença, mas nunca o diagnóstico de lúpus. Os anos se passaram e havia diagnósticos ou suspeita de doenças graves, como DSTs, o que me causou danos. Eu ora perdia emprego, ora perdia relacionamentos, tudo por falta de diagnóstico. Isso foi dos 13 aos 32 anos.

Eu estou em São Paulo. Muitas vezes, as pessoas citam cidades e Estados que estão longe, como lá no norte. Mas não: eu estou em um grande centro, em São Paulo, com grandes centros de referência. Eu fui encaminhado para casos de média ou alta complexidade. Até que, aos 32 anos, fui até a Universidade Paulista,

onde me encaminharam para o Hospital das Clínicas – por coincidência, o Dr. Eduardo Borba está nesta Mesa –, que me aceitou no ambulatório e, aí sim, eu tive o diagnóstico e a internação.

Porém, esses 19 anos sem diagnóstico me trouxeram um prejuízo muito grande. Primeiro, comecei com um tratamento muito agressivo à base de corticoide. Com ele, surgiram sequelas irreversíveis, e acabou o sonho que todo mundo tem de exercer a função profissional que escolheu. Eu estava bem e tive de largar tudo e de me aposentar por invalidez. Vieram as osteonecroses bilaterais em ombros, cotovelos, quadris, joelhos e tornozelos.

Hoje, quando ouço médicos falando do uso de corticoide, na verdade, eu não suporto ouvir essa palavra, e acredito que muitos pacientes também não, porque conhecem as reações e os danos que essa medicação acarreta. Eu tive osteonecrose e hipertensão. Outros sofreram danos na visão, por exemplo, como foi dito pelos dois médicos, diabetes e outras consequências por conta dessa medicação.

Muitas vezes, o nosso sonho é não ter mais de usar ou de usar o mínimo possível essa medicação. Hoje, começa a haver outras possibilidades, a que não conseguimos ter acesso, porém. Portanto, quando se fala em realidade do paciente no Brasil, seja em São Paulo, seja em todo o País, existe muita dificuldade no acesso e também no tratamento. Eu tenho muito dó dos médicos que estão principalmente na Região Norte do País, onde não há medicação disponível para ministrar aos pacientes.

Muitas vezes, como eu falei hoje para o Rafael, um pouco antes da Mesa, nós, pacientes, fazemos um serviço que não deveríamos fazer. Juntamos medicações que pacientes deixam de usar, ou faleceram, para poder mandar para outros pacientes, porque eles não têm. O rol do protocolo prevê medicações a que nós não temos acesso. A azatioprina é um sonho de consumo da Região Norte do Nosso País. Rondônia, Roraima, Acre e Amapá, infelizmente, não têm acesso a essas medicações. Imunossupressores, em muitos locais, o médico não vai poder prescrever. E, até muito pouco tempo atrás, em alguns centros de referência, inclusive em São Paulo, os médicos eram chamados pela Secretaria Estadual de Saúde para dizer por que estavam prescrevendo aquelas medicações.

Então, fica muito difícil para um médico, como Dr. Eduardo Borba colocou na sua apresentação, porque o médico quer ver a nossa qualidade de vida, quer ver menos óbitos. No entanto, muitas vezes estão engessados para isso. Eles não podem fazer nada. Eles têm um sonho, mas não podem, porque não têm a disponibilidade dessas medicações.

E, falando em tratamento, temos muita dificuldade, principalmente pela Atenção Básica, que é a porta de entrada ao SUS. Lá, nós temos, muito, um clínico geral e ortopedistas. E ortopedistas estudaram para cuidar de ossos. Então, quando um paciente, seja com lúpus ou com qualquer outra doença reumática, chega à Atenção Básica, chega o medo junto.

Então, os que têm o privilégio, como eu, que hoje estou no Hospital das Clínicas de São Paulo, nosso maior medo é vemos pacientes sendo encaminhados para a Média Complexidade ou para a Atenção Básica, porque sabemos que não há profissionais, muitas vezes, qualificados para nos receber. E esse medo se intensifica muito, principalmente, quando, como no meu caso, eu fiquei 19 anos sem um diagnóstico. A cada hora, você passa por um especialista e você não sabe o que tem.

Quando eu tive o diagnóstico, a Dr^a Rosa Maria, do Hospital das Clínicas, que me acompanhou na internação, ficou abismada por eu ter um alívio. Eu falei: que alívio! Ela achou estranho, porque todo mundo, quando sabe que tem lúpus, fica desesperado. Mas, para mim, foi um alívio. Pelo menos, eu tinha o nome do que eu tenho. E, ali, eu comecei a querer entender o máximo sobre a doença. Só que aí também começa outra dificuldade: informação. Nós não tínhamos informações precisas e seguras. Hoje, vemos as sociedades médicas de Reumatologia, seja a brasileira, sejam as regionais, fazendo muito materiais. Isso é de extrema importância, mas também cobramos do Governo.

À Câmara Técnica de Reumatologia nós temos reivindicado muito material informativo, porque falta muita informação ao paciente com lúpus, informação essa que pode prevenir, muitas vezes, atividades da doença.

Quando falamos em diagnóstico precoce, precisamos, primeiro, começar pela base, pela Atenção Básica de Saúde. Os agentes comunitários, que estão junto ao paciente e são os que mais vão estar com a comunidade, foram preparados, sabem o que é a doença reumática? Tenho certeza de que não. No meu Estado, não têm. Então, eu imagino nos demais Estados.

Então, o Caderno de Atenção Básica, que já vimos reivindicando há anos na Anapar, com a Câmara Técnica de Reumatologia, precisa sair urgente. Estamos falando de doenças que causam um impacto socioeconômico muito grande na sociedade.

Como vimos nas apresentações, principalmente do Dr. Eduardo Borba, que falou muito do óbito, é algo com que convivemos muito, principalmente os que acessam as mídias sociais. Todos os dias, recebemos notícia de uma borboleta que se foi.

É muito triste, principalmente em Roraima, Estado onde mais escutamos óbitos de lúpus. Quase diariamente, temos recebido informação de que faleceu alguém.

E eu acho que não precisávamos de nada disso. A gente precisa de políticas públicas, e, por isso, parabéns novamente o Senador Romário por essa iniciativa, porque nós precisamos avançar em políticas públicas.

São Paulo, em 1999, foi o primeiro Estado a fazer uma lei específica para lúpus, através da Lei nº 10.215. Porém, até hoje, ela nunca foi regulamentada. Então, nós temos a lei que foi sancionada pelo governo da época, mas até hoje não foi regulamentada. Outros Estados copiaram essa legislação e conseguiram ter uma lei estadual, como Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco. Alguns regulamentaram, outros não. Com essa lei, os pacientes com lúpus passam a ter direito a protetor solar, que deixa de ser um cosmético para nós e passa a ser uma medicação. Só que, mesmo nos Estados regulamentados, nossos pacientes têm dificuldade de acesso ao protetor solar.

As medicações estão no protocolo clínico, mas, infelizmente, isso não vem sendo cumprido. Lá em São Paulo, os pacientes dão entrada, e os pedidos são negados. Muitas vezes, o micofenolato de mofetil, que é o sonho de consumo de muitos, porque são poucos os que têm o privilégio de ter acesso à medicação, consegue-se através de liminar. Só que a liminar não é positiva nem para o paciente nem para o Governo. Para o paciente, porque demora, e ele precisa; é o órgão dele que está em risco. Para qualquer paciente, saber do risco de estar entrando em uma hemodiálise, não é fácil. E eu falo por experiência própria, porque eu cheguei muito perto de ter que fazer a hemodiálise.

Então, peço muita atenção e muito carinho nessa causa, que é muito importante.

Discordo da fala da Raquel, porque ela não vem ao encontro do paciente. As operadoras de saúde, infelizmente, muitas vezes começam o tratamento, só que elas brincam conosco, porque elas nos largam no meio do caminho. Hoje, conversando com o Rafael, a mãe de uma paciente veio falar de um caso em que a filha vai ter de fazer uma cirurgia, e a operadora a excluiu de cobertura do lúpus – hoje, nesta Casa. Só que isso a gente escuta quase todos os dias.

Quantas operadoras liberam um tratamento e largam no meio do caminho? E não estou falando de operadoras pequenas, não. Estou falando de grandes operadoras.

Nós temos casos de medicações que não estão no rol do SUS, mas as operadoras liberaram. Só que chega ao meio do caminho e largam.

Então, acho que isso é uma falta de responsabilidade, porque nós estamos falando de saúde. É a nossa vida que está em risco. Com um tratamento largado, a chance de vir a óbito é muito grande, porque muitos de nós temos comprometimento de órgãos, fora a questão de termos o direito a uma qualidade de vida, o que muitas vezes nos é negado.

Falando ainda, para finalizar, na questão de políticas públicas, eu não acho que se deveria ficar criando tanta legislação estadual. Porque, se você pegar esses Estados que criaram essas legislações, são todas iguais. Por que não fazer logo uma nacional? Por que esta Casa ou a Câmara não faz uma legislação nacional dando cobertura para todos os Estados? Seria muito mais econômico, porque não teríamos que ter tantas reuniões nas Assembleias Legislativas dos Estados para criar leis para cada Estado.

Cadê direitos iguais à saúde para todos neste País se cada Estado criar uma lei específica? O que vai acontecer é que os grandes Estados vão ter uma lei e um amparo, mas os pequenos Estados, não.

Então, o apelo que deixo aqui é para que políticas sejam criadas em nível nacional.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Carlos Eduardo, pela sua excelente participação, importantíssima, como paciente. É bom, em audiências públicas como esta, ter sempre uma outra voz, para que a gente possa entender realmente como é a verdade diária, no nosso País, daqueles que são acometidos não só pelo lúpus, mas também por outras doenças que nós conhecemos.

Para dar mais ênfase ao pedido do Carlos, eu quero fazer o registro de que vou assinar, neste momento, um projeto de lei de minha autoria que institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de veículos automotores e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes do Programa Universidade para Todos – ProUni. *(Palmas.)*

Quero mostrar a todos vocês que farei a assinatura desse projeto exatamente neste momento. *(Pausa.)*

Vou mostrar a assinatura para os senhores da Mesa.

Eu realmente espero que essa lei, Carlos, possa melhorar principalmente a qualidade de vida de vocês, pacientes, porque eu, aqui, nesta Casa, convivo muito com pessoas que têm outros tipos de doenças, inclusive

doenças raras, e com pessoas com vários tipos de deficiência. Eu, mais do que ninguém deste Congresso, posso lhe dizer que entendo realmente a dor de vocês, pacientes, pela falta de política pública e, principalmente, pela falta de interesse verdadeiro dos órgãos que nós temos aí e que se dizem competentes, mas que, na verdade, competência eles não têm nenhuma, infelizmente.

Então, eu acredito que leis como essa, de minha autoria, leis que já aconteceram e leis que virão poderão realmente ser de grande benefício e importância principalmente para vocês que sofrem dessa doença.

É um prazer dizer para vocês que espero que essa lei tenha celeridade nesta Casa e que, se depender de mim, não só como autor, mas, principalmente, como um brasileiro que sabe da importância dessa lei, eu vou procurar fazer com que a sua tramitação no Senado seja a mais rápida possível.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Voltando aos nossos palestrantes, eu vou passar a palavra para o Sr. Rafael Antonio Guimarães, Consultor Técnico da Coordenação de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Por favor, Sr. Rafael.

Eu gostaria que o senhor pudesse usar os 15 minutos disponíveis. Mas, se for o caso, V. S^a terá mais cinco minutos.

O SR. RAFAEL ANTONIO GUIMARÃES – Não sei se vou demorar tanto.

Então, iniciando minha apresentação, bom dia a todos os presentes.

Vou falar um pouquinho sobre o Sistema Único de Saúde.

Só a título de informação, o Brasil é o único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que possui um sistema público de saúde universal e gratuito.

Só para termos noção do que é o Sistema Único de Saúde, em 2014, foram 4,1 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 590 milhões de consultas médicas, 11,4 milhões de internações, 19 milhões de procedimentos oncológicos e 2,6 milhões de procedimentos quimioterápicos. O Brasil é o maior sistema público de saúde que possui transplante de órgãos, e 98% das vacinas são movimentadas pelo Sistema Único de Saúde.

O Programa Saúde da Família atende 60% da população brasileira. São 39,3 mil equipes, que atendem 121,3 milhões de cidadãos.

Quanto às Unidades Básicas de Saúde, hoje são 40,6 mil Unidades Básicas de Saúde instaladas em funcionamento. Só para a gente se situar um pouquinho aqui, boa parte do tratamento do lúpus hoje é realizada nas Unidades Básicas de Saúde, onde há aconselhamento, levantamento de histórico, saúde bucal, consulta oftalmológica, práticas integrativas.

O Programa Mais Médicos conta com 14.462 médicos. São 3.785 Municípios atendidos e 34 Distritos Sanitários Indígenas. São mais de 50 milhões de brasileiros cobertos.

De 2012 a 2014, foram enviadas 37,5 milhões de cartas aos usuários, numa verdadeira pesquisa de satisfação do usuário, para levantar os erros a serem corrigidos e os acertos a serem mantidos e copiados.

E esse gráfico representa os repasses fundo a fundo entre 2002 e 2014. Vê-se um salto gigantesco de repasses feitos.

Entrando um pouco no tema da reumatologia, o Ministério da Saúde coordena uma Câmara Técnica de Reumatologia, instituída pela Portaria Ministerial nº 3.443, de novembro de 2010. É uma câmara técnica que conta com vários membros do Ministério da Saúde: Conass, Conasems, Sociedade Brasileira de Reumatologia, Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos – Anapar. O intuito dessa câmara técnica é, sim, otimizar o atendimento e o que é contemplado na tabela do SUS hoje aos pacientes reumáticos.

Até então, são 13 Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas publicados voltados para a área de reumatologia, entre os quais está o Protocolo Clínico de Lúpus, publicado em 2013. Como qualquer protocolo clínico, eles oferecem informações detalhadas quanto às ações a serem tomadas para diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento do doente. Então, todo diagnóstico e todo tratamento é contemplado na Tabela SUS, é contemplado pelo SUS. Vale ressaltar que o tratamento não é só medicamentoso e que é individualizado. Para cada paciente, para cada órgão, para cada sistema acometido, um tipo de medicamento é incluído.

Na Atenção Básica são oferecidos cuidados clínicos, com equipe multiprofissional, o acolhimento, a avaliação de história clínica, a investigação com exames laboratoriais e de imagem, práticas integrativas, tratamento medicamentoso e não medicamentoso.

Na Atenção Especializada são oferecidos consulta com médico reumatologista, com ortopedista – faltou inserir aqui ainda nefrologista e dermatologista –, realização de exames laboratoriais e de imagem e reabilitação física.

Só para nós termos uma ideia do número de atendimentos, em 2014, foram registrados com o CID de lúpus 1.373 internações para pacientes com lúpus. Foram internados e diagnosticados com lúpus, devido a

alguma complicação do lúpus, 1.373 pessoas. No Sistema de Informação Ambulatorial, foram 9.245.551 atendimentos registrados com CID de lúpus eritematoso sistêmico.

São atendimentos os mais variados, dentre os quais podemos citar os que têm finalidade diagnóstica (ressonância, tomografia, ultrassonografia, cintilografia, exames laboratoriais), as ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos ambulatoriais (curativos, sedação), consultas médicas especializadas, atendimento fisioterapêutico, ajuda de custo, tratamento fora do domicílio e dispensação de medicamentos.

Nos bastidores, eu estava falando com o Eduardo que temos que trabalhar em equipe no intuito de conseguir fazer um levantamento de tudo que é feito hoje em nível nacional, porque o Sistema Único de Saúde é descentralizado. Cada unidade federativa trabalha de uma forma.

Os medicamentos fornecidos pelo SUS são dispensados pelos Estados. Então, ele me falou dessa carência que há na região Norte com relação à dispensação de medicamentos. Então, temos que tentar levantar onde estão acontecendo os erros para tentarmos corrigi-los ali. O sistema não é perfeito. Temos que tentar trabalhar juntos para melhorarmos isso.

A minha fala é curta. Não usei os 15 minutos, Senador.

Bom, é isto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado por sua participação. Talvez você não seja a pessoa ideal do Ministério da Saúde para ouvir o que eu vou dizer, mas, já que o senhor está aqui representando, vai sobrar para você. De cada dez pessoas que precisam do SUS para viver que eu conheço, nove têm algum tipo de reclamação.

Eu quero dizer para o senhor, Rafael, que é Consultor Técnico da Coordenação de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, que o SUS é, na verdade, para essas nove pessoas que eu acabei de citar, um faz de conta que existe. *(Palmas.)*

O SUS, na verdade, é a cara do nosso Governo hoje, do PT. Desculpem-me os petistas. Eles falam, demonstram, fazem gesto, mas, na verdade, na prática, a realidade não é 10%, nem 20%, nem 50%, mas 100% diferente do que é a realidade e 100% diferente do que é a necessidade dessas pessoas portadoras não vou dizer nem dessas doenças complexas como o lúpus, mas de qualquer tipo de doença. A reclamação é tão grande, que eu chego, num determinado momento, a pensar se realmente existe o Sistema Único de Saúde em nosso País.

Enfim, neste momento, eu queria ponderar isso. Como eu lhe disse, o senhor, com certeza, não é a pessoa que deveria ouvir, mas alguém tem que ouvir. Então, eu gostaria que essas palavras o senhor pudesse levar principalmente para o nosso Ministro da Saúde, embora eu tenha consciência de que ele chegou agora na pasta, para que ele realmente dê uma revisada em todos os sentidos para que o SUS realmente seja aquilo que é apresentado nos eslaides e é mostrado pelo Ministério da Saúde e, principalmente, pela nossa Presidente.

Desculpe-me, mas estas são palavras que eu não teria como não proferir.

Continuando nossa audiência pública, eu vou passar a palavra agora ao especialista em saúde pública e representante da Unidas Nacional, União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, Dr. Walter Lyrio do Valle.

O SR. WALTER LYRIO DO VALLE – Muito obrigado. Muito obrigado pelo convite.

A Unidas ainda não aluga carro, mas representa as entidades de autogestão em saúde, que fazem parte do setor de saúde suplementar. O diferencial dela é que ela não comercializa plano, não vende plano; ela trata de pacientes que se tornam muito perenes no seu processo de assistência à saúde.

A Raquel citou a Cassi, que é uma das entidades de autogestão. Nós estamos preocupados com a questão. Não somos plano de doença; tentamos ser um plano de melhorar a saúde, de qualidade de vida. Eu sempre digo que não basta o quanto a gente vive, porque precisamos focar também em como a gente vive. Não adianta viver 100 anos e ter uma vida desgraçada durante todo esse período. É preferível viver 60 bem vividos. E procuramos isto: focar a atenção à saúde na sua integralidade. É diferente do pensamento do setor privado, que é lucrativo, em que, hoje, como a Raquel mostrou, 80% são planos coletivos e de empresas empregadoras. Então, o profissional só tem o plano enquanto está empregado. Se ficar desempregado ou se aposentou, ele não tem como buscar um plano de saúde, porque a grande maioria não vende mais plano individual.

O nosso foco tem sido um trabalho realmente de prospectar uma boa saúde para o doente. Agora, como todo processo coletivo, enfrentamos um problema primordial, que é escolher prioridades, porque o financiamento, público ou privado, tem um limite, e a demanda por saúde é infinita, não tem limite. Temos que escolher quais são as prioridades.

Lamentavelmente, o Brasil envelheceu sem enriquecer, ao contrário do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos. Então, nós adquirimos uma série de doenças crônicas, mas temos tecnologia para tratá-las. Logo, não se morre mais de doença crônica. Vejam que, hoje, vários tipos de câncer se tornam doenças crôni-

cas. As pessoas não morrem mais de câncer; arrastam um tratamento com uma tecnologia alta e muito cara. Só que nós ainda somos um país pobre. Poucos têm a possibilidade de arcar com essas despesas.

Então, nós, da autogestão, temos uma preocupação muito grande não só com as doenças crônicas corriqueiras, mas também com as doenças crônicas raras. Com o advento da melhoria diagnóstica, essas doenças estão sendo menos raras. Elas estão aparecendo mais no nosso mercado? Não. Nós estamos diagnosticando mais. Não é verdade? Então, com o câncer também é assim. Hoje, há pessoas ficando mais doentes de câncer? Tudo bem. Os maus hábitos da vida também provocam câncer, e os maus hábitos pioraram, a obesidade piorou... Mas o diagnóstico precoce é que trouxe maior volume, e isso traz maior demanda e maior custo.

Eu sinto uma dificuldade não só no nosso sistema, mas em todo o sistema, de forma geral, na questão do acesso do paciente ao diagnóstico precoce. A tecnologia para o diagnóstico precoce é cara. Ela não é mais um exame de sangue por meio do qual se dosam as células LE... Não! Tem que fazer ressonâncias magnéticas, para ver como está a estrutura óssea, dosagem de anticorpos, que são exames caros... Então, hoje, a tecnologia médica ficou muito cara. Agora, para que possamos focar isso, nós precisamos ter a segurança de que o processo tem uma evidência científica muito grande não só na questão do resultado do desfecho daquela tecnologia que nós estamos procurando, mas também a segurança do doente. Vocês, muitas vezes, não ficam sabendo, mas existe tecnologia que mata o doente, ao invés de melhorá-lo. Quantas tecnologias não entraram no Brasil que...

Então, por mais que a gente tenha o setor privado da autogestão, que investe em cobertura, e não tenha carência de preexistente, como tem o setor lucrativo... Nós, lá, não damos carência de preexistente. Se um indivíduo entrar no plano com lúpus, ele só vai poder se tratar do lúpus depois de dois anos naquela operadora. Lá, não. Na autogestão existe até uma legislação que proíbe esse tipo de coisa para a autogestão.

Então, nós só podemos oferecer essa tecnologia se a gente tiver essa segurança de resultado científico comprovado. E a área científica – eu sou também do HC, trabalho no HC, na área de controladoria e auditoria –, é importante que a área científica dê esse passo, que as entidades médicas tracem protocolos definidos. O Governo ou o Estado sempre vai ser majoritário, porque é ele que determina normas, é ele que determina regras, é ele que faz toda a parte da fiscalização, e ele tem que fazer acontecer.

É verdade que o SUS é o melhor plano que existe no mundo. O que o colega Rafael falou ali é verdade. Mas nós precisamos correr atrás das deficiências. Não adianta a gente se iludir de que o SUS vai nos atender. Por que a autogestão surgiu? Por que os planos de saúde surgiram? Surgiram em decorrência da deficiência do Estado. Nós temos que recuperar todo esse atraso que nós tivemos, principalmente agora, que nós estamos ficando velhos e demandamos muito recurso financeiro, muita tecnologia cara. Agora, nós não podemos adotar uma tecnologia por adotar a tecnologia. E quem controla isso é o Estado. Vocês viram recente reportagem – acho que há até uma CPI, não sei se no Senado ou na Câmara – sobre a questão das órteses e próteses que mostrou que o interesse econômico prevalece sobre a questão do tratamento.

Então, se a tecnologia não for muito bem fundamentada e muito bem estudada... E quem faz isso? O Estado. E o Estado não pode prescindir disso. O Estado tem que nos mostrar, junto com as entidades científicas e as entidades médicas, qual o tratamento para determinada doença, qual o protocolo clínico.

Agora, tem uma série de outras coisas por trás disso. A formação médica é deficiente. Hoje, a formação médica piorou muito. Médico não põe mais a mão em doente. E quem é responsável pela fiscalização? Eu preciso falar. O Senador não está aqui, o colega que está aí também não é culpado por isso. O responsável é o Estado. É o Estado que tem que fiscalizar a eficiência das universidades, públicas ou privadas. O médico não sabe examinar o doente hoje. Quando ele chega com sinal de alerta... Se falar em doença rara, então, coitado! Ele nunca ouviu falar. É culpa dele? Não é culpa dele.

Temos outras situações, como a questão da oneração tributária dos medicamentos. Nós enfrentamos isso, porque a autogestão oferece medicamentos oncológicos e imunobiológicos muito antes de a ANS obrigar que fornecessem, para doenças reumáticas, os medicamentos orais para câncer. Só que a carga tributária disso é uma coisa absurda.

Vocês se lembram do jornalista Joelmir Beting? Ele falava que é mais barato você entrar latindo e mugindo na farmácia do que falando, porque o medicamento da linha veterinária tem menos imposto do que o da linha humana. *(Risos.)*

É verdade! Então, isso é uma coisa de Estado.

Hoje, o tratamento de AIDS só tem sucesso porque houve investimento do Estado nisso. Quer dizer, o melhor programa do mundo – disto a gente tem que ter orgulho – é do Estado. O Estado... Isto é orgulho nosso, como Estado. É o melhor programa do mundo em tratamento da AIDS. Por quê? Porque houve quebra de patente.

Tem um medicamento surgindo aí, que vai cair aqui, no Brasil, que foi aprovado recentemente, mas tem um nos Estados Unidos, para hepatite C, que tem uma proposta de cura de 100%, E a hepatite C é tão grave

quanto ou mais grave do que o lúpus. Ela também mata, vai para transplante. Só que o tratamento nos Estados Unidos com esse medicamento, o tratamento completo, custa US\$110 mil. Quem é que arca com isso? Não tem, não entra. Então, se não houver uma quebra de patente, basicamente zerando a questão tributária, a população mais humilde não vai ter acesso, nem aquela mais abonada. Sabe o que a abonada vai fazer? Vai entrar na Justiça para obrigar o SUS a cobrir, porque, hoje, a maior demanda judicial do SUS é por medicamentos que não existem no Brasil, por tecnologias que não são bem indicadas, que ainda são duvidosas, porque o colega médico, que é outra formação equivocada, prescreveu para o doente dizendo: "Olha, lá na Europa tem um medicamento que está curando". Ele fala: "A tua única salvação é essa." Aí ele vai e entra na Justiça, e ganha, e não é bem assim.

Então, esses processos todos são processos de Estado. Eu falo isto porque eu vivi o setor público muito tempo. Minha formação é de gestão pública. Por que eu estou na autogestão? Porque ela é muito próxima do setor público no sentido de dar uma assistência abrangente, uma assistência completa, uma assistência em que você acompanha o doente do nascimento até o envelhecimento. Só que nós, do setor privado, também temos essa dificuldade. Muitas vezes, são entidades beneficentes. É só ver como está a situação das santas casas, que tentam dar uma assistência.

Então, o setor privado precisa... E melhorou muito com a regulação da ANS. Antigamente, nós não tínhamos regulação nenhuma. Então, quem tinha consciência de dar uma boa assistência, com preocupação não só com a doença trivial, mas com a doença crônica, o paciente era um privilegiado. Com a regulação, isso acabou. Eles são obrigados pelo menos para as doenças mais corriqueiras.

Tudo bem, acho que tem gente que, como ele falou, cortou o tratamento pela metade... Isso tem que ser denunciado para a ANS. A ANS vai lá, autua e fecha a operadora que não cumpre. Não é para estar no mercado essa operadora que interrompe um tratamento e inibe.

Então, hoje, a gente, dentro da autogestão, faz um esforço danado para poder ter o doente com tratamento completo e cobrindo todas as coisas, mas nós precisamos que isso seja muito bem regulado. Não dá para cobrir uma tecnologia que veio sem saber se realmente tem uma eficiência clínica comprovada no mundo com estudo clínico. Tem alguns estudos clínicos que se fazem mundialmente, e o Brasil, às vezes, faz parte deles. A gente precisa ter isso, e o Estado tem que corroborar isto. A Conitec existe para isto, para corroborar tecnologias que são aprovadas.

E aí vem, novamente, a questão do Estado no preço das coisas. Eu sempre brinco dizendo que não adianta inventar transplante de cabeça a US\$5 milhões. Alguém vai fazer esse transplante de cabeça? Nunca! Está certo?

Então, essas brincadeiras refletem a dificuldade que a gente encontra hoje. Por mais boa vontade que você tenha, por mais que você queira... É como foi falado aqui: o custo cai na mão de quem? Do usuário do sistema. No sistema privado, o usuário tem que desembolsar. É aquela mensalidade que não tem visão de lucro, mas é uma mensalidade, e alguém vai ter que pagar isso. Uma empresa patrocinadora, tipo a Cassi, banca o funcionário do Banco do Brasil, mas, quando ele se aposenta, ele vai para o plano família, porque a empresa não banca mais. Ele faz uma cotização entre todo mundo.

Então, a questão dos custos da tecnologia tem que ser... Não adianta ela ser uma tecnologia eficiente. E aí, mais uma vez, a gente depende de órgãos de regulação e do Estado para definir isso.

Era só isso, pessoal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Dr. Walter Lyrio do Valle, pelas palavras.

Não é muito comum aqui, nesta Casa, principalmente aqui, nas Comissões, fazer o que eu vou fazer, mas foi um pedido especial do nosso Dr. Eduardo Ferreira. Ele queria só fazer uma tréplica em relação ao que o senhor acabou de comentar. Como esta aqui é a Casa do Povo, é uma democracia, não tem como ser diferente.

Por favor, doutor. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO FERREIRA BORBA NETO – Bom, eu agradeço à democracia e ao Senador Romário pela gentileza de me permitir uma nova participação.

Ouvi os comentários do Rafael sobre o número de pacientes que foram internados, que foram contemplados por alguma terapêutica do lúpus. A gente pode ficar impressionado com esse número, mas eu acho que a gente poderia estar fazendo melhor do que isso.

Com relação às medicações, assunto comentado anteriormente, pela Raquel, a dispensação de medicações pelo Ministério da Saúde segue essa última portaria, que é a de nº 100, de 7 de fevereiro de 2013. Foi o que ela mostrou na apresentação. Seguindo essa portaria é que realmente existe a dispensação para os pacientes com lúpus. Nessa portaria, existem, realmente, alguns dados que são contemplados e que são comentados que deveriam ser adotados. Então, por exemplo, no tratamento não medicamentoso existe a colocação

de que existe a necessidade de adotar proteção de luz solar para proteção desses pacientes. Foi o que o Carlos comentou aqui. Existe essa necessidade, ela está na portaria, mas, em vários locais, inclusive em São Paulo, não se consegue fazer a dispensação desse fator de proteção. Então, faz parte dessa portaria.

Ainda dentro do Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas de 2013 existe a colocação da dispensação de algumas medicações. A prednisona, que é realmente dispensada, que é o que a gente está querendo evitar manter, porque... Vocês precisam pensar o lado médico. Se o médico tem a possibilidade de duas terapêuticas – prednisona e cloroquina – e não tem acesso a nenhum imunossupressor, como o Carlos colocou, existe uma limitação de tratamento por parte do médico. Ele não tem o que fazer, ele vai ter que aumentar a dose do corticoide. Ele vai ter que fazer tudo aquilo que está querendo evitar, mas numa tentativa de haver alguma resposta que a gente consiga colocar.

Então, eu estou querendo voltar a esse Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas, que é o que determina a dispensação de medicações, porque ele privilegia a prednisona e a cloroquina, que são necessárias, como eu coloquei, a ciclofosfamida e a ciclosporina. A ciclosporina é uma droga que a gente está utilizando menos no tratamento. A Ciclofosfamida, como eu falei, sim. Só que só 50% dos pacientes respondem a ela.

Qual a posição desse protocolo clínico com relação ao mofetil? Eu mostrei alguns dados de quatro ou cinco trabalhos, mas, na verdade, existem trabalhos de segurança, Dr. Walter. São três metanálises mostrando efetividade de que o mofetil é, no mínimo, igual à ciclofosfamida. Então, ali, eu coloquei os principais trabalhos que levam a essa conclusão.

Nessa portaria está colocado que o mofetil não foi contemplado porque não foi acrescentado nesse protocolo devido à fragilidade de evidências científicas da sua eficácia. O que eu estou querendo colocar é que existem evidências. Então, a gente precisa realmente reconsiderar que essa medicação pode ser aplicada, baseado em evidências científicas. Então acho que a gente precisa rever, com uma certa urgência, esse dado.

E a Comissão de Lúpus da Sociedade Brasileira também está atenta nesse sentido com relação mesmo a outras medicações que a gente possa conseguir incorporar e que aumentem o arsenal terapêutico da gente. Então, talvez, a gente precise rever essa portaria, fazer um adendo, fazer uma nova portaria, para que a gente consiga, efetivamente, contemplar medicações que vão ajudar bastante os pacientes com lúpus.

Obrigado pelo aparte, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Tivemos aqui, na verdade, a réplica do Dr. Eduardo e temos que dar direito de defesa àqueles que foram citados. Então, agora, teremos a tréplica do Dr. Walter Lyrio do Valle e da Sr^a Raquel Medeiros Lisboa, se quiserem fazer uso da palavra.

O SR. WALTER LYRIO DO VALLE – Obrigado.

Eu queria falar ao Dr. Eduardo – e ele sabe disso, como centro universitário – que a Conitec está disponível para isso. Ele, dentro da associação médica e da Sociedade Brasileira, deve contestar isso junto a Conitec, que é o órgão do Governo que avalia a tecnologia. Se a Conitec não fez uma avaliação adequada ou se os trabalhos que chegaram até ela não foram adequados para ela aprovar, não foram municiados adequadamente, eu acho que a Sociedade deve existir junto a Conitec para dizer: “Olha, quero que se reanalise esse trabalho. Nós vamos mostrar novas evidências científicas, com estudos de metanálise, com todas as tecnologias de análise científica de eficácia da medicação”. Eu acho que essa tem que ser feita. Não só essa como toda a outra. E ninguém mais adequado do que a Sociedade para fazer isso e já trazer o protocolo pronto, que a Conitec aprova, o Estado aprova. E eu sou favorável, como o colega disse, a que sejam decisões de âmbito nacional, porque o Brasil é uma Europa inteira. Então, não dá para cada Estado ter uma decisão. E tenho certeza de que a Conitec, com o poder que a Sociedade tem hoje junto à Conitec, vai rever isso. Agora, precisa levar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Dr. Walter.

Passo a palavra agora à Dr^a Raquel Medeiros Lisboa.

A SR^a RAQUEL MEDEIROS LISBOA – Eu vou ser bastante breve.

Eu corroboro com o pensamento do Walter e volto a dizer o que eu falei no início da minha apresentação: a tecnologia está sempre avançando. E, então, ter passado uma vez pela Conitec não impede que ela passe novamente, até porque os estudos estão avançando.

A Conitec aceita pedidos da sociedade em geral. Então, eu acho que vale a pena a Sociedade pedir uma revisão dessa tecnologia.

Eu fui citada também pelo Carlos. Eu entendo a sua posição, acho que você está extremamente correto. Eu tentei passar para vocês o desafio que é fazer a regulação dessas inúmeras empresas que são muito diferentes, mas, desde que haja denúncia e desde que seja feita, a ANS vai fazer a parte dela na fiscalização também.

Como foi lembrado pelo Walter, é pouco tempo de regulação, mas, nesse período, eu acho que bastante coisa já foi melhorada.

É só isto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Dr^a Raquel. Carlos, sua vez.

O SR. CARLOS EDUARDO DANILEVICIUS TENÓRIO – Foi colocada a necessidade de a gente fazer denúncias nesses casos em que as operadoras param no caminho. Denúncias foram feitas, e algumas respostas da ANS, infelizmente, foram insatisfatórias, pois diziam que eles podem interromper medicações, principalmente medicações que eles liberaram e que não estão no rol do SUS. Eu ainda volto a afirmar: isto é irresponsabilidade. Então, não inicie; se iniciar, vá até o final.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Carlos, pelas palavras.

Esta audiência foi uma sugestão da Amavi, Associação MariaVitória de doenças raras e crônicas, e foi encaminhada ao meu gabinete pela sua Presidente, Lauda Santos. Ela está presente?

Hoje, apesar de a Amavi não estar na mesa como um dos expositores, vamos abrir aqui uma exceção no Regimento para ouvir algumas pessoas por cinco minutos, e a primeira delas será a senhora.

Com a palavra, a Sr^a Lauda Santos.

A SR^a LAUDA SANTOS – Senador e demais presentes aqui, nesta audiência, agradeço a todos.

Eu me senti contemplada aqui, principalmente na fala do Carlos Eduardo, um lúpico, e deixo um questionamento: eu vejo uma incoerência muito grande entre o diagnóstico precoce e o direito ao tratamento. Então, você tem um diagnóstico precoce, mas você precisa ser internado para ter um atendimento de ponta. Eu acho isso daí muito incoerente. Essa é uma das questões de que eu falo.

O Rafael falou da carta do SUS. Aqui, em Brasília, a gente tem um centro de referência, a gente tem um acolhimento ao paciente e aos familiares, como têm muitas outras associações, e não me lembro de nenhum ter comentado de ter recebido essa carta do SUS para ver o grau de satisfação, lamentavelmente.

Tudo é muito legal, tudo fica bonito no papel, aquela coisa toda, mas, quando o paciente chega, manda a contribuição para a Conitec, busca seus direitos, busca as políticas públicas, a gente, muitas vezes, depara com uma porta fechada. Obviamente, nós, que somos de associações, costumamos meter o pé na porta para garantir os nossos direitos. Então, a gente não pode ser diferente.

A Dr^a Raquel falou que vai ser publicada uma consulta pública – não é, doutora? – para a criação do comitê permanente para participação social. Eu acho isto extremamente importante pelo seguinte: está lá o médico, que hoje não costuma nem mais colocar a mão no paciente, que tem direito a esse tratamento – a gente não entende muito como. Muitos diagnósticos são totalmente equivocados. Às vezes, o paciente passa por um tratamento muito dispendioso tanto para o SUS como para a rede privada, e, chegando lá no meio do caminho, não é nada disso. Então, eu acho que tem que haver uma responsabilidade muito acertada nisso tudo.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Romário, que, desde 2011, tem nos apoiado nas nossas buscas nas doenças raras. A Amavi acabou partindo também para as doenças crônicas, porque a gente tem tido uma demanda muito grande.

Agradeço a toda a equipe dele, agradeço à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que foi primorosa em receber o nosso pessoal, em ter trazido os palestrantes, pensou muito na qualidade, Eduardo, do seu voo, da sua estada aqui, em Brasília.

Agradeço a todos.

Eu queria aproveitar, Senador, para entregar um manifesto que foi feito por algumas associações, cujos nomes eu gostaria de aqui citar, que assinam esse manifesto juntamente com a Amavi. São elas a Abrapar, Associação Brasiliense de Pacientes Reumáticos, a Anapar, Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos, a APL/Sinos, Associação dos Portadores de Lúpus do Vale dos Sinos, a Arur, Associação dos Reumáticos de Uberlândia e Região, o Garce, Grupo de Apoio aos Pacientes Reumáticos do Ceará, e a Associação Brasileira Superando Lúpus.

Aqui, eu tive a oportunidade de conhecer uma associação que está fazendo um trabalho, que tem um projeto em Formosa, no nosso entorno, que é bem-vinda. Eles vão fazer um evento no dia 15 de julho para disseminar informações sobre o lúpus.

Eu quero entregar esse manifesto ao Senador e à Dr^a Raquel. (*Palmas.*)

A SR^a ABIGAIL GOMES SILVA – Eu gostaria de fazer um convite a todos.

No dia 24 de junho, faremos fazendo uma palestra no Clube dos Previdenciários sobre o direito dos pacientes. Teremos um advogado especialista da área falando sobre o assunto.

Eu gostaria de contar com a presença de todos. E podem levar seus associados também. Podemos anotar o *site*, o *e-mail* de cada um, para mandar os convites. Será no dia 24 de junho, às 15 horas, no Clube dos Previdenciários, localizado na 712/912 Sul.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado.

Também se encontra aqui a Dr^a Jamille, chefe do serviço de reumatologia do Hospital de Base de Brasília, que gostaria de dar uma palavra.

Por favor, doutora.

A SR^a JAMILLE NASCIMENTO CARNEIRO – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite para participar desta audiência.

Sou chefe da Unidade de Reumatologia do Hospital de Base, que é o serviço terciário de maior referência hoje aqui no DF para atendimento dos pacientes com lúpus, e até poucos dias atrás eu estava como coordenadora de Reumatologia do DF. Então, acredito que devo ter sido chamada para mostrar um pouquinho da vivência que a gente tem no atendimento dos pacientes com lúpus no DF, para trazer alguns números e informações sobre a nossa realidade.

Somando-me ao Eduardo em suas palavras, a gente vê que a realidade no atendimento dos pacientes com lúpus realmente não é boa. Precisamos melhorar bastante. E estamos na capital do País. Temos problemas, mas, antes de falar deles, temos que começar lá de trás, como o Eduardo falou. Temos problemas na educação, no conhecimento da doença. Temos dificuldades com informação dos próprios pacientes a respeito da doença, em fazê-los procurar um médico especialista já no início dos sintomas. E precisamos educar também os profissionais de saúde, em todos os níveis de assistência, tanto no primário quanto no secundário e no terciário.

Para isso, felizmente, aqui, no DF, a gente já começou a promover um projeto piloto de capacitação nos centros de saúde, para educar os pacientes. Já que é tão difícil o acesso a especialista – hoje em dia, a gente só tem 25 reumatologistas na rede pública de saúde para atendimento desses pacientes –, a gente começou a mudar a estratégia. A gente está tentando ir aos centros de saúde para educar tanto os profissionais de todas as áreas de saúde quanto os pacientes a respeito da doença.

Acho que é uma iniciativa que, pelo menos, procura melhorar essa parte de educação em relação à doença.

A gente tem a dificuldade do acesso, como o próprio Eduardo falou. Os pacientes demoram muito tempo para chegar até o especialista para que recebam o seu diagnóstico, além de dificuldade de acesso aos exames de investigação diagnóstica.

A gente vê que no PCDT da doença há uma lista de exames a que, muitas vezes, a gente não tem acesso na Secretaria de Saúde. Por exemplo, aqui, no DF, a gente não tem acesso ao FAN, aos autoanticorpos, que teriam que ser fornecidos, mas não são.

Temos dificuldade de acesso a radiodiagnóstico. Toda hora tem aparelho quebrando, de ressonância, de imagem, e não conseguimos dar o diagnóstico desses pacientes. Não temos profissionais capacitados, porque é preciso uma rede multidisciplinar... Então, em questão de biópsias e de outros profissionais, não temos acesso, às vezes, a uma medicina diagnóstica, sendo, muitas vezes, necessário encaminhar biópsias para São Paulo, para que consigamos dar o diagnóstico desses pacientes.

E temos dificuldades em relação ao acesso ao tratamento. Aqui, apesar de no PCDT estar elencada uma série de medicamentos, a gente passar por uma situação econômica no País, tanto em nível federal, quanto em nível estadual, que, infelizmente, mesmo que esteja elencada, a gente não tem disponível para esses pacientes. Então, eles acabam tendo que ir e voltar muitas vezes, um excesso de burocracia para ter acesso a essa medicação.

Então, temos todas essas dificuldades que precisam ser melhoradas.

E há outros medicamentos que ficaram de fora do PCDT que têm evidência científica – concordo com os colegas reumatologistas que falaram – que deveriam ser incluídos, que merecem ser revistos pela Conitec no sentido de serem considerados.

A gente tem ganhos, na verdade, que são os ganhos da publicação da portaria que, pelo menos, colocam o norte do que deve ser cumprido, ganhos com a Portaria nº 199, que é de doenças raras... Então, a gente tem um norte e ganhos, mas é preciso que essas portarias sejam cumpridas e que a gente tenha acesso a tudo.

E outra dificuldade que temos aqui, no DF, acredito que nele todo, é com essa questão multidisciplinar, porque o paciente, muitas vezes, precisa do tratamento medicamentoso, mas precisa de um seguimento, de uma reabilitação, de um seguimento multidisciplinar, com ortopedista, com nefrologista, e isto a gente não tem. Há dificuldade de acesso a isso.

Então, acho que realmente temos muito em que melhorar, mas é partindo de discussões como essa, de iniciativas como a do Senador Romário, que a gente vai tentando, cada um, criar estratégias para ver o que podemos melhorar na assistência desse paciente com lúpus no DF e em todo o País, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Dr^a Jamille, muito obrigada pela sua participação.

Eu gostaria de registrar a presença de algumas pessoas que estão participando desta audiência pública: Sr^a Lauda Santos, Presidente da Associação MariaVitória, Amavi, daqui, do DF; Sr^a Abigail Gomes Silva, Presidente da Associação Brasileira de Pacientes Reumáticos; Sr. Werner Patrick, vereador de Formosa, Goiás; Sr. Rodrigo Araújo, Secretário Executivo da Amavi; Sr^a Ana Carolina Rios, coordenadora de apoio da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS; Sr. Luis Gonzaga Amorim, especialista em regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Sr^a Izabel Oliveira, representante da Alureu – Sinos, Associação de Lúpus e Outras Doenças Reumáticas do Vale dos Sinos; Sr. Marco Aurélio Tavares, representante da Garce, Grupo de Apoio aos Pacientes Reumáticos do Ceará; Sr^a Nilma Rodrigues de Oliveira, representante da Anapar, Associação Nacional de Grupo de Pacientes Reumáticos; e Sr^a Débora Orru, Gerente de Acesso das Indústrias Farmacêuticas GSK, de São Paulo.

Muito obrigado pela presença.

Também estão presentes pessoas do Projeto de Atenção à Pessoa com Lúpus de Formosa aqui presentes.

Obrigado pela presença. Sejam bem-vindos.

Agora seria o momento da discussão. Se houvesse algum Senador aqui neste momento, a gente tiraria algumas dúvidas ou faria perguntas aos expositores. Porém, na ausência desses Senadores, quero dar a palavra aqui a quem se interessar para fazer qualquer pergunta aos nossos expositores.

Cada um terá três minutos para usar da palavra.

Vamos começar com a Sr^a Dalva Moura.

Quero agradecer a presença do meu amigo, irmão e Deputado Federal Júlio Delgado, de Minas Gerais, do meu Partido.

Seja bem-vindo. É um prazer tê-lo aqui.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Só quero dizer que venho aqui cumprimentar V. Ex^a e também que, como cidadão, tenho um projeto sobre a questão do lúpus, que tramita na Câmara dos Deputados, que surgiu de uma sugestão de V. Ex^a.

Por isso, jogamos juntos também nesse jogo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado.

Uma salva de palmas para o Deputado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Sr^a Dalva, por favor.

A SR^a DALVA MARIA SOUZA MOURA – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Senador por esta oportunidade e agradeço a todos os representantes de entidades que estão aqui.

Eu gostaria de falar um pouquinho sobre o familiar do doente. Muitas vezes, nós nos preocupamos com o doente e, às vezes, até com o deficiente, mas quero falar da preocupação com esse familiar, sobre como tratá-lo, como acompanhá-lo, sobre como ele pode se comportar.

Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Fique à vontade. A senhora tem todo o tempo de que necessitar.

A SR^a DALVA MARIA SOUZA MOURA – Não é fácil.

Era só isto.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pela participação.

Passo a palavra agora ao Vereador Werner Patrick, de Formosa, Goiás.

O SR. WERNER PATRICK – Boa tarde a todos.

Formosa é uma cidade que fica aqui ao lado, a 70km, no Entorno de Brasília. Começamos a tocar o projeto lá porque fomos provocados este ano por alguns doentes de lúpus que estavam sofrendo discriminação e dificuldade de atendimento, tudo que foi falado pelo nosso companheiro.

Não é preciso estar muito tempo no projeto para saber que o maior problema do projeto é a subdiagnóstica da doença. O Governo Federal, o Ministério da Saúde, para economizar, é omissos e relapso em diagnosticar o lúpus. Ele nunca foi e nunca será uma doença rara. Formosa, uma cidade que tem 100 mil habitantes, tem, com certeza, facilmente, 500 pessoas com lúpus. Em pouco tempo, conseguimos encontrar mais de 100.

Esse projeto do Senador Romário é um marco, porque, com a sua ajuda, viremos ao gabinete dele para começar a discutir outras questões importantes do lúpus que devem ser tratadas.

Por isso, estou muito feliz hoje. Fizemos, através de lei complementar... Sei que não é bom fazer isso, mas hoje, através da nossa lei, o paciente com lúpus tem direito a protetor solar, ao passe livre e também a prioridade no atendimento municipal, mas não é fácil. Fazemos tudo isso porque temos o mandato de vereador. E nos lugares em que eles não têm vereador para fazer isso?

Parabéns, Senador Romário! Formosa e todo o Brasil estão satisfeitos com a atuação de V. Ex^a e a atenção dispensada aos doentes com lúpus. Só temos a agradecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Vereador.

A Sr^a Nilma Rodrigues de Oliveira, representante da Anapar, Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumático, também gostaria de fazer uso da palavra.

A SR^a NILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA – Quero parabenizar o Senador pela iniciativa, pelo apoio aos pacientes reumáticos e comentar sobre a colocação da Dr^a Jamille em relação à capacitação da saúde primária para diagnosticar as doenças primárias.

Em Uberlândia – eu represento a Arur, uma associação regional de pacientes – , nós temos um trabalho piloto de capacitação dos médicos da saúde básica quando conseguimos fazer o diagnóstico precoce, que é muito importante para a qualidade de vida do paciente.

O Marco, do Garce, também faz esse trabalho em Fortaleza...

O SR. MARCO AURÉLIO TAVARES – Vamos capacitar agora também os agentes de saúde também da região do Cariri.

A SR^a NILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA – ... de identificar os pacientes com sintomas, o que é muito importante. Então, seria fundamental, Senador, que essa fosse uma iniciativa nacional, para que em todos os Municípios do nosso País houvesse essa capacitação dos médicos dos PSFs para fazerem esse diagnóstico precoce.

Rafael, o plano do SUS é maravilhoso, mas endosso as palavras do nosso querido Senador de que seria muito bom que, na prática, funcionasse. O projeto seria lindo, maravilhoso, se funcionasse da forma que está colocada.

Então, vamos trabalhar em defesa desse projeto do SUS, que é maravilhoso e que, certamente, atenderia prontamente, se funcionasse.

Quero deixar aqui o meu caloroso apoio a todos que aqui estão e dizer que a iniciativa é brilhante e que a atenção ao paciente reumático, não só o paciente de lúpus, num contexto geral, precisamos ser muito especial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Sr^a Nilma Rodrigues de Oliveira.

Quero dizer que meu gabinete, assim como o de outros Parlamentares, como o Deputado Júlio Delgado, estará sempre de portas abertas para todos vocês que tiverem esses tipos de iniciativas positivas, para que possamos ajudar.

Eu já venho com algumas causas desde 2011, logo que cheguei aqui, e vocês podem contar que têm uma voz aqui, no Senado, como tinham ontem, na Câmara, que não tem medo de falar as coisas e que tem por mania ser bem objetiva, rápida e determinante.

Vou passar a palavra aqui, agora, para a Sr^a Ana Geórgia, blogueira da saúde, do *blog A menina e o Lúpus*.

A SR^a ANA GEÓRGIA SIMÃO – Eu queria falar um pouco em nome das pessoas da Internet, que é um movimento também muito forte, que é um apoio que a gente consegue dar hoje, um apoio que faz falta no SUS, nas redes sociais, um apoio de psicólogos, que a gente acaba fazendo esse papel, e parabenizar o Senador Romário por esta iniciativa, em nome de todos eles que estão muito ansiosos, há mais de uma semana, acompanhando, postando nas redes sociais, pedindo que haja realmente celeridade nesse processo.

Confesso que, como paciente há 18 anos, fiquei emocionada com o final do projeto de lei, porque não consigo mais ir para o trabalho de carro porque chego a casa com o joelho inflamado, porque meu carro não é automático. Pode parecer besteira, mas são pequenas coisas que prejudicam o nosso dia a dia, que vão deixando a nossa qualidade de vida para trás. Hoje, tudo, para a gente, é um pouco mais complicado porque nossa deficiência, infelizmente, ou felizmente, não é visível. Se paro numa vaga especial porque estou com o joelho inflamado, porque não estou conseguindo ter uma mobilidade boa, as pessoas vão me olhar com uma cara estranha. Não tenho cara de doente, não posso sentar nas cadeiras amarelas do ônibus. Então, somos prejudicados por isso. O pessoal de lúpus é rosado, é gordinho, tem cara de sadio, mas, na realidade, é bem mascarado o que a gente está sentido. Só quem é paciente consegue realmente saber.

Muito obrigada realmente por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado, Ana Geórgia, pela sua participação.

Vou agradecer aqui a presença dos Vereadores de Itagibá, cidade da Bahia, Inho Baiano, do PSB, meu Partido, Erivan Ribeiro Santos, do PMDB, e Aleandro Santos da Silva, do PSD, e do assessor parlamentar Luciano Miranda Sampaio.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Vou passar a palavra para o Sr. Rodrigo Araújo, Secretário-Executivo da Amavi.

O SR. RODRIGO ARAÚJO – Senador, agradeço pela palavra e pela força em prol dos pacientes.

É só para uma chamadinha de atenção tanto do Ministério da Saúde como também, especialmente, do Hospital de Base de Brasília, onde atuamos muito.

No ano passado, recebemos casos de pacientes que procuraram atenção pública para serem consultados, classificados... Já passaram pelo médico clínico e têm o encaminhamento para especialistas. Mas aqui, em Brasília, enfrentamos um grande problema, que é na questão da regulamentação do Sisreg, registro de regulamentação, para que o paciente possa entrar na fila de espera para tal especialidade.

E durante o ano passado todinho, eu estive junto com o Secretário de Saúde, brigando... Eu ficava lá no gabinete esperando para ser atendido, aconteceu várias vezes, mas nunca fui atendido pelo Secretário. A gente vem brigando pelos pacientes. E há casos de crianças de 7 anos esperando um atendimento da reumatologia, crianças classificadas no protocolo de classificação com o nível vermelho, de atendimento emergencial, e elas não estão sendo atendidas. A gente vê a falta de especialistas hoje para diagnosticar o lúpus. E também há a questão do Governo fechando as portas. Paciente que está vermelho tem de esperar dois ou três anos para ser atendido por especialistas.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pela sua participação, Rodrigo Araújo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Como o autor do requerimento sempre tem algumas curiosidades, dúvidas ou perguntas a fazer, eu também tenho as minhas. E a minha primeira vai para o Dr. Eduardo Ferreira, que pode me responder.

Nós sabemos que lúpus é uma doença autoimune que acomete vários órgãos do nosso corpo e que seu diagnóstico, por vezes, é difícil até por médico experiente.

Então, diante dessas considerações, a pergunta: é razoável distinguir o paciente com lúpus dos demais pacientes reumatológicos para fins de concessão de benefícios legais?

Na verdade, essa pergunta eu queria passar...

Onde estão os nossos convidados?

Eu gostaria que a Dr^a Raquel também respondesse. Seria interessante.

Na hipótese de concessão de benefícios legais aos portadores de lúpus, os critérios clínicos laboratoriais para o diagnóstico deveriam ser fixados em lei a fim de referir maior segurança jurídica à matéria?

O lúpus é uma doença pouco conhecida pela população em geral. O mesmo pode ser dito em relação a grande maioria das doenças identificadas pela Medicina e consignadas na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, editada pela Organização Mundial da Saúde?

Essas são as minhas indagações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Pode. Aqui, todo mundo pode. Aqui, todo mundo tem direito.

Quem vai responder? O senhor ou a senhora?

Por favor.

A SR^a RAQUEL MEDEIROS LISBOA – Em relação à concessão de benefícios legais, na legislação da saúde suplementar, que é onde atua a ANS, não existe previsão para a diferenciação de nenhum tipo de doença ou de patologia.

Todas as normativas da Agência são voltadas para a própria operadora de plano de saúde. Então, eu estou respondendo dizendo que eu talvez não seja a pessoa mais indicada para responder a pergunta sobre a concessão de benefícios legais.

O que já aconteceu foram atos normativos daqui desta Casa que interferiam e alteraram a Lei nº 9.656 em favor de algumas questões como a entrada dos antineoplásicos orais como cobertura obrigatória.

Então, pode ser feito, sim, pode ser revista a lei, que é um marco regulatório da saúde suplementar, mas, dentro do escopo da atuação da ANS, nós não podemos atuar em benefício de nenhum tipo de paciente ou de patologia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pela resposta.

Só para registro, no último dia 10 de maio, que é considerado o Dia Mundial do Lúpus, a pedido do meu gabinete, foram acesas luzes roxas aqui, no Congresso, para prestar uma singela homenagem a esse dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer aos expositores.

Com certeza, a relevância de vocês aqui hoje, nesta audiência pública, é muito grande.

Eu, particularmente, passei a entender e conhecer um pouco mais sobre essa doença que, infelizmente, acomete milhões de brasileiros. Tenho certeza de que sairemos daqui com alguma coisa importante. E uma de-

las é o entendimento, principalmente do SUS, espero, e da própria ANS, de que a população, principalmente as pessoas acometidas por essa doença, mas também por outras doenças, de um modo geral, precisam de mais apoio e mais atenção em relação aos seus órgãos. Falo isto não só por esta audiência pública, mas por outras já feitas por mim ao longo desses quase cinco anos e de muitos contatos que tive com pessoas acometidas por algum tipo de doença ou algum tipo de deficiência.

O Sistema Único de Saúde é muito precário no que se refere a doenças complexas como o lúpus. Portanto, é bom passarmos essa mensagem ao Ministério da Saúde a fim de que possa começar a entender que a participação do Ministério na vida das pessoas que dependem de algumas medicações é, em determinados momentos, até mais importante do que o próprio especialista ou o próprio médico.

Quero dizer que as portas continuarão sempre abertas aqui para todos aqueles que tiverem iniciativas positivas e que realmente gerem coisas positivas para a sociedade brasileira, principalmente no que se refere à melhoria da qualidade de vida para essas pessoas acometidas por qualquer tipo de pessoa ou por qualquer deficiência, pois essas são, com certeza, as minhas bandeiras principais na política.

Na verdade, estou na política hoje, apesar de ter vindo do esporte, por essas bandeiras, principalmente pelas pessoas com deficiência. Todos sabem que eu tenho uma filhinha de 10 anos, minha princesa, que tem Síndrome de Down. Foi ela que me fez pensar e hoje acreditar que tomei a decisão certa de estar hoje na política falando por essas pessoas, sendo a voz de muitos de vocês aqui.

Através do nosso Portal e-Cidadania, alguns internautas participaram também desta audiência pública, dando algumas sugestões e fazendo colocações que vou colocar aqui.

Ana Flávia Smith, de Santa Catarina. Segundo ela, deveriam fazer um trabalho de conscientização nas escolas e nos postos de saúde. A lúpus ainda é muito pouco conhecida.

O Sandro Steel, que não citou o nome de sua cidade, diz que precisamos de atenção para a nossa saúde. Diz: “temos que ter informações sobre novos tratamentos e medicamentos mais eficazes e contendo o CID M32, porque, às vezes, há demora e até negativa de receber medicamentos pelo fato de o CID ser incompatível, e temos que ter acesso ao protetor solar”.

Temos aqui a Sandra Spinelli Frizzarini, de São Paulo, que diz que sofre muito, como todos os portadores dessa doença horrível. Ela gostaria de saber se nós conseguimos aprovar uma aposentadoria para essas pessoas, porque, na maior parte do tempo, elas não conseguem trabalhar devido às dores e à fadiga.

Se depender da minha parte, Sandra, pode ter certeza de que a luta será esta.

Mais uma. A Ruth Maria, que não informou a cidade e o Estado, fala do adiantamento, revisão do INSS, art. 29, que vai sair só em 2020, e pede mais agilidade nos exames e consultas, porque estão demorando meses para marcar.

Eu acredito que este seja mais um recado para o SUS.

Carlos, antes de finalizar, você disse que queria a palavra.

Por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO DANILEVICIUS TENÓRIO – O Senador falou em benefícios e critérios. É algo com que eu me preocupo, até porque o Vereador falou de uma lei de transporte... Em São Paulo, nós temos a isenção do transporte público.

Antigamente, bastava o médico por no seu relatório “grandes comprometimentos das articulações” para a pessoa com lúpus ter isenção. Porém, a Defensoria Pública nunca aceitou isso, porque achava que isso não é um critério claro para você ter o benefício. Então, foram estabelecidos os critérios de seis exames de sangue, sendo que dois ou mais desses deveriam ser positivos.

Só que, desses seis exames, cinco estão na listagem que a Raquel apresentou. Porém, mesmo esses cinco que estão na listagem nós não conseguimos no SUS em São Paulo.

Então, muitas pessoas, em São Paulo, não têm a isenção do transporte porque os exames exigidos não estão disponíveis no SUS.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Carlos, pela sua participação.

Mais uma vez, agradeço a todos os presentes por esta audiência.

Declaro encerrada a presente sessão e convoco para a próxima terça-feira, dia 2 de junho, reunião ordinária deliberativa desta Comissão.

Para finalizar, agradeço a presença do Prefeito de Ichu, cidade da Bahia, Antônio George, do PSC, do Vereador Arraia, de Ichu, do PROS, e dos Vereadores Júlio Araújo e Vágner Rodrigues, do PMDB, de Taboleiro Grande, Rio Grande do Norte.

Muito obrigado a todos pela presença. (Palmas.)

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas)

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2015.

Às onze horas e quinze minutos do dia dois de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Simone Tebet, Sandra Braga, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Regina Sousa, Walter Piniheiro, Telmário Mota, Raimundo Lira, Antonio Carlos Valadares e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Wilder Moraes, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, faz um comunicado ao Plenário no sentido de anunciar a apresentação de um projeto de lei, de sua autoria, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelo Direito das Pessoas com Fenilcetonúria. Logo após, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que “Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável é aprovado. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Matos, que “Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto de Defesa do Torcedor, para vedar sanção reflexa a torcedor na individualização de pena aplicada às entidades que especifica”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável é aprovado. **Item 8: Requerimento nº 58/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Donizeti Nogueira e Fátima Bezerra, que requerem “Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Educação destinada a debater as dificuldades de acesso à internet por parte de jovens do campo, e de cidades do interior do país. Para tanto requeiro sejam convidadas as seguintes instituições: Ministério da Educação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério das Comunicações; Agência Nacional de Telecomunicações; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 9**). Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 9: Requerimento nº 60/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer “(...) nos termos do inciso II do art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer representante da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), em audiência pública a fim de debater a política de Banda Larga nas escolas e sua Universalização, referente ao Requerimento 54/15, de autoria da Nobre senadora Fátima Bezerra (PT/RN)”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2008; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2014; Item 6: Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2013; Item 7: Requerimento nº 55/2015-CE**. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de passarmos à deliberação da pauta, eu gostaria de só fazer um comunicado: vou assinar, neste momento, o projeto de lei de minha autoria, de 2015, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelo Direito das Pessoas com Fenilcetonúria.

A fenilcetonúria é um erro inato no metabolismo de herança autossômica recessiva, resultante da deficiência da enzima hepática fenilalanina hidroxilase. Esta enzima catalisa a conversão de fenilalanina (FAL) em tirosina, cuja falta gera produção insuficiente dos neurotransmissores dopamina e noradrenalina. A deficiência

da enzima hepática fenilalanina hidroxilase causa aumento de FAL no sangue e tecidos levando a um quadro clínico específico. Este quadro caracteriza-se por atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, hiperatividade, convulsões, alterações cutâneas tais como eczema e distúrbios da pigmentação, comportamento agressivo ou tipo autista, hipotonicidade muscular, tremores, microcefalia, descalcificação de ossos longos, retardo de crescimento, bem como odor característico na urina e suor. Internacionalmente, a fenilcetonúria é conhecida como PKU, correspondente ao nome da doença em inglês – que eu não consigo falar.

Dessa forma, fazemos com que – a fenilcetonúria é a doença metabólica detectada no teste do pezinho com proporção de 1 a 12 mil nascidos – haja uma posição para esclarecimentos, debates, atualização e informações de pesquisas e reivindicações, encontros da sociedade científica e pacientes com a mídia e sociedade em geral, começando pela exposição de necessidades básicas de tratamento.

A realidade é comprometedora. Apesar de avanços teóricos, não existe um atendimento em âmbito nacional de tratamento unificado, seguindo o mesmo padrão de qualidade e segurança. As informações básicas ao tratamento de fenilcetonúria divergem aleatoriamente. Por exemplo, atualmente, o mercado brasileiro não oferece informações sobre a presença de fenilalanina em rótulos e em embalagens, apesar de normativo próprio da Anvisa.

Diante da importância do cuidado em torno do assunto, queremos assegurar o bem-estar da pessoa, promovendo e coordenando ações nos múltiplos aspectos ligados às suas necessidades e realidades vivenciadas, proporcionando assistência ao paciente.

Visando à sensibilidade, à mobilização e à organização das pessoas com a doença, propomos instituir o dia 3 de junho como Dia Nacional de Luta pelo Direito das Pessoas com Fenilcetonúria.

Passamos agora à pauta de deliberação, ao item 1. No momento, o Relator, o Senador Randolfe Rodrigues, não está presente.

Passaremos ao item 2, que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero só fazer um esclarecimento aqui. Como boa parte das matérias exige o chamado quórum terminativo, parece-me que vamos, portanto, só apreciar os dois projetos que têm como Relator o Senador Alvaro Dias. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – É isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – E os requerimentos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – E os requerimentos. Perfeito, Senador! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Então, vamos lá!

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: favorável.

Observação: 1 – *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Passo a palavra ao Relator, Senador Alvaro Dias, para fazer a leitura do relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o projeto é composto de seis artigos. O art. 1º cria o Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico (FNLOP). O art. 2º define a finalidade do FNLOP, que consiste em financiar projetos que objetivem promover o desenvolvimento do desporto educacional e de alto rendimento olímpico e paralímpico brasileiro.

O art. 3º estabelece que os mencionados recursos serão preferencialmente destinados a projetos voltados para as modalidades educacional e de alto rendimento olímpicas e paralímpicas, visando à manutenção da infraestrutura e de equipamentos criados, no Rio de Janeiro, para os Jogos Olímpicos de 2016.

O art. 5º determina que, no caso de os recursos do Fundo não serem aplicados de acordo com o disposto na lei a ser eventualmente instituída, os recursos repassados deverão ser restituídos, em valores atualizados, pela pessoa jurídica de direito público titular do projeto ou do empreendimento apoiado, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

O art. 6º traz a cláusula de vigência da nova lei, que é a data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do início do exercício fiscal seguinte ao ano de sua publicação.

Esta Comissão tem a missão de analisar o mérito educacional e esportivo da proposição, uma vez que os aspectos econômico-financeiros serão tratados, com a profundidade necessária, na Comissão de Assuntos Econômicos, que nos sucederá na análise da matéria.

Se houvesse, no Brasil, um longo histórico de ações governamentais e de políticas públicas consistentes no campo do desporto educacional olímpico e paralímpico, seríamos, certamente, contrários à medida que ora se propõe. Isso porque, em administração pública, devem ser priorizadas aquelas iniciativas de caráter peregrino, que se consolidam com o tempo; que se aperfeiçoam com o passar dos anos e o acúmulo de avaliações e correções de rumo, para se enriquecerem com a memória técnica dos inúmeros profissionais qualificados que atuaram nas diversas etapas de sua gestão.

E como se vê, o projeto que ora examinamos é marcado pelo aproveitamento da oportunidade e pelo momento em que o Brasil se vê responsável pela realização de alguns dos chamados “megaeventos esportivos”. E, em tese, nossas políticas públicas para o campo esportivo deveriam dispensar o que poderíamos chamar de “ajustes de última hora”.

Entretanto, o autor do projeto, Romário, conhecedor que é da realidade esportiva do País, entende que, carecendo nossas políticas públicas da histórica organicidade e sinergia que deveriam existir no setor, fazem-se necessárias medidas de urgência. Nesse contexto, propõe um importante aperfeiçoamento por meio da criação de um fundo especificamente voltado para o financiamento de projetos relacionados ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento olímpico e paralímpico brasileiro. Da mesma forma, será beneficiado o desporto educacional relacionado a essas modalidades.

É, portanto, meritório o projeto.

Nesse sentido, observamos que o autor teve o cuidado de, no parágrafo único do art. 4º, condicionar uma eventual prorrogação do prazo do FNLOP aos princípios e metas da Política Nacional de Esporte e Lazer. Dessa forma, a iniciativa se conecta com o conjunto de medidas articuladas em um planejamento de longo prazo no setor.

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposição. Quanto à técnica legislativa, também não há reparos a fazer.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2015, de autoria do Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer.

Senador Alvaro Dias, eu gostaria de agradecer pelo relatório favorável. Eu realmente tenho bastante consciência do que isso representará para a cidade do Rio de Janeiro, principalmente para as crianças do Rio de Janeiro.

Esse centro olímpico fica numa área da Zona Oeste do Rio, entre a Barra da Tijuca e o Recreio. Ali há muitas comunidades, ou seja, favelas. Eu acredito que, a partir do momento que esse projeto estiver em vigor, a gente vai ter a felicidade de dar muitas oportunidades a esses jovens, a essas crianças, principalmente, que infelizmente não dispõem hoje de nada nem parecido ali próximo a esses bairros.

Então, para não me estender muito, muito obrigado, fico feliz. Eu tenho certeza de que isto é uma vitória de todos nós.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Parabéns pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto de Defesa do Torcedor, para vedar sanção reflexa a torcedor na individualização de pena aplicada às entidades que especifica.

Autoria: Deputado Marcelo Matos

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – A proposição constou na pauta da reunião do dia 26/5/2015.

2 – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, será apreciada pelo Plenário.

Passo a palavra ao Relator, Senador Alvaro Dias, para a leitura do relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Senador Romário, nosso Presidente, este é um assunto do seu conhecimento amplo.

Olha, Sr. Presidente, o projeto do Deputado Marcelo Matos vem nos lembrar o surgimento do Estatuto do Torcedor. Ele teve origem com os trabalhos realizados pela CPI do Futebol, no Senado, que construiu um grupo de trabalho integrado por Senadores, especialistas e representantes do Ministério do Esporte. Esse grupo de trabalho apresentou uma proposta de pré-projeto para o Estatuto do Torcedor, depois sancionado, ainda em 2003, se não me falha a memória.

De lá para cá, nós tivemos a oportunidade de verificar a necessidade de alterações no Estatuto do Torcedor. E uma das alterações é proposta agora pelo Deputado Marcelo Matos, exatamente quando nós estamos discutindo a instalação de uma nova CPI do Futebol, liderada pelo Senador Romário, em razão, sobretudo, dos últimos acontecimentos, dos escândalos internacionais envolvendo a FIFA e cartolas brasileiros. Uma CPI que se torna oportuna para alimentar as investigações em Território nacional, a fim de que todos os partícipes desse cenário de promiscuidade internacional com origem no Brasil possam ser alcançados pelo rigor das penalidades exemplares que se exige já que, há 15 anos, quando presidi aqui a CPI do Futebol, tivemos o anúncio antecipado da decadência do nosso futebol, sobretudo em razão da corrupção e da má gestão.

A alteração proposta no Estatuto do Torcedor me parece coerente com a necessidade de estabelecermos o alvo adequado para as punições quando ocorrem atos de violência nos estádios de futebol.

Ocorre atualmente que nem sempre os responsáveis pela violência são os alcançados pela punição. A punição alcança exatamente as vítimas da violência. Os torcedores que comparecem aos estádios de futebol para o espetáculo, e não para a violência, acabam sendo proibidos de comparecer em determinadas oportunidades porque os jogos são realizados com estádios fechados.

Pretende a lei, dessa forma, punir quem?

A punição rigorosa que se exige deve atender, deve alcançar exatamente os responsáveis pela violência, e não as vítimas dessa violência. O clube é vítima...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Perfeito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... já que perde receita. Os torcedores que comparecem para assistir ao espetáculo, e não promover violência, também são vítimas. E a torcida adversária que se vê também proibida de assistir ao seu clube, ao time do seu coração atuar em razão dessa forma de punição que se estabeleceu?

Nós não desestimulamos a violência dessa forma, porque os que a praticam são poupados, permanecem impunes; punidos são outros.

Por essa razão, sem fazer a leitura dos termos da proposta do Deputado Marcelo Matos, apresento o meu voto favorável a sua aprovação. É preciso que se estabeleçam na legislação – especialmente no Estatuto do Torcedor – normas rigorosas de punição; aqueles que praticam violência nos estádios devem ser punidos com a pena de detenção inclusive.

Hoje, temos estádios mais adequados, mais estruturados em razão dos gastos efetuados ali, até exorbitantemente, para a realização da Copa do Mundo, portanto, não há mais razão para se manter esse tipo de punibilidade que alcança terceiros e acaba poupando os verdadeiros responsáveis pela prática da violência, ou seja, os responsáveis pelos delitos praticados nos estádios de futebol do Brasil.

Por essa razão, o nosso voto é favorável à aprovação do projeto do Deputado Marcelo Matos, que propõe essa alteração para vedar sanção reflexa a torcedor na individualização da pena aplicada às entidades que especificou no projeto.

Portanto, o clube, nesta hora, deve ser alcançado com punições quando a sua participação de forma direta ou indireta for constatada, mas a punição rigorosa que deve se aplicar deve atingir como foco os responsáveis pelo ato praticado, ou seja, pela violência disseminada nos estádios de futebol do País.

É o nosso parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, mais uma vez, gostaria de parabenizá-lo por esse brilhante relatório.

Eu penso exatamente como V. Ex^a. Às vezes, temos dois, três torcedores que provocam tumulto ou algo mais grave, e o clube paga por isso ou o resto da torcida paga por isso. E uma das sanções é o clube jogar com os portões fechados.

Eu espero realmente que a nossa Presidenta sancione essa lei. É uma lei que, a partir do momento em que estiver vigorando, fará definitivamente com que os culpados paguem pelos seus delitos e pelos seus crimes.

Parabéns, Senador!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer.

Vamos ao Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública na Comissão de Educação destinada a debater as dificuldades de acesso à internet por parte de jovens do campo, e de cidades do interior do país. Para tanto requero sejam convidadas as seguintes instituições: Ministério da Educação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério das Comunicações; Agência Nacional de Telecomunicações; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Subscrito pela Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra à autora, Senadora Fátima Bezerra, para a leitura do requerimento.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, o requerimento apresentado pelo Senador Donizeti, subscrito também por nós, pretende exatamente realizar audiência pública para discutir o acesso ao Sisu (Sistema de Seleção Unificada), por meio do qual o Ministério da Educação coordena toda a oferta de vagas em universidades públicas para os candidatos egressos exatamente do Exame Nacional do Ensino Médio.

Aliás, ao falar de Sisu, Sr. Presidente, nós não estamos falando de um processo de seleção qualquer. O Sisu, hoje, é um dos maiores exames de seleção do mundo como porta de entrada, que, sem dúvida alguma, vem contribuindo de forma valorosa para democratizar o acesso à educação de milhares de jovens por este País afora, inclusive os jovens oriundos do campo, os jovens da zona rural.

O requerimento, Senador Romário, tem exatamente este foco de, junto com o Ministério da Educação, com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com o Ministério das Comunicações, com a Anatel e com o IBGE, discutirmos aqui as dificuldades, os entraves que enfrentam principalmente os jovens lá do campo, no que diz respeito ao acesso à internet, para poder exatamente colocar as suas pretensões frente ao Sisu.

Se essas dificuldades de acesso à internet já afetam o conjunto como um todo, inclusive na zona urbana, imagine na zona rural!

Então, é só isto: chamar aqui as entidades, claro, para que possam, tendo entendimento melhor do problema, exatamente, colaborar para aperfeiçoar essa questão do acesso à internet.

Nós estamos vendo agora, inclusive, com relação ao Fies, o drama por que muitas pessoas têm passado, V. Ex^a tem acompanhado, do ponto de vista, exatamente, de acessar o programa via internet.

Então, é isso.

A gente pede a presente audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Eu também entendo que essa audiência pública é, realmente, de grande relevância neste momento, Senadora.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero solicitar a V. Exª a inclusão de um requerimento extrapauta, na verdade, de aditamento à audiência pública que vai ser realizada. Nós estamos aqui fazendo o aditamento, sugerindo que seja convidado a comparecer um representante da Associação Brasileira de Telecomunicações à audiência pública, a fim de debater a política de banda larga nas escolas e sua universalização.

Na verdade, esse requerimento extrapauta, Senador Romário, só esclarecendo melhor, já é um aditamento ao de um outro seminário que a gente apresentou aqui, inclusive, subscrito por V. Exª, que vai tratar, também, de um tema muito importante que é a universalização da banda larga nas escolas, para levar internet para as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento apresentado pela Senadora, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer representante da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), em audiência pública a fim de debater a política de Banda Larga nas escolas e sua Universalização, referente ao Requerimento 54/15, de autoria da Nobre senadora Fátima Bezerra (PT/RN).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria:

Relatório:

Observações:]

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, eu queria aqui fazer dois registros. Primeiro, parabenizar V. Exª por mais essa tentativa de promover o debate e, ao mesmo tempo, promover um processo de investigação vigoroso, profundo, sério e responsável acerca, exatamente, das distorções, dos desvios que envolvem o futebol no nosso País, desvios esses e distorções essas de que o Brasil inteiro está tomando conhecimento agora, promovidos por setores dirigentes da alta cúpula da FIFA. O material é farto, nós estamos vendo. É a polícia federal americana, em conjunto com a Polícia Federal aqui do Brasil.

Enfim, muito do que está aparecendo é, exatamente, aquilo que o senhor já vem denunciando há muito tempo. Tem sido uma voz muito combativa, uma voz que tem falado com muita propriedade, com muita veemência, exatamente pelo seu histórico, porque o senhor conhece bem, sabe muito bem dessa realidade e, portanto, das mazelas, das injustiças, das falcaturas.

Então, eu quero dizer a V. Exª que, a exemplo de muitos Senadores, assinei o pedido de CPI que V. Exª ora apresentou. E, não tenho nenhuma dúvida de que o meu Partido, a Bancada do PT estará ao seu lado, junto com a Bancada de outros partidos, para que a gente possa realizar essa CPI, não com intuito de “espetacularização”, não, mas para que o Congresso Nacional atue, repito, através de uma iniciativa de V. Exª, que é a pessoa hoje, dentro do Congresso, que tem mais legitimidade, Senador Romário, para falar sobre o tema. Essa pessoa é o senhor. Não que outros não tenham legitimidade; têm também, mas o senhor é quem tem mais legitimidade.

Então, é muito importante que a CPI seja instalada e que ela vá fundo no sentido, exatamente, de passar tudo isso a limpo e de dar a contribuição que deva e, ao final, inocentar quem foi inocentado, o que acho meio difícil, mas todos têm direito à defesa, e condenar aqueles cuja culpa ficar comprovada.

Segundo, permita-me também aqui deixar registrada a minha posição de solidariedade aos professores e servidores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, que se encontram em greve neste exato momento. Ainda ontem, estive com o Reitor, Prof. Pedro Fernandes, e disse a ele que nos colocávamos à disposição para ajudar na mediação junto ao Governador do Estado, Robinson Faria, que tem demonstrado sensibilidade e compromisso com a educação. Eu creio, tenho fé e muita confiança de que o processo negocial vai avançar para que a gente possa pôr fim a esse impasse.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Norte não é uma universidade qualquer, Senador Romário; ela presta relevantes serviços ao povo do Rio Grande do Norte. A reivindicação dos professores e servidores é

justa. Não é nem uma novidade. Na verdade, trata-se do cumprimento de um acordo que foi firmado desde o ano passado, está dentro do próprio orçamento.

Então, aqui quero expressar a minha solidariedade e, portanto, colocar que estamos à disposição para mediar junto ao Governo do Estado, e fazer um registro para V. Ex^a – inclusive, vou me dirigir à Câmara, porque neste exato momento está sendo relançada a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Estaduais e Municipais, que tem também todo o apoio aqui da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Quero me solidarizar também com os professores e alunos da faculdade. V. Ex^a foi muito feliz em dizer que o Governador Robinson Faria é um Parlamentar de bom trato, de bom papo, e eu tenho certeza de que ele vai ajudar nesse pleito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Passo a palavra aqui ao nosso – estou tentando encontrar uma palavra para ele, mas é difícil...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, mas sempre é bem colocada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente Romário, eu queria cumprimentar V. Ex^a. Permita-me que eu fale algo antes de falar na CPI. As pessoas têm a mania de achar que um artista, seja o artista do futebol, seja o artista do teatro, seja um cantor, sabe fazer só aquilo, não tem competência e nem inteligência. É uma forma de menosprezar a capacidade daqueles que se destacam em nível mundial, como V. Ex^a. Eu quero dar esse depoimento de que V. Ex^a, além de ser um artista do futebol, um malabarista – eu joguei futebol e por isso falo do artista, joguei no Flamengo de Caxias do Sul –, além da competência, da inteligência na arte do futebol, tem mostrado toda a sua competência no exercício do mandato parlamentar como Deputado Federal e agora como Senador da República. Estou muito orgulhoso, eu que sou um amante do futebol, do trabalho que V. Ex^a está fazendo nesta Comissão como Senador da República e já fez lá como Deputado Federal.

Sei que V. Ex^a está insistindo – e quero, mais uma vez, cumprimentá-lo –, colocando em pauta um projeto de nossa autoria, que é o do Bolsa Permanência, para que os nossos alunos mais pobres tenham direito a essa Bolsa Permanência, que é a ajuda que eu tive. Quando fiz o meu curso, na infância, no Senai, eu tinha uma bolsa permanência correspondente a um salário mínimo. Este é o objetivo: que a nossa meninada da favela, de onde a gente veio, da vila, do bairro, tenha o direito a estudar e se formar.

Mas, além disso, Presidente, eu quero falar mesmo é da CPI, dizer que V. Ex^a, como sempre, teve uma visão universal, trazendo para o debate aqui dentro do Congresso Nacional a CPI do Futebol. Isso, para mim, é algo que estávamos devendo ao Brasil há muito tempo, e V. Ex^a vem denunciando há muito tempo. Já dizia do desastre que seria a Copa. Infelizmente o desastre aconteceu, mas não precisava ser 7x1 também, porque foi demais. E o pior: alguém conta – ontem, ouvi essa história – que, agora, com essa investigação internacional, descobriram que houve mais dois gols. Estavam escondidos, não tinham aparecido. *(Risos.)*

Então, quero cumprimentar V. Ex^a, dizer que assinei com uma enorme satisfação, e não sou de assinar qualquer papel, mas, porque veio de V. Ex^a, percebi a seriedade, a responsabilidade. O Brasil merece essa investigação, que coloquemos, como a gente fala, em mãos limpas, em pratos limpos tudo o que aconteceu e vem acontecendo no futebol, principalmente no caso, aqui, do Brasil, com a repercussão que está havendo em todo o mundo.

Eu queria só cumprimentar V. Ex^a. Estou muito, muito contente de ter essa parceria com V. Ex^a.

Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, V. Ex^a ainda ontem me dizia: “Olha, Paim, está tudo encaminhado, vai ser gol de placa” – em outras palavras, V. Ex^a disse isso. Eu acho que vai ser gol de ouro, porque na mão de V. Ex^a vai ser gol de ouro.

Então, parabéns pela CPI e por todo o seu trabalho. Não quero só falar da CPI. Quero falar de V. Ex^a não como um alto conhecedor da arte do futebol. Quero me referir a V. Ex^a como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ex-Deputado Federal e um grande Senador da República. Permita-me que eu diga: você é o cara.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, quando eu ouço essas palavras de V. Ex^a, eu definitivamente fico emocionado. Tenho, nesse pouco tempo de vida parlamentar, a certeza de que são poucos em nosso País os que realmente lutam, em todo bom sentido da palavra, por uma melhora na qualidade de vida do povo, principalmente para aqueles que mais necessitam. Mas eu tenho em V. Ex^a um ídolo aqui dentro, um espelho, e eu tenho certeza de que, se os políticos do País, em todas as esferas, tivessem a determinação, a grandeza, a honestidade, a coragem, a pureza – e eu poderia citar aqui várias outros adjetivos – que V. Ex^a tem, a nossa política hoje estaria em um nível muito mais elevado. Eu espero, nestes próximos anos, se tiver que ser, estar sempre próximo a V. Ex^a, porque eu posso afirmar que com V. Ex^a eu realmente aprendo o que é bom.

Muito obrigado. É um prazer tê-lo aqui na minha Comissão. É um prazer estar sempre com V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nessa altura do campeonato, V. Ex^a é que está me deixando aqui... Eu sou meio chorão. Não me faça chorar aqui. Aí o pessoal vai me xingar lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – É um prazer de verdade, de coração.

Agradecemos a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião, convocando para a próxima terça-feira, dia 9 de junho, às 10 horas, audiência pública com o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, Renato Janine.

Muito obrigado.

Tenham todos um ótimo dia.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia nove de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. Justificam a ausência os Senhores Senadores Romário e Walter Pinheiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira usa da palavra para anunciar a apresentação de um Voto de Repúdio à atitude antissemitista da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que encaminhou memorando a todos os Programas de Pós-Graduação com vistas a levantar informações sobre a presença ou perspectiva de discentes e/ou docentes israelenses da Universidade. O Requerimento constará da pauta da próxima reunião deliberativa desta Comissão. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 2/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Romário, e nº 6/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Simone Tebet, destinados a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Renato Janine, sobre **as políticas e diretrizes do Ministério da Educação para o biênio 2015/2016 e esclarecimentos adicionais sobre os cortes orçamentários de 2015, em relação aos Programas FIES e PRONATEC**. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Renato Janine**, e convida o Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, para compor a Mesa. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Wagner Vilas Boas de Souza, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação; Senhor Jesualdo Pereira Farias, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC); Senhor Manuel Palácios, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Senhor Marcelo Machado Feres, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC); Senhora Marta Wendel Abramo, Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC); Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC); Senhor Paulo Gabriel Soledade Nacif, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC); Senhor Antonio Ildivan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Senhor Chico Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais (INEP); Senhor Carlos Nobre, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Senhor Leandro Cerqueira, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação; Senhor Newton Lima Neto, Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); Senhor Cláudio Rabinovitz, Diretor de Relações Institucionais da Faculdade Positivo; Senhora Cristiane Kyone Hayashi, Relações Institucionais da Faculdade Positivo; Senhor Agnaldo Dantas, Assessor Parlamentar da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); Senhor Angelo Vanhoni, Ex-Deputado Federal; Senhora Carina Vitral, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Senhores Consultores Legislativos da Câmara do Deputados, Paulo Sena e Ana Waleska; e dos Representantes da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). Finda a exposição do

Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Simone Tebet (autora do Requerimento), e os Senhores Senadores Ana Amélia, Ataídes Oliveira, Lásier Martins, Antonio Anastasia, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Wilder Moraes, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, Marta Suplicy e Hélio José. Neste momento, a Senhora Senadora Ana Amélia usa da palavra para anunciar a apresentação de um Voto de Louvor ao Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, pela nota oficial do Ministério manifestando a discordância a qualquer forma de discriminação, em resposta aos lamentáveis acontecimentos ocorridos na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após as considerações finais do Senhor Ministro, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom dia a todos e todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação desta ata.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srª Presidente, sei que hoje não vamos deliberar, uma vez que a Comissão de Educação se reúne para ouvir o Ministro da Educação a respeito das metas e diretrizes para este biênio, 2015-2016, com um aditamento providencial, neste requerimento proposto pelo Senador Romário, da Senadora Simone Tebet, que pede ao Ministro esclarecimento sobre o que vai acontecer com o Programas Pronatec e Fies, que foram programas muito alardeados durante a campanha eleitoral, e que agora, infelizmente, são motivo de grande inquietação por parte de estudantes no Brasil inteiro.

Mas quero aproveitar a vinda do Ministro, Srª Presidente, para submeter à Comissão uma moção, que sei que não será votada hoje, mas para efeitos regimentais, é apresentada hoje e será dirigida, se a Comissão assim o entender, ao Ministro da Educação. O meu requerimento é a aprovação de um voto de repúdio a uma atitude da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que foi formalizada por meio de um memorando, circular, subscrito pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, o senhor Professor Doutor José Fernando Schlosser e foi encaminhado a todos os programas de pós-graduação da universidade, no dia 13 de maio do corrente ano.

O objetivo desse memorando era pedir um levantamento urgente de informações sobre a presença ou perspectiva de presença de discentes ou docentes israelenses. Essa atitude, que considero deplorável, foi informada pela imprensa no mesmo dia. O Reitor atende a um requerimento de duas entidades sindicais, a Seção Sindical Docente da Universidade e a Associação dos Servidores da Universidade, além do Diretório Central dos Estudantes e também Comitê Santa-Mariense de Solidariedade ao Povo Palestino.

Entendo que essa é uma atitude absolutamente inescusável, que não tem sequer o mais ligeiro lampejo de legalidade. Pelo contrário. Fere frontalmente a Constituição brasileira, que zela pelo tratamento isonômico entre todos os cidadãos brasileiros, além de vedar claramente práticas discriminatórias por raça, cor, credo, sexo ou procedência nacional.

Reproduzo, nesse voto de repúdio, um trecho da nota que foi emitida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O SBPC lembra, com muita propriedade, que o Brasil é um País, cito:

[...] onde todos os povos, com suas diferentes crenças, convivem em harmonia. Essa solicitação, encaminhada pela universidade da qual o senhor é o representante maior, traz indignação a todos nós da comunidade acadêmica do País. Entendemos que a vida acadêmica do País deva ser referência na promoção de tolerância e respeito à diversidade, combatendo toda e qualquer forma de discriminação.

Vivemos hoje o Estado de direito, com uma democracia conquistada por muitas lutas, com a participação de todos os brasileiros de diferentes origens, incluindo cientistas, professores e estudantes, que lutaram e seguem na construção de um país mais tolerante e menos excludente.

É esse o requerimento que apresento a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k., Senador, conforme V. Ex^a já adiantou, de acordo com o Regimento, a moção será brevemente objeto de apreciação e de deliberação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A presente reunião foi convocada na forma de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2015, da autoria do Senador Romário, e também ao Requerimento nº 6, de 2015, de autoria da Senadora Simone Tebet.

A presente audiência tem como objetivo ouvir Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro, sobre as políticas e diretrizes do Ministério da Educação para o biênio 2015-2016 e esclarecimentos adicionais sobre os cortes orçamentários de 2015, em relação aos Programas Fies e Pronatec.

Para dar início aos nossos trabalhos, solicito à Senadora Simone Tebet, coautora também da presente audiência, que acompanhe o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, Prof. Renato Janine Ribeiro, para tomar assento aqui à Mesa. *(Pausa.)*

Gostaríamos de falar da nossa alegria em receber o Ministro da Educação.

Seja bem-vindo!

O Prof. Renato Janine é Professor titular da Cadeira de Ética e Filosofia da Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; recebeu o Prêmio Jabuti de Literatura, em 2001, graças à obra *A Sociedade contra o Social*, da editora Companhia das Letras, bem como foi condecorado com a Ordem Nacional do Mérito Científico, em 1998, e com a Ordem de Rio Branco, em 2009.

Na verdade, o Ministro tem 18 livros editados, além de inúmeros ensaios e artigos em publicações científicas. Também foi membro do Conselho Deliberativo do CNPq, no período de 1993 a 1997; do Conselho da SBPC, de 1997 a 1999; Secretário também da SBPC e Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além disso, atuou também como membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP e é membro do Conselho Superior de Estudos Avançados da Fiesp.

Ministro, vamos passar a palavra agora a V. Ex^a.

Queremos convidar o Secretário Executivo, Prof. Luiz Cláudio, para fazer parte da Mesa.

Queremos também aqui registrar a presença do Secretário da Sesu, Prof. Jesualdo Pereira Farias; a do Secretário Adjunto do MEC, Wagner Vilas Boas de Souza; a do Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Manuel Palácios; a do Secretário da Setec, a Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica, Prof. Marcelo Feres; a da Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marta Wendel; do Prof. Binho Marques, que é Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino, Ministério da Educação; a do Prof. Paulo Gabriel, da Secadi; a do Antônio Divan, Presidente do FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; a do Chico Soares, Presidente do Inep; a do Carlos Nobre, Presidente da Capes; a do Leandro, Chefe da Assessoria Parlamentar e a do Prof. Newton Lima Neto, Presidente da Ebserh.

Queremos, aqui, também, saudar a representação da Fasubra na nossa audiência, cujos servidores técnicos administrativos estão em greve neste exato momento.

Registrar, também, a presença do Prof. Cláudio, que é Diretor de Relações Institucionais da Faculdade Positivo; a de Cristiane, Relações Institucionais, também da Faculdade Positivo; a de Agnaldo Dantas, Assessor Parlamentar da Federação Nacional das Escolas Particulares; a do ex-Deputado Ângelo Vanhoni, que foi o Relator do Plano Nacional de Educação; a da Assessoria da Câmara dos Deputados, Prof. Paulo Sena e Prof^a Ana Waleska.

Registrar, também, a presença dos Senadores Aloysio Nunes; Lasier Martins; Ana Amélia; Ataídes Oliveira; Cristovam Buarque; Ângela Portela; Regina Sousa e a Simone Tebet, nossa coautora da audiência; Senador Antonio Anastasia; Dalirio Beber; Senador Randolfe Rodrigues, que acaba de chegar e o Senador Wilder Moraes.

Sem maiores delongas, quero passar, imediatamente, a palavra ao Ministro.

V. Ex^a está vendo que o quórum está bom. Isso é muito bom porque demonstra o quanto o Senado considera importante a agenda da educação para o País.

Mas, sem maiores delongas, vamos passar, agora, a palavra ao Prof. Renato Janine Ribeiro, nosso Ministro da Educação.

O SR. RENATO JANINE – Bom dia, Senadora Fátima Bezerra, digna Presidente, em exercício, da Comissão de Educação do Senado!

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu não os conheço ainda pessoalmente, mas vou saudá-los conforme indicação da Senadora Fátima Bezerra: Senadora Ângela Portela; Senador Cristovam Buarque; Senadora Regina Sousa; Senador Lasier – Lasiê se pronuncia? – Lasier Martins; Senadora Ana Amélia; Senador Aloysio Nunes, do meu Estado; Senadora Simone Tebet, que está mais para trás; Senadora Maria do Carmo Alves, não sei se está aqui; Senador Wilder Moraes – é assim que se pronuncia, Wilder? – ; Senador Antonio Anastasia, que vejo mais atrás; Senador Dalirio Beber; Senador Ataídes de Oliveira e Senador Randolfe Rodrigues – acredito não

ter deixado de nomear nenhum dos Senadores – ; demais Parlamentares; servidores da Fasubra; público em geral, é com grande satisfação que tenho a oportunidade de, pela primeira vez, vir aqui à Comissão de Educação do Senado, para expor a situação que vemos, hoje, como prioritária na educação no Brasil, sobretudo, o papel do MEC nesse trabalho, que é um trabalho conjunto, um trabalho de todos, e que foi referendado pelo Senado, pelo voto unânime de seus membros, na votação do Plano Nacional de Educação, depois, sancionado sem vetos pela Presidenta, depois de um longo trabalho.

Quer dizer, é uma peça legislativa extremamente representativa, porque teve o apoio integral do Legislativo e do Executivo. Então, devemos entender que se trata de uma lei que vai além, vamos dizer, de preferências partidárias de um grupo ou de outro, mas que foi sendo definida pelo País ao longo de discussões por interessados diretos da educação e, depois, referendada pelos representantes constitucionais do povo brasileiro, tanto nas duas Casas do Congresso quanto no Poder Executivo.

Então, um ponto de referência básico desde que assumi – faz, agora, dois meses – , e já tendo visitado os Presidentes das duas Casas, e estado na instalação dos trabalhos, deste ano, da Frente Parlamentar em Defesa da Educação, presidida pelo Deputado Canziani, cria-nos uma rota, quer dizer, temos uma rota. A educação tem, hoje, um mapa, no Brasil, a trilhar, tem metas, que são ambiciosas – ninguém vai dizer que são metas tímidas – e que vão exigir muito trabalho, mas o importante é que descrevem um alinhamento de decisões dos Poderes e que, então, serão convidados a participar da implementação, até porque várias leis terão que ser editadas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, para implantar diversos aspectos do PNE. Antes de mais nada, estamos na iminência de vencer o prazo de um ano dado para Estados e Municípios sancionarem suas próprias leis, e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino de Estados e Municípios, dirigida pelo ex-Governador do Acre, Binho Marques, tem um papel fundamental na discussão.

Eu queria comentar que um ponto básico para o MEC é que mais importante do que termos as leis sancionadas é o processo que leve a elas. O que não quisemos e continuamos não querendo é apenas para atender ao prazo, embora legal, precipitar a votação de leis que não expressem, efetivamente, o interesse da população. Refiro-me a um exemplo que me marcou, dado numa conversa breve com o Senador Anastasia, no dia seguinte de minha posse. Estávamos numa reunião da Frente de Prefeitos, e ele mencionou a existência em Minas de um Município, de belo nome, Serra da Saudade, com 800 moradores. Evidentemente, o Plano Municipal de Educação de Serra da Saudade será muito diferente do de uma capital de Estado. Imagino que, em uma capital de Estado, se definam, sobretudo, nas grandes cidades do Brasil, critérios, por exemplo, de onde instalar creches. Numa cidade pequena, já pode ser dado até o endereço talvez, quer dizer, em que lugar se deve fazer isso, o que a sociedade pretende no Plano Municipal de Educação.

Tudo isso, esse processo de discussão é muito importante e requer uma série de posições.

Eu queria dizer que dois pontos que me parecem particularmente importantes para a tarefa deste ano são: melhorar a qualidade da gestão e utilizar muito a inteligência para melhorar os projetos e programas que temos. Não vamos, de forma alguma, enganar a nós mesmos, desconhecendo que temos uma dificuldade financeira este ano, fruto da crise econômica que o País conhece e que está tentando enfrentar pelo trabalho decidido dos Ministérios da área específica, que lidam com a economia. Mas, diante desta situação, que torna a questão do orçamento um tanto difícil, o que fizemos e estamos fazendo? Estamos procurando não cancelar nenhum projeto, reescalando-os, de modo que nada seja prejudicado, para que possamos realizar tudo, mesmo que num tempo um pouco mais demorado. E estamos tentando ganhar em duas áreas, que me parecem decisivas, em termos de discussão, de combate agora. Uma destas áreas é a da gestão. Nós precisamos melhorar a gestão dos projetos. O exemplo disso é o que anunciei ontem à noite, devidamente autorizado pelo Ministério da Casa Civil, que é a nova edição do Fies.

Quando eu assumi, o Fies 01/2015, vamos chamar assim a primeira edição do Fies/2015, estava em andamento. Houve dificuldades de naturezas diversas, mas conseguimos concluir isso, mesmo com a reclamação de muitas pessoas que não conseguiram o financiamento, embora tenhamos conseguido financiar mais de 60% daqueles que efetivamente entraram na demanda, o que não é um número ruim.

Se nós pensarmos que o SisU, a oferta de vagas nas universidades federais – basicamente federais, também algumas estaduais e algumas outras – tem 205 mil vagas no primeiro semestre para 2,7 milhões de demanda, então a relação nossa de atender 252 mil solicitantes de financiamento, em um total de 450 mil, até é um resultado positivo. Nenhum tipo de disputa dessa natureza chega a um resultado de atender todo mundo. Sempre há uma disputa por qualidade, por recursos disponíveis, por prioridades nacionais. Mas, seja como for, na ocasião eu disse que não podia confirmar se teríamos um segundo Fies este ano ou não enquanto não tivéssemos certeza de recursos.

Entrentes, o que procuramos fazer? Rever vários critérios do Fies. Nós revimos critérios. Alguns dizem respeito à sustentabilidade econômica, outros dizem respeito à prioridade das vagas. Nós tivemos um êxito,

no primeiro semestre no Fies, que pode até parecer a alguns não ser tão visível de imediato, mas que foi a parte, a parcela dos cursos, dos financiamentos oferecidos que correspondia a cursos da mais alta qualidade, os cursos nota cinco. Nós tínhamos, no ano passado, fornecido cerca de 8% de cursos nota cinco aos inscritos. De 730 mil financiamentos do ano passado, um tanto acima de 50 mil, entre 50 e 60 mil, foram para cursos nota cinco. Como todos sabem, a avaliação dos cursos de graduação vai de um a cinco, sendo que cinco, em cada área, é o melhor curso. Os melhores cursos são os cursos cinco em cada área. Eram 8% no ano passado; passaram a 20% na primeira edição deste ano. Se nós tivéssemos mantido a fatia de 8%, teríamos dado 20 mil vagas de cursos muito bons para os solicitantes, os tomadores de financiamento. Como nós mudamos o critério, em vez de 20 mil, demos 50 mil. Quer dizer, 30 mil alunos que teriam tido cursos de qualidade inferior tiveram os cursos da melhor qualidade. Isso, se eu olhar do lado do aluno. Se eu olhar do lado das instituições de ensino superior, 30 mil vagas da melhor qualidade teriam ficado ociosas não fosse esse remanejamento. Com base nisso, nós delineamos critérios diferentes.

Eu não posso anunciar o número de vagas, porque isso depende de cálculos que ainda estão sendo feitos, mas vamos decidir, liberar isso nos próximos dias.

Qual é um dos critérios? Priorizar as três prioridades nacionais definidas pela Presidenta Dilma Rousseff. Formação de professores para educação básica: esses cursos terão um diferencial positivo, vão ter uma prioridade em relação a outros, que não serão excluídos, não serão sacrificados, mas serão prioritários. Para quê? Porque nós precisamos investir pesadamente na educação básica e melhorá-la. É o desafio específico, um dos grandes desafios do MEC. Quem tenha, por acaso, visto o Roda Viva de ontem viu que as pessoas que interrogaram jornalistas e duas educadoras de renome, essas pessoas focaram quase toda a discussão na educação básica. Embora seja uma competência constitucional de Estados e Municípios, é a preocupação principal do País em matéria de educação, e o MEC considera esse o principal tema. Pelo menos, desde o Ministro Murílio Hingel, e aqui está o Ministro Cristovam Buarque, que também definiu desde há muito tempo essa prioridade, mas há mais de 20 anos que o MEC afirma ser essa a prioridade, e eu espero conseguir fazer avançar mais nessa direção. Na verdade, seria o que eu mais gostaria de deixar seria um avanço significativo nesse rumo.

Então, primeira prioridade: o ensino, a formação para a educação básica. Segunda: o País precisa aumentar a produtividade, que é a lógica do Pronatec e de toda uma série de ações definidas desde o primeiro mandato da Presidenta. Então, prioridade também às engenharias e aos cursos de perfil análogo. Terceiro ponto: o Brasil precisa melhorar a saúde. Portanto, prioridade aos cursos de saúde. No primeiro semestre, sem que isso fosse deliberado, definido previamente, conseguimos dar cerca de 55% das vagas a cursos desses três matizes. Nossa ideia é aumentar ainda essa proporção.

Segunda prioridade: regional. Temos que priorizar os cursos – sem excluir os outros; prioridade não quer dizer exclusão. Na verdade, nós pensamos prioridade para a inclusão. E priorizar, então, os cursos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, excluindo-se o Distrito Federal, que tem um desempenho que o coloca no nível das regiões mais desenvolvidas do País, não necessitaria de uma prioridade análoga.

E, como terceira prioridade, nós temos a questão dos cursos de melhor desempenho, aos quais eu já havia aludido, em que nota 5 e nota 4 serão importantes.

Há outros fatores que nós estamos discutindo, mas tudo isso, é importante dizer, foi bastante discutido com as mantenedoras. Nós não estamos impondo medidas, não estamos decidindo simplesmente, negociamos, conversamos e chegamos a acordos com elas.

Estou dando esse exemplo do Fies – desculpem-me por ter me alongado um pouco, mas como é uma notícia nova eu creio que é bom repartir com os nossos companheiros do Senado o detalhe das medidas –, porque isso, além do conteúdo específico, Sr^{as} e Srs. Senadores, mostra preocupação em aprimorarmos os projetos. E essa tem que ser a marca de um ano em que há recursos insuficientes, e nós temos que investir muito no pensamento e na inteligência. Educação no Brasil tem que ser delineada de maneira cada vez mais inteligente. E é isso que nós estamos procurando fazer nesse e em outros projetos.

Também temos pela frente o projeto de formação de diretores, que já foi apresentado com o nome de Diretor Principal, mas que vai ter provavelmente um nome de formação de diretores. É um projeto para fornecer cursos que ainda estamos delineando como vão ser, que permitam, seja para quem já está na atividade de diretor, seja para quem anseia se tornar diretor, uma capacitação maior. E será por adesão. Estados e Municípios que quiserem usar esse curso e as provas que ele suscitar para a seleção dos seus diretores poderão fazê-lo e dizer de que maneira pretendem fazer isso.

O MEC delineou, nos últimos anos, vários projetos que podem ser utilizados de uma maneira ou de outra pelos interessados. Por exemplo: o Enem, que é uma grande plataforma para aferir conhecimentos, sinalizar para o ensino médio e selecionar para os programas do MEC, é utilizado pelas universidades conforme elas definem. Elas podem dizer: só queremos o Enem ou queremos o Enem mais alguma coisa. A minha univer-

sidade, a USP, acaba de, historicamente, decidir aderir ao Enem. É verdade que numa parte ainda não muito grande dos cursos, mas esse é um passo muito importante para uma universidade que sempre relutou. E ela vai adotar o Enem conforme os critérios dela.

Então, da mesma forma que nós temos definido projetos nacionais que depois são incorporados por Estados e Municípios dentro da definição das suas prioridades, nós pensamos que também a formação de diretores deve ser assim. Então, se um Estado ou Município decide eleger os seus diretores, escolhê-los de maneira eletiva, ele pode decidir que os candidatos terão que ser pessoas que já foram certificadas como potenciais diretoras por todo esse esquema de formação que vamos dar. Se ele quiser nomear por concurso, essa prova poderá servir como peça importante no concurso.

Enfim, há várias formas de incorporação, todas elas negociadas, mas todas visando a um ponto muito importante, que é melhorar a qualidade.

Há outras atividades que estamos pensando em desenvolver. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação está desenvolvendo um projeto de qualificação de secretários municipais de educação. O País é muito grande, tem realidades muito diversificadas. Nem sempre alguém que assume a importante tarefa de Secretário de Educação em um Município tem o conhecimento de toda a complexidade que isso representa hoje. Então, termos uma qualificação melhor de secretários quando e se quiserem também é um elemento importante. É importante dizer que quem inicia essa atuação é a própria Undime, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Então, estamos procurando sempre bancar essas propostas que pretendem melhorar a qualidade ao mesmo tempo em que são negociadas, pactuadas com Estados e Municípios, de modo que tenhamos um trabalho harmônico, um trabalho educativo. Penso que um dos sentidos da educação é a negociação, é o diálogo, o diálogo respeitoso, o encontro de convergências, a procura de pontos de conciliação, mesmo quando há divergências.

Então esse é o papel da educação.

E há uma coisa também que me dá muita satisfação na educação, mesmo num momento difícil como o deste ano, que é o fato de que, na educação, mesmo as divergências políticas – e, ontem, quem tenha visto Roda Viva, terá visto várias divergências políticas – não impedem um fato ou dois elementares: primeiro, estamos falando dos mesmos fatos. Temos, hoje, todo um sistema de avaliação que foi desenvolvido ao longo de 20 anos por governos diferentes e de diferentes partidos, e esse esquema de avaliação permite que tenhamos um bom termômetro. Sabemos quais são os problemas. Temos um acordo grande sobre problemas sabendo, por exemplo, onde a educação está mais precária, onde está avançando, e esse é um ponto importante. Divergimos, muitas vezes, na medicina, divergimos, muitas vezes, no que deve ser feito. E essa divergência não é necessariamente político-partidária, é uma divergência também, em grande parte, de educadores. Mas termos, pelo menos, a convicção, a foto do problema, o diagnóstico do problema, encontrar o problema, detectar os problemas, isso é muito importante.

Também temos uma convergência grande na educação na questão de uma série de medidas que são prioritárias. Creio que ninguém, hoje, é contra a prioridade da educação básica. Todos querem a melhora do ensino em todos os níveis. Programas, como o Programa Ciências sem Fronteiras, dirigido no âmbito do MEC pelo Presidente da Capes, que aqui está, Prof. Carlos Nobre, são programas que têm ampla aceitação. Podemos e devemos discutir muita coisa sobre eles. Podemos e devemos discutir muito, como a Senadora Simone disse há pouco, a questão do ensino médio. Que tipo de ensino médio queremos? Quais são os problemas do ensino médio? E não vou, não podemos, de forma alguma, ignorar o fato de que, numa linha do tempo da educação, que vá de zero ano de idade até a graduação universitária pelo menos, nestes 22 anos, em sentido geral, temos vários pontos de dificuldade. Precisamos aumentar significativamente o número de alunos em creches; precisamos completar a universalização da pré-escola; no ensino fundamental, especialmente nos últimos anos do fundamental 2, há problemas mais significativos de qualidade; no ensino médio temos problemas sérios de desertão e mesmo de ensino; no ensino superior expandimos muito o sistema, podemos nos dar por satisfeitos em muitas coisas, mas falta muito ainda, falta muito em termos numéricos, e, em todos esses níveis, a qualidade é importante. Em todos esses níveis, temos que aprimorar muito a qualidade. Não podemos pensar na qualidade como algo que é secundário. Ela é necessária em todos os níveis da educação, embora tenha momentos mais críticos. Podemos e devemos discutir muito isso. Por exemplo, a questão, que alguns levantam, de que haveria excesso de matérias no ensino médio, questão que vários suscitam. É isto ou será outro o problema? Outros sustentam que um problema sério do ensino médio, talvez do ensino em geral é a dificuldade de os professores trabalharem em equipe. Talvez esse ponto seja até mais candente, vamos dizer, a formação de equipes que façam as matérias convergirem do que o número de matérias. Porque não adianta termos, quer dizer, claro que não vamos tirar Física, Química, Biologia.

Tenho tempo ainda, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Tem, tem sim.

O SR. RENATO JANINE – Está bom.

Mas se os três cursos forem totalmente separados, o desempenho dos alunos vai ser muito inferior do que se houver uma convergência, um planejamento. Isso sabemos nas universidades também. As universidades que começaram o bacharelado interdisciplinar, a Universidade Federal do ABC e a Universidade Federal da Bahia, com projetos bem distintos, mas muito criativos, ambos. *(Fora do microfone.)*

O SR. RENATO JANINE – Brasília também, Senador. Está falando de 1960? É bom o senhor lembrar as oportunidades perdidas pelo Brasil e que não queremos mais perder. Mas é verdade, foi um erro meu não ter lembrado todo esse período – o Prof. Roberto Salmeron escreveu um belo livro anos atrás a respeito, que me lembro de haver lido.

Então, temos aí projetos de renovação da educação superior, mas que têm também esse ponto da convergência, do diálogo. Dizia meu Prof. Luiz Bevilacqua, que foi um dos cérebros por traz do projeto da UFABC, que ele não queria dar Química I, Física I, Biologia I, Matemática I, Informática I, mas queria discutir a estrutura da matéria na Química, na Física, na Biologia. Isso é outra coisa. O diálogo é muito maior, o enriquecimento dos alunos é muito maior. Então, nós temos, em toda a parte da educação, uma ampla discussão.

O que queremos fazer nesse âmbito? Eu falei, de passagem, em gestão, era outro ponto que eu queria frisar, mas vou apenas pontuar que isso são medidas que procuram melhorar a gestão, mas vou focar um pouquinho mais essa questão de discussão para melhorar os projetos.

Nós estamos em uma fase em que mundialmente está mudando a educação. Educação está mudando em toda parte. No Fórum Mundial de Educação, na Coreia – eu estive lá dirigindo a delegação brasileira há cerca de 15 dias –, uma das questões discutidas foi, obviamente, a questão da tecnologia da informação e da comunicação na educação. Que papel ela deve ter? Como ela pode ter, ou como nós melhorarmos a educação com todo esse suprimento fantástico de conhecimentos que temos? E do que isso depende? O que podemos fazer? Temos de gerar conteúdos novos. É uma questão que a Secretaria de Educação Básica do MEC, sob a direção do Prof. Manuel Palácios, que ali está sentado, tem se empenhado muito em como podemos gerar conteúdos novos e criativos.

O ex-Presidente da Capes, o Prof. Jorge Guimarães, a quem aqui homenageio pelo belo trabalho que realizou durante 11 anos naquela agência, insistia muito em colocar a pós-graduação a serviço da construção de novos livros didáticos. O avanço do *tablet*, o avanço de tudo que é *on-line* permite saltos de qualidade fantásticos naqueles que têm mais acesso, mas o que coloca também como candente o acesso dos sem acesso. Porque se todos melhorarem graças não só ao que têm em sala de aula, mas graças ao acesso livre a outros projetos, como os vídeos da Fundação Kahn; os Geekie Games, de Cláudio Sasaki e de outras pessoas, aqueles que não têm acesso à internet vão ficar para trás. O Prof. Chico Soares, Presidente do Inep, que aqui também está, mostrou essa distância que vai aumentando, às vezes, embora todos os níveis de educação, pensando apenas em níveis socioeconômicos, dividindo em cinco níveis de 20%, embora tenha havido o avanço significativo no nível mais avançado, e tem havido avanços nos outros níveis, o avanço dos menos aquinhoados, do ponto de vista socioeconômico, é praticamente inexistente em oito ou dez anos. Isso é grave, porque não só eles não avançaram como aumentou a distância entre ele e outros grupos.

A que se deve isso? Essa tem sido uma questão importante e tem sido discutida por muita gente. Os IDEBs mais baixos não requerem necessariamente uma punição. Os IDEBs mais baixos geralmente são frutos de uma série de pontos que basicamente repercutem o IDH baixo, dificuldade de saúde, dificuldade de residência, violência, moradia ruim. Tudo isso requer um trabalho conjunto. E não é por acaso que uma das nossas grandes parcerias é com a Ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social, porque os trabalhos em educação e em desenvolvimento social se alimentam reciprocamente.

E o que dizia o Prof. Chico Soares, também nesse ponto, é: “Nós temos que absolutamente garantir a banda larga em todas as escolas do Brasil”. Isso não é fácil. Há lugares muito afastados. Mas se não garantirmos todos esses vídeos incríveis, alguns muito bons, existentes e por existir – e queremos que haja mais, queremos fortalecê-los –, eles não vão contribuir para a melhoria do ensino nos grupos historicamente discriminados, nos grupos mais pobres, e estaremos cometendo uma injustiça; pior do que isso, estaremos deixando agravar-se uma injustiça.

Esse ponto não é pequeno. O Senador Randolfe é da Amazônia, embora da faixa costeira. As dificuldades de acesso à internet são significativas, dependendo do local. Em alguns lugares, há dificuldade de acesso físico à escola. No Estado do Amazonas, o Secretário nos dizia que há escolas em que o professor demora 20 dias de barco para chegar. E lá fica morando, pois dali é difícil sair, porque são outros 20 dias. Isso, somado à dificuldade de acesso pela internet, é um problema muito sério que o País precisa enfrentar.

Então, tudo isso eu estou tentando desenhar para dizer que este ano, talvez nós tenhamos que ter a humildade de não conseguir fazer tanto quanto queríamos, mas podemos procurar melhorar todas essas propostas, todos esses programas, criar novos, preparar uma melhor valorização.

E, finalmente, eu queria falar da valorização das pessoas que trabalham na educação, em geral – professores, servidores –, em todos os níveis: ensino superior, educação básica, pré-escola, creche. Em todos os níveis, nós temos que ter uma valorização baseada em dois pontos: um dos pontos é a valorização salarial. Essa é uma decisão do Congresso Nacional, que, no caso dos professores, repercute na Meta 17 que as senhoras e os senhores votaram, todos. Ou seja, a defasagem de salário do professor da educação básica é muito grande: 72,7% do salário da pessoa de igual escolaridade. Isso é um dos fatores que dissuadem muitos jovens de se tornarem professores. Temos que valorizar! A meta é até o final de 2020, se eu não me engano, nós equipararmos. É uma meta ambiciosa e necessária. Isto se chama justiça! E há um outro lado disso: nós temos que investir muito na formação, tanto inicial, quanto continuada dos professores. E, aí, eu priorizo de novo a educação básica. E essa questão é muito importante para nós termos uma certeza de que isso avance.

Por isso, também as universidades federais e os institutos federais têm um papel na formação de professores. Eu não poderia falar de todas as ações do MEC, e todos sabem muito à respeito. Então, não é necessário ter um trabalho exaustivo; queria, mais, delinear linhas. Mas as universidades e os institutos federais estão alinhados com a ideia de fazer um avanço nisso.

Senadora Marta Suplicy, prazer em vê-la! Muito contente de vê-la aqui!

Então, nós temos esse alinhamento dos institutos e universidades federais na formação de professores. Queremos fortalecer e melhorar a formação de professores. E queremos também repetir que estão assegurados universidades e institutos federais quanto ao custeio. Esse foi um ponto que a própria Presidenta da República, quando estávamos negociando o Orçamento, e, apesar das dificuldades orçamentárias deste ano, ela fez questão de assegurar, e que já faz mais de mês que eu informei aos fóruns específicos, a Andifes e ao Conif, da segurança no custeio.

Nós também cumprimos, este ano, o acordo firmado três anos atrás no sentido de aumentos salariais, tanto de professores quanto de servidores das universidades. Outras negociações terão que ser feitas, obviamente, para os próximos anos, mas, este ano, foi dado o que estava combinado no acordo assinado em 2012.

E, finalmente, eu poderia dizer que a assistência estudantil também é um ponto importante enfim, sem cortes, estamos também garantindo. Semana passada, houve o congresso da UNE – e queria, finalmente, cumprimentar a Presidenta Carina, então eleita pela UNE.

E o nosso trabalho será sempre o de negociação e de diálogo com todos os setores empenhados na educação. Então, sempre estaremos negociando, sempre estaremos dispostos a discutir, a aprender, tanto no que diz respeito a métodos pedagógicos quanto a forma de estruturação, a valorização do professor, do trabalhador da educação e do estudante.

Então, muito obrigado a todos, e estou à disposição. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom, nós gostaríamos de agradecer ao Ministro pela sua exposição inicial.

Agora, daremos início ao debate, seguindo o Regimento da nossa Casa.

Antes, porém, eu quero, Ministro, dizer que o Senador Romário manda um abraço e pede a compreensão de V. Exª e aos demais membros desta Comissão, porque, na verdade, S. Exª pretendia estar aqui hoje, mas houve um imprevisto e não foi possível o Senador Romário chegar a Brasília até o presente momento. Informo ainda que S. Exª é o autor do requerimento da presente audiência, juntamente com a Senadora Simone Tebet, que também foi convidada a tomar assento à mesa, mas como será a primeira a fazer uso da palavra, de acordo com o Regimento, ela preferiu permanecer na bancada.

Vamos fazer a inscrição do Senador Eduardo Amorim. A Senadora Lídice já está devidamente inscrita, assim como a Senadora Marta Suplicy.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O Senador Cristovam está inscrito, com certeza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Srª Presidente, uma questão de ordem.

Daria para ler a sequência dos inscritos?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vou ler.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Assim, faríamos um planejamento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exatamente.

A Mesa já tomou essa iniciativa e vai submetê-la aos senhores.

Como há vários inscritos, propomos fazer blocos de quatro para poder ganhar tempo. Pode ser assim? (Pausa.)

Então, no primeiro bloco: a Senadora Simone Tebet, coautora do requerimento; a Senadora Ana Amélia; o Senador Ataídes e o Senador Lasier Martins.

No segundo bloco: o Senador Anastasia, a minha inscrição, a Senadora Regina e o Senador Cristovam.

No terceiro bloco: a Senadora Ângela, o Senador Wilder, o Senador Randolfe e a Senadora Lídice.

No último bloco: o Senador Caiado, o Senador Eduardo Amorim e a Senadora Marta Suplicy.

O.k.? Vamos começar?

Com a palavra, a Senadora Simone Tebet, autora também do requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Srª Presidente.

Quero, antes de mais nada, cumprimentar o nosso Ministro da Educação, Renato Janine, e agradecer imensamente a sua presença. É um prazer recebê-lo junto com a sua equipe, com o Secretário Executivo.

Este quórum elevado na Comissão de Educação é significativo não só pela importância e pela preocupação dos nossos colegas Senadores com um tema tão relevante para a Nação brasileira, mas também, e principalmente, pela sua biografia, pela sua história e pelo respeito que temos por V. Exª.

Achamos – eu, particularmente – muito acertada a escolha da Presidente Dilma ao nomeá-lo Ministro, um homem técnico, filósofo, professor de ética, filosofia, não pela sua biografia, mas, acima de tudo, porque está numa pasta que requer menos política e mais trabalho técnico.

Confesso, Ministro, que eu estou tentando entender – realmente estou tentando entender – os sinais contraditórios por parte do Governo Federal no que se refere ao objetivo ou aos objetivos e às estratégias da política pública de educação neste País.

A Presidente Dilma, na sua campanha, disse, por diversas vezes, que, se eleita, nós teríamos o que ela denominou Pátria Educadora. Ao mesmo tempo, diante dos primeiros sinais de dificuldade – ninguém discute o problema econômico que o País atravessa –, houve um corte do Orçamento da ordem de R\$9,4 bilhões. Isso significou o terceiro maior corte entre os ministérios e um corte de quase 20% do orçamento da educação, que passou de R\$48,8 bilhões e recuou para pouco mais de R\$39 bilhões.

Diante disso, vem a minha primeira pergunta. A Meta 20 do Plano Nacional de Educação previu um prazo de cinco anos, a contar de 2014 – portanto, vencendo em 2018, 2019 –, para que nós pudéssemos elevar os investimentos da educação em 7% do PIB brasileiro e, até o final do decênio, em 10% do PIB brasileiro. Então, a pergunta é: diante dessas dificuldades, como o MEC está planejando, programando ou reprogramando essa questão de forma a garantir que nós possamos chegar pelo menos perto dessa meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação?

Da mesma forma, embora seja, claro, de liberalidade, liberdade, discricionariedade da Presidente, a Presidente nomeou um Ministro – e ninguém discute a capacidade, a competência do Ministro Mangabeira Unger – para, assessorando a Presidência na Secretaria de Assuntos Estratégicos, apresentar aquilo que o próprio Ministro colocou na semana passada – abro aspas – “um projeto de Estado” – fecho aspas –, e, depois – abro aspas – “com um processo decisório aberto” – fecho aspas.

De certa forma, apesar de ter questionado na semana passada o assunto, me vieram alguns questionamentos, Ministro Janine. Primeiro, um projeto de Estado no quinto ano de Governo, com processo dito aberto, sem nós vermos pelo menos noticiada a participação do MEC, da sociedade civil organizada, dos sindicatos, das confederações, dos próprios Conselhos de Secretários Estaduais de Educação, então, a segunda pergunta que faço tem a ver com a proposta chamada Pátria Educadora: A Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional, que é da Secretaria de Assuntos Estratégicos, apresenta várias medidas, não tenho dúvida, para melhorar a educação básica no Brasil. Não conheço, mas não tenho dúvida de que o trabalho será primoroso. A minha pergunta é: que medidas deste documento estão em consonância e em acordo com o Plano Nacional de Educação? Estamos falando de novas ações, diferentes ações, ou estamos falando apenas de um plano, um projeto que vem para viabilizar a aplicação do Plano Nacional de Educação?

Passando dessas questões preliminares, tenho apenas mais três questões. Ninguém discute...

(Soa a campanha.)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Entendo, Ministro, o senhor vai poder responder de uma forma muito objetiva, não venho aqui nem para debater, eu quero apenas escutá-lo e não vou depois nem replicar aquilo que foi dito. Mas não posso deixar de aproveitar a oportunidade de também aqui ouvi-lo.

Nós sabemos que em relação ao ensino básico, em que pese termos muito que avançar no ensino fundamental 1 e no ensino fundamental 2, o grande gargalo hoje no Brasil é em relação ao ensino médio, à evasão escolar, ao fato de termos apenas 40% dos nossos jovens nos bancos do ensino médio, jovens de 18 a 14 anos,

e aí vem toda sorte de divergência em relação a essa questão, o porquê disso. Uns falam que é por conta do currículo único, que haveria a necessidade de haver um currículo diferenciado, futuros advogados e arquitetos não poderiam ter disciplinas iguais, pelo menos na profundidade, outros falam que o problema é a decoreba, é a quantidade em relação à qualidade. Enfim, surgem aí as mais diversas teses. A grande realidade é que nós sabemos que há um número excessivo de disciplinas hoje no ensino médio. São quatorze e, muitas vezes, o aluno é obrigado a estudar dez, onze ao mesmo tempo.

A pergunta é: há uma discussão dentro do MEC – não estou dizendo que concordo com isso – em relação ao currículo diferenciado, dividindo no ensino médio aqueles que querem no futuro ciências exatas, humanas e biológicas?

Em relação a essa questão do ensino médio, a esse jovem que está ali dizendo que as disciplinas são chatas, que não atendem à realidade, etc., há alguma discussão em relação a diminuirmos o número dessas disciplinas e trocarmos quantidade por qualidade? E, ainda em relação ao ensino médio, a minha pergunta – confesso que deixou a desejar a resposta do Ministro, não pude nem contraditá-lo, porque a resposta foi tão enfática. Eu entendendo que hoje o maior problema do jovem em relação ao ensino médio, em que pese a questão do currículo, é esse distanciamento da escola em relação à família, em relação ao bairro, em relação à comunidade. Essa integração escola/família tem sido discutida no MEC e pelo MEC? Os especialistas e o próprio Ministério entendem a necessidade de se integrar mais a escola em relação à família? Talvez não, como foi aprovada aqui pela Comissão, que eu sei que também é muito discutido, a questão de se colocar uma disciplina de ética, cidadania e direitos humanos. Se não isso, na transversalidade incluírem em todas as disciplinas – História, Geografia, Português, etc., – essas noções, um capítulo específico em cada matéria... Nós estávamos conversando aqui do lado, estamos falando, por exemplo, que ao ensinar análise sintática ou morfológica em vez de termos frases banais, analisarmos frases que fazem efeito no dia a dia do jovem como: “Todos são iguais perante a lei” e não “o gato correu atrás do rato”, enfim.

Por fim, a minha única questão, já que o senhor falou do Fies – e eu havia feito o requerimento para ouvi-lo em relação ao Fies –, mas vamos aguardar as novas regras virem em relação ao segundo semestre. Depois, faremos os questionamentos se houver necessidade. Vou pular essa questão e vou finalizar com a questão do Pronatec. A meu ver, é um dos programas mais importantes lançados e criados nos últimos anos no País. Parabéns ao Governo Federal por esse projeto, criado em 2011, que visa a inserir no mercado de trabalho, de forma mais qualificada, jovens que, muitas vezes, não querem entrar no banco de uma universidade.

Acontece que, recentemente, tivemos algumas informações, que não são informações que gostaríamos de passar, em relação à oferta desses cursos. De 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas entre cursos técnicos de formação iniciada e continuada. Esses dados estão sendo questionados pela CGU. O relatório de agosto do ano passado destacava que havia um descontrole dos gastos públicos, porque alunos desistentes continuavam sendo contabilizados, e não havia processo de prestação de contas.

A análise em relação a essa pseudo ou possível fraude – não estou aqui, de forma alguma, sendo assertiva em relação a isso – está sendo analisada pelo Ministério Público e pelo TCU. E, em que pese, no ano passado, a Presidente Dilma ainda ter lançado mais 12 milhões de matrículas, este ano, por questões orçamentárias, também houve um atraso em relação ao Pronatec e tudo mais. E a Meta 11 estabelece que há uma necessidade de triplicar as matrículas da educação profissional. Então, a pergunta é muito simples: com base na questão orçamentária, dos cortes orçamentários e dessa análise de possível fraude em relação a essas matrículas, o que se esperar do Pronatec?

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos passar imediatamente a palavra à Senadora Ana Amélia. No entanto, peço a compreensão dos demais colegas Parlamentares porque, na verdade, destinamos um tempo maior à Senador Simone Tebet por ser também a autora do presente requerimento, o que é mais do que justo, mas o Regimento determina três minutos e estamos destinando cinco. Por isso peço a compreensão de V. Ex^{as} para que possamos dar objetividade e racionalizar o tempo, para que todos possam participar.

Passo a palavra, imediatamente, à Senadora Ana Amélia; em seguida, falará o Senador Ataídes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra; caro Ministro Renato Ribeiro; caro Prof. Luiz Cláudio Costa, antes, eu queria também agregar as referências elogiosas ao Prof. Jorge Guimarães, vou puxar brasa para o Estado do Rio Grande do Sul, e ao Henrique Paim, que, no MEC e na Capes, sempre tiveram uma relação extremamente respeitosa, colaborativa com todas as demandas – eu fui Vice-Presidente desta Comissão e sou testemunha disso –, e ao Prof. Luiz Cláudio Costa, da mesma forma, esse relacionamento.

Feita essa observação, no início da reunião de hoje o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou uma proposta, que será submetida certamente à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, de repúdio a um pedido de informações que soou discriminatório feito pelo Sub-reitor da Universidade Federal de Santa Maria. E agora eu proponho, publicamente, um voto de louvor à Nota do Ministro Renato Ribeiro. Proponho, Senadora Fátima Bezerra, um voto de louvor, e faço questão de ler alguns dos termos dessa Nota do Ministro Renato Ribeiro, pois ela, por si, Ministro, me dá a noção da responsabilidade de V. Ex^a em relação à competência que tem e à visão que tem do equilíbrio especialmente das relações humanas e dos direitos humanos.

Diz a Nota do Ministro Renato Ribeiro – abro aspas – :

A Lei de Acesso à Informação não pode ser utilizada de forma a violar os direitos fundamentais de outros cidadãos. Ela não pode ser empregada como um instrumento para facultar a discriminação de qualquer tipo. Até porque é um dos objetivos da nossa República promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [e cita o art. 3º, inciso IV da Constituição Federal].

Ainda diz a Nota, assinada por V. Ex^a – abre aspas – :

A história nos reporta lamentáveis fatos de pessoas que morreram vítimas de preconceitos de toda natureza, inclusive no Brasil. Por outro lado, muitos lutaram e ainda lutam para vencê-lo, de modo que todo este empenho de nossa sociedade não pode ser esquecido ou descartado.

Então, esta Nota do Ministro Renato Ribeiro repõe as coisas no seu devido lugar e impede um ato condenável sob todos os aspectos. Todos nós, seguramente, defendemos o direito à Palestina da sua soberania, do seu território – todos defendemos isso! –, mas isso não justifica um ato discriminatório contra representantes do Estado de Israel ou os judeus.

Feita essa observação, estou propondo agora, já que o Senador Aloysio propôs um voto de repúdio à atitude da reitoria, eu proponho um voto de louvor à Nota do Ministro Janine Ribeiro.

Serei bem breve, Senadora Fátima, atendendo à solicitação de V. Ex^a.

Primeiro: no dia 24, Ministro Renato, termina o prazo para que os Municípios e os Estados apresentem os seus planos de educação com base no PNE, que foi sancionado há um ano. E a maioria, inclusive o Estado do Rio de Janeiro, onde Brizola estabeleceu os Cieps – eu, como gaúcha e admiradora do trabalhado dele –, ainda não entregou o plano. Outras regiões também não o fizeram. Ainda bem que o Rio Grande do Sul já está trabalhando nisso, porque o nosso Secretário Vieira da Cunha tem esse cuidado também, porque é do Partido e grande admirador de Brizola. Então, eu queria saber de V. Ex^a: haverá possibilidade de mudança desse prazo? O cumprimento será exigido? Que iniciativas está tomando o Ministério no sentido do cumprimento da apresentação desses planos?

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Já que estamos falando nesses planos, o Ministério da Educação elevou o piso salarial nacional do magistério, de R\$1.697,39 para R\$1.917,78. Trata-se de uma correção de 13,1%. Embora, do ponto de vista da valorização dos professores, esse piso ainda seja insuficiente, mas essa atualização pode ser um impacto nas finanças municipais. Isso, respectivamente, em um momento como este, de ajuste fiscal. Só o MEC, por exemplo, está tendo um corte de 20% do seu orçamento.

A Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso, determina que a União complemente o valor daqueles entes da Federação que não constem com disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado. Que medidas o MEC vai tomar, durante a sua gestão, para apoiar Estados e Municípios, já que estamos aqui discutindo exatamente um ajuste no tal Pacto Federativo?

Mais duas outras questões: a sua presença aqui trata da questão do Fies. Eu, quando jornalista, era ainda do tempo do Creduc, que era o Crédito Educativo antigo. Depois, veio o Fies, que o substituiu de outra maneira. Houve uma preocupação enorme quando V. Ex^a anunciou mudanças em função do ajuste, estabelecendo prioridades. O senhor hoje já trouxe boas notícias, mas eu queria saber se todos os alunos ou quantos por cento dos alunos que querem ingressar na universidade vão ter acesso ao Fies, agora em 2015, e que áreas serão priorizadas?

Há uma queixa das universidades gaúchas, especialmente as comunitárias, que operam com o Fies – e eu as conheço, são de grande qualidade –, reclamando de dificuldade de acesso na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC. Por que está acontecendo isso? Há alguma orientação a respeito disso?

E, finalmente: nós aqui lutamos muito em relação à Meta 4, que não foi referida aqui, que trata da educação especial. No Rio Grande do Sul e em todos os Estados, as APAEs têm um trabalho reconhecido nacionalmente pelo seu compromisso com a educação especial. Nós conseguimos, na Meta 4, aprovar o “preferencial-

mente” – a expressão que foi defendida. Então, o aluno portador de necessidade especial ou o aluno deficiente vai ter a matrícula em uma escola regular, preferencialmente, mas, não havendo condições nem vagas, ele vai continuar sendo atendido pelas APAEs, que fazem esse trabalho extremamente comprometido com a boa educação, porque a família é que está envolvida no processo. Então, eu queria saber uma palavra do senhor a respeito dessa questão.

Muito obrigada, Sr. Ministro.

Meus cumprimentos, mais uma vez, pela Nota.

O SR. RENATO JANINE – Senadora, no caso do Rio Grande do Sul, são as IES privadas, as comunitárias, ou quais?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Todas as que operam com o Fies, principalmente as comunitárias.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k..

Vamos passar imediatamente a palavra para o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ministro Renato, bom dia!

Não vou aqui, neste momento, me atrever a falar sobre o método do nosso ensino brasileiro, até porque eu venho do mundo da iniciativa privada e está aqui à minha direita o Prof. Cristovam, por quem tenho o maior respeito, que carrega essa bandeira a longa data nesta Casa; à nossa esquerda, a Senadora que presidiu, por diversas vezes, esta Comissão tão importante; e aqui há vários educadores e educadoras presentes. Mas eu queria fazer aqui algumas pequenas colocações, Ministro.

Enquanto não investirmos no corpo humano da educação – aqui, eu estou falando como empresário –, nós não vamos ter resultado. Enquanto não respeitarem os nossos professores, enquanto não investirem nos nossos professores, enquanto não qualificarem os nossos professores, nós não vamos sair do lugar.

V. Exª falou sobre o problema da gestão de projetos. Eu vejo que o problema do Brasil na educação não é só gestão, é também a irresponsabilidade.

V. Exª falou das creches tão importantes para a nossa educação inicial. Deixar a nossa criança hoje na mão de um professor é muito melhor que deixar na mão de um traficante de droga.

Ministro, no início do ano, eu fiz um estudo minucioso sobre o Fies e o Pronatec.

A Presidente Dilma, usando esses programas extraordinários, como disse a Senadora Simone, usou estes Programas: o Fies, o Pronatec, o seguro-desemprego, o seguro-defeso para ganhar a eleição. Isso é sabido por todo o povo brasileiro. E, agora, ela está querendo consertar toda essa balbúrdia que ela fez para ganhar a eleição e está buscando técnicos, como V. Exª – fico feliz –, como o Ministro Levy – fico feliz –, como o Ministro Gabas – também fico feliz. Eu espero que V. Exªs tenham autonomia para administrar as suas pastas.

Só para se ter uma noção, Ministro, no Fies, em 2013, o Governo gastou R\$7,5 bilhões e, em 2014, gastou R\$13,7 bilhões. Ou seja, um aumento de 1.456%. Isso foi para comprar a eleição. No Pronatec, esse curso tão lindo, que eu vou descrever muito rapidamente – eu não tenho pergunta a fazer para V. Exª –, foram gastos R\$15 bilhões; 8 milhões de matrículas. As entidades disseram que 60% desses alunos se evadiram da sala de aula, e essas entidades continuaram a receber, um prejuízo em torno de R\$9 bilhões aos cofres públicos.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – No seguro-defeso, em 2013, foram gastos R\$598 milhões; em 2014, foram R\$2,117 bilhões. No seguro-desemprego, em 2013, foram R\$22 bilhões; em 2014, R\$31 bilhões. Ou seja, aqui, ganhou-se a eleição! E o País se encontra hoje na situação em que se encontra. É claro que isso aqui não quebrou o País, o que quebrou o País foi o todo, a irresponsabilidade e a compra da eleição de 2014, cuja conta agora já chegou para o povo brasileiro.

Ministro, eu fiz um estudo, logo no início do ano, sobre o Fies. Eu tenho tudo sobre o Fies. Está aqui. Mas o meu tempo já se esgotou. Esse sistema tão extraordinário, agora são feitas as retificações necessárias, porque passou o ano eleitoral. Eu queria muito descrever alguma coisa que eu disse e que eu estudei sobre o Fies, mas aqui eu posso concluir, só em algumas palavras, que o Fies hoje é mais para o filho do rico e não para o filho do pobre. O Fies hoje tem um déficit em torno de R\$58 bilhões, que jamais os cofres públicos irão ver esse dinheiro de volta.

Eu conversei com uma professora universitária, Ministro, daqui da cidade que me disse, chorando, que a universidade dela contratou uma Van e a colocou nas ruas de Brasília para capturar alunos e os levar para a universidade, porque o Fies pagava. E ela, chorando, disse-me que ali não estaria fazendo doutores e, sim, fazendo política para eleger a Presidente Dilma. Então, o quadro do Fies é negro.

Com esta nota do Enem de 4,5, 450, só as universidades com nota 5 e 4, enfim, eu vejo que vai ser difícil o filho do pobre entrar na universidade paga.

O Pronatec. Gastamos R\$15 bilhões com o Pronatec – repito – ; 8 milhões de matrículas, 60% foi evasão. Quem disse isso foram as próprias empresas que deram esses cursos. E o pior: já disse a Senadora, que a CGU identificou aluno desistente sendo contabilizado como se matriculado estivesse, e o Governo pagando. Isso a CGU disse por várias vezes, inclusive questionou o MEC, e o MEC não responde absolutamente nada.

Esse prejuízo do Programa Pronatec foi algo em torno de R\$8 bilhões a R\$9 bilhões, e que, agora, V. Exª está botando no trilho e consertando. Mas o buraco, o malfeito, já ocorreu, lamentavelmente.

Eu vejo aqui, Ministro, que o Pronatec e o Fies têm que ser revistos com muito carinho. O Sistema S, hoje, tem algo em torno de R\$15 bilhões aplicados no mercado financeiro, e o Pronatec está indo lá e botando o dinheiro dentro do Sistema S.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Enfim, há muitos Senadores para falar, Presidente, mas eu queria só dizer, Ministro, que eu tenho uma pesquisa minuciosa sobre o Fies, sobre o Pronatec, sobre o seguro-desemprego, ou seja, essas programas que o Governo Federal usou criminosamente para ganhar as eleições. Ganharam. E agora a conta chegou para o povo brasileiro.

Eu desejo que Deus lhe dê muita sabedoria e que V. Exª tenha autonomia para tocar essa pasta, porque essa Pátria Educadora, entre os 40 países, nós estamos no 38º lugar. Isso não é Pátria Educadora. Espero que V. Exª tenha autonomia e que Deus lhe proteja nessa missão!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Nós vamos passar, imediatamente, a palavra ao Senador Lasier.

Mais uma vez, peço a compreensão dos Senadores e Senadoras para a questão do tempo. Nós estamos destinando cinco minutos.

Com a palavra, o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Senadora Fátima. Pretendo ser o mais objetivo possível, saudando o Ministro Renato Ribeiro, que, oportunamente, vem aqui e nos apresenta uma fala ponderada, um homem que tem uma história bonita como mestre. Mas eu sigo uma linha parecida com a dos meus antecessores com relação a algumas contradições.

O Ministro trouxe aqui o desejo do Governo, de muitos projetos: melhorar a qualidade da gestão; uma nova edição do Fies, embora não anunciando vagas; formação de professores para a educação básica; prioridades regionais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste; ver a mudança da educação em toda parte, decorrência das tecnologias da informação, e que precisamos gerar novos conteúdos e como nós vamos fazer isso; estender a banda larga aos locais mais distantes, à Amazônia, onde não há acesso físico à educação; atacar a defasagem salarial entre os professores, fato que tem desestimulado jovens para o magistério etc.

Mas aí vamos, Ministro Renato, a alguns questionamentos. Ouve-se muito palavras no gerúndio – estamos projetando, estamos querendo, estamos conhecendo – , mas nós precisamos do que é viável imediatamente, o que é concreto, ante essa que é uma das maiores, senão a maior necessidade brasileira, que é educação, fonte dos maiores males do País.

Lançado com tanto estardalhaço o *slogan* Pátria Educadora, como perguntou a Senadora Simone, como entender um corte tão profundo, de R\$9 bilhões?

Entro aí em algumas questões bem objetivas: por que o Governo Federal não foi claro, quando, desde o início do ano, sabia que não haveria verba para o Fies, deixando os alunos e as faculdades à espera de que o financiamento fosse concedido, e não deu? Quantos transtornos! Quantas madrugadas de alunos procurando contato!

Como o Governo Federal pode exigir nota de corte para ingresso no Fies, de 450 pontos, se a média da nota do aluno da escola pública no Enem é de 380? Exigir essa nota de corte deixará a grande maioria dos alunos fora da possibilidade de conseguir o financiamento.

Como se explica o Fies ter atendido a 700 mil alunos, em 2014, e atender a apenas 250 mil alunos em 2015? Foi, realmente, como disse o Senador Ataídes, um objetivo puramente eleitoral?

E faço também alguma pergunta sobre o Pronatec.

Por que apenas 30% das propostas apresentadas por instituições no meu Estado, o Rio Grande do Sul, foram aceitas para abrir novas turmas?

Por que, na cidade de Porto Alegre, apenas duas instituições foram contempladas com novas turmas do Pronatec?

O Governo Federal tem ideia que a diminuição do número de vagas oferecidas causará a demissão de professores e o fechamento de instituições?

Por que não são priorizadas turmas noturnas, que atendem aos alunos trabalhadores em busca de qualificação, e sim turmas diurnas?

E o piso salarial, Ministro? É um drama em vários Estados, particularmente no meu. Não há recursos.

Nosso Senador Cristovam, um grande especialista em educação, tem pregado tanto a federalização da educação.

De que modo o Governo poderá socorrer esses Estados que não têm condições de pagar o piso salarial?

Enfim, para não me estender demais e porque são muitos a perguntar, esses são alguns questionamentos a que eu gostaria que V. Ex^a atendesse com a objetividade da sua explanação, mas como algo concreto e próximo.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Nós vamos agora passar a palavra para o Ministro. Em seguida, retornaremos a palavra aos Senadores para o segundo bloco.

Ministro, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos para responder às perguntas.

Eu queria chamar a Senadora Simone para dividir conosco a condução dos trabalhos, uma vez que S. Ex^a é coautora da presente audiência pública.

V. Ex^a tem a palavra, Ministro.

O SR. RENATO JANINE – Agradeço muito as perguntas das Senadoras e dos Senadores sobre a questão da educação, como agradeço também – não havia feito isso antes – a presença maciça de Senadores membros desta Comissão nesta reunião, o que mostra a importância dada pela Casa Alta do Congresso às questões educacionais.

Vou procurar responder no tempo que tenho mais objetiva e diretamente às questões que foram colocadas.

A Senadora Simone começou colocando a questão da Meta 20, que, até 2019, é a meta de chegarmos a 7% do PIB. Na verdade, nós já estamos com 6,8% do PIB. Nós avançamos bastante. E, se compararmos com o que foi colocado na Coreia do Sul, nas metas do Fórum Mundial de Educação para 2030, depois da reunião de Dakar, em 2000, que criou as metas de 2015, vemos que a maior parte dos países pretende chegar a algo entre 4% e 6%. Então o Brasil até se sai bem na foto.

Senadores e Senadoras, nós temos, muitas vezes, a tendência de ver mais o que está falho do que os ganhos e avanços que tivemos. É bom dizer que, na Coreia do Sul, o Banco Mundial colocou o Brasil como um exemplo de sucesso na inclusão social pela educação sem perda de qualidade. É bom dizer que o Banco Mundial nos convidou para uma reunião com dois Prêmios Nobel, um da paz, Satyarthi, que ganhou no ano passado na militância contra o trabalho infantil na Índia, e o Prof. James Heckman, dos Estados Unidos, que defende que educação não é gasto, é investimento, um dos melhores investimentos que existe. Depois da explanação deles, de passar por vários países que realmente têm grandes dificuldades, embora, às vezes, com ministros de educação extremamente capacitados, como o do Camboja, o Brasil fez praticamente a conclusão desta reunião para expor como as políticas de inclusão social reunidas à educação asseguraram avanço significativo na inclusão nas escolas, ao mesmo tempo que a linha de pobreza, linha de miséria no Brasil despencava. São êxitos que não podemos minimizar. Não estamos tão longe, Senadora, dos 7%, temos diante de nós. Alguns anos antes de chegar a essa meta, já estamos nos 6,8. Então, penso que esse ponto não coloca maiores problemas.

A proposta do Ministro Mangabeira Unger, que foi amplamente discutida aqui, é um trabalho de importância realizado por um intelectual importante, mundialmente reconhecido, que tem uma secretaria de assuntos estratégicos que tem por incumbência discutir assuntos de todo o Governo. Quer dizer, projetos, tudo que é estratégia do Governo pode e deve ser discutido pelo Ministro Mangabeira com vistas a pensar um Brasil de longo prazo. Todos os senhores e as senhoras que já exerceram cargos executivos sabem como o dia a dia consome, como às vezes é difícil lidar com isso. É importante termos no Governo alguém que possa fazer essa discussão. O plano por ele difundido em versão preliminar – é bom frisar isso – é um plano de discussão, que foi discutido amplamente nesta Comissão, como em amplos lugares, que tem tido papel importante aumentar a discussão sobre educação. Se posso dizer uma coisa que pensei que iria dizer e acabei deixando de falar no início, quanto mais discussão tenhamos sobre educação, melhor. Educação no Brasil, historicamente, padece de falta de discussão, excesso de discussão não existe na educação. Quanto mais discussão houver, melhor será.

Então, o nosso papel como MEC, como Ministério da Educação, é o papel, antes de mais nada, de seguir o Plano Nacional de Educação com as metas nele delineadas. Nós temos que ajustar nossa conduta, os programas que existem, as ações que existem a essa meta, temos que fazer isso junto com Estados e Municípios, o que é um trabalho muito grande, mais do que isso, temos de fazer com a sociedade. Temos de discutir com institutos, que cada vez mais crescem, financiados pela iniciativa privada, preocupados em melhorar a educação. Não significa que aceitemos todas as posições com movimentos sociais, com educadores distintos de qualidade, que têm projetos inovadores. Temos um trabalho muito grande nisso.

Eu gostaria de lembrar um fato de que talvez poucos recordem. No Brasil nós temos esse Ministério da Educação, então com nome de Educação e Saúde, talvez um dos únicos Ministérios no Brasil criados em decorrência de uma revolução. Em 1930, no dia 3 de outubro, população de três Estados se levantou contra a tirania da República Velha – Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba – e ao ter êxito a derrubada do regime chamado carcomido das oligarquias, um dos primeiros atos do chefe do Governo Provisório foi no dia 14 de novembro de 1930 criar o Ministério da Educação e Saúde.

Então, esse Ministério representa uma ruptura numa forma de ver a sociedade que não dava importância à educação, não dava importância à saúde, que dava continuidade a uma ignorância no tocante ao ensino superior. Lembramos que foi só depois dessa revolução de 1930 criada a primeira universidade brasileira, que, efetivamente, funcionou como tal, a então Universidade do Brasil, depois a USP.

Desculpem essa passagem, mas o Ministério da Educação tem uma história, um conjunto de programas, projetos e instituições que fazem dele o órgão que é determinado pela própria lei como aquele que deve conduzir os avanços educacionais previstos no PNE. Este ponto eu gostaria de frisar. Ao mesmo tempo que considero a discussão toda conduzida tanto no seio do Governo e não apenas pelo Ministro Mangabeira, Ministra Tereza Campello esteve conosco, vários outros Ministros estiveram... Temos programa em conjunto com 17 Ministérios. Isso é muito importante, porque isso faz com que esses Ministérios possam contribuir para a educação e a educação contribuir para eles.

Temos atividades conjuntas. A Senadora Marta Suplicy, que dirigiu o Ministério da Cultura, sabe bem dos programas que temos em conjunto com o Ministério da Cultura, que são extremamente importantes, porque cultura e Educação, às vezes até digo que cultura é educação com liberdade, com desordem. Quer dizer, a educação tem o seu currículo, a cultura tem uma possibilidade de fazer as coisas avançarem com mais liberdade, com criatividade. Isso tudo é muito importante. Por isso todas as discussões são decisivas. Desculpe por ter-me alongado, mas a questão requeria.

O gargalo do ensino médio é uma questão que temos que discutir mais. A questão do Pronatec, que foi levantada por pelo menos três dos intervenientes, é importante, mas eu desejaria frisar, o Secretário Executivo me informou que essas questões levantadas pela CGU diziam respeito à falta de informação sobre desistentes e que estaria permitindo pagamento por cursos que não tivessem sido efetivamente administrados, porque é totalmente errado, Senadores. Isso não pode ser feito. Agora, a informação que foi dada é que havia essa informação, sim, mas que ela estava com outro nome. E esclarecido isso à CGU, a CGU se deu por satisfeita.

Nós podemos esclarecer isso depois com mais detalhe, caso seja do interesse de V. Ex^a ou de outros Senadores. Aliás, esclareceremos, não precisam pedir de novo.

Senadora Ana Amélia, fico muito grato a V. Ex^a pelo voto de apoio, de louvor que propôs à Nota do MEC. Eu senti que não era mais que a nossa obrigação repor as coisas nos caminhos. Houve um erro da Universidade Federal de Santa Maria. Nós conversamos bastante com eles, a autonomia universitária existe, então a universidade agiu da maneira que considerou correta, mas o MEC não concorda com essa ação. Por isso que o MEC manifestou, com toda clareza, o seu repúdio a toda e qualquer forma de discriminação.

Quer dizer, não há nenhuma razão que justifique isso. A suspeita que alguns levantaram na cidade do centro do seu Estado quanto a uma participação de empresas israelenses envolvidas com material bélico é uma coisa. Outra coisa inteiramente diferente é pedir levantamento de nacionalidade. Isso é totalmente... A Constituição brasileira, no nosso entender, não faculta isso, não permite isso. Ela é enfática. E o Brasil tem um histórico, assim como a comunidade judaica tem um histórico em que ela foi perseguida de uma maneira brutal e vil, nós também temos uma história de infelicidade causada pela discriminação e não temos nenhuma razão para apoiar isso.

Quanto às demais questões, vamos tentar ver essa dificuldade de acesso às CLs, mas nós já recebemos as universidades comunitárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde esse tipo de universidade é muito forte, para discutir o Fies. Conversamos com elas. Fazem parte das instituições que pactuaram e conversaram conosco nas suas demandas, a quem propusemos a nova forma de ver o Fies. Então essa forma foi negociada com o setor privado. Embora deva deixar muito claro que o Fies não é para a universidade, é para o aluno. O objetivo é o aluno, mas não vamos fazer nenhuma mudança desse tipo sem ter antes negociado.

Há questões que a senhora e o seu colega de Bancada sul-rio-grandense levantou, o Senador Lasier, sobre o piso nacional salarial. Essa questão tem duas abordagens. Uma é a do financiamento. Nesse momento, não podemos pensar nisso. A outra questão é a da carreira. Nós temos que discutir mais as carreiras de ensino.

A carreira no Rio Grande do Sul começa com um piso muito baixo e depois ela se desenvolve a ponto de permitir aposentadoria com salários muito maiores. Essa é uma questão que tem que ser discutida. Outros Estados têm uma distância entre o piso e o teto menor.

O que pode ser feito? Como os Estados podem discutir? Uma comissão está sendo criada por nós – desculpe o uso do gerúndio, Senador – justamente para discutir as carreiras estaduais e municipais. Porque tudo isso tem que se aproximar. Há experiências bem-sucedidas e experiências malsucedidas. Nós temos que ver não apenas o socorro, mas como vamos estruturar isso de uma maneira que o piso seja, como ele deve ser, por lei federal votada no Congresso Nacional, a Lei do Piso, como ele possa ser atraente para os jovens professores. Esse é um ponto crucial.

Desculpe não poder, meu tempo acho que já está vencido, eu tentarei...

O Senador Ataídes deu mostra de uma das coisas mais importantes que temos na democracia brasileira, é a possibilidade de discordarmos com pleno respeito e pleno espírito democrático.

O Senador fez críticas severas ao Governo, que nós humildemente ouvimos, acreditamos que, realmente, esta é uma Casa de debates, porém, alguns pontos, Senador, embora aceitando todas as contribuições que possam aprimorar o ensino, especialmente o Pronatec e o Fies, que foram dois pontos muito importantes de sua intervenção, eu gostaria de observar que ao Fies não é correto que ele atenda sobretudo ao rico, porque 92% dos financiamentos do Fies vão para as famílias que têm uma renda familiar de até três salários mínimos. Então, na verdade, 92% dos financiamentos vão para as pessoas, não *per capita*, mas por família, que tenham uma renda de até R\$2 mil mais ou menos.

Sem contar o fato de que até agora o Fies permitiu um financiamento de até 20 salários mínimos de renda familiar, e nós estamos baixando isso porque não vemos razões para financiar até R\$14 mil, uma família de até R\$14 mil renda familiar. Nesse ponto, creio que o senhor concordará conosco que este limite deva ser baixado, não tenho dados exatos a que vamos baixar isso, estamos ultimando essas medidas, mas vai no espírito do que V. Exª diz, porém, eu só digo, 92% já eram pessoas que realmente necessitavam bastante do Fies.

Na questão da nota 450, essa nota alinha o Fies, por exemplo, com o Prouni. Nós passamos a ter parâmetros parecidos entre programas de inclusão social do Governo.

Quanto a média das federais, eu não tenho exatamente o dado – aliás, o dado foi obtido, no Enem – , a média das privadas, que nós temos graças ao Inep, é de 554 pontos, mas na pública é de 474. Então, a média dos alunos do ensino público é de 474, portanto, 24 pontos acima dos 450. Lembrando que é a média. Isso quer dizer que se há alunos que tenham o desempenho inferior a esse, há muitos que têm o desempenho superior. Então, o Fies permite, sim, o acesso aos estudantes de ensino médio público. É um ponto que eu gostaria de frisar. Eu acredito que isto atenda a sua preocupação com a justiça social deste programa, o que parece ser o principal mote dos seus questionamentos.

E, finalmente, Senador Lasier, não, desculpe-me, foi o senhor que havia dito que a média era 380... Desculpem-me, então, os Senadores, mas a média que nós temos é um tanto mais alta.

Quanto as várias outras questões feitas pelo senhor, vão demandar, eventualmente, uma resposta mais detalhada, que eu não poderia dar agora.

A questão do piso, que a Senadora Ana Amélia já havia levantado nesta Casa, eu acredito já ter respondido nos dois pontos: o ponto de vista mais imediato e o ponto de vista estruturante.

A questão dos cursos noturnos em especial, eu gostaria de olhar com muito carinho, porque eu considero que, evidentemente, o curso noturno é muito importante, vou verificar a esse respeito.

Muito obrigado, Senadoras e Senadores, desculpem-me se não pude responder a todos os seus questionamentos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Presidente, nós não temos uma réplica de dois minutos?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Claro que não, porque senão ...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k., só estou perguntando...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A Senadora Lídice já respondeu pela Mesa.

A Senadora Simone e eu estamos propondo que deixemos para o final. Está o. k.?

Passo a Presidência dos trabalhos à Senadora Simone Tebet.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas, Presidente, nós sabemos que é regimental, não é? É regimental esta réplica.

Eu só queria fazer uma colocação...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ataídes, é regimental.

Eu gostaria apenas que, se V. Exª concordar, V. Exª tem o direito de usar a palavra nesse momento, mas como nós temos ainda dez oradores inscritos, se nós pudéssemos deixar as réplicas para o final, pois tenho a

impressão que outros também quererão se utilizar desse direito regimental. Eu pergunto a V. Exª se poderia ficar para o final.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então vamos perguntar ao Plenário se vamos abrir mão dessa réplica ou não. Coloque a proposição então em votação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está certo. Então vamos consultar aqui, por sugestão do Senador Ataídes, aos demais Senadores e Senadoras se S. Exªs concordam com a posição da Mesa, em deixarmos a réplica para o final.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, me desculpe, questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Questão de ordem, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Uma coisa que eu entendo um pouco é o Regimento. Isso não tem que ser colocado em votação. O Regimento é soberano. Se o Parlamentar quiser, ele pode reivindicar e ponto final, acabou.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sem dúvida nenhuma, Senador Caiado, mas o...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Agora, isso não é uma decisão de Plenário, isso é uma decisão regimental, que está redigida. Como tal, cada Parlamentar pode abrir mão, como pode também exercer a prerrogativa da réplica. Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Caiado tem toda a razão. Acontece que o Senador Ataídes, que fez a questão de ordem, pediu que fosse ouvido o Plenário. O Plenário é soberano, já que ele abre mão de usar do instrumento regimental, eu consulto o Plenário...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Srª Presidente, não, não, o Plenário nesse caso...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu recuo, Presidente. Eu recuo e fico com o Regimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Ataídes está recuando.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O Plenário da Comissão não revoga o Regimento Interno.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Ataídes está recuando, então vamos dar a palavra, em réplica,...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... por dois minutos, ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu só queria fazer, Ministro, só um registro. Eu espero que V. Exª realmente venha a mudar esse ensino do nosso País. Eu acredito na competência de V. Exª.

Voltando novamente ao Pronatec, somente 30% das matrículas nos cursos técnicos de nível médio... Primeiro, 70% das matrículas foram feitas no FIC (Formação Inicial Continuada); isso aqui não qualifica mão de obra nenhuma. E apenas 30% das matrículas foram em cursos técnicos de nível médio com maior duração.

Eu queria só fazer esse registro e colocar, Ministro, que esses programas extraordinários, Fies, Pronatec, seguro-defeso, seguro-desemprego, o Fies, com 1.456% de acréscimo de 2013 para 2014, só teve um viés: ganhar as eleições.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Agora tem que ser feitas as correções, e o povo vai pagar.

E volto novamente à história do filho do rico e do pobre. O filho do rico estuda em bons colégios particulares; e o filho do pobre estuda nos piores colégios. É mais ou menos isso no Brasil. E aqui o meu professor inclusive tem uma frase, que talvez ele depois diga a frase. Quando eu disse que só o filho do rico vai ter acesso ao Fies, pelo que eu vejo, com essa pontuação de 450, dificilmente o filho do pobre vai ter essa pontuação, vai poder estudar em faculdades com nível 5 e 4.

Era só essa intervenção que eu queria fazer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Ministro quer usar do direito de tréplica?

O SR. RENATO JANINE – Eu diria apenas uma coisa, Senador: não concordo que a exigência de nota acabe deixando os alunos de origem pobre fora do sistema, porque o que estamos procurando fazer... Nós temos programas de inclusão social que dão toda uma força para isso, e a nossa meta é fornecer os melhores cursos para quem mais necessita. Então cursos 4 e 5 oferecidos não vão significar que eles vão ser oferecidos

somente para os mais ricos. Com uma nota média de 474, quem vem de escola pública no Enem, então nós temos, sim, muitas pessoas que podem competir, sendo de origem mais pobre, pelas melhores vagas. O que nós procuramos é exatamente isso. Se vamos priorizar os cursos 5 e 4, os alunos vão ter mais condições de ter cursos bons. É essa a tese do MEC.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dando seguimento à audiência, o próximo bloco de oradores, na ordem: Senador Antonio Anastasia, Senadora Fátima Bezerra, Senadora Regina Sousa e Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, o ilustre Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Srª Presidente, Senadora Simone Tebet, Srªs e Srs. Senadores, eminente Ministro Renato Janine, cumprimento V. Exª e vossa equipe que se encontra aqui, *au grand complet*, com grandes conterrâneos meus, que os cumprimento também.

Em primeiro lugar, queria parabenizá-lo pela exposição. A exposição de V. Exª, como era de se esperar, demonstra o preparo, a competência e o conhecimento pleno que V. Exª tem sobre a pasta da Educação. Mas, por outro lado, não diminui o desafio que também V. Exª encara, certamente ciclópico, e eu ousaria dizer, talvez, juntamente com o tema da segurança pública, os dois problemas mais tormentosos que temos no Brasil nos dias de hoje.

A questão da educação sinaliza para o futuro, mas ela não pode tão somente aguardar o futuro para ser resolvida. Os problemas estão aqui prementes e, quando V. Exª nos reporta – e tenho certeza que o faz com toda boa vontade e correção – os dados que auferiu agora no Fórum Mundial da Educação, na Coreia do Sul, em que o Brasil recebeu boas referências, nós todos sabemos que a evolução de fato houve em relação aos últimos anos. Mas, lamentavelmente, os indicadores atuais do Brasil são pífios em relação a outras nações. Nem digo às nações mais desenvolvidas, cito em relação a nossos vizinhos latino-americanos, que têm uma relação econômica e de desenvolvimento social, inclusive, em tese, inferiores à do Brasil. Nossos dados educacionais são atrasados em relação a essas nações e, por isso mesmo, nós temos de todos – e aí concordo com V. Exª de não ser uma missão exclusivamente do Ministério quanto mais do Ministro –, de toda a sociedade brasileira, dos três níveis de Governo, dos empresários, e de todos os trabalhadores em prol da educação. E não é fácil fazê-lo.

Eu queria, em primeiro lugar, fazer um registro: o fato, em resposta ao que V. Exª comentava da indagação da Senadora Simone Tebet, do percentual alocado do PIB em relação à educação. O percentual se aproxima – e é verdade – e, oxalá cheguemos a 10% ao final da década. Mas o meu temor – e eu faço esse registro e fico feliz – abro parêntese – (pelo que ouvi de V. Exª e de sua preocupação com a gestão, que também é um mantra para nós) de que não basta tão somente alocação do recurso. O recurso pode existir, mas, lamentavelmente, pode ser mal-empregado. Nós sabemos que o mais importante, ao lado da existência do recurso, é exatamente uma preocupação nuclear com a boa qualidade do gasto, com a boa aplicação desse recurso e, naturalmente, uma verdadeira firmeza em relação a resultados e metas que devem ser traçados de modo planejado, de modo extremamente eficiente para que a educação apresente melhorias significativas e melhore o patamar do Brasil no concerto das nações. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto – e aí uma observação pessoal da minha experiência – é que, felizmente, no Governo de Minas Gerais, até há um ano, nós conseguimos que Minas tivesse, a despeito – e V. Exª os conhece bem dos muitos mineiros ilustres em sua equipe – de uma situação ainda de muita desigualdade regional interna no Estado. Mas os indicadores do IDEB e das Olimpíadas de Matemática, para citar tão somente dois, colocam o Estado de Minas na primeira posição nacional, o que muito nos orgulha, mas precisamos, fundamentalmente, de algo que é um processo longo e que é onde está, a meu juízo, o grande desafio da educação brasileira que é, exatamente, tornar – e V. Exª disse isso – atrativa a carreira do magistério, o que já houve no passado. Só que, no passado, a educação era elitista. A educação pública brasileira – e V. Exª lembrava os carcomidos da República Velha –, V. Exª sabe muito bem que até os anos 30 nós tínhamos uma educação pública no Brasil de altíssima qualificação, destinada, lamentavelmente, a uma pequena elite, formada, graciosamente, nessa educação.

Hoje, nós temos já uma educação universalizada no ensino básico, com os problemas de evasão, bem lembrados aqui, no ensino médio. Precisamos focar na qualidade. E, para termos qualidade, precisamos devolver a atratividade à carreira. Sabemos que Estados e Municípios – e meus colegas também que me antecederam apontaram isso de maneira muito límpida – têm dificuldades imensas nas questões estruturais das carreiras, não por falta de vontade, mas por ausência de recursos, exatamente pelo fato de que a universalização levou a um aumento exponencial do número de profissionais na área da educação. Aí, será imprescindível a ação da União.

Senador Cristovam, que é grande especialista, e diria, sem dúvida, o maior desta Casa Alta na área da educação, não só como Reitor, como Ministro, como Governador do Distrito Federal, tem várias teses com as quais nós aplaudimos e, com algumas, concordamos em parte, certamente falará da carreira nacional que eu, pessoalmente, tenho alguma resistência, Senador Cristovam, em razão de eu ser muito federalista, seguindo

a linha de Jefferson, por origem, mas acho que alguma coisa tem de ser feita, porque Estados e Municípios, de *per si, motu proprio*, terão muitas dificuldades.

Desse modo, queria deixar tão somente a V. Exª esta ponderação: a atratividade da carreira do magistério eu acho que deve ser um verdadeiro lema do Ministério da Educação, juntamente com Estados e Municípios. Quando falo isso, não é só o salário, são as condições de trabalho.

E, para não me alongar muito, Senadora Simone, só gostaria de citar um exemplo que a minha experiência como Governador demonstrou: é interessante observar que os resultados do Ideb diferem muito no Estado em relação à região metropolitana, à periferia das grandes cidades e às cidades médias e pequenas do interior do Estado, onde a carreira ainda tem uma atratividade maior. É interessante notar que os resultados e o próprio ambiente escolar é um ambiente muito mais familiar, um ambiente mais adequado, um ambiente mais proativo.

Então, certamente, a prioridade está nesses bolsões onde a violência, a insegurança reinam e onde a dificuldade do exercício do magistério ainda é maior. Tenho certeza de que o Ministério estará focado, com esse objetivo.

E concluo tão somente para manifestar a preocupação que a Senadora Simone também coloca, e que corroboro, que é o trabalho realizado pelo Ministro Mangabeira. V. Exª, que é um *gentleman*, um cavalheiro, um homem muito educado, faz as suas ponderações, mas sabemos internamente que é um pouco delicado, a essa altura, fazer um plano que é um pouco genérico, havendo a necessidade de a Educação agir – e agir com rapidez. Não devemos gastar energia com temas que são importantes a longo prazo, mas cuja demanda tem de ser agora.

Tenho certeza de que V. Exª, com seu preparo, competência e denodo à frente da pasta da Educação, terá condição de avançar e de transformar o lema que o Governo Federal criou, a princípio, a nosso juízo, infelizmente, mais com caráter mercadológico e marqueteiro do que para uma verdadeira Pátria Educadora, mas terá, na pessoa de V. Exª e de sua fenomenal equipe, uma dedicação muito forte, para que o Brasil apresente indicadores de educação melhores do que aqueles que têm sido feitos ao longo dos últimos anos.

Meus cumprimentos.

Boa sorte!

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senador Anastasia.

Com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Ministro, quero, antes de mais nada, adiantar a V. Exª que, ao final desta audiência, queremos encaminhar um ofício, em nome de toda a Comissão, colocando exatamente o nosso desejo, o nosso pedido, a nossa solicitação, para que V. Exª, claro, com a experiência que tem, com a sensibilidade que tem, com a postura democrática que tem, como Ministro da Educação, possa tomar a dianteira desse processo negocial, no que diz respeito aos servidores técnicos, bem como aos professores das instituições federais de ensino em greve neste exato momento. Ao final da reunião, nós encaminharemos esse documento a V. Exª.

Ministro, claro que ao lançarmos um olhar sobre a educação, ao fazermos uma retrospectiva sobre a educação, V. Exª tem toda razão quando aqui mencionou os avanços e as conquistas no campo da educação nesses últimos tempos, eu diria, especialmente na última década.

Tenho dito muito, com muita simplicidade, independentemente da questão de ser oposição ou de fazer parte da Base de Governo, Senador Cristovam, com muita alegria, que tive a oportunidade, ao longo desses 12 anos, como Deputada Federal, de ter participado, de ter dado a minha contribuição nesses avanços e conquistas importantes que a educação brasileira teve nesses últimos 12 anos, inclusive ao seu lado.

Eu tive a alegria, por exemplo, de compartilhar com o senhor a luta pela Lei nº 11.787, que foi a lei que instituiu o piso salarial nacional para o magistério. Digo isso porque, na condição de professora que sou, lá do Rio Grande do Norte – sou professora, inclusive, da educação básica –, ainda está muito recente na minha memória, Senadora Simone, as cenas, por exemplo, a vivência e o cotidiano em que professores deste País, mesmo tendo licenciatura, portanto, o nível superior, chegavam a ganhar até menos da metade do salário mínimo. E temos aqui de constatar que essa realidade começou a mudar radicalmente a partir do advento da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial nacional, lei essa, inclusive, de autoria do Senador Cristovam.

E, depois, temos que reconhecer aqui que o Presidente Lula teve sensibilidade de mandar para esta Casa um projeto de lei para que nós pudéssemos vencer o problema de natureza regimental, que era o vício de origem. Lei essa que depois foi sancionada por ele, mas lei essa também que, infelizmente, foi contestada, depois, por alguns governadores, alegando dificuldades de natureza orçamentária etc., etc. O fato é que a lei foi aprovada em 2008, sancionada naquele ano, mas foi preciso uma árdua batalha para que nós, enfim, garantís-

semos a constitucionalidade da lei, o que finalmente foi feito tempos depois, com, inclusive, pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.

É fato que a Lei está muito distante ainda, claro, de responder àquilo que o professor merece.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Todos nós temos clareza de que sim. Temos um piso que, de acordo com o novo Plano Nacional de Educação, se ele entrasse em vigência hoje, seria um piso de R\$3.957,00, se entrasse em vigência já hoje. Porque esse piso, de acordo com a Meta 17, tem que ser igual, o valor, à remuneração que recebem hoje os demais profissionais que têm formação exatamente equivalente. E é bom lembrar que, de acordo com o novo Plano Nacional de Educação, essa meta não terá de ser cumprida em dez anos. E isso é mais uma luta nossa, porque essa meta foi antecipada, essa meta tem prazo, e o prazo já está correndo. Eram seis anos e não são mais seis anos, porque já estamos comemorando um ano de vigência do PNE.

Mas quero ainda dizer rapidamente da alegria não só do piso, mas a alegria que eu tive, por exemplo, de ser a Relatora do Fundeb. Lei que considero como uma das mais importantes para a educação básica, Senador Cristovam, porque é uma lei de caráter estruturante. O Fundeb, na verdade, veio exatamente com o sentido e com o conceito de que o Estado brasileiro tem a obrigação e o dever de garantir o direito à educação do povo. O Estado brasileiro não pode ter políticas seletivas, políticas fragmentadas. De repente, ter políticas de “não, eu vou garantir o financiamento de 7 a 14 anos”. E a creche? E a pré-escola? E o ensino médio? E o ensino superior e a educação profissional etc.?

Então, faço essa ressalva porque a grande riqueza do Fundeb constituiu exatamente nesse aspecto universalizante. A generosidade do Fundeb vem no aspecto de ele resgatar um compromisso do Estado brasileiro de garantir a educação desde a creche até o chamado ensino médio.

É claro que poderíamos, aqui, falar, por exemplo, do Prouni que, junto com o Fies, garantiu, contribuiu, e muito, juntamente com o Reuni, por exemplo, que foi o programa de expansão das universidades públicas, essas iniciativas garantiram que nós tivéssemos avançado durante essa última década, saindo de 3 milhões de matrículas para mais de 7 milhões de matrículas na modalidade do ensino superior.

Posto isso, Sr. Ministro, quero aqui dizer, claro, que é muito pouco ainda diante do passivo, diante da dívida que o Estado brasileiro tem para com a educação do nosso povo. Daí porque, quero aqui, Senadora Simone, pontuar que entendo, que todos nós entendemos, e é muito bom ver aqui o Ministro o tempo todo mencionar o Plano Nacional de Educação, porque, como o próprio nome diz, é um plano derivado de uma política de Estado, e esse plano foi pactuado pela sociedade brasileira. Esse plano foi discutido amplamente pelo Brasil a fora e foi pactuado aqui no Congresso Nacional, aprovado na Câmara e aprovado no Senado. Diz a nossa Constituição, exatamente no que diz respeito a prosseguir nessa caminhada para democratizar o acesso à educação. E as metas, o senhor sabe, não são simples. São muito audaciosas, o que exige por parte do Ministério não cortes, mas audácia, do ponto de vista, inclusive, de financiamento. A Senadora Simone aqui pontuou: nós temos os 7% do PIB, nós teremos que chegar, em 2024, a 10% do PIB.

Então, o Plano Nacional de Educação, quando a gente olha para o Plano Nacional, Ministro Janine, e de repente a gente se toca, por exemplo, que nós temos que garantir mais creches para as nossas crianças, que nós temos que garantir mais escolas técnicas. Até 2002, este País, Senador Cristovam, tinha 140 unidades, 140 escolas técnicas, em 119 Municípios. Hoje, nós temos 562 escolas técnicas, em mais de 500 Municípios, e ainda é pouco, ainda é pouco, sim. Nós temos que dar continuidade ao plano de expansão da educação profissional, levando mais escolas técnicas para o Nordeste deste País e para as várias regiões, assim como o Pronatec. Se há algumas deficiências no Pronatec, vamos aprimorar, vamos corrigir, mas ninguém pode aqui desconhecer o caráter importante de inclusão, inclusive social que tem exatamente o Pronatec.

Então, quero terminar, porque os outros Senadores vão falar, Senadora Simone, apenas deixando aqui para o Ministro que eu não poderia também deixar de passar, de desperdiçar aqui essa oportunidade em que o senhor está, no sentido de dizer a V. Exª aqui que esta Comissão está realizando um ciclo de audiências públicas, Ministro Janine, em que a gente tem discutido a questão da urgência da valorização dos profissionais da educação, em termos de carreira, jornada, formação e remuneração; os desafios para implementação do Custo Aluno Qualidade; a instituição do Sistema Nacional de Educação e do Regime de Colaboração Federativa e, por fim, exatamente a nossa preocupação, no que diz respeito à questão do Fundeb.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O Fundeb, que termina sua vigência agora em 2020, e, portanto, entendemos que, além da meta audaciosa que é a meta da expansão, ou seja, de mais vagas,

nós temos uma meta muito audaciosa, que já foi objeto aqui de comentário, que são as Metas 17 e 19 – vou concluir, Senadora Simone – que tratam da valorização, da melhoria salarial e formação.

Nesse sentido, Ministro, quero dizer para V. Ex^a que esse ciclo de audiências que nós estamos realizando aqui, esse ciclo de debates temáticos, tendo como pano de fundo a questão do Plano Nacional de Educação. O desafio de construir o Sistema Nacional Articulado de Educação, o desafio de implementar o Custo Aluno Qualidade, para que tudo isso dê a equação necessária que é fazer com que os Estados e Municípios tenham condições não só de aprovar os seus planos municipais e seus planos estaduais, mas os Estados e Municípios tenham condições de financiar exatamente os seus compromissos e as políticas públicas lá no Município e lá no Estado, e uma delas, sem dúvida nenhuma, é a questão do piso salarial.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Nós vamos apresentar um projeto de lei não só defendendo a manutenção do Fundeb por tudo o que ele significa, inclusive... *(Falha na gravação.)*

O projeto que nós vamos apresentar com relação ao Fundeb é um projeto que propõe que é necessário, que é imperioso a União ampliar a participação financeira junto aos Estados e Municípios, para que os Estados e Municípios tenham condições de honrar com o compromisso que está lá no PNE, que é o compromisso da valorização salarial e profissional do magistério.

Eu vou dizer uma coisa muito clara ao senhor – e vou encerrar de vez – : ou a União amplia a participação financeira junto aos Estados e Municípios, quase que como uma espécie de federalização do piso salarial nacional do magistério, ou a maioria dos Estados e Municípios não terão condições, de maneira nenhuma, de honrar a Meta 17, que é o novo piso encartado no novo Plano Nacional de Educação.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senadora Fátima.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr^a Presidenta, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu não vou me ater às questões políticas que foram colocadas aqui.

Mas quero dizer que é visível que houve evolução em tudo, inclusive no financiamento, que avançou bastante, embora ainda não seja o ideal. Quase todos os indicadores são deste século, não havia antes para saber se estava melhor ou pior. Agora, Ideb, Prova Brasil tudo são coisas deste século, e percebemos o avanço.

Eu quero falar mais da parte pedagógica, que é o que me apaixona como educadora. É disso que vou falar. E quero falar do analfabetismo. A preocupação que eu tenho é a de que, se não cuidarmos bem do primeiro ao quinto ano, nós vamos produzir adultos analfabetos daqui a um tempo. Eu considero que se cuidarmos bem – eu falo com a minha experiência de alfabetizadora durante quase a metade dos meus 20 anos de magistério – dessas crianças, para que elas aprendam a ler, a escrever e a raciocinar, ter raciocínio lógico, elas não vão desaprender nunca mais, elas não vão ser analfabetas. Elas podem até ser analfabetas na parte de tecnologia, por conta do acesso, mas elas não vão desaprender a leitura, a escrita e o raciocínio lógico.

Como alfabetizadora que fui, eu tive uma experiência que eu quero, modestamente, colocar aqui, porque eu acho que é o caminho. Primeiro, a questão das salas. Eu tinha sala de 40 meninos. Eu recebia os meninos com sete anos, sem pré-escola, que, naquele tempo, era um luxo – faz algum tempo. Os meninos não tinham pré-escola. Aos sete anos, chegavam e aprendiam. Agora, eu tinha a sensibilidade de uma diretora que me dava uma auxiliar. Eu acho que essa questão da auxiliar precisa ser pensada bem. Os estudantes das licenciaturas não podem passar um mês, dois meses fazendo experiência dizendo que é o estágio; eles têm de passar um ano convivendo numa sala de aula. E isso tem de ser nessas salas iniciais. Eu tinha um projeto que eu chamava Conviver com Livros, em que eu desmontei a biblioteca da escola. Combinando com a diretora – eu tinha uma diretora muito acessível, muito compreensiva – , nós professores desmontamos a biblioteca, e os livros foram para a sala de aula. O lugar do livro é na sala de aula com esses meninos. Eles têm de conviver com livros. Hoje, um dos itens que os Conselhos de Educação exigem para permitir a abertura de uma escola é biblioteca, com tantos títulos, com tantos livros. Agora, ela fica lá fechada. Na hora do recreio, você vai à escola, e a biblioteca está fechada ou, então, está aberta, mas não há nenhum menino, pois eles estão correndo no pátio. A biblioteca é na sala de aula, é conviver com livros. Eu levava tudo que eu tinha em casa para a escola pública. Era na convivência que os meninos aprendiam. Então, estou deixando essa sugestão para pararmos de produzir adultos analfabetos, pois esses meninos não aprendem a ler e a escrever, chegando ao ensino médio sem saber ler e escrever. E aí vão ser adultos analfabetos, não tem jeito. Então, eu acho que o estágio tem de dar uma melhorada, pegando os alunos das licenciaturas e colocando-os como estagiários. Isso dá certo.

Outra coisa que eu queria falar é o ensino à distância. Além de professora, eu fui Secretária de Estado também e há uma dificuldade em algumas disciplinas, como Física, Química e Matemática, principalmente. Eu fui ser madrinha de uma turma de Matemática, que começou com 35 alunos, mas havia 4 colando grau.

(Soa a campainha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É uma dificuldade formar professores de Matemática e eles chegarem até o fim. Então, eu acho que o ensino à distância podia ser usado um pouco, com monitor em sala de aula, para resolver essa questão que é muito grave, pelo menos no meu Estado, é muito grave a falta de professores, porque mesmo que se faça concurso, não há professores de Matemática, de Física, de Química e, às vezes, de Inglês também. Isso podia ser suprido com o ensino à distância.

E a última coisa que eu quero falar é sobre a formação de professores. Eu quero falar pela boca de uma mãe, numa conferência de educação em que eu coordenei um grupo sobre leitura e escrita, que dizia que as licenciaturas não estão ensinando a ensinar, estão ensinando conteúdo, mas as pessoas saem da licenciatura sem saber ensinar. Ela disse que foi estudar, leu muito, pegou revistas, livros para resolver o problema do filho dela, pois a professora a chamou e disse-lhe: “Seu filho tem problema de aprendizagem”.

E aí ela foi estudar para ensinar o filho. E ela concluiu que o problema não era de aprendizagem, era de “ensinagem”. Ela usou essa palavra, que eu achei fantástica. Não havia método de ensino para aquele menino aprender.

Deixo aqui esse comentário. Achei importante porque veio de uma mãe que não era professora, mas que foi estudar para entender por que o filho dela não aprendia.

Então, eram esses os comentários que eu gostaria de deixar.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra, como último orador deste bloco, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ministro, em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação de estar aqui diante do senhor como nosso Ministro. Nós aqui, os políticos, somos operários da construção social. Os filósofos são os arquitetos. Trabalhamos orientados intelectualmente por eles, mesmo quando não percebemos. Então, eu me sinto aqui como um operário diante do arquiteto. Mas eu quero cobrar...

O SR. RENATO JANINE (*Fora do microfone.*) – O senhor está sendo modesto. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. Talvez, um dia, eu chegue a filósofo. Talvez. Não sou tão modesto assim, como pernambucano. Talvez eu chegue a filósofo um dia.

Mas eu quero cobrar do arquiteto, como cidadão que sou, nem como político. A Presidente Dilma trouxe uma novidade neste País quando falou em Pátria Educadora. Porque até aqui todos comparavam onde nós estamos com onde nós estávamos. É claro que melhoramos um pouquinho.

Ao dizer Pátria Educadora, eu imagino que ela acenou para o futuro. Só que ela se esqueceu de dizer o que é a Pátria Educadora e como vai fazer para construir isso, ou dar os passos iniciais em seu Governo.

Em função disso, quero fazer uma pergunta sobre o futuro e, depois, uma sobre o presente. Eu suponho que Pátria Educadora será aquela em que nós estaremos entre os melhores países do mundo, na qualidade média da nossa educação, e que a educação não será diferenciada de uma cidade para outra na qualidade, ainda que seja no conteúdo. Ou seja, que cada criança, ao nascer neste País, numa Pátria Educadora, saberá – se é que ela, como criança, sabe – , mas estará escrito que ela terá os mesmos recursos para a sua educação. Umas vão ser mais educadas que outras por uma questão de talento, dedicação, mas os recursos serão os mesmos, não importando a renda dos pais nem a cidade onde ela vive, como já é em muitos países do mundo. E eu falo de países capitalistas, onde há isso.

Então, supondo que seja isto, escola de qualidade igual, eu quero saber como vamos fazer na atual estrutura de distribuição dos recursos. Mas a minha pergunta é bem concreta. Um prefeito da Bahia, Senadora Lídice, chamado Marcelo Mariani, de Cotegipe, fez uma carta à Presidente Dilma. Disse: “tendo em vista que esta é uma Pátria Educadora que a senhora quer construir e que eu quero para as minhas crianças uma educação da mais alta qualidade e que eu reconheço que não tenho condições, eu peço, Senhora Presidente [a carta está protocolada], que a senhora, que seu Governo adote as escolas da minha cidade”, uma cidade pequena do interior da Bahia.

A Presidente, certamente, vai mandar para o senhor esta carta, para dar subsídios à resposta. Talvez ao Ministro Mangabeira Unger, mas não acredito, porque ele está pensando estrategicamente. A minha pergunta é: o que o senhor vai sugerir à Presidente responder ao prefeito? Eu imagino que não vai, Senadora Lídice, porque a senhora cobrará, sugerir que engavete.

Uma resposta eu já me atrevo, como assessor, é dizer: “Prefeito, isso é um problema seu. A Constituição deixa claro que o senhor é o responsável pela educação de sua criança, e nós não temos nada a ver com isso”. Essa é uma resposta, ou seja, assumir que a Constituição condena nossas crianças ao recurso da cidade.

A outra poderia ser: “Presidente, está aí a chance de testarmos. Vamos adotar essas escolas? São tão poucas, custa tão pouco, é tão rápido fazermos isso. Nós fizemos o Mais Médicos. Por que não fazemos mais escolas federais? Testemos, para ver se funciona”.

Qual dessas duas ou outra resposta o senhor sugerirá?

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A outra pergunta é bem específica, Senadora, dentro do meu prazo – salvo esse toquezinho, que ainda dá segundos – , é relacionada ao corte de verbas.

Foi determinado pelo centro do Governo o corte de R\$9,4 bilhões, mas deixou-se a cada ministro onde cortar. Eu pergunto: o senhor hoje tranquilizará todas as prefeituras e crianças do Brasil dizendo que não vai reduzir gastos da educação básica e aí o senhor alertará às universidades que o dinheiro vai sair delas, ou, ao contrário, o senhor tranquilizará as universidades, dizendo que não vai sair delas, e alertará os prefeitos de que vão ter corte? Ou uma terceira alternativa: dizer que tudo isso é para inglês ver e que o Ministro Levy não vai fazer corte algum, que isso é apenas para se retomar a credibilidade no mercado.

Essas são as minhas perguntas, exatamente dentro do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque.

A campanha é automática, mas V. Exª, mais do que ninguém, tem aqui o tempo que for necessário, porque sempre que fala todos nós aprendemos muito com as suas colocações.

Eu passo a palavra para as suas considerações ao Ministro Janine Ribeiro, mas não sem antes convidar para presidir os trabalhos por direito a nossa Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Senadora Fátima Bezerra.

O SR. RENATO JANINE – Posso começar a responder, Senadora? *(Pausa.)*

Seguindo a ordem, eu começo respondendo ao Senador Antonio Anastasia, enfocando o ponto principal que S. Exª tocou, que foi a questão de tornar atrativa a carreira do professor.

Eu creio que esse é um dos pontos principais. Na verdade, muito difícil na educação é pegar um único ponto principal, porque, por exemplo, a questão da alfabetização, levantada pela Senadora Regina, também é um dos pontos nodais. E não dá para deixarmos de lado o ensino médio.

Então, o nosso problema, tanto no MEC quanto na educação como um todo, é dizer quais são as prioridades, porque elas são muitas. Mas uma educação não se fará sem bons professores. Algumas pessoas às vezes têm uma certa ilusão de que, com boas práticas, sobretudo pela internet, será possível fazer uma educação boa, sem ter uma valorização efetiva da carreira do professor. E essa valorização, como V. Exª disse, Senador Anastasia, passa por uma valorização salarial, mas também de condições de trabalho. É preciso que um professor tenha essas condições de trabalho.

Minas teve de fato um grande avanço, mas também foi diversificado conforme as regiões do Estado. É um Estado que tem regiões muito ricas e regiões bem mais pobres. Meu Estado, São Paulo, em que pese ser um Estado rico, também tem região pobre. Então, nós temos de enfrentar essa questão. Isso é muito importante, porque a meta só pode ser essa que o Senador Cristovam colocou, permitindo-me articular respostas aos Senadores e Senadoras, que é nós termos uma educação da melhor qualidade com igualdade absoluta de oportunidades. A herança não pode nem ser uma vantagem indevida nem uma desvantagem indevida; quer dizer, onde nasceu, o CEP da pessoa, para usar uma imagem muitas vezes empregada, não pode ser o destino. A pessoa não pode ter o destino atrelado à sorte ou ao azar que teve na loteria do nascimento.

Então, a questão da atratividade do ensino, da valorização da carreira é fundamental. E ela se assenta em dois pilares: uma valorização salarial e uma melhor formação. E essa melhor formação não significa que façamos um juízo ruim ou negativo dos professores em ação. Nós sabemos quanto trabalho eles têm, quanta carga sobre eles incide, quantas responsabilidades eles têm. E nós temos histórias de educação pública muito bem sucedidas.

Há uma pequena série de vídeos de Laís Bodanzky, que está estreando na internet, que mostra, por exemplo, no programa Diretor de Harmonia escolas muito bem sucedidas no Brasil: na minha cidade de São Paulo, a escola Campos Salles, escolas no Piauí, em Sobral, no Ceará, em Foz do Iguaçu, em Joinville. E eu não vi o término da série, porque certamente há escolas de Minas Gerais também, Senador. Quer dizer, nós temos essas experiências e precisamos divulgá-las mais.

Uma das coisas que faremos no MEC em breve será um portal dando acesso a essas histórias bem sucedidas de escolas. Qual é o “segredo” – entre aspas – que cada uma delas seguiu? Qual é a maneira, quais procedimentos elas adotaram seguindo a ordem, eu começo respondendo ao Senador Antonio Anastasia, enfocando o ponto principal que S. Ex^a tocou, que foi a questão de tornar atrativa a carreira do professor.

Eu creio que esse é um dos pontos principais. Na verdade, muito difícil na educação é pegar um único ponto principal, porque, por exemplo, a questão da alfabetização, levantada pela Senadora Regina, também é um dos pontos nodais. E não dá para deixarmos de lado o ensino médio.

Então o nosso problema, tanto no MEC quanto na educação como um todo, é dizer quais são as prioridades, porque elas são muitas. Mas uma educação não se fará sem bons professores. Algumas pessoas às vezes têm uma certa ilusão de que com boas práticas, sobretudo pela internet, será possível fazer uma educação boa, sem ter uma valorização efetiva da carreira do professor. E essa valorização, como V. Ex^a disse, Senador Anastasia, passa por uma valorização salarial, mas também de condições de trabalho. É preciso que um professor tenha essas condições de trabalho.

Minas teve de fato um grande avanço, mas também foi diversificado conforme as regiões do Estado. É um Estado que tem regiões muito ricas e regiões bem mais pobres. Meu Estado, São Paulo, em que pese ser um Estado rico, também tem região pobre. Então nós temos que enfrentar essa questão. Isso é muito importante, porque a meta só pode ser essa que o Senador Cristovam, permitindo-me articular respostas aos Senadores e Senadoras, colocou, que é nós termos uma educação da melhor qualidade com igualdade absoluta de oportunidades. A herança não pode nem ser uma vantagem indevida nem uma desvantagem devida, quer dizer, onde nasceu o CEP da pessoa, para usar uma imagem muitas vezes empregada, não pode ser o destino. A pessoa não pode ter o destino atrelado à sorte ou ao azar que teve na loteria do nascimento.

Então a questão da atratividade do ensino, da valorização da carreira é fundamental. E ela se assenta em dois pilares: uma valorização salarial e uma melhor formação. E essa melhor formação não significa que façamos um juízo ruim ou negativo dos professores em ação. Nós sabemos quanto trabalho eles têm, quanta carga sobre eles incide, quantas responsabilidades eles têm. E nós temos histórias de educação pública muito bem sucedidas.

Há uma pequena série de vídeos de Laís Bodanzky, que está estreando na internet, que mostra, por exemplo, no programa Diretor de Harmonia escolas muito bem sucedidas no Brasil. Na minha cidade, a cidade de São Paulo, a escola Campos Salles, escolas no Piauí, em Sobral, no Ceará, em Foz do Iguaçu, em Joinville. E eu não vi o término da série, porque certamente há escolas de Minas Gerais também, Senador. Quer dizer, nós temos essas experiências e precisamos divulgá-las mais.

Uma das coisas que faremos no MEC em breve será um portal dando acesso a essas histórias bem sucedidas de escolas. Qual é o “segredo” – entre aspas – que cada uma delas seguiu? Qual é a maneira, quais procedimentos elas adotaram seguindo a ordem, eu começo respondendo ao Senador Antonio Anastasia, enfocando o ponto principal que S. Ex^a tocou, que foi a questão de tornar atrativa a carreira do professor.

Eu creio que esse é um dos pontos principais. Na verdade, muito difícil na educação é pegar um único ponto principal, porque, por exemplo, a questão da alfabetização, levantada pela Senadora Regina, também é um dos pontos nodais. E não dá para deixarmos de lado o ensino médio.

Então o nosso problema, tanto no MEC quanto na educação como um todo, é dizer quais são as prioridades, porque elas são muitas. Mas uma educação não se fará sem bons professores. Algumas pessoas às vezes têm uma certa ilusão de que com boas práticas, sobretudo pela internet, será possível fazer uma educação boa, sem ter uma valorização efetiva da carreira do professor. E essa valorização, como V. Ex^a disse, Senador Anastasia, passa por uma valorização salarial, mas também de condições de trabalho. É preciso que um professor tenha essas condições de trabalho.

Minas teve de fato um grande avanço, mas também foi diversificado conforme as regiões do Estado. É um Estado que tem regiões muito ricas e regiões bem mais pobres. Meu Estado, São Paulo, em que pese ser um Estado rico, também tem região pobre. Então nós temos que enfrentar essa questão. Isso é muito importante, porque a meta só pode ser essa que o Senador Cristovam, permitindo-me articular respostas aos Senadores e Senadoras, colocou, que é nós termos uma educação da melhor qualidade com igualdade absoluta de oportunidades. A herança não pode nem ser uma vantagem indevida nem uma desvantagem devida, quer dizer, onde nasceu o CEP da pessoa, para usar uma imagem muitas vezes empregada, não pode ser o destino. A pessoa não pode ter o destino atrelado à sorte ou ao azar que teve na loteria do nascimento.

Então a questão da atratividade do ensino, da valorização da carreira é fundamental. E ela se assenta em dois pilares: uma valorização salarial e uma melhor formação. E essa melhor formação não significa que façamos um juízo ruim ou negativo dos professores em ação. Nós sabemos quanto trabalho eles têm, quanta

carga sobre eles incide, quantas responsabilidades eles têm. E nós temos histórias de educação pública muito bem sucedidas.

Há uma pequena série de vídeos de Laís Bodanzky, que está estreando na internet, que mostra, por exemplo, no programa Diretor de Harmonia escolas muito bem sucedidas no Brasil. Na minha cidade, a cidade de São Paulo, a escola Campos Salles, escolas no Piauí, em Sobral, no Ceará, em Foz do Iguaçu, em Joinville. E eu não vi o término da série, porque certamente há escolas de Minas Gerais também, Senador. Quer dizer, nós temos essas experiências e precisamos divulgá-las mais.

Uma das coisas que faremos no MEC em breve será um portal dando acesso a essas histórias bem sucedidas de escolas. Qual é o “segredo” – entre aspas – que cada uma delas seguiu? Qual é a maneira, quais procedimentos elas adotaram para integrar os professores, para fazer com que os alunos lá se sintam em casa?

A Senadora Simone, na conversa que tivemos antes, juntamente com o Senador Cristovam, comentou dos alunos que deixam a escola para irem à vida. A expressão me parece feliz e, ao mesmo tempo, trágica. O que nós temos que fazer é que os alunos sintam que na escola é que pulsa a vida deles: a escola tem que ser cheia de vida, tem que ser prazerosa, tem que ser atrativa. O conhecimento tem que ter prazer. Para mim, como pai, uma das coisas surpreendentes é ver que até em torno dos sete anos as crianças adoram aprender; aprender é uma festa. Chega o momento em que aprender é uma chatice. O pior é que isso se repõe. Aqueles de nós que veem novelas ou programas de teledramaturgia brasileira vemos que é raríssimo numa escola um professor ser apresentado como alguém valorizado. O jovem que está feliz por ir a uma balada, que está feliz por passear, quando se fala que ele tem que ir à escola, faz, no mínimo, um muxoxo de aborrecimento.

Nós temos algo que vai além do Estado brasileiro, que vai estar, de certa forma, enraizado na sociedade, que é essa desconfiança do ensino, da educação. Então, não são só ações de governo, embora tenhamos de assumi-las todas; são ações da sociedade que deve haver. Precisamos não só do empenho do pai fazendo a lição com o filho, encorajando-o, o que nem sempre é fácil, porque a tendência, hoje, felizmente, é de que os filhos saibam mais que os pais. Isso tudo cria desafios, cria problemas e, para poder responder aos outros Senadores, vou passar às colocações da Senadora Fátima Bezerra.

A Senadora Fátima relatou muito bem a articulação das ações de governo que se têm voltado à educação, que têm no PNE um aspecto muito importante, mas que se articulam com o Fundeb, com o ProUni, com o Fies, com o ReUni, com o Pronatec – todas as siglas que, enfim, a gente tem que aprender e que, nem sempre, são tão fáceis de início. Como já trabalhei no MEC e anteriormente na Capes, eu tinha conhecimento de praticamente todas elas – que montam um todo bastante articulado, Senadora, no qual a sua atuação sempre foi decisiva: foi decisiva no Fundeb, foi decisiva no PNE e tem sido decisiva. Suas observações são extremamente importantes, e nós temos de aumentar, sim, o volume de recursos para a educação.

Agora, para conseguir isso, nós temos, nos próximos anos, que mostrar resultados tangíveis. Nós temos que melhorar a gestão, e gestão, aí, não é simplesmente tornar mais ágil o funcionamento do acesso à internet do diretor, o uso de planilhas, etc. Gestão, antes de mais nada, é administrar conflito. O diretor tem que ser alguém que sabe dos conflitos na escola, sabe administrá-los, sabe articulá-los, sabe dar entusiasmo à comunidade que ele dirige, sabe conversar com os professores, sabe fazer com que, em vez de termos três matérias de ciências – Física, Química e Biologia –, cada uma fazendo voo solo, elas dialoguem; que as matérias de humanas também dialoguem entre si. Tudo isso representa ganhos muito grandes.

São aspectos muito importantes na valorização do profissional, professor ou professora. Eu já disse o que penso da qualificação e do salário e, evidentemente, se nós não tivermos um aumento salarial significativo, Senadora, se não atendermos à Meta 17, a situação vai ficar muito difícil. Porém, ao mesmo tempo, temos que justificar muito bem isso à sociedade e mostrar muito bem como conseguiremos os avanços na educação.

Nós não podemos ignorar que este é um ano difícil financeiramente. Isso não desfaz a qualidade de tudo que foi obtido nesses 12 anos. A superação desses problemas que, espero, permita que o Brasil volte a crescer dentro de alguns meses, no ano que vem tenhamos uma arrecadação maior que permita atender a essas demandas, tudo isso penso que sinaliza para nós a possibilidade do que foi colocado, e nós temos que construir formas com que os Estados e Municípios possam pagar o que está preceituado na Meta 17. Que as outras metas, quase todas que envolvem a questão de recursos, todas elas sejam também contempladas.

O PNE é a nossa referência e é nossa referência porque é um compromisso... Só iria um pouco adiante talvez do que V. Ex^a disse, Senadora, dizendo que é um compromisso não só do Estado, nos seus três níveis, mas da sociedade brasileira.

Creio que um dos grandes desafios que temos é que a frase, tão comum, “a resolução de todos os problemas do Brasil está na educação”, que a gente ouve com muita frequência, se torne realidade, que as pessoas realmente se engajem nesse compromisso. Não foi por outra razão que, no meu discurso de posse, eu terminei justamente pedindo que houvesse um trabalho de educação recíproca na sociedade brasileira. Mesmo

eventos que nos preocupam, que colhem de surpresa, como no caso da Universidade Federal de Santa Maria, levantado aqui pelos Senadores Aloysio e Ana Amélia, mesmo esses casos têm um resultado educacional que eu considero muito importante.

Foi colocada em discussão a questão do acesso à informação *versus* a preservação dos direitos humanos. Essa questão foi tratada de maneira muito polêmica, com pessoas que se sentiram feridas, pessoas que mostraram a sua indignação, mas o que nós estamos conseguindo com isso é tentar tirar uma lição não só educacional, mas educativa para a sociedade. Então, cumprimento mais uma vez a Senadora, Vice-Presidente desta Comissão, por tudo o que fez e por tudo o que fará ainda pela educação.

Senadora Regina, eu posso dizer que a senhora me emocionou. A senhora falou sobre a biblioteca na escola. Eu penso que isso resume muito um papel do educador: não ter medo de rasgar os livros, não ter medo de que eles se sujem, de que eles sofram o desgaste que a leitura efetua, porque eles existem para ser lidos, não para ficarem na biblioteca. Quantas histórias conhecemos de livros e computadores guardados a sete chaves para que não se deteriore, quando a missão deles está sendo deteriorada, não está sendo atendida. Então, dar às crianças na fase da educação esse contato físico com o livro é muito importante.

Eu sou ávido leitor de Kindle, eu utilizo os meios da informática para ler, mas acho que há algo que nada substitui, que é o contato com o objeto livro, com o físico. Os livros de que eu mais gosto geralmente são os livros que eu procuro ter em papel, mesmo tendo centenas no meu leitor eletrônico. Acho que é esse amor pelo papel, esse amor pelo que ele traz, esse amor pelo livro, essa desmitificação do livro como objeto de pura preservação em favor da ideia de que ele faz parte, de que ele é um insumo importante, entrando na vida das pessoas, o que a senhora descreveu.

A senhora também disse algo muito importante, com base na sua experiência de professora e de secretária, de gestora, portanto, sobre a importância da alfabetização. De fato, é o ponto nodal. Ou se alfabetiza... E a meta de oito anos é a meta, talvez, menos ambiciosa, em longo prazo, do PNE, embora seja muito ambiciosa em face da realidade, porque deveríamos conseguir que todas as crianças estivessem alfabetizadas depois de poucos meses da entrada na escola. Muitas crianças de meio social mais abonado já sabem ler e às vezes até escrever com cinco anos. Temos por meta oito anos, que é uma das metas essenciais nisso tudo, e que decide o futuro da pessoa. É essencial. A sua experiência, a sua narrativa, é muito importante, bem como o que a senhora disse a respeito da importância de repensar as licenciaturas. É preciso que nós tenhamos professores ensinando a professores. A formação de professores tem que, cada vez mais, estar baseada em pessoas que estão na sala de aula, têm experiência de aula e conseguem transmitir não só o entusiasmo, mas o conhecimento que adquiriram, e que possam ensinar a ensinar. Se me permite, vou utilizar a sua expressão: o problema não é de aprendizagem, é de "ensinagem". Creio que, mais que um depoimento, é uma grande análise que a senhora fez.

Senador Cristovam, é sempre uma honra falar com V. Ex^a. Nós temos, na sua gestão como reitor, depois como governador, depois como ministro, mas sobretudo na sua carreira de pensamento sobre a educação, uma referência muito importante. Um dos elementos da ideia, inclusive, de Pátria Educadora – é bom dizer – não é apenas a educação na escola. É também, para dar um exemplo – todos saberão quem é o principal responsável pela difusão disso no País – , é o respeito ao pedestre, o respeito ao outro. Difundirmos mais e mais o respeito ao outro também é educação. Educação em um sentido que a gente atribui mais à família, às vezes, mas no qual a sociedade tem também um papel.

Sua iniciativa de colocar pessoas vestidas de palhaço brincando nas faixas do DF tornou nacional um respeito às faixas, que também demorou – na minha cidade demorou muitos anos a começar a se tornar mais normal – , mas que antes eu só conhecia numa cidade, que era Ijuí, no Rio Grande do Sul. Foi a única cidade do Brasil, antes da sua atuação como Governador do DF, em que eu vi os carros parando na faixa, e me surpreendeu muito. Isso em 95.

Então, toda essa trajetória sua de educar não apenas no ambiente da escola é algo que tem, eu sempre lhe disse, o meu maior respeito.

Nas questões do futuro, eu já disse, a meta só pode ser esta: precisamos ter uma liberdade numa igualdade de oportunidades. Isso é a base de qualquer democracia – e eu vou frisar o adjetivo – liberal. É o que conseguiram França, Estados Unidos, Reino Unido, as três democracias históricas nas três grandes revoluções que geraram a democracia moderna. É o que conseguiu a Alemanha correndo, com muitíssimo atraso, um atraso enorme em relação às três, mas conseguindo um avanço notável, e conseguiram outros países. Nada nos condena a ficar fora desse pelotão. O que nós temos que fazer é chegar aí.

Quanto à sua questão sobre Orçamento, nós temos uma seguinte situação: nós temos preservados 100% dos Programas Dinheiro Direto na Escola, Merenda Escolar e Transporte Escolar. Esses três programas são extremamente importantes para a educação básica e eles significam que, sem tirarmos dinheiro do custeio do ensino superior federal, seremos capazes de garantir o funcionamento, no que depende da União, da escola

pública brasileira. Os nossos cortes são cortes em reprogramação de programas. Não estamos procurando cortar sem critério, sobretudo obras. No ensino superior nosso critério é: obras que estão avançadas serão concluídas; obras que estão muito no início serão adiadas. É com dor no coração que dizemos isto, mas a realidade é essa. Não adianta nós brigarmos com a realidade. V. Exª foi gestor, sabe que nós temos limites no orçamento e que o orçamento é limitado pela economia. Então, não podemos propor ou prometer o que não é viável agora.

Nós também vamos reprogramar alguns programas: o Ciência sem Fronteiras, o Pronatec, o próprio Fies. Agora, vamos reprogramar isso sempre utilizando os melhores critérios. Apesar de o Fies ter ofertado na primeira edição deste ano e vir a ofertar na segunda edição deste ano menos do que no ano passado, o que evidentemente nos entristece, ele tem critérios que são um avanço e que teriam de ser adotados mesmo que tivéssemos recursos PING. Então, nós adotaremos essas medidas.

Portanto, penso que tudo o que é estruturante, essencial na educação, como prometeu a Presidenta Dilma Rousseff ao me dar posse no cargo, tudo isso será preservado. Não será fácil a gestão do MEC neste ano. Isso eu deixo muito claro, e nós estamos procurando fazer o melhor de nós. Não será fácil e, depois de anos em que nós tivemos condições de avançar muito, estamos tendo que fazer um balanço. Mas esse tempo também corresponde a um movimento do coração, que é de sístole e diástole; é aquela época em que nós precisamos repensar o que está sendo feito para dar maior qualidade a ele. Isso é o que eu posso assegurar.

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Sr. Ministro.

Nós vamos agora para o próximo bloco: Senadora Ângela Portela; em seguida o Senador Wilder Moraes; em seguida o Senador Randolfe e a Senadora Lídice.

Senadora Ângela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Presidenta. Quero cumprimentar o Ministro Renato Janine Ribeiro, cumprimentar o Secretário Executivo Luiz Cláudio Costa, e dizer, Ministro, que a sua indicação para o Ministério da Educação foi amplamente festejada aqui na Comissão de Educação. Pude presenciar inúmeros Senadores que demonstraram a satisfação, a alegria de ter um ministro com seu perfil, de alto conhecimento técnico, de comprometimento com a educação do nosso País.

Ministro, são inegáveis, como muito bem colocou aqui a Senadora Fátima Bezerra, os grandes avanços que nós tivemos na última década na educação: a expansão da educação infantil, do ensino técnico profissionalizante e superior.

É inegável isso, e eu reconheço que grandes programas foram implantados, como o Fies, o ProUni, o Pronatec. Mas nós vivemos um momento especial em nosso País, um momento em que o Governo Federal, o Governo da Presidenta Dilma busca fazer o ajuste das contas públicas, no intuito de fazer o nosso País voltar a crescer.

E é, nesse contexto diferenciado, que eu gostaria de fazer algumas colocações. Eu ouvi, com muita satisfação, que o senhor disse certa vez, já Ministro da Educação, que é preciso levar todas as crianças para o mundo da escola e não para o mundo da rua. O senhor se referia à educação infantil, ao programa Proinfância. E esse programa ProInfância nós temos acompanhado com muita atenção, até porque está na meta do Plano Nacional de Educação ampliar, aumentar em 50% as vagas para a educação infantil.

Mas eu gostaria de registrar aqui, Ministro, alguma deficiências na execução desse projeto nos Municípios brasileiros. No meu Estado de Roraima, temos 15 Municípios; conseguimos, em uma articulação com o Governo Federal, em parceria com as prefeituras, construir algumas creches lá. Mas nós observamos, Ministro, que, em grande parte dessas escolas, que têm uma estrutura física louvável, confortável para as crianças, as prefeituras não têm conseguido atender as crianças de zero a três anos de idade. Falta pessoal qualificado para atender às necessidades naturais de uma criança de dois meses, três meses até dois anos, três anos de idade.

Então, é necessário, sem dúvida nenhuma, um investimento maior, uma atenção maior do Ministério da Educação para a formação e a capacitação desses profissionais, para que efetivamente a gente consiga cumprir essa meta até 2024, que é o ano de vigência do PNE.

Nós vimos, na semana passada, na marcha dos prefeitos, um dos prefeitos se manifestar e dizer que nós tínhamos alguns presentes de grego do Governo Federal, que eram as creches e as UBS (Unidades Básicas de Saúde). Em relação às creches, eu não considero que sejam presentes de grego, mas, sem dúvida alguma, o que a Senadora Fátima colocou aqui em relação à necessidade de a União aumentar o repasse de recursos para a educação, isso é indiscutível; é indiscutível. O Governo Federal precisa ampliar o seu aporte de recursos para que as prefeituras consigam construir essas creches, colocar essas creches em funcionamento, e, assim, a gente cumprir a meta de expansão das vagas em 50% para atender às nossas crianças brasileiras.

O senhor também tem dito reiteradas vezes da importância de melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio. Isso todos nós sempre falamos. Essa é uma necessidade urgente, extrema, especialmente no que diz respeito ao ensino fundamental e ao ensino médio.

(Soa a campanha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sem dúvida, foi colocado aqui por diversas vezes como um calcanhar de aquiles na educação do nosso País a melhoria do ensino médio.

Eu gostaria de saber, Ministro, como o senhor pretende conseguir essa elevação da qualidade. É possível envolver as universidades brasileiras usando a educação a distância para investir na formação e capacitação dos professores de educação básica? O senhor colocou como uma das prioridades do Ministério da Educação a formação dos professores de educação básica. Seria possível usar toda a experiência e o *know-how* das nossas universidades, mesmo considerando que o ensino a distância não tem sido identificado como um vetor de qualidade? Mas explorar melhor as tecnologias que nós temos hoje para formar melhor os nossos professores.

E quando falamos dos professores, eu não posso deixar de destacar também que há uma forte mobilização em todo o Brasil, de parte dos nossos professores, que lutam por melhores condições de trabalho e por salários mais justos. Obviamente, isso envolve o Governo Federal, os governos municipais e estaduais.

Quais são as suas propostas para enfrentar essa crise?

E a greve dos nossos professores e técnicos administrativos?

Ministro, eu sou Técnica Administrativa da Universidade Federal de Roraima. Mas temos acompanhado com muita atenção a movimentação dos nossos professores e dos nossos técnicos. Eu gostaria de saber como está sendo a negociação. Tem sido aberto um diálogo com esses líderes que estão querendo melhorias salariais?

Nós temos 61 universidades, e me parece que 40 delas estão se movimentando para entrar em greve. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre como andam as negociações do MEC com esses profissionais que estão lutando por qualidade, por melhores condições de trabalho e por melhores salários.

Quero parabenizá-lo e lhe desejar boa sorte à frente do MEC.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senadora Ângela.

Nós vamos passar imediatamente ao Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Fátima Bezerra.

Cumprimento o Ministro da Educação, Renato Janine, e toda a sua equipe.

Ministro, vários colegas de oposição já relataram sobre isso antes, e eu também não queria, neste momento, discutir o plano de educação, mas falo na posição de empresário e de alguém que, um dia, só teve condição de estar aqui porque obteve o crédito educativo e hoje é Senador da República: o que me entristece, no País, e talvez a V. Exª, no ministério, vamos dizer como educador, é que seria necessário, talvez, fazer uma lição de educação no Governo, porque não existe crise financeira no Brasil; existem prioridades. E a educação tem tempo.

Então, temos vários programas rodando no Governo que poderiam, de repente, ser transferidos para a Pasta de V. Exª. Por exemplo, se há R\$7 bilhões dos aeroportos que foram privatizados, e aí foi criado um fundo para fazer a expansão da aviação regional. Se já se esperou tanto tempo, esses R\$7 bilhões não poderiam vir para a educação? E ainda: quantas obras em que se gastaram tantos bilhões estão paralisadas?

Então, acho que o Governo explorou muito isso para ganhar as eleições, como foi dito. Em 2013, gastou R\$7 bilhões; em 2014, gastou R\$14 bilhões, e todo mundo ficou muito contente, principalmente os estudantes do Brasil.

De repente, o que deixa mais triste são as mudanças das regras do jogo, que o Governo sempre faz. Então, cria-se uma expectativa e depois vem uma frustração. Eu acho que o Governo tinha de aproveitar esses momentos de crise e saber utilizá-los para que possa pelo menos alguma parte do Governo funcionar plenamente.

Fica esse registro aqui. Não quero me estender mais.

Mas vemos que traçamos ferrovias para o Brasil inteiro, e não temos nenhuma funcionando. Para que fazer isso tudo? Por que não se fez uma de cada vez? Mas sabe qual é o problema? É que temos de ir até Mato Grosso, falar com o pessoal de Mato Grosso; temos de ir lá ao Sul; temos de ir a Goiás. Então, com isso – desculpe-me – , gera-se uma mentira política que faz isso acontecer.

Então, estou vendo aqui hoje a decepção no País inteiro. Imagine o número de estudantes que estão frustrados!

Essa questão da nossa economia é sinal de toda essa incerteza que se criou para o Brasil. Em nada do que escutamos podemos confiar. Hoje, os investidores estão indecisos, os empresários estão indecisos. Imagine o Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi um grande avanço – e olhe que sou de oposição – , mas, no meio do caminho, paralisa-se tudo. Veja o número do prejuízo! São empresas e a expectativa das pessoas...

E acho que o Governo e Ministro da Educação, que, com certeza, tem vários técnicos preparados, como economistas e matemáticos, ensinem a fazer o dever de casa. O Governo tem de ter prioridade, pois quem faz tudo não faz nada.

Essa é só a minha colocação.

Parabéns ao senhor e que Deus o ilumine! E que V. Exª possa dar uma aula para esse Governo! Que ele tenha responsabilidade e não tantos programas em que nada acontece.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agora, a palavra vai para o Senador Randolfe e, em seguida, para a Senadora Lídice.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Ministro Renato Janine, quero cumprimentá-lo e, antes de perguntar, fazer uma rápida consideração.

Eu tive duas satisfações na área da educação com a Presidente Dilma e posso falar isso com a autoridade de quem, no segundo turno, a apoiou.

Duas satisfações: a primeira foi o lema anunciado pela Presidente, Pátria Educadora, indicando para todos nós que o que já é dito por todos seria e será, de fato, prioridade no Brasil; a segunda foi a escolha de V. Exª para o Ministério da Educação.

Não o conheço pessoalmente, mas leio a obra de V. Exª e sou admirador do que V. Exª escreve. Por isso, considero identidade entre o que escreve e pensa com o que faz ou poderá fazer à frente do Ministério.

Entretanto, houve uma contradição, no meu entender, Ministro, do Governo com o próprio lema, com o corte de 20% do Orçamento de Ministério, um corte de R\$9,42 bilhões. Parece-me, primeiramente, uma contradição com o lema que o próprio Governo anunciou e é solicitar de V. Exª um esforço – permita-me – quase desumano. O Dr. Luiz Cláudio, que muito bem conhece o Ministério da Educação e que tão bem nos tem atendido, assim como às necessidades do Amapá.

Mas um corte de 20% no Orçamento é uma contradição em si, no meu entender, com o próprio *slogan* do Governo.

Tinha um questionamento nesse sentido. Não irei fazê-lo, porque isso já foi, de certa forma, feito pelos colegas Senadores e respondido por V. Exª.

Também sobre a questão do Fies, V. Exª tem prestado aqui esclarecimentos. Mas eu queria só destacar o seguinte, também ainda em relação ao Financiamento da Educação: tem circulado denúncia sobre a existência de fraudes no valor dos contratos do Fies, e, nesse sentido, em matéria do dia 18 de março, o jornalista Luis Nassif, na revista *Carta Capital*, afirmou o seguinte:

“Grande parte das faculdade embute um fator de risco nas suas mensalidades. O caso mais notório foi da Uniesp, alvo de uma CPI. Sua mensalidade era de R\$1.000, mas o aluno que pagava em dia tinha um desconto de 80%, pagando apenas R\$200. Com o Fies, a escola passou a cobrar R\$1.000 sem risco, porque é garantido pelo Tesouro”.

Eu lhe pergunto, Ministro: não seria o caso, diante dessas denúncias, de uma extensa investigação do Ministério da Educação sobre isso? Há algum procedimento em curso dessa natureza? Que mecanismos podem ser criados para coibir fraudes como essa que foi noticiada pelo jornalista Luis Nassif?

Há outra questão, Sr. Ministro, e me satisfaço com esta última, porque boa parte das perguntas já foi feita pelos colegas. Primeiro, eu repito duas satisfações: ter V. Exª no Ministério, e ter V. Exª no Ministério, tendo vindo do ambiente acadêmico, do ambiente das universidades e conhecer o ambiente das universidades; e, na sua preleção, na sua preliminar, ter dito que há uma disposição, por parte do Ministério da Educação, em dialogar com todas as entidades de classe, de servidores – no caso, dos servidores da Fasubra –, dos professores, no caso Andes Sindicato Nacional, que V. Exª muito conhece, e da União Nacional dos Estudantes, que V. Exª já destacou.

Como é do conhecimento de V. Exª, existe uma greve nas universidades federais, nos institutos federais. Entre elas, a Universidade Federal do meu Estado, a do Amapá, encontra-se em greve desde o dia 28 de maio. Isso está-se repetindo em todos os Estados. É uma greve de servidores, como V. Exª sabe, e dos professores, coordenada pela Fasubra e pelo Andes.

Diante do que V. Exª destacou inclusive na preliminar, eu lhe pergunto: está em curso o diálogo com o comando nacional de greve?

Existe data para reunião com o comando nacional de greve? Existe alguma proposta por parte do Ministério?

Sabemos que V. Exª, repito, vindo do meio acadêmico, tem, obviamente, toda sensibilidade para esse tema.

Eram essas as perguntas, Sr. Ministro. Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Nós vamos passar, agora, para a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Ministro, caros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu até fiz algumas perguntas, digamos, mais objetivas. Como sou preocupada com a questão do ensino básico, e a própria Senadora Ana Amélia referiu-se a isso, acaba agora o prazo, neste mês, para os Municípios elaborarem seus respectivos planos de educação, com base no PNE.

A situação até então é desalentadora. Poucas unidades da Federação conseguiram sancionar seus planos. Com base nisso, eu queria perguntar o seguinte: o Ministério já trabalha com a possibilidade de prorrogar esse prazo? De que modo os Estados e Municípios que não cumprirem os prazos poderiam ter seus danos mitigados, tendo em vista que deixariam de ter prioridades em um programa de ações articuladas que repassa recursos para programas de formação de professores e financiamentos de obras?

Caro Ministro, ao tempo em que saúdo V. Ex^a, quero saudar também um dos seus auxiliares, em nome da Bahia, nosso querido ex-reitor da Universidade Federal da minha região, do Recôncavo Baiano, Paulo Gabriel, que vejo, com alegria, se dedicará a esta que considero que é a prioridade da educação no Brasil: alfabetizar na idade certa. O calcanhar de Aquiles da educação brasileira é este: alfabetizar na idade certa.

Alfabetização é a primeira porta de oportunidades que uma criança tem. Portanto, esse é o centro da prioridade da educação na minha opinião. Eu sei, como destacou aqui o nosso educador, governador e Senador Cristovam, que a Constituição indica essa prioridade para os Municípios, assim como indica prioridade do ensino médio, que é um outro grande problema, um outro grande nó da educação brasileira, para os Estados. Mas, se não houver uma interferência clara, uma ação articulada e um projeto de Nação em relação a esses dois segmentos, nós não conseguiremos dar o salto na educação que o País precisa dar.

Por isso, meu caro Ministro, quero parabenizar o senhor por ter aceitado o desafio da educação brasileira, ao aceitar o convite para ser ministro, para ser o ministro mais importante do Brasil. É o ministro mais importante do Brasil o Ministro da Educação, porque é o principal desafio que o País tem.

Não entendo muito bem esse negócio de Pátria Educadora. Não entendo, porque o conceito de cidade educadora, com o qual eu tenho mais convivência, é um conceito diferente desse. É um conceito que engloba as ações diversas de políticas públicas que tenham uma referência básica no sentido de educar, como é o caso já citado por V. Ex^a, no que diz respeito à faixa de trânsito no governo do Governador Cristovam.

Então, o conceito de Pátria Educadora a mim me pareceu muito mais voltado para uma centralidade nas ações de educação propriamente ditas. Mesmo que seja isso, é absolutamente meritório.

No entanto, compreendo a necessidade de cortar o Orçamento de diversas áreas, mas não compreendo cortar um tostão da educação.

E não compreendo cortar um tostão da educação, porque, apesar de todos os avanços que foram aqui diversas vezes ressaltados por muitos dos Senadores que me antecederam, para o desafio do Brasil e para a velocidade que precisamos dar para cumprir as metas do plano nacional e, em especial, a meta – nós, tanto eu quanto o Senador Cristovam, contestamos à época o prazo para este programa – do Alfabetização na Idade Certa, são necessários recursos prioritários na educação. Além disso, precisamos de melhor gestão na educação, precisamos colocar os desafios centrais: alfabetizar na idade certa; romper com a evasão e a repetição no ensino médio; ampliar a qualidade e manter a expansão do ensino técnico e do ensino superior público no Brasil. E esses desafios não poderão ser realizados sem a manutenção dos recursos centrais da educação no Brasil.

Tirar qualquer centavo da educação significa comprometer, na minha opinião, o alcance desses objetivos, até porque do Governador de Minas Gerais, do PSDB, à Senadora do PT, todos foram claros em dizer, passando pelo Senador educador e da sua proposta de federalização, que, sem dividirmos o financiamento do salário mínimo nacional dos professores com Estados e Municípios, nós não realizaremos o desafio que está colocado para o desenvolvimento da educação no Brasil.

Portanto, não é possível fazer isso sem diminuir ministérios, sem cortar de outros ministérios, para centralizar na ideia de que a prioridade do Brasil é educação, e prioridade se entende como a primeira coisa a ser feita. Seria como a dificuldade de uma mãe – e a cabeça da mulher é muito voltada para sua posição cultural – quando tem que escolher entre um remédio, um livro e um vestido. Não tenho dúvida de que ela deixará de comprar qualquer roupa para escolher o livro e o remédio a dar.

Então, essa não é uma prioridade que possamos definir teoricamente; é uma prioridade que a Nação exige.

Por isso, quero apenas concordar com as falas que já foram feitas anteriormente, no que diz respeito à necessidade de priorizar, tornar a carreira do professor atraente. Fazer isso é compartilhar do financiamento do salário mínimo nacional dos professores e fazer com que o MEC tenha prioridade na educação básica e no ensino médio, senão nós não romperemos as dificuldades de fazer isso acontecer. Colégio em tempo integral não acontecerá apenas com a promessa da Presidente da República, mas terá que acontecer com ações articuladas entre o Governo Federal e os governos de Estado.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ministro, terminamos. Temos agora o último bloco com o Senador Ronaldo Caiado, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Hélio José. *(Pausa.)*

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu aceito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Então, agora vamos passar a palavra para o Senador Ronaldo Caiado, depois para a Senadora Marta Suplicy e encerramos com o Senador Hélio José. Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Ministro e toda equipe, é um prazer enorme poder recebê-los aqui no Senado Federal, ao mesmo tempo o reconhecimento que temos pelo trabalho de V. Exª junto à universidade e também pela vivência que tem diante de um problema tão complexo que é este da educação, que sempre foi o nosso maior desafio.

E temos deixado a desejar nessas últimas décadas em relação àquilo que se esperava do nosso País, comparado com outros países que sobreviveram a momentos de guerra e a outros problemas, que hoje estão deslanchando, mostrando o quanto valeu a pena esse investimento na educação.

Sr. Ministro, o que nós temos discutido muito e que foi colocado aqui até pelo Parlamentar que me antecedeu, o Senador Wilder, é exatamente – eu sei que não de V. Exª, que é um professor universitário – o viés eleitoral. Isso é que tem nos preocupado.

Eu pergunto a V. Exª, pela sua formação, como professor que é: que dia, realmente, o Ministério da Educação vai poder dizer a verdade para a população brasileira?

É o que nós temos cobrado. Que dia o Governo vai dizer a verdade para o povo? Ou seja: “Nós não vamos poder, realmente, investir; não vamos poder atender; o problema é mais complexo, o quadro é mais grave”.

Então, nós estamos recebendo tudo a conta-gotas: cada dia vem uma nova situação. Eu quero dizer, como colocou aqui também o Senador Anastasia, que a minha formação é federalista, mas eu concordo com a tese do Senador Cristovam Buarque, porque não temos como ser federalistas ou ter uma ideia de entes federados quando a União arrecada 70%, e os Estados, 30%. Então, não tem como querermos dizer que podemos repassar, seja pelo Plano do Piso Salarial e, amanhã, por outros reajustes que ocorrerão, porque é algo totalmente desproposital diante de uma realidade a que estamos assistindo, por que passam os Municípios e os Estados.

Isso é outra ficção! Ficção por quê? Porque é aquilo que está na lei, mas que não vai ser cumprido, porque não tem como ser cumprido, pois a União concentra 70%, e os Estados e os Municípios, 30%.

O que vai passar para esses Municípios? Não tem.

Agora, vamos passar para a União, um fato específico, por exemplo. O Fies de 2011 teve um Orçamento, e foi pago R\$1,8 bilhão. Em 2012, R\$4,7 bilhões, mais do que o dobro. O de 2013, R\$7,687 bilhões, um pouco menos que 80%.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu não tenho o prestígio de um ex-ministro, mas gostaria que V. Exª me desse um tempo um pouco mais alongado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – V. Exª terá, Senador. A campanha tocou porque é automática.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Srª Presidente.

Em 2014, Sr. Ministro, nós tivemos o total pago para o Fies de R\$13,769 bilhões, sendo que o que está provisionado no Orçamento são R\$12,581 bilhões. Ou seja, o pago, em 2014, é maior do que o que foi aprovado no Orçamento de 2015.

Então, isso mostra o quanto essa realidade de que não se poderá atender o Fies, e vai ser um retrocesso enorme, está aqui demonstrado claramente.

A pergunta que faço a V. Exª: primeiro, no Plano Nacional de Educação, a Lei nº 1.305, de 26 de junho, tem como meta elevar o número de matrículas na educação superior para 50%, e a taxa líquida, para 33% da população de 18 a 24 anos, até 2020. Está na lei.

Como o MEC poderá atingir essa meta diante de um corte como esse que acabo de relatar a V. Exª? Aqui não tem nada de político, de oposição ou de governo. É um fato.

A lei está aqui dizendo que eu tenho que aumentar em 50%, 18 a 24 anos. O Orçamento está aqui dizendo que o que tenho orçado para 2015 é menor do que eu paguei em 2014.

Aí, nós vamos para o segundo ponto, que é exatamente em relação ao fato específico do Pronatec. E nós agora aprovamos, numa medida provisória, algo inédito: o cidadão, ao ser desempregado, só pode ter o seguro-desemprego se ele provar a matrícula no Pronatec. Se não há sequer o Pronatec funcionando e se já foi adiado duas vezes e não tem recurso para essas instituições, como é que nós vamos fechar essa equação? Então, é a segunda pergunta que faço a V. Exª.

Bom, outro fato é que, nos últimos quatro anos – eu quero dirigir-me aqui também ao colega Randolfe, que fez aqui uma avaliação nessa área de educação –, no último Governo de gestão da Presidente Dilma, na execução orçamentária, 23% da verba disponível não foram aplicados. Foi a pior execução orçamentária de todos os tempos, em que R\$61 bilhões foram desperdiçados, na educação.

Para terminar, Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nós estamos assistindo aí aos institutos federais, como as universidades, todos em greve. Ou seja, a situação hoje é tão crítica que não há sequer a condição mínima de pagar os terceirizados da limpeza, da manutenção. Enfim, é o caos generalizado nessa área. Para isso, o Governo foi e fez um corte de 30%.

Então, eu pergunto: quando a Presidente coloca “Pátria Educadora”, o Ministério da Educação foi chamado para – aí a última pergunta – identificar onde cortaria, já que foi o terceiro maior corte, R\$9,4 bilhões?

Então, o Ministério foi chamado para identificar onde seriam esses cortes?

Sr. Presidente – e aí concluindo –, formulei as perguntas com os dados que busquei com a minha assessoria. E, ao mesmo tempo, quero dizer que, com esse quadro, mesmo com a formação federalista – e volto ao início da minha explanação –, eu vou pela tese do Senador Cristovam, porque não vejo outra saída que não seja nós criarmos uma carreira para os professores poderem, amanhã, ter um estímulo ou sequer um piso digno para exercerem a profissão. Estamos assistindo a isto, a falta de total estímulo e interesse para continuar na atividade hoje na licenciatura, como professores.

Esse é o fato que eu identifico, e, como tal, aguardo de V. Ex^a os reparos ou mesmo a constatação de que realmente Pátria Educadora foi apenas uma chamada de marquetagem e não, realmente, um plano de governo.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos passar a palavra imediatamente ao Senador Eduardo Amorim, que voltou, e, em seguida, à Senadora Marta.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Vou ser breve. São apenas duas perguntas. Procurarei ser objetivo.

Sr. Ministro, Sr. Luiz Cláudio Costa, Secretário-Executivo. Sr. Ministro, V. Ex. é conhecido como profissional competente e, com toda certeza, com um passado valoroso: professor de Filosofia, de Ética. Agora, é uma daquelas pessoas que coloca sua história de trabalho, de serviço a um Governo que se mostra completamente desacreditado, principalmente na educação. Mas não só na educação, com os trabalhadores também, à medida que não honra com as suas principais bandeiras de campanha, a exemplo do *slogan* que já foi aqui tão repetido: “Brasil, Pátria Educadora”, quando corta mais de R\$9 bilhões do Ministério da Educação. Que desafio grande o senhor tem pela frente, viu?

Nesse contexto, Sr. Ministro, um dos problemas que nos tem estarrecido é o desrespeito à lei que garante o piso salarial dos professores.

Com certeza, a nossa Presidente, Senadora Fátima Bezerra, foi uma daquelas lutadoras bravas e guerreiras que defendeu esse piso o tempo todo, a exemplo do que está acontecendo agora no meu Estado, onde os professores, há várias semanas, várias semanas, estão em greve. Estão na porta do Palácio, já estiveram dentro do Palácio, Senador Caiado. Cortaram água, luz, tudo, e eles lá se algemaram junto dos móveis.

E, nas palavras do então Governador do nosso Estado, o Estado de Sergipe, que disse – abre aspas: “O piso salarial do magistério é uma brincadeira; está na hora de acabar com essa brincadeira de algemas. Deem as algemas para a Polícia Militar e vocês, professores, acabem com essa brincadeira”. E olhe que chegou ao poder exatamente defendendo o trabalhador, defendendo os professores, defendendo as classes mais frágeis da nossa sociedade.

E, há mais de quatro anos, o servidor público do meu Estado não tem nenhum reajuste. Ele disse que pagar a folha em dia já é fazer milagre. Temos um falso profeta também no meu Estado, ironizando essa categoria de trabalhadores e não pagando o piso da categoria. Acho que o senhor tem consciência disso que está acontecendo no nosso Estado, prejudicando os mais de 170 mil estudantes sergipanos.

Para se ter uma ideia do problema salarial dos professores, dados do Ipea revelam que, das 47 profissões de nível superior, os professores estão na 46^a posição, quando o quesito salário é extremamente baixo no nosso País, e não dá nem para comparar com outros países em outros continentes e também em países vizinhos.

A primeira pergunta, Sr. Ministro. Diante dessa perversa realidade, quais as medidas que o senhor pensa que o MEC tem e que irá tomar para dar continuidade à política de valorização dessa categoria de profissionais nos mais diversos entes da Federação? Vai ficar isso mesmo, vai ficar esse jogo de empurra-empurra? O Governo Federal não faz nada, os Estados também dizem que isso é uma brincadeira, a questão do piso, e os

governos estaduais e os municipais também em greve o tempo todo. É isso mesmo ou o MEC vai fazer uma coisa mais dura, mais firme, como já disse aqui o nosso Senador Cristovam Buarque, federalizar extremamente tudo? Só assim, ia ter direito.

Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a implementação do ensino fundamental e médio...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ...em tempo integral até 2024. Uma meta audaciosa, mas diria que necessária e não impossível.

Nessa mesma direção, nós apresentamos, até aqui, uma PEC que estabelece o ensino fundamental e médio como universal, em tempo integral, como princípio constitucional, sendo um princípio constitucional a partir de então. Vejo essa medida como essencial para mudarmos a difícil realidade, a perversa realidade do nosso País e, de fato, sermos uma Pátria Educadora.

Diante desse fato, quais as ações efetivas que o Ministério tem realizado para que esse desejo do povo brasileiro, e mais do que desejo, essa necessidade de um dia virmos a ser realmente uma Pátria Educadora não fique apenas no papel, como muitos outros programas já ficaram? Não fique apenas nos sonhos, nas esperanças das famílias brasileiras e venha a ser uma realidade do nosso dia a dia, que se torne realmente uma educação de qualidade para as nossas crianças.

O senhor pensa nisso? Existe realmente essa possibilidade de, de fato, termos o ensino integral até 2024 realmente efetivado em todas as escolas brasileiras? Ou isso é mais um sonho, mais uma enganação?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k., Senador Eduardo Amorim.

Vamos passar agora, imediatamente, para a Senadora Marta Suplicy e, por último, depois, ao Senador Hélio José.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Quero cumprimentar o Ministro Renato Janine Ribeiro, por quem nutro profunda admiração. Fiquei feliz com essa nomeação e, ao mesmo tempo, parabenezo-o pela coragem de aceitar, por todas as razões devidas do tipo de Governo, também pela dificuldade orçamentária e a dimensão de uma área em um momento em que vai ser muito difícil conseguir realmente ter um resultado correspondente ao que todos nós aqui desejamos e que o povo brasileiro deseja.

E também cumprimento o Secretário-Executivo Luiz Costa, com quem tive ocasião de trabalhar quando Ministra, várias vezes, em relação à questão da cultura, esporte e educação. Também fico contente por ter escutado do Ministro a importância que dá a toda a questão da cultura ligada à educação.

Bom, estou escutando as perguntas e as respostas há duas horas mais ou menos. Então, várias coisas que eu tinha para perguntar já foram respondidas, mas duas coisas ficam muito fortes para mim, também da experiência no Executivo.

Sem a qualificação do professor, não há como caminhar. Eu lembro, por exemplo, que, nas creches na cidade de São Paulo, nós percebemos – foi uma descoberta para mim, pelo menos – que as professoras não tinham o ensino fundamental. Como é que pode? Aí houve um curso de dois anos na USP. As pessoas que trabalhavam em creche há mais de 10, 15, 20 anos, que eram pessoas dedicadas, puderam fazer esse curso e se qualificar no processo. Quer dizer, algo assim tem que ser pensado, porque, em todas as áreas, a qualificação está muito, muito longe – nem falamos do ideal – do aceitável. Muitas vezes, na periferia – eu posso falar da minha cidade –, ao contrário até do que o Ministro falou, onde até temos ótimos professores, nós contamos nos dedos os professores qualificados. E me parece que isso é o principal. Como vai ensinar se nem tem noção de didática ou, pelo menos, maestria sobre o conteúdo que vai ensinar em todas as instâncias e níveis? Essa é uma pergunta. E se existe algum plano para isso.

Em relação ao salário, eu concordo com o que foi dito. Essa profissão deixou de ser interessante, porque o salário é aviltante. Mas só o salário? Eu tenho certeza de que, se aumentarmos o salário até de forma bem alta ou convincente, se não for feito um processo de carreira, em que os salários aumentam de acordo com o que se produz, com o que se estuda, com os cursos feitos para aprimoramento, etc., não vai adiantar só aumentar o salário. É verdade. O Senador Cristovam está concordando.

Bom, a outra questão vem um pouco do que foi a audiência pública aqui conosco com o Prof. Mangabeira Unger, que sempre traz ideias muito estimulantes, instigantes, muito difíceis de se colocarem em prática rapidamente, mas que colocam posições que nos levam à reflexão. E uma das coisas mais interessantes que

ele colocou foi referente ao currículo. Os currículos são realmente não permissíveis ao aprofundamento. E nem temos docentes com capacitação para dar tantas aulas tão variadas. E nós aqui, no Senado, recebemos sem parar novas possibilidades de currículos. Agora, chegou para eu relatar um currículo sobre paz.

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA SUPPLY (S/Partido – SP) – Acho importantíssima a paz, mas colocar paz no currículo?

V. Exª estava dizendo também da importância de tudo se comunicar, de todas as áreas se comunicarem. Eu concordo. O mundo moderno é isso. Não é mais estanque. Quando é que vamos entrar em currículos que realmente tenham a ver com a modernidade? E isso acarretará a não dispersão dos alunos. Por que o aluno acha uma chatice a escola? Porque não tem a ver com ele, com a realidade dele, não tem nada que o atraia. E nós temos experiência. Quando a escola é boa – e isso tem muito a ver com a diretora também –, que ensina de forma adequada, o aluno não evade. Ele quer ir, porque é algo muito enriquecedor para ele. As pessoas querem aprender.

E também há outra fala do Prof. Mangabeira, que não sei se é possível, mas talvez o seja. Ele sugere também a criação de carreira nacional, uma prova nacional de docente. Seria um desastre quando viessem os resultados, mas teríamos uma base. Acho que seria assustadora a base, mas temos de começar a fazer tudo isso de algum lugar.

Também gostaria de falar sobre o Fies, sobre o qual V. Exª colocou várias coisas. O Fies é um grande programa, porque nós precisamos de qualificação dessa juventude que está numa classe que não tem acesso. É excelente.

Agora, eu pergunto: o que é que aconteceu? É contingenciamento, que o Fies foi cortado, ou é simplesmente porque não teve fiscalização? Eu acredito que são as duas coisas, mas fiscalização é mais sério, porque a fiscalização tem um rombo “desse tamanho” agora.

Qual é o processo de fiscalização que V. Exª vai implementar para pagar isso que está aí e fiscalizar para que isso não ocorra novamente? Porque as medidas que eu vi, a não ser que eu tenha perdido uma parte da explicação, foram de fazer alguns cortes para dificultar a entrada.

V. Exª falou “não, o nível de corte não é 380, é mais, tal”. Para quem está de fora, não está dentro do Ministério, nós comentávamos aqui: “Bom, mas, então, ficou meio nublado”. Pareceu uma dificuldade para o aluno entrar, sendo que eu acho mais interessante um incremento na fiscalização das universidades, que, muitas vezes, põem aluno para dentro para ter mais recursos.

A outra questão é sobre o Pronatec. Pronatec, assim como o Fies, é um grande programa. Eu fui Relatora do Pronatec aqui no Senado – 2001 ou 2002, não lembro, 2012, 2013... –, mas é um grande programa que foi colocado por V. Exª como um programa estruturante e que não haveria corte em programa estruturante, mas há corte, sim. Por exemplo, de acordo com os dados levantados pela mídia especializada, até o fim de maio, o montante aplicado no programa em todo o País foi de R\$208 milhões, valor que representa apenas 7,4% do que foi gasto ao longo de 2014, quando o Governo investiu R\$2,8 bilhões, e a média mensal nesse ano está em R\$41 milhões, contra R\$233 milhões registrados no ano das eleições.

Então, nós vemos que é um programa importante, que o Ministério disse, através de V. Exª, ser estruturante, em que não ia ter corte, e já está com um problema bastante grande.

A outra questão é sobre uma das metas do PNDE, que diz respeito à educação em tempo integral, que deverá estar presente em 50% das escolas. Acho que o Senador Caiado se remeteu um pouco a isso no meio da sua fala, e tem que atingir 25% das matrículas de educação básica até 2024. A articulação intersetorial com as áreas de cultura e esporte é um dos pré-requisitos para a consecução dessa meta na medida em que a escola de tempo integral pressupõe o desenvolvimento de atividade cultural e esportiva de modo integrado à proposta pedagógica da escola. Eu queria saber como vem avançando o diálogo intersetorial do MEC com o Ministério da Cultura e o do Esporte.

No Ministério da Cultura eu já soube que o CEU das Artes está parado. Ele era uma possibilidade. Não foi feito para ter conexão com a escola, mas pode, de alguma forma, quando não há condição de se fazer uma escola que tenha campos de esporte ou centros culturais importantes junto com a escola, pode-se ter uma forma de se relacionar com os centros esportivos e com os centros culturais da região para criar exatamente essa proposta. Quero saber se existe algum plano para começar a mapear isso, pelo menos nas cidades onde tem, porque eu sei que muitas cidades não têm nada assim que se possa chamar de um centro cultural, mas, geralmente, quase todas têm um pequeno local onde isso possa ser incrementado e como fomentar a interação entre essas Pastas, o que eu considero bastante importante.

Ainda, o Senado tem discutido um projeto do Senador Cristovam, que aí é mais uma curiosidade minha: é o Projeto de Lei nº 168, de 2012, que diz que o estudante de escola pública deve dar uma retribuição, fazendo estágios, uma contrapartida. Eu queria saber sua opinião sobre isso.

E a outra pergunta eu não faria se o senhor não fosse filósofo...

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – ... e não fosse de São Paulo. É sobre a questão sobre a qual há uma grande polêmica na PUC de São Paulo, sobre a criação da cátedra Foucault. A universidade rejeitou criar a cátedra Foucault, a universidade tem uma tradição de estudo de Foucault, tem o seu acervo; é a única universidade fora da França que tem documentos.

E isso é uma questão que nos faz pensar se o Estado é laico, se a universidade, principalmente numa área de Filosofia, em que se estuda tudo, como é que se vai proibir, como se vai rejeitar uma cátedra que permite maior visibilidade, permite fazer pesquisa? É uma cátedra extremamente importante, e a universidade tomou essa posição.

Mas eu queria saber a opinião. O Ministério, aparentemente, não tem a ver com isso, mas tem, porque ele financia a PUC em algumas áreas e pesquisas, e a universidade não se está portando de uma forma que nós consideramos republicana. E a sua opinião pessoal também sobre o assunto, o senhor que é filósofo.

Saia justa, Ministro! *Sorry!*

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O Senador Hélio José é o último inscrito.

E, enquanto o Senador se prepara para usar da palavra, nós queremos registrar, com muita satisfação, a presença da nova presidente da UNE, a estudante Carina Vitral, e saudar, inclusive, pelo congresso realizado recentemente em Goiânia. Não foi isso, Carina? *(Pausa.)*

Sem dúvida, o congresso da UNE é sempre muito importante para reafirmar o compromisso com a luta em defesa da educação pública. É um prazer tê-la aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É estudante da PUC de São Paulo, bolsista. O congresso é que foi realizado na terra do Senador Caiado, em Goiânia.

Mas, certamente, Carina, vamos continuar com muita parceria: a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado com a UNE e as demais entidades nessa luta tão nobre em defesa da educação pública.

Agora, vamos passar a palavra ao Senador Hélio José e, depois, vamos para as considerações finais do Ministro e também para responder as indagações dos Senadores, claro.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senadora Fátima Bezerra, obrigado pela condução dos trabalhos.

Cumprimento o Ministro Renato Janine Ribeiro, o Secretário Executivo Luiz Cláudio Costa e a Carina, nossa presidente da UNE, com mandato. Que Deus a ajude! Conte conosco aqui nesta Casa.

Sou servidor público federal, concursado, e acho que temos de valorizar os servidores públicos da melhor forma possível, porque são os servidores públicos exatamente que fazem a interface entre o público e o privado, entre o Estado e as pessoas que utilizam as questões estatais. E é preciso que o servidor público esteja bem reconhecido, bem remunerado, bem valorizado, para bem representar o Estado. O servidor público – gosto de falar assim – não é para dar lucro nem prejuízo. O servidor público é para atuar de forma adequada, para que o Estado possa fazer as suas políticas públicas para atender a população.

Antes de falar sobre um assunto importante de que eu quero tratar – já até falei com Mangabeira Unger –, quero falar sobre o Fies.

Como fica, Ministro, a questão das pessoas que já estavam no programa, que são pessoas de fato carentes? Vários estão entrando na Justiça, vai haver muitas demandas. Tudo bem se tivessem dificultado a entrada ou se não entrasse ninguém até que esses que já estavam dentro concluíssem, porque não havia orçamento. Isso seria uma coisa, mas o jogo já estava andando. E o jogo já estava andando para esse time que ficou de fora e que não conseguiu renovar a matrícula, e são pessoas que necessitam do programa.

A Justiça vai aprovar isso com o tempo. Alguns estão parando os cursos porque não têm como pagar. Então, nós precisávamos ver uma saída para essas pessoas que ficaram excluídas do programa. Nós já fizemos um investimento, o Governo já fez um investimento quando financiou parte dos anos dessas pessoas no Fies. Como é que agora vai cortar no meio? Eu queria verificar isso.

E queria elogiar o Fies, que é importante; o Pronatec também é muito importante. Inclusive a minha filha fez o Pronatec na área de culinária, porque ela queria fazer confeitaria. Eu acho que é um programa de alto alcance social. Ela é universitária, faz curso de Engenharia Florestal, mas fez o Pronatec em outro horário e gostou muito. Sou testemunha da importância desse programa.

O Programa Pátria Educadora tem um grande alcance social, sem dúvida, se for executado na sua proposta, mas concordo que as coisas não são fáceis e que precisamos resolver primeiro a questão do plano de cargos e salários, para valorização da carreira.

Eu queria, Ministro, saber do senhor – estou até pedindo a minha assessoria – sobre o pedido para uma reunião, que deve estar lá. Espero que aconteça o mais rápido possível, pois já pedi faz uma data, mas compreendo que houve a troca de ministro. Eu preciso conversar com V. Ex^a e com V. S^a, Luiz Cláudio, porque precisamos discutir um assunto importante, que é a nova matriz energética.

Em Brasília, peguei todos os recursos que tinha e fiz o meu projeto, colocando para autossuficiência energética 17 escolas do Distrito Federal, porque sou Senador por Brasília, e 3 hospitais, exatamente para que desse como exemplo a utilização da energia solar fotovoltaica, tornando autossuficiente e usando energia limpa.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu gostaria de discutir com V. Ex^a, Sr. Ministro, pois já conversei com o Ministro das Minas e Energia e com outros ministros – aqui no Congresso, tenho apresentado uma série de projetos nessa linha – se poderíamos fazer uma espécie de um convênio ou uma parceria, para que escolas, nos 27 Estados brasileiros, tivessem essa questão. Todo mundo sabe a dificuldade por que passam as escolas, principalmente do Nordeste brasileiro, para pagar a conta de luz. E há um espaço significativo, com sol o tempo inteiro. Além de fazer o fotovoltaico para tornar autossuficiente, poderíamos até alimentar a rede e atender mais algumas pessoas.

Então, gostaria de ver como V. Ex^a, Sr. Ministro Renato Janine, vê essa questão, gostaria de marcar uma reunião lá, para discutirmos essa situação com os técnicos, *in loco*, para ver como encaminharemos isso. Eu estava esperando por esta oportunidade. Com o Ministro do Desenvolvimento Social, também quero discutir outros assuntos e áreas importantes.

Para finalizar, o programa de creche, de altíssimo alcance social. As pessoas estão muito apreensivas. Principalmente aqui no Distrito Federal, nas periferias, onde as pessoas pobres não têm como deixar seus filhos, a creche é muito importante. Queria saber como está este programa, como estão os investimentos previstos e se será possível executar aquilo que os Estados já haviam programado.

Fico por aqui, colocando que não estive presente durante toda a audiência, porque estive no Palácio do Planalto, como presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura que sou. Hoje, a nossa Presidente Dilma lançou um grande programa de infraestrutura nacional, Programa de Investimento em Logística. Fui um dos primeiros a marcar presença aqui, mas tive que me retirar por causa disso. E quero dizer que temos de aproveitar muito esta oportunidade, de V. Ex^a que é filósofo, uma pessoa do meio, ajudar o Brasil a apostar naquilo que é essencial para um país em desenvolvimento e realmente chegar aonde tem de chegar, que é a educação.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigado, Senador Hélio José, que tem sido um Senador sempre presente na nossa Comissão.

Ministro, antes de passar a palavra para V. Ex^a responder as indagações dos Senadores e Senadoras e fazer suas considerações finais, quero passar para V. Ex^a e para sua assessoria as perguntas que chegaram, porque nossa audiência pública é interativa. E hoje bateu recorde de audiência: foram mais de cem perguntas.

O SR. RENATO JANINE (*Fora do microfone.*) – Muito bom.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Muito bom isso.

Para conhecimento dos Senadores e Senadoras, a maioria das perguntas foram muito direcionadas para o Pronatec. Por exemplo, em relação ao Pronatec, a Meta 11 do PNE, como o Governo planeja triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos próximos anos; ou seja, perguntas muito voltadas para a garantia de manutenção do programa, da continuidade do programa e a ampliação das vagas.

Também muitas perguntas voltadas para a questão do Fies, as novas regras para o Fies, enfim, essas mudanças, modificações pelas quais está passando o Fies; perguntas voltadas para a questão da educação de tempo integral; perguntas também no que diz respeito à expansão dos cursos de Medicina. Enfim, Ministro, vamos passar aqui às mãos de V. Ex^a e de sua assessoria.

Por fim, Ministro, como eu tinha dito no início da reunião, Senador Randolfe, até na condição aqui, agora, de Presidente dos trabalhos, reforço o que eu tinha falado. Ao final desta reunião, nós gostaríamos, não em meu nome apenas, mas em nome de toda a Comissão, de reforçar o apelo junto ao Ministro, confiando inclu-

sive na capacidade que ele tem, da sua formação, da sua tradição democrática. Portanto, confiando nessa sua capacidade e no seu compromisso, em nome da Comissão, neste momento, Ministro, nós queríamos reforçar aqui o apelo no que diz respeito à greve dos servidores técnicos e dos professores.

Desde o dia 28 de maio, professores e funcionários técnicos de várias universidades e instituições federais de nível superior estão em greve. Nós temos hoje aqui exatamente a Fasubra. Segundo as informações, o movimento já atinge 56 institutos federais, universidades.

Nós tínhamos greve hoje também nas instituições estaduais. Por exemplo, no meu Estado, a universidade estadual também. Na Bahia, também, os professores estaduais e servidores estão em greve. No meu Estado, também, os professores e servidores da universidade estadual, a Uern, estão em greve.

É claro que todos nós aqui temos o sentimento claro da justeza dessa luta, das suas reivindicações, que vão desde o aperfeiçoamento dos planos de carreira, a correção do enquadramento de aposentados, a adequação dos cargos tendo em vista a valorização e a evolução tecnológica, o reajuste dos benefícios e democratização das instituições no que diz respeito à escolha dos seus dirigentes.

E quero ainda acrescentar aqui, Ministro, um dado. Eu tive a alegria de, dez anos atrás, no início, no meu primeiro mandato de Deputada Federal, ter sido a Relatora do Plano de Cargos, Carreira e Salário dos servidores técnicos administrativos das instituições federais de ensino superior, luta essa que foi coordenada pela Fasubra. E é evidente que hoje todos nós temos de reconhecer que, passados dez anos, Senador Randolfe, há uma necessidade clara de fazer a adequação aos benefícios e às conquistas obtidas naquele momento com o Plano de Cargos e Salários.

Quero também ainda destacar, Ministro, que para além das reivindicações aqui, do ponto de vista de valorização salarial, de formação, que são extremamente justas, é importante aqui destacar que tanto a Fasubra, como o Andes, como a Proifes, Senadora Lídice, reafirmam, antes de mais nada, o compromisso com a defesa da educação pública, da universidade pública.

Portanto, neste momento, temos aqui de destacar que há um movimento legítimo dos funcionários, dos professores e servidores por mais financiamento para a educação. Legitimamente, os professores e servidores, neste momento, inclusive, protestam contra os cortes que o Governo promoveu no que diz respeito à questão da educação diante exatamente do ajuste.

Então, o que se quer, Ministro, é que esses cortes não só não afetem o funcionamento das universidades, mas também não afetem o funcionamento das escolas em todo o País. O que se quer é exatamente um olhar diferenciado para a educação. Em que pese aqui respeitarmos as posições, nós reconhecemos os avanços e conquistas que houve nessa última década.

Então, enfim, é isso. Eu peço aqui a anuência de toda a Comissão, para que nós formalizemos, agora, Senador Caiado, ao Ministro exatamente isso.

Em nome da Comissão, fica aqui o apelo dos Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado, para que o Ministro possa sentar, o quanto antes, com as entidades, e que possamos, enfim, através do diálogo, avançar e superar exatamente o momento ora vivido, que é o momento da greve.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Concordo com a Presidente e quero dizer da sorte do Sr. Ministro de V. Ex^a não estar na oposição; senão, seria uma dura tarefa para ele explicar aqui hoje. *(Risos.)*

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Caiado, é questão de coerência. Exatamente por reconhecermos os avanços e as conquistas que houve, ao longo desses 12 anos, e não foram poucas... Eu, inclusive, acabei de dizer aqui que tive a alegria de, há dez anos, ter sido a relatora do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Senadora Marta. Então, estamos aqui agora coerentemente.

Faço isso, inclusive, de maneira institucional, não apenas em meu nome, mas aqui em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Que o Ministro, claro, com a capacidade que ele tem, repito, com todo o seu compromisso, com toda a sua formação, possa exatamente tomar a frente nesse processo negocial, Ministro, e, através do diálogo, buscarmos as saídas.

O SR. RENATO JANINE – A senhora não vai me entregar o documento?

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vou entregar o documento a V. Ex^a. *(Pausa.)*

O SR. RENATO JANINE – Então, está bom. Vou começar. Muito obrigado, Senadora.

São várias questões. Vou começar pela última que a Senadora Presidente em exercício da Comissão colocou. Desde a nossa posse, recebemos os dirigentes da Fasubra, do Andes e da Proifes. No caso do Andes, foram recebidos pelo Ministro em exercício, Luiz Cláudio Costa, porque eu estava na Coreia, nessa agenda que acontece uma vez a cada 15 anos e que é fundamental. Em todas as ocasiões, nós recebemos, dialogamos.

Depois, já foi dito, de início, que havia data marcada de greve. Quer dizer, antes de esgotados os procedimentos de negociação, já estava anunciada e prevista uma greve. Mesmo assim, nos manifestamos inúmeras vezes, inclusive depois de deflagrada a greve que atualmente afeta 56 universidades no plano dos servidores e 19 no do dos docentes, das 64 universidades federais. Nós deixamos claro que os receberíamos quando desajassem. Não foi agendada, não foi solicitada reunião de negociação.

Então, eu fico muito contente, Senadora, que a intenção dos movimentos seja agendar essa negociação. Teremos o maior prazer e satisfação em responder, porque entendemos que se trata de parceiros na causa pela educação. Então, isso é muito importante.

Devo acrescentar que, ainda que a discussão hoje tenha sido por vezes dura, as questões tenham sido duras, na educação, nós temos uma convergência grande de metas, de finalidades. Nós temos dois pontos positivos na educação hoje. Um primeiro ponto, eu reitero uma questão que eu levantei anteriormente, até porque o Senador Hélio José esteve nessa pauta importante, com a Presidenta da República, que é o fato de termos uma descrição dos fatos razoavelmente consensual. No caso da educação, sabemos, razoavelmente bem, onde estão os problemas de aprendizado, os problemas de dificuldade no ensino, na formação. Tudo isso é muito bom.

Quisera eu ter tido uma formação melhor, Senadora Marta, caso eu tivesse aprendido com V. Ex^a, em 2000, quando me convidou para fazer parte da sua equipe. Teria provavelmente mais conhecimento disso tudo. Mas, de qualquer forma, o que eu acho que o Brasil conseguiu construir, nesses 20 anos, foi um conjunto de referenciais que permite que nós saibamos, tenhamos convergência quanto ao termômetro,

Podemos ter divergência quanto às prescrições a fazer, mas sabemos muito onde estão os problemas. E os problemas são de várias naturezas. Talvez o problema mais grave hoje seja o da qualidade do ensino, como nós garantimos uma melhora na qualidade do ensino de ponta a ponta. Esse é o grande problema.

Agora, em várias críticas que eu ouvi a políticas do Governo, especialmente de um ano para cá, o ponto constante para o qual eu desejaria chamar a atenção de todos os presentes é que essas críticas são fruto justamente do fato de que o Brasil, 12 anos atrás, abriu, rompeu as represas que impediam a afirmação de reivindicações básicas, elementares, que dizem respeito à dignidade do ser humano.

Desde que começamos a ter uma política consistente de inclusão social, aumentou o número de demandas, e as ações de Governo no MEC – como em outros ministérios, mas focarei no Ministério da Educação – foram focadas no conjunto de ações que podem, então, prosperar nessa direção.

Então, expandir o ensino universitário ao mesmo tempo em que este ensino vem junto com bolsa de permanência, com política de cotas, com garantia de acesso dos historicamente discriminados e com apoio para que eles permaneçam no ensino, isto é algo que marcou, desde o começo, a política dos últimos governos. E que é um diferencial. Eu tenho extraordinário orgulho da minha universidade, mas a Universidade da São Paulo, quando fez a expansão, não teve a mesma atenção à permanência, ao acesso diferenciado. Ainda hoje, é uma universidade que tem uma certa relutância quanto a certos tipos de cotas.

Então, vejo um tipo de atuação que abriu demandas. E isso acontece, é constatado pelos historiadores desde a Revolução Francesa: quando se começa um processo de democratização intenso, esse processo faz com que muitas reivindicações que ainda estavam caladas, que as pessoas não colocavam porque simplesmente não tinham o direito de sonhar, não tinham o direito de ter direitos – como diz um grande pensador, Norberto Bobbio – , quando não havia isto, estas pessoas ficavam caladas e não davam nenhum passo. Hoje tudo isso foi trazido à tona.

Estamos, então, evidentemente em um momento difícil, em que várias dessas iniciativas estão sendo reescaladas. Nesse sentido, diante de todo o clamor que eu vi das mais várias ordens em termos de mais recursos no MEC para tal ou qual ação, desde para completar o salário dos professores – do piso – , reivindicações salariais, projetos, mais vagas de Pronatec, de Fies, tudo isso, o que eu posso dizer é que no momento isso está difícil, mas o próprio fato de essas reivindicações existirem e crescerem, mostra o mérito das ações encetadas desde 13 anos atrás.

Então, isso está em uma continuidade. Neste momento temos que rever muitas coisas. Vou tomar alguns exemplos, porque, nesse terceiro bloco, foram muitos Senadores e Senadoras que falaram. Então, não posso responder a todas as questões.

Por exemplo a questão das creches, Senadora Ângela. A questão das creches e da formação dos professores, como também a Senadora Marta levantou. Como se V. Ex^a tivesse levantado a questão e a Senadora Marta tivesse dado uma resposta. Então, nós temos que formar professores para creches. Esse curso de dois anos que a USP ministrou pode ser, em muitos casos, uma solução. Em Roraima, evidentemente, é uma questão diferente, porque existe o problema das distâncias. Em que medida a formação a distância é efetiva ou não para a formação de quem vai trabalhar na creche? Essa é uma questão importante. Mas, veja, o direito a ter cre-

che. Isso é extremamente decisivo. Não é algo em que possamos pensar em todos, todos os casos. O Secretário Binho Marques, que foi Governador do Acre, observou que muitas vezes, justamente na Amazônia – embora pensando em um Estado bastante distante, quilometricamente falando, no nosso hemisfério norte, que está em Roraima e no Amapá, e nos quais eu me orgulho, como diretor da Capes, ter participado da instalação dos primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* em ambos Estados – , na nossa Amazônia, a questão da creche nem sempre tem o mesmo sentido do que em Estados muito mais urbanizados. Quer dizer, indicadores no Acre que mostravam poucas crianças na creche, às vezes, descuidavam do fato de que a forma de educação pode ser diferente dependendo da região, dependendo, inclusive, da relação com a natureza. Mas este ponto que V. Ex^a levantou, da formação das creches, é muito importante.

Da mesma forma, devo fazer um esclarecimento ao Senador Randolfe, embora me pareça que ele já tenha saído. A denúncia do Luis Nassif sobre abuso no Fies, da instituição Uniesp, essa denúncia está sendo apurada por uma comissão conjunta do MEC e do Ministério da Justiça, e já levou à suspensão dessa instituição do quadro do Fies.

Na mesma direção, Senadora Marta, na questão do Fies, nós não estamos fazendo um corte por causa de falhas, deficiências, etc. Nós estamos com menos recursos. Esse é um fato, é a realidade.

Como a senhora mesma observou, a atividade econômica reduziu-se, e isso reduz o Orçamento. Em função disso, o que podemos fazer? Administrar essa situação, que não é de nossa escolha, com o máximo de critério possível.

Então, os cuidados de priorizar as áreas de desenvolvimento prioritárias para o País, as regiões geográficas prioritárias para o Brasil e os cursos nota quatro e cinco, formam um conjunto que procura fazer com que esse dinheiro seja o mais bem aplicado possível, e que, para os alunos que necessitam mais da inclusão, seja oferecido o melhor.

Então, quando nós, este ano, conseguimos fornecer 50 mil vagas de cursos cinco, em vez de 20 mil, que seria um percentual histórico em curso cinco, nós garantimos que 30 mil alunos que recorreram ao Fies pudessem ter cursos melhores do que teriam sem esses critérios.

Esse conjunto de critérios estamos querendo. E esses critérios, de qualquer forma, se estão sendo implantados em um ano mais difícil economicamente, eles teriam de ser implantados de alguma forma, porque se trata do melhor uso possível dos recursos públicos.

A questão, eu agradeço muito a todos, como à Senadora Lídice da Mata, que defendeu que haja mais verbas para a educação. Penso que realmente só podemos ficar contentes com essa convergência de representantes eleitos pelo povo brasileiro, das mais diferentes posições, como o Senador Wilder. O nome de V. Ex^a se pronuncia com o som de V ou som de U?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Wilder, com som de U.

O SR. RENATO JANINE – O Senador Wilder também enfatizou esse ponto. Muito bom. Queria esclarecer, somente responder, na verdade, à Senadora Lídice da Mata que nós não temos o condão de prorrogar o prazo, uma vez que o prazo está em lei, para os planos municipais e estaduais de educação.

Nós temos um mapa que nos indica que, embora, por enquanto, apenas três Estados – dado de sexta-feira, não sei se mudou de lá para cá – tenham sancionado seus planos estaduais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Maranhão, nós temos 20 que já estão e que devem cumprir o prazo. Temos sete que têm o documento básico; vão atrasar. Dos Municípios, nós temos 63% avançados, temos 24% com documentos de base prontos e 16% em atraso.

Não cabe ao MEC prorrogar o prazo, que está em lei. Porém, não pretende o MEC tomar nenhuma medida contra esses Municípios e Estados, pelas simples razão de que o que importa nisso tudo é a discussão, Senadora. Importa, então, que esses programas sejam o mais bem construídos, se for possível, de modo que eles emanem, efetivamente, uma discussão na sociedade sobre todas essas questões.

O Senador Caiado também fez críticas severas, que nós consideramos respeitáveis. Eu desejava esclarecer um ponto, ou dois, principalmente, que o MEC, sim, foi ao Palácio para discutir os cortes no Orçamento do MEC. É muito difícil isso; não é uma experiência que eu deseje para as pessoas em geral, sobretudo quando se está entrando em um cargo.

Mas, de qualquer forma, o que isso permite? Que o corte tenha mais critérios do que se fosse feito linearmente, tanto que expusemos a prioridade de que se coloque em funcionamento o ensino superior e a educação básica.

Nessa questão toda, nós fomos capazes, Senador, de ter mais de um milhão de vagas de Pronatec para este ano. Anunciaremos o número exato. E, sobre os cursos de Pronatec mais curtos, mais breves, que foram criticados porque não fariam, efetivamente, uma formação, eu gostaria de me socorrer do que disse o Sena-

dor Hélio José, dizendo que a filha dele fez um curso de formação mais curto, mas um curso em culinária, e o Senador parece estar muito satisfeito com a formação da filha.

Então, temos diferentes níveis de formação, um curso de 160 horas, pode, sim, se for um curso de qualidade, representar uma diferença, embora, obviamente, seja nosso interesse expandir ao máximo.

Ao Senador Hélio José, também queria dizer que a ideia da energia sustentável, não agressiva, limpa, diz muito ao nosso coração. A primeira medida que eu adotei foi uma portaria demandando uma redução de gastos, especialmente em eletricidade, ar-condicionado, impressão de papeis.

E queria, também, tranquilizar quanto aos alunos que já estão no Fies. Reiteradas vezes temos insistido que todos os contratos existentes serão renovados, tanto que, por questões burocráticas, questões às vezes de tramitação, por causa da origem da própria instituição de ensino superior em que eles estudam e que retardaram a tramitação dos pedidos, tudo vai ser honrado. Ninguém que estava no sistema vai ficar fora. É uma decisão do MEC desde o começo, reiterada pelo Supremo Tribunal Federal quando julgou uma ação em que um partido pedia fossem abertas novas vagas, e o Supremo nos deu razão, porque já não tínhamos recurso orçamentário.

Quero reiterar que, diferentemente de um pequeno detalhe que saiu equivocado nos jornais de hoje: que o Ministério tinha dito que não havia mais verba, e agora reabre. Não é isso. Nós não reabrimos; nós abrimos uma nova chamada. É diferente.

Todos os anos tem havido Fies no primeiro e no segundo semestre. No primeiro semestre, esgotaram-se os recursos orçamentários previstos. Não garantimos, não prometemos que haveria uma chamada no segundo semestre, porque não sabíamos se teríamos recursos. Negociamos, negociamos, discutimos, e, devidamente autorizados pela Casa Civil, o MEC devidamente autorizado, o MEC anunciou, então, a abertura. O número de vagas será anunciado nos próximos dias, mas não é, então, uma reabertura, não é uma volta atrás da decisão anterior, porque se trata de outros recursos para uma outra chamada; não se trata mais do Fies para o primeiro semestre, mas do Fies para o segundo.

E sabemos que atendemos a uma reivindicação dos estudantes. Carina, presidente da UNE, acho que não estava quando comecei, quando fiz a minha fala original e a cumprimentei, então, em *in absentia*, a distância pela eleição. Agora, faço questão de cumprimentá-la na presença, e dizer que contamos também com a UNE como a grande parceira na luta, uma entidade que tem uma forte história, constante, uma entidade que sempre defendeu os estudantes e defendeu fortemente a democracia no período mais duro de nossa história recente, que foi a ditadura de 64 a 85.

A Senadora Marta também...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Ministro, só como sugestão, se é que posso fazê-lo: o Ministro Levy acaba de dar conhecimento agora na UOL que não vai faltar dinheiro para as privatizações de portos, aeroportos e também das rodovias.

Como tal, poderia pelo menos destinar uma parcela desse dinheiro...

O SR. RENATO JANINE – Poderia ir pra educação, pro Fies – estava comentando isso com a Senadora Marta, aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...para V. Exª poder atender, aqui. Acabo de ler a notícia, Srª. Presidente. Acabo de ler a notícia que ele está dizendo que não vai ter problema financeiro pra bancar as privatizações, e, como tal, acho que nada mais justo do que ir esses 178 mil jovens que estão nessa situação.

O SR. RENATO JANINE – Para o Fies, para o Pronatec.

Eu agradeço ao Senador Caiado, e faltava uma resposta a V. Exª. No ano de 2014, de fato, foi canalizado mais dinheiro ao Fies do que no PLOA 2015, no Projeto de Lei Orçamentária. Contudo, comparado os dois PLOAs, não é exatamente isso. O que houve no ano passado é que, depois, foram liberados créditos adicionais. Então, não é que um PLOA tenha sido menos audacioso que o outro. Comparando os dois projetos de lei, é isso.

De resto, suas críticas foram todas escutadas, são respeitadas, e a Senadora Marta... O Senador Eduardo Amorim levantou entre as suas questões: o que o MEC fará para valorizar o professor? Se o ensino integral até 2024 em toda escola será feito? Será um sonho ou uma enganação?

Senador, penso que, talvez, devamos insistir que o PNE não é um projeto do Governo Federal que imponha obrigações para o Governo Federal estritamente; é um projeto da Nação. É uma lei, é um plano nacional, que impõe obrigações pra todos.

Em alguns momentos pareceu que a demanda é de que o Governo da União financie toda a educação, resolva toda a educação brasileira. Isso não está na Constituição. Isso não está na tradição brasileira. Então, nós temos que chamar ao compromisso todos os atores da educação, todos os atores dos governos e também os atores privados, os atores do terceiro setor, todos os outros atores.

O sonho é de todos nós. A incumbência de transformar isso em realidade também é de todos nós.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Desculpe, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – É que eu fiz duas perguntas. Uma ele respondeu: de fato, o sonho é de todos nós, mas quem comanda, quem está na linha de frente é o Executivo, é o Ministério da Educação.

E a segunda pergunta é sobre essa coisa do piso. Vai ficar assim mesmo? Os Municípios reclamam que não têm como pagar; os Estados também, como no meu Estado, o Governador disse que é uma brincadeira lá.

Então, o Ministério não vai fazer nada? Não vai buscar o diálogo? Qual o encaminhamento para isso?

O SR. RENATO JANINE – Senador, eu volto à posição do MEC. Nós estamos constituindo uma comissão para acompanhamento de piso nacional. O piso nacional tem muitos problemas, porque, por exemplo, há Estados que começam com um piso baixo e depois abrem uma promoção muito alta. Esses Estados estão com dificuldades, dado que eles permitem... Porque, vamos dizer, o concurso, a entrada na carreira não é convidativa. A continuidade na carreira torna-se convidativa depois de um certo tempo. Essa é uma opção. Os Estados que assim decidiram no passado estão com dificuldade de cumprir o piso. Há outros em que o piso está mais próximo do teto: a pessoa tem mais... Quer dizer, para usar os termos que foram utilizados várias vezes pelo Senador Anastasia, está mais atrativa a carreira, uma vez que o piso é maior.

Tudo isso tem que ser discutido. A questão não é simplesmente a de quem paga, não é simplesmente como geramos recurso para pagar; a questão é como nós concebemos a carreira, como podem ser concebidas as carreiras que os Estados e Municípios têm e que, historicamente, foram feitas de maneiras muito diferentes entre si.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O Ministério está propondo criar uma comissão para analisar isso em todo o País, em todos os Estados e Municípios, para abrir esse diálogo? É isso?

O SR. RENATO JANINE – Isso está no espírito do Plano Nacional de Educação. A construção disso tudo tem que passar justamente pela negociação, pela discussão e pelo aprofundamento de métodos.

Vejam uma coisa: quer dizer, nós discutimos muito e não discutimos nada de métodos pedagógicos, que são também extremamente importantes e que, obviamente não estão no PNE, porque isso tudo vai ser discutido na prática. E essa é uma discussão em que o MEC tem também um protagonismo muito grande. Nós temos que discutir no Brasil inteiro de que maneira educar.

O que a Senadora Regina, que já saiu, levantou sobre alfabetização, é crucial. Como vamos alfabetizar? Quais são experiências bem sucedidas? Como vamos fazer isso?

Então, a questão não é só uma questão financeira, Senador. Ela envolve muito... Por isso, eu tenho insistido que não é uma questão somente de conseguir verbas; é de usá-las bem. Nós temos que melhorar muito o uso. O gasto melhor do dinheiro público é um dinheiro de todos nós.

Senadora Marta, a senhora levantou no final a questão da PUC de São Paulo. Essa é uma questão delicada, porque a PUC de São Paulo, como todas as universidades, tem autonomia. A Universidade Federal de Santa Maria tem autonomia; ela tomou uma posição que o MEC não aprova; o MEC colocou uma nota de esclarecimento sobre não aceitar esse tipo de discriminação, no caso, por nacionalidade. A Senadora Ana Amélia, que é do Rio Grande do Sul, elogiou, apreciou a nota do MEC. Mas nós não entrevistamos, nós não temos intervenção na Universidade Federal de Santa Maria, muito embora ela tenha o MEC como mantenedor, mas há autonomia universitária. Da mesma forma, a PUC de São Paulo.

Creio que muitos sabem, V. Exª sabe o quanto eu devo ao pensamento de Michel Foucault. Eu assisti, durante três anos, tempo em que estava na França, nos anos 70, aos cursos do Michel Foucault. É um dos grandes pensadores do século XX.

Agora, não me parece que esteja nas incumbências do MEC dizer às instituições o que elas devem fazer ou deixar de fazer, até porque os recursos com os quais a PUC é financiada pela sociedade brasileira, pelo MEC e por outros, muitos outros, provavelmente outros agentes da sociedade brasileira, eles são concedidos em função de outros fatores. Quer dizer, certamente a PUC, que tem uma pós-graduação qualificada, tem recursos em função de ter uma pós-graduação qualificada, e tem bolsas para isso. Agora, evidentemente, a discussão sobre a medida da PUC é uma discussão aberta, que a sociedade está assumindo. Está discutindo muito tudo isso, e penso que o gestor universitário deve ser muito atento à opinião pública, não só externa, mas interna, à própria academia. Então, não cabe uma posição de governo no caso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ministro, eu quero só um complemento rápido com relação à indagação do Senador Eduardo Amorim, só para reforçar que a comissão para tratar exatamente da questão da Meta 17 e 18, ou seja, do piso salarial, que é formada pelo MEC, Consed e pela Undime, não é isso, Prof. Luiz Cláudio?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Na verdade é uma estratégia já do próprio Plano Nacional de Educação; já é em cumprimento ao PNE, inclusive o fórum.

Mas nós queremos, enfim, agradecer ao Ministro Renato Janine, estender também a nossa saudação a toda a equipe que forma o Ministério da Educação, e dizer que, sem dúvida alguma, esperamos tê-lo aqui em outras ocasiões, Ministro.

Reafirmo aqui o nosso compromisso como Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado – não é, Senador Cristovam? –, de firmar as parcerias necessárias para promovermos a agenda da educação no nosso País, tendo como lema exatamente o novo Plano Nacional de Educação, que vem na direção de realizar o sonho que todos nós acalentamos no peito, que é de termos o Brasil como uma verdadeira Pátria Educadora. E uma Pátria Educadora é claro que passa pelas crianças tendo acesso a escola, e a escola de boa qualidade, os professores bem remunerados, bem formados, com boas condições de trabalho.

Mas, enfim, agradecer e desde já, Ministro, convidá-lo para, no dia 8 de julho, comparecer à audiência pública que faremos aqui nesta Comissão exatamente para celebrar, presidente da UNE, o primeiro ano de sanção do Plano Nacional da Educação. Então, no dia 8 de julho, esperamos contar com V. Exª aqui e com as demais entidades para a gente celebrar o primeiro ano de vigência do novo Plano Nacional de Educação e fazer exatamente um balanço à luz dos compromissos e dos desafios que trazem o próprio Plano Nacional de Educação.

E vamos sugerir ao comando das entidades que formalizem o pedido de audiência ao Ministro Renato Janine; falo no que diz respeito à questão da greve dos servidores.

Está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 35 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Douglas Cintra, Aloysio Nunes Ferreira e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. Passa-se à **PAUTA**. O Senhor Senador Otto Alencar passa a presidência ao Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira, para relatar o item 1. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2015 – Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor NEY MARANHÃO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. O Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira devolve a presidência ao Senhor Senador Otto Alencar. Não havendo quórum para deliberação, ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às nove horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado. A ata será publicada no *Diário Oficial*.

Para que eu possa relatar, peço ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que assuma aqui a Presidência. (Pausa.)

Aprovado. A ata será publicada no *Diário Oficial*.

Para que eu possa relatar, peço ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com muita honra, Presidente, assumo esta interinidade, gratificante para mim, para que V. Ex^a, então, possa relatar o Item 1 da nossa pauta de hoje.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor NEY MARANHÃO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado

Observações:

-Será apresentado o relatório do Senador Otto Alencar e concedida vista coletiva conforme art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, a Comissão de Meio Ambiente é que se sente prestigiada por ser presidida por V. Ex^a, essa voz prestigiosa da oposição aqui no Senado, que tem colaborado tanto com o seu Estado de São Paulo e com o Brasil também.

Passo a ler a Mensagem nº 29, de 2015 (Mensagem Presidencial nº 140, de 2015, na origem).

A Senhora Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Ney Maranhão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). A ANA, autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, foi criada pela Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (art. 3º).

Determina o art. 9º da mencionada Lei que a ANA será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, com mandatos não coincidentes de quatro anos. O Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, dispõe sobre a instalação, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da ANA. Nos termos do art. 3º do Anexo I do Decreto, a Diretoria Colegiada será nomeada após aprovação pelo Senado Federal.

Cabe à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em razão das competências previstas no art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental.

Consta da presente Mensagem o curriculum vitae do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I. A análise da CMA, previamente à apreciação do Plenário, fundamenta-se no art. 2º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2010.

Segundo documentos apresentados, o Sr. Ney Maranhão é cidadão brasileiro, nascido em 31 de março de 1946. De acordo com seu currículo e sua argumentação escrita, sua formação acadêmica abrange a graduação em Geologia, realizada no Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduação lato sensu em Administração Escolar e em Psicopedagogia, ambas pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, especialista em Mecânica de Rochas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) em Lisboa, Portugal, título este equiparado ao mestrado, de acordo com o Parecer nº 159/72 do Conselho Federal de Educação. Possui ainda Doutorado em Ciências em Engenharia Civil, área de concentração Recursos Hídricos pela UFRJ. Participou também de diversos cursos no Brasil, destacando-se o de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.

A sua experiência profissional inclui o exercício de diversas funções públicas. É o atual Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e exerceu o cargo de Superintendente e Superintendente-Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA entre os anos de 2006 a 2013.

Além de experiência no setor público, há que se mencionar sua atuação na iniciativa privada, tendo sido Diretor da Vahini Estudos e Projetos Ltda; Consultor da CEIVAP, contratado pela UNESCO, Diretor de Infraestrutura e Meio Ambiente da ICF – Kaiser Construções e Engenharia.

Atuou, ainda, em colegiados, sendo o atual Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e representante da ANA no Consórcio ZEE, da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, do Comitê de Editoração da ANA e outros grupos de trabalho e comissões técnicas interministeriais.

Trabalhou em projetos como a elaboração de planos de recursos hídricos na condição de Superintendente Adjunto e posteriormente Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos e de consultor, além de ter experiência na docência, ministrando cursos em programas de pós-graduação.

A análise do curriculum vitae encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Consideram-se atendidas as exigências constantes do art. 383, I, do RISF, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão (curriculum vitae, argumentação escrita e demais declarações exigidas).

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Ney Maranhão, constante da Mensagem nº 29, de 2015 (Mensagem Presidencial nº 140, de 2015, na origem), para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea f, combinado com o art. 383, I do Regimento Interno do Senado Federal.

Além disso, quero acrescentar que, pela história de vida, é um homem que, além de ter um currículo condizente, Sr. Presidente, é um homem que tem uma vida limpa e não se encontra e nem se encontrou nenhuma falha moral na sua carreira no serviço público, o que engrandece muito a sua história e o seu currículo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Presidente.

Em conformidade com o Regimento Interno, concedo vista coletiva da Mensagem Presidencial.

E estando presente aqui, na nossa galeria, o Dr. Ney Maranhão, ele já fica notificado de que deverá comparecer a esta Comissão na próxima terça-feira, dia 2 de junho, quando será ouvido em arguição pública sobre os assuntos pertinentes ao desempenho do cargo para o qual foi indicado.

E devolvo agora a Presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, diante da visível falta de quórum para deliberação, encerro a reunião, convocando outra para próxima terça-feira.

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia doze de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Angela Portela, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Angela Portela, Donizeti Nogueira, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves e Hélio José. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº37, de 2015-CDH, de autoria das Senadoras Angela Portela e Regina Sousa, para debater sobre: “A pesquisa divulgada pelo IPEA sobre a efetividade da Lei Maria da Penha”. A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais, apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia – DIEST – do IPEA; e Aparecida Gonçalves, Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

A Senhora Presidenta concede a palavra a Senhora Sílvia Ferrara, do Movimento de Mulheres em Luta. Fazem uso da palavra a Senadora Angela Portela e o Senador Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta eventual e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Angela Portela**, Presidenta eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 37, de 2015, da CDH, de minha autoria e da Senadora Regina Sousa para debater a pesquisa divulgada pelo Ipea sobre a efetividade da Lei Maria da Penha.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, link: bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

É uma grande satisfação tanto minha quanto da Senadora Regina, que aprovamos o requerimento de audiência pública para convidar duas pessoas que têm seus trabalhos voltados ao combate à violência doméstica e de gênero. Eu gostaria de convidar para compor a mesa Aparecida Gonçalves, Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Tenho acompanhado, de perto, o trabalho da SPM – aqui registro também a presença da nossa amiga Regina. Vemos o compromisso que demonstra a Secretaria de Políticas para as Mulheres também na pessoa da Ministra Eleonora Menicucci, que vem desenvolvendo ações, que vem consolidando atividades importantes para o enfrentamento da Lei da Violência contra a Mulher.

Eu gostaria de convidar também, para compor a nossa mesa de discussão, Dr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, do IPEA.

Convido os dois para comporem a mesa, para que possamos iniciar os nossos trabalhos da audiência pública, considerando que, logo mais, às 10h, teremos a sabatina do novo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Por essa razão, ficaremos aqui com tempo limitado, mas será muito bom contarmos com a participação de todos aqueles que quiserem interagir conosco nessa discussão.

Cumprimento, aqui, jornalistas, assessores, representantes de movimentos de luta pelo direito das mulheres, de combate à violência doméstica e familiar.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, que é o coordenador dessa pesquisa tão importante, que revelou a efetividade da Lei Maria da Penha

Tem a palavra o Dr. Daniel Ricardo.

O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA – Muito obrigado, Senadora.

Para mim, é um prazer, uma honra estar aqui. Agradeço muito o convite. Fiquei muito feliz. Agradeço a presença de todos. Voltar a esta Casa – há um ano estive aqui, falando do compromisso do Ipea com essa questão tão importante que é a violência doméstica – é uma satisfação. Trago três trabalhos que fizemos nesse período, trabalhos que vou apresentá-los nos 20 minutos de minha fala. Então, é uma felicidade.

Basicamente, em minha fala, vou me ater a cinco pontos basicamente. Em primeiro lugar, vou falar da Lei Maria da Penha, que foi um marco, sob vários pontos de vista, foi um marco. Eu diria até que a história do Brasil, em relação ao tema da violência doméstica, pode ser contada em duas partes: AL e DL, antes e depois da lei. Essa lei realmente nos tira da idade das trevas, da Idade Média, da desigualdade do acesso à Justiça em relação à questão de gênero, e nos coloca em outro patamar.

Vamos, então, falar um pouquinho desta lei – Lei Maria da Penha –, e, em segundo lugar, vamos falar da institucionalização dos serviços que eram descritos na lei, um mapeamento do Território nacional. Em terceiro lugar, vamos falar da efetividade da Lei Maria da Penha, segundo análise que fizemos no Ipea. Por fim, vamos falar de algumas questões que faltam, porque faltam muitas coisas, e temos que caminhar nessa estrada; e seguem as conclusões.

Os três trabalhos de que falei aqui são esses que estão aí e servem como referência. Ali estão os trabalhos que mostrei.

Segundo o IBGE, a cada ano, cerca de 1,2 milhão de mulheres sofrem agressões. Segundo algumas estimativas que fizemos no Ipea, a cada ano, 500 mil mulheres são estupradas e 52 mil desses casos chegam ao conhecimento da polícia. Então, estamos falando de um cenário realmente trágico – não há outra palavra –, e as vítimas são as mulheres, sem dúvida, mas, além disso, a vítima considero que seja toda a sociedade brasileira. Quando temos a linguagem da violência doméstica, essa linguagem geralmente não fica circunscrita às paredes do lar. Quando, na família onde há a violência doméstica, há uma criança, essa criança aprende a linguagem da violência e, quando vai às ruas e tem um conflito, resolve o conflito na base da violência.

Ora, se essa criança tem uma arma de fogo em mão, mata o outro. Se esse outro pertence a uma gangue, começamos um processo de vinganças recíprocas. Então, lá na frente, estamos falando de várias mortes, de vários assassinatos que aconteceram, em que perdemos o fio da meada, o começo dessa história que nasceu dentro do lar. Portanto, o combate à violência doméstica, o enfrentamento, é fundamental.

A violência doméstica nasce e é legitimada pela cultura patriarcal, pela ideologia patriarcal, que está não só arraigada na cultura, mas está entranhada nas diversas expressões culturais, por exemplo, na música. Se analisarmos as várias músicas de que tanto gostamos, como, por exemplo, da Mulata Assanhada, Geni e várias outras, veremos a cultura do machismo, o machismo presente ali. Portanto, essa ideologia patriarcal impreg-

nada na cultura naturaliza, de alguma forma, a violência doméstica e a legítima não só no que diz respeito às várias expressões culturais, mas, inclusive no seio de funcionamento do sistema de Justiça criminal.

Quando olhamos o sistema de Justiça criminal, vemos que, até outro dia, até a década de 60, se aceitava matar em legítima defesa da honra. Hoje, isso já passou, mas ainda há uma flexibilização dessa ideia, que se dá quando a mulher sofre violência doméstica e chega às delegacias, onde há aquele ar de deboche, que parece querer insinuar que ela tem uma parcela da culpa. Então, até a década de 70, também, o meio jurídico discutia se o marido poderia ser acusado de estuprar a própria esposa. Aí, uns diziam que sim, outros que não.

Até 1995, ou seja, mesmo depois da Constituição cidadã, a mulher não poderia prestar queixa na delegacia. Esse era um artigo do Código de Processo Penal que foi suprimido apenas em 1995.

Até 2009 – ou seja, nós estamos falando de ontem –, o estupro era um crime contra os costumes, e não contra a dignidade e a liberdade sexual. Então, nós estamos falando de uma história trágica, mas uma história cujas páginas só começaram a ser superadas ontem, com a Lei Maria da Penha.

Foi preciso uma mulher forte como a Maria da Penha sofrer reiteradas tentativas de homicídio e sobreviver a elas para sermos condenados na OEA e isso servir como um catalisador para os movimentos sociais.

Então, a Lei Maria da Penha, ao meu ver, é um marco, porque representa, antes de tudo, um amadurecimento democrático, da comunhão entre os mecanismos de participação e de representação políticas. Ela não foi uma lei baixada de cima para baixo; ela foi uma lei que nasceu dos movimentos sociais; ela foi uma lei discutida pelos operadores do Direito; foi uma lei que chegou a esta Casa e foi debatida, bem como nos vários órgãos do Estado. Então, ela é uma lei revolucionária sob esse ponto de vista. E é revolucionária também porque ela não se deixou seduzir pelo canto da sereia, que é tão presente nos dias de hoje quando nós falamos de política penal: pensar-se em resolver os conflitos na base do aumento da punição, prendendo e colocando todo mundo na cadeia.

A Lei Maria da Penha fala, sim, da punição, que é necessária, mas ela vai muito além; ela fala de prevenção primária, secundária e terciária. E ela cria, além disso, os mecanismos para gerar essa efetividade.

Então, quanto à efetividade da lei, quais são os canais de funcionamento que fizeram com que a lei tenha a efetividade do ponto de vista teórico? Temos esses três canais.

Do ponto de vista da prevenção primária, ela certamente gerou um efeito de dissuasão ao eventual perpetrador de violência contra a mulher. Por quê? Porque aumentou a pena, aumentou o custo da punição, mas aumentou também o empoderamento da mulher. Então, na medida em que o agressor seria rapidamente retirado do ambiente familiar, isso cria condições mais propícias para a mulher denunciar. Então, a probabilidade e o custo da punição aumentam, e isso, possivelmente, criaria um efeito de dissuasão.

Além disso, há a prevenção secundária. O que é isso? Uma mulher que apanhou algumas vezes antes continuava apanhando. E, antes da Lei Maria da Penha, quando muito, o agressor era enquadrado na Lei nº 9.099, de crimes de baixo potencial ofensivo; e, se fosse condenado, o que acontecia raras vezes, ele pagava cestas básicas e ia embora. A lei cuida da punição, mas, ao mesmo tempo, retira o agressor daquele ambiente. E, tirando o agressor do ambiente familiar, essa mulher foi poupada de sofrer inúmeras sevícias ou outras violências e eventualmente a própria morte.

Agora, a efetividade da lei depende de uma compreensão pelo lado subjetivo e simbólico do que a lei traz em seu bojo, e, por outro lado, depende da institucionalização dos serviços previstos na lei.

Da compreensão subjetiva, a gente diz o seguinte: a Lei Maria da Penha é, certamente, a lei mais conhecida do Brasil, e as pessoas começaram a dizer o seguinte: “Agora, bater em mulher dá cadeia!” Então, existe uma subjetividade acerca do que os eventuais perpetradores poderiam sofrer em termos de punição.

Por outro lado, ela tem um mecanismo simbólico muito forte. Ela vem para desnaturalizar a violência contra a mulher. Então, a mulher, que era a vítima, ela é vítima sempre; ela não deve se sentir culpada de forma alguma, porque ela usou roupas de um determinado jeito, ela se comportou de um jeito ou de outro. Não! É a mulher que foi agredida, que é vítima sempre, e a Lei Maria da Penha traz esse simbolismo muito forte.

Por outro lado, para que o funcionamento da lei seja efetivo, depende da institucionalização dos serviços previstos na lei. Que serviços são esses? Foram vários serviços que a lei previu e que passaram a ser criados, como as casas de abrigo, como juizados especiais, DEAMs, promotorias especializadas, defensorias especializadas. Então, quanto mais organizada estiver a sociedade local no sentido de prover esses serviços, mais condições a mulher tem de escapar de sofrer essas reiteradas violências e mais chances também o agressor tem de, eventualmente, ser punido. E, se ele percebe que essa é uma realidade naquele local, isso cria um efeito de dissuasão geral.

Muito bem, mas o que foi feito em relação à institucionalização dos serviços?

Nós fizemos um mapeamento, no Ipea, dos dados da SPM e ONU Mulheres e vimos o seguinte: foi, eu imagino – e está aqui a Secretária Aparecida, que não vai me deixar mentir –, um trabalho hercúleo, um tra-

balho brilhante, porque tratar de um país com as dimensões continentais como o Brasil, ir aos rincões e tentar institucionalizar esses serviços não é tarefa fácil e depende de uma grande capacidade de articulação com vários atores da sociedade.

Muita coisa foi feita, mas o que nós vemos aqui é que falta ainda muito a fazer. Por exemplo, quando a gente olha ali os organismos de políticas para as mulheres, nós vemos que eles foram instalados em 10% dos Municípios brasileiros. Quando nós olhamos a distribuição espacial das casas de abrigo, nós vamos ver que elas estão presentes em 1,3% dos Municípios. Quando vamos olhar as delegacias, as DEAMs, vemos que elas estão em 6,5% dos Municípios. Quando vamos olhar a institucionalização do sistema de Justiça, pegando a Justiça, o MP e a Defensoria, nós constatamos que os números estão sempre abaixo de 1% dos Municípios. Então, nós estamos vendo que falta muita coisa ainda a fazer e que depende desse trabalho de articulação.

Por outro lado, nós percebemos que há uma maior institucionalização desses serviços exatamente nas Regiões Sul e Sudeste, que, supostamente, são as que têm uma renda *per capita* maior, têm um nível de desenvolvimento maior. Então, nós temos várias regiões do Brasil, lá pelo interior, nos chamados rincões, onde muito falta a ser feito ainda.

Falando um pouco então do nosso trabalho para avaliar a efetividade da Lei Maria da Penha.

Basicamente, nós nos defrontamos com dois grandes desafios: o primeiro é o desafio dos dados: achar uma boa medida de violência de gênero; em segundo lugar, a gente conseguir construir um modelo contra-factual que isole outros fatores que causam a violência contra a mulher, para a gente saber qual é o efeito da lei que é feita para coibir violência doméstica. Então, o desafio é fazer esse modelo.

Voltando ao primeiro ponto, o da medida da violência doméstica, tipicamente, nós poderíamos imaginar que o fenômeno da violência de gênero segue em ciclos, então, os especialistas no assunto falam que, geralmente, há três ciclos: um ciclo inicial onde começam as agressões menos graves, com pressão psicológica, coerção moral, quebra de objetos... Eventualmente, esse ciclo se acirra para as agressões mais severas e, aí, envolve espancamentos, estupro, e, eventualmente, homicídios. Há homicídios que são premeditados e homicídios que seguem como um incidente de uma violência mais grave.

A gente gostaria de observar essa pirâmide, ou seja, observar e ter os dados. Só que, infelizmente, não temos dados para isso. A gente só consegue olhar aquela pontinha que são os homicídios. Então, se a gente imaginar essa pirâmide com aquele 1,2 milhão de agressões que as mulheres sofrem a cada ano, conforme estimativa do IBGE, a gente conhece apenas a ponta da pirâmide, que são as 5 mil mulheres que são assassinadas a cada ano, mais ou menos.

Então, se a gente pensar essa pirâmide como um *iceberg*, a gente consegue visualizar apenas a ponta. Então, a nossa estratégia é a seguinte: ver se a Lei Maria da Penha gerou impactos para evitar e coibir os homicídios de mulheres por questões de gênero. Estamos olhando a pontinha dessa pirâmide, mas sabendo que, se a gente obtiver resultados ali, aquilo está expressando resultado que diz respeito a centenas de milhares de agressões que acontecem a cada ano.

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA – Então, em relação ao segundo ponto, a questão do cenário contra-factual. Muitas pessoas poderiam... Nesse gráfico aqui, estou pegando a taxa de homicídio de mulheres a cada ano no Brasil. Existe um único trabalho que falou de medir os efeitos da Lei Maria da Penha. Mas, a nosso ver, esse trabalho que foi feito tem profundas limitações, porque não podemos olhar uma série temporal e dizer: estão vendo? Depois da lei, homicídio de mulheres não caiu!

Por que não pode? Porque, dentro desse homicídio de mulheres, há mulheres sendo mortas ali por questões de gêneros; e há mulheres que estão sendo mortas porque se envolveram em questões de tráfico, de drogas, sofreram latrocínio. Então, temos que separar os alhos dos bugalhos. E, em segundo lugar, avaliar o efeito de uma lei não é simplesmente olhar a série temporal e ver se caiu ou não caiu, porque vários outros fatores podem estar interferindo e, eventualmente, a lei pode ter puxado a taxa de homicídio de mulheres para baixo, mas outros fatores empurraram no sentido contrário. A gente tem que expurgar essas outras causas. E para isso, é necessário ter um modelo que a gente chama de contra-factual.

O que o modelo contra-factual diz? A questão basicamente é: e se a Lei Maria da Penha não existisse, para onde teria ido a taxa de homicídio de mulheres o Brasil?

Esse gráfico é hipotético: vamos imaginar que, sem a lei, a gente tivesse conseguido observar esse cenário e a taxa de homicídio de mulheres crescesse como aquela linha vermelha. Então, vejam que, se essa fosse a verdade, a lei teve um grande efeito, porque, sem a lei, o homicídio de mulheres teria crescido muito mais. “Mas será que isso é factível, Daniel? De onde você tira essa ideia de que o homicídio de mulheres poderia ter crescido muito mais?!”

Vamos olhar aquele gráfico que está ali embaixo onde a linha verde representa o homicídio de homens. A gente observa que, exatamente na segunda metade da década de 2000, a taxa de homicídio de homens também começou a crescer. Então, a nossa interpretação é que existem alguns fenômenos que começaram a atuar mais fortemente a partir da segunda metade da década e que influenciaram pelo aumento dos homicídios, tanto de homens como de mulheres. Que fatores foram esses? Dois. O primeiro é o consumo de drogas ilícitas. Nós fizemos uma *proxy*, uma medida para avaliar a prevalência de drogas ilícitas no País. De 2000 a 2011, segundo nosso indicador, houve um crescimento de 700% na demanda de drogas ilícitas. E foi um crescimento que se deu no sentido da interiorização do País, para cidades pequenas.

Por outro lado, a partir da segunda metade da década, a gente começa a ver uma lei também importante como a Lei Maria da Penha fazer água, que é a Lei do Estatuto do Desarmamento. Então, vemos que 2007 é um ano em que, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal define que a pessoa que andar armada na rua... O Estatuto dizia que ela teria que ser presa inafiançável e o Supremo disse que não. No Congresso havia mais de 90 leis para descaracterizar o Estatuto do Desarmamento. Hoje mesmo, neste momento, está sendo urdido o maior atentado contra a sociedade brasileira, que é o desmantelamento do Estatuto do Desarmamento, que está em uma comissão especial lá na Câmara dos Deputados.

Nós fizemos nosso modelo contrafactual utilizando um método que chamamos de modelo de diferenças e indiferenças. Basicamente o que é? Peço um minuto para tentar finalizar aqui e não gastar muito tempo. Peço desculpas por estar passando um pouco do tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA – Excelente. Obrigado.

Então, basicamente, para explicar o que esse modelo faz, a gente gostaria de ter um grupo. Há uma política que afeta as pessoas; a gente queria pegar grupo de pessoas iguais e, num desses grupos, fazer a política funcionar e no outro, não fazer. É o que a gente chama de grupo de tratamento e grupo de controle. E olhar como esse grupo de tratamento e de controle evoluíram antes e após a lei.

Só que a gente não pode fazer isso porque a lei vale para todo mundo. Então, o que a gente fez? A nossa estratégia foi pegar como grupo de tratamento as mulheres: mortes, homicídio de mulheres dentro das residências. E o grupo de controle: homicídio de homens dentro das residências.

Ocorre que homicídios de mulheres e homens sofrem, de forma diferenciada, eventos que têm a ver com questões socioeconômicas e demográficas. Então, a gente teria que ter grupos parecidos para comparar. E o que fizemos no modelo? Nós expurgamos todas essas possibilidades, ou seja, especificidades territoriais, regionais, que explicam a diferença de homicídios entre homens e mulheres; diferenças socioeconômicas e demográficas que poderiam explicar; variação na prevalência de arma de fogo e bebidas alcoólicas, o que poderia explicar as diferenças. Aí nós ficamos com um efeito líquido como é que essa taxa de homicídio de mulheres variou em relação à de homens, antes e após a lei, expurgando todas essas outras questões que nós falamos.

O resultado foi este: a Lei Maria da Penha ajudou a frear os homicídios contra as mulheres. Se não fosse a Lei Maria da Penha, os homicídios de mulheres dentro das residências teria crescido 10% a mais ao que foi observado nos dados.

Se a gente imagina que isso aconteceu naquela ponta do *iceberg*, imagino que centenas de milhares de casos de violência doméstica deixaram de ser perpetrados em função da Lei Maria da Penha.

Agora, o que diz esse resultado? É um resultado muito salutar, a meu ver, para dizer que a lei foi excelente; a política também, sobretudo com a participação preciosa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, foi implementada na direção correta; só que ainda temos muito a caminhar. Nós estamos apenas no começo dessa estrada.

Esse gráfico aí é para ilustrar um resultado, porque eu não trouxe equações aqui para não encher o saco de todo mundo. Vocês veem ali que a linha vermelha é homicídio de mulheres. Depois da lei, ela ficou basicamente constante. E vocês podem ver que, depois da lei, o homicídio de homens cresce muito mais. Se não fosse a Lei Maria da Penha, acredito que aquela linha vermelha teria crescido muito mais.

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA – Então, existe uma longa estrada a trilhar ainda. Não só a questão de que os serviços têm que ser expandidos para rincões, para vários lugares do País – um árduo trabalho, porque depende de articulação, depende da decisão também das prefeituras, tanto no Executivo como no Judiciário. Mas também em relação aos serviços que já existem, há muito coisa a se aperfeiçoar. Há lugares, como Mato Grosso do Sul – outro dia, conversamos como Promotor do Mato Grosso do Sul –, se uma mulher dar queixa, o caso dela vai ser apreciado apenas em 2016, ou seja, acabou a Lei Maria da Penha lá, porque, em 2016, aquele sentido de urgência se perdeu.

Várias questões têm que ser resolvidas também na qualidade dos serviços, que ainda é muito ruim e que depende de treinamento, de sensibilização, de mais recursos.

Mas, basicamente, era essa a mensagem que a gente queria passar. Dizer que algumas questões ainda precisam de respostas. Que questões são essas? Em que localidades seria prioritária a instalação desses serviços? Onde é o lugar mais emergencial em que as mulheres estão sofrendo mais reiteradamente? Qual é a prevalência de violência doméstica que existe no Brasil, nas localidades? A gente não sabe. Como está se dando a prestação de serviços nesses locais? Estão adequados, não estão? O que precisa melhorar? E, sobretudo, como induzir a institucionalização desses serviços, dessa política, nesses rincões?

São questões extremamente difíceis de responder, mas eu fico satisfeito e otimista porque vejo e tenho acompanhado que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, junto com a Casa Civil, está fazendo um projeto para criar um sistema nacional de Indicadores para monitoramento da violência doméstica, iniciativa que o Ipea está apoiando. Acredito que estamos no começo da estrada, mas a estrada está indo na direção correta para superarmos essa vergonhosa página que temos no Brasil de violência contra a mulher.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Dr. Daniel, por sua apresentação e esclarecimento sobre a pesquisa realizada pelo Ipea.

Passo, agora, a palavra a nossa querida Aparecida Gonçalves, a conhecida Cida da SPM.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Bom dia.

Queria agradecer por estar aqui nesta audiência pública. É um prazer, nos oito anos da Lei Maria da Penha, a gente ter uma pesquisa como essa do Ipea, que, na verdade, vai nos mostrar, com dados e com números, de fato, a efetividade da Lei Maria da Penha.

Eu vou ser rápida, porque o meu papel, na verdade, é comentar a pesquisa. Mas, antes de comentar a pesquisa, eu queria dizer que a efetividade da Lei Maria da Penha advém dos elementos que o Daniel coloca, mas eu acho que uma estratégia que foi fundamental para toda a sociedade brasileira e para as mulheres é exatamente o fato de você fazer com que a sociedade brasileira tenha informação sobre a lei. Eu acho que hoje nós temos cerca de 99% da população com um mínimo de conhecimento da Lei Maria da Penha, o que ajuda na sua efetividade. Em que medida que ajuda? Ajuda porque aumentou o número de denúncias feitas por mulheres. Não é que aumentou o número de violência, mas aumentou o número de denúncias, porque as mulheres chegam nos serviços, pedem ajuda e acreditam no Estado.

De outro lado, nós vamos ter o processo da própria sociedade tentando, das suas formas, nas suas organizações, fazer o acompanhamento e o monitoramento, cobrando a implementação da Lei Maria da Penha e, de outro lado, o Estado brasileiro na sua essência. Aqui eu quero falar do Estado brasileiro, compreendendo todos os governos, todos os Executivos – o Executivo federal, estadual e municipal – e, de outro lado, o sistema de Justiça, tentando – tentando – garantir efetividade da Lei Maria da Penha.

Nessa perspectiva desses oito anos do processo construído, nós aumentamos o número de serviços, é isso que o Daniel coloca. Agora, dentro da perspectiva da estratégia de avaliação, de como, de fato, nós podemos chegar, qual é a discussão que a gente tem? É a questão da intersetorialidade, a questão da capilaridade e a questão da integralidade do atendimento. Esses são os desafios que estão colocados para a Lei Maria da Penha, porque a violência contra a mulher não é um problema de segurança pública, não é só um problema de saúde, não é um problema só de assistência social, é um problema que envolve todos os processos.

Por outro lado, como você discute os serviços, a capilaridade, aonde você chega, o tanto de recursos que você gasta, os elementos que você gasta para que, de fato, a política tenha efetividade? Nós estamos tentando, de várias maneiras, nós hoje temos as unidades móveis para isso, chegar aos rincões. A Ministra Eleonora sempre diz: para chegar ao Brasil profundo, por barcos, na Região Amazônica, no Norte, pelas unidades móveis, para chegar às mulheres do campo e da floresta, porque nós estamos percebendo que só o serviço, também, Senadora, não basta. É importante garantir o acesso, efetivamente, das mulheres a esses serviços e o acesso humanizado e integrado.

Acho importante dizer que, nesses oito anos da Lei Maria da Penha, nós temos alguns fatores que são fundamentais. Um, a questão da mudança de comportamento da sociedade. Não dá para você discutir a efetividade da lei sem ver as pesquisas. O Instituto Patrícia Galvão, com o Data Popular, fez uma pesquisa que mostra o comportamento da sociedade brasileira frente à violência contra a mulher. O que vamos encontrar na pesquisa? Nós vamos encontrar na pesquisa que a maioria das pessoas hoje dizem o seguinte: que já se metem, quando há uma briga de marido e mulher. Portanto, se nós formos ver, antes da lei, as pessoas diziam que, em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher; hoje, nós vemos uma sociedade dizendo: não, é possível meter a colher; é possível, porque nós temos um Estado que ampara e efetivamente repercute. A maioria, na pesquisa, 30%, quase 45% da população, diz o seguinte: que as mulheres não deixam o agressor por medo de

serem assassinadas. Algum tempo atrás, antes da Lei Maria da Penha, o discurso que nós tínhamos era de que mulher gostava de apanhar, ficava porque gostava de apanhar. Então, nós vamos ter a própria sociedade, o comportamento da sociedade repensando seus valores e suas estratégias frente à violência contra a mulher. Isso é suficiente? Não. Nós precisamos avançar.

Nós precisamos avançar a partir do número maior de serviços. Nós não podemos, de fato, não chegar a 10% dos Municípios com serviços especializados. Esse é um desafio que está colocado. Nós precisamos ampliar a qualidade do atendimento dos profissionais, e eu acho que nós precisamos, na verdade, Daniel, muito mais do que qualificar, formar e sensibilizar os profissionais, nós temos que exigir que esses profissionais cumpram a lei. A única coisa que tem que fazer é cumprir a legislação. Esse é o desafio que está colocado para os servidores públicos efetivamente.

Por fim, acho que nós temos que discutir um outro elemento na questão do enfrentamento à violência contra a mulher, que é exatamente repensar as estratégias. Eu sempre gosto de dizer de um caso que eu ouvi no interior do País. Uma menina de sete anos, na escola, quando um menino levantou a mão para bater nela, disse: "Olhe a Lei Maria da Penha!" Ele abaixou a mão e saiu. Para mim, esse é o maior exemplo do que significa a Lei Maria da Penha. Significa que, para as nossas mulheres, a questão da naturalização de que, porque sua avó passou por isso, sua mãe passou por isso, é normal, se é ruim com ele, pior sem ele, as novas gerações começam a ter um outro comportamento frente à violência contra a mulher, tanto as mulheres quanto os homens.

Então, nós estamos, de fato, a partir da Lei Maria da Penha... Oito anos antes disso nós não temos como medir, como aferir, acho que nem o Ipea nem uma outra pesquisa daria conta de medir isso, mas efetivamente são elementos fundamentais para que nós possamos montar a estratégia.

Então, se de um lado nós precisamos aumentar a institucionalização, nós precisamos ter maior número de serviços, nós precisamos ter todos os serviços deste País preparados para atender às mulheres com situação de violência. Nós hoje estamos trabalhando com a Casa da Mulher Brasileira. Nós já temos a primeira casa inaugurada. Em 30 dias, a Vara deu 450 medidas protetivas de urgência. Nós temos milhares de medidas protetivas de urgência colocadas neste País. Então, a cada medida protetiva uma vida é salva também. É importante que nós tenhamos isso.

Por outro lado, nós não vamos mudar se nós não mudarmos a sociedade, se nós não mudarmos os padrões de comportamento e as reações que são colocadas entre homens e mulheres. Então, nós não podemos ter, por exemplo, Parlamentar dizendo que mulher que fala como homem tem que apanhar como homem. Isso é um absurdo! Isso fere a Lei Maria da Penha e isso fere todos os processos democráticos e civilizatórios do nosso País. A Lei Maria da Penha, para mim, o grande ganho dela é que ela é um processo na construção de uma nova civilização entre homens e mulheres.

Portanto, na Secretaria de Políticas, nós temos hoje o programa e o grande eixo com que nós estamos trabalhando, que é a questão da integração e da humanização, de um lado, para fazer com que os serviços, de fato, deem conta do atendimento integral. E a integração não é dos serviços; é do atendimento integral à mulher em situação de violência. Ela tem de chegar a qualquer lugar do Estado e conseguir sair com a resposta específica desse Estado. Ela tem que sair sabendo que a sua vida está sendo encaminhada.

De outro lado, nós precisamos também, estamos trabalhando dentro da perspectiva de que nós precisamos de que todo mundo entenda que a questão do enfrentamento à violência contra a mulher não é um problema só do Estado. É um problema da sociedade brasileira. Se cada um não fizer a sua parte, o Estado brasileiro, por mais que faça, não vai dar conta. Então, precisamos discutir esses elementos e a sociedade, de fato, acompanhar, fazer um processo.

Aí eu acho que há uma coisa que as pessoas dizem, que é a questão da repressão, mas nós temos, sim, que mudar a discussão da cultura brasileira. Nós não podemos aceitar elementos nas músicas, nos teatros, nas novelas, na nossa cultura, naturalizando qualquer tipo de violência, seja contra a mulher, seja racial, seja contra homossexuais. Qualquer tipo de discriminação nós não podemos aceitar.

Portanto, o grande desafio que está colocado, além da institucionalização, o que mostra a pesquisa do Ipea, o desafio com que nós, como Secretaria, estamos trabalhando é que, ou nós mudamos o comportamento, e aí o comportamento da sociedade frente à violência contra a mulher e as pessoas – nós precisamos humanizar a sociedade brasileira –, de outro lado, nós precisamos avançar na institucionalização, na capilarização. Nós precisamos ter, em todos os rincões, algum tipo de serviço.

É verdade que nós temos um desafio no Estado brasileiro, nós não podemos negar – eu não posso negar aqui, como representante do Estado –, o desafio de que o nosso Estado é um Estado, hoje, com grandes problemas. Se formos discutir dados da Região Sul e da Região Norte, veremos que o número de serviços por população na Região Norte é maior do que o das Regiões Sudeste e Sul. Porém, a realidade geográfica extensiva da população da Região Norte exige uma estratégia diferenciada da das Regiões Sul e do Sudeste.

Portanto, essas são as questões que estão colocadas para nós, e que eu acho que a Lei Maria da Penha traz.

Quero dizer da importância que teve a Lei Maria da Penha e o processo de estratégia de institucionalização. Este ano nós tivemos, por exemplo, o primeiro mutirão feito pelo STF, em todos os Estados brasileiros, de julgamentos da Lei Maria da Penha.

Dizer isto é importante para mim. Quero colocar que a outra questão que a lei traz é que ela muda a estrutura do Estado brasileiro. Ela muda a estrutura tanto dos Executivos quanto do sistema de Justiça, porque até então você não tinha juizados especializados de atendimento à mulher, você não tinha promotoria da mulher. Você muda inclusive o papel, a Lei Maria da Penha muda, da Defensoria Pública, que tinha como única função a questão da defesa do réu. Agora, não; ela tem que defender também a vítima.

Então, você vai ter uma mudança estrutural do Estado que é fantástica, principalmente se nós formos capazes de avaliar quais são as proporções disso para o futuro. Em oito anos, eu acho que foi bom e é grande o avanço que tivemos. Precisa avançar mais, mas, se nós formos dar conta de todas as alterações que a Lei Maria da Penha fez no Estado brasileiro, na sociedade brasileira e para as mulheres brasileiras, eu acho que o mais importante é o que representa você ouvir um pescador dizendo para o outro: "Rapaz, não faz isso, porque tem a Lei Maria da Penha!", ou você ouvir uma mulher dizer para a outra: "Por que você apanha se há a Lei Maria da Penha?"

Então, eu acho que são grandes questões que estão aí colocadas, que vieram com esses oito anos da Maria da Penha, e nos deixam um grande desafio, porque não acabou. Estamos aí com os feminicídios, estamos aí com os crimes de ódio, que o Daniel não colocou, mas as mortes das mulheres dentro de casa ainda são com 25 ou 30 facadas. Estão acabando com a identidade feminina da mulher. Eles não matam, assassinam apenas as mulheres. Eles tiram os olhos, tiram os seios, atiram na vagina. Não matam o ser humano, matam o sexo feminino, matam o gênero, a identidade feminina.

Acho que são elementos que estão aí colocados como desafio para os próximos anos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Cida. Excelente apresentação.

Quero registrar aqui a presença do Senador Donizeti e também informar que, no nosso relatório de audiência interativa, tivemos a participação da Mari Correia Silva, que diz: "É inegável que a Lei Maria da Penha, como é conhecida popularmente, fez com que nossas mulheres tivessem um pouco mais de segurança, mas também não podemos falar que é satisfatória. Trabalho diretamente com esses casos em minha cidade e as questões vão muito além da punição." Essa é a participação de uma cidadã, através do e-Cidadania do Senado Federal.

Eu consulto o Senador Donizeti se ele gostaria de participar desta audiência. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senadora Ângela, Presidente da mesa; Daniel Ricardo, companheira Cida, primeiro, quero justificar que aqui nesta Casa o negócio não é fácil. Eu estava na Comissão de Meio Ambiente, porque tinha requerimento para aprovar. Hoje esta audiência é de suma importância para o debate que esta Casa precisa fazer, e tem a concorrência do Ministro das Comunicações e a reunião da CCJ, que discute a indicação do Dr. Fachin para Ministro do STF.

Eu penso que muita coisa foi feita. E na medida em que se vai aplicando a lei, aumenta a demanda. A Casa da Mulher Brasileira é um aparelho importante na aplicação dessa política no meio. Mas há uma ponta em que eu penso que o Governo, os nossos governos precisam atuar, porque, se tem medida protetiva, se tem que abrigar a mulher vítima de violência, tem que ter a Casa Abrigo. E os Municípios brasileiros estão cada dia mais empobrecidos, com dificuldades de dar resposta a essas questões.

Por outro lado, nós temos Municípios muito pequenos em que não é possível você ter uma secretaria de mulher. Você pode chegar a ter ali uma estrutura que envolva direitos humanos, mulheres e adversidade, mas ali você não consegue ter uma Casa Abrigo, porque a cidade é tão pequena que você não vai conseguir dar o segredo de que a casa precisa.

Então, eu penso que nós precisamos avançar no sentido de aparelhar essa ponta, de garantir o abrigo, de garantir a logística de transporte de região para região, que é uma coisa que... Eu fui Secretário de governo, Secretário do Orçamento Participativo do Município de Palmas e acompanhei muito de perto essa pauta. E continuo acompanhado, até em função de que a Gleide está sempre militando nessa pauta, mas hoje eu vejo esta dificuldade: os Municípios de médio porte não conseguem ter a Casa Abrigo em função, às vezes, da falta de recurso, que não é pouco. É uma logística grande, é uma estrutura que tem que garantir psicólogo, assistente social, técnico de enfermagem, médico etc. Então, avançou muito, mas nós precisamos pensar nessa questão de como dar resposta, além da Casa da Mulher Brasileira, que vai fazer os encaminhamentos.

Quanto aos dados apresentados, de 1,5 milhão de mulheres assassinadas e 500 mil estupradas, na vigência da Lei Maria da Penha, nós temos um comparativo do que era antes e do que é agora? Quer dizer, diminuiu? Até dizer que diminuiu talvez não seja correto, porque à medida que apareceu a lei, como eu disse antes, apareceu a demanda, as mulheres se encorajaram mais, e há esse instrumento de que o vizinho também pode denunciar e que depois da denúncia não se pode retirar a queixa. Isso aqui parece muito, parece, não, é muito ainda. É muita violência, é muita mulher assassinada, o que quer me parecer que, se isso está acontecendo hoje na vigência da lei, antes, certamente, era muito pior.

Então, participo aqui, nesta minha intervenção, com a preocupação de que muito ainda teremos que fazer. E não devemos transigir na lei. Não transigir na lei. Isso passa pela necessidade de, inclusive, preparar bem os profissionais que vão para essa área.

Eu tive agora um evento na Universidade Estadual de Tocantins, que iniciou um curso para conselheiros de Direito e conselheiros tutelares. Essa pauta acho que exige também a preparação dos profissionais de uma forma bem mais intensa, bem mais qualificada mesmo acerca do que é essa pauta para se trabalhar nela. Lá na prefeitura, escolhem-se algumas pessoas, mandam para lá, têm a equipe técnica, mas e os servidores que trabalham lá? Eles compreendem bem essa pauta?

Então, acho que fica para nós a experiência e a visão de que há necessidade de avançar muito mais. Mas não podemos deixar de registrar duas coisas importantes, que são a aprovação da lei e a criação da secretaria com *status* de Ministério, o que foi feito pelo Presidente Lula. Só aqueles que pensam nos números econômicos como acumulação poderiam ser contrários, por exemplo, à criação de uma secretaria dessas, porque eu acredito que, não fosse a criação da Secretaria Especial da Mulher, essa pauta não estaria sendo debatida aqui hoje, não estaria sendo debatida Brasil afora como é. É necessário esse *status* de Ministério para colocar essa agenda mais evidente e com mais contundência.

Então, parabéns ao Governo e ao Legislativo, que aprovou uma lei tão valiosa como essa.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Donizeti, por sua participação.

Eu gostaria de destacar, nesta audiência importante, em que a gente está discutindo, debatendo uma pesquisa realizada pelo Ipea sobre a efetividade da Lei Maria da Penha, em que a Secretaria de Políticas para as Mulheres coloca todo esse arcabouço, toda essa condição que a Lei Maria da Penha proporcionou às mulheres vitimizadas, mas eu gostaria de destacar aqui um ponto que é relevante e objetivo: nós, que participamos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apurou, investigou, a ausência do Poder Público no combate à violência contra as mulheres – e aqui queria destacar o trabalho responsável realizado pela nossa Senadora Ana Rita –, então, a Comissão visitou quase todos os Estados brasileiros – acho que 20 Estados brasileiros; a Comissão também esteve no meu Estado – e pudemos constatar, na visita a todos esses Estados, a omissão do Poder Público no combate à violência contra a mulher. Isso é uma realidade.

Apesar dos esforços do Governo brasileiro, nos últimos anos, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, como colocou muito bem aqui o Senador Donizeti, foi um avanço inegável, porque criou políticas públicas para ajudar no enfrentamento dessa violência, como o Disque 180, a Casa da Mulher Brasileira, recentemente criada pela Presidenta Dilma, que está atendendo todas as capitais brasileiras, inclusive a nossa Capital. Quer dizer, existe toda uma consciência do Estado brasileiro para atuar firmemente com o propósito de diminuir esses índices tão elevados da violência contra a mulher que o nosso País tem, os nossos Estados têm. Mas, apesar de, nesses últimos dez anos, termos esses avanços, inclusive ampliando a rede de proteção – tínhamos 332 serviços, hoje, temos 1.027 –, ainda assim houve um aumento considerável de 300%. Então, mesmo com todos esses avanços, precisamos ter a consciência que a efetividade da Lei Maria da Penha vai ser lá, nos Estados e nos Municípios. Para isso, são fundamentais recursos orçamentários, para ajudar esses entes federados a implementar esses instrumentos – Casas Abrigo, delegacias especializadas, varas, juizados, núcleos no sistema de Justiça, no Ministério Público, nas Defensorias Públicas. Isso é fundamental. Considero que é um passo importante o Governo Federal, articulado com os Governos dos Estados, porque houve uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, quando visitou os Estados e fez com que estes assinassem um termo de compromisso, para enfrentar a violência doméstica e familiar.

Essa questão toda é colocada como um avanço para todos nós, sem dúvida alguma, mas há muito a ser feito. Sei que todos têm consciência disso, o Poder Público tem consciência disso, o Senado Federal também tem consciência disso, porque, inclusive, aprovamos recentemente inúmeras leis que beneficiam e asseguram direitos das nossas mulheres.

O nosso País tem 5.564 Municípios. Faltam 80% dos nossos Municípios para serem atendidos nessa rede de proteção. Atendemos 18%; ainda faltam 80%.

Então, como bem disse o nosso Senador Donizeti, é muita coisa a ser feita. Os benefícios da Lei Maria da Penha só poderão ser efetivados para aquela senhora que está lá nos rincões do nosso País, morando na vicinal de Rorainópolis, de São João da Baliza, do meu Estado de Roraima, se dermos as condições – a União, o Estado brasileiro – às delegacias especializadas.

Na CPMI, Cida, vimos claramente que há essa omissão do Poder Público. De fato, há. No meu Estado, por exemplo, são 15 Municípios. Temos uma única delegacia especializada no atendimento à mulher. E essa única delegacia funciona das 8 horas às 13h30 da tarde. Há 8 mil inquéritos. Não há internet, nem telefone. Olha só a importância que o Estado está dando a essa violência, que é tão forte! Somos, lá, o 13º Estado mais violento do País, segundo o mapa da violência de 2012.

Então, é muito importante esse debate, sem dúvida alguma, mas precisamos ter a clareza de que temos de avançar, e muito.

Aí, Cida, você como representante da SPM, eu gostaria de saber de que forma a Secretaria de Políticas para as Mulheres está acompanhando, monitorando, o Plano de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assinado com diversos Estados brasileiros. Como está sendo feito esse monitoramento, por parte da Secretaria, para demonstrar aos Estados essa preocupação do Governo Federal, do Governo da Presidenta Dilma, com essa políticas de combate à violência?

Foram repassados os recursos ao Estado para a construção da Casa da Mulher Brasileira, e a obra não saiu do papel. Já conseguimos junto à Secretaria de Patrimônio da União um terreno bom, apropriado à construção da Casa da Mulher Brasileira, mas, infelizmente, o Governo estadual não tomou nenhuma iniciativa, no sentido de efetivar essa Casa da Mulher Brasileira, que é tão importante, porque vai concentrar todo um sistema de atendimento psicológico, educacional, psicossocial para essa mulher vitimizada.

Percebemos que há todo um interesse do Governo atual em implementar essas ações, em construir e implementar essas ações voltadas para o combate à violência contra a mulher. Mas eu gostaria de saber, para finalizar, de que forma vocês estão acompanhando a efetivação, o cumprimento, do Plano, do Pacto Nacional de Violência contra a Mulher?

Então, era esse o questionamento que gostaríamos de fazer, ao tempo em que também agradecemos. Concedo o aparte ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Na verdade, pelo que compreendi, esse dinheiro não vai nem para a prefeitura, nem para os Estados. É o Banco do Brasil que administra a obra, não é? A do nosso Estado parece que ainda não andou, em função de que a SPU e a prefeitura atrasaram um pouco. Mas eu queria saber se é isso mesmo, Cida, se é o Banco do Brasil que está encarregado da execução da obra?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pode responder, Cida.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Começando pela questão da obra, de fato, Senador Donizeti, quanto à Casa da Mulher Brasileira, o Governo Federal tomou a decisão de que nós executaríamos a obra, porque grande número de Estados brasileiros ou de capitais brasileiras, geralmente, não têm condições de receber o recurso para fazer a política, ou, se repassamos o recurso, a demora é maior. Portanto, a União é responsável quanto à questão do terreno, no caso de não achar o terreno da União, pediremos cessão de uso para o Estado ou o Município, que cedem o terreno, e contratamos o Banco do Brasil para fazer a licitação e acompanhar a execução da obra.

Então, entregamos a casa pronta com os equipamentos, os mobiliários de tecnologia, e garantimos o recurso para dois anos de manutenção da Casa da Mulher Brasileira efetivamente.

O que tem acontecido em muitos lugares? Temos tido dificuldade quanto à regularização dos terrenos; temos tido dificuldade efetiva de licitação, como no caso de Boa Vista, em que tivemos uma licitação deserta. Agora, neste momento, tivemos, numa licitação, uma empresa vencedora e estamos no prazo da contratação, para que a empresa efetivamente comece a obra em Boa Vista.

No caso de Palmas, o terreno foi doado pela prefeitura, mas não tivemos nem o termo de adesão assinado entre o Estado e a União para a realização do programa e a construção da casa. Então, estamos marcando para junho, Senador Donizeti, irmos ao Estado para adesão do Estado e do Município ao Programa Mulher, Viver sem Violência, que é uma questão importante.

Assim, na questão da Casa da Mulher Brasileira, esta foi a decisão da União. O que estamos fazendo, para que possamos ter, de fato, a coordenação, o acompanhamento e monitoramento das casas antes de entrarmos no Pacto? Vamos ter uma coordenadora, que é da União, que vai estar dentro da Casa da Mulher Brasileira, para ajudar na articulação, na discussão, no olhar, no acompanhamento de toda a política e, efetivamente, acompanhar a implementação da política, porque a Casa da Mulher Brasileira é um processo, para nós, estratégico de concepção política. Há uma mudança de visão do Estado sobre o atendimento às mulheres em situação de violência. O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Executivo municipal, estadual e

o Federal são colocados, num mesmo espaço físico, trabalhando com protocolos, para atender essa mulher quando chegar à Casa, com brinquedoteca e alojamento de passagem.

Então, isso é um grande desafio. Não é fácil, porque as burocracias, as licitações, algumas coisas não acontecem no prazo de que precisamos. As obras não acontecem no prazo que necessitamos, mas estamos, possivelmente, entregando a Casa de Brasília no final de maio e já estamos com obra no Maranhão, em Salvador e em Curitiba. Já estamos aí com nove capitais com as Casas em obra.

Com relação ao monitoramento do Pacto, na verdade, quando o estabelecemos, em 2007, foi uma estratégia de ação para implementação da Lei Maria da Penha. Essa estratégia instituiu uma forma de gestão do enfrentamento à violência contra a mulher nos Estados.

Então, como é que nós fazemos? Nós pactuamos. Temos as Câmaras Técnicas. Temos a Câmara Técnica do Governo Federal, a Câmara Técnica do governo estadual e a Câmara Técnica do Município.

A Câmara Técnica é instituída por todos os serviços e pelos Municípios polos, que a compõem efetivamente. O Estado tem de apresentar ao Governo Federal um planejamento integral básico do que é a violência e como está a situação, para que possamos estar liberando recursos que deem conta desse planejamento.

Quais têm sido os grandes desafios? Primeiro grande desafio: as trocas dos governos. De 2007 para cá, nós já trocamos alguns governadores e prefeitos. A cada novo governo, uma nova pactuação, uma nova discussão, um novo acordo, novas prioridades. Não há, hoje, na verdade, uma política institucionalizada como uma política de Estado brasileiro, não como uma política de Governo. Esse é um desafio colocado. Ele engloba tudo, inclusive a questão das Casas Abrigos.

Então, no levantamento que fizemos, se formos ver a equipe – a Coordenadora Fernanda Papa está aqui – da rede de atendimento, no 180, toda vez que vamos fazer um levantamento dos serviços, a cada levantamento que nos deparamos, abre um serviço, mas fecha dois, porque, quando acaba o convênio da SPM, o Município não assume a responsabilidade de continuar com o serviço especificamente. E, muitas vezes, a SPM não tem condições de repassar a verba, porque não temos um fundo. Fazemos um repasse de Tesouro a Tesouro, que é por convênio. Portanto, se um Município tem problema, como é o caso da maioria, pela condições colocadas, assim como a maioria dos Estados também o estão, não há condições de se repassar verba pela continuidade do serviço. Não se criou, mesmo com a câmara técnica, mesmo com o processo de discussão, uma política institucional que dê conta. Nos Estados, não há orçamento próprio. Na maioria dos Estados, o recurso é da União; não é do Estado. Também não há recursos do Município; tudo funciona com recurso da União.

Portanto, não se institucionaliza e, na medida em que isso acontece, ficamos na dependência do próximo governo que ganhará a eleição, se tem isso como prioridade ou não, se vai pactuar isso ou não.

Então, esses são os desafios colocados efetivamente, que vão aparecer no monitoramento, porque fazemos reunião das gestoras do Pacto três vezes por ano, mas, para que V. Ex^a tenha uma ideia, Senadora, até este momento, não conseguimos fazer a reunião das gestoras, porque a grande maioria dos Estados acabou com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, passando a ser Secretaria do Trabalho, Cidadania, Direitos Humanos e da Mulher. Então, já temos aí uma grande queda, porque até você readequar toda a questão da câmara técnica, o Pacto e o Programa diante de uma nova secretaria, há aí outros desafios.

Portanto, essas são as questões colocadas. Penso que este Parlamento pode nos ajudar, porque precisamos, de fato, não só da Lei Maria da Penha, que já diz e institucionaliza, mas precisamos cobrar. Precisamos de um fundo que, de fato, cria um sistema nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, que perpassa todos os outros, para que possamos garantir a capilaridade, porque concordo, Senador, com a questão da Casa Abrigo. Penso que a Casa Abrigo é um desafio, hoje, para a política de enfrentamento à violência contra a mulher. Por quê? Porque ela era uma política acertada até a Lei Maria da Penha, que diz o seguinte: é necessário que haja medida protetiva; você tem que prender, porque não pode ser a mulher que tem que ir para a Casa Abrigo, porque, na Casa Abrigo, é ela que fica presa 90 dias. Então, tem que ter o desafio? Tem. Tem que ampliar? Tem. Temos que garantir à mulher que está em risco abrigo, que a coloquemos lá, mas o grande desafio do Estado é que essa mulher não precisasse ir para a Casa Abrigo. Esse é o desafio colocado. Há outras formas de abrigamento. Temos a Casa Abrigo, que recebe a mulher por 90 dias, mas precisamos pensar em casas de passagem, em que as mulheres passam até poderem ir para outros Estados com suas famílias, até readequarmos a sua situação.

Qual é o desafio que está colocado no enfrentamento à violência contra a mulher? O grande desafio é essa mulher como sujeito de direito. Não é ela fora da sua família, das suas relações. Muitas vezes, quando eu fazia o atendimento em Campo Grande, elas diziam assim: “Mas, doutora, posso levar o meu cachorro?” Outras diziam: “Posso levar o meu espelho?”

Na verdade, estamos discutindo quais são as relações pessoais e afetivas dessa mulher. Não é só a casa que ela está abandonando. Não é só o marido que ela está deixando para se proteger. Ela está abandonando todas as suas relações afetivas e os seus processos que a transformam numa cidadã.

Então, todos esses processos são questões que precisam ser verificadas e não só a questão da expansão. Por exemplo, o Estado de Pernambuco colocou a Casa Abrigo como responsabilidade do Estado para garantir essa efetivação, mas é só isso? Ou temos outros elementos que precisamos colocar em relação à política de abrigamento das mulheres?

E aí, A Casa da Mulher Brasileira, mais uma vez, é inovadora, porque ela garante o abrigamento até 48 horas, até que possamos resolver qual é a saída da vida das mulheres. Talvez esses sejam os passos seguintes que tenhamos de estabelecer como política.

Obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vou ter que me retirar, mas eu gostaria de fazer um comentário, aliás, tenho uma dúvida acerca de um problema que eu vislumbrava, cuja solução foi apresentada por você, Cida, no sentido de que o Governo Federal coordenaria esse processo de implantação, porque existe, na localidade, a disputa entre o Ministério Público com a Defensoria, da prefeitura com o Estado, para não falar mais nada. Então, como vai haver uma pessoa do Governo Federal para coordenar esses dois anos de implantação, penso que superamos, pelo menos, esse primeiro problema das disputas locais, porque vai haver um chefe para poder coordenar tudo.

Obrigado, Sr^a Presidente, preciso ir à CAE, porque há um item em tramitação que preciso acompanhar. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Donizeti. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA – Está disponível na internet. Eu trouxe aqui um exemplar. São três trabalhos. Esse aqui da avaliação de serviços. Há um terceiro, falando dos problemas que existem. Está aqui, e ele está disponível na internet também.

Deixei a referência também na transparência de qual é o número do trabalho.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – A transparência vai ficar aqui na Comissão?

A SR^a APARECIDA GONÇALVES – A transparência é divulgada. Já está no *site*.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Já está no *site*.

O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA – E no *site* do Ipea está tudo disponível em PDF.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Donizeti, por sua participação.

Vou abrir a palavra, rapidamente, para que o Movimento Mulheres em Luta possa participar.

Concedo a palavra à Silvia Ferraro.

A SR^a SILVIA FERRARO – Obrigada por me conceder a palavra, Senadora.

Somos do Movimento Mulheres em Luta, um movimento nacional de mulheres trabalhadoras, filiado à Central CSP-Conlutas.

Tivemos, recentemente, um encontro, em Minas Gerais, que reuniu mais de 2 mil mulheres, que tirou como sua principal campanha a questão do combate à violência contra a mulher. Tivemos uma militante do nosso movimento assassinada, há um ano, uma professora, chamada Sandra Fernandes, e também o seu filho, de 11 anos, chamado Cauã.

Para nós, essa campanha de combate à violência é muito importante.

Estamos com uma campanha nacional, há um abaixo-assinado percorrendo o País, porque achamos que a grande questão é a dos recursos. Por isso, a nossa campanha, hoje, é para a destinação de 1% do PIB para o combate à violência contra a mulher. Nós achamos que a Lei Maria da Penha é um avanço jurídico no nosso País. A Lei Maria da Penha cumpre um papel importante, justamente da coibição, simbólico e subjetivo, colocado pelo Daniel, mas achamos que ainda é insuficiente toda a rede de proteção que temos para poder combater a violência. E não se faz isso, não se amplia a rede de proteção, sem recursos financeiros.

Então, estamos com a campanha de 1% do PIB. O nosso abaixo-assinado está correndo os locais das trabalhadoras, as ruas, as praças, e queríamos deixar aqui o material que elaboramos, mostrando que, hoje, essa questão da ampliação e da aplicação de fato da Lei Maria da Penha é uma necessidade para as mulheres trabalhadoras do nosso País.

Queria dizer, como disse a Cida, que, a cada medida protetiva uma mulher é salva. Também acredito nisso. Por isso, a cada medida que não sai, uma mulher pode morrer. Assim, temos a obrigação de lutar para que, de fato, tenhamos recursos públicos, e que eles não sejam mais contingenciados, os recursos da Secretaria de

Políticas para as Mulheres, e que, de fato, a gente tenha políticas públicas que vão implementar na defesa da vida das mulheres. Não são números, são vidas. E as mulheres estão morrendo, por falta de recursos públicos. Por isso, estamos com a campanha do 1% do PIB em defesa aí de combate à violência contra a mulher. Depois, vou deixar para esta Comissão o material.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Silvia Ferraro.

Para finalizar a nossa audiência, eu gostaria de agradecer a presença da Cida, a nossa Aparecida Gonçalves, e parabenizá-la pelo trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, uma equipe eficiente, comprometida.

Aqui, levo o nosso abraço à Ministra Eleonora Menicucci. Digo que vocês podem contar com a Bancada feminina no Congresso Nacional, para ajudar na execução de políticas públicas, na aprovação de projetos importantes no sentido de combater e diminuir a violência doméstica e de gênero.

Cida, muito obrigada pela sua presença nesta Comissão. Parabéns pelo seu trabalho e pelas explanações que você fez aqui e pelos esclarecimentos aos nossos questionamentos.

Muito obrigada.

Quero agradecer também ao Dr. Daniel Ricardo, autor e coordenador da pesquisa do Ipea, que analisa a efetivação da Lei Maria da Penha.

Muito obrigada a todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR (13ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA (15ª REUNIÃO) e 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO – CTBHSF, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 20 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte de maio dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, nos termos do art. 113 caput, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se em Reunião Conjunta, com a presença dos Senadores Benedito de Lira, Blairo Maggi, Cássio Cunha Lima, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Delcídio do Amaral, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Humberto Costa, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Pimentel, Lídice da Mata, Paulo Rocha, Raimundo Lira, Sandra Braga, Simone Tibet, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes; Senadores não Membros: Ana Amélia e Omar Aziz; Deputados Givaldo Carimbao, Waldir Maranhão, Aguinaldo Ribeiro e Beto Rosado. Deixam de comparecer os Senadores: Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ciro Nogueira, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, Jader Barbalho, João Alberto Souza, João Capiberibe, José Medeiros, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa, Reguffe, Ricardo Ferraço, Roberto Rocha, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Tasso Jerissati, Valdir Raupp e Walter Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião Conjunta destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs RDR nº 3/2015 e RDR nº 22/2015 – CDR, de autoria do Senador Davi Alcolumbre; e RDR nº 07/2015 – CDR, de autoria Senador José Pimentel; Requerimento nº 1/2015 – CMA de autoria do Senador Otto Alencar; e conta com a participação da CTBHSF, conforme Requerimento nº 1/2015 de autoria do Senador Humberto Costa, para ouvir o Ministro de Estado da Integração Nacional, Excelentíssimo Senhor Gilberto Magalhães Occhi, sobre as obras de transposição do Rio São Francisco e sua bacia hidrográfica, bem como as metas da pasta para os próximos quatro anos. O Presidente convida a compor a mesa o convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi. Por solicitação do Ministro são chamados para compor a mesa o Senhor Adriano Pereira Júnior, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, e o Senhor Osvaldo Garcia, Secretário de Infraestrutura Hídrica. Usam da palavra os Senadores: Humberto Costa, Gladson Cameli, Sandra Braga e Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Jorge Viana e Benedito de Lira, Omar Aziz. O Presidente solicita a dispensa da leitura da Ata da Reunião e sua aprovação, é

dispensada a leitura da Ata e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente da CTBHSF e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Raimundo Lira**, Presidente da Comissão Temporária Para Acompanhamento Das Obras Da Transposição E Revitalização Da Bacia Hidrográfica Do Rio São Francisco – CTBHSF.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes e Temporárias, sendo a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Transposição e da Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Convido o Senador Douglas Cintra para conduzir, até esta mesa, o Ministro da Integração Nacional, Sr. Gilberto Occhi. (*Pausa.*)

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania; e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Gilberto Magalhães Occhi, que está conosco, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, *caput*, §1º, e com o art. 58, §2º, III, da Constituição Federal, para expor sobre as obras de transposição do Rio São Francisco e sua bacia hidrográfica, bem como as metas da pasta para os próximos quatro anos.

São muito importantes, de fundamental importância para o Nordeste brasileiro, as obras de transposição do Rio São Francisco e, em consequência, paralelamente a esse trabalho, a revitalização do Rio São Francisco, porque, se não houver um trabalho firme, constante, permanente de revitalização do Rio São Francisco, daqui a duas ou três décadas os efeitos, os resultados positivos dessa transposição poderão ser prejudicados por falta d'água. Portanto, estamos aqui atentos para ouvirmos e discutirmos essa questão e, com muita satisfação, temos aqui a presença do Ministro da Integração Nacional, Sr. Gilberto Occhi, que terá à sua disposição um tempo de até 1h30, para fazer a sua exposição. E, em seguida, abriremos o debate entre as Sras. e os Srs. Senadoras presentes.

Com a palavra, portanto, o Sr. Ministro Gilberto Magalhães Occhi.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Muito bom dia, Senador e Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Queria só pedir um adendo, Ministro, para dizer que esta é uma reunião conjunta de três Comissões. Temos aqui, ao nosso lado, o Presidente da CDR, o nosso estimado amigo Senador Davi Alcolumbre, que também acompanha, com todo o cuidado e com muita dedicação, a palavra do Sr. Ministro.

Portanto, Ministro, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Muito obrigado, Presidente, Senador Raimundo Lira, Presidente da Comissão para Acompanhamento das Obras da Transposição e da Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, quero saudá-lo e também ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Senador Davi Alcolumbre. Quero saudar aqui todos os Senadores presentes, todos os Parlamentares, as equipes do Ministério da Integração, da Codevasf, do DNOCS, da Sudam, da Sudene e da Sudeco, que acompanham esta audiência, que são os universitários, no caso de necessidade de uma ajuda de respostas. Quero cumprimentar as senhoras e os senhores.

Fizemos uma apresentação que traz informações básicas sobre o Ministério da Integração e, ao final, colocamos também a visão do Ministério da Integração para os próximos anos, e não só para os próximos quatro anos, até 2018, mas também uma visão um pouco mais além, que é uma forma de nos prepararmos para o futuro.

Nessa apresentação, queremos apresentar a estrutura do Ministério, as coligadas e as que são vinculadas ao Ministério, o que cada uma delas faz e o que já fizeram nos últimos quatro anos, para que a gente tenha uma noção não só da realização, mas também das oportunidades que possam ser vislumbradas por todos, mas especialmente pelos Parlamentares aqui presentes e por essas duas Comissões ou a terceira Comissão aqui também representada pelo Senador Otto Alencar – já tivemos a oportunidade de conversar com ele outras vezes também.

Mas, seguindo à apresentação, falo aos dois Presidentes das duas Comissões, vamos usar aqui um tempo que não ultrapassará uma hora, é menos de uma hora. Levaremos talvez 40 minutos, 35 minutos, com essa

apresentação. E depois me coloco à disposição, junto com todos os Secretários e presidentes dos órgãos, para que a gente possa esclarecer as dúvidas existentes.

Seguindo aqui o nosso objetivo maior, Presidente, são esses quatro grandes eixos: a redução das desigualdades, que é um trabalho estabelecido nos últimos anos pelos Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma; a irrigação, que está diretamente voltada ao Ministério da Integração Nacional; a segurança hídrica, hoje muito demandada não só no Brasil, mas em todos os outros lugares do mundo em que há carência da água; e a proteção civil, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Então, esses são os nossos eixos de atuação.

Aqui, nós temos as Secretarias que compõem o Ministério e as empresas que são coligadas e vinculadas ao Ministério. Temos a Secretaria de Infraestrutura Hídrica; Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria Nacional de Irrigação; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; e Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais. Entre as empresas, as cinco empresas: Codevasf, DNOCS, Sudam, Sudeco e Sudene.

Aqui, falando um pouco de cada uma, é um eslaide, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica trabalha com obras de abastecimento hídrico e obras de macrodrenagem; a Secretaria de Desenvolvimento Regional, com os planos de desenvolvimento regional, o Programa Água para Todos, do Governo Federal, e as rotas de Integração nacional, incluindo também aqui as faixas de fronteira, que são ligadas ao Ministério da Integração; a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais trabalha com os fundos de desenvolvimento regional, os fundos constitucionais e os incentivos fiscais; a Secretaria Nacional de Irrigação, com os projetos públicos de irrigação e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, com a prevenção e mapeamento de desastres, ações de resposta e ações de reconstrução que temos feito.

Nas vinculadas, temos aqui a Codevasf e o DNOCS também, com foco voltado para obras de abastecimento hídrico, agricultura irrigada, revitalização de bacias, inclusão produtiva, o Programa Água para Todos, o programa de cisternas e sistemas, as operações do Pisf. A Codevasf hoje é a responsável legal pela operação do Pisf. Ela que é indicada, nesse sentido, para operar, em função de decreto presidencial. O DNOCS, com obras de abastecimento hídrico e ações de pesca e aquicultura. A Sudam, a Sudene e a Sudeco têm estruturas semelhantes: integração, infraestrutura e expansão econômica, nas Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste; uma transformação produtiva, uma atração de investimentos, através do fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs); e a redução das desigualdades intra e inter-regionais. Esse é o trabalho que essas empresas desenvolvem, no sentido de buscar, cada vez mais, o desenvolvimento de cada uma das regiões a que são vinculadas.

Com relação à Secretaria de Infraestrutura Hídrica, queríamos mostrar um pouco daquela visão hídrica e do mapa da infraestrutura hídrica no Nordeste, em que temos uma ramificação das ações. Olhando aqui, temos o Rio São Francisco; a Barragem de Sobradinho aqui nessa parte; continuando o Rio São Francisco aqui; temos a Barragem de Itaparica, e segue dividindo os Estados de Sergipe e Alagoas, com a foz aqui nessa divisão entre as cidades de Brejo Grande e Piaçabuçu.

Daqui, em Cabrobó, sai o Eixo Norte do São Francisco, e, daqui de Petrolândia, sai o Eixo Leste da transposição do Rio São Francisco. Todos os dois eixos terminam na Paraíba, no Estado da Paraíba.

E, olhando o mapa, temos hoje o Reservatório de Orós e, aqui, o Reservatório do Castanhão.

As águas que chegarão aqui na Paraíba, em São José de Piranhas, terão oportunidade de entrar no Rio Piranhas, seguir pelo Piranhas-Açu e ir até o Rio Grande do Norte, abastecendo essa região.

Da mesma maneira, olhando as cores, o que é verde já está concluído. Nós temos aqui a Adutora do Oeste, em Pernambuco, a Adutora do Pajeú até essa parte aqui, também em Pernambuco, o Canal do Sertão Alagoano, captando direto de Paulo Afonso, com 60km já concluídos, as obras do Cinturão das Águas em Fortaleza, o Ramal do Trabalhador também levando água para Fortaleza – obras já concluídas.

Obras em execução são as de cor mais laranja, como essa daqui. Aqui é o Cinturão das Águas. Essa obra é o Eixo das Águas, já concluído. Essa captação no Ceará, lá no Castanhão, abastece toda a região metropolitana e essas obras aqui.

No Estado da Paraíba, nós temos em execução a Vertente Litorânea, essa obra aqui. Nós temos também em execução, no Estado de Pernambuco, as obras da Adutora do Agreste, essa obra mais alaranjada. Nós temos em execução a continuidade da Adutora do Pajeú, obra que chegará até a Paraíba também, deixando água em três ramificações. E nós temos também em execução, no oeste de Pernambuco, a Adutora do Chapéu, Ramal do Chapéu.

Então, eu queria passar para os senhores que essas são as obras. O que está em amarelo são as obras para o futuro. É a previsão de investimentos no futuro: obras no Piauí, como as barragens, as obras de Piauís – e farei um pouco mais à frente – e Bocaina, também no Piauí; aqui na Bahia, o Eixo Sul, que capta água também diretamente do Rio São Francisco. Nós temos aqui o Canal de Xingó, que levará água para o Estado de Sergipe

e a continuidade de outras obras aqui, como a continuidade da Adutora do Agreste, que terá aproximadamente 1.200km de adutora que abastecerá.

Então eu queria mostrar para os senhores um mapa de infraestrutura hídrica concluído e em execução. Essa é a obra do Ramal do Agreste, abastecerá a Adutora do Agreste; ela está em processo de licitação. Então, nós temos obras concluídas, obras em execução e obras que estão em estudos, em planejamento, como o Ramal do Salgado, o Ramal do Apodi e o Ramal de Piancó. Essas marcas vermelhas são o futuro, como também o de Entremontes, em Pernambuco.

Essas são as projeções futuras que estão em estudos, outras já têm os projetos, mas o que eu gostaria de mostrar é uma visão global da solução hídrica para a Região Nordeste brasileira.

As obras estruturantes que estamos tocando na Região Nordeste e também em outros locais, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Falar para os senhores sobre a obra do canal do Sertão Alagoano, uma obra de R\$2,2 bilhões, com 67% de execução; obra Adutora do Algodão, na Bahia, 90% já executados; o Cinturão das Águas, obra importante que vai levar água para Orós e dali para o Castanhão e dali para Fortaleza, R\$1,1 bilhão, 20% executados; vertente litorânea na Paraíba, R\$875 milhões, 38% executados; Adutora do Agreste, em Pernambuco, 61%; Adutora do Pajeú, somando as duas etapas, 63%; Sistema de Pias e Bocaina, no Piauí, com 73%, também uma parte já executada e concluída; a Barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte, com 28% de execução; lá no Rio Grande do Sul, a Barragem Arroio Taquarembó também com 41% de execução; a Barragem Oeste e Sul com 58% de execução, em Santa Catarina e, finalmente, uma obra em Sergipe, que é o sistema Tomar do Geru, com 60% de execução.

Todas essas obras estão em andamento, e nós temos a certeza de que a sua conclusão dentro de uma obra estruturante como é a da transposição, juntamente com a transposição e com a permanente revitalização das Bacias do Rio São Francisco, nós temos certeza de que levaremos uma segurança hídrica bem maior para essas regiões, principalmente para o Semiárido nordestino.

Queria só mostrar onde se localizam essas 11 obras. O Canal do Sertão Alagoano, essa parte verde, já está concluída; a cor laranja, em execução e o amarelo é um trecho projetado para a continuidade, porque essa obra terá continuidade até o Trecho 8, que virá até Arapiraca. O que temos de realidade é: água já correndo nesse trecho, execução de obras com 90% do terceiro trecho executados e 30% do quarto trecho. E aqui um projeto que está à disposição.

Aqui é a Adutora do Algodão, lá no sul da Bahia, uma obra que capta água no próprio São Francisco e traz água para essa região no sudoeste da Bahia, com 90% já executados.

Aqui é o Cinturão das Águas, CAC, lá no Ceará. O que estamos executando é o Trecho 1 do Cinturão das Águas. Como nós falamos, essa obra captará água em Jati, levará para esse rio, que abastecerá e perenizará o Orós, que levará para o Castanhão, o qual, assim, abastecerá com tranquilidade a região metropolitana de Fortaleza.

Aqui é a Vertente Litorânea, uma obra que capta água no Acauã e levará para essa região da Paraíba.

Ao finalizarmos a obra da transposição do Eixo Leste, quando chegarmos aqui em Monteiro, essa água dará segurança hídrica para essa região, abastecendo diretamente esse local.

A próxima obra é a Adutora do Agreste. O que temos contratada é a parte mais laranja aqui, é essa parte que está em execução, cerca de 450km de adutora, que será abastecida com a solução final pelo Ramal do Agreste, que está em licitação, e poderá ser complementada nas demais etapas da Adutora do Agreste, que totalizariam cerca de 1.200km de adutora nessa região de Pernambuco.

A Adutora do Pajeú. Conforme eu disse, a parte verde já está executada, em funcionamento, e a complementação dela se dá na parte mais laranja, aqui, aqui e aqui, chegando a água até a Paraíba também, porém, oportunizando que esses outros ramais de adução sejam executados diretamente da Adutora do Pajeú.

No Piauí, o Sistema Pias e Bocaina, sendo que uma parte de Pias já concluída, e Bocaina, em execução. E mais: uma obra da Barragem de Milagres, que também está numa fase de início de execução.

No Rio Grande do Norte, a obra em execução é a Barragem de Oiticica, com a qual esperamos dar segurança nessa conclusão do Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco, que entrará no Rio Piranhas, seguirá pelo Piranhas-Açu e abastecerá toda essa região. Da mesma maneira que, ao começarmos as obras do Ramal do Apodi, nós deveremos levar a solução hídrica para a região de Mossoró, que fica aqui para cima.

Aqui no Rio Grande do Sul, nós estamos construindo a Barragem de Taquarembó. Essa é a região mais ao sul do Estado do Rio Grande do Sul.

No oeste e sul de Santa Catarina, nós estamos construindo duas barragens, uma aqui na região oeste e outra mais ao sul. Essas duas são as Barragens Oeste e Sul, com quase 60% de obras já executadas.

E, em Sergipe, nós citamos a Adutora de Tomar do Geru, porém nós temos aqui a Adutora do Alto Sertão e a Adutora Sertaneja, que também irá trazer solução hídrica.

Com certeza aquela obra que é o Canal de Xingó, que está em projeto ainda, ao trazer a água dessa região, que está em Paulo Afonso, para essa região mais ao noroeste do Estado de Sergipe, dará tranquilidade hídrica com essas duas adutoras.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional ficou responsável pelo Programa Água Para Todos. Aqui é só uma prestação de contas do Programa Água Para Todos Cisternas, em que o Governo Federal tinha uma meta de 750 mil instalações de cisternas com o Ministério da Integração, o MDS, a Funasa e a Fundação Banco do Brasil e conseguiu concluir, até o ano de 2014, 781. E hoje tem cerca de 1,2 milhão de cisternas já instaladas em toda essa região do Semiárido, pegando do Maranhão até Minas Gerais, abrangendo uma parte do Espírito Santo, Bahia e demais Estados do Nordeste.

Também na questão dos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA) foram executados, pelo Ministério da Integração, 1.700 sistemas, beneficiando 68 mil famílias. E cada sistema atendendo cerca de 40 famílias por meio desse Sistema Simplificado. Isso traz segurança também para essa região, através da perfuração de poços e da elaboração de sistemas.

Na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, com abrangência muito mais nacional, o que nós estamos mostrando aqui é o apoio e que, em função da crise hídrica recorrente no Nordeste, é ali que se concentra quase 60% de todo o investimento dos últimos quatro anos do Governo Federal, principalmente com a Operação Carro-Pipa, que traz um diferencial na resposta.

A prevenção é um trabalho compartilhado com outros ministérios, principalmente o Ministério das Cidades. Entendendo que recuperação é o restabelecimento do funcionamento de uma cidade e também a reconstrução daquilo que foi destruído, nós temos como resposta as ações mais vultosas no sentido de chegarmos a R\$3,3 bilhões. Mas chamo a atenção para R\$2,8 bilhões para o Nordeste, principalmente nas Operações de Carro-Pipa e assistência humanitária, que são os *kits* que nós enviamos imediatamente, como cesta básica, água potável, *kits* de higiene e de limpeza, como também colchões, madeiras e combustíveis que nós encaminhamos às cidades, como na última segunda-feira, quando estive com o General Adriano, Secretário Nacional de Defesa Civil, no Estado do Amazonas, e encontramos uma cidade de cerca de 11 mil habitantes totalmente, totalmente encoberta pelas águas. Não existe um imóvel que não tenha água cobrindo no mínimo 30 a 40 centímetros de suas casas. As escolas estão interditadas, o único hospital da cidade, interditado. Então, essas são as respostas que nós temos que dar, através da Defesa Civil, para todas as regiões brasileira.

Digo isso porque este ano nós tivemos de quatro a cinco eventos anormais, como as cheias na Região Amazônica e no Acre, em janeiro, e agora, no Amazonas, em março e abril principalmente, e também agora em maio. Portanto, as águas estão correndo nos Rio Amazonas, Rio Solimões e Rio Tapajós. Tivemos aquele incêndio em Santos, no qual atuamos dando apoio à Defesa Civil. E é a Defesa Civil, através do Ministério da Defesa, apoiando lá. Tivemos aquele tornado em Xanxerê, em Santa Catarina, como tivemos, recentemente, lamentavelmente, os deslizamentos em Salvador, provocando a morte de 20 pessoas, no qual nós estamos apoiando tanto o Estado quanto a cidade de Salvador, a cidade de Lauro de Freitas e outras cidades daquele Recôncavo Baiano que estão sofrendo com as chuvas intensas lá.

Então eu queria só chamar a atenção para a forma como nós estamos apoiando, através do Ministério da Integração, a solução desses eventos no Brasil de uma maneira geral.

Aqui é a Secretaria de Irrigação. Nós estamos trabalhando na regulamentação da Política Nacional de Irrigação, uma minuta de decreto, para regulamentar a Política Nacional de Irrigação. Concluimos e apoiamos dois Planos Diretores Estaduais, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Estamos em elaboração em mais dez regiões brasileiras: Brasília, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará, Tocantins, Maranhão e Piauí, concluindo também a primeira fase do Sistema de Informações sobre Projetos Públicos de Irrigação (Sinir).

Temos também um apoio ao Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidir), que é um apoio para os projetos de irrigação que nós construímos. Isso é uma desoneração de que tratamos lá no Ministério também, e apoiamos esse tipo de desoneração. Também estamos estruturando Critérios para Transferência de Gestão, visando à emancipação efetiva dos perímetros. E gostaríamos de informar que estamos trabalhando fortemente na melhoria da eficiência dos perímetros irrigados.

Num momento desse de crise, nós precisamos trabalhar com esse foco também. Estamos desenvolvendo projetos através do DNOCS, da Codevasf e da própria Secretária, projetos que possam trazer melhor eficiência da irrigação com a redução do custo da energia e da água, o aumento da área produtiva e, consequentemente, da produção.

Nós apoiamos 55 obras de irrigação com uma área de 238 mil hectares, com o aporte do Governo Federal de R\$4,4 bilhões em todas as regiões brasileiras, mais concentrado especificamente na Região Nordeste também.

Secretaria de Fundos. Quero dizer que nos últimos quatro anos nós investimos cerca de R\$103 bilhões. É um investimento significativo também nessas regiões, nos últimos quatro anos, através, é claro, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Aqui é só um mapa em que uma parte do Maranhão é compartilhada com a Sudam e com a Sudene, e o Estado do Mato Grosso é também compartilhado com a Sudam e com a Sudeco.

Em termos de incentivos fiscais, que começaram a ter uma procura maior, nós já disponibilizamos e autorizamos a desoneração e o apoio de R\$31 bilhões, o que gera projetos de R\$212 bilhões nas Regiões Norte e Nordeste. A Região Centro-Oeste não tem incentivo fiscal dessa natureza como existe nas outras duas Superintendências.

Aqui, dois exemplos de iniciativas. Recentemente, a Presidenta Dilma teve a oportunidade de inaugurar, em Pernambuco, a Fiat Chrysler, que agora produz o Jeep, em que o Governo Federal apoiou, num projeto de R\$10 bilhões, mais de R\$6 bilhões entre BNDES e o BNB.

Aqui o valor de participação do Banco do Nordeste, através da Sudene, foi de R\$3,2 bilhões. E aqui, na Região Norte, em Rondônia, também gerando dois mil empregos; aqui 16 mil empregos, projeto de R\$287 milhões, um investimento de R\$171,9 milhões.

A Sudam, também da mesma maneira, investiu R\$25 bilhões entre os fundos de desenvolvimento e fundo constitucional. Olhando o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, ela apoiou 17 projetos, investiu R\$3,9 bilhões, alavancou uma obra ou um volume de obras de R\$17 bilhões, gerou 70 mil empregos e atendeu a sete Estados da região.

Incentivos fiscais. Vocês veem que a renúncia do incentivo fiscal, em que as empresas, ao invés de recolher o Imposto de Renda, investem no seu projeto, fizeram essa transformação de R\$16 bilhões de Imposto de Renda também num volume de R\$120 bilhões de investimentos.

Entendo que, nessa política de incentivo fiscal, temos condições de continuar a investir cada vez mais, gerando empregos naquela região e atendendo nove Estados englobados pela Sudam.

Aqui, alguns projetos que a Sudam apoiou: Manaus Transmissora de Energia, Porto Franco Energética, Alubar Metais e Cabos e a Brazservice Wet Leather, uma implantação de curtume, lá no Mato Grosso. Então, aqui no Mato Grosso, no Pará, no Amazonas e em Tocantins.

Na questão da Sudene, da mesma maneira, chamo a atenção, não só o valor maior que é da Sudene, dos R\$103 bilhões, 50% dos fundos constitucionais ficam na Sudene; os incentivos fiscais da Sudene também, da mesma forma, numa renúncia do Imposto de Renda ou num redirecionamento do Imposto de Renda, gera aqui investimentos de R\$92 bilhões, também gerando 142 mil empregos na região.

Obras na Região Nordeste. Aqui, Foz do Atlântico, em Recife; a Transnordestina Logística, também em vários Estados – essa é uma obra que ainda está em execução. E temos aqui Companhia de Cimento da Paraíba, também R\$700 milhões, um valor financiado de R\$303 milhões.

Na questão do Centro-Oeste, como eles não têm os incentivos fiscais, só citamos aqui o Fundo de Desenvolvimento. Dos R\$21 bilhões, entre fundo constitucional e fundo de desenvolvimento, o fundo de desenvolvimento da Região Centro-Oeste aportou R\$532 milhões, gerando aí um investimento total de R\$900 milhões e 3.500 empregos gerados. Obras como a Caoa, em Goiás, e obras como Noble Brasil, lá no Mato Grosso.

Passando para o DNOCS, algumas atividades do DNOCS, como a piscicultura, com a produção e a distribuição de alevinos; temos também os perímetros de irrigação; temos as barragens, que são administradas e construídas também pelo DNOCS; temos os açudes, as adutoras e a construção de poços. Por isso, aqueles sistemas simplificados dentro do Programa Água para Todos, com a construção de 1.233 poços em operações nos nove Estados em que o DNOCS atua.

Com relação à Codevasf, temos também o Programa Água para Todos, com instalação, pela Codevasf, de 185 mil cisternas; os perímetros irrigados, especialmente esses perímetros de Petrolina e Juazeiro, Janaúba, Formoso e Jaíba; a oferta de água; a implantação da primeira Adutora do Algodão, lá na Bahia, e, principalmente, a revitalização da Bacia do São Francisco, em que a Codevasf, só para a Bacia do São Francisco, tem um projeto de R\$2,3 bilhões para implementação de ações de combate à erosão, de saneamento ambiental e também de revitalização. Destes R\$2,3 bilhões, a Codevasf já investiu, aplicou e construiu R\$1,750 bilhão.

Então, os investimentos que a Codevasf tem feito na Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba são de R\$2,8 bilhões, tanto em esgotamento sanitário, em resíduos sólidos, em processos erosivos e nas ligações intradomiciliares com relação ao esgotamento sanitário.

Aqui, alguns exemplos das ações da Codevasf. Aqui é a limpeza do Rio Gorutuba, lá em Minas Gerais, a diferença do antes e do depois. Temos aqui também a contenção de erosão na margem do Rio São Francisco; temos as ligações intradomiciliares, também lá em Minas Gerais. Quero dizer que o Estado de Minas Gerais

concentra 70% das contribuições para a formação do Rio São Francisco. Então, os investimentos de revitalização devem estar mais concentrados em Minas Gerais, porém, toda calha do Rio São Francisco.

Aqui também, da mesma maneira, o resíduo sólido, lá também em Minas Gerais; aqui obras de esgotamento sanitário no Piauí e em Minas Gerais também.

Aqui, finalizando a nossa apresentação, as informações sobre a obra da transposição do Rio São Francisco.

Dizer aos senhores que a obra, no *status* do mês de abril – aqui já estamos em abril – , está com 74,5%. Isso quer dizer que, quando chegamos ao Ministério, essa obra estava com 69,2%, portanto, estamos andando com a obra desde janeiro, com cerca de 1,1% ao mês; é uma obra grande, mas temos um permanente investimento nela e ela tem tido um crescente aumento de sua execução.

Podemos ver, pela curva, que desde o mês de janeiro até o mês de abril, essas quatro bolinhas, ela está crescendo gradativamente. Prova disso, é essa linha aqui. E quero dizer que, nos últimos quatro anos, fizemos questão de trazer – 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 – , que em nenhum ano, apesar desse momento que estamos vivendo, essa obra chegou no seu acumulado em abril – aqui é o acumulado – num valor de desembolso e de execução como chegamos aqui nesse abril de 2015, quase R\$600 milhões, e, nos outros anos, o maior dos valores foi R\$277, aqui embaixo.

Queria chamar a atenção sobre a importância que está sendo estabelecida pelo Governo Federal, pela Presidenta, pelo Ministério, pela importância e a necessidade dessa obra na Região Nordeste do Brasil.

Aqui é só uma separação dos avanços físicos de cada trecho da obra. Nós temos um descompasso apenas nessa Meta 2, e a razão desse descompasso é que tivemos a paralisação e a saída da empresa, a desistência da empresa em tocar a obra, a empresa responsável por esse eixo, por essa meta. E aí isso nos causa um atraso significativo por conta de fazer um novo procedimento licitatório e trazer aí uma nova empresa.

Aqui os senhores podem ver que a mobilização de empregados é esse número aqui: 2.700 empregados trabalhando aqui, 1.800 aqui, dois mil aqui, 200 aqui, que já está finalizando; 1.400 aqui e cerca de 900 empregados trabalhando nesse trecho aqui.

Aqui é o volume de empregados diretos trabalhando nessas obras. Chegamos no final, em meados de 2014, com 11 mil – foi o auge – , depois tivemos uma redução e, agora, tivemos um leve aumento, porque aquela empresa, que está ali executando a segunda etapa do Eixo Norte, retomou a obra com mais velocidade, e aí está contratando mais. Então, tivemos um incremento, de um mês para o outro, de cerca de 100 empregados. E aqui também são as máquinas que estão disponíveis, a mobilização de máquinas que estão disponíveis no canteiro de obra.

Projeto de Integração tem também ações ambientais, pois é a grande preocupação. Essa linha mais escura não é o rio, é uma área de atuação da Bacia do Rio São Francisco que está aqui. Essa é a uma área direta de atuação da Bacia. E aqui está o Eixo Norte, aqui o Eixo Leste, e temos 17 Municípios com ações socioambientais diretamente sendo executadas.

Temos, na área azul – que é essa área mais azul aqui dos dois trechos – , área de influência direta, 41 Municípios; e aqui a área de influência indireta em toda essa região, que será beneficiada pelas obras, temos cerca de 332 Municípios.

Esses 390 Municípios são, preliminarmente, os Municípios, nesse momento, atendidos e que serão contemplados. Claro que, com a conclusão da obra e com suas ramificações, a tendência é de se ampliar o número de Municípios atendidos aqui.

Quero só passar, nesse eslaide, sobre os projetos ambientais, mas dizer que, para esse programa, o investimento previsto é de quase um bilhão de reais, dentro também das obras da transposição do Rio São Francisco, e a sua execução está compatível com a execução das obras.

Aqui é um exemplo de reassentamento de famílias que estavam residindo ou na calha ou na área de abrangência da própria transposição. E é dessa maneira que estamos reassentando as famílias em vilas produtivas rurais, 845 famílias nos dois Eixos, entregando a elas uma nova moradia, uma nova área de irrigação e condições melhores para que elas possam produzir ruralmente essa sua sobrevivência, forma de manter as suas famílias.

Para o Eixo Norte, temos esse planejamento. Aqui, se pudéssemos colocar isso numa linha só, a obra começa aqui, há uma primeira estação elevatória, uma segunda, uma terceira, ela começa aqui, continua aqui, vem por gravidade, entra nos túneis e chega até São José de Piranhas, na Paraíba. Sai de Cabrobó, em Pernambuco, e chega em São José de Piranhas.

Aqui os senhores tem as informações, nessa Meta 1: 77% da sua execução; na Meta 2: 55%; e, na Meta 3: 83%.

Aqui são apenas algumas fotos que estamos mostrando daquilo que já está concluído. Isso aí é um aqueduto, já está concluído, a água passará por aí. Aí temos estação de bombeamento, a Estação nº 2. Aí é a visão

da 3, que está construída. Aí são os canais, os reservatórios, o túnel – o maior túnel que temos conhecimento aqui no Brasil de 15km – e a sua execução. Esse túnel já está com a escavação concluída. Aí é outro túnel, com 4km já concluído.

E o Eixo Leste, da mesma maneira, estamos aqui na Meta 1, com 93% e, nesse eixo, quero só chamar a atenção, a elevação da água, para que ela possa chegar a Monteiro, na Paraíba, é de cerca de 340 metros. Cada uma dessas elevatórias – e aqui são seis – têm uma metragem, mas, se somarmos todas essas teríamos uma altura de 340m de altitude para bombeamento da água, para que ela possa chegar a alguns trechos por gravidade, em outros ela sobe novamente e vai por gravidade, e assim vai.

Aqui alguns exemplos. A captação em Petrolândia; a Barragem de Itaparica; o Canal de Aproximação; a estação já pronta, as bombas. Aqui a água já chegou. Nós chegamos a essa reservação. Logo depois do bombeamento, entra aqui no canal, o canal segue. Já temos um aqueduto. Já temos esse Reservatório de Areias já com a água do Rio São Francisco. E as outras obras de elevação, com outro túnel também.

Para concluir, Srs. Presidentes, eu queria mostrar aqui só o que nós pensamos para o futuro dentro do Ministério da Integração.

Nossa visão é: promover e reformular a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Isso englobando toda a região brasileira, todo o território brasileiro; fortalecer o desenvolvimento e a integração das faixas de fronteira. Nós temos uma enorme oportunidade de trabalhar as faixas de fronteira, que têm como faixas 150km em toda a fronteira brasileira; temos também a necessidade de estruturar alternativas de *funding* para o fomento do desenvolvimento regional; nós temos não só os fundos constitucionais e os fundos de desenvolvimento, mas nós precisamos agregar para as demais regiões a oportunidade de criarmos essas alternativas de *funding*; criar um comitê de gestão integrada dos fundos regionais; uma política de apoio à proteção e Defesa Civil. A cada dia que passa, nós estamos percebendo a recorrência cada vez maior dos eventos naturais, não só da seca, mas das cheias e também de outros eventos. E é necessário que nós possamos ter uma política voltada à proteção e Defesa Civil, mas também o fortalecimento das Defesa Civil estadual e municipal para que nós possamos dar cada vez mais respostas e agir de maneira preventiva, para que os riscos possam ser diminuídos gradativamente. Ampliar os termos de cooperação internacional para essas discussões de desastres naturais. Ontem, mesmo, recebemos uma equipe, do Japão, especializada em monitoramento de desastres naturais. Os desastres que acontecem naquela região asiática são diferentes dos nossos, mas a busca pelas soluções e alternativas é a mesma. Discutir a funcionalidade do Funcap, o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e a continuidade e conclusão do Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica; estabelecer regras antecipadas para política de irrigação. Nós precisamos organizar melhor essa questão da irrigação no Brasil. Mudar e melhorar a atuação dos perímetros de irrigação de maneira a dar uma melhor eficiência; elaborar o Plano Nacional de Convivência com a Seca, que se torna agora mais recorrente, não só no Nordeste, mas em outras regiões brasileiras; continuidade e a conclusão do Plano Nacional de Reabilitação de Barragens – isso é importante e fica ainda, muitas delas, sob a responsabilidade do Governo Federal, através do DNOCS ou através da Codevasf –; e um novo modelo de gestão para as obras concluídas.

Eu queria agradecer a oportunidade e me colocar à disposição, juntamente com todos do Ministério da Integração e das companhias vinculadas, para os questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Sr. Ministro.

Dentro dos assuntos tratados, cada uma das Sras. Senadoras e cada um dos Srs. Senadores terão cinco minutos para perguntas ao Sr. Ministro, assegurado igual prazo para a resposta, que poderá ser contraditada pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Não vou levar em consideração intercalar os oradores por Partido. Vamos fugir um pouco aqui do Regimento e colocar pela ordem de inscrição.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem. Eu quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Blairo Maggi, à sua esquerda.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, V. Ex.^a poderia verificar se meu nome está inscrito na lista? Senador Gladson Cameli.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está, Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como autores dos requerimentos, os Srs. Senadores José Pimentel e Humberto Costa, terão a palavra em primeiro lugar.

Passo, inicialmente, a palavra ao Senador Humberto Costa, um dos autores do requerimento e Relator da Comissão do São Francisco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Srs. Presidentes, Senador Raimundo Lira, da Comissão Provisória de Fiscalização das Obras do São Francisco, Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CDR, Sr. Ministro Gilberto Occhi, nós já tivemos inclusive a oportunidade de conversar, mas todos estamos muito atentos e, ao mesmo tempo, muito preocupados com este projeto e com os demais projetos de infraestrutura hídrica estruturadores, especialmente do Nordeste, porque nós estamos entrando já em mais um ano de seca, praticamente. E todos essas obras foram – e são – a esperança de que poderíamos resolver definitivamente esse problema da convivência com a seca, da oferta de água para a população nordestina. De modo que todos nós estamos muito preocupados e, ao mesmo tempo, querendo contribuir.

Eu teria algumas perguntas, que vou tentar fazê-las nestes cinco minutos.

De que maneira, neste momento, V. Ex^a imagina que estas Comissões, tanto as permanentes, como as especiais, que estão lidando com este tema da transposição poderiam ajudar o Ministério?

Na sua avaliação, os cronogramas físico e de execução estão consoante o planejamento do projeto?

Do ponto de vista concreto, quando e onde nós teremos a oferta de água para essa população ser beneficiada? Com quais etapas, enfim, nós podemos trabalhar? Infelizmente, o projeto, por conta dos problemas acontecidos, tem a execução diferenciada de acordo com os trechos, com os lotes, qual é a expectativa, seja da entrega parcial da obra, seja da entrega definitiva?

O custo, na avaliação do Ministério, está adequado?

Tem havido ainda aditamentos? O Ministério tem evitado? De que forma esses aditamentos estão sendo feitos, se estão?

Existe segurança técnica para o projeto? Parece que nós tivemos um pequeno problema na Barragem de Areias. Há risco de isso se repetir, como o rompimento de barragens, de adutoras, de represas?

Do ponto de vista comparativo com outras obras de transposição, como já aconteceu nos Estados Unidos, na Espanha, na China, o senhor imagina que temos tido um atraso maior ou estamos dentro do parâmetro de obras com essa magnitude?

Por último, eu queria fazer algumas perguntas mais específicas, porque, de certa forma, dependem também da obra da transposição. No caso de Pernambuco, por exemplo, nós estamos com algumas cidades extremamente importantes, do ponto de vista econômico e social, que se encontram praticamente em situação de colapso. É o caso de toda a área do Polo de Confecções, como Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, enfim, que dependem da Adutora do Agreste e de algumas outras obras também importantes. A Adutora do Pajeú também teve um primeiro momento assim de grande velocidade na concretização da obra e depois que nós atingimos Afogados da Ingazeira estamos tendo um ritmo mais lento. A que se deve? Vai ser possível acelerar novamente, já que esta semana deve estar saindo o decreto de programação financeira por parte do Governo Federal? Como é que o Ministério da Integração está nisso aí?

Algumas outras obras, porque nossa preocupação inclusive é de que possa até se perder o que foi feito, o caso lá de Ingazeira, Barragem de Ingazeira, que é muito importante para aquela região ali também do Pajeú e, segundo as informações que nós temos recebido lá, estaria preste a ser desmobilizada a empresa que está fazendo a obra, há atrasos já, demissões, enfim, todos nós sabemos do momento de dificuldade que nós estamos vivendo, mas eu pergunto qual o critério, qual a ordem de prioridade que essas obras terão?

Outra coisa que eu gostaria de perguntar é em relação àquela obra do Canal do Sertão. Aquela que vai de Petrolina, passando ali pelo Araripe, enfim, que havia toda aquela discussão se deveria ter o traçado mudado, se vai permitir que algumas áreas ali do Araripe sejam irrigadas, porque houve uma mudança do projeto. Em que pé está isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, não. Sendo que é o Canal do Sertão mesmo. O Entremontes é assim e ele vai assim. Sabe qual é, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Exatamente. O que há de novidade nisso? É isso.

Desculpe aí a grande quantidade de indagações, mas é porque a gente é o tempo inteiro cobrado nos Estados.

Obrigado.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Foi pouco, Senador.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI *(Fora do microfone.)* – É o ramal do Entremontes que sai do Eixo Norte aqui, que abasteceria aqui a Adutora do Oeste.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Ministro, por gentileza, o senhor poderia usar o microfone?

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Tudo bem.

É esta daqui?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, não. Eu acho que é...

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Eu não sei de qual o senhor está falando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, ele sabe...

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Qual é?

É essa mesmo. É esta daqui?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Está saindo ali de onde?

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Ali, sai da obra da transposição.

O SR. OSVALDO GARCIA – Na verdade, Senador, se eu estou entendendo que é a obra que o senhor está falando, o Ramal do Entremontes irá substituí-la, porque você vai aproveitar a altura que a água já está ali no canal para evitar o bombeamento. E o Canal do Sertão original tinha um bombeamento, acho, da ordem de 300m, para você chegar até a região de Exu, aquela região lá, não é isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim, exatamente.

O SR. OSVALDO GARCIA – Então, este Canal do Entremontes, ele vai jogar a água no Entremontes, aí depois vão ser feitas umas derivações para poder levar irrigação àquela área.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Então essa é a solução proposta?

O SR. OSVALDO GARCIA – Exatamente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos considerar as perguntas em bloco de três Senadores; em seguida o Sr. Ministro responderá aos Senadores.

Passo a palavra à Senadora Sandra Braga.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Eu não queria fazer nenhuma pergunta porque me sinto satisfeito com a indagação do Senador Humberto Costa, nosso Líder, mas eu queria aproveitar esta oportunidade, se V. Ex^a e a Senadora Sandra Braga permitir para parabenizar o Ministro pelo grande trabalho que ele vem fazendo à frente ao Ministério da Integração Nacional.

Quero agradecer V. Ex^a, porque, quando o Estado do Acre mais precisou, V. Ex^a esteve presente por três dias no nosso Estado, vendo de perto a situação do nosso Estado e, ao mesmo tempo, saiu do Acre e foi ao Amazonas, em Eirunepé, uma cidade próxima à minha terra natal, Cruzeiro do Sul.

Então eu queria parabenizar V. Ex^a e toda a equipe do Ministério da Integração Nacional, e dizer que V. Ex^a cumpre um papel fundamental à frente do Ministério da Integração Nacional.

Parabéns Ministro!

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI *(Fora do microfone.)* – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Sandra Braga.

A SR^a SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Bom dia, nossos Presidentes!

Quero dar um especial bom dia ao nosso Ministro Gilberto Occhi, à sua equipe, ao General Adriano que está aqui presente conosco, da Defesa Civil, que monitora diariamente a situação dos nossos Municípios.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Ministro pela atenção que tem sido dada ao nosso Estado. Desde as primeiras horas, quando estivemos em seu Ministério, eu soube que o senhor esteve recentemente, segunda-feira, em Anamá, cidade toda coberta por água. Naquele Município isso acontece todos os anos e a cidade fica inteira embaixo d'água, o que é um problema para todos, para quem mora lá, para o Estado, para o Governo, para a Prefeitura. Mas a estada de V. Ex^a lá, com certeza, foi para levar, mais uma vez, o seu trabalho e o seu empenho para que minore o sofrimento daquele Município.

Nós estamos com mais de 20 Municípios em situação de emergência. Soube agora que mais quatro Municípios entraram com pedido de calamidade pública. A situação, realmente, ainda é muito crítica no Rio Solimões, pois as chuvas continuam. Portanto, é uma situação que vai se estender por algum tempo mais.

Então, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Ministro com relação a isso.

V. Ex^a afirmou, em sua exposição na Comissão de Mudanças Climáticas, aqui no dia 13, que uma das diretrizes para a realização de investimento pelo Ministério da Integração Nacional é reduzir os riscos associados a eventos críticos como seca e inundações. Em vista disso, pergunto a V. Ex^a se o Governo Federal já definiu uma estratégia de atuação com vista a reduzir os efeitos das inundações que, cada ano, desalojam milhares de famílias em diversas cidades do interior do Amazonas, atingidas pelas cheias dos grandes rios nessa região.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Elmano Férrer. Antes, porém, Senador, eu gostaria de convidar o General Adriano, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para compor a mesa aqui.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Senadores Raimundo Lira, Davi Alcolumbre, meu estimado Ministro, Gilberto Occhi, e toda a sua equipe que se encontra aqui, a minha pergunta é muito simples. Nós do Nordeste temos visto grandes investimentos ou investimentos médios feitos pelo Governo Federal. E, após o investimento, essas obras feitas, muitas delas pelo DNOCS, pela Codevasf, principalmente o DNOCS, a gente observou que, ao longo da história tivemos problemas gravíssimos de gestão. Acho que, no meu entendimento, esse é o grande problema que nós temos.

A minha pergunta é: o Ministério da Integração, através da Codevasf – admitamos que a Obra nº 6 será concluída no próximo ano –, já tratou da questão da gestão do empreendimento dessa envergadura? No meu entendimento é uma experiência inédita no Nordeste, a primeira grande experiência.

Eu faço essa pergunta porque sou testemunha dos investimentos feitos até aqui pelo Governo Federal diretamente, ou mesmo através de convênios com os Estados e, após a conclusão da obra, a situação é dramática, haja visto o que estamos vivendo hoje. Eu vi aqui o Estado do Ceará, pontuado, ali está, de barragens, mas não feitas a integração. A mesma coisa na Paraíba. E temos problemas gravíssimos de água em muitas regiões, esparsamente distribuídas no território. E nós observamos que o problema está na gestão, não só no setor hídrico, mas de uma maneira geral em todo o País nós temos problemas graves.

Então a minha pergunta é com relação à gestão pós-conclusão do investimento. E a segunda, considerando que a obra está prevista para ser entregue no próximo ano, face aos ajustes que nós temos, os cortes que nós temos, a minha pergunta: vamos ter realmente os recursos para a conclusão dessa obra ou ela será mais uma vez adiada como foi anteriormente?

Essa as minhas perguntas.

Por último, Sr. Presidente congratular com o nosso Ministro pelo trabalho que vem realizando e pela determinação. Aliás, em pouco tempo a gente já nota o esforço pessoal dele e de toda a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Não, apenas para mencionar a presença do General Adriano em nosso Estado também. Parabéns também pelo seu trabalho frente à Defesa Civil!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Ministro Gilberto Occhi para responder as perguntas dos Senadores Humberto Costa, Sandra Braga e Elmano Férrer.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Bem, eu vou pedir permissão ao Senador Humberto e ao Senador Elmano para começar aqui pela Senadora Sandra, pedir essa deferência aos senhores.

Senadora, estivemos segunda-feira lá por determinação da Presidenta, no final de semana nós conversamos e eu pontuei a ela a situação como estava o Estado do Amazonas e ela fez essa determinação para irmos imediatamente. Como a agenda estava muito complicada, tomamos uma decisão de ir logo na segunda-feira.

Queria lhe dizer que encaminhei à Bancada do Estado do Amazonas, na semana passada, uma correspondência que enviamos ao Governador do Amazonas, mas para que toda a Bancada do Amazonas tomasse conhecimento daquilo que o Ministério da Integração já vinha apoiando.

Hoje, o Ministério tem 19 reconhecimentos de estado de emergência nas cidades do Amazonas. Nós sabemos que existem mais e sabemos que existirão ainda mais pedidos, mas eles ainda não chegaram ao Ministério da Integração. E o nosso reconhecimento é imediato, como também a nossa ação independe, porque nós já conhecemos, da decretação ou do reconhecimento do Estado de Emergência. Nós já investimos lá em kits humanitários, que são a cesta básica, a água, a madeira, o kit de limpeza, o kit de higiene, colchões, combustíveis. Todo o apoio que foi possível nós já mandamos diretamente para os Municípios, porque nós temos um contrato com as empresas e essas empresas já se propuseram a entregar aos Municípios. E nós fizemos a indicação de um técnico do Ministério para acompanhar, na balsa, a entrega desse material nos diversos Municípios lá no Amazonas.

Ontem, lá, nós reafirmamos ao Governo do Estado, à Prefeitura de Anamá, que além do apoio que nós vamos continuar a dar, nós vamos também contribuir com a presença do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco da Amazônia, para que eles possam levar a renegociação para todas as famílias atingidas, nessas cidades que já têm o decreto de reconhecimento.

A outra questão é também solicitar aos prefeitos que aqueles trabalhadores que tenham recursos no Fundo de Garantia possam sacar, para restabelecer um pouco a vida, já que alguns perderam muitas coisas, outros tiveram a oportunidade de levantar as suas casas com o apoio tanto do Estado quanto do Governo Federal. Então, esta é a nossa resposta acerca do que estamos providenciando.

Com relação a minimizar o risco, nós estamos trabalhando no monitoramento. Posso até pedir ao General Adriano que, se necessário, ele detalhe um pouco mais. Nós estamos trabalhando no monitoramento e sabemos que as águas que inundaram o Acre, com certeza, elas seguirão para o Estado do Amazonas, essas águas, e Municípios, como Boca do Acre que está ali na divisa com o Acre, mas já no Amazonas, também sofrerão com as enchentes. A própria cheia do Rio Negro e do Rio Solimões vão contribuir para que haja, não só naquelas cidades do Alto Solimões, mas também do Baixo Solimões e, conseqüentemente, vão continuar a encher os rios.

O que estamos fazendo é promover o monitoramento, ajudar preventivamente e tratar de prevenção. Obras preventivas são muito mais difíceis, muitas vezes, são inerentes ao Ministério das Cidades, que faz a prevenção, mas nós também queremos participar, dentro de uma política nacional de Defesa Civil, a fim de que os demais Ministérios tenham uma sintonia maior, para que a gente possa trabalhar, efetivamente, na questão preventiva. Visitamos Brasileia, lá no Acre, e Anamá, no Amazonas, e sabemos que, muitas vezes, as cidades são construídas, têm uma topografia que não permite nenhum tipo de obra preventiva, então, nós teremos que mudar as cidades de lugar. Muitas vezes a necessidade é mudar as cidades de lugar.

Eu queria ratificar, colocar o Ministério à disposição do Governo do Estado, do Estado do Amazonas, mas principalmente da senhora, para que a gente possa apoiar o seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Ministro, gostaria de convidar o Sr. Humberto Costa para compor a mesa, na condição de Relator da Comissão do São Francisco e Líder do PT.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Não sei, General, se o senhor quer fazer algum comentário para a Senadora, que vale também para alguma observação que o Senador Gladson e o próprio Senador Jorge Viana, que está aqui, os quais participaram conosco de todos esses eventos na Região Norte.

O SR. ADRIANO PEREIRA JUNIOR – Bom dia a todos!

É uma satisfação poder estar aqui, nesta Casa, até para prestar um pouco de contas do que nós estamos fazendo no Ministério para que o Brasil tenha um Sistema Nacional de Proteção em Defesa Civil um pouco mais eficiente do que nós temos hoje, porque sempre há o que melhorar.

Senadora, o problema das cheias do Rio Amazonas não tem como nós prevenirmos. Ou seja, não há uma obra que se possa fazer, como em outras áreas, que se faz uma barragem, contendo-se a cheia inicialmente e se soltam depois as águas gradativamente. E nós temos que tentar mitigar. Que a cheia aconteça, mas que não cause danos.

Nós estivemos, como disse o Ministro, em Anamá, em que há uma solicitação da prefeitura, e o próprio Governo do Estado está apoiando, de nós elevarmos mais as casas, evitando, assim, que a cheia atinja a população naquilo que lhe é mais caro, o seu habitat, a sua casa.

Em contrapartida, nós temos uma legislação que diz que nós não podemos aplicar recursos em residências dentro da área risco, ou seja, temos que retirar essas pessoas.

Agora, se nós fizermos uma enquete na sociedade daquela cidade como de outras e dizer que nós vamos mudar a cidade para uma parte alta, a população não quer. Então, eu penso – é um pensamento meu – que nós temos que ouvir a sociedade. Eles querem permanecer ali. Então, ao invés de fazer uma prevenção, que é reduzir o risco de desastre, nós temos que fazer a mitigação. O desastre vai acontecer. O desastre é a cheia, a subida das águas. Mas esse desastre não vai causar danos pessoais, porque nós vamos poder elevar as casas. Vamos trabalhar agora uma forma de ser viável o nosso apoio para que o Estado possa fazer isto: elevar as casas para um nível em que as cheias não as atinjam ou fazer casas flutuantes, como já existem algumas instalações que nós vimos lá. Mas vamos estudar isso, porque prevenir é praticamente impossível. Não existe uma engenharia para isso. Nós podemos mitigar, sim.

Obrigado.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu queria agradecer, mais uma vez, ao Ministro e também ao General Adriano. Como disse, desde o início, o Ministério está não só acompanhando, mas agindo com relação a esses nossos Municípios, então, eu gostaria de agradecer, porque eu estou acompanhando essas entregas, estou acompanhando via prefeituras.

Com relação à situação de Anamá, que é realmente complicada, porque é muito difícil chegar a um acordo com toda a cidade. Mas creio que essa solução de levantar as casas pode ser uma situação que venha a ajudar e a ter o acordo de todo o mundo. É muito importante, sobretudo nas escolas, nos hospitais, porque aquilo se repete todo ano. É um problema que todo ano acontece. Então, é interessante a participação do Ministério, conversando com outros Ministérios, talvez com o Ministério das Cidades, buscar essa solução, o que é importante para nós, para o Município, para o Governo, para a prefeitura.

Eu agradeço, mais uma vez, a atuação e dedicação de vocês, a disposição de irem ao local. Eu sei que o General Adriano faz o monitoramento diário. Quando eu chego lá para dizer que o rio está enchendo, ele já

sabe mais do que eu, pelo monitoramento dele. Sei que vocês estão atentos. Então, esse estudo poderia ser continuado, juntamente com outros Ministérios para que a gente tenha essa solução.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Dr. Osvaldo, Secretário de Infraestrutura Hídrica, vai responder a pergunta do Senador Elmano Férrer, enquanto o nosso Ministro sai um pouco aqui da mesa.

O SR. OSVALDO GARCIA – Senador, esclarecendo as questões que o senhor ponderou, a primeira é em relação à gestão e operação do PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco. Nós damos total importância a isso. Nós temos noção de que uma obra desse tamanho não pode, pura e simplesmente, ser encarada como uma obra. Ou seja, a gestão e a operação dela são tão ou mais importantes que a própria obra, senão ela não vai ter o seu efetivo desenrolar.

Com relação à operadora, ela está definida mediante um decreto presidencial, que é a Codevasf. O que o Ministério da Integração tem feito em relação isso? Tem feito, ao longo e enquanto a obra vai se preparando, reuniões constantes. Existe um grupo de trabalho que está passando toda essa pré-operação para a Codevasf, a fim de que, a Codevasf, quando efetivamente a obra ficar concluída, possa fazer sua operação final.

Lembro também que, para cuidar dessa gestão, existe um conselho gestor, estabelecido também nesse decreto, do qual participam vários Ministérios do Governo Federal – Integração, Fazenda, Planejamento, Meio Ambiente – e também os Governos dos Estados receptores dessa água. Esse conselho gestor faz a gestão macro, e a Codevasf irá fazer a operação do sistema ao longo do tempo.

Nesse período em que estão sendo feitas as entregas parciais, a Codevasf está fazendo uma pré-operação para testar os sistemas e se assenhorear, para que, quando estiver pronta a obra, ela consiga fazer a sua operação corretamente.

Com relação ao cronograma, nós trabalhamos com o cronograma que o senhor citou para tentar acabar a obra até o final de 2016. É óbvio que, por enquanto, esse cronograma está sob controle, ou seja, nós estamos dentro das nossas expectativas. O avanço registrado, nos últimos quatro meses, da ordem de 1,35% ao mês, projeta o término da obra nesse período de que estamos falando, ou seja, o cronograma está dentro das nossas aspirações.

É óbvio que, no cronograma da obra, uma obra complexa dessa magnitude, nós temos que ter algumas coisas muito bem monitoradas o tempo todo. Dependemos do desempenho das empreiteiras que lá estão e estamos acompanhando isso todos os dias. Nós temos uma equipe de campo muito grande fazendo esse monitoramento para que todas essas variáveis sejam concertadas ao longo do tempo e para que sejam tomadas as medidas a fim de que não comprometer o cronograma final.

Com relação à orçamentação, estamos aguardando para ver se estará adequada a esse cronograma, ou não.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Meu Presidente Raimundo, meu Relator Humberto Costa, fica a minha preocupação com relação à gestão de um empreendimento dessa envergadura, do ponto de vista técnico e financeiro.

Além de falar isso, quero repetir algo aqui, meu estimado Ministro, eu tenho mais de 35 anos de serviço público nessa área. Quase todos os investimentos feitos pelos governos, lamentavelmente – o DNOCS é inclusive uma instituição secular –, sendo muitos empreendimentos no Piauí, no Ceará, na Paraíba, não tiveram continuidade.

Há 20 anos, Senador Humberto, fui – digamos – responsável, como Secretário no Piauí, por uma obra importantíssima – creio que o Ministro a conhece –, inclusive à época, esse era o maior empreendimento em termos de barragem de água armazenada, cuja viabilidade técnica desse projeto, com recursos do Banco Mundial, implicava fazer dois mil hectares irrigados. Entretanto, não se fez um hectare. E não é só essa barragem.

Então, a preocupação é com o investimento feito, do qual a sociedade não vai usufruir. Isso acontece, meu Ministro, com muitas barragens feitas pelo DNOCS. Hoje, ninguém sabe de quem é a responsabilidade: se é da União ou se é do Estado.

Vimos, próximas a essas águas armazenadas, cidades inteiras sendo privadas de água para o abastecimento humano. Não estou falando da utilização da água para irrigação.

Então, a preocupação persiste. Amanhã os dirigentes são outros. Os que entram geralmente não sabem, não conhecem o que foi feito, porque não está havendo, digamos, o devido cuidado em colocar dirigentes de instituições com formação compatível com a responsabilidade. Hoje, nós estamos preenchendo os cargos neste País e nos Estados com pessoas que não estão preparadas para o exercício de determinadas funções.

Estou dizendo isso com base em uma experiência vivida. Não é mais aceitável – a sociedade não vai aceitar – que nós continuemos persistindo em determinados erros. E isso tem se perpetrado na história do Brasil, sobretudo na Região Nordeste.

Essa era a observação que eu queria fazer, com muita franqueza, com muita sinceridade. E vou cobrar! Como Senador da República, vou passar aqui oito anos, e vamos ser vigilantes de ações dessa natureza para que proporcionem um benefício direto para a população.

Era só essa observação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Elmano Férrer, a preocupação de V. Exª é pertinente. Eu inclusive havia conversado com o Ministro, aqui na sala, anteriormente, sobre essa questão da eficiência do serviço público na prestação de serviços e na manutenção do patrimônio, que é a coisa mais importante, senão não vamos ter um patrimônio perene, permanente e sempre crescente.

Aproveito as palavras de V. Exª para que nós Parlamentares do Nordeste brasileiro, Senadores e Deputados, possamos fazer um pacto no sentido de proteger o órgão que vai dar a manutenção permanente a esta obra tão importante para o povo nordestino, não permitindo que sejam indicadas pessoas que não tenham o perfil técnico adequado para desenvolver sua função e seus objetivos.

Então, V. Exª tem inteira razão.

Passo a palavra ao Ministro para que ele possa responder às indagações do Senador Humberto Costa.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Eu anotei aqui, Senador, as suas perguntas – espero ter anotado todas.

Uma das suas primeiras indagações foi sobre como as comissões podem ajudar o Ministério.

Nós temos absoluta certeza de que, quanto maior for a oportunidade do debate, a oportunidade de levarmos as informações ao conhecimento dos Parlamentares, que também podem trazer as suas questões para o Ministério da Integração, mantendo esse diálogo, nós vamos construir esclarecimentos, como esse que o Senador Elmano Férrer levanta, que é a questão da gestão dessa operação, para saber, por exemplo, como se vai fazer a gestão das barragens ou das obras públicas que ficam sob a responsabilidade ou dos Governos Estaduais, ou do Governo Federal, ou do próprio Governo Municipal.

Para nós, hoje, esta comissão e outras comissões podem nos ajudar, cada vez mais, indicando caminhos que poderemos adotar para que a eficiência dessas obras, o cuidado, a visão de longo prazo e a questão da gestão de obras importantes como essa estejam sempre na pauta do Ministério da Integração. Essa é uma resposta que poderemos dar a esse trabalho que os Parlamentares fazem.

Eu queria ratificar aqui o que disse o Osvaldo e complementar alguma outra informação. Numa das primeiras reuniões que eu tive com a Presidenta Dilma para tratar do Ministério da Integração, depois de ter assumido, levei a ela uma pergunta: como trataremos a operação da transposição do São Francisco? Ela também está preocupada, e nós, sem nenhuma outra informação um pouco mais embasada, já tínhamos essa preocupação de como se opera uma obra desse tamanho, uma obra que tem nove estações de bombeamento, uma obra que vai exigir manutenção em 477km, uma obra que vai exigir energia elétrica permanente para fazer tudo isso funcionar, uma obra que vai exigir uma necessidade de revitalização permanente da Bacia, senão não há água.

Nós hoje temos, através de um decreto presidencial, a definição de a Codevasf ser a operadora federal da transposição do Rio São Francisco. A Codevasf já tem um contrato e um convênio com a Fundação Getúlio Vargas em que os estudos de como fazer essa operação, os levantamentos de custo dessa operação vão demandar que tipo de orçamento do Governo Federal se essa obra for, realmente, operada pelo Governo Federal. E para as nossas informações preliminares, hoje, o custo de operar a transposição do Rio São Francisco, nos seus dois eixos, é da ordem de aproximadamente R\$400 milhões anual.

Isso nos faz ter uma necessidade de estudar melhor. E é em função desse estudo melhor que a Presidenta também indicou que tanto o Ministério da Integração, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento se reúnam para que estudem alternativas à gestão do próprio Governo Federal. Então nós estamos trabalhando com essa preocupação, que tanto o Senador Elmano quanto o Senador Humberto Costa trazem a esta Comissão.

Com relação à execução, se a obra está o. k., para nós a obra está o. k., ela está definida. Nós tivemos um percalço, como eu disse, naquela etapa 2, do Trecho 2, do Eixo Norte, é por isso que ela está mais atrasada ali, mas, hoje, sendo retomada.

Quando e onde teremos água? É uma das suas perguntas. O nosso trabalho é no sentido de que faça a água andar pelo canal. Nós estamos com um planejamento elaborado, conversamos com todas as empresas que executam essa obra, tanto a Paulista quanto a Mendes Júnior, quanto a Queiroz de Galvão, como a Serveng e um consórcio também que é executor de parte da obra, e o nosso planejamento é que haja uma transposição ao longo do tempo, até o próximo ano, para que a gente tenha água sendo entregue parcialmente

em todo o seu trecho, tanto no Eixo Norte quanto no Eixo Leste. Então o nosso trabalho é esse. Nossa previsão é que para os próximos três meses nós tenhamos condições de fazer tanto no Eixo Norte, daqui a três meses, entregar cerca de 35km a 40km já de água sendo abastecida, e no Eixo Leste da mesma maneira. Que a gente tenha aí, nos próximos três meses, até agosto, entre agosto e setembro, possamos ter aí cerca de 40km nos dois Eixos da transposição.

Gradativamente, à medida do nosso planejamento de execução da obra, nós possamos, a cada três meses, entregar a obra em um determinado trecho, tanto de Pernambuco, do Ceará e da Paraíba. Esse é o nosso planejamento.

Com relação ao custo, hoje essa obra está orçada em cerca de R\$8,2 bilhões, e nós podemos ter aí uma certa expectativa de que haverá, sim, a necessidade de reajustamento, até porque isso é o que consta também do contrato com todas essas empresas, já que é um contrato firmado entre o Governo Federal, Ministério da Integração e as próprias empresas. É uma contratação direta. Então, é possível que tenhamos, sim, a necessidade de suplementação.

Mas quero afirmar a todos que tanto a CGU quanto o TCU têm acompanhado essa obra permanentemente. Esse mês mesmo, eu levei ao Ministro Relator da transposição, o Ministro Raimundo Carreiro, as informações das obras da transposição. E a CGU permanentemente nos acompanha, monitora e fiscaliza essa obra.

Então, para nós, temos os dois maiores órgãos de controle deste País acompanhando essas obras. E em uma eventual necessidade de suplementação, de reajustamento ou de mudança de algum tipo de execução, os órgãos de controle trabalham em conjunto com o Ministério da Integração, para que a gente possa ganhar tempo e dar prosseguimento a essa obra.

Tivemos, sim, conforme o senhor informou, um problema no Reservatório de Areias, construído pelo Exército Brasileiro, e que o próprio Exército, naquele canal de aproximação e também no Reservatório de Areias, construído pelo Exército Brasileiro, o Exército Brasileiro já está monitorando o que houve de problema no Reservatório, e já está de prontidão para fazer os reparos necessários.

Obras dessa natureza são muito grandes, complexas na sua execução e podem, sim, ter algum problema técnico, mas que responsabilmente por todos aqueles que construíram vão fazer a correção sem nenhum custo para o Governo Federal.

Quero dizer, também, que o senhor fez uma outra pergunta relacionada a essa situação, que é com relação a um comparativo com outras obras no resto do mundo semelhantes a essa obra. As informações que temos de tamanho é a obra que está sendo realizada na China. A China, hoje, é uma potência mundial, está gastando cerca de 10 anos, 9 anos para construir a sua transposição. Nossa obra começou em 2008 e nós estamos, hoje, em 2015, sete anos. Nossa previsão é de que, nos próximos, dos anos, vamos entregar essa obra. Então vamos estar compatíveis com a execução mundial de obras dessa natureza. Talvez a China tenha condições de terminar um pouco antes, mas obras importantes não de transposição como essa daí, mas uma própria obra no Japão, que é uma obra de contenção para proteção a tsunamis, também tem uma previsão de 10 anos para estar concluída.

Então, estamos tratando de grandes obras do mundo inteiro e essa obra, dentro das suas características, dentro da sua complexidade está compatível com aquilo que está sendo construído no resto do mundo.

Com relação à Barragem de Ingazeira, nós recebemos alguns Parlamentares ontem, de Pernambuco, acompanhados do Ministro Armando Monteiro, que também comentaram a respeito dessa obra. Nós estamos fazendo um esforço e uma atuação para que todas essas obras, mensalmente, recebam recursos do Governo Federal.

Nós não tivemos, ainda, a sinalização do volume de recursos que teremos até o final do ano, mas o que eu me comprometo sempre é que ao definir o volume de recursos disponível para o Ministério da Integração, nós teremos que fazer um planejamento e termos viabilidade dos recursos para que a gente possa sentar e falar "a previsão será essa. Todos os meses, nós receberemos um determinado tipo de recurso".

Eu tenho tido reunião com os governadores, especialmente os governadores do Nordeste. Tivemos reuniões com outras bancadas federais, inclusive do Rio Grande do Sul, que também pede – e aqui cumprimento a Senadora Ana Amélia – o apoio para determinadas obras importantes de barragens e de irrigação nos outros Estados brasileiros.

Para nós, a definição do orçamento que terá o Ministério da Integração para o ano de 2015, nós vamos trabalhar no sentido de dar essa previsibilidade também a Estados e Municípios e, principalmente, às empresas que estão executando essas obras. Então, o nosso objetivo será o de dividir, de forma que nós possamos tocar essas obras.

É claro que, ao olharmos o mapa, a prioridade ali, entre todas as obras, é a própria transposição do Rio São Francisco, porque ela faz chegar a água no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco. É

claro que o ideal será sempre que todos esses ramais que sairão da transposição possam também estar sendo executados concomitantemente à obra. E é isso que nós temos feito com todos os Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, a própria Bahia e Sergipe. Mensalmente, estamos destinando os recursos para que essas obras possam ter prosseguimento.

Senador, eu não sei se tem mais alguma aqui. Mas foram essas que eu anotei. O senhor fez uma pergunta sobre abastecimento de água na região de Santa Cruz e também de Toritama. O que nós estamos fazendo, inclusive em um encontro que tivemos com os Governos dos Estados do Nordeste, especialmente Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, que estão em uma situação muito mais crítica de estiagem e de reservatórios muito baixos, nós estamos trabalhando. Amanhã temos uma reunião na Casa Civil, onde decidiremos o apoio ao carro-pipa em algumas áreas urbanas e também o apoio na construção de adutoras de montagem rápida, para que possamos levar os recursos de alguma fonte hídrica para as cidades que estão mais em situação crítica na Região Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O próximo bloco...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Senador Raimundo Lira, só uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O Ministro fez uma exposição sobre todas as obras que o Ministério tem, mas, será que eu me enganei e ouvi errado? O senhor não sabe quanto pode gastar este ano ainda?

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Senador, a regra é a publicação....

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Nem o Ministro aqui nem um outro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Nós não estamos no início de janeiro; nós estamos no dia 20 de maio. Aí não tem planejamento que dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Omar Aziz, eu gostaria que V. Exª guardasse essa pergunta, porque V. Exª estará no próximo bloco.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O. k.. Não, é porque, como ele respondeu ao Senador, eu só queria saber, em cima da resposta dele, eu queria saber se eu entendi direito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas não é uma questão de ordem.

O próximo bloco será composto pelo Senador Blairo Maggi, pelo Senador Jorge Viana, pelo Senador Wellington Fagundes e pelo Senador Omar Aziz.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar e agradecer a presença do Sr. Ministro Gilberto Occhi em nossa Comissão, também os demais convidados, Secretário Nacional de Defesa Civil, Dr. Adriano Pereira e Osvaldo Garcia.

Bem, Ministro, boa parte das... Aproveitar o PP se despedir aí. (*Risos.*)

Bem, Ministro, parte das perguntas que eu iria fazer a V. Exª já foram respondidas aqui nas primeiras intervenções, mas eu gostaria de dizer que sou um total ignorante nesse projeto. Sei da importância histórica do projeto, mas nunca fui estudar o projeto, nunca visitei o projeto, então, o que conheço desse projeto é o que a gente lê na imprensa. Normalmente, a imprensa não divulga as coisas boas; divulga sempre as coisas ruins, os problemas. Sendo assim, muito pouco conheço dessa obra.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, e acho que muitos Senadores gostariam também, de, no momento oportuno para o Ministro ou para a estrutura do Ministério, de promover uma viagem dos Senadores dessas Comissões ou outros que queiram ir, porque sempre, no avião, tem muitos lugares disponíveis, então, que a gente pudesse, no local, conhecer esse projeto, porque quando conhecemos o projeto, o defendemos com convicção, porque conhecemos e sabemos como é.

Por exemplo, na minha vida privada, empresarial, e é um costume da minha empresa, sempre a transparência é a alma do negócio, mas a transparência no papel é uma coisa, e a transparência nos locais é outra completamente diferente. Em muitas oportunidades, alguns bancos quiseram fazer um *funding* para os meus negócios, mas tinham dúvidas. A partir do momento em que vai ao local para conhecê-lo, conhece as pessoas e passa a confiar naquilo, defende com muito mais vigor e com muito mais entusiasmo.

Então, eu gostaria de solicitar ao Ministério que promovêssemos uma viagem dessa, eu faria muita questão de ir, primeiro, para conhecer essa região do Brasil. É como disse: conheço historicamente as necessidades dessa região, espero que esse projeto, de fato, terminado daqui a dois anos, ou três anos, uma obra muito grande, possa fazer a grande diferença para o povo nordestino, tão sofrido, porque vem desde o tempo do Império esta questão de que estamos falando.

Mas, mesmo assim, além das perguntas e essa colocação, para antecipar esta questão, vamos imaginar que tudo esteja pronto. Os custos estão aí, a gente sabe que nenhuma obra se faz a preços de projetos, eu gostaria de dar meu testemunho também como empresário: não fiz nenhuma obra até hoje, nenhuma obra nos preços que foram orçados e não consegui concluir uma única obra até hoje nos prazos combinados. Isso, na iniciativa privada, sem TCU, sem CGU, sem Polícia Federal, sem ninguém, sem a burocracia que temos aqui. Eu nunca consegui, e olha que o meu pessoal marca em cima, tem engenharia, tem tudo, também vou nos finais de semana, pego junto, mas não vai, porque os imponderáveis nas obras são muito grandes, principalmente numa obra desse tamanho. Então, você programar uma obra para, sei lá, sete anos, e fazê-la em nove, não tem nada de errado, está certo? Vai gastar mais dinheiro? Vai gastar mais dinheiro, porque é assim a vida de todo mundo. Tem que cuidar para não ter exagero, para não ter os malfeitos, os desvios, claro que sim, todos temos que cuidar e temos órgãos de governo para fazer isso.

Mas vamos imaginar que tudo esteja pronto. Quem vai pagar essa conta depois? Como é que é o pós-obra? Como isso vai funcionar? Como o agricultor vai ter acesso à água? Quem vai pagar a energia desses bombeamentos? Quer dizer, isso vai estar no orçamento da União, e todos vamos pagar, é nosso custo para os irmãos nordestinas, ou terá na ponta um hidrômetro, cada um vai pagar, e, se vai pagar, que tipo de tarifa, porque, certamente, um sertanejo, que vive e tem sua propriedade rural e tem lá uma pequena quantidade de vacas, que está lá sobrevivendo e esperando uma mudança na vida dele, não terá condições de pagar isso.

Como é o projeto social depois de tudo pronto, tudo concluído? Muito bem, hoje está pronto, vamos lá, inauguramos, batemos a chave e, amanhã, está todo mundo contente porque chegou água. Como é que é o dia seguinte? O Sr. Ministro poderia me explicar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Blairo, como empresário, nunca consegui concluir uma obra no tempo e no preço previsto, mas tudo dentro das limitações que V. Ex^a acabou de esclarecer.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Raimundo Lira, colegas Senadores, Senadoras, eu queria cumprimentar o General Adriano, porque ficamos muito próximos, amigos e foi de grande valia no enfrentamento das maiores dificuldades que o meu Estado viveu nos últimos anos, com a presença e com o apoio técnico, enfim, com o apoio institucional, que sei, atendendo a uma determinação da Presidenta, mas com empenho pessoal de V. S^a. Eu queria cumprimentar também o Osvaldo Garcia, Secretário de Infraestrutura Hídrica, técnico, conhecedor do assunto que estamos debatendo e também agradecer e cumprimentar, posso chamar assim, o amigo Gilberto Occhi, que, mais que um Ministro eficiente, competente, foi, aqui, corretamente, é um técnico, paparicado pelo PP, mas, de alguma maneira, quero me somar a essa homenagem a V. Ex^a, Ministro, mas é assim que se faz com quem a gente gosta, tem que paparicar mesmo. Mas eu queria cumprimentá-lo, acho que é um grande técnico que temos no Governo, trabalhou no Ministério das Cidades e, agora, trabalha no Ministério da Integração.

Da mesma maneira, agradeço a sua solidariedade pessoal, a sua competência, sua decisão política de nos ajudar a enfrentar os contratemplos climáticos que nós vivemos no Acre nos últimos anos. Nós fomos várias vezes.

Mas hoje aqui nós estamos fazendo algo. Eu gostei muito da intervenção do Senador Blairo por conta do “sincericídio” dele. E “sincericídio” aqui às vezes leva a derrotas. Mas eu acho que o Senador Blairo traz algo que o Brasil precisa ouvir mais, que a imprensa precisa ouvir mais, nós precisamos ouvir mais.

Eu também fui prefeito, fui governador e, como engenheiro, sei que é muito complicado execução de orçamento, execução de obras públicas, mas também compartilho com ele. No privado também os problemas surgem, especialmente quando se trata de obras complexas que exigem tempo.

Essa obra tem perto de sete anos. Acabamos de receber a visita – ontem eu estava acompanhando uma parte da agenda como Vice-Presidente do Senado – do Primeiro-Ministro chinês com uma comitiva de altíssimo nível de ministros, assinando acordos importantes que passam de US\$53 bilhões – é uma soma astronômica, faraônica. Eu ia perguntar, mas o Ministro fez um paralelo de onde no mundo estão ocorrendo obras parecidas com essas. Citou a China, citou o Japão. A da China, uma transposição, vai ser concluída em dez anos.

Essa obra de transposição do São Francisco foi questionada desde o começo, parecia que era uma obra proibida para alguns, por um determinado sentimento ideológico, posição ideológica, e para outros por trabalharem contra o País mesmo. Porque se nós pegarmos e dermos um corte na infraestrutura desse País, seja de que forma for, portuária, aeroportuária, rodoviária, ferroviária, nós vamos ver que tem uma parte do Brasil que parece não fazer parte do Brasil. Isso normalmente atinge o Nordeste e o Norte. A infraestrutura nessas duas Regiões é como se fosse um filho enjeitado, como se fosse algo de segunda classe. É só pegar a malha

de energia, de distribuição. Por isso também nós temos uma concentração econômica do PIB e da produção. É óbvio, toda uma infraestrutura dirigida para uma Região não vai ter produção na outra.

Essa talvez seja uma obra clássica que atende uma agenda socioeconômica. E é nesse aspecto que eu queria ouvir uma manifestação sua.

Primeiro, eu me associo, porque essa é uma ideia que eu ia apresentar ao Senador Blairo Maggi. O Brasil teima em seguir uma política burra, uma política que o Nelson Rodrigues definiu bem de complexo de vira-lata, de esconder ou pôr defeito em todas as coisas que podem fazer o Brasil ser uma grande nação, como fazer a transposição desse rio, voltando, dando água para beber para uma população que há séculos tem sede. Mas ela também traz uma economia nova que está conquistando mercados fora do Brasil inclusive, do vinho a frutas.

Eu queria um comentário de V. Ex^a, Ministro, e da sua equipe, primeiro, para voltarmos de novo à estaca zero: quanto da água do Rio São Francisco está sendo usada na transposição para abastecer quantos milhões de pessoas com água potável para beber e para a agricultura? Quanto, na época da seca e na época da cheia?

Porque parece até que, pelo menos no começo, o debate era este: se ia secar o São Francisco para poder levar água para alguns nordestinos que estavam passando necessidade e sede.

É dessa maneira que o Brasil tem tratado algumas regiões, ou pelo menos setores da elite brasileira tratam.

Estou modificando um pouco, mas na mesma linha do Senador Blairo, essa entrada de água potável em vários Estados, em centenas de Municípios mexe – se for possível esse número – em que percentual de Municípios que não tinham água potável, não tinham uma segurança hídrica de água potável e passarão a ter com o São Francisco?

Não vou direto, Senador Blairo, a quem paga, mas mais ou menos no seguinte: que incremento econômico nós podemos ter, na área da irrigação, na economia de vários Estados do Nordeste com essa obra executada? Porque se nós vamos ter incremento, certamente já compensou o investimento. Nós temos o investimento social, que vai ter um retorno social fantástico, e outro econômico.

E queria também, além de cumprimentar, dizer que eu tenho orgulho do trabalho feito pelo Presidente Lula, que teve a coragem de mudar a matriz de investimentos neste País quando lutou, enfrentou todo tipo de dificuldade para começar essa obra. E sei que a Presidenta Dilma tem nessa obra uma prioridade.

Mas eu digo, Ministro, que nós estamos a menos de três anos, quem sabe, se não tivermos nenhuma intempérie no meio do caminho, de essa obra ficar concluída.

Eu ouvi uma conversa de V. Ex^a com a Presidenta Dilma. Vi a Presidenta Dilma ficar surpresa com os números que V. Ex^a apresentou dentro do avião. Falou: “Olha, acho que dá para entregar antes do prazo que a senhora está pensando.” Ela falou: “Não é possível.” Você falou: “Acho que dá. Se não tiver atraso, se não tiver problema, vamos antecipar o prazo.” Isso é algo importante diante daquelas datas pessimistas colocadas e até divulgadas pela imprensa.

Concluindo, acho muito boa a iniciativa destas Comissões todas que estão fazendo esta audiência pública. Mas acredito que os Senadores, os representantes do Nordeste, conhecem de algum jeito essa obra, mas eles não são a maioria desse País. E tem uma outra parte importante que não está muito interessada, apesar de estar havendo sede agora no centro-sul do País; não estão muito interessados em como se soluciona parte do problema da falta de água potável para uso humano lá no Nordeste.

Essa ideia de a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e a Comissão de Infraestrutura do Senado poderem fazer visita oficial no sentido de dar transparência, de ampliar o conhecimento para Senadores de outras regiões, a trechos dessa obra é fundamental. É uma necessidade para o papel que temos de fiscalizar, até por uma questão de justiça.

Então, reforço a tese colocada pelo Senador Blairo. Peço ao senhor que faça um calendário. Que seja um calendário semestral, pelo menos duas viagens por semestre, para que a gente possa realmente ir lá, na poeira, no meio da obra divulgar e tratar. Isso para mim é fundamental.

Concluo dizendo que São Paulo tem três rios passando dentro da cidade: Tamanduateí, Pinheiros e Tietê. São esgoto puro. O Ministério Público não faz nada, ninguém faz nada. São Paulo tem sede hoje. Este ano vai ser pior que o ano passado, porque a reserva que São Paulo tem em reservatórios para água potável é mais baixa do que quando começou o ano passado. Tem o El Niño que já está identificado como um fato concreto pela comunidade científica, mas lá em São Paulo você tem três rios cortando a cidade que são esgoto puro. Se São Paulo tivesse cuidado razoavelmente daqueles rios, o Estado que mais recebeu investimento, ele agora teria água potável para tirar, tratar e saciar a sede de quem tem sede em São Paulo.

E aí o Brasil está fazendo uma transposição. Por isso peço que fale dos percentuais: quanto da água do São Francisco, na menor cota de seca, e quanto da maior, para que a gente comece a esclarecer definitivamente que talvez o Brasil esteja fazendo uma das obras mais importantes deste começo de século.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Senador Jorge Viana, só um pequeno aparte. Na verdade, nós temos essa comissão temporária de acompanhamento das obras do São Francisco desde o ano passado. E nós fizemos várias visitas a vários trechos da obra e a nossa ideia é, a partir dessa primeira audiência que seria com o Ministro da Integração, fazer o nosso cronograma de visitas novamente. O que nós poderíamos fazer era combinar tanto com a Comissão de Desenvolvimento Regional quanto com a Comissão de Meio Ambiente de nós fazermos em conjunto, até porque é melhor para a logística. Então, vamos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Encerrando este segundo bloco, como terceiro Senador inscrito, passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente Davi, Ministro Gilberto, Osvaldo, Senador Humberto e nosso chefe Adriano, como o objetivo principal é a questão da transposição, mas também na audiência foram colocados outros assuntos – a questão da transposição acho que já foi bastante abordada por todos os outros que aqui me antecederam –, então, eu gostaria de falar um pouco mais, inicialmente, sobre a questão da Defesa Civil.

Eu já tive oportunidade de estar com o Secretário em vários momentos, no ano passado, tratando da questão do Mato Grosso. Nós temos lá 44 Municípios em que foi decretada situação de emergência, também reconhecida pela Secretaria Nacional, com recursos definidos, com os projetos já aprovados, mas até agora esses recursos não foram liberados.

Eu já disse isso para o Secretário e gostaria de estar aqui, Ministro, repetindo, porque, em relação à situação da Defesa Civil, existe uma preocupação maior nas calamidades urbanas, nas quais, normalmente, há quedas, concentrações, mortes, enfim, é muito mais voltada para isso. E eu compreendo que é importante, porque com vida a gente não pode brincar, mas a gente também tem que pensar em alimentar as pessoas, porque sem alimento não há vida também. E esse é o caso de Mato Grosso.

Nós praticamente não temos essas grandes calamidades. Os nossos problemas, na Defesa Civil, são, principalmente, na questão das estradas e em algumas coisas de cidades, como voçoroca. É o caso de Matupá, que tem um problema sério, e é uma dessas cidades relacionadas aqui, Alto Araguaia também, Pontal do Araguaia, enfim, são 44 Municípios, mas a maioria dos problemas são as estradas. Vêm as chuvas, a maioria dessas estradas são vicinais, com pontes de madeira, precárias e, hoje, Mato Grosso, como tem desenvolvido muito a agricultura, principalmente, o transporte se dá em volume e peso.

Agora, aumentou muito a tecnologia dos caminhões, hoje são bitrens, que passam, às vezes, em cima de pontezinhas que foram construídas pela comunidade junto com a prefeitura. Normalmente essas pontes são construídas dessa forma. Mas o Estado é agressivo em produção e o mundo também precisa disso.

Então, por isso, para Estados como Mato Grosso e a região Amazônica toda, a questão das estradas vicinais, por essas calamidades nas estradas, é fundamental. E quando fica assim quase dois anos, como é que o prefeito consegue organizar a sua vida? Como é que consegue tirar a produção, principalmente a produção da cesta básica, do leite, desses produtos que precisam chegar todo final de semana na cidade?

Então, eu queria uma posição do Ministério em relação a isso.

Nós tivemos aqui na Comissão de Agricultura a presença da Ministra, e eu sugeri a ela: será que não daria para fazer um acordo com a Defesa Civil, porque o Ministério da Agricultura entende muito mais da realidade da zona rural? Que nessa área da Defesa Civil fosse feito um trabalho conjunto ou até o Ministério da Agricultura fosse responsabilizado por essa questão das estradas vicinais, das estradas rurais e dos assentamentos também, que são inúmeros.

Além disso, Sr. Presidente, peço uma resposta objetiva, há programação para liberar esses recursos? Porque são 44 Municípios de Mato Grosso.

Nós tivemos algumas dificuldades, isso é uma reclamação dos nossos assessores, principalmente para os assessores terem acesso ao acompanhamento dos processos. Há uma certa dificuldade. Eu não sei se seria aí o caso de o Ministério credenciar para cada gabinete um assessor, para não ficarem, talvez, muitos, se é essa a dificuldade. Mas me parece que há uma certa preocupação, porque já tivemos problemas no passado. E se problemas houve, a gente não pode eternizá-los, não é? Como a gente diz lá no interior: se tem problema o boi com o carrapato, a gente vai matar o carrapato ou o boi? Não é porque tivemos problemas que o Ministério vai ficar tão reticente no atendimento daqueles nossos assessores, porque, afinal de contas, não dá para a gente, os Parlamentares, estar presente demandando e acompanhando todos os processos.

Bom, ainda, saindo aqui da questão da Defesa Civil, nós tivemos também, aqui na Comissão de Desenvolvimento, a presença do Superintendente da Sudam e também da Sudeco. Enfim, o que interessa mais para nós aqui da região Amazônica é a Sudam. Ele fez um compromisso, inclusive, de mandar para a Comissão um relatório dos processos da Sudam, da extinta Sudam, da antiga Sudam, daqueles processos que ainda têm viabilidade de serem concluídos, porque muitas prefeituras doaram áreas, e hoje, inclusive, são áreas nobres, os

projetos foram iniciados e ficaram inacabados e estão lá até hoje sem poder servir à sociedade. Inclusive, em alguns casos, até com barracões construídos, áreas prontas, construídas, que poderiam ser aproveitadas para um novo projeto ou para o próprio Poder Público utilizar-se daquilo.

Então, eu gostaria de pedir ao Ministro, na conclusão, uma posição, não agora, necessariamente, mas que mandasse para a Comissão.

Ainda em relação a essa questão da Sudam, agora nós estamos tendo um problema. No Mato Grosso, na região Amazônica, mas principalmente no Mato Grosso, nós temos muitos projetos da Sudam que foram aprovados e, inclusive, concluídos com bom resultado.

A Sudam teve um papel fundamental na nossa região. Teve lá uns problemas depois, mas ela possui muitos projetos que foram extremamente importantes para o desenvolvimento do nosso Estado. Mas, agora, com a crise, por exemplo, na minha cidade, Rondonópolis, nós temos duas obras, duas indústrias importantíssimas, uma de tecelagem, de fiação, que agora acabou de fechar, são mais de 1.200, 1.500 trabalhadores que foram demitidos, a empresa entrou em recuperação judicial, mas, mesmo assim, não conseguiu e fechou. E tem uma outra empresa, que é muito grande também, da área de defensivos, que se instalou, está tudo pronto, só que nunca funcionou como indústria, funciona como um depósito. E eu penso que isso é desvio, também, de função.

Então, eu queria, aqui, sugerir que o Ministério também pudesse discutir essa questão por um momento, dessas indústrias, principalmente a que fechou agora. Eu vi um exemplo disso no Paraná: uma empresa também de fiação fechou e os próprios funcionários, depois, montaram uma cooperativa com incentivo do Governo para que continuasse a funcionar. Nós temos matéria-prima abundante lá, mas, claro, a empresa tem os custos fiscais, tem os custos sociais, e tudo isso, às vezes, impacta de forma que a empresa não tenha condições de funcionar. Mas para nós, claro, há um interesse muito grande, pela questão de geração de emprego. Na crise eu penso que a gente tem que criar e encontrar soluções. Eu gostaria de pedir, também, ao Ministério que pudesse estudar isso. E gostaria de marcar um outro momento para a gente ver essa questão, especificamente, porque mil e tantos empregos em uma cidade representam muita coisa.

E, ainda, para concluir, falo da questão da Sudeco. A Sudeco, também, é um outro instrumento extremamente importante para o Centro-Oeste, mas, infelizmente, a Sudeco, a nova Sudeco, que criamos, não tem recursos. Foi montada a estrutura da Sudeco, muito boa hoje, está lá com um corpo técnico bom, mas, infelizmente, ela praticamente não tem... Qual a perspectiva que o Ministério tem para que a Sudeco, realmente, possa cumprir o seu papel – além do FCO, estou dizendo recursos de orçamento mesmo, em alguns programas extremamente importantes para o Ministério?

Eu vejo aqui o Dr. Osvaldo Garcia. E eu gostaria de fazer perguntas para ele, mas lá no Ministério das Cidades. Como ele não está no Ministério das Cidades agora, mas fez um bom trabalho na área de saneamento, eu quero até parabenizá-lo. Agora está aqui nesta nova função, mas, pela experiência dele, poderia estar ajudando ainda Mato Grosso, principalmente na questão do PAC, do saneamento, de Cuiabá, de Várzea Grande e, ainda, na conclusão de Rondonópolis, mas isso fica para outra oportunidade. Eu só não poderia deixar de elogiar o bom trabalho que ele lá fez, principalmente de austeridade junto àquela Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Omas Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Bom dia, Presidente, Senador Raimundo Lira, Senador Humberto Costa, Ministro Gilberto, Secretário Osvaldo Garcia, General Adriano.

Duas coisas, Ministro. A importância da Sudam para a nossa região. Eu conheço bem o trabalho do Dr. Djalma. Ele, nos anos em que está lá, tem procurado oferecer aos Estados que a Sudam cobre financiamento para geração de emprego.

Agora, neste momento difícil que o País passa, tão difícil que, ontem, aprovamos 50 bilhões para o BNDES, que vai captar esses recursos a 13,5% e vai emprestar ao empresário a 6,5%, para você ver como está a nossa situação, estamos captando recurso e estamos dando a metade para ver se conseguimos implementar a nossa economia. O Governo está fazendo sacrifícios, e é uma conta que para fechar vai ter dificuldade.

V. Ex^a coloca aqui para gente claramente que é difícil se fazer qualquer tipo de planejamento como este: se vai terminar em dois ou três anos a transposição do São Francisco. É uma pena que o meu colega Senador do meu Partido, Senador Otto, da Bahia, não esteja aqui presente, porque é uma pessoa que se identifica muito com o São Francisco, tem trabalhado na sua manutenção. Tenho visto a importância que ele dá ao Rio São Francisco, mas, por razões outras, hoje ele não está neste momento mas, com certeza, vai ter oportunidade de falar. E quero aqui, em nome dele, dizer da nossa preocupação com a revitalização do São Francisco, porque ele tem colocado isso muito claramente aqui.

Há pouco o Senador Jorge Viana, que é de uma região que tem muitos rios, que, sabemos, são finitos, não são infinitos... Todo mundo achava que o Tietê era infinito, mas não é, foi finito, acabou e assim pode acabar o São Francisco, o Amazonas e outros rios. Não estou falando de daqui a cinco anos ou dez anos, até porque são

rios novos. Os rios da Amazônia são novos, têm alguns milhões de anos só, são rios que estão em formação ainda. Por isso, é necessário fazer as contenções para não perder cidades.

Esta é uma questão: a importância da Sudam na nossa região, principalmente para o desenvolvimento sustentável.

Há pouco, no início, tive que sair, mas ouvi aqui falar do Fundo da Amazônia para o Desenvolvimento. Não temos uma política voltada para Amazônia clara, de desenvolvimento sustentável. É uma palavra bonita, todo mundo fala: desenvolvimento sustentável. Mas quando você fala em produção de peixe, que você precisa de energia para condicionar esse peixe, o preço que custa passar um mês esse peixe dentro do frigorífico triplica, quadruplica. Se você for usar gelo, pior ainda. Dizem: "Não, coloquem o peixe no gelo." Mas se você for comprar gelo, o peixe que vai custar x, vai custar 3x, 4x para o consumidor, ficando inviável para o pescador. Fica inviável você ter uma indústria que filete o peixe para usar a espinha, o couro do peixe, uma série de coisas que para a nossa região é importante, Ministro. Isso não dependeria só do senhor, mas de uma ação de Ministérios em conjunto.

Por isso digo sempre que o grande problema dos governos – isso foi um problema do meu governo, isso é um problema da Presidente – é que não temos transversalidade dentro dos Ministérios, não temos transversalidade dentro da organização como um governo funciona. Porque não adianta um ministro chegar aqui e dizer que vai concluir o São Francisco se, depois, o outro Ministério não fizer as coisas necessárias para que o São Francisco possa ter utilidade para aquela população. Não adianta a Sudam chegar e dizer que tem, para o meu Estado, x milhões de reais para financiamento de piscicultura se não tenho os outros complementos para que isso possa funcionar, como o transporte, o porto, o frigorífico, uma série de coisas, porque uma coisa está lincada à outra.

Então, pediria, Ministro, que o senhor – e aqui falo em meu nome e em nome do Senador Benedito de Lira, que está aqui do meu lado e é Líder do PP – fizesse, liderasse, entre os Ministérios, uma reunião dos Ministros afins, para que pudéssemos ter início, meio e fim.

Qual o planejamento do Governo hoje e a partir do momento, daqui a três anos, quando o São Francisco estiver pronto? Qual é o planejamento? Vamos iniciar tudo de novo?

Quando o Ministro coloca... Não sei o tamanho da transposição na China, mas sei as dificuldades que o Ministério tem, porque aqui tem Meio Ambiente, e lá não tem; aqui tem CGU, lá não tem; aqui tem Ministério Público Federal, na China não tem. Sempre digo o seguinte: a China cresceu porque estava fazendo aquilo que bem entendia. Não tem uma estrutura de trabalhadores como o Brasil tem, não tem os custos com o trabalhador que o Brasil tem e não tem as instituições que nos prejudicam numa obra, que encarecem a obra.

Hoje, o que encarece a obra é você fazer uma Rima, o que muitas vezes custa muito caro. Só para se ter uma ideia, Ministro, para se fazer uma PPP hoje, antes de começar a PPP, a empresa que se qualifica para fazer uma PPP com o Governo estadual ou federal paga os impostos antecipados. Ela não paga no lucro, ela paga antecipado. Então, se ela vai fazer uma PPP com o Estado de R\$400 milhões, ela paga, antecipadamente, em torno de R\$70 milhões, R\$80 milhões.

O Brasil faz de tudo para que não haja investimento, por quê? Porque o Brasil, historicamente, não cobra imposto de lucro, ele cobra imposto de trabalhador. O cara que tem um apartamento e vende, que está na casa dele ou aluga um apartamento paga muito menos do que um cara que trabalha oito horas por dia, trinta dias por mês. O valor que ele paga, a alíquota que um trabalhador paga é maior do que a de quem vive fazendo operações imobiliárias, operações de venda de outras coisas. Então, este é o País em que nós estamos. Não vou mudar o mundo, mas posso dar minha contribuição na minha passagem pelo Senado. Essa é uma questão.

A segunda questão, Ministro, que estou colocando aqui, e vou para o plenário, porque há uma reunião de governadores e tenho que participar dessa reunião porque tenho algumas propostas a fazer em relação à geração e manutenção de emprego, é a questão do meu Estado, que, diferentemente do Nordeste, todo ano tem cheia. Como no Nordeste todo ano tem seca, no Estado do Amazonas todo ano tem cheia, não só no Amazonas como no Acre e daqui a três meses também haverá no Pará, porque o Amazonas empurra a água para o Pará, e isso vai chegar ao Pará, não tenha dúvida alguma. A informação que tive hoje da Defesa Civil é que temos 25 Municípios e mais três já solicitaram emergência.

Este ano é o único ano que a Presidenta Dilma, veja bem, estou aqui colocando, não enviou recursos para o Amazonas. O Ministério da Integração está ajudando com material, mas não com recurso financeiro. No ano retrasado, nós tivemos uma cheia parecida e demos uma bolsa de R\$300,00 para cada pessoa, por quê? Porque muitas vezes não temos como chegar a todas essas famílias, mas elas têm condições de comprar algumas dúzias de madeira para fazer um tablado maior, para comprar remédio ou coisa parecida.

Então, quero fazer um apelo ao senhor para que faça um estudo, sei das dificuldades econômicas, para que possamos repetir isso que já foi feito nos anos anteriores. Aí não é culpa sua, não dá para culpar o senhor,

até porque estamos agora em maio, já finalizando maio, e o Ministério não sabe o que ele pode gastar. Não tem planejamento, porque passou janeiro, fevereiro, março, abril, maio, a empresa que está fazendo o São Francisco, as empresas que estão fazendo o São Francisco têm que receber, e não estão recebendo. Lá no Estado do Amazonas mesmo, temos obras conveniadas com o Ministério da Integração para contenção de encostas. Na cheia o Estado não tem como trabalhar. Trabalha no máximo quatro ou cinco meses por ano; quando desce, retoma a obra. Então, são obras que demoram dois ou três anos para serem feitas não por falta de competência, mas porque a nossa realidade, o nosso regime de rios não permite que possamos trabalhar mais.

Então, Ministro Gilberto, quero aqui agradecer o apoio que o senhor tem dado ao meu Estado. O senhor já esteve lá duas vezes, esteve agora na segunda-feira em Anamá com o Governador do Estado. Anamá é uma cidade que historicamente alaga, não é fácil retirar de lá as pessoas, porque isso já foi feito em Boca do Acre, onde, na Praia do Gado, construiu-se uma cidade no platô, só que as pessoas não foram para lá. Ficaram. Culturalmente, essas pessoas vão continuar ali.

Então, temos que encontrar um modo de minimizar o sofrimento dessas pessoas. Resolver, não vai ser resolvido, porque nós nunca vamos poder dizer: rio, não sobe hoje; ou, rio, sobe hoje. Se tivéssemos esse poder, a gente resolveria o problema. Ou a gente as retira e as pessoas não voltam... Mas voltarão outras, não tenham dúvida disso.

Então, há alguns Municípios que estão abaixo da cota do rio: Careiro da Várzea e os Municípios mais baixos que nós temos. E é assim em comunidades. São mais de seis mil comunidades no Estado do Amazonas. E, neste momento, de 62 Municípios que nós temos, 28 ficam embaixo d'água. Para se ter uma ideia, praticamente a metade. E, daqui a pouco, nós vamos ter outra região. O primeiro rio a encher é o nosso Rio Purus, que lá é Rio Acre. O Purus pressiona o Acre, enche o Acre, depois, vem descendo ali, vem pegando Boca do Acre, vem pegando Pauini e os outros Municípios do meu Estado. Depois, é o Amazonas, que começa a encher lá no Alto Solimões. Vem o Rio Madeira e assim por diante até o mês de junho, quando o Baixo Amazonas estará cheio. Aí, chega ao Município de Parintins, que, na época do boi, final de junho e julho, estará cheio. E o Município de Parintins é uma ilha, é baixo. Então, enche todos os anos.

Por isso, Ministro, falo da importância de nós darmos o cartão de R\$300,00 para cada família. E aí, eu digo: são 150 mil famílias. Se se colocar 150 mil pessoas neste momento, se você colocar 30 mil a 40 mil famílias, isso dará em torno de R\$8 milhões a R\$9 milhões. Não é um custo alto para o Governo Federal. É um custo que não vai quebrar o Governo Federal, mas vai ajudar muito o povo amazonense neste momento, que precisa dessa ajuda. Eu queria que o senhor fizesse um estudo sobre essa questão e, depois, pudesse me informar sobre essa proposta que eu lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao próximo Senador, eu gostaria de destacar aqui a presença do Deputado Agnaldo Ribeiro, ex-Ministro das Cidades, e do Senador Cidinho Campos, suplente do Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Cidinho Santos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Cidinho... Santos?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele já assumiu, Senador, por três vezes aqui. Ele já é Senador de um ano. Já passou três vezes por aqui.

Eu vou pedir licença ao Ministro, Presidente, me permita... Não vai falar o Senador primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A próxima palavra agora é a do Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Só eu?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Poderia falar logo agora, mas...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente. V. Ex^a vai ficar neste último bloco.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – V. Ex^a tem compromissos lá com os governadores, então...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, demais autoridades que compõem a Mesa, meu caro Ministro, Senadores, meu caro Deputado, eu queria, nesta oportunidade, fazer alusão a outra grande obra, porque o Ministério da Integração não tem apenas a transposição do Rio São Francisco, uma grande obra hídrica para o Nordeste, mas também há uma outra que tem uma importância fundamental para o Semiárido de Alagoas, que é o Canal do Sertão. Esse já tem água. São cerca de 65km com água. E,

provavelmente, por esses próximos meses, deveremos ter mais de 100km prontos para receber a água do Rio São Francisco.

No meu Estado, por exemplo – e aqui vem, agora, uma pergunta que se consubstancia na ação feita pelo Senador Blairo Maggi –, o Canal do Sertão, com 65km de água, ainda não tem uma definição da serventia da água. Agora, com a seca que continua permanentemente... Porque lá nós tínhamos uma seca e tínhamos um intervalo, mas, agora, uma acompanha a outra, se encontra com a outra. E o Canal do Sertão não fora feito exclusivamente para isso, mas, sim, para atender o humano; não para abastecer carro-pipa.

Infelizmente, nós vivemos ainda na era do carro-pipa, ainda no século XXI, porque o Governo brasileiro nunca se preocupou em ter um projeto de governo ou de Estado, melhor dizendo. Acabar com seca, ninguém acaba, mas você tem condições de conviver com a seca. Mas o nosso Governo – o País, aliás – preferiu, anualmente, fazer as emergências: jogar bilhões de reais fora, sem retorno, ao fazer um projeto como este que está sendo feito agora, a transposição do Rio São Francisco, para atender a quatro Estados do Nordeste com água para a pessoa humana beber.

O Canal do Sertão, como está no seu projeto, também vai cuidar de uma parte que é de fundamental importância para a região, até porque é o meio de sobrevivência, porque o Sertão, o Semiárido brasileiro não precisa de maiores investimentos; basta colocar uma gota d'água que ele produz, o sertanejo, fica onde está. O que ele quer é isso.

Então, no meu Estado – e aqui vai agora a pergunta ao Secretário de Infraestrutura Hídrica –, como é que está? Está havendo, já está em montagem... Dois aspectos: primeiro, no eixo do Canal do Sertão, sua programação estabelece que a 10km da margem direita e 10km da margem esquerda serão feitas pequenas adutoras para abastecer aquela região, ou seja, os povoados das cidades por onde o Canal do Sertão vai passar. São cerca de 240km.

Segundo: qual a ação que tem sido desenvolvida pelo Ministério da Integração para fazer o processo de irrigação para atender aos pequenos e aos médios proprietários de terras, que, infelizmente, não têm serventia para nada, até porque a região é inóspita, não oferece a menor condição?

E, paralelo a isso, meu caro Senador Blairo, V. Ex^a formalizou a questão, sobre água no eixo dos canais, quem vai pagar a conta?

Terceiro: o Rio São Francisco. Eu me lembro de que, quando eu era mais moço, passar pelo Rio São Francisco era aquela coisa extraordinária. O Rio São Francisco hoje...

Presidente, nós fizemos essa comissão temporária não só para analisar, ou verificar, ou visitar, ou fiscalizar a transposição, mas, prioritariamente, porque devemos cuidar do rio. Devemos cuidar do rio, porque o rio tem sido responsável pelo fornecimento de energia até para o Sudeste, pela energia da Chesf. Há três barragens: Sobradinho, Chesf, Xingó. E essas hidrelétricas deram contribuição zero à sobrevivência do rio. Só receberam e não deram absolutamente nada! Daí por que, nobre Senador Fagundes...

Existe um Município por nome de Piranhas, que é no Alto Sertão de Alagoas, onde, da margem de Alagoas, você avistava a margem do São Francisco, em Sergipe, mas você teria de utilizar uma embarcação para poder chegar a Sergipe. Hoje, você vai a pé! Atravessa todo o leito do rio, de uma margem à outra, andando. Por quê? Porque, infelizmente, não cuidamos do Rio São Francisco. Com o assoreamento, todas as matas ciliares foram devastadas e, conseqüentemente, amanhã, poderemos ter alguma dificuldade no que diz respeito a rodar essas turbinas, bem como com água para os humanos de Alagoas, porque praticamente todo sistema de abastecimento d'água, na zona rural ou na zona urbana, sai do Rio São Francisco.

Então, eu sei que não podemos cobrar do senhor absolutamente nada – o senhor tem apenas quatro ou cinco meses de Ministro –, mas o Ministério deve ter uma programação, V. Ex^a deve ter recebido. E, se não a recebeu, quais são as providências que sua gestão fará para cuidar do Rio São Francisco, para cuidar da transposição e para cuidar daquilo que é de fundamental importância para o Semiárido de Alagoas, que é pequeno, mas que tem conseqüências durante toda a existência deste País e, infelizmente, nunca foi feito aquilo que deveria ser feito?

O Governo estabeleceu o programa Água para Todos, imitando aquele programa Luz para Todos. Mas, por causa do Luz para Todos, em todas casinhas, por mais distantes que estejam, por mais deserto que seja o local, existe um bico de luz. Mas no Água para Todos, o Governo inventou a história de cisterna. Alguns milhões de reais foram gastos com cisternas e continuam sendo gastos. Agora, a cisterna só tem água se chover. Do contrário, o Ministério vai ter de ter um carro-pipa para a região. Meu caro Senador Blairo, vai ver que terá duzentas casas e um carro-pipa para abastecer essas duzentas casas nas 24 horas do dia. Do contrário, continua a mesma situação de antes. Por quê? Porque, infelizmente, fizeram essa opção.

Água no subsolo! Vamos ver: o Estado do Piauí, por exemplo, tem mais água no subsolo do que, talvez, a água que corre no Amazonas. Mas não vamos buscar, por quê? Se perfurarmos 60m, não teremos água. E,

quando aparece alguma gota d'água, é mais salgada do que a água do mar. Mas perfure 800m, 1.000m, 2.000m! Não se busca petróleo em 10 mil metros de profundidade? Mas petróleo dá dinheiro, e água não dá dinheiro! Mas a falta dela mata as pessoas e os animais.

Então, eu queria fazer essas considerações, principalmente, sobre cuidar da transposição. Eu não sei qual é o percentual, mas saiu a vazão de alguns percentuais para abastecer esses quatro Estados. Cuidem do rio, porque, do contrário, com os milhões ou bilhões de reais que o Governo tem gasto, não terá maior importância à frente, porque não terá água. Então, é preciso primeiro cuidar de quem está fornecendo para poder, então, dar tranquilidade a quem estiver recebendo.

Só para reavivar: os projetos que estão sendo feitos com relação ao Canal do Sertão, no meu Estado, no que diz respeito a abastecimento de água para essas comunidades; são 10km das margens direita e esquerda. E segundo: se existem também projetos prontos ou se estão em fase de montagem para pequenos processos de irrigação para atender aqueles que vivem na região.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de pedir aqui que as respostas fossem na sequência, inclusive, de quem aqui está.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – O Senador Blairo; depois, eu e o Senador Benedito de Lira. Os outros já saíram! Aí, depois, a quem não está aqui, o senhor pode encaminhar.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Será dessa forma. Inclusive, eu disse aqui ao Ministro que só precisava responder aos Senadores que estão presentes e, naturalmente, nesta ordem: Senador Blairo, Senador Wellington Fagundes e Senador Benedito de Lira.

Com a palavra, o Ministro Gilberto Occhi.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Senador Blairo, nós já fomos a essa obra tão logo chegamos, em fevereiro. Eu acho que a visão da obra nos dá um conhecimento muito maior daquilo que a gente discute. Mas pode ter certeza de que as fotos são verdadeiras. A gente ver algumas dessas fotos eu acho que é muito importante, mas ver a obra, a dimensão dessa obra é fundamental.

Nós estamos, a partir da próxima semana, estruturando uma nova visita, até porque nossa proposta é, ao receber o orçamento, ter o trabalho também de fazer um planejamento de previsibilidade de despesas até final do ano. Então, a partir da semana que vem, nós vamos fazer uma visita. E, com certeza, nós vamos comunicar às Comissões que estaremos indo lá e abrir também às Comissões. É claro que a Comissões têm o poder e a decisão de ir a qualquer momento. Nós nos colocamos à disposição para disponibilizar os técnicos do Ministério das Cidades que vivem nessas obras. Eles estão lá, porque temos escritórios nessas obras. Mas, também, nós, quando formos, faremos questão também de convidar as Comissões para nos acompanhar nessa viagem.

E quem vai pagar por essa água? Essa é uma decisão que nós vamos tomar mais à frente, dentro dos estudos que estão sendo feitos pela Codevasf e pela Fundação Getúlio Vargas, pelas reuniões que deveremos trabalhar em relação a estudar como operar essa obra depois de ela construída, porque a Fundação Getúlio Vargas já trouxe um pré-estudo para a Codevasf e nos apresentou também, a todo Ministério. Por esses estudos, o custo estimado hoje é de cerca de R\$400 milhões para operar a obra da transposição do Rio São Francisco. Por ano! É de R\$400 milhões por ano. Com certeza, as companhias de saneamento dos Estados, que serão as grandes beneficiadas, deverão pagar por essa água.

É claro que, em um primeiro momento, nós vamos discutir de que maneira o Governo Federal irá operar essa obra ou discutir com o Conselho Gestor da Transposição, porque existe um Conselho Gestor de que vários Ministérios são membros, os quatro governos estaduais são membros: Paraíba, Ceará, Pernambuco e o Rio Grande do Norte. Eles são membros permanentes desse Conselho Gestor. E é nesse contexto que nós iremos discutir quem pagará. Com certeza, ao final, lá na ponta, é o consumidor quem vai pagar. Quem se beneficiará da obra é que nós vamos ter de discutir, para que isso fique claro. Ou essa decisão... Não só a obra está sendo executada pelo Governo Federal, recursos do Orçamento Geral da União, e ele não tem operação de crédito aí. Então, nós temos de definir, depois, como é que isso se dará para que a gente possa operar a obra da transposição.

Digo ao Senador Wellington que eu gostaria muito de agendar uma nova reunião, aí específica, para algumas contribuições que o Senador apresenta aqui, com relação à Sudam e à Sudeco, até porque Mato Grosso é um daqueles Estados que têm benefícios tanto da Sudam quanto da Sudeco. Gostaria de sugerir isso.

Com relação ao apoio da Defesa Civil para essas regiões rurais, com certeza, quanto às pontes, nós estamos reconstruindo aquelas destruídas. Com relação às estradas vicinais, eu gostaria de pedir ao General Adriano

que fizesse um breve comentário sobre a regularidade ou a elaboração de um plano de trabalho para a gente possa contemplar e o senhor ter essa informação direto da Defesa Civil.

O SR. ADRIANO PEREIRA JUNIOR – Senador, usando até os argumentos que V. Ex^a colocou, o Mato Grosso tem um problema de infraestrutura viária. É um problema de infraestrutura viária, não é um problema basicamente de Defesa Civil e não poderá ser feita a dissolução pela Defesa Civil.

Então, as estradas vicinais antes – e eu as percorro, porque gosto de fazer *off-road*, 4x4, gosto de andar no mato – eram para um trânsito de pequenas fazendas que não tinham produção. Essa produção cresceu e surgiu a necessidade de equipamentos andarem por essas rodovias – carretas, como o senhor mesmo mencionou, bitrens – e não houve, por parte dos Governos, a melhoria dessas rodovias para suportar aquilo que a região precisa.

Então, sempre que há uma chuva, vêm diversos pedidos municipais para nós para melhoria das rodovias ou para recuperar as rodovias e as pontes. Sempre que se tem caracterizado que a ponte que estava ali caiu pela cheia, ou seja, sofreu um dano pelo desastre natural, não há como não apoiar aquele Município. E nós temos feito isso, fornecido recursos para que os Municípios refaçam suas pontes.

As rodovias, não tem como a Defesa Civil auxiliar, até porque temos um acórdão do TCU, que, ao longo desses anos, reparou que esses recursos iam para os Municípios e não podiam ser fiscalizados e que a maioria dessas obras que eram atendidas pela Defesa Civil, para recuperar rodovias, eram obras de melhoria de rodovias.

Então, não há restrição. O Governo Federal não tem restrição a repassar recursos, mas nós temos algumas limitações legais que os técnicos têm que olhar na hora em que fazem a análise daquilo que nos chega. Nós temos, sim... Eu não tenho o número aqui, mas, só neste ano, eu já liberei algumas pontes para alguns Municípios lá, já aprovei a liberação de créditos.

Quanto à demora, o senhor falou em questão de dois anos. Senador, nós tínhamos um sistema de descentralizar recursos, que nos exigia, inclusive, que os nossos engenheiros analisassem projeto. Agora, o senhor imagina uma secretaria que tem 14 engenheiros – poderia ter 20 agora, mas tem 14 – fiscalizar em torno de 8 mil obras pelo território nacional e analisar projetos. Então, isso nos trouxe um passivo muito grande, que nós estamos carregando hoje, e nos impedia de atender com maior rapidez.

A partir do ano passado, quando o Congresso aprovou a Lei nº 12.608, nós viemos aqui, a Defesa Civil nacional, o Ministério da Integração veio aqui conversar com os Parlamentares e introduzimos, graças ao apoio e ao entendimento deles, algumas alterações, ou seja, liberamos o Ministério, a Secretaria particularmente, para fazer essa análise de projetos, porque isso nos dá uma agilidade. Nós fazemos somente o acompanhamento físico da obra agora.

A Portaria nº 384, elaborada pelo Ministério, no ano passado, permite-nos hoje liberar o recurso ou autorizar a prefeitura, o ente, o governo do Estado, aquele que nos pede socorro, sempre que a obra for compatível, autorizar esse Município a iniciar a contratação da obra. Só para dar um exemplo do que isso representa – e o senhor sabe como era demorado – , quando eu e o Ministro estivemos em Xanxerê, nós já levamos a autorização para a prefeitura iniciar a obra de reconstrução, coisa de uma semana. Já levamos a autorização para ele. Então, o processo mudou, mas mudou, Senador, a partir de um entendimento com o Congresso, com os Deputados, de uma mudança legal.

O que está acontecendo com Mato Grosso, eu volto a frisar, é que está precisando fazer uma obra de melhoria na infraestrutura viária de todo o Estado e essas obras não podem ser feitas com recursos de emergência. Na hora em que há uma ponte destruída, mesmo de madeira, nós temos pago para o Estado, para o Município fazer uma ponte de concreto, uma ponte melhor, o que é nossa obrigação. Mas a maioria das obras que nos chegam não são obras de emergência. São obras que se tornam emergenciais por inadequabilidade da malha viária ao trânsito que por ela circula.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu queria aqui, especificamente, General e Ministro, dizer que nós temos lá 44 Municípios com projetos aprovados e que só dependiam da liberação de recursos.

Esses aqui já são projetos aprovados, relacionados pelo Ministério e pela Defesa Civil. Então, essa relação que eu tenho vou passar à mão do Ministro e gostaria de uma resposta. Se não é possível agora – e acho difícil agora – , até para dizermos para os prefeitos: não fique na ilusão, porque esse dinheiro não vai chegar ou isso aqui é possível chegar. Especificamente, caso a caso, porque o prefeito vem ao gabinete, vai, volta e volta. Então, está aqui a relação, eu quero passar para a mão do Ministro e dar uma resposta individualmente.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – Com certeza.

O senhor fez uma observação também sobre a dificuldade dos assessores. Então, eu gostaria de pedir ao seu assessor e aos demais Parlamentares também, porque é a primeira vez que eu vejo essa observação – mas ela existe, já que o senhor está trazendo – , para procurar o gabinete direto, porque nós estabelecemos

lá, recentemente, uma interlocução, dentro também do gabinete e não nas secretarias, porque eu acho que facilita também. Uma pessoa ficará responsável por essa interlocução com todos os assessores. Nós vamos trabalhar nessa diretriz. Então, eu peço que procurem o nosso gabinete, porque vai haver uma pessoa lá que vai ser a interlocutora.

Falando aqui com o Senador, se o senhor me permite, Presidente, o Senador Jorge Viana fez algumas perguntas que eu acho que são importantes para o conhecimento. Quanto da água está sendo usado? Hoje a Barragem de Sobradinho, que é a que fornece água para a captação da transposição, está liberando cerca de mil metros cúbicos por segundo, na Barragem de Sobradinho.

As duas captações autorizadas, neste momento, para captar, na transposição eixo norte e eixo leste, montam 26,4 metros cúbicos por segundo. Então, isso representa cerca de 2,5% daquilo que vai para o mar, ou daquilo que parte vai para o mar ou parte para os demais Estados que ainda fazem captações para abastecimento das cidades. São 2,5%, que é a captação que está autorizada neste momento. Ela poderá chegar até a 120 metros cúbicos na plenitude e em determinadas condições em que esteja o nível da água na Barragem de Sobradinho. Mesmo tendo os mesmos mil, com 126, daria 12% da água sendo captada no seu volume máximo, a depender da ampliação das obras da Barragem de Sobradinho, das obras da própria transposição.

Ele fez uma pergunta: quantos milhões de habitantes? Doze milhões de habitantes serão beneficiados com essa obra no Nordeste brasileiro. Quantos Municípios se beneficiariam? A princípio, 390 Municípios da Região Nordeste serão contemplados.

Respondendo também ao Senador Omar Aziz, que veio aqui e falou, eu deixo registrado aqui que o Governo Federal repassou, sim, ao Estado do Amazonas recursos financeiros, que o Governo Federal tem apoiado, no combustível, na madeira, que é o que se precisa, e também nos kits emergenciais e humanitários que devem chegar a essas cidades.

Em todas as cidades em que foi decretada situação de emergência, já reconhecida pelo Ministério da Integração, do baixo Purus e também do Juruá, o Governo Federal já apoiou todas elas, porque nós estamos, na visita de segunda-feira ao Estado do Amazonas, definindo logística com o Estado do Amazonas para fazer chegar o apoio federal. Logística é o avião, ou é o barco, ou é, de alguma forma, a empresa contratada pelo Ministério da Integração e a Defesa Civil, é fazer chegar esse apoio do Governo Federal aos Municípios do Estado do Amazonas, que são do Alto Solimões e do Baixo Solimões, e aí, agora, nós já estamos prevendo, antecipadamente, apoiar aquelas cidades que já vão ter as suas cheias concretizadas com a passagem das águas.

O SR. ADRIANO PEREIRA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Quero só lembrar, sobre o recurso, auxílio financeiro, que nem o Governo estadual, que disse que ia assumir, conseguiu apoio legal para isso.

O SR. GILBERTO MAGALHÃES OCCHI – O pleito que o Senador tinha feito de repassar os R\$300,00 está suspenso efetivamente pelo Governo Federal, por recomendação principalmente dos órgãos de controle, pela dificuldade na prestação de contas desse apoio, e não faltará o apoio à família. A família tem recebido os colchões, a água potável, a cesta básica, uma cesta básica que, eu queria dizer aqui, deixar registrado, tem cerca de 40 quilos, dura um mês. Pelo depoimento dos prefeitos que já receberam, do Amazonas, é uma cesta básica diferenciada para essas famílias, e custa aproximadamente R\$280,00. Então, se eu mando a cesta básica, se eu mando a madeira de que o cidadão está precisando, eu estou cobrando muito mais do que os próprios R\$300,00, o que dificulta, pela determinação dos órgãos de controle, nós atendermos esse tipo de pleito. Mas queríamos dizer à população ribeirinha da Região Amazônica e do Acre também que não tem faltado o apoio do Governo Federal para repor a elas as necessidades que têm.

Senador Benedito de Lira, eu queria lhe dar algumas informações quanto a suas demandas. O Canal do Sertão alagoano, que hoje tem 60km de água já correndo nele, tem junto dessa obra, no primeiro trecho, que é próximo ali da cidade de Delmiro Gouveia, uma obra que irá levar uma adutora até o abastecimento de água na adutora do Sertão. É uma obra que já está concluída, mas que irá ser reforçada com essa obra que está em andamento. E nós temos certeza de que não devemos um real na execução dessas obras também.

Então, nós estamos trabalhando para terminar o Trecho III do Canal do Sertão Alagoano. Ele tem uma obra importante, que é um túnel; já foi concluído. Nós vamos continuar a trabalhar no Trecho IV, que serão aproximadamente mais 30km. Então, nós temos 60 concluídos. Temos, sim, alguns projetos como esse de abastecimento dessas adutoras que já existem na região, e, aí, trazendo uma perenidade no abastecimento de água. Temos demandado ao Governo do Estado de Alagoas uma entrega de um poço construído com o apoio da Defesa Civil, pela CPRM, um posto na cidade de Mata Grande, lá naquela região mesmo, do agreste alagoano, que produz 140 metros cúbicos por hora de água e que está lá disponível para que o Município, a companhia de saneamento, a própria Defesa Civil possa captar essa água e distribuir naquela região ali.

Então, eu queria dizer aqui que, com relação à revitalização que o senhor citou, sendo um item mais do que importante para o São Francisco, nós temos investimentos do Governo Federal da ordem R\$2,3 bilhões.

Já investimos, através da própria Codevasf – a Codevasf está tratando de 100% da questão da revitalização do São Francisco –, algo em torno de R\$1 bilhão, R\$750 milhões, com quatro ações importantes: revitalização de nascentes e matas ciliares; a questão do saneamento ambiental das cidades ribeirinhas, para que elas deixem de contribuir com o esgoto, que é a preocupação de São Paulo, no próprio Rio São Francisco; a questão dos processos erosivos, o desbarrancamento e o assoreamento do próprio rio – então, nós estamos atuando nisso –; e também o programa Água para Todos, que trará uma segurança hídrica para essas famílias ribeirinhas, seja com as cisternas, seja com cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água, o que se traduz na perfuração de poços, na reservação e na distribuição de diversas comunidades. Então, nós estamos fazendo um esforço para que a revitalização seja uma realidade.

Nós tivemos uma reunião, há cerca de vinte dias, com a Presidenta Dilma e o Senador Otto Alencar, que também é responsável por essa questão dessas comissões da revitalização do Rio São Francisco e das bacias que compõem o rio. E, nessa reunião com o Ministro da Defesa, a Ministra do Meio Ambiente, o Ministro do Planejamento, a Presidenta determinou ao Ministério da Integração e ao Ministério do Planejamento que elaborassem um plano de revitalização do São Francisco, especialmente do São Francisco, um plano que possa ser de revitalização para os próximos dez anos. Então, há um trabalho enorme do Governo Federal em atender não só as preocupações dessa comissão, mas as preocupações de todos os Parlamentares no sentido de que, sem a revitalização dos rios brasileiros, nós não teremos a certeza da segurança hídrica, especialmente na Região Nordeste. Nós estamos trabalhando permanentemente com essa ação.

Temos ainda a continuidade da revitalização do Rio São Francisco, porque nós chegamos a 72%, através da Codevasf, com esse processo de revitalização. Ele é contínuo, mas temos também agora um trabalho a ser desenvolvido, tanto com o Ministério do Planejamento como conosco, de elaborarmos um plano para que a Presidência possa avaliar um plano de revitalização das bacias que compõem o Rio São Francisco nos próximos dez anos.

Eu espero que a gente tenha atendido a contento os questionamentos dos Senadores, Presidente.

Quero também aqui, dentro da palavra do Senador Omar Aziz, do comentário que ele fez sobre essa inter-relação dos Ministérios, dizer que eu acho que é importante, dentro do Ministério, todas as áreas estarem afinadas e conhecendo aquilo que está sendo feito para que a gente possa otimizar, e entre o Governo, e entre todos os Ministérios. E eu recordo aqui que, na primeira reunião interministerial que a Presidenta Dilma fez, ela pediu exatamente isso aos seus Ministros.

Da nossa parte, nós temos nos reunido com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, com o Ministério da Defesa, com esses Ministérios que, de uma maneira ou de outra, têm uma relação direta com o Ministério da Integração, seja na defesa civil, seja na questão da irrigação, seja da questão hídrica. A nossa preocupação é essa e o nosso trabalho é esse, por determinação da própria Presidenta.

Era esse o comentário que eu queria fazer a respeito da fala do Senador Omar Aziz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de prosseguir, gostaria de destacar aqui a presença do Deputado Beto Rosado, do Rio Grande do Norte e, em nome da comissão de revitalização e transposição do São Francisco, da Comissão de Desenvolvimento Regional e do Turismo e da Comissão de Meio Ambiente, queremos agradecer a presença, a disponibilidade e os esclarecimentos prestados pelo Ministro Gilberto Occhi, também do Secretário de Infraestrutura Hídrica, o Dr. Osvaldo Garcia, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, General Adriano Pereira.

Agradeço também a presença de todos os seus assessores, que os acompanham.

Agradeço a presença dos senhores Senadores e Deputados.

Naturalmente, inicio os procedimentos para encerrar esta reunião.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a todos os presentes aqui.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas e nove minutos do dia doze de maio de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Omar Aziz, Hélio José, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Gladson Cameli, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Amorim. Comparecem os Senhores Senadores Donizeti Nogueira e Regina Sousa, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater o tema “Agenda e Prioridades do Ministério das Comunicações para o biênio 2015/2016”, atendendo ao Requerimento nº. 03/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparece à audiência, na qualidade de expositor, o Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações – MiniCom. Finda a apresentação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Fernando Bezerra Coelho, Omar Aziz, Hélio José, Walter Pinheiro e a Senhora Senadora Regina Sousa, não membro da Comissão. Neste momento, o Senhor Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 26, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, que requerem “nos termos do disposto no art. 255, II, ‘c’, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei Da Câmara nº 30, de 2015 – ‘Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes’ – além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”. **Extrapauta, Item 2: Requerimento n.º 27, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, que requerem “nos termos do disposto no art. 255, II, ‘c’, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015 – ‘Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005’; além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”. Os requerimentos são aprovados. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Bruno Souza de Barros, Secretário Adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Um agradecimento grande ao Ministro Berzoini, que está aqui conosco.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de maio de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que esta audiência pública é realizada em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2015, de autoria da própria Presidência, e aprovado pelo Plenário da Comissão de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de realizar debates em torno do tema: Agenda e Prioridades do Ministério das Comunicações para o Biênio 2015/2016.

Como sabem, Ministro, nós convocamos e convidamos também o Ministro da área de ciência, tecnologia e inovação para que venha aqui também e o Ministro da Indústria, para que aqui venha dizer como é que estão pensando, como é que o Governo está pensando a relação com a ciência e tecnologia.

Hoje, temos a honra de receber o Ministro de Estado das Comunicações, o Ex^{mo} Sr. Ricardo Berzoini, que irá discorrer sobre o tema que eu citei.

Informo que contaremos com os serviços de interatividade do Senado Federal para a participação popular pelos cidadãos que nos estão assistindo, ao vivo, pelo portal e-Cidadania no endereço: www.senado.leg.br/ecidadania ou também pela TV Senado, pelo portal e também pelo Alô Senado no número: 0800-612211.

O cidadão poderá enviar comentário ou perguntas que serão repassadas a nossos convidados. Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem normal, conforme definido nos termos do uso do portal, não com base na qualidade do comentário, ou no mérito da pergunta, ou na posição da pergunta, mas apenas no cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Dito isso, eu passo a palavra ao Ministro Berzoini.

O SR. RICARDO BERZOINI – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, que, além de um grande Senador, é um amigo de longa convivência em vários momentos de nossa vida política. Cumprimento o Senador Omar, Senadora Ângela, demais participantes aqui: jornalistas, assessores, militantes de movimentos.

Início dizendo que eu costumo brincar que o Ministério das Comunicações é o mais importante do Brasil. Digo isso porque hoje todo o mundo tem uma dependência brutal, na sua vida cotidiana, pessoal, profissional, das comunicações, especialmente de um artefato relativamente recente na vida das pessoas e que se torna cada vez mais útil e importante para facilitar nossa vida, chamado *smartphone*. A telefonia celular é um objeto tanto do desejo das pessoas em todos os cantos do Brasil e do mundo, como também objeto de muitas reclamações e críticas, porque é um serviço, evidentemente, complexo e que exige muitos investimentos e, ao mesmo tempo, também, as empresas que atuam no setor têm aquela tendência, inevitável dentro do capitalismo, que é a de buscar maximizar seus lucros. Portanto, nesse equilíbrio entre a fiscalização, poder concedente, capacidade de interação do Estado com o interesse público e as empresas privadas há sempre uma tensão. E também porque, na outra parte do Ministério, nós temos a discussão sobre o papel da comunicação de massa no Brasil e no mundo, como é que os instrumentos de comunicação de massa se referenciam em relação à atividade humana, à cultura, à política, às questões de comportamento, às questões sociais em geral.

Para além disso, nós temos um instrumento também relativamente novo, mas que se torna cada vez mais central, e o *smartphone* é apenas um dos veículos de sua interação, chamado internet, rede mundial de computadores, que também é algo de extrema complexidade, de extrema importância para a vida dos países e, cada vez mais, um instrumento de comunicação política, um instrumento de interação e de serviços.

Então, eu queria iniciar. Vou passar uma pequena apresentação.

Primeiro – acho que todos conhecem, mas é bom sempre lembrar –, o Ministério tem três Secretarias. A Secretaria de Telecomunicações cuida da parte de telefonia, da parte de internet e tem como principal missão desenvolver uma estratégia para que a banda larga, móvel e fixa, chegue a todo País com um custo razoável e com qualidade que também seja boa, que seja uma qualidade que ajude as pessoas a integrar seus serviços, suas atividades comerciais, a integrar a parte cultural e a parte de comunicações em geral.

A Secretaria de Comunicação Eletrônica cuida, basicamente, da radiodifusão, ou seja, de todo o processo de concessão, renovação, alterações de outorgas, mas, principalmente, de uma estratégia para a radiodifusão, uma vez que nós entendemos que a radiodifusão é um dos instrumentos fundamentais de integração nacional e também de integração regional no nosso País. Também na Secretaria de Comunicação Eletrônica, combinada com a de Telecomunicações, nós temos o grande desafio com a digitalização da televisão no Brasil, que deve se concluir até 2018. Mas eu vou falar mais tarde sobre isso.

A Secretaria de Inclusão Digital – que é uma secretaria relativamente nova, tem apenas quatro anos – tem como tarefa supervisionar e coordenar todos os esforços do Governo Federal na área de inclusão digital, os chamados telecentros, o acesso de regiões remotas ao sinal de internet, a banda larga em regiões remotas, e também programas que possam incentivar o uso dos instrumentos digitais pelas comunidades, especialmente as comunidades de baixo nível de inclusão.

E temos três estruturas vinculadas ao Ministério. A Anatel, que é a agência criada pela Lei Geral de Telecomunicações para fiscalizar, supervisionar e normatizar, no que lhe cabe, as atividades de telecomunicação; a empresa que é uma das referências de credibilidade do Brasil, os Correios, uma empresa com importância fundamental para o Estado brasileiro em termos de capilaridade – quero cumprimentar o Senador Hélio – e de integração postal brasileira e também de serviços e logística; e a Telebras, que era a antiga *holding* do sistema telefônico e foi reativada, ainda no governo Lula, para ser a grande empresa brasileira para prover infraestrutura de banda larga de maneira complementar ao setor privado, mas de maneira a representar os interesses públicos em relação à questão dessa tecnologia tão fundamental para a sociedade.

As missões do Ministério todos conhecem: formulação e articulação das políticas de comunicação; enxergar o acesso à comunicação como parte do processo de inclusão social, econômica e cultural; regulação, fiscalização e avaliação das políticas e serviços de comunicações.

Iniciando a parte de telecomunicações, nós temos que, primeiro, fazer algumas observações. A telefonia e a internet são dois dos setores campeões de reclamação do consumidor, obviamente, pela sua capilaridade, pelo seu interesse e pela quantidade de cidadãos brasileiros que estão integrados a esse sistema, mas também

por deficiência de qualidade das operadoras, que precisam investir mais e melhor. E o papel do Ministério é induzir esse investimento. É um problema mundial, não é um problema do Brasil apenas. Os Senadores viajam muito para representar o Senado em missões oficiais e sabem que a qualidade da telefonia não é um problema só do Brasil. No Brasil nós temos um problema de desigualdade: regiões que são muito mal atendidas, o que reflete a desigualdade social e regional do Brasil, mas é um problema concreto, que nós temos de enfrentar de maneira objetiva, cobrando das operadoras que elas melhorem a qualidade do serviço de telecomunicações.

Nós temos um esforço objetivo para ampliar, através de medidas legislativas, os mecanismos para prestar serviços de maneira adequada. Dois exemplos recentes são a Lei das Antenas, que o Senado teve papel fundamental para aprovar, assim como a Câmara dos Deputados, e a desoneração das pequenas antenas, feita por medida provisória, que permite que as empresas de telefonia, de telecomunicações, possam ampliar a cobertura e melhorar o sinal nas regiões que sofrem mais com problema de sinal, até pelo relevo que têm algumas regiões do Brasil.

Nós temos o problema de custo. O custo da telefonia ainda é elevado. Está em queda. Nos últimos anos a telefonia não contribuiu para a inflação; ao contrário, contribuiu para reduzir a inflação – telefonia e telecomunicações em geral. Mas boa parte do custo da telefonia no Brasil não é um problema operacional das empresas, é um problema do nosso sistema tributário, que tem como base central do financiamento dos Estados o ICMS, o qual é grande parte do custo da telefonia no nosso País.

A Anatel tem feito uma política acertada de redução dos valores da tarifa de interconexão. Vejam que, em 2013, era de R\$0,33, já foi muito maior do que isso. A previsão é chegar, até 2019, com R\$0,02 apenas de tarifa de interconexão, para promover justamente essa integração de todo o sistema sem custo de interconexão.

Senador Crivella, é um prazer estar aqui, nesta audiência, também com sua presença.

Esse é um pouco o retrato do que foi a evolução da banda larga fixa, nos últimos anos, no Brasil. O crescimento é mais intenso nas Regiões Norte e Nordeste, evidentemente porque a base também era menor. Mas, de certa forma, é importante registrar que estamos reduzindo a diferença entre o Norte, o Nordeste e as demais Regiões. Em todas as áreas, o crescimento é muito importante. É uma demonstração de que existe uma demanda reprimida e que as pessoas querem se integrar mais à rede através de banda larga. Não é um problema só de acessar a internet para entretenimento, como muitos avaliam precipitadamente, mas, fundamentalmente, uma necessidade do setor público e do setor privado de usar os instrumentos de comunicação em rede para viabilizar negócios, para viabilizar atendimento a demandas públicas e privadas e para viabilizar a integração entre as pessoas físicas e jurídicas.

A banda larga móvel é um fenômeno extremamente importante em termos de evolução. Embora ainda haja demanda reprimida, é preciso registrar que o crescimento é muito forte no Brasil. No 3G, já são 138,8 milhões de acessos – só para registrar, cada aparelho conectado é um acesso – em 3.599 cidades. No 4G, já são 4 milhões de aparelhos, de acessos, em 323 cidades. Só não dá para dizer que são em todos os telefones, porque alguns são equipamentos de trabalho, que não são para telefonia ou para o acesso de internet simplesmente, mas para interconexão entre máquinas.

A velocidade média, no Brasil, da banda larga fixa tem tido um crescimento comparável ao de outros países. Evidentemente, ainda temos uma deficiência grande em algumas Regiões que não têm acesso ou que têm acesso com uma banda muito lenta. Nós temos que ampliar o investimento e é essa a tarefa do programa Banda Larga para Todos, que nós vamos apresentar em seguida.

Entre 2015 e 2018, nós temos a missão de ampliar os acessos de banda larga móvel e fixa, de 197 milhões para 300 milhões, dentro das metas do programa Banda Larga para Todos, que depois será apresentado detalhadamente, quando estiver concluída a sua estruturação.

A velocidade média, hoje, é de 6,8Mbps. Muita gente questiona: “Mas essa é a velocidade média do País?” É, é a velocidade média e, como toda média, ela tende a não ser muito inteligente porque é simplesmente uma média. A nossa meta é elevar essa média para 25Mbps no País todo, evidentemente levando em consideração que nós queremos que essa média seja próxima de uma mediana e que as cidades com 3G passem de 3.805 para 4.494, até 2018, e cidades com 4G, de 53 para 1.142. E a depender da evolução tecnológica da estrutura da indústria mundial, possivelmente fazer o lançamento do 5G, da quinta geração, até 2018, se estiver disponível essa tecnologia, que já está em fase avançada de elaboração e de padronização.

Na comparação internacional, se usarmos os índices da União Internacional de Comunicações, o índice geral de desenvolvimento em telecomunicações e TI, o Brasil está, em relação à média mundial, abaixo da média mundial, mas com um crescimento superior ao do restante do mundo, um crescimento de 32%, enquanto o resto do mundo está com 21%.

Ainda com a comparação internacional, que é sempre importante nesse assunto, nós vemos que a proporção de usuários com internet no Brasil cresce a cada ano, como já foi dito anteriormente, ainda em um pa-

tamar abaixo daquele dos países desenvolvidos e abaixo da média das Américas. Evidentemente, a média das Américas é puxada pelos Estados Unidos, mas o fato é que o Brasil ainda está aquém da média das Américas, e é fundamental retirar essa defasagem. Vocês veem que, na quantidade de assinaturas de banda larga móvel por 100 habitantes, o Brasil já consegue se equiparar à média das Américas, mas ainda está bem abaixo dos países desenvolvidos, e nós temos que, evidentemente, buscar também superar essa defasagem.

Na quantidade de assinaturas de telefonia móvel por 100 habitantes nós temos uma situação *sui generis*. O Brasil tem mais do que os países desenvolvidos, as Américas, e isso se deve em grande parte ao desenvolvimento do pré-pago no Brasil, que é um fenômeno bastante concentrado no Brasil. O pré-pago tem uma predominância. Muitas pessoas têm mais de uma linha, mais de um *chip*, mesmo que tenha um aparelho só, mais de um *chip* para usar as tarifas mais adequadas a cada ligação.

A razão entre as receitas de telecomunicações e o PIB. O Brasil... Vou ler aqui no meu *tablet*, porque ali ficou ilegível. Na primeira coluna, Canadá, com 2,49%; países da OCDE, 2,95%; Estados Unidos, 3,51%. Quer dizer, o Brasil tem uma participação maior nas receitas do setor de telecomunicações em relação ao PIB. Parte disso se deve ao sistema tributário brasileiro, como eu já falei anteriormente, um sistema iníquo, que tem o ICMS como base principal de financiamento dos Estados, o que encarece todos os produtos e serviços para o consumo interno, e não apenas as telecomunicações.

O nosso programa Banda Larga para Todos tem como meta principal levar a banda larga para pelo menos 95% da população, até 2018, a um custo acessível, um custo que seja comparável com a renda média do brasileiro; elevar a velocidade média, como falei anteriormente, de 5Mbps para 25Mbps; alcançar 300 milhões de conexões; e a meta de acesso de 45% dos domicílios urbanos com redes de acesso via fibra ótica. Você sabe que a banda larga não requer necessariamente fibra ótica, mas a fibra ótica permite uma velocidade muito maior e uma estabilidade muito maior. Então, a ideia é que se tenha pelo menos 45% dos domicílios urbanos com a fibra ótica na porta da sua casa. Financiamento via orçamento federal, mas também utilizando desonerações tributárias, leilões reversos e investimentos privados. A ideia é atrair o investimento privado através de mecanismos de indução tributária ou normativa para que as operadoras e outras empresas, pequenos provedores, possam fazer investimentos fortes em fibra ótica até 2018. Os detalhes estão em fase de conclusão e, assim que estiverem disponíveis, vou apresentar para as duas comissões da Câmara e do Senado, para podermos debater as estratégias e colher contribuições dos Parlamentares. Conexão em escolas públicas capaz de viabilizar os trabalhos pedagógicos dos alunos, ou seja, a ideia da conexão das escolas.

Hoje todas as escolas urbanas estão conectadas à internet, mas a banda é muito pequena, o que serve a algumas atividades escolares, serve à administração da escola, mas não é compatível com a digitalização pedagógica das escolas brasileiras. Nós achamos que esse é um assunto fundamental para um país que pretende ser uma pátria educadora. Portanto, temos que assegurar de 50Mbps a 100Mbps por escola para viabilizar essa integração pedagógica para uma estratégia de ensino digital que, junto com as demais estratégias de ensino, possa acelerar e melhorar a qualidade do ensino fundamental e do ensino médio no Brasil.

É bom lembrar que o impacto do setor de telecomunicações na economia diretamente é muito relevante: são 5% do PIB do Brasil, R\$227 bilhões em 2013, está dentro da média mundial, e tem um impacto muito decisivo em relação ao desenvolvimento, ou seja, aonde você chega com internet banda larga, o crescimento do PIB, estatisticamente, por estudos internacionais, se torna muito mais rápido e qualitativo do que onde você não tem acesso fácil à internet.

Nós temos uma estratégia para conteúdos digitais criativos, que é para o desenvolvimento de conteúdo para os *smartphones* e para TI, de maneira geral, que possa ser adequado à nossa estratégia de fomento da economia digital, tanto através da questão da TV digital, com o Ginga, que foi o *software* de interatividade que foi escolhido à época da implantação da TV digital, como também as aplicações de *smartphones*.

Vocês sabem que foi desonerada a tributação para *smartphones*, para incentivar o consumo desses equipamentos que ajudam as pessoas no seu dia a dia, mas o condicionamento para que as indústrias tenham acesso a essa desoneração é a presença de conteúdo nacional nos aplicativos dentro dos *smartphones* que se beneficiam da desoneração.

As iniciativas pessoais e de grupos, em termos de inovação da tecnologia, nós trabalhamos para dar visibilidade a elas e exportar. E várias pequenas empresas brasileiras já estão exportando seus conteúdos digitais, através da relação com as grandes fabricantes mundiais de aparelhos de telecomunicação. Nós estamos trabalhando para viabilizar, no ano que vem, na feira mundial de Barcelona, de mobilidade, que nós tenhamos um grande estande brasileiro com conteúdo nacional tecnológico, tanto de *hardware* quanto de *software*.

O Fust é um instrumento cuja utilização nós pretendemos ampliar. É um fundo contábil, é um fundo que tem sido represado historicamente para os cumprimentos das metas orçamentárias, mas nós entendemos que

nós devemos trabalhar para migrá-lo para um fundo que tenha viabilidade para utilização apenas em telecomunicações.

Um tema da maior relevância para o Ministério, também, é o tema da governança da internet. Nós temos no Brasil uma iniciativa muito importante, a partir da crise da NSA, do Snowden, quando foram feitas revelações em relação a abuso de monitoramento de dados e invasão de privacidade, inclusive de autoridades de todo o mundo, como a Presidenta Dilma, a Angela Merkel e outros. O Brasil tomou a iniciativa importante de ampliar o seu questionamento em relação à governança da internet. Disso resultou a aprovação do Marco Civil da Internet – cumprimento também o Senador Raupp – e de uma estratégia diplomática internacional, no sentido de defender que a governança da internet seja democrática, transparente, multilateral e multissetorial, ou seja, que nós não tenhamos um único país comandando o processo de governança da internet, que nós tenhamos um sistema multilateral de entendimento sobre as grandes questões de segurança na rede, de neutralidade, de estratégia de desenvolvimento social, cultural e comercial da internet e que, simultaneamente, nós tenhamos a participação da sociedade civil, como elemento fundamental das características da rede mundial de computadores.

O Marco Civil da Internet, como nós falamos, foi aprovado e está em fase de regulamentação, uma fase que nós entendemos que é decisiva para que ele tenha efetividade e que ele possa, complementarmente com outras normas infralegais, assegurar que a internet seja um espaço seguro, no limite das suas possibilidades de segurança, que seja um espaço democrático, que seja um espaço onde a sua utilização seja assegurada à maior parcela possível da sociedade, incluindo pessoas físicas e jurídicas.

Nós temos uma estratégia no Ministério, na Secretaria de Inclusão Digital, de alcançar 339 cidades com convênios firmados com o Ministério, para viabilizar investimentos em fibra ótica para a integração dos serviços locais municipais, para integração de entidades municipais e para ampliação do acesso em *wi-fi* para a população em locais públicos de grande fluxo.

Temos aí uma série de investimentos previstos, um total de R\$245 milhões, além de termos também um programa de fornecimento de antenas para sinal via satélite, que serão aplicados para, principalmente, áreas de vulnerabilidade social, para serviços públicos e para telecentros.

Sobre radiodifusão – já gastei o tempo? –, temos uma preocupação relevante com algo que incomoda a todos os radiodifusores, incomoda a muitos Parlamentares que são demandados pelos radiodifusores, que é a desburocratização da radiodifusão pública, dos procedimentos no Ministério e no Congresso Nacional. Como sabemos, a Constituição prevê uma tramitação para os processos de radiodifusão e entendemos que essa tramitação é hoje um obstáculo para muitas pessoas regularizarem sua situação ou mesmo para que obtenham a oportunidade de se tornar um radiodifusor. Isso vale tanto para a radiodifusão comercial, para a radiodifusão educativa, comunitária, enfim, todos são vítimas dessa burocracia absolutamente lenta e custosa para o Estado.

Criamos um grupo de trabalho, no dia 17 de março, com a participação dos segmentos da radiodifusão, para encontrar soluções para reduzir, via mudança de normas internas do Ministério e, se necessário, mudança de lei – e vamos precisar do apoio da Câmara e do Senado nessas propostas de mudança da lei –, agilizar, desburocratizar, modernizar os processos de outorga e pós-outorga, dar transparência total aos procedimentos.

Todos aqui se lembram de que, mais de uma vez, houve acusações, no Brasil, de uso político do Ministério das Comunicações para aprovação de projetos. Mais de uma vez, na época da Constituição, se levantaram ilações ou acusações em relação a essa questão. Posteriormente, na época da aprovação de outros projetos de interesse de setores do Parlamento, também houve esse tipo de questionamento. Acharmos que temos que encontrar meios para acabar, de maneira definitiva, com esse tipo de sensação de que há interesses políticos na concessão de outorgas da radiodifusão, dar transparência total e total previsibilidade na tramitação dos processos no Ministério e aqui também, na Câmara e no Senado, e realizar periodicamente os planos nacionais de outorga, como também dar previsibilidade, transparência e total publicidade dos atos do Ministério. A ideia é concluir esse processo até o final deste ano para que possamos tomar as medidas no campo normativo e, também, no campo de legislação; no campo normativo interno do Ministério e no campo da legislação que tem que ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Temos um grande desafio para esses próximos três anos, três anos e meio, que é o desligamento da TV analógica. Como vocês se lembram, houve um leilão da banda 4G, da banda de 700MHz, para utilização da expansão da telefonia de quarta geração. Foram R\$5,8 bilhões nesse leilão no ano passado, com parte dos recursos voltados para viabilizar a migração de todas as emissoras de TV que estão nessa banda, a fim de que possamos fazer a chamada limpeza do espectro para assegurar o uso pela telefonia. Isso envolve o desligamento de todos os transmissores analógicos e a implantação da plena digitalização da TV no Brasil. Esse projeto começa agora, em novembro, em Rio Verde, Goiás, como a cidade-piloto para o desligamento da TV analógica. Em abril de 2016, teremos Brasília; em maio, São Paulo; em julho, Belo Horizonte. E a população de cada uma dessas áreas

tem que receber avisos sistemáticos 365 dias antes para que nós possamos ter a aquisição dos equipamentos para assegurar a quem ainda não tem uma TV com conversor digital que possa adquirir o conversor.

No leilão ficou estabelecido que os beneficiários do cadastro do Bolsa Família receberão gratuitamente conversores e antenas, então são potencialmente 14 milhões de famílias que vão receber gratuitamente. Existe um grupo que faz a gestão desse processo, chamado Gired, com a participação da telefonia, da radiodifusão, do Ministério das Comunicações e da Anatel, e que toma as decisões fundamentais sobre esse processo de migração. E a empresa chamada EAD, que é uma empresa de propósito específico, uma empresa privada constituída pelas operadoras de telefonia, é que vai fazer toda a parte operacional dessa migração do sistema analógico para o sistema digital.

A ideia é de que nós tenhamos os conversores do Bolsa Família com interatividade para a utilização dos canais de interatividade no sistema de comunicação tanto bancário quanto de previdência social, de assistência social, de emprego e de outros serviços públicos, que, durante o processo de desligamento da TV analógica, nós possamos ter a integração dessa população através desses conversores interativos. Já foram feitos dois testes, um em Brasília e outro em João Pessoa, e os resultados positivos da interatividade são extremamente importantes para a população de baixa renda, especialmente para a população que é beneficiária do Bolsa Família.

Existe um critério para haver o desligamento da TV digital: só haverá desligamento no Município ou na região se nós tivermos pelo menos 93% dos domicílios aptos a receber a TV digital, ou seja, ou uma TV com conversor embutido, ou uma TV comum com o conversor. Portanto, nós teremos que ter uma pesquisa antes de tomar a decisão em qualquer um dos Municípios de manter o calendário ou não. A nossa meta é manter o calendário até 2018, mas, evidentemente, com a sensibilidade de observar que nós não podemos privar nenhuma pessoa, nenhum domicílio do serviço de radiodifusão ao qual está acostumado para ver o esporte, para assistir a qualquer programa de entretenimento, enfim, para todas as suas atividades de comunicação.

Esse é cronograma, vamos passar direto.

Por fim, algumas atividades referentes à Anatel, que tem uma direção, como vocês sabem, aprovada pelo Senado Federal – indicada pela Presidente da República e aprovada pelo Senado Federal –, para os conselheiros que representam a Anatel e que constituem a sua direção. Nós temos em curso no momento a revisão das metas de universalização da telefonia fixa; nós temos também a discussão de um termo de ajuste de conduta com as operadoras de telefonia fixa – são 1.800 processos de multas em que estão sendo discutidas as suas equalizações para o cumprimento das obrigações que as empresas de telefonia têm, que é atender a população –; estamos implantando também a inserção do nono dígito para a telefonia móvel para poder ampliar a quantidade de número disponíveis; o desligamento da TV analógica, em que a Anatel tem um papel determinante – o coordenador do Gired é um dos conselheiros da Anatel –; as estratégias de defesa do consumidor sempre com reuniões periódicas e novas resoluções para manter as operadoras sempre articuladas nesse processo de melhoria da qualidade do serviço; e o Plano Geral de Metas de Competição, que visa a equilibrar a oferta de capacidade de rede no atacado.

Na Telebras, que é a empresa responsável pela estratégia de banda larga e de internet no Brasil, complementarmente às operadoras privadas, nós temos um plano de investimentos para uma atualização estratégica das metas, a participação ativa na formulação do programa Banda Larga para Todos. A nossa principal meta é ampliar a rede de fibra ótica no Brasil de maneira a atender todas as regiões aonde for possível chegar com fibra ótica. E temos previsto para o ano que vem o lançamento de um satélite para comunicação militar e também para levar sinal de internet em banda larga para locais onde a fibra ótica não seja acessível.

Nós também estamos em fase final de contratação de um cabo de fibra ótica entre Brasil e Portugal – entre Fortaleza e Lisboa –, através de uma associação entre a Telebras e uma empresa espanhola que tem especialização em cabos submarinos de fibra ótica.

Os Correios são uma parte importante do Ministério. Nós temos metas de universalização dos serviços postais. Os Correios estão presentes, de maneira direta ou indireta, em todos os Municípios brasileiros. De 2010 a 2013, a distribuição domiciliar foi ampliada de 156 milhões de domicílios para 165 milhões, e a nossa meta é alcançar todos os domicílios brasileiros. Nós temos uma série de metas já constituídas para ampliação dos serviços postais. Evidentemente isso tem um custo para os Correios. A parte, digamos, da obrigação da universalização é altamente deficitária, o que implica os Correios terem uma estratégia agressiva na disputa da área de logística, da área de encomendas e da área de serviços bancários – em convênio com o Banco do Brasil e o Banco Postal – para chegarmos ao equilíbrio econômico-financeiro dos Correios.

Nós temos um grande desafio nos Correios que, certamente, envolve também o esclarecimento aos Parlamentares e à sociedade, que é o transporte aéreo de cargas. A Lei de Licitações obriga os Correios a realizarem modalidades de contratos que são pouco atrativos para as empresas e que muitas vezes levam, pela concorrência, a uma relação entre preços e obrigações que não se equilibram ao longo do tempo. Até porque

é uma área que sofre forte influência do custo de combustível, do custo de locação de aeronaves, custos esses que são, muitas vezes, vinculados, no mercado internacional, ao dólar. Portanto, manter um contrato de cinco anos dificulta a execução plena desse contrato com qualidade. Nós estamos buscando soluções para isso. Vamos, certamente, precisar do apoio da Câmara e do Senado para encontrar uma modalidade de contratação que atenda a um serviço dos Correios que não é parte do monopólio, já que boa parte se refere a encomendas e que a logística, portanto, sofre a concorrência forte de empresas privadas.

Então, é basicamente isso.

Eu queria concluir dizendo o seguinte: nós temos no Ministério a plena convicção de que o serviço de telecomunicações é o serviço que mais sofre mudanças tecnológicas na humanidade. Nós estamos vivendo, na verdade, a transição entre tecnologias de comunicação e tecnologias de estruturação desses sistemas, tanto na parte de *hardware* quanto na parte de *software*. E o Brasil, pelas características do seu território, pelas dificuldades geográficas e pela desigualdade social e regional que nós temos, merece uma estratégia especial, especialmente pela questão da internet em banda larga.

Nós acreditamos que a internet em banda larga é a grande demanda hoje em comunicação. Senador Cristovam, eu até cito o exemplo de uma Prefeita do interior da Bahia, que me relatou que realizou o processo de orçamento participativo esperando que a população fosse pedir pavimentação, saneamento básico, educação, saúde, creche. E a principal demanda nos distritos da cidade do interior da Bahia – cidade de Uruçuca, que é perto de Itabuna – foi internet em banda larga. O pessoal da cidade se organizou para reivindicar que a Prefeitura tivesse um programa específico para assegurar o acesso à internet. E por que isso? Porque as pessoas sabem que, com a banda larga, elas podem ter serviços sem sair de casa, acessar o banco, acessar a Previdência Social, acessar um cadastro de emprego, as pessoas podem ter a possibilidade de entretenimento e de comunicação com os seus parentes que moram em locais distantes com custo baixo.

Ou seja, essa é uma demanda hoje que não é do Brasil, é do mundo. E nós temos a obrigação de ter uma estratégia que viabilize – como é um setor fortemente disputado pelo setor privado – integrar o interesse público com o interesse privado, integrar estratégias de infraestrutura pública com incentivo ao investimento privado, para assegurar que esses investimentos possam resultar em disponibilidade de serviços para toda a população. Então, essa é uma questão fundamental.

Nós achamos que este programa Banda Larga para Todos pode ser, efetivamente, um veículo para rapidamente atender a população no prazo de três, quatro anos, com qualidade e acessibilidade e com um custo razoável. Essa é uma tarefa fundamental e para a qual esperamos a colaboração do Parlamento brasileiro, sempre atento a essas demandas da população.

Por fim, uma questão importante, que é a discussão sobre a legislação em relação à radiodifusão no Brasil. V. Ex^a sabe que foi um tema muito tenso durante a Constituinte, resultou num conjunto de artigos que eu considero, pessoalmente, bastante bem desenhados em termos de prever que a população brasileira tenha um sistema de radiodifusão equilibrado, que possa ter sistema público, privado e estatal, que possa não permitir monopólio e oligopólio e que assegure um caráter educativo, um caráter culturalmente distribuído no território e com uma série de previsões constitucionais. Esse sistema, inclusive, prevê uma participação forte do Congresso Nacional no processo de outorgas e de renovação de outorgas. Temos já instalado, embora com funcionamento não tão frequente, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que tem um papel importante, na minha opinião, e que deve ter, na minha avaliação, ampliada a sua funcionalidade, a sua capacidade de interagir com as demandas da população.

Nós estamos estruturando, no Ministério, para apresentar à sociedade brasileira, um processo de debates sobre a legislação que sustenta esses princípios constitucionais. Nós achamos da maior relevância que o Brasil discuta, de maneira democrática, sem preconceito, sem sectarismo, qual é a legislação que pode atender a plena eficácia dos dispositivos constitucionais que já estão na Constituição e eu, pessoalmente, não vejo nenhuma razão fundamental para alterá-los. Eu acho que os princípios da Constituição são princípios extremamente bem formulados e bem estruturados.

O que nós precisamos, na minha opinião também, é uma legislação ordinária que dê plena eficácia. A lei que está em vigência no País é de 1962. É uma legislação que, para a época, foi longamente debatida no Congresso Nacional e que sofreu, no momento da sua sanção, dezenas de vetos do então Presidente João Goulart, que depois foram derrubados pelo Congresso Nacional. Foi um processo extremamente debatido e tenso, dentro do Parlamento, na relação com o Poder Executivo.

Nós achamos que é o momento de fazer uma avaliação serena, tranquila e sem sectarismo em relação a essa legislação. Ela é adequada? Está atualizada? Passaram-se mais de 50 anos e nós temos uma legislação de uma época em que não havia o conceito de rede de televisão, a internet não existia e, muito menos, a telefonia móvel. Portanto, não tínhamos um sistema de telecomunicações tão complexo e desafiador como temos hoje.

Então, achamos que é um bom momento para se fazer um debate que se dê publicamente, sem uma proposta, *a priori*, do Poder Executivo e para que possamos construir, com o Congresso Nacional, uma fase pré-tramitação com a sociedade civil, com os radiodifusores, com os teóricos do setor, para que possamos formular uma proposta que atualize essa legislação com o seguinte pressuposto: a liberdade de expressão é cláusula pétrea da Constituição e ela não pode ser questionada em hipótese alguma. Nós temos que assegurar a plena liberdade de expressão no nosso País como um dos pilares fundamentais da democracia. O que nós precisamos assegurar é que a liberdade de expressão seja algo efetivamente democratizado em nosso País, para que todos os brasileiros se sintam contemplados dentro desse princípio constitucional.

Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nós temos duas reuniões agora, tanto da Comissão de Economia quanto da Comissão de Constituição e Justiça, com dois assuntos importantíssimos e item da pauta.

Mas eu queria parabenizar o Ministro e dizer a ele que terminou de maneira brilhante. Pergunto: como – e aí na nossa genialidade política – nós vamos fazer com que haja desconcentração de poder e renda nos meios de comunicação, sem que caiamos naquilo que esses fortes órgãos lançam na mídia: que é um projeto de censura, um projeto para perpetuação dos grupos que estão no poder? É aí que reside todo o x da questão.

Presidente, muito obrigado, reunião maravilhosa.

Nós vamos poder ficar com essa apresentação? Vamos, não é? Sensacional!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, Senador.

Eu quero dizer que temos dois Senadores inscritos, o Senador Omar Aziz e o Senador Hélio José.

Eu tinha uma série de perguntas, que deixarei para depois, preparadas pela Comissão.

Antes de passar ao próximo, o Senador Aziz, quero apenas dizer que gostei muito do fechamento, quando o senhor disse que a democracia, a liberdade de expressão, que exige que, hoje, todo mundo possa participar, nada tem a ver com a sua pasta. Eu tenho falado muito que não há liberdade de imprensa em um país que tem 13 milhões de analfabetos e 40 milhões que sabem ler, mas não são capazes de entender o que está escrito nos jornais. Faz parte da liberdade de expressão um programa de erradicação do analfabetismo. Não entendo, e já disse isso aos donos dos jornais, como eles não conseguem uma campanha pela erradicação do analfabetismo, até para ganhar mais dinheiro, vendendo mais jornais.

Mas, antes mesmo de tudo isso – eu não fiz no começo porque esperei que chegassem mais Senadores – , quero prestar aqui uma homenagem ao nosso colega Luiz Henrique. Poucos Senadores na história deste País tiveram tão clara consciência da importância do avanço científico e tecnológico na construção do País, como Ministro que ele foi, com os discursos que ele fez, com a postura que ele teve como Senador. Fica aqui a nossa manifestação de simpatia com a família e agradecimento por tudo que ele fez, a manifestação da perda que vamos sentir nós colegas, nós Senadores e o Brasil inteiro. É apenas uma referência, uma marca, sem minuto de silêncio, sem pedir aplausos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Mas com o registro do apoio de toda a Comissão a essa manifestação de pesar pelo falecimento do Senador Luiz Henrique.

O Ministro Berzoini fez uma colocação sobre a qualidade do texto constitucional em relação à política de comunicação, e eu quero dizer da participação que o Senador Luiz Henrique, então Deputado Federal, teve no processo constituinte brasileiro. Eu tive o privilégio de ter sido seu vice-líder ainda no PMDB. É uma lamentável e grande perda para o Congresso Nacional, para a política de Santa Catarina e para a política brasileira.

Portanto, que todos os membros desta Comissão se sintam associados à manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Está com a palavra...

O SR. RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, Senador Cristovam, permita-me, também quero me associar. Fui colega do Luiz Henrique na Câmara, convivemos quando fui Ministro da Previdência, do Trabalho e ele Governador de Santa Catarina, sempre um homem de diálogo, um homem de firmeza nas suas ideias, mas de muita qualidade na relação política, na relação humana. Fiquei, realmente, enlutado quando tomei conhecimento do falecimento do Senador e quero me associar à homenagem que a Comissão presta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

Vou passar a palavra ao Senador Omar. Depois, o nosso Vice-Presidente, Hélio José, está inscrito também. Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Ministro. Bom dia, Senadores e Senadoras desta Comissão.

Eu me associo também a este momento de tristeza para o povo de Santa Catarina. O Senador Luiz Henrique, um Senador que tem uma história na política, na democratização deste País, não só como Constituinte,

mas bem antes, foi importante, no antigo MDB ainda, na luta para que a gente pudesse hoje aqui estar discutindo a comunicação de uma forma democrática.

Vou começar pelo final, Ministro Ricardo Berzoini.

A nossa legislação precisa ter agilidade. É uma área que muda a cada dia, não é um negócio que demora. De três em três meses, nós temos uma tecnologia nova. Então, não é possível que a gente não faça... Nós temos que fazer uma legislação que se adéque a essas mudanças, porque, senão, a gente ficará sempre atrás.

Falo sempre que hoje se coloca um modelo tecnológico e, daí, se você não tiver um estudo profundo, se uma empresa não tiver um estudo profundo, ela ficará perdida, porque ela vai lançar um produto já obsoleto no mercado. É isso que são as comunicações hoje. A nossa legislação é obsoleta para essa nova realidade, totalmente obsoleta.

Se analisarmos bem, pela exposição aí, nós temos mais celulares do que população no Brasil, nós temos mais linhas de celular. Proporcionalmente, há Estados que têm mais linhas de celular do que população, porque tem três linhas uma pessoa, tem duas linhas a outra. Podemos ver que o número de pessoas que moram em uma cidade é menor do que o número de linhas que há. Só a produção de celulares hoje feita pela Samsung e pela LG, no Brasil, por ano é um negócio muito alto.

O senhor falou sobre fibra ótica. Nós temos um financiamento no nosso Estado, feito acho que pelo BNDES, de uma forma que pudessem trazer a fibra ótica da Venezuela, passando por Roraima e para o Amazonas. O grande problema é que você traz isso para a cidade, e não faz a expansão dessa rede dentro da cidade, porque a empresa vai atrás do que dá mais lucro, então ela não leva para uma comunidade mais pobre, não leva isso para o interior e não há essa obrigação de ela fazê-lo por parte do Ministério das Comunicações.

Em regiões como a minha, no meu Estado, por exemplo, nós temos mais de 6 mil comunidades, das quais 3 mil com ensino à distância. E é necessário hoje haver internet, haver uma forma de comunicação. Nas comunidades, para você o manter o ensino médio, só através da internet. Não há recursos humanos para colocar em todas as comunidades brasileiras para darem aula de matemática, de física, de ciências. Se não for através do ensino à distância, nós não vamos dar conhecimento a essas pessoas. Então, nós temos hoje, eu ampliei bastante isso como Governador – nós já temos mais de 3 mil comunidades e espero que a gente consiga chegar a essas 6 mil comunidades – uma internet que chega, que é utilizada através de satélite baixo. Assim, quando há um problema na nuvem, de tempo ou alguma coisa parecida, há dificuldade de comunicação, dificuldade de conexão.

Então eu quero aqui dizer ao senhor que eu concordo que o Congresso tem que fazer uma nova legislação. É obsoleta mesmo a nossa legislação. E eu quero dizer a V. Ex^a, Ministro: conte com a gente. A sua exposição foi muito importante.

Hoje, para que a gente tenha alguns aplicativos, nós temos um PID, nós temos 5% nessa área de comunicação, principalmente na área de informática, e recursos; nós temos falta é de recursos humanos para que a gente possa desenvolver. Já falei sobre isso aqui com o Senador Cristovam, já discutimos isso, outro dia estava aqui uma equipe de pessoas com uma série de preocupações em relação a investimento em conhecimento nessa área tão importante.

Portanto, Ministro, sei das dificuldades que V. Ex^a está enfrentando no Ministério das Comunicações, mas sei da experiência que tem. E espero que a gente possa, nos próximos anos, até 2018, cumprir essas etapas que V. Ex^a programou, dar acesso à internet, à banda larga, à informação para quase toda a população brasileira, chegando a quase todos os Municípios brasileiros. Era isso o que eu queria colocar para V. Ex^a.

Eu sou membro da Comissão de Constituição e Justiça. Temos agora a questão do Ministro que está sendo indicado para o Supremo Tribunal Federal. Tenho que participar do debate. É importante a gente saber das propostas e conhecer o que ele vai fazer, mas fiz questão de estar aqui antes com V. Ex^a pelo respeito que tenho pelo seu Ministério e pela sua pessoa.

E quero parabenizar o Senador Cristovam, que tem a iniciativa sempre de trazer o Ministro para que a gente possa debater esses assuntos.

Obrigado pela presença de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Diante dos compromissos do Senador Azis, eu gostaria de passar a palavra imediatamente para o Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Se o Senador Cristovam me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Fernando, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Também sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos, teremos que atender a próxima.

O SR. RICARDO BERZOINI – Sua concorrência está forte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Queria não só cumprimentar o Ministro Berzoini pela sua presença aqui na Comissão, e fazer uma única pergunta: qual foi o investimento na área de comunicação nos últimos quatro anos, no primeiro mandato da Presidenta Dilma? E se esse ambiente de retração econômica vai atingir os investimentos programados pelo setor privado, pelo setor público para esses próximos quatro anos? Qual é a expectativa que o Ministério tem em relação aos investimentos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Diante disso, pergunto ao Senador Hélio se quer fazer a sua pergunta imediatamente ou quer esperar?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone.*) – Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai aguardar. Ministro.

O SR. RICARDO BERZOINI – Queria, primeiro, cumprimentando o Senador Omar Aziz, dizer que, de fato, existe uma questão objetiva no Brasil que é o problema da desigualdade regional, que afeta várias áreas de atividade, inclusive telecomunicações, e, particularmente uma questão geográfica. Se é difícil fazer a fibra ótica chegar a todos os espaços do Estado de São Paulo, imagina à Amazônia. Isso para a telefonia celular e para a rede terrestre de fibra ótica.

Então, a tecnologia via satélite é um instrumento fundamental como apoio a essa tecnologia, mas não pode ser tratado como instrumento único. Na verdade, existe um estudo, inclusive com a participação relevante das Forças Armadas, porque há um projeto-piloto que está sendo lançado agora no Rio Amazonas – o senhor conhece bem –, um projeto entre Manaus e Tefé, que é fazer fibra ótica subaquática em todos os rios da Região Amazônica, para dar capilaridade à fibra ótica.

Passar a fibra ótica na floresta é algo absolutamente complexo, em termos ambientais; é muito mais rápido e viável lançar a fibra ótica nos rios da Amazônia, não é um processo barato, a estimativa de custos é entre R\$6 bilhões a R\$8 bilhões para viabilizar todo esse processo, e mais, depois, a capilaridade necessária – porque não basta lançar a fibra ótica, temos todo um processo de distribuição para as cidades da região, para as comunidades ribeirinhas e para as cidades que ficam mais distantes dos rios –, e acreditamos que é uma das alternativas reais para viabilizar esse processo, sem prejuízo da utilização das fibras presentes nas linhas de transmissão da Eletronorte e da Eletrobras e sem prejuízo de outros investimentos públicos e privados. Entendemos que seja fundamental assegurá-la para o ensino à distância, para a segurança das regiões e também para a integração econômica, já que esse é instrumento fundamental.

Recebi, recentemente, juntamente com o Senador Blairo Maggi, um conjunto de prefeitos do Mato Grosso relatando as dificuldades de algumas regiões mais ao norte do Mato Grosso, que são semelhantes às dificuldades do Estado do Amazonas. Vamos trabalhar de maneira estratégica com o esforço da Telebras, com o esforço das empresas privadas e também os investimentos diretamente orçamentários.

E, já respondendo ao nosso querido Senador Fernando Bezerra Coelho, acreditamos realmente que o tratamento orçamentário da questão de telecomunicações deve ser um tratamento diferenciado. Já dialogamos com a Presidenta Dilma, com o ministros da área econômica, sabemos das dificuldades deste ano. Não queremos de nenhuma forma nos omitir do esforço geral do Governo para fazer o ajuste necessário para a economia brasileira se ajustar a essas novas condições macroeconômicas internacionais e nacionais que o Brasil enfrenta, mas acreditamos que esse setor é um setor portador de futuro e que o investimento orçamentário estratégico permitirá que alavancuemos a economia brasileira para um novo ciclo de crescimento econômico, tanto para a utilização dos seus serviços como para incorporação de novos setores industriais nessa atividade.

Nesse sentido, estamos trabalhando junto ao setor econômico do Governo para que os investimentos no satélite e no cabo de fibra ótica de interligação com a Europa, bem como alguns investimentos internos sejam preservados parcialmente do ajuste necessário que a economia brasileira terá de fazer neste momento.

Eu quero agradecer as questões e, mais uma vez, renovar a disponibilidade do nosso gabinete para tratar de assuntos específicos das regiões, a qualquer momento.

Nós temos como prioridade, no nosso Ministério, fazer interlocução com o Parlamento, para valorizar essa interlocução tão profícua, que traz para o Poder Executivo, em Brasília, as informações que cada mandato representa junto ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Ministro.

Eu passo a palavra ao nosso Vice-presidente, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Senador Cristovam, V. Exª sempre tão solícito e uma pessoa que nós todos admiramos muito.

Eu queria primeiro registrar, Excelência, Ministro Berzoini, que estive ontem lá em Joinville, junto com a Presidenta da República e com um grupo de Senadores, e de fato a gente percebeu, naquele povo a tristeza e

a participação intensa, no momento do velório, quanto o Luiz Henrique era querido e era uma pessoa respeitada pela população de Santa Catarina.

Eu que participei muito, aqui, na época da Constituinte, porque era sindicalista naquela oportunidade, lembro muito bem a importância do Senador Luiz Henrique quando liderou o MUP. E o MUP foi o contraponto ao Centrão, naquela oportunidade, que originou uma série de mudanças neste País, graças à liderança que o Luiz Henrique, naquela época, teve com relação ao MUP.

Luiz era uma pessoa que a gente respeitava muito, pela ética, pelo comportamento e pela decência política que ele sempre demonstrou, e uma perda muito grande para o nosso País. Também foi Ministro da Ciência e Tecnologia. Como nós estamos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia e Telecomunicações, nada mais justo do que essa homenagem que o nosso Presidente, Senador Cristovam, prestou, e todos nós nos somamos a ela.

Ministro, é com muita satisfação e alegria que ouço as suas palavras aqui, a sua apresentação, que comprova o seu compromisso com este Brasil que anda para frente, que procura se desenvolver cada vez mais, e procura também democratizar os processos com a possibilidade de acesso a todos.

Então, eu saio daqui, desta audiência de hoje, convencido do acerto da Presidente Dilma, quando solicitou que V. Ex^a fosse cuidar da telefonia, da internet, dos meios de comunicação brasileiros.

Eu queria ver com V. Ex^a... A gente tem uma dificuldade muito grande hoje, mesmo com todo esse desenvolvimento com relação à telefonia. Será que o número de telefones, o número de linhas não está muito alto? Porque, em todo o lugar, a gente está com dificuldade para receber sinal.

Eu, por exemplo, moro aqui no Lago Sul e tem áreas ali em que a gente fica com o ponto cego – entendeu, Cristovam? – para fazer uma ligação. Isso não é só com a Vivo ou a Oi, é com a Claro, com todo mundo. Então, há uma dificuldade muito grande.

Das cidades brasileiras, quando a gente se afasta uns 15km, 10km, praticamente some também o sinal, à exceção da Vivo, que tem um sinal um pouquinho mais forte, sei lá. As outras têm uma dificuldade muito grande.

Eu estou querendo discutir com o Senador Cristovam e com a nossa Comissão aqui, para fazermos uma audiência pública com a Anatel e com as operadoras, a fim de entrarmos nessa discussão para ver como podemos dar uma melhorada. Eu queria saber do Sr. Ministro qual a sua gestão, nessa linha?

Também pergunto sobre a questão da radiodifusão e da TV Comunitária, que são importante meio de popularização, de integração do nosso povo. Esse pessoal está, sim, com uma dificuldade muito grande, por causa da legislação que amarra algumas questões com relação à frequência, com relação à sobrevivência.

Eu estava querendo propor outra audiência pública sobre a questão de TV e Rádio Comunitárias. A gente vai fazer apresentação aqui trazendo a Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária) e a associação das TVs comunitárias, para que com essa sua sempre participante atuação, como nós podemos facilitar para que a nossa população seja mais bem informada e que essas rádios comunitárias tenham realmente condição de sobreviver e não fiquem nessa penúria por que passam hoje.

Eu estive, nesses dias, no Recanto das Emas, uma cidade aqui de Brasília, falando na rádio comunitária, que é um cubículo desse tamanho, com uma dificuldade terrível de sobrevivência. As próprias pessoas estão levando adiante, com o seu pouco recurso, aquele meio de comunicação tão importante, porque a cidade ouve bastante as rádios comunitárias. E eu gostaria de ver a política que nós podemos ter no nosso ministério, como poderemos colaborar todos para que as rádios e as TVs comunitárias tenham uma situação melhor e melhores condições para todos.

Com relação às TVs abertas e à democratização das rádios normais abertas, eu acho que isso é uma coisa muito importante, porque era muito ruim quando havia os cartéis que dominavam tudo, e a coisa não tinha, assim, uma democracia, uma clareza. Então, eu me sinto bastante feliz de ver aqui que V. Ex^a está bastante preocupado com essa democratização e com esse acesso igualitário a todos que queiram investir nesse setor.

Também no setor da internet, quando V. Ex^a coloca a importância de não ficar sob o controle absoluto de um único país, e, sim, que haja um conselho, um grupo de países a controlar. Isso faz com que a dominação não fique total de uma região sobre as outras.

Então, quero desejar-lhe muitas felicidades no Ministério, dizer que o conhecimento de longas datas, já tive o privilégio de votar em V. Ex^a para Presidente Nacional do PT em duas oportunidades, quando eu era do Partido dos Trabalhadores. Hoje, eu estou no Partido Social Democrático, mas continuo sendo seu amigo, seu admirador e não tenho dúvidas de que o nosso ministério tem uma grande cota de participação no bom desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, S. Ex^a, Senador Cristovam, S. Ex^a, Ministro Ricardo Berzoini, e demais Senadores presentes. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ministro.

O SR. RICARDO BERZOINI – Acho que o Senador Hélio José colocou uma questão importantíssima, que é o desafio da quantidade e da qualidade na telefonia móvel, que, como todos nós sabemos, hoje se tornou, muito mais do que um telefone, um instrumento de acesso a serviços das mais variadas naturezas.

Então, uma questão muito debatida internacionalmente é como nós asseguramos os investimentos em infraestrutura adequados e, ao mesmo tempo, como são empresas privadas, e a opção do Brasil, nos anos 90, foi tratar a telefonia celular, o telefone móvel como um serviço privado – e é isso que está na lei –, ainda que tenha a supervisão pública, não é como a telefonia fixa, que é um serviço público; e a internet também é serviço privado no Brasil. Nós temos uma realidade em que dependemos fundamentalmente dos investimentos privados, e o papel do Governo é fomentar regras e instrumentos que possam induzir o investimento e, ao mesmo tempo, cobrar metas de qualidade, o que a Anatel tem feito de maneira bastante intensa.

Ocorre que, como houve uma migração do serviço de voz para o serviço de dados, existe uma série de serviços que são usuários da rede, que lucram bastante com a rede, mas não investem em rede. As redes sociais, os serviços de conteúdo de vídeo pela internet são cada vez mais demandados, especialmente pelos mais jovens, mas não só por eles, por todos nós, porque entendemos que é um serviço que nos permite ampliar nossa produtividade no trabalho, nossa qualidade de vida e assim por diante. Então, existe uma questão fundamental a ser discutida que é quem financia a infraestrutura? Como se financia a infraestrutura de telecomunicação de uma maneira equilibrada entre aqueles que são responsáveis pela implementação da infraestrutura e aqueles que são os usuários comerciais, aqueles que têm estratégias comerciais com o uso da rede. Esse é um debate que certamente nós poderemos desenvolver numa audiência específica sobre essa matéria, e nós estamos tentando, no Ministério das Comunicações, encontrar caminhos que possam assegurar esse debate no Brasil e interagir com um debate internacional, que já se processa em relação a essa matéria.

Existe outra questão também fundamental, Senador Hélio, que é a questão da carga tributária. No Brasil, o nosso sistema tributário tem provocado um desequilíbrio muito grande em todos os setores, mas, no setor de telecomunicações, há um ônus muito grande para o custo que é cobrado do consumidor final. Eu tenho dito que se houver uma grande mudança que essa Legislatura possa promover do ponto de vista econômico, seria buscarmos aquilo em que o Ministro Levy e o Ministro Nelson Barbosa têm insistido bastante, que é fazermos um grande acordo em torno da migração do financiamento dos Estados do ICMS para outro tipo de base tributária, porque isso provoca desequilíbrio no setor industrial, no setor de serviços todos, e no setor de telecomunicações há o impacto mais elevado, juntamente com o setor de energia elétrica. E como energia elétrica e comunicações são insumos fundamentais para todos os setores econômicos, isso tem impacto em todos os setores, não apenas no setor de telecomunicação.

Por fim, a questão da TV comunitária junto com o resto da radiodifusão. Eu disse, na minha apresentação – e quero reforçar –, que o grande desafio nosso é assegurar que haja uma tramitação de processos de maneira objetiva, rápida e transparente, mas, para além disso, a TV comunitária e as TVs públicas têm um desafio grande que é estruturar uma programação que seja capaz de atrair audiência. Para isso, muitas vezes, precisam de financiamento. Eu acho que esse é um dos grandes temas também para o debate desta Comissão e para o debate do segmento.

Nós temos feito uma interação muito grande com o setor de rádio e TV comunitários e queremos tratá-los com importância de entidades que não têm fins lucrativos, mas que prestam um serviço fundamental para as suas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Ministro.

Antes de passar algumas perguntas que tínhamos imaginado, eu vou fazer uma pergunta recebida do público, de Beatriz Costa Barbosa. Ela pergunta: “O Ministério quer combater o uso político das outorgas. Assim, o que pretende fazer com as outorgas que são controladas diretamente por Deputados e Senadores?” E ela apresenta um dado: “Na atual Legislatura, 44 Parlamentares Federais são concessionários, o que viola diretamente o art. 54 da Constituição Federal.”

O SR. RICARDO BERZOINI – Eu acho que esse é um tema da maior relevância. Seria muito importante que quem tem essa apreciação faça a formulação diretamente ao Ministério, para podermos trabalhar em termos processuais. Não há nenhuma razão para acreditarmos que se deve desconsiderar uma norma tão importante como essa, que foi escrita na Constituição pelo debate democrático realizado na Constituinte. E, se houver o apontamento direto de quais são as irregularidades, o Ministério tomará as providências que lhe caibam, e as próprias Comissões de Ciência, Tecnologia e Comunicação, da Câmara e do Senado, poderão também apreciar qualquer denúncia objetiva nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Ministro.

Eu fico até com uma dúvida: como se chega ao número 44? Porque eu tenho a impressão de que só podem ter essa outorga usando o que se convencionou chamar de “laranjas”. Não vejo como pode isso ser feito no próprio nome, não é verdade?

O SR. RICARDO BERZOINI – Também acredito que o que pode acontecer é uma pessoa que tenha outorga depois ser eleita, e não haja nenhum tipo de mecanismo de cruzamento ou de verificação. Havendo a denúncia, evidentemente cabe a qualquer instância pública apurar a denúncia apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, esse número 44 deve ser bem maior, provavelmente; mas reconheço que o problema não é tanto do Ministério quanto das legislações que nós fazemos aqui.

Ministro, eu vou listar aqui algumas perguntas. O senhor fique à vontade de considerar ou não considerar.

O SR. RICARDO BERZOINI (*Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aqui, a Beatriz perguntou sobre essa burla de Parlamentares terem outorgas. Esta aqui não é burla, mas cria um problema. A pergunta é: “Qual a proposta para a regulamentação econômica das empresas de comunicação no que diz respeito ao impedimento da existência de monopólios ou oligopólios? Ou seja, qual é a proposta para a democratização?”.

Outra. “Quais são as atividades planejadas pelo Ministério das Comunicações para o incentivo à produção nacional de *softwares* e de equipamentos para a área?”.

Há pouco, o Senador Aziz lembrou que há cidades em que há mais telefone celular ou linhas do que habitantes. Mas eu garanto que nenhum desses foi criado no Brasil. Nenhum, nenhum desses mais de 250 milhões de aparelhos foi inventado no Brasil. Pode até ter sido montado, em alguns casos. Embora isso aí não seja um problema do Ministério, fica aqui a pergunta: o que o Ministério pode fazer nesse sentido?

Dois. Quais resultados foram obtidos até agora pela política nacional para Conteúdos Digitais Criativos?

V. Ex^a falou sobre o Fust, mas, de qualquer maneira, eu vou colocar aqui a pergunta, porque traz um pouco de diferença. O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) tem sofrido sistematicamente contingenciamento de seus recursos. Os recursos não têm sido aplicados na garantia de “condições favorecidas” a estabelecimentos de ensinos e bibliotecas e instituições de saúde – entre outras essas condições favorecidas, porque é como determina a Lei nº 9.998, de 2000.

Aí vêm as perguntas: Como o Ministério das Comunicações tem utilizado os recursos do Fust? E quais são os objetivos da atual gestão nesse sentido?

Houve uma referência, realmente, mas eu deixo registrada aqui.

Sobre a banda larga, V. Ex^a também fez colocações. Eu vou apenas colocar a pergunta quase que como uma lembrança a mais, por ser importante.

O Governo anunciou que pretende garantir o acesso à banda larga em velocidade média de 25 *megabits* por segundo, até 2014, para pelo menos 95% da população. Quais as providências que estão sendo tomadas para que essa meta seja atingida?

Dois. Sabemos que escolas e universidades requerem acesso a velocidades muitas vezes maiores. Quais providências estão sendo tomadas nesse sentido, para garantir o acesso à internet em todas as escolas e universidades, com qualidade de acesso em velocidades compatíveis com as demandas da educação?

No que se refere à radiodifusão, o que o Ministério das Comunicações está fazendo para que os processos de outorga para funcionamento de empresas de radiodifusão sejam desburocratizados e, ao mesmo tempo, seja garantida absoluta transparência? Esse é um problema desta Comissão. Cada outorga passa por aqui – e é bom que passe pelo Congresso, Senadora –, mas é um processo muito burocrático e que toma imenso tempo aqui. Ainda deixa suspeitas às vezes de por que uma outorga foi feita, outra outorga não foi feita, por que alguns processos demoram e outros não demoram.

Interatividade. O processo de implantação da TV digital no Brasil prevê a existência de um conjunto de instrumentos de interatividade para que o cidadão tenha acesso a serviços públicos e outros benefícios. Que providências estão sendo tomadas para se garantir o acesso aos instrumentos de interatividade a todos os cidadãos, e que prazos deverão ser cumpridos pelo Governo nesse processo? Quero lembrar que o Ministro tocou nesse assunto e estava nas projeções.

Dois. O programa da TV digital, no Brasil, foi organizado como forma de incentivar o desenvolvimento de programas computacionais e equipamentos com itens nacionais. O que tem sido feito nesse campo?

E, finalmente, os Correios. A imprensa tem noticiado crescente descontentamento da população com respeito à qualidade dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Qual o projeto do Governo para os Correios? Também houve uma referência sobre isso, o Ministro não deixou em branco, mas fica aqui a pergunta: qual o projeto do Governo para os Correios, especialmente no que diz respeito à qualidade dos serviços de correspondência e encomendas?

Essas são as perguntas que nós tínhamos preparado e que mandamos para o seu gabinete. Provavelmente em função disso muitas perguntas já foram respondidas, mas eu fiz questão de registrar, para mostrar que fizemos o nosso dever de casa e para que o Ministro tenha a chance de enfatizar um ou outro aspecto das perguntas que já respondeu e algum ponto a que não pôde fazer referência.

Ministro, concedo a palavra a V. Ex^a. Não havendo mais Senadores inscritos, V. Ex^a pode, com a sua fala, encerrar a reunião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, eu queria só complementar sobre os Correios.

Eu fui assessor do Presidente dos Correios por três anos. Realmente é uma empresa maravilhosa, uma empresa com uma potência enorme, com a capilaridade sem tamanho no País.

Queria saber do Ministro, que já foi Ministro da Previdência, foi Ministro do Trabalho, se está havendo alguma maneira de aumentar o serviço dos Correios, para até torná-lo mais rentável. Há tantos processos, e se os Correios passassem a distribuir para esses Ministérios, que atingem tanto a nossa população brasileira, talvez fosse menos burocrático para o nosso Governo, para a nossa população, e isso, possivelmente, garantiria um rendimento, uma sobrevivência maior dos Correios, tal qual hoje é nos Estados Unidos, por exemplo. Aqui no Brasil, acho que estamos com 127 mil servidores, não é? Nos Estados Unidos, parece, os Correios fazem de tudo, mas têm trezentos e poucos mil servidores.

Então, não tenho esses dados corretos. E queria saber de V. Ex^a se está havendo alguma forma de interlocução com os demais Ministérios, demais órgãos do Brasil, para fortalecer o trabalho de distribuição via Correios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao Ministro, quero aqui cumprimentar a presença do Senador Wilmar Lacerda, porque como é meu 1º Suplente, eu o considero também Senador. E tenho certeza de que a qualquer momento em que eu, por uma razão ou outra, não estiver aqui, dentro dos prazos regulamentares, V. Ex^a exercerá as funções com plena qualidade.

O SR. RICARDO BERZOINI – Cumprimento também o nosso Senador Suplente Wilmar Lacerda e a nossa Senadora Regina Sousa, do glorioso Estado do Piauí.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Gostaria de aproveitar o cumprimento de V. Ex^a, Ministro, para dizer: “Não seja econômico na resposta das rádios! Vim aqui para isso, principalmente, sobre as comunitárias.” (*Risos.*)

O SR. RICARDO BERZOINI – Exatamente, até porque a resposta não tem impacto orçamentário, não preciso ser econômico. (*Risos.*)

Gostaria de cumprimentar também o Senador Davi, aqui presente.

Sobre os Correios, primeiro é bom lembrar que os Correios são uma empresa que tem hoje um grande desafio colocado estrategicamente. Já falei um pouco na minha apresentação, mas acho importante reforçar. Os Correios detêm obrigações decorrentes do monopólio postal, que é uma questão importante.

O serviço postal tem que ser um serviço de Estado. No entanto, implica, num País tão extenso como o Brasil, tão desigual, o atingimento de metas que impõe um elevado custo. A nossa estimativa de 2014, números redondos, dispõe que alguma coisa em torno de R\$2 bilhões de custo dos Correios foram referentes à parte não rentável do trabalho postal. Há uma parte do trabalho postal que é extremamente rentável, que é concentrada em atividades de entregas de faturas, boletos, que são comumente concentradas em áreas densas economicamente, e há uma parte das atividades dos Correios que é uma atividade de interesse público e social.

Então, obviamente, com o advento da internet e da comunicação através de redes sociais, reduziu-se muito a quantidade de comunicações interpessoais, e as próprias empresas tentam direcionar, a cada momento, os consumidores para utilizar menos a comunicação física e mais a comunicação eletrônica. Então, isso, em todo o mundo, aponta para uma queda da receita com serviços postais. Nos Correios da Alemanha, da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos, há uma redução desse tipo de atividade.

Com essa redução, é natural que os Correios tenham que buscar, cada vez mais, alternativa econômica. Primeiro, por ser uma empresa que já tem que manter uma estrutura de transporte com todo o Brasil, evidentemente pode agregar valor a essa estrutura de transporte no serviço de encomendas, em que os Correios são líder de mercado. E não é um monopólio postal, concorre com empresas altamente capitalizadas e competitivas, multinacionais e nacionais, no serviço de encomendas e no trabalho de logística, na estruturação de projetos logísticos.

Então, os Correios têm buscado, cada vez mais, reestruturar a sua atividade operacional, dando uma ênfase muito grande na área de encomendas e logística. E, há poucos anos, renovou a concorrência para serviços bancários, em que o Banco do Brasil conquistou – anteriormente era um banco privado – a parceria com os Correios.

E há, hoje, um grande debate sobre como formatar essa parceria para que, da mesma forma como ocorre na Itália, na Alemanha, no Japão, tenhamos um banco postal que seja fortemente prestador de serviços, espe-

cialmente para a população de menor renda, e para capitalizar o serviço bancário em todo o País, aproveitando a capilaridade dos Correios. Então, são esses os debates estratégicos que os Correios fazem no momento.

Há um problema concreto em algumas áreas em que o mercado de trabalho é mais competitivo, porque o salário do carteiros nessas áreas é menos atrativo e, portanto, há dificuldade de manter um quadro adequado para atender com qualidade essas regiões. E há outro problema, que é o problema objetivo de custo: é o maior empregador do País, são 120 mil trabalhadores diretos, sem contar os indiretos, e evidentemente é preciso haver uma estratégia de atendimento do serviço, mas também de um custo adequado para que aquela empresa tenha um resultado positivo. Os Correios não precisam evidentemente ser uma empresa com lucratividade comparável a de alguns outros setores de serviço, mas é importante que seja lucrativa e que possa reinvestir esse lucro em atividades operacionais importantes para a população.

Então, em relação aos Correios, o grande desafio hoje colocado é esse, além daquele de que falei anteriormente, que é o transporte aéreo. Evidentemente, por ser um setor submetido à Lei 8.666, a modalidade de contrato é pouco adequada a um serviço privado de transporte aéreo, em que os custos e as peculiaridades são definidas muito mais por fatores que não dependem da concorrência pública, que dependem muito mais da concorrência com o setor privado.

Sobre a interatividade na TV digital...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO BERZOINI – O.k. Agradeço ao Senador Hélio.

Sobre a interatividade na TV digital, é algo que foi definido quando da implantação do projeto da TV digital no Brasil. E temos um compromisso de assegurar que essa interatividade possa ser um instrumento a mais de inclusão social para a população de baixa renda. É bom lembrar que mesmo nos países mais avançados economicamente, dificilmente a internet banda larga chega a um percentual próximo de 100%. Então, uma alternativa para ampliação dessa integração social é efetivamente a TV digital com seus mecanismos de interatividade.

Os resultados dos dois testes que foram feitos pela EBC – para avaliação de impacto social com interatividade na TV digital em João Pessoa, numa comunidade carente de João Pessoa, e aqui em Brasília, também numa região de menor inclusão social – foram muito positivos, porque demonstraram que as pessoas puderam acessar serviços públicos de maneira mais rápida, mais econômica, além de permitir melhor acesso ao mercado de trabalho. Inclusive, algumas famílias do cadastro Bolsa Família puderam alcançar acesso a emprego e, portanto, abrir mão posteriormente do Bolsa Família. É algo que acho extremamente importante, mas no processo de desligamento da TV analógica e de implementação plena da TV digital, temos que trabalhar com um orçamento.

Portanto, os conversores que serão distribuídos para as famílias do cadastro do Bolsa Família têm que ter um custo que caiba dentro desse orçamento. Estamos estimando que é possível haver um conversor com interatividade e que tenha o custo adequado ao orçamento. Mas evidentemente vamos ter que calibrar isso durante o processo de implementação da plena digitalização e do desligamento progressivo da TV analógica, que se dará até 2018, de acordo com o cronograma definido em 2014.

Ainda sobre o conteúdo digital, recebi aqui um conteúdo da minha assessoria agregando a seguinte informação: estamos recebendo agora 50 aplicativos e jogos de utilidade pública que serão oferecidos como conteúdo, dentro dos *smartphones* que gozam da redução tributária, da desoneração; nos *smartphones* que serão vendidos a partir de agora. E já nos *smartphones* atuais, vários aplicativos nacionais estão incluídos, pela política do Governo de condicionar a desoneração à presença de conteúdo nacional.

Temos quatro centros de produção e pós-produção de conteúdos digitais, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Estive em Pernambuco recentemente, inaugurando parte do laboratório em parceria com o Governo de Pernambuco e com a Prefeitura de Recife. Esses centros de produção e pós-produção garantem infraestrutura para os desenvolvedores regionais de conteúdos audiovisuais e *softwares*.

Na radiodifusão, como foi dito aqui anteriormente, nós estamos com um grupo de trabalho instalado, com a participação do setor privado comercial, com a participação da TV e Rádio Comunitária, da TV e Rádio Educativa, para desburocratizar os procedimentos.

É muito comum eu assinar processos de 2001, 2002. É inadmissível que no século XXI nós tenhamos processos que tramitem durante 10, 12, 15 anos no Ministério das Comunicações e no Congresso Nacional. Quer dizer, é uma responsabilidade comum do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Eu, que sou parlamentarista, sempre entendo que quando falo governo, não estou falando de Poder Executivo; quando falo governo, estou falando de Poderes Executivo e Legislativo, que têm a responsabilidade de governar o País sob a supervisão do Poder Judiciário. E nós acreditamos que a desburocratização poderá resultar em mais transparência e menos espaço para influências de caráter político.

E eu que sou político e, portanto, defendo a política como uma coisa boa para a sociedade, acho que o que não pode ter é o processo andar mais rápido porque haja um interesse específico de um ou outro, e outro andar mais lentamente porque não houve esse interesse, ou porque há interesse de que não ande. O que nós queremos é que todos tramitem de maneira republicana, transparente e democrática, sem que o Ministro de plantão possa exercer qualquer tipo de influência interessada nos procedimentos.

Para isso, nós precisamos contar com a colaboração do setor privado, com a participação do Parlamento, para desburocratizarmos a parte que cabe ao Poder Executivo e também a parte que cabe ao Poder Legislativo. Sempre sem prejuízo da transparência e do caráter republicano dessas concessões e outorgas.

Prosseguindo nas respostas, em relação à banda larga, as metas que apresentamos são todas metas factíveis, que dependem de dois aspectos fundamentais: disponibilidade orçamentária por parte do Poder Executivo e parcerias com o setor privado através de mecanismos de indução, como, por exemplo, os leilões reversos para créditos tributários que possam ser empregados no processo de implantação da infraestrutura. Nós acreditamos que há atratividade para o setor privado participar.

Evidentemente, vivemos uma conjuntura econômica desafiadora. A economia não tem, nesses últimos 12 meses e no próximo período, uma previsão de crescimento expressivo, há até previsões de mercado de uma contração econômica, então, certamente, as empresas vão levar isso em conta numa eventual proposta de participação em leilões de créditos tributários, mas nós acreditamos que é possível formatar de uma maneira que haja interesse e retorno, até porque esse é um setor que não se comporta de maneira alinhada com os demais setores da economia, há muitos investimentos para maturação em 10, 15, 20 anos e que podem ser levados em consideração na hora de decidir o investimento.

Ao Fust já me referi. Acho que é um fundo que precisa ser disputado no orçamento pela sociedade e pelo setor como algo que deve ser progressivamente incorporado a uma política setorial, para que nós possamos usar esses recursos para assegurar a universalização efetiva dos serviços de telecomunicação.

E, por fim, a pergunta inicial, que o Senador Cristovam formulou, já respondi na minha fala final da apresentação, mas quero reafirmar: A liberdade de expressão é um princípio fundador da democracia. Não há democracia sem liberdade de expressão.

Respondendo à sua outra colocação, quero dizer também que o nosso grande Anísio Teixeira dizia que não há democracia sem uma educação plenamente acessível, com a qualidade necessária, para que as pessoas tenham os instrumentos intelectuais disponíveis para tomar as suas decisões democráticas. Ou seja, comunicação e educação andam lado a lado, assim como comunicação e cultura, assim como comunicação, ciência, tecnologia e inovação.

O mundo caminha para uma integração tecnológica nos instrumentos de interação humana que passa fundamentalmente pela telefonia, e pela telefonia móvel, que não é telefonia, mas é comunicação no sentido mais amplo, através da banda larga móvel.

Portanto, pensar em infraestrutura para a telecomunicação nos próximos 20, 30, 40, 50 anos é pensar também, Senador Cristovam, em como disponibilizar educação para todos. Por mais distante que uma pessoa possa estar do centro de produção educativa, cultural, intelectual, que ela esteja próxima pela telecomunicação.

Eu acho que essa é uma tarefa sobre a qual tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo têm a obrigação de se debruçar, sem qualquer tipo de timidez. Nós temos que ser ousados. Temos que ser extremamente determinados em buscar prover o País de uma infraestrutura que esteja alinhada com as melhores experiências do mundo.

Eu acredito que o Brasil, como o quinto maior mercado do mundo, possa também ser o quinto maior produtor de conteúdo, o quinto maior produtor de tecnologia – quem sabe em algum momento seja o primeiro, o maior produtor de tecnologia. E uso como exemplo sempre a Coreia.

A Coreia é um país que estabeleceu uma estratégia para isso e alcançou resultados extraordinários tecnológicos e de qualidade de vida para a sua população.

Recebi, recentemente, o Ministro da Coreia no Ministério e me chamou a atenção o nome do Ministério que ele comanda: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Planejamento do Futuro. Digamos que ele concentra lá uns quatro ministérios nossos aqui.

A estratégia tem que ser essa, independentemente do número de Ministérios. Por isso, eu tenho dialogado muito com o Ministro Aldo Rebelo, com o Ministro Armando Monteiro, com o Ministro Janine, antes com o Ministro Cid Gomes, e também com o Ministro Juca Ferreira, no sentido de integrarmos comunicação, educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação numa estratégia única, que envolve, fundamentalmente, a telecomunicação móvel e a disputa da estratégia para a utilização da internet, nos grandes projetos governamentais, especialmente voltados para educação, cultura, ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Ministro. Eu tinha falado que o senhor podia encerrar, mas chegaram algumas coisas aqui e eu não posso deixar de ser fiel. Além disso, há aqui um personagem central deste processo, que é o Senador Walter, que pediu a palavra.

Mas antes eu queria dizer. O senhor veja que o sistema está funcionando. O senhor recebeu aqui uma comunicação. Eu recebi aqui já a resposta da Beatriz Costa Barbosa sobre a fonte de onde ela tirou os 44. A gente precisa fazer com que isso, como o senhor mesmo disse, chegue, de fato, ao processo educacional das crianças.

Sobre a parte de leitura, eu quero dizer que não há leitura livre sem leitores capazes de entender o que leem. Então, faz parte da liberdade de imprensa a erradicação do analfabetismo no Brasil e a boa educação daqueles que são alfabetizados.

Peço licença ao Senador Walter para lembrar aqui. A Sr^a Beatriz Costa Barbosa diz que ela consegue os dados através do coletivo Intervozes, que o senhor conhece, que atua nos direitos, e que o número de 44 está no site da Anatel.

Chegaram aqui também algumas perguntas que vale a pena fazer.

Por que manter a prática da transferência de outorga se elas foram conseguidas em licitação pública? Não seria mais republicano realizar outra licitação do que permitir que o bem público seja negociado no mercado?

E a outra – são duas. Algumas emissoras de TV chegam a ter 92% do seu tempo de programação vendidos. Ela cita aqui qual é, não vou... Bruno Marinone cita aqui um canal, e outro que arrenda 53 horas e 50 minutos por semana: “O que o Ministério pretende fazer para combater essa prática ilegal de alugar concessões públicas?”.

Aqui eu queria aproveitar e perguntar o que o Ministério pode fazer para ajudar num projeto de lei que tenho aqui que obrigaria as televisões a colocarem, um minuto por dia, fotos de pessoas desaparecidas? Porque seria a melhor maneira de localizar dezenas de milhares de pessoas, sobretudo crianças que os pais perderam, não sabem onde estão.

Com as novas técnicas em que você pode ajustar o corpo conforme a idade, o rosto, certamente haveria o reencontro de milhares de pessoas. As televisões ganham audiências imensas, em alguns programas, na hora em que fazem o encontro dez, 20, 30 anos depois entre irmãos, parentes, pais. Por que elas se negam, estão brigando para que esse projeto não avance? Se um minuto por dia é muito, reduzamos. Menos dias por semana ou menos tempo por dia. Eu gostaria de saber o que o Ministério poderia fazer nesse sentido, se é que pode? Porque, na verdade, ele poderia nos perguntar por que está demorando tanto esse projeto engavetado? Mas o Ministério pode fazer alguma coisa? Tem simpatia ou não por essa ideia de ter, alguns segundos por dia, fotos de pessoas desaparecidas em um horário nobre para que as pessoas localizem os seus amigos?

Aqui eu volto para as perguntas feitas. O Ministro falou da importância do CCSQ: “Sua funcionalidade e capacidade de interagir com as demandas da população deve ser ampliada”. Sendo que esta Casa aqui, responsável pela nomeação deste Conselho, deixa frequentemente esses sem mandatos, como já está há nove meses.

Aí a culpa não é do Ministro, aí é culpa nossa. Na verdade, nós é que estamos em falta. Apenas não é o que o Ministério pode fazer, é como se sente diante disso.

Com isso, são todas as perguntas. Eu passo ao Ministro e, depois, eu passo ao Senador Walter.

O SR. RICARDO BERZOINI – Brevemente, os temas que foram levantados, tanto do arrendamento quanto da questão da denunciada propriedade, por Parlamentares, de outorgas, de concessões, são temas que acho que serão melhor debatidos se fizemos todo esse procedimento que estou propondo de um amplo debate nacional sobre a legislação, sem prejuízo de quem quiser denunciar irregularidade, encaminhá-la formalmente ao Ministério com uma proposta de apuração.

O Ministério tem prerrogativas para apurar determinadas irregularidades e nós encaminharemos o que couber para o Ministério Público, o que couber para o Parlamento, para que tomem providências adequadas. O que não fazemos é agir *a priori* nessa questão.

Em relação ao tema em si, vamos debater! Acho que é um debate importante para a sociedade, para que possamos praticar, efetivamente, democraticamente, aquilo que nós defendemos, que é a liberdade de expressão. Inclusive a liberdade de expressão para expressar as nossas opiniões sobre o papel da radiodifusão na sociedade democrática. Acho que é um debate tão importante que não pode, de maneira alguma, ser censurado, *a priori*, por quem quer que seja, porque ouço, muitas vezes, de pessoas que têm responsabilidade nesse setor, dizendo: “Olha, esse assunto não pode nem ser debatido.” Ora, por que não pode? Estamos em uma democracia, podemos debater e cada um vai chegar à conclusão que bem entender, ao final do processo.

O Poder Executivo tem suas responsabilidades, o Poder Legislativo tem outras e o Judiciário também pode ser chamado a opinar nessa questão, até para ajustar aquilo que é o caráter público de um sistema onde é concessão do Estado e que tem responsabilidades previstas na lei que está em vigor, Senador Cristovam.

A lei que está em vigor já impõe uma série de obrigações e determinações a quem exerce uma concessão. E nós, sem querermos, de maneira alguma, sectarizar o debate, achamos que é importante que a socieda-

de faça uma ampla discussão que permita que todos possam se apropriar das informações e tomar decisões sobre como pretende se conduzir nesse debate.

Creio que respondi às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu sou meio assustado com a ideia de regulamentação da mídia, mas se a gente proíbe debater a regulamentação, ela já está regulamentada, proibindo que seja debatido o assunto.

O SR. RICARDO BERZOINI (*Fora do microfone.*) – Por uma lei de 50 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ou até não por lei, mas por certas posições dos que dominam o processo. Então, debater, tem que ser debatido, sim.

Mas eu queria insistir, Ministro, essa ideia de uns segundos por dia na televisão, para divulgar fotos de pessoas desaparecidas.

O SR. RICARDO BERZOINI – Desculpe, quero dizer primeiro que eu apoio a ideia, porque é uma das prestações de serviços públicos que uma concessionária, mediante uma lei que preveja essa obrigação, pode e deve praticar. Ela poderia praticar até sem...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sem lei.

O SR. RICARDO BERZOINI – ...a obrigação, mas havendo a lei, define-se claramente como se prestar esse serviço, que é um serviço de relevância.

Nós temos já várias concessionárias de serviços públicos, de luz e água, que praticam isso nas contas de água, nas contas de luz, portanto, nada mais justo do que também uma empresa concessionária de serviço de radiodifusão poder praticar, mas é uma tarefa que cabe ao Poder Legislativo decidir se deve ser uma obrigação legal ou não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu, discutindo com um dos representantes de uma das empresas que dizia que isso vai trazer um grande prejuízo, porque ficará sem patrocínio, eu disse que, se fosse dono de uma grande empresa, eu faria isso voluntariamente e, depois de conseguir reunir mil, duas mil, cinco mil pessoas, eu pediria para inscrever meu nome no Prêmio Nobel da Paz, mas parece que eles não dão valor a isso, eles dão mais valor realmente à venda do espaço, do tempo.

Eu creio que é uma visão muito minguada do papel da televisão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Prêmio Nobel da guerra da audiência. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Da guerra da audiência.

Bem, eu só quero dizer que as pessoas que mandaram perguntas foram Pedro Eckman, a Mariana Martins e o Bruno Marinoni, além, obviamente, da Beatriz Costa Barbosa.

Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Cristovam, primeiro, quero dizer da nossa alegria desse painel aqui, mas, infelizmente, diversas coisas, Ministro Berzoini, aconteceram, e aí eu... O nosso Secretário Emiliano, ali, conhece bem a história, e a gente, além dos problemas de chuva em Salvador, ainda enfrentamos um problema sério com – aí o Brasil inteiro tomou conhecimento – problemas na pista do aeroporto de Salvador, que, desde domingo, convive com o fechamento. Eu até tentei ontem ir ao velório do nosso companheiro Luiz Henrique, também não conseguimos sair de Salvador para chegar aqui em Brasília a tempo de embarcar com a comitiva do Senado que foi a Joinville. E hoje de manhã, ainda como rescaldo, terminei chegando superatrasado.

Eu frequento, Ministro Berzoini, os horários da madrugada, sempre; e até fico brigando com as companhias aéreas, porque quando passa o horário de verão, o nosso voo que é 4h30, 5h30, eles passam para 6h55. Logo, se é às 6h55, na realidade o avião nunca sai antes das 7h. Aí é 1h40 de voo e a gente nunca chega cedo aqui. E eu me habituei a entrar aqui cedo. Portanto, é um prejuízo.

Hoje mesmo, eu cheguei muito tarde por conta disso, o avião atrasou, além de eu ter feito até pressão, viu, Senador Cristovam, ontem, com o Delcídio para mudar. Ainda cheguei a propor, e ele disse: “Mas rapaz, você quer mudar a sabatina?”. É a sabatina, porque o dia da CCJ é 4ª feira. Então, assim, ele: “Rapaz, você nem para ligar para Berzoini mudar isso, não?” Não, você podia mudar a sabatina para quarta, poxa, e deixar a nossa Comissão funcionar na terça, e tal.

Mas os prejuízos... Eu não peguei a apresentação do Ministro, a exposição inicial, mas algumas coisas, Senador Cristovam, até me animam muito nesse episódio. O primeiro deles que eu quero colocar, acho que é essa visão de como a gente enfrentar esse problema da mídia. Eu acho que um dos aspectos talvez se encaixe até no contexto de uma das perguntas aí.

Eu, por exemplo, tenho trabalhado esse tema, ao longo da minha vida, nos coletivos, antes de ser Parlamentar, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e uma das grandes batalhas nossas, talvez uma das maiores, sempre foi a questão da democratização dos meios. Acho que é importante isso.

Então, quando eu digo que uma das perguntas tem exatamente esse teor é quando ela fala da outorga, a verdadeira concessão da concessão, ou a pior, que é o fato de alguém terceirizar – já que está na moda a terceirização – os programas de TV.

Portanto, subconcessão numa concessão e que, geralmente, fica nas mãos dos mesmos. E, durante muitos anos, Senador Cristovam, o Brasil conviveu com um processo extremamente agudo de concentração dos meios de comunicação.

A gente ainda tem esse poderio, a concentração marcada por diversos aspectos e, portanto, esse é um ponto que acho ser crucial. Por isso, nós abrimos, no Congresso Nacional, a campanha pelas rádios comunitárias, TV comunitária – é um projeto que a gente não conseguiu ainda votar –, o próprio canal da cidadania dentro da lei do cabo, em que a gente vem lutando, cada vez mais, para que se tenha a possibilidade de pulverização. Depois, caminhamos com a lei do audiovisual, que foi a lei importantíssima para a gente também colocar o dedo nessa ferida do monopólio da produção cultural no Brasil. Portanto, mostrando que era possível. E mesmo as vitórias tímidas, Emiliano, de termos só três horas e 30 minutos semanais de produção cultural, um dia de produção brasileira e 50% disso de produção independente.

Eu me lembro, Ministro, de quando discutimos esse projeto, que é um projeto de minha autoria e do Deputado Paulo Teixeira e que, até estrategicamente, deixamos o Bittar fora da assinatura do projeto para ele ser o Relator. Então, na época, foi essa a tática. O projeto foi assinado por Paulo Teixeira e por mim, e Bittar ficou de fora para poder exatamente pegar a relatoria. Nós discutimos e, a partir de 2007, aprovamos aqui. Eu até votei no projeto duas vezes, porque votei na Câmara, como Deputado, e depois, quando cheguei aqui, pude, mesmo sendo autor na Câmara, ser Relator no Senado, porque a matéria, quando vem de lá para cá, passa a ser de autoria da Câmara. Então, é importante mexer nisso.

A produção cultural, Senador Cristovam, V. Exª que tanto debate isso, também tem um processo de concentração muito grande no Brasil. Duas ou três grandes produtoras no Brasil concentram algo em torno de 65% a 70% da produção cultural. Então, por mais que a gente tenha lá a nossa rica produção cultural na Bahia, meu caro Emiliano, não tem nem onde a gente desaguar isso, onde veicular. Por isso, no projeto colocamos a obrigatoriedade e, ao mesmo tempo, a obrigatoriedade de ter 50% de produção independente aqui no País.

Esse é, portanto, um ponto que é crucial. Mexer nessa área é fundamental para a gente democratizar; e democratizar o acesso. Ganhamos isso com a Internet, meu caro Cristovam, mas ainda precisamos ganhar mais. Portanto, quando V. Exª fala em colocar um pouquinho só, durante a programação, algo que é importante para localizar pessoas que estão desaparecidas.

Assim, essa disputa – e não fiz isso de provocação só aqui, não – se dá exatamente pela questão da audiência. Quer dizer, as empresas têm uma concessão que é uma concessão pública, e depois passa a ser determinante a posição do concessionário, porque agora ele não é um concessionário, ele é um proprietário de uma estrutura de comunicação, quando estamos tratando de um bem público; assim como também o processo de transferência, o sujeito transfere para o outro. Nós tratamos disso aqui nesta Comissão para buscar eliminar essa história de contratos de gaveta.

Daí, Senador Cristovam, foi que surgiu aquela minha sugestão da vez anterior do grupo de trabalho, porque foi exatamente nesse tema que fizemos um grupo de trabalho aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde a gente propõe inclusive introduzir regras muito mais duras nesse negócio. Uma coisa é a empresa que é criada para operar, outra coisa é uma concessionária de um bem público. Então, esse sujeito não tem o direito de achar que, num determinado momento, ele transfere. Vai para leilão e, depois, ele transfere só num contrato direcionado. Quer dizer, fica uma burla. Então, nós trabalhamos nisso e acho que é importante.

Outro aspecto para que quero chamar atenção neste momento é uma das coisas que peguei aí, uma das respostas do Ministro quando fala do papel que não mais telecomunicações, mas, sim, o TIC tem na sociedade hoje, o papel estruturante, decisivo, na área em que V. Exª também labuta com galhardia e, ao mesmo tempo, com conhecimento de causa, que é a área de educação. A ferramenta TIC é decisiva para superarmos esse fosso educacional que ainda existe e chegarmos a todos os cantos.

Portanto, as telecomunicações, a Tecnologia da Informação e Comunicação, hoje, é uma ferramenta fundamental para estruturar a atividade produtiva; para eliminar as distâncias; para conseguir resolver os problemas; para, inclusive, equacionar essa defasagem do ponto de vista da chegada da informação, do acesso ao conhecimento, do acesso aos bens – entre eles a saúde, por exemplo –, do acesso a serviços de segurança, da possibilidade de utilização para a vida de cada cidadão, e, por fim, para interferir.

Nós precisamos permitir que não só os cidadãos que vivem nas capitais, mas também os que vivem em regiões das capitais, em faixas das cidades possam ter acesso a determinados serviços de ponta.

Esse é um debate que se faz necessário, mas, cada vez mais, vamos chegando à conclusão de que o Poder Público, sozinho, não terá capacidade de fazê-lo. Ao mesmo tempo, se o Poder Público continuar introduzindo metas para que as concessionárias possam cumprir, como foi feito no leilão, Ministro Berzoini, se continuar colocando metas para alguém entrar numa determinada faixa de frequência, ainda que se reduza o preço dessa faixa de frequência para a sua aquisição, ele tem a obrigação de aportar recursos para expandir a rede, para criar novos serviços e para haver cobertura.

O grande debate que se faz no Brasil é sobre banda larga. Acho que é fundamental que a Comissão – foi o que nós defendemos na audiência passada – possa também contribuir com isso, destravar essa questão do Fust, torná-lo essencial para esse recurso ser utilizado. No entanto, nós também devemos cobrar dos operadores a colocação de recursos de investimento, até porque, ainda que tenhamos uma carga tributária muito alta, esse é um setor de faturamento também muito elevado. Ninguém está nesse negócio fazendo caridade. Eu não conheço nenhum operador de telecomunicações que esteja fazendo caridade, operando serviço.

Portanto, essa é a combinação da entrada do Poder Público com a tão propalada PPA. Chegou a hora de exercitarmos isso e fazermos o caminho pelos serviços, criando a obrigatoriedade de chegarem os serviços e, conseqüentemente, estabelecendo um modelo de negócio que permita às operadoras atenderem o cidadão brasileiro, onde quer que esteja, e não somente nos nichos ou nos chamados centros das capitais, onde os serviços geralmente têm, obviamente por força da economia e do padrão econômico dos cidadãos, uma força muito maior.

Acho que esse é um debate importante, e a Comissão tem a obrigação de se somar ao Ministério para atuar nesses temas, para entrar, de uma vez por todas, nessa questão e identificar qual é o papel dessa tão chamada democratização do acesso aos meios, tratando essa mídia de outra forma. Ninguém aqui está defendendo tramela nem censura; muito pelo contrário. Nós estamos defendendo mais gente falando, mais gente utilizando – mais canais sendo utilizados – e também tendo a oportunidade de utilizar mais canais para que cada um possa expressar o seu pensamento, seja qual for a coloração que cada um adotar. Esse é o verdadeiro aspecto sem censura.

Outro aspecto que acho importante é a estruturação desse setor para viabilizarmos economicamente, socialmente, as regiões, incluirmos os cidadãos e, efetivamente, cumprirmos uma das regras que foi a regra básica no processo de reestruturação desse setor, aliás, a exigência básica: a questão da universalização.

O tripé fundamental que norteou toda a reestruturação dessa área foi exatamente a questão de universalização com cobertura e, principalmente, em condições, ou seja, com preço acessível. É preciso permitir que todos possam chegar.

Ontem, até na Secretaria de Saúde do Estado, a gente dialogava um pouco sobre a questão da utilização de ferramentas de telecomunicações para a saúde lá no Estado da Bahia. E a gente discutia exatamente um dos problemas cruciais que é o acesso hoje a determinados equipamentos, principalmente o que virou objeto de desejo e de consumo de todo mundo que é o *smartphone*.

Aí você fala: vamos distribuir. Mas fica uma disputa, principalmente entre os gigantes mundiais nessa área. E aí é quando a gente fala: vamos distribuir *tablet* ou *smartphone* para os agentes de saúde, para os postos de saúde. Mas é preciso discutir também a cobertura e o conteúdo.

E outra é que cada vez mais nós vamos convivendo com um processo de mudanças desses equipamentos. O que foi lançado ontem termina ficando já defasado no dia de hoje. Mas a proeza, Ministro Berzoini, desse novo tempo é que a gente conseguiu também, de certa forma, entrar nessa disputa, ainda que com problemas, com defasagem. O que a gente via no passado é que todas as vezes que um equipamento desse era lançado a gente assistia à distância. E a oportunidade de acessar esses novos equipamentos, essas novas técnicas e garantir essa cobertura, isso só acontecia na medida em que houvesse avanços do outro lado do mundo. E a gente recebia essas tecnologias, esses equipamentos como desova.

Eu até brinco muito com a história do aparelho que se chamava PT-550. Parecia um tijolo e não um telefone. Ele veio para nós, Davi, depois que tinham lançado o startec. O sujeito que desenhou aquele telefone, Berzoini, num dos encontros de Barcelona, se não me engano em 2007, 2008, no Mobile de Barcelona, ele chegou na sua apresentação e disse: eu assisti muito a Jornada nas Estrelas. E aí invocava o telefone utilizado pelo Spock em Jornada nas Estrelas. Ele disse: a partir daquilo ali eu desenhei o startec, que foi a revolução na diminuição do telefone, a comodidade, bateria menor. Mas aquilo chegou para nós depois do tijolo. Primeiro veio o tijolo, o PT-550, o PT-950, o microtac elite, que também era um tijolo. E agora a gente está vendo o contrário. Eles estão aumentando o equipamento para permitir que ele substitua... Por exemplo, um *note* substitui um *tablet*, e ele termina sendo um *smartphone* e um *tablet*. Eu, por exemplo, não uso *tablet* há muito tempo.

É uma coisa que vai evoluindo cada vez mais. Agora, essa questão caminha lado a lado com esses dois fatores: aonde chega e como chega. Porque não adiante imaginar como foi feito no passado. Um computador por aluno, tudo bem, põe um computador por aluno, mas eu não tenho nem cobertura nem conteúdo. Seis meses depois, esse computador por aluno está completamente defasado, e ele não conseguiu acessar absolutamente nada, não há possibilidade de ele fazer inclusive o propósito original. Portanto, essa é uma política que tem que ser combinada.

Por isso que chamei essa integração, que é muito importante. É como disse o Ministro aqui, os coreanos pegaram isso e levaram desde o desenvolvimento com ciência e tecnologia até o planejamento do futuro, transformando o ministério em um ministério completo, integrado.

Hoje à tarde, por exemplo, eu vou estar com o Ministro Armando Monteiro para discutir o Padis, porque vai vencer. E na semana passada o povo da fazenda mandou um recado aqui para o Senado: olha, não podem votar o Padis. Eu disse: mas não podem votar por quê? Esse foi um programa que nós criamos em 2007. No ano passado introduzimos a questão do solar, principalmente semicondutores. Essa é uma política, Senador Cristovam, que o senhor está pedindo aqui para ser debatida, a questão da TV Digital, que foi a grande promessa para adotar o padrão japonês.

Os japoneses prometeram que iam colocar uma unidade de semicondutores no Brasil. Na época, eu e Jorge Bittar éramos os únicos contra, quer dizer, a gente tinha a conversa de olho fechado: “estão enrolando a gente.” Não vai haver, até porque não há, Senador Cristovam.

Se eu perguntar ao senhor aqui onde é que tem... Vou falar numa linguagem que todo mundo entende: Onde é que há fábrica de plasma e LCD no mundo? Existe em algum lugar fora da Ásia? Eu não conheço. Então, muito menos naquela época. Para o senhor chegar e dizer: “Não, nós vamos colocar aqui, vamos trazer...” e tal. Então, o Padis é um programa para a gente começar a incentivar.

A Bahia, por exemplo, na região de Ilhéus, tem uma sílica importante. O que a gente faz com aquela sílica? A gente só faz exportar a nossa sílica. Vai chegar uma hora em que vai acabar ali. É uma das melhores do mundo. Fica ali naquela região saindo de Ilhéus, no leito da ferrovia, da Fiol. Mas é só tirando e mandando para fora, só tirando e mandando para fora. Nós temos a experiência do Ceitec, no Rio Grande do Sul, mas a gente não conseguiu avançar.

O nosso Cimatec, na Bahia, Emiliano, é um dos centros de excelência hoje do Brasil, onde nós estamos montando a unidade para produzir exatamente a parcela mais importante da placa solar, que é o semicondutor... E até para a gente discutir... Por exemplo, essa placa, meu caro Cristovam, que é utilizada na China, pega seis meses de neve, seis meses de sol. Ela vai pegar doze meses de sol a pino, lá em Chorrochó, lá em Abaré, ali na beira do São Francisco. É sol. Portanto, esse é um desenvolvimento importante para a gente trazer isso para essa indústria de *chips*.

O Brasil tem um potencial enorme nessa área, até porque na outra indústria, que é a indústria criativa, do *software*, nós batemos qualquer um no mundo. Mas é preciso ligar essas pontas, é preciso criar essa sinergia, o que os coreanos fizeram muito bem.

Então, é com educação, com ciência e tecnologia, com desenvolvimento, com política de TI, mas principalmente pensando no passo futuro. Acho que esse é o caminho que é importante a gente discutir com o Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Walter.

Eu passo a palavra ao Ministro, para fazer algum comentário que quiser e a conclusão de sua fala. (*Pausa*.)

O SR. RICARDO BERZOINI – Só para comentar que o Senador Walter...

Quero cumprimentar o Senador Wellington primeiro.

Só para manifestar que o Senador Walter tem um longo acúmulo nas matérias de comunicação e que é sempre muito bom dialogar com ele. Estivemos, agora recentemente, na feira de Barcelona, onde tivemos uma reunião com os Parlamentares, e a participação do Walter foi muito importante.

Como ele citou mais de uma vez o Ex-Deputado Bittar, eu queria aproveitar para convidar para a próxima... Hoje é dia 13 ou 12?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO BERZOINI – Doze. Então para a próxima quinta-feira, a posse do Bittar na presidência da Telebras. Ele já assumiu, mas a posse formal é na próxima quinta-feira.

E na próxima quinta-feira também, às 10h30 da manhã – a do Bittar é ao meio dia – às 10h30 da manhã, nós vamos fazer a assinatura da regulamentação do Canal da Educação, junto com o Ministro Janine Ribeiro, lá no auditório do Ministério das Comunicações.

Queria agradecer a todos os questionamentos, todas as colocações, e dizer que a gente continua aberto permanentemente a dialogar, não só com a Comissão, com a importância institucional que tem a Comissão,

mas com todos aqueles Senadores que individualmente quiserem apresentar propostas, sugestões, críticas, e tratar de assuntos relativos ao Ministério.

Quero agradecer o Senador Cristovam Buarque, que propiciou a oportunidade desta audiência, e dizer que nós acreditamos que a integração entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo sempre agrega valor à democracia e ao nosso trabalho lá no Ministério.

Eu, como Parlamentar por dezesseis anos, cada vez que venho à Câmara ou ao Senado, fico extremamente feliz de ver o grau de percepção que cada mandato popular traz para a nossa atividade política aqui em Brasília.

Muito obrigado e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ministro Berzoini, fique certo da nossa satisfação, primeiro, de reencontrá-lo, das nossas velhas conversas e amizade; e, como Ministro, a sua fala traz uma grande esperança para todos nós.

Ao mesmo tempo em que dou por encerrada a audiência, peço que os Senadores fiquem um minuto aqui para votarmos um requerimento.

Muito obrigado, Ministro. Conte conosco.

O SR. RICARDO BERZOINI – Conte comigo também lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós temos dois requerimentos que eu gostaria de discutir.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 27, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do disposto no art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015 – “Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005”, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Há uma falha aqui que é não dizer o que é a lei...

Um outro requerimento – eu deixo esse para depois – , sobre o que eu gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores. Não vamos votar precipitadamente.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 26, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do disposto no art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei Da Câmara nº 30, de 2015 – “Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes” – além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Ou seja, quero ouvir dos Senadores se se justifica levar ao Presidente Renan o pedido de trazer para cá a Lei da Terceirização.

Com a palavra os Srs Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Concordo em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, está aprovado.

Coloco em votação.

Quem estiver de acordo, permaneça como está (*Pausa.*)

Aprovado.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de consultar os Srs Senadores sobre a conveniência de trazer para cá a Lei da Câmara nº 30, de 2015, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 – esta é a lei que trata dos transgênicos –, que retira do rótulo o símbolo dos transgênicos.

Eu, pessoalmente, considero um grande retrocesso, mas se depender da minha posição, considero que seja conveniente que venha para cá. Transgênico é ciência, que pode ser usada para o bem ou para o mal.

Abro a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado também.

Está encerrada esta reunião, com os meus agradecimentos pela presença de todos.

Tivemos um recorde de quorum.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dezenove de maio de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Jorge Viana, Gladson Cameli, Rose de Freitas e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparece à reunião o Senador Humberto Costa, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado William Woo, que “Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 28/04/2015, foi concedida Vista coletiva nos termos regimentais. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 630, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “Cria horários obrigatórios de inserções gratuitas destinadas à divulgação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de Municípios em seus territórios, pertencentes às regiões turísticas do Brasil, definidos pelo programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, acatando as Emendas nºs 1-T, 2-T e 3-T, de autoria do Senador Álvaro Dias. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-T, 2-T e 3-T. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 178, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 336, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaMPES), e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 430, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que “Altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 12.715, de 17 de setembro de 2012, para modificar o cálculo das receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações”. O

relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 6: Requerimento n.º 24, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer "... ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, com os seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro do Ministério das Comunicações; e Senhor Jorge Bittar, Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS". O requerimento é aprovado. **Item 7: Requerimento n.º 25, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer "... ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater a situação da segurança das redes telemáticas, a Defesa Cibernética, e a P&D de soluções brasileiras (Antivírus), com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Representante do Ministério da Defesa – MD; e Representante do Gabinete de Segurança Institucional – GSI". O requerimento é aprovado. **Item 8: Requerimento n.º 28, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Walter Pinheiro, que requer "... nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 22, de 2015 – CCT: Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – Abratel". O requerimento é aprovado. **Item 9: Requerimento n.º 29, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para instruir o PLC 70, de 2014, que "Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos", em data oportuna a ser posteriormente agendada. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a esta Comissão". O requerimento é aprovado. **Item 10: Requerimento n.º 30, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos regimentais, que a Audiência Pública aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE por meio do Requerimento n.º 28/2015, que convida o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro; e o Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Prof. Roberto Mangabeira Unger, para exporem o planejamento do governo federal para o desenvolvimento e a qualificação dos ensinos Fundamental e Médio no Brasil, seja conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT". O requerimento é retirado pelo autor. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 162, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO BRASIL LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo". O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 166, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO CANOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraiuna, Estado de São Paulo". O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 397, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CATOLENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba". O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO BOAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaueira, Estado

do Piauí.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 286, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE RÁDIOFUSÃO DE LUCENA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucena, Estado da Paraíba”. O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Walter Pinheiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 155, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSOESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina”. O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 92, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE VOLTA REDONDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE CARDOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 134, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná”. O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PAIAIÁ COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saúde, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 79, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA POPULAR E COMUNICAÇÃO DE PERIQUITO – ASCOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Periquito, Estado de Minas Gerais”. O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 81, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Setubinha, Estado de Minas Gerais”. O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e In-

formática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”. O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VILA JAGUARY para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ARTUR NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 158, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 429, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARIA ALVES LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RÁDIO DIFUSÃO CIDADE SUL DE SANTA ROSA DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Gladson Cameli, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 121, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador João Alberto Souza, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José,

designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 325, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO MASCATE – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 5, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 69, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO NOVA SIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO MAXI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Lasier Martins e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE NOVO – ACOTAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 72, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência

e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, incorporando ao texto final a Emenda nº 01-CCT, aprovada por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA PLENITUDE DE UBERLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 74, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FLORESTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/05/2015, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Hélio José requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 41: Requerimento n.º 31, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater a integração das universidades com o setor empresarial na promoção do avanço técnico-científico para a inovação, em data oportuna a ser posteriormente agendada. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a essa Comissão”. O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 42: Requerimento n.º 32, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que requer “..., nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 22, de 2015, aprovado na 12ª Reunião, Extraordinária, em 05 de maio de 2015, nesta Comissão, para promover a retirada do nome do convidado o senhor Mario Girassole, Presidente da Tim, bem como a inclusão dos nomes abaixo relacionados: Presidente da Entidade Administradora do Processo de redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD (conforme edital nº22 No 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL); Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV – ABERT, o senhor Daniel Pimentel Slaviero”. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma.

Quero começar parabenizando o responsável pelo nosso boletim, que é o Ivonio. O boletim não apenas está muito bem feito, como também colocou aqui o nosso saudoso Luiz Henrique na primeira página, o que considero um gesto de muita oportunidade e correção, porque foi dos Senadores mais preocupados com os aspectos de ciência e tecnologia que já tivemos, até graças ao cargo que ocupou como ministro de Ciência e Tecnologia no passado.

Os que quiserem receber o Observatório mandem uma mensagem para a Comissão de Ciência e Tecnologia, que encontraremos uma maneira de mandar por *e-mail*.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de maio de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicado da Presidência.

Esta Presidência recebeu o Ofício nº 052-03/2015, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que encaminha para conhecimento a Moção nº 008/2015, de autoria do Vereador Adailton Sá dos Santos, de repúdio à Anatel por ineficiência e descontrole, relativo aos péssimos serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel.

Essa moção foi aprovada na sessão ordinária da Câmara de Hortolândia no dia 10 de fevereiro de 2015. O documento encontra-se à disposição das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores na secretaria da CCJ.

Passemos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, de 2015

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD.

Autoria: Deputado William Woo

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- 1) A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- 2) Em 28/04/2015, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais;
- 3) Em 05/05/2015, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator.

A matéria já foi lida. Então, já podemos fazer a votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, deixe-me apenas levantar uma questão em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vou defender, inclusive, a votação da matéria.

Conversei bastante sobre o tema há cerca de 15 dias com o Senador Flexa, com o próprio Deputado William Woo e também estive no MDIC com o Ministro Armando Monteiro.

Esse projeto, Senador Cristovam, é de ultraimportância – é de ultraimportância! Não é qualquer coisa. Trata-se de um programa de cujo nascedouro tive oportunidade de participar ativamente, um programa de 2007, que vence agora. No ano passado, conquistou-se uma vitória importantíssima nesse sentido, que foi a inclusão das células solares no chamado bojo do Padis, o programa.

Agora, estamos entrando exatamente numa rota – espero eu – intensa, para que programas como este possam contribuir para a chegada de fontes alternativas, como é o caso da solar. É óbvio que isso se aplica também a diversos componentes que compõem o chamado arcabouço de periféricos e componentes decisivos tanto para a estrutura solar como para a eólica. O bom debate que estamos fazendo sobre a questão dos trifásicos, os inversores trifásicos, ou até para o *set-top box* da TV digital; enfim, uma série de coisas dessa natureza.

Quem sabe, um dia, Senador Cristovam, vamos ter venda de inversor trifásico, como os Estados Unidos fazem hoje, que vendem pela internet o *set-top box* ou qualquer *pen drive*. Portanto, a coisa ganhou uma escala tão importante que isso pode ser já adquirido dessa forma.

Aqui, no nosso caso, Senador Cristovam, nós só temos uma unidade de certificação de inversores trifásicos, que fica em São Paulo. No nosso instituto... Eu soube semana passada que já estão liberando mais três locais. Nós poderíamos ter isso lá em Salvador, na UFBA, com o Cimatic; lá em Recife, com a Universidade Federal e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento; enfim, lá no Piauí, lá em Manaus, até na nossa querida Porto Velho, do Senador Raupp, portanto, para termos oportunidade. Não adianta falar em expandir isso e não criar essas condições.

Então, o que propus ao Senador Flexa... As pessoas estavam fazendo pressão para algumas alterações, e eu propus o seguinte: vamos votar a matéria como está. Ela deve ir para a CAE. Eu até já conversei com o Líder do Governo, que, coincidentemente, é o Presidente da CAE e foi quem me procurou para tentar negociar

algumas coisas do texto, e eu expliquei a ele. No Padis, Senador Cristovam, quem decide o projeto são os dois Ministérios, o MCTI e o MDIC. Então, mesmo que alguém peça a inclusão de qualquer processo, esses dois Ministérios são os julgadores. Esses dois Ministérios são os avalizadores, esses dois Ministérios têm o poder de decisão final de qual o conteúdo, de qual produto pode ou não pode fazer parte desse programa.

Portanto, não há nenhuma preocupação. “Ah, vamos conter para não entrar ninguém pedindo exoneração este ano, porque tem crise...” A maior crise está aí; nós não conseguimos produzir produtos...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa que é a crise.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É isso. Então, pelo amor de Deus...

Eu fui lá, e pelo menos o Ministro do MDIC, com quem conversei... Nós temos até uma audiência solicitada ao Ministro Aldo Rebelo, junto com a Softex e outros, mas não foi marcada. Então, é para termos a possibilidade, inclusive, de fazer isso andar. Estou preocupado, porque o programa vence agora em junho.

Então, eu pedi isso ao Líder do Governo, Senador Delcídio, na proposta de que aprovemos isto aqui hoje. E eu estava querendo, ainda hoje, aprovar lá na CAE; sair daqui, como dizem, levando até em mãos. Mas, mesmo que fique para a outra semana, ainda há tempo para aprovarmos esta matéria em caráter terminativo.

Por isso estou chamando atenção, Senador Cristovam. Isso é muito importante; não é pouco, não. Isso é muito importante.

Esse programa, inclusive, surgiu, Senador Cristovam, quando nós aprovamos o Sistema de TV Digital no Brasil. Lembra que os japoneses prometeram trazer para cá...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Lembro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... uma fábrica de semicondutores? Acho que eu era o único cara cético. Diziam: “o problema é que você é muito duro”. Eu disse: está certo. Digam-me onde os japoneses têm fábrica de semicondutores fora da Ásia? Eu gostaria de saber. Não têm na Europa, nem na América. Portanto, quero saber onde, fora da Ásia, eles têm. E iam colocar no Brasil isso. Mas tudo bem, paciência. A TV Digital passou, e estamos ainda nos arrastando com diversos problemas.

Ela foi lançada, inclusive, em 2007. Eu fui prestigiar lá, em dezembro de 2007, em um ato até bonito, Senador Cristovam, naquela Sala São Paulo, ali na Estação da Luz, com um concerto. É uma sala bonita... Quando toca nos ouvidos até enche os olhos; entra pelos ouvidos, sacode o coração, mexe com os olhos, e o sujeito treme até as pernas. Mas é preciso tirar essa coisa agora e, em vez da poesia, trazer para a concretude.

Portanto, quero defender arduamente que nós votemos esta matéria, exatamente, e aí quero me empenhar na CAE. Até já pedi a relatoria, para não haver depois risco de alguém passar a perna e colocar isso na gaveta ou por esquecimento. Nós não podemos perder o bonde desse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Walter.

Quero apenas insistir, para os que não estão percebendo, que se trata do projeto que altera a Lei nº 11.484, de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.

Esse projeto é de autoria do Deputado William Woo, e a relatoria do Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação. Na última reunião, lembro que o próprio Deputado William esteve aqui e fez uso da palavra, defendeu o seu projeto.

A matéria ainda vai ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em 28/4, foi dada vista coletiva e, no dia 5/5, foi retirada de pauta pelo Relator. E, hoje, volta para cá.

Quero iniciar, consultando o Relator, Senador Flexa Ribeiro, se quer usar da palavra ou se colocamos em votação.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, a matéria é de tal importância que o melhor para o Brasil é a aprovarmos. O Senador Walter Pinheiro já fez uma defesa...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Boa defesa!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... do Padis. Precisamos realmente aprová-la, porque ela ainda vai à CAE, e o programa se encerra no final de maio. Então, temos que acelerar a tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Então, coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, coloco em votação.

As Sras e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

Creio que estamos dando um bom passo. E me comprometo, Senador Walter Pinheiro, a, ainda hoje, enviar, se possível de manhã, para a CAE, e a falar com o Presidente, Senador Delcídio Amaral, para ver se colocamos na próxima reunião.

(Manifestação da plateia.)

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Item 2.

O Relator é o Senador Valdir Raupp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Senador Flexa Ribeiro está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu queria sugerir ao Senador Walter Pinheiro, que conhece profundamente o assunto, que possa ser o Relator na CAE e, mais do que isso, Senador Walter Pinheiro, que amanhã possamos pedir ao Presidente da CAE, Senador Delcídio Amaral, para ele incluir a matéria extrapauta, para que possamos discuti-la já na reunião de amanhã da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A reunião deles é hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ah! É. Amanhã é CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Amanhã é CCJ.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não vai dar tempo. Só na outra semana, então.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Só na outra.

O Item 2 da pauta. O Relator é Senador Valdir Raupp.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 630, de 2011

– Não terminativo –

Cria horários obrigatórios de inserções gratuitas destinadas à divulgação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de Municípios em seus territórios, pertencentes às regiões turísticas do Brasil, definidos pelo programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 630, de 2011, pretende criar horários obrigatórios de inserções gratuitas nas emissoras de rádio e televisão para divulgação de regiões turísticas do Brasil, conforme definidas pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

Segundo seu autor, Senador Benedito de Lira, a medida proposta apresenta-se como instrumento de realização dessa política pública, que visa à expansão e à consolidação do turismo interno brasileiro. E justifica que, além de fomentar o desenvolvimento socioeconômico, a proposta promove a divulgação do patrimônio histórico, artístico e cultural do País e contribui para o processo de conscientização nacional de proteção ao meio ambiente.

Durante o prazo regimental, foram apresentadas três emendas, todas de autoria do Senador Alvaro Dias, a seguir descritas:

Emenda nº 1-CCT. Determina que a obrigação pretendida pelo Senador Benedito Lira se aplique apenas às emissoras públicas, educativas e comunitárias, uma vez que essas independem de audiência para obtenção de seus recursos para custeio de operações e estão impedidas legalmente da prática da venda de espaço para anúncios.

Emenda nº 2 – CCT. Propõe a supressão do §6º do art. 2º do projeto, uma vez que as emissoras públicas, educativas e comunitárias estão impedidas da venda de espaço publicitário em suas programações.

Emenda nº 3 – CCT. Na mesma linha da Emenda nº 1, propõe nova redação ao art. 3º para prever que as determinações do PLS nº 630, de 2011, apliquem-se apenas às emissoras públicas, educativas e comunitárias de rádio e de televisão.

O PLS será posteriormente apreciado pela CDR, em caráter terminativo. Deve ser analisado o impacto da referida obrigação sobre as concessionárias do serviço de radiodifusão.

Do ponto de vista da contribuição que esses canais de comunicação podem prestar ao processo de conhecimento, pelos brasileiros, de toda a riqueza turística existente em nosso País, não há o que questionar. Na realidade atual, não há como deixar de reconhecer a força comunicativa desses veículos, que podem e devem constituir componentes importantes no esforço da promoção turística.

No entanto, é preciso ter em mente que as ocupações compulsórias da grade de programação das concessionárias de radiodifusão, quando determinadas pela legislação, podem acarretar perda de espaço que poderia ser utilizado com publicidade comercial. Não há como negar que a atividade da radiodifusão presta-se à exploração econômica, ao lucro, razão essa responsável pelo interesse dos concessionários em substituir o Estado na execução desses serviços. Em consequência desse fim nitidamente econômico, o concessionário precisa ter garantias legais que lhe assegurem o resultado financeiro pretendido. Veja-se que não há, no projeto em exame, menção a qualquer forma de compensação pela perda de receita derivada do tempo a ser utilizado com as mensagens.

Também as rádios comunitárias não visam ao lucro e têm finalidades muito próprias. A principal delas, e que dá o contorno ao seu funcionamento, é exatamente a vinculação direta das emissoras às comunidades por elas atendidas, de forma a difundir as ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos da população local, formando, integrando e estimulando o convívio social.

Nesse contexto, conforma-se aos objetivos de tais entidades, e não aos das emissoras privadas, a abertura de espaços para a veiculação de mensagens como as propostas pelo projeto de lei em exame. Mantidas com recursos públicos, nada mais justo do que as emissoras públicas de rádio e televisão participarem do esforço de divulgação da riqueza turística existente em nosso País.

Por essas razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são oportunas as emendas apresentadas pelo nobre Senador Alvaro Dias, no sentido de determinar que a obrigação pretendida pelo projeto em exame se aplique apenas às emissoras públicas, educativas e comunitárias. Observe-se que essas emissoras independem de audiência para obtenção de seus recursos para custeio de operações e estão impedidas legalmente da prática da venda de espaço para anúncios.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Quero começar dizendo que o projeto e o relatório, principalmente, do nosso querido Senador Valdir Raupp é extremamente positivo. Portanto, acho que abre uma perspectiva. Inclusive, Senador Cristovam Buarque, isso aqui é um caminho para o que V. Ex^a tem tanto clamado, para...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... aquela história de um minuto para pessoas desaparecidas, durante pelo menos um período.

Então, esse processo aqui diria que é a *avant-première*. Até gostaria... Vou votar pela aprovação, e vou tentar fazer exatamente um pouco dessa junção, para chegar a apresentar uma sugestão na próxima Comissão, para a gente chegar exatamente nesse ponto.

Aqui, quando há promoção, o que se busca aqui, na realidade... E até acho que, com todo o cuidado, o Relator e as próprias emendas, Senador Valdir Raupp, que foram apresentadas tentam evitar um processo em que a gente, até de certa maneira, coloque uma carga pesada para os outros setores. Mas lembro que todos os setores que operam nessa área são concessionários, e, ainda que sejam empresas privadas, a constituição da empresa para a atividade de comunicação é privada, mas o meio de comunicação é um bem público.

Portanto, determinadas formas, inclusive para a distribuição da programação, buscando facilitar do ponto de vista da divulgação, principalmente o que propõe V. Ex^a aqui não é uma promoção econômica, é um promoção, inclusive, para a vida. É diferente. Então, acho que o projeto é importante, ficou bom, mas queria fazer exatamente esse ajuste. Então, eu vou me resguardar para a Comissão de Desenvolvimento, que é o próximo passo, para ver se é possível dialogarmos. E aí dialogando com o próprio Raupp e com os autores da emenda. E, volto a dizer, tentando beber um pouquinho no desejo de V. Ex^a de reabirmos um caminho para a definição.

Eu concordo, Senador Cristovam, que esse é até o espírito do que o Senador Raupp colocou. Se formos aprovando todo dia, todo dia, todo dia uma série de coisas para inserir na programação, vamos fatar a programação. Portanto, o fundamental seria a consagração de um princípio e de um conceito que permitisse, por parte dos concessionários, fossem eles públicos ou até as empresas da iniciativa privada, dos meios de comunicação, que tivessem uma margem de manobra, mas também que adotassem isso como uma obrigação em determinados pontos.

Também não dá para fazer só uma... Por exemplo, no caso da busca, se a gente colocasse isso de meia noite às cinco da manhã, seria para ninguém acompanhar, não é, Senador Cristovam? Convenhamos! Aliás, foi essa uma das principais mudanças que fizemos na chamada grade de programação cultural e educacional.

Eu me lembro de que aqui... Aqui não, mas na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, Senador Cristovam, eu dizia muito o seguinte: olhem, o sujeito só tem programas educacionais e culturais de meia noite às cinco da manhã. Então, o pão, coitado, que levanta às 4h30 da manhã para pegar ônibus e ir trabalhar, tem que levantar às 3h30 para tentar fazer, ainda, um telecurso. Portanto, é para matar.

Então, eu gostaria de opinar dessa forma. Vou votar a favor da matéria, mas com esse espírito de trabalhar, inclusive com V. Ex^a, para lá adiante ver se conseguimos abrir o princípio dessa questão da utilização desses espaços, visando a galgar o que seria o desejo maior de V. Ex^a de uma utilização mais do que de utilidade pública. Na realidade, é algo até importantíssimo para resolvermos graves problemas na sociedade, porque os meios de comunicação chegam muito mais rápido do que as ações de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

O senhor trouxe aqui um assunto que é fundamental para discutirmos em algum momento, que vai além desse projeto.

O projeto é extremamente positivo. O que eu defendo é um tempo de trinta segundos, um minuto – Senador Flexa, é um projeto meu – colocando fotos de pessoas desaparecidas na televisão, em horários nobres. Eu tenho certeza de que isso vai fazer com que dezenas, centenas de pessoas se reencontrem, e vai aumentar a audiência da televisão, porque cada vez que eles conseguem que dois irmãos se reencontrem, que uma mãe reencontre um filho, vai para o Fantástico e fica um programa que agarra a atenção de todos os assistentes.

Tem havido resistência por causa do tempo. E, realmente, se cada um coloca trinta segundos, trinta segundos e trinta segundos, daqui a pouco a TV virou apenas um anúncio qualificado visual. Não podemos fazer isso. Tem que haver uma combinação. Mas, ao mesmo tempo, a televisão, no mundo de hoje, pode ser um instrumento fundamental do processo educacional, ou não.

Eu vejo o próprio Governo falar em medidas de regulamentação dos meios de comunicação. Primeiro, temo muito essa regulamentação. Segundo, o principal de “regular” seria ver como ela tem um papel educador! Isso, sim, a gente deveria procurar saber. Dando lucro, porque é privada. E se é privada, tem direito e até obrigação de ter lucro. Se não tiver, é por incompetência.

Como fazer com que as empresas privadas de comunicação participem do processo educacional brasileiro, se a gente quer um dia ser de fato uma pátria educadora?

Não havendo mais quem queira debater, coloco em votação.

Os que estiverem de acordo com o parecer do Senador Raupp em projeto do Senador Benedito de Lira permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Portanto, todos se pronunciam pela aprovação.

Está aprovado.

O item 3 – e eu vou tentar ir rápido...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Flexa.

Eu só quero lembrar que às 11 horas começa a sessão plenária de debates sobre a terceirização e outros assuntos. Eu estou querendo ir rápido, mas a palavra está com o senhor, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É só para propor a V. Ex^a.

Nós estamos com quórum qualificado para aprovarmos os processos terminativos. Eu pediria que nós invertêssemos a pauta, para que iniciemos no primeiro terminativo, que é o item 11. Depois, voltaríamos aos não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, agradeço bastante sua lembrança e vamos fazer isso. Lamento que eu não tenha percebido e tomado a iniciativa. Ainda bem que temos colegas atentos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente Cristovam?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu acho que não teremos nenhuma perda de tempo em passarmos o item 3, que é o PLS nº 178, sobre distribuição de verbas publicitárias regionais.

Como pedi vista na última reunião, o Relator, Senador Aloysio, pediu para revisar o seu voto, de modo que eu estou entregando. Não vamos nos deter aqui nesse PLS agora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, em vez de saltar, retiramos de pauta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Retiramos de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2013
– Não terminativo –

Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação com as Emendas que apresenta

Observações:

1) *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;*

2) *A matéria constou na pauta da reunião do dia 14/04/2015;*

3) *Em 05/05/2015, foi concedida Vista ao Senador Lasier Martins nos termos regimentais.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O item 4 fica esperando para após os projetos terminativos.

Levando adiante a sugestão do Senador Flexa, eu só quero acrescentar que os itens 11 a 23 tratam de concessões a emissoras e serão lidos e os itens 24 em diante já foram lidos, até o final. Então, para aproveitar o quórum, que votemos todos em bloco. Inclusive, quem tiver algo contra, levante o dedo e diga qual é o item.

Depois de aprovados todos, voltamos ao item 11 e passamos à leitura. Está bem assim?

Então, do item 24 em diante é votação nominal. Todos em bloco.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 160, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VILA JAGUARY para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ARTUR NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 27**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 429, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARIA ALVES LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 28**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 29**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO CIDADE SUL DE SANTA ROSA DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 30**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 325, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO MASCATE – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 5, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO NOVA SIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO MAXI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 129, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE NOVO – ACOTAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 130, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação com a Emenda que apresenta

Observações:

1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda;

2) Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 39**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA PLENITUDE DE UBERLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 40**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FLORESTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 05/05/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Alguém tem alguma consideração sobre algum dos itens? *(Pausa.)*

Não.

Não havendo, passamos à votação.

Primeiro é o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Qual é o meu, mesmo, aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Todos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Ah, sim! Voto “sim”, claro!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – SIM.

Walter Pereira... Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O Pereira é gente boa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito boa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ex-Senador do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E faz falta aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, a comparação é boa.

Acompanho os Relatores.

Provavelmente, pode ser até que tenha ainda alguma coisa de Valter Pereira tramitando aqui. Então, aproveito e já voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tem.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – “Sim”, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu acompanho o Líder da Bahia, meu querido Senador Walter.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pinheiro.

Senador, Vice-Presidente, Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com os Relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pronto.

Todos estão aprovados.

Voltamos ao item 11, de relatoria do Senador Aloysio Nunes, que fica...

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO BOAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaueira, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Flexa, é o item 14, para dar tempo de outros Senadores chegarem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

O item 14 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaueira, Estado do Piauí.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 144, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itaueira, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Item 17.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE VOLTA REDONDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O item 17 é de relatoria do Senador Marcelo Crivella, aproveitando os Senadores presentes, que são Relatores.

Depois, pedirei ao Senador Omar Aziz e ao Senador Valdir Raupp para relatarem os seguintes. Aí, voltamos para os que não têm presença de Senadores.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, trata-se de uma associação comunitária da cidade de Volta Redonda, que tem esse nome devido ao Rio Paraíba do Sul, que faz uma volta redonda. E ali também Getúlio Vargas, o grande Presidente, instalou a Companhia Siderúrgica Nacional.

Os mineiros reclamaram muito. Eles diziam o seguinte, Minas tem o minério, mas não tem a siderúrgica. Por quê? Ah, porque o Getúlio não tem uma filha para se casar com o nosso Benedito Valadares. *(Risos.)*

Na verdade, a filha de Getúlio casou-se com Ernani do Amaral Peixoto, interventor do Rio de Janeiro, e fizeram uma linda família.

Sr. Presidente, essa associação comunitária quer falar sobre meio ambiente. Nós sabemos que não há nada mais poluente do que uma siderúrgica.

Durante muitos anos, os americanos passaram a produzir aço fora dos Estados Unidos. Tinham minério, mas não queriam produzir lá.

A China, Sr. Presidente, tem um parque industrial de um bilhão de toneladas de aço. Está produzindo 700 e está querendo passar para 500, e, provavelmente, esteja querendo que o Brasil produza os outros 200 milhões de toneladas – o nosso parque é de 70 milhões de toneladas – porque eles não conseguem mais suportar a poluição. E as usinas deles são velhas, antigas. Então, para se colocar filtro naquilo com efetividade é caríssimo.

Ditas essas considerações, peço aos meus colegas que votem favoravelmente, porque eu não sei o que mais se poderia dizer sobre uma rádio comunitária que quer falar de meio ambiente numa área onde, em 1954, surgiu uma siderúrgica e que tem *fly ash*, Sr. Presidente, que é o pó mais fino do mundo.

Eu morei em frente à Companhia Siderúrgica Nacional. A minha mulher lavava o lençol, colocava para secar na área e quando secava, ficava todo cheio de fuligem.

Nós precisamos falar de meio ambiente em Volta Redonda e eu peço aos colegas que aprovemos a concessão para essa rádio de lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se... Ah, não está em votação. Desculpe. Aqui é só leitura. Muito obrigado, Senador Flexa. O senhor hoje está atento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – O Senador Flexa, hoje, está ligeiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sabem que o Senador Flexa e eu tivemos o mesmo professor, no secundário.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO BRASIL LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 166, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO CANOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, peço ao Senador Lasier que faça a leitura dos relatórios dos dois projetos, itens 11 e 12, os quais foram preparados pelo Senador Aloysio Nunes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador, o item nº 11 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, que diz respeito à exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Eu vou, rapidamente, à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 162, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Televisão Brasil Limitada para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o item 11.

Quanto ao item 12, PDS nº 166: Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 166, de 2014 (nº 709, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Canoas para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 166, de 2014, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 166, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Canoas para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Peço, agora, ao Senador Walter, que faça a leitura de dois projetos também, o de nº 13 e 15.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 397, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CATOLEENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 286, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE RADIODIFUSÃO DE LUCENA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucena, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ivo Cassol

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação feita pelo Senador Fernando Bezerra, Relator, cumpriu todos os trâmites legais e regimentais, opino pela aprovação da outorga ao Sistema de Comunicação Catoleense Ltda.

Quanto ao item 15, da mesma forma, Sr. Presidente, os trâmites legais foram seguidos e a matéria foi relatada pelo Senador Ivo Cassol.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 286, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Radiodifusão de Lucena, na nossa querida Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Peço, agora, ao Senador Raupp que faça a leitura de dois pareceres, dos itens nº 16 e nº 19.

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 155, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSOESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Medeiros

ITEM 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – E posso fazer do item nº 20, que é de minha autoria? Faço o 16, 19 e 20.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

ITEM 20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PAIAIÁ COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saúde, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 155, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Transoeste Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, minha terra natal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quanto ao item 19, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 134, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de cons-

titucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Terra FM Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quanto ao item 20, o nosso parecer também é pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Paiaia Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saúde, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos dos itens 16, 19 e 20.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador a Aziz, pedindo que, além da leitura do seu relatório do item 18, leia também os itens 21, 22 e 23, do Senador Zeze Perrella.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE CARDOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA POPULAR E COMUNICAÇÃO DE PERIQUITO – ASCOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Periquito, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Setubinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Quanto ao item 18, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 23, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 23, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cardoso para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto relativo ao item 18.

Quer que faça do item 21 também?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, todos. São três, itens 21, 22 e 23.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Quanto ao item 21, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 79, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura Popular e Comunicação de Periquito – ASCOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Periquito, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o voto, Sr. Presidente.

Quanto ao item 22, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 81, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Setubinha, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quanto ao item 23, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 114, de 2014, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os pareceres sobre os quatro projetos, todos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como foi visto, tivemos a leitura de 14 pareceres e podemos colocá-los em votação, aproveitando o quórum.

Em discussão cada um desses pareceres. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os que estiverem de acordo eu vou chamar; os que não estiverem de acordo eu também chamarei.

Senador Lasier. *(Pausa.)*

“Sim”.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acompanho os Relatores, Sr. Presidente. Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Omar Aziz.

Estou colocando em votação os pareceres, em bloco.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Hélio José. *(Pausa.)*
Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Marcelo Crivella. *(Pausa.)*
Senador Gladson.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Com os Relatores, Sr. Presidente. Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, está aprovado.

Eu só quero pedir para corrigirmos um assunto aqui.

O item 38, que foi lido pelo Senador Flexa Ribeiro, *ad hoc*, na outra reunião, tinha uma emenda.

Assim, eu consulto se algum dos Senadores tem alguma ressalva sobre a emenda.

Não havendo quem queira debater, indago se estão todos de acordo. *(Pausa.)*

Então, a emenda também está aprovada.

Eu quero parabenizar os membros desta Comissão pela quantidade de projetos que aprovamos em uma terça-feira tão intensa quanto esta.

E voltamos à nossa pauta de itens não terminativos com o item 4, que é do Senador Zezé Perrella...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu prefiro seguir com aqueles que estão presentes aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, o item 5 eu vou pedir que seja retirado de pauta, até para fazer alguns reparos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

O item 5 está retirado da pauta.

(É o seguinte o item retirado da pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, de 2014

– Não terminativo –

Altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 12.715, de 17 de setembro de 2012, para modificar o cálculo das receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 05/05/2015.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ainda há os itens 6 e 7, aí, que são itens...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Os itens 6 e 7...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – São requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O item 6 também é do Senador Walter Pinheiro.

O Senador quer apresentar?

Então, vamos ao item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 24, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, com os seguintes convidados:

– Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro do Ministério das Comunicações; e,

– Senhor Jorge Bittar, Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS.

Autoria: Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, o nosso ex-deputado Jorge Bittar assumiu, na semana passada, a Presidência da Telebras; então, portanto, eu acho que seria importante nós o convidarmos, juntamente com o Ministério das Comunicações, óbvio, para nós tentarmos chegar aqui a uma proposta sobre essa questão da banda larga no Brasil.

O Ministro disse, na semana passada, nesta Casa, que é prioridade. Então, nada melhor do que a Telebras nos apresentar qual é essa prioridade e se, efetivamente, nós vamos ter condições de colocar em prática uma proposta para banda larga, que se arrasta, Senador Cristovam, desde 2001 no Brasil – 2001!

Eu acompanhei o lançamento de todos os programas de banda larga desde 2001. Então, quero ver se é possível eu não largar essa banda solta e colocar isso para rodar.

Então, quero fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão.

E, dentro da discussão, eu quero colocar que estou totalmente de acordo. Acho que a vinda do Jorge Bittar aqui será muito positiva. Trata-se de um amigo de todos nós; uma pessoa muito preparada, desde muito jovem, nesse assunto. Mesmo quando esse assunto ainda era um tabu teórico e técnico, ele já era envolvido.

Contudo, eu só acrescentaria aqui, em algum momento do requerimento, que na política se desse atenção especial aos aspectos de uso da banda larga na educação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sim; certo. É fundamental, até porque, Senador Cristovam, quando do lançamento do primeiro programa, dizia-se que nós iríamos começar pelas escolas, com a instalação, inclusive, de uma plataforma que nós chamamos de *backhaul*.

Ficou parecendo o quarto zagueiro que jogava bola comigo, ao invés de plataforma. (*Risos.*)

Então, na realidade, o aspecto dessa proposta levou, inclusive, a uma campanha, no Brasil, para o levantamento de todas as escolas; as empresas ficaram responsáveis por fazer... Foi distribuído por empresas, as operadoras, para nós estabelecermos, de uma vez por todas, a infra. Agora, efetivamente, isso não chegou às escolas. Nós não temos ainda... Você pode até ter uma estrutura, mas não temos banda larga no País.

E uma coisa a respeito da qual estou insistindo com o governo é que você não faz só banda larga sem conteúdo, e não chega conteúdo sem banda larga. Então, não adianta colocar banda larga nas escolas e não definir também o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Totalmente de acordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Por isso, quero chamar meu companheiro Jorge Bittar, que discutiu isso comigo a vida inteira, foi parceiro de um projeto que lançamos este ano, inclusive, desafiando o governo, de efetivamente fazer banda larga pelo serviço, pela demanda, e não ao contrário, portanto, o Estado brasileiro sendo o primeiro cliente. O Estado chamaria as operadoras, Senador Cristovam, e diria: “eu vou comprar pacote de banda larga para as escolas no País inteiro e fazer parcerias com Prefeituras e com Governos de Estados.” Pronto. Isso é fazer pela demanda, para a área de educação, saúde, segurança e para a área de cidadania, que é importante, para os serviços *e-gov*.

Então, se se criam essas demandas, chamam-se as operadoras e diz-se: “olha aqui, sou o primeiro cliente, vamos, bote banda larga, que sou o primeiro a comprar; o restante você vai disputar no mercado, meu irmão, você não é empresa de disputa de mercado?” Então, pronto, é esse o debate que quero fazer com meu companheiro Jorge Bittar, que, tenho certeza, será capaz de levar essa proposta ao Governo para, de uma vez por todas, fazermos funcionar a banda larga.

Agora, ter a ilusão de que a Telebras vai construir banda larga no Brasil *yo no tengo*.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 25, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater a situação da segurança das redes telemáticas, a Defesa Cibernética, e a P&D de soluções brasileiras (Antivírus), com a presença dos seguintes convidados:

– Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;

– Representante do Ministério da Defesa – MD; e,

– Representante do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Peço a ele que apresente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, aqui se trata de outra questão que tenho discutido com o nosso Ministro da Defesa, Jaques Wagner – obviamente, há a participação do MCTI –, porque temos vários problemas hoje em relação à chamada defesa cibernética. E temos experiências fantásticas disso: o nosso Exército, o gabinete de segurança, Marinha, Aeronáutica, todos têm se dedicado preempitoriamente a isso. Portanto, precisamos entrar nesse debate, Senador Cristovam.

O Ministério da Defesa terá que implantar, inclusive, uma empresa, no Brasil para essa área. Seria importante que pudéssemos auxiliar. Sei que nesta semana saiu até uma nota no jornal dizendo que Joaquim Levy foi conversar com Jaques Wagner e que, depois da conversa, Jaques Wagner tomou até três aspirinas. Portanto, temos vários projetos importantes nessa área. Há a Amazônia Azul, que é um importante projeto, pilotado pelo Ministério da Defesa em parceria com o MCTI.

Portanto, eu queria fazer esse debate nesta Comissão, para ver de que forma podemos ajudar e de que forma essas coisas se encaixarão nas nossas propostas. Esse é um tema importante. Eu até participaria de um debate nos Estados Unidos sobre cibernética, mas não pude ir por conta das votações e terminei mandando

a minha contribuição. Era um debate com representantes da ONU, com representantes de diversas empresas no mundo. Foi um ótimo painel. O Ministério da Defesa se fez presente. Eu participaria como expositor em um dos painéis, mas não pude sair, Mandeí, repito, minha contribuição e até recebi o *feedback* – *feedback* não é o filho do *back*, não, do *backhaul*; é retorno mesmo –, a informação de que as sugestões nossas foram bem acatadas. Seria importante discutir com o Governo brasileiro como ele participa desse tema, que está sendo discutido mundialmente.

Quando houve a questão das escutas, da espionagem, fui, Senador Cristovam, o primeiro brasileiro a denunciar aquilo em 1999. Está lá o meu requerimento na Câmara dos Deputados. Lembro-me de que um jornalista disse: “Deputado, o senhor está meio viajando, o senhor está doido”, mas, quando veio isso à tona, o mesmo jornalista está em outro veículo, e eu o procurei, dizendo: “e aí, rapaz, quem é que estava maluco, eu ou você?” E pedi para fazermos audiência pública.

Estive na Comunidade Europeia discutindo esse tema no ano de 2000, no Parlamento Europeu. Fui lá e tive oportunidade de fazer um tipo de encaminhamento acerca dessa questão. Propus, à época, ao Presidente da Câmara dos Deputados, que era Arlindo Chinaglia, já em etapa mais avançada do que 1999, fazer uma reunião do Parlamento como fiz, nesta semana, com o Presidente Renan. Chegou a hora de chamarmos uma reunião do Parlamento mundial. Propus, inclusive, que sediássemos isso em Manaus. Chamar o Parlamento Europeu, Parlamento Americano, Parlamento Asiático, Parlamento Africano, Parlamento América Latina e Caribe, e tentar fazer uma discussão de políticas inclusive nessa área, e não deixar isso só na mão das tratativas diplomáticas, que, na realidade, não levaram a absolutamente nada.

Quem está nos ouvindo, Senador Cristovam, às vezes, tem a sensação de que estamos preocupados só com escuta, com a questão cibernética, mas isso tem a ver com a vida das pessoas. Hoje, um sujeito pode invadir uma base de dados de um cidadão em um banco, em uma conta, no CPF, e não precisa ser nenhum *hacker* dos mais avançados para fazer isso, até porque várias informações, por exemplo, sobre o senhor estão disponíveis. O sujeito junta três, quatro informações dessa e consegue acessar a base de dados e mudar sua senha. Qual é a pergunta que todos fazem? “Vamos fazer uma pergunta, aqui, de confirmação. Me diga a data do seu nascimento.” E é um sujeito que já roubou seus dados, pegou seus dados em outro lugar, que é público. Se você entrar na página do Senado, por exemplo, acessa sua data de nascimento, o nome do seu pai e de sua mãe, onde você vive. Está tudo ali. E isso é a senha suficiente para a pessoa entrar e invadir qualquer base de dados.

O maior prejuízo que estou levando em consideração é este: a invasão de privacidade, de dados pessoais. Esse não é um debate qualquer. É um debate de grosso calibre. Não é só para escutar o que a gente fala. Se quiser escutar, pode continuar escutando. Não há problema algum. O problema é a violação dos direitos humanos, inclusive de direitos elementares de cada e qualquer cidadão poder tocar sua vida sem ter esse tipo de invasão, e até prejuízos. Não conheço ninguém na sociedade que não tenha tido sua conta bancária invadida. E olhe que os sistemas são robustos. O que estou fazendo, e há um debate mundial, é dizer que a robustez do sistema está caindo em falhas simples.

Então, esse é um debate importante para fazermos no nosso Ministério da Defesa, que está encarregado de tocar essa questão, principalmente, da segurança cibernética em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em 1999, o senhor antecipou o problema e foi considerado maluco por essas pessoas, mas sempre quem antecipa um problema é tratado de maluco. O problema é que quem tratou a gente de maluco, porque estávamos antes do tempo, depois, tem uma péssima memória e se esquece de que estava do outro lado.

Para se ter uma ideia dessa sua preocupação, ontem, não sei se viram, o Jornal Nacional mostrou um sujeito que entrou no circuito dos filmes do avião, e ele disse que, a partir daí, entrou no comando e que até brincou um pouco com aviões.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E na primeira matéria que eu vi sobre isso, inclusive antes da televisão, alguém disse assim: “Esse sujeito está procurando brincadeira. Ele não fez isso!” (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Realmente, a Polícia está querendo ver se ele está se exibindo ou não. Pode até ser. Na parte dos filmes, ele entrou, na parte de diversão; na parte do comando, não está provado, mas um dia vão entrar. É um mundo muito perigoso em que a gente vive, e uma das armas fortes que traz esse perigo é a internet, essa maravilha que é.

Está aprovado.

Depois vem um requerimento de minha autoria. Vou fazer a leitura daqui mesmo, quebrando um pouco o protocolo. Diz respeito a um projeto de lei que me pediram para ser o Relator e eu não quis me omitir, o que não é fácil. Por isso, peço uma audiência.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 29, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para instruir o PLC 70, de 2014, que “Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos”, em data oportuna a ser posteriormente agendada. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a esta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Ponho em discussão o Requerimento.

Os que querem debater... (Pausa.)

Não havendo quem queira debater, ponho em votação.

Os que estiverem de acordo ficam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Só para o pessoal da Secretaria, que faz a Ata, quero dizer que o requerimento anterior foi aprovado. Para ficar registrado.

Há um requerimento também do Senador Valdir Raupp, que não está neste momento. Esteve conosco até há pouco. O Senador Walter Pinheiro subscreve e, ao subscrever, peço que ele faça a defesa.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 28, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 22, de 2015 – CCT: Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – Abratel.

Autoria: Senador Valdir Raupp

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O Senador Valdir Raupp solicita a inclusão, entre os convidados, do nome do Sr. Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). Solicita isso para que por esse requerimento possa haver a participação da Abratel no nosso debate.

Somos pela inclusão, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão. (Pausa.)

As Srs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 28, de 2015, do Senador Valdir Raupp.

Passo ao Item nº 10, também de minha autoria. (Pausa.)

Decidi retirá-lo.

Tratava-se de um pedido de que, na audiência que haverá com o Ministro Mangabeira Unger e o Ministro Janine Ribeiro, na Comissão de Educação, fosse incorporada à de Comissão de Ciência, Tecnologia. Creio que os assuntos são bem diferentes. E eu retiro.

Os próximos itens são projetos de decreto legislativo. Portanto, já tínhamos votado todos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, solicito a inclusão de requerimento extrapauta, só para substituição de dois nomes na nossa audiência pública. V. Exª está com ele sobre a mesa, não é? Vou passar para V. Exª. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Claro, Senador.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 32, de 2015

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 22, de 2015, aprovado na 12ª Reunião, Extraordinária, em 05 de maio de 2015, nesta Comissão, para promover a retirada do nome do convidado o senhor Mario Girassole, Presidente da Tim, bem como a inclusão dos nomes abaixo relacionados: – Presidente da Entidade Administradora do Processo de redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD (conforme edital nº 22 No 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL); – Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV – ABERT, o senhor Daniel Pimentel Slaviero.

Autoria: Senador Hélio José

V. Exª está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Senador Cristovam, Sr. Presidente, esse requerimento vem, nos termos, para solicitar mudança do membro desta audiência pública. É simplesmente para poder fazer esse acerto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não sei se há algum Senador que queira fazer uso da palavra, mas gostaria de fazer um comentário aqui. Acho que, quanto à inclusão de nomes, não vejo nenhum problema de aprovar imediatamente, mas sobre a retirada de nomes, gostaria de ouvir os Senadores, ou o senhor, a respeito das razões.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim, Excelência.

Fui procurado pelo pessoal da direção da TIM, colocando que achavam mais conveniente o convite ao Presidente da EAD, pelo tema estar mais relacionado ao Presidente da EAD, e não ao Presidente da TIM. Por isso é que eles solicitaram a mim e recomendaram o acolhimento dessa mudança. E não vi problema nenhum, não iria prejudicar a nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador, e desculpe-me, não sabia que o senhor era o Autor do requerimento inicial. Por isso, disse: “Vamos ouvir o autor.” Mas, sendo o senhor, pode colocar e tirar quem quiser, que aprovarei.

Está em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Mais um requerimento. Dentro da estratégia de usarmos esta Comissão, para chegarmos ao final dos dois anos, com um projeto ou um conjunto de projetos que permitam abrir a porta do mundo da inovação para o Brasil, e o Brasil entrar nesse mundo, quero sugerir uma audiência aqui.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 31, de 2015

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater a integração das universidades com o setor empresarial na promoção do avanço técnico-científico para a inovação, em data oportuna a ser posteriormente agendada. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a essa Comissão

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Queria aprovar, desde já, para ficar claro que não é possível termos um divórcio entre universidade e o setor empresarial, se quisermos entrar no mundo da inovação.

Ponho em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. *(Pausa.)*

Está aprovado.

E nos próximos dias, espero que universidades e empresários forneçam nomes, sugiram quem pode participar desse debate.

Aprovado esse requerimento, está encerrada esta reunião, com meus agradecimentos a todos que participaram dela.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2015.

Às dez horas do dia vinte e cinco de maio de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Hélio José e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater o tema “Análise da Alocação Atual de Recursos em Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil”, atendendo ao Requerimento nº. 18/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores

Ângela Brusamarello, Diretora da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União – SecexDesen/TCU; Márcio Braz, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União – Sefti/TCU; Marcos de Oliveira Ferreira, Diretor do Departamento de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MPOG; Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB; e Cristian de Oliveira Lima, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores José Medeiros e Hélio José. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – São 10h em ponto. Bom dia a cada uma e a cada um! Muito obrigado pela presença.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de maio de 2015.

Iniciando os trabalhos desta reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 18/2015, da CCT, de autoria desta Presidência, aprovado pelo Plenário, com o objetivo de debater o seguinte tema: “Análise da alocação atual de recursos em ciência, tecnologia e inovação no Brasil”, para o qual temos a honra de compor a mesa dos expositores os seguintes convidados: Srª Ângela Brusamarello, Diretora da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União, o Sr. Márcio Braz, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União, o Sr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, o Sr. Cristian de Oliveira Lima, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e o Sr. Marcos de Oliveira Ferreira, Diretor do Departamento de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Obrigado a todos vocês.

Informo que contaremos com o serviço de interatividade do Senado Federal para a participação dos cidadãos que estão assistindo a esta reunião ao vivo pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pela TV Senado, pelo portal e também pelo Alô Senado, no nº 0800612211.

O cidadão poderá enviar comentários ou perguntas, que serão repassadas aos nossos convidados.

Os comentários e perguntas, obviamente, sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos do uso do portal, não com base na qualidade do comentário, no mérito da pergunta ou no seu conteúdo, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Nós vamos passar às exposições pelos convidados e, ao final, às Srªs e os Srs. Senadores presentes, de acordo com a ordem de inscrição.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questões enviadas pelos cidadãos que nos acompanham.

Eu creio que vou ter que mudar a ordem.

Cada expositor terá um tempo, creio, de 15 minutos. Está bem? Mas fiquem tranquilos, porque não usaremos guilhotina para quem não cumprir o tempo estabelecido. De qualquer maneira, eu quero, já levando em conta o tempo de vocês, apresentar uma lista de perguntas que eu gostaria de ter respondidas. Nós estamos fazendo pesquisas sobre isso, mas eu gostaria, se possível, sem querer mudar as análises, as apresentações que vocês prepararam, de lê-las, porque é o objetivo desta audiência.

1º. A Academia Brasileira de Ciências defende que os investimentos em ciência, tecnologia e inovação alcancem o percentual de 2% do PIB. Atualmente, esse percentual fica em torno de 1,2%.

Apenas para o representante do Governo vão essas perguntas.

1. O Governo está tomando alguma providência para elevar esse percentual?

2. A informação divulgada por várias fontes nos mostra que os fundos setoriais têm apresentado tendência de redução de recursos.

Pergunta: Isto é um fato ou essas informações são falsas? E o que está sendo feito para recuperar o orçamento dos fundos setoriais, caso seja verdadeira a informação?

3. Vários cientistas e liderança acadêmicas têm defendido a continuidade do programa Ciência sem Fronteiras, mas observam que isso deve ser feito sem a redução de recursos de outras áreas, a redução de recurso de outras áreas, como, aparentemente, vem sendo feito.

É fato que tem saído dinheiro da ciência para o Ciência sem Fronteiras? E, se for verdade, como fazer para atender ao desejo dos cientistas de que os recursos saiam de outra fonte?

4. O contingenciamento de recursos orçamentários anunciado na última sexta-feira causará algum impacto negativo no contexto da ciência, tecnologia e inovação brasileira?

Esperamos que vocês tenham informações sobre os detalhes, porque nós não temos.

5. Sancionada em 2004, a Lei da Inovação criou vários instrumentos de apoio à inovação no Brasil.

Que balanço, do ponto de vista orçamentário, pode-se fazer desta legislação? Ela continua adequada? O que pode ser feito para melhorar essa legislação?

6. Para muitos dirigentes de centros de pesquisa ou de unidades acadêmicas, além dos poucos recursos existentes para o setor, o acúmulo de burocracia eleva demais custos e cria inúmeras dificuldades para a gestão dos recursos. Pergunta: isso é verdade? E, sendo, o que pode ser feito para reduzir os custos burocráticos e elevar a eficiência dos gastos em ciência, tecnologia e inovação?

Eu quero dizer que a gente inclui nesses custos burocráticos os custos decorrentes de licitações feitas para construção que é interrompida e que leva meses para ser retomada, como a gente viu na Fiocruz, como a gente vê na UnB. Ali há prédios que não saem do esqueleto, embora eles tenham conseguido superar o problema na Fiocruz.

7. Aparentemente, a legislação brasileira cria barreiras para a contratação de pesquisadores e cientistas seniores em institutos de alto nível. Isso é realidade? O que pode ser feito para mudar isso?

8. Que esforços estão sendo realizados no sentido da internacionalização dos nossos institutos de pesquisa em universidades?

Eu sei que, pela especialidade de cada um, há perguntas que são mais para uns do que para outros. De qualquer maneira, eu peço ao meu pessoal que tire cópia para distribuir para vocês, porque, ao longo da reunião...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Já receberam? Pronto, então já receberam.

Então, passo a palavra à Diretora da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União.

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – Bom dia.

Está suficiente para me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está funcionando, sim.

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – Então, vamos lá. Eu vou falar um pouco sobre os recursos do FNDCT em comparação com as dotações orçamentárias para o MCTI.

Em 2012, o TCU fez uma auditoria no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é o principal instrumento no País para fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico nacional e as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.

Essa auditoria, em 2012...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – Vamos trocar.

Essa auditoria, em 2012, teve como foco avaliar como estavam sendo feitas as avaliações de resultados do fundo: o que estava sendo feito, como estava sendo avaliado, o que, realmente, o fundo estava conseguindo produzir de resultados para o desenvolvimento do País e qual estava sendo o impacto e a efetividade do fundo para o País.

Durante a execução dessa auditoria, durante as entrevistas que foram feitas com os vários gestores de várias unidades do Ministério de Ciência e Tecnologia, surgiram várias queixas de uma prática denominada substituição de fontes e também alguns indícios disso. O que isso queria dizer?

As receitas que alimentam o fundo nacional são, basicamente, de fundos setoriais. As receitas dos fundos setoriais têm crescido constantemente, pelo menos até 2013. Então, as receitas do fundo cresceram muito. E a queixa e os indícios eram de que, tendo crescido o fundo, os recursos para investimento nas demais unidades orçamentárias do Ministério de Ciência e Tecnologia estariam sendo reduzidos. Então, o fundo estaria arcando com despesas que, originalmente, deveriam ser próprias de programas ou de unidades orçamentárias do Ministério e, então, ele estaria deixando de atuar exclusivamente como um fundo de financiamento para ciência e tecnologia, para custear ações e programas próprios que deveriam ser custeados com verbas de orçamentos de unidades orçamentárias específicas do Ministério.

A auditoria para verificar se isso realmente estava acontecendo ocorreu em 2014 e examinou todos os recursos de investimentos do Ministério da Ciência e Tecnologia de 2004 a 2013.

O fundo nacional tem recursos alocados em duas fontes orçamentárias distintas: uma fonte fica dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é a 24.901, e a outra fica dentro do Ministério da Fazenda, que é a 74.910. Então, quando eu vou analisar todo o dinheiro, todo o recurso que está disponível para o fundo, eu tenho que somar essas duas fontes de duas unidades orçamentárias diferentes.

O trabalho comparou os recursos que estão dentro dessas duas fontes com os recursos de investimentos do Ministério de Ciência e Tecnologia. Recursos de investimento porque estão excluídas todas as despesas de custeio, juros e amortização da dívida. Então, eu comparo investimento com investimento.

Foram feitas análises comparativas da evolução das receitas do fundo com a evolução das receitas de investimento do Ministério e também uma análise paralela da participação do orçamento do Ministério comparativamente ao Orçamento Geral da União ao longo desses anos todos.

Vamos falar um pouquinho dos fundos setoriais.

A arrecadação dos fundos setoriais tem crescido. De 2004 a 2013, ela cresceu, teve uma evolução constante. Em 2004, a arrecadação dos fundos setoriais correspondia a 0,15% de toda receita da União. Em 2013, quando foi o pico de arrecadação, chegou a 0,24% de todos os recursos arrecadados pela União.

Em 2014, ele vai começar a cair, naturalmente, porque houve a desvinculação do CT-Petro. O CT-Petro respondia por 40% dos recursos dos fundos setoriais. Em 2014 e 2015, essa perda ainda está um pouco compensada porque foram colocados recursos da Fonte 100 dentro dos fundos do FNDCT. Então, quando a gente, lá na frente, for olhar o total de recursos disponíveis para o fundo, vamos ver que ele ainda não caiu tanto, mas a tendência é que ele realmente comece a cair agora, por conta da desvinculação do CT-Petro.

Essa aqui é a arrecadação dos fundos setoriais. A arrecadação dos fundos setoriais corresponde à quase totalidade dos recursos do fundo nacional, porque ele ainda é complementado por uma parcela de recursos orçamentários, de retorno de empréstimos e algumas outras parcelas um pouco menores.

De qualquer maneira, comparando a evolução da arrecadação dos fundos com as despesas que foram autorizadas para o FNDCT nesse período de 2004 a 2014, a gente vê que, basicamente, o que foi arrecadado foi autorizado.

Agora, há só uma peculiaridade aqui: até, mais ou menos, 2008, o que era arrecadado de fundo setorial, basicamente, foi autorizado a ser executado como despesa.

De 2008 em diante, as autorizações de despesa para o FNDCT passaram a ser inferiores à arrecadação dos fundos setoriais. Porém, ele foi compensado por ingressos na Fonte 100 via Ministério da Fazenda, que é a unidade orçamentária responsável pelos empréstimos que são concedidos pela Finep, através do Fundo Nacional de Ciência.

Então, até 2008, basicamente, o que foi arrecadado de fundo setorial foi liberado para ser executado como despesa. De 2008 a 2013, não houve uma liberação integral da arrecadação dos fundos setoriais. Porém, houve uma compensação via Fonte 100. E, quando eu somo o que foi arrecadado pelos fundos setoriais com o que ingressou com outras fontes, quando eu somo as duas fontes, unidade orçamentária que está dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia com unidade orçamentária que está dentro do Ministério da Fazenda, ela corresponde ao total dos valores que foram arrecadados pelos fundos setoriais. Então, uma coisa compensou a outra ao longo desse período, até 2013.

Em 2014, esse cenário vai mudar um pouco, mas aí a gente tem que ver o que ainda vai acontecer por conta da desvinculação.

Uma coisa que também aconteceu nesse período – essa é só uma informação adicional – é que 75% dos recursos do FNDCT devem, obrigatoriamente, ser aplicados em projetos e ações de CTI e ações transversais e 25% são para empréstimos da Finep. Nesse período todo, observamos também que essa proporção foi respeitada.

A partir da concertação de que os setores setoriais têm agregado receitas crescentes ao FNDCT, partiu-se para se avaliar se isso implicou realmente uma redução do orçamento global de investimentos das demais unidades do MCTI. E observamos que, apesar de ter crescido em termos nominais, de termos saltado de R\$1,4 bilhão, em 2004, para R\$5,8 bilhões, em 2013, a despesa autorizada para o FNDCT no orçamento global do MCTI nesse período todo não apresentou grandes oscilações. Percentualmente, de 2004 a 2013, o FNDCT representou, quase sempre, em média, 50% do orçamento de investimentos do MCTI. Ele variou um pouquinho para mais ou um pouquinho para menos, mas nunca fugiu muito dessa tendência.

Então, o que significa isso? Significa que a dotação autorizada para o FNDCT foi sempre proporcional à dotação autorizada para o conjunto das demais unidades orçamentárias do MCTI. Logo, os indícios de que o aumento das receitas dos fundos setoriais e, conseqüentemente, do FNDCT estava sendo usado para reduzir

os orçamentos próprios das demais unidades do MCTI não se confirmaram. O orçamento permaneceu, quase sempre, meio a meio.

Nesse outro gráfico aqui, vocês podem ver que, em 2004, o FNDCT correspondia a 48% do orçamento do MCTI. Em 2013, correspondia a 45%. E, na média, sempre foi meio a meio.

Agora, outra constatação: o orçamento geral do MCTI, nesse período, considerando todas as despesas, saltou de 0,25% do total do Orçamento Geral da União para 0,45% em 2013, incluídos todos os grupos de despesa. Quando eu tiro os gastos de custeio, gastos com pessoal, juros, amortização de dívidas, e deixo só investimento líquido, esse cenário muda bastante. Considerados apenas os valores de investimento, a participação geral do MCTI no Orçamento Geral da União caiu de 0,90% para 0,80% ao longo desse período.

O que isso quer dizer? Quer dizer que o orçamento do MCTI, em termos nominais, cresceu, mas cresceu com gastos de custeio – pessoal, juros e encargos. O orçamento de investimento do MCTI, nesse período, caiu. O líquido para investimento em ciência e tecnologia caiu nesse período todo.

Essa redução de recursos para investimentos ocorreu tanto no Fundo Nacional de Desenvolvimento quanto no orçamento do MCTI, e foi uma queda mais ou menos proporcional também.

Aí, o que se conclui disso? Houve, nesse período todo, um descompasso entre a evolução verificada no aumento crescente da arrecadação das receitas dos fundos setoriais com uma redução na participação das dotações autorizadas, tanto para o FNDCT quanto para as demais UOs do MCTI, para investimento. Houve um crescimento de arrecadação de fundo setorial constante, que é, basicamente, para investir em projetos e ações, investimento em ciência e tecnologia, mas, ao longo do período, o orçamento geral do MCTI para investimento caiu. Então, eu arrecadei mais investimentos.

Uma segunda constatação do trabalho: outra possibilidade de substituição de fonte é pegar os recursos do fundo nacional, que são específicos para aplicação em ciência básica e empréstimos de evolução tecnológica de empresas, e usá-lo para custear empresas, custear ações que não são investimento.

Então, foram identificadas duas ações dentro do FNDCT que não são, originalmente, investimentos em ciência e tecnologia nos termos autorizados para o uso no FNDCT, que são para pagamento de parcela do Ciência sem Fronteiras e pagamento dos contratos de gestão firmados pelo MCTI.

No caso do Ciência sem Fronteiras, a sua inclusão no FNDCT não ocorreu por afinidade temática ou legal. O programa foi lançado em 2011, em uma ação conjunta do MCTI com o MEC, e, em sintonia com a vocação original desse programa, foi custeado, em 2011 e 2012, pela Capes e pelo CNPq. A partir de 2013, cerca de 14% do custo do Ciência sem Fronteiras veio do FNDCT. E em 2014 esse percentual aumentou para 33%.

Embora você possa argumentar, em sentido amplo, que o financiamento de bolsas de graduação também é um investimento em CTI, até porque um dos objetivos do FNDCT é a formação de recursos humanos, o financiamento desse tipo de bolsa está mais alinhado com as finalidades institucionais do MEC, da Capes e do CNPq e causa uma distorção no uso precípua do fundo, já que uma parcela significativa dele é deslocada das atividades típicas da área de CTI. Eu tiro dinheiro do pesquisador de ponta que já está lá e transfiro para um estudante bolsista nesse período.

Nos contratos de gestão, mesmo que você possa identificar alguma possível afinidade entre os objetivos do fundo e determinadas atividades de pesquisa que são executadas dentro dos contratos de gestão, o fundo está custeando despesas que não são possíveis dentro da sua finalidade. Por exemplo, o MCTI autoriza que até 60% de alguns contratos de gestão, do dinheiro que vai para o contrato de gestão possa custear despesas administrativas das UOs. Isso significa o quê? Que eu estou usando dinheiro da FNDCT que é precípua para investimento direto em ciência e tecnologia para pagar aluguel de UOs, pessoal de UOs, serviços de limpeza de UOs, sendo que, quando eu tenho um contrato de gestão, o vínculo contratual do contrato de gestão e do Ministério é com o próprio Ministério. O Ministério, que é o órgão supervisor, possui uma unidade orçamentária própria para alocar recursos destinados a cobrir despesas decorrentes dos contratos que firma, inclusive contratos de gestão. Então, a lógica da lei é que os recursos destinados às UOs, venham de orçamento dos órgãos para os quais elas mantêm seus contratos de gestão. Então, o gasto com o contrato de gestão foi considerado uma aplicação indevida dos recursos do fundo pelo Tribunal.

Esse é o acórdão que saiu dessa auditoria. Determinou ao Conselho Diretor do FNDCT que defina, quanto ao Ciência sem Fronteiras – não só quanto ao Ciência sem Fronteiras, pois isso vai valer para toda e qualquer bolsa, a partir de agora, que seja custeada pelo FNDCT –, que o Conselho defina exatamente que modalidades de bolsas podem ser financiadas com recursos do fundo. E elas têm, obrigatoriamente, de respeitar a vocação original do fundo. E, quanto aos contratos de gestão, foi permitido que apenas aquelas ações dentro dos contratos de gestão que sejam realmente de pesquisa e desenvolvimento sejam financiadas pelo FNDCT.

Então, é isto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Para não perder o momento, eu quero fazer duas perguntinhas: uma é se, nos gastos com ciência e tecnologia, a gente inclui os gastos feitos dentro das universidades e a outra é se se sabe qual o percentual dos orçamentos das universidades, de ensino superior federal, que vai para desenvolvimento científico e tecnológico, se a gente sabe ou se está diluído, e finalmente, se também entram nos gastos os investimentos privados em ciência e tecnologia.

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – Nas universidades, naturalmente, entram todos os projetos vinculados a ciência e tecnologia. O dado sobre quanto está indo para as universidades eu não tenho. A gente tem como levantar. Eu não tenho agora, mas acho que seria possível.

A última pergunta foi...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se se sabe quanto do setor privado vai para ciência e tecnologia.

Isso nada tem a ver com o Tribunal de Contas, não é?

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – Já existe essa estimativa já. Eu não tenho isso aqui, mas existe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

Agora, quando eu falo em universidade, na verdade, eu quero saber o seguinte: quanto sai do Ministério da Educação para as universidades e vai para ciência e tecnologia. É possível saber isso?

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – Via Ministério da Educação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai chegar lá, não é?

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Eu tenho um número, um levantamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, pronto. Quando chegar a sua vez...

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Eu não tenho a composição por ação, mas eu tenho o valor que sai do MEC para contribuir com ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ótimo.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Está alocado na subfunção “ciência e tecnologia”.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós vamos chegar lá na sua vez.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora ao Márcio Braz.

O SR. MÁRCIO BRAZ – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, Senador, eu gostaria de agradecer, em nome da nossa Secretaria de Fiscalização de TI, o convite para participar da audiência pública e, na pessoa de V. Exª, de cumprimentar os demais presentes e de saudar a todos.

Apenas um rápido contexto sobre a nossa atuação, em complemento à apresentação da Ângela, cuja secretaria tem, como o MCTI, em sua clientela, uma atuação bem conectada com o escopo de atuação da Comissão.

A nossa secretaria foi criada, em 2006, com o objetivo de fiscalizar a gestão e o uso de recursos de TI pela Administração Pública Federal. Então, dentro desse tema de tecnologia da informação, a gente tem atuado na fiscalização das licitações e contratos que são executados pela Administração Pública, dos sistemas de informação que a Administração roda para realizar a gestão da própria Administração e para prover serviços ao cidadão, da governança e gestão dos órgãos públicos sobre esse tema e também da segurança da informação nessas bases de dados e sistemas que a Administração opera.

Ao longo do tempo, nós também, por conta da especialização, fomos demandados a atuar em outras áreas que já guardam uma certa conexão com a atuação da Comissão, que são as políticas públicas finalísticas nessa área de tecnologia da informação. E é o resultado de um de nossos trabalhos, de uma fiscalização, que eu trago hoje aqui, para a gente expor um pouquinho os resultados encontrados nesse trabalho no que tange aos recursos aplicados em tecnologia da informação.

Muito bem. O trabalho foi uma auditoria operacional na política pública representada pela Lei de Informática. Então, foram avaliadas as condições pelas quais essa política pública é operada por parte dos Ministérios. Então, a auditoria operacional tem uma característica de avaliar o desempenho de uma ação ou uma estratégia de governo mais do que verificar uma legalidade, a legalidade de maneira estrita ao cumprimento de uma norma. Então, foram consultados diversos especialistas, os auditores se reuniram com gestores, e foi feita uma avaliação dos resultados efetivos dessa política pública.

A gente está tratando aqui de alocação de recursos orçamentários. Então, por que a gente está expondo esse trabalho ligado à Lei de Informática? Isso se deve ao fato da materialidade da renúncia fiscal ligada à Lei

de Informática. Hoje, segundo o que eu pude apurar, Senador, como foi divulgado na sexta-feira, o orçamento do MCTI, após o corte, ficou em cerca de R\$5,4 bilhões e a renúncia fiscal correspondente à Lei de Informática é de cerca de R\$4 bilhões, o que corresponderia a, aproximadamente, 75% do orçamento de todo o Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, diante dessa relevância, a SEFTI foi demandada a executar esse trabalho.

Um pouquinho do contexto sobre a Lei de Informática, Lei nº 8.248, de 1991. Ela é uma política pública que tem o objetivo de promover a capacitação e a competitividade do setor de informática dentro do Brasil. A materialidade é alta, superior a R\$4 bilhões, e os beneficiados pela renúncia fiscal são as empresas que produzem os bens e serviços elencados em decreto do Poder Executivo, o Decreto nº 5.906, de 2006.

Como contrapartida para a fruição desse benefício fiscal, as empresas devem atender ao Processo Produtivo Básico, estabelecido pelo Poder Executivo, e realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

À época da realização da auditoria, o percentual de investimento em P&D do faturamento das empresas era de até 4%, e há uma série de regras dispostas na legislação de como esse percentual vai ser distribuído, envolvendo, inclusive, aportes ao FNDCT e realização de convênios com universidades e institutos de pesquisa.

Então, como foi realizado o trabalho? Foi um exame da gestão da política. A gente não fez uma avaliação de mérito da Lei de Informática, e, sim, de como estava sendo operada, de como estava sendo gerida essa política pública por parte dos ministérios responsáveis. O critério utilizado foi o Guia Metodológico – Indicadores de Programas do Ministério do Planejamento. Esse guia estabelece um ciclo de avaliação das políticas públicas que inclui desde o planejamento da política, a sua forma de execução, até a avaliação e a promoção de ajustes nessa mesma política.

Isso foi realizado em 2013, de maio a agosto, e o período, os dados e as informações analisadas referentes à lei são de 2010 a 2012.

Como eu já disse, foram feitas entrevistas com setores especializados, empresas beneficiadas, institutos de pesquisa, universidades e os próprios gestores dos ministérios envolvidos, no caso o MCTI e o MDIC.

Farei apenas um breve resumo. Eu trouxe, Senador, o sumário executivo da auditoria, que tem uma riqueza maior de detalhes, mas farei apenas um resumo de quais foram os nossos principais achados e constatações. Em especial, uma ausência de suporte metodológico para essa política – ou seja, ela carecia de objetivos, de uma definição clara do que se espera atingir, dos resultados esperados com essa política pública –, a definição de metas, para cada período, referentes à aplicação da Lei de Informática e a mensuração desses objetivos por meio de indicadores.

Por que isso é importante? Saber aonde se quer chegar, quais são os objetivos é importante para que, caso esses objetivos não estejam sendo efetivamente atingidos, ajustes possam ser feitos na política ao longo de um ciclo. Então, mais do que simplesmente despender esses recursos, é importante saber se eles estão realmente atingindo os objetivos pretendidos com essa desoneração, com esse investimento, por assim dizer.

Em seguida, a ausência de avaliação *ex post* da política por parte dos órgãos gestores. É esperado que os ministérios tenham condição de fazer uma avaliação crítica da política e de promover esses ajustes ao longo do tempo.

O suporte tecnológico também foi considerado deficitário, os sistemas que davam apoio à condução e à gestão da política, o processamento dos pedidos de concessão.

Por fim, há uma ineficiência no processo de análise dos RDAs. O que são os RDAs? São os Relatórios de Desempenho Anuais. É nesses relatórios que as empresas vão declarar os valores que efetivamente investiram em pesquisa e desenvolvimento, vão indicar quais foram as patentes atingidas, as publicações realizadas e os valores efetivamente gastos para realizar esses investimentos.

Então, foi constatada uma ausência de validação de verificação sistemática desses valores, uma avaliação abrangente, para analisar, no horizonte de tempo, se realmente a gente está conseguindo as patentes que espera conseguir com a promoção desse investimento e um aumento das publicações. A equipe sentiu a falta dessa avaliação geral.

Também foi constatada uma intempestividade na análise, até por carência de recursos humanos na equipe que fazia essa análise. Há um volume muito grande de relatórios a serem analisados, relatórios que, muitas vezes, levam anos para serem verificados. E o que acontece? Isso pode prejudicar... Caso um investimento não seja considerado pesquisa e desenvolvimento e a empresa precise devolver aqueles valores, o fato de haver essa intempestividade na análise pode prejudicar o retorno desses recursos, o que também, por sua vez, gera uma certa insegurança jurídica nas empresas com relação a esses investimentos, porque elas podem ser surpreendidas, dois ou três anos depois, com um pedido de reembolso.

Leio uma avaliação geral que o Relator, Ministro-Substituto André Luís Carvalho, fez no seu voto:

Demais disso, foram apontadas falhas de avaliação no Processo Produtivo Básico [...], observando-se – como já visto – que a Lei de Informática teve efeitos limitados, em sua série histórica, para aumentar a competitividade no setor beneficiado, mantendo baixos níveis de exportação e um crescente déficit comercial.

A produção brasileira, embora expressiva, destinou-se essencialmente ao mercado doméstico, utilizando-se de peças e componentes importados [...]

Esses são os parágrafos 56 e 57 do voto do Ministro.

O que isso quer dizer? A constatação da equipe foi de que, no caso da informática, a gente está constituindo uma indústria essencialmente montadora ao privilegiar etapas da cadeia de produção de menor valor agregado. Quando a gente faz a importação de muitos componentes eletrônicos para montar os equipamentos no Brasil, acaba privilegiando essas etapas de menor valor agregado. Os objetivos, efetivamente, de promover o País e torná-lo competitivo no setor de tecnologia em âmbito internacional acabam não se mostrando efetivos em decorrência dessa constatação de um baixo nível de exportação e um déficit nas transações correntes nesse setor. Foi a constatação da equipe do trabalho.

As recomendações dispostas no Acórdão nº 458, de 2014, do Tribunal foram para uma melhor estruturação da gestão da política pública, com a definição de objetivos, entre eles o acompanhamento mediante indicadores e a definição de metas, com avaliações periódicas, uma melhor estruturação da política para reduzir a burocracia e acelerar o processo com sistemas de apoio e com tecnologia, o aprimoramento dos processos da concessão e prestação de contas de maneira geral e a avaliação, dentro da estruturação da política, de se seria interessante priorizar etapas mais nobres da cadeia de produção, que são, definitivamente, as etapas que promovem maiores ganhos, como projeto e desenvolvimento das marcas de tecnologia.

Foi uma exposição bastante breve.

Esse é o trabalho que a gente gostaria de trazer à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deixe-me fazer uma pergunta.

Vocês têm condições de saber quantos por cento dos investimentos do BNDES induzem avanço científico e tecnológico e inovação na indústria?

O SR. MÁRCIO BRAZ – Nós não fizemos nenhum trabalho relativo aos aportes do BNDES para a indústria, mas creio que seja possível levantar isso, Senador. A gente pode levar esse trabalho...

Não sei, Ângela, se vocês têm algum...

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO (*Fora do microfone.*) – O BNDES é de uma clientela de outra unidade.

O SR. MÁRCIO BRAZ – Nós podemos levar essa pergunta para uma outra unidade nossa e tentar levantar essa informação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria muito de ter, em algum momento, no futuro, um contato para saber se esse outro setor tem informações nesse sentido, porque a minha sensação é de que é quase nada.

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – O BNDES tem cedido recursos, ultimamente, para a Finep. Ele não é da nossa clientela de Brasília – é de uma unidade de São Paulo –, mas acho que é possível levantar esse dado.

Agora, a informação que tenho é de que a Finep, nos últimos dois anos... A Finep, historicamente, emprestava só com recursos do fundo nacional. Se não me engano, nos últimos dois anos ou um pouco antes disso, a maior parte dos seus empréstimos são através do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa já é uma notícia.

Pergunto também, no caso do empréstimo direto ao setor industrial, que percentual foi para indústrias inovativas e quanto foi para indústrias tradicionais.

A SRª ÂNGELA BRUSAMARELLO – Esse é um dado que tem que ser levantado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra, agora, ao meu colega da UnB, Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro.

O SR. MICHELANGELO GIOTTO SANTORO TRIGUEIRO – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer o honroso convite do Senador e de cumprimentar, na sua pessoa, todos os demais membros da Comissão.

É desnecessário dizer, Senador, da enorme importância que o senhor emprestou à universidade, que permanece à frente do grande lema da educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. MICHELANGELO GIOTTO SANTORO TRIGUEIRO – Nós o respeitamos muito nesse particular, especialmente.

Eu não fiz uma fala muito estruturada em termos de muitos gráficos. Eu gostaria de fazer algo mais livre. Como vocês sabem, eu pretendo falar da perspectiva de um professor, de uma pessoa que trabalha há algum tempo na universidade, ou seja, da perspectiva do ambiente acadêmico. Faço uma ressalva: nós sabemos que

não existe uma comunidade científica – existem várias –, e a minha perspectiva é, certamente, uma entre outras tantas que a gente há de colher.

O primeiro gráfico que eu gostaria de compartilhar é para abordar a primeira questão que o Senador nos coloca, mas eu diria que esses três quadros que vou apresentar, que têm como fonte a Capes, são bastante atuais – vejam ali o período – e, além disso, bastante confiáveis.

São três quadros. Vou fazer um comentário geral, num primeiro momento, sobre os três e, ao longo dos outros aspectos que anotei – não vou ter condições de abordar tudo que eu gostaria –, vou tentar “puxar a brasa para a nossa sardinha”, como se diz na universidade, ou seja, falar das nossas queixas, das nossas expectativas, mais do que dar respostas, propriamente.

Esse quadro, como os senhores estão vendo, reflete... Quando se diz “produção científica do País”, os dois indicadores principais que estão ali colocados são: números de artigos e citação. Se nós pensarmos em produção científica, tecnológica e inovação, seria necessário, obviamente, incluirmos colunas referentes a registros de patentes e dados comparativos com o restante do mundo.

Nesse particular, o Brasil ocupa, como os senhores estão vendo, a 13ª posição, à frente da Holanda, da Rússia, etc. É uma posição bastante destacada. Entretanto, é interessante compararmos com outros dados que eu pretendo mostrar.

Estou meio perdido aqui com o equipamento.

Procurei marcar em amarelo, dentro das tabelas disponíveis pelas agências de fomento, as áreas tipicamente classificadas como tais. Existem muitos campos particulares que não estão aí listados.

Entre as dez primeiras, nós verificamos, em primeiro lugar, destacadamente, as ciências agrícolas. Eu gostaria de registrar aqui que esse é o efeito de uma empresa com que o País conta, a Embrapa, além de todo o sistema cooperativo de pesquisa agropecuária. Eu tive a oportunidade e a felicidade de trabalhar, por quatro anos, na Embrapa e sei do enorme esforço que essa empresa tem feito não apenas para o chamado agronegócio, mas também para sistemas familiares de produção, para recursos regionais, como planaltos, o Pantanal, o Semiárido. Há também um esforço dentro das universidades públicas que eleva o percentual a esse ponto.

De uma maneira simplificada, nós vamos reunir ali – vejam – os que estão acima de dois pontos no percentual de documentos disponíveis no mundo. Nós vamos ver que está facilmente destacado... Além das ciências agrárias, que também têm um recorte e uma contribuição das ciências biológicas, nós podemos agrupar várias outras que estão dentro desse grande campo que se pode chamar de ciências biológicas. É uma área que nós sabemos ser proeminente e que tende a ganhar mais espaço. Por isso, há que se defender que essa área seja fortalecida e prestigiada.

Mas destaco também – isto eu pretendo repercutir no comentário que farei sobre o programa Ciência sem Fronteiras – a posição das ciências sociais. As ciências sociais estão bem colocadas, estão na oitava posição.

Se nós olharmos o campo multidisciplinar, que, a meu ver, é um campo que tende a crescer, porque ainda há uma tradição que eu chamaria de disciplinar, principalmente refletida nos sistemas de avaliação de programas da pós-graduação, essa concepção precisa, a meu ver, ser revista. Eu pretendo comentar esse ponto mais adiante. Refiro-me, especificamente, a critérios de avaliação que possam dar maior destaque, visibilidade e prestígio a áreas chamadas multidisciplinares.

Terceiro quadro. Deste quadro eu gosto muito, pessoalmente, porque ele... Não sei se está dando para perceber os detalhes, mas essas bolas têm, obviamente, um efeito visual. O eixo horizontal refere-se tanto a gastos de pesquisa e desenvolvimento, assim chamados, como ao percentual do Produto Interno Bruto e o eixo vertical consiste em quantidade de cientistas, tecnólogos, engenheiros... E as figuras resultantes são resultado, obviamente, da combinação entre esses dois tipos de formação.

O que nós vemos ali? O Brasil está bem situado do ponto de vista comparativo, haja vista o tamanho da bola. Ou seja, o percentual de recursos relativamente aplicados em ciência e tecnologia em comparação com o PIB não é um dado inexpressivo. Nós estamos com quanto? Vejam: 1,2%. Quando caminhamos para a direita do gráfico, verificamos países que disponibilizam muito mais recursos, a exemplo da Alemanha, do Japão, da Coreia. Então, eu quero aqui dizer que considero justo, procedente que procuremos ampliar os esforços em investimento em ciência e tecnologia.

Entretanto, outro dado que chama a atenção é o fato de o Brasil estar colocado em uma posição bem inferior no que concerne ao número de cientistas que estão efetivamente trabalhando.

Na fronteira nordeste do gráfico – se eu puder assim chamar –, nós percebemos, destacadamente, a Alemanha, em primeiro lugar os Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul...

Enfim, esses dados eu deixarei disponíveis, obviamente, para a Comissão, que deve ter seus documentos também, mas eu gostaria de chamar a atenção para um efeito comparativo.

Em que pese, vamos dizer, o tamanho da bolinha representativa do Brasil não ser das menores, quando nós comparamos com a produção de artigos – aí eu tenho que voltar –, há uma relação, vamos dizer, sinérgica. Não é sem razão que os Estados Unidos ocupam a primeira posição destacada. Em segundo lugar, China, Alemanha... Naquele último gráfico, a Alemanha também está naquela região mais à direita e acima. A Espanha está na nossa frente. Não quero perder tempo e voltar ao terceiro gráfico, mas a bolinha representativa da Espanha é menor que a bolinha representativa do Brasil, embora a Espanha tenha uma capacidade de profissionais muito maior do que a brasileira, o que significa que, com menos recursos relativamente ao Brasil, eles estão produzindo muito mais artigos. Esse é um indicador válido – eu assim considero –, mas não o único. Precisaríamos colocar também, como eu disse, dados relativos à produção de tecnologia.

O argumento que pretendo sustentar é o seguinte: em qualquer ambiente, em qualquer reunião de departamento em colegiados superiores, as universidades e algumas instituições de pesquisa estão sempre a reivindicar mais recursos, o que é justo, como eu entendo. Essa meta de 2% é uma meta importante. Entretanto, não a vejo como a única nem, talvez, como a principal iniciativa que precise ser feita para nós posicionarmos melhor o Brasil. Além da ciência, nós temos compromissos importantes com a sociedade, que é quem custeia nossos trabalhos.

O cientista britânico Philip Kitcher tem feito, junto com outros, a seguinte pergunta: o que a ciência e a tecnologia têm feito para diminuir o sofrimento humano, para diminuir as desigualdades? Nesse sentido, Senador, com a devida vênia, como se diz, eu gostaria de destacar que há muito mais a fazer além, obviamente, do aporte adicional de recursos, iniciativas que estão no campo, para buscar uma articulação mais efetiva entre as diversas áreas do conhecimento e entre os ambientes de produção do conhecimento e a sociedade como um todo.

Nesse sentido, para não me alongar – ficamos ansiosos, querendo dizer muito mais coisas, mas vou me limitar ao que penso serem os pontos principais –, quero dizer que tive a oportunidade de presidir a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal recentemente e que verifiquei que, dos recursos orçados, houve um contingenciamento forte. Infelizmente, não pudemos realizar. É uma queixa que as universidades e os institutos têm: muitas vezes, o recurso está orçado, mas você vai abrir as licitações e não encontra condições, porque o dinheiro não está efetivamente disponível. É aquela diferença – eu, que sou da área de Sociologia, precisei me acostumar com isso e entender – entre o orçado e o financeiro, entre o orçamento e o financeiro.

Nesse sentido, faço outra observação sobre a importância da alocação de recursos e sobre a importância de descontingenciar o acesso a esses recursos.

(Soa a campanha.)

O SR. MICHELANGELO GIOTTO SANTORO TRIGUEIRO – Eu gostaria de finalizar fazendo, se possível, um rápido comentário apenas sobre o programa Ciência Sem Fronteiras e sobre o que entendo ser a necessidade de uma revisão, talvez. Eu deixaria para, na parte do debate, qualificar esta minha posição um pouco mais claramente.

No que concerne ao programa Ciência Sem Fronteiras, o ambiente acadêmico entende que a internacionalização da ciência e da tecnologia é um movimento importante. Entretanto, há, da parte de muitos colegas com quem compartilho a discussão sobre o programa, várias queixas sobre a concepção e a execução do programa. Primeiro, em que pese o fato de ele estar direcionado fortemente para áreas tecnológicas, aquele quadro que mencionei mostra que as ciências sociais estão bem posicionadas, mas uma fronteira que existe nesse programa é a fronteira entre as ciências sociais e as demais ciências. Por que isso ocorre?

Pretendo qualificar e juntar os elementos desse meu comentário com um estudo que fiz para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, quando setores de ponta do País reivindicam maior participação de setores humanos, da administração, das ciências sociais, etc.

No que concerne à questão dos financiamentos, as principais agências que temos são o CNPq e a Capes. Preside, sobretudo em uma das agências, o que chamamos a lógica de balcão. O cientista apresenta o seu pedido, que é analisado por pares, e só. Não há articulação com programas efetivos. Então, eu gostaria de defender a ideia de que sejam ampliados programas de financiamento de C&T com base em demandas induzidas. Por exemplo: mobilidade urbana, saúde da mulher, melhoria da qualidade da educação... Sei que a Capes tem um programa especial, mas ainda é muito tímido.

Perdoem-me por ter ultrapassado mais do que o necessário, o que mostra só a ansiedade de tratar esse tema. Tenho outras questões para abordar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro) – Michelangelo, dentro dessa linha de aproveitar e fazer logo a pergunta, eu queria falar o seguinte: nesse quadro aí, que, aliás, está apropriado, vê-se que só a Rússia e a Turquia estão piores do que o Brasil em matéria de impacto. Está na penúltima coluna. Na sua

ideia, isso se dá por causa do idioma, porque o nosso idioma limita reproduções, impactos, citações, ou por causa do conteúdo, que não é suficientemente bom para provocar impacto? Esta é a pergunta que eu faria.

Além disso, não posso deixar de dizer que, para mim, é uma surpresa a Rússia estar atrás de nós, tanto no número de artigos... A Turquia, a Tailândia e a Suíça estarem atrás de nós não importa, pois são países pequenos. Então, para o número de pessoas com capacidade científica, nós estamos piores do que eles. Agora, a Rússia tem quase o nosso tamanho, não tanto, mas é um país grande, e é um país que tem uma tradição científica fenomenal.

Será que o nosso baixo impacto é uma questão mais de idioma ou de conteúdo?

O SR. MICHELANGELO GIOTTO SANTORO TRIGUEIRO – Senador, eu não teria uma resposta agora, pronta, mas isto é por demais instigante. Eu tentaria dizer que não me parece ser a questão do idioma, porque o domínio do inglês, principalmente nos centros de pesquisa, é bastante fluente, e tampouco diria que não é pela questão do conteúdo, porque, quando vimos a participação das ciências agrárias, destacadamente uma das áreas mais importantes, comparativamente, em termos de percentual de documentos no mundo, eu tenderia a caminhar... Com isso, quero dizer que não é propriamente uma questão de conteúdo, não me parece isto. Eu tenderia a buscar outra linha de hipótese. Primeiro, por que a Embrapa tem feito tanta diferença positiva? Ela está na sua sexta rodada de planejamento estratégico, de visão de futuro. Então, pode-se dizer que o Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária foi muito indutor para criar essa sinergia. No extremo oposto – pretendo avançar nessa linha de investigação –, nós percebemos, quotidianamente, uma ciência e uma tecnologia muito mal articuladas no Brasil. Muitas vezes, o colega da sala ao lado está fazendo um trabalho muito parecido com o meu e nós não conversamos. Então, há duplicação de esforços. Isso precisa ser avaliado. Há pouca comunicação ou conectividade entre setores próximos... Penso que esse é um problema importante: criar uma visão estratégica para ciência e tecnologia que coloque, como valor fundamental, além da visão de futuro, de objetivos que coloquem essa importância maior de criar sinergias e articulações.

Só para concluir, um dos indicadores de avaliação da Capes, que presta um serviço extraordinário a esse respeito ao País, nós sabemos, premia, destacadamente, o que eles chamam – vou interpretar aqui – de ND, algum desses, o quão mais interno é o programa? Então, por exemplo, na área de biologia, pesquisadores que compartilham espaço de pesquisa com a Embrapa e com outros setores tendem a diminuir esse indicador.

Então, isso é uma das coisas que, a meu ver, precisa ser revista: possibilidade de criar, valorizar e prestigiar essa conectividade maior.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora ao Marcos de Oliveira Ferreira.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Bom dia a todos!

Sou Diretor do Departamento de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MPOG) e estou à frente do departamento que supervisiona o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Para enriquecer o debate, eu procurei trazer uma visão da alocação dos recursos de C&T no âmbito do Governo Federal, mostrando o esforço do Governo em fazer a orçamentação dos recursos de Ciência e Tecnologia. Vou me ater apenas aos recursos do Governo Federal, não vou entrar no mérito de entes subnacionais, Estado e Município, nem setor privado, porque eu estive conversando com um colega da Ciência e Tecnologia, o Cristian, e ele vai abordar um pouco esse aspecto.

Nesse sentido, eu trouxe aqui uma série, de 2002 a 2015, em que eu procuro traçar todo o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, inclusive também tem a preços correntes, constantes – estou com preços correntes, tem preço constante –, mas, se os senhores me permitirem, eu vou trabalhar com preços correntes, acho que dá uma noção melhor, porque quando você começa a corrigir você perde um pouco a noção dos números.

Então, o que temos aí? O orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia como um todo. Trago aqui também os demais órgãos de ciência e tecnologia. O senhor perguntou anteriormente quanto é que tem orçado no Governo e em outros órgãos, não apenas no Ministério da Ciência e Tecnologia. Aqui atrás há um quadro em que eu tenho o detalhamento desses órgãos aqui. Você tem a resposta em relação ao MEC: 864 milhões, que temos orçados para 2015 para a ciência e tecnologia. Eu não trouxe isso detalhado por ação orçamentária, mas, se precisar, eu tenho no *e-mail* e posso deixar à disposição da Comissão esses valores detalhados por gestões orçamentárias, que indicam o que está sendo feito, como estão sendo feitos esses gastos, enfim, dão uma noção desses gastos.

Vou voltar ao quadro em preços correntes.

A gente procurou trazer essa série de 2002 para cá, separando todos os grupos de despesas do Ministério. É bom lembrar que a gente, quando fala em investimento, às vezes em C&T, mas o gasto corrente, em termos

orçamentários, seria gasto corrente, gasto de capital. Embora a gente assuma que o gasto social, o gasto em C&T, você está investindo no setor, porque, às vezes, a despesa é fomento e pesquisa etc. Inclusive nesse gráfico também, trago também a questão da despesa financeira, que foi comentada, que é o financiamento pela Finep. É uma despesa de capital, que não está dentro do Ministério, essa despesa financeira, por questões de gestão orçamentária. Ela foi colocada num órgão, que a gente chamou de virtual, operações oficiais de crédito que o Governo, por gestão, procurou centralizar todos os recursos relativos a financiamento, ou a subvenção, ou um subsídio dentro desse órgão, operações oficiais de crédito. Mas esses recursos estão a cargo do Ministério, são supervisionados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Se eu não estou enganado – o Cristian me corrija –, a Finep quem executa esses recursos e tem acesso a eles, porque a execução é toda do Ministério. É só a questão de alocação.

Então, para os senhores terem uma noção, eu também procurei, nesse quadro, trazer a evolução do orçamento do Governo Federal, a despesa discricionária do Governo Federal, e também as coisas obrigatórias. Ou seja, toda a despesa que envolve a execução do orçamento para comparar com o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e para traçar uma questão do PIB, um percentual em relação ao PIB do Governo Federal, somente.

Embora estejamos falando de meta de 2% etc., de atingir o volume de gasto em C&T no Brasil, eu vou me restringir somente à questão do Governo Federal.

Bom, então, nessa coluna de pessoal ativo está a força de trabalho, pessoal, carreiras, contratados etc., que você conta no âmbito do Ministério. Em despesa com pessoal, eu procurei trazer uma legenda aqui de quando se tem contribuição previdenciária e também pagamentos de inativos, quando há a evolução aqui, ao longo da linha.

Os benefícios de que estamos tratando aqui são despesas correntes: aquelas despesas como auxílio alimentação, assistência médica, auxílio creche, que são pagos também aos funcionários. Isso é em contracheque, mas é despesa corrente.

As despesas discricionárias, que estamos chamando aqui, é onde ocorrem a maioria dos gastos no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. É onde você desenvolve as políticas, onde há o pagamento das despesas de funcionamento, as despesas finalísticas. Eu não vou detalhar aqui também para não ficar cansativo e até porque, conversando com um colega do MCTI, ele vai detalhar mais essa programação.

Eu só procurei separar o que é o FNDCT, para os senhores verem a evolução do orçamento do FNDCT, que cresce cinco vezes mais em relação ao que era em 2012. Mas, se eu pegar em preços correntes aqui, eu tenho mais do que o dobro do que tinha em 2012. Mas se eu comparar às demais UOs, ela não chega ao dobro. Ou seja, o fundo cresce mais até a preços constantes. Eu cresço mais no fundo, até por questão de alocação.

Aí temos as despesas financeiras, que eu comentei anteriormente, que é o financiamento. A partir da legislação, da lei, você começa a ter a aplicação desses recursos. Em 2014, existe um vácuo, pois não foi possível alocar o recurso no projeto de lei. Mas os senhores passam a informação de que foi feito um crédito adicional no valor de um bilhão, durante a execução de 2014, para suprir a ausência desse recurso na programação, que é onde existem os financiamentos. Aqui, sim, é a despesa de capital. O Ministério é muito intensivo em gasto corrente, em despesas correntes. Mas falamos em investimento na área de C&T, por questão de...

Aqui, são as despesas dos demais órgãos, como está a evolução. Como mostrei no quadro anteriormente, e o total do orçamento de Ciência e Tecnologia na União. E a linha total é a linha do PIB.

O que poderíamos comentar aqui é que tem havido um esforço há vários anos do Governo Federal na alocação dos recursos para ciência e tecnologia. Uma das questões que podemos falar aqui em termos de priorização é tentar orçar todas as receitas do setor. Esse é um compromisso com que o Governo tem se preocupado, tem tido essa questão, até no que diz respeito ao FNDCT.

Quer dizer, todas as receitas do fundo, pelo menos durante o processo de elaboração orçamentária, com as definições dos cenários, temos procurado alocar essa receita vinculando-a ao financiamento de uma despesa, de preferência a despesa finalística, que é, de acordo com a legislação, não haver a figura da reserva de contingência. Ter a receita do Fundo e não ter uma despesa correspondente associada a isso.

Daí vocês verem a crescente na locação, ela está acompanhando essa evolução.

Agora, a gente tem que lembrar também que durante esse período há o reflexo da DRU, Desvinculação da Receita da União, que também desvincula a receita do fundo.

Então, respeitando a legislação, a emenda que foi aprovada, desvinculando os recursos, o que desvincula e o que sobra, o Governo tem procurado alocar os recursos integralmente no orçamento do Ministério. Eu particularizo aqui FNDCT.

Então, dentro dessa sequência dos gastos, a gente pode verificar na participação do orçamento uma certa constante em relação ao total de gastos de C&T com o total de gastos do Orçamento da União, que se qui-

serem olhar preço constante, isso também está mais ou menos dentro de uma linha de uma pequena queda, em quatro, cinco, mas, depois, volta ao patamar novamente, chegando a 13, não falou em crescimento forte, intensivo de receita e, depois, permaneceu no 0,5.

E também em relação ao PIB. Por que concluir colocar o PIB? Porque o PIB denota a capacidade do Governo de alocação, superando um pouco essa questão da receita. Ou seja, há um cenário atual, um cenário vigente, é uma correção que você vem fazendo ao longo dos anos, de acordo com o crescimento. Então, você tem isso mantido, apesar disso, uma constante também na participação. Isso só no Governo Federal, considerando também que eu tenho os demais órgãos, despesas de C&T também. Lembrando que, nos demais órgãos, ela é uma decorrência, ou seja, é aquilo que aplico na subfunção ciência/tecnologia, e o esforço maior do Governo está concentrado aqui no orçamento do Ministério, para dar as condições necessárias para que desenvolva as suas atribuições, principalmente na questão de pessoal, força de trabalho, e o gasto da despesa discricionária, que é onde há um intensivo, que é esse que inclusive teve um anúncio já na sexta-feira, de contingenciamento do Governo, que foi bastante intensivo, mas que eu não pude trazer números agora, porque, infelizmente, só anunciado mesmo de fato e oficialmente às 5h30min da tarde na sexta-feira. E a gente não tinha como colocar esses números antecipadamente, pois poderia ter algum ajuste, alguma questão. Tanto que a divulgação foi só numa edição extra de sexta-feira, acho que foi circular depois das 20h ou 21h. Eu ficaria devendo alguma análise nesse sentido em relação ao decreto.

Porém, a gente pode dizer sobre isso, os senhores viram que a área social, outras áreas também sofreram contingenciamento – saúde, educação – , mas, neste momento, procurou-se, em função da magnitude do contingenciamento que foi feito, conversar com os órgãos previamente. Isso foi feito, no caso de C&T, para um pouco mitigar os efeitos desse contingenciamento, para entender, ver as possibilidades para que não houvesse dissolução de continuidade, que não houvesse paralisação nos programas, nos apoios, aquilo que já tivesse sido iniciado ter continuidade, minimamente assegurar o funcionamento dos órgãos, das unidades, das autarquias, das fundações, dos centros de pesquisa, dos contratos de gestão, sabendo que a gente vai ter alguma dificuldade. Isso é inerente ao processo. O número do contingenciamento é muito significativo. O colega aqui citou que foi em torno de 5,4 bilhões o limite para essas despesas discricionárias, que estavam no projeto de lei com 7,31.

Então, a gente ainda tem a influência da votação no âmbito do Congresso, que estou falando aqui de projeto de lei orçamentária anual, proposta do Executivo para alocação de recurso na área de C&T. E, normalmente o Congresso, com sua prerrogativa, com sua iniciativa, pode propor emenda, ajuste na programação. Naturalmente isso foi feito, como todo ano tem sido feito, e aumenta mais ainda a capacidade de gasto. Porém, a gente tem essa questão da LRF, que tem que ser verificado ao longo do exercício...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – A insuficiência de receita para cobrir as despesas do Governo, há necessidade de se fazer o contingenciamento. Então, isso é LRF e foi feito no prazo, no prazo de publicação da lei, a lei foi publicada no dia 22 de abril, saiu 22 de maio etc. e tal.

Bom, então era mais ou menos nessa linha que a gente gostaria de colocar, lembrando que a alocação dos recursos do FNDCT já tem sido feita rigorosamente e observada a legislação vigente. Você tem a questão... O colega aqui do MCTI, o Cristian, vai abordar as ações transversais que podem estar sendo custeadas com os recursos do fundo.

Então hoje pode se afirmar que estritamente nós estamos observando a legislação vigente para poder fazer a orçamentação dos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Bom, feito isso, eu passo a palavra, espero ter contribuído.

Aqui os senhores terão preços constantes e o detalhamento aqui em valores correntes dos gastos em C&T dos demais órgãos. E eu tenho isso aqui detalhado por ação orçamentária. Se os senhores preferirem eu posso encaminhar para a Comissão, está no *e-mail*, que não deu tempo de produzir, foi só o valor fechado, é muito detalhado, são muitas ações que são custeadas e que têm a subfunção ciência e tecnologia.

Com isso, eu espero ter contribuído para o debate e estou à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Certamente. Mas ainda não se sabe então o impacto dos cortes sobre a ciência e tecnologia.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Não. Houve uma conversa prévia, mas, assim, eu não podia trazer números para cá, porque estava aguardando a publicação que, de fato, oficializava o número, a questão do contingenciamento. Mas o que eu disse é que a gente procurou, dentro desse espírito da magnitude do corte, do contingenciamento que foi feito, discutir previamente com o Ministério, para que as áreas do Ministério, todos os setores pudessem minimamente não sofrer solução de continuidade, de dar sequência à programa-

ção diante de um cenário ruim que nós estamos vivendo. O cenário fiscal é bastante restritivo, inclusive com dificuldade de o Governo cumprir a meta fiscal de superávit primário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu teria uma pergunta, que seria bom depois também repetir, mas talvez não precise: do ponto de vista do planejamento, a mudança das universidades, do ensino superior, do Ministério da Educação para o Ministério de Ciência e Tecnologia poderia ser uma medida positiva? Não, ou vocês não têm posição?

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Eu estou tomando conhecimento disso agora que o senhor está falando, mas é uma questão de reflexão e ver do ponto de vista da gestão qual seria a melhor alternativa. A gente tem procurado identificar os gastos de C&T na área do Governo, mas a princípio me parece que talvez fosse melhor que ficasse mesmo no MEC. A gente só trabalhasse as políticas, e em questão de intersetorialidade pudesse haver uma comunicação. Mas é uma visão minha, pessoal, técnica, a princípio, eu não sei se ajuda aí.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Diferentemente de muitos outros países, onde eles...

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – Tem muita jabuticaba brasileira, mas, do ponto de vista da gestão, eles teriam que pensar nisso: como é que ficaria a questão da alocação? Se for continuar a gestão com o próprio MEC e só apartar o recurso na área de C&T, ou tirar toda a faculdade e colocar, e têm outras políticas, outras questões que permeiam os gastos da universidade, aí eu acho que é talvez até um motivo para debate, para a gente poder discutir e ver a melhor solução.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Na verdade, seria levar tudo, até porque o verdadeiro objetivo disso não é melhorar ou não o funcionamento da ciência e tecnologia, é libertar a educação de base da tutela das universidades. Veja, os recursos do pré-sal irão para a educação. As universidades conseguiram colocar lá “preferencialmente para a educação de base”. Significa que não vai quase nada. Porque menino não faz greve, menino não tem sindicato, menino não vai para a rua, menino não vota, então provavelmente os recursos do pré-sal terminaram indo para o ensino superior por pressão da UNE, Andifes etc., etc., etc.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – É uma questão polêmica sim, mas a gente tem que abrir o debate, conversar, para ver saber qual seria melhor do ponto de vista da eficiência locativa, eficiência da gestão e do ponto de vista da política que fosse melhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom.

Passo a palavra agora ao Marcos de Oliveira Ferreira. *(Pausa.)*

Desculpe-me, Cristian. Eu inverti aqui. Eu mudei, a pedido do Marcos.

O SR. CRISTIAN DE OLIVEIRA LIMA – Bom dia a todos!

Queria, primeiro, agradecer à Comissão de Ciência e Tecnologia pelo convite, agradecer ao Senador Cristovam Buarque e aos demais Parlamentares aqui presentes, e também aos demais presentes.

Vou trazer uma análise do Ministério da Ciência e Tecnologia sobre o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Marcos, da SOF, fez uma análise da função ciência e tecnologia, ou seja, abarca outros Ministérios. Aqui vou detalhar um pouco sobre o orçamento dentro do Ministério nos últimos anos e no ano de 2015. Estamos falando ainda de lei orçamentária – o processo de execução ainda está ocorrendo neste momento.

O primeiro eslaide, e aí respondendo a uma pergunta sobre essa questão dos 2% de dispêndio em ciência e tecnologia. É importante deixar claro que os 2% é um número que tem sido falado muito nas próprias instituições de ciência e tecnologia no Brasil. Estamos falando tanto do setor público quanto do setor privado.

As pesquisas que amparam esses indicadores têm uma certa defasagem temporal. O último dado que a gente tem efetivamente desse número é de 2012, em que o total de dispêndio em ciência e tecnologia no Brasil estaria em 1,74% do PIB. Então, hoje a gente estima que esse número esteja bem próximo de 1,8% em relação ao PIB. Essa meta de 2% é uma meta importante para o Ministério. O Ministério tem trabalhado inclusive junto ao Ministério do Planejamento no novo Plano Plurianual, para que isso seja uma meta que nos guie, que nos ampare na definição dos programas, nas decisões estratégicas do Ministério.

Esse dado mostra que, hoje, 0,91% do PIB corresponde a gastos públicos; especificamente, do Ministério de Ciência e Tecnologia, estamos por volta de 0,15% do PIB, e os demais dispêndios do setor privado, estamos falando em 0,83% do PIB. A parte dos dispêndios estaduais também são importantes e estão por volta de 0,31% do PIB. Então, estamos falando hoje que o Governo Federal gasta o dobro em termos de dispêndio em ciência e tecnologia do que os Estados. Os Estados seriam por volta de 50% daquilo que o Governo Federal, como um todo dos dados apresentados aqui pelo Ministério do Planejamento.

O próximo eslaide mostra a evolução especificamente do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Estamos falando de um orçamento total, em 2015, considerando pessoal, de 10,8 bilhões. Ou seja, a LOA, a lei orçamentária aprovada este ano, sendo que temos um bilhão desse empréstimo, via Finep, que foi bem detalhada pela Srª Ângela. Ou seja, o total do MCTI, considerando pessoal, estamos falando de 9,8 bilhões. Estamos falando de quase 10 bilhões o orçamento hoje do Ministério. Sendo que destes 10 bilhões de orçamento do Ministério, 2,3 são gasto com pessoal. O que sobra mesmo, o total que a gente chama em linguagem técnica de outras despesas correntes de capital, em termos de classificação orçamentária, estamos falando de 7,5 bilhões de lei orçamentária, de orçamento aprovado para este Ministério.

Se compararmos esse orçamento com o orçamento de 2014, o do ano passado, ele tem um crescimento de cerca de 4%. Então, é mais ou menos um crescimento vegetativo; o orçamento, em 2014, foi 7,2 bilhões.

Dentro desse orçamento, realmente, como os senhores podem verificar, a Administração Direta está tendo uma queda no seu orçamento ano a ano, e a Administração Indireta, considerando o CNPq e o próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, tem um crescimento substantivo.

Então, assim, o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, as suas unidades de pesquisa têm tido um orçamento decrescente, isso comparando 2014 com 2015. Enquanto as outras unidades, vamos chamar assim, como o CNPq e o próprio FNDCT têm um crescimento. Por exemplo, o FNDCT teve um crescimento de 9%, comparando lei de 2015 com lei de 2014. Estes 9% sem considerar a parte do empréstimo que é feito via essa unidade orçamentária separada para operações de crédito.

O próximo eslaide é uma questão importante. Aí já é olhando a dotação, a lei mais créditos, sendo que, em 2015, ainda não tivemos créditos. Então, os dados de 2015 são referentes à própria lei orçamentária, mas os outros dados são os dados de lei mais créditos. Eles computam também a parte dos créditos adicionais ao orçamento.

E aí fiz uma separação entre outras despesas correntes, separando a parte de emendas, a parte de pessoal, e reserva de contingência. Comparando a lei com o que foi a lei mais créditos do ano passado, temos uma queda de 4%; e comparando 2014 com 2013, há também uma queda de 4%. Então, numa análise bem superficial, o orçamento do Ministério vem crescendo até 2013 e, a partir de 2013, ele tem uma redução do seu ritmo de crescimento. Se olharmos lá na parte de outras despesas correntes de capital, que seriam os gastos efetivamente com programas que não seja com pessoal e reserva de contingência, temos uma queda a partir de 2013, isso comparando lei mais créditos, sendo que, em 2015, só temos lei e ainda não foi produzido nenhum crédito dentro dessa lei.

Aí, separando o que é FNDCT e o que são outras despesas de custeio e capital do próprio Ministério, você vê que, a partir de 2012, o orçamento do Ministério, da Administração Direta, vem caindo, enquanto o orçamento do FNDCT tem um crescimento grande em 2013, em 2012. E, a partir de 2013, como os senhores podem ver, uma redução desse ritmo de crescimento ou uma própria queda no seu crescimento.

Em relação a 2015, temos um crescimento do FNDCT por volta de 2%, enquanto o orçamento do Ministério, propriamente dito, com fontes do Tesouro principalmente, geridas dentro das unidades de pesquisas, dentro do próprio CNPq, ou seja, demais despesas que não o FNDCT, temos uma queda de quase 8%, comparando com lei mais crédito.

Este é um gráfico que acho importante, mostrando como está o nosso FNDCT hoje, o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia.

Respondendo a uma das questões inicialmente propostas pelo Senador Cristovam em relação aos fundos setoriais. Realmente, os fundos setoriais têm tido uma queda substancial nos últimos anos, enquanto que os instrumentos também têm uma queda, mas uma queda menor. A ação, a que chamamos de transversal, alguns dizem que essa ação transversal agrega alguns fundos setoriais ou fazem políticas que têm uma horizontalidade em relação aos fundos setoriais. Ela teve um crescimento em 2013 e também agora em 2015. Então, a ação dita transversal para programas que envolvem mais de um tema dos fundos setoriais tem crescido.

É importante salientar que as organizações sociais realmente começaram com um peso grande em 2013, e agora essas organizações sociais, os contratos de gestão com organizações sociais são feitos integralmente dentro do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. E as bolsas, aí estamos falando de bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, conforme apresentado aqui pela Drª Ângela, em 2013, teve um papel importante; em 2014, foi de quase um bilhão e, este ano, também estamos por volta de um bilhão desse fundo setorial.

É importante mencionar que grande parte da arrecadação, como o próprio Ministério do Planejamento, tem sido revertida para os orçamentos, principalmente quando olhamos as operações de crédito, que receberam um bilhão da arrecadação do Fundo Nacional do Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia.

Então, dentro desse Fundo, este ano há quase um bilhão de fonte do próprio Tesouro no Fundo, uma vez que essa fonte do FNDCT foi utilizada para operação de crédito lá naquela questão de UO separada, apartada sob supervisão da Finep para operação de crédito.

É importante salientar aqui, conforme o Ministério do Planejamento colocou, que o amparo legal para alocação de recurso para o Ciência sem Fronteiras, para as organizações sociais está na própria lei do próprio FNDCT, que, no seu art. 14, dispõe que os recursos do FNDCT poderão financiar as ações transversais, identificadas com as diretrizes da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O próprio §4º deste art. 14 indica que os recursos do FNDCT são passíveis de financiamento dessas ações transversais, todas, com exceção da Cide e um percentual da parcela sobre o fundo da Marinha Mercante. Então, a orçamentação realmente tem sido feita com base nessa permissão dada na própria lei do FNDCT.

Este gráfico representa a composição do FNDCT, composição da parte que poderíamos chamar de gastos, de orçamento e de execução. Até 2014 é lei mais créditos, e 2015 somente a lei orçamentária.

Hoje estamos falando de uma participação dos fundos setoriais de cerca de 10% no recurso total do FNDCT. Os instrumentos – que podemos chamar –, incluindo subvenção econômica dentro desses instrumentos por volta de 11%. As OS (Organizações Sociais) hoje têm uma fatia de 16% do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Quanto às bolsas do Ciência sem Fronteiras, cerca de 23% do fundo setorial têm ido para as bolsas do Ciência sem Fronteiras. Em relação à parte de empréstimo, se a gente agregar o valor de empréstimo, por volta de 21% desse fundo setorial.

Então, vendo o gráfico, a parte colorida em vermelho seriam os fundos setoriais, que têm sofrido uma queda considerável tanto em prol desses programas de organização social e Ciência sem Fronteiras, quanto também dada a dificuldade às vezes dos próprios fundos setoriais em relação a projetos, observa-se que se tem previsto mais recurso para as ações transversais, que têm a ver com mais de um tema.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTIAN DE OLIVEIRA LIMA – A questão das bolsas, como os senhores lembram, por volta de 7,2 bilhões de orçamento. Destes 7,2, estamos falando de quase 2,5 bilhões só para pagamento de bolsas: o Programa Ciência sem Fronteiras, 1,5 bilhão, e as demais bolsas, que são as tradicionais de pós-graduação, de doutorado, pós-doutorado do CNPq, mais R\$1 bilhão. Então, estamos falando de 2,5 bilhões no orçamento de 7,5 bilhões, que, também, nos engessa na hora, por exemplo, de distribuir os cortes, porque bolsa é muito mais difícil você impor uma restrição, mesmo observando o cenário fiscal existente, fazer um corte em cima de bolsa, porque são pessoas que já estão inclusive fora do País.

Vou acelerar um pouco. Em relação às OSs, hoje tem um valor grande. Há um projeto prioritário do Ministério, que é o Projeto do Sirius, o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. Estamos falando, também, em um valor da própria empresa brasileira de inovação, um valor de cerca de 170, 156, que ainda está para se definir o valor, porque isso é infraorçamentário. O Instituto de Matemática, 76, são os maiores valores das nossas organizações sociais.

As nossas unidades de pesquisas – estamos falando de Inpe, IBICT, diversas outras instituições do Ministério, que hoje é bastante capilarizado em relação a essas unidades de pesquisa –, eles têm tido uma redução paulatina nos seus orçamentos, dada as dificuldades fiscais desde 2013. Então, hoje, realmente, tem havido uma queda no orçamento de cada um desses institutos.

Para finalizar, uma informação, porque, na sexta-feira, o contingenciamento, o valor publicado para o Ministério, dentro dos 7,3 – a Dra Angela já adiantou que é por volta de 5,4 –, estamos falando de 5,319 bilhões, que será o nosso limite de empenho. Não tenho, também, Senador, o detalhamento desse contingenciamento entre os programas, dado que a publicação foi feita na sexta-feira.

Uma questão importante é que o Ministério tem feito um trabalho grande redução do seu passivo, dos restos a pagar. Então, como os senhores podem ver, em 2014, a gente já reduziu os restos a pagar do Ministério, apesar do nosso limite de pagamento ter sido menor do que o limite de empenho. E este ano já fizemos uma série de pagamentos de restos a pagar e uma priorização, inclusive com cancelamento de restos a pagar, para a gente conseguir reduzir o passivo orçamentário do Ministério.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Cristian.

Eu vou, também, seguindo a mesma ideia, antes de passar a palavra para o Senador José Medeiros, fazer perguntas em relação ao Ministério. O Ministério tem informações sobre coisas de impacto, como a quantidade não de artigos, que a gente viu graças ao Michelangelo, mas de patentes que o Brasil cria por ano? Segundo, refiro-me a patentes de produto e não de meio de produção; terceiro, patente de produto de ponta, de inovação, tipo isso aqui, tipo remédios. Tem-se isso? Por último, já é possível fazer alguma avaliação do impacto

sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil a partir do Programa Ciência sem Fronteiras? Ou ainda não dá para fazer a avaliação desse impacto? São essas as perguntas.

O SR. CRISTIAN DE OLIVEIRA LIMA – Sobre a primeira pergunta, infelizmente, eu não trouxe os dados. A gente tem essas informações dentro do próprio *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia, posso encaminhar aos membros da Comissão. Eu não trouxe especificamente esse dado para ser tratado. Fico devendo, mas vou encaminhar aos senhores. Mas esse é um dado público, inclusive publicado na nossa página do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em relação ao Programa Ciência sem Fronteiras, as primeiras turmas estão retornando agora. Eu acho que ainda não houve um tempo hábil para se fazer um estudo do impacto do programa, inclusive em relação à eficácia, efetividade do programa. Esse estudo vai ser conduzido em parceria com o Ministério da Educação, porque, como foi apresentado aqui, o financiamento do Programa Ciência sem Fronteiras foi feito em parceria Capes/FNDCT, Capes/CNPq, então, ainda não foi feito um estudo específico sobre o impacto. Acredito que, agora, voltando as primeiras turmas que foram encaminhadas ao exterior, principalmente, vai ser conduzido em conjunto com o Ministério da Educação um estudo neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque; Sr. Márcio; Dr^a Ângela; Cristian; Michelangelo; Marcos, em quase todas as audiências que temos vejo que vem alguém do Governo. Recentemente esteve aqui o presidente do BNDES, e o Senador Cristovam tem perguntado, tem feito justamente essa indagação que ele fez hoje aqui.

Nós fazemos aportes constantemente, aportes do Tesouro para o BNDES, o BNDES obviamente como banco de desenvolvimento nacional, que empresta esses recursos, então, a pergunta é sempre essa que ele fez aqui: se isso tem resultado em patentes para o Brasil, visto que também, para um país se desenvolver, é preciso produzir conhecimento. A pergunta que não quer calar, que ouço do povo brasileiro, é se esses recursos, que vão para o BNDES ou para as universidades, quais são as métricas? Qual a eficiência disso? O que ele traz de resultado para o País?

Hoje, um jornal aqui de Brasília traz um artigo interessante, dizendo que o Brasil demora 11 anos para conceder uma patente. Existem alguns processos, Senador Cristovam, de pedido de patentes de *software* de 1997. Eu fiquei imaginando: bem, se o Mark Gutenberg estivesse provavelmente aqui, talvez não estaria essa rede social ainda implantada, ou mesmo se o Steve Jobs tivesse nascido aqui não sei se teríamos o iPhone, porque estaria pendente também. Segundo estive lendo, só para conceber o iPhone foram em torno de 200 patentes para um só produto.

Eu gostaria de saber de V. S^{as} se isso é um entrave para nós, porque, por exemplo, essa média de 11 anos, segundo o artigo do jornal, não conta a parte de telecomunicações, que tem uma média de 14 anos. Esse é um ponto. O outro é sobre eficiência mesmo. Eu queria saber o que os senhores acham das métricas que existem, e sobre a eficiência da universidade brasileira no geral. Lembro-me de que quando eu ainda fazia faculdade, existia um termo – não sei se aqui existe – chamado pesquisas “mandrake”. Queria que os senhores falassem um pouco sobre isso, porque, às vezes, se comentava: “E o fulano de tal? Ele está lá vendo a questão das bromélias, fazendo uma pesquisa ‘mandrake’”.

O que se criticava, na verdade, com isso era a falta de controle. Ninguém tinha controle sobre aquilo, e mesmo quando se fazia algum debate, alguém sempre contraditava, dizendo se aquilo fosse controlado, cercearia a autonomia da universidade, que aquilo não funciona, não produz conhecimento dessa forma. Eu gostaria de saber a opinião de vocês se seria importante termos um controle dessa eficiência, desse retorno.

O Prof. Michelangelo colocou, no quadro ali, sobre impacto. Ocorreu-me um outro impacto: existe alguma medição no *ranking* desse impacto? Existe esse *ranking* do impacto das universidades na comunidade em que ela é inserida? A gente já caminhou para isso? Tem alguma ideia nesse sentido? Porque eu vejo a academia muito distante das comunidades.

Eu tenho a impressão também, gostaria que se falasse sobre isso, que a gente pode até ter uma produção grande, mas o resultado – acho que o Senador Cristovam citou isso aqui. Justamente isso. Eu gostaria que fosse falado mais um pouco exatamente sobre isso. Parece-me que a gente não consegue ver uma produção na questão finalística. Alguém falou hoje aqui da Embrapa e a minha pergunta, talvez eu não esteja sendo muito claro, é justamente na linha da Embrapa, é aquilo ali. O Cerrado de Mato Grosso, há alguns anos, só produzia mandioca. Aí vem a Embrapa e, de repente, transforma aquela parte do Brasil em um dos maiores índices de produtividade. Essa é a minha pergunta: a universidade brasileira está caminhando para isso? O Tribunal de Contas, por exemplo, consegue enxergar isso? A população pode ficar tranquila no sentido de que é isso mesmo ou nós estamos só nas “bromélias”? Não tenho nada contra a pesquisa das bromélias, mas é nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, a pergunta foi dirigida para alguém especificamente? Não. Então, eu vou passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Hélio José, para que faça a sua pergunta. Depois, eu passarei a palavra aos expositores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Cristovam, V. Ex^a sempre saindo na frente, por isso quero parabenizá-lo pelo importante tema que trouxe ao debate hoje aqui, já que a questão da alocação de recursos é preponderante, limitadora para o processo científico nacional. É muito relevante a gente estar aqui com o conteúdo.

Lamentavelmente, a correria neste Senado é tão grande, mas eu tive que resolver, simultaneamente, tantas coisas, mas eu gostaria de ter tido mais tempo para ter ouvido pessoas tão conceituadas que o senhor trouxe para palestrar conosco. Quero cumprimentar a Sr^a Ângela, servidora do TCU, de carreira, também sou servidor de carreira do MPOG, sei o quanto é importante a gente poder trabalhar em prol de um país melhor, por melhores condições, pelo melhor investimento dos recursos. Cumprimento também o Márcio Braz pelo maravilhoso currículo. Foram tantos os concursos em que ele já foi aprovado que nem sei em que órgão ele está atualmente. Está no TCU. O Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, Professor da UnB, que, com a sensibilidade do sociólogo, colocou toda essa diversidade que nós temos de pensamento nos países e nos povos que a gente precisa integrar. O Cristian de Oliveira Lima, lamentavelmente, eu não pude ouvi-lo, porque eu não estava aqui. Nós estivemos aqui com o Ministro da Ciência e Tecnologia, recentemente, o nosso querido Aldo, que teve o prazer de estar aqui numa longa sabatina conosco, em que uma série de questões importantes foram colocadas. Mas, eu garanto que vou ler a sua transparência, vou estudar, vou ver como está a questão aqui. Acho que a gente tem de fazer bastantes coisas. Inclusive, uma das provocações que a gente colocou aqui naquela oportunidade ao nosso querido Ministro era como nós podemos, eu e o Senador Cristovam, que somos Senadores pelo Distrito Federal, ajudar, com a colaboração do Ministério da Ciência e Tecnologia, a realmente fazer com que a Cidade Digital torne-se uma realidade no Distrito Federal. Acho que nós temos aqui uma inclinação tecnológica com relação a investir em indústrias não poluentes, a questão dos semicondutores, a questão das células fotovoltaicas, a questão das lâmpadas de LED, uma série de inovações que nós precisamos colocar no nosso cenário, tanto na Cidade Digital, no Porto Seco quanto no nosso zoneamento de Pró-DF, no Distrito Federal, que eu acho que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem, na pessoa do Senador Cristovam, nosso Presidente, e na minha pessoa também, Senador da República pelo Distrito Federal, duas pessoas que estão querendo discutir o Brasil e discutir também a necessidade de Brasília, a Capital de todos os brasileiros, ter condição de dar exemplo nessa área. Então, o Aldo me colocava que podemos, realmente, discutir uma série de parcerias, uma série de questões. Eu não pude ouvir direito a sua palestra. Queria saber se é possível mesmo essa questão, na área que se analisa.

O Marcos Oliveira Ferreira, que é o Diretor do Departamento de Programas Especiais do MPOG, é aquela questão: são as limitações financeiras, não é, Marcos? Você coloca aí as dificuldades. A gente aqui quer porque quer, de qualquer forma, ajudar o desenvolvimento tecnológico. Eu mesmo estou saindo daqui agora para um almoço com o embaixador do Japão. Estive com ele ontem para a gente discutir uma série de questões. Eu sou o sub-relator da Comissão Mista do Orçamento para o ano, com relação à indústria, ao comércio e ao micro e pequeno empresário. A gente sabe o tanto que esse tema é importante aqui para o DF e para o Brasil. Então, a gente precisa ver como é que a gente, minimamente, no nosso orçamento, a gente consegue priorizar essas questões tão importantes, para que o Brasil possa estar mais bem ranqueado ainda. É a questão realmente das nossas percepções.

De repente, o Cristovam até fez uma pergunta importante. Se a limitação é por causa da língua, por causa do idioma, o que é, porque não dá para entender bem por que a gente está em uma posição assim. E em outra tão acanhada com relação à questão da percepção das nossas atuações lá fora.

Por exemplo, a nossa Comissão acabou de soltar aqui que nós somos campeões de Matemática na Olimpíada da Índia. Isso demonstra o tanto que o brasileiro tem potencial e capacidade de estar fluindo nessa área.

Então, eu queria, no geral, falar da relevância do processo. Dizer que eu acho que a esperança que temos, principalmente nós, que somos do Distrito Federal, está muito relacionada a essa área. Por isso, vocês estão com dois Senadores do DF contribuindo nessa discussão, e vários Senadores dos Estados também aqui. O colega que me antecedeu é um colega do Centro-Oeste, é um colega do Mato Grosso, Senador também. E temos um elenco de pessoas aqui bastante empolgadas com essa questão tecnológica. O Senador Walter Pinheiro, da Bahia, e outros Senadores; o Senador Omar Aziz, do Amazonas, onde nós temos toda aquela da Amazônia Legal.

E a gente quer discutir, por exemplo, no Distrito Federal, queria até saber o que vocês pensam disso, porque nós sofremos muito aqui com relação à questão do Entorno, que é uma região que muitos analisam

como terra de ninguém, e pressiona muito o Distrito Federal com algumas demandas que nós, do Distrito Federal, não conseguimos atender.

Então, a gente está querendo discutir a possibilidade de fazer um zoneamento em toda região do Distrito Federal, que a gente possa fazer essa zona de investimento, de incentivo fiscal, tal qual tem hoje na Zona Franca e em outros lugares, para que esse zoneamento o Governo tenha condições de melhor atender essa pressão toda que está sobre a Capital do País, que é Brasília.

Então, é importante a gente saber o que vocês, técnicos, vocês que estão debruçados sobre a questão real do orçamento, que estão no Ministério do Planejamento, vocês que estão no TCU, que fazem a fiscalização, vocês que estão aqui na Ciência e Tecnologia, como é que minimamente a gente pode avançar bastante nessa proposta desse projeto?

Inclusive, eu sou do PSD, do Distrito Federal, o nosso Deputado Rogério Rosso, que também é do PSD, que é Líder da nossa Bancada na Câmara Federal, esteve lá com o nosso Ministro Gilmar Mendes, recentemente, conversando sobre a questão de uma proposta que está no Judiciário que garanta, realmente, que o Governo do Brasil possa ter uma atuação mais precisa com relação a essa questão do Entorno, porque só os Governos de Brasília e de Goiás não estão conseguindo, com todo o esforço de ambos os governadores, fazer o atendimento adequado com toda essa pressão.

Então, sobre o Ciência sem Fronteiras, minha filha vai agora. Minha filha fez Direito na UnB. Ela está fazendo o quinto ano de Medicina na Universidade Escola de Saúde do DF, que chama ESCS Fundação Fepecs. Ela está indo para aquela a Escócia, Glasgow, e cidades vizinhas que tem ali, daqui a mais ou menos um mês, exatamente para passar uma temporada de um ano no Ciência sem Fronteiras lá. Eu acho que é um programa que atende bastante aos jovens brasileiros. Eu lembro uma vez que eu estava na Espanha, encontrei pessoas que estavam naquela cidade chamada León, no interior da Espanha, onde encontrei algumas pessoas que estavam fazendo pesquisas, estudando sobre a questão do meio ambiente, sobre a questão da engenharia florestal, sobre uma série de programas.

E, assim, a empolgação e o incentivo daquelas pessoas que estavam ali fazendo foram altamente relevantes, porque vai sair um doutor, vai sair um professor, vai sair um engenheiro, um técnico muito mais capacitado para poder encarar a diversidade que nós temos hoje na competitividade necessária.

O Brasil precisa avançar nisso.

Eu, como engenheiro eletricista, como analista de infraestrutura, como concursado, servidor público, sempre fui concursado, fui da Eletronorte, depois fui da CEB e, atualmente, sou do MPOG, trabalhando no Ministério de Minas e Energia, quero ver com vocês o seguinte: sobre a indústria da nova matriz energética, que é prioritária, precisamos ver como vocês estão pensando em nos ajudar a incentivá-la. Eu aqui tenho debatido. A cada dez palavras, falo em energia fotovoltaica, falo em energia eólica, falo em energia da biomassa, falo na pirólise, eu falo na questão de melhor aproveitarmos o nosso lixo, fazermos as coisas realmente acontecerem.

Eu acho que essa questão, além da questão da medicina, além da questão da soberania e de uma série de outras questões, é essencial para que o Brasil possa, realmente, fazer a diferença na questão da competitividade, na questão do mercado e na questão mesmo dos avanços tecnológicos.

E seria muito importante vocês saberem que contam aqui comigo, que sou Senador da República pelo DF, com o Senador Cristovam. Vejo aqui no Senado que todos os Senadores, de uma forma ou outra, estão bastante empenhados nessa discussão da nova matriz, na discussão realmente de novos avanços tecnológicos para o nosso País.

Obrigado.

Contem conosco. Estamos juntos nessa batalha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Antes de dar a palavra a cada um, nessa ordem agora, para já poderem responder as perguntas e fazer seus comentários, vou ler algumas perguntas que nos chegaram aqui.

Do Ricardo Nakaoka:

Acredito que boa parte do nosso atraso em ciência e tecnologia é o mal-uso que temos feitos das universidades. Nossos jovens visam o canudo apenas para entrar no mercado de trabalho, deixando de lado o real objetivo da universidade: desenvolver a ciência.

Eu quero fazer um comentário dizendo que o nosso problema, Ricardo, não está nem na universidade, mas na educação de base. Nossos jovens entram na universidade sem condições – um grande número – de seguirem um curso com qualidade em geral, ainda menos com qualidade na ciência e tecnologia.

Eu estava fazendo as contas aqui. Durante esta reunião, nasceram 500 crianças no Brasil. São 321 por hora. Estamos há uma hora e meia. Dificilmente algumas delas vão chegar, daqui a 20 anos, com condições de poder disputar para ser um grande cientista. E das 21 milhões que temos hoje, de zero a seis anos, pouquíssimas

chegarão ao final com aquilo que é necessário para ser um bom cientista. Primeiro, matemática. Pouquíssimos chegam com a formação necessária de matemática. Segundo, línguas estrangeiras, especialmente inglês, mas pode ser que, quando eles chegarem a 20 anos, será o chinês. Terceiro, criatividade, capaz de inventar. E, finalmente, curiosidade para fazer perguntas. Nossas crianças na escola não aprendem a ter curiosidade científica, a ter criatividade para dar suas respostas, a falar idiomas para se entenderem com o que acontece no mundo e, ainda menos, matemática. Então, esse é o problema. E nas universidades também; buscam o canudo exatamente pela fragilidade na educação de base.

Do Roberval Guedes Ribeiro:

Quais componentes de computador foram desenvolvidos aqui e que livraram o País da obrigação de importá-los?" [Isso deve ser, sobretudo, para os dois representantes das áreas do Governo, mas o Michelangelo também poderia responder se quiser.]

Há outros produtos de informática que foram desenvolvidos e custeados pelos incentivos fiscais e pelo BNDES? Quais? O complemento dessa pergunta segue no próximo *e-mail*.

O próximo *e-mail* também é do Roberval Guedes Ribeiro – complemento do *e-mail* anterior – :

Nesses últimos 20 anos, o Governo Federal concedeu alguns bilhões de reais em incentivos fiscais aos diversos polos de informática do país. Até hoje, não conheço uma prestação de contas (objetiva, direta e prática) do que foi produzido.

Ou seja, é uma pergunta bastante enfática.

Quanto à pergunta do nosso querido Senador José Medeiros, eu queria dizer o seguinte: o que faz a diferença entre Gutenberg e Steve Jobs é o ambiente onde eles estão.

A gente está cheio de gutenbergs e steves jobs, mas 13 milhões, analfabetos. Então, não conseguiram virar Gutenberg, nem Steve Jobs.

O Gutenberg não foi um homem de grande formação, mas era um viciado em leitura, desde cedo, e, aí, o outro lado do meio ambiente. Gutenberg inventou a imprensa, os tipos móveis – já havia os tipos fixos – , porque, na Alemanha de seu tempo, que não era a Alemanha propriamente, mas aquele mundo do alemão, havia a intenção de que todos lessem.

Então, a produção da imprensa foi uma maneira de quebrar o monopólio da leitura. No Brasil, é o contrário. A gente tem um sistema educacional que procura guardar o monopólio da educação, da leitura, para poucos. Se Gutenberg fizesse sua invenção no Brasil, ele não teria permissão de produzir, provavelmente. Aqui, a gente trabalha para restringir os que leem.

Eu estava lendo no jornal, domingo, que o sistema judiciário está tentando mudar as suas condições, e um dos itens que eles estão querendo é financiamento privado de escola para os funcionários – desde o ministro do Supremo até o mais baixo, pagar escola privada para os filhos deles. Ou seja, é manter restrito o número dos que leem, dos que estudam, dos que se preparam. Ou os ricos, que têm dinheiro, ou os funcionários do setor judiciário que vão ter recursos públicos para isso.

A OAB também está querendo, através da redução do Imposto de Renda, na totalidade da renda e não naquele teto. Você manda para a Suíça e abate tudo do Imposto de Renda.

Então, Gutenberg teve um ambiente favorável, além de que tinha a mecânica, no seu tempo, muito desenvolvida.

O Steve Jobs teve uma formação, teve educação, não ficou na universidade – acho que não tirou diploma – , mas teve um meio ambiente que o favoreceu. Nós não temos isso. Para mim, este é o grande problema: nós restringimos o número dos que têm educação e, a partir daí, restringimos o número dos que são capazes de terem as necessárias ferramentas para o desenvolvimento científico-tecnológico, e, aí, restringimos, ainda mais, quais deles seriam capazes de ganhar um Nobel na concorrência internacional.

E o resultado é que não temos nenhum Nobel e, aparentemente, ninguém, hoje, em pesquisa, que se diga que provavelmente vai ganhar, a não ser dois que estão no exterior – fala-se no Nicolelis e no Gleiser, por exemplo.

Então, esta é a diferença que a gente tem: a falta de um ambiente propício ao desenvolvimento científico e tecnológico, que vem desde a educação e de todo o meio ambiente ao redor. Os steves jobs não tiveram a chance de emergir no Brasil.

Quantos prêmios Nobel não perdemos, que morreram analfabetos? Tinham tudo na cabeça.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – E se tiver, não consegue registrar as patentes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E se tiver, não consegue registrar. Ou seja, ele inventa aqui e vai ser registrado em nome de outro lá fora, que seja mais rápido.

Bem, com essas perguntas, com essas colocações...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador, só uma questão, só um comentário.

É tão lamentável, que até coisa que é totalmente nossa, como cupuaçu, como açaí, cachaça, rapadura, temos que disputar para patentear a coisa que é historicamente nossa. Imagine a questão tecnológica. É difícil. Precisamos realmente mudar essa situação, porque não dá para continuar assim.

Senador Medeiros, inclusive a questão da bromélia pode ser até uma fonte importante para se conseguir, talvez, uma pesquisa para um perfume ou para um remédio, que nos coloque na ponta das questões tecnológicas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos nessa ordem daqui. Márcio, por favor.

O SR. MÁRCIO BRAZ – Obrigado, Senador.

Bem, eu gostaria de abordar a excelente pergunta do Senador Medeiros com relação à questão de como garantir, de fato, pelo que eu pude compreender da amplitude da sua pergunta, que essas políticas sejam efetivas e, realmente, retornem em forma de desenvolvimento do País.

No trabalho que a gente expôs na auditoria da Lei de Informática, uma observação que os auditores fizeram com relação aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que eram feitos pelas empresas responsáveis pela fruição do benefício fiscal, era uma concentração na área de desenvolvimento do *software*.

Então, a equipe lançou a hipótese, Senador, de que, se não houver efetivo controle ou garantia ou supervisão dessa política, é possível que, até mesmo esse desenvolvimento de *software* feito pelos institutos de pesquisa conveniados com as empresas beneficiárias, não se esteja revertendo efetivamente na forma de inovação tecnológica.

Como a gente sabe, o desenvolvimento de *software* pode ser tanto a automação de uma questão operacional, um novo processo implementado, quanto diferentemente de uma inovação tecnológica efetiva que se vai reverter em uma patente ou em um produto.

Então, como garantir que esse percentual de investimentos que está sendo feito em *paydays* esteja garantindo efetivamente novos produtos?

Bem, o Tribunal tem realizado na área de TI um diálogo muito intenso com as organizações públicas, com o Ministério do Planejamento, com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, no sentido de aprimorar a governança da tecnologia da informação nos órgãos da administração, no processamento dos seus sistemas, na gestão dos seus processos.

Eu acho que, estendendo um pouquinho essa análise, penso que é importante que a gente fortaleça efetivamente a governança sobre as políticas públicas de maneira geral, de forma a ter, como foi avaliada no ponto da Lei de Informática, um efetivo planejamento, definição dos objetivos, apuração das metas e avaliação dos indicadores, de forma a garantir que esses recursos investidos estejam retornando em forma de produtos e desenvolvimento.

Então, tentando sumarizar um ponto de vista em relação a isso, seria um investimento numa maior governança e estruturação sobre a gestão da política pública.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr^a Ângela.

A SR^a ÂNGELA BRUSAMARELLO – Não tenho informação para responder a algumas perguntas específicas, porque elas não são da minha área.

O que eu sei é que o Tribunal teve – e não sei há quanto tempo, mas já li – uma auditoria nessa parte de patentes. E eles identificaram vários entraves e o porquê da justificativa dessa demora realmente muito exagerada para concessão de algumas patentes e tudo o mais.

Eu posso depois disponibilizar. Eu localizo e depois disponibilizo.

A parte de educação nas universidades é atribuição de outra unidade dentro do TCU que cuida do MEC. Então, eles teriam informações.

O que eu acho interessante comentar – e vejo que é uma preocupação não só dos senhores, mas uma preocupação geral – é que devemos começar a cobrar, a mensurar e a saber qual o resultado disso, de tudo – de um programa, de uma ação, seja do Governo, seja uma universidade. Isso, para saber o quanto está realmente tendo de desempenho ou resultado, ou se não está havendo resultado nenhum aquilo que está sendo feito como governo, como cientista, como universidade, como tudo.

A minha percepção nos últimos anos, pelo menos na minha diretoria... A minha diretoria cuida especificamente de relações exteriores, ciência e tecnologia, e agora, mais recentemente, recebemos o Ministério da Integração. Nós nos dedicamos nos últimos três ou quatro anos a fazer vários trabalhos muito voltados para o Ministério da Ciência e Tecnologia para começar a tentar identificar realmente os resultados.

Assim, fizemos algumas auditorias específicas nos contratos de gestão firmados pelo MCTI. Por exemplo, ele é prioritário em firmar contrato de gestão. Então, pegamos as OS que têm contratos de gestão e procuramos ver qual o resultado desses contratos.

Vimos que algumas OS realmente fazem pesquisa, fazem ciência e tecnologia, têm ótimos programas e ações. Mas outras estão sendo financiadas ao longo de oito, nove ou dez anos, e não conseguimos sequer ter ideia se o que se produziu e o que se continua produzindo até agora serviu para alguma coisa.

E não é nem só a questão de chegar lá e ver a avaliação feita pelo ministério, para continuar renovando os contratos de gestão, ou pela própria OS, de ela ter se autoavaliado para justificar a manutenção do seu contrato de gestão. Mas é a questão de o Tribunal chegar lá e sequer conseguir mensurar isso, porque não havia nenhum instrumento, embora devesse ter pela própria lei das OS.

É preciso ter indicadores de empenho instituídos, ao longo dos anos, que sejam criados e mensurados, para que se possa avaliar e justificar a manutenção daquela OS pelo Poder Público. Isso não existia. Então, não tínhamos nem como chegar a uma conclusão se realmente justificava manter ou não aquele contrato de gestão.

Quando analisamos a renúncia de receitas, há a renúncia de receitas do MCTI – há várias áreas. Da Lei de Informática, ou de inovação, há uma primeira constatação sobre as entidades dentro do MCTI – Sepin, Setec, Suframa –, que está um pouco fora, e sobre mais algumas unidades do MDIC, que são as responsáveis por acompanhar e fiscalizar todo processo de concessão, fiscalização e até avaliação do desempenho da política das isenções. Uma das conclusões a que chegamos é que elas não conseguiam fazer isso. Quando criamos, dentro de uma metodologia de análise de riscos, há um índice que criamos para falar assim: toda política tem um risco de dar errado. Há o risco. Então, quando eu coloco, por exemplo, uma unidade para fiscalizar essa política, para controlar as concessões, para fiscalizar, a tendência é de que esse risco seja minimizado e a política seja eficiente.

Quando fizemos esse cálculo para o MCTI, as estruturas que estavam lá dentro sendo responsáveis e que, como sociedade, mantemos, para garantir a eficiência da política, elas não minimizavam em quase nada o risco de a política dar errado. Sim, existindo uma Sepin, uma Setec, uma Suframa e uma unidade do MCTI, mantidas para fiscalizar e responsabilizar-se pela boa gestão da política, ou não existindo a política, continua tendo o mesmo resultado: há o mesmo risco de dar errado.

Outra coisa é que pegávamos algumas áreas específicas, como, por exemplo, a Lei de Informática, e íamos lá na indústria, lá na ponta, num trabalho muito detalhado que a Sefti fez. Olhávamos exatamente o que estavam inovando no processo produtivo para continuar recebendo renúncia fiscal e chegamos à conclusão de que, na verdade, a renúncia fiscal está financiando, em boa medida, fluxo de caixa das empresas; ela não está financiando inovação.

Então, tivemos 20 anos de uma política de renúncia de receitas, que é caríssima. Se tenho um orçamento do MCTI, que neste ano está em torno de sete, e a renúncia de receitas historicamente é em torno de 2% a 2,5% do orçamento do MCTI... Ou seja, suponhamos que, neste ano, o orçamento para o MCTI gastar no País inteiro, para investir em ciência e tecnologia, seja de R\$5 bilhões, a renúncia de receita é o dobro disso para mais. Isso é uma conta muito simplista, porque há algumas reduções a serem feitas. Mas eu aplico R\$5 bilhões de gastos diretos via orçamento, R\$10 bilhões indiretos, e eu não tenho resultado efetivo de inovação no País ao longo desses 20 anos. Há resultados relativamente, que pudemos mensurar, pequenos.

Fizemos uma avaliação, por último, do desempenho do FNDCT. Houve uma tentativa, e vimos que, desde que a lei foi criada, ela previa mecanismos de que o FNDCT anualmente tivesse um relatório de desempenho, mensurasse desempenho, e isso nunca foi feito também. Não temos como avaliar, por exemplo, o desempenho e a efetividade do FNDCT. A partir do ano passado, o Tribunal começou a cobrar que esse relatório, que essa avaliação fosse feita pelo Fundo. Então, isso começou a ser feito agora.

O que falta é isto, falta *know-how* para a gente, até como Brasil, de realmente ter essa preocupação de, a cada projeto, a cada ação, preocupar-se também não só em executar, mas em acompanhar passo a passo, para mensurar se realmente aquilo tem desempenho, se o desempenho é efetivo, se aquilo está funcionando ou não. Isso é uma coisa está chamando muito atenção agora, assim como nos últimos anos, e vamos desenvolver esse *know-how*.

Outra coisa que percebemos ao longo de vários trabalhos é, por exemplo, uma falta de manter o propósito, de manter o foco. Quando tenho um fundo, por exemplo, voltado prioritariamente, eu arrecado dinheiro de um setor para incentivar, para financiar pesquisa básica e investimento empresarial. Mas o Governo cria. Quero atender outras áreas paralelamente, cria-se uma ação transversal; eu quero investir um pouco mais em empréstimo, financia um pouco mais empréstimo.

Tudo isso está indo para ciência e tecnologia? Tudo isso está indo para ciência e tecnologia.

Mas aí você vem também e começa a agregar outras ações. Eu coloco um contrato de gestão ali, e 60% dele são despesas administrativas, em média. Eu coloco ali o Ciências sem Fronteiras, que é um programa excelente, mas que tem uma vocação mais educacional do que de desenvolvimento de ciência e inovação em si.

Aí, o que eu faço? Há instrumentos bons, muito incentivo de renúncia de receita, há um Fundo Constitucional, que tem uma receita crescente, que é muito boa. No entanto, perde-se o propósito de manter isso dentro da área de ciência e tecnologia restrita e começa a pulverizar.

Então, a gente tem recurso, tem bons instrumentos, mas não tem foco. A gente não tem tido o profissionalismo de manter o foco na alocação desses recursos e de mensurar e avaliar o resultado disso de uma maneira muito mais crítica e muito mais profissional mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esse seu último ponto foi fundamental para o que a gente está querendo apurar com essas audiências aqui.

O Ciência sem Fronteiras é um bom programa, educacionalmente, mas não tem o foco no desenvolvimento científico e tecnológico, embora tenha algum impacto, mas muito marginal.

Cristian.

O SR. CRISTIAN DE OLIVEIRA LIMA – É muito importante salientar que as questões colocadas e a própria fala da Dr^a Ângela têm bastante sintonia com que está sendo pensado no Ministério neste momento, inclusive.

Em relação à avaliação, aos indicadores e à mensuração da eficácia, à efetividade dos programas, o Ministério criou, na semana passada, um grupo de trabalho que vai tratar justamente de avaliação e monitoramento. Então, esse é um dos temas prioritários no Ministério atualmente. E é muito caro isso para o Ministro Aldo. Creio que esse grupo de trabalho se estruture melhor, inclusive, em relação às próprias estruturas hoje existentes no Ministério da Ciência e Tecnologia, que, às vezes, não dão conta desse tipo de objetivo.

Então, juntamente com esse grupo de trabalho técnico que está sendo formado para pensar e estruturar a avaliação e monitoramento dos programas, também foi criado um grupo técnico para redefinir estruturas no Ministério. Algumas estruturas foram criadas, e hoje – estamos falando aqui de ciência e tecnologia –, o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia tem uma evolução rápida também nos seus focos e objetivos. A estrutura existente hoje talvez não seja a mais adequada, e o Ministério atualmente se propôs a fazer um estudo para adaptar essas estruturas ao que se demanda.

Outro ponto importante aí salientado pelo Senador Medeiros foi em relação ao custo burocrático hoje. Essa é uma questão que realmente está identificada como um dos principais pontos a serem enfrentados, para a gente atingir aqueles 2% de investimento que tanto se fala em ciência e tecnologia, porque, com a atual restrição fiscal, vai ser muito difícil o setor público aumentar os seus gastos, seja governo estadual, seja Governo Federal.

Então, esse aporte – estamos falando de alguns pontos percentuais, mas é um valor bem significativo para se chegar a esses 2% de investimento em relação ao PIB, em ciência e tecnologia – vai depender muito do setor privado. E, para depender do setor privado, temos que dar uma segurança e dar encaminhamentos no sentido de reduzir a burocracia hoje – para importação de equipamentos... Estamos falando desde trâmites alfandegários e outras questões de licenciamento que precisam ser melhorados.

O Ministro Aldo encomendou um estudo efetivamente sobre o grau e os pontos de custos burocráticos, vamos chamar assim, para se fazer ciência e tecnologia hoje no Brasil e, a partir desse estudo, justamente criar nortes para se criar um ambiente – estamos falando de novo no ambiente – mais favorável para que o próprio setor empresarial possa colaborar junto com o setor público, para atingirmos uma meta como essa de elevar o gasto de ciência e tecnologia.

É fundamental reduzir o chamado custo Brasil nesse quesito, senão o número, que ficou em 0,8% de participação do setor empresarial, não vai aumentar o suficiente para chegarmos a nossa meta de aumentar o gasto com ciência e tecnologia.

Em relação à cidade digital, isso também é um ponto muito importante. Já nos foi solicitada a preparação tanto do que já foi feito no Ministério de Ciência e Tecnologia para se avançar, quanto uma proposta de futuro, já considerando tanto a questão de restrições fiscais que temos hoje quanto algumas alternativas para financiamento desse programa.

Então, pretendemos avançar. E esse é um programa muito caro para o Ministério.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Cristian.

Michelangelo.

O SR. MICHELANGELO GIOTTO SANTORO TRIGUEIRO – Senador, são questões tão importantes que nos animariam. Eu não quero estender-me demais pelo horário, mas as duas questões formuladas pelos Senadores Medeiros e Hélio José vêm ao encontro de preocupações minhas, não só como pesquisador do tema de ciência e tecnologia, mas como um eventual cliente do sistema de financiamento para pesquisa.

Eu vou tentar organizar aqui algumas das minhas preocupações, não repetindo o que os colegas que me antecederam falaram. Eu apenas gostaria de destacar que o tema da governança de ciência e tecnologia me parece um tema fundamental.

A Dr^a Ângela mencionou a questão do foco, que se enquadra, de certo modo, numa preocupação referente à governança, mas a impressão que eu tenho é a de que nós estamos carentes de visão de futuro. Nós não percebemos e não estamos investindo esforços nas universidades. Com certeza, fica uma coisa – desculpe-me a expressão; isso não vai denegrir nenhum colega meu – solta, presa apenas pelas comunidades científicas, que, vamos dizer, jogam um peso, como atores importantes dentro desse processo, tanto na produção de editoriais, quanto no *modus operandi* da utilização desses recursos.

Veja, então, é uma questão de difícil discussão dentro das universidades. Eu trabalhei com a área de planejamento na Universidade de Brasília também. Prof. Cristovam – permita-me chamá-lo assim, de uma maneira muito respeitosa, como eu o tenho –, eu me lembro de ter visitado uma colega, numa das áreas, não vou citar qual, e ela disse: “Michelangelo, você está com esse papo de planejamento estratégico. Isso não funciona na universidade”.

Então, nós vamos ver. Funcionou na Embrapa, por exemplo. Funcionou. Houve uma visão de futuro. Lá se respeita a autonomia do pesquisador, mas existem focos, existem metas a serem atingidas, existem reuniões técnicas que envolvem o Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto de Biologia, que envolvem todo o sistema num efeito que proporciona o resultado que vemos.

Então, nessa primeira observação, nós precisamos, realmente, avançar mais – minha preocupação – na construção de cenários e de visão de futuro da política de ciência e tecnologia, de como conduzir as universidades, etc. Nesse sentido, eu tendo a ter algumas restrições ao que eu considero, como uma pessoa que se tem dedicado a este assunto, que precisa ser reexaminado e que é difícil, porque esbarra num conceito muito delicado dentro da universidade, que é a autonomia do pesquisador. Eu entendo que ela precisa ser preservada, mas é uma autonomia e não uma soberania.

Já se disse que a pesquisa é algo muito importante para ficar apenas nas mãos do pesquisador. Com todo o respeito aos meus colegas pesquisadores.

Então, há um lugar, certamente, para o especialista, porque o cidadão não precisa fazer um curso de Biologia para tomar uma posição sobre um assunto que lhe diz respeito, como, por exemplo, células-tronco, etc e tal. Mas há uma distância – o senhor tem razão, no meu entendimento, Senador – quanto a um certo distanciamento. Esse distanciamento não é obra do acaso; é obra da falta de uma ação efetiva de se criarem mecanismos de articulação.

Mais especificamente, também quero acompanhar o Cristian na preocupação quanto à burocratização. Eu vejo que a lei das inovações é uma lei importante; há avanços fundamentais. Entretanto, existe ainda, a meu ver, um nó górdio, que precisa ser enfrentado, que é a Lei nº 8.666, que pesa muito para o ambiente acadêmico, porque a pesquisa, em muitas circunstâncias, passa a ser tratada, sem demérito, como a questão de um prédio que precisa ser construído.

É preciso desvincular, esse é o meu entendimento, a Lei nº 8.666 de projetos de iniciativas acadêmicas, senão fica parado o anticorpo monoclonal, ficam parados os insumos para pesquisa. E, quando se fala em contingenciamento de ciência e tecnologia, é algo seriíssimo – nós sabemos –, porque a pesquisa tem que ter continuidade.

Imagine um experimento que envolva espécies animais e que não aguarde que a lei seja descontingenciada, ou que os procedimentos sejam descontingenciados: você perde o esforço da pesquisa.

A questão da visão do futuro, também, e do foco, a meu ver, deve, além de avançar mais no estímulo do processo de patenteamento e etc... Só para citar um exemplo, a Coreia, há 15, 20 anos, equiparava-se ao Brasil em alguns desses indicadores. Ela disparou acentuadamente no quesito produção de patentes.

Da experiência da Coreia do Sul, salta aos olhos a formulação de uma visão de futuro convergir para determinados objetivos. E aqui eu gostaria muito de elogiar a posição do Senador Cristovam, ao longo de todo o seu tempo de Parlamentar, e como professor, como eu o conheço, na defesa da educação básica, por exemplo.

E ali é a ponta, porque o estudante que chega à universidade já chega desigual. Hoje, há a política de cotas, mas as cotas que respondem a decretos, a leis, não resolvem situações sociais. O mundo social costuma transgredir, na sua realidade fática, os decretos; ou seja, não é suficiente garantir, e eu defendo, maior espaço de inclusão social nas universidades.

Cientistas da Medicina, de cor, você dificilmente encontra. Por que isso? Eu defendo. Entretanto, não é somente garantindo políticas de acesso, mas políticas de acompanhamento desse público, etc. Poderíamos falar mais a esse respeito, mas eu quero concordar com V. Ex^a no que diz respeito aos impactos, impactos tecnológicos, mas – eu diria, também – impactos sociais.

E a crítica a que eu iria fazer referência, é a chamada – como foi falado “mandrake” – , eu diria, política balcão. É aquela que eu mencionei rapidamente na minha fala, em que você... Essa é a lógica que domina, pelo menos até onde eu sei, o ambiente acadêmico. Ele apresenta um projeto a uma instituição, seja em um programa de pós-doutorado, seja de doutorado, ou se candidata a uma bolsa produtividade do CNPq, os pares analisam e pronto.

Eu estive em duas experiências internacionais, voltei e ficou por isso mesmo. E eu, ali, ansioso, querendo compartilhar com os estudantes. Não há uma cobrança efetiva. “Você foi. Voltou. O.k. Legal. Esteja de volta.”

Falta, então, foco, falta estabelecer prioridades.

Uma sugestão que eu, assim, gostaria de fazer, enfaticamente, é que se abra mais espaço para o que se chama de “políticas induzidas”; que não seja em detrimento do acesso, do que o pesquisador quer fazer.

Mas, por exemplo, se eu penso, já finalizando, em um programa de segurança alimentar – desde Josué de Castro não se tem, colocou-se agora recentemente... Mas eu quero falar mais sobre esse aspecto, para não dizer outros.

Segurança alimentar: como melhorar a segurança alimentar no País?

Você coloca uma pergunta que gera conhecimentos e que gera propostas práticas. Essa pergunta, ou qualquer que seja, a depender da importância que a sociedade considera – eu entendo que mobilidade urbana é um dos temas candentes; melhoria da qualidade da educação é outro – , pode muito bem articular a autonomia do cientista, fazendo pesquisa básica, e articular pesquisa aplicada, pesquisa de ponta, todos convergindo para responder a uma questão emergente.

Aí já não quero referir-me somente à patente; quero referir-me a necessidades sociais que precisam ser enfrentadas. Não são só a ciência, a tecnologia e a inovação que vão resolver. Mas, ora, é fundamentalmente, como o Senador mencionou, um ambiente propício para isso.

Agora, terminando mesmo, sobre a fala do Senador Hélio José, eu quero compartilhar essa preocupação, Nós não temos ainda, no Distrito Federal, um parque tecnológico. Não temos. Eu tive a oportunidade de visitar o parque tecnológico de Minas Gerais, em Belo Horizonte, parque tecnológico no Rio de Janeiro, parque tecnológico no Rio Grande do Sul, e nós vamos ver o quanto esses parques têm incrementado essa sinergia entre empresas, entre universidades, estudantes e tudo mais.

E essas preocupações que nós temos, qual o impacto social? A análise, por exemplo, de avaliação de programas de pós-graduação não contempla isso. Não contempla. O seu trabalho gerou algum resultado prático para a saúde da mulher? Gerou resultado prático para, por exemplo, melhoria de acesso a programas informacionais? Isso tem passado batido, a não ser que, de cima para baixo, *top-down*, existam iniciativas que comecem a estimular esse tipo de iniciativa.

Nesse sentido, eu entendo que há muito que fazer. Por isso, eu comecei a minha fala dizendo que não são apenas recursos; é todo um conjunto de coisas que precisam ser mais bem articuladas no meu entendimento.

Desculpem-me se me estendi mais até do que gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Marcos.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA – É um desafio, depois da palavra do mestre, aqui, proferir alguma coisa.

O que eu poderia dizer, como técnico do Governo Federal – sou analista de orçamentos de carreira – , é que é um desafio para a gente a questão da orçamentação e fluxo de recursos. Principalmente nesses últimos tempos agora, as sinalizações não estão muito boas para a gente. Há o cenário de queda de PIB, e é sempre um desafio fazer isto: garantir recursos e ter eficiência nas políticas.

Neste momento, também, nós estamos, lá no Ministério do Planejamento, tentando elaborar – estávamos discutindo – o projeto de lei, como o Cristian colocou, do PPA, do Plano Plurianual, e também tem sido um desafio a questão da avaliação e do monitoramento.

A gente está aprendendo com alguns equívocos, alguns acertos. A gente vai tentando sempre melhorar esse processo, para que se tenha eficiência alocativa e se procure ter qualidade nesse gasto, diante da escassez do recurso, pela necessidade de tentar otimizar esses recursos com os quais a gente está trabalhando.

Como técnico, eu tenho verificado, apesar dos resultados, as prioridades na área de saúde, educação e ciência e tecnologia. A gente tem tentado trabalhar isso como técnico. Eu estou falando, mas a gente consegue evidenciar isso na hora de fazer alocação, na hora do processo de tomada de decisão. É sempre um desafio crescente, e a gente espera de quem está com a pasta do monitoramento da avaliação que esteja tentando melhorar os recursos na área.

Não vi nenhuma pergunta, assim, talvez, que eu pudesse responder especificamente, a não ser sobre quando eu estive à frente do orçamento da área do MDIC, onde há a parte de patente lá, o INPI. Esse também é um desafio. O Governo... Na época, eu estava lá tentando melhorar a parte de pessoal, melhorar a parte de

logística, a parte de TI principalmente, para tentar reduzir esse tempo para conseguir patente, que demora muito e, realmente, prejudica bastante o setor.

No mais, o Ministério está à disposição, e a gente espera ter contribuído com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Dr. Marcos.

Antes de encerrar, eu quero dizer que chegou uma pergunta aqui à qual vou responder como eu penso. É do mesmo Ricardo Nakaoka: “No ranking das 400 melhores universidades do mundo, encontram-se apenas duas brasileiras: USP e Unicamp. Como mudar essa situação?”.

Se alguém aqui discordar e quiser fazer comentário sobre a minha resposta, eu ficarei contente, mas, para mim, Ricardo, é simples. Há uma maneira de botar o Brasil lá em cima, nas universidades. E vou mais longe: só tem uma: é melhorar a educação de base. Não existe universidade ruim onde todos os alunos que nela entram têm a máxima qualidade. Os alunos puxam a universidade para cima. Aluno bom não aguenta professor ruim, e aluno ruim puxa o professor para baixo. Nosso problema das universidades não está hoje na falta de dinheiro; está na falta de preparo dos nossos alunos, o que compromete todo o sistema. Isso não quer dizer que não se possa colocar um pouquinho mais de dinheiro, mas, se colocar muito, vai jogar fora.

E isso vale para o sistema de ciência e tecnologia. Nós brigamos muito por 2% do PIB, e eu defendo, mas tenho medo de que a gente esteja, desperdiçando dinheiro, não jogando fora. E, se botar 3%, eu tenho certeza de que estará desperdiçando. Nós não temos o conjunto de jovens com o brilhantismo necessário em número grande – temos alguns – para poder absorver 3% do PIB em laboratórios novos. Não temos.

O problema, o que é que falta aqui? E aí eu gostei muito da fala final do Michelangelo, quando ele fala em estratégia. A Ângela falou de foco. Eu não sei quem falou de eficiência. E eu colocaria compromisso. Esses são os quatro pontos de que a gente precisa. No compromisso, eu ponho a qualidade, compromisso com a qualidade, e a gente perdeu muito disso.

Então, o dinheiro vem depois. Fundamental mesmo é ter uma estratégia de como se vai usar o dinheiro; ter foco – quais são as especificidades que merecem que nós invistamos, como ter eficiência. E aí há necessidade de uma lei diferente da Lei nº 866 para o sistema de ciência e tecnologia. Não dá para fazer a mesma licitação de uma estrada para um laboratório. É diferente.

Então, aí é eficiência, e o compromisso, onde entra – aí eu gostei quando o Michelangelo falou – o problema da dicotomia entre isolamento e autonomia. Autonomia é importante; isolamento, não. Aliás, qualquer pessoa teria que ser isolada, mas não peça dinheiro ao Governo, porque o dinheiro é do povo. Quer dinheiro público, então, tem que aceitar foco, tem que aceitar estratégia. E o Governo, buscando eficiência, tem que dar liberdade, que não é o mesmo que autonomia, ao pesquisador.

Então, vamos pesquisar. Vamos pegar um exemplo.

É justo, neste momento do Brasil, a gente colocar dinheiro no sistema de ensino de Engenharia – não estou falando nesta ou naquela escola – , no conjunto, sem que eles trabalhem o problema da mobilidade urbana?

Não é. Imaginem que todos os colégios de Engenharia do Brasil, todos os engenheiros queiram trabalhar para melhorar o carro pessoal, privado, com dinheiro público, e deixem de lado a melhoria do sistema de transporte urbano coletivo.

É preciso ter o foco, ter a procura de compromisso, na linha do Michelangelo.

Agora, na hora de usar o cérebro dele, não adianta um governante vir dizer como quer que seja o algoritmo que ele vai criar, o modelo que ele vai criar. Aí tem que ter liberdade, para que flua a sua criatividade, mas a sua criatividade a serviço de propósitos que a sociedade quer e para o que paga. Isso tem que ter. Além dos valores éticos, no caso de algumas pesquisas, sobretudo na Biologia.

Então, creio que esse debate foi muito positivo para aprofundar e deixar algumas questões para nós. Por exemplo – já mandei aqui uma mensagem pedindo que se procure saber – , como se faria uma lei de licitação que libertasse o sistema de ciência e tecnologia, as universidades, da 866? Vamos trabalhar isso. Será que alguém já não fez isso, inclusive? É capaz de já existir, e eu não estar sabendo.

Essa e outras perguntas ficam aqui, neste trabalho nosso, cujo objetivo – falamos tanto de estratégia, e eu não disse por que trouxe vocês aqui – , neste período de dois anos, nesta Comissão, é chegarmos ao final dando linhas que possam contribuir para abrir as portas do mundo da inovação para o Brasil.

Como a gente faria isso, para o Brasil passar a fazer parte do mundo da inovação? Hoje, a gente não faz. Aqui e ali, a gente inventa alguma coisinha, como a solução do álcool, como combustível, foi uma solução nos anos 70 ainda, mas a gente não tem dado grandes contribuições à inovação mundial.

Então, esse é o propósito de ter vocês aqui. E vocês deram a contribuição. Eu agradeço.

Mas o Senador José Medeiros quer fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Só para finalizar, Senador Cristovam, eu queria parabenizá-los pelo debate, mas eu queria fazer uma comparação dessa situação que nós fizemos

aqui. Como brasileiro é apaixonado por futebol, isso me faz refletir um pouco sobre a última Copa do Mundo. Nós tomamos de 7 a 1, sem dó nem piedade – talvez a final mais tranquila que tivemos, porque, no segundo tempo, ninguém estava mais com ilusão alguma.

Mas fico pensando o seguinte: até bem pouco tempo, cada bairro tinha um campinho. Comparo isso com educação de base. A nossa educação de base, em termos de futebol, era ótima: gerou os garrinchas, gerou os pelés e vários outros. Os campinhos estão se acabando, e nós não temos bem um rumo; perdemos o rumo no futebol.

Enquanto isso, a Alemanha, segundo fui informado, alguns anos atrás, fez uma estratégia, definiu um foco: “Vamos investir na base do futebol”. Investiu na base, tanto que essa geração que foi campeã agora começou nesse projeto lá atrás. Deu certo.

Nós ficamos no extrativismo, colhendo um craque aqui, outro ali, sem planejamento algum. Agora mesmo, ficamos sabendo que até a CBF está terceirizada; a coisa ficou ao Deus dará. Para quem não sabe aonde vai, qualquer lugar está bom. Então, no nosso lugar, foi, merecidamente, 7 a 1.

Na educação, já falei por mais de uma vez que V. Ex^a aqui tem sido João Batista, a voz que clama no deserto, sobre a questão da educação de base, e não é de hoje. Eu queria falar para vocês aqui que, em 1991, numa palestra num congresso da SBPC, ele já citava isso. Eu me lembro muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tinha 10, 11 anos de idade. (Risos.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Eu tinha 21 anos, mas me lembro da palestra como se fosse hoje.

Mas a saída é essa, também concordo; não tem outra. E concordo com os palestrantes. Isso é básico: qualquer coisa que se vá fazer, é preciso colocar na prancheta; não é possível que a gente toque assim.

Agora, recebo com bastante alegria saber que o Ministério está buscando este caminho de aferir, de buscar a eficiência, de ver se está havendo eficiência, se está havendo eficácia nesses programas. Até porque isso que o Senador Cristovam falou aqui pareceu um comentário de passagem, mas é muito importante. E aí vem uma reflexão. Nós temos esse tanto de alunos para preencher isso aí? Estamos investindo lá em cima, mas e os alunos? E essa reflexão aqui eu até guardei, Senador Cristovam, vai ficar para os anais: “Aluno bom puxa o professor. Aluno bom puxa a universidade para cima. E o aluno ruim puxa o professor para baixo”.

Então, a preocupação, realmente, de se começar a pensar que os alunos têm de chegar à universidade pelo menos sabendo interpretar um texto.

E aí fica pra um outro debate a questão da escola ciclada, que parece que só foi implementada a parte que não reprova. Talvez o mal esteja por aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Antes de encerrar, já que falou em futebol nessa metáfora, eu vou pegar uma carona.

Por que o Brasil, mesmo com espontaneidade – sem fazer uma estratégia como os alemães você disse que fizeram; eu nem sabia disso, porque sou muito desligado de futebol –, como é que nós conseguimos ter grandes jogadores de futebol? Porque a bola é redonda para todos! As regras são as mesmas. Então, se nós temos 200 milhões – vamos pegar só os homens –, temos cento e tantos milhões de jovens masculinos todos jogando bola, o processo vai excluindo os ruins como eu, pelo menos. Vai excluindo, e, no fim, ficam os melhores.

Não se faz isso com a ciência. A escola não é redonda para todos. A escola é redonda para uns e quadrada para outros. Os que entram nas escolas quadradas – quase todas as públicas, tirando as federais e umas poucas –, vão sendo excluídos desse processo de decantação, de seleção dos melhores. Agora, se todos estudassem Matemática com a máxima qualidade, se todos estudassem tudo que é necessário nas escolas, aí inclusive em vez de 100 milhões eram 200 milhões, porque as mulheres também, as meninas também. Nós seríamos campeões, também, em ciência. Mas nós não somos.

E, finalmente, ainda na sua metáfora, educação está ficando importante para tudo, até para você ser um bom jogador de futebol, como você disse. Você falou da Alemanha, mas parece que o Barcelona também, não é? Começa a formar desde pequeno.

Eu gosto de citar exemplos de como a educação está ficando importante para tudo. Dois exemplos. Já falei aqui de um: fui apresentado a dois senhores como investidores europeus. Estava em um restaurante, e me apresentaram esses dois senhores. Eles já foram sentando e dizendo: “Somos investidores, mas não vamos investir aqui”. Era em uma praia em Alagoas, chamada Maragogi. Aí eu perguntei por que eles tinham desistido. Eles disseram: “Porque não conseguimos mão de obra qualificada”. Todo mundo sabe disso. A surpresa foi quando perguntei qual era o ramo deles: criação de cavalos. E eu nem tinha direito de fazer uma pergunta dessas e perguntei: “Qual é a qualificação profissional dos vaqueiros de vocês?”. Ele disse: “Não, nós não temos

vaqueiros. Nossos cavalos custam R\$2, R\$3 milhões. Nós só deixamos na mão de veterinários. Temos lá uns peões para cortar grama, para trazer comida, para transportar, mas só deixamos... E nós precisamos de dez veterinários e não conseguimos nem com qualificação e, sobretudo, não conseguimos veterinários que soubessem ler a bula do remédio em inglês". O remédio é importado. Ou seja, um haras – como eles chamaram –, criação de cavalo, não deu para fazer lá. Estavam indo tentar em Santa Catarina.

Pois bem, o outro exemplo também tem a ver com restaurante. Quando vou a um restaurante em que a comida é boa, eu gosto de cumprimentar o cozinheiro. Só que quando eu cheguei lá, aqui em Brasília, descí uma escadinha, não era cozinheiro; era uma cozinheira, o que é raro em restaurante. E, depois, eu perguntei com quem ela aprendera a cozinhar, outra pergunta a que eu não tinha direito. Ela disse: "Como com quem?". E disse: "Mas a gente aprende com a tia, com a avó, com a mãe". Ela disse: "Não, não, eu aprendi na universidade. Eu fiz o curso de Gastronomia". Será assim daqui para frente.

Quem não tiver feito o curso de Gastronomia, não for capaz de se comunicar em inglês com as cozinhas do mundo inteiro, não vai ter emprego. Então, isso é que está mudando e nós ainda não percebemos plenamente a exigência educacional do mundo moderno. Aí alguém diz: "Mas nós estamos melhorando." Estamos melhorando, mas ficando para trás, porque crescemos assim, mas a exigência de mais educação cresce assim. Então, vai aumentando a brecha, mesmo melhorando. Ou saltamos, ou ficamos para trás. E eu não vejo outra forma de saltar a não ser colocar a educação como uma responsabilidade da Nação brasileira, do Governo Federal, fazendo com que todas as escolas sejam tão boas quanto essas cerca de 500 federais que o Brasil tem e que são muito boas.

Dizendo isso, eu concluo, agradecendo a vocês, agradecendo a todos, agradecendo aos que fizeram perguntas de casa, do trabalho.

Está encerrada esta audiência que, a meu ver, foi muito proveitosa.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a instruir o PLC n. 70, de 2014, que tramita em conjunto com os PLS n. 438, de 2013, e 45, de 2014, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação dos seus dispositivos, atendendo ao Requerimento nº. 29/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores José Mauro Granjeiro, Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CONCEA/MCTI; Thales de Astrogildo e Tréz, Professor do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG; Vânia de Fátima Plaza Nunes, Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal – FNPDA; Márcio Lorencini, Gerente de Avaliação de Produtos e Assuntos Regulatórios do Grupo Boticário; Joel Majerowicz, Assessor da Diretoria de Gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Frank Alarcón, Representante no Brasil da Cruelty Free International; George Guimarães, Presidente da ONG Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade – VEDDAS; e o Excelentíssimo Senhor Ricardo Izar, Deputado Federal. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores José Medeiros e Hélio José. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia. Um bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de maio de 2015.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2015, da CCT (Comissão de Ciência e Tecnologia), de minha autoria, aprovado pelo Plenário desta Comissão.

Destina-se esta audiência a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 438, de 2013, e 45, de 2014, que alteram dispositivos dos arts. 14, 15 e 17 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação dos seus dispositivos.

A motivação desta audiência é a lei, que é de autoria do Deputado Ricardo Izar Junior, que nos vai dar a honra de participar do debate, mas que ainda não chegou, está chegando; quando ele chegar, tomará assento aqui ao meu lado e falará.

Eu convido, portanto, seguindo a ordem depois dele: o Sr. José Mauro Granjeiro, que é Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Sr. Thales de Astrogildo e Tréz, que é Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfenas – pode tomar assento à Mesa, por favor – ; a Srª Vânia de Fátima Plaza Nunes, que é Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; o Sr. Márcio Lorencini, Gerente de Avaliação de Produtos e Assuntos Regulatórios do Grupo Boticário; e, finalmente, o Sr. Joel Majerowicz, Assessor da Diretoria de Gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Informo que contaremos com os serviços de interatividade do Senado para a participação popular dos cidadãos que estão nos assistindo ao vivo pelo portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidada-nia. Ou pela TV Senado ou pelo portal e também pelo Alô Senado no número 0800-612211. O cidadão poderá enviar comentário ou perguntas, que serão repassadas aos nossos convidados.

Muito feliz com a presença do Deputado Ricardo Izar, porque tudo isso é motivado pelo projeto de lei de sua autoria.

Como eu estava colocando na abertura, Deputado, os comentários e perguntas que vierem sofrerão triagem, conforme definido nos termos de uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, às Srªs e Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos que nos assistem.

Cada expositor terá um tempo... Quinze minutos? Dez minutos?

O SR. RICARDO IZAR (PSD – SP) – Posso concluir ao final.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Concluir, perfeito. Então, é como estava aqui. Aqui a ordem está: José Mauro Granjeiro... A ordem é a que eu chamei, cada um pode ver aqui.

Eu passo a palavra, inicialmente, ao Sr. José Mauro Granjeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; Ex^{mos} Srs. Legisladores aqui presentes, colegas presentes a esta mesa e todos os presentes, bom dia.

O Concea (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal), criado em 10 de outubro de 2008 pela Lei nº 11.794, é um órgão integrante da estrutura do Ministério de Ciência e Tecnologia. É instância colegiada multidisciplinar, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e recursal, para coordenar os procedimentos de uso científico de animais e tem, dentre suas competências legais, o dever de formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais, com finalidade de ensino e pesquisa científica; estabelecer e rever, periodicamente, as normas para o uso e cuidado com animais para ensino e pesquisa, em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário; monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa.

As atividades do Concea iniciaram após regulamentação pelo Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009, que define a composição do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, o Concea, estabele-

cendo as normas para o seu funcionamento e de sua Secretaria Executiva e cria ainda o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais, o Ciuca.

O Ministério da Ciência e Tecnologia... A partir de 2010, o conselho foi estruturado, tendo titulares e suplentes, representantes dos Ministérios da Ciência Tecnologia e Inovação; da Saúde; do Meio Ambiente; da Educação e Cultura; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; também do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Conselho de Reitores das Universidades do Brasil (Crub); a Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Federação das Sociedades de Biologia Experimental (FeSB); Sociedade Brasileira de Ciência em Animais de Laboratório (SBCAL), nova denominação do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal; Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, a Febrapharma, nova denominação da Federação Nacional da Indústria Farmacêutica; e ainda, muito importante, de dois representantes e respectivos suplentes das sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no País.

No exercício da Presidência do Concea, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação é substituído, nos seus impedimentos ou afastamentos, pelo Secretário-Executivo do respectivo Ministério e, nos casos dos impedimentos destes, pelo Coordenador do Concea, posição que atualmente ocupo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dez e prorroga-se um pouco, ninguém vai – como eu disse ontem – usar guilhotina para os que passarem do tempo.

Eu quero perguntar ao Deputado, que é o autor do projeto, em que ordem quer falar, o senhor tem a prerrogativa. Quer começar? Quer concluir?

Desde então, o Concea vem trabalhando na regulamentação da Lei nº 11.794, de 2008, atuando no credenciamento de instituições públicas e privadas envolvidas na produção, manutenção e uso de animais para atividades de ensino e pesquisa científica, na definição da base legal para o licenciamento dessas atividades e na articulação interministerial para o estabelecimento do processo de fiscalização. Para tanto, tem elaborado o *Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais para Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica*, elaborou a *Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos* (DBCA) e as *Diretrizes da Prática de Eutanásia do Concea*, dentre outras resoluções e orientações técnicas.

A utilização de animais para atividades científicas e de ensino vem ocorrendo há mais de dois mil anos, como relatado por Hipócrates, que data da época de 450 a.C., relacionando, à época, órgãos humanos doentes com os de animais. Atualmente, o desenvolvimento de novos e eficientes medicamentos para o combate do câncer, de doenças parasitárias, doenças imunológicas, envelhecimento, entre outras, tem forte base no conhecimento de como essas doenças se iniciam, evoluem e afetam o organismo como um todo. Somente com o uso de modelos animais tem sido possível entender os complexos mecanismos dessas doenças e, a partir daí, propor tratamentos que possam ser testados e desenvolvidos para uso clínico em humanos nos animais, sem afetar o ambiente.

Claro que existem diferenças entre os humanos e os modelos animais, como, por exemplo, os roedores, mas, a despeito dessas diferenças, quando bem formuladas questões importantes quanto aos mecanismos biológicos, podem ser, ao menos, melhor compreendidos, em um processo de construção do conhecimento, colaborar para o avanço científico aplicável às pessoas e aos animais sem afetar o ambiente. Ainda, justamente por haver diferenças entre os humanos e os modelos animais, e sendo o poder preditivo desses testes inferior a 100%, o que é necessário, durante o desenvolvimento de um novo fármaco, é a existência de uma etapa final que contém quatro fases de pesquisas em seres humanos. Mas, hoje, sem o uso de modelos animais para testes toxicológicos, ou seja, testes de segurança, não seria possível desenvolver, em conjunto, novos medicamentos.

Sim, é preciso melhorar a capacidade preditiva dos testes toxicológicos. Sim, é preciso desenvolver métodos alternativos validados capazes de minimizar o risco de medicamentos ineficientes. Porém, esse desafio, que é mundial, é um caminho ainda a se percorrer. O banimento completo e imediato dos testes em animais deixaria um vazio completo de referências e colocaria a saúde da população humana e do ambiente em risco imediato.

Para substituir o uso de animais, é imperativo ter algo para colocar no seu lugar. Esse é um tremendo desafio científico mundial, ao qual o Brasil também se associa. E o mundo, como também o Brasil, por ações do MCTI, com a criação da rede nacional de métodos alternativos, a Renama, vem investir no desenvolvimento e na disseminação de métodos alternativos validados para a redução, e, quando possível, substituição do uso de animais em testes toxicológicos.

Mas o que são métodos alternativos? Por que devem ser validados? Para entender essas questões, devemos também entender qual a necessidade dos testes toxicológicos. Em nosso mundo moderno, estamos em contato permanente com diversos produtos químicos: a tinta em nossa roupa, aditivos em nossos alimentos, produtos eletrônicos e suas baterias, medicamentos, agrotóxicos, entre outros.

Segundo Thomas Horton, do centro de alternativas ao teste com animais, CAAT, do Hospital John Hopkins, nos Estados Unidos, em 2010, havia mais de 70 milhões de compostos químicos sintetizados e registrados no Chemical Abstract Service.

O uso de produtos químicos para o aumento e melhora da vida é uma prática generalizada em todo o mundo, mas, a despeito das vantagens destes produtos, há, também, a possibilidade de efeitos adversos que podemos chamar de risco para o ambiente ou as pessoas. O risco advém da relação entre o perigo inerente ao composto químico e à exposição a esse composto. O perigo pode ser físico, por exemplo, explosivos, inflamáveis; para a saúde, por exemplo, toxicidade aguda, corrosão, irritação dos olhos ou da pele, carcinogênese, toxicidade reprodutiva; e para o ambiente, seja aquático ou à camada de ozônio.

Assim, quando surge um novo produto para uso pelas pessoas ou animais, é necessário determinar a segurança de seu uso quanto aos perigos físicos para a saúde e ambiente.

Especificamente para o estabelecimento do perigo para a saúde, os testes necessários podem ser: toxicidade aguda, corrosão, irritação cutânea, lesões oculares graves ou irritação ocular, sensibilização respiratória ou da pele, mutagenicidade em células germinativas, carcinogênese, toxicidade reprodutiva, toxicidade para órgãos alvos específicos, exposição única ou exposição repetida e perigo de aspiração. Esse conjunto de testes permite estimar o perigo de um determinado composto e, por conseguinte, orientar quanto a sua adequada manipulação ao uso, protegendo a pessoa e o ambiente.

Métodos alternativos como definidos no Decreto nº 6.899 são procedimentos internacionalmente validados e aceitos que garantem resultados semelhantes e reprodutíveis para alcançar, na medida do possível, o mesmo objetivo de procedimentos substituídos, ou seja, semelhantes ou melhores que as metodologias com animais, que permitam substituir o uso de animais, usar espécie de menor ordem, usar menos animais, a redução, usar sistemas *ex vivo*, ou promovam refinamento.

A definição de metas alternativas está alinhada com as melhores práticas internacionais e, atualmente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publica o guia de testes de produtos químicos. Trata-se de uma coleção de cerca de 150 métodos de ensaio internacionalmente acordados e mais relevantes, utilizados por governo, indústria e laboratórios independentes, para identificar e caracterizar os potenciais perigos dos produtos químicos. Eles são um conjunto de ferramentas para os profissionais usarem, principalmente em teste de segurança regulatória e avaliação química, registro e posterior notificação de produtos químicos. Eles também podem ser utilizados para a seleção e classificação de produtos químicos candidatos durante o desenvolvimento de novos produtos químicos e na investigação toxicológica.

Esse grupo de testes abrange efeitos na saúde. Contudo, apenas alguns desfechos específicos podem ser substituídos por métodos alternativos integrados, como irritação e corrosão ocular, pelos guias da OCDE 437, 438, 460; ou da pele, guias 430, 431, 435, 439; fototoxicidade, que é o guia 432; sensibilização da pele, guia 442B, publicado em fevereiro de 2015. Os outros testes, como toxicidade aguda, carcinogênese e toxicologia reprodutiva, entre outros, representam ainda um tremendo desafio, pois não há teste alternativo validado ou disponível.

É importantíssimo destacar a importância dos métodos que, ao menos, reduzem ou refinam o uso de animais, pois, como apresentado, se utilizássemos apenas os métodos que substituem em detrimento dos que reduzem e refinam, muitos animais deixariam de ser poupados em função da limitada disponibilidade de métodos alternativos validados que substituem os animais.

Outro aspecto igualmente relevante é que cada método alternativo validado para um determinado desfecho serve para qualquer tipo de composto químico, independente de sua aplicação como produto final, como cosmético, composto químico industrial, agrotóxico, medicamento ou outro.

É evidente, então, que os métodos alternativos validados podem responder por algumas etapas da cadeia de testes para o estabelecimento da segurança de compostos químicos, mas não por toda ela. No caso de produtos de higiene pessoal e cosméticos, observamos uma longínqua história de desenvolvimento com a utilização de ingredientes muito bem conhecidos dos cientistas e das empresas quanto a sua segurança para as pessoas e o ambiente. Deste modo, há coerência em utilizar tal conhecimento existente e não se repetir testes já realizados, pois, como disse, para os ingredientes conhecidos, utilizados em produtos de higiene pessoal e cosméticos, sua segurança está bem estabelecida.

Destarte, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 70, de 2014, originário do Projeto de Lei 6.602, 2013, do Deputado Ricardo Izar, traz em seu conteúdo um positivo e claro racional de que, para ingredientes conhecidos, não há necessidade de realizar testes com animais.

Outro ponto importante deste projeto de lei é a ressalva para ingredientes com efeitos desconhecidos. Essa ressalva de vedação terá efeito em até cinco anos, a partir do reconhecimento de métodos alternativos capazes de comprovar a segurança para uso humano.

Essa ressalva é importante por duas razões: primeiro, contribui para a segurança da população, por não permitir que um ingrediente novo, não testado, seja utilizado em cosmético sem a devida análise quanto à sua segurança; segundo, contempla o período necessário para a implementação de um método alternativo. Isso se deve ao fato de que os métodos alternativos devem ser executados em laboratórios reconhecidos em Boas Práticas de Laboratório (BPL).

Hoje, no Brasil, dentre os 31 laboratórios reconhecidos em BPL pelo Inmetro, apenas cinco realizam testes toxicológicos e, destes, apenas um realiza teste *in vitro*. Em outras palavras, o País não tem infraestrutura laboratorial de imediato capaz de absorver a demanda pelos testes *in vitro* em condições de BPL, como requerido pelos guias da OECD.

É urgente uma ação estratégica de qualificação técnica, infraestrutura e manutenção de laboratórios capaz de atender os guias da OECD para testes *in vitro*.

Os cientistas desejam, em geral, contribuir para o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas e do ambiente, em seu ambiente mais amplo. À medida que modelos de estudo mais adequados estejam disponíveis, certamente os modelos com animais serão deixados de lado. Contudo, no presente momento, há enorme necessidade de recursos para o desenvolvimento de estratégias integradas de testes...

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – ...para substituir o uso de animais.

Não tenho dúvidas de que apenas com a ação conjunta convergente e integrada de toda a sociedade, incluindo cientistas, legisladores, leigos, poderemos avançar nesse tema.

Assim, o Conselho de Controle de Experimentação Animal (Concea) manifesta-se favorável à aprovação do PL 70, de autoria do Deputado Ricardo Izar.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Dr. José Mauro.

Passo a palavra agora ao Dr. Thales de Astrogildo e Tréz.

O SR. THALES DE ASTROGILDO E TRÉZ – Bom dia a todos os presentes.

Na minha apresentação hoje, não conseguirei esgotar o assunto, em 15 minutos, tampouco numa audiência pública, mas, na medida em que o PL se reporta ao uso de animais para fins de estudos toxicológicos, vou abordar a questão a partir dessa delimitação temática.

O uso de animais para avaliar o risco tóxico em seres humanos parte do seguinte princípio: espécies não humanas de animais, quando submetidas ao contato com substâncias candidatas a componentes de um produto qualquer, podem gerar dados relevantes para o sistema biológico humano. Essa é a premissa de se testar em animais para avaliar o potencial de risco ou de toxicidade, que é o que está em questão.

Então, se uma substância específica for considerada tóxica para essas espécies não humanas, assume-se que a substância então seja tóxica para os seres humanos. Trata-se de uma inferência biológica que distorce, simplifica por demais os processos biológicos e metabólicos presentes em cada espécie com aquilo que chamamos de conceito espécie específica dentro das ciências biológicas. Eu digo isso para situar essa prática experimental como uma herança direta de um conceito biológico passado que não mais condiz com a realidade moderna, uma leitura moderna de dentro da própria biologia, como a biologia evolutiva ou a própria biologia da complexidade, ou seja, existem abordagens das ciências biológicas que já consideram essas premissas como sendo, digamos, inadequadas do ponto de vista biológico.

Vale lembrar que os animais foram estabelecidos como modelos ou como instrumentos de pesquisa há mais de três séculos na nossa história, num contexto de conhecimento e de realidade tecnológica que não mais condiz com a que temos hoje disponível.

Agora, com os dois pés no século XXI, existe uma série de aspectos que devemos passar a considerar quando o assunto é eliminar os testes para fins de toxicidade ou de avaliação de risco, que é o que está em questão. De novo destaco isto: a gente não está falando em eliminar os testes para desenvolver terapias para doenças como câncer, enfim, é avaliação de risco tóxico.

O primeiro aspecto, e talvez o mais importante, seja a questão da sociedade civil, o impacto negativo que essas práticas provocam junto à sociedade. Existe uma dimensão social explícita colocada por essas práticas, e é inegável o impacto negativo que essas práticas produzem, o que é inerente a elas próprias e à própria sociedade, que se encontra cada vez mais avessa a esse morticínio promovido por esses procedimentos científicos, especialmente por questões de ordem moral e ética. Não é o caso de delimitar aqui – talvez a Drª Vânia desenvolva –, mas a presença da sociedade civil nesse debate é importante, porque, realmente, é uma parcela diretamente interessada nessa resolução.

Quando falo em morticínio – esse gráfico talvez represente bem o que quero dizer com isso –, quando a gente vê os estudos de toxicidade, percebe que eles correspondem a 9% do total do uso de animais utiliza-

dos para a finalidade de pesquisa. Considerando esses 9%, a gente tem uma estimativa recente, de 2008, que diz que esses 9% correspondem à morte de 10 milhões de animais por ano. Quer dizer, não é um número irrelevante. Mas, ainda assim, considerando, por exemplo, o desenvolvimento de drogas para fins de terapia, produção de vacinas, pesquisa básica, essa é uma parcela relativamente reduzida do total do número de animais empregados na ciência. Então, o primeiro aspecto é um aspecto social.

O segundo aspecto diz respeito a um contexto que surge dentro da própria ciência, que está revisando, que passa a revisar criticamente a relevância dos dados gerados a partir de outras espécies quando o recipiente final é o sistema biológico humano. Essa revisão vem levantando questões diversas, que eu vou pontuar brevemente aqui.

A primeira delas é que um dos ensaios mais clássicos para avaliar a toxicidade é o ensaio com roedores, que é considerado um padrão ouro nos estudos de toxicidade, especialmente naqueles com *endpoint* ou com desfecho sistêmico, que visam identificar carcinogenicidade, genotoxicidade. Um padrão ouro nada mais é do que um teste de referência. Então, nos estudos toxicológicos, os ensaios com roedores são considerados testes de referência. A ideia por trás desse ensaio é expor ratos e camundongos a doses relativamente altas de uma substância sendo testada por um longo período de tempo nos estudos crônicos ou, então, nos estudos de toxicidade aguda, onde o tempo é reduzido, e avaliar os efeitos dessa exposição. Depois desse tempo de exposição, curto ou longo, o rato é morto e se avalia, por exemplo, tumores nos órgãos onde eles ocorreram. A gente tem um aspecto qualitativo e um aspecto quantitativo. Por extrapolação, determinar a dose que seria tóxica para o ser humano. A ideia é de extrapolar os dados.

Existem duas premissas básicas nesse tipo de ensaio. A primeira é de que a resposta em animais e humanos será a mesma ou será próxima. A segunda é de que os efeitos provocados pelas altas doses em animais são relevantes para a exposição humana. Mas, esse ensaio, em particular, permaneceu inalterado desde que foi estabelecido na prática científica, há quase cinquenta anos. Ou seja, muito pouco se mudou do protocolo experimental desse ensaio com roedores.

Além da sensibilidade desse teste ser alta, são constatados ainda muitos falsos positivos, substâncias que causam câncer em roedores, mas não causam em humanos, e falsos negativos, substâncias que não causam câncer em humanos e nem em roedores.

O segundo ponto é que muitos produtos que a gente consome rotineiramente no nosso dia a dia podem causar câncer em animais, mas são inócuos no nosso dia a dia, na nossa rotina; é o que a gente chama de falso positivo. Por exemplo, o açúcar e o sal são comprovadamente genotóxicos. O cafezinho que a gente toma, das trinta e uma substâncias testadas que o compõem, vinte e três foram consideradas carcinogênicas. Felizmente, não há correspondência desses dados em humanos.

Existe um aforismo irreverente na Biologia, que a gente chama de lei de Morton, que diz o seguinte: se ratos são experimentados, eles desenvolverão câncer. Em outras palavras, esses organismos são muito sensíveis à exposição de substâncias, gerando, então, muitos falsos positivos, de forma que é uma grande tendência que qualquer substância, dependendo da dosagem, vai ser considerada tóxica para o uso humano. Isso traz uma série de problemas do ponto de vista da regulação, porque implica políticas restritivas irreais e desnecessárias, especialmente do ponto de vista do mercado.

O segundo eslaide também mostra um dado importante. Um relatório recente sobre a correlação de efeitos de toxicidade hepática, a partir de duas bases de dados distintas — aqui é a Medline e aqui é a base do Emea —, que totalizam quase 900 substâncias diferentes, revelou que há pouca correlação entre os resultados obtidos entre os roedores, os não roedores e os humanos.

Quando a gente analisa aqui este gráfico, por exemplo, da base da Medline, a gente tem uma correlação de 60% de toxicidade entre humanos e roedores. Ela cai para 19% entre humanos e não roedores. Então, em média, o que a gente tem é 60% de correspondência tóxica entre roedores e seres humanos, em média, e 46% na outra base, quer dizer, aqui na base do Emea a gente tem essa correspondência baixa. Estou falando aqui não é de sensibilidade. Estou falando é de predição, ou de correlação.

Os dados, os próprios autores comentam: a análise mostra que entre 38% e 51% dos compostos com efeito hepático registrado em humanos não são detectados em testes pré-clínicos com animais. Ainda, de 13% a 33% dos casos, a evidência de efeitos hepáticos em testes pré-clínicos com animais não se reflete em humanos. Ou seja, isto aqui é um dado de 2008, com um sistema de análise também bastante sofisticado que não vai entrar em detalhes. O fato é que há uma série de estudos recentes na literatura científica, chamados de revisão sistemática ou metanálises, que têm revelado essa discrepância entre os dados obtidos entre animais e animais não humanos.

Além dos estudos toxicológicos com animais serem pouco preditivos, como a gente está vendo neste eslaide, existe um outro problema crítico e crônico desses experimentos, que é a falta de reprodutibilidade desses experimentos.

Os animais são organismos complexos, portanto sensíveis a uma infinidade de variáveis. Um artigo recente publicado na *Nature* do ano passado, se não me engano, mostrou que, se o manipulador for um homem, os dados obtidos de animais são uns; e, se o manipulador dos animais for uma mulher, os dados obtidos dos mesmos animais são outros.

Então um experimento que não pode ser reproduzido não pode ser considerado científico porque ele fere um dos preceitos do conhecimento científico que é o da sua universalidade. Não adianta nada o meu laboratório demonstrar que os dados foram gerados de um jeito, se, seguindo o mesmo protocolo, um outro laboratório chega a dados diferentes. Há uma inconsistência, ou seja, há uma validade interna pobre dos experimentos com animais.

E, por fim, existe um contexto científico e tecnológico novo, que vem se desenvolvendo com rapidez em direção aos protocolos de pesquisa mais seguros, econômicos e eficazes na avaliação de risco tóxico. E nesse rol de novas abordagens e tecnologias há que se considerar também inovações radicais e incrementais no campo da pesquisa *in vitro*, *in silico*, *in chemico*, também nas suas combinações. Então é importante pensar nessas combinações entre essas tecnologias. E esse novo contexto vem provocando um arejamento dessas práticas de pesquisa e tornando essas práticas obsoletas.

É possível afirmar atualmente que o País que não investir em métodos substitutivos corre o risco de perder competitividade num mercado, ou num cenário de mercado não muito distante, onde a tendência é a demanda crescente de produtos de higiene pessoal e cosméticos livre de testes em animais.

Então, dito isso, fica lançado o argumento de que o uso de animais como ferramenta preditiva para a avaliação de risco está longe de garantir segurança a substâncias para consumo humano. E as agências reguladoras, em nível mundial, estão, aos poucos, passando a compreender a necessidade dessa transição.

O PL em questão tem um mérito inegável de tocar numa questão que deveria ter sido contemplada de fato pela atual versão da Lei nº 11.794.

O uso de animais para definição de risco tóxico, de substâncias candidatas ao uso de higiene pessoal e cosmética não se justifica em hipótese alguma. É sabido que os desfechos toxicológicos tópicos, como o Granjeiro comentou, já contam com uma variedade considerável de métodos alternativos validados ou em fase avançada de validação. E que nos desfechos sistêmicos, como genotoxicidade, toxicidade reprodutiva, carcinogênese, por exemplo, ainda há muito o que se trilhar.

Mas a validação não é um ponto pacífico entre os pesquisadores, isso é importante frisar. Por quê? Porque os métodos alternativos são validados a partir dos testes padrão ouro, que envolvem animais. Ou seja, eu comparo os dados obtidos a partir de uma abordagem pobre, que envolve animais no seu desenho, com dados gerados a partir de abordagens mais sofisticadas. Em outras palavras, a validação ou o processo de validação amarra essas novas tecnologias ao passado, quando a referência de testes passa a ser aquele baseado em animais.

Então, condicionar a proibição dos testes em animais ao processo de validação, como presente no atual projeto de lei, tem implicações que podem retardar essa tão desejável transição. Primeiro, porque o método alternativo pode ainda utilizar animais. A Anvisa, recentemente, chancelou o uso de dezessete métodos alternativos, mas observem que sete deles ainda exigem o uso de animais. Apenas dez são, de fato, substitutivos. Porque entra naquela questão: quando a gente fala em método alternativo, a gente não está falando necessariamente em substituir os animais. A gente pode falar em refinar ou em reduzir o número de animais. E, ainda assim, isso é considerado pela ciência ou pela prática de pesquisa como sendo um método alternativo.

E segundo porque a validação é um processo moroso, é um processo lento – dura de sete a dez anos para um comitê de validação chegar a uma decisão de validade de um método e ainda mais alguns anos para que as agências reguladoras chancem ou possam referenciá-los como métodos válidos. Por exemplo, a Anvisa reconheceu nessa lista de dezessete métodos...

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Bom dia a todos. Eu saúdo toda a Mesa através do cumprimento ao Senador Cristovam Buarque.

Na verdade, eu vou, talvez, passar um pouquinho no tempo, porque a informação que eu tive é que a gente teria de quinze a vinte minutos. Então, eu peço mil desculpas se isso acontecer.

Eu gostaria, primeiro, de dizer a todos que o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal é uma ONG, criada em 2000, na cidade de São Paulo, que congrega mais de cem entidades de proteção animal e ambiental em dezenove Estados brasileiros.

Há quinze anos, nós atuamos na disseminação do respeito, da proteção e defesa dos animais. Lutamos para construir uma nova sociedade, onde a compaixão pela vida seja um valor nacional, compartilhado por todos os brasileiros.

Temos ONGs afiliadas, que proveem cuidados diretos para milhares de animais que são vítimas de abuso, abandono e do tráfico de animais silvestres. Em suas ações para defesa e proteção dos animais, atua em parceria, de forma integrada, agilizando e promovendo, com maior solidez, a implantação das ações necessárias para alcançar seus objetivos. Então, aqui é só um exemplo de algumas entidades que são afiliadas ao Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal pelo País.

(Soa a campanha.)

O SR. THALES DE ASTROGILDO E TRÉZ – ... métodos que haviam sido validados já há mais de dez anos, por exemplo. Então, esperar por esse processo é algo que pode amarrar o processo de transição para um efetivo término desses testes para fins de uso de cosméticos. Estou finalizando aqui.

Então, proibir os testes de produtos acabados, bem como de ingredientes de toxicidade desconhecida, é colocar a política regulatória do Brasil afinada a uma perspectiva inovadora radical, que encontra fundamentação científica e também de mercado.

Com a proibição, é possível que passemos a investir mais no desenvolvimento de métodos substitutivos, pois criamos uma situação imperativa ao setor industrial. Aliás, setor industrial esse que, no caso de algumas empresas, já se encontra afinado a essa proposta da substituição, como é o caso de O Boticário, da Natura e de outras empresas que a gente tem no Brasil.

Por fim, vale lembrar que as possíveis e desejáveis emendas que podem passar a fazer parte desse importante PL não acabarão com experimentação animal no Brasil. O maior gargalo no consumo de animais por parte da atividade científica no Brasil encontra-se infinitamente mais volumoso para fins de pesquisa básica do que para fins de estudos toxicológicos.

Há muito trabalho a se fazer nesses outros empregos e, na minha opinião como educador, serão resolvidos e encaminhados muito mais fora do âmbito da regulamentação e muito mais no âmbito de promover esse debate junto à formação dos nossos futuros pesquisadores.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra agora à Dr^a Vânia de Fátima Plaza Nunes. Ela é Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

O Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal trabalha com programas e campanhas. E, entre essas campanhas, ele trabalha com a campanha Sem Crueldade, em que um dos temas é exatamente esse que estamos aqui discutindo hoje, que é o fim dos testes com animais para produtos cosméticos. Então, temos parcerias, e uma delas é com a Humane Society, que, na verdade, desenvolve todo esse trabalho pelo País há bastante tempo, com muita qualidade.

Não é a primeira vez que temos a honra de estar aqui com vocês, em Brasília. Temos já o hábito de fazer algumas visitas à Frente Parlamentar Ambientalista, aqui em Brasília.

Falando sobre o tema: testes de cosméticos em animais, esta aqui é uma imagem do início do ano passado, do dia 21 de janeiro, quando nós, do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, estivemos junto ao Governador do Estado de São Paulo pedindo a sanção da lei no Estado de São Paulo, que foi feita graças a esse movimento feito pela sociedade. Se vocês olharem ali no fundo, no sofá, há uma caixa com milhares de assinaturas colhidas de pessoas da sociedade apoiando a sanção do projeto de lei.

Falando um pouquinho sobre testes toxicológicos em animais, eu gostaria que todos vissem que estamos falando sobre esta situação: animais que, na verdade, são utilizados dessa forma.

Nós não devemos esquecer que os animais são seres sencientes, já reconhecidos pela União Europeia, desde o Tratado de Amsterdã, em 1997. E, recentemente, no Reino Unido, mais de 20 dos maiores neurocientistas do mundo, que desenvolveram muitas linhas de pesquisa mostrando a capacidade de sentiência e, mais do que isso, de consciência em diferentes graus dos animais, se reuniram e tornaram pública a Declaração de Cambridge, em que eles dizem que as estruturas do cérebro responsáveis pela produção e consciência são análogas em humanos e outros animais. Acho que isso faz com que tenhamos que pensar sobre a decisão que vamos ter em relação a aceitar ou não algumas coisas absolutamente desnecessárias nos dias de hoje.

Aqui, é só para mostrar, não vamos discutir isso. O Prof. Thales conhece isso bem e acabou de falar, assim como o Dr. Granjeiro, a respeito de alguns testes que são feitos. Na verdade, é sobre esses testes que estamos aqui conversando.

Existem limitações científicas nos testes que são feitos com esses animais. Então, como o Prof. Thales falou, espécies diferentes frequentemente possuem suscetibilidade diferente em relação a substâncias químicas. Então, de uma espécie para outra, há diferenças. Isso não é uma imaginação, uma suposição. Isso é um fato amplamente conhecido pela comunidade científica há muito tempo.

Inúmeros e diferentes fatores e incertezas são comumente aplicados por reguladores. Então, constantemente, se pegarmos as bulas dos diferentes produtos ou as explicações que vêm com eles, vemos que há uma quantidade enorme de informações sobre riscos e cuidados que devemos ter no consumo de muitos produtos, especialmente cosméticos, já que esse é o tema da nossa conversa, que usamos no nosso dia a dia. Só para vocês entenderem, por exemplo, fatores baseados em peso corporal, fração do peso corporal, superfície do corpo, taxa metabólica, expectativa de vida, entre outros, foram todos propostos, mas não se chega a um consenso sobre qual é o mais eficiente na previsão. Então, podemos achar que, realmente, é fácil e que tudo está garantido quando usamos os animais para os testes, mas isso não é verdade. Esses fatores e incertezas são simplesmente estimativas conjeturais, com pouco embasamento científico infelizmente.

E será que temos, então, pensando nisso, que continuar usando os animais para testes de cosméticos? Vários países já proibiram esses testes de cosméticos em animais definitivamente. Justificativas éticas, econômicas e comerciais de manutenção de testes de cosméticos em animais nos mostram que, provavelmente, tudo isso é muito frágil.

Existe um forte apoio do público a favor da proibição. E, em 2013 – eu gostaria de lembrar que essa pesquisa foi feita antes da ocorrência da remoção dos animais do Instituto Royal –, logo após a União Europeia e Israel proibirem os testes de produtos e ingredientes cosméticos em animais, foi feita uma pesquisa de opinião no Brasil. E 66% das pessoas entrevistadas, simplesmente, numa pesquisa rápida de sim ou não, se eram favoráveis ou não, eram contra o uso de testes em animais. Então, depois do Instituto Royal, a gente sabe que a nossa sociedade viu, escancaradamente, tudo que acontecia em muitas situações desconhecidas pela população.

Quando nós, então, nos aproximamos da situação que nos trouxe hoje, aqui, para discussão, que é o PLC nº 70, nós precisamos entender que temos dois parágrafos bastante importantes na discussão e é sobre esses dois parágrafos que eu gostaria de conversar agora com vocês.

O §7º diz o seguinte:

§7º É vedada a utilização de animal de qualquer espécie em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais que visem à produção e ao desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal e perfumes quando os ingredientes tenham efeitos conhecidos e sabidamente seguros ao uso humano ou quando se tratar de produto cosmético acabado nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Aparentemente, quando a gente olha, tenho certeza de que todos vocês, ao ouvirem, eu li o texto aqui, acharam que estava tudo certo. Mas, na verdade, nós temos problemas no §7º. Nenhuma empresa de cosméticos vai testar um ingrediente que já, sabidamente, é seguro ao ser humano. Isso significa investimento, isso significa diminuir os meus lucros. Então, na verdade, a gente sabe que, num mundo absolutamente capitalista e consumidor como o nosso, qualquer dinheiro que for investido e não for bem aproveitado vai significar prejuízo ou diminuição do lucro. Então, na verdade, esses testes de cosméticos em animais são feitos para avaliar a segurança dos cosméticos. E qual é o conceito, então, de uma empresa de cosméticos testar a segurança de alguma coisa que já está comprovada? Não tem por quê.

Outro problema é que fala sobre produtos cosméticos acabados. Produtos cosméticos acabados não são testados em animais há, pelo menos, duas décadas, já, na União Europeia. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, e representa essa Associação 97% do mercado brasileiro produtor, eles próprios admitiram que esses testes já não fazem parte mais da realidade brasileira. Então, nós estamos falando de qual mercado exatamente? Então, o §7º proíbe testes em animais que já não acontecem. Portanto, ele é totalmente inócuo.

Quando nós falamos do § 8º...

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – ... ele diz o seguinte:

§ 8º No caso de ingredientes com efeitos desconhecidos, será aplicada a vedação de utilização de animais de que trata o §7º, no período de até 5 (cinco) anos, contado do reconhecimento de técnica alternativa capaz de comprovar a segurança para o uso humano.

Aqui nós temos problemas também. Por quê? Porque aborda os testes nos quais os animais são realmente utilizados. Então, esse parágrafo, de fato, é o parágrafo que realmente tem problemas muito complicados. Ele, na verdade, fala de testes de ingredientes com efeitos desconhecidos. Diz o seguinte na verdade: ele não obriga as empresas a usarem métodos alternativos para esses testes num prazo de cinco anos, mesmo após o reconhecimento da técnica. Isso quer dizer: há uma técnica nova, mas a empresa tem até cinco anos para, de fato, se apropriar disso e implantar. Ou seja, pelos próximos cinco anos, nós vamos continuar tendo

a mesma situação. Levando em conta o que o Prof. Thales acabou de dizer, vai ser muito mais tempo do que isso, porque ele explicou que um teste de validação é muito mais complexo, na verdade, do que isso. Leva de dez a quinze anos.

O que é importante é que ele está em conflito com uma lei já consagrada, brasileira, que é a Lei de Crimes Ambientais, a Lei nº 9.605, que é uma lei de 1998. Olha, uma lei, até, do século passado, do final do século passado, que condena a até um ano de prisão quem realiza experiências dolorosas ou cruéis em animais vivos, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. Ou seja, isto é um retrocesso. Nós vamos, na verdade, "voltar atrás". Não é possível.

(*Soa a campainha.*)

(*Palmas.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – É inadmissível.

Uma outra coisa que o §8º tem de problema é que ele afirma a necessidade de técnica alternativa capaz de provocar a segurança para uso humano. Ele afirma, de forma implícita, que testes em animais são capazes de fazer essa comprovação, de segurança para uso humano, o que, na verdade, é tendencioso e falacioso. Ou seja, com o uso das palavras, tenta-se construir o pensamento de que: sem os animais, não dá, todo mundo terá problemas; com os animais, é absolutamente seguro. E sabemos que isso não é verdade. Não somos nós quem estamos dizendo, são os trabalhos sérios e adequados que estão disponíveis não só na ciência brasileira, onde temos muita coisa, mas em outros países.

E mais, introduz um regime especial para empresas de cosméticos: que tenham prazo de até cinco anos para usar os métodos alternativos, enquanto para pesquisadores do setor farmacêutico, por exemplo, o uso de alternativas não tem prazo, ou seja, existe um conflito de interesse dentro da própria questão da experimentação. E isso é inaceitável.

Se estamos falando em ética, respeito, responsabilidade, conhecimento científico, direito científico, alguma coisa está errada no que está proposto. Vocês podem ter certeza de que, se este PL for aprovado da forma como está, as pessoas vão se apropriar, com tudo isso que está aí, porque é muito claro para uma pessoa que tenha o mínimo do conhecimento e do entendimento do concatenamento que foi feito de palavras dentro dessa proposição desses dois parágrafos.

Então, só para lembrar aos senhores, a União Europeia, um dos grandes mercados consumidores daquilo que o mundo produz, já tem a proibição de venda e fabricação de cosméticos testados em animais desde março de 2013, ou seja, temos 26 meses de atraso em relação ao mercado competidor que está aí fora, e o País está mais do que nunca precisando ganhar esse mercado.

Quando pegamos a legislação da Anvisa, apoiada pelo Conceia, como o Dr. Thales falou, tivemos a publicação de 17 métodos recentemente, amplamente reconhecidos e empregados, entretanto, muitos desses métodos já eram disponíveis há muito tempo, muito antes disso, ou seja, continuamos atrasados, podíamos ter feito isso na semana seguinte à suspensão pela União Europeia, mas, na verdade, estamos falando de interesses que, muitas vezes, não conseguimos entender.

Eu queria dizer que as mudanças só ocorrem devido às restrições dos mercados consumidores dos países importadores. Acordos multilaterais de caráter econômico são importantes, é claro que são. Mas se fazemos isso simplesmente dentro dos gabinetes, sem que a sociedade possa optar por aquilo que ela quer escolher, como ficamos?

Se mantivermos esta lei como ela está, quais são os riscos que corremos? Manter uma atividade passiva até a validação dos métodos alternativos. Vamos autorizar, de fato, as empresas a continuarem a usar os animais para testes, legalmente vamos fazer isso. E vamos manter *ad aeternum* o uso, sem se preocupar com o desenvolvimento de testes, avaliações seguras e alternativas ao uso dos animais.

Testes em animais não são capazes de prever os efeitos em humanos de maneira segura, isso é definitivo, senhores. O Dr. Thales falou bastante, eu repeti várias vezes, e vocês precisam ter isso claro na mente de vocês neste momento. Não temos métodos alternativos para alguns testes de toxicidade a longo prazo. Então, dizer que, de fato, o uso de animais vai garantir, de novo, não vai garantir. Menos de 0,1% dos produtos necessitam de testes novos para componentes. Será que temos tantos produtos assim que precisam ser pesquisados como uma coisa inovadora, com a grande quantidade de produtos que já temos, com um mundo tão complexo e delicado do ponto de vista de destinação de resíduos?

Métodos e testes *in vitro* crescem, em média, 15% ao ano, não é só uma questão ética e científica, é também uma questão de caráter econômico. Muitas tecnologias já estão disponíveis. O custo de implantação disso pode ser muito baixo, o que precisa é que as pessoas realmente se disponibilizem a sair do discurso e ir para a prática.

O que leva à busca das inovações e de novas técnicas é a proibição de qualquer uso dos animais como modelo de testes através da lei, ou seja, precisamos de uma lei que proíba definitivamente e imediatamente o uso dos animais em testes de produtos cosméticos.

Finalmente, inúmeros e eficientes métodos alternativos reconhecidos já foram desenvolvidos e validados. Precisamos, então, de uma proibição efetiva, sem brechas, num prazo razoável, e um verdadeiro incentivo para que as empresas desenvolvam e usem métodos alternativos.

Acabar com o sofrimento e a crueldade com os animais é exatamente o que temos de fazer e temos conhecimento e capacidade de fazer isso.

Existem alguns pontos que aqui nós vamos deixar como sugestão. Caso as pessoas queiram, nós temos toda a disponibilidade de encaminhar isso, de sentar para discutir, na maior humildade e simplicidade possível, que seria proibir totalmente os testes em animais para cosméticos imediatamente, testes proibidos em animais para componentes ou produtos cosméticos acabados – isso tem que ficar bastante claro –, definir claramente o que é um produto cosmético, e proibir a venda de componentes e produtos acabados, testados em animais, evitando que os testes ocorram em outros países. Ou seja, ninguém vai sair endossando práticas de outros países para o consumo aqui no Brasil. A gente não quer que territórios deste Planeta sejam usados para isso. Está certo? Então, existe uma ética e uma responsabilidade por todos os animais, e não apenas por alguns. E é lógico que a gente sabe que isso tem que ser avaliado e discutido nos mercados de exportação de produtos brasileiros, sem dúvida alguma, então com um prazo adequado.

Então, aqui temos uma proposta que nós podemos encaminhar. Eu não vou ler, pelo adiantado da hora, para todos vocês. Mas seriam três novos parágrafos substituindo, na verdade, os dois parágrafos que estão propostos, de alteração, hoje em dia.

Portanto, senhores que estão aqui hoje, eu espero que vocês escutem os animais sempre. Aqui nós estamos pedindo que vocês escutem o que eles dizem para nós todo o tempo em relação ao uso desses animais no teste de produtos para a indústria cosmética. Mas os animais precisam ser ouvidos em muitas outras práticas onde eles são usados e abusados sob diversas alegações da nossa cultura, da nossa necessidade como espécie superior às demais do Planeta.

Eu agradeço a todos pela oportunidade de estar aqui e trazer algumas pequenas informações para todos. Muito obrigada. Gratidão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora ao Sr. Márcio Lorencini, Gerente de Avaliação de Produtos de Assuntos Regulatórios do Grupo O Boticário.

O SR. MÁRCIO LORENCINI – Bom dia a todos. Eu agradeço, primeiramente, o convite para participar desta discussão numa temática tão interessante.

Eu acho que vou compensar um pouquinho o tempo da Vânia agora. Vou começar então trazendo para vocês a experiência do Grupo Boticário com os testes de cosméticos, com relação a segurança e eficácia. Então, dentro do grupo, assim como nós temos outras ações bastante voltadas para a sustentabilidade, em questões de preservação ambiental, manutenção de áreas de preservação, nós também não realizamos testes com animais. Essa prática já é adotada dentro do grupo há algum tempo, não é tão recente. E muito do que a gente aplica tem bastante alinhamento com o que foi trazido anteriormente, em algumas das contribuições, no sentido de que nós produzimos os nossos produtos para o Brasil e nós também exportamos alguns produtos. Então, nós temos que ter também algumas adequações para o mercado europeu ou para mercados externos. Então, nós não realizamos os testes em animais.

Eu acho que é importante deixar bastante claro aqui também que o grupo, além da adoção dos testes alternativos que já são validados – há algum tempo a gente já utiliza esses métodos que foram aceitos e reconhecidos pela Anvisa, e vamos continuar utilizando –, nós trabalhamos também no desenvolvimento de novas metodologias.

Eu acho que é bastante pertinente colocar aqui uma situação por que o nosso País está passando recentemente. Eu acho que, nos últimos quatro ou cinco anos, a gente está passando por uma revolução dessa temática no cenário nacional. Então, a gente teve a instituição do BraCVAM, o nosso Conselho Brasileiro para a Validação de Métodos Alternativos. A gente tem também a constituição, um pouco mais recente, da SBMAIt (Sociedade Brasileira de Métodos Alternativos à Experimentação Animal), que reúne os pesquisadores e membros da comunidade científica que têm alguma afinidade com essa temática também. Além disso, a gente teve a constituição, junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Rede Nacional de Métodos Alternativos (Renama). Então, todas essas iniciativas são bastante ricas e contribuem para que a gente, no cenário nacional, consiga adotar essa prática de desenvolvimento dos métodos alternativos de forma bastante consistente.

O que eu posso colocar, como empresa de cosméticos, especificamente, eu acredito que essa discussão é bastante válida. Ela poderia estar acontecendo há algum tempo. Acho que o momento é oportuno. Estamos

num momento de riqueza nessa temática e nós, por exemplo, temos projetos aprovados junto a Rede Nacional de Métodos Alternativos. Então, além de testes que já foram descritos aqui, temos uma série de metodologias para aplicar na substituição dos testes de animais, na prática.

Então, nós temos os métodos *in vitro*, que foram discutidos aqui, e nós também temos outra categoria de testes que utilizamos e que está bastante crescente no mundo todo, que são os métodos que chamamos de *in silico* ou métodos computacionais. Então, a partir dessas metodologias, podemos avaliar similaridades de moléculas para contribuir para previsão de possíveis efeitos num organismo biológico.

Então, esse é o posicionamento que o grupo adota. Acho que um projeto de lei nesse sentido tem muito a contribuir nesse cenário que estamos vivendo agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Dr. Márcio.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Joel Majerowicz, que é Assessor da Diretoria de Gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O SR. JOEL MAJEROWICZ – Bom dia a todos. Cumprimentando o Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, cumprimento os demais Ex^{mos} Srs. Senadores, os colegas de Mesa e todos os presentes.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, é uma autarquia sob regime especial. A agência atua na proteção à saúde humana em todos os setores relacionados a produtos e serviços que possam afetar a população brasileira, os quais envolvem alimentos, agrotóxicos e toxicologia, cosméticos, derivados do tabaco, insumos farmacêuticos, medicamentos, saneantes, sangue, tecidos e órgãos, além do trabalho de fiscalização dos portos, aeroportos e fronteiras, bem como com a cooperação com os laboratórios oficiais de diagnósticos, controle de insumos e produtos para a saúde e higiene. Sua competência abrange tanto a regulação sanitária quanto a regulação econômica do mercado.

A Anvisa também é responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, de forma integrada com outros órgãos públicos relacionados, direta ou indiretamente, ao setor de saúde. Na estrutura da Administração Pública Federal, a agência encontra-se vinculada ao Ministério da Saúde e integra o Sistema Único de Saúde.

Ao longo dos 16 anos de existência, a Anvisa sempre pautou a análise de risco pelo estabelecimento de normas, de modo que se obtenha as melhores evidências de segurança e eficácia dos produtos sobre sua responsabilidade. Para o cumprimento de muitas de suas funções, como ocorre em todas as agências reguladoras e órgãos de controle sanitário no mundo, necessita de informação sobre a segurança, a eficácia e a qualidade de insumos e produtos de uso humano e mesmo daqueles que podem gerar risco à saúde da população.

A obtenção desses dados envolve diversas metodologias, algumas das quais requer o uso de animais. Através de estudos pré-clínicos e não clínicos, *in vitro*, *in vivo*, *in silico*, e ensaios clínicos obtêm-se dados e predições que permitem prognosticar efeitos farmacológicos, eventos adversos, definir limites e prever condições de segurança no uso de produtos utilizados para diagnósticos, tratamento ou prevenção de doenças em seres humanos.

Nas resoluções da agência, há indicação clara e inequívoca de que os ensaios exigidos e que envolvam animais devam ser conduzidos de acordo com a legislação nacional – Lei nº 11.794, de 2008; Decreto-Lei nº 6.899, de 2009; e as resoluções do Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal –, além da necessidade de atenderem ao preconizado nos guias de boas práticas de laboratório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da Organização Mundial da Saúde.

De acordo com a definição conferida pela legislação vigente – Dr^a Vânia, fica bem clara aqui qual é a definição de cosméticos –, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, abre aspas, essas são determinações da legislação da Anvisa: “São preparações constituídas por substâncias naturais ou sintéticas, de uso externo nas diversas partes do corpo humano, pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral, com o objetivo exclusivo ou principal de limpá-los, perfumá-los, alterar sua aparência e/ou corrigir odores corporais e/ou protegê-los ou mantê-los em bom estado.” Essa é a definição de cosmético.

A avaliação da segurança deve preceder a colocação do produto de higiene pessoal, cosmético e perfume no mercado. A empresa produtora é responsável pela segurança dos produtos, conforme assegurado por Termo de Responsabilidade, onde a mesma declara possuir dados comprobatórios que atestam a eficácia e segurança de seus produtos.

Uma vez que os produtos cosméticos de higiene pessoal e perfume são de livre acesso ao consumidor, os mesmos devem ser seguros nas condições normais ou razoavelmente previsíveis de uso. A busca dessa segurança deve incorporar permanentemente o avanço do estado da arte da ciência cosmética.

O Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, originário do Projeto de Lei nº 6.602, de 2003, do Deputado Ricardo Izar, aqui presente, traz em seu conteúdo a premissa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em “promover e proteger a saúde da população e intervir nos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária”.

Nas tratativas com o Deputado Ricardo Izar, sua equipe, assessores e segmentos da sociedade, evidenciou-se que para as atividades de ensino, pesquisa e produção de produtos cosméticos e de higiene pessoal e perfumes, nos quais ingredientes que tenham efeitos conhecidos e seguros, ou de produtos acabados no termo da regulamentação da Anvisa, o uso de animais de qualquer espécie não é requerido, sendo a vedação de seu uso o mais apropriado. No entanto, para o ingrediente com efeitos desconhecidos, é fundamental, para a segurança da população, que teste de segurança, em alguns casos, teste de eficácia, sejam exigidos para registro na Anvisa.

Do cumprimento de muitas das suas funções, a Anvisa, assim como qualquer outra agência congênere ao redor do mundo, necessita de informações sobre a segurança e eficácia de produtos de uso humano, ou daqueles que possam gerar risco à saúde.

Outro aspecto importante de ser considerado, ainda na segurança sanitária – esse é o mais importante, segurança sanitária –, é que a vedação total do uso de animais para qualquer categoria de produto de higiene pessoal, cosmético ou perfume terá, como consequência, perda inestimável para as empresas nacionais de um mercado promissor no desenvolvimento de novos produtos com base em novos ingredientes oriundos da nossa biodiversidade e de novas tecnologias, principalmente daqueles frutos da nanotecnologia.

Atualmente temos um mercado consumidor, espantem-se senhores, de R\$30 bilhões de reais, sendo o terceiro mercado mundial e tendendo a ser o segundo.

Paralelamente a toda essa discussão, a Anvisa vem trabalhando em cooperação com o Conselho Nacional de Experimentação Animal, o Conceia; com a Rede Nacional de Métodos Alternativos (Renama), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e com o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos (BraCVAM), do Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, no sentido de aceitação de métodos alternativos ao uso de animais, validados internacionalmente para efeito de registro e produtos sujeitos à vigilância sanitária.

Importante frisar que métodos alternativos ao uso de animais, validados internacionalmente, disponíveis, são ainda em pequeno número e se prestam a determinados eventos específicos, não cobrindo, portanto, todas as exigências legais para que dê a segurança e eficácia de produtos sujeitos à vigilância sanitária.

Nesse sentido, é imperioso o apoio político e aporte de recursos para a adequação de laboratórios públicos e privados, visando ao atendimento das boas práticas laboratoriais para implantar e desenvolver métodos alternativos válidos e passíveis de reconhecimento internacional, para impulsionar no País técnicas que possam substituir o uso de animais.

Antes de finalizar, eu gostaria de esclarecer ao Dr. Thales e à Drª Vânia que a Anvisa não levou dez anos para o reconhecimento de métodos já validados na Europa. Nos seus manuais, isso está no *site* da Anvisa, já reconhece, já são aceitos os métodos alternativos desde que validados internacionalmente. O que ele fez? Em uma dinâmica em que o Conceia demanda às exigências reguladoras, tanto o Mapa, a Anvisa, como o Ibama, a aceitação desses métodos alternativos dentro de uma prática comum, a Anvisa já o fez assim: como já estava aceitando, apenas foi uma praxe processual que o próprio Conceia estabeleceu.

Por fim, de todo o exposto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária é de opinião pela aprovação, na íntegra, do presente projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Ricardo Izar, que é o autor do projeto de lei que estamos discutindo, embora tenhamos dois outros projetos que estão também envolvidos, que são o PLS nº 438, de 2012, do Senador Valdir Raupp; e o PLS nº 45, de 2014, do Senador Alvaro Dias.

Deputado, muito obrigado por sua presença.

O SR. RICARDO IZAR (PSD – SP) – Eu que agradeço. Agradeço a atenção do senhor e eu queria até perguntar se eu poderia dividir o meu tempo com o Frank Alarcón, que foi quem me acompanhou em todas as tratativas que nós fizemos dentro da Câmara dos Deputados. Ele é representante da ONG Cruelty Free, que foi uma das ONGs responsáveis pela campanha que houve de banimento de testes na Europa. Eu acho que acrescentaria, de forma técnica, ao que foi acordado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Antigamente diziam que o tempo é o senhor da história. Aqui o senhor é senhor do seu tempo.

O SR. RICARDO IZAR (PSD – SP) – Está bom. Obrigado, Senador.

Eu queria só, antes, me apresentar. Eu sou Ricardo Izar, sou Deputado Federal. O Senador Hélio já me conhece, somos do mesmo Partido e nós vimos trabalhando bastante, com a Frente Parlamentar, algumas políticas públicas de animais que nunca foram assunto aqui e na Câmara dos Deputados. Há muitos anos não era votado um projeto de lei que dizia respeito a animais na Casa. A Simone acompanha direitinho, ela sabe disso.

Nós abrimos uma porteira com esse PL nº 6.602. Eu acho que, de qualquer forma, independente de pessoas concordarem ou discordarem, ele foi o primeiro projeto a ser votado no plenário da Casa que fala de direitos dos animais. Isso foi um ganho. A gente já tem acordados mais alguns projetos que devem vir para plenário nos próximos meses, e tudo graças, até, à polêmica causada pelo PL nº 6.602. Eu acho que ele serviu como um projeto pioneiro.

No início, quando a gente apresentou esse projeto, ele bania totalmente o teste em animais para desenvolvimento de produtos cosméticos. O texto era simples e contemplava todo o tipo de ingrediente. Depois, quando houve a questão do Instituto Royal, aquelas manifestações, até a Luisa Mell nos ajudou, na época, ela divulgou o pedido de votação desse projeto de lei. E o Henrique Alves, que era o Presidente da Câmara, nos chamou e disse: "Ricardo, nós vamos votar esse seu projeto, porque eu estou recebendo muitos pedidos da sociedade". Então, daquele ponto em diante, a gente começou as tratativas de votação. E nós esbarramos nas tratativas que a gente fez com a Anvisa e com o Concea. Foram tratativas longas, demoradas. No início, o que foi proposto pelo Concea foram vinte anos de prazo para a validação dos testes. E a gente foi, em uma tratativa, tentando diminuir isso ao máximo, e a gente só conseguiu, no texto, manter os cinco anos.

A questão de novos ingredientes, o que ninguém está falando aqui, são fatos, são números. A gente fez um levantamento no mercado e, na Europa hoje – isso o Frank vai poder falar melhor do que eu –, apenas 1% dos produtos cosméticos desenvolvidos são feitos com novos ingredientes. Todos os outros são feitos com ingredientes já conhecidos. Aqui no Brasil, esse número é um pouco maior, chega perto de 10%.

Então, com esses dados na mão, é que nós resolvemos aceitar e negociar a questão dos vinte anos para os cinco anos, quando foi formatado o acordo.

Eu concordo com tudo o que a Drª Vânia colocou aqui, menos em um ponto. A Lei de Crimes Ambientais não é alterada com esse projeto. Pode até ter gente que fala que sim, mas eu nunca vi laboratório nenhum, no Brasil, ser fechado, porque estava infringindo a Lei de Crimes Ambientais. Eu vi, sim, o Instituto Royal ser fechado por causa de uma representação de minha autoria na Procuradoria Geral da República, por apropriação indébita de recursos federais. Por isso, sim, foi fechado o Instituto Royal.

Então, vamos deixar bem claro que essa Lei de Crimes Ambientais, sendo alterada ou não, não funciona no Brasil. Assim, o que a gente tem que ver é a questão dos testes em animais. Essa questão dos testes em animais não é o meu sonho, não é o que eu queria nesse projeto de lei. Eu a queria como a gente apresentou, mas eu percebi que é impossível. Então, eu vou deixar agora na mão do Senador Cristovam Buarque, que é o Relator, a decisão.

Eu acho que o Governo fez um acordo com a gente que não cumpriu, Senador. Ele prometeu para a gente que, se a gente votasse daquele jeito o texto, ele seria aprovado no ano de 2014. Isso seria um ganho e, pelos números, a gente estaria salvando 90% dos animais utilizados em desenvolvimento de produtos cosméticos. Não foi cumprido o acordo, o Governo não fez votar isso, mudou até o Relator – era o Senador Ricardo Ferraço, agora, passou para as suas mãos. Então, se o senhor quiser atender as emendas e fazer o projeto do jeito que a gente queria, fica à sua disposição. Mas o senhor, mais do que eu, com muito mais experiência, sabe que, quanto à probabilidade de esse projeto voltar para a Câmara e ser aprovado, a gente vai ter que esperar quatro, cinco, seis, vinte anos, talvez, enquanto, de uma forma ou de outra, ele sendo aprovado do jeito que está, estaria começando a salvar uma parte dos animais.

Agora, eu concordo que existem, dentro da proteção animal, os bem-estaristas, os abolicionistas. Eu não sou nem um nem outro. Eu estou lutando para poder salvar de animais, e, como esse projeto salva um pouco de animais do jeito que está, por mim, eu manteria o texto como está e deixaria ser votado no Senado e já promulgada logo a lei. E entraria, na sequência, com novos projetos de lei, em que a gente contemplaria todos os tipos de ingredientes, instituições de ensino, como a gente já fez com materiais de higiene, de limpeza, etc. e tal.

Queria passar a palavra ao Frank Alarcón.

O SR. FRANK ALARCÓN – Obrigado.

Apresento-me. Meu nome é Frank Alarcón. Eu falo em nome da organização sem fins lucrativos Cruelty Free International, que foi a organização que conduziu o banimento de testes animais na cosmética na Europa, após uma luta de 20 anos, e que enfrentou, naturalmente, todas as resistências que estamos vendo serem enfrentadas aqui no Brasil.

Essa audiência, eu acho que ela veio muito oportunamente a acontecer, porque ela está mostrando, claramente, através dos discursos dos integrantes do Governo Federal presentes à Mesa, que é o Governo Fe-

deral, na pessoa da Anvisa, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do CNPq, que bloqueiam e que impedem a implementação de um banimento imediato do uso de animais na cosmética.

Como todos ouviram na fala do representante da Conceia, da Anvisa, dizem que os testes alternativos, hoje, não são possíveis de serem implementados sem o uso de animais. Inclusive, eles plantam a ideia e deixam muito claro que testes alternativos, para eles, são testes que seguem a filosofia dos três erros: a da substituição, do refinamento e da redução, ou seja, são testes que ainda empregam animais, ainda que eventualmente em menor número.

É desejo de todos aqui nessa audiência e da sociedade que o uso de animais seja completamente abolido na produção e desenvolvimento de cosméticos. Eu acho que isso é indiscutível. Justamente por causa disso, por ter reconhecido no projeto do Deputado Ricardo Izar, na sua origem, que, ainda que simples, ele buscava essa proibição plena, iniciamos uma conversa, uma tratativa com o Deputado, e, qual não foi a surpresa, encontramos grande resistência no Palácio do Planalto para poder implementar tudo isso que a Dr^a Vânia e o Dr. Tales falam, e que, naturalmente, é desejo da entidade que eu represento, até porque nós, da entidade, trabalhamos no mundo inteiro com essa meta.

Estamos agora trabalhando no Parlamento russo, no Congresso americano. Conseguimos o banimento, agora, na Nova Zelândia, em maio. Conseguimos o banimento na Índia. Na Tailândia, já concordaram que, até 2017, eles vão acabar com os testes em produtos acabados; em ingredientes eles ainda têm que se capacitar. No Vietnã, eles proibiram o teste *Draize*, mas os outros eles ainda permitem.

Ou seja, é muito claro que a resposta mundial à proibição de uso de animais na cosmética é variável, como é parte da agenda. Até porque nós conseguimos isso em 28 países na União Europeia, seria absurdo imaginar que a Cruelty Free International no Brasil tivesse outro objetivo que não esse. Aliás, toda essa polêmica da questão do 6.602 serviu para alimentar justamente a abertura de novas frentes de negociação e de proibição, inclusive em outros países da América Latina.

Volto a frisar que está muito claro que a interferência do Governo Federal na mudança desse projeto, que, originalmente, pedia, simplesmente, o fim de uso de animais em produtos cosméticos, criou toda essa polêmica. Portanto, entendo que este momento é propício justamente para deixar claro quais são os atores que estão jogando nesse jogo cruel de abuso de animal.

Talvez o representante do Boticário possa nos dar um panorama um pouco mais realista da quantidade de ingredientes novos que são usados na indústria que ele, obviamente, representa.

Na Europa, a quantidade de ingredientes novos introduzidos em produtos cosméticos gira em torno de 1% e percebo que existe um desconhecimento muito grande da legislação europeia que implementou a proibição do uso de teste de animais na cosmética.

Por exemplo, a lei europeia não proíbe que ingredientes de uso amplo, que não sejam exclusivos da cosmética, sejam testados em animais. A proibição vale para produtos exclusivamente cosméticos, exclusivamente usados na cosmética. Nesse sentido, os ingredientes fabricados pelas indústrias, quando são gerados, sequer têm um objetivo claro de onde vão se encaixar na vasta indústria humana: alimentícia, farmacológica, bélica, cosmética.

O desenvolvimento de novos ingredientes é um processo custoso, caro, demorado e que não garante um sucesso mercadológico a quem os está desenvolvendo. Cosméticos, na sua essência, aparentam-se muito com receitas de bolo. Um bolo, por exemplo, é composto de ingredientes muito conhecidos: a farinha, o açúcar, alguma essência, no caso daqueles que ingerem ovos, ovos; mas os diferentes bolos que se encontram no mercado são resultado de diferentes combinações desses produtos que são sabidamente seguros ao uso humano. Cosméticos são, na sua essência, novas organizações, novas misturas de produtos que já se conhecem, que são sabidamente seguros ao uso humano, e, muitas vezes, cosméticos apenas são reapresentações de produtos que já se conhecem, em proporções já conhecidas, com um novo nome. O representante de O Boticário talvez possa corroborar com essa minha fala ou discordar dela.

Concluindo, entendo que emendas a esse projeto são sempre muito bem-vindas. Naturalmente, eu acho que ninguém teria coragem de dizer o contrário, até porque queremos todos o fim absoluto e imediato do uso de animais em cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumaria e assemelhados. Na verdade, a campanha é muito maior: queremos o fim do uso de animais em produtos sanitários. A Cruelty Free International tem como meta o fim do uso de animais em experimentação. Esse é o logo dela e essa é a tradição dela há mais de cem anos, na Inglaterra. Com o banimento, em 2013, ela entendeu que era estrategicamente correto, neste momento, começar a trabalhar amplamente, no mundo inteiro, buscando essa proibição, a que, naturalmente, ela encontra resistências, como está claro aqui, no caso do Governo brasileiro.

Emendas, entendo que são bem-vindas, mas, por outro lado, o Senador Cristovam Buarque, o Deputado Ricardo Izar e todos os outros Parlamentares aqui sabem que quando existem emendas, esses projetos, muitas

vezes, caem num limbo e nunca mais são resgatados. A questão de ordem aqui é a seguinte: queremos salvar 100% dos animais, certamente esse é o nosso desejo. Na prática, o que é possível? A nossa experiência na campanha e no mundo inteiro, inclusive na Europa, onde hoje a proibição é total, para o caso de produtos acabados e cosméticos, ingredientes cosméticos, é que isso veio de uma forma gradativa. Foi demorado, foi doloroso, foi horrível, mas, a partir do momento em que determinadas parcelas dessa proibição eram contempladas, animais eram poupados de sofrimento absurdo e da ineficácia dos testes de segurança toxicológica. E certamente a Anvisa, o Concea, o MCTI discordam desse ponto de vista. A fala deles foi muito clara com relação a isso.

Então, a pergunta que a sociedade tem que fazer é: o que nós queremos? Uma proibição 100%? Certamente. Quando ela acontecerá, com esse posicionamento do Governo Federal? Sejam sinceros. Acontecerá em dois anos, em quatro anos, em dez anos? Entendo, portanto, que a discussão que se planta é: queremos salvar uma parcela desses animais, 10%, 50%, 70% a 100%, e o que efetivamente acontece. A Cruelty Free International conseguiu resultados concretos de proibição e, no caso, de salvamento de animais.

Naturalmente... Os Estados Unidos, por exemplo, que são um poderio na indústria cosmética, resistem de toda forma a poupar que seja 1%. O texto do Deputado Ricardo Izar, na forma como foi alterado pelo Governo Federal, permite que um percentual talvez desprezível para os nossos desejos seja poupado. Cabe, então, ao Senador Cristovam Buarque e aos seus assessores entenderem se na forma como está é um ponto de partida para o melhor, que deve ser buscado sempre – certamente não devemos parar por aí –, ou se devemos fazer com que esse projeto emendado retorne à Câmara para que depois volte ao Senado sabe-se lá quando.

Essa é minha fala.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Antes de passar a palavra, eu quero dizer que tenho aqui uma posição da Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Prof^a Helena Nader, e do Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis.

Eles mandaram uma carta para mim dizendo:

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências vêm, por meio desta, manifestar apoio à aprovação do PLC 70/2014, de autoria do Deputado Ricardo Izar, na forma da redação final aprovada na Câmara dos Deputados, e fundamentado pela exposição que o Prof^o Dr. José Mauro Granjeiro, Presidente do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, fará na audiência pública.

O PLC 70/2014 altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Eu conversava há pouco com o Deputado que proíbe o uso de cosméticos em humanos. E quando começarem a fabricar cosméticos para os próprios animais, a gente vai deixar? Acho até que deveria ser “proíbe o uso de cosméticos”. Ponto.

Tal vedação é para o caso de testes de ingredientes que tenham efeitos conhecidos e sabidamente seguros ao uso humano ou quando se tratar de produto cosmético acabado nos termos da regulamentação da Anvisa. (...)

Desde já agradecemos a atenção de V. Ex^a e solicitamos, se possível, que nossa posição seja externalizada na referida audiência pública.

Está externalizada.

Deixem-me dizer duas coisas, antes de passar a palavra, Senadores.

Quando fui instigado por ela a ser o Relator, muitos disseram: “Para que entrar num problema como esse?” Mas creio que isso faz parte de um dos problemas éticos da humanidade neste momento. E é obrigação de um Senador entrar nisso, por mais que seja polêmico e difícil.

Além disso, eu, pessoalmente, tenho uma posição – não vou dizer nem que sou simpático – de muita preocupação com o assunto, como coloquei nesse texto aqui, o qual elaborei para a Rio+20. É um livro *Desafios à Humanidade – Perguntas para a Rio+20*. São 250 perguntas divididas em 80 temas. Um dos temas é Animais: como respeitá-los. Esse é um dos problemas centrais nossos. Perguntas. Vai ser difícil ter todas as respostas.

Eu coloquei: Tanto quanto devem respeitar a diversidade, por meio da defesa das espécies – a diversidade defende as espécies, não defende os indivíduos –, evitando a extinção delas, os seres humanos – nós – têm diante de si o desafio de definir o tratamento a ser dado a cada indivíduo de cada espécie. Como tratar a questão do uso de animais como cobaias, ou como atração de circos e de zoológicos? Cada uma destas opções tem uma lógica própria que traz vantagens e desvantagens.

Aí coloquei, para esse tema, três perguntas: Como alimentar os seres humanos respeitando os outros animais? Até porque eles não nos respeitam, haja vista se passarmos na frente do leão. Mas como fazer isso? Nós temos consciência, o leão não tem. E nós podemos buscar alternativas, ele não.

É possível o avanço da ciência sem o uso de cobaias animais?

O futuro da alimentação estará em uma alternativa vegetariana ou química, no lugar da carnívora?

Ou seja, eu tenho estado envolvido nisso. Essa é uma das razões pelas quais, Deputado, aceitei na hora: por simpatia com a necessidade de proteção dos animais e pela preocupação com a dificuldade de decidir os limites disso. Por exemplo, aqui mesmo vou deixar uma pergunta: Como eu diferencio o uso de animais para pesquisa relacionada a cosméticos e a doenças de pele? Eu confesso que, como laico, não sei qual a diferença entre um creme para ficar mais bonito, envelhecer mais devagar, de um creme para curar um problema. Então, seria igual.

Eticamente, a gente vai colocar a defesa dos direitos animais na frente, por exemplo, das pesquisas para acabar com a raiva, com o Parkinson, com o Alzheimer, com o câncer? São questões éticas que não estão resolvidas para mim. Não fiz essa opção tão grande pelos animais contra o bem-estar e a saúde dos seres humanos. Contra os cosméticos, sim, aí não tenho dúvida, até porque poderia parecer que seria por interesse próprio, para curar careca. Não, eu sou contra para cosméticos. Mas há muitas perguntas que não estão sendo respondidas.

Antes, porém, de fazer essas perguntas, aqui há uma pergunta que é legislativa, não é ética: "Justifica adiar a aprovação desse projeto ou não?" Eu não tenho essa resposta, até porque tenho a impressão de que o que se busca com emendas seria mais rápido com um novo projeto de lei do que com as emendas. Nós conhecemos esta Casa, hoje, e sabemos a velocidade com que anda projeto de lei quando se quer, e emendas quando não se quer: para, engaveta.

Tudo isso eu vou levar em conta no momento. Eu quero é que seja rápido e que a gente traga o máximo de proteção. Vejam, o máximo de proteção! As proteções que essa lei não traz eu gostaria de incorporar. Mas quero também que até lá a gente não trate mal os bichinhos enquanto esperam uma lei melhor.

Tudo isso eu vou ter tempo para refletir, pensar e dialogar com vocês, fora de audiência. Vou dialogar com vocês. Até lá, como o papel da audiência, eu vou deixar para ler as perguntas... Aliás, não chegaram perguntas... um momento, um momento.

Não chegaram perguntas, chegaram posições, e todas favoráveis aos animais, algumas pela aprovação como está, outras querendo emendas, mas todas favoráveis.

Eu vou passar a palavra, primeiro, como é o regulamento, para os Senadores que se inscreveram.

Em primeiro lugar, passo ao Senador Hélio José, que é o Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela direção dos trabalhos. Cumprimentar todos os membros aqui presentes. Cumprimento o Sr. Thales de Astrogildo e Tréz, da Universidade Federal de Alfenas. É isso? José Mauro Granjeiro, do Conceia/MCTI; Vânia de Fátima Plaza Nunes, do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; Ricardo Izar, nosso querido Deputado Federal, do PSD de São Paulo; Joel Majerowicz, da Anvisa; o Sr. Márcio Lorencini, do Grupo Boticário; e o nosso querido Senador José Medeiros, sempre presente também; todos os que estão aqui na nossa importante audiência pública e os nossos ouvintes.

Acho de alta relevância o projeto apresentado pelo Deputado Ricardo Izar e também pelos nossos Senadores Valdir Raupp e Alvaro Dias. O assunto está realmente na ordem do dia. Vimos há pouco tempo aquela situação em São Paulo dos cachorrinhos, que chamou bastante atenção do nosso País. A gente precisa ter clareza de uma coisa: eu sinceramente defendo a família e defendo a vida. Se tiver que fazer uma opção, eu vou optar pela vida e, em ordem de prioridade, a vida humana. Então, não vou deixar de priorizar alguma questão que tenha de ser feita para se ter a cura de um mal insanável para o ser humano.

Mas com relação à cosmética – como nosso Presidente muito bem expressou – a gente dá um jeito, vai dando um jeito. Acho que não dá para ficar causando tanto sofrimento, fazendo tanta judiação com seres que são irracionais e não têm como se defender.

Consequentemente, o projeto do nosso Deputado traz uma clareza de ação quanto a esses fatos. E não tenho dúvida, Ricardo, de que está em boas mãos a relatoria: nas mãos do Senador Cristovam Buarque. E com todo o cuidado vamos tentar juntos acelerar o máximo possível esse relevante projeto.

Cristovam já expressou essa questão das emendas que a gente tem que avaliar com mais cuidado. De repente vai atrasar mais do que agilizar. E a gente pode discutir um segundo projeto, dependendo o tipo da emenda, até para não agilizar um expediente.

Compreendo que a questão da Anvisa e a do MCTI é mais no âmbito da cautela necessária para defender a primeira premissa que coloquei aqui, que é a questão da vida, porque acho que eles não estão aí querendo

defender que a empresa de cosméticos a ou b tenha primazia sobre o sofrimento dos animais nesse tipo de situação.

Eu sou da Base do Governo, não nego. O Governo tem seus erros e seus acertos. Creio que aqui temos que fazer críticas necessárias e construtivas ao Governo, votar contra o Governo quando necessário e a favor quando o Governo estiver certo. Não é porque sou da Base do Governo que sou obrigado a votar assuntos sempre de interesse do Governo. Vou votar de acordo com a minha consciência. Sou servidor público concursado, não preciso da política para a minha sobrevivência. Estou aqui defendendo a política pelo bem do ser humano, pelo bem da sociedade, para proporcionar uma vida um pouco melhor para todos, inclusive para os nossos animais.

Sou sensível ao tema e respeito muito a posição da Ufal, uma das melhores universidades do País, com excelência na questão de tratamento de animais e da agronomia, áreas tão importantes para o País, uma universidade que eu invejo, assim como respeito a posição de todos que aqui se pronunciaram.

Eu prefiro não entrar em detalhes, apenas quero saber que posição vocês consideram mais coerente dentro dessa tese, sem esquecer a prioridade da vida humana, e também como podemos ajudar a amenizar o mais rápido possível essa situação de sofrimento extremo. Porque alguns animais sofrem para que haja, de repente, um rímel mais bonito ou mais permanente, ou um aplique no cabelo, algo assim, o que não seria o ideal.

Existe uma diversidade imensa no Brasil, muita coisa a ser descoberta em nossa natureza, na nossa Amazônia, que muitas vezes é destruída. Acabamos de discutir aqui uma lei importante, a Lei da Biodiversidade, que vai fazer com que o País seja vanguarda nessa discussão, sem que seja preciso sacrificar este ou aquele animal. Eu não sou fundamentalista, não sou radical nem conservador em relação a isto ou àquilo. Estamos aqui para avaliar a situação adequada.

Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Estamos juntos nessa batalha. V. Ex^a conte comigo no que precisar em relação ao projeto que vai relatar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, público presente, todos que a nós assistem pela TV Senado, há poucos dias, assisti a um programa de tevê em que havia uma discussão nesse sentido. Um dos palestrantes afirmou que o não uso de animais atrasaria a ciência e que isso traria grande prejuízo. Numa linha totalmente diferente, outro palestrante contrapôs que, na verdade, o uso de animais faz parte de um ciclo arcaico e que isso atrasaria o desenvolvimento da ciência porque essa prática impediria a inovação no setor. Eu queria ouvir a opinião de vocês a esse respeito.

Outra coisa que eu queria ouvir do representante do Governo é por que o Governo é contra esse projeto.

Na linha do que o Senador Cristovam falou, há poucos dias estive no zoológico de Brasília. Meus filhos insistiram para que eu fosse, e eu confesso que saí de lá deprimido, principalmente por ter visto na jaula uma espécie de águia, pois fiquei pensando que aquele animal, que é para voar longas distâncias, está lá preso. Assim como todos os outros. Nota-se que não estão felizes ali.

Eu creio que nós estamos no caminho certo ao começar a discutir isto aqui no Parlamento, mas Hollywood já começou a discussão faz tempo. Há poucos dias, eu estava assistindo novamente ao filme Planeta dos Macacos, que é um filme antigo, mas em que já havia a discussão sobre o tema. Ele realmente nos faz pensar e nos coloca diante de um dilema.

Agora mesmo, cedo, eu saí de casa, minha filha tem um yorkshire, um cachorro pequeninho, ele tem cinco anos e não pesa dois quilos, mas é da família, precisa fazer um tratamento de tártaro e tem que tomar anestesia. E a preocupação da família, desde ontem, era em torno desse cachorro.

Eu fico pensando, às vezes, que o nosso amor e o nosso desprendimento são um pouco seletivos, porque lá em casa, por exemplo, jamais seria permitido qualquer teste naquele cachorro, que é como se fosse... E, ao mesmo tempo, a gente... Com outros animais, às vezes, você não tem o mesmo cuidado. Eu coloco isso para dizer como é difícil resolver esse tipo de questionamento.

Há poucos dias – para a gente ver como a questão não é fácil – eu fui a um leilão, no norte de Mato Grosso. Estávamos minha esposa e eu, e eles servindo aqueles churrasquinhos ali. Os bezerros correndo, porque eles movimentam os bezerros para mostrar o lote e vender. Ela estava escandalizada com o sofrimento deles, porque estavam ali correndo, com medo e tal. Eu disse: “Pior não é situação daqueles, mas a desse bezerro que está aqui no prato!” Então, ela parou de comer, dizendo: “Não vou comer mais!” Então, o que acontece? Nós temos um dilema muito grande.

Eu queria deixar mais uma reflexão aqui, por ser também um pouco jurídica. Esse tema que estamos enfrentando, como eu já disse, é um dos mais difíceis e envolve um intrincado dilema moral que implica em definição do enquadramento conferido pelo nosso sistema legislativo aos animais, que é uma questão importante

de saber. Como ele se posiciona no nosso ordenamento jurídico? São eles meramente um objeto? Sujeito de direito ou uma espécie híbrida? Até por isso, trata-se de questão jurídica de alto relevo.

Um mero passar de olhos pela Constituição basta, para perceber que há princípios apontando para os dois lados. O inciso VII do art. 225 veda a submissão dos animais a práticas cruéis. Já o §1º do art. 218 trata a pesquisa básica e tecnológica como prioridade estatal, ao passo que o art. 196 põe a redução dos riscos de doenças como dever do Poder Público.

Do ponto de vista jurídico, portanto, penso que devemos buscar uma fórmula que otimize todos esses preceitos. Isso passa pela análise precisa da eficiência dos testes em questão, assim como pela ponderação dos motivos que ensejam os testes. Somente teste que seja possível servir de parâmetro para o organismo humano, assim como aves, para reduzir o risco à saúde das pessoas, são os que considero legítimos, assim mesmo com alguma dificuldade. Além disso, o grau de tolerância com as agressões orgânicas aos animais há de ser fixado conforme a essencialidade das medidas testadas. Quanto mais superficial e objetivo, menos permissivas parece-me que devem ser as normas.

Diante disso, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir dos convidados – eu creio que alguns até já falaram sobre o tema, mas só para ficar mais claro – se há alguma espécie de controle de eficiência dos testes para fabricação dos cosméticos. Os resultados testados se têm mostrado compatíveis com os efeitos nos humanos? Além disso, eu gostaria de ouvir alguns exemplos dos riscos que tais produtos cosméticos gerariam para os humanos.

É isso. Eu creio que não se vai resolver aqui.

Com essa pergunta eu também fico em dúvida, mas do ponto de vista pragmático, a respeito da pergunta legislativa, seria – porque aqui a gente não consegue o que quer, consegue o possível – o caso de mandar esse projeto do jeito que está já para uma aprovação e se pensar já em um outro para modernizar esse, vamos dizer assim, porque eu também concordo com que se ele voltar, vai entrar, realmente, no limbo da eternidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, tudo isso que o senhor chamou de dilema é essa realidade que a gente vive muito contraditória, em que a ciência avança mas a ética não tanto. Ou então a ética quer avançar e não sabe como, com algumas nuances. Por exemplo, a sua relação com esse cachorrinho de vocês é uma relação de amor, de afeto, que não entra aqui.

Aqui estamos discutindo ética, que é uma questão de solidariedade. Claro, a solidariedade, às vezes, vem de uma relação de amor, que se espalha. Mas estamos discutindo solidariedade ética.

Comecei a me afastar, embora não tenha rompido até hoje o hábito de comer carne, no dia em que estava aqui na zona rural de Brasília, convidado por um amigo que é cozinheiro, gosta de cozinhar, comendo uma carne maravilhosa, e começou a haver um barulho perto, de um bicho. Eu perguntei: “O que está acontecendo com esse bicho?” Ele disse: “É a mãe do bezerro que você está comendo, com saudades dele.” Não consegui continuar. Ele disse isso com uma espontaneidade total, com uma frieza absoluta! E é uma figura humana para outras coisas.

Temos que trazer a humanidade também para a relação com os animais. Não me refiro ao animal doméstico, que, como digo, tem relação de afeto, como temos também uma relação com os nossos filhos diferente daquela que temos com os que estão morrendo no Mediterrâneo, querendo ir da África para a Europa. Assistimos na televisão e às vezes nos incomodamos um pouquinho. São dois minutos e pronto. Esse é um problema.

Outro problema são as contradições que têm entre o produto que virá do tratamento com os animais. Nem falo da alimentação que o substitui.

Por exemplo, o senhor e nós não queremos que o cachorro vá fazer o tratamento de tártaro, que é horrível! Quem já fez sabe que incomoda. Mas se fôssemos usar animais para pesquisar como cuidar dos dentes sem sofrer, como sofreremos com dor na hora do tratamento de eliminar o tártaro, entre outras coisas?

É uma questão de solidariedade, de ética e de dosagem de tudo isso na relação entre os seres humanos e entre seres humanos e animais. É muito complicado.

Mas quero dizer a vocês que estou surpreso com a unanimidade que se tem aqui com relação a esse projeto e muito contente com a posição do setor industrial, que reconhece que essa lei pode ser positiva. A divergência que está aqui é na questão das emendas que visam a ampliar, e no tempo que se ganharia com isso.

Uma das coisas que vou querer ver, e foi o próprio Deputado que me trouxe a sugestão, é se, excluindo o §8º – e parece que isso atenderia a maioria – significaria uma emenda de mérito ou emenda de redação. Tenho impressão que, se for de redação, não voltaria. Tenho impressão. Não sou regimentalista. Consultei o assessor e ele acha que mudaria o mérito. Aliás, ele não disse que mudaria. Ele disse que, se mudar, volta. Vamos discutir. Talvez não mude o mérito. Não sei. Talvez seja uma questão de redação, e, nesse caso, não voltaria.

Mas fico feliz que estejamos debatendo o tema com essa complexidade, e outros virão daqui para frente, por exemplo, relacionados com droga, com o aborto, que vai chegar em algum momento aqui, a questão do

direito à morte assistida. Vão chegar aqui em algum momento, e vamos ter que enfrentar esses dilemas, como disse o Senador José Medeiros.

Dito isso, passo a palavra, na ordem da direita para a esquerda, já que viemos mais ou menos assim, para responderem às perguntas. Gostaria de deixar aquela pergunta de como diferenciamos o produto que vai para cosmético do que vai para tratamento de doenças de pele.

O SR. MÁRCIO LORENCINI – Vou tentar dividir um pouco as reflexões aqui, para trazer isso para uma questão mais científica.

Acredito que a primeira questão sobre como diferenciar um produto de aplicação cosmética de um produto de tratamento é a própria definição de cosméticos que a vigilância sanitária preconiza. Se eu apresentar um produto com finalidade de tratamento, não vai ser registrado como cosmético, porque não vai passar nos critérios de análise de um produto cosmético pela vigilância sanitária. Acho que esse é um ponto de restrição bastante importante para colocarmos aqui.

Qualquer proposta diferente daquele conceito preconizado vai ser questionada, e se não houver respostas satisfatórias, aquele produto não vai ter licença para ser comercializado como cosmético. Acho que esse é um primeiro ponto.

Uma outra reflexão com relação à quantidade de novos ingredientes... Na verdade, eu estava tentando formular um raciocínio aqui, mas a questão é que eu não sei precisar a quantidade exata de novos ingredientes que a gente coloca. Eu precisaria fazer uma análise de portfólio hoje, mas acho que uma pergunta viria um pouco antes disso: o que são considerados novos ingredientes?

Acho que essa pergunta é bastante importante quando se pensa em cosmético. Estou falando de um novo ingrediente para cosméticos, que já foi aplicado num fármaco, que já teve n testes realizados, mas nunca foi aplicado com a finalidade cosmética. Isso é um novo ingrediente? Para cosméticos, sim. Para produtos em geral, não.

Uma outra reflexão que tem de ser feita – e, no mercado cosmético, acho que a gente lida bastante com essa situação – é a questão de misturas. Muitos ingredientes considerados novos no mercado cosmético são misturas. Então, fala-se muito dos extratos vegetais, extratos de origem vegetal. O que é um extrato de origem vegetal? Isso é considerado um novo ingrediente?

Se eu considerar mistura, ela é uma nova mistura, mas, por trás daquela nova mistura, eu tenho uma composição específica de ingredientes que pode ser avaliada por métodos físico-químicos adequados, e eu posso tentar avaliar o histórico que existe para cada um daqueles componentes da mistura.

Acho importante a gente pensar nessas definições antes de ir para perguntas assim. Do contrário, a gente realmente se restringe muito. Uma nova mistura formada por ingredientes conhecidos tem um histórico; tem histórico, tem testes realizados, que podem ser utilizados e que não exigem a necessidade de novos testes, principalmente em animais.

Portanto, acho que essa é uma reflexão importante. Não sei se esclarece um pouco desse ponto, mas acho que nos ajuda a pensar a respeito disso.

E mais uma reflexão também para a gente pensar aqui é o seguinte: quando a gente fala de uma análise toxicológica, a análise toxicológica pauta-se em alguns elementos. O primeiro elemento que a gente tem de avaliar numa análise toxicológica é o nível de exposição. Há um ditado famoso que diz que tudo é veneno e nada é veneno; depende da dose.

Então, a questão é pensar no nível de exposição. Inevitavelmente, ou implicitamente, o nível de exposição de determinado ingrediente a que uma pessoa se sujeita para determinado ingrediente numa formulação cosmética é bastante reduzido, primeiro, pela concentração desse ingrediente; segundo, pelo uso tópico. Claro que é uma questão de se avaliar caso a caso, mas, no geral, o nível de exposição gerado, se a gente for avaliar a toxicidade sistêmica, é muito reduzido para cosméticos, pela própria natureza do produto. Isso já é um argumento extra que nos favorece a uma análise simplificada daqueles ingredientes.

Quando vamos compor um dossiê especificamente para um produto cosmético, alguns critérios devem ser levados em conta. Então, quanto ao nível de exposição. Vou ter de levar em conta o tipo de uso que vai ser feito; a quantidade do ingrediente que vai ser aplicado na concentração final da formulação; se existe um histórico de estudos de segurança ou até de uso rotineiro para aqueles ingredientes ou para substâncias muito similares àqueles ingredientes. Outra coisa é se existem, então, os métodos alternativos que podem ser feitos para comprovação simples de eficácia. Por exemplo, para irritação dérmica ou irritação ocular, já temos métodos validados. Isso já supre uma quantidade imensa de avaliações que podem ser feitas, para não falar todas – eu acho que mais de 90% das análises que a gente precisaria fazer.

Aí, eu acho que a questão é que, se, com tudo isso, ainda restarem dúvidas com relação ao ingrediente, com relação ao componente, cabe um posicionamento corporativo, que, no nosso caso, é: se for para teste

em animais, nós não vamos aplicá-lo neste momento. Então, essa é a posição que a gente adota como Grupo Boticário e como empresa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr. Joel.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas a minha pergunta é durante o processo de pesquisa para desenvolver o produto.

O SR. JOEL MAJEROWICZ – Obrigado.

Acho que o Dr. Márcio Lorencini já respondeu grande parte das perguntas que me caberiam, mas é importante alertar, na sua fala, de que extratos de plantas que são conhecidos e são misturados, se nunca foram misturados, a gente tem um fator adicional a isso tudo que deve ser avaliado. Pode haver uma adição de componentes que levem a efeitos que eles sozinhos não apresentem, numa nova formulação. Então, essa é a preocupação da Anvisa.

Eu gostaria de reforçar a questão de que a competência da Anvisa abrange tanto a regulamentação sanitária quanto a econômica. A gente não pode deixar de considerar que o mercado nacional, em termos de cosméticos, é um mercado crescente. Basta a gente olhar uma publicação da ABIHPEC, que diz que em aproximadamente um ano nanomateriais de referência para aplicação em produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, por meio da nanotecnologia (nanomateriais), que darão maior valor agregado, tecnologia e competitividade ao setor, poderão estar à disposição da indústria, pela primeira vez na história do País.

Ou seja, novos produtos oriundos de nanotecnologia poderão ser aplicados sem nenhum tipo de segurança? Nós estamos falando de materiais como ouro, dióxido de titânio, óxido de zinco, dióxido de silício. Quais são as implicações nas doses desses produtos em um componente cosmético? Basta dizer que a Anvisa precisa estar, e está, sempre atenta à questão regulatória e à questão sanitária.

Por exemplo – temos dado aqui vários exemplos –, numa viagem de volta do Rio de Janeiro a Brasília, eu peguei... Não vou dizer qual a companhia aérea e nem o produto, mas havia uma propaganda de um sabonete em forma de picolé. Ou seja, o fabricante não sinalizava que aquele produto era para uso humano, simplesmente fornecia um sabonete em forma de picolé com odores das frutas. Tinha de melancia, de manga... Eu não lembro quais deles. Essa é uma infração sanitária grave, porque isso, na mão de uma criança, possivelmente vai ser levado à boca, e o produto cosmético, um sabonete, não pode ser ingerido. Então, a gente deve ter muito cuidado com o que vem ao mercado. E este é um exemplo de que a gente não pode descuidar, como agência reguladora nacional – e todas as agências reguladoras precisam olhar para a sua fatia do mercado, e a Anvisa não faz diferente –, da preocupação, porque erros acontecem, equívocos acontecem e podem levar a um grande agravo da saúde da população.

O Senador Cristovam Buarque disse que o Márcio já respondeu sobre a diferença entre cosmético e produto para tratamento de pele. Na realidade, quando a indústria vai à Anvisa peticionar um registro, ela já diz claramente para que é e segue todos os protocolos dentro dos registros que a Anvisa exige para caracterizar como cosmético ou como produto farmacológico, de tratamento para saúde.

O SR. MÁRCIO LORENCINI – Ele sabe que vai ser para cosméticos ou...

O SR. JOEL MAJEROWICZ – Não, normalmente, é o que hoje faz a Europa.

A Europa aboliu o uso de testes para cosméticos em animais, mas o próprio Alarcón já falou aqui, já deixou bem explícito que se desenvolvem os produtos e depois se define o que são. Então, na realidade, estão-se desenvolvendo produtos usando animais, fazendo testes de fototoxicidade e outros que usam animais e, no final da história, ele serve para cosmético, e vira produto cosmético regular no País.

Então, essas questões não são claras ainda no desenvolvimento do produto. No desenvolvimento do produto não está claro que é para cosmético. O que a proposta do Deputado Ricardo Izar traz é exatamente para cosmético, e a preocupação da Anvisa é exatamente no sentido de que novos ingredientes ou nova mistura de ingredientes conhecidos que nunca foram associados não venham causar dano à saúde da população.

A gente tem aqui claramente duas posições. Uma posição é a abolicionista. Não sou contrário à abolição, a minha formação é medicina veterinária, não sou contrário, mas, como havíamos conversado na salinha com a Profª Vânia, tudo é um crescimento, tudo é uma evolução da ciência. Hoje, impedir que a ciência use animais de laboratório, que é um padrão ouro, não é um padrão que não foi validado, mas é um padrão ouro que vem se mostrando eficiente...

Tanto é eficiente que hoje, no Brasil, nós temos o melhor programa de imunização do mundo. A varíola foi erradicada; hoje, nós temos um índice muito baixo de poliomielite, sarampo, febre amarela. A melhor vacina do mundo, a única produção de talvez 90% da produção mundial está na Fundação Oswaldo Cruz, em Bio-manguinhos, é a produção de febre amarela. E todos eles usam animais na sua produção ou nos seus controles.

Abolir o uso de animais de uma vez, sem levar em consideração todos os prejuízos que possam trazer à população e à nação brasileira, desculpe a expressão, mas se é para ser enfático como eles estão sendo, é uma irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só queria dizer que nós conseguimos abolir poliomielite, varíola, qual outro?

O SR. JOEL MAJEROWICZ – Eu chamaria de doenças negligenciadas: a fome e a pobreza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora não abolimos analfabetismo, não abolimos fome. Sabe por quê? Porque essas duas não pegam. Você chega junto de uma pessoa com fome e não fica com fome. Se você tiver contato com uma pessoa com poliomielite, pode ser contaminado. Aí a elite brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas são negligenciadas por isto, porque não pega na elite, não são transmissíveis. A elite resolveu o problema das doenças que vêm de vírus, porque, se não resolver no pobre, chega para ela. Aí resolveu. Mas a que não chega fica negligenciada. Por isso que há tanto esforço para uma porção de tantas outras doenças e não para algumas que contaminam as massas.

Deputado Ricardo Izar. Ofereci a ele ser o último a falar, como autor do projeto de lei, mas ele disse que falará igual aos outros.

O SR. RICARDO IZAR (PSD – SP) – É rapidinho.

Eu queria só responder algumas perguntas que o Senador José Medeiros e o Senador Hélio José fizeram.

O Senador José Medeiros perguntou qual é o atraso da gente não ter uma legislação que proíbe a utilização de animais para cosméticos. A gente tem dois tipos de atraso: o atraso moral, que é a questão do respeito aos animais, e o atraso mercadológico. Esse atraso mercadológico representa hoje, segundo estudos que a gente fez, levantamentos junto ao MDIC, o impedimento da exportação de €900 milhões de produtos cosméticos para a Europa, já que a Europa não aceita a compra de países que ainda utilizam esses métodos.

O segundo ponto que o Senador José Medeiros levantou é quanto à natureza jurídica, porque como o animal está enquadrado hoje... Já tramita na Câmara dos Deputados um projeto de minha autoria, que é o 6799 – inclusive dia 16 agora vai haver uma discussão com todas as OABs do Brasil –, que altera a natureza jurídica do animal. Ele deixa de ser uma rês, como é tratado no Código Civil, uma coisa, e passa a ser um sujeito *sui generis*, aquele que tem direitos, mas não tem deveres. Eu acho que esse projeto vai ser um grande ganho para a questão dos direitos animais no Brasil.

Quanto à pergunta do Senador José Medeiros, se não seria melhor aprovar esse projeto e dar entrada em outros projetos, acho que esse seria o melhor caminho. Minha opinião é essa. Inclusive, se a gente conseguisse suprimir o §8º, como foi colocado aqui, sem alterar o mérito, ele não voltaria. Então, seria um ganho grande para o projeto a supressão do §8º e, posteriormente, a gente daria entrada em outros projetos, a exemplo dos que já existem, que tratam de materiais de limpeza e outros fatores mais.

Queria aproveitar que estou aqui com a Anvisa e com o Consea e perguntar o seguinte: será que, em vez de ser feito o investimento altíssimo na Rebiotério, a rede de biotérios que está sendo desenvolvida e que vai utilizar mais de cinco milhões de animais envolvidos, não seria melhor investir no desenvolvimento e na tecnologia de técnicas substitutivas e alternativas?

Para complementar, eu queria só colocar um ponto do qual muita gente aqui está falando: existe uma grande diferença entre testes alternativos e testes substitutivos. Digo isso principalmente para os Senadores ficarem sabendo que o alternativo, muitas vezes, pode até diminuir só o número de animais, como a Drª Vânia falou, mas que o substitutivo elimina a utilização de animais. Hoje, na Europa, os testes alternativos continuam sendo utilizados. Isso é bom a gente frisar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Deputado. Com a palavra, a Drª Vânia.

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Muito obrigada.

Na verdade, já foram feitos tantos esclarecimentos aqui, mas eu gostaria de fazer algumas colocações.

Primeiro, é o seguinte: quando a União Europeia definiu pela proibição, ela, realmente, já tinha feito todo esse protocolo prévio de análise, de validação de testes e tudo mais, e a Índia, quando assumiu esse papel de buscar essa proibição, fez isso no prazo de um ano, ou seja, isso foi dado como prioridade.

Também acho, senhores, que a sociedade... O senhor mesmo, Deputado Ricardo Izar, colocou que o que ocorreu no Instituto Royal e a rapidez com que algumas coisas tramitaram – inclusive, a própria lei inicial, como o senhor colocou – deveram-se à mobilização da sociedade em prol da mudança que nós queremos. Aqui, onde nós estamos, há a representação da sociedade brasileira, que se mobilizou fortemente.

Então, acho que a gente precisa tomar cuidado para “não jogar fora o nenê com a água do banho”, como diz o ditado popular. Aproveito o que os meus colegas e companheiros de mesa colocaram, porque a gente tem de tomar muito cuidado. Por exemplo, há riscos, e, na verdade, a gente deu uma moratória desnecessária para muita coisa que já está resolvida. Então, nisso a gente tem de pensar.

Eu gostei muito do que o senhor disse: que, talvez, exista uma alternativa dentro da tramitação, para que a gente possa achar uma solução, melhorar e, aí sim, correr atrás de outras coisas. Mas temos de tomar bastante cuidado e, realmente, olhar para todos os lados.

Por isso, senhores, quando fiz minha apresentação, tentei pegar tópicos que estavam muito claros e subtendidos. Na verdade, é o que vai acontecer. Na verdade, acho que isso é uma coisa bem clara.

Eu queria deixar claro algo que, quando falei, não coloquei: seres sencientes – digo isto para quem nunca ouvir falar neste termo – são os seres capazes de ter sensações de alegria, de felicidade, de tristeza. Os animais são capazes disso. Já existem trabalhos científicos mostrando isso em todos esses animais que são usados pela ciência para testar aquilo que nós usamos, independentemente do que seja, que, neste caso, são principalmente os cosméticos. Mais do que isso, quando eu disse que, em 2012, foi feito o reconhecimento e a publicação de que os animais são conscientes em escalas diferentes de consciência, eu o disse porque esse é um fato.

Adorei o que o senhor falou: como é difícil a gente tomar uma decisão! Temos de enfrentar esses problemas. Não dá para a gente continuar gerando conhecimento científico, conhecimento científico, conhecimento científico, para guardá-lo na gaveta. O conhecimento científico se justifica em todas as áreas, inclusive na moralidade e na ética, para que a gente, na verdade, coloque isso na prática da nossa relação social.

Quanto mais violência se gera, mais violência... E a gente faz de conta que não está vendo. Eu também gostei muito do que o senhor falou em relação ao que está acontecendo com populações do mundo que estão sendo mortas única e exclusivamente por diferenças.

Então, acho que a gente está precisando pensar nisso. Neste momento, temos de pensar nisto aqui. Nós vamos continuar achando que podemos deixar para depois? E nós não precisamos reinventar tudo. Já existe muita coisa pronta que nós podemos adotar.

Para mim, ficou muito claro que, realmente, cada um olha para as coisas de uma forma, quando o Márcio fez uma colocação em relação à combinação de alguns produtos e aos nomes que se colocam.

Dr. Joel, na verdade, quando falei a palavra “cosméticos”, eu o fiz por essas questões, que não estão claras. Entendeu?

Então, a gente precisa tomar cuidado. O passo que vamos dar é bastante importante. Se existir uma alternativa para que possamos garantir isso definitivamente e ponto, ótimo! Senão, é melhor que nós repensemos. Por quê? Preocupa-me quando o senhor diz que a Lei nº 9.605 não é uma lei aplicável. Olha, eu moro numa cidade e milito, trabalho na proteção animal há mais tempo até do que existe a lei. Posso lhe dizer que ela já foi muito útil e aplicável para punir muita gente onde eu moro, uma pequena cidade no interior do Estado de São Paulo, que é Jundiá. O senhor é de São Paulo e a conhece, com certeza.

Então, na verdade, o que a gente colocou ali é que existe um conflito. No que está sendo proposto, dando um prazo de cinco anos, a gente vai continuar dizendo – e já dissemos isto hoje – que os animais, pela Lei nº 9.605, não podem ser submetidos à crueldade, a maus-tratos, a abuso e à negligência, quando existem técnicas alternativas. E isso hoje já acontece. Então, vamos protelar por mais tempo que isso continue a acontecer?

A lei só é aplicada quando, de fato, nós olhamos para ela, tiramos da gaveta e tomamos uma atitude.

Se nós vamos ter que cancelar e começar de novo, vamos fazer, pegar o que está pronto e colocar em prática em um ano aqui. (*Palmas.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Eu recebi uma pergunta da Simone Lima, da ProAnima. Ela pergunta o seguinte: “Gostaria que comentasse sobre o perigo de não haver uma proibição de vendas de produtos importados no PL, ao contrário do que foi estabelecido na União Europeia, na Nova Zelândia e na Índia.”

Temos mais esse problema. Há mais um detalhe: como vai ficar a comercialização de produtos que foram testados nos animais aqui dentro do nosso mercado brasileiro? Já que nós temos tantos interesses comerciais, e podemos usar algumas vezes essas prerrogativas para muitas negociações, acho que esse é um outro ponto que não foi abordado – muito bem lembrado pela Simone –, e precisamos também entender como ficamos. Isso vai estar dentro desse projeto de lei, isso vai ter que ser uma lei nova, mas é um assunto que, infelizmente, não foi tratado.

Por que não? Nós não somos capazes? É claro que somos! É claro que nós somos! Nós somos e nós estamos dentro da Casa que define a prioridade das coisas. Quem sabe, havendo essa coragem, enfrentando isso, nós vamos conseguir mostrar que é possível mudar posturas éticas e morais dentro da nossa sociedade com clareza, porque é por pequenos passos que se constrói uma grande transformação na sociedade.

Eu queria que vocês, como Comissão, tivessem a delicadeza e o cuidado de analisar cada um desses passos, porque, com certeza, esse e outros temas tão mais delicados, como o senhor colocou, precisam ser, de fato, entendidos. E entender que nós saímos, há muito tempo, do termo de que os animais são seres irracionais. Não. Os animais são seres sencientes, reconhecidos já, há mais de 18 anos, no mundo todo pela ciência, como seres sencientes. A ciência do bem-estar animal trouxe isso.

É importante deixar claro que a ciência do bem-estar animal não tem nada a ver com nenhum movimento abolicionista ou bem-estarista que exista. Acho que precisamos separar as coisas. Na verdade, elas nos fornecem, sim, cada vez mais argumentos para entendermos que tudo o que nós fazemos pelos animais é entendido por eles de alguma forma. Por isso, moral e eticamente, nós precisamos defendê-los.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Duas coisas. Primeiro, há uma pergunta aqui que chegou do público para você.

O SR. RICARDO IZAR (PSD – SP) – Em relação a essa questão dos ingredientes importados, Simone, foi feita, na época, uma emenda no plenário que foi rejeitada pelo Deputado Sávio. Está sendo feito um novo projeto de lei. Só que só se pode dar entrada nesse projeto de lei depois que este já não estiver na Casa, se não ele vai ser apensado. Então, estamos usando as estratégias regimentais para poder dar prioridade ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fiquei com uma dúvida. Você fala que haveria um retrocesso, mas as leis que estão aí em vigor continuam. Essa aqui traz mais...

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Não, não. Infelizmente, Senador, na verdade, não é bem assim. Nós, na verdade, precisamos tomar bastante cuidado, porque a organização e a forma das palavras muitas vezes podem gerar mais do que uma interpretação, que é o que está acontecendo. Se pudéssemos voltar, na verdade, na colocação, eu deixei apontado. Isso ficou disponível, mas como, às vezes, eu usei como uma tarja em cima, quando você imprime, não sai; sai a tarja em cima. Então, nós podemos, na verdade, colocar. O problema também é que, por exemplo, só se suprimiu o 8; o 7 é muito inócuo. Portanto, precisamos ponderar exatamente o que vamos conseguir avançar.

Represento aqui o Movimento de Proteção Animal, que é o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. Temos mais de 100 entidades. Temos uma rede de afiliadas, e, antes de vir aqui, discutimos a matéria amplamente dentro de uma rede de afiliadas nacional, para saber qual era a posição que traríamos aqui. É lógico que achamos a iniciativa do projeto de lei maravilhosa, sem dúvida. Isso é inquestionável, mas nós precisamos entender o que vamos escrever ali, porque, muitas vezes, prazos dão alternativas para que situações críticas se mantenham. E o que é pior: com a anuência de uma lei. A lei está autorizando que aquilo continue.

Precisamos, realmente, entender exatamente, pegando a lei como um todo, onde é que vamos aceitar ou não aceitar as coisas.

Honestamente, como eu disse, e quero repetir, existe legislação mundial proposta em outros países que se adequam muito bem à nossa realidade, sem grandes problemas, de forma muito simples. Por que não fazer o que fez a Índia? Quer um país maior que a Índia, muito maior que o nosso e que vem crescendo no mercado comercial mundial?

Se eles foram capazes de fazer isso, com toda aquela diversidade que eles têm, por que nós não podemos tentar fazer algo semelhante? Não sei se esse é o caminho. Eu estou fazendo uma proposta dentro daquilo que vemos como factível, possível e adequado.

Acho que temos de pensar nisso, sim, Senador, porque nós podemos ter problemas. E acho que nós não podemos mais andar para frente e para trás ou andar de lado, que nem caranguejo, achando que já avançamos muito, mas avançamos muito pouco, depois de todo o trabalho de tramitação de um projeto de lei como vocês aqui estão colocando. Acho que a sociedade, do lado de fora, está esperando desta Comissão e do andamento dessa lei uma proposta que, de fato, tire os animais do sofrimento a que são submetidos hoje em dia sem nenhuma necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra ao Dr. José Mauro Granjeiro.

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – É favorável à aprovação do PL 70. Foi a conclusão da minha fala.

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – Obrigado, Senador.

Eu vejo que nós temos uma grande convergência. O Conceia não é contra o PL; ao contrário, é favorável. O Sr. Frank...

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – Eu vou explicar para a senhora. Só um instantinho.

Segundo os dados do próprio Sr. Frank, 99% dos produtos são ingredientes conhecidos. Eles vão entrar no primeiro trecho da regra e, portanto, não vão requerer testes em animais.

Por que a ressalva dos cinco anos? Acho que esse é o ponto crítico. Não é por conta de cosméticos, especificamente, porque o método alternativo é destinado a qualquer composto químico, independentemente da sua aplicação.

O Concea é absolutamente consciente de que os animais são seres sencientes, tem uma preocupação enorme com essa questão, mas existe aqui um momento de transição, que vou endereçar daqui a pouco em resposta ao Deputado Izar.

Volto à questão do 1% ou de por que esse prazo. Lá no Concea, inicialmente, pensamos em um ano, três anos, cinco anos, e acabamos propondo os cinco anos, junto com a discussão com o Deputado Izar. Por quê? Hoje, não há laboratório no Brasil capaz de realizar qualquer um desses ensaios alternativos em condições de BPL. Não temos! Há um laboratório que pode fazer o teste de cometa *in vitro*. Então, se a mudança for imediata, a repercussão também é imediata. Os representantes de O Boticário, da Natura podem todos atestar que eles acabam mandando os ensaios para fora do País.

Concordo com a Dr^a Vânia com relação à questão do investimento, mas foge do âmbito do Concea a capacidade de gerir isso. Nós, quando estabelecemos a regulamentação, nos preocupamos, sim, com a questão dos animais, mas também com a questão dos animais “barra” humanos e do meio ambiente com relação à aplicabilidade dos ensaios. Eu gostaria muito, gostaria muito de, saindo daqui, ter a certeza de que, daqui a seis meses, a um ano, nós tivéssemos uma rede de laboratórios minimamente capacitada a realizar esses ensaios que estão propostos. Minimamente capacitados. Esse é um aspecto.

No outro 1%, não tenho dúvida, como a própria indústria já se manifestou, que, em função da vocação da indústria brasileira, pouco se faz ingrediente novo; busca-se a recombinação, e não se fazer testes em animais. Então, praticamente não haverá testes em animais. A preocupação maior é com o sentido da história, o sentido do teste. Esse é um aspecto.

O outro aspecto é com relação à questão que a Dr^a Vânia colocou de interesses ocultos, porque o Concea pediu esse prazo. Não é oculto; é isso que estou dizendo. A nossa preocupação é ter laboratório capaz de fazê-lo.

Tanto o Thales quanto o Frank comentaram sobre a questão de o método de validação se reportar aos animais. Então, quero fazer um raciocínio – é claro, há diferentes opiniões – com o seguinte exercício: olhando a história da humanidade, do ponto de vista da longevidade e qualidade de vida, há dúvida de que evoluímos? Não. Há produtos mais seguros do que antes? Há. Em média, há. As pessoas têm melhores condições de vida?

(Intervenção fora do microfone.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA *(Fora do microfone.)* – Depende.

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – Dependendo do padrão social, sim. Estou considerando o Primeiro Mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – Há falhas nos atuais sistemas preditivos nos animais? Sim. Sim, há falhas, o Thales mostrou. Mas ele mostrou dois números sobre os quais quero refletir. Sessenta por cento de correlação do animal, não humano e humano; na questão hepática de 13% a 33% dos testes hepatotóxicos não têm correlação. Vamos inverter o número? Se de 13% a 33% não têm correlação, significa que de 87% a 70% têm correlação. Olhem, entendam, como eu disse na minha apresentação, nós queremos evoluir para um sistema melhor, que não use animais. Tenho muito medo, Senador e Deputado, de apostar naquela velha história de que com um tiro resolvo todos os problemas.

Respondendo à pergunta do senhor: investir em rede de biotérios ou investir em novos métodos alternativos? Acredito completamente que em ambos e vou dizer por quê. Por que métodos alternativos? Nós temos de avançar, nós temos de apresentar modelos que independam de animais, deve haver recurso. Os europeus, que desenvolveram todo esse processo de banimento, fizeram-no em cerca de 20 anos com cerca de €300 milhões. Os americanos resistem e colocam fortunas no desenvolvimento dos sistemas de testes integrados à toxicologia do século XXI em alta capacidade de avaliação de ômicas para se livrar dos testes de animais e é lá que nós temos de ir, com certeza. Mas, quando se tira hoje uma referência que – vamos lá – no limite está a 50% ou 60% de previsão, a gente evita muito efeito indesejável, evitamos algum. Se tirarmos completamente, o que restará? Alguém fez esse estudo? Excluir completamente... Estou falando em termos gerais. Voltarei à questão do cosmético.

Respondendo à sua pergunta, Sr. Deputado, sim, temos de investir em métodos alternativos pesadamente. Mas, como o nosso colega Thales apresentou, 90% da pesquisa com animais não é para ensaio toxicológico, é desenvolvimento: câncer, vacina, doenças parasitárias, doenças negligenciáveis fora fome e pobreza, analfabetismo. Nesta outra situação, vemos uma outra realidade. É fato, existe uma publicação da *Nature* que mostra limitações do modelo *in vivo*.

No ano passado, em 2014, a própria *Nature* publicou um estudo reavaliando 64 trabalhos exclusivamente voltados ao estudo de câncer *in vitro*, estudos *in vitro* para análise de câncer, e apenas 20% foram repetidos. O nosso mundo hoje – não é Brasil, não – vive um desafio tremendo em termos da reprodutibilidade de resultados publicados em revistas científicas, seja usando animais, seja usando células *in vitro*. Vou dar um exemplo da parte de célula, porque, como servidor do Inmetro na área de bioengenharia, eu trabalho com um programa de células de qualidade certificada. Por que o Inmetro está preocupado com isso? Porque as células utilizadas nos ensaios *in vitro* e utilizadas na terapia celular de doenças devem estar livres de contaminantes. O Brasil apresenta hoje, em média, cerca de 30% das células utilizadas em ensaios toxicológicos contaminadas com microplasma. É uma mínima bactéria que contamina a célula e enviesa, altera os resultados. Nós temos... Isso é a média mundial, e o Japão, em 2008, atingiu 80% de contaminação.

Há uma publicação demonstrando que a média mundial de células não autênticas é da ordem de 10%. O que são células não autênticas? O cientista utiliza uma célula para um estudo sobre câncer, sobre toxicologia achando que é uma célula humana e é de camundongo; ou ele acha que célula é do intestino e ela é da glândula mamária. Isso é uma realidade, senhores e senhoras. Eu peço a atenção de vocês para isso: é um desafio mundial melhorar a qualidade da pesquisa científica.

E aí, eu volto à questão que o nobre Senador colocou sobre a pesquisa: com animais atrasa ou sem animais atrasa? Quem atrasa quem? Eu entendo justamente que é um momento de transição.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Não, depende do que é qualidade de vida.

Nós temos de somar forças para evoluir do que temos hoje de *in vivo*, que, bem ou mal, com as restrições que ele apresenta, nos dá alguma direção, para um sistema melhor, mas esse sistema melhor não é imediato, não será amanhã, não será daqui a dois anos.

Somos a favor do PL 70. Argumentamos com os senhores e as senhoras, os Ex^{mos} Legisladores, a respeito da necessidade de equipar o parque de laboratórios do País, porque, do contrário – nós temos uma pequena cidadã aqui – , todos nós estaremos expostos a produtos que, se os testes forem malfeitos ou realizados em condições inadequadas, mais mal farão do que bem. O teste *in vitro*, com célula contaminada, dá resultado incorreto, com certeza.

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – Onde vamos apoiar a saúde da nossa população humana e dos animais não humanos e o risco para o meio ambiente? Nessa seara, entra agrotóxico, entra aditivo alimentar.

O meu caro colega Joel comentou das nanotecnologias. Dióxido de titânio é um corante usado em várias fontes, é usado largamente, é seguro. Que outros produtos virão cujos comportamentos não conhecemos? (*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO – Só para concluir.

Somos favoráveis ao PL. Eu argumento pelo tempo de transição para aquele mínimo percentual que vai ficar resguardando o ingrediente novo, que, no contexto nacional, deve ser desprezível ou inexistente. Mas apoiamos o PL.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aqui chegou uma pergunta dirigida ao senhor: “Em que etapa está o fornecimento de informações solicitadas nesse requerimento?” Não sei qual o requerimento. Neste aqui, não há. É algo de abril de 2014.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas o que há aqui de informações?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É, não há.

A SR^a VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Desculpe, mas está falando aqui: altera o dispositivo para dispor sobre a vedação e a utilização de animais em atividade de ensino, pesquisa e teste de laboratório com substâncias... É esse projeto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, mas quais são as informações solicitadas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não.

Bem, Thales, por favor.

O SR. THALES DE ASTROGILDO E TRÉZ – Como eu sou o último a falar, talvez já a maioria dos esclarecimentos tenham sido feitos.

Um último comentário talvez seja de que por trás dessa discussão toda há a questão da cultura científica sobre o que estamos testemunhando agora. Realmente, é uma transição o que está acontecendo. Se pegarmos

o discurso há dez anos aqui, no Brasil, havia uma polarização bastante forte, com a posição dos cientistas, dos pesquisadores bastante firme no posicionamento em relação à modelagem animal; hoje, já vemos um discurso que não é tão polarizado, em que se reconhece, inclusive, o potencial das novas tecnologias, inclusive, como o próprio Granjeiro falou, reconhecendo os limites dessas tecnologias e sabendo que esses limites estão sendo também aperfeiçoados ou melhorados.

As boas práticas de laboratório, por exemplo, são um caminho possível de incremento dessas novas tecnologias. Então, percebemos que essa autocrítica por parte da própria ciência vem acontecendo e vem provocando, naturalmente, resistência, principalmente por parte dos órgãos reguladores, o que é um comportamento natural dos órgãos reguladores, e por parte de muitos cientistas que, biograficamente, têm um envolvimento com a pesquisa com animal, com a cultura da experimentação animal. Então, é natural que, ainda que haja convergências, se percebam, de formas ainda bastante distintas, os papéis que a modelagem animal e outras modelagens representam para o avanço científico. Eu acho que isso ficou muito claro aqui hoje.

Em relação aos encaminhamentos do PL, eu confesso que sou leigo. Eu acho que está em boas mãos, as do Senador Cristovam Buarque e da Comissão de Ciência e Tecnologia, para fazerem o encaminhamento o melhor possível, a partir das reflexões que foram tecidas hoje aqui.

Como muito já foi dito, só para finalizar um pouco, não podemos pensar também, dentro dessa controvérsia científica... Identificamos um dilema moral muito claro, isso está muito bem definido, e existe um dilema científico também muito claro.

Só que dentro desse dilema, a gente não pode pensar a resolução numa saída, por exemplo, de ganhar ou perder, necessariamente. Há quem entenda, dentro da ciência, que, enfim, a experimentação animal provocou uma série de atrasos, de retardo no desenvolvimento de terapêuticas humanas. Tendo a me identificar, a me simpatizar com essa perspectiva, mas a gente pode entender também, a partir do que foi falado aqui, que essas inovações podem gerar um resultado ganho a ganho. Quer dizer, o ser humano não precisa sair perdendo com essas inovações, nem os animais também precisam. Aliás, os animais são os sujeitos em questão que precisam talvez mais sair dessa situação na qual se encontram já durante muito tempo.

Eu queria solicitar ao Senador Cristovam Buarque, talvez aproveitando uma fala mais reduzida... Eu vi que o George Magalhães solicitou a fala, e ele é uma das pessoas que representam um movimento importante de defesa dos direitos animais e queria solicitar à mesa e ao próprio Senador se há interesse de ouvir brevemente a exposição do colega.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Claro, eu só queria antes ler aqui as perguntas que chegaram. Aliás não são perguntas, são posições.

Um que vem de alguém daqui que não colocou o nome:

“O Boticário diz que é completamente possível inovar na área de cosméticos sem testes em animais.”

“Anvisa e Concea defendem o projeto como está.”

“As sociedades de proteção animal são contra o projeto de lei como está, pois ele é inócuo. Ou assim perdurará para a gente fazer uma proibição maior.”

Não é uma pergunta é uma colocação separando os dois grupos.

Agora, vejam o interessante. Há uma participação muito grande, todas contra o uso de animais. Alguns contra o projeto, outros não.

Tem um que deixou uma pergunta interessante, colocando dúvida.

Como tem gente que mandou diversas mensagens, não vou ler todas. Mas vou ler de todo mundo.

Paula Nasser: “Os testes com modelos animais não são indispensáveis. Esse argumento é cientificamente equivocado.”

João Valentim: “A questão é que quando se precisar de um remédio para o filho ou para a mãe, o brasileiro vai exigir a importação deste dos Estados Unidos, onde esse remédio foi desenvolvido em animais. Assim fica a pergunta: qual a diferença entre um animal americano e um animal brasileiro?”

Pelo menos entre os animais eu não sei, mas entre os americanos e os brasileiros é que nós teremos uma ética de proteção aos animais que eles não têm. E é cosmético e não remédio.

Letícia de Oliveira: “Chega de testes em animais.”

Catharina Camargo: “Bom dia. A sociedade quer o fim dos testes em animais. Porém, o PLC 70, de 2014, precisa de emendas para garantir a proibição total dos testes em animais, inclusive a proibição de importação de produtos testados em animais.”

Caipi Violet Paula Ferreira fez muitas colocações, mas resume tudo nisso: “Existem outras maneiras de testar medicamentos sem precisar utilizar animais.”

Ivana Moraes: “Basta de exploração de inocentes. Fim dos testes em animais.”

Gisele Kam: “Os animais que foram resgatados no Instituto Royal são a prova de como os testes no Brasil não seguem nenhum padrão, servem apenas para fazer essas empresas lucrarem.”

Catharina Camargo: “Esse PLC 70, de 2014, não pode ser sancionado dessa forma. Por favor aceitem emendas para que seja garantida a proteção dos animais utilizados em testes.”

Christiane Cordovil dos Santos: “Sou contra o PLC 70, de 2014, que dispõe sobre vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais. Acredito que há outros métodos.”

Antônio Carlos Pesce: “Totalmente contra.”

Katiucia Ribeiro: “Sou totalmente contra o uso de animais para teste.”

Luan Chahim: “Teste com animais. Um crime de que iremos nos arrepender no futuro, assim como nos arrependemos da escravidão e da violência contra as mulheres.”

Essa é uma das raras unanimidades que eu já vi nesta Casa.

Com a palavra, pedimos só que em pouco tempo, porque já está ficando muito tarde.

O SR. GEORGE GUIMARÃES – Serei breve, Senador. Obrigado, Thales, pela solicitação.

Obrigado, Senador, pela permissão. Senador que eu já admiro de outras frentes de luta.

Meu nome é George Guimarães. Sou presidente da ONG Veddas e estou aqui hoje, na verdade, representando 32 organizações não governamentais que estão participando junto à campanha “#alterapl6602”, que foi lançada logo após a sua aprovação na Câmara. Eu também faço parte da comissão permanente antivivisseccionista da Assembleia Legislativa de São Paulo. Hoje, no Estado de São Paulo, é proibido o uso de animais para fins cosméticos, ponto. Sem prazos. Também trago aqui e vou entregar logo mais, Senador, 15.900 assinaturas pedindo que o PL seja alterado, em especial em relação ao §8º.

Eu fiquei muito feliz em escutar a colocação dos dois Senadores aqui sobre a sensibilidade deles em relação aos animais, apesar de eles terem saído, infelizmente. Também não duvido da sensibilidade que o Deputado Ricardo Izar tenha, e da intenção inicial dele em relação ao PL. Porém, há uma confusão grande, como o senhor já percebeu. Parece que todos aqui na mesa estão favoráveis a que os testes sejam reduzidos ou eliminados. No entanto, há aquela visão de que esse PL seria um retrocesso, portanto não está de acordo com os interesses dos animais. E há alguns poucos que defendem que é melhor o PL passar como está. Ele não está protegendo os animais. Essas pessoas que assinaram aqui... Foi nesse teor, de que é um retrocesso, como a Drª Vânia bem expôs. Os pareceres a que eu me referi – que já estão no seu gabinete, mas eu vou entregar novamente – são escritos por promotores de justiça, juízes, biólogos, químicos e advogados, e todos eles demonstram, pontuam, por exemplo, em relação ao excludente de ilicitude, que há, sim.

O art. 32 hoje criminaliza a prática quando há métodos alternativos. Se ele é aplicado ou não é uma questão de falha do Executivo. Tornar o art. 32 mais fraco ou inaplicável não faz com que ele fique mais forte. O Deputado me perguntou antes: “quero ver onde já foi proibido, onde o 32 já funcionou”. O primeiro laboratório de vivissecação que foi fechado no Brasil, em junho de 2006, foi fechado pelo Veddas, utilizando o art. 32. Isso foi ainda antes da Lei Arouca, pouco antes da aprovação da Lei Arouca. Hoje a gente já não consegue mais pelo mesmo caminho, porque a Lei Arouca, que criou o Concea, regulamenta e portanto permite que a vivissecação seja praticada com mais tranquilidade.

Outra coisa que eu queria pontuar: fica claro que a Anvisa e o Concea defendem o PL. O Deputado deixou claro, em várias entrevistas, conversas nossas e reuniões, que o PL foi escrito em conjunto. Lembro que ele falou em nove pessoas estavam na mesa, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Concea, a Anvisa. Portanto, as pessoas que escreveram o PL são pessoas que têm interesse na vivissecação. Então, de fato é de admirar que haja alguma confusão sobre se o PL protege animais ou não. O PL, como está, não protege os animais.

Não existe nenhuma entidade, Senador – eu vou repetir –, não existe nenhuma organização não governamental registrada no País que defenda o PL como ele está. Nós temos uma organização, que é internacional, estrangeira, que defende o PL como ele está. Todas as organizações que já atuam há décadas no País – todas, sem exceção – defendem que o PL seja emendado, defendem que ele é um retrocesso, que ele cria um excludente de ilicitude.

Além disso – não foi apresentado –, o PL também reverte leis estaduais. Logo após o Instituto Royal, começaram a aparecer leis estaduais e municipais. O Concea e o Ministério da Ciência e Tecnologia precisavam, de alguma maneira, frear isso. Daí veio essa primeira emenda, ainda na Câmara, ao PL. São Paulo, rapidamente, em novembro de 2013, criou uma lei. Hoje, é proibido no Estado de São Paulo. Então, com a lei federal permitindo os cinco anos, deixa de ser crime no Estado de São Paulo, porque apenas a União pode versar sobre aquilo que é crime. Hoje, no Estado de São Paulo, é proibido teste de cosméticos. Com essa lei, vai passar a ser permitido novamente.

Aqui há esses pareceres, inclusive um é de um juiz que fala muito bem sobre isso. Vou deixar com o senhor. Não é a minha opinião, simplesmente. Não é uma questão de crença se o PL, como está, é prejudicial ou não aos animais. Ele é definitivamente um retrocesso.

Eu escutei aqui uma fala segundo a qual é importante ir de maneira gradativa. Ainda que se concorde com isso, não é o caso, porque “gradativo” é no sentido de avanço. Esse PL não está sendo gradativo, ele é um passo para trás. Portanto, a opinião de quem assinou isso aqui, das ONGs que estão participando desta mesma campanha, e dos pareceres, como o senhor e outros membros da Comissão poderão ver, é de que o PL como está não defende os interesses dos animais; e se ele vai ser emendado e vai ficar 30 anos esquecido no Congresso, é melhor não fazer nada do que dar um passo para trás, porque hoje ele é, sim, um retrocesso.

Para finalizar, como eu disse, eu acredito na intenção inicial do Deputado Ricardo Izar. Nós tivemos diversas oportunidades, inclusive nos reunimos na Assembleia de São Paulo em conversas particulares, em conversas em que eu coloquei o megafone de lado na frente do gabinete dele quando ele nos convidou para conversar, e, nessa época aí, pré-eleição, essa reunião foi em agosto, eu me lembro, ali na Assembleia Legislativa de São Paulo, estavam presentes outras ONGs, juízes, biólogos. O Deputado compreendeu... refletiu e comprometeu que o art. 8º precisaria, sim, ser suprimido. Naquela época de eleição, fez essa promessa, e eu escuto hoje o Deputado dizer que gostaria que a lei passasse como está. A argumentação anterior é de que é melhor assim do que nada. Parece que, à época, o Deputado entendeu que precisaria ser suprimido, mas hoje escutei uma opinião diferente.

Então, Senador, agradeço por esta oportunidade de me expressar. Eu espero que o senhor e outros membros tenham a oportunidade de olhar, sim, de maneira mais detida, porque essa confusão aparente vai se tornar mais clara, no sentido de que não existe nenhuma organização nacional que defenda o PL como está e existe uma série de especialistas, de juristas, inclusive, que apontam erros graves no texto atual.

Agradeço.

O SR. GEORGE GUIMARÃES – ...(*Fora do microfone.*)... o argumento de que, se não passar assim, vai voltar e pode levar anos. A nossa posição é de que é melhor que leve anos do que passe como está, porque será um passo para trás.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Deixe-me dizer aqui: eu interpreto a posição do Deputado muito claramente. A retirada deste §8º me-lhoraria. Ele defende isso.

O SR. RICARDO IZAR (PSD – SP. *Fora do microfone.*) – Eu pedi a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas se essa retirada levar o projeto a voltar para a Câmara e ficar lá por quanto tempo for, ele acha que é um avanço manter a lei dele obviamente. E eu tenho certeza de que, se a gente convencê-lo e a mim também, antes, de que é um retrocesso, é bem capaz de ele próprio querer que a gente faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, vamos discutir isso. Vamos ter tempo de conversar um com o outro para ver isso, ouvindo o Deputado também.

Quero dizer que havia aqui outras colocações que eu não li.

Helton de Araújo: “Sou contra testes em animais [...]”

Gabriela Uliana: “Sou absolutamente contra [...]”

Myleide Barbosa: “Sou contra o uso de animais para testes! [...]”

Marcio Boaventura: “Humanizar nossa postura frente aos animais é algo urgente [...]”

Jessamine David Ruas: “Sou totalmente contra os testes em animais [...]”

Tatiana Corsini: “Já passou da hora de acabar com os testes em animais.”

Sandra Albieri: “Sou totalmente contra o uso de qualquer tipo de animal em testes [...]”

Mauricio Rosemberg: “Utilizar animais para testes é uma violência contra a sociedade e a vida.”

Renata da Rocha Correa: “Completamente a favor da lei de vedação da utilização de animais em atividades de ensino, testes laboratoriais!!!!”

Angela Lamas Rodrigues: “Estou orgulhosa de poder participar deste debate tão urgente e dizer que sou absolutamente contra testes em animais [...]”

Rose Carnio: “Chega de sofrimento para os animais [...]”

Vera M. S. Carmo: “Sou completamente contra o uso de animais [...]”

Rose Carnio: “Sou totalmente contra o uso de animais em testes, porque achamos que somos melhores que eles???”

Vera M. S. Carmo: “Sou absolutamente contra [...]” Eu já tinha falado da Vera.

Marina Moreira: “Sou a favor da vedação da utilização de animais [...]”

Lurdes Bueno de Souza: “[...] sou completamente contra o uso de animais em testes [...]”

Vê-se que é uma unanimidade nacional, o que me surpreende positivamente. Fico feliz que haja hoje essa consciência. O que temos é que resolver os limites disso e como fazer para ir mais rápido ou mais devagar, mais profundamente ou mais superficialmente.

Eu quero agradecer a todos. Foi uma bela audiência. Muito obrigado a todos.
Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 488 páginas
(O.S. 12801/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

